



# 1º Congresso Internacional de História Regional

Mercosul: integração e desencontros.

28 a 30 de setembro de 2011

**ANAIS ELETRÔNICOS DO  
I CONGRESSO  
INTERNACIONAL DE  
HISTÓRIA REGIONAL**

**- Volume II -**

**Adelar Heinsfeld  
Ana Luiza Setti Reckziegel  
Gizele Zanotto  
(organizadores)**

**ANAIS ELETRÔNICOS DO  
I CONGRESSO INTERNACIONAL  
DE HISTÓRIA REGIONAL**

**- Volume II -**

ISBN 978-85-64144-01-9



9 788564 144019

**Programa de Pós-Graduação em História  
Passo Fundo, setembro de 2011**

### **Comitê Executivo**

Adelar Heinsfeld (UPF)  
Ana Luiza Setti Reckziegel (UPF)  
Gerson Trombetta (UPF)  
Gizele Zanotto (UPF)  
Ironita Policarpo Machado (UPF)  
Janaína Rigo Santin (UPF)  
João Carlos Tedesco (UPF)

### **Comitê Científico**

Álvaro Antônio Klafke (UPF)  
Cláudia Mariza Brandão (UFPEL)  
Diego Buffa (UNC)  
Eduardo Jordão Knack (UPF)  
Eduardo Neumann (UFRGS)  
Eduardo Palermo  
Elison Antonio Paim (UNOCHAPECÓ)  
Francesca Rimaro (Università degli Studi/Trento)  
Gerson Luís Trombetta (UPF)  
Gunter Axt (Axt Consultoria Histórica)  
Ilanil Coelho (UNIVILLE)  
Ironita Policarpo Machado (UPF)  
João Klug (UFSC)  
Jorge José de Barros (UERJ)  
Luiz Carlos Tau Golin (UPF)  
Marcos Nestor Stein (UNIOESTE)  
Maria de Fátima Guimarães (USF)  
María José Becerra (CONICET-UNC)  
Maria Medianeira Padoin (UFSM)  
Mário José Maestri Filho (UPF)  
Marta Rosa Borin (Doutora pela UNISINOS)  
Paulo Marcos Esselin (UFGD)  
Raquel Paz dos Santos (UFRJ)  
Rosane Marcia Neumann (UPF)  
Tháís Janaina Wenczenovicz (UFRGS/Erechim)  
Victoria Baratta (UBA)  
Vitor Biasoli (UFSM)

## Promoção







*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## SUMÁRIO

<p><b>REPRESENTAÇÕES DO IMAGINÁRIO GUARANI – MISSIONEIRO NA CELEBRAÇÃO DA PAIXÃO DE CRISTO. EPISÓDIO DE UM DIÁRIO DAS CAMPANHAS DO SUL (1818)</b> Jacqueline Ahlert Maria Goretti Betencourt</p>	1344
<p><b>ASCENSÃO E QUEDA POLÍTICA DE JUAN MANUEL DE ROSAS (1829-1852)</b> Janaína da Rocha Golin</p>	1358
<p><b>NECESSIDADE OU PODER? UMA ANÁLISE SOBRE AS LOUÇAS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CASARÃO DOS MELLO</b> Janice Rosa do Amaral Saul Eduardo Seiguer Milder</p>	1372
<p><b>A LUTA PELA TERRA INDÍGENA NA REGIÃO NORTE DO ESTADO: GENTIL, ÁGUA SANTA, MATO CASTELHANO E CASEIROS</b> Janice Vanin</p>	1381
<p><b>VESTÍGIOS DO PASSADO ESTANCIEIRO NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL: ESTÂNCIA SANTA CLARA</b> Jaqueline Ferreira Pes Saul Eduardo Seiguer Milder</p>	1397
<p><b>A DISCUSSÃO DO PÓS- GUERRA DO PARAGUAI NO CONSELHO DE ESTADO IMPERIAL (1871-1874)</b> Jaqueline Schmitt da Silva</p>	1413
<p><b>O CULTO DA SAUDADE NO SUL DO BRASIL: A INFLUENCIA DO PENSAMENTO DE GUSTAVO BARROSO NOS MUSEUS HISTÓRICO FARROUPILHA E DA BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE</b> Joana Soster Lizott</p>	1424
<p><b>A AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA – VICISSITUDES, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLARIZAÇÕES POLÍTICAS E PARTIDÁRIAS – UMA NOVA ESQUERDA RENASCE</b> Jorge José Barros de Souza</p>	1442
<p><b>IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO NOROESTE DO RS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX</b> Josei Fernandes Pereira</p>	1454

<b>PROVÁRZEAS, AGENTE MODIFICADOR: DO ESPAÇO, DA ECONOMIA, DA SOCIEDADE E DO MEIO AMBIENTE</b> Juliana Brocca Presa	1470
<b>O ANACRONISMO NA ILUSTRAÇÃO DA CAPA DO LP CLARA CROCODILO DE ARRIGO BARNABÉ</b> Juliana W. Batista	1488
<b>ITAIPU E AS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE VEJA (1968-1974)</b> Juliano Augusto Müller Ana Luiza Setti Reckziegel	1500
<b>PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS DE SAÚDE</b> Juliano Silva de Bastos Beatriz Teixeira Weber	1511
<b>VIOLÊNCIA E MEMÓRIA NO PAMPA RIOGRANDENSE</b> Jussemar Weiss Gonçalves Letícia de Faria Ferreira	1519
<b>MANUMISSÕES DE ESCRAVOS NA VILA DE SÃO BORJA (1834 – 1859): PRIMEIRAS NOTAS DE PESQUISA</b> Leandro Goya Fontella	1527
<b>LAS GUARDIAS NACIONALES Y SUS COMANDANTES LA FRONTERA SUR DE BUENOS AIRES DURANTE LA FORMACIÓN DEL ESTADO NACIÓN EN ARGENTINA (1852-1880)</b> Leonardo Canciani	1540
<b>A CHIBATA (1910): FACES DE UMA REVOLTA</b> Leonel Castellani	1560
<b>ENERGIA NUCLEAR X PODER: UM OLHAR DE "O CRUZEIRO" NA DÉCADA DE 1950</b> Leonice Portela	1572
<b>“EM VISITA PAROQUIAL”: MOBILIDADE E PARENTESCO DE ESCRAVOS DE UMA FAMÍLIA SENHORIAL (RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX)</b> Letícia Batistella Silveira Guterres	1581
<b>JOSÉ MARIANO DE MATOS: UM MULATO NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835-1845)</b> Letícia Rosa Marques	1597
<b>DO PAPEL AO COTIDIANO: ESCOLA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA E.I.E.B. CACIQUE VANKHRÊ</b> Luana Máyra Silva Jeniffer Caroline da Silva	1615
<b>A POLICIA MILITAR E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA, O ESTADO E O PODER</b> Lucas Cabral Ribeiro	1629

<p><b>ETNIA: POLONESA; PROFISSÃO: AGRICULTORES A TERRA COMO ELEMENTO CULTURAL E ECONÔMICO NAS COMUNIDADES DE DESCENDENTES POLONESES DE CASCA E SANTO ANTONIO DO PALMA, RS</b> Lúcia Barrili</p>	1642
<p><b>O FUTEBOL NO CAMPO POLÍTICO QUANDO O GOVERNO ENTRA EM CAMPO, O FUTEBOL EMPRESTA SUA IMAGEM PARA O ESTADO</b> Luciano Breitzkreiz</p>	1653
<p><b>O ESPAÇO EM CONTOS GAUCHESCOS E O PINTOR DE RETRATOS: UMA CONSTRUÇÃO ABERTA</b> Luiz Carlos Erbes</p>	1670
<p><b>O PAPEL DA MUNICIPALIDADE NA CONSOLIDAÇÃO DA TRIPLICE FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA/URUGUAI NO SÉCULO XIX</b> Luiz Francisco Matias Soares</p>	1685
<p><b>IMPRENSA BRASILEIRA E MERCOSUL: A PROPOSTA SOLIDARISTA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DOS JORNAIS BRASILEIROS (1991-2011)</b> Magno Klein Silva</p>	1706
<p><b>A MORTE DE DOIS PADRES IMIGRANTES NA EX-COLÔNIA SILVEIRA MARTINS (1884-1900)</b> Maíra Ines Vendrame</p>	1726
<p><b>INTRUSÕES NO ALTO URUGUAI GAÚCHO: O CASO DE JOÃO INÁCIO</b> Márcia S. Caron João Carlos Tedesco</p>	1743
<p><b>COLONOS E COLÔNIAS AGRÍCOLAS NO PARANÁ NOS SÉCULOS XIX E XX</b> Marcos Nestor Stein</p>	1767
<p><b>CIDADE, CRIME E COTIDIANO: ESCRAVOS E POBRES LIVRES EM JACAREÍ / SP (1877)</b> Maria Aparecida Papali Juliana Eliza Viana Agda M. Seixas Carvalho</p>	1779
<p><b>TERRA E CONFLITO: POSSEIROS E POBRES LIVRES DAS VILAS DE JACAREY E SÃO JOSÉ DO PARAHYBA /SP (1766 a 1771)</b> Maria Aparecida Papali Valéria Zanetti Suele França Costa</p>	1790
<p><b>MIGUEL JORGE NICOLAU: DE IMIGRANTE A HOMEM PÚBLICO, DÉCADA DE 1950, SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP</b> Maria Nicolau</p>	1804
<p><b>REFLEXOS NO ESPELHO: NARCISISTAS NO ORKUT</b> Maria Valéria Rodrigues Santos Cláudia Mariza Mattos Brandão</p>	1818



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9*

<b>BERNARDO TAVEIRA JUNIOR: A LUTA ABOLICIONISTA ATRAVÉS DA IMPRENSA PELOTENSE</b> Mariana Couto Gonçalves	1831
<b>MEMÓRIA SOBRE A OCUPAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ: O CASO DE BRAGANTINA, ASSIS CHATEAUBRIAND</b> Marilda Marques	1842
<b>O CHARQUE NO RELATÓRIO DE LOUIS COUTY</b> Marília Conforto	1853
<b>MEMÓRIAS DE BARRO: TÉCNICAS DE UM GRUPO GUARANI NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL</b> Mariusi Glasenapp dos Santos	1870
<b>A RESSEMANTIZAÇÃO DA DEVOÇÃO MARIANA NA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA</b> Marta Rosa Borin	1880
<b>UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE MERIDIONAL DE PELOTAS/RS</b> Mateus da Silva Costa	1899
<b>OS CATIVOS E A GUERRA DO PARAGUAI</b> Mateus de Oliveira Couto	1912
<b>A NOÇÃO DE GAÚCHO SOB O PRISMA DOS VIAJANTES NO SÉCULO XIX</b> Matheus Barros da Silva	1940
<b>FARROUPILHAS APÓS A REVOLUÇÃO. CONSIDERAÇÕES SOBRE ANTÔNIO DE SOUZA NETO E DAVID CANABARRO</b> Matheus Luís da Silva	1956
<b>PRÁTICAS LÚDICAS NIPO-BRASILEIRAS: UM PATRIMÔNIO IMATERIAL A SER PRESERVADO</b> Mauricio Hiroshi Filippin Oba Michele de Oliveira Casali André Luís Ramos Soares	1966
<b>CONSTRUINDO ALIANÇAS: GUARANIS DAS MISSÕES NA FRONTEIRA DO RIO PARDO (1814-1845). NOTAS DE PESQUISA</b> Max Roberto Pereira Ribeiro	1974
<b>ENCENANDO MEMÓRIAS: A REVOLTA DOS POSSEIROS DE 1957 NOS PALCOS DO SUDOESTE PARANAENSE</b> Mayara Da Fontoura Das Chagas Neli Gehlen Motta	1988
<b>ABUNDÂNCIA VISUAL E RESTRIÇÃO INTERPRETATIVA: QUAL O PAPEL DAS IMAGENS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA?</b> Mayara Hemann Lamberti	2003
<b>CRIMINALIDADE NA REPÚBLICA VELHA: NOTÍCIAS DO JORNAL PELOTENSE O REBATE</b> Melissa Xavier Gouvêa	2017



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9*

<p><b>A CULTURA DO ABANDONO: TUBERCULOSOS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP (1930-1960)</b> Michelle Ferreira Auciello Rafael de Paula Silva Juliana Eliza Viana</p>	2028
<p><b>MARCHA PARA O OESTE: A INSTALAÇÃO DA CANGO NO SUDOESTE DO PARANÁ</b> Moacir Mota da Silva</p>	2045
<p><b>O FEDERALISMO E O PARLAMENTARISMO NO PROJETO POLÍTICO DE GASPAS SILVEIRA MARTINS</b> Monica Rossato Maria Medianeira Padoin</p>	2052
<p><b>MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA: A CONSTRUÇÃO DA SANTIDADE POPULAR ATRAVÉS DA NARRATIVA DE MORTE</b> Murillo Dias Winter</p>	2070
<p><b>O POLÍTICO GASPAS SILVEIRA MARTINS: PATRONO DO MUNICÍPIO “SILVEIRA MARTINS”</b> Naiani Machado da Silva Fenalti</p>	2082
<p><b>O CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO POLONESA PARA O PARANÁ NAS PÁGINAS DA IMPRENSA PARANAENSE (1971)</b> Neli Gehlen Motta Mayara da Fontoura das Chagas</p>	2100
<p><b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PROBLEMA HISTÓRICO: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS A PARTIR DA REVISTA AMIGOS DA NATUREZA (OESTE DO PARANÁ -2001/2011)</b> Nicheli Rodrigues Santos</p>	2113
<p><b>A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: O CASO DA OCUPAÇÃO NO BAIRRO MATHIAS VELHO, EM CANOAS / RS (1978-1984)</b> Odilon Kieling Machado Vitor Otávio Fernandes Biasoli</p>	2124
<p><b>O SENTIDO DE PRODUÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL</b> Odilon Monteiro Da Silva Neto</p>	2139
<p><b>A VISÃO DA DERROTA: O QUE DIZEM OS JORNAIS BRASILEIROS SOBRE A PARTIDA DE FUTEBOL BRASIL VERSUS ARGENTINA NA COPA DO MUNDO DE 1990</b> Otávio Marandini</p>	2148
<p><b>COLONOS, INDÍGENAS, QUILOMBOLAS: A BUSCA POR DIREITOS EFICAZES</b> Paola Rezende Schettert</p>	2164
<p><b>ATUAÇÃO DAS MULHERES NO PERÍODO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA: D. BERNARDINA BARCELLOS DE ALMEIDA</b> Paula Rochele Silveira Becher</p>	2179



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9*

<b>A VISÃO DE MADALINE WALLIS NICHOLS SOBRE O GAÚCHO</b> Pedro Vicente Stefanello Medeiros	2189
<b>A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E IDENTITÁRIA DO GAÚCHO NA FRONTEIRA OESTE BRASILEIRA</b> Priscila Ferreira Cássio dos Santos Tomaim	2206
<b>CONFLITO ENTRE CHILE E PERU: A QUESTÃO TACNA E ARICA E A POSIÇÃO DO BRASIL DURANTE A GESTÃO DO BARÃO DO RIO BRANCO NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (1902-1912)</b> Quésia Franciele Martins Binelo	2222
<b>EVANGELIZARE MISIT ME - ENVIADO PARA EVANGELIZAR: DOM VICENTE SCHERER E OS DESAFIOS DE SEU TEMPO</b> Rafael Kasper	2244
<b>PENSANDO A CONSTRUÇÃO DO ESTADO SUL-AMERICANO ATRAVÉS DAS RELAÇÕES LULA E KIRCHNER</b> Raquel Paz dos Santos	2259
<b>“VENHA QUE O QUE VENS É PERFEIÇÃO” - A LEGIÃO URBANA E A JUVENTUDE DOS ANOS 80</b> Renan Santos Mattos	2276
<b>FRONTEIRA: UM ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICO NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL – XIX</b> Renata Saldanha Oliveira Júlio Ricardo Quevedo dos Santos	2294
<b>OS MILITARES NA REPÚBLICA VELHA (1889-1937)</b> Renato Farias	2310
<b>REPRESENTAÇÕES ICONOGRÁFICAS NO BRASIL ESCRAVISTA</b> Renilda Vicenzi	2331
<b>APARÍCIO SARAIVA, HONÓRIO LEMES E SEUS SEGUIDORES: UM ENSAIO COMPARATISTA</b> Rodrigo dal Forno Pablo Dobke	2346
<b>OUTSIDERS, CORES E RABISCOS: UMA PEQUENA TRAMA HISTÓRICA SOBRE GRAFISTAS URBANOS DE SANTA MARIA-RS</b> Rodrigo Nathan Romanus Dantas	2363
<b>COLOMBIA ENTRE LA SOBERNÍA Y LA DOMINACIÓN</b> Rolando Núñez Pichardo	2382
<b>A GUERRILHA DO CORONEL CARDIM – 1965: INDAGAÇÕES SOBRE A PRIMEIRA AÇÃO ARMADA CONTRA A DITADURA MILITAR NO BRASIL</b> Ronaldo Zatta Leomar Rippel	2399



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9*

<b>ENQUADRAMENTO DE MEMÓRIA MILITAR: O CASO TENENTE CAMARGO</b> Ronaldo Zatta Leomar Rippel	2416
<b>BREVE ANÁLISE DOS PROCESSOS DE ESQUECIMENTO DA MEMÓRIA DO CABOCLO NO SUDOESTE DO PARANÁ</b> Samuel Crestani	2434
<b>CONSTRUÇÃO DA IDÉIA DE GERMANIDADE NAS COLÔNIAS DO LITORAL NORTE GAÚCHO. O USO DOS SEMINÁRIOS SOBRE IMIGRAÇÃO E DOS LIVROS DE HISTÓRIA LOCAL NA BUSCA POR UMA IDENTIDADE “PERDIDA”</b> Sandra Cristina Donner	2440
<b>O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: DESDOBRAMENTOS NA HISTÓRIA REGIONAL</b> Sérgio Nunes Lopes	2452
<b>A GUERRA CONTRA O PARAGUAI: NACIONAL-PATRIOTISMO, REVISIONISMO E RESTAURAÇÃO</b> Silvânia de Queiróz	2470
<b>UMA VIAGEM AOS TEMPOS DA BARONESA: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA CRIANÇAS NA CIDADE DE PELOTAS/RS</b> Sílvia Vargas Vasconcelos de Escobar	2486
<b>A IMAGEM COMO MEMÓRIA E HISTÓRIA: UMA RELAÇÃO ENTRE PASSADO E PRESENTE NAS FOTOGRAFIAS DE SEBASTIÃO SALGADO</b> Silvio Cesar dos Santos Franz Claudia Mariza Mattos Brandão	2503
<b>A AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SC) – (1880-1930)</b> Simoni Mendes	2516
<b>ESBOÇOS DE UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA NA DÉCADA DE 1970</b> Susana Cesco	2527
<b>REPUBLICANISMO NA REGIÃO DA CAMPANHA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O PROPAGANDISTA JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL E O CLUBE REPUBLICANO DE SÃO GABRIEL (1881-1887)</b> Tassiana Maria Parcianello Saccol	2541
<b>A JANGADA DE PERNAMBUCO NA CONQUISTA DO RIO GRANDE DO SUL</b> Tau Golin	2555
<b>IMPRENSA ALTERNATIVA NO AI-5</b> Thiago Araujo Vaucher	2574
<b>O FENÔMENO PENDULAR DOS IMIGRANTES JAPONESES ENTRE BRASIL E O JAPÃO E SEUS EFEITOS: CASO DA COLÔNIA JAPONESA DE IVOTI</b> Tomoko Kimura Gaudioso	2583





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9*

<b>MEMÓRIA SOCIAL E HISTÓRICA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS EM RIO GRANDE E DISTRITOS</b> Treyce Ellen Silva Goulart	2598
<b>OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL: ABORDAGENS SOBRE A TRADIÇÃO TAQUARA (FASE XAXIM)</b> Valdirene Chitolina	2611
<b>HISTÓRIA: CIÊNCIA OU ARTE? UMA BREVE INCURSÃO AO DEBATE PROPOSTO POR NIETZSCHE SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO “HISTÓRICO” NA MODERNIDADE</b> Vanderlei Cristiano Juraski	2623
<b>“PERIÓDICO SERIO.JOCOSO”: REPRESENTACIONES EN EL SEMANARIO EL CENTINELA (1867)</b> Victoria Baratta	2637
<b>A ATUAÇÃO DISCIPLINADORA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE NOTRE DAME EM MARAVILHA/SC (1954-1973)</b> Vitor Marcelo Vieira	2650
<b>SÃO BORJA E SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO ESQUECIDO</b> Xana Mendes Dos Santos	2663
<b>MOSTRA DE BANNERS</b>	2672
<b>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO INÍCIO DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1937)</b> Darciel Pasinato	2688
<b>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO ESTADO NOVO (1937-1945)</b> Darciel Pasinato	2703
<b>CONTRADIÇÕES DE CLASSE EM SANTA MARIA NOS ANOS FINAIS DO IMPÉRIO (1880-1890)</b> Fabrício Rigo Nicoloso	2717





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**REPRESENTAÇÕES DO IMAGINÁRIO GUARANI – MISSIONEIRO  
NA CELEBRAÇÃO DA PAIXÃO DE CRISTO.  
EPISÓDIO DE UM DIÁRIO DAS CAMPANHAS DO SUL (1818)**

Jacqueline Ahlert\*

Maria Goretti Betencourt\*

Havia se passado cinquenta anos desde a expulsão dos jesuítas da América Espanhola quando, às margens do rio Ibirapuitã, um grupo de lanceiros guaranis se organizava para levantar um assentamento apto ao resguardo do inverno, que já insinuava sua aspereza, mas, especialmente, aparelhado para as celebrações da Paixão de Cristo daquele outono de 1818.

José Joaquim Machado de Oliveira, oficial paulista (e depois conhecido político), narrou os preparativos e as festividades da Semana Santa na *Revista Trimensal de História e Geographia do Instituto Histórico Geographico Brasileiro* de 1842. O *Episódio das campanhas do Sul* relata a edificação de dois povoados no local do atual município de Alegrete, no Rio Grande do Sul. Um estava destinado aos militares portugueses e outro, como um “apêndice”, às famílias guaranis, cujos homens compunham a companhia de lanceiros, pertencente ao regimento do general José de Abreu, no contexto da guerra contra Artigas.

O enfoque principal da narrativa é a organização material e espiritual da celebração, descrita detalhadamente conforme a ritualização do Mistério Pascal sobrevinha.

**A companhia dos *naturaes* lanceiros**

O recrutamento de indígenas missioneiros para compor os exércitos ibéricos, sobretudo o espanhol, foi constante durante todo século XVIII. Mas,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

após a guerra guaranítica<sup>1</sup> (1753-1756), se intensificou a atividade. Mesmo tendo o imaginário alimentado durante gerações pela “ameaça portuguesa”, muitos guaranis aderiram às forças militares lusitanas por meio da política persuasiva de Gomes Freire, orientado por Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal.<sup>2</sup>

Gomes Freire estava consciente das vantagens de arregimentar aquele contingente de índios, tanto para ações bélicas como para a ocupação do território em disputa. Conforme relatou o jesuíta Juan de Escandón, em *História da transmigração dos Sete Povos Orientais* [1760]: “os portugueses tratavam de maneira uniforme a todos os índios. Valia isso dos chefes, cabos e soldados (...)”. A resposta neófita, segundo José Custódio de Sá e Faria, foi o reconhecimento de que “sempre andaram enganados” sobre os portugueses, “dizendo que não pode haver no mundo gente de tanto agrado, bom coração e liberdade” (FARIA, [1750-1761], In: GOLIN, 1999, p. 509).

De fato, lanceiros *natuares*<sup>3</sup> integraram regimentos espanhóis e portugueses. Contudo, principalmente nos domínios das famílias extensas, os guaranis missioneiros sobreviveram como grupo étnico e perpetuaram memórias do calendário festivo das reduções.

Os Sete Povos contavam com uma cifra próxima a trinta mil habitantes, em grande maioria guaranis - também compartilhavam do sistema grupos

---

\* Jacqueline Ahlert - Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pesquisadora-responsável pelo projeto de Inventário da Estatuária Missionária do Núcleo de Documentação Histórica do Mestrado em História - PPGH-UPF, professora da Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo. E-mail: ahlert@upf.br.

\* Maria Goretti Betencourt - Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, supervisora do núcleo de Publicidade da Agecom da UPF, professora titular da Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo. E-mail: bett@upf.br.

<sup>1</sup> Expedição militar das tropas luso-espanholas coloniais contra os índios das Reduções Jesuíticas entre os anos de 1753 e 1756.

<sup>2</sup> A representação dos portugueses dentro as reduções era análoga a figura do próprio demônio. Estas comparações foram ancoradas, principalmente, pela ação dos bandeirantes durante o século XVII. Exemplos desta didática jesuítica encontram-se na estatuária, onde, em inúmeros casos, a imagem de São Miguel Arcanjo aparece subjugando um português, que faz as vezes do diabo.

<sup>3</sup> No Brasil, a lança começou a ser usada pela Cavalaria em 1811 com a criação dos dois Corpos de Cavalaria de Milícias das Missões. Estes corpos de guaranis a cavalo atuaram na campanha contra Artigas, de 1816 a 1820.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

minuanos, charruas e outras comunidades -, quando as primeiras incursões bélicas, ocasionadas pelo Tratado de Madri, insinuaram-se na região.

Entre os anos de 1756 e 1757, o exército espanhol acompanhou a transferência de inúmeros missioneiros para a banda ocidental do rio Uruguai e ambos os lados do Paraná. Algumas famílias foram conduzidas pelo governador José Joaquim Viana para Montevideu e Maldonado. De formas independentes, caciques implantaram aldeias na margem meridional do Ibicuí. Entre as famílias que acompanharam os portugueses, mais de 700 foram estabelecidas, mais tarde, em São Nicolau de Rio Pardo, São Nicolau da Cachoeira (do Sul), na Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos (hoje, Gravataí), e na Fazenda Real (Mostardas - entre São Simão e Palmares).

As Missões prosseguiram sua decadência, sob administração laica espanhola, após a expulsão dos jesuítas em 1767. Na guerra de reconquista de Rio Grande (1763-1777), após as incorporações territoriais de 1763, feitas pela expedição de Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires, centenas de índios foram trasladados. Em 1801, tropas luso-brasileiras apoderaram-se dos Sete Povos. Como gratificação, alguns oficiais receberam sesmarias na região. Segundo Nicolau Dreys, comerciante francês que esteve no Rio Grande do Sul no período de 1817-28, a população missioneira caíra de vinte mil habitantes, em 1801, para oito mil, em 1814.

Conforme Joaquim Machado de Oliveira, nesta época, os guaranis estavam reduzidos a pequenos grupos nas povoações teocráticas do Uruguai, “que formam uma parte dessa criação *cyclopeana* dos jesuítas nas vastas regiões do Guairá”. Outros permaneciam “amontoados” em alguns recantos das povoações e estâncias da campanha, ou sem habitação fixa, “levando uma vida nômade ou selvática nos campos e nas extensas florestas da serra geral” (OLIVEIRA [1818], 1842, p.335).

Os guaranis tornaram-se homens culturalmente híbridos – expressavam um tipo de ambivalência por vezes mais disjuntiva que a própria realidade que viviam. Eram indivíduos de fronteira, e o eram em duplo sentido: o geográfico e



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

o cultural. Esta condição se fez manifesta na guerra contra Artigas, contexto em que havia grupos de guaranis missioneiros lutando em ambos os exércitos.

### **O assentamento**

A ocupação portuguesa do território atualmente pertencente ao município de Alegrete se iniciou em 1801, após a conquista do território das missões jesuíticas ao norte do rio Ibicuí. Em inícios do século XIX, Diogo de Sousa (conde de Rio Pardo), capitão-general da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, na primeira campanha contra a Banda Oriental (1811) autorizou a formação de um acampamento de soldados no local. Em 1816, as tropas artiguistas, em seu propósito de recuperar o território perdido após a guerra de 1801, expulsaram os moradores e arrasaram completamente a povoação, que passaria à história como "Capela Queimada". Após a batalha de Catalan, o Marquês de Alegrete, substituto de Sousa, ordenou que José de Abreu juntasse novamente os moradores esparramados e fundasse novo reduto. O coronel definiu-o à margem esquerda do Ibirapuitã, a 124 km da antiga vila, dando origem ao novo povoado de Nossa Senhora da Conceição do Alegrete (GOLIN, 2001, p. 298-299).<sup>4</sup>

Pouco distante da colina em que se construía a capela de Alegrete - destinada aos oficiais e soldados portugueses e luso-brasileiros -, estendia-se outra menor, separada daquela por um desnível geográfico, junto a uma "sanga que ia abicar no Ibirapuitã". Este sítio havia sido designado para o alojamento da "companhia dos naturais lanceiros" integrantes da coluna Abreu, que, não sem pressa, ergueram ali um "grupo de copés<sup>5</sup>" pressionados pela iminência do

---

<sup>4</sup> "Das entranhas do latifúndio, gerado no processo de conquista do sudoeste rio-grandense, e da guerra movida contra o Protetorado de Artigas, nascia o atual município de Alegrete" (GOLIN, 2001, p. 298). Em 1817 o tenente-coronel José de Abreu inicia efetivamente a instalação de moradias. Três anos depois, a povoação é elevada a Capela Curada, abrangendo domínio eclesiástico sobre os territórios dos atuais municípios de Uruguaiana, Livramento, Quaraí, Rosário do Sul, ao Departamento de Artigas (URY) até o rio Arapey, vinculado a São Borja.

<sup>5</sup> Pequenas cabanas construídas de madeira e palha.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

inverno e pela proximidade da celebração da Paixão de Cristo (OLIVEIRA [1818], 1842, p.335).<sup>6</sup>

No Brasil colonial e imperial, a construção de uma capela era “o preliminar de grandes povoações”. Esta respondia aos preceitos religiosos de uma povoação e sua edificação não se dava sem a mão de obra da “gente da raça guarani”. Empreendida “nas vastas e remotas campinas do continente” de São Pedro, a talha indígena já havia deixado sua estética na Aldeia dos Anjos, nos retábulos da igreja de Santo Amaro, em São Nicolau de Rio Pardo e São Nicolau da Cachoeira, entre outros. Eram eles considerados “parte indispensável e mais interessante dos elementos materiais que entravam na formação desses estabelecimentos”.<sup>7</sup>

### **A celebração da Paixão de Cristo**

Segundo Joaquim Machado de Oliveira, os guaranis mostravam-se muito “susceptíveis de impressionar-se dos princípios da religião, do sentimentalismo e do maravilhoso”. Expunham certa “intelectualidade abstrata” de compleição apática. A herança dos dogmas predicados pelos loyolistas, “fatal e cavilosa”, permanecia sendo “transmitida, como um legado sagrado, de geração a geração”, ao que conclui o narrador que “será até a consumação dos séculos!”

Na compreensão do autor, tudo se organizava segundo as “fórmulas praticadas pelos jesuítas”, acatadas com zelo. Com todo o “apuro de sua

---

<sup>6</sup> Interferia na construção da capela o “sisudo capelão” da coluna. Conforme Joaquim Machado de Oliveira, um “aventureiro no Continente”, protótipo de outros tantos religiosos do período colonial brasileiro. Praticava especulações simoníacas, aproveitando-se de “um povo generoso e ingênuo, cheio de fé e de crença”, granjeando mediante seu “sacerdócio impuro” um pecúlio em moeda e “bestas para o próprio passal”(p. 333).

<sup>7</sup> Os guaranis, “povo das florestas”, possuíam o ofício da talha em madeira incorporada a sua vivência tradicional desde tempos pré-coloniais. Somadas às técnicas trazidas pelos jesuítas, seus conhecimentos, participação e co-participação eram imprescindíveis na edificação de povoados nos primórdios da ocupação do território rio-grandense. No caso particular de Alegrete, conforme Oliveira, para construção das casas e da igreja a madeira funcionava como material fundamental: “das vizinhas matas se derrubavam os angicos, os ipês e os *torumans* seculares” outras madeiras como touceiras de santa-fé e o “flexível caraha” (OLIVEIRA [1818], 1842, p.333).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

dedicação ao Crucificado”, a motivação seria menos por um “intrínseco sentimento de crença ortodoxal” do que por “imitação e costume tradicional”.<sup>8</sup>

Ao que tudo indica, havia neste ritual a necessidade de “aplar a cólera divina”, que, temiam os guaranis, aumentara pela “involuntária interrupção da série ânua desses atos”, ocasionada pelas incursões bélicas.

A religião tornara-se para eles o mais forte [...], o único hábito moral de sua vida: o objeto mais essencial que ela lhes apresenta, e que lhes sugere a mais escrupulosa atenção, é o culto explícito das imagens exercido com estrépito e aparato singelo.

O ministro desse culto, que eles olham como o dispensador das graças celestes, que pôde pela força maravilhosa de suas orações e interposição de oferendas, amenizar a intempérie das estações, neutralizar os males físicos e aflições da humanidade, fazer abundantes os frutos da terra e predispor o caminho para a felicidade eterna, atrai facilmente as suas mais vivas e ternas afeições, e tem sobre os seus ânimos um predomínio exclusivo (OLIVEIRA [1818], 1842, p.336).

Os rumores sobre a celebração da Paixão de Cristo na aldeia ribeirinha tinham “divagado de estância a estância, de povoação a povoação”, chegando as “Sete Missões do Uruguai”, colocando em movimento “numerosos bandos” para o Passo-geral do Ibirapuitã. Para Joaquim Machado de Oliveira era algo singular ver uma família guarani em viagem, fato descrito em detalhes pelo oficial:

O seu chefe tinha a precedência na marcha, arriando os cavalos que não eram montados: vestido mui singelamente, envolvida a cabeça em um pano, e cingindo a cintura o inseparável *cheripá*, do qual pendiam a guampa e a faca [...], apresentava-se apto para voltear o laço e as bolas, e a disparar sobre a bagualada. [...] A pouca distância dele ia a *china*, mãe de família, cavalgando o animal mais pacífico da tropilha, e cobrindo-lhe a cabeça e as faces um lenço vermelho (*panhoêlo puitam*), que se confundia com a cor de seu rosto [...]. Se tinha filhos pequenos, trazia-os engrupados sobre a montaria, e

---

<sup>8</sup> Citações localizadas em OLIVEIRA [1818], 1842, p.334-335.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

ligados a si pelo *cheripá* [...]. Pendiam aos lados do lombilho, e cruzando o assento por baixo do pelego, a maleta e o *passoêlo*, que continham o vestuário festivo da família [...] (1842, p. 338).

As numerosas famílias guaranis que ocorriam para a celebração da Paixão tinham hospedagem aberta na aldeia, “sendo-lhes comum o trabalho e aprestos que precediam esse ato, a fim de preenchê-lo sem omissão da menor solenidade”, não escapando nenhum dos preceitos tradicionais que estavam atribuídos ao ritual, e que os mais idosos tinham impressos em sua memória.

Era Domingo de Ramos. No alvorecer do dia, “depois da chamada militar dos lanceiros”, cada índio conduziu uma “grande braçada de folhas de palmeira *geribá*”, destinada a cobrir as cabanas onde se desenvolveria o “serviço divino” durante a Semana da Paixão, os últimos martírios de Jesus. Seguiu-se a benção da cabana e a missa, proferida pelo capelão de Alegrete.

A poucos metros de distância da cabana consagrada aos “ofícios divinos”, erigiu-se outra, dedicada à penitência. A sequência de ações expiatórias começava na quarta-feira de trevas, quando os índios “dilaceravam com açoites” seus corpos, “suportando com estóica resignação os mais bárbaros tormentos”. Os candidatos a representação simbólica do “Redentor” seriam contemplados como “predestinados por uma inspiração celeste para exercerem as funções mais augustas e religiosas” no rito à que se ofertavam.

O número de penitentes era indefinido, mas entre eles o que mais arduamente se flagelasse, o que mais “sangue vertesse” e aguentasse na “mais absoluta abstinência”, seria o escolhido para representar Jesus Cristo no ritual. Afastados de suas famílias e privados de alimento, os aspirantes acreditavam que seus esforços aplacariam a ira divina e, de tal modo, redimir-se-iam de seus pecados.

Durante as flagelações, os índios permaneciam “nus da cintura para cima, ajoelhados, silenciosos, com a cabeça inclinada para o chão, a mão esquerda



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

sobre o peito, e a direita empunhando um látego de couro”. Com o chicote esfolavam suas costas, “sem o mais leve indício do sentimento de dor”.<sup>9</sup>

A prática do autoflagelo entre os guaranis missioneiros foi comum e até mesmo estimulada pelos jesuítas durante o período reducional. Seria culpa dos corpos nativos, pouco habituados à cristandade, a vitimação por pestes e demais infortúnios.<sup>10</sup>

Na quinta-feira de endoenças foram organizados os “aprestos para a procissão do enterro”, que devia ser encenada no dia seguinte. A cabana que servia de casa de oração estava toda coberta de preto e, sobre uma alta banquetta, “construída de varas e revestida de pano branco, via-se colocado um crucifixo, entre duas velas acesas, assentadas em castiçais de barro”. Outras velas cravadas em estacas de taquara ornavam o ambiente. Aparatos litúrgicos eram adaptados conforme as possibilidades do local, de modo que, no lado direito da entrada, “via-se presa a parede uma guampa com água benta e hysope<sup>11</sup> de cabelo, para as aspersões dos que iam visitar o santo albergue, e oscular a peanha do crucifixo”.

As imagens que formavam o cortejo celeste, do “Salvador e seus Bem-aventurados” constituíam obra “das mãos dos índios”, para talha destas imagens utilizavam “qualquer que fosse a matéria de que para esse efeito se servissem”. Juízos de valor aparecem intrínsecos na descrição do militar. Sob o seu ponto de vista, os guaranis não possuíam as “mais superficiais noções artísticas”. Além da habilidade decorrente do “natural discernimento”, a feitura desses objetos, de “suportável execução”, teria características miméticas também.

---

<sup>9</sup> Citações localizadas em OLIVEIRA [1818], 1842, p.339-340.

<sup>10</sup> A prática de golpear as próprias costas com açoites, principalmente quando são provocadas feridas sangrentas, senão recomendada, é profundamente admirada tanto pelos nativos quanto pela Companhia (BAPTISTA, 2009, p. 142-145). Joaquim Machado de Oliveira conclui que todo este esforço dava-se mais pela vaidade supersticiosa do que pela genuína fé cristã, além de reconhecer a presença de elementos inspirados pelo fanatismo religioso da Idade Média.

<sup>11</sup> Esta planta é mencionada na Bíblia, por ocasião da Páscoa, quando os israelitas saíram do Egito, e também é citada no momento da crucificação de Jesus: “havia ali um vaso cheio de vinagre. Os soldados encheram de vinagre uma esponja e, fixando-a numa vara de hissopo, chegaram-lhe à boca (São João 19,29).





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Nas imagens se divisavam impressas formas características do tipo indígena, “atitudes e estilos que lhe são peculiares”:

Assim é que, a cópia do gentil e nítido semblante de Santo Antônio, era formulada pelo fusco carão de um índio quinquagenário, com todas as feições e gestos agrestes, e cabelo hirto; e o divino Filho da Virgem, [...] que se assenta nos braços do canonizado Paduano, expondo idêntica fisionomia a de uma criança indígena, tinha por vestes um ponche de seda orlado com fimbria de ouro (OLIVEIRA [1818], 1842, p. 342).

A presença de imagens estava cingida pela simbologia da companhia e proteção divinas, satisfazia necessidades subjetivas de amparo e compleição. Carregar estatuetas de santos em viagens e/ou atividades cotidianas, havia sido prática comum no período missional. A herança deste costume é referida pelo militar: “Destas imagens andavam sempre providas as maletas das chinas em suas viagens e, como os Penates<sup>12</sup> dos romanos, eram expostas no interior dos copés, quando os podiam construir para receberem as manifestações devotas da família”.<sup>13</sup>

Para Thompson, costumes estão na esfera do *sui generis*, ambiência, *mentalité*, “um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa” (1998:14). A relação entre as interferências estéticas indígenas sobre os santos da liturgia católica e sua utilização doméstica – pessoal – expõe uma funcionalidade dialógica, capaz de iluminar o ponto nodal da absorção das concepções católicas no imaginário<sup>14</sup> indígena.

Imagens inspiradas no “fusco carão de um índio” contêm a expressão do desenvolvimento da autonomia religiosa e estética dos missionários,

---

<sup>12</sup> Na mitologia romana, os penates eram os deuses do lar, responsáveis pelo bem-estar e a prosperidade das famílias. Eles compartilhavam o altar da deusa Vesta localizado no centro da casa. Assim como as miniaturas missioneiras, estas imagens eram veneradas no âmbito doméstico e carregadas em viagens.

<sup>13</sup> Citações localizadas em OLIVEIRA [1818], 1842, p.339-340.

<sup>14</sup> A imaginária neste estudo é entendida, segundo as considerações de Jacques Le Goff, como elemento que abrange o campo das representações, na medida em que traduz uma realidade exterior percebida, tradução que alimenta o homem e o faz agir, dessa maneira, uma tradução não reprodutora, e sim, criadora. Ver: LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

indexando<sup>15</sup> significados de diferentes universos culturais. Aproximam da compreensão de uma nova dinâmica de orientação da experiência religiosa, do contexto como a fé e a devoção passaram da imagem e de seu significado no imaginário dos índios até sua introdução no cotidiano desses indivíduos, perpetuando uma prática religiosa coletiva e individual.

Os cultos às imagens, “veneradas com devoção e invocadas pelos indígenas” (SEPP [1691],1943, p.179), tornou-se um rito incorporado por meio da mediação realizada pelas concepções anímicas presentes na cosmovisão dos indígenas. Pela mediação do animismo<sup>16</sup> foi possível a interpretação, aceitação, reconhecimento, e utilização de objetos até então desconhecidos da cultura indígena em objeto de *reiligare*.

Representações como essas podem manifestar os níveis de mestiçagem do processo, pautado nos embates entre diferenças culturais e formas de representar e se relacionar com o sagrado, a exemplo da manifestação de luto encenada ao meio dia da quinta-feira. Enquanto se ouvia em todo o entorno da aldeia “o rufo surdo de um tamboril coberto de pano negro”, as mulheres, com suas vestimentas negras e de longos cabelos soltos, “em sinal de luto e dor”, postavam-se sentadas em um canto da cabana, “imóveis e lastimosas, com as cabeças inclinadas para o chão”, num estado de absoluto recolhimento moral, “arrobo místico e exagerado ascetismo” (OLIVEIRA [1818], 1842, p.342).

À noite a índia de mais avançada idade, prostrada aos pés da banquetta que servia de supedâneo ao crucifixo, de mãos postas, “desferia um pranto lúgubre e horroroso a maneira das antigas carpideiras nos funerais. Em volta dela “extasiava uma multidão” de curiosos com “quadro tão assombroso”,

---

<sup>15</sup> No sentido do termo proposto por Paula Monteiro, para quem, “a noção de *indexação* é mais coerente do que a de *sincretismo*. Indexação não supõe o sujeito pensando, numa ação racional, se faz na prática, não pressupõe uma aproximação de conteúdos, não é equivalência, é uma heterodoxia que funciona na prática.” (Palestra proferida em 26/10/2010, no *XII Simpósio Internacional IHU – A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade*, realizado pela Unisinos).

<sup>16</sup> Esta noção de animismo baseia-se, em especial, nos estudos de Philippe Descola. O etnólogo recupera a noção de animismo combinado as formulações de Edward B. Tylor sobre o conceito, com a ênfase sociológica da escola britânica de Radcliffe, acrescida das categorias universais do parentesco de consanguinidade e afinidade.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

enquanto os índios, consternados e enternecidos num pranto geral, compartilhavam da agonia da anciã guarani. Depois de algumas horas, a “carpideira” seria substituída por outra, que prosseguiria com as lamúrias, intercalando prantos e queixas com “um trago de canha”.

Na visão do oficial, havia nos “brancos” desprezo e escárnio, revelado por gestos satíricos frente ao ritual encenado pelos guaranis. “As duas raças sempre em rixa, sempre divorciadas”. Nestas passagens o autor não deixa de expressar suas opiniões (preconcebidas) sobre a etnia e cultura guarani e indígena. Para ele, estes tinham “acanhadas faculdades intelectuais”. Atribuiu a isso a necessidade dos guaranis de materializar a “divindade do Homem-Deus”, por meio de encenações e veneração a imagens sacras. A origem destas concepções estaria, sobretudo, na didática jesuítica, que teria feito uso de objetos materiais e ações físicas em prol do pensamento moral, complexo e abstrato.

Na manhã da Sexta-feira Santa ninguém saía de suas casas, tampouco se escutava algum balburdio vindo delas. A tarde passou-se no exame de qual dos penitentes fora mais flagelado, e “por mais longo tempo se recusasse ao alimento”. O escolhido pelo capitão e pelos oficiais representaria Jesus na procissão de enterro.

Ao anoitecer, a índia que representara a mãe de Cristo voltou a aparecer, continuava a entoar lamúrias na companhia de seus parentes. Também, neste momento, o crucifixo que ficava na cabana foi substituído por “uma cruz preta assentada sobre peanha de barro”, e de cujos braços pendiam tiras de pano branco.

Às 22 horas iniciou-se a procissão do enterro: “todas as vistas, todas as atenções”<sup>17</sup> convergiam para aquele acontecimento. Uma cruz alta, feita de *taquaruçu*, foi hasteada por um menino, envolto numa vestimenta roçagante de cor preta e com a cabeça coberta por um pano branco, sobre o qual “assentava uma coroa de espinhos”. Do lado dele caminhavam dois outros meninos, com a mesma indumentária; portavam taquaras, onde queimavam velas de sebo. As

---

<sup>17</sup> Citações localizadas em OLIVEIRA [1818], 1842, p.342-343.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

laterais da procissão eram “guarnecidas com duas alas de 50 a 60 lanceiros, em traje de guerra, empunhando sirenes semelhantes aos que iam aos lados da cruz que abria o préstito”. No intervalo das alas “movia-se lentamente [...] uma numerosa fileira de meninas, vestidas de túnicas de pano branco, com os cabelos soltos e coroas de espinho sobre suas cabeças, que se inclinavam para o chão”.

Cada uma delas conduzia em suas mãos uma forma simbólica, e em miniatura, dos objetos que figuraram no martírio e paixão do Crucificado, e dos atributos físicos e morais que se reuniram a sua essência divina. Viam-se nesta série, entre outros emblemas, o galo que com seu tríplice canto revelou a Pedro a culpa da sua estranha negativa, os trinta dinheiros que recebeu o discípulo traidor, o azorrague, a lança de Longuinhas, a escada do descimento, a coroa de espinhos, os cravos: assim também os peixes e pães reproduzidos nas bodas de Canaã, a espada com que se armou contra o espírito das trevas, representado por um dragão de colo entonado, e as insígnias que lhe competiam como o Rei profetizado da Judéia. (OLIVEIRA [1818], 1842, p.346).

A procissão foi encerrada por um grupo de músicos “garganteando uns a ladainha com uma voz chula e dissonante, e outros fazendo guinchar com sinistro alarido algumas rabecas, outras de suas próprias mãos”. Na frente dos tocadores andavam outros indígenas com “grossos cartões” pregados no dorso, onde estavam gravadas as notas sobre pedaços de couro.

Junto a essa procissão seguia-se outra, onde “com as mãos atadas, diadema de espinhos na cabeça e túnica preta” andava cercado por outros lanceiros o “miserando penitente”, escolhido para representar Jesus. Os ditos lanceiros não poupavam “azorragadas, violentos arremessões, bofeteadas e insultos ignominiosos”.

Atrás deste grupo e “pondo fecho a todo aquele espetáculo”, ia uma mulher desfalecida nos braços de um índio. A dupla representava a mãe de Cristo e o Evangelista que assistiu a sua Paixão. Esta “tinha por séquito uma multidão de mulheres que levavam ao seu lado os filhos menores de mãos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

postas, e que caminhavam vagarosamente com luzes nas mãos, lavadas em pranto, e soltando arquejos e soluços”.

Até a meia-noite teria seguido a procissão, onde não faltaram, na platéia, correspondentes a altura para o drama. “Caiam de joelhos, os índios que a observavam e, num arrobo extático e devoto, batiam nos peitos com veemência”.<sup>18</sup>

Na manhã de sábado os fiéis foram acordados pelo som de tambores e pífanos anunciando a aleluia em “rufos descompassados e em dissonantes assobios”. A cabana de penitência havia desaparecido e, em seu lugar, “hasteara-se um poste elevado, donde pendia um mal formado manequim, figurando o traidor Iscariotes”. Momentos depois, este boneco seria arrancado de sua posição pelo “laço de alguns cavalheiros e, em poucos momentos, reduzido a mil pedaços”.<sup>19</sup>

Por fim,

Ao tambor que não cessou de rufar, congregaram-se vários tangedores de viola e rabeca, e em breve tempo o mais desentoado alarido de mistura com festivos hosanas difundiu-se da aldeia à capela de Alegrete; e esta retumbante folia, com um séquito numeroso de mulheres e crianças, trajados de gala, e em cujos fuscos semblantes reluziam a alegria e o contentamento, corria as ruas proclamando a aleluia (OLIVEIRA [1818], 1842, p.349).

Depois, os guaranis recolheram-se aos seus copés, “conscienciosamente pago de ter, segundo as regras e preceitos tradicionais da sua primitiva associação, desempenhado com o possível escrúpulo a celebração da Paixão de Jesus Cristo”.

Em sentido amplo, a narrativa da celebração da Paixão de Cristo entre índios provenientes dos povoados missioneiros, passados cinco decênios do rompimento com o sistema jesuítico, elucidada como, em cada época, se tecem relações complexas entre formas indicadas, impostas, mais ou menos

<sup>18</sup> Citações localizadas em OLIVEIRA [1818], 1842, p.346-347.

<sup>19</sup> OLIVEIRA [1818], 1842, p.348-349.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

restritivas, e identidades salvaguardadas, mais ou menos alteradas (CHARTIER, 2006). Neste sentido, as ritualizações do tríduo pascal são alusivas a um processo de *indexação* do sagrado, que se fixou em criações e usos autônomos das balizas do cânone.

A maneira pela qual os atores sociais dão sentido às suas práticas e aos seus enunciados situa-se, por um lado, na tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades, e, de outro, nas restrições e nas convenções que limitam – com mais ou menos força, segundo as posições que ocupam nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, dizer e fazer.<sup>20</sup>

As liturgias do calendário católico, como rituais formais e elaborados, sofreram inúmeras alterações desde as fórmulas predicadas pelos loyolistas até metamorfosearem-se em práticas inseridas no processo de mestiçagem e povoamento sul-rio-grandense. Nestas circunstâncias, quando o indígena se inseriu no âmbito do povoamento, tornou-se, também, parte da sociedade sob hegemonia dos estados colonial e nacional. Seu conduto é mestiço e suas práticas podem indicar os termos do discurso que integraram. Entre outras reminiscências, seus santos de madeira, com formas constitutivas do biótipo indígena, “atitudes e estilos que lhe são peculiares”, correspondem a primeira manifestação de arte popular religiosa do sul do Brasil.

### **Bibliografia**

BAPTISTA, Jean. *Dossiês Históricos do Museu das Missões: Volume II: O eterno: crenças e práticas missionais*. São Miguel das Missões: Museu das Missões, IBRAN, 2009.

BÍBLIA SAGRADA. Brasília: Sociedade bíblica do Brasil, 1969.

---

<sup>20</sup> CHARTIER, 2006, p.39. Para Chartier, a cultura não pode ser pensada sob a perspectiva de um legado recebido e como transmissão de hábitos e costumes de uma geração a outra. Os objetos não são simplesmente aceitos de modo passivo; eles não são recebidos como uma herança perpetuada por uma tradição. Existe um processo de recepção, de apropriação cultural dos objetos, que são utilizados de diferentes formas.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

CHARTIER, Roger. *A Nova História Cultural existe?* In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

DESCOLA, Philippe. *La Nature Domestique: Symbolisme et Praxis dans l'Écologie des Achuar*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1986.

\_\_\_\_\_. *Ecologia e cosmologia*. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (orgs.). *Faces do Trópico Úmido: Conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Museu paraense E. Goeldi, 1997.

DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961.

ESCANDÓN, Juan de. *História da transmigração dos Sete Povos Orientais*. São Leopoldo/RS: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1983 [1760].

FARIA, José Custódio de Sá e. *Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai (1750-1761)*. In: GOLIN, Tau. *A guerra guaraníca: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo/RS, EDIUPF; Porto Alegre, UFRGS, 1999.

GOLIN, Tau. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2002

LARA, Diogo Arouche de Moraes. *Memória da Campanha de 1816*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Tomo VII, n.º 26 – Julho de 1845, p.: 123 a 170, terceira edição, Rio de Janeiro; imprensa Nacional, 1931, p.: 123 a 170.

LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Episódio de um diário das campanhas do Sul [1818]*. In: *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D.L. dos Santos, 1842, tomo quarto, pp. 331-349.

SEPP, Antônio. *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **ASCENSÃO E QUEDA POLÍTICA DE JUAN MANUEL DE ROSAS (1829-1852)**

Janaíta da Rocha Golin<sup>1</sup>

A trajetória política do homem que tentaria de todas as formas, resgatar a condição de unidade entre as províncias do Rio da Prata no período de 1829 a 1852, perpassou por uma série de enfrentamentos entre federalistas e unitários, que o levariam a assumir o governo de Buenos Aires. O fuzilamento de Manuel Dorrego pelos aliados de Juan Lavalle, integrante do Partido Unitário, instaurou um clima de resistência e revolta, onde Juan Manuel de Rosas, adepto da causa federalista, foi ganhando cada vez mais apoio, determinando a sua ascensão ao poder no dia 08 de dezembro de 1829 junto ao governo de Buenos Aires.

Em janeiro de 1831, Rosas e Estanislao López, governante de Santa Fé, impulsionaram o Pacto Federal entre Buenos Aires, Santa Fé e Entre Rios. Este, que seria um dos "pactos preexistentes" mencionados na Constituição da Nação Argentina, tinha como objectivo obstaculizar a expansão do unitarismo. A Província de Corrientes aderir-se-ia mais tarde ao Pacto, porque o deputado correntino Pedro Ferré tentou convencer a Rosas de nacionalizar os rendimentos da Aduana de Buenos Aires e impor protecções aduaneiras à indústria local. Neste ponto, Rosas seria inflexível e manteria a aduana como principal fonte da riqueza e do poder de Buenos Aires (LUNA, 2000, p. 15).

Rosas, sob a aparência de uma Confederação, estabeleceu um poder centralizado, favorecendo o domínio de Buenos Aires sobre as demais Províncias Argentinas, além disso, recebeu destas a delegação formal de representá-las externamente. A chave para a hegemonia de Rosas foi exatamente o manejo das relações exteriores da Confederação, onde as províncias não podiam manter contatos com governos estrangeiros nem estabelecer tratados com eles a não ser sobre assuntos estritamente locais.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Pós-Graduação em História da UPF. E-mail: itagolin@hotmail.com





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Apesar de seus laços com os federalistas, uma facção que demandava maior autonomia para as províncias, Rosas manteve o controle sobre as demais províncias argentinas através de negociações, subornos e pressões militares. Isso foi possível uma vez que Buenos Aires era a província mais rica e populosa, além disso, todo o carregamento comercial e internacional das outras províncias era obrigado a passar por seu porto. Seu governo levou a uma emigração em massa de cerca de 14.000 unitaristas, adversários políticos que desejavam centralizar o país em Buenos Aires, para o Uruguai e Chile em uma tentativa de escapar das repressões.

A principal ambição política de Rosas, e que permearia grande parte de suas ações, seria a tentativa de recriar o antigo vice-reinado do Rio da Prata, o qual fora fundado em 1776 pela Espanha abrangendo Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai e as Missões, no Rio Grande do Sul. Para isso, Rosas precisaria conquistar três nações soberanas: a Bolívia, o Uruguai e o Paraguai, além da maior parte da região sul do Brasil. Para atingir tal objetivo, o caudilho buscou possíveis aliados nos países vizinhos que pudessem colaborar com seus planos, envolvendo-os na política interna e econômica, financiando rebeliões e guerras civis, no caso como veremos adiante, a Revolução Farroupilha na Província do Rio Grande do Sul e a implementação da aliança Oribe-Rosas, na Banda Oriental.

Para o Brasil, um vizinho republicano poderoso na região, como a Argentina poderia se tornar caso conseguisse cumprir seus planos, era visto como uma ameaça à soberania do Paraguai e Uruguai. A manutenção da independência de ambos os países era vital para o Império, que temia uma possível nacionalização dos rios platinos por parte da Argentina, o que impossibilitaria a comunicação entre a província do Mato Grosso com a capital brasileira. Não convinha ao Império que se formasse uma grande nação, capaz de inquietá-lo, pelo espírito da tradicional rivalidade, que sempre dividira os antigos domínios das duas metrópoles, Portugal e Espanha.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Ao longo de seu governo, Rosas esquivou-se de formalizar alianças com o Brasil. Frente à sua recusa, o governo imperial buscou fortalecer-se e, para tanto, necessitava contar com a unidade interna brasileira. Ao governo forte da Confederação somente poderia contrapor-se outro governo forte. A derrota de Rosas e de seus aliados era uma necessidade para a consolidação do Estado nacional brasileiro, monárquico e centralizado. A preponderância do Império na região do Prata inviabilizaria futuros movimentos rebeldes no Brasil meridional, por carecerem de apoio externo, e asseguraria o contato fluvial com o Mato Grosso (CERVO, 1998, p. 182).

Segundo o historiador argentino Félix Luna, Rosas impediu a organização constitucional, mas foi criando um esboço de Estado nacional e afirmando a consciência de unidade entre as províncias da Confederação. Deu maior importância a Buenos Aires, privilegiou a classe dirigente portenha e partiu desta base para defender a soberania. Defendia uma Federação, mas na prática encabeçou um regime absolutamente centralista. Em algum momento, através de seu Ministério da guerra, combateu Bolívia, parte da Banda Oriental, Brasil, França e Inglaterra.

Sendo assim, inúmeras pessoas mostraram-se decepcionadas com o regime de Rosas, o qual não permitiu que os jovens agrupados pela Associação de Maio pudessem tornar-se instrumento intelectual do regime tornando-o mais aberto ao pensamento contemporâneo. Esta oposição levou Rosas a imprimir cruéis repressões em todo o interior do país, o que provocou a imigração destes opositores para Uruguai e Chile, principalmente. Este novo elemento justificou a acentuação do sistema repressivo e unificação em um mesmo bando todos os desafetos da Confederação.

Convém assinalar que a ação de Rosas teve conseqüências diferentes nas regiões em que ele dominava. Buenos Aires, não poderia queixar-se de sua política já que ela fundamentava-se na sua hegemonia. Durante sua administração, salvo nos momentos em que se instaurou um ambiente de terror, foi respeitada a propriedade privada e os estrangeiros, sobretudo os ingleses que gozavam de garantias. Sua política econômica foi decididamente conservadora: controlou as despesas ao máximo, e manteve um equilíbrio fiscal precário sem



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

emissões de moeda nem endividamento. Também não pagou a dívida externa contraída em tempos de Bernardino Rivadavia, obrigado a renunciar à presidência das Províncias Unidas do Rio da Prata em 1827, acusado pela oposição federalista de buscar a paz com o Brasil cedendo-lhe a Banda Oriental. O papel moeda porteño manteve muito estável seu valor e circulou por todo o país, substituindo à moeda metálica boliviana, com o qual contribuiu à unificação monetária do país. O Banco Nacional fundado por Rivadavia estava controlado por comerciantes ingleses e tinha provocado uma grave crise monetária com contínuas emissões de papel moeda, continuamente depreciado.

A lei de Aduanas, promulgada em 1835, era protecionista (proibia a importação de uma série de produtos) e proporcionou a Rosas o apoio dos produtores de manufaturas do interior. Através de suas ações no plano econômico, os negócios foram protegidos da concorrência estrangeira e a burguesia mercantil portenha foi favorecida pela concentração do comércio exterior argentino no porto de Buenos Aires, cujas rendas não foram nacionalizadas.

Rosas, quanto às províncias platinas, foi o continuador da política monopolista e antidesenvolvimentista da antiga metrópole. “A capital argentina cumpria seu destino histórico: fora fundada pelos espanhóis não para se desenvolver, mas para guardar as portas de fundo das minas de prata do Peru”. Assim, além de fechar os outros portos do Rio da Prata à navegação e ao comércio internacionais e de proibir, nas províncias, a produção agrícola e industrial que competisse com a de Buenos Aires, Rosas passou a “confiscar e saquear os negócios e residências de franceses e ingleses”. (GARCIA, 2010, p. 122). Em 1838, ocorreu o bloqueio dos portos argentinos pelos franceses: medida tomada em função de que Rosas não indenizou súditos franceses atingidos por medidas provinciais, nem os isentou de prestar o serviço militar, como ocorria com os britânicos. A França objetivava também ser equiparada à Grã-Bretanha na cláusula de nação mais favorecida, obtida por Londres com o Tratado de Comércio de 1825.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Em 29 de outubro de 1840, o almirante francês barão de Mackau assinou com Felipe Arana, encarregado de relações exteriores de Buenos Aires, um acordo que terminou com as divergências entre os dois Estados, pondo fim ao bloqueio de dois anos e meio do porto dessa cidade. A França obteve o que reclamava em 1838, mas não conseguiu derrubar Rosas, objetivo que, desde então, passou a ter. Rosas fez constar na Convenção Mackau-Arana que não se aplicaria à França a cláusula de nação mais favorecida caso a Confederação outorgasse direitos especiais a cidadãos de outros países americanos. Esse documento representou uma vitória de Rosas, ao permitir a retomada das atividades comerciais do porto de Buenos Aires, sua aduana e as rendas por ela geradas, significando uma derrota para os unitários argentinos e seus aliados colorados (CERVO, 1998, p. 180).

Acreditava o governo imperial brasileiro que, uma vez livre da intervenção anglo-francesa e confirmado seu poder no Estado Oriental (Uruguai), com a eventual vitória dos *blancos*, na guerra civil, Rosas teria condições de submeter totalmente a oposição interna argentina. Alcançado tal intento, raciocinava o chanceler brasileiro Paulino José Soares de Souza, o Paraguai seria anexado em seguida pela Confederação Argentina, que se tornaria extremamente forte, enquanto o Brasil ficaria isolado. Chegaria, então, o momento de o Ditador “vir sobre nós com forças e recursos maiores, que nunca teve, e envolver-nos em uma luta em que havíamos de derramar muito sangue e despender somas enormíssimas” (CERVO, 1998, p. 180). O Império preparou-se para, com o apoio de setores políticos internos platinos, intervir no Uruguai em favor dos colorados e na Confederação para depor seu líder.

A população de Buenos Aires caiu de oitenta mil em 1830 para quarenta mil habitantes em 1843, pela crua ditadura rosista que forçava à emigração, a de Montevideu subiu de nove mil para trinta mil, por crescente imigração, incentivada pelo desenvolvimento econômico. O franco desenvolvimento do Estado Oriental (Uruguai) prendia a atenção de Rosas. Não podia ser aceito. Outra vez, Montevideu absorvia o duro fado de Colônia. Assim, mantinha ele “a ordem sempre ameaçada, de modo a não permitir que se consolidasse no novo estado um governo capaz de dificultar o plano da desejada aliança ou anexação” (GARCIA, 2010, p. 129). A Chancelaria de Buenos Aires,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

em 1831, não estava disposta em assinar um tratado definitivo que garantisse a independência do Uruguai. Na verdade, o plano de Rosas era incorporar o Uruguai às províncias unidas desde 1832. A oportunidade lhe vem da luta pelo poder entre Rivera e Oribe, sendo este último seu protegido.

Frutuoso Rivera cumpriu seu mandato presidencial no governo uruguaio de 1830 a 1835, sendo Oribe eleito para sucedê-lo em março de 1835. Rivera rebelou-se, mas acabou sendo derrotado militarmente, e partiu para o Rio Grande do Sul, onde se aliou aos farrapos, até então aliados de Rosas. Eles invadiram o Uruguai e conquistaram a maior parte do país, com a exceção da capital Montevideú. Derrotado, Oribe partiu para a Argentina após renunciar à sua posição como presidente uruguaio. Rivera foi reeleito presidente em 1838 e como represália, Rosas enviou um exército liderado por Lavalleja que foi rapidamente derrotado. Rosas enviou um outro exército, formado por tropas argentinas e uruguaias sob o comando de Oribe, que derrotaram as forças de Rivera em 1843.

O governo uruguaio elegeu Joaquín Suárez para sucedê-lo como presidente, sendo apoiado pela Inglaterra, França e reconhecido pelo Brasil, todavia Oribe instalou o “Governo de Cerrito” que passou a dominar todo o interior da Banda Oriental e sitiou Montevideú. Em 1843, Rosas bloqueou o porto de Montevideú e fez pela força afluir a Buenos Aires o comércio da região. Os aliados de Oribe assassinaram mais de 17.000 uruguaios e 15.000 argentinos. Com a quase totalidade do território uruguaio em seu poder, Oribe permitiu que seu aliados invadissem o sul do Brasil, roubando gado, assaltando estâncias e assassinando cidadãos brasileiros. Mais de 188 fazendas brasileiras foram atacadas, enquanto 814.000 bois e 16.950 cavalos foram roubados. Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí, decidiu por conta própria realizar represálias contra o Uruguai organizando investidas que se tornaram conhecidas como “Califórnia”, em homenagem à violência que aconteceu nos Estados Unidos da América durante sua expansão ao Oeste. O apoio de Rosas aos blancos contra os colorados e a instabilidade decorrente na região levou a



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

duas maiores potências da época, França e Grã-Bretanha, a declararem guerra à Argentina. Por repetidas vezes Buenos Aires sofreu o ataque das esquadras anglo-francesas e teve seu porto bloqueado em várias ocasiões. O governo argentino foi capaz de resistir, forçando as duas potências a assinarem um acordo de paz em 1849.

Na análise dos ofícios do Barão de Caxias, durante a época em que foi encarregado de pacificar a província rebelada do Rio Grande do Sul (1842-1845), há evidências quanto as suas articulações e manobras para vencer os farroupilhas. Caxias em prol do governo imperial conseguiu sufocar a província, vencer e debelar os rebeldes farrapos. Porém, para isso precisou das relações diplomáticas com os governos platinos, tanto para se manter no que diz respeito à utilização de equipamentos vindos das províncias para as tropas, como para dificultar as relações diplomáticas dos rebeldes com essas províncias. Logo, o contato que o barão fez com as províncias platinas foi o motor propulsor para a pacificação da província em 1845.

Quanto ao Paraguai o ditador argentino procurou impedir o seu contato com o exterior para assim submetê-lo, além da recusa em reconhecer a independência paraguaia, ele também criou entraves a seu comércio uma vez que controlava a navegação do Rio Paraná. Considerava o Paraguai como “província rebelada”, “porque àquele país tinha direito de anexá-la, como legítimo sucessor dos reis da Espanha”. (GARCIA, 2010, p. 136).

Rosas criou, em grande parte, as condições para a sua derrubada, ao abandonar, lentamente, os princípios federalistas e passar a agir como um unitário nas relações com as províncias argentinas. A centralização do comércio exterior pelo porto de Buenos Aires, sem nacionalizar a renda de sua alfândega, prejudicava as demais províncias que não eram atendidas no desejo de autodeterminação de suas economias. Tais províncias reivindicavam medidas protecionistas, mas, ao mesmo tempo, ansiavam pela abertura do Rio da Prata e de seus afluentes à livre navegação. A economia de Entre Ríos fora particularmente atingida pelas medidas rosistas de ampliar o controle sobre as províncias do rico litoral fluvial. Mesmo em Buenos Aires, a economia já não





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

estava dominada exclusivamente pelos produtores e exportadores de charque, base política de Rosas, pois surgiram também, os criadores de ovelha, menos comprometidos com o regime e que desejavam fortalecer suas exportações para a Europa.

A contradição básica e insuperável de Rosas era a exaltação da Federação como único regime de governo e na realidade seguiu-se um sistema completamente centralista. Os mesmos dirigentes provinciais que aderiram a ele, se apressaram a rodear Urquiza, governador de Entre Ríos, apoiando seu projeto constitucionalista.

O texto de *Civilización i Barbarie: vida de Juan Facundo Quiroga i aspecto físico, costumbres i ábitos de la Republica Argentina*, de Domingo Faustino Sarmiento, foi utilizado pelo Império do Brasil como poderoso instrumento de convicção da elite brasileira e de seus aliados na campanha contra Juan Manuel Rosas, governador de Buenos Aires. A montagem da poderosa operação da monarquia, do Partido Colorado uruguaio e da arregimentação das forças de Urquiza, em especial, teve o seu argumento propagandístico fundamentado, em grande parte, no *Facundo* (GOLIN, 2005, p. 1).

Com a geopolítica enquadrada na luta da civilização contra a barbárie, os jornais brasileiros retiravam diretamente do texto de Sarmiento a caracterização de Rosas como a representação do gauchismo selvagem no espaço platino, força social e cultural impeditiva do modelo civilizacional europeizante. A interpretação inicial de Sarmiento foi publicada em forma de folhetim, com 25 capítulos, em maio e junho de 1845, no jornal *El Progreso*, de Santiago do Chile. Ao concluir a série, a obra de Sarmiento foi transformada em livro e lançado em julho de 1845. Sucedaneamente, o *El Nacional*, de Montevideú, controlado pelos colorados, republicou-o entre novembro de 1845 a fevereiro de 1846. No Brasil, através do *Jornal do Commercio*, o jornalista José Maria da Silva Paranhos – futuro visconde de Rio Branco - adequou o texto de Sarmiento para os interesses brasileiros e alimentou ampla propaganda contra Rosas, defendendo a política do Partido Conservador de intervenção no Prata.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Se em 1835 o sistema de Rosas era uma necessidade em 1850 havia se convertido em um obstáculo para a organização e progresso do conjunto argentino. Demonstração disso foi a publicação na imprensa oficial da Carla de la Hacienda de Figueroa, da famosa missão enviada a Quiroga em dezembro de 1834, dando explicações de que as condições atuais do país tornavam impossível a sanção de uma constituição, no momento em que Urquiza reclamava uma constituição. Para as províncias argentinas, no entanto, a palavra “Constituição” não estava desprovida de conteúdo, significava a repartição das rendas aduaneiras que Buenos Aires monopolizava. Implicava a abolição das aduanas interiores, fonte de recursos para os Estados locais, mas fatores geradores de um enorme encarecimento dos produtos que transitavam no território argentino. Significava a livre navegação dos rios interiores e a liberação da hegemonia do porto de Buenos Aires e a possibilidade de conectar-se livremente com os mercados europeus. E também a constituição de um Estado nacional que não estaria ligado aos interesses da província portenha (LUNA, 2000, p. 189-190).

Em 1º de maio de 1851, Justo José de Urquiza, governador de Entre Ríos, baixou decreto reassumindo o exercício de representação externa da província, até então delegado a Rosas. Fazia-o respaldado por negociações para uma cooperação com o Brasil, as quais levaram à assinatura, em 29 de maio, do Tratado de Aliança Ofensiva e Defensiva entre os governos do Império, de Montevideu e de Entre Ríos. Seu objetivo declarado era o de manter a independência e promover a pacificação do Uruguai por meio da expulsão do seu território de Oribe e da força argentina que o apoiava. Ficou estabelecido que a aliança se voltaria contra o governo de Buenos Aires, caso este se tornasse obstáculo ao objetivo de pacificação. As operações militares foram iniciadas por Urquiza ao entrar com suas forças em território uruguaio em 8 de julho de 1851. No mês seguinte, Rosas declarou guerra ao Brasil e, em outubro, as forças blancas renderam-se ao governador entrerriano.

O exército aliado partiu em direção à capital argentina de Buenos Aires com o intuito de conquistá-la por terra, enquanto as divisões brasileiras comandadas por Caxias atacariam por mar. Em 1º de fevereiro de 1852, as tropas aliadas estavam acampadas a cerca de nove quilômetros de Buenos Aires. No dia seguinte na Batalha de Campo de Alvares, a vanguarda aliada derrotou





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

uma força rosista sob o comando do General Ángel Pacheco, que havia sido enviado para atrasar o seu avanço. Em 3 de fevereiro, o exército aliado se deparou com o exército argentino comandado pelo próprio Rosas. As forças aliadas eram compostas por 20.000 argentinos, 1.700 uruguaios e 4.000 soldados de elite brasileiros, distribuídos em cerca de 16.000 cavaleiros, 9.000 infantes e 1.000 artilheiros, formando um exército de 25.700 a 26.000 homens, com 45 a 50 canhões. Do lado argentino, Rosas dispunha de 15.000 cavaleiros, 10.000 soldados de infantaria e 1.000 artilheiros: um total de 26.000 homens com 60 canhões.

Juan Manuel Rosas escolheu o melhor terreno para preparar o seu exército, dispondo-o no topo de um monte em Caseros, do outro lado de um ribeirão chamado Arrojo Morón. Os comandantes aliados Manuel Marques de Sousa, Manuel Luís Osório, José Maria Pirán, José Miguel Galán (substituindo Garzón após sua morte repentina em 1º de dezembro de 1851, Urquiza e os futuros presidentes argentinos, Bartolomé Mitre e Domingo Sarmiento formaram um Conselho de Guerra e decidiram iniciar a batalha). Cerca de 11h da manhã, a vanguarda de ambos os exércitos iniciou seus ataques. A Batalha de Monte Caseros, como ficou conhecido o combate entre os exércitos aliados (Império, Entre Ríos e Uruguai) e argentino, resultou em uma grande vitória para os opositores de Rosas. Apesar da pior localização no campo de batalha, os soldados aliados conseguiram aniquilar as tropas rosistas após uma batalha que durou a maior parte do dia. Poucos minutos antes das forças aliadas alcançarem a chácara no topo de Caseros onde Rosas havia instalado o seu Estado-Maior, o ditador argentino montou seu cavalo e fugiu do campo de batalha. Disfarçado de Marinheiro, Rosas pediu auxílio a Robert Gore, embaixador britânico em Buenos Aires, que o transportou junto com sua filha Manuelita, vestida de homem, ao Reino Unido, onde passou os últimos vinte anos de vida. O relato oficial afirmou que 400 homens do lado aliado haviam morrido, enquanto o exército argentino perdeu 1.200 homens. No entanto, pela duração e proporção da batalha, o número de fatalidades pode ter sido maior.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Caseros não foi uma batalha entre adversários irreconciliáveis e sim uma luta interna dentro do partido federal, que desde 1850 parecia dominar toda a Confederação, onde o dirigente (Urquiza) que simbolizava a renovação do esquema federalista venceu o velho dirigente (Rosas) aniquilado em suas fórmulas de sempre. A vitória aliada estabeleceu a hegemonia brasileira na região do Prata e gerou estabilidade política e econômica ao Império do Brasil. Porém, a instabilidade nos outros países da região permaneceria, com as disputas internas entre partidos no Uruguai, e uma guerra civil na Argentina pós-Rosas.

Convém destacar que o Exército brasileiro, desde o século XIX, “procurou atender à necessidade de constante pesquisa e desenvolvimento técnico e científico, como uma forma de garantir o preparo da tropa” (CASTRO, 2002, p. 21). E foi justamente na Batalha de Monte Caseros que foi usada pela primeira vez a modalidade de foguetes Congreve, demonstrando na prática a política de inovação técnico-científica militar arquitetada pelos militares. Contudo, o combate se deu de tal forma, com a infantaria brasileira avançando tão além da artilharia, que esta última não teve uma participação decisiva no combate, o que fez com que os relatórios não contivessem muitas informações sobre o uso da nova arma. Todavia, eles devem ter sido suficientemente impressionantes para justificar a expansão da Oficina de Foguetes que se consolidaria tempos mais tarde.

O tratamento historiográfico dado a Rosas é realmente extremo, e até hoje segue-se discutindo sobre ele. Depois de longas décadas de uniformidade anti-rosista, o aparecimento da obra *História da Confederación Argentina*, publicada em 1892, em que Adolfo Saldías resgatou a positividade de sua figura, revolucionou todo o ambiente historiográfico argentino. Na segunda e terceira década do século XX, o aparecimento do revisionismo histórico na Argentina resgatou a figura do Restaurador, elevando-o com um dos maiores próceres da história. Em primeiro lugar, os revisionistas destacaram a ação de Rosas como a de um defensor da soberania nacional em frente às duas maiores potências de



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

sua época. Também destacaram seu papel como organizador da união nacional prévia à sanção da Constituição. Muitos destes revisionistas resgataram a figura de Rosas para defender a idéia de um governo forte, autoritário, para sua própria época. Entre eles figuraram muitas personagens que aderiram ao movimento peronista, ainda que não todos viam a Perón como um governante forte. Desde meados do século XX apareceu uma nova camada de historiadores, entre os que se destacaram Enrique Barba e Félix Luna, que atacaram o sistema de Rosas por ter eliminado toda a forma de dissenso, por ser anti-democrático. E também ter feito de seu governo um sistema centrado no culto a sua pessoa. Os partidários do liberalismo econômico atacam até o presente a memória de Rosas, enquanto resgatam sua figura os partidários de alguma maneira de protecionismo ou de nacionalismo. Atualmente, os historiadores estão a tratar de chegar a um equilíbrio no estudo de sua figura, de seu sistema político e de sua época.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *O Exército e a Pesquisa Aeroespacial 150 anos de aventura*. DaCultura, Jan-Nun. 2002. Disponível em: [http://www.funceb.org.br/images/revista/10\\_2n8r.pdf](http://www.funceb.org.br/images/revista/10_2n8r.pdf). Acesso em novembro de 2010.

CERVO, Amado Luiz, Mario Rapoport (orgs). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira iluminada. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

GOLIN, Tau. *Instrumentalização política de Facundo pelo Brasil na guerra contra Rosas*. III Jornadas Latinoamericanas de Historia de las Relaciones Internacionales Santiago – Chile – 2005.

LUNA, Félix. *Breve historia de los argentinos*. Editorial Planeta Argentina, 1997.

LUNA, Félix. *Historia integral de la Argentina*. Volume 9-La Santa Federación. Editorial Planeta Argentina, 2000.

MENDES, Jéferson. *As relações diplomáticas entre o Barão de Caxias, os farroupilhas e os governos platinos e provincianos durante a Revolução Farroupilha*. Disponível



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

em <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/.../253> .  
Acesso em junho de 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **NECESSIDADE OU PODER? UMA ANÁLISE SOBRE AS LOUÇAS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CASARÃO DOS MELLO**

Janice Rosa do Amaral<sup>1</sup>

Saul Eduardo Seiguer Milder<sup>2</sup>

O sítio arqueológico histórico Casarão dos Mello (Figura 1) localiza-se no município de São Martinho da Serra, parte central do Rio Grande do Sul, a 23 km ao norte da cidade de Santa Maria (Figura 2). Fazendo parte de um projeto arqueológico e de educação patrimonial iniciado em 1995. Os primeiros trabalhos no casarão foram realizados em 1998, sendo efetuadas algumas sondagens pelo quintal e ainda uma intervenção na lixeira que ainda era utilizada pelo vizinho do casarão. Após, em 2000, o alvo de intervenções foi delimitado a partir da lixeira, sendo abertas quadriculas. Em junho e outubro de 2001 foi realizada uma intensa escavação, sendo alvos de intervenções a antiga senzala e cozinha, a entrada da senzala, o porão e o quintal.

O provável construtor do Casarão foi um tropeiro sorocabano que teria obtido as terras por meio de doação de sesmarias. Na segunda metade do século XIX, segundo registros, o morador era João Batista de Oliveira Mello, oficial da guarda nacional e após ele seu filho, João Manoel de Oliveira Mello, oficial na guerra do Paraguai e deputado provincial. A casa ainda teve outras funções, tais como loja maçônica, Câmara de vereadores, pensão, padaria e também chegou a sediar um Clube Republicano de grande importância na região. Seu último morador foi o poeta Teófilo Vargas, já no século XX, segundo memória oral, este era alcoólatra e doente dos pulmões. Todos os moradores deixaram parte de sua história nos vestígios presentes no sítio. Com este trabalho propõe-se a análise da coleção de louças, atualmente disponível no Laboratório de Estudos e

---

<sup>1</sup> Autora, acadêmica do curso de história da Universidade Federal de Santa Maria, estagiária do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA). Email para contato: janice\_amaral@hotmail.com

<sup>2</sup> Orientador, professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria e coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas arqueológicas/UFSM. Email para contato: milderbr2@gmail.com

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Pesquisas Arqueológicas (LEPA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Por meio da louça podemos ter uma base do poder aquisitivo de seus moradores, portanto este trabalho tem como objetivo verificar se a coleção de louças escavadas seriam marcadores de status social ou apenas supririam as necessidades dos moradores do casarão. Além disso, com base no estudo de poder, podemos tentar compreender melhor a sociedade existente em São Martinho da Serra no século XIX.



Figura 1- Casarão do Mello.





Figura 2- Localização do município de São Martinho da Serra.

Foram analisados os fragmentos separando-os e classificando-os entre basicamente três tipos: louças brancas, brancas com superfície modificada e decoradas. Sendo as decoradas, também, separadas por tipos decorativos. As louças foram analisadas conforme sua pasta, esmalte e padrão decorativo, observando como e onde aconteceu o surgimento de tal padrão e as possíveis datas de sua fabricação e exportação.

A grande maioria das louças encontradas é em faiança fina e possui o esmalte do tipo *pearlware*, esmalte de cor pérola fabricado em grande escala pelos países europeus a partir de 1780, esse tipo de esmalte acaba por extinguir as louças em *creamware*, louça de esmalte creme, muito popular no século XVIII e que deixou de ser fabricada em meados de 1820 (TOCCHETTO, 2001).

Para o melhor entendimento farei uma breve caracterização de alguns dos tipos decorativos encontrados no referido sítio (Figura 3), especificando algumas de suas características e seu período de fabricação.





Figura 3- Exemplos de tipos decorativos presentes na coleção.

*Shell Edge*: Decoração feita na borda da peça, geralmente pratos, tigelas, malgas e travessas. São pequenos sulcos feitos em alto relevo dando um aspecto de plumagem e pintados à mão, tendo como cores mais comuns o azul e o verde (CALDARELLI, 2003). Houve diversas mudanças nesse padrão ao longo dos anos de sua fabricação, novas versões foram desenvolvidas freqüentemente. Optou-se por chamar todos esses tipos de decoração – pintada na borda com ou sem alto relevo, formando linhas verticais – de *Shell Edge*. Foi provavelmente um dos primeiros tipos decorativos em *pearlware*, pois já era utilizada em *creamware*. Sua produção iniciou-se por volta de 1775, já quanto ao fim da sua produção há uma grande divergência entre diversos pesquisadores, as datas ficam entre o meio e o fim do século XIX e início do século XX (TOCCHETTO, 2001).

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*



Figura 4- Louças decoradas com o padrão Shell Edge

Louça Vidrada: Cerâmica feita em torno e coberta por esmalte vidrado. Não pode servir como marcador temporal, pois é fabricada até hoje. Muitos países produziram-na, inclusive o Brasil, desde o século XVIII (BRANCANTE, 1981).

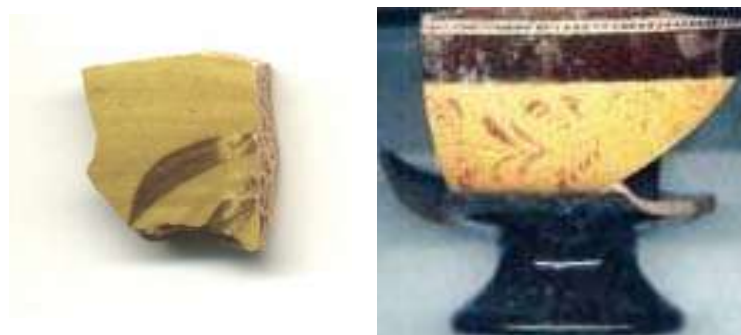


Figura 5- Louças vidrada

*Transfer-printing*: Fabricada a partir de 1750, na Inglaterra. Tal tipo decorativo possibilitou que fossem fabricadas decorações em série. O desenho era feito em uma chapa de cobre e após isso transferido para a peça desejada, as principais cores eram o azul, o rosa e após o violeta. Surgiram vários tipos de padrões decorativos para esta técnica, dentre eles destacamos o *chinoiserie*, o pastoral, as vistas exóticas, o *sheet floral*, o floral central, o clássico e o romântico.



Figura 6- Louças decoradas em *transfer-printing*

**Borrão Azul:** Técnica decorativa em que a tinta se mistura com o esmalte dando um aspecto nebuloso à peça. Geralmente é utilizada em peças decoradas com *transfer-printing* ou pintadas à mão. Tal decoração pode chegar a dificultar a identificação do desenho feito na peça.

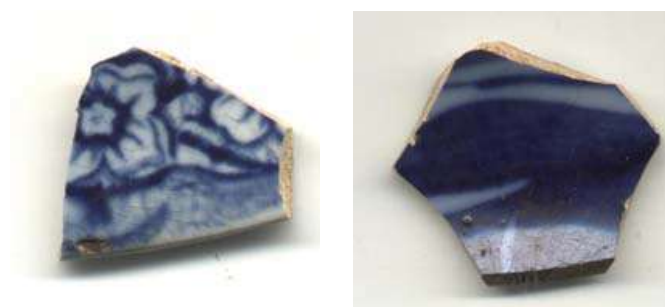


Figura 7- Louças decoradas em Borrão Azul

**Peasant style:** Decoração feita à mão, caracterizada por motivos florais feitos com largas pinceladas que cobrem a maior parte da peça, foi empregada entre 1810 e 1860. As principais cores utilizadas eram o azul cobalto e tons terrosos, como verde acastanhado, pardo, laranja e amarelo. Na década de trinta a sessenta foram implantadas cores brilhantes, como preto, verde, vermelho, azul e rosa.

**Spring Style:** Pequenos elementos florais pintados à mão com pinceladas finas deixando grande parte da peça sem decoração. Caracterizada por finas hastes pretas com folhas verdes e flores em vermelho. Foi popular entre as décadas de quarenta e sessenta do século XIX (TOCCHETTO, 2001).

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*



Figura 8- Padrão decorativo *Peasant style*

É comum peças apresentarem os dois estilos, *peasant style* e *spring style*, combinados.

*Dipped*: Forma decorativa com faixas e frisos criando um leve relevo. Sua fabricação é atribuída ao período entre 1790 ao início do século XX (TOCCHETTO, 2001).

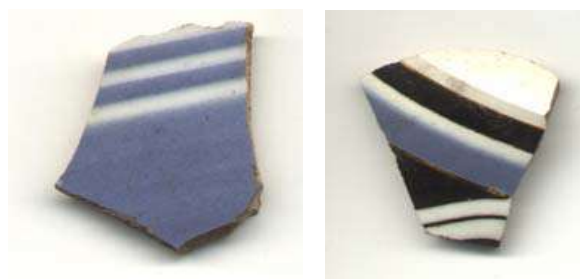


Figura 9- Padrão decorativo *Dipped*

*Carimbada*: Decoração feita com o auxílio de um carimbo. Produzida entre 1845 e o início do século XX (TOCCHETTO, 2001).

Além dos tipos decorativos expostos acima, foram encontradas diversas louças brancas decoradas em alto relevo, com trigais nas bordas. As louças decoradas com trigais começaram a ser produzidas por volta de 1851 (TOCCHETTO, 2001).

Após a análise do referido material, o questionamento feito é se tais louças presentes no sítio seriam apenas itens de uso diário ou se funcionariam como demarcador de status, mostrando poder aquisitivo. Sendo que louças apenas utilitárias não teriam a necessidade de ser decoradas, ou os moradores apenas



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

comprariam as louças necessárias disponíveis no mercado de um pequeno município abastecido por mascates, decoradas elas ou não. Levando em conta também as variadas outras interpretações que tal problemática pode dar origem.

O sítio arqueológico Casarão dos Mello possuiu tanto moradores ilustres e de provável poder político e aquisitivo - como o oficial da guarda nacional e seu filho deputado da província - quanto moradores de origem mais humilde, sendo assim, o sítio apresenta tanto louças finas quanto louças baratas, portanto podemos afirmar que, apesar de pertencer à pequena burguesia de um município ainda considerado rural, havia uma preocupação por parte dos moradores em consumir tipos de louças mais refinados, apesar de os fragmentos encontrados não atestarem a presença de aparelhos de chá ou de jantar. Ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX houve grande difusão do costume do chá dentre diversos países europeus, costume este que chega ao Brasil por meio das relações estabelecidas com europeus e pela presença da corte lusa em terras brasileiras. Tal difusão do chá acaba por derrubar o preço das louças utilizadas para servi-lo, possibilitando o acesso de pessoas de não tão grande poder aquisitivo a estes itens de luxo. Segundo Tocchetto:

“Este papel principal das xícaras e pires na exibição de *status* pode ser melhor entendido à luz da cerimônia do chá. Introduzido na Europa no século dezessete, no século dezoito o chá passou a ser consumido no espaço doméstico inglês e norte-americano, sendo tradicionalmente servido nas reuniões sociais. Devido ao seu alto custo e ao da parafernália utilizada para servi-lo, seu consumo foi limitado às classes superiores. Somente na segunda metade do século dezenove é que o consumo do chá popularizou-se devido ao aumento da oferta, levando a uma queda no seu preço.” (ROTH, 1988 apud TOCCHETTO, 2001, p. 145)

Parte das louças encontradas na coleção é de provável procedência inglesa, mas outros estudos já cogitam esta definição. Observando tais louças podemos crer que elas possivelmente funcionariam como prova do poder aquisitivo de quem as possuía. A maior parte dos vestígios encontrados data-se do século



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

XIX, tempo em que o município de São Martinho da Serra estava em seu auge de desenvolvimento, possuindo grande importância no contexto vivido pelo Rio Grande do Sul, com esse pano de fundo desenvolvia-se uma sociedade que aos poucos se aburguesava. Neste contexto, ao analisarmos as louças presentes no sítio podemos compreender os indícios do capitalismo e da “europeização” da sociedade martinhense, onde o consumo deixa de ser apenas pela necessidade e passa a ser pelo luxo.

## **Referências**

-BRANCANTE, Eldino da F. *O Brasil e a cerâmica antiga*. São Paulo: Lithographia Ypiranga, 1981.

-CALDARELI, Solange Bezerra (coordenadora). *Arqueologia no Vale do Paraíba Paulista: SP 070 rodovia Carvalho Pinto*. São Paulo: DERSA desenvolvimento rodoviário S.A, 2003.

-MACHADO, Neli Teresinha Galarce. *Entre guardas e casarões: um pouco da história do interior do RS – uma perspectiva arqueológica*. Tese de doutorado. Museu de arqueologia e etnologia USP. São Paulo, 2004.

-TOCCHETTO, Fernanda e outros. *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre: Secretária municipal de cultura, 2001.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A LUTA PELA TERRA INDÍGENA NA REGIÃO NORTE DO ESTADO: GENTIL, ÁGUA SANTA, MATO CASTELHANO E CASEIROS<sup>1</sup>**

Janice Vanin<sup>2</sup>

### **Introdução**

Este pequeno texto tem por destinação resgatar as bases históricas dos kaingangs na parte Norte do Rio Grande do Sul, ou seja, como os mesmos viviam e que mecanismos foram desfavorecendo ou favorecendo os indígenas até o século XXI. Deste modo, observa-se que os indígenas do Brasil, inclusive os do sul estão se organizando e reorganizando, conseguindo eventualmente receber mais espaço para eles. Todos os kaingangs são muito reservados, só falam entre si e não permitem aproximação de pessoas desconhecidas.

Mas o que vai adentrar como uma base investigativa neste artigo remete-se sobre a nova postura dos indígenas, contrapondo as falsas “molduras” que a sociedade os impôs, como por exemplo, a luta por um pedaço de terra em tais regiões, onde fatos históricos comprovam que a mesma fora de seus ancestrais, e isso dirige-se como um forte argumento contra os colonos. Por sua vez, esse último nega que as suas terras legalizadas pertençam á terceiros, argumentando que a mesma carrega fortes vínculos familiares, passado de geração a geração. Assim, estamos em meio a uma luta de interesses, e não ficará ao nosso encargo responde-las, pois tantos os índios como os colonos tem direitos a moradia, e serão os argumentos fundamentados em dados históricos que ajudará a minimizar esse conflito que se arrasta a mais de anos.

É mais ou menos no contexto dessas problemáticas que se inscreve a fração do diálogo que proponho reconstruir. Para tanto, o texto ficará dividido em duas seções: a primeira tratará de expor os fatos históricos dos kaingangs; em

---

<sup>1</sup> Texto elaborado para o I Congresso Internacional de Historia Regional: MERCOSUL: integração e desencontros, da Universidade de Passo Fundo.

<sup>2</sup> Acadêmica do VI nível do curso de Filosofia da Universidade de Passo Fundo. E-mail: Janice.vanin\_20092009@hotmail.com





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

segundo colocaremos como “plano de fundo” as argumentações dos indígenas e colonos envolvidos nesse conflito de interesses sobre a posse de terra, ou a permanência na mesma nos municípios de Gentil, Mato Castelhano, Caseiros e Água Santa.

### **1 Aspectos da história dos Kaingang no RS.**

Analisam-se três períodos distintos sobre o grupo Kaingang: o primeiro corresponde aos séculos XVI a XVIII; o segundo ao século XIX e o último ao século XX. Descendentes dos Guaianá viviam no século XVI nas costas do atual São Paulo. Esses indígenas viviam em aldeias contando com um total de 20 a 25 famílias que, subordinavam a um chefe geral. Desenvolviam uma agricultura rudimentar e usavam como instrumentos os barcos feitos de madeiras extraídas nas árvores nativas e machados de pedra.

O segundo período é marcado pela colonização e catequese jesuíta em 1848. Nesse sentido, à legislação imperial e provincial reservaram capítulos de leis visando o índio. A partir daí, o decreto de 1854, dedicou o capítulo VI às preocupações com os indígenas, as quais garantiram que seriam reservadas terras para o aldeamento de indígenas, deixando claro que o índio deveria deixar o seu lado “selvagem” em troca de sua sobrevivência como civilizado. Mas os defensores dessa mentalidade ignoravam o modo como os índios viviam principalmente a base da sua economia, como por exemplo, a caça, pesca, onde esta por sua vez é uma atividade e, portanto, os kaingang viviam do seu trabalho.

No século XIX a preocupação da província era “civilizar” os kaingang, tinha em mente a expansão da produção agrícola e, para isso, visavam à tranqüilidade dos colonos. Assim sendo, os indígenas foram aos poucos sendo encurralados em suas aldeias, deixando de lado sua cultura e seu modo de vida, e aos poucos, forçados a se “colonizar”. Assim, em 1850, fundou-se o aldeamento de Nonoai, um ponto “referencial” para os índios que povoavam as



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

regiões próximas. A ação colonizadora (tirar a imagem do selvagem) acabou com a capacidade produtiva e de subsistência autônoma dos índios, colocando-os na dependência do Estado e/ou de algum branco que os utilizava como mão-de-obra, em troca de comida.

Com a aparente idéia de proteger os índios, foi criada, pelo decreto nº8072, de 20 de julho de 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que vigorou até 1967, quando, pela lei nº5371, 5 de dezembro, foi criada a Fundação Nacional do Índio, que vai substituir o SPI. Esses dois órgãos, com o mandato de proteger os índios acabaram por administrar os toldos, tirando assim, o poder do cacique e desmantelando a organização política própria dos índios.

Portanto, o índio sempre viveu por seus recursos próprios, mas, no momento que é expropriado de suas terras, perdeu também tal capacidade. O estado, por sua vez, culpado de tal expropriação, ainda quer delimitar os modos como os índios vivem, mas se essa delimitação fosse aceita os índios não viveriam mais como índios, mas como colonos.

Como por exemplo, o toldo de Nonoai e Guarita se tornam uma história de luta para garantir o direito de ter as suas terras garantidas. Mas mesmo depois de demarcados, os toldos continuavam sendo invadidos. Essas invasões sediam a forma de arrendamentos, onde quem trabalhava eram os agricultores brancos. Por volta de 1962, as constantes invasões das terras indígenas e a expropriação dificultaram a sobrevivência indígena nos toldos e o modo de vida do índio foi se modificando. Os administradores dos toldos praticavam a venda, de madeiras e os arrendamentos de terras. Esta prática, porém, contribuiu para prejudicar ainda mais a vida do índio em sua terra e, posteriormente, era obrigado a trabalhar para alguém que lhes oferecessem algum serviço.

Com conseqüência, a terra se esgotou, e o índio fora obrigado a trabalhar para algum patrão, pois não conseguia tirar da terra sua própria alimentação.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **2 Luta pela terra: Argumentos dos Colonos, Indígenas do Norte Gaúcho**

Nessa segunda parte do texto adentraremos sobre os argumentos dos colonos e indígenas dos municípios de Água Santa, Gentil, Matos Castelhanos e Caseiros, envolvidos no cenário de luta pela terra. Assim, o mesmo ficara dividido em quatro partes, cabendo a primeira frisar sobre o conflito no município de Água Santa, depois retratar a luta dos colonos como dos indígenas em Gentil, após far-se-á uma análise sobre os argumentos de ambos os lados (índios e colonos) pertencentes a Mato Castelhana, por último, aduziremos numa rápida exposição à luta dos colonos e kaingang em Caseiros.

### **1) Carreteiro/ Água Santa- RS**

Em primeiro lugar nos detemos em analisar as bases deste conflito, ou seja, mostrar claramente as estratégias dos colonos e dos indígenas neste espaço. Entretanto, foi no ano de 1911 que a Comissão de Terras da cidade de Passo Fundo demarcou uma área de 602 ha para os kaingungues do Toldo Carreteiro ou Água Santa. Somando aproximadamente oitenta pessoas, em torno de dezesseis famílias. Nesse ano as terras do Carreteiro encontravam-se cercadas por fazendas, com isso a violência contra os índios era generalizada. Já no ano de 1922 a área foi reduzida em 11 hectares, sendo que nesse período venho os imigrantes indígenas de Caseiros, ocasionando desentendimento entre ambos, assim os kaingungues “caseirense” migraram para o Ligeiro e a Gleba Forquilha.

No final da década de 60 houve uma parceria agrícola entre os índios e os vizinhos não indígenas. Mas por volta de 1987, os índios criaram táticas mecanizadas, trazendo alta lucratividade para a comunidade indígena, exemplos: mecanização da agricultura, atingindo altos índices de rendimentos com a plantação da soja e milho, propiciando o melhoramento do setor econômico da comunidade indígena e do próprio município. No ano de 1910,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

havia em torno de oitenta indígenas, em um limite aviventado com superfície de 602 ha em um perímetro de onze quilômetros.

Desde o ano de 1982 na área de 25 hectares, os kainguangues fizeram uma lavoura coletiva, onde plantavam milho, soja e feijão. Sua produtividade chegava a igualar-se aos dos agricultores, às vezes chegando ultrapassar. A partir de 1998, passaram a exercer outra atividade econômica, como oleiros, fabricando os melhores tijolos da região. O artesanato passou a ser incentivado como fonte alternativa de sustento, pois o retorno era rápido. Mas foi no ano de 2009, que os colonos procuram as entidades públicas do próprio município para deterem o esclarecimento da chegada dos índios em suas propriedades. A FUNAI esclarece esse fato afirmando que os kainguangues estavam fazendo isso para ampliar e verificar suas terras, onde trouxe grande revolta e desespero aos colonos. Mas a postura dos indígenas não é conflitante, ou seja, não querem invadir terras alheias, mas sim ampliar seu território já demarcado. Os índios da Reserva de Carreteiro são harmoniosos, tem fortes vínculos com a comunidade branca, isso fez com que o Cacique desse toldo não deixasse os “indígenas migrantes” de outros toldos acamparem nesse espaço. O motivo do cacique não abrir “guarda” a esses índios refere-se que os mesmos carregam fortes características de indivíduos “vândalheiros”, causando desonrarias por onde quer que passem. Atualmente esses indígenas conflitantes estão acampados na SESA desde 2009, pois foram expulsos da margem da estrada que dá acesso ao município de Cruzaltinha, mas antes de acamparem na SESA os indígenas invadiram outra área, mas os proprietários entraram com um inquérito, onde os indígenas foram proibidos de acamparem na área próxima, devido esse acontecimento migraram para a sede da SESA, onde permanecem até hoje. Outro grupo indígena está atualmente na margem da BR 285 que dá acesso a cidade de Gentil no norte do Rio do Sul, onde reivindicam uma área de 10.000 hectares.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

### 1.1-Estratégia de ações dos índios

Não são necessariamente estratégias devido os kainguangues estarem apenas reivindicando a ampliação do seu território já demarcado a muitos anos, mas esse fato acarreta uma desacomodação por parte dos colonos, pois os mesmos temem a perda da posse de terra, de perderem sua área por índios, aqueles em que a sociedade julga-os como “banda de desocupados”.

Os kainguangues de Carreteiro lutam por aquela área devido o reconhecimento histórico, este vindo por relatos de indígenas mais velhos, afirmando que aquela terra lhes pertencia desde o passado. Se comparado a outros acampamentos indígenas este é o que menos reivindica a proporção de terras, 2.000 ha.

Há uma necessidade de processo de revisão de limites reivindicados pela comunidade indígena, a justificativa é de que os kainguangues sobrevivem física e culturalmente em um espaço limitado, correspondendo a cerca de 2 hectares por indivíduos.

### 1.2Estratégias dos colonos

Necessariamente os colonos lutam para que a reivindicação não seja aceita pelo governo federal, os mesmos procuram a FUNAI de Passo Fundo estabelecendo a defesa das suas áreas, mas ao mesmo tempo nota-se que a FUNAI não passa relatórios ao prefeito do município, isso faz com que dificultem a situação dos colonos.

Os próprios colonos trazem a tona que os 602 hectares de terra sempre pertenceram aos kainguangues do Carreteiro, ou seja, o que era do branco sempre foi do branco o mesmo ocorreu com os índios. Os agricultores estão em um momento de espera, onde aguardam a identificação do mapa, onde este constatará o espaço pertencente aos índios e aos colonos, em segundo constam com os relatos de pessoas mais velhas daquela região, com isso abrirá um inquérito que estabelecerá uma amenização nesse conflito. Por parte do estado á um momento de espera, ou seja, não há uma maneira de mostrar se outrora os índios foram os pertencentes desta área. O que poderá facilitar são os



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

depoimentos dos moradores mais velhos deste município e o mapa que esta em mãos dos próprios índios.

Em suma, ganhou-se grande enfoque neste pequeno espaço as tentativas de mostrar as ambas às posições e/ou argumentos provenientes dos agricultores e kainguangues. Mas dever-se-á deixar claro que esse é um processo que esta girando em torno da posse de terras, onde os “afetados” indígenas x agricultores levantarão grandes defesas. E devidamente não será neste artigo estabelecidas soluções, porque o mesmo foi elaborado a partir de oratórias vinda de uma entidade deste município. Sendo que por parte dos indígenas não ouve contato, e o que foi mostrado até aqui é dirigido de trabalhos com autores que tem uma visão mais ampla sobre este assunto.

## **2) Campo do Meio/Gentil: processo de espera entre Colonos e Índios<sup>3</sup>**

O município de Gentil (população estimada de aproximadamente 1.579 habitantes) está localizado na encosta superior da Serra, no nordeste do estado do RS. Pertence, portanto a AMPLA. Sua altitude média é de 800 metros acima do nível do mar. Faz divisa ao Oeste com o município de Marau, ao norte Água Santa, ao Leste Ciriaco, ao Sul Santo Antônio do Palma . Também faz limite ao Noroeste com Mato Castelhano. Está situado á uma distância de 260 km de Porto Alegre, capital de nosso estado<sup>4</sup>.

Mas voltando ao nosso enfoque da questão, esse conflito se arrasta entre indígenas, fazendeiros e agricultores. Sendo que por volta do mês de Fevereiro de 2010, os índios chegaram à encosta da BR 285, mas estavam com suas barracas nas proximidades da cidade de Água Santa. Mas depois de um acordo afirmado

---

<sup>3</sup> Trabalho elaborado a partir de entrevistas de campo, realizada no acampamento de indígenas no distrito de Campo do Meio no município de Gentil. Esta que por sua esteve delimitada em mostrar os principais argumentos vindos dos colonos desse município, e por ultimo os argumentos vindos dos indígenas. Sendo que esta ultima delimitação passa a ser mostrada neste texto somente pelas escritas dos entrevistados, por que o membro superior do acampamento frisou na preservação da conversa, passando esta a ser informal, mas podendo ser divulgada, mas priorizando a identidade dos entrevistados, devido a isso passo neste artigo a estabelecer nomes fictícios, para dar procedimento a nossa investigação.

<sup>4</sup> Dados disponíveis na pagina: <http://www.pmgentil.com.br/simbolos.html>. Acesso em 31 de maio de 2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

entre as entidades dos dois municípios vizinhos, os índios que pertenciam à Água Santa, passam a pertencerem ao município de Gentil, não sabendo os motivos deste acordo, a comunidade do estimado município entra em “estado de espanto”, relatando que a entidade visava somente no aumento dos eleitorados e não da organização passiva da comunidade local. Com a migração dos kainguangues para o Campo do meio, e formando desta maneira um acampamento com aproximadamente 40 pessoas, a maioria vinda de Serrinha, Guarita e Charrua.

Os grandes argumentos destes são provenientes de que as terras em um determinado período lhes pertenceram, deste modo, no momento estão lutando por seus direitos de retomada de posse e/ou terras. Entretanto, os índios, colonos e fazendeiros usufruem de uma pequena organização, os últimos ainda se encontram em mera legitimidade. o confronto se dá em três viés: fazendeiros, que se encontra em minoria na região, mas sua territorialidade se sobrepõe em relação aos dos pequenos colonos, esses por sua vez lutam pela permanência nas terras que carregam não somente um valor econômico mas familiar, passada de geração á geração, já os índios lutam pela retomada de terras que lhes pertenceram no passado, e isso se concretiza com documentos e fotografias de casas subterrâneas e instrumentos tirados daquele espaço. Nesse instante, passamos delimitadamente frisar sobre os argumentos provenientes dos kainguangues do distrito de Campo do Meio e os colonos deste mesmo local.

### **2.1-Argumentos dos kainguangues**

Foi no dia 13 de Dezembro de 2009 que os índios chegaram ao distrito do Campo do Meio, eram 38 famílias migrantes de Serrinha e Guarita. Aonde deste modo antes de chegar à sede (Campo do Meio) passaram por Guarita, Caseiros, Serrinha. O devido motivo de escolher o distrito de Gentil-RS se encontra no panorama de que este lugar sempre foi a “sede do poder”, por que foi dirigido pelos Caciques Braga, Doble, Francisco e João Grande.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Se na constituição de 88 a situação dos índios encontrava-se totalmente isolada, hoje os mesmos estão com tamanho conhecimento de seus direitos, ou seja, há uma visão de entendimento para lutar diante do que é seu. Mas essa luta é desvalorizada quanto os índios não encontram apoio dos órgãos que manifestam serem de acordo com as reivindicações e/ ou ampliações de terras. Devido não usufruir de comandos de órgãos responsáveis pela organização indígena, o próprio GT não trabalhou ainda nesta causa, os mesmos estão esperando o relatório sair em 2012, mas essa se torna uma data ainda muito imprevisível. Enquanto os relatórios não vêm em mãos dos índios, os mesmos sobrevivem pelas doações municipais, ou pelos programas de benefícios do governo federal. Se por um viés nem possa existir “lado econômico” por outro a educação se esbanje, pois as crianças do acampamento, aproximadamente 50 estudam na escola municipal de Campo do Meio, e ainda contam com um professor indígena no acampamento, reproduzindo a cultura indígena para essas crianças. Em se tratando de meios de sobrevivência, os indígenas contam com as vendas de artesanatos, como por exemplo, os balaios de vime, as cestas de taquara, e a ajuda vinda do governo federal e estadual (fomo zero, bolsa família) e do órgão da FUNAI. Ficando por parte das mulheres a venda dessas produções nas vizinhanças, ou até mesmo nas cidades mais distantes.

O motivo mais convincente dos índios e com certeza um abrangente argumento é frisado sobre a forte ligação de parentes que habitaram esta área em tempos passados. Devidamente se esta terra fora de seus antepassados o “índio de hoje” tem direito a usufrui - lá se por ventura for conquista nessa luta contra os colonos. Entretanto, a expectativa concreta dos kainguangues é direcionada sobre os pertences encontrados dos seus antepassados, como por exemplo, fragmento de uma oca situada dentro da mata florestal da região. Diante destas expectativas, as ações ganham espaço no aguardo por parte dos indígenas do GT em 2012, havendo de ante mão um pré-relatório, onde esta situada neste foto de passagem de territorialidade de seus antepassados.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **2.2-Argumentos dos colonos**

Podemos afirmar que os colonos foram pegos de surpresa, desta maneira quando notaram a presença dos indígenas procuraram as entidades do município de Gentil-RS para terem informações.

Depois de concretizada a presença dos índios em torno do município, os colonos começaram de certa forma se mobilizar, mas isso durou somente os primeiros meses, porque depois os mesmos acreditavam que este processo duraria muito tempo, e deste modo não haveria tamanha preocupação com métodos para a defesa. Não há uma organização de agricultores, o que demanda é reuniões mensais com aproximadamente 12 agricultores, frisando sempre a valorização e a luta pela permanência em sua área. Nesse sentido os agricultores não abriram “mãos do que é seu”, conforme argumentação do seu Antonio<sup>5</sup> “sinceramente acha que vamos lutar pelo que é nosso. A gente tem pensado em “juntar” uns documentos antigos, do tempo em que foi ocupada esta região”. E os grandes argumentos dos quais os colonos irão trabalhar encontram-se em primeiro lugar sobre as questões de titulações das terras do passado, em segundo sobre os documentos das pessoas mais velhas, e por último a importância da agricultura familiar.

Em suma, mesmo sem ter concretamente uma associação de agricultores, estes vêm com fortes argumentos sobre sua defesa, ou seja, da permanência nas suas propriedades e a retirada depois de ser lançado o laudo dos indígenas daquela localidade.

### **3) Acampamento Indígena no município de Mato Castelhano: Relato de uma entidade kaingangue**

Esta parte do texto tem por prioridade analisar o que ocorreu neste acampamento desde 14 de outubro de 2005, que maneiras e/ou táticas os índios usam para permanecerem neste lugar, os grandes argumentos convincentes dos

---

<sup>5</sup> Usa-se o nome fictício Antonio para preservar a pessoa entrevistada.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

mesmos, do qual resulta a certeza entre os acampados de que aquela área será reivindicada.

O acampamento iniciou no ano de 2005, com 12 famílias vindas de Charrua e Ronda Alta e Guarita, preponderando atualmente às famílias de Charrua e Guarita, mas havendo nestes anos a tamanha desistência por parte de alguns indígenas. Já no mesmo ano que acamparam nas margens da BR 285 deu-se início ao pedido de reivindicação da área. No final deste mesmo ano, foi aberto o edital para convocar os antropólogos, onde houve uma demora de três anos para sair o edital. Neste tempo, conforme entrevistado, a FUNAI “deu-se pouco as caras”, por que a mesma é um órgão responsável pela questão indígena, não apoiando o movimento de ninguém, o órgão só aceita as delimitações e/ou proposta vindas dos acampados indígenas.

Foi no mês de maio de 2009 que se criou o GT, com seu término em dezembro. Onde os mesmos concluíram somente a primeira parte do trabalho, devido à falta de antropólogos. Outro problema que se agravou foi que a FUNAI não entregou os relatórios devido à falta de assistentes. As informações precisas neste momento ocorrem sobre o compromisso do antropólogo enviar para Brasília o relatório prévio, esta data estabelecida para o dia 4 de maio deste decorrente ano. Portanto, este processo se encontra num momento de espera, onde os kainguangues pedem para FUNAI agilizar o mesmo, por que depois de receber do antropólogo o relatório, as entidades do acampamento recorreram à justiça. Se a FUNAI não fizer essas mediações, os índios entraram com processo no ministério público.

A comunidade vê-os com tamanho preconceito, declarando que os mesmos são pessoas desocupadas, que só querem vandalias. Em se tratando de educação e saúde, os indígenas frisam que ganham atendimentos no próprio acampamento, e as crianças se deslocam para a cidade vizinha para estudarem no turno da manhã. Já o lado financeiro é bem comprometedor, sobrevivem somente com o programa do governo federal, como bolsa família, ou salários vindos de trabalhos em indústrias da região, e contam ainda com uma sexta



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

básica é cada três meses fornecida pela FUNAI. E ainda contam com a venda de artesanatos, vendidos na região. O que merece grande suporte neste grupo é a valorização do próprio idioma, ensinado pelo cacique. Mas esta havendo perda da produção do idioma indígena devido: a) os meios de comunicações, como por exemplo, a televisão, o rádio; b) escassez por parte dos rituais, acarretado pelas mortes dos pajés; c) forte influência do branco na região; d) deslocamento das crianças para a escola do município e não para a escola itinerante do acampamento.

Em meio às especulações os grandes argumentos destes kainguangues se baseiam que os mesmos foram obrigados a deixarem este espaço para serem mandados pelo governo, sendo que no momento estão lutando para mostrar artifícios de que a terra é lhes pertence por direito, exemplos, cemitérios, textos escritos pelos historiadores, casas subterrâneas. Entretanto conforme Inácio<sup>6</sup>, depois do laudo ser concretizado, e se ocorrer à grande demanda de valorização dos argumentos dos índios, bastará a FUNAI assinar o termo de aceitação desta área, onde esta engloba o parque florestal de Passo Fundo (aproximadamente 1.350 hectares) e algumas propriedades de agricultores. Tendo como idéia fechar este acampamento com 50 famílias, aproximadamente 186 pessoas.

Todavia, o IBAMA já delimitou a área, ou seja, já tem dados precisos sobre o pedido de terra vindo pelos índios, este órgão vez a vitória devido uma parte de este local pertencer ao governo federal, e não somente aos agricultores deste lugar. Afirma-se conjugalmente que os índios não têm para onde ir, e com provas trazidas, frisamos que há grande vantagem dos indígenas ganharem esta questão. Conforme Inácio, “nos não vamos arredar o pé daqui, porque esta questão vai ser ganha por nosso povo, mesmo que demore até 15 anos”.

#### 4) Acampamento Monte Caseiros/ Muliterno-Ibiraiaras-RS

O que queremos mostrar neste espaço frisa os acontecimentos envolvendo os kainguangues da região Norte do estado, aproximadamente na divisa entre os municípios de Ibiraiaras e Muliterno. O acampamento é formado

---

<sup>6</sup> Usa-se o nome fictício Inácio para preservar a pessoa entrevistada



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

por 186 famílias, aproximadamente 900 pessoas, provenientes de Guarita e Redentora. Havendo dessa forma um forte laço de parentesco, assim, as lideranças são escolhidas entre parentes, ou seja, passada de geração para geração. Antes mesmo de chegarem ao Monte Caseiros, os indígenas migraram da cidade de Caseiros, esse acontecimento ocorrido no final do ano de 1992. Onde os mesmos se mobilizaram e entraram na justiça para reivindicar 1004 hectares, para abrigar o percentual de 21 famílias, desta maneira saíram do acampamento da encosta da BR 285, onde permaneceram lá por sete meses.

Mas foi no ano de 1994 que os kainguangues migraram para o acampamento chamado Monte Caseiros, onde permanecem até hoje. O que os índios querem é a aceitação da reivindicação daquela área, que abarca 8.600 hectares. Sendo que no ano de 2000 houve o trabalho do GT e a elaboração do relatório técnico, portanto, os índios estão no aguardo da aprovação ou não dessa reivindicação, para poderem usufruir o que é seu por direito. Nota-se que a sociedade tem certa descriminalização contra os índios, mas devido, a luta que os mesmos vem declarando a tempo, os “brancos” passaram a ver os índios “com outros olhos”, ou seja, vê-os como pessoas que lutam pelos seus direitos, porque esses são homens e por adentrar nessa condição nada os impedem de lutarem pelos seus direitos, como por exemplo, o direito á moradia digna e um pedaço de terra para sobreviver. Entretanto, o relacionamento com o não- índio é estabilizado como uma via política, isso se agravou devido os mesmo estarem mais engrenados na sociedade.

O lado econômico propriamente das pessoas acampadas se remete a venda de artesanato, essa atividade realizada pelas mulheres, já os homens trabalham nas indústrias da região, como por exemplo, na fabrica de chocolate do município de Tapejara, na indústria têxtil de Ibiaçá, etc. Em se tratando do lado da educação e saúde os kainguangues são privilegiados, porque contam com uma escola municipal no próprio local, onde engloba quase todas as crianças na fase etária dos 6 aos 11 anos. Todas as semanas são atendidos por



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

um assistente de saúde, e quando necessitam de tratamento vão ao posto municipal de Ibiraiaras.

Mas o que realmente merece tamanha importância são os argumentos provenientes dos acampados kainguangues, dentre eles estão, que as histórias contadas pelos seus avós retratam que aquela determinada área lhes pertencem desde outrora, da qual essas histórias foram contadas por duas grandes referências para os mesmos, que são Augusta da Rosa e João Santos, sendo que por sua vez, conseguiram comprovar que aquele espaço é propriedade dos índios. A reivindicação segue a linha propriamente de mostrar que aquele espaço- Monte Caseiros- sempre fora do índio kainguangue, e trazendo com isso, provas concretas, como vistas de cemitério, oca, etc.

Em suma, o que nos mostrou o entrevistado, é que se tem uma enorme possibilidade de reivindicação, e que a mesma está presta a acontecer, deste modo, será reivindicada esta área sobre domínio de índios, onde os colonos serão de antemão indenizados. Mas enquanto esse processo não se concretiza, os acampados indígenas vão criando “táticas” de sobrevivências.

## **Conclusão**

O que necessariamente podem igualar-se os Guaranis e os kainguangues são as maneiras de preservação da natureza, os manuseios dos artesanatos, a exploração “adequada” da flora, o convívio entre a tribo que se atribui com a organização política e social, sempre tendo nesse espaço uma pessoa de ordem superior para orientar e outros movidos aos trabalhos da comunidade. Cada povo (kainguangues e Guarani) adere aos artesanatos e esculturas como pulseiras brincos, colares e anéis. Eles acreditam que o milho é sagrado, quando eles vão viajar sempre levam um punhado de milho para estar sempre seguro. O povo Guarani e os kainguangues fazem chás para tratarem de curas e doenças da tribo, já pela parte da noite na aldeia os idosos costumam contar suas histórias relativas aos animais para as crianças conhecerem e, muitas delas, para eles rirem, esses povos encontram na terra seu sustento, como as caças de



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

frutas e materiais para a pesca. O povo convive com sua religiosidade, ou seja, trazem seus próprios rituais em lugares como as margens de um rio, na casa de reza (Opy), onde intercedem ao um homem guerreiro para que lhes protejam de todos os males, como a picada de animais ou ataques dos brancos, ou até mesmo de seus companheiros.

O que proponhamos mostrar neste pequeno texto foram os argumentos vindos daquelas pessoas que legitimam por seus direitos, ora, uns de uma forma de reivindicações e/ou ampliação, outros pela conquista da terra que de certo modo pertenceram a seus ancestrais.

Tanto os colonos, como os índios e quilombolas são cidadãos, e desta forma merecem atenção da sociedade e não vinda de lado nenhum forma de discriminação. O que queremos afirmar, que tanto as entidades municipal, estadual e federal são contidas a prestarem atendimento á essas pessoas, se não houver ajuda a estes, os mesmos deveram criar seus próprios grupos, como por exemplo, o grupo de organização dos colonos que lutam pela permanência na sua área legitimada, ou procurar órgãos responsáveis para tal assunto, como a FUNAI, por parte dos índios e o INCRA como responsável pelas demandas das áreas dos quilombolas.

Em suma, outrora havia conflitos sobre indivíduos pertencentes a classes diferentes, estes por serem brancos, negros, mulatos, escravos, livres, pertencerem à monarquia ou ser apenas um servo. Passado alguns anos, esse conflito ainda continua de certo modo em aberto, mudando só os níveis de luta, ou tipo desta mesma, por que hoje os índios têm direito, diferentemente dos anos 80, em que a existência dos índios, ou a importância desse povo nem era estipulada nas Constituições. Atualmente, esse conflito também esta em aberto, o que resta-nos é ficar no “conformismo” de que esse mesmo será resolvido para ambas as partes, ou seja, tanto para os colonos como para os indígenas.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **Referências**

SCHIMIDT, Madeble. *Os Caingangues e Guaranis*. Jornal Online, São Paulo, 23 jul. 2010. Disponível em: < [http:// jornal de noticias. Blogspot.com](http://jornal de noticias. Blogspot.com)>. Acesso em: 06 setembro. 2011.

TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. *Conflitos Agrários no Norte Gaúcho*. .Passo Fundo: Ed. IMED, 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **VESTÍGIOS DO PASSADO ESTANCIEIRO NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL: ESTÂNCIA SANTA CLARA**

Jaqueline Ferreira Pes<sup>1</sup>

Saul Eduardo Seiguer Milder<sup>2</sup>

### **Introdução**

O objeto desta pesquisa é o Sítio Arqueológico Histórico Ruínas da Estância Santa Clara, que está localizado a 20 km do município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul, na região de fronteira com o Uruguai. Pretende-se analisar a Estância sob o viés arqueológico, apresentando os resultados das primeiras intervenções realizadas no sítio e a análise da cultura material resgatada, objetivando conhecer aspectos do cotidiano dessa estância.

O estudo da Estância Santa Clara trará contribuições para o conhecimento da história e patrimônio arqueológico da cidade, e sobre das estâncias da região. Ao incorporar novas fontes, como a cultura material, cria-se a possibilidade de resgatar o indivíduo comum, as relações sociais a partir do cotidiano. No caso específico das estâncias, os vestígios materiais possibilitam novas versões, diferentes das consagradas pela historiografia tradicional, assim como explorar aspectos como a desigualdade, a hierarquia, o cotidiano e o poder aquisitivo dos indivíduos a partir da materialidade.

Com a intenção de conhecer a cerca do passado da Estância foram feitas entrevistas com os antigos moradores e pessoas da localidade, que contribuíram com informações sobre proprietários, edificações e atividades desenvolvidas na Estância. Porém outras fontes serão buscadas, como documentos escritos referentes a estância, cabendo lembrar que esta é uma propriedade de pessoas

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria/RS; Mestranda do Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>2</sup> Prof. <sup>o</sup> Dr. do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria/RS e Arqueólogo coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

“comuns”<sup>3</sup>, sendo que a documentação pode ser bastante restrita. E por isso a importância do estudo do material arqueológico, talvez a única fonte para reconstrução do passado das pessoas que habitavam a estância.

A cultura material proveniente da região fronteiriça permite, desta forma, novos enfoques sobre a fronteira, como o cotidiano dos habitantes, as trocas culturais entre os moradores de um lado e de outro da fronteira, avaliando assim não apenas os aspectos políticos e econômicos (TOLEDO, 2008).

### **A Estância Santa Clara e as intervenções arqueológicas**

As primeiras intervenções realizadas no Sítio Arqueológico Ruínas da Estância Santa Clara foram em 2009, e por último em 2011. A descoberta do sítio arqueológico foi possível devido a informações de moradores locais que acompanharam os trabalhos de campo realizados no município de Quaraí. O interesse do proprietário atual, Ivo Wagner, foi fundamental para o início das pesquisas, permitindo que o LEPA realizasse as primeiras atividades de campo no sítio, contribuindo assim, para o conhecimento dessa estância e conseqüentemente das estâncias da região da fronteira do Brasil com Uruguai.

As terras da estância foram adquiridas por volta da década de 1970 por Ivo Wagner e tiveram seu período de ocupação estendido até os anos 90 do século passado, o que explica a existência de materiais construtivos recentes junto a materiais característicos do século XIX. Segundo relato do proprietário atual, um dos primeiros proprietários da Estância teria sido José Aires. As informações orais são importantes nesses casos em que se estuda um sítio que foi ocupado em tempos presentes ainda na memória das pessoas. Além disso, a informação oral “puede ser entendida como la historia que las personas comunes llevan consigo” (ORSER, 2000, p. 38)<sup>4</sup>. Com relação aos artefatos, elas

---

<sup>3</sup> Refere-se a pessoas comuns como aquelas não lembradas e estudadas pela historiografia tradicional.

<sup>4</sup> pode ser entendida como a história que as pessoas comuns levam consigo. (ORSER, 2000, p. 38)

podem ser empregadas para mostrar como um item material específico era produzido e usado. Temos como exemplo, no caso da Estância Santa Clara, quando o proprietário afirma que as telhas e tijolos eram produzidos no próprio local, explicando assim a rusticidade desses materiais construtivos. As informações orais ainda são importantes para registrar elementos da arquitetura vernacular<sup>5</sup>.

As intervenções no sítio arqueológico em 2009 visaram conhecer o local, as estruturas remanescentes, e resgatar a cultura material. O primeiro contato com o sítio arqueológico ocorreu em abril de 2009, sob a orientação do Professor Doutor Saul Eduardo Seiguer Milder. Após o testemunho oral do proprietário, fez-se uma prospecção ou *survey* no sítio, tendo resultado na identificação de duas estruturas, a casa/sede da estância (Figura 1) e uma estrutura ao lado, que segundo o proprietário seria um galpão.



Figura 1: casa/sede.  
Fonte: Acervo LEPA/UFSM

Ao observar aspectos construtivos da estância, percebe-se a simplicidade das construções, buscando atender as necessidades básicas e não o requinte, adequando a construção aos recursos disponíveis, com o aproveitamento de materiais locais para a construção. A partir da segunda metade do século XIX ocorreu uma crescente introdução de materiais manufaturados, como tijolos e esquadrias. As paredes de tijolos são indício da influência do período industrial (LUCCAS, 1997).

---

<sup>5</sup> Arquitetura Vernácula: formas de desenho arquitetônico que não são ensinadas nas escolas de arquitetura, que refletem mais diretamente as visões de uma cultura sobre o que constitui uma boa construção (ORSER, 2000, p. 107).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Assim, nessa primeira intervenção, foi realizado o registro fotográfico e medição das duas estruturas encontradas. Buscou-se registrar e reproduzir em desenho as estruturas remanescentes, tendo em vista que esses vestígios estão sofrendo a degradação constante por fatores naturais e antrópicos. Esse registro pode possibilitar que outros pesquisadores se debrucem no trabalho de reconstituir o sítio em questão.

Na área dos fundos da casa havia grande ocorrência de materiais arqueológicos em superfície, devido à ação de roedores da região, que ao cavar suas tocas removem os vestígios materiais, juntamente com a terra, para a superfície. Dessa forma, constatou-se que o sítio sofre com esses processos de bioturbação, que acabam alterando o registro arqueológico.

Nessa área foram abertos cinco poços-teste, objetivando verificar a estratigrafia do sítio e a ocorrência de materiais. Havia grande quantidade de vestígios ósseos, materiais construtivos, alguns fragmentos de louça, lítico, vidro e metal. Em média os poços-teste atingiram 50 cm de profundidade, identificando-se uma camada de carvão de 25 a 30 cm abaixo da superfície, o que pode indicar que nesse local houve a incineração de lixo em algum momento das diversas ocupações. O solo é bastante arenoso, na primeira camada percebe-se grande quantidade de matéria orgânica, já a segunda camada é areno argilosa.

Foram resgatados fragmentos louça e cravos que apontam para uma ocupação do século XIX. Há também presença de ocupações pré-históricas, o que se evidencia pela presença de material lítico, que não serão abordadas neste trabalho, pois o objetivo do mesmo é estudar a ocupação deste local após o período colonial.

Esta intervenção teve um caráter preliminar, pois pretendia-se levantar as informações para a realização de uma outra intervenção. A partir desta, foi possível perceber a margem de ocupação do sítio (final do século XIX até final do século XX), a cultura material presente (louça, materiais construtivos, ossos, metais, vidros) e a ocorrência de mais de uma ocupação.

A segunda prospecção arqueológica nas Ruínas da Estância Santa Clara ocorreu em junho de 2009, com o objetivo de evidenciar os locais de maior concentração de artefatos arqueológicos e buscar elementos que possibilitassem uma maior compreensão das estruturas e dos diferentes períodos de ocupação da estância.

A primeira atividade da prospecção foi um *Full Coverage Survey* na frente das estruturas (casa/sede e “galpão”), que consiste na abertura de poços-teste a uma distância delimitada. Esse tipo de intervenção visa fazer uma varredura da dispersão do material arqueológico na área escolhida. Além disso, foram abertas mais duas sondagens, uma na frente da casa/sede (Figura 2), com quatro quadrículas, e outra aos fundos da casa/sede, com seis quadrículas.

Na sondagem realizada nos fundos da casa/sede havia uma concentração muito grande de vestígios arqueológicos em todas as quadrículas, com presença de carvão e matéria orgânica, sugerindo que no local havia acúmulo de lixo intencional, ou seja, uma possível área de descarte. Nas sedes de estância e chácaras do século XIX era comum o descarte aleatório de lixo, mas também faziam buracos para o descarte de lixo doméstico (TOCCHETO, 2004, p. 257).



Figura 2: Sondagem controlada 1. Fonte: Acervo LEPA/UFSM

A noroeste da casa/sede foram abertos seis poços-teste aleatoriamente, resgatando-se fragmentos de louça, vidro, telha e metais, o que levou a constatação de que o material está disperso em toda a área do sítio.

A estrutura denominada de “galpão” encontrava-se com as paredes colapsadas. Dessa forma, a atividade proposta foi de evidenciar as paredes



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

caídas, e o piso dessa estrutura. Na parte externa da frente foi aberta uma sondagem de 1m x 1,50m x 0,40 m (sondagem 1), e, a partir, desta uma trincheira de 0,50m x 4m x 0,50 m de profundidade Na parte interna do galpão removeu-se uma camada de 0,15 m de terra e materiais construtivos até que se evidenciasse o piso (Figura 3).



Figura 3: Piso do galpão. Fonte: Acervo LEPA/UFSM

O piso é formado por pedras rejuntadas com cimento, e seu contrapiso apresenta telhas com espessura semelhante a de alguns fragmentos encontrados no *Full Coverage Survey*. Assim, levantou-se a possibilidade de ter existido outra construção anterior a essa, da qual se reaproveitou parte do material construtivo para fazer essa estrutura. A frente do galpão foi toda evidenciada, sendo possível observar algumas das aberturas da estrutura, assim como alguns dos pilares de sustentação que caíram para a parte externa, devido ao peso do telhado (duas águas).

Com esta intervenção foi possível verificar os locais de maior concentração de vestígios arqueológicos, localizando uma possível área de descarte intencional de lixo aos fundos da casa/sede. Além disso, percebeu-se a possibilidade de ter existido construções mais antigas, que não apresentam mais vestígios em superfície. Reafirma-se, com essa intervenção, a simplicidade das construções, com o aproveitamento dos recursos disponíveis no local.

A terceira intervenção no Sítio Arqueológico ocorreu em fevereiro de 2011. A atividade proposta foi a escavação da área dos fundos da casa/sede, onde já havia sido abertas sondagens em 2009. Devido a grande concentração

de materiais neste local, levantou-se a hipótese de ser uma lixeira e por isso a necessidade de uma escavação no local.

A escavação resultou em 21 quadrículas de 1x1 m (Figura 4). Logo no início da escavação já foram evidenciados muitos fragmentos ósseos e material construtivo, como telhas e tijolos. Além destes, foram encontrados fragmentos de louças, vidro e metais. A medida que as quadrículas foram sendo aprofundadas percebeu-se a presença de carvão e materiais queimados, cogitando-se dessa forma episódios de queimas de lixo no local.



Figura 4: Escavação 2011. Fonte: Acervo LEPA/UFSM

A camada de ocupação mais recente é evidenciada nos primeiros 35 cm de profundidade, onde há ocorrência de muitos vestígios materiais da ocupação histórica no sítio, e cuja cultura material resgatada indica ser uma lixeira do século XIX. Além desta ocupação há evidências de uma ocupação pré-histórica neste nível. A partir dessa camada a coloração do solo modifica-se e há ocorrências menores de material histórico, estando estas associadas a bioturbação no local.

Quando a profundidade das quadrículas ultrapassou os 45 cm surgiram mais peças líticas, revelando uma segunda ocupação pré-histórica, que se estende aproximadamente até 1,15 m de profundidade. Foram identificadas três camadas estratigráficas, a primeira constituída de matéria orgânica, uma segunda areno-argilosa de cor ocre e a terceira camada estéril.

Além da escavação aos fundos da casa/sede, foi reaberta uma sondagem controlada realizada em 2009, a sondagem controlada 1, nas frente das ruínas da casa, visando investigar as ocupações indígenas. As quadrículas foram



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

aprofundadas até 1,30 cm. Os artefatos encontrados foram lascas, instrumentos e núcleos, sendo a matéria-prima o arenito e calcedônia. Os materiais estão associados a tradição catalanense, definida por arqueólogos uruguaios.

Neste campo entrevistou-se Ivone Magalhães, que morou na estância nas décadas de 1940 e 1950, seu pai era agregado e entregava parte do que produzia ao dono da terra. Segundo Ivone, houveram vários proprietários da Estância, ela menciona três. Quinote Aires, que comprou as terras de um “castelhano”. Silvio Ponte, que concedeu a posição de agregado a seu pai, e o sucessor de Silvio, Felipe de Paula.

Os materiais provenientes da escavação de 2011 são principalmente relacionados ao cotidiano doméstico, fragmentos de louças, talheres, bibelôs, adornos pessoais, e materiais construtivos, marcadamente fragmentos de telha, tijolos, cravos e pregos. Também foram encontrados cartuchos, que podem estar relacionados ao ambiente hostil da fronteira e muitos vestígios ósseos, sendo a maioria de gado *vacum*. Porém não se evidenciou equipamentos relacionados ao trabalho na pecuária ou mesmo na agricultura, o que não descarta esse tipo de atividade na Estância, já comprovados através das intervenções anteriores.

### **Cultura Material resgatada no Sítio Arqueológico Ruínas da Estância Santa Clara**

Os artefatos, definidos como elementos confeccionados e modificados pela ação humana, são objeto de estudo tanto da arqueologia pré-histórica como da arqueologia histórica (ORSER, 2000, p. 27). Os objetos estudados pela arqueologia histórica são semelhantes aos que continuam em uso hoje, tanto na sua forma quanto na sua função. Nas Ruínas da Estância Santa Clara, esses artefatos compreendem fragmentos de louça, tralha metálica, vestígios ósseos, materiais construtivos e vidro. Além desses vestígios foi resgatado material pré-histórico (lítico).

Os vestígios materiais resgatados nos trabalhos de escavação são indícios de relações sociais que, segundo Funari, não devem ser lidos apenas como dados de forma bruta, pois foram produzidos para atender as necessidades



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

humanas, tendo uma função primária, que visa atender a uma utilidade prática ou uma função secundária (simbólica). Os objetos ainda apresentam-se como o “meio de relação” entre os indivíduos que vivem em sociedade, (...) pois todo o relacionamento das pessoas com o mundo em que vivem passa pelos artefatos” (FUNARI, 2003, p. 33).

Os materiais resgatados nas intervenções arqueológicas foram levados para o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria, onde passaram pelo processo de curadoria (lavagem, catalogação, armazenamento e análise). Dos materiais resgatados aprofundou-se a análise da cerâmica histórica.

A denominação cerâmica “abrange todos os produtos derivados de uma composição de argila e outras substâncias minerais, postos ao cozimento para obter solidez e inalterabilidade” (TOCCHETTO, 2001, p. 21). As louças são um dos tipos de cultura material comumente encontrados em sítios históricos e são excelentes indicadores cronológicos, das condições socioeconômicas dos habitantes, das tendências de consumo e escolhas das pessoas.

As louças ainda estão relacionadas a atividades domésticas e aos lugares indicadores dessas atividades, sejam ligadas a alimentação, higiene e descarte. Os contextos domésticos, aos quais estão relacionadas as louças, possibilitam a interpretação do cotidiano, das práticas e do local onde se vive (TOLEDO, 2008, p.28, 29).

A análise das louças baseou-se na descrição da pasta (faiança, faiança fina, *Ironstone*, porcelana, grés, cerâmica vidrada e louça moderna), do esmalte (*creamware*, *pearlware* ou *whiteware*), decoração e forma (prato, xícara, etc.). Quanto à categoria pasta foram encontrados fragmentos de faiança fina, *ironstone*, grés e louça moderna. Há predominância no sítio do tipo de louça faiança fina, bastante popular no Brasil durante todo o século XIX, que começou a ser importada da Inglaterra após a abertura dos portos em 1808.

No início do século XIX, o Brasil passou a receber gêneros industrializados dos centros europeus, passando a integrar, como um novo



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

mercado consumidor, a economia mundial em processo de consolidação do capitalismo. Com o processo de industrialização se intensificando, novos mercados e novos consumidores passaram a ser atingidos, antes impossibilitados de adquirir produtos dirigidos a setores com alto poder aquisitivo.

Dentre a variedade de itens produzidos pela indústria européia, destacam-se as louças, e “no final dos setecentos, a faiança fina, de custo inferior a porcelana, viabilizou a produção em massa e a popularização de itens de uso cotidiano e doméstico” (TOCCHETTO, 2004, p 179). As louças de produção inglesa passaram a ser consumidas em quase todo o mundo, sendo que os mesmos produtos eram consumidos em vários lugares do mundo, constituindo a expressão pioneira do consumo em massa.

Dos 189 fragmentos analisados, 175 são de faiança fina, 11 *ironstone*, 1 grés e 2 louças modernas. Abaixo seguem as definições dos tipos de pasta encontrados na Estância Santa Clara:

-Grés: O grés apresenta textura forte, densa, impermeável, de grão fino, cozidos a alta temperatura e levados a vitrificação total. O grés se faz presente desde o século XVII até os dias de hoje no país, sendo que é utilizado também em louça sanitária e isolantes elétricos (ZANETTINI, 1986, p. 121). O grés dispensa a aplicação de vidrados e esmalte para tornar-se impermeável. A sua impermeabilidade é característica da pasta composta por substâncias que a altas temperaturas entram em semifusão ou vitrificação total (PEIXOTO, 2004, p. 17).

-*Ironstone*: O tipo de louça *ironstone* é uma louça semivítrea, de dureza intermediária entre a faiança fina e a porcelana, que começou a ser produzida na Inglaterra no começo do século XIX. A preponderância desse tipo de louça é do final do século XIX. Na Estância Santa Clara há presença de *ironstone* decorado com frisos dourados, que se tornou popular após a década de 70 do século XIX.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

-Louça moderna: A louça moderna surge com o avanço da industrialização sendo fabricada a partir de uma matéria-prima mais barata, o que a torna mais acessível a níveis sociais não alcançados por outros tipos de louça, que apresentam custo maior para a fabricação.

-Faiança fina: A faiança fina ou louça inglesa é uma louça com pasta permeável, opaca, de textura granular, e quebra irregular, que para tornar-se impermeável a líquidos precisa ser revestida com esmalte. A faiança fina resultou de uma revolução na indústria cerâmica inglesa do século XVIII e representa um esforço para superar a faiança clássica e alcançar a porcelana no Ocidente. Elementos da faiança fina como o esmalte, a técnica de decoração e a decoração “fornecem indicações referentes, entre vários aspectos, a tendências de consumo e gosto, bem como ao período de fabricação das peças” (TOCCHETTO, 2001, p. 23).

Um dos atributos analisados na faiança fina é o esmalte, que pode ser *creamware*, *pearlware* ou *whiteware*. A louça *creamware* é uma louça de corpo creme com esmalte de coloração esverdeada devido a aplicação de óxido de chumbo, foi produzida a partir de 1759. Esse tipo de louça começou a ser superada pelo tipo *pearlware* por volta de 1810. O esmalte *pearlware*, produzido a partir de 1779, apresenta tons azulados observados principalmente nos pontos de acúmulo (bordas e bases), devido ao acréscimo de óxido de cobalto. Por volta de 1830 e 1840 esse tipo de esmalte foi sendo abandonado, dominando o tipo *whiteware*, que começou a ser produzido a partir de 1820 e que continua sua produção até hoje, pois seu custo é mais baixo. A louça de esmalte *whiteware* é extremamente branca (TOCCHETTO, 2001, p. 23, 24)

Ao analisar os fragmentos da Estância Santa Clara, onde predominam faianças finas, permitiu-se a classificação “*whiteware* ou *pearlware*” para o esmalte, isso em fragmentos que não apresentam pontos de acúmulo de esmalte (bordas e bases), que facilitam a identificação do esmalte *pearlware*. Predominam louças com esmalte *whiteware* naqueles fragmentos onde é possível verificar os acúmulos de esmalte. Há poucos *pearlware* e apenas dois





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

fragmentos são classificados como *creamware*, esmalte esse encontrado em grande quantidade em sítios arqueológicos da primeira metade do século XIX. Esses dados contribuem para inferir que a Estância apresenta ocupações mais no final do século XIX e início do XX.

As decorações das louças encontradas nas Ruínas da Estância Santa Clara são bastante diversificadas e apontam para uma ocupação a partir da segunda metade do século XIX. Apareceram fragmentos com o padrão *Shell Edged* sem incisões, cuja produção se manteve até o final do século XIX; com o padrão trival, produzido a partir de 1851; carimbada, e faixas e frisos que foram populares após 1860 (TOCCHETO, 2004, p.148). Além desses, fragmentos de louças pintada a mão com impressão, do tipo *spatter* (1820 até a década de 60 do século XIX) e *sponge* (1860 até 1935).

Alguns fragmentos resgatados apresentam selos que identificam a procedência e data de fabricação do material como, por exemplo, da fábrica inglesa *J. & G. MEAKIN LTD*. Esta foi fundada em 1851, em Staffordshire, pelos irmãos James e George Meakin, sendo que se destinava à produção de faianças finas. A indicação do país de procedência na marca, *England*, geralmente demonstra que a data de fabricação é posterior a 1891, embora algumas fábricas já tivessem adotado esta prática um pouco antes. Após 1861 algumas marcas passaram a incorporar o termo *Limited* (Ltd, Ld, etc.), porém a maioria passou a utilizá-lo mais tardiamente.

No sítio analisado foram encontrados tanto fragmentos de louças com valor mais elevado quanto de custo menor. Esses dados demonstram que os moradores da estância tinham condições para adquirir louças de custo mais elevado, mas nem por isso se preocuparam em adquirir conjuntos completos. Neste caso deve-se levar em consideração que em um ambiente rural existiam outras prioridades e que o consumo de louças não estava restrito a necessidade de ostentação. A posse de terras era mais significativa, e não tanto o consumo de objetos, o que pode justificar-se pelo difícil acesso. O consumo era mais intenso



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

em áreas urbanas, onde as pessoas se preocupavam mais em ostentar através da aquisição de conjuntos de louça.

O estudo das louças, além possibilitar estabelecer cronologias, pode possibilitar a compreensão de aspectos do cotidiano dos habitantes, como comportamento, os gostos, escolhas, poder aquisitivo, status e afirmação da hierarquia entre as pessoas que habitavam a estância. O consumo pode ser um indicativo de status social, quando a partir das suas escolhas as pessoas buscam se diferenciar de segmentos situados em posições sócio-econômicas inferiores. Segundo Lima:

Artefatos são produtos de construções mentais e as pessoas os utilizam para falar aos outros sobre si mesmas e sobre sua visão de mundo. Os indivíduos revestem os objetos de significados, projetam neles seus desejos inconscientes, manipulam sua carga simbólica, reforçam através deles suas posições na hierarquia social, de tal forma que eles são representações tangíveis de uma intrincada trama de relações (1997, p. 12).

Não se pode afirmar que as louças tinham caráter apenas utilitário, sem nenhum significado para os moradores, até porque o uso de louça foi uma necessidade criada pelo desenvolvimento industrial, antes outros objetos eram utilizados para cumprir as funções das louças. O consumo não pode se reduzir apenas à exibição de status e caráter utilitário das peças. Segundo Tocchetto:

A cultura material informa sobre atitudes, valores, modos de vida e sua interpretação caminha na direção de seu papel simbólico na conformação de limites sociais, divisões culturais e posições na estrutura social (Lima, 1999) de homens e mulheres dos grupos sociais domésticos. Informam sobre a conformação a normas sociais, a condutas compartilhadas e aceitas como certas, mas também sobre a ação dos indivíduos, sua participação ativa na condução de sua vida cotidiana, suas intenções e consciência prática (2004, p. 22).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Através do estudo das louças foi possível reconhecer o período de ocupação da Estância Santa Clara. Percebeu-se também a variedade de decorações das louças nesse ambiente rural, não havendo conjuntos completos. Essa ausência pode estar ligada a dificuldade de acesso ao comércio, ou também a não necessidade de ostentação através desse tipo de objeto, mesmo que os moradores tivessem condições econômicas para adquirir louças mais caras.

### **Considerações Finais**

O estudo realizado apresentou os primeiros resultados das intervenções nas Ruínas da Estância Santa Clara, cujas pesquisas iniciaram no ano de 2009 e tiveram continuidade em 2011. A partir da arqueologia histórica retomou-se parte do passado desta estância habitada por pessoas que não tiveram muitos registros preservados, a não ser a cultura material.

As primeiras intervenções arqueológicas foram relatadas detalhadamente, desde a metodologia aplicada em campo até o tipo de material encontrado. Através dessas intervenções foi possível reconhecer as principais estruturas que compõe a estância, assim como a possibilidade de existência de outras estruturas não mais visíveis no sítio. Além disso, percebeu-se o aproveitamento dos recursos disponíveis na localidade para a realização das construções, que atendem as necessidades básicas dos moradores, não sendo construções nem um pouco rebuscadas.

A cultura material, presente no sítio, representa os diversos momentos que o território foi ocupado, desde ocupações pré-históricas a ocupações históricas. Alguns aspectos dessa cultura material foram apresentados, principalmente das louças, que indicam o período de ocupação do sítio, alguns hábitos de consumo e significados que as louças poderiam ter para os habitantes da estância.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Quanto às louças, cuja predominância é de faiança fina, não se poder afirmar que tivessem apenas caráter utilitário, elas representavam algum significado para os moradores, como por exemplo, a própria distinção entre proprietários e trabalhadores. A variedade de decorações, da faiança fina, é um indício de que não havia preocupação com ostentação a partir de conjuntos completos de louça, ou até mesmo sugere dificuldade de acesso ao comércio no momento de ocupação em que se consumia louça importada.

Considera-se que foi dado o primeiro passo para o desenvolvimento das pesquisas nesse sítio, já que este foi o primeiro estudo sistemático da estância Santa Clara. A construção do conhecimento é um processo gradual e nem sempre as primeiras pesquisas abrangem todo potencial de investigação de um objeto de estudo, sendo necessário aprofundar a pesquisa, utilizando novas fontes e realizando novas intervenções.

## **Referências**

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

LIMA, Tânia Andrade. *Arqueologia Histórica na América do Sul: Um desafio para a próxima década*. Arqueología Uruguaya hacia el fin del milenio. Tomo I-IX Congreso Nacional de Arqueología. Colonia del Sacramento-Uruguay- 16 a 19 de junio de 1997.

LUCAS, Luis Henrique Haas. *Estâncias e fazendas: uma contribuição ao estudo da arquitetura tradicional riograndense*. Este artigo foi extraído da seguinte dissertação de Mestrado em Arquitetura: Estâncias e fazendas: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, PROPAR/UFRGS, 1997.

Disponível em:  
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/06.071/363>. Acessado em 9 setembro de 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

ORSER Jr., Charles E. *Introducción a la Arqueología Histórica*. Buenos Aires: Asociación Amigos del Instituto Nacional de Antropología y Ediciones del Tridente, 2000. Tradução de Andrés Zarankin.

PEIXOTO, Luciana da Silva. *Catálogo de Faiança Fina da Residência Conselheiro Maciel*. Monografia (Especialização em Memória, Identidade e Cultura Material) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2004.

REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no espaço platino. In: Boeira, Nelson; GOLIN, Tau (Coord. Geral). *História do Rio Grande do Sul* – Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006. v.1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

TOCCHETTO, Fernanda Bordin; et al. *A Faiança Fina em Porto Alegre: Vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre: Secretária Municipal da Cultura, 2001.

TOCCHETTO, Fernanda. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista*. Tese de Doutorado em História PUCRS – Arno Alvarez Kern, 2004.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. *A Estância Velha do Jarau e o contexto fronteiriço: os lugares e as louças no espaço doméstico*. Monografia apresentada no Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2008.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. In: *ARQUEOLOGIA: Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*. Volume 5. Curitiba. 1986. P. 117 a 130.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A DISCUSSÃO DO PÓS- GUERRA DO PARAGUAI NO CONSELHO DE ESTADO IMPERIAL (1871-1874) <sup>1</sup>**

Jaqueline Schmitt da Silva<sup>2</sup>

### **1- Introdução**

O Conselho de Estado do Segundo Império discutiu amplamente os aspectos referentes ao pós- guerra do Paraguai auxiliando na resolução de questões importantes sempre quando solicitados pelo governo. Através do estudo das documentações referentes a esta instituição é possível compreender quais foram as principais dificuldades políticas encontradas em tal época, bem como, estabelecer aspectos para o estudo das elites brasileiras.

Maria Fernanda Vieira Martins<sup>3</sup> aponta que:

[...] para que o Conselho de Estado seja considerado como instrumento para a análise da ação e do comportamento das elites, trazendo um novo entendimento sobre o seu papel na política e na própria formação do Estado brasileiro, é preciso ampliar a abordagem no sentido de entender essas elites não como a representação de um grupo isolado, a partir de suas características internas de formação e composição, mas considerando ainda suas relações com a sociedade, através das redes de alianças e interesses que se constroem e se refazem permanentemente ao seu redor.

Num período de crise da história política tradicional que teria como pressupostos a narrativa factual, repleta de heróis, pensa-se numa nova História política que estaria vinculada a diversos fatores, como por exemplo, a cultura política, mencionada na obra *Domínios da História*<sup>4</sup>. Entende-se o Conselho de Estado como uma instituição de importantes poderes, atuando no âmbito

---

<sup>1</sup> Artigo produzido para o I Congresso Internacional de História Regional e V Seminário de História Regional, organizado pelo PPGH/UPF.

<sup>2</sup> Aluna do VIII Nível do Curso de História da Universidade de Passo Fundo, bolsista de Iniciação Científica PIBIC/ UPF, orientanda do Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.

<sup>3</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial*. In: TOPOI, v. 7, n. 12, jan.-jun. 2006, p. 178-221. p. 182.

<sup>4</sup> CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

político com objetivos de representar determinados grupos sociais com os quais mantinha alguma ligação, determinando aspectos significativos para a compreensão da formação do Estado Brasileiro através do estudo das elites políticas, uma vez que estas não estariam isoladas, e sim, representando um conjunto de interesses.

Sobre os argumentos elaborados por políticos e juristas do segundo reinado, especialmente quando discutiam a reforma do poder judiciário em 1871, se observa que a cultura política estava baseada nas práticas cotidianas, e não num conhecimento construído nas academias. Em virtude disso, estudiosos do século XX consideraram que a falta de uma cultura jurídica deveu-se ao envolvimento da política com a justiça. E dessa maneira, é proposto que o Conselho de Estado teria sido o lócus da alta cultura jurídica durante o século XIX, em virtude de suas atribuições e do modo como teria funcionado após a lei de 23 de novembro de 1841. “Previam-se que o Conselho de Estado seria ouvido ‘em todos os negócios graves e medidas gerais da pública administração; principalmente sobre a declaração de guerra, ajustes de paz, negociações com nações estrangeiras, assim como em todas as ocasiões, em que o Imperador se proponha a exercer qualquer das atribuições do poder moderador’(art.142).”<sup>5</sup>

## **2- O Conselho de Estado discute o pós- guerra**

### **2.1- As dívidas de guerra:**

Em 03 de abril de 1872, o Conselho de Estado emite seu parecer sobre a questão entre Brasil e Paraguai, referente à indenização dos gastos de guerra que o Paraguai devia ao Brasil. Tendo como base o tratado de paz assinado em Assunção, houve a estipulação de que dentro de dois anos seria realizada uma convenção para fixar a importância da indenização sobre tais gastos feitos às propriedades públicas, bem como sobre a forma com a qual se procederiam aos

---

<sup>5</sup> OLIVEIRA: Cecília Helena Salles. *O Conselho de Estado e o complexo funcionamento do governo monárquico no Brasil do século XIX*. In: Almanack brasiliense nº 05, maio de 2007. p. 48 e 49.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

pagamentos, juros e amortização do capital. Tendo em vista tais questões, a regente quis o parecer das seções dos Negócios Estrangeiros e de Fazenda do Conselho de Estado, para que indicassem até onde poderia ir a benevolência do Governo Imperial na fixação das somas a serem reclamadas.<sup>6</sup>

As discussões ocorrem, e o relator, Visconde de São Vicente, expõe o parecer da Seção quanto à questão consultada. O primeiro aspecto que é exaltado diz respeito ao Tratado de Paz feito entre Brasil e Paraguai, onde se prometeu uma benévola redução nas dívidas de guerra, o que deveria ocorrer. O segundo referia-se às condições da República do Paraguai, que estando destruída pela guerra não teria meios para satisfazer a grande soma que devia ao Brasil. Na terceira consideração era afirmado ser uma boa política reduzir as dívidas em números menores e com longos prazos, mas que pudessem ser pagos. A situação financeira do Brasil não estava em condições prósperas a ponto de tanta generosidade para com o Paraguai, entretanto, de nada adiantaria o direito a um pagamento que dificilmente poderia ser executado.<sup>7</sup>

Levando em conta as proposições, bases para a reflexão eram estabelecidas pelo relator. Estas visavam à compreensão das verdadeiras condições financeiras do Império, assim como das forças industriais e financeiras do Paraguai no tempo presente da época, realizando estimativas para o futuro e, ainda, uma análise dos procedimentos feitos pelos demais aliados no tocante às dívidas de guerra. Partindo para o que as seções reunidas haviam pensado, o relator apontava as seguintes conclusões: não tinham conhecimento, como o governo, das reais circunstâncias financeiras do Império. Consideravam sabido o fato de que o Paraguai acha-se em estado de penúria, mas por outro lado, o viam como um país de solos férteis, boas condições de navegação, condições de emigração e para seu crescimento havia a necessidade de um bom governo. As seções não sabiam sobre os rendimentos do Paraguai nos últimos anos antes da

---

<sup>6</sup> BRASIL. *O Conselho de Estado e a política externa do império: Consulta da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1871-1874/* Centro de História e Documentação Diplomática. – Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2009. p. 156.

<sup>7</sup> Ídem, p. 158.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

guerra, sendo impossível estabelecer estimativas para os seguintes. Levavam em conta o fato de que o Brasil precisaria ser proporcionalmente generoso, tendo como pressuposto o Estado Oriental e a República Argentina. O Império deveria contemplar as ações desses dois países para guiar-se convenientemente em sua generosidade. As seções, não tendo todos os esclarecimentos necessários, entendendo que a redução deveria ser grande, consideravam importante ouvir as Assembleias Legislativas.<sup>8</sup>

Sobre a mesma questão, José Tomás Nabuco de Araújo, Bernardo de Souza Franco, o barão das Três Barras e Francisco de Paula Negreiros Sayão Lobato, também emitem seus pareceres, que divergem do relator.

José Tomáz Nabuco de Araújo emitiu seu parecer em 05 de abril de 1872, e considerava que as conclusões do parecer não estariam de acordo com as premissas estabelecidas pelo relator. Pensava ser desnecessário procurar saber o pensamento das câmaras legislativas, sendo que estas teriam as mesmas dificuldades das seções do Conselho de Estado. A conclusão lógica para este conselheiro seria que o governo encarregasse a legação brasileira no Paraguai sobre o estudo da matéria referente às condições do Paraguai, tentando dar tempo para que este se reconstituísse e se pacificasse moralmente, sendo que, somente assim seria possível alcançar informações sobre a melhor maneira de efetuar as cobranças das dívidas.<sup>9</sup>

O Conselheiro de Estado Bernardo de Souza Franco, em seu parecer de 12 de abril de 1872, considerava desvantajosa a ideia de submeter o assunto à Assembleia Legislativa, pois ainda poderia adquirir o sentido de imposição ao país paraguaio. Ao Governo Imperial competiria negociar com o Paraguai, tendo em vista os interesses presentes e futuros do Império. O Conselheiro pensava que a convenção deveria esperar até saber quais as intenções do governo

---

<sup>8</sup> BRASIL. *O Conselho de Estado e a política externa do império: Consulta da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1871-1874/* Centro de História e Documentação Diplomática. – Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2009. p. 159.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 160.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

argentino e oriental.<sup>10</sup> Para o Conselheiro barão das Três Barras, no parecer de 16 de abril de 1872, era fundamental e conveniente sondar os propósitos dos aliados a respeito das suas reclamações e proceder em conformidade, independente de consulta às câmaras legislativas.<sup>11</sup>

O conselheiro Francisco de Paula Negreiros Sayão Lobato considerava, em seu parecer de 26 de novembro de 1872, que as exigências do pagamento não devem ir além das forças do devedor, sendo que o Brasil deveria usar-se da benevolência prometida no tratado de paz.<sup>12</sup> Para o conselheiro, o mais correto era fixar a dívida 5% do seria o montante inicial, a redução seria grande, mas ainda assim, seria imposta uma considerável contribuição ao Paraguai. Sayão Lobato considerava muito inconveniente submeter o assunto ao legislativo.<sup>13</sup> Além disso, entendia que não deveria servir de cálculo ao Império os procedimentos das repúblicas aliadas, pois os interesses eram desiguais. Para este, por exemplo, seria muito fácil para a Argentina abrir mão das indenizações, uma vez que adquiriria o território do Chaco, uma generosidade aparente. No caso brasileiro, com a generosa redução das indenizações, daria prova de verdadeira generosidade.<sup>14</sup>

## 2.2- Os limites entre o Paraguai e a Argentina:

Em 20 de novembro de 1873, o Visconde de Caravelas envia um comunicado confidencial à Seção dos Negócios Estrangeiros e Justiça do Conselho de Estado, pedindo para que estes dessem seu parecer acerca do assunto das fronteiras entre a Argentina e o Paraguai. Em virtude do compromisso brasileiro assumido com o artigo 4º do acordo de 19 de novembro do ano de 1872, este deveria cooperar “com sua força moral”, para que a Argentina e o Estado Oriental chegassem a um acordo amigável com o Paraguai

---

<sup>10</sup> Ídem, p. 163.

<sup>11</sup> Ídem, p. 165.

<sup>12</sup> Ídem, p. 166.

<sup>13</sup> BRASIL. *O Conselho de Estado e a política externa do império: Consulta da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1871-1874/* Centro de História e Documentação Diplomática. – Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2009. p. 168.

<sup>14</sup> Ídem, p. 169.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

tendo em vista os tratados de paz. Para isso, o barão de Araguaia, plenipotenciário em Buenos Aires, havia tido a incumbência de transportar-se para Assunção tendo em vista auxiliar a missão argentina, encarregada ao Sr. General Bartolomeu Mitre, de realizar negociações com o Paraguai. O governo argentino havia se mostrado muito satisfeito com a disponibilidade brasileira e com a escolha do plenipotenciário.<sup>15</sup>

De acordo com protocolo da negociação, assinados pelos plenipotenciários argentinos e paraguaios, propôs aquele, e foi aceito “que se ocupassem- em primeiro lugar, por ser o único ajuste que podia apresentar dificuldade-, do tratado de limites.” Fixaram o rio Paraná como limite entre as duas nações. Após este acordo, o general Mitre não se mostrou apressado em continuar as resoluções sobre a questão do Chaco. Prosseguindo as conferências, “manifestou-se quase invencível discordância sobre a questão do Chaco.” O plenipotenciário brasileiro procurou conhecer o pensamento e as pretensões do general Mitre e este se declarava disposto a nada ceder.<sup>16</sup>

O governo do Paraguai cedera o Chaco até o Pilcomayo, inclusive a ilha do Cerrito para os argentinos. Não há documentos que provem, mas Mitre teria dito ao barão de Araguaia que o negociador argentino aconselhara para Buenos Aires que “dirimisse a contenda pelo Pilcomayo, com desistência completa do território que fica ao norte.” Durante muito tempo havia se esperado pela resposta do governo argentino, e quando este respondeu foi desfavorável à ideia de Mitre. No entanto, logo este se identificou com a posição do governo nessa recusa, e passou a justificar isto através de um *memorandum*.<sup>17</sup> Assim, Caravelas pedia que o Conselho de Estado pensasse sobre a posição que o Brasil deveria tomar quanto ao assunto.

Em 25 de dezembro de 1873 o Conselho de Estado, através do relator José Tomás Nabuco de Araújo, emitia seu parecer acerca da questão de limites entre

---

<sup>15</sup> Ídem, p.322.

<sup>16</sup> BRASIL. *O Conselho de Estado e a política externa do império: Consulta da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1871-1874/* Centro de História e Documentação Diplomática. – Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2009. p. 323.

<sup>17</sup>.Ídem, p. 324.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

a República Argentina e o Paraguai. Com voto em separado assinaram o parecer o visconde de Jaguari e o visconde de Niterói.

Nabuco de Araújo considera que a ação dos aliados somente deveria dar-se quando verificada a recusa do Paraguai e pela nota argentina de 16 de outubro de 1873, este pretendia ainda a continuação das negociações.<sup>18</sup> A seção do Conselho de Estado considerava evidente que o Paraguai não concordando amigavelmente, a consequência seria a utilização do recurso do art. 5º, cabendo a decisão aos aliados.<sup>19</sup> Quanto à conservação das forças brasileiras no Paraguai, dois motivos estariam em voga: o interesse do Brasil e o dever do Brasil. O interesse do Brasil, que possuía pendência na demarcação de limites e trabalhos da comissão mista que estava conhecendo as reclamações particulares por prejuízos de guerra, não pareceu à seção do Conselho de Estado bem justificado.<sup>20</sup> O dever brasileiro determinava a conservação das forças durante o estado provisório, até que a situação se definisse no Paraguai. Esse motivo era mais justificável do que o propósito argentino manifestado ao ministro do Brasil (ofício 28 de Junho), ao qual dizia que manteriam a ocupação de Vila Ocidental ainda que os demais aliados retirem suas forças. Os direitos da Argentina de ocupar a Vila Ocidental eram os mesmo que o Brasil tinha de prosseguir com a sua ocupação. “Não é outro direito senão o direito da guerra, ainda não resolvidos pelos tratados definitivos de paz.” Só depois desses tratados que o Paraguai poderia reaver seus territórios, sendo que a Argentina só possuía a propriedade de território em virtude da guerra.<sup>21</sup> Tal sentido indicado pela seção possuía base no direito internacional, que pressupunha que a ocupação no caso de guerra não importaria propriedade, que só poderia fundar-se nos tratados de paz. Assim, não havia sentido que a Argentina pretendesse a retirada das forças brasileiras no Paraguai, deixando as suas, pois ambas possuíam os mesmos

---

<sup>18</sup> Ídem, p. 329.

<sup>19</sup> Ídem, p.330.

<sup>20</sup> Ídem, p. 331.

<sup>21</sup> BRASIL. *O Conselho de Estado e a política externa do império: Consulta da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1871-1874/ Centro de História e Documentação Diplomática.* – Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2009. p. 332.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

direitos. Nabuco de Araújo considerava o arbitramento a melhor solução para tais questões. “Não querer o arbitramento é querer as represálias ou a guerra.”<sup>22</sup>

O Paraguai queria o arbitramento geral, tendo por objeto todo o Chaco, desde as posses da Argentina até a Baía Negra. A Argentina queria o arbitramento parcial, versando somente o território ao norte do Pilcomayo, compreendida aí a Vila Ocidental. Assim, a seção entendeu que o arbitramento deveria ser parcial, e o Paraguai, por conselho do Brasil concordou com a suposição, e como árbitro se indicou os Estados Unidos.<sup>23</sup> Tendo os meios conciliatórios frustrados, a consequência seria a guerra entre Argentina e Paraguai. Assim, o meio mais eficaz de impedir esse *statu quo* seria estabelecer os tratados de paz imediatamente, devendo o Brasil empenhar-se para a realização do arbitramento. Recusando o Paraguai aos limites que a Argentina pretendia ou o arbitramento que propunha, ficava evidente o direito dessa de continuar a guerra ou impor outra.<sup>24</sup> “O arbitramento é a única e verdadeira solução das dificuldades dessa situação intrincada.” Neutralidade brasileira seria a regra a proceder em caso de guerra, pelo menos até que a independência, soberania e integridade do Paraguai fossem mantidas.<sup>25</sup>

O voto do Conselheiro Visconde de Jaguari em 11 de janeiro de 1874 expõe alguns elementos divergentes daqueles expressos pelo relator da questão. Considera improcedente o fato de o Paraguai aceitar o arbitramento parcial sob a pena de os ânimos de agravarem. O Paraguai já havia cedido até o Pilcomayo, para obter o reconhecimento e a paz argentina. Assim, parece injusto, pois a Argentina “não exhibe títulos valiosos para o extenso domínio que quer exercer sobre o Chaco.” Segundo o Conselheiro, o litígio ficaria sobre o território da Vila Ocidental e sobre este deveria estar o arbitramento.<sup>26</sup> O Visconde de Niterói, em seu parecer de 16 de janeiro de 1874, concorda inteiramente com o Visconde de

---

<sup>22</sup> Ídem, p. 334.

<sup>23</sup> Ídem, p. 335.

<sup>24</sup> Ídem, p. 336.

<sup>25</sup> Ídem, p. 339.

<sup>26</sup> BRASIL. *O Conselho de Estado e a política externa do império: Consulta da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1871-1874/ Centro de História e Documentação Diplomática.* – Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2009. p. 344.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Jaguari.<sup>27</sup> Exalta a ideia de que não poderia prevalecer a inteligência absoluta que sustenta o relator.<sup>28</sup>

### **3- Considerações finais**

O conflito dos países da Tríplice Aliança iniciou-se formalmente em 1º de maio de 1865<sup>29</sup>, com a assinatura do Tratado entre Brasil, Argentina e Uruguai, aliados contra o Paraguai. Em janeiro de 1872, totalmente destruído pela guerra ocorrida contra a Tríplice Aliança, o Paraguai formalizou o Tratado de Paz com o Brasil, após um período de muitas dificuldades para efetuar tal acordo.

A fidelidade do Império ao princípio de manter a integridade e a independência paraguaia dificultou muito as negociações de paz e de dívidas de guerra, tendo em vista, ainda, a intenção da Confederação Argentina de anexar parte do território paraguaio. “As questões de limites, entre Paraguai e Argentina, num primeiro tempo, e entre Argentina e Brasil, num segundo, sendo aquela questão uma seqüela da guerra e esta uma pendência antiga, converter-se-iam no mais grave problema da política externa brasileira até o fim do Império”.<sup>30</sup>

Ao refletir sobre o contexto gerado pela guerra do Paraguai conforme as discussões do Conselho de Estado, um aspecto importante surge: as relações entre o Brasil e a Argentina. A partir desse período os ânimos se exaltam, tendo como motivo principal a questão dos limites entre a Argentina e o Paraguai e, entre Argentina e Brasil. Aspectos recorrentes a esta rivalidade são perceptíveis posteriormente, em acontecimentos que fogem da alçada desse trabalho.

Além disso, outro ponto importante a ser citado é a situação econômica extremamente ruim do Paraguai, que teve perdas humanas sem precedentes. Tais aspectos influíram, evidentemente, na vida política interna e externa do

---

<sup>27</sup> Ídem, p. 350.

<sup>28</sup> Idem, p. 351.

<sup>29</sup> HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas (de Alexandre Gusmão a Rio Branco)*. Méritos: Passo Fundo, 2007.p. 86.

<sup>30</sup> CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826- 1889*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 111.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

país. Causa disso, os governos que se instalaram após a guerra estiveram permanentemente instáveis. Eram presidentes assassinados, golpes de estado, um contexto que predominou até a aproximação do século XX.<sup>31</sup>

Dessa maneira pode ser considerado importante a opinião do Conselho de Estado no que se refere à diminuição das dívidas desse país exaurido pela guerra. A instituição monárquica exerceu grande influência nas decisões governamentais, sendo isso possível através de seus pareceres, feitos pelos seus bem formados conselheiros de Estado, sempre que solicitados pelo Imperador, nesse conflitivo pós- guerra.

#### **4- Referências**

BRASIL. *O Conselho de Estado e a política externa do império: Consulta da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1871-1874/ Centro de História e Documentação Diplomática.* – Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2009.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas (de Alexandre Gusmão a Rio Branco).* Méritos: Passo Fundo, 2007.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial.* In: TOPOI, v. 7, n. 12, jan.-jun. 2006, p. 178-221. p. 182.

MOREIRA, Earle Macarthy. *O mito de Solano López e a reedificação do Paraguai.* In: II Simpósio Internacional-Estados Americanos: relações continentais e intercontinentais. Passo Fundo: Ediupf, 1997. p. 247- 252.

---

<sup>31</sup> MOREIRA, Earle Macarthy. *O mito de Solano López e a reedificação do Paraguai.* In: II Simpósio Internacional-Estados Americanos: relações continentais e intercontinentais. Passo Fundo: Ediupf, 1997. p. 247- 252. p. 248.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

OLIVEIRA: Cecília Helena Salles. *O Conselho de Estado e o complexo funcionamento do governo monárquico no Brasil do século XIX*. In: Almanack brasiliense nº 05, maio de 2007.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **O CULTO DA SAUDADE NO SUL DO BRASIL: A INFLUENCIA DO PENSAMENTO DE GUSTAVO BARROSO NOS MUSEUS HISTÓRICO FARROUPILHA E DA BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE**

Joana Soster Lizott\*

Esse trabalho buscou, através da análise das trajetórias dos diretores dos museus Histórico Farroupilha e da Biblioteca Pública Pelotense, elencar elementos que os aproximassem do pensamento e práticas de Gustavo Barroso, enquanto personagem da institucionalização da museologia no Brasil.

Da forma como é aqui apresentado, esse trabalho constitui uma síntese da monografia defendida em 2011 para o curso de Museologia da Universidade Federal de Pelotas, resultado de dois anos de pesquisa financiada pela FAPERGS, que abordou a criação desses dois museus<sup>1</sup>.

O Museu Histórico Farroupilha (MHF) e Museu da Biblioteca Pública Pelotense (MBPP) - localizados respectivamente nas cidades de Piratini e Pelotas -, compartilham o fato de terem tido a sua frente por muitos anos um mesmo diretor. Cada um definindo seus discursos e quais memórias seriam guardadas ou não por eles. Assim, Henrique Carlos de Moraes e Adão Amaral, marcaram, cada um a sua maneira, os caminhos seguidos por essas instituições ao imprimir suas ideias e práticas e tiveram suas vidas atravessadas pelo estreito vínculo tecido com os acervos pelos quais foram responsáveis. A dedicação e a paixão de ambos resultaram no significado que essas instituições refletiram para as suas respectivas comunidades.

Adão Amaral, o piratinense que há muitos anos morava na capital do estado, foi incumbido da missão de reunir os resquícios materiais de um acontecimento que mais de cem anos depois ainda permanecia muito vivo na

---

\* Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas e graduanda em História (Licenciatura) da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: jo.lizott@gmail.com.

<sup>1</sup> A referida pesquisa é “*Os museus e a cidade: registros de uma relação nem sempre tão harmônica*”, desenvolvida de julho de 2009 até junho de 2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

cidade de Piratini. Um dos mais fortes elementos identitários do Rio Grande do Sul, a “Revolução Farroupilha” que teve a primeira capital de sua República rio-grandense nessa cidade. Esse elemento pode ser um dos grandes motivos do interesse do Governo do Estado na aquisição do prédio que hoje abriga o museu, onde teria funcionado nada menos que o Ministério da Guerra Farroupilha. Um lugar ideal para a representação de um dos eventos mais cultuados e reverenciados pelo povo rio-grandense.

Henrique Carlos de Moraes assumiu o Museu da Biblioteca Pública Pelotense no início dos anos 1940, sendo que já era funcionário da Biblioteca desde 1933. Os cinquenta e três anos (1933-1986) que dedicou à biblioteca pública foram marcados pelo trabalho como funcionário do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o que juntamente com outras ações podem caracterizá-lo como um agente de defesa do patrimônio cultural regional.

Na busca pela compreensão desses dois personagens como agentes patrimoniais militantes da sua defesa e nas ações desenvolvidas nos museus que trabalharam, surgiu a hipótese de que sua principal referencia seria o pensamento museológico de Gustavo Barroso. A ideia apareceu ao serem vistas as indicações feitas por Henrique Carlos de Moraes ao livro *Introdução à Técnica de Museus* e pelo mesmo ter participado de um estágio no curso de museus do Museu Histórico Nacional (MHN) em 1942<sup>2</sup>. Adão Amaral também faz referencia ao mesmo livro, pedindo um exemplar em correspondência dirigida ao autor. Além disso, durante a pesquisa, verificaram-se algumas semelhanças no trabalho de ambos com o pensamento de Gustavo Barroso, principalmente no tocante a relação com os objetos, “evocadores de memórias”.

Nesse sentido, a pesquisa procurou entender se as formas de lidar com o passado desenvolvidas pelo diretor do MHN realmente se manifestaram nessas duas instituições museais, relacionando-as com as concepções de patrimônio,

---

<sup>2</sup> “Minha formação de Museólogo”. Documento datilografado assinado por Henrique Carlos de Moraes. Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense. Pasta CDOV - A/HCM-016.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

formas de ver o passado e as práticas dos seus diretores, comparando-os com os projetos e ideias museológicas de Gustavo Barroso.

### **“Conservador de museu”: a construção de discursos nos Museus Histórico Farroupilha e da Biblioteca Pública Pelotense**

A abordagem de alguns dos pensamentos e práticas que Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes, como atores sociais desenvolveram sobre os museus e a museologia, se refere ao que Mário Chagas definiu como *imaginação museal*, ou seja, “a capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas” (2009, p.58). Ainda segundo o autor, é essa “potência imaginativa” que confere vida e significado político-social aos museus (2009, p.206).

Como bem aponta Chagas, a imaginação museal de Gustavo Barroso era voltada para o “passado monumental, heroico e grandiloquente”, com o papel de preservar as relíquias históricas desse passado de glórias (2009, p.202). Características essas que se aproximam dos diretores locais estudados. Por isso, partiu-se da referência ao diretor do Museu Histórico Nacional para entender algumas das ações museológicas de Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes.

A hipótese de que as ideias de Gustavo Barroso teriam chegado às práticas museológicas de Henrique Carlos de Moraes e Adão Amaral surgiu após o contato com alguns documentos dos arquivos pesquisados, que faziam referência ao diretor do Museu Histórico Nacional, mais especificamente, ao seu livro *Introdução à Técnica de Museus*.

Entre esses documentos, destaco um texto escrito por Henrique Carlos de Moraes para seus sucessores, no qual não só faz menção à obra como referência para o trabalho no museu, como cita trechos da mesma e indica sua participação no Curso de Museus no Rio de Janeiro. Já no Museu Histórico Farroupilha, foi encontrada uma correspondência de Adão Amaral, enviada para o “Professor Gustavo Barroso” solicitando a referida obra, ainda nos primeiros anos do museu.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O uso do livro de Gustavo Barroso pelo dois diretores pode ser entendida pelo caráter de referencia que ela tinha na época de atuação de ambos, bem como do Curso de Museus, que era o único no país. Além disso, segundo Maria Célia Santos, o Rio de Janeiro sempre teria sido um centro de referência – por ter os museus nacionais -, para os demais museus estaduais e municipais, influencia essa que aumentou depois da instalação do Curso (1998, p.183).

Tanto o Curso de Museus, como o Museu Histórico Nacional foram caracterizados pela forte presença de Gustavo Barroso. Segundo Regina Abreu (1996, p.168), além de ser o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional, teria sido também seu principal ideólogo. Foi durante a sua gestão que se configuraram a formação do acervo e a consolidação da instituição (1996, p.173). Aspectos semelhantes aos diretores estudados, já que ambos foram os responsáveis pela criação dos respectivos museus, reflexos de suas ideias e práticas.

Nesse sentido, Ana Audebert Oliveira coloca o pensamento museológico de Gustavo Barroso como uma formulação inaugural no contexto museológico brasileiro, de grande relevância para a construção e preservação da memória nacional. Pensamento e prática que serviram de modelo a ser seguido nos museus (2003, p.41).

Segundo Regina Abreu, não havia uma formação específica para profissionais de museus até 1932, quando foi criado o Curso de Museus (1996, p.188). O curso criado durante a gestão de Rodolfo Garcia<sup>3</sup>, foi “adotado” por Gustavo Barroso, que lecionou a cadeira por ele criada “Técnica de Museus”. De acordo com Aline Magalhães, a partir das suas aulas e visitas a museus do exterior, ele elaborou o livro *Introdução à Técnica de Museus* (2006, p.43). Essa sistematização das disciplinas no curso e nos instrumentos didáticos permitiu que Gustavo Barroso dominasse nacionalmente a formação de profissionais especializados para os museus (2006, p.47). Assim, o seu livro

---

<sup>3</sup> Gustavo Barroso foi afastado do Museu Histórico Nacional em 1930, e voltou em 1932 quando o Curso de Museus já havia sido criado.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

também se tornou uma referência nessa área do conhecimento. Além disso, Ana Oliveira considera o Curso de Museus como uma continuidade da prática exercida por Barroso no Museu Histórico Nacional, sendo um espaço de perpetuação de suas ideias, que eram transmitidas aos alunos. (2003, p.81). Nesse sentido, Mário Chagas aponta para o caráter conservador e elitista do Curso de Museus, que pelo menos até a morte de Barroso manteve-se intocável.

Ao mesmo tempo em que o livro representava um “esforço de sistematização de conhecimentos esparsos”, como afirma Mário Chagas, ele também “desenhava um determinado perfil do profissional que se desejava formar” (2009, p.106). O museólogo, ou melhor, o conservador<sup>4</sup>, para Barroso, era o técnico ou entendido em museus, deveria ter um saber detalhista, minucioso e enciclopédico. O seu alvo eram as relíquias do passado, os acontecimentos e episódios revestidos de dramaturgia singular, e não a compreensão da sociedade contemporânea, e menos ainda, o entendimento do lugar social dos museus (CHAGAS: 2009, p.106).

Esse alvo identificado por Chagas é encontrado também nas práticas de Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes. Os museus que construíram eram focados nos objetos, nas relíquias e em certos episódios da história. Além disso, a influência do livro em si aparece em aspectos determinantes do trabalho dos dois diretores.

Em várias correspondências e documentos de Henrique Carlos de Moraes ele se identifica como Conservador. De fato, em um dos documentos encontrados, Moraes acusa a participação no curso de Barroso no Rio de Janeiro. O texto deixado por ele, datado de 1986, meses antes de sua morte<sup>5</sup>, e que traz algumas de suas concepções e práticas museológicas, é sugestivamente

---

<sup>4</sup> Conservador era como Barroso preferia denominar o profissional de museus. Relutava em admitir que o profissional de museus fosse denominado museólogo ou museologista. Para ele a terminologia adequada seria a de conservador. (OLIVEIRA: 2003, p.89)

<sup>5</sup> Henrique Carlos de Moraes faleceu em 28 de agosto de 1986 e o texto foi escrito em 10 de junho do mesmo ano (REZENDE: 2010, p.109).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

intitulado “A minha formação de museólogo”<sup>6</sup>. O texto inicia trazendo as circunstâncias nas quais teria começado seu interesse pela museologia. Na sequência, são descritos os presentes dados pelo pai e parentes, amigos. Alguns objetos foram encontrados também como acervo do Museu da Biblioteca Pública Pelotense. Mas o principal que se percebe nas descrições, como constata Maiquel Rezende, é que ele passa a ideia de poder reviver o passado através desses objetos (2010, p.73).

O trecho final do texto, intitulado “*Para meus eventuais sucessores um conselho*”, é que faz alusão direta a Gustavo Barroso, incorporando partes do livro *Introdução à técnica de museus*. Transcrevo aqui algumas partes, que se assemelham (ou copiam) partes da referida obra:

Para bem se classificar as peças que devem ser expostas ao público, mister se fez grande cabedal de conhecimentos especializados que somente a teoria não pode fornecer. É preciso que ela se alie a prática as intuições desenvolvidas com o tirocínio e de agudez espiritual<sup>7</sup>.

O trecho foi praticamente copiado da página 14 do livro, tendo apenas suprimido algumas palavras, que sintetizam, mas não alteram o sentido do trecho. Na sequência, utiliza-se novamente da obra: “*O museólogo tem de ser, antes de tudo, um evocador. Um museu conserva justamente para evocar. Porque esta é sua parte dinâmica, sua vida, linguagem, sua forma de perfeição na cultura do País*”<sup>8</sup>. A frase em destaque encontra-se na página 27 do livro de Barroso, sendo que o complemento dado por Moraes não o distancia de seu professor, uma vez que propõe como grande função do museu essa valorização literal do passado.

Moraes continua seu texto conceituando Museu, Museologia e Museografia. Sua definição é a mesma das encontradas nas páginas 5 e 6 do

---

<sup>6</sup> Henrique Carlos de Moraes, A Minha formação de museólogo. 10 de junho de 1986. Disponível no Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, pasta CDOV – A/ HCM-010.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem. Grifo meu.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

livro de Barroso. Após colocar as partes da disciplina Técnica em Museus (geral, básica e especializada), finaliza:

Aconselho aos meus eventuais sucessores obra intitulada INTRODUÇÃO A TÉCNICA DE MUSEUS, volume 1º e 2º da Gráfica Olímpica – 1946. Autor meu saudoso professor Dr. Gustavo Barroso, fundador e diretor do Museu histórico Nacional, no ano de 1942 entre Junho a Outubro daquele ano fiz um estágio no estudo das matérias especializadas do valioso curso em apreço<sup>9</sup>.

O livro de Barroso também era conhecido por Adão Amaral, como mostra uma correspondência de sete de agosto de 1953<sup>10</sup>. Nela o diretor do Museu Histórico Farroupilha pede ao “Professor Gustavo Barroso” um exemplar do Livro Técnica de Museu. O pedido parece ter sido atendido, pois uma edição de 1951 foi encontrada entre os livros da extinta biblioteca do MHF.

Vale ressaltar que, em agosto de 1953 o museu farroupilha ainda estava em fase de formação. Apesar de ter seu decreto de fundação<sup>11</sup> em 11 de fevereiro de 1953, provavelmente o museu não foi aberto ao público nessa data, uma vez que Adão Amaral só teria ido para Piratini mais de um mês depois<sup>12</sup>, recebendo o prédio somente em nove de abril<sup>13</sup>, e ainda teve de buscar com a comunidade local – e em outras cidades, como Bagé -, doações de objetos que pudessem compor o acervo do museu. Assim, entende-se que o livro de Gustavo Barroso possa ter servido de referência desde a montagem do Museu Histórico Farroupilha.

A influência da obra de Barroso aparece por exemplo, nas vitrines do Museu Farroupilha. Os modelos que aparecem no volume 1 de *Introdução à técnica de*

---

<sup>9</sup> Henrique Carlos de Moraes, A Minha formação de museólogo. 10 de junho de 1986. Disponível no Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, pasta CDOV – A/ HCM-010.

<sup>10</sup> Correspondência de 07.08.1953, de Adão Amaral para Gustavo Barroso. Disponível no arquivo do Museu Histórico Farroupilha.

<sup>11</sup> Decreto nº 3853 de 11 de fevereiro de 1953.

<sup>12</sup> Correspondência de Adão Amaral para o Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura de 23 de março de 1953. Disponível no arquivo do Museu Histórico Farroupilha.

<sup>13</sup> Correspondência de Adão Amaral para o Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura de 9 de abril de 1953. Disponível no arquivo do Museu Histórico Farroupilha



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*museus*, são muito parecidos com os utilizados no museu de Piratini, como pode ser percebido pelos desenhos feitos por Adão Amaral para a confecção do mobiliário expositivo<sup>14</sup>.

Nesse sentido, pode-se inferir que os dois diretores estudados foram influenciados em alguma medida pelo trabalho que Gustavo Barroso desenvolvia no Museu Histórico Nacional e no Curso de Museus, bem como de seu livro *Introdução à Técnica de Museus*, referenciado diretamente tanto por Adão Amaral como por Henrique Carlos de Moraes. Essa constatação traz uma dimensão do alcance das práticas museológicas de Barroso, que chegaram até ao extremo sul do Brasil.

### **O “Culto da saudade” – a pratica antiquaria herdeira de Gustavo Barroso**

Ao pesquisar o trabalho desenvolvido por Henrique Carlos de Moraes e por Adão Amaral nos museus que construíram, percebeu-se que ambos possuíam visão saudosista e nostálgica do passado. Tal imagem era passada para as exposições, que valorizavam os “heróis”, os grandes feitos (principalmente guerras) e principalmente os objetos, tratados como relíquias<sup>15</sup>. Esses aspectos podem ser relacionados ao que Gustavo Barroso chamou de “*Culto da Saudade*”.

De acordo com Érika Cerqueira, Barroso empregou essa expressão em um artigo no *Jornal do Commercio*, em 1912. Nesse artigo, ele fazia uma crítica à geração da época, chamando atenção para o esquecimento da história e da tradição nacionais. “Estabelecia a importância de sentir, estimar e evocar o passado, afirmando sobretudo a necessidade de salvá-lo do esquecimento” (2010, p.1). Dessa forma, a autora interpreta que o Culto da Saudade representa uma atitude em relação ao passado, uma busca para torna-lo vivo no presente (2010, p.2). “Essa nova configuração do passado tem por objetivo também

<sup>14</sup> Documentação de tomada de preços para mobiliário. Disponível no arquivo do Museu Histórico Farroupilha.

<sup>15</sup> De acordo com Krzysztof Pomian, relíquias são os objetos que se crê que tenham estado em contato com um deus ou um herói, ou que sejam vestígios de qualquer grande acontecimento do passado (1997, p.59).





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

tornar presente os fatos passados de forma que seja possível vivenciar os feitos e ações pretéritas por meio do relato e do contato com objetos antigos” (2010, p.5).

Aline Magalhães (2004, p.29) coloca que a ideia de Barroso parecia apontar para o museu como um templo em que se devota a história pátria, cultuando heróis e grandes acontecimentos, através do contato com os restos dessas épocas, constituindo as relíquias nacionais.

*o culto da saudade* deveria ser um ritual sagrado e oficializado, no qual os cidadãos reverenciariam os heróis nacionais, a exemplo da devoção dos fiéis católicos aos santos. As relíquias, nesse ritual, assumem papel semióforo fundamental. Por terem entrado em contato com algum vulto ilustre ou estado em “grandes acontecimentos”, recebiam uma aura de sacralidade, que ligava os vivos aos mortos pela afetividade. Nessa relação com o passado não havia lugar para a razão ou a crítica, pois as emoções deveriam emundar essa experiência de se conhecer o que não mais existia (2004, p.29).

Além disso, Oliveira coloca o “Culto da Saudade” como uma atitude antiquária<sup>16</sup>, que vai além do saudosismo e que estabelece uma relação com o passado baseada na valorização emotiva, a partir da qual o passado pode ser revivido, sentido, evocado. Isso porque, a autora entende que, se Barroso percebia a tradição como uma forma de manter vivo o passado (por vestígios, relíquias, fragmentos, costumes ou a própria história), evocando-o, então essa atitude parece mais uma tentativa de integrar a experiência do passado na vida contemporânea, revelando um caráter para com o passado que vai além do saudosismo (2003, p.48). Assim, considera a atuação preservacionista de

---

<sup>16</sup> Ana Oliveira coloca que os antiquários eram eruditos, interessados em História, que podem ser encontrados desde o século XV, particularmente na Europa. Tinham a preocupação em possuir fragmentos, algum detalhe do passado, que poderia ser qualquer objeto, desde que autêntico. Essa relação preocupada com os detalhes, os fragmentos – desde que autênticos –, criaram uma forma de narrar o passado a partir dos detalhes, e menos preocupada em associar esses dados fragmentários em totalidades mais significativas (2003, p.49-50). Sobre os antiquários, Aline Magalhães afirma que, diferentemente dos humanistas, eles consideravam os testemunhos materiais mais confiáveis do que os textuais como fontes de informação sobre o passado. Dessa forma, os objetos não poderiam mentir sobre sua época, tendo informações originais (2004, p.61).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Barroso como um conjunto de práticas complementares, representando a tentativa de estabelecer uma relação com o passado através dos objetos, dos vestígios (OLIVEIRA: 2003, p.50).

Nesse contexto, segundo Mário Chagas, a história para Gustavo Barroso, era vivida no campo do passado, “no qual habitavam e do qual vinham as coisas velhas” (2009, p.76). Assim, é possível identificar em alguns dos estudos lidos, a vinculação de Gustavo Barroso com a história *Magistra Vitae* na qual os exemplos são retirados do passado com o objetivo de ensinar, transmitir ou afirmar valores do presente, como define Regina Abreu (1996, p.170). Maria Célia Santos também coloca que através dos objetos ensinava-se ao povo a amar o passado no Museu Histórico Nacional (1998, p.182).

Assim, as salas do MHN eram organizadas com antiguidades autênticas relativas à história do Brasil e à vida de seus grandes homens, forjando a memória e a identidades, sem esforço crítico ou questionamentos. Dessa forma, o aprendizado se realizaria pela via emotiva e sensorial, despertando o sentimento de afetividade no público receptor, diante do que é possível não só enxergar, mas sentir a presença do passado, comprovado pelas peças expostas, que funcionam como testemunho (MAGALHÃES: 2006, p.38).

### **Henrique Carlos de Moraes e a produção de relíquias**

No caso do Museu da Biblioteca Pública Pelotense, a principal fonte de indicação do uso do “Culto da Saudade” são os textos produzidos por Henrique Carlos de Moraes, publicados em jornais locais. Segundo Maiquel Rezende, Moraes procurava atribuir um valor científico a esses textos, com objetivo da divulgação das atividades do museu. Os episódios narrados “contemplam uma capacidade rememorativa por meio de objetos materiais” (2010, p.83). Assim, escrevia notas biográficas sobre “grandes personagens da história brasileira e mundial, segundo as perspectivas mais tradicionais” (REZENDE: 2010, p.85).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Entre esses nomes, General Osório, Lobo da Costa, Bento Gonçalves, David Canabarro, Duque de Caxias, entre outros<sup>17</sup>.

Apesar da grande variedade de acervo que possuía o museu, boa parte dos textos produzidos por Morais se referem a acontecimentos históricos e personalidades, embora também apareça um grande interesse pelas ciências naturais. Destaco nessa classificação das seções, que a parte histórica é dividida em arqueologia, armas e relíquias, apontado para que o seu interesse na História eram as guerras, os conflitos e os objetos que remetessem a eles ou seus protagonistas. Um objeto não seria simplesmente um objeto, ele era uma história a ser contada. Além do que, percebe-se o tratamento de relíquia dado aos objetos do museu.

Esse é o caso do “Sinete da República Rio-grandense”. De acordo com Maiquel Rezende, o que Morais chamou de o Sinete da República Rio-grandense “foi um dos seus achados mais significativos como pesquisador e agente de proteção do patrimônio” (2010, p.92). Depois de muitos anos e pacientes buscas, Morais acabou por encontrar a prova que tanto procurava, pois, apesar de possuir o Sinete, não poderia dizer que era verdadeiro. Foi somente em 1957, quando recebeu uma grande quantidade de documentos doados por Cássio Brutus de Almeida, neto de Domingos José de Almeida. Neles estavam contidos dois passaportes impressos timbrados com desenho do Brasão de Armas da República Rio-grandense. Na face superior estavam os referendos do próprio Domingos José de Almeida Ministro de Estado da República. Essa descoberta aferiu caráter de relíquia histórica ao Selo de Armas, passando a ser, a partir daquele momento, “peça de museu e de grande valor” (REZENDE: 2010, p.93).

Outo texto importante é “As relíquias da Guerra do Paraguai”, que trata da pistola usada por Bento Gonçalves e à lança que abateu Solano Lopes em 1º de março de 1870. Rezende afirma que tanto nos seus escritos sobre biologia quanto sobre fatos históricos, Morais dava destaque aos particularismos dos

---

<sup>17</sup> Textos disponíveis no Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense - CDOV A/HCM 012.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

objetos, algo que, em uma abordagem mais ampla, pareceria um detalhe específico, “o que se supõe ser uma inclinação a compor relicários” (2010, p.95).

Exemplos disso são a franja do ponche do Zeca Netto<sup>18</sup>, do qual dizia se tratar de “esplendoroso registro da história da cidade de Pelotas” e os estilhaços dos vitrais do mercado público na ocasião de um incêndio, em setembro de 1969. Dentre outros, esses são dois modelos expressivos do modo como buscava atribuir significado a detalhes: “um pequeno fio de tecido pelo qual pretendia em seu discurso imortalizar Zeca Netto e reconstruir um passado através de pedaços” (REZENDE: 2010, p.95).

Assim, ao pensar o “Culto da saudade” em Henrique Carlos de Moraes, nos voltamos para essa interpretação que ele tinha da história e do passado, condizentes com as ideias de Gustavo Barroso. A valorização de determinados personagens e a construção de um passado glorioso foram recursos utilizados no Museu da Biblioteca Pública Pelotense, confirmado pelos textos publicados por Moraes, que transformavam simples objetos em relíquias.

### **O Culto ao herói no Museu Histórico Farroupilha**

Adão Amaral, diferente de Henrique Carlos de Moraes, não tinha o costume de publicar textos, de forma que, essa forma de interpretação do passado trazida por Gustavo Barroso acabou sendo captada nos poucos documentos encontrados no Museu Farroupilha, sobre a exposição antiga.

À parte o museu ser destinado à “epopeia farroupilha” (como Amaral se referia à Guerra dos Farrapos), foi notado, desde o início uma especial atenção na figura de Bento Gonçalves. Inclusive, ainda hoje, o museu dá destaque para esse líder da revolta. Ainda numa das correspondências mais antigas

---

<sup>18</sup> Segundo Maiquel Rezende, Zeca Neto foi um dos líderes maragatos da Revolução Federalista de 1923, e manteve a cidade de Pelotas sob seu domínio com grande apoio popular. O conflito contra os chimangos de teria sido motivado pela fraude e violência das eleições que levaram Borges de Medeiros ao governo do Estado.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

encontradas<sup>19</sup>, na qual Adão Amaral informa que está indo para Piratini para receber o prédio do museu, já há um pedido de verba para ir até Bagé. A solicitação está relacionada à doação, pelo bisneto de Bento Gonçalves, de um busto do General.

Em fotografias da antiga exposição do Museu Farroupilha, aparece o referido busto, recepcionando os visitantes no alto da escadaria que dá acesso ao museu, acompanhado pelas Armas Rio-Grandenses, com as palavras “LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE”. A disposição das salas, que continuou mesmo com a revitalização de 2002<sup>20</sup> que modificou completamente a expografia do museu, demonstra o significado que a imagem de Bento Gonçalves representava para o antigo diretor. O líder, o exemplo a ser seguido, tomando a pedagogia de Barroso, defensor de ideais nobres como igualdade, a liberdade e a fraternidade.

Em outras imagens analisadas nota-se o especial interesse de Adão Amaral no personagem. Quando por exemplo, ao sair numa reportagem sobre o museu, posa ao lado das condecorações do General.

Segundo Mário Chagas, preservar troféus e glórias militares seria a garantia da possibilidade de glória com os heróis (2009, p.79). Assim, da mesma forma que Gustavo Barroso construía uma narrativa nacionalista voltava para o culto às relíquias do passado, privilegiando a história política de grandes heróis, das “gloriosas batalhas” e reforçando os “laços com uma atitude romântica em relação à nação” (CHAGAS: 2009, p.91), Adão Amaral também

---

<sup>19</sup> Correspondência de Adão Amaral para o Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura, de 23 de março de 1953. Disponível no Arquivo do Museu Histórico Farroupilha.

<sup>20</sup> Em 2002, o MHF passou por uma grande reestruturação, na qual todo o acervo que não fosse referente ao período farroupilha foi retirado de exposição – o que não agradou a comunidade local. Mesmo assim, algumas das concepções da época de Adão Amaral ainda persistem, mesmo na exposição reformulada do museu. Para mais detalhes sobre a revitalização do MHF ver: GARCIA, Augusto D. *Museu Histórico Farroupilha: revendo as práticas da revitalização de 2002 e seus resultados até 2008*. 2010. Monografia (Graduação em Museologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

singularizava essa construção histórica. As condecorações do General Bento Gonçalves eram a confirmação da atuação, da bravura do herói.

Também destaco a urna que teria eleito Bento Gonçalves presidente da República Rio-grandense, encima da urna está a imagem (provavelmente), do túmulo de Bento Gonçalves em Rio Grande. Dessa forma, o objeto é relacionado diretamente à figura do General. Os três objetos aqui relatados, que fazem clara alusão ao personagem na exposição montada por Amaral, ainda estão em destaque na exposição atual do museu.

Outra fonte utilizada é um folder<sup>21</sup> do museu, através do qual documento, percebeu-se que o museu estava assim organizado: na sala um, haviam as “Peças que representam o período farroupilha”, com destaque para a urna mostrada na figura 8, a bandeira da República Rio-grandense, espadas pertencentes ao ministro da guerra Manuel Lucas de Oliveira, além de “vultos da Revolução Farroupilha”. Esses destaques são os que constam no material. A Sala VI é dedicada à Bento Gonçalves, com destaque para as já citadas condecorações e outros objetos pessoais do mesmo.

As outras salas (que vão até o número XI), dividem-se em: arcas, armas (de outros períodos revolucionários), numismática e “objetos do século passado”, “objetos de outras épocas”, oratório barroco, a sala dos amigos do museu, instrumentos musicais e por fim, a “sala regionalista”, com objetos da lida no campo. Além dessas salas, havia a biblioteca “Dante de Laytano”, com documentos do período farrapo. Note-se que a organização do museu não tinha uma classificação muito clara, com os objetos sendo divididos ora por tipologia, ora simplesmente por serem do “século passado”.

Por isso, o Museu Histórico Farroupilha construído por Adão Amaral tinha claramente uma postura de valorização de um passado monumental: o da Guerra dos Farrapos, acontecimento heroico e grandioso, e preservando as

---

<sup>21</sup> O material não está datado, mas junto dele foi encontrado um rascunho com o texto manuscrito, sendo a letra identificada com a de Adão Amaral. Disponível no Arquivo do Museu Histórico Farroupilha.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

reliquias desse passado de glórias, representado principalmente pela imagem do General Bento Gonçalves.

### **Considerações Finais**

Se considerado como campo discursivo, afirma Mário Chagas, o museu é produzido como um texto, por narradores específicos que lhe conferem significados histórico-sociais diferentes, com conteúdos interpretativos. Assim, “As instituições museais tem a vida que lhes é dada pelos que nela, por ela, e dela vivem” (CHAGAS, p.61).

Foi nesse sentido que o trabalho aqui apresentado foi pensado. Tanto que o foco da pesquisa, que inicialmente era a trajetória dos Museus Histórico Farroupilha e da Biblioteca Pública Pelotense, voltou-se para os personagens que lhes deram vida e as suas próprias vidas. Entende-se assim que a compreensão dessas instituições só foi possível a partir das atuações de Henrique Carlos de Moraes e Adão Amaral.

Nessa investigação, foram encontradas algumas referências ao pensamento de Gustavo Barroso, o que foi explicitado durante esse trabalho.

As primeiras referências foram explicitadas por dois documentos que indicavam o conhecimento da obra “Introdução à Técnica de Museus”, escrita por Barroso, relacionada à disciplina que ministrava no Curso de Museus. Contudo, foi na valorização de um passado monumental, heroico e grandioso, na preservação das relíquias desse passado de glória, que os dois diretores mais se aproximaram do pensamento de Barroso. O “Culto da Saudade”, caracterizado por uma visão romântica e idealizada do passado esteve presente tanto no Museu da Biblioteca Pública Pelotense, como no Museu Histórico Farroupilha.

No primeiro, Henrique Carlos de Moraes, produzia textos num tom rememorativo sobre os objetos que compunham o acervo do museu. Através de pequenos fragmentos (como as franjas do ponche de Zeca Netto), realizava pesquisas e descrições de fatos históricos relacionados aquele objeto, narrando o passado a partir de detalhes. Assim como Barroso fazia, essa atividade dava



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

veracidade ao discurso tridimensional. Era um processo no qual Moraes transformava determinados objetos do MBPP em relíquias, principalmente os relacionados a conflitos que o Rio Grande do Sul se envolveu.

A principal aproximação com o pensamento museológico do diretor do MHN, no caso do Museu Histórico Farroupilha apareceu no aspecto de glorificação do herói – no caso o General Bento Gonçalves. O interesse por objetos pessoais do general, até a dedicação de uma sala do museu especialmente para eles, além da associação direta de sua imagem a símbolos do Rio Grande do Sul (como o Brasão de Armas e a urna da República Rio-Grandense), evidenciam valores de bravura e heroísmo, passados como exemplos para os visitantes do MHF. Essa postura muito se assemelha da concepção de História como mestra da vida, doutrinadora.

Contudo, vale ressaltar que certamente houve outras influências nas práticas desses diretores, mas não foram encontradas referências tão explícitas como a Gustavo Barroso. Somente o nome de Dante de Laytano foi citado por Adão Amaral, cuja concepção de história provavelmente era compartilhada pelos dois (que eram amigos). Embora o pensamento museológico barroseano parecesse ter sido dominante na época de atuação de ambos, é difícil acreditar que eles tenham seguido cegamente essas concepções, embora a afinidade de ideias seja evidente.

Outro ponto que se pode depreender do estudo, é que as mudanças conceituais e paradigmáticas que a museologia passou nos na segunda metade do século XX, pouco ou nada afetou as ações nos dois museus, que permaneceram “engessados” por quase todo o tempo de trabalho dos dois diretores. Não há indícios de mudanças nas exposições, ou de atividades educativas. O porquê de eles não terem sido influenciados por essas mudanças no campo, é outro ponto ainda a ser pesquisado.

Por fim, essa pesquisa representa a visão de um, entre tantos aspectos que poderiam ser abordados na trajetória dessas instituições. Contudo, esses diretores hoje quase esquecidos foram os responsáveis pela constituição desses



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

museus, que estão longe de serem os mesmos de suas épocas, e continuam em permanente mutação, de acordo com fatores que vão muito além do espaço físico ocupado por eles, afinal, como coloca Mário Chagas (2009, p.22), os museus são práticas sociais.

Por isso, o julgamento das práticas adotadas por Adão Amaral e Henrique Carlos de Moraes só faz sentido se entendida dentro do contexto em que foram estabelecidas. A condenação hoje de escolhas e maneiras de agir utilizadas por eles deve levar em conta, que algumas dessas práticas nunca foram totalmente abolidas, e estão quase que enraizadas, mesmo no século XXI, em boa parte dos museus brasileiros. Daí a necessidade de problematização, contextualização e discussão do trabalho desenvolvido por ambos à qual esse trabalho se propôs a contribuir.

## **Referências**

ABREU, Regina. *A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

BARROSO, Gustavo. *Introdução à Técnica de Museus*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1954.

CHAGAS, Mario. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Ibram/Garamond, 2009.

CERQUEIRA, Erika Moraes. *Cultuando a Saudade: o conceito de história em Gustavo Barroso*. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio, Unirio. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010.

GARCIA, Augusto D. *Museu Histórico Farroupilha: revendo as práticas da revitalização de 2002 e seus resultados até 2008*. 2010. Monografia (Graduação em Museologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação de Mestrado; orientador: Manoel Luís Lima Salgado Guimarães – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2004.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*. 2008. 483f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós Graduação em planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso*. Dissertação de Mestrado; orientadora: Margarida de Souza Neves – Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2003.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In.: *Enciclopédia Einaudi* (Volume I Memória e História). Lisboa: Casa da Moeda\ Imprensa Nacional, 1983.

REZENDE, Maiquel G. de. *Silêncio e esquecimento: Henrique Carlos de Moraes e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1933-1986)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O papel dos museus na construção de uma “identidade nacional”. In: FÉLIX, Loiva O.; ELMIR, Claudio P. (Org). *Mitos e Heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade\UFRGS, 1998. p. 179-194.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA – VICISSITUDES, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLARIZAÇÕES POLÍTICAS E PARTIDÁRIAS – UMA NOVA ESQUERDA RENASCE**

Jorge José Barros de Souza\*

### **Introdução**

No final dos anos noventa, a América Latina passaria por transformações que foram decisivas para reconstrução dos estados nacionais latino-americanos, abalados pela “onda” ou efeito neoliberal.

O neoliberalismo<sup>1</sup>, assim chamado pelos críticos, encetou movimentos de grande envergadura para este momento de “reconstrução” que, a meu ver, foi muito importante para a “varredura” do Estado mínimo.

E na onda da crítica ou do momento de “encostar a faca na garganta” dos arautos da política neoliberal, que os movimentos sociais recrudescem. Alguns antigos e que voltaram revigorados, marcando espaço nesta “guerra de movimento” contra o neoliberalismo – o movimento indígena andino.

Os Fóruns Sociais Mundiais, o MST, entre outros que cristalizaram lutas antigas e novas num momento de grande crítica ao modelo neoliberal que vinha marginalizando grupos e movimentos de relevância no cenário latino americano.

Contudo, o de maior relevância nesse período de mergulho das experiências neoliberais em *Nuestra América* foi sem dúvida a da ascensão de uma nova esquerda. Esse breve artigo pretenderá apontar alguns pontos da conjuntura da América Latina que propiciaram a ascensão de uma nova

---

\* Professor Ms auxiliar na UERJ/SG de História da América e Contemporânea; Doutorando pela UFRJ; e-mail: [jjbdinho@ig.com.br](mailto:jjbdinho@ig.com.br)

<sup>1</sup> Cf. AYERBE, L. F. *Neoliberalismo e política externa na América Latina*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 55-178; SADER, E. *A nova toupeira*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 49-56.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

esquerda (via eleitoral, impensável em outros tempos), no momento em que o neoliberalismo passava pelo colapso.

Seguiremos uma linha de discussão: ditaduras, redemocratização e neoliberalismo; para se chegar, enfim, ao ponto principal: a nova esquerda e a relação com o bloco andino, sobretudo Chávez.

### **Os anos 80 na América Latina: a crise das ditaduras militares**

Os anos 80 revelaram no cenário latino-americano a crise dos regimes militares: Brasil, Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Argentina. Estes regimes militares apresentaram características e ações comuns: longevidade, autoritarismo e transnacionalização; além disso, deixaram como herança: traumas, revanchismos, indenizações e dívidas.

Quando as ditaduras latino-americanas chegaram aos anos oitenta, além de estarem desgastadas e moribundas perante a sociedade civil, elas estavam desacreditadas no que tange à efetivação e cumprimento do seu papel.

As ditaduras implantadas nos anos sessenta e setenta deixaram um enorme saldo de mortos, e a herança maldita dos países subdesenvolvidos latino-americanos: a dívida externa. Hinkelammert aponta alguns números dessa situação de endividamento:

Entre 1982 e 1986 a dívida sobe 33%, o que equivale a mais de 5% anual. Supondo uma taxa média de juros de 10% sobre a dívida total, a metade dos juros devidos foram realmente pagos; o resto foi financiado com novos créditos. A parte dos juros sobre a dívida, impossível de pagar, se transforma numa nova dívida financiada com novos créditos. (HINKELAMMERT, 1989: 17)

Nos anos oitenta além do endividamento externo os países latino-americanos conviviam com a inflação galopante e perigo de hiperinflação. Greves e movimentos sociais recrudesciam, pressionando os “algozes” militares a abandonarem seus cargos e fazerem a abertura política.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A redemocratização foi por assim dizer, tutelada. As eleições foram forçadas em alguns países para que não caíssem nas mãos de partidos e lideranças políticas mais à esquerda.

Grupos e movimentos sociais mais aguerridos reclamavam e acusavam a violação dos direitos humanos. Famílias reivindicavam os corpos dos seus entes queridos desaparecidos de anos e anos de enfrentamentos na luta contra as ditaduras. Pais e mães incorporavam “Antígona”, a personagem do teatro grego antigo, da peça de Sófocles, a heroína que reclamava a Creonte, Rei de Tebas, o corpo do seu irmão para lhe oferecer um enterro digno dos funerais da civilização Ocidental.

Na trilha desses acontecimentos que permearam a conjuntura da América Latina dos anos oitenta – dívidas, inflação galopante, subdesenvolvimento crônico e reclamações por violação de direitos humanos – as eleições que permitiram a volta da democracia. Contudo, a democracia não foi exercida plenamente. O povo no geral era excluído. A democracia liberal era a praticada desde o século XIX.

Os anos noventa anunciavam novos tempos, novos ajustes. O que estava desgastado na Europa a começava ser posto em prática pelas bandas do continente latino-americano. O neoliberalismo estava na ordem do dia e a população começava a conviver com a reestruturação do estado, com o que foi chamado de “Estado mínimo”<sup>2</sup>.

### **A tese resumida da perversidade, da futilidade e da ameaça**

Uma abordagem teórica que vale a pena ressaltar neste breve texto é o argumento de Albert Hirschman que expõe a seguinte proposição:

Minha meta é delinear os tipos formais de argumento ou de retórica, dando ênfase, pois, às posturas e manobras políticas mais importantes e provavelmente mais utilizadas por aqueles que têm como objetivo desalojar e derrubar as políticas e os movimentos de idéias ‘progressistas’ (HIRSCHMAN, 1992: 15)

---

<sup>2</sup> Cf. FIORI, J. L. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. RJ:Record, 2002



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Esta análise político-filosófica de Albert Hirschman permitiu a construção de três conceitos assaz importantes: a perversidade, a futilidade e a ameaça. Entrelaçando estes conceitos à minha análise sobre a História da democracia na América Latina identifiquei algumas relações em determinados estudos de casos.

Os velhos partidos políticos na América Latina, tais como o Colorado no Paraguai, a Ação democrática e Copei na Venezuela, o PRI (Partido da Revolução Institucional), entre outros, foram desafiados nas eleições mais recentes por novos partidos e, em determinados países da América Latina foram abandonados por seus velhos eleitores a partir de um novo cenário eleitoral que se formou com as novas demandas sociais.

Partidos que, tradicionalmente, foram os vencedores de eleições históricas e que agrupavam oligarquias políticas tradicionais, acabaram sofrendo derrotas históricas em seguidas eleições, recentemente.

A América Latina assistiu a mudanças históricas, que não foram muito bem recebidas pelas elites. Mudanças que reverberaram no cenário político eleitoral, na reorganização da sociedade civil frente aos desafios da modernidade. Novas demandas sociais aspiravam e aspiram mudanças políticas.

A velha democracia liberal latino-americana, herança oriunda da segunda metade do século XIX, a partir das lutas entre liberais e conservadores, formada no pós-colonial, foi questionada por novas lideranças políticas e novos atores sociais da atual conjuntura latino-americana (do início do terceiro milênio).

Historicamente, a formação dos Estados Nacionais latino-americanos foi um desejo que não se completou, no período pós-colonial. O sufrágio universal apresentava-se como a tese da “perversidade”, que ameaçaria as elites latino-americanas. Ela se apresenta no discurso das elites governantes ou de



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

intelectuais incomodados com a extensão da democracia de massa, principalmente quando os mandatários eleitos pela massa chegam ao poder.

Logo, portanto, o discurso utilizado pelos “incomodados” ou “insatisfeitos” é apontar esses mandatários de “populistas”; reduzindo, assim, o fato a um simples conceito sem levar em conta uma análise mais profunda.

Historicamente, a grande população indígena não foi inserida na história que se seguiu após as independências. As lutas atuais do movimento indígena foram fomentadas por novas lideranças como Marcos Zapata, no México, Ollanta Humala, no Peru e Evo Morales, na Bolívia, presentes no atual cenário latino-americano. No entanto, para as velhas elites remanescentes de tempos coloniais estas reivindicações advindas da maioria da população indígena, não são bem recebidas. Introduzir a massa indígena no processo eleitoral criado pela elite “criolla”, no século XIX, transformada numa “democracia branca e elitizada”, não mudará em nada a vida das comunidades indígenas. Tipicamente, um exemplo da tese da futilidade.

Na Bolívia, por exemplo, em 2008, o governo de Evo Morales enfrentou a disputa de algumas províncias separatistas como Pando, Santa Cruz, Chuquisaca e Tarija. Estas províncias reivindicavam autonomia e não aceitavam as reformas constitucionais, que ampliavam os direitos indígenas.

Na órbita da política latino-americana a extensão da democracia está sujeita à manipulação. Ela pode se tornar uma “ameaça” quando políticos apontados como “populistas” ou “caudilhos” pela elite ou pelos meios de comunicação a serviço dos interesses do capitalismo, como por exemplo, Hugo Chávez e Lula, respectivamente, Venezuela e Brasil, se propõem a estender a democracia, tornando-a um direito de plena cidadania.

A “ameaça” surge no momento em que a elite se vê em perigos quando os programas sociais saem dos impostos que elas pagam. Ou quando o reformismo atinge a classe média. São as perdas dos privilégios de classe que a democracia liberal, historicamente, se consolidou.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A América Latina e o Neoliberalismo – anos 90**

A democracia não foi só “manipulada”, mas o Estado se enfraqueceu diante das pressões da globalização em marcha, camufladas, aqui, na América Latina, de neoliberalismo. Diante deste quadro o Estado desativou as práticas que usara anteriormente. A presença de um Estado paternalista desaparece e o Estado mínimo ganhara espaço, nutrido de esperanças pelos defensores do receituário neoliberal.

As primeiras experiências neoliberais no final da década de 80, destacadamente, Brasil e Argentina, foram bem recebidas pelo empresariado. Contudo, as correções de desníveis socioeconômicos que causavam disparidades na maioria dos países latino-americanos não foram corrigidas. Atílio Boron comenta sobre esta incorreção: “na América Latina a redemocratização veio acompanhada pela pauperização de extensas faixas civil”.<sup>3</sup>

No final dos anos 80 e início da década de noventa, os novos mandatários fizeram a opção pelo “desmonte” do Estado frente às demandas sociais e os novos desafios socioeconômicos. No Brasil, Fernando Collor, iniciou as privatizações e a abertura comercial. Na Argentina, diante da hiperinflação sufocante, a paridade um peso igual a um dólar seduziu a economia Argentina promovendo a estabilidade econômica. Contudo, estas mudanças aceleravam futuras crises e uma “varredura” destas políticas neoliberais, via protesto e via eleitoral.

As reverberações da queda do Muro de Berlim, em 1989, e, em seguida, do desmoronamento do Império Soviético, em 1991, as “profecias” de Fukuyama sobre o “fim da história” impuseram “inverdades” sobre a realidade material do mundo que se configurava no pós-socialismo real. Diante da imposição sobre as sociedades da globalização corrente, “os últimos combates”<sup>4</sup> pareciam estar moribundo diante da pujança das imposições da lógica do mercado sobre a economia, e da impotência do Estado Nacional. Zizek afirma, concisamente, o

---

<sup>3</sup> BORON, A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 12

<sup>4</sup>Cf. KURZ, R. *Os últimos combates*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

novo mundo após o fim da antiga União Soviética e do socialismo real: “a atual emergência liberal-totalitária”<sup>5</sup> Para ratificar tal análise a América Latina inseria naquele momento de virada de década, a de 80 para de 90, o que a Europa vivenciara com os governos considerados de esquerda:

Os neoliberais se desembaraçavam de todos os pensamentos do nacionalismo econômico e abraçaram a fé liberal básica no livre-mercado. Assim, eles venderam, ou privatizaram, as empresas e serviços públicos estatais que os nacionalistas haviam criado em toda a América Latina como declarações de ‘independência econômica’”. (CHASTAEEN, 2005: 256)

Em outro artigo na época em que eu que escrevi sobre os vinte anos de redemocratização no Brasil, em 2005, comentara que a República Federativa do Brasil outorgava aos seus cidadãos um tipo de democracia do “possível” através da hegemonia do consenso (entre empresários e políticos neoliberais com a aquiescência e exigência do Fundo Monetário Internacional). Fernando Henrique Cardoso, no Brasil; Fujimori, no Peru; Carlos Menem, na Argentina; Carlos Andrés Pérez na Venezuela; Sánchez de Lozada na Bolívia; e Lucio Gutiérrez no Equador foram os representantes das experiências neoliberais, na década de noventa, na América Latina. Conforme as exigências iam sendo impostas o modelo neoliberal formava um quadro de: a) restrição externa possibilitando a existência de déficit comercial crônico; b) altas taxas de juros para segurar a inflação; c) obsessão com o equilíbrio fiscal; d) sujeição aos acordos feitos com o FMI; e) desmonte das empresas estatais; f) surgimento de um Estado fraco e dinamitado, incapacitado de tomar decisões políticas; g) concentração de renda e riqueza; h) desigualdade socioeconômica; i) desemprego de 16% nas grandes metrópoles nacionais.<sup>6</sup>

Na Argentina, o desemprego estava estratosférico. As empresas foram desestatizadas com moeda “podre”. Uma febre consumista, no Brasil, logo após

---

<sup>5</sup> ZIZEK, S. *Bem-vindo ao deserto do real*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 128

<sup>6</sup> SADER, E. *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

o sedutor Plano Real, começara a vigorar; o consumismo foi detido por medidas econômicas de restrição ao consumo desenfreado, com o efeito de frear a queda da reservas cambiais. No Brasil, as importações superavam as exportações. O endividamento externo na era Fernando Henrique Cardoso (FHC) aumentava. O empréstimo ao Fundo Monetário Internacional serviu para evitar a “quebradeira” como ocorreu, em 2001, na Argentina, no governo De La Rúa.

Contudo, a história nos ensina que ela se compõe de lutas e reivindicações, pautadas em novas ou velhas demandas sociais. Novos movimentos sociais clamavam por mudanças e melhorias nos índices socioeconômicos. Na Venezuela, o quadro se agravou com o Caracazo.<sup>7</sup> Fato que levou ao massacre de mais de três mil civis, silenciados pela grande mídia venezuelana. É neste ambiente de caos econômico misturado a crimes contra a sociedade civil que, a meu ver, começa a “gênese” para uma “virada” política na América Latina, de assaz consistência e visibilidade na conjuntura do tempo presente.

### **A emersão de novas lideranças, movimentos sociais e novos partidos políticos**

O neoliberalismo propiciou crises de grande proporção, e, em seguida, as “varreduras”. Na trilha destas reivindicações manifestaram-se novas lideranças com discursos de oposição às políticas neoliberais.

Na Argentina, Fernando De La Rúa renunciava ao governo deste País. O “panelaço” tomava conta das ruas. A bancarrota Argentina possibilitou o repensar de alternativas eleitorais para driblar a crise econômica. Nestor

---

<sup>7</sup> O Caracazo, como foi chamado o movimento popular contra o neoliberalismo, que pipocou pela Venezuela fazendo com que o presidente Carlos Andrés Pérez - progressista nos anos setenta e subserviente ao modelo neoliberal imposto pelo Consenso de Washington, nos anos oitenta - declarasse “Estado de emergência”. Cf. ALI, T. *Piratas do Caribe: o eixo da esperança*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2008. p.71-72





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Kirchner foi eleito depois de Eduardo Duhalde acalmar os ânimos do mercado turbulento.

Sanchez de Lozada, na Bolívia, e Lucio Gutiérrez, no Equador, sofreram o mesmo episódio que houve com De la Rúa, na Argentina. A população em massa varria o neoliberalismo destes países vociferando: “que se vão todos”.

Hugo Chávez, na Venezuela, surgia com um discurso de refundação deste País, nos moldes de uma proposta nova denominada de Revolução Bolivariana. Em seus discursos apontava o antiimperialismo aos Estados Unidos, acusando de impor a Alca (Acordo de livre-comércio das Américas).

Os partidos tradicionais foram derrotados por novos partidos que buscavam recuperar em suas plataformas de governo a soberania popular, a integração nacional, a democracia participativa, a projeção regional e as reformas constitucionais.

Na Bolívia, Evo Morales surgia como porta-voz dos movimentos indígenas. Por contágio de discurso, Rafael Correa, no Equador, e, Evo Morales, na Bolívia, seguiam o modelo proposto por Hugo Chávez de reformas constitucionais com amplas garantias democráticas, mesmo que o “choque de ordem” fosse preciso.

Hugo Chávez pelo MVR (Movimento Quinta República) e Evo Morales pelo MAS (Movimento ao Socialismo) seriam eleitos apoiados por partidos novos no cenário político. Rafael Correa, do Equador, se juntaria a Chávez e Evo e comporiam no bloco Andino o que se configuraria mais adiante de Alba (Alternativa Bolivariana).

A nova esquerda latino-americana que se formou depois da “varredura” da política de austeridade fiscal implantada pelo neoliberalismo apresentaria várias lideranças de bases e feições distintas: Chávez, Evo e Rafael Correa são



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

vistos por alguns críticos como, por exemplo, Jorge Castañeda e Openheimer como uma esquerda “má”.<sup>8</sup>

Deixando de lado as tipologias ou críticas que se faz à esquerda atual na América Latina, o que é imprescindível destacar é que esta “nova esquerda” tem um espaço bem amplo no cenário político atual latino-americano, vencendo eleições históricas como a de Lula, em 2002; ou no caso chileno desde Lago a Michele Bachelet com dois mandatos seguidos do partido socialista chileno que perduraram até 2009;

Através dos referendos ou de reformas constitucionais em que a população é consultada, países como Venezuela, Equador e Bolívia propiciaram mudanças históricas de presença em massa nas escolhas de seu futuro político. A democracia participativa foi introduzida no cotidiano destes países, nos quais soberania popular se dava “de cima” para “baixo”.

Também foram introduzidas as reeleições e a discussão de um possível terceiro mandato em países como Brasil (Lula), Argentina (Menem), Peru (Fujimori) e Colômbia (Uribe). Na Venezuela, a população permitiu as reeleições em referendo outorgado por Hugo Chávez. Os movimentos indígenas pulularam contribuindo para o aperfeiçoamento da democracia no bloco Andino. As vozes das comunidades indígenas espalhadas por esta região começam a ser ouvidas.

A democracia chegou a tal comprometimento popular que em eleições recentes foram eleitos para o governo do Brasil, um ex-operário, e, recentemente, a primeira mulher para a presidência da República, Dilma Rousseff. Na Bolívia, um líder indígena aimará, Evo Morales, chegaria à presidência num País de maioria indígena, sufocada, historicamente, por uma elite remanescente dos criollos, dos tempos coloniais.

Há muito para se construir na América Latina. Democracia é prática, é aperfeiçoamento. Os discursos que utilizam o que Hirschman conceituou de

---

<sup>8</sup> Ver entrevista de Franklin Ramirez, cientista político equatoriano, realizada no dia 13 de maio de 2008.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

retórica da intransigência: a perversidade, a futilidade e a ameaça – manifestam-se no discurso da direita. A retórica é a acusação de que a “democratização em massa” como efeito perverso para as práticas destas elites políticas – não traz benefícios e de que “a população não sabe escolher seus governantes”.

Logo, os discursos assumem críticas que chegam a acusações do tipo: governos “populistas” ou “ditatoriais”. O momento é delicado para o cotidiano e perpetuação das conquistas democráticas. Um futuro se desenha de politização e polarização ideológica dentro das fronteiras dos Estados Nacionais latino-americanos na atual conjuntura. Contudo, deve-se levar em consideração que esta esquerda é “positiva” que recuperou a integração regional perdida do século XIX e a soberania nacional pela via eleitoral, longe dos velhos tempos de regime militar. E distante do maniqueísmo de “boa” ou “má”.

### **Referências:**

- ALI, T. *Piratas do Caribe: O eixo da esperança*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- AYERBE, L. F. *Neoliberalismo e política externa na América Latina*. São Paulo: Unesp, 1998.
- BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Unesp, 2001.
- BONFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BORON, A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.
- CANO, W. *Soberania e política na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2000.
- CHOMSKY, N. *Piratas & imperadores: Antigos e Modernos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DABÈNE, O. *América Latina no século XX*. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, S/d.
- KURZ, R. *Os últimos combates*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- SADER, E. *A nova toupeira*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SADER, E. \_\_\_\_\_ São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

SOY, B; MARTUCCELLI, D. *O desafio latino-americano: coesão social e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ZAVERUCHA, J. *Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ZIZEK, S. *Bem-vindo ao deserto do real*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO NOROESTE DO RS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

Josei Fernandes Pereira<sup>1</sup>

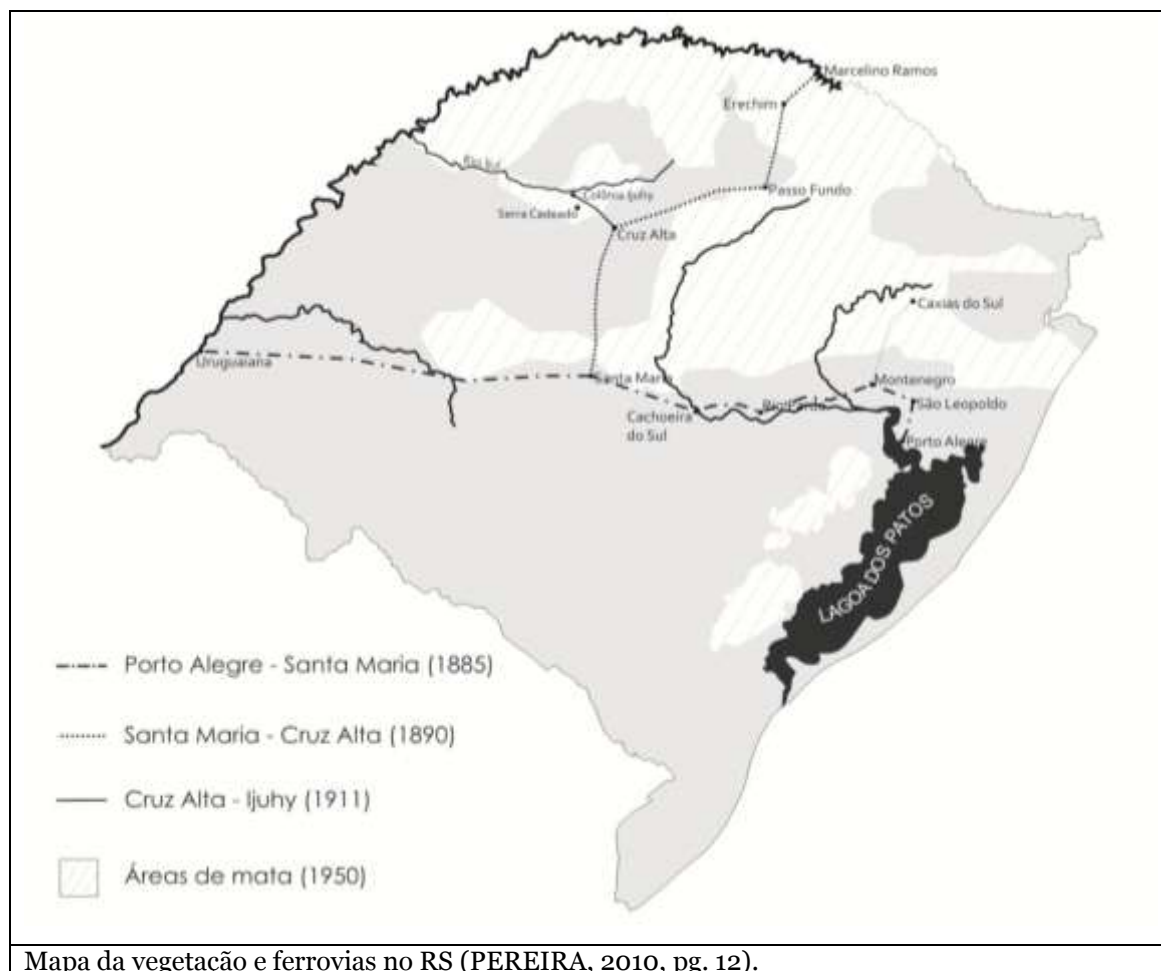
Colonização do RS com imigrantes europeus: apontamentos para considerações iniciais sobre a ocupação estratégica.

A região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul integra uma região de relevo ligeiramente acidentado que originalmente mesclava áreas de pastagem natural com capões de mato onde abundavam madeiras de lei. Esta região foi habitada primordialmente por indígenas e, após o ciclo missionário, por lusos, constituindo uma sociedade que mesclava grandes proprietários agropastoris, pequenos camponeses, extrativistas e escravos africanos. Já as áreas de campo situadas ao sul do Estado foram ocupadas pelos fazendeiros abastados e às camadas mais pobres da população restaram áreas de mato no norte do Estado, sobre as quais se dedicaram à extração de erva-mate e ao roçado de subsistência, constituindo a população conhecida como cabocla (ZARTH, 1997, p.106).

O antigo povoado de Serra Cadeado, que já fora o 2º Distrito de Ijuhy sendo atualmente o Município de Augusto Pestana, é a região objeto desse estudo. Situado na região noroeste, teve sua colonização iniciada no ano de 1901, quando o engenheiro de terras homônimo, dirigindo os trabalhos da Diretoria de Terras da Colônia de Ijuhy, iniciou a medição dos lotes na localidade então conhecida como “Serra Cadeado”. O mapa a seguir aponta a localização do Município de Cruz Alta, ao qual pertenciam, em 1901, tanto a Colônia Ijuhy quanto a Colônia Serra Cadeado:

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela UPF. Bolsista CAPES. josei.pereira@hotmail.com



A história oral preservou a informação que os viajantes vindos do Município de Cruz Alta passavam pela fazenda de João Raimundo da Silva, conhecida antigamente como a Fazenda do Cadeado, “pois em sua entrada havia uma porteira fechada com um cadeado” (MARQUES, 2004, p. 14), surgindo daí o nome “Colônia de Serra Cadeado”, considerando-se *colônia* o nome dado às unidades centrais de ocupação planejada no território sulino com pequenos camponeses imigrados. Segundo Maestri, (in STEDILE, 2005, p.258), “a colônia era a grande extensão de terra devoluta loteada, em geral com cobertura florestal, administrada pelo poder central enquanto na obtinha sua autonomia municipal”.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A imigração de camponeses de diferentes nacionalidades europeias para o Brasil iniciou como uma política oficial de incentivo a formação de núcleos agrícolas, objetivando ocupar e assim proteger regiões estratégicas do território. Para Maestri (in STEDILE, 2005, p.255), esses objetivos podem ser percebidos já nos anos seguintes ao Tratado de Madrid (1750), com a instalação de açorianos no RS. Posteriormente, “o projeto de formação de extrato social camponês, no seio do universo latifundiário-escravista, com camponeses emigrados, foi retomado após a transferência do aparato político-administrativo do império português para o Rio de Janeiro, em 1808” (Ibidem). Os objetivos principais desta ocupação eram promover a agricultura policultora para abastecer centros urbanizados e latifúndios com alimentos, criar homens livres para os exércitos imperiais, consolidar a ocupação do espaço e desenvolver população livre de pequenos proprietários para equalizar a população escrava. O Rio Grande do Sul era um destino importante para a colonização, pela necessidade de povoamento de extensas áreas e o abastecimento interno do Estado com gêneros alimentícios. “No Rio Grande do Sul, os imigrantes se transformavam em pequenos proprietários de terra e isso era um estímulo forte para emigrar” (ZARTH, 2002, p.182).

Por outro lado, na Europa, o desemprego em massa de pequenos camponeses e artesãos e, também, os conflitos entre nações, configuravam um estímulo extra para a imigração, uma alternativa para muitos destes trabalhadores europeus em estado de miséria. Na Alemanha do século XIX, por exemplo, as guerras napoleônicas, o empobrecimento dos solos, o superpovoamento e as alterações econômicas ocasionadas pelo advento da era industrial, foram algumas das causas que determinaram a vinda de imigrantes para o Brasil (SCHÜTZ, 1974, p.271). No caso italiano, o atraso agrícola do país, a falta de terras agricultáveis e a fragilidade dos laços mercantis, foram para Maestri (2000, p.25) as principais razões da imigração.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Europa em crise: o contexto do surgimento do cooperativismo.

Concomitantemente ao início do fluxo migratório de europeus para a América, verificamos no velho continente o nascimento do movimento que irá se consolidar no modelo atual de cooperativismo, originado nas organizações de operários e camponeses europeus que buscavam na auto-ajuda (self-help) o benefício comum para a resolução dos problemas agravados durante o século XIX. No ano 1844 foi fundada a Cooperativa dos Tecelões de Rochdale (Condado de Lancaster, Reino Unido), considerada a primeira do mundo. Tradicionalmente utiliza-se este evento como marco de constituição do cooperativismo, do ponto de vista das organizações de características análogas. Assim, as primeiras experiências de trabalho cooperativo formalmente organizado surgem como “uma alternativa econômica a situações históricas específicas, sendo reconhecido como um dos mais eficientes instrumentos de desenvolvimento e de possível transformação social” (DUARTE, 1986, p.13).

O surgimento deste fenômeno, no final do século XIX, ocorreu simultaneamente em diversos países da Europa, como resposta às transformações econômicas pelas quais passavam os sujeitos inseridos naquela realidade social. Na Inglaterra, por exemplo, a diminuição da produção de alimentos e as mudanças na economia doméstica provocaram uma carestia generalizada de alimentos, o que explicaria a experiência pioneira no vilarejo de Rochdale, em 1844, com a criação de uma cooperativa de consumo. Poucos anos depois, na França, Alemanha e Itália, a experiência foi com cooperativas de trabalho e de crédito. Walter Frantz (2006, p. 30) explica que:

O movimento social pela organização cooperativa não é um bloco único. Trata-se de um movimento que toma formas e sentidos de organização, segundo as estruturas sociais, as concepções políticas, as categorias econômicas, as nacionalidades e as crenças religiosas, as diferentes concepções e interpretações do sentido da cooperação.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A ruptura do antigo modo de vida e trabalho feudal teve impactos significativos na vida dos trabalhadores, tanto no campo quanto na cidade. Entre os séculos XVIII e XIX, fatores como o avanço tecnológico e o êxodo rural contribuíram para a chamada Revolução Industrial, convertendo oficinas artesanais em fábricas e impingindo profundas mudanças, especialmente para as classes camponesas e operárias, subordinadas ao poder econômico. Hobsbawn (1977), ao escrever a história regional das revoluções britânica e francesa, mostra como essas revoluções se espalharam pelo mundo transformando-se numa revolução mundial:

Os mercadores modernos, comprando produtos manufaturados pelos artesãos e vendendo-os num mercado mais amplo, ocupavam, assim, a renda desta atividade industrial, transformando os antigos artesãos em trabalhadores pagos por artigo produzido. Camponeses que soubessem tecer, poderiam virar tecelões e o velho mestre artesão viraria um subempregador, sendo o controlador chefe o próprio mercador: e os “industriais” (...) eram, em comparação à ele [mercador], ínfimos operadores, quando não diretamente dependentes dele (...) era nesta época um pobre gerente e não um capitão da indústria. (HOBSBAWN, 1977, p.36)

A Revolução Industrial foi para Hobsbawn o mais importante processo revolucionário do mundo desde a invenção da agricultura e das cidades. Ocorrida na Grã-Bretanha, Estado sem ligação direta com os avanços da ciência e tecnologia (nas quais a França estava muito mais avançada), era inferior intelectualmente, cientificamente e até educacionalmente. Contudo, possuía fatores fundamentais para o advento da revolução industrial, como “o lucro privado e o desenvolvimento econômico (...) como os supremos objetivos da política governamental” (Idem, p.12), ou seja, um governo forte o suficiente para impor suas ambições econômicas externamente, mas internamente flexível o suficiente para manter uma economia liberal que favorecesse a acumulação de capitais particulares.

Os problemas derivados da Revolução Industrial seriam ainda agravados pelas sucessivas crises agrícolas e econômicas verificadas nos anos 1830 e 1840. Para



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Hobsbawn, o primeiro tropeço geral da economia capitalista, ocorreu justamente por volta desse período, verificado em uma acentuada desaceleração da renda nacional britânica com sérias consequências sociais:

A transição da nova economia criou a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social. E, de fato, a revolução social eclodiu na forma de levantes espontâneos de trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, produzindo as revoluções de 1848 no continente e os amplos movimentos cartistas na Grã-Bretanha. (Idem, p.55)

O cooperativismo emerge deste contexto, proposto como uma ferramenta de enfrentamento das dificuldades econômicas e dos problemas sociais originados nestas dificuldades. Possui, portanto, uma dupla natureza: instrumento econômico com consequências sociais, ou instrumento social com consequências econômicas, embora a experiência demonstre que as cooperativas só cumpram seu papel social quando obtém êxito em sua função econômica (BENECKE, 1980, p.83).

Este modelo de enfrentamento dos problemas originários na Revolução Industrial espalhou-se rapidamente pela Europa, e quase duas décadas depois, em 1881, já existiam cerca de 1.000 cooperativas que totalizavam 550 mil associados (Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, *apud* ZENI, 2008, p.46). Estas ideias atravessaram o Atlântico junto dos imigrantes que colonizaram o Rio Grande do Sul a partir do século XIX, chegando à região noroeste após a construção da ferrovia que ligou o município de Cruz Alta aos centros políticos e econômicos do Estado em 1890, ano da fundação da Colônia Ijuhy (conforme mapa anterior).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## O cooperativismo de crédito no Brasil: criação e desenvolvimento das Caixas Rurais *Raiffeisen*

Criada em 1890, a Colônia Ijuhy (hoje Município de Ijuí) recebeu imigrantes oriundos de diversas partes do mundo<sup>2</sup> que foram adquirindo lotes de terra e se estabelecendo à custa do trabalho de dominação do ambiente natural para exploração mercantil da agricultura.

Esses imigrantes europeus possuíam uma tradição camponesa milenar. Arraigados a terra, inicialmente traziam poucos filhos, devido à escassez de terras no velho mundo, mas logo se dedicavam a produção em série de filhos, considerados braços para a agricultura. Estabeleciam-se com suas famílias em barracões, de onde iam ocupar sua gleba e limpar o terreno. Aberta a clareira, o núcleo familiar instalava-se no lote iniciando a exploração.

O trabalho colonial era baseado na utilização de métodos rústicos e práticas produtivas dissociadas da divisão do trabalho europeia, ainda assim, mais adiantadas que a agricultura escravista, cabocla e nativa (MAESTRI *in* STEDILE, 2005, p.260). A divisão familiar do trabalho orientava-se para a obtenção do direito de propriedade da terra, mesclada com atividades de subsistência: “o ideal almejado era produzir tudo o que o núcleo familiar consumisse e restringir ou eliminar o consumo daquilo que não fosse possível produzir” (MAESTRI, 2000, p.75). Logo que fosse possível, investia-se parte dos recursos capitalizados pela atividade mercantil na compra de bois ou mulas para o transporte, vacas leiteiras, porcos e galinhas. A mercantilização da produção era condição *sine qua non* para o sucesso do lote colonial, da qual dependia a inserção do núcleo familiar na economia e a obtenção de recursos para sanar a dívida de aquisição do lote. A criação das caixas de crédito rural foi no sentido de facilitar a obtenção desses recursos, mediante a capitalização coletiva das pequenas economias coloniais.

---

<sup>2</sup> O município se auto-referencia como “terra das culturas diversificadas”, em virtude de ter recebido imigrantes de cerca de 10 nacionalidades diferentes.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

De Ijuhy, foram sendo estabelecidos novos focos de colonização, dentre os quais a Colônia de Serra Cadeado, em 1901. Esta colônia foi o berço de nascimento da “Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado” que atravessou o século XX sem interrupções, porém com severos percalços, especialmente após a década de 1950, quando a polêmica sobre a industrialização brasileira colocou a agricultura como um empecilho para a economia, na medida em que não respondia ao desenvolvimento, e o governo federal passou a fomentar o crédito rural para a mecanização. Após as atribulações dos anos 1960 e 1970, a caixa se recuperou e colaborou com a formação do atual Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) no início dos anos 1990.

Além de Serra Cadeado, outras tantas localidades da região noroeste do RS organizaram-se da mesma forma, através da fundação de caixas de crédito rural inspiradas no sistema alemão Raiffeisen<sup>3</sup>, visando atender as necessidades básicas de produção e mercantilização dos produtos coloniais. Em 1966 funcionavam no Estado 66 caixas tipo Raiffeisen, mas a reforma do Banco Central realizada nesse mesmo ano forçou o fechamento da maioria delas, restando apenas 10 nos anos seguintes, dentre elas a Caixa de Serra Cadeado.

---

<sup>3</sup> Friedrich Raiffeisen nasceu na Romênia em 1818. Filho de agricultores, Raiffeisen empresta seu nome às associações de autoajuda que organizou na Alemanha entre 1847 a 1848, seguindo o exemplo dos tecelões de Rochdale poucos anos antes. As “Associações de Amparo aos Agricultores sem Recursos” popularizaram-se com o nome de Caixas Rurais, pois nasceram como uma reação contra a prática de agiotagem de um comerciante de gado local que, em troca do empréstimo das vacas do seu rebanho para reprodução, cobrava novilhas impondo juros e amortizações (MEINEN, 2002). Além da hipoteca de seus animais, suas propriedades também corriam riscos nas mãos dos agiotas, que cobravam juros muito além da capacidade de solvência dos agricultores. A solução prática oferecida por Raiffeisen era eliminar a figura do intermediador, reunindo as economias dos agricultores e convertendo-as em juros aos que as deixavam aplicadas, e empréstimos a juros mínimos para os que necessitavam financiamento. Nascia assim o conceito de cooperativismo de crédito que originou as Caixas Rurais Raiffeisen no Brasil.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A fundação e a organização inicial da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado.

A Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado foi fundada em 21 de maio de 1925, como uma instituição creditícia de caráter cooperativo de amparo aos colonos residentes na comunidade. A fundação ocorreu na residência de José Norbert (primeiro gerente), nos moldes do Sistema Raiffeisen, que já possuía também uma referência legal no Brasil: o Decreto nº 1637, de 05 de janeiro de 1907.

Os objetivos que inicialmente orientavam os associados da caixa eram bastante claros e precisos, ligados às necessidades financeiras dos moradores da localidade, como obtenção de recursos necessários para a manutenção da atividade produtiva e para o investimento em melhorias na propriedade. A ata de fundação refere-se aos seguintes objetivos específicos:

Combater a usura, fornecendo a juros módicos, a seus sócios e somente a eles, os capitais necessários à exploração de seu pequeno trabalho, facilitando-lhe o exercício de sua profissão; Fazer empréstimos a curto e a longo prazo, reembolsáveis por amortização periódica, mediante garantia e de acordo com as regras estabelecidas pela direção; Os empréstimos deveriam ter lugar para certo e determinado fim, julgado útil e reprodutivo pela direção; Os juros seriam calculados pelo saldo efetivamente devido; A sociedade poderia também receber, em depósito a prazo fixo ou em conta-corrente limitada ou de movimento dinheiro a juros não só de sócios como de pessoas não pertencentes à sociedade; Os valores máximos de empréstimos e a soma total dos encargos da sociedade seriam fixados anualmente pela Assembleia Geral (Ata de Fundação da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado – Acervo Sicredi Augusto Pestana)

A “usura” à que se refere o texto da ata de fundação, refere-se a atividade realizada por comerciantes instalados na linha colonial que, diretamente ou indiretamente, atuavam como financiadores dos colonos, conforme nos explica Maestri (2000, p. 83):



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

eram pequenos, médios e grandes comerciantes que acaparavam a maior parte da riqueza produzida na colônia, ao comprarem a produção colonial por baixo preço e ao venderem o que o colono necessitava por alto valor (...). O comerciante pagava ao colono apenas vender seus produtos e servia-lhe de banco, emprestando-lhe dinheiro a juros e guardando suas economias sem remuneração. Portanto, financiava com os recursos do colono os produtos que lhe vendia. Era forte a dependência cultural, ideológica e política do colono ao vendeiro. Ele aconselhava-o nas iniciativas econômicas, na introdução de novas plantas, representava-o em algumas ocasiões, etc.

Convém notarmos que, no Brasil, o surgimento das instituições bancárias formalmente organizadas dar-se-á em 1808, com a criação oficial do Banco do Brasil, banco particular com participação do Estado que foi capitalizado com recursos privados e, principalmente, com impostos criados especialmente para esta finalidade. Para Langemann (in GOLIN, 2007) o Banco do Brasil não teve a preocupação de estimular a atividade econômica, mas sim a obtenção de fundos para manter a família real portuguesa na colônia, emitindo papel moeda para reduzir o déficit do tesouro.

Em relação aos bancos gaúchos, Langemann (Idem, p. 231) diz que “uma característica peculiar do cenário financeiro gaúcho pré-1930 foi a ausência quase total de bancos nacionais privados”. Após 1930, verifica que os bancos nacionais de depósito e desconto que foram sendo implantados tinham iniciativa local, para atender aos desdobramentos da economia regional aonde surgiram e atuam. Assim, mesmo quando filiais eram abertas em outras localidades, prevaleciam os interesses do grupo econômico originado na sua sede.

Ao lado dos bancos atuavam empreendimentos menores, as casas bancárias particulares. Sem dúvida, em situação mais favorável para exercer essa atividade se encontrava o comerciante. Era, pois, muito comum que ele combinasse a atuação comercial com a representação de bancos, da qual era *correspondente*. Mas também atuava em faixa própria, realizando empréstimos e até aceitando depósitos. Nesse sentido, entende-se a preocupação do decreto



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

14.728 de 16 de março de 1921, por exemplo, que buscava organizar essa atividade paralela ao sistema financeiro realizada por particulares. (Idem, p. 234)

Outro estudo de Langemann remete a condição dos grandes bancos localizados no Estado do Rio Grande do Sul. Esclarece que a condição das instituições bancárias gaúchas obedece à mesma sistemática de favorecimento de uma elite econômica regional, principalmente ao referir-se ao Banco Pelotense como o “grande representante da pecuária gaúcha e de seu produto básico, o charque” (PESAVENTO, *apud* LANGEMANN, 1985, p.88). Os objetivos do Banco Pelotense giravam em torno dos objetivos dos acionistas majoritários e da sua atividade econômica predominante, no caso, a produção e exportação do charque.

O Banco Pelotense era o orgulho da fina flor dos pecuaristas e charqueadores do nosso meridiano, da pequena classe média urbana que era acionista minoritária e dos donos das casas de negócio da área de colonização ítalo-alemã. (LETTI *apud* LANGEMANN, 1985, p.89)

As comunidades do interior do Estado, focos de colonização por imigrantes (como a região noroeste do RS), quando se deparavam com a necessidade de capitais para investimento na atividade produtiva, buscavam-no junto aos comerciantes locais, igualmente integrados ao funcionamento das instituições bancárias dos grandes centros. Estavam sujeitos aos objetivos dos grandes bancos e ainda aos objetivos do pequeno comerciante local, intermediário do sistema financeiro. Não bastasse a condição de submissão ao capital originado nestas instituições/pessoas, o colono via o resultado de seu trabalho fluir para os cofres localizados à distância da sua realidade.

Fazer oposição a esta condição de submissão a usura talvez tenha sido a mais relevante motivação das caixas rurais instaladas nos núcleos coloniais, pois prejudicava a atividade de mercantilização da produção e conseqüentemente o pagamento da dívida colonial, condição para a manutenção da atividade produtiva. A criação da Caixa Rural de Serra Cadeado, por exemplo, deu-se pelo



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

trabalho de conscientização desta realidade junto aos moradores da colônia por membros da Sociedade União Popular Católica – *Volksverein*, entidade criada durante o Congresso de Teutos em Venâncio Aires, no ano de 1912. Esta sociedade substituiu a antiga Associação Rio-Grandense de Agricultores – *Bauernverein*, de caráter interconfessional, fundada em 1901. Ambas as entidades possuíam caráter associativo, e foram sugeridas e organizadas por um padre da ordem jesuíta, o suíço Theodor Amstad, popularmente conhecido por ter sido o fundador da primeira Caixa Rural do Brasil, no município de Nova Petrópolis-RS, em 1902. Em Serra Cadeado, a tarefa coube ao também jesuíta João Evangelista Rick, que em 1925 (ano da fundação da caixa de Serra Cadeado) exercia a função de secretário da *Volksverein*. Outro conhecido jesuíta, fundador de colônias no noroeste do RS e nordeste da Argentina, foi Max Von Lassberg. Juntos, esses padres “formaram o trio de jesuítas que passaram para a história da colonização do Rio Grande do Sul e Santa Catarina como os protótipos dos *patres colonorum* por excelência” (RABUSKE, 2004, p. 9). Verifica-se também em outras tantas caixas rurais fundadas no Estado do Rio Grande do Sul a participação decisiva de padres de diversas ordens religiosas:

o envolvimento, tanto da Igreja evangélica quanto católica, para a implantação do cooperativismo, no Estado do Rio Grande do Sul, foi decisivo. O cooperativismo teve especial importância na economia dos colonos. Ao longo de décadas, constitui-se em instrumento de inserção no mercado. (FRANTZ, 2006, p. 41)

No entanto, o meio religioso não era unânime quanto à fundação das caixas rurais e elas encontraram resistência de muitos dos clérigos da própria igreja católica. Os contrários à idéia consideravam prematuras as idéias de Amstad e Rick. O próprio Pe. Rick mencionou em suas memórias (in RABUSKE, 2004, p.102) que muitos de seus colegas de batina consideravam a idéia das caixas rurais “pouco eficientes para um povo sem formação escolar e pouca compreensão para grandes metas de caráter comum”. O descrédito desses clérigos com a fundação das caixas rurais foi desaparecendo conforme os



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

resultados começavam a aparecer. As caixas de crédito, consideradas “prematuros”, passaram a contribuir para o desenvolvimento das comunidades, re-investindo parte dos resultados inclusive na construção de igrejas, escolas, hospitais e outras obras de caráter comunitário, e a idéia foi então completamente aceita e, curiosamente, até abençoada pela igreja católica.

Na ata de fundação verificamos a redação do primeiro Estatuto da Caixa Rural de Serra Cadeado. Este, por sua vez, além de detalhes da organização e funcionamento da caixa, previa a criação de um fundo de reserva, destinado a reparar eventuais prejuízos sofridos pela cooperativa no exercício de suas atividades, fundo este que não seria partilhado ou distribuído entre os sócios no final do exercício. Seria composto de doações de qualquer natureza recebidas pela Caixa, mas principalmente de 80% dos lucros verificados anualmente pelo Balanço contábil. Os 20% restantes seriam destinados para fins beneficentes e despesas gerais da Caixa.

Nascida no seio da comunidade, a caixa rural foi criada para atender às necessidades inicialmente de um pequeno grupo de pessoas em seu entorno, acumulando recursos financeiros por meio da auto-ajuda, e reemprestando-os aos associados mediante pagamento de juros módicos. Ou seja, a poupança de um segmento da sociedade organizada em cooperativa, reverter-se-ia para a própria sociedade na forma de crédito. Assim, ficava evidenciada uma das principais intenções da caixa rural no momento da elaboração do primeiro Estatuto: “promover o desenvolvimento da comunidade local por meio da oferta de recursos financeiros a juros módicos”. Afinal, seus sócios eram os moradores, agricultores, professores, construtores e trabalhadores em geral, pessoas da comunidade e, como o tal, desejavam o seu crescimento e a melhoria da qualidade de vida. O fundo de reserva foi instituído, por um lado, para dar segurança aos investimentos feitos na Caixa e, por outro, para re-investir parte das sobras diretamente em obras que se destinavam ao desenvolvimento da comunidade. Em Serra Cadeado, verificamos a aplicação do fundo de reserva em obras comunitárias como a construção do primeiro hospital comunitário, da



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

primeira escola pública, do salão comunitário, do colégio interno e das duas igrejas (católica e evangélica)<sup>4</sup>. “Pelos excedentes do fundo de reservas puderam apoiar-se obras de utilidade comum. Todos aqueles homens que trabalharam altruisticamente pelo bem do povo, podem olhar para trás com orgulho, ao visarem essa obra”, relatou o Pe. Rick (in RABUSKE, 2004) em suas memórias. O trabalho das caixas rurais no âmbito da formação e desenvolvimento das colônias de imigrantes do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX, estabeleceu uma relação íntima com os anseios comunitários, tanto com o oferecimento de recursos para a produção, pelo trabalho associativo dos colonos, quanto re-investindo as sobras da atividade financeira na própria comunidade, em obras de infra-estrutura que não eram disponibilizadas pelos (quase sempre) inexistentes serviços públicos estatais. Além das dificuldades individuais dos colonos – aquisição de lotes, investimento em melhorias ou solução de problemas ligados às condições do ambiente – as colônias, nos seus primeiros anos de existência, careciam dos mais diversos recursos: financeiros, infra-estruturares, além de serviços essenciais como saúde e educação.

A ação da caixa rural na comunidade teve um papel fundamental, não só pelo trabalho de poupança e empréstimos para fins ligados a produção agrícola, mas também pelo desenvolvimento da mentalidade associativa, e com isso o fomento de outros tantos setores da comunidade. Analisando as ações da caixa de Serra Cadeado no decorrer dos anos 1920 e 1930, percebemos que sua existência possibilitou o oferecimento e a ampliação de inúmeros serviços tanto, na área rural quanto na área urbana. Situações semelhantes poderão ser encontradas observando o desenvolvimento das demais caixas criadas nesse contexto, já que faziam parte de um projeto de desenvolvimento das regiões coloniais promovido pela Sociedade União Popular, antiga associação de agricultores do RS.

---

<sup>4</sup> Todas as obras citadas permanecem em funcionamento até os dias atuais, exceto o colégio interno (Colégio Santo Alberto) que foi desativado na década de 1950, tendo permanecido nesse estado até sua demolição em 2009.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Através da organização em cooperativas, as comunidades destas regiões coloniais buscaram formas de influir nas relações de mercados, procurando opor-se ao controle exercido pelos comerciantes e intermediários locais sobre preços, comunicação e circulação de mercadorias e serviços. As dificuldades podem ser encontradas tanto na demanda de recursos para a produção, quanto na estrutura de comercialização disponível nestes espaços coloniais.

Neste breve relato, procurou-se apresentar um panorama da conjuntura sócio-econômica colonial da região de Ijuí no início do século XX, expondo a fragilidade da economia colonial e a carência de infraestrutura e recursos financeiros, que por sua vez motivaram a criação da caixa de crédito rural, cujo modelo proliferou-se em inúmeras comunidades coloniais no interior do Estado do Rio Grande do Sul, atingindo seu apogeu entre os anos 1930 e 1950.

#### Referencias bibliográficas

BERNARDES, Nilo. Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

BENECKE, Dieter W. Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas do processo de desenvolvimento nos países do terceiro mundo.

DUARTE, Laura Maria Goulart. Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S. Porto Alegre: L&PM, 1986.

FRANTZ, Walter; HILGERT, Vagner; CORRÊA, Ricardo. A história do cooperativismo de crédito em Panambi: uma trajetória de 75 anos. Ijuí: Unijuí, 2006.

HOBSBAWN, Eric J. A Era das revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

LANGEMANN, Eugenio. O Setor Financeiro: das origens ao drama bancário. República Velha (1889-1930). Tau Golin e Nelson Boeira (Coord.). Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3 t.1.

\_\_\_\_\_. O Banco Pelotense: o sistema financeiro regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

MAESTRI, Mário. Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914. Passo Fundo: UPF, 2000.

\_\_\_\_\_. “A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira”. In STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda. 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Vol. 2.

MARQUES, Mario Osório; BRUM, Argemiro J. Nossas coisas e nossa gente. Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí: Unijuí, 2004.

MEINEN, Ênio; DOMINGUES, Jefferson Nercolini; DOMINGUES, Jane Aparecida (Orgs.). Cooperativas de Crédito no Direito Brasileiro. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2002.

PEREIRA, Josei Fernandes. Sicredi Augusto Pestana 85 anos: da caixa rural ao sistema de crédito cooperativo. Ijuí-RS: Sintegraf Gráfica e Editora Ltda, 2010.

RABUSKE, Arthur e RAMBO, Arthur Blásio. Pe. J. E. Rick, Sj: Cientista, Colonizador, Apóstolo Social, Professor. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SCHÜTZ, Liene Maria Martins. “Imigração alemã: processo, costumes e influências. In Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Unisinos, 1974.

ZARTH, Paulo Afonso. Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.

\_\_\_\_\_. História agrária do Planalto Gaúcho: 1850-1920. Ijuí: Unijuí, 1997.

ZENI, Angelo Elocir. Trabalho Cooperativo: à luz da Legislação e Doutrina Brasileira e Espanhola. Sescoop, 2008.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **PROVÁRZEAS, AGENTE MODIFICADOR: DO ESPAÇO, DA ECONOMIA, DA SOCIEDADE E DO MEIO AMBIENTE**

Juliana Brocca Presa<sup>1</sup>

O estado de Santa Catarina se caracteriza, atualmente, como o segundo maior produtor de arroz irrigado do Brasil, ficando atrás apenas do estado do Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina o arroz irrigado é cultivado em cinco regiões distintas por suas condições geográficas e edafoclimáticas<sup>2</sup>: Alto, Médio e Baixo Vale do Itajaí, Litoral Norte e região Sul de Santa Catarina<sup>3</sup>.

O recorte geográfico desse artigo<sup>4</sup> detém-se a três municípios que possuem alguns dos maiores índices de produtividade do cultivo de arroz da região sul de Santa Catarina. Além disso, esses municípios foram escolhidos também pelo fato de que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Araranguá. Estes municípios são: Araranguá, Turvo e Meleiro.

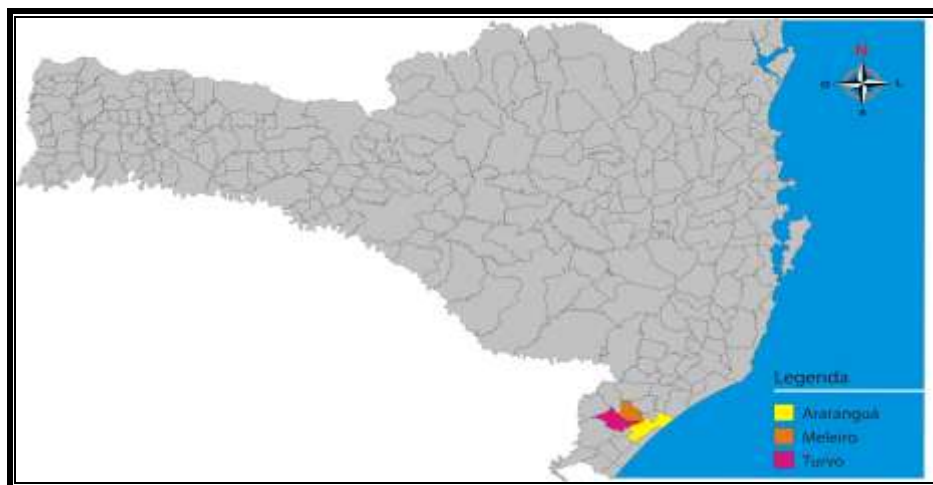
---

<sup>1</sup> Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: juliana\_brocca@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Refere-se a características definidas através de fatores do meio tais como: clima, relevo, temperatura, umidade do ar, radiação, tipo de solo, vento, composição atmosférica e precipitação pluvial.

<sup>3</sup>Histórico da produção de arroz irrigado. Disponível em: [http://www.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=84](http://www.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=84). Acessado em: 29 de agosto de 2011 às 13:39hs.

<sup>4</sup> Este artigo é, em parte, fruto da conclusão de minha dissertação de mestrado.



**Imagem 1:** Mapa ilustrativo do Estado de Santa Catarina. Em destaque estão os municípios com maior produtividade em arroz irrigado do sul de Santa Catarina, de acordo com o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (ICEPA). **Fonte:** Arquivo pessoal de Juliana Brocca Presa. Autor Diego Destro.

A rizicultura catarinense caracteriza-se por produzir 100% de suas áreas de cultivo no sistema conhecido como pré-germinado, no qual a semeadura é efetuada em lâmina de água, com sementes pré-germinadas. Porém, nem sempre foi assim, até meados da década de 1970, a tecnologia conhecida pelos rizicultores catarinenses era originária de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

A pesquisa sobre o arroz irrigado em Santa Catarina é iniciada por um órgão do Ministério da Agricultura, o DNPEA que, posteriormente, foi assumido pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), entre o período de 1969 e 1975. A partir desta data ficou sob atribuição da EMPASC, atual EPAGRI, a função de executar esta pesquisa no Estado<sup>5</sup>.

É importante ressaltar quem são os agricultores destas localidades. Qual era a cultura agrícola destes indivíduos e para isto, é necessário entender o processo de ocupação do território estudado. A colonização do sul de Santa Catarina é considerada como um processo tardio em relação ao restante deste Estado e do Brasil. A colonização européia destes vales foi organizada a

---

<sup>5</sup> EPAGRI. *A cultura do arroz irrigado: pré-germinado*. Florianópolis, 2002. p. 3.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

princípio através de subsídios do governo e, posteriormente, de concessões a companhias colonizadoras e a particulares.

As primeiras colônias fundadas no sul deste Estado foram instaladas próximas aos vales do rio Tubarão e Urussanga, são elas: Azambuja, em 1876; Urussanga, em 1878 e Nova Veneza, em 1891. Após a ocupação destes territórios foram sendo fundados núcleos como: Pedras Grandes, Treze de Maio, Acioli de Vasconcelos (hoje Cocal do Sul) e Jacinto Machado.

A dispersão dos imigrantes destas primeiras colônias, bem como a entrada de migrantes de descendência italiana vindos do Rio Grande do Sul e de serranos que desciam e, às vezes, fixavam-se para fazer a troca de alimentos e mercadorias, caracterizam a população do sul deste Estado.

É importante ressaltar que o vale do Araranguá sempre foi ponto de passagem e descanso de diversos grupos. Em um primeiro momento foi ocupada pelos indígenas, seguidos por portugueses, bandeirantes paulistas, tropeiros e, a partir de fins o século XIX, por imigrantes alemães, poloneses e, principalmente, italianos.

Como foi visto, a colonização italiana no vale do Araranguá é posterior à alemã, tendo sido iniciada em fins do século XIX. Os italianos são considerados o grupo com maior influência sobre as características culturais da região do Araranguá e a maior parte dos que vieram para o vale do Araranguá migraram de colônias como Urussanga e Nova Veneza.

Desde o início da colonização do vale do Araranguá a agricultura e a pecuária foram atividades econômicas de destaque, utilizadas pelos imigrantes devido à necessidade alimentar. Para entender a cultura agrícola destes municípios deve-se perceber que a escolha das plantas a serem cultivadas está relacionada também com sua terra de origem, seus hábitos alimentares e práticas sociais.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Assim, até a década de 1950, apesar do policultivo, predominava o cultivo do milho, gradativamente substituído pela expansão do cultivo do arroz<sup>6</sup>.

De acordo com Paulo Fernando Lago, os agricultores de origem italiana ao produzirem lavouras de mandioca e milho, buscavam terras mais secas, de baixadas arenosas e precária produtividade, eventualmente utilizavam solos úmidos e argilosos. O mesmo ocorreu com a lavoura de cana-de-açúcar e de cana para forragem. Assim, as terras mais úmidas foram preservadas do uso por ausência de lavouras adaptáveis como a do arroz<sup>7</sup>, caracterizando-se como fronteiras agrícolas, já que limitavam o cultivo em certas áreas.

Assim, a partir da década de 1970 começou-se a elaborar um programa que, dentro do contexto de modernização agrícola vivido no mundo inteiro, aproveitaria estas áreas úmidas e férteis não utilizadas até então. Este programa recebeu o nome de “Programa de Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis” (PROVÁRZEAS), ele foi elaborado pelo governo João B. Figueiredo e oficializado através do Decreto n. 86. 146 de 23 de junho de 1981<sup>8</sup>.

O PROVÁRZEAS visava à utilização econômica das várzeas em todos os Estados brasileiros através do saneamento agrícola, drenagem e irrigação. Seus beneficiários seriam produtores rurais e suas cooperativas, através de financiamento e suporte técnico-administrativo na drenagem e sistematização das várzeas, dando prioridade aos pequenos e mini produtores<sup>9</sup>.

As chamadas várzeas são distribuídas por todo o país e, em geral, constituem um lençol freático elevado, necessitam de uma adequada drenagem e posterior sistematização para permitir um aproveitamento agropecuário

---

<sup>6</sup> PRESA, Juliana Brocca. *O arroz no espigão e o milho no banhado: Programa PROVÁRZEAS - o desenvolvimento de uma política pública e o cultivo do arroz em municípios da bacia do Rio Araranguá*. 2011. p.93. (Dissertação de mestrado em História – UFSC).

<sup>7</sup> LAGO, Paulo Fernando. *Gente da terra catarinense: desenvolvimento e educação ambiental*. Florianópolis: Ed. da UFSC/FCC Edições/ Ed. Lunaderlli/ UDESC, 1998. p. 159.

<sup>8</sup> BRASIL. PROVÁRZEAS NACIONAL. Ministério da agricultura. 1983. p. 7.

<sup>9</sup> BRASIL. PROVÁRZEAS NACIONAL. *Programa de Financiamento de Equipamento de Irrigação – PROFIR*. Ministério da agricultura. 1983. p. 7.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

racional<sup>10</sup>. O informe agropecuário: Várzeas, a melhor fronteira agrícola, datado de maio de 1980, define:

Considera-se como várzeas solos aluviais e/ou hidromórficos, geralmente planos e ricos em matéria orgânica, facilmente irrigáveis, na maioria dos casos até por gravidade, de fertilidade elevada, inundados temporariamente ou não (margens de córregos e rios, vales úmidos, etc), porém apresentando muitas vezes umidade excessiva, necessitando por isso de drenagem adequada, razão principal do atraso de seu aproveitamento agropecuário racional<sup>11</sup>.

A primeira experiência realizada a partir da tecnologia desenvolvida para utilizar várzeas irrigáveis, bem como a experimentação nas mesmas, já havia sido realizada no estado de Minas Gerais, no ano de 1975, como um programa de nível estadual. A partir das experiências no estado de Minas Gerais o PROVÁRZEAS foi elaborado como um projeto nacional que deveria atender as necessidades de cada estado brasileiro.

Tratava-se de um programa integrado, que abrangia todas as fases do cultivo, desde a produção até a comercialização; e foi desenvolvido em conjunto com outros programas e projetos de apoio ao desenvolvimento rural em parceria com os Governos Estaduais.

Os recursos para a execução do PROVÁRZEAS nacional distinguiram: Financiamentos para investimentos diretos pelo agricultor em sua várzea, para cobrir despesas com a preparação da área, pagamento de aluguel, em horas-máquinas, pelos trabalhos de drenagem e sistematização necessários à exploração da terra; Recursos orçamentários para atendimento da preparação de técnicos em projetos de implantação de várzeas; Recursos das prefeituras e empresas, visando a aquisição de máquinas e equipamentos necessários à drenagem e sistematização das várzeas<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> BRASIL. PROVARZEAS NACIONAL. *Resumo*. Folder explicativo: Ministério da agricultura. 1982. p. 2.

<sup>11</sup> BELO HORIZONTE. Várzeas: A melhor Fronteira Agrícola. *Informe Agropecuário*: EPAMIG, ESAL, UFMG, UFV. Ano 6. N. 65, maio de 1980. p. 4.

<sup>12</sup> BRASIL. PROVARZEAS NACIONAL, 1983, Op. Cit., p. 4-5.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Para realizar a sistematização dos terrenos<sup>13</sup> o PROVÁRZEAS nacional considerou critérios como solo, clima, topografia, declividade, cultura, método de irrigação e práticas agrícolas<sup>14</sup>. As principais modalidades do projeto de “recuperação de várzeas” foram: saneamento agrícola, drenagem, irrigação e drenagem, pequena irrigação e drenagem.

Como já foi citado, a expansão da fronteira agrícola e a melhoria da produtividade foram dois fatores que tornaram exequíveis as metas deste programa. O Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) já vinha executando trabalhos de recuperação de várzeas há alguns anos em áreas destinadas à agricultura e, desta maneira, o programa comprometeu-se em aproveitar ao máximo a potencialidade das várzeas.

De acordo com o folder explicativo do programa, o Brasil possuía, em 1980, 30 milhões de hectares de várzeas irrigáveis, sem qualquer aproveitamento. Nele afirmava-se: “irriga-se tão somente 1.000.000 hectares, menos de 2% da área agrícola em produção, 70% da área atualmente irrigada concentra-se no sul do país”<sup>15</sup>.

Sendo assim, a partir do ano de 1981 o estado de Santa Catarina passou a receber investimentos do PROVÁRZEAS. Na região sul do estado deveria ser incentivado o cultivo de arroz, providenciar treinamento técnico aos funcionários da ACARESC (atual EPAGRI) e aos agricultores. Estes produtores cultivavam o arroz até então no sistema chamado de irrigado tradicional ou “sequeiro”.

Assim, é necessário que haja o esclarecimento de que a partir de 1950, os agricultores do vale do Rio Araranguá cultivavam arroz em terras mais secas. Portanto, de fins de 1950 até 1970, plantou-se da forma conhecida como irrigado tradicional ou “sequeiro”. Posteriormente, na década de 1980, o

---

<sup>13</sup> Sistematização é um termo técnico utilizado nos cadernos do PROVÁRZEAS para designar as modificações necessárias que devem ser realizadas em um terreno para que seja feito o nivelamento, as quadras/canchas, o sistema de irrigação. Em fim, são as adequações no terreno para que o sistema proposto pelo PROVÁRZEAS possa funcionar.

<sup>14</sup> BELO HORIZONTE, Op. Cit., p. 37.

<sup>15</sup> BRASIL.PROVÁRZEAS NACIONAL, Op. Cit., p. 1.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

PROVÁRZEAS, a partir do incentivo ao aproveitamento de várzeas irrigáveis, desenvolveu dentro do sistema de cultivo irrigado, já utilizado, um método baseado no uso de sementes pré-germinadas. Este método é o utilizado ainda hoje.

Desta forma, entende-se, dentro da política agrícola estudada, a importância de um melhor aproveitamento das áreas não utilizadas, criando novas terras em locais que já eram aproveitadas para a agricultura. De fato o que aconteceu no vale do Araranguá foi a transformação da agricultura familiar em pequenos módulos para uma agricultura que exigia grandes propriedades de terras, alta mecanização e insumos agrícolas.

O engenheiro agrônomo Vilmar Comassetto destaca que a oferta de crédito rural facilitado subsidiando todas as fases da produção inicia o processo de mudança no sistema de produção agropecuária na bacia hidrográfica do rio Araranguá. O processo ocorreu com a mecanização da produção, aquisição e uso de máquinas e equipamentos como a enxada rotativa, pulverizadores e colheitadeiras.

Assim, a combinação dos elementos citados acima, combinado com a presença de solo favorável e de água para irrigação foram decisivos para a adoção do cultivo irrigado nestas localidades. Como complemento à mecanização e à utilização de insumos derivados da indústria química de fertilizantes e agrotóxicos está a pesquisa genética, que propiciou a oferta de variedades de sementes cada vez mais adaptadas ao novo sistema de produção.

Até a década de 1980 as sementes “melhoradas” eram provenientes de estados como São Paulo e Rio Grande do Sul. Em relação às sementes utilizadas no cultivo de arroz no sul de Santa Catarina anterior a 1980, o agricultor Orlando Presa em depoimento afirma: “no começo plantávamos o arroz do tipo guapo, agulha, amarelão, agulha precoce, japonês e outros”<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Entrevista com Orlando Presa, 63 anos, morador de Meleiro, realizada no ano de 1986. In.: DALL’ALBA, Pe. João Leonir. *Histórias do Grande Araranguá*. Araranguá: Gráfica Orion Editora, 1997. p. 342.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Sauli Machado Scarabelotti<sup>17</sup>, 64 anos, relatou sobre estas variedades e disse que “antes a variedade era ruim, hoje é boa. Hoje é tudo agulha, não tem grão médio. A variedade melhorou. Antigamente nós conhecíamos a variedade agulha do Rio Grande, mas aqui não tinha”.

A utilização de cultivares com elevada capacidade produtiva, semente de alta qualidade, manejo, fertilidade, combate a plantas invasoras e pragas, foram os principais responsáveis para os resultados da rizicultura catarinense, tanto no contínuo acréscimo em produtividade como na qualidade das sementes<sup>18</sup>.

A implantação do programa PROVÁRZEAS sem dúvida aumentou a qualidade do cultivo de arroz. A irrigação das terras foi o meio que propiciou o aumento da produtividade do cultivo. Para José Graziano da Silva, a existência ou não de terras disponíveis pode condicionar o desenvolvimento extensivo/intensivo da produção agropecuária. É basicamente esta determinação que justifica “criar” novas terras, onde elas não forem disponíveis e aproveitar onde forem disponíveis<sup>19</sup>.

Sendo assim, logo as áreas foram sendo aumentadas, visto o lucro que o cultivo estava trazendo para os agricultores. Os terrenos passaram a ser modificados, cortados, planejados, transformando-se em mais várzeas. Locais passaram a ser desmatados e junto com a tecnologia trazida por esta política pública, houve mudanças de natureza econômica, social e ambiental. É assim, a partir da implantação do PROVÁRZEAS, que inicia o processo descrito como objeto deste artigo.

Aspectos como produtividade<sup>20</sup> e qualidade devem ser observados para entender o que significou o PROVÁRZEAS para os agricultores dos municípios

---

<sup>17</sup> Entrevista realizada com Sauli Machado Scarabelotti, 64 anos, agricultor, com propriedade em Forquilha Rocha Machado/Meleiro, concedida à Juliana Brocca Presa no dia 22 de maio de 2009 na casa do agricultor.

<sup>18</sup> EMPASC. *O arroz irrigado*. Disponível em: <http://www.epagri.rct-sc.br/>. Acessado em: 13 set. 2008.

<sup>19</sup> SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.49.

<sup>20</sup> A produtividade é a relação da produção em toneladas por áreas plantadas. Assim, justifica-se o estudo de áreas plantadas, visto que a diminuição desta, influencia diretamente na produtividade.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

estudados. Dados científicos e relatos apontam para a duplicação da produtividade na época da implantação do programa e atualmente estes números foram quadruplicados quando comparados à produção que se tinha no início da década de 1980.

De acordo com as entrevistas realizadas, a média da produção de arroz na região do Araranguá até 1980 era de aproximadamente 60 sacos por hectare, chegando a 120 sacos após a implantação do PROVÁRZEAS. Atualmente é de até 200 sacos por hectare, desde que com acompanhamento técnico. Através da ata da reunião da EPAGRI de Araranguá obteve-se a informação de que na safra 1979/1980 a produtividade era de 59,2 sacos por hectare. O salto na média da produção é atribuído ao trabalho técnico e ao novo sistema de cultivo:

Com a participação dos extensionistas locais, o projeto da propriedade de Gildo Destro obteve a produtividade de 130 sacos por hectare, bem superior aos 80 sacos por hectare produzidos até então e consideradas as maiores produtividades de arroz irrigado no sistema convencional para a região<sup>21</sup>.

Durante as entrevistas efetuadas para a realização deste trabalho foram bastante comuns os relatos que citavam o aumento da produtividade que o PROVÁRZEAS proporcionou. Através do relato do Sr. Basiliano Manoel Silvanos, 76 anos, pode-se observar estes dados. “Antes se colhia a princípio 35 sacos por hectare, depois passou para 60, 70 isso aí era o máximo que se colhia. Hoje se colhe 150 sacos por hectare; então houve um progresso muito grande em relação a isso aí”<sup>22</sup>.

Em uma perspectiva histórica, e obedecendo aos dados obtidos, pode-se realizar uma síntese da produção catarinense de arroz irrigado da última década.

---

<sup>21</sup> Ata EPAGRI/Araranguá, 12 de junho de 2008, Op. Cit.

<sup>22</sup> Entrevista realizada com Basiliano Manoel Silvano, 76 anos, agricultor, com propriedade em Turvo, concedida à Juliana Brocca Presa no dia 21 de maio de 2010 na casa do agricultor em Mato-Alto/Araranguá.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**Tabela 1:** Produção (tonelada) de arroz em casca no Estado de Santa Catarina em safras da década de 2000

SAFRA	QUANTIDADE PRODUZIDA
2003/2004	1. 011. 592
2004/2005	1. 055. 613
2005/2006	1. 071. 559
2006/2007	1. 038. 439
2007/2008	1. 018. 115
2008/2009	1. 039. 720

**Fonte:** SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura em Santa Catarina.** Florianópolis: EPAGRI/CEPA, v.1. p. 45-46, 2009.

Com base na análise da tabela acima, pode-se concluir que a produtividade do cultivo de arroz continua crescendo na última década. Percebe-se que a produção catarinense de arroz nas safras 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008 variou de 1.071.559 para 1.018.115 toneladas, apresentando perda de 3,1% na produtividade<sup>23</sup>.

Sabendo disso, pode-se concluir que ao aumentar a produtividade e qualidade do arroz produzido, o PROVÁRZEAS trouxe modificações a região. Nas entrevistas utilizadas para este trabalho foi comum o relato de que após a mudança na forma de cultivo a família teve condições para comprar máquinas agrícolas, investir na propriedade, ampliar as terras e comprar outros bens. O que deve ser ressaltado é o fato de que, se existe como expandir a propriedade é porque existe quem esteja interessado em vender suas terras e sair do campo.

Este é um fator pouco explorado nas entrevistas, visto que os agricultores preferem falar dos êxitos do programa e quando citam algum fato referente a venda de terras, explicam que foi por vontade de morar em meio urbano. O fato é que o PROVÁRZEAS possibilitou aumento na renda destas famílias sim, mas também contribuiu para o êxodo do campo em direção às cidades próximas ao vale do Araranguá.

---

<sup>23</sup> EPAGRI/CEPA. *Números da Agropecuária Catarinense*. Março 2008.p. 50-51.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Como foi visto até agora, foi com base na utilização dos recursos naturais que a política agrícola PROVÁRZEAS conseguiu quadruplicar a produção de arroz na região do vale do Araranguá. No entanto, a transformação da natureza em recursos para operacionalizar o programa provocou, ao longo dos anos, alterações no meio ambiente.

Aspectos da implantação da política agrícola estudada apontam para a degradação de recursos naturais, em um primeiro momento, através da sistematização do programa em terrenos altos, em encostas de rios, longe de cursos d'água. E, em um segundo momento, volta-se então o olhar para as diversas maneiras da má utilização de fertilizantes, herbicidas e inseticidas, poluindo os diversos ecossistemas.

Para as geógrafas Nadja Zim Alexandre e Gerusa Maria Duarte, duas são as atividades antrópicas que alteram a condição ambiental e são responsáveis pelo atual estado de degradação da bacia do rio Araranguá: a mineração de carvão e a agricultura, em especial a rizicultura.

A agricultura nesta região cobre uma extensa área onde a erradicação da vegetação natural, mata ciliar, é substituída por cultivos agrícolas. De acordo com as geógrafas citadas, “a região que naturalmente já teria conflitos pela falta de água em certos períodos, tem a situação agravada em função da extração do carvão”<sup>24</sup>.

Porém, de acordo com Alexandre e Duarte, embora haja o conhecimento de que a mineração tenha prejudicado intensa e diretamente as sub-bacias do rio Itoupava e do rio Mãe Luzia e indiretamente o rio Araranguá, mesmo assim, “é através da agricultura que se observa uma extensão maior dos danos [...]”<sup>25</sup>: a erradicação da vegetação natural, inclusive da mata ciliar substituída pelos cultivos, modificando a paisagem e a condição ambiental da bacia.

---

<sup>24</sup> ALEXANDRE, Nadja Zim; DUARTE, Gerusa Maria. Caracterização das águas superficiais da bacia do rio Araranguá. In SCHEIBE, Luiz Fernando; FURTADO, Sandra Maria de Arruda; BUSS, Maria Dolores (orgs). **Geografias Entrelaçadas**: Ambiente rural e urbano no sul de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC; Criciúma: Ed. da Unesc, 2005. p. 63.

<sup>25</sup> Ibid.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Para Alexandre e Duarte, o plantio do arroz irrigado não tem dado a devida importância a aspectos como a disponibilidade de água, aptidão do solo e declividade do terreno onde são localizadas as canchas de arroz<sup>26</sup>. No entanto, não é somente o avanço da agricultura em direção a floresta e ao leito dos rios que pode ser verificado como alteração/danos ao meio ambiente e a paisagem, visto que o próprio sistema de cultivo em quadras niveladas proporciona perdas.

O programa PROVÁRZEAS, para que tenha bom aproveitamento, necessita que haja: sistematização dos terrenos, aplainando-os e dividindo-os em quadras ou canchas; elevadas quantidades de água; canais de irrigação; inovações tecnológicas para o cultivo irrigado como tratores adaptados ao trabalho dentro da água.

Neste sentido, ao operacionalizar esta política agrícola, a paisagem foi transformada, as várzeas foram recortadas exibindo linhas retas em substituição às curvas naturais. De acordo com Scheibe e outros, outra modificação visual também pode ser percebida após a consolidação do PROVÁRZEAS, visto que “a paisagem da rizicultura, além das extensas áreas planas de arroz irrigado, é marcada também pela presença de estruturas relacionadas como silos e cooperativas [...]”.

Com base no que foi exposto até aqui e observando os usos feitos dos recursos naturais parte-se para uma análise da utilização dos recursos hídricos. Deve-se ressaltar a importância que este recurso tem para as atividades desenvolvidas ao longo da bacia do rio Araranguá. Para Scheibe e outros, a água tem sido um dos fatores determinantes para as principais atividades humanas, visto que “além de erodir as encostas e depositar a extensa planície aluvial da bacia, abastece as cidades, beneficia o carvão, irriga o arroz [...]”<sup>27</sup>.

Outro fator interessante a ser indagado é referente a quantidade de água utilizada nestas lavouras após a implantação do PROVÁRZEAS. Alguns

---

<sup>26</sup> Ibid, p. 64.

<sup>27</sup> SCHEIBE, Luiz Fernando; COMASSETTO, Vilmar. A gestão das águas na bacia do rio Araranguá. In.: SCHEIBE, Luiz Fernando; BUSS, Maria Dolores; FURTADO, Sandra Maria de Arruda (orgs). *Atlas Ambiental da Bacia do rio Araranguá*: Santa Catarina/Brasil. Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2010. p. 61.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

agricultores confirmam que houve esta falta, outros acreditam que o sistema PROVÁRZEAS utiliza menos água que o anterior, mas na verdade faltam trabalhos científicos que comprovem realmente se há problemas quanto à disponibilidade de água. Este aspecto pode ser observado na entrevista realizada com o Sr. Haildo Mota, 63 anos, transcrita abaixo:

Eu acho que o PROVÁRZEAS ocupa menos água; ele ocupa menos água porque a água fica dentro das canchas e antes nós soltávamos a água, mandávamos para o banho (para o rio) e ela fugia muito. Hoje ela aguenta mais. Eu acho que hoje a gente usa menos água<sup>28</sup>.

No entanto, de acordo com Ferreira, há informações obtidas através de dados da Secretaria do Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN), das quais afirmam que em Santa Catarina os recursos hídricos se encontram em situação lastimável. Segundo a Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente (FATMA), cerca de 80% dos recursos hídricos catarinenses estão pelo menos 45% comprometidos pela poluição por metais pesados, agrotóxicos, efluentes urbanos, industriais e lixo urbano<sup>29</sup>.

Estudos sobre o impacto da rizicultura irrigada no meio ambiente, causado pelo uso de defensivos agrícolas não apenas nas lavouras (contaminação do alimento), mas na água dos rios, plantas e animais, ainda são bastante escassos. Este assunto, em muitos momentos das entrevistas realizadas para este trabalho, foi pouco comentado, às vezes até evitado pelos entrevistados. Mesmo assim, nos discursos em que o assunto aparece muitas são as controvérsias.

Miguel M. X. de Carvalho observou que até a década de 1950 era pouco comum o uso de agrotóxicos neste Estado. É a partir do censo de 1975 que percebeu-se uma disseminação do uso de agrotóxicos; neste momento também

---

<sup>28</sup> Entrevista realizada com Haildo Mota, 63 anos, agricultor, com propriedade em Sapiroanga/Meleiro, concedida à Juliana Brocca Presa no dia 23 de abril de 2009 na casa do agricultor.

<sup>29</sup> FERREIRA, Flávia. *Aspectos da Vegetação e do Uso do Solo na Microrregião Costeira Sul do Estado de Santa Catarina, Brasil*. 2006. (Dissertação de Mestrado em Botânica – UFSC).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

apareceu pela primeira vez o termo “defensivos agrícolas”<sup>30</sup>. No mesmo sentido, Carvalho salienta que no relatório anual da ACARESC de 1984 o termo “agrotóxico” é desvinculado da ideia de insumos modernos.

Em resumo, pode-se afirmar que, a década de 1980 marca uma fase de aumento do mercado para insumos modernos, defensivos agrícolas ou agrotóxicos. Ressalta-se ainda que no mesmo período o PROVÁRZEAS está sendo criado e posto em funcionamento.

De acordo com Marcelo Soares Darella e Sandra Maria de Arruda Furtado, atualmente os agrotóxicos são utilizados no Brasil de forma curativa e preventiva, podendo causar danos ambientais como a poluição do solo, do ar e da água. Estes danos são sentidos através da contaminação de alimentos, morte de animais e intoxicação de trabalhadores rurais<sup>31</sup>.

Seria de grande contribuição esclarecer o fato de que o sistema de cultivo pré-germinado surgiu como uma tentativa de inibir algumas formas de vida, ervas invasoras, que atrapalhavam o cultivo de arroz. De acordo com o relato dos agrônomos entrevistados, o sistema pré-germinado, que foi operacionalizado através do PROVÁRZEAS, surgiu para impedir a disseminação do chamado arroz vermelho, considerado uma praga pelos agricultores por ser uma planta da mesma espécie do arroz.

Antônio Sérgio Soares, 54 anos, agrônomo funcionário da EPAGRI/Araranguá acredita que a água é o principal herbicida do sistema de cultivo do arroz irrigado, visto que “este sistema ajuda a controlar as invasoras, porque o ser humano interfere e apressa a lavoura de arroz e então quando as invasoras estão acordando o arroz já está fazendo sombra e então as invasoras

---

<sup>30</sup> CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma história do uso de agrotóxicos em Santa Catarina: Revolução Verde e Agroecologia*. Florianópolis, 2004. p. 29. (Trabalho de Conclusão do Curso de História - UFSC).

<sup>31</sup> DARELLA, Marcelo Soares; FURTADO, Sandra Maria de Arruda. *Os agrotóxicos e a saúde dos trabalhadores rurais*. In SCHEIBE; FURTADO; BUSS (orgs), 2005, Op. Cit., p. 126.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

não conseguem competir”<sup>32</sup>. Porém, o agrônomo não nega que haja o uso de agrotóxicos pelos agricultores.

Observando tudo o que foi exposto, o PROVÁRZEAS atingiu seus objetivos, visto que houve aumento da produtividade, aumento do cultivo por área plantada, melhoramento da qualidade do produto através do melhoramento genético das sementes e ainda, aumento da especialização técnica para o cultivo. Pode-se afirmar ainda, que financeiramente, houve uma melhora da qualidade de vida para os agricultores que conseguiram manter-se no campo.

Já em relação ao meio ambiente, o PROVÁRZEAS operacionalizou a utilização dos recursos naturais em favor de um objetivo econômico. Como reflexos ao recurso natural terra, houve a modificação da paisagem através da sistematização dos terrenos para a execução dos projetos de drenagem e irrigação. Alguns prejuízos neste sentido foram a sistematização em locais de terrenos em desnível ou altos, a sistematização próxima a leito de rios, bem como o desmatamento.

Para os recursos hídricos as consequências do impacto de uma política agrícola que priorizou a modificação da paisagem em função da irrigação de áreas foram ainda maiores: assoreamento e poluição de rios, plantas e animais contaminados por agrotóxicos, possivelmente também a contaminação de alimentos e do ser humano; a polêmica em torno da escassez da água; e ainda o agravante para estas localidades da proximidade com as minas de carvão de Criciúma, onde já havia a contaminação das águas por materiais pesados.

Desta maneira, pode-se afirmar que a utilização de forma não sustentável, a degradação e a modificação do meio ambiente dão a certeza de que persistia na década de 1980 quando o PROVÁRZEAS foi implantado, e ainda persiste, a continuidade da idéia de que o homem está à parte do mundo natural. A afirmação de que a idéia de sustentabilidade já deveria estar

---

<sup>32</sup> Entrevista realizada com Antônio Sérgio Soares, 54 anos, engenheiro agrônomo funcionário da EPAGRI de Araranguá, concedida à Juliana Brocca Presa no dia 25 de maio de 2010 no escritório da EPAGRI em Araranguá.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

intrínseca ao projeto PROVÁRZEAS se dá baseada no fato de que desde a década de 1970 as discussões em torno de questões ambientais já vinham sendo discutidas em todo o mundo.

Sendo assim, não poderiam, os órgãos competentes deste estado e deste país, passar despercebidas estas questões que são tão caras nos dias atuais. Para tanto, a respeito dos problemas que envolvem os recursos hídricos da bacia do Rio Araranguá, Scheibe conclui:

O desafio ambiental que se apresenta na bacia é o de como compatibilizar, daqui em diante, a satisfação das necessidades de recursos naturais da sociedade e suas possibilidades de avanços sociais e econômicos ao mesmo tempo em que se recompõem e se protegem os ecossistemas, dos quais as pessoas dependem para viver e desenvolver-se. Isto implica em um processo de gestão, para a regulação entre a oferta e a demanda de água, tanto em quantidade como em qualidade<sup>33</sup>.

Tendo em vista os problemas ambientais das últimas décadas é desafio do historiador ambiental escrever história, ainda mais quando os problemas de nossa época fazem perguntas ao passado. Assim, nada mais atual que historicizar o processo de transformação agrária de uma região que possui os maiores índices de produtividade no cultivo do arroz pré-germinado do país e entender, a forma pela qual este processo modificou as relações dos agricultores estudados nos diferentes aspectos de suas vidas.

### **Referências:**

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma história do uso de agrotóxicos em Santa Catarina: Revolução Verde e Agroecologia*. Florianópolis, 2004. p. 29. (Trabalho de Conclusão do Curso de História - UFSC).

COMASSETTO, Vilmar. *Água, meio ambiente e desenvolvimento na bacia do Araranguá (SC)*. 2008. 338 p. (Tese de Doutorado em Geografia - UFSC).

---

<sup>33</sup> SCHEIBE; COMASSETTO. In SCHEIBE; BUSS; FURTADO (orgs.). 2010. Op. Cit., p. 61.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 484p.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos históricos*, v.4, n.8, 1991.

EMPASC. *O arroz irrigado*. Disponível em: <http://www.epagri.rct-sc.br/>. Acessado em: 13 set. 2008.

EPAGRI. *A cultura do arroz irrigado: pré-germinado*. Florianópolis, 2002. 273p.

\_\_\_\_\_. *Sistema de produção de arroz irrigado em Santa Catarina: pré-germinado*. Florianópolis, 1998. 78p.

EPAGRI/CEPA. *Números da Agropecuária Catarinense*. Março 2008.

FERREIRA, Flávia. *Aspectos da Vegetação e do Uso do Solo na Microrregião Costeira Sul do Estado de Santa Catarina, Brasil*. 2006. (Dissertação de Mestrado em Botânica – UFSC).

Histórico da produção de arroz irrigado. Disponível em: [http://www.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=84](http://www.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=84). Acessado em: 29 de agosto de 2011 às 13:39hs.

LAGO, Paulo Fernando. *Gente da terra catarinense: desenvolvimento e educação ambiental*. Florianópolis: Ed. da UFSC/FCC Edições/ Ed. Lunaderlli/UFSC, 1998.

PRESA, Juliana Brocca. *O arroz no espigão e o milho no banhado: Programa PROVÁRZEAS - o desenvolvimento de uma política pública e o cultivo do arroz em municípios da bacia do Rio Araranguá*. 2011. 193p. (Dissertação de mestrado em História – UFSC).

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998.

SANTA CATARINA. *Síntese Anual da Agricultura em Santa Catarina*. Florianópolis: EPAGRI/CEPA, v.1. p. 45-46, 2009.

SCHEIBE, Luiz Fernando; BUSS, Maria Dolores; FURTADO, Sandra Maria de Arruda (orgs). *Atlas Ambiental da Bacia do rio Araranguá: Santa Catarina/Brasil*. Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2010. 138p.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

SCHEIBE, Luiz Fernando; FURTADO, Sandra Maria de Arruda; BUSS, Maria Dolores (orgs). *Geografias Entrelaçadas: Ambiente rural e urbano no sul de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Criciúma: Ed. da Unesc, 2005.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.192.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, p.17, 1991.

### **Fontes:**

Ata da reunião do grupo “PROVÁRZEAS, Sistematização, Cultivares, Produção, Área cultivada”. EPAGRI/Araranguá. 12 de junho de 2008.

BELO HORIZONTE. Várzeas: A melhor Fronteira Agrícola. *Informe Agropecuário*: EPAMIG, ESAL, UFMG, UFV. Ano 6. N. 65, maio de 1980.

BRASIL. PROVARZEAS NACIONAL. Brasília: Ministério da Agricultura, 1983.

\_\_\_\_\_. PROVÁRZEAS NACIONAL. *Programa de Financiamento de Equipamento de Irrigação – PROFIR*. Brasília: Ministério da Agricultura, 1983.

\_\_\_\_\_. PROVARZEAS NACIONAL. *Resumo*. Folder explicativo: Ministério da Agricultura. 1982.

### **Entrevistas:**

Entrevista realizada com Antônio Sérgio Soares, 54 anos, engenheiro agrônomo funcionário da EPAGRI de Araranguá, concedida à Juliana Brocca Presa no dia 25 de maio de 2010 no escritório da EPAGRI em Araranguá.

Entrevista realizada com Basiliano Manoel Silvano, 76 anos, agricultor, com propriedade em Turvo, concedida à Juliana Brocca Presa no dia 21 de maio de 2010 na casa do agricultor em Mato-Alto/Araranguá.

Entrevista realizada com Haildo Mota, 63 anos, agricultor, com propriedade em Saporanga/Meleiro, concedida à Juliana Brocca Presa no dia 23 de abril de 2009 na casa do agricultor.

Entrevista realizada com Sauli Machado Scarabelotti, 64 anos, agricultor, com propriedade em Forquilha Rocha Machado/Meleiro, concedida à Juliana Brocca Presa no dia 22 de maio de 2009 na casa do agricultor.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

## **O ANACRONISMO NA ILUSTRAÇÃO DA CAPA DO LP CLARA CROCODILO DE ARRIGO BARNABÉ**

Juliana W. Batista\*

1. Em São Paulo, na década de 80, surgiu uma geração de músicos com uma postura estética renovadora. Ressaltamos que “agradar ao público” não era a principal intenção dos integrantes dessa vanguarda, cuja preocupação estava focada em confrontar-se aos modelos artístico-musicais do passado, visando novas formas de produções estéticas. Tal postura entrou em choque com o desenvolvimento da indústria fonográfica brasileira, o que fez com que a produção destes músicos emergisse como uma “movimentação artístico-musical alternativa e independente”<sup>1</sup>. Tal grupo ficou conhecido como *Vanguarda Paulistana*, sendo o músico e compositor paranaense Arrigo Barnabé um dos principais representantes deste movimento. Com o lançamento do LP *Clara Crocodilo*, em 1980, Arrigo Barnabé causou forte impacto no cenário da música popular urbana brasileira. O trabalho rendeu-lhe elogios da crítica e o compositor passou a ser considerado pela imprensa como “a maior novidade surgida na música brasileira desde a tropicália”<sup>2</sup>. Além disso, foi apontado como o primeiro compositor popular a utilizar as técnicas da *música serial*<sup>3</sup> em suas composições.

---

\* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da PUCRS, bolsista CNPq, email: juwbatista@gmail.com

<sup>1</sup> SILVA, Gilberto Xavier da. Sabor de Veneno: A Vanguarda Paulista na cena artístico-musical brasileira dos anos 1980. IN: *Estudos Literários da UFMG* (Revista eletrônica editada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras): Belo Horizonte: v. 9, dez. 2005, p. 125. Disponível em: [http://www.lettras.ufmg.br/poslit/o8\\_publicacoes\\_pgs/Em-tese-2004-pdfs/14-Gilberto-Xavier.pdf](http://www.lettras.ufmg.br/poslit/o8_publicacoes_pgs/Em-tese-2004-pdfs/14-Gilberto-Xavier.pdf), acessado em: 3/1/2010.

<sup>2</sup> CAVASOTTI, André. *O serialismo e o atonalismo livre aportam na MPB: as canções do LP Clara Crocodilo de Arrigo Barnabé*. IN: Per Musi On line - Revista Acadêmica de Música. Belo Horizonte. V. 1, 2000, p. 5. Disponível em: [http://musica.ufmg.br/permusi/port/numeros/01/Volo1\\_cap\\_01.pdf](http://musica.ufmg.br/permusi/port/numeros/01/Volo1_cap_01.pdf), acessado em 23/12/2009.

<sup>3</sup> Tal música se revela “num método de composição que consiste em produzir uma obra a partir de uma série de um determinado número de sons. Estes são regidos pela sua ordem de apresentação e não estão submetidos a nenhuma hierarquia, mostrando-se iguais em direito. A série, tal como Schönberg a definiu em 1923, foi considerada como ‘dodecafônica’, porque ela



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O legado da vanguarda musical europeia do início do século XX, deixado por compositores como Schoenberg, Weber e Berg, é incorporado nas produções da Vanguarda Paulistana, assim como a utilização da estética dos quadrinhos. As histórias em quadrinhos foram fonte de inspiração e referência estética para vários personagens das canções de Arrigo Barnabé, como no caso do LP *Clara Crocodilo*, em que, segundo Valter Krausche, “o personagem central dessa obra confunde-se com a própria música, um perigoso marginal, nunca capturável, que aterroriza (ou quer aterrorizar) o ouvinte”<sup>4</sup>.

Analisando as letras das canções que compõem o álbum, podemos observar que o texto poético discorre sobre a marginália paulistana da década de 1970, tema incomum para a música popular de então, e retrata o ser humano, como afirma Cavazotti, em “sua forma distorcida e desintegrada, própria de uma sociedade em dissolução”<sup>5</sup>. Somado a isso, destaca-se o texto musical, em que a utilização do atonalismo e do serialismo parecem encontrar uma espécie de “motivação” na temática, atuando de forma análoga ao conteúdo textual. Ainda conforme Cavazotti, a música e poesia desta obra são equivalentes se a utilização das técnicas seriais for compreendida “como uma distorção e desintegração do centro tonal”<sup>6</sup>.

Tendo em vista que o LP *Clara Crocodilo* é considerado um marco para a Vanguarda Paulistana e a obra de Arrigo Barnabé é apontada como referência na história da música independente, nossa proposta para este texto é, a partir de um recorte bastante específico, elaborar uma conexão entre história e imagem, a qual possa acrescentar informações a esta interlocução entre a música e a história. O objetivo principal está pautado na reflexão acerca da imagem

---

utiliza os 12 meios tons da escala cromática. Uma vez definida a sua ordem original, a série schönbergiana presta-se a diversas transformações: a inversão (...), retrogradação (...), retrogradação da inversão (...). E como cada uma destas quatro formas (...) pode ainda ser transposta nos 12 meios-tons da escala cromática, uma série dá portanto lugar a 48 apresentações diferentes (...)”.LELONG, Guy; SOLEIL, Jean-Jacques. *As obras chaves da Música*. Lisboa: Editora Pergaminho LTDA, 1991, p. 249.

<sup>4</sup> KRAUSCHE, Valter. *Música popular Brasileira: da cultura de roda à música de massa*. Coleção Tudo é história, n° 79. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 94.

<sup>5</sup> CAVAZOTTI, *op. cit.*, p. 12.

<sup>6</sup> *Idem*.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

figurativa apresentada deste “monstro/obra-de-arte”<sup>7</sup> (Clara Crocodilo), a partir da ilustração do LP original, lançado em 1980, em confronto com a letra da faixa-título “Clara Crocodilo”.

2. Há consenso entre os diversos comentadores que discorrem sobre os shows de Barnabé, ou citando a sinopse do disco, sobre a natureza de *Clara Crocodilo* enquanto um “monstro híbrido”. A faixa-título do LP, composta em 1975, narra a saga de um *office-boy* transformado em um monstro após ser submetido a testes em uma empresa de produtos químicos. A partir desta experiência, este ser transforma-se em um inimigo público, um fora-da-lei que, ao não se sujeitar às normas sociais em vigor, é impelido ao refúgio e a uma constante fuga.

É importante ressaltar que o personagem desta canção foi criado no contexto da ditadura-civil-militar no Brasil. Eram vividos “os anos de chumbo” do governo Médici, o que nos encaminha a considerar esta expressão como um ato de resistência em vez de uma apologia ao crime<sup>8</sup>. Seu criador era então um jovem estudante de arquitetura na FAU em São Paulo, local onde conheceu o quadrinista Luiz Gê<sup>9</sup>, tendo esta amizade despertado o interesse em Arrigo Barnabé pelos quadrinhos<sup>10</sup>, em especial os de ficção científica. Foi Luiz Gê que

---

<sup>7</sup> Expressão utilizada no enunciado de matéria sobre o artista, publicada pela revista +SOMA (Julho/2010). Disponível em: <http://www.maissoma.com/2010/8/20/ensaio-clara-crocodilo-por-raquel-setz>.

<sup>8</sup> Devemos atentar que as oito canções que compõem este álbum foram compostas entre 1972 e 1980, durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

<sup>9</sup> O ilustrador Luiz Geraldo Ferrari Martins é mais conhecido como Luiz Gê, um dos maiores expoentes dos quadrinhos brasileiros nos anos 80. Formou-se em arquitetura na Universidade de São Paulo em 1977. Foi um dos fundadores da revista *Balão* (1972-75), editor de arte da revista *Status* (1985-86) e editor da revista *Circo* (1986-87). Possui importantes obras publicadas e atualmente, é professor de quadrinhos no Curso de Desenho Industrial da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Prebisteriana Mackenzie, em São Paulo.

<sup>10</sup> Este texto não se propõe a realizar uma análise específica da linguagem das histórias em quadrinhos, o que sugere um trabalho ainda por fazer. No entanto, ao nos depararmos com a forte influência deste elemento na obra de Arrigo Barnabé, frisamos a sua importância a partir de um estudo de Daiany Dantas, em que a autora aborda a relação das histórias em quadrinhos com a história. Conforme Dantas, “a linguagem das histórias em quadrinhos favorece, possivelmente mais que a de qualquer outro sistema da cultura de massa, análises que enfoquem a relação corpo e sujeito na representação. Constituídas numa concepção estética na qual texto e imagem corroboram na construção do discurso, elas devem grande parte do



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

lhe apresentou os gibis da Marvel, os quais se tornaram uma fonte de inspiração para a principal obra de sua carreira. Foi neste mundo de ficção que o compositor descobriu o Homem-Aranha. Segundo Arrigo, “o lagarto, que é o inimigo do Homem-Aranha, é meio *Clara Crocodilo*. O próprio herói é meio *Clara Crocodilo*, porque é picado por uma aranha radioativa e, assim, transforma-se no Homem Aranha”<sup>11</sup>.

Ainda, com relação ao contexto, é importante apontar que os anos setenta trouxeram consigo as marcas da revolução comportamental, que foi responsável pela quebra de paradigmas sociais e culturais herdados da geração anterior. Em busca de uma transformação radical da realidade, o movimento sessentista lutou, entre outros, pela libertação e igualdade sexual. Neste sentido, o monstro *Clara Crocodilo* também apresenta uma particularidade correspondente. Segundo Arrigo, “ele também é sexualmente um marginal, tem uma ambiguidade sexual. Esse tipo de transgressão era elogiado como modelo de liberdade”<sup>12</sup>.

Este confronto de um contexto de repressão frente a elementos de liberação e busca da liberdade, que podem ser detectados no personagem, caracterizam uma marcante dualidade da figura. Este elemento dual se apresenta de várias maneiras e tem início pelo próprio nome que caracteriza o personagem. Assim, o (a) *Clara Crocodilo* mistura o masculino e o feminino e opera com a oposição entre a luz (Clara) e a escuridão representada pelo crocodilo, um animal que vive nos pântanos. A sonoridade do nome também articula a sílaba “cla” em oposição à sílaba “cro”, uma brincadeira fonética inspirada na leitura do poema “Aura Amara”, escrito por Arnaut Daniel, um poeta e trovador do século XIII<sup>13</sup>.

---

domínio que exercem sobre seu público aos traços caricaturais que denunciam e enaltecem o caráter das personagens”. DANTAS, Daiany. O discurso do corpo feminino: mulheres alteradas pelos quadrinhos de humor. IN: FILHO, Paulo C. Cunha (org), *Simulacros & Espetáculos*: Caderno de esboços Farache. Recife: Ed. Bagaço, 2005, p. 39.

<sup>11</sup> Revista +SOMA, op. cit., p. 20.

<sup>12</sup> *Idem*.

<sup>13</sup> Este poema foi encontrado por Arrigo Barnabé em uma leitura ao livro "ABC da Leitura" de Ezra Pound.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Após esta breve apresentação do personagem *Clara Crocodilo*, acreditamos dispor de certos elementos que possibilitem uma análise da ilustração, feita por Luiz Gê, para a capa do encarte que abriga esta obra musical, criada por Arrigo Barnabé a partir de uma mistura de música erudita contemporânea, arquitetura, histórias em quadrinhos, sensacionalismo, submundo e transgressão.

3. Faz-se perceptível que a partir dos anos 1990 ocorreu uma redescoberta dos estudos culturais. Neste processo é crescente o anseio de organização do próprio conceito de cultura, bem como da multiplicidade das relações interdisciplinares propostas pelos historiadores frente à análise de seus objetos culturais e produções narrativas. Neste *intermezzo*, em busca de sanar o desafio da compreensão das representações do real elaboradas pelos homens, o uso da imagem, suas relações com o devir humano, sua construção e leitura, têm ocupado lugar muito importante nos estudos de História e cultura, de maneira geral. Nos caminhos e descaminhos percorridos em tentativas de estabelecer relações e proximidades, como também minimizar diferenças conceituais e metodológicas entre áreas distintas de construção do conhecimento que, se por um lado são afins, de outro detêm especificidades profundas, falar de arte, cultura e história configurou-se em um trabalho delicado. Assim, história da arte e história cultural foram se cruzando na perspectiva de uma abordagem que atentasse para além da relação artista/obra, caracterizando-se não apenas como catálogos e biografias de artistas, mas sim em uma análise capaz de investigar os significados das obras, suas recepções, bem como o processo de legitimação artística.

O século XX foi o cenário da busca de um estatuto para a imagem que considerasse sua relevância aos estudos históricos, assim como abarcasse a dinâmica do próprio contingente cultural<sup>14</sup>. Frente ao desafio de trabalhar com

---

<sup>14</sup> Grande parte dos avanços empreendidos neste sentido pode ser atribuída a Aby Warburg, cujos estudos têm inspirado muitos dos principais historiadores da arte e da história cultural,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

uma imagem, nosso caminho veio aportar na obra do francês Georges Didi-Huberman, historiador e filósofo da arte, considerado um dos grandes especialistas da área na atualidade<sup>15</sup>. O tom contestador de sua obra que veio abalar o “tom de certeza” da história da arte, sentido no final do século XX, chamou nossa atenção e requisitou um aprofundamento de uma análise de seus estudos.

Segundo Stéphane Huchet, no prefácio à edição brasileira do livro “O que vemos, o que nos olha” de Didi-Huberman<sup>16</sup>, o perfil epistemológico de sua obra ainda causa estranheza frente à corrente de estudos semióticos de origem pierciana, os quais continuam amplamente estudados no Brasil. Tais análises semióticas representam o conceitual mais hegemônico da atualidade e visam uma pretensa abordagem científica da obra de arte. Quanto à semiótica, Huchet a entende como “uma epistemologia que reduz o sensível e o visual ao funcionamento informacional de signos sonforme categorias operacionais estreitas”<sup>17</sup>, afirmando que a teoria francesa sempre buscou outro caminho. Para endossar essa afirmativa, cita a obra de Louis Marin, o qual em 1968,

---

tanto do século passado, assim como na atualidade. Duas importantes obras que abordam suas práticas são: GINZBURG, Carlo. De Warburg a e. H. Gombrich: notas sobre um problema de método. In: *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 41-93 e BURUCÚA, José Emílio. *História, arte e cultura: de Aby Warburg a Carlo Ginzburg*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

<sup>15</sup> “Houve uma profunda revolução no modo como nos situamos perante a imagem. Recentemente a imagem ainda desembocava na biografia do autor, ou em ideias como escola e tendência, subsistindo num espaço dividido entre belas artes, artes aplicadas e populares. A expansão da imagem impressa, a fotografia e a imagem em movimento, o desenvolvimento da arte moderna e contemporânea, o acesso generalizado ao museu e o encontro com culturas não-Ocidentais, revolucionaram de forma significativa a nossa percepção. As imagens tornaram-se rebeldes em relação às intenções dos seus autores e a fronteiras hierárquicas e disciplinares; passaram a mostrar o seu lado heterogêneo, anacrônico e contraditório. O trabalho iniciado por intelectuais franceses de ’68 e prosseguido tanto em língua francesa como em alemão, entre outros idiomas, foi essencial para a assunção crítica da revolução da imagem. Belting, Didi-Huberman e Rancière constituem autores centrais da crítica contemporânea da imagem. Efectivamente têm vindo a pensá-la em termos inovadores, explorando com grande liberdade e pertinência as suas relações com as mais diversas problemáticas, saberes, crenças e práticas”. Texto de divulgação de um a mesa redonda, que reuniu os citados historiadores em 14/03/2011, na cidade de Lisboa em Portugal. Disponível em: <http://www.culturgest.pt/actual/28-imagens.html>.

<sup>16</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. 2a edição. São Paulo: Ed. 34, 2010.

<sup>17</sup> *Idem*, p. 08.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

integrando a linguística de Saussure e de Benveniste, propôs uma concepção da semiologia compreendida como uma investigação sobre os sistemas “linguagéticos” dos arquétipos de representação clássicos. “Por ‘linguagético’, entende-se a articulação dos signos em significantes visuais somados a significantes verbais e discursivos implícitos que, em última instância, constituem o sentido da imagem”<sup>18</sup>. A criação crítica de Louis Marin demonstra a imagem enquanto uma “economia simbólica, semiológica e discursiva”.

Neste mesmo contexto, das discussões geradas a partir dos anos 1950 no cenário da historiografia da arte francesa, surge Hubert Damish, professor e orientador de Didi-Huberman. Sua obra investe no mesmo sentido de Marin, na fundamentação da investigação historiográfica em instrumentos oriundos da filosofia. Stéphane Huchet indica a influência desta “nuvem damishiana” sobre a utilização do conceito de sintoma por Huberman no tratamento da imagem, que se estabelece sobre o paradigma freudiano da psicanálise, servindo à ontologia peculiar da obra de arte. É a partir deste conceito que apresentamos uma perspectiva de leitura da imagem do personagem *Clara Crocodilo*, uma “imagem evento”, “evento crítico”, “acidente soberano”, “dilaceramento”<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 17.

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*



Frente da capa do LP *Clara Crocodilo*, ilustrada por desenho feito à mão por Luiz Gê.

Diante da imagem, estamos sempre diante do tempo. Como o pobre iletrado da narrativa de Kafka, estamos diante da imagem como *Diante da Lei*: como diante do vão de uma porta aberta. Ela não nos esconde nada, bastaria entrar nela, sua luz quase nos cega, ela nos impõe respeito. Sua própria abertura – não falo do guardião – nos faz parar: olhá-la é desejar, é estar à espera, é estar diante do tempo. Mas de que gênero de tempo? Que plasticidades e que fraturas, que ritmos e que choques do tempo podem estar em questão nesta abertura da imagem?<sup>20</sup>.

4. Após a seleção de meu objeto para um estudo com imagem, rumei em busca da aquisição do álbum *Clara Crocodilo*, realizada em uma loja especializada na cidade de Porto Alegre. Note-se que a mudança desta narrativa para a primeira pessoa se faz proposital, no sentido de estabelecer uma intimidade com o objeto e a experiência obtida a partir dele. A ilustração da

---

<sup>20</sup> Tradução livre do original: DIDI-HUBERMAN, Georges. *Ante el tiempo: Historia del arte y anacronismo de las imágenes*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora, 2006.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

capa já me era familiar do contato de imagens obtidas via *internet*. No entanto, ao ter o LP nas mãos, a sensação estabelecida foi bastante interessante. Ao ser observada, incessantemente, pelo grande olho do réptil, a sensação foi inquietante. No momento em que ouvi a canção intitulada pelo nome descrito em grandes letras vermelhas, que escorrem como sangue, e norteiam o fixo olhar do animal, passei a refletir sobre a temporalidade contida naquela imagem. Nos dias que se seguiram, estabeleci um contínuo exercício de olhar o olho que me olhava.

Dando continuidade a esta reflexão, buscando compreender a proposta didi-huberniana e pensando na afirmativa do autor, a qual indica que, “diante da imagem, em um relance, nosso presente pode se ver tragado e, simultaneamente, trazido à luz na experiência do olhar”<sup>21</sup>, creio que pude, enfim, apreender o caráter anacrônico desta obra. Segundo Huberman, a regra de ouro do historiador<sup>22</sup> que reza a lei de evitar o anacronismo, visando assim análises desprovidas de projeções particulares ao tempo presente, caracteriza-se por uma busca da concordância do tempo. Essa busca torna-se, também, eucrônica, a qual encaminha o historiador a uma interpretação idealizada do passado, refletida em textos “historicamente pertinentes”<sup>23</sup>.

Para este teórico da história da arte, assumir a riqueza inerente ao anacronismo consiste em uma ação essencial para a tarefa do historiador e imprescindível para o reconhecimento do caráter dinâmico da arte e sua historicidade. “Melhor reconhecer a necessidade do anacronismo como uma

---

<sup>21</sup> *Idem*, p. 32.

<sup>22</sup> “Muitos historiadores defendem a idéia de que os fatos são justificados pela referência a uma época determinada. Nesse contexto, cabe ao historiador evitar projetar sua própria realidade sobre as realidades do passado; essa atitude permitiria o acesso à atmosfera mental da época e, conseqüentemente, à compreensão da obra em sua totalidade. Para o historiador, o anacronismo é a intrusão de uma época na outra. Em contrapartida, parece inevitável interpretar o passado sem fazer uso do nosso próprio presente. Como penetrar no universo mental fabricado por uma outra época? Como escapar de compreender o presente, ignorando o futuro? O anacronismo, portanto, é um paradoxo que precisa ser assumido”.

NASCIMENTO, Roberta Andrade do. Baudelaire e a arte da memória. IN: *Alea* vol.7 no.1 Rio de Janeiro Jan/June 2005. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-106X2005000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2005000100004)

<sup>23</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. *Ante el tiempo: Historia del arte y anacronismo de las imágenes*. Op. cit. p. 38.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

riqueza: ela parece interna aos próprios objetos – as imagens – com as quais tentamos fazer a história”<sup>24</sup>. Sob este viés, a obra *Clara Crocodilo* tomada pelo seu prisma anacrônico pode ser vista como uma obra que detêm, além de sua temporalidade propriamente contextual, uma memória do passado que carrega em si um “passado-mais-passado” que o seu próprio, pois foi elaborada com elementos oriundos de uma vanguarda artística, estando por fim comprometida na tarefa de carregar sempre um devir futuro, restaurado e ressignificado a cada vez que seu encarte for olhado ou sua música tocada.

Ao conhecer outros trabalhos de Didi-Huberman deparei-me com uma obra do autor, cujo título expressava a exata sensação que tinha ao olhar para o encarte do referido disco: “O que vemos, o que nos olha”<sup>25</sup>. Nesta obra, Didi-Huberman reapresenta a utilização, que faz em seus estudos, de redes conceituais benjaminianas, em especial as noções de “aura” e “imagem dialética”. O conceito de aura contribuiu para minha certificação da necessidade da distância, assim como a própria conscientização da espacialidade entre “olhante” e “olhado”.

A aura é um conceito (secularizado por Didi-Huberman) que procura dar conta da ‘dupla eficácia do volume: ser a distância e invadir’ enquanto forma presente, forma cujo impacto sustenta-se de latências que ela exprime. Entre aquele que olha e aquilo que é olhado, a distância aurática permite criar o espaçamento inerente ao seu encontro<sup>26</sup>.

Tendo interiorizado esta noção de aura, proposta por Huberman, sugiro a conclusão desta análise justapondo a imagem do LP *Clara Crocodilo* às palavras que dão início à faixa-título do álbum em questão. Estas são palavras de tom ameaçador e texto com conotação apocalíptica, relatadas ao estilo dos programas policiais sensacionalistas, que a meu ver, endossam o caráter anacrônico desta obra discutido neste texto.

São Paulo, 31 de março de 1999. Falta pouco, pouco, muito pouco mesmo para o ano 2000 e você, ouvinte incauto, que no aconchego de seu lar, rodeado de familiares, desafortunadamente colocou este disco

<sup>24</sup> *Idem*, p. 40.

<sup>25</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. Op.cit.

<sup>26</sup> *Idem*, pp. 21 e 22.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

na vitrola, você que, agora, aguarda ansiosamente o espoucar da champanha e o retinir das taças, você inimigo mortal da angústia e do desespero, esteja preparado... o pesadelo começou. Sim, eu sei, você vai dizer que é sua imaginação, que você andou lendo muito gibi ultimamente, mas então por que suas mãos tremeram, tremeram, tremeram tanto, quando você acendeu aquele cigarro... e por que você ficou tão pálido de repente? Será tudo isto fruto da sua imaginação? Não, meu amigo, vá ao banheiro agora, antes que seja tarde demais, porque neste mero disco que você comprou num sebo, esteve aprisionado por mais de 20 anos, o perigoso marginal, o delinquente, o fascinora, o inimigo público número 1, Clara Crocodilo...

*Clara Crocodilo (1975) – Arrigo Barnabé*

Sendo assim, considero ter libertado o *Clara Crocodilo*, este ser imagético que me espreita há tempos. Ao despojar-me da obrigatoriedade de compreender sua totalidade, livro sua “voz cultural e história recalçada, suspensa, esquecida e deixada subterraneamente à espera de seu momento de ressurgimento propício (e de seu tempo de recepção e de audição possíveis)”<sup>27</sup>, fazendo-o reaparecer para novamente cumprir sua tarefa histórica.

Ressalto que as reflexões expostas nesta comunicação fazem parte da pesquisa de minha dissertação de mestrado *Música Serial e Música Popular - Arrigo Barnabé no contexto das décadas de 1970 e 1980: História e Arte presentes na percepção social do compositor por meio do LP Clara Crocodilo*, em andamento no Programa de pós-graduação em História da PUCRS, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Lúcia Bastos Kern. Este estudo da imagem de *Clara Crocodilo* contribui com importantes informações nesta análise que propõe a interlocução de História e Música, possibilitando uma melhor compreensão da obra musical de Arrigo Barnabé e sua historicidade.

#### REFERÊNCIAS:

BURUCÚA, José Emílio. *História, arte e cultura: de Aby Warburg a Carlo Ginzburg*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

CAVASOTTI, André. *O serialismo e o atonalismo livre aportam na MPB: as canções do LP Clara Crocodilo de Arrigo Barnabé*. IN: Per Musi On line -

---

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 22.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

Revista Acadêmica de Música. Belo Horizonte. V. 1, 2000. Disponível em: [http://musica.ufmg.br/permusi/port/numeros/01/Volo1\\_cap\\_01.pdf](http://musica.ufmg.br/permusi/port/numeros/01/Volo1_cap_01.pdf), acessado em 23/12/2009.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Ante el tiempo: Historia del arte y anacronismo de las imágenes*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora, 2006.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. 2ª edição. São Paulo: Ed. 34, 2010.

GINZBURG, Carlo. De Warburg a e. H. Gombrich: notas sobre um problema de método. In: *Mitos, emblemas e sinais*. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KRAUSCHE, Valter. *Música popular Brasileira: da cultura de roda à música de massa*. Coleção Tudo é história, nº 79. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

LELONG, Guy; SOLEIL, Jean-Jacques. *As obras chaves da Música*. Lisboa: Editora Pergaminho LTDA, 1991.

NASCIMENTO, Roberta Andrade do. Baudelaire e a arte da memória. IN: *Alea* vol.7 no.1 Rio de Janeiro Jan/June 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-106X2005000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2005000100004).

Revista +SOMA (Julho/2010). Disponível em <http://www.maissoma.com/2010/8/20/ensaio-clara-crocodilo-por-raquel-setz>.

SILVA, Gilberto Xavier da. Sabor de Veneno: A Vanguarda Paulista na cena artístico-musical brasileira dos anos 1980. IN: *Estudos Literários da UFMG* (Revista eletrônica editada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras): Belo Horizonte: v. 9, dez. 2005. Disponível em: [http://www.letras.ufmg.br/poslit/08\\_publicacoes\\_pgs/Em-tese-2004-pdfs/14-Gilberto-Xavier.pdf](http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Em-tese-2004-pdfs/14-Gilberto-Xavier.pdf), acessado em: 3/1/2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **ITAIPU E AS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE VEJA (1968-1974)**

Juliano Augusto Müller<sup>1</sup>

Ana Luiza Setti Reckziegel<sup>2</sup>

O trabalho estuda os debates entre Brasil e Argentina em torno da construção da usina Itaipu no período de 1968 a 1974. No período estudado, o Brasil estava colocando em prática seu programa de desenvolvimento energético e Argentina sentia-se ameaçada com o excedente da energia que seria produzida com a construção da usina Itaipu. O recorte também coincide com o fim de um regime militar na Argentina e a volta de Perón, após muita violência, tanto por parte dos militares, como por parte dos grupos resistência peronistas.

O estudo é válido por tratar de um tema que está em pauta na sociedade, já que, o mundo passa por crises de ordem energéticas e ambientais. O assunto ganhou maior relevância com os projetos que o atual governo brasileiro pretende colocar em funcionamento na área energética, sobretudo a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Também se deve levar em consideração, apesar de não ser o assunto principal do trabalho, o acontecimento do acidente nuclear em Fukushima no Japão que, alertam o mundo para o perigo do uso desta energia contestada, mas que ainda era vista por muitos, como energia limpa. As sociedades buscam cada vez mais novas saídas para os problemas energéticos.

Os princípios da diplomacia brasileira sob o governo militar (1964-85) modificam-se, sobretudo a partir da chagada ao poder da chamada “linha dura” com Costa e Silva. O presidente iniciou uma política internacional pragmática, o chamado “nacionalismo de meios”, assim como no âmbito econômico passava

---

<sup>1</sup> Acadêmico do VIII nível do curso de História Licenciatura Plena da UPF.

<sup>2</sup> Doutora em História Ibero-Americana. Professora Titular do curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História. Orientadora da pesquisa



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

a praticar o Plano Nacional Desenvolvimentista<sup>3</sup>. Neste contexto o governo valorizava a ampliação de sua matriz energética visando o crescimento do parque industrial do país. Neste contexto, passava a utilizar uma diplomacia operacional para construir a usina hidrelétrica de Itaipú na Bacia do Prata, a chamada “diplomacia brasileira das cachoeiras”<sup>4</sup> que, consistia em negociar com a Argentina ao tempo em que construía a usina em parceria com o Paraguai. Esta prática por vezes feriu a tradição do Itamarati, já que, em outras ocasiões, o Brasil adotava e defendia a prática de consulta prévia aos países interessados no curso de um rio, em casos de projetos sobre determinado rio. Como ocorreu em 1933 (Estatuto Jurídico da Fronteira assinado junto ao Uruguai) e em 1960 (declaração conjunta referente a represa de Salto Grande sobre o rio Uruguai, Argentina, Brasil e Uruguai assinaram a pedido do próprio Brasil).

Como o trabalho utiliza como corpus documental a imprensa, especificamente a revista *Veja*, o correto é que se faça uma leitura crítica das abordagens da revista sobre o tema. Fica claro que a revista *Veja*, por se tratar de uma imprensa de caráter empresarial que conta com anúncios do governo, a linguagem das reportagens é cautelosa nas críticas ao regime, havendo também a questão da censura que era efetiva no período, o que dificultava os redatores da revista, que possuíam ideologias diversas, de exporem suas verdadeiras opiniões sobre os assuntos publicados. Neste contexto estavam inseridos os debates sobre os projetos brasileiros na Bacia do Prata.

---

<sup>3</sup> CERVO, Amado (org.). O desafio internacional. Brasília, UNB. 1994. p. 42

<sup>4</sup> SPEKTOR, Matias. Ruptura e legado: *O colapso da cordialidade oficial e a construção da parceria entre Brasil e Argentina* (1967-1979). Brasília. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (Dissertação). 2002. p.39



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **I – A propaganda governista e os argumentos diplomáticos da Argentina**

Nota-se que fora dado grande enfoque a questão energética no país, podendo-se encontrar nas revistas do início dos anos de 1970 cerca de uma matéria por mês sobre o tema de Itaipu, munidas de muita informação técnica.

Em onze de abril de 1973 uma longa matéria tratou das questões de relações entre Brasil e Argentina, utilizou várias imagens para oferecer uma explicação técnica que também pode ser encontrada no texto. A abordagem que se dá é de que o Brasil merece, tem razão e construirá Itaipu.

Referia Veja :

“Atualmente, o Brasil deseja construir *Itaipu* com descarga de 105 metros e a Argentina diz-se disposta a levantar a hidroelétrica de *Corpus*, Com potencia de cinco milhões de quilowatts, represando as águas na cota de 120 metros. A menos que as leis da hidráulica deixem de vigorar na bacia do Prata, os projetos são conflitantes.  
[...]

Se os argentinos não fizessem *corpus* a 120 metros, mas a 100, o Brasil poderia descarregar em *Itaipu* a 105. Da mesma forma, se o Brasil não descarrega-se a 105, mas a 130, *Corpus* poderia ter o nível de sua represa a 120... ...Para o Brasil a mudança significará a perda de dois dos 10 milhões de quilowatts de potência e a elevação do custo da obra...”<sup>5</sup>

Como se vê, as discussões entre os dois países não fogem à disputa histórica pela hegemonia da América do Sul. A revista utiliza elementos do imaginário do seu público, como por exemplo um certo sentimento anti-Argentina bem como uma desvalorização das manifestações nacionalistas argentinas. A revista constata, neste sentido:

“A geografia e história costumam ter seu casamento oficiado pela política. Para a Argentina, pródiga em demonstrações nacionalistas, constitui motivo de indignação não ser ao menos

---

<sup>5</sup> VEJA: *Um entendimento inevitável*. 11/04/1973. P.20



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

informada de uma próxima cerimônia de importância cujos preparativos estão no fim.”<sup>6</sup>

Nos debates entre Brasil e Argentina no caso Itaipu, muitas vezes *Veja* omitiu os argumentos argentinos mais importantes, para que prevalecesse a ideia de que o Brasil tinha o direito de construir seu complexo hidrelétrico. Na reportagem do dia 05/02/1969, percebe-se aspectos de apelo ao nacionalismo, ao divulgar os projetos brasileiros, mostrando o país em franca ascensão.

O texto referia o seguinte:

“Um exército de escravos esta cuidadosamente sendo formado na bacia do Paraná – Uruguai - também chamada do Prata -, e a força do seu trabalho será um fator decisivo para que o Brasil alcance, mesmo não alimentando nenhum proposito expansionista, a liderança econômica e estratégica de uma extensa área além-fronteiras, abrangendo o norte da Argentina, o sul da Bolívia todo o Paraguai e parte do Uruguai. Esses escravos os quilowatts (11 milhões em 1970 e 30 milhões em 1980), trabalham de graça e não se rebelam. Mas não faltam os que fora do país, se rebelam contra os planos do Brasil. Um coronel reformado argentino, Jorge Rodrigues Zia, afirma: “ Em uma só década, a distância que o Brasil tomará em sua carreira, sera tão grande que nos será, então, difícil contrabalançar seu enorme potencial. Porque, quando os nossos técnicos começarem a ‘olhar para os papeis’, milhões de quilowatts escravos estarão trabalhando nas usinas de Urubupungá, Três Marias e Sete Quedas para o seu amo”<sup>7</sup>

Percebe-se nesta reportagem como, mesmo os argentinos, apesar de se rebelarem, parecem dar razão ao Brasil e que se estão “ficando para trás” seria por falta de ação deles próprios. A mesma reportagem chegou a apontar os argumentos argentinos no âmbito diplomático, mas não deu a devida relevância e apresenta-os entre vários argumentos contrários.

“ Na verdade estamos, apesar de nosso imenso esforço, investindo apenas o suficiente para não ficarmos para trás’.  
[...] mas nos circulos extra oficiais da Argentina – o governo não toca no assunto – nosso programa energético é visto de outros modo. Na primeira reunião dos países da bacia do Prata, em 1967, os argentinos exigiram a ‘consulta prévia’ entre

<sup>6</sup> VEJA: *O queixume*. 20/09/1972. p.19

<sup>7</sup> VEJA: *A energia do Brasil assusta os vizinhos*. 05/02/1969. p.12





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

governos para a construção de qualquer projeto Hidrelétrico. Os brasileiros não concordaram. Chegou-se, então, a uma solução intermediária, extra oficial, de ‘inter-cambio de informações’ entre os governos. Mas enquanto trocam informações, o Brasil vai construindo. É a política do fato consumado’ ”.<sup>8</sup>

A reportagem continuava, apresentando os argumentos argentinos, porém, como simples pretextos para invalidar o projeto brasileiro. Seriam estes infundados e errôneos.

Eis:

“Enquanto construía a usina de Jupiá, o engenheiro José Millia, da Universidade de Santa Fé, descobriu um pretexto para protestar contra o Brasil. Alarmado com a diminuição das águas do rio Paraná, na altura de sua cidade, atribuiu o fato à retenção que estaria sendo realizada na barragem de Jupiá  
[...]

Encontrou apoio do Almirante Isaac Rojas, Ex-vice-presidente da Argentina. Ele e o engenheiro Justiano Allende Posse iniciaram intensa campanha nos jornais.”<sup>9</sup>

Após estas explicações, a revista afirmava que Oscar Luis Lava, presidente da comissão argentina para a Bacia do Prata, ao visitar Urubupungá a convite brasileiro, voltava à Argentina com opinião contrária a seus compatriotas, já que a barragem brasileira iria, na verdade, regular os caudais do rio, o que seria bom para os argentinos. Na sua opinião também, o Brasil não poderia se auto limitar, possuindo as cabeceiras de uma bacia hidrográfica.

A reportagem também mencionava o seguinte:

“E possuía um argumento definitivo para fulminar a tese dos seus três compatriotas: as comportas de Jupiá ainda estavam, na época, totalmente abertas às águas argentinas e paraguaias, trabalhando a todo vapor, a baixo de assunção, confirmavam a declaração de Lava: naquela região, o rio tinha seu curso tremendamente obstruído pela erosão natural.”<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> *Idem*

<sup>9</sup> VEJA: *A energia do Brasil assusta os vizinhos*. 05/02/1969. p.13

<sup>10</sup> *Idem*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A revista deve, entretanto, ser analisada também, como um veículo com certa autonomia. Há que se levar em conta as personagens por trás do editorial. Mino Carta foi editor chefe da revista durante o período estudado e relatou que nem sempre foram censurados e por vezes publicaram matérias fazendo críticas veladas ao regime e suas práticas.

A revista também possuía um grande arquivo de reportagens, próprio de uma revista moderna do gênero, herdado em grande parte pelas publicações da extinta revista *Realidade*. Portanto, *Veja* se caracterizou por ser uma revista com uma ampla gama de referenciais informativos acerca da conjuntura. Por isso, mesmo com o caráter propagandístico das reportagens, trazia questões relevantes e contrárias às ideias do governo.

## **II – Os problemas ambientais que advinham do projeto**

Em várias reportagens sobre o caso de Itaipu, *Veja* expôs como o principal argumento argentino o fato de que o projeto seria agressivo ao meio ambiente. Nota-se que a revista, já na época, apontava para este tipo de problema, que era ainda algo relativamente novo. O possível dano ambiental apontado pelos argentinos foi, no entanto, desqualificado por *Veja*, que, por sua vez, destacou a variável técnica do assunto.

Constata-se que :

“Esse mesmo funcionário (brasileiro) admitiu que Sete quedas provocará alterações ecológicas na bacia do Prata. A experiência da usina de *Assuan*, no Egito, mostrou que os peixes e o húmus da terra acabam diminuindo com a construção de represas. Ele admite que aumentará o teor de salinidade das águas do Paraná, além de ocorrer uma queda dos micro organismos de suas águas. Aí esta o centro da posição Argentina”<sup>11</sup>

Este aspecto das discussões pode ser observado em várias reportagens. Em julho de 1972, a Argentina, segundo a revista, já havia levado este argumento à comissão de meio ambiente, então promovida. E em reportagem de 20 de

---

<sup>11</sup> VEJA: *Energia do Itamaraty*. 27/09/1972. p. 35



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

setembro de 1972 a *Veja* informava que a Argentina levará a questão para a Assembléia Geral da ONU. Desaprovando tal prática argentina, a reportagem, defendia que a Argentina estaria “*somente ampliando a area de debate de um tema que diz respeito somente aos dois países*”<sup>12</sup>.

### **III - Os problemas sociais**

Mesmo não caracterizando como grandes problemas sociais o fato de pessoas mudarem completamente de vida, a revista apontava, suavemente, os fenômenos causados pelo remanejamento de populações ribeirinhas. Em algumas reportagens sobre a construção de usinas, *Veja* demonstrava, muito tecnicamente, o que mudava na vida de certas populações, no sentido de modificar sua cultura e causar constrangimentos. Por vezes, a revista tecia críticas à engenharia civil do regime militar, como na reportagem de 22 de julho de 1970, não exatamente sobre Itapu, porém, sobre a hidrelétrica de Boa Esperança, onde uma cidade foi construída para receber habitantes de uma pequena vila de péssima infraestrutura.

“Na verdade, porém, a velha guadalupe, acabaria brutalmente engolida pela nova irmã. Em um ano seus moradores passaram de quinhentos, ou seiscentos para 12.000 (empregados nas obras da barragem. E os velhos foram cercados pelo dinamismo incontrolável e pouco familiar do desenvolvimento econômico. No princípio, o dinheiro serviu para afogar todas as mágoas.

[...]

Mas as obras da barragem terminaram nesses catorze meses -, e, hoje, Guadalupe tem 3.000 desempregados. Os negócios enfraqueceram e Joaquinção [o bodegueiro que havia melhorado de vida no início das obras] se queixa: ‘Na cidade velha todo mundo tinha uma roça no quintal, criava um bode, uma galinha. Ninguém passava fome como aqui’

[...]

Quem conhece as pequenas cidades do sertão nordestino sente, entrando em guadalupe, que lá falta algo. Talvez a conversa das vizinhas – na verdade os que moram pegado ainda não se consideram vizinhos: para todos, os amigos de vinte ou trinta

---

<sup>12</sup> VEJA: *O queixume*. 20/09/1972. p.19



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

anos na velha cidade foram dispersados em um imenso mundo”<sup>13</sup>

*Veja* ainda aponta que os moradores da antiga cidade de Guadalupe não conseguiam fazer a manutenção da nova cidade. Assim como, também, passaram por constrangimentos com a política de educação civil promovida pelo governo.

“Quando quebra um cano ou descasca uma pintura, julgam que a administração da barragem, como se fôsse um coronel de engenho, têm obrigação de tomar as providências.

[...]

Além disso feriram os brios da cidade, ao instalarem um aparelho sanitário para demonstrações de como usá-lo – não havia uma única privada em Guadalupe velha, mas alguns moradores costumavam ir à Teresina e conheciam o aparelho”

A construção de uma cidade do mesmo tipo para as obras do complexo de usinas no rio Paraná foi, também, referida pela revista. Porém, a abordagem foi completamente diferente. O caso muito parecido é apontado, também, como propaganda militar, inclusive com contemplando valores de civismo.

“Ele é o diretor administrativo da Camargo Corrêia, firma vencedora da concorrência para a construção das usinas de Jupiá e Ilha Solteira. Considera-se um pastor dirigindo uma família muito grande, que são os seus operários. Sua Voz, por sinal, é suave como a de um padre no púlpito. E sua “família” mora numa moderníssima cidade criada às margens do Rio Paraná, de águas barrentas se misturando com águas límpidas do rio Sucuriú. Uma cidade de 15 mil habitantes, onde não se vende pinga e a hora de dormir não passa das 10 da noite”

Percebe-se que em tudo propaga-se as ideias do governo na questão Itaipu. Nesta referida reportagem a engenharia civil era “moderníssima”, os trabalhadores não enriqueceram o “bodegueiro” como em Guadalupe, já que não se vendia “pinga”, a natureza era exuberante e mesmo o chefe da empreitada tinha a voz suave de um “pai de família”.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> VEJA: *A terra prometida*. 22/07/1970. p.58

<sup>14</sup> VEJA: *A energia do Brasil assusta os vizinhos*. 05/02/1969. p.12



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

#### **IV – A recepção da imprensa argentina**

Um aspecto analisado durante a pesquisa foi a maneira que a revista *Veja* trabalhou em sima da repercussão da imprensa argentina sobre os embates diplomáticos entre os dois países na questão energética. Já referimos como os debates faziam parte da histórica disputa pela hegemonia na América do Sul, assim como já foi citado que setores da sociedade argentina promoveram uma extensa campanha contra os projetos brasileiros.

Sendo assim, neste item do trabalho, nos voltamos com mais atenção para a análise desta abordagem da revista *Veja*. Neste contexto é importante mencionar que, mesmo fazendo propaganda governista, podemos dizer que a revista tem o objetivo de fornecer ampla visão dos fatos ao leitor, o que pode ser atestado, inclusive, pela cobertura da polêmica no país vizinho, como evidenciado pela matéria:

“Segundo o Almirante e ex-vice-presidente da república Isaac Rojas, profeta da catástrofe do paraná, uma usina em Sete Quedas alteraria de tal forma o curso das  guas, que a Argentina seria vistada por enchentes, secas, montanhas de polui o e  guas mortas produzidas pelas turbinas demoníacas. ‘ O Brasil se crê dono das  guas.’ Proclamou há duas semanas num longo artigo no jornal ‘*La Nación*’. O apocalipse seria provocado pelo controle que as comportas da hidrelétrica passariam a ter sobre o rio.”<sup>15</sup>

*Veja* nesta reportagem, também deixa claro que a idéia da campanha era mostrar para a opinião pública da Argentina, que era necessário estabelecer um regime jurídico pelo qual o governo se comprometia a consultar Buenos Aires a respeito de todo tipo de obras que pudessem influenciar em  guas que descessem   Argentina.

Com uma abordagem que ameniza os conflitos, na reportagem de 15 de março de 1972 denominada: *O acordo acima de tudo*, *Veja* citava a opiniao de um embaixador argentino sobre as campanhas da imprensa argentina: “*Não se pode dizer que haja anti-brasileirismo na Argentina. Campanhas como a do almirante Rojas e questões como a da bacia do Prata não são suficientes para gerar manifesta es populares [...]*”

---

<sup>15</sup> VEJA: *Energia do Itamaraty*. 27/09/1972. p. 33



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*‘Depois do ódio das províncias por Buenos Aires o principal sentimento do argentino é receio do Brasil’<sup>16</sup>*

## **V- Considerações finais**

Após esta exposição, é válido referirmos que o período estudado contempla os primeiros embates diplomáticos ocorridos no contexto da construção de Itaipu abordados por *Veja*. Percebemos que via de regra a revista propagandeou os projetos brasileiros na Bacia do Prata, mas que não deixou de trazer questões que destoavam da visão governamental em alguns momentos, isto devido a algumas mencionadas características da revista. Quando apontou argumentos argentinos, a revista omitiu, desqualificou e desvalorizou a opinião do país vizinho. Deixando assim prevalecer os interesses do governo brasileiro.

Porém, *Veja* não deixou de nos munir de muitos argumentos (mesmo sendo eles por vezes, desqualificados pela mesma) que mostram o quanto o Brasil era agressor com sua diplomacia e que muitas vezes os projetos nacionais não eram as maravilhas propagandeadas pelo governo.

## **VI – Referencial Bibliográfico**

CERVO, Amado (org.). *O desafio internacional*. Brasília, UNB. 1994.

BANDEIRA, Moniz. *Brasil - Estado Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988)*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada. (1850 – 2002)*. São Paulo: Ed 34, 2004

---

<sup>16</sup> VEJA: *O acordo acima de tudo*. 15/03/1972.p.29





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

SPEKTOR, Matias. *Ruptura e legado: O colapso da cordialidade oficial e a construção da parceria entre Brasil e Argentina (1967-1979)*. Brasília. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (Dissertação). 2002.

[www.veja.com.br/acervodigital](http://www.veja.com.br/acervodigital)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS DE SAÚDE**

Juliano Silva de Bastos<sup>1</sup>

Beatriz Teixeira Weber<sup>2</sup>

Junto com a Constituição de 1988 e principalmente com o conjunto de Leis que foram sendo promulgadas posteriormente a fim de regulamentá-la se tentou estabelecer mecanismos possibilitadores da participação da sociedade, fosse ela organizada ou não na regulamentação, fiscalização e planejamento das ações dos diferentes setores ligados a Ordem Social do Estado Brasileiro. Tudo isso no intuito de garantir o “caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade” (CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 132). Na legislação de Saúde isso ficou explícito tanto na Carta Magna quanto em sua regulamentação onde a expressão “participação da comunidade” repete-se mais duas vezes, na primeira sendo tratada como diretriz e na segunda como princípio do Sistema a ser implantado no país. Porém, nesse segundo momento na Lei 8.080 de 19 de Setembro de 1990 o termo que deveria ser esmiuçado e regulamentado foi podado de sua essência devido às barreiras impostas pelo então presidente Collor. O texto sofreu cortes na maioria dos artigos e incisos que tratavam do financiamento do Sistema, dentre eles um que capitaneava para a saúde impostos sobre bebidas alcoólicas e cigarros. Perderam-se também todas as partes que tratavam da fiscalização pela população, por meio de Conselhos Gestores, dos serviços comprados de instituições privadas e as que detalhavam a forma que seria dada a composição do Controle Social. No total foram vinte e seis vetos presidenciais a Lei 8.080.

Tal conjuntura política ao mesmo tempo que criou uma situação problema para a implantação do Sistema Único de Saúde, também movimento

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria, (Mestrando em História). *Bolsista da* Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail [jvdexp@bol.com.br](mailto:jvdexp@bol.com.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Maria, (Pós-Doutora em História). E-mail [beatriztweber@gmail.com](mailto:beatriztweber@gmail.com)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

nos bastidores do Congresso Nacional o grupo parlamentar que o defendia. Em um espaço de poucos meses foi composto um novo texto e estabelecidas as negociações para a aprovação de mais uma Lei Complementar para a Saúde. A Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990 estabeleceu Fundos específicos para as contas e verbas da saúde, tanto Municipais, quanto Estaduais e Federais. Criou ainda a como principais formas de participação nas decisões e políticas de saúde a “I - Conferência de Saúde; e II - o Conselho de Saúde” instancias colegiadas de caráter deliberativo e fiscalizador. Porém, no bojo da discussão ficou para traz a questão da participação na fiscalização dos serviços prestados por entes privados, mas esses dois espaços conquistados serviram e servem ainda como campo permanente de batalha pelo estabelecimento dos Conselhos Gestores dentro dessas instituições.

#### I – A Conferência.

... reunir-se-á cada 4 anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por este ou pelo Conselho de Saúde (MINISTERIO DA SAÚDE, 2006).

Faz-se agora um momento de encontro entre passado e presente. No ano de 1986 foi realizada a VIII Conferência Nacional de Saúde, evento articulado pelo Movimento de Reforma Sanitária que militava desde o início da década de 1970 contra o modelo de atenção a saúde vigente durante o regime militar e que viu na conjuntura da redemocratização a possibilidade de trazer o povo para a discussão da saúde e ao mesmo tempo propor um modelo para o texto constitucional a ser escrito, sendo reconhecida pelos sanitarista como o clímax de seu movimento.

Mas, na época, as Conferências de Saúde eram espaços burocráticos, onde os temas e os resultados já estavam pré-



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

definidos. Propusemos então convidar *a sociedade* para discutir a questão e realizar uma conferência com a participação de 50% de usuários. A VIII Conferência Nacional de Saúde conseguiu reunir, pela primeira vez, mais de 4 mil pessoas que trabalharam durante cinco dias consecutivos, produzindo relatórios diários e participando de uma assembléia final que durou mais de 24 horas (RADIS ENTREVISA, 2002, p. 19.).

Neste ano 2011 realiza-se a XIV Conferência Nacional de Saúde que recebeu o título: “Todos usam o SUS!” E o tem como tema “SUS na seguridade social, política pública e patrimônio do povo brasileiro.” Desta tenho privilégio de participar como delegado representando minha Associação de Bairro e como estudante observador de um processo político em andamento. A Conferência como um todo se dá em inúmeras etapas e tem sido estudada, elaborada e preparada por uma comissão de organização e sistematização desde o ano de 2010. Pretendo agora relatar um pouco do que tenho visto e vivenciado nestes últimos meses de atuação política.

O processo teve início ainda no começo do ano com a chamada da conferência nacional pelo Conselho Nacional de Saúde, a partir de então, Municípios e Estados tem a obrigação de realizarem suas instâncias da Conferência para assim: primeiro – estabelecerem-se propostas advindas de grupos de discussão e de uma plenária final que serão indicativos para os Planos Municipal e Estadual de Saúde respectivamente. Em Santa Maria, município em que resido o Conselho Municipal de Saúde além de convocar a Conferência Municipal, organizou Conferências Locais separadas para cada uma das seis regiões sanitárias da cidade, permitindo assim que demandas específicas de cada localidade fosse levantadas e discutidas pela população. Sendo as propostas aprovadas nessas discussões locais levadas diretamente a plenária final da Conferência Municipal.

Na ocasião em que tive oportunidade de participar, na Conferência Local de minha região, houve um espaço de orientação apresentado pela coordenação do Conselho Municipal, em que se apresentou a proposta da Conferência



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Nacional e as demandas possíveis para a Municipal. Esse espaço local por vezes mostra-se o mais rico de todos, pois é nele em que as “camadas populares” apresentam-se seguras e sem vergonha de manifestar. Surgindo então propostas algumas simples, ou aparentemente simples, porém portadoras de uma grandeza difícil de mensurar como: “Incentivar o cultivo de hortas residenciais” – idéia extremamente alinhada com os objetivos da Conferência de elaborar e divulgar um conceito de seguridade social ligado a idéia de intersectorialidade e segurança do povo, para além do vigente até então de seguridade apenas como seguro assistencial aos pobres. Surgiram ainda demandas locais comuns como saneamento básico, educação, segurança, esporte, lazer, qualidade do atendimento, condições de trabalho, melhoria de salários. Foi manifestada ainda, uma preocupação com um aparente elefante braço que receberemos em breve – o Hospital Regional Centro; no qual não se sabe: quem vai trabalhar, que serviços serão realizados e para onde irá seu esgoto.

Nos dias 1 e 2 de julho desse ano foi realizada em Santa Maria a IX Conferência Municipal de Saúde, reunindo um número significativo de delegados, principalmente profissionais de saúde, pois o frio intenso, a garoa insistente, e o espaço físico afastado do centro prejudicaram a participação dos cidadãos usuários. Novamente tivemos um espaço de capacitação para a discussão, com uma fala tratando das questões de acesso e acessibilidade aos serviços públicos de saúde, onde se caracterizou o primeiro como a porta de entrada para o serviço, Unidades Básicas, e Pronto Atendimentos e o segundo como o fluxo vivido no serviço, a qualidade dos atendimentos recebidos e o sistema de referência e contra-referência entre as portas de entrada e os serviços mais complexos por onde circulam os usuários.

No segundo dia pela manhã partimos para os grupos de trabalho, espaços de discussão intensa, por vezes acalorada, onde se encontram opiniões antagônicas, algumas com claro objetivo de retrocesso de políticas já estabelecidas frente a propostas progressistas e de consolidação de formas de trabalho em saúde de claro sucesso tanto entre a população quando estatístico



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

como o fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família. Toda essa discussão gerou novas propostas que foram analisadas na plenária final junto com as vindas das Conferências Locais e resultando em um denso Relatório final que certamente fará parte do Plano Municipal de Saúde 2012 - 2016 e que enviou propostas e diretrizes para a Conferência Estadual como: “Que em caso de nascimento prematuro a licença maternidade só passe a ser contada a partir da alta hospitalar do bebe” e outras relativas a financiamento, e ao Hospital Regional Centro. E ainda elegemos por segmento vinte e dois delegados de forma paritária para representar a cidade na Etapa Estadual onze usuários, 6 trabalhadores e 5 representantes do governo e prestadores de serviços.

De 1 a 4 de setembro deu-se a VI Conferência Estadual de Saúde no município de Tamandaí. O andamento e processo de trabalho foi parecido com o da etapa municipal, conferências de abertura, capacitação com palestrantes de relevância nacionais como o sanitarista Gastão Vagner de Souza Campos e trabalhos de grupo. Estes sim, menos acalorados que os municipais devido a proposição da comissão organizadora de não se aceitarem propostas e textos novos e sim apenas fazer-se a discussão das propostas de relevância estadual e nacional advindas de todas as Conferências Municipais a fim de ser compor um conjunto pequeno e objetivo de diretrizes a serem encaminhadas a Conferência Nacional que compondo uma agenda específica possam ter uma eficácia política maior junto aos governos federais e estaduais. Mesmo assim as propostas como o incentivo as hortas residenciais e a questão da licença maternidade foram aprovadas e comporão o Relatório Final da Conferência Estadual de Saúde e talvez sejam de alguma forma contemplados na etapa Nacional.

Comporão o Relatório alguns textos com uma visão de saúde um tanto atrasada e fora das praticas profissionais humanizadas mantidas na atualidade. Mas o Rio Grande do Sul sempre mostra sua cara neste aspecto, em 2007 acompanhei a contagem voto a voto, de dois mil votos, de uma proposta que objetivava a cirurgia de mudança de sexo pelo SUS neste ano mantivemos o texto: “Estabelecer uma cruzada nacional, em parceria com o Controle Social,





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

envolvendo os Poderes Constituídos e as Secretárias de Governo e afins, nos três níveis de governo, no combate a drogadição, com ações efetivas em campo”, texto que vai de encontro à praticas de redução de danos e de psicologia atuais que sem atrito e sim com respeito ao dependente químico tem conseguido resultados significativos no tratamento dos mesmos. Porem, as diretivas principais relativas à ampliação do conceito se seguridade foram todas bem avaliadas e aprovadas, assim como a luta por financiamento justo a saúde pública, o plano de carreira único para os profissionais de saúde do país, a ocupação de cargos de gestor por profissionais da área. E ainda foram rejeitados a grande maioria dos textos que possuíam como palavras chave parceria, convênios, acordos, consorcio, numa clara rejeição aos investimentos de recursos públicos no setor privado.

O Movimento Sanitário já na década de 1980 afirmava ser o processo de Reforma Sanitária um processo de luta permanente para reestruturação não apenas de um sistema de saúde, mas para a reconformação de práticas de vida e de convívio com o ambiente seja ele o natural ou o de trabalho que levem a saúde e a felicidade. Seria impossível pensar nisso sem uma democracia efetiva, e o é ainda pensar sem uma educação plena, sem um regime de trabalho justo, sem condições de moradia adequadas e para isso continuamos a luta permanente pela realização de um conceito amplo se saúde e seguridade e estaremos os 144 delegados gaúcho em Brasília no inicio do mês de dezembro deste ano a lutar por isso.

## **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**

AZAMBUJA Jr, C. A. C. **Redes Sociais e participação política:** um estudo de caso no Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria/RS. Porto Alegre: (IFCH-UFRGS), 2009.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

BARROS, André Falcão do Rego (Org.). **Observatório de recursos humanos em saúde no Brasil:** estudos e análise. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BEHRING, Eliane Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** Fundamento e História. São Paulo: Cortez, 2007.

CAMPOS, G, W. S.. **Reforma da Reforma:** repensando a saúde. São Paulo: HUCITEC, 1992.

CARDOSO DE MELO, M. F. G. **O Processo Recente de Descentralização da Política de Saúde:** o caso de Santos. Campinas – (IE-UNICAMP). 1999.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL; 1988.

ESCOREL, Sara; As origens da Reforma Sanitária e do SUS. In: LIMA, Nísia Trindade (Org.). **Saúde e Democracia:** História e Perspectivas do SUS. / Organizado Por Nísia Trindade de Lima Silvia Gerschman e Flavio Coelho Edller. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2005.

FILHO, Claudio Bertolli. **História da Saúde Pública no Brasil.** São Paulo: Ática, 2004.

FILHO, Rômulo Maciel; PIERANTONI, Célia Regina. O Médico e o Mercado de Trabalho em Saúde no Brasil: Revendo Conceitos e Mudanças. In: BARROS, André Falcão do Rego (Org.). **Observatório de recursos humanos em saúde no Brasil:** estudos e análise. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. p. 139 - 162.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

FLEURY, S.. **Reforma sanitária:** em busca de uma teoria. São Paulo: Cortez, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2001.

HOCHMAN, Gilberto (Org.). **Políticas Públicas no Brasil.** / organizado por Gilberto Hochman, Marta Arretche e Eduardo Marques. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

LIMA, Nísia Trindade (Org.). **Saúde e Democracia:** História e Perspectivas do SUS. /Organizado Por Nísia Trindade de Lima Silvia Gerschman e Flavio Coelho Edller. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2005.

MINISTERIO DA SAÚDE, Conselho Nacional de Saúde. **Coletânea de Normas para o Controle Social no Sistema Único de Saúde.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

PAIM, J. S. **O que é o SUS.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

PAIM, J. S. **Reforma Sanitária Brasileira:** Contribuição para a compreensão crítica. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

RADIS ENTREVISA: **Sergio Arouca,** o eterno guru da reforma sanitária. Radis, n. 3, out. 2002.

ROSEN, George. **Da Policia Médica a Medicina Social:** ensaios sobre a história da assistência médica. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Uma história da saúde pública.** São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), 1994.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **VIOLÊNCIA E MEMÓRIA NO PAMPA RIOGRANDENSE**

Jussemar Weiss Gonçalves<sup>1</sup>

Letícia de Faria Ferreira<sup>2</sup>

### **Anotações sobre a memória.**

Diferentemente de outras fontes históricas, a memória é uma fonte carregada de contingências, podendo, no decorrer do tempo, ser atravessada por inúmeras variáveis. O conhecimento, como artefato da memória, é capaz de transportar em si diferentes momentos, circunstâncias e eventos e colocá-los frente à luz de interpretação sempre renovadas. O relato de uma profissão, seus percursos e contextos talvez seja um campo interessante para se perceber as transversais que o decorrer de uma vida coloca para a história. Algo como uma espiral compõe o trabalho de um artesão na medida em que envolve vida, labor, tempo e gosto.

No caso dos trabalhadores do pampa – peões, campeiros, domadores ou simplesmente gaúchos – essa transcorrência do tempo histórico foi bem observada por Bioy Casares quando diz *“El tema abunda en dificultades. Las generalizaciones, las afirmaciones mismas, resultan problemáticas. Ante todo, El gaucho há tenido una vida prolongada y, como todo longevo, ha cambiado mucho.[...]cuando no lo encontramos,¿ no estaremos buscando al de nuestra infancia, o al de la tradición de nuestra casa y de nuestro libros?”* (Casares, 1999, p.37).

Observar as narrativas dos atuais gaúchos pode parecer a princípio um labirinto onde certas trilhas já foram fechadas tornando-se um beco sem saída enquanto outras reinventam novas modalidades de trabalho, reapropriando-se de saberes do passado para compor outras modalidades de vida e trabalho, com técnicas e arranjos do presente. Assim, ao percorrermos esses labirintos vamos

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande. (pós-doc e m Educação)

<sup>2</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul (doutora em Ciências Sociais)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

encontrando explicações singulares para as escolhas de vida dos trabalhadores da campanha gaúcha<sup>3</sup>.

A proposta deste artigo é apresentar a descrição do trabalho de um domador tradicional de cavalos que ainda persiste enquanto ofício, apesar das adversidades das novas técnica (diferente da modalidade atual chamada de doma racional) .

### **O DOMADOR.**

*“Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós”.*(Halbwachs, 2006, p.29).

Morando em uma pequena casa dentro dos campos<sup>4</sup> que compõem a Fazenda Bela Vista onde trabalha, Basílio divide seu tempo entre os afazeres típicos de um campeiro – sejam eles: tirar leite, cuidar das criações domésticas, camperiar, carnear ovelhas para o seu consumo e também da casa do patrão, cortar lenha, entre outros – e a doma de cavalos ainda xucros. Cada desses seus afazeres mereceria uma descrição mais densa, mas neste texto optamos por descrever a doma, deixando para outro momento os relatos de suas outras tarefas.

Enquanto o dia ainda mal e mal desponta é hora de levantar, o horário da natureza é incorporado, visto como o mais apropriado para as lides campeiras – começando pela atividade de tirar leite. Em seguida tocar os cavalos, encilhar e sair para o campo para cuidar de afazeres relacionados com o gado e as ovelhas. A manhã transcorre geralmente a trote de cavalo, no abrir porteiras e fechar

---

<sup>33</sup> Estou chamando aqui de trabalhadores da campanha gaúcha aqueles peões que residem nas fazendas ou possuem pequenas propriedades e que intitulam sua profissão como de *campeiros*.

<sup>4</sup> Campos: os campos são poteiros extensos que ocupam parte da propriedade agrária. A expressão campo advem do período anterior aos cercamentos do pampa. Neste momento o campo era a parte do pampa, da qual alguém se adonava. Usamos a expressão pampa para a região que abrange todo o país Uruguai, as regiões da Argentina de Entre-Rios, Corrientes, Buenos Aires, Córdoba e Santa fé e La Pampa. No Brasil a região que compreende a fronteira do Estado do Rio Grande do Sul com o Estado do Uruguai, e com a Argentina até a região conhecida como missioneira.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

porteiiras, entrar em potreiro, laçar e curar algum animal eventualmente “abichado” (doente). Antecipa-se a todos esses momentos, a hora do mate. Movimento inicial, fazer o fogo no pequeno fogão à lenha e dependendo do tempo disponível esperar que a água aqueça para mate junto a chapa de ferro, porém, caso esteja com pressa, Basílio não hesita em acionar o fogão a gás para antecipar o horário do mate.

Durante o ano, normalmente no período de verão Basílio recebe alguns cavalos para domar. Alguns são provenientes da própria fazenda onde trabalha, outros são trazidos vizinhos ou outros que reconhecem seu trabalho de domador. Domar um cavalo que ainda não teve nenhuma ou pouca domesticação, requer cerca de um ano de trabalho. Sendo normalmente iniciada no verão para que o animal resista mais, – considerando que quando o potro (cavalo em fase de doma), não é racionado com alimentação especial e ficando apenas “a campo” como dizem (ou seja, em sua maioria os potros ficam soltos no campo nativo, alimentando-se apenas do pasto) – pois sofre um processo de degradação física intenso pelo esforço e pelo frio e, muitas vezes, a atividade precisa de um intervalo nos meses mais rigorosos do inverno.

Em janeiro iniciou a doma da égua Geada. Pouca domesticada, apenas algumas vezes foi trazida a mangueira onde recebia alguma atenção. As primeiras ações de Basílio com a potra é amarrá-la a um forte poste que fica estrategicamente situado na saída da mangueira. Por cerca de dois ou três essa é a prática, deixá-la ali várias horas, como se estivesse se curtindo, o que segundo Basílio tem o efeito de deixá-la menos resistente por que ao forçar contra o poste com a cabeça presa a um *buçal* acaba ficando mais sensível por “estar já sentida de se golpear solita”, explica nosso domador. O segundo passo do que Basílio chama de “doma rústica” é envolver quase todo o corpo da égua Geada com tiras de couro conhecidas como maneador. Esse passo tem como finalidade não só de ir acostumando-a com os arreios como também tirar as cócegas e deixá-la mansa para ser tocada em qualquer parte, das patas as orelhas. Uma espécie de litania – “quieta”, “calma, calma”, “psit”, “não te judia” etc – vai





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

sendo proferida pelo domador enquanto agilmente envolve o animal com o maneador. Para um observador que não está acostumado com as lidas, o conjunto de ações que compõe o processo de doma, aparece como exercício da violência, mas é preciso notar que está prática se insere em um estilo de vida na qual a rusticidade é um elemento cotidiano. Neste sentido a aproximação do domador do cavalo, é também uma aproximação com sentido humano, isto é, procura conhecer, julgar o outro, para saber com quem se está lidando.

O Gado, O Cavalo e o Homem na formação da Cultura do Pampa

Com a chegada do cavalo e do gado vacum a partir dos séculos XVI e XVII começou um processo de constituição do que chamamos de cultura do pampa. Esta cultura esteve centrada na estância, na pecuária e na utilização do cavalo. O tipo humano que vai caracterizar essa cultura é o gaúcho, gaúcho<sup>5</sup>. Este sujeito é resultado de um conjunto de variáveis sócio-culturais e psicológicas que vão moldar sua forma de ser e de viver. Vivendo longe das cidades em meio ao pampa tocando o gado e montando os cavalos que encontrava disperso em manadas o gaúcho vai construir um estilo de vida que trás a marca da relação que ele mantém com um tipo específico de ecossistema, isto é, o pampa. É inegável que sem a presença das imensas pradarias que se tornaram próprias a cultura da pecuária, ou seja, a criação de bovinos, ovelhas e cavalos, o gaúcho enquanto uma construção particular e singular da prática da cultura do vaqueiro, não teria existido. Como sabemos houveram outras formas de vaquejar, as quais não seria correto nomear o sujeito que a faz como gaúcho, gaúcho.

Esta cultura se desenvolve em meio, então, a uma constante disputa com a natureza, no sentido em que, o gaúcho tem que cotidianamente arrancar o seu sustento. O seu sustento, isto é, sua alimentação, vestimenta, e meio de locomoção, como também a moradia, ele fazia a partir de um conjunto de habilidades que se constituíram a partir mesmo da vivencia naquelas paragens. O gaúcho surge como resultado da penetração do gado no pampa, surge como

---

<sup>5</sup> Usaremos ora gaúcho, ora gaúcho, entendemos que englobam a mesma prática.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

um sujeito que dispõe de si, sem precisar empregar-se para sobreviver, o que na época, em outras partes do mundo seria impossível, na Europa, por exemplo, começava o longo processo de constituição do trabalho assalariado, que é total submissão do sujeito trabalhador as demandas da produção. Esta possibilidade de viver sem ser condicionado por algum tipo de relação oficial se dá partir da presença de grandes rebanhos nas regiões do pampa. Com alimento farto a sua volta com os meios de locomoção também a disposição, o sujeito que se constituirá em gaúcho, precisa apreender as formas de interagir com a natureza. Dessa interação entre o humano e o pampa, habitado pelos rebanhos de gado e cavalo, brotará esse tipo humano: O gaúcho, gaúcho. As “Vaquerias” que nada mais eram que caça ao gado cimarron, são momento do desenvolvimento do aprendizado da prática guachesca na visão de Coni<sup>6</sup>. Nestas caçadas ao gado os gaúchos foram desenvolvendo as habilidades necessárias ao tipo de vida que se inaugurava naqueles momentos

Esta interação é o desenvolvimento de habilidades necessárias a reprodução da existências nestas áreas de pradarias: saber montar é uma prática muito importante, pois com se venceria enormes distancias em busca do gado, ou mesmo, para simples locomoção de um lugar a outro, por isto a equitação pampeana se torna uma arte no que ao conjunto de saberes e habilidade que ela envolve. Depois desse saber ligado a montaria, o conhecimento do terreno, da natureza. Em meio a um mar verde, como orientar-se, a não ser a partir de uma habilidade de marcação visual de pontos de apoio que servem de balizas nas travessias desses campos. O vaqueano, nome dado aquele sujeito que sabe locomover-se com segurança no imenso território do pampa. Mas não basta saber atravessá-lo, é preciso conhecê-lo, se assim posso dizer por dentro, isto é, conhecer os arroios, as passagens naturais entre as coxilhas, os lugares nos quais os rios dão vão, enfim este conhecimento se constitui em um processo de experimentação concreta e cotidiana na qual o

---

<sup>6</sup> Coni, Emilio. História de las Vaquerias de Rio de La Plata: 1555-1750. Buenos Aires, Devenir, 1956



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

sujeito se faz ao apreender esse saberes e modifica o seu entorno ao saber. Em um mundo ainda sem cercas artificiais, o conhecimento de possíveis limites naturais é vital na formação do rodeio.

As habilidades acima formam um conjunto de saberes que permitem a vida nesta região, mas é preciso ressaltar que este conjunto se realiza a partir de uma mediação violenta, pela violência. A violência era a forma, o jeito da realização dessas práticas, poderia se dizer a violência no meio do pampa instaura uma forma de vida. Notamos o choque que causa aos viajantes que passaram pelo pampa em várias épocas essa vida violenta. Violência na condução dos animais, violência na forma do abate, violência no estilo da doma, e por fim a presença da violência no convívio humano. De todas as formas de violência comuns a vida do gaúcho no pampa a que mais longa tenha sido a doma. As formas de abate se modificaram, ninguém mais usa desgarrar, ou degolar em meio ao campo, como também ao se tocar o gado de campo a campo ou para poteiros os rebenques e relhos perderam seu lugar para uma conduta mais calma e que protege o animal, isto é, o investimento do dono, do estresse.

#### A Doma

Mas a doma persiste, não, apenas, por que as formas de doma racional aparecem ao redor da segunda metade do século XX, mas em função da forma como o gaúcho constitui sua humanidade. Escrevemos mais acima que a vida do gaúcho se constitui pela violência, isto é, é ela que articula as práticas e os sentidos da vida. Ela a violência, está presente em todos os momentos: na lida, nos conflitos entre os sujeitos, na relação direta dos humanos com a natureza, em suma a violência ou uma versão bruta da convivência tornam possível a existência no pampa. Mas esta violência não é uma guerra constante, não estamos nos referindo a isso, mas um estilo áspero, agressivo mesmo de convívio, no cotidiano.

A doma é um conjunto de habilidades que se constituíram ao longo de uma prática de mais de dois séculos de convívio com as manadas de cavalos selvagens no pampa. O processo de domesticação envolve mais do que



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

habilidades, digamos práticas, apenas, mas um tipo de tato, de sensibilidade que faz com que o domador seja um artesão especial, dono de um saber particular, embora circule entre todos. O que queremos dizer é que todo o gaúcho pode domar, o que é lógico em meio ao pampa não poderia esperar por alguém que só realizasse este serviço, mas logo o processo da doma tornou-se um tipo de especialização no universo da gaúchesca. Existem certos domadores que são requisitados pelas suas habilidades em preparar o cavalo, deixa-lo pronto, ou de uma forma rápida reconhecer aquele animal no qual a doma não terá o resultado desejado.

Esses domadores, são portadores de um saber no qual mesclam a violência com uma serena capacidade de escutar e perceber as fases da doma na qual o cavalo está passando. O domador percebe a partir de suas habilidades para o cavalo está indo na doma, todos os seus gestos, que vistos de fora parecem ou descabidos ou mera violência gratuita, seguem um método concreto no qual a experiência acumulada durante anos se reverte em saber que mostra segurança no que faz.

Mas a doma não é apenas uma realização de um saber geracional, passado de pai para filho, é como todo trabalho do artesão uma relação. Relação no sentido em que, que não se restringe a aplicação de técnicas das quais resulta o cavalo domado, é antes de tudo um convívio com o cavalo a ser transformado.

Este convívio espelha a luta do humano na construção de sua humanidade, de seu lugar no imenso outro que chamamos de natureza. Esta luta, de combates agressivos e de afagos demorados, de quebra de queixo e de terno contato, revela uma luta silenciosa na qual o humano transformando o cavalo-fera, em cavalo-homem, isto é apto as lidas, também passa por um processo de modificação encontrando seu lugar particular no mundo. Podemos dizer como faz Clastres ao estudar os Guaxaki em relação a caça” a caça é o momento da revelação do talento do caçador, ele vai a caça pois precisa, não apenas pela questão nutricional, mas fundamentalmente por que não pode deixar de ir, já que ela instaura o seu mundo. O mundo humano, da



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

habilidadesingular diante do imenso outro, natureza, estranho que lhe faz eco em todos os momentos<sup>7</sup>. Assim o gaúcho ao domar penetra no imenso outro e sai diferente, singular, dono de si, sabedor de seu lugar no cosmos. Dessa forma domar é conquistar sua humanidade ameaçada, ela animalidade do cavalo, que sintetiza todo o perigo que ronda a vida humana singular no interior desse ser desconhecido: a natureza.

Basilio é isto um domador instaurador de humanidade, seu saber prepara o cavalo-fera para penetrar no mundo da lida, isto é, mundo humanizado, e ao mesmo tempo, revela o humano em sua diferença, na sua singularidade. Embora possamos notar as várias modificações pelas quais passou e passa o processo de doma, ele sempre é um processo que instaura no que realiza, o ato de domar, uma diferença. É esta diferença que precisa ser mantida, pela doma, para que o humano não pereça enquanto particularidade.

#### BIBLIOGRAFIA:

Casares. Adolfo Bioy. *Memoria Sobre La Pampa Y los Gauchos*. Buenos Aires, Emecé, 1999.

Clastres, Pierre. *Crônica dos Índios Guaxaki*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995

Coni, Emilio. *Historia de las Vaquerias de Rio de La Plata*. Buenos Aires, Devenir, 1956.

Eiade, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Lisboa, Ed. Lisboa, 1988

Halbwachs, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Centauro, 2006.

LÉVI- STRAUSS, Claude. *A lição de sabedoria das vacas loucas*. **Estudos Avançados** 23 (67), 2009.

Pinto, Anibal. *De las Vaquerias ALAlambrados*. Montevideo, Ediciones Del Nuevo Mundo, 1967.

---

<sup>7</sup> Clastres, Pierre. *Crônica dos Índios Guaxaki*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995, p. 21



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **MANUMISSÕES DE ESCRAVOS NA VILA DE SÃO BORJA (1834 – 1859): PRIMEIRAS NOTAS DE PESQUISA**

Leandro Goya Fontella<sup>1</sup>

### **Introdução**

No dia 07 de fevereiro de 1833, o africano de nação mina José, do alto dos seus 60 anos, dos quais, provavelmente, muitos deles vividos sob a condição escrava, obtinha, talvez, a maior conquista de toda a sua vida: sua carta de liberdade. Que se tenha conhecimento, a alforria de José acabou se tornando a primeira manumissão registrada em Livros Notariais de Transmissão e Notas na região da Vila de São Borja em Missões, este registro ocorreu no dia 08 de janeiro de 1834. O senhor Joaquim Fernandes da Fonseca alegou que concedia a liberdade ao dito africano “em atenção a sua crecida idade [...] e bons serviços que me tem feito”.<sup>2</sup> Para o período que pretendo trabalhar neste artigo, depois da manumissão de José houve o registro de mais 77 cartas de alforria. Assim, entre 1834 até 1859, foram lavradas em cartórios subordinados a Vila de São Borja – Comarca de Missões, que posteriormente ao ano de 1850 se tornaria Comarca de São Borja –<sup>3</sup> 66 escrituras de liberdade, as quais libertaram 78 escravos.<sup>4</sup> Nos estudos sobre História social da escravidão no Rio Grande do Sul poucos são os trabalhos que têm se dedicado a refletir sobre as relações escravistas por meio da análise das cartas de liberdade. Até o momento, os trabalhos mais relevantes foram realizados por autores como Paulo Moreira (2007) e Gabriel Aladrén (2008), para Porto Alegre, Jovani Scherer (2008),

---

<sup>1</sup> Mestando pelo PPGH/UFRGS, bolsista CNPq. leandro-goya@hotmail.com

<sup>2</sup> FUNDO TABELIONATO DO MUNICÍPIO DE RIO PARDO. Subfundo: Freguesia de São Francisco de Borja. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas Livro 1, p.93r. Neste trabalho as transcrições dos documentos pesquisados preservam sua grafia original.

<sup>3</sup> Para uma ótima contextualização histórica da evolução da organização jurídico-institucional de São Borja ver FLÓRES (1996), especialmente Parte II, Capítulos 1 e 2.

<sup>4</sup> Assim, há casos em que apenas uma carta de alforria concede a liberdade a mais de um escravo, entretanto, encontramos dois casos em que o mesmo cativo teve duas manumissões registradas.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

para Rio Grande, Thiago de Araújo (2008), para Cruz Alta e Marcelo Matheus (2009), para Alegrete.

Os trabalhos destes dois últimos autores servirão de referências ao longo deste pequeno texto para que possamos além de apresentar algumas informações sobre o as manumissões na Vila de São Borja, pudéssemos traçar um quadro comparativo entre o contexto desta e as Vilas de Alegrete e Cruz Alta. Os motivos óbvios da escolha de comparar as alforrias de São Borja com as destas outras localidades são a semelhanças econômicas, de matriz produtiva, além de sociocultural, que marcam o processo histórico dessas regiões.<sup>5</sup> Enfim, este texto divide-se em duas partes, e não possui um espaço destinado a conclusões, haja vista que, devido ao estágio embrionário da pesquisa, as informações provenientes das quantificações têm suscitando mais hipóteses e problemas do que explicações. Na primeira se busca levantar algumas hipóteses que possam vir a explicar o porquê que na Vila de São Borja houve um índice de registro de manumissões tão inferior aos averiguados em Alegrete e Cruz Alta. Por fim, na segunda parte, procura-se também sugerir algumas hipóteses sobre quais seriam as razões históricas que fizeram com que, ao contrário do que a historiografia brasileira tem encontrado, na Vila de São Borja as mulheres tenham sido alforriadas em menor quantidade do que os homens, especialmente no período anterior a 1850.

### **Manumissões na Vila de São Borja em uma perspectiva comparativa**

As primeiras considerações a serem feitas são necessariamente relativas à quantidade total de escrituras e de libertados. Em uma perspectiva comparativa, a qual se propõe este artigo, faz-se imperioso colocar que o número de escravos alforriados em São Borja foi bastante inferior aos números encontrados por Marcelo Matheus (2009) e Thiago Araújo (2008), para o mesmo período tratado neste trabalho, nas Vilas de Alegrete e Cruz Alta, respectivamente.

---

<sup>5</sup> A principal semelhança entre essas três regiões é sem dúvida de ordem econômica, visto que, todas elas tinham como principal atividade produtiva as lidas pastoris.

Quantificando somente as cartas de liberdades dos Livros Notariais de Transmissões e Notas de Cruz Alta, Araújo constatou 127 cativos sendo libertados. Já para Alegrete, Matheus verificou um número ainda superior de escravos recebendo a liberdade, ao todo foram 172 entre 1832 e 1859.<sup>6</sup> Para facilitar a visualização comparativa elaboramos o quadro 1, que além de mostrar os números totais, expõe as informações por décadas.

<b>Quadro 1 - Distribuição das alforrias por décadas (Alegrete, Cruz Alta e São Borja)</b>			
	<b>Antes de 1850</b>	<b>1850 - 1859</b>	<b>Total</b>
<b>Alegrete</b>	97	75	172
<b>Cruz Alta</b>	43	84	127
<b>São Borja</b>	24	54	78

Fontes: Para Alegrete, Matheus (2009); para Cruz Alta, Araújo (2008).

Uma análise superficial desses dados poderia sugerir a conclusão apressada de que as possibilidades dos escravos conquistarem a liberdade via alforria na região da Vila de São Borja eram significativamente mais restritas do que nas regiões vizinhas. Contudo, embora esses dados preliminares pudessem ter nos precipitado a concluir dessa forma, não acreditamos na confirmação dessa hipótese, haja vista que, não existem razões para crer que, em regiões tão próximas territorialmente, e cultural, social e economicamente tão semelhantes, tivesse havido uma mudança tão drástica de interpretação e, conseqüentemente, de orientação dos agentes sociais em relação a um mesmo costume social. Não seria coerente pensar que o comportamento de escravos e, principalmente, dos senhores frente à prática social da manumissão, na região da Vila de São Borja, fosse tão discrepante comparado aos de Alegrete e Cruz Alta. Se isso tivesse ocorrido, possivelmente o espaço em questão teria se transformado, praticamente, em uma voz dissonante dentro de um coro com uma linguagem sócio-cultural diferente da sua. Por sua vez, essa situação destoante provocaria

<sup>6</sup> Matheus contabilizou todas as escrituras lançadas nos Livros Notariais e ainda mais seis manumissões concedidas na pia batismal durante a década de 1830 (2010, p. 40).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

um desconforto em relação às áreas vizinhas, já que, se transformaria em um nó de tensão, tanto entre as parcelas senhoriais quanto para a população escrava, e ainda no que tange as interações entre essas duas.

Vejamus um exemplo hipotético, considerando-se que, se os senhores, sejam por quais razões possuísem,<sup>7</sup> tivessem se recusado ao máximo a conceder determinados recursos demandados pelos escravos, dentre eles as manumissões; em não muito tempo, esta situação, possivelmente, teria redundado numa exacerbação dos ânimos entre os cativos que tivessem tido suas demandas constantemente rechaçadas, especialmente entre aqueles os quais haviam visto frustradas suas expectativas de liberdade. Por conseguinte, estes cativos apercebendo-se, por meio da circulação das informações<sup>8</sup> que nas áreas vizinhas haveria maior incidência de concessões de alforrias, e por consequência maiores possibilidades de se conquistar a liberdade, não demorariam em elaborar meios para buscar pressionar seus senhores, sejam por fugas, indolência, desobediências, desordens, crimes contra a vida destes, tentativas de levantes ou outros tipos de conspirações. Por outro lado, em decorrência do acirramento dessas tensões, as parcelas senhoriais destas outras regiões também se sentiriam desconfortáveis frente a um grupo de outros proprietários que não compartilhavam dos mesmos códigos de interação com os escravos,<sup>9</sup> e também por que poderiam temer que, gradativamente, este espaço discordante pudesse estar se constituindo como um referencial de sublevação.

Levando esses argumentos em consideração, tendo a crer que aquela explicação simplista, qual seja, de que as possibilidades de acesso à liberdade via carta de alforria na Vila de São Borja eram bastante mais restritas do que nas regiões vizinhas, não possa ser sustentada. Nesse sentido, em primeiro lugar,

---

<sup>7</sup> A título de exemplo elencamos duas: dificuldades em recorrer ao mercado de escravos e/ou de incentivar a reprodução endógena da escravaria.

<sup>8</sup> Facilitadas pela intensa mobilidade territorial de determinados escravos e libertos oportunizada pela atividade econômica pastoril característica das regiões em foco.

<sup>9</sup> Como, por exemplo, estabelecer uma política de incentivos positivos em que a manumissão era mais um, e provavelmente o mais importante e cobiçado, entre tantos estímulos, e que fosse relativamente acessível aos cativos que conseguissem acessar a esses recursos agindo estrategicamente dentro dessas normas.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

acredito que a região compreendida pela Vila de São Borja<sup>10</sup> tenha especialmente sofrido com um número bastante significativo de sub-registros de manumissões.<sup>11</sup> Outra possibilidade, que não necessariamente se sobreponha à primeira, é a de São Borja ter tido uma população cativa absoluta bem menor que Alegrete e Cruz Alta. Esta circunstância parece ser razoavelmente coerente, haja vista que, os dados demográfico apresentados pelo *Mappa Statístico da População da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres libertos e escravos* (doravante *Mappa Statístico*), mostram que enquanto Cruz Alta e Alegrete possuíam, respectivamente, 4019 e 2525 escravos, São Borja contabilizava somente 1240.<sup>12</sup> Entretanto, se esta explicação, baseada nas informações demográficas, pode ser válida para a Vila de São Borja, como explicar que Alegrete, mesmo tendo uma população cativa absoluta bem mais exígua que Cruz Alta, tenha apresentado um número de manumissões consideravelmente maior do que esta última. Certo mesmo é que não há uma única resposta para essas questões, talvez, a explicação possa passar pela combinação de diversos fatores como: a maior representatividade da população escrava de Alegrete frente ao conjunto total da população do povoado;<sup>13</sup> o maior potencial econômico de Alegrete – a região pastoril de

---

<sup>10</sup> Segundo Flôres, “de acordo com o Anto nº 25, de 05.05.1858, o município passou a ter os seguintes distritos: Sede, Itacurubi, São Patrício de Itaqui, Santo Cristo, São Francisco de Assis, Cambaquá, Carovi, São Xavier e São Luís. Um ano após, pelo Ato nº 64, de 22-07-1859, a vila ficou dividida em cinco distritos: Sede, Itacurubi Da sua elevação até a década de 1850 faziam parte da Vila de São Borja os povoados de São Luís, , Santiago, Cambaquá, Carovi e São Luís” (1996, p. 108, nota 97).

<sup>11</sup> Diversos podem ser os motivos para esse suposto número excessivo de sub-registros de alforrias. Dentre eles pode-se destacar dois: a pouca utilização dos cartórios para registro das cartas de liberdade concedidas e, devido a distância que muitas localidades encontravam-se da sede da Vila, possivelmente, diversas alforrias possam ter sido registradas em cartórios de outras localidades como as próprias Vilas de Alegrete e Cruz Alta.

<sup>12</sup> FEDERAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, De Província de São Pedro a Estado do RS, 1981, p. 69.

<sup>13</sup> As proporções de escravos em relação ao conjunto da população em Alegrete, Cruz Alta e São Borja são, respectivamente: 23,60%, 15,17% e 13,38%. Vemos, portanto, que além de possuir a menor população cativa absoluta entre as três localidades, a Vila de São Borja contabilizava ainda a menor proporção de população cativa frente ao universo populacional do povoado. Os cálculos das representatividades foram subsidiados pelas informações do *Mappa Statístico*. FEDERAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, De Província de São Pedro a Estado do RS, 1981, p. 69.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

grande monta da campanha sul-rio-grandense –, talvez, tenha permitido aos cativos terem maiores possibilidades de acesso a recursos materiais (produção agro-pastoril própria e/ou acúmulo de pecúlio); e outros tantos ainda. Mas o foco deste artigo não é esse, deixemos, portanto, estes problemas aos pesquisadores que tem, competentemente, se ocupados de analisarem as relações escravistas nestas regiões. O que nos interessa mostrar, de momento, é que o baixo número de alforrias concedidas na Vila de São Borja, provavelmente, não foi fruto de uma peculiar especificidade que acabou caracterizando o comportamento dos agentes sociais frente a prática costumeira da manumissão. Dessa forma, acredito que esse baixos números de manumissões encontrados para São Borja tenham muito mais a ver com os seguintes fatores combinados: a pequena potencialidade econômica da região, a qual implicaria na restrição da possibilidade de os cativos acessarem a recursos materiais; o menor número absoluto de escravos que residiam neste espaço; e um significativo sub-registro de manumissões, possivelmente, potencializado pela falta do costume de se registrar as cartas de liberdade como escritura pública nos Livros Notariais dos cartórios da região.

Feito essas primeiras reflexões podemos partir para a análise de outros dados que a quantificação das manumissões apresenta. Como nosso objetivo é procurar perceber como se processavam as interações entre senhores e escravos, e desvendar alguns projetos elaborados por estes últimos para alcançar a liberdade via utilização estratégica das normas sociais,<sup>14</sup> assim como vislumbrar o campo de possibilidades que permitiu a manumissão. Partimos agora para ver como se processou a possibilidade de conquista de alforrias para homens, mulheres.

---

<sup>14</sup> Utilizo a expressão *normais sócias* em um sentido que amplo, o qual compreende tanto aquelas institucionalizadas e codificadas, quanto aquelas estabelecidas pelo costume.

## **Homens, mulheres e hipóteses**

Desmembrado este universo de 78 cartas de alforrias, para todo o período abordado neste trabalho, levando em consideração o sexo dos libertos, constatou-se que 43 dos alforriados foram homens enquanto as mulheres libertadas contabilizaram 35 manumissões. O quadro 2 abaixo mostra-nos ainda como ocorreu a variação destes números no decorrer dos períodos trabalhados, vejamos:

<b>Quadro 2 - Distribuição das alforrias por décadas e sexos (São Borja)</b>			
<b>Períodos</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
<b>Antes de 1850</b>	14	10	24
<b>1850 – 1859</b>	29	25	54
<b>Total</b>	43	35	78

O primeiro ponto a ser destacado destes números é que, em contraste com o que as pesquisas para todo o Brasil têm encontrado,<sup>15</sup> na Vila de São Borja os sujeitos históricos do sexo feminino não foram os que mais conseguiram alcançar as alforrias. Mesmo ressaltando que em Cruz Alta houve um relativo equilíbrio entre os sexos na obtenção das manumissões, e que “em termos relativos os homens [tiveram] uma participação bem mais significativa do que em uma região de grande lavoura” (2008, p. 196), Thiago Araújo ainda sim constata que as mulheres se libertavam em maior número. Por sua vez, Marcelo Matheus averiguou que o padrão de alforrias em Alegrete praticamente seguiu o padrão encontrado por Stuart Schwartz na cidade de Salvador entre 1684 e 1745, ou seja, a cada homem alforriado havia duas mulheres manumitidas. O quadro três abaixo estabelece um panorama comparativo entre as três localidades, vejamos:

<sup>15</sup> Schwartz (2001); Florentino (2005). Enquanto Stuart Schwartz, para a Bahia colonial, encontrou como “o padrão mais marcante [...] a proporção constante de duas mulheres para cada homem liberto” (p. 184); Manolo Florentino afirma que, “as escravas eram bem mais aquinhoadas por libertações do que os homens” (p. 333).



<b>Quadro 3 - Distribuição das alforrias por décadas e sexos (Alegrete, Cruz Alta e São Borja)</b>				
<b>Local</b>	<b>Períodos</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
<b>Alegrete</b>	<b>Antes de 1850</b>	37	60	97
	<b>1850 – 1859</b>	25	50	75
	<b>Total</b>	62	110	172
<b>Cruz Alta</b>	<b>Antes de 1850</b>	19	24	43
	<b>1850 – 1859</b>	39	45	84
	<b>Total</b>	58	69	127
<b>São Borja</b>	<b>Antes de 1850</b>	14	10	24
	<b>1850 – 1859</b>	29	25	54
	<b>Total</b>	43	35	78

Fontes: Para Alegrete, Matheus (2009); para Cruz Alta, Araújo (2008).

Mais uma vez, uma interpretação pouco problematizada destes primeiros dados, nos levaria a sugerir conclusões pueris. Considero que as informações obtidas com base apenas na simples divisão entre os sexos dos libertados não produzem subsídios suficientes para reflexões mais consistentes sobre o processo de passagem da escravidão à liberdade, e podem, além disso, gerarem interpretações distorcidas deste. Se assim fossemos proceder, em uma constatação preliminar seríamos levados a afirmar mais uma vez que na Vila de São Borja teria se desenvolvido uma realidade bastante peculiar nas interações entre senhores e escravos. Por seu turno, esta realidade teria ensejado um contexto social em que seria muito mais complicado às mulheres obterem as manumissões do que para os homens. Conclusão essa que teria nos levado a pensar que o acesso a recursos materiais teria sido muito mais restrito para as mulheres do que aos homens. Estas reflexões não estão necessariamente erradas, logo, não são de todo desprezíveis e, portanto, mais tarde podemos até mesmo voltar a elas. Contudo, o que estamos questionando não são tanto as conclusões em si, mas sim ao modo de se chegar a elas.

Para se chegar a conclusões mais sólidas devemos percorrer um caminho um pouco mais longo, refinando os dados e sempre que for necessário e possível



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

agregar mais informações a análises, sejam elas quantitativas e/ou qualitativas. Em primeiro lugar, a simples divisão quantitativa entre o sexo dos manumitidos, embora seja útil, pode como já constatamos gerar interpretações distorcidas, além de encobrir a riqueza das informações contidas nas cartas de liberdade. Em segundo lugar, para a análise que busco realizar – a qual busca refletir sobre as interações sociais dos distintos sujeitos envolvidos no processo em que se produzem as manumissões e, sobretudo, procura compreender os projetos – individuais e/ou coletivos – dos libertos através deste processo –, entendo que não se deve partir de uma quantificação simples da divisão entre o sexo dos agentes históricos. Assim, entendo que para averiguar as diferentes possibilidades que homens e mulheres tinham de alcançarem a manumissão e, por consequência, de acessarem a recursos materiais e monetários, seja necessário subtrair do universo das categorias *homens* e *mulheres* as crianças manumitidas. Considero que, em sua grande maioria, as manumissões de crianças se constituem em indícios concretos de projetos coletivos. Ou seja, a concessão da liberdade a crianças, reflete mais a ações de terceiros do que as suas próprias. Logo, as alforrias de crianças não podem ser contabilizadas para efeito de análise das diferentes possibilidades que homens e mulheres tinham de conseguirem a alforria, e por consequência, de reunirem recursos materiais e pecuniários.<sup>16</sup>

Portanto, na análise que se segue preferi incluir somente as manumissões de indivíduos que já haviam ultrapassado a puberdade. Acredito que, os números encontrados far-se-ão úteis para se refletir, ao longo do tempo, sobre

---

<sup>16</sup> Contudo, entendo que, as alforrias concedidas as crianças são, por excelência, resultados de *projetos coletivos*. Nesse sentido, como tenho por hipótese central que a obtida liberdade via manumissão era o resultado de um projeto gestado por meio de uma coletividade em que os alforriados estavam imersos, as manumissões das crianças constituíram-se em um importante campo analítico para respaldar essa hipótese. Porém, devido às dimensões exigidas nesse artigo e, principalmente, ao estágio inicial em que essa pesquisa se encontra não serão analisadas aqui. Aqui, é justo que se faça referência a Marcelo Santos Matheus, mestrando do PPGH/UNISINOS, que vem investigando de maneira minuciosa o processo de passagem da escravidão para a liberdade via carta de alforria em Alegrete ao longo do século XIX, e que tem como sua principal hipótese, a qual eu compartilho, de que a conquista da manumissão era o resultado de um projeto coletivo do grupo de convívio em que os alforriados estavam inseridos.

as diferentes possibilidades que homens e mulheres tiveram de elaborar e desenvolverem estratégias coletivas, a partir da concepção de casamentos, uniões consensuais e formação de família, tendo como um de seus principais recursos (utilizados ou ainda utilizáveis) suas capacidades reprodutivas. Dito isto, vamos aos dados expostos no quadro 4.

<b>Quadro 4 - Distribuição das alforrias por décadas, sexos e crianças (São Borja)</b>				
<b>Períodos</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Crianças</b>	<b>Total</b>
<b>Antes de 1850</b>	13	8	3	24
<b>1850 - 1859</b>	19	18	17	54
<b>Soma</b>	32	26	20	78

De imediato já se pode notar que, mesmo que os homens continuem sendo o grupo que mais tenha conseguido obter alforrias, ao menos no período entre 1850-59 a diferença praticamente desaparece. Logo, percebe-se que as maiores dificuldades femininas de acessar a recursos que possibilitassem formulação de estratégias para a obtenção das manumissões podem ter sido mais frequentes no período anterior ao ano de 1850.

Devido ao estágio inicial em que a pesquisa se encontra, ainda não contamos com matrizes explicativas para esses fenômenos. Todavia, enumerarei algumas hipóteses com as quais irei trabalhar – sob o risco de confirmá-las ou refutá-las – na sequência desta investigação.

(1º) A pouca quantidade de mulheres sendo manumitidas no período anterior a 1850, pode indicar que, os senhores resistiam mais em libertar as escravas em idade reprodutiva como estratégia para garantir a reprodução endógena das escravarias. Por outro lado, isso pode ser também um indicador da debilidade econômica, de boa parte, dos estabelecimentos produtivos da região, realidade que poderia ter criado dificuldades para os proprietários recorrerem ao mercado de escravos. Da mesma forma, o pouco vigor econômico da região teria diminuído a possibilidade aos escravos em geral, e em especial as



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

cativas, de conseguirem angariar recursos materiais e, conseqüentemente, pecúlio.

(2º) O maior número de alforrias obtidas por homens no período anterior a 1850, provavelmente, se deve a sua maior representatividade demográfica no conjunto da população cativa. No entanto, a falta de informações demográficas confiáveis sobre a população em geral, em especial da parcela da população escrava, que vivia neste espaço territorial na primeira metade do século XIX, fragilizam, de momento, quaisquer tipo de análise neste sentido.

(3º) A pouca quantidade de mulheres sendo manumitidas no período anterior a 1850, talvez, possa refletir um contexto sócio-demográfico que se configurasse por uma significativa presença na região de mulheres livres pobres, muitas delas, possivelmente, guaranis. Essas mulheres representariam o aumento do leque de possibilidades de casamentos e uniões consensuais para homens pobres (livres – de cor ou não –, libertos e até mesmo de escravos), os quais, por seu turno, passariam a dar preferência a essas mulheres. Esta situação, por consequência, teria feito com que boa parte desses homens, a princípio, não se interessasse por unir-se a mulheres atingidas pela escravidão, haja vista que, esses homens se poupariam de diversos ônus de se unir a uma mulher cativa, como por exemplo, ver sua descendência nascer sob o jugo do cativo. Para as mulheres escravas que devido ao peso do fator do ventre escravo já tinham um leque de opções marital bastante restrito, essa circunstância dificultaria ainda mais a possibilidade de contar com um companheiro fixo ao longo da vida, o que, por sua vez, reduziria o próprio campo de possibilidades dessas mulheres de colocarem em prática um projeto coletivo de busca pela liberdade via alforria.

### **Fontes primárias**

FUNDO TABELIONATO DO MUNICÍPIO DE RIO PARDO Subfundo: Freguesia de São Francisco de Borja Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas Livro 1 - 1832 a 1833, APERS;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

FUNDO TABELIONATO DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA: Subfundo: 1º Tabelionato Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas Livro 2 - 1834 a 1847, LIVRO 3 - 1832 – 1852, LIVRO 4 – 1852, LIVRO 5 - 1853 – 1854, LIVRO 6 - 1854 – 1857, LIVRO 7 - 1857 – 1862, APERS; Subfundo: Freguesia de São Francisco de Assis. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 1 - 1835 a 1853, APERS.

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão*: catálogo seletivo de cartas de liberdade. Acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Vol. 1 e Vol. 2. Porto Alegre: CORAG, 2006.

### **Fontes primárias impressas**

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

### **Fontes primárias catalogadas**

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão*: catálogo seletivo de cartas de liberdade. Acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Vol. 1 e Vol. 2. Porto Alegre: CORAG, 2006.

### **Fontes bibliográficas**

ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul*. Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Rio de Janeiro: PPGH/UFF, 2008. (Dissertação de Mestrado).

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado)

FLORENTINO, Manolo. *Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871*. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 331-366.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. *A vila de São Borja (1834-1887) numa conjuntura de transição: História sócio-econômica e geopolítica*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 1996. (Dissertação de mestrado).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

MATHEUS, Marcelo Santos. *Alforrias em Alegrete: (1832-1871)*. Santa Maria: TFG/UNIFRA, 2009. (Trabalho Final de Graduação)

MOREIRA, Paulo Staudt. *Que com seu trabalho os sustenta: as Cartas de Alforria em Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, século XIX*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **LAS GUARDIAS NACIONALES Y SUS COMANDANTES LA FRONTERA SUR DE BUENOS AIRES DURANTE LA FORMACIÓN DEL ESTADO NACIÓN EN ARGENTINA (1852-1880)**

Leonardo Canciani\*

### **1. Introducción**

En el presente trabajo examinaremos los regimientos de Guardias Nacionales y las funciones que desempeñaron sus comandantes, en la frontera sur bonaerense, durante el proceso de construcción y consolidación del Estado Nación argentino, que se extendió desde 1852 hasta la década de 1880, con el objetivo de repensar las relaciones dinámicas de poder que se establecieron entre los comandantes militares de la frontera y los gobernadores provinciales.

Las Guardias Nacionales se crearon en Buenos Aires el 8 de marzo de 1852. El gobernador, Vicente López y Planes, lo resolvió, por decreto, penetrado “de la necesidad urgente de dar para el porvenir una custodia fiel y firme al tesoro precioso de las leyes y también un apoyo fuerte a la autoridad legítimamente constituida” (Comando en Jefe del Ejército, 1971: 474), para lo cual reclutaría de manera obligatoria a todos los ciudadanos entre 17 y 60 años de edad. Estas disposiciones, con algunas mínimas modificaciones, estructurarán la organización de las Guardias Nacionales hasta, prácticamente, 1880.

Las Guardias Nacionales se relacionaron directamente con la ciudadanía y, ésta, con el derecho y el deber de portar armas en defensa de la patria, cumpliendo, en este sentido, un rol fundamental. Las milicias no eran tan solo una fuerza militar, pues representaban al “pueblo en armas”, eran, en definitiva, la “ciudadanía armada” (Sabato, 2008). Desde este principio organizativo, las

---

\* Prof. de Historia. Integrante del proyecto *Redes, poder y territorialidad en la historia argentina de los siglos XVIII-XX* dirigido por la Dra. Andrea Reguera en el Centro de Estudios Sociales de América Latina (CESAL)/CONICET/UNCPBA.  
E-mail: leonardo\_canciani@hotmail.com.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Guardias Nacionales se diferenciaban del Ejército de Línea que, en lugar de estar conformado por “ciudadanos armados”, sus regimientos se nutrían de soldados o “veteranos”. Si bien en la retórica, y en la percepción de los actores sociales de la época, los guardias se diferenciaban de los soldados de línea, en la práctica, las distinciones no estaban tan claras y, más aún, en las guarniciones de frontera, pues convivían en los fortines desarrollando las mismas actividades.

Pero, a su vez, existía otra distinción entre el Ejército de Línea y las Guardias Nacionales. Mientras el primero respondía a las órdenes del presidente de la Nación, la segunda, si bien por ley también lo hacía al gobierno nacional, en realidad, el gobernador de la provincia era quien podía movilizar los regimientos sin permiso previo del presidente, dando un amplio margen de autonomía a los poderes provinciales en materia del uso de la fuerza pública (Macías, 2010). No obstante, para poder contar con el uso efectivo de la fuerza, los gobernadores debían construir sólidas relaciones con los jefes militares departamentales y, en menor medida, con los comandantes de los regimientos, ya que, ante la inexistencia de una oficialidad burocratizada con espíritu corporativo y alejada de las disputas políticas coyunturales, no contar con el apoyo político y, fundamentalmente, militar de algún jefe en momentos de choques armados o revoluciones, podía significar que los regimientos de Guardias Nacionales, que estos jefes comandaban, no respondieran a un llamado de auxilio o, peor aún, lucharan en su contra.

Ello se debía a que los comandantes militares de la frontera construyeron sólidas bases de poder que les permitían tener fuerte ascendencia sobre sus milicianos. A continuación, analizaremos los diversos mecanismos que estos jefes militares desarrollaron para lograrlo. Entre éstos, examinaremos las relaciones pacíficas y de enfrentamiento que establecieron con los caciques indígenas de la zona, así como los lazos clientelares y de camaradería que construyeron con la tropa de sus regimientos. Por último, estudiaremos los vínculos que formaron en los ámbitos local y provincial/ nacional, para



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

garantizar la movilización de los milicianos ante los diversos conflictos político-militares de la segunda mitad del siglo XIX y volcarlos en favor de su jefe.

## **2. Los comandantes en la frontera sur: indígenas, milicianos y política nacional**

Desde mediados del siglo XIX, los comandantes militares pasaron a tener un rol fundamental en la construcción del Estado nacional argentino, especialmente, en los espacios fronterizos. Estos comandantes eran, en primer lugar, jefes militares. No obstante, el término comandante tenía sentido impreciso, ya que designaba tanto a un rango militar, con una ubicación precisa en la jerarquía de la oficialidad, como a todo jefe que ejerciera el mando sobre una unidad, expedición o territorio en ocasiones determinadas, siendo tanto un oficial veterano, puesto al mando de las milicias, o un jefe miliciano, convalidado por la autoridad o su tropa.

Según Fradkin (2010), fue –primero– la centralidad de la guerra, que asignaba a los jefes de milicias gran autoridad y poder de mando; segundo, el rol como mediadores en las relaciones con las parcialidades indígenas en la frontera; tercero, ser una instancia privilegiada de enlace y articulación con el poder provincial; y, cuarto, un cambio en la territorialidad, ya que se pasaba de una organización centrada en parroquias y partidos a una construida sobre la base de departamentos conformados por comandancias militares, las cuatro circunstancias que contribuyeron a acrecentar el poder de los comandantes.

En base a ello, en las próximas páginas intentaremos explorar algunas de las actividades que los comandantes de Guardias Nacionales llevaron a cabo en la frontera sur de Buenos Aires.

### **2.1. Entre los enfrentamientos y el trato pacífico con los indígenas**

Desde hace algo más de dos décadas, el estudio de la frontera con los indígenas ha sido recurrente en la historiografía argentina. A partir del quiebre que supusieron aquellos trabajos que la consideraban como un vasto espacio



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

social en el que se desarrollaban procesos históricos específicos y en los cuáles las múltiples y complejas relaciones entre las sociedades criollas e indígenas ocuparon un lugar central (Mandrini, 1992 y 1997), hasta los nuevos aportes de la antropología cultural (Bechis, 2005; Lucaioli y Nacuzzi, 2010), florecieron una serie estudios que contribuyeron a ampliar los conocimientos sobre las sociedades de frontera y a complejizar aquella mirada reduccionista desde la cual se postulaba que indígenas e hispano-criollos vivían en una hostilidad constante y permanente.

Con respecto a la segunda mitad del siglo XIX, los estudios de la última década están demostrando la permanencia del “negocio pacífico de los indios”<sup>1</sup> en las políticas

---

<sup>1</sup>. El “negocio pacífico de los indios” fue la política implementada por el gobernador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas (1829-1832 y 1835-1852), para mantener pacificada la frontera bonaerense. Consistió en la diferenciación entre “indios amigos”, “indios aliados” e “indios enemigos” y en la entrega de dinero, ganado y raciones de “vicios” para los primeros –los asentados al interior de la línea de frontera–, a cambio de comprometerse con una serie de favores al Estado, dentro de los que se destacaba el servicio miliciano de sus lanceros y caciques. Por su parte, mientras se firmarían pactos de no agresión con los “indios aliados” –asentados fuera de la línea de frontera–, se perseguiría implacablemente a los “indios enemigos”. Véase, Silvia Ratto (1994, 2003 y 2007).

**Avance de la frontera pampeana (1869-1883)\***



\*Fuente: Mirta Zaida Lobato y Juan Suriano, *Atlas histórico de la Argentina*, Buenos Aires, Sudamericana, 2006, pp. 237.

del Estado, hasta que éste estuvo en condiciones de llevar a cabo la ocupación definitiva de los territorios ocupados por los indígenas, es decir, cuando el debilitamiento económico y militar de los últimos se hizo evidente a mediados de la década de 1870 (Navarro Floria, 2004 y Ratto, 2010).

Los contactos de los comandantes militares con los indígenas y sus caciques, sean estos pacíficos o de enfrentamiento, fueron periódicos. Existieron ocasiones, especialmente en la década de 1850, cuando la frontera retrocedió varias leguas, en donde los enfrentamientos con las diversas agrupaciones



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

indígenas se tornaron casi cotidianos, producto de los incesantes malones que aquejaban esta parte de la frontera. Siendo juez de paz y comandante de Lobería, al mismo tiempo que ejercía el mando del regimiento N° 14 de Guardias Nacionales, el (por entonces) teniente coronel Benito Machado debió salir al encuentro de los indios que, el 8 de septiembre de 1855, habían penetrado en la estancia San Antonio de Iraola, ubicada en el actual partido de Benito Juárez (a unas 25 leguas de Tandil). Menos de dos meses más tarde debió, nuevamente, perseguir cerca de 800 indios que habían invadido los partidos de Lobería y Tandil, llevándose gran cantidad de ganado y destruyendo ranchos y viviendas.

Sin embargo, estos no fueron, los únicos sucesos en los que Machado se enfrentó a los indígenas. Ocasiones como éstas se repetirían en “Cristiano Muerto” y “Sol de Mayo”, el 31 de octubre y el 1 de noviembre de 1857, respectivamente, en los campos del actual partido de Tres Arroyos; en “Pigüé”, el 17 de enero de 1858, donde perseguirá a Namuncurá hasta Salinas Grandes – asentamiento de Juan Calfucurá, jefe de la Confederación Araucana–; en “Carmen del Quequén” y “La Carlota” recuperando cerca de 30.000 cabezas de ganado; y en el Arroyo Las Mostazas en 1868, entre otros episodios que le valieron el mote de “el Toro”. A causa de los constantes infortunios, la alarma ante nuevos malones se encendía en repetidas ocasiones. El 8 de junio de 1864, Máximo de Elia, comandante del Regimiento N° 17 de Guardias Nacionales, ordenaba a Ernesto Romero, juez de paz de Tandil, convocar a todos los Guardias Nacionales activos de su partido, ya que,

“ha sido informado por el Señor Coronel D<sup>n</sup>. Benito Machado [...] que los indios enemigos se preparan para invadir nuestra frontera con fuerzas de consideración, que [...] se hace necesario tomar medidas preventivas en defensa de los intereses de esta frontera prestando todo el apoyo posible a la fuerza Nacional que la asegura a las órdenes del Señor Coronel Machado”.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup>. Archivo Histórico de la Municipalidad de Tandil (en adelante AHMT), Juzgado de Paz; caja 16, legajo de 1864, doc. 105, 8/06/1864. En el presente trabajo se respetará la ortografía original de todos los testimonios y documentos incluidos.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Testimonios de enfrentamientos y malones en la frontera se repiten insistentemente en las fuentes, pese a ello, los comandantes también supieron cultivar relaciones amistosas con algunos caciques de la región. El proceder de los comandantes, en esta cuestión, no debe menospreciarse, ya que, según Andrea Reguera (2011), los “recursos relacionales”, es decir, aquellas relaciones personales que servían para la consecución de un determinado objetivo –en este caso reducir la conflictividad en los poblados de la frontera–, se tornaban fundamentales para entender la expansión de la misma o, en su defecto, la consolidación de su defensa. Esto puede observarse en la correspondencia intercambiada entre Machado y Calfucurá durante el inicio de la Guerra de la Triple Alianza contra Paraguay. El 24 de enero de 1866, desde el campamento en Tapalqué, Machado escribía a su “Amigo General, Juan Calfucurá:

Amigo [...], es preciso que haga cuanto pueda por hacer para que se conserve la paz y los tratados mandando usted una comisión por Bahía Blanca a Buenos Aires, o por este punto para que se vean con el gobierno y lo disculpe a usted del robo pasado” (Barros, 1957 [1872]: 178).

Los lazos entablados entre Calfucurá y Machado para mantener pacificada la frontera no fueron los únicos que se construyeron entre comandantes y caciques. El 8 de septiembre de 1866, el flamante comandante de la Frontera Costa Sur, Antonio López de Osornio, se dirigía al juez de paz de Tandil “con el honor de recomendar [...] al Cacique Guanchiguir que pasa hasta ese pueblo á vender sus tejidos, sal y demás, con veinte y tantos yndios”, al mismo tiempo que le informaba que mandaba “un oficial en su compañía para que en su ida y regreso no haya desorden”. López de Osornio concluía su carta rogándole al juez de paz que haga “lo posible porque este Cacique salga agradecido con sus bondades”.<sup>3</sup> Recién nombrado comandante de esta parte de la frontera, López de Osornio buscó, por todos los medios, mantener la amistad de este cacique para que no genere problemas en el territorio que comandaba.

---

<sup>3</sup>. AHMT; Juzgado de Paz; caja 18, legajo de 1866, doc. 213, 8/09/1866.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Como observamos, los comandantes de Guardias Nacionales tuvieron un rol fundamental en la pacificación de la frontera sur bonaerense. No dudaron en enfrentarse con los indígenas en aquellos momentos en donde los malones y las incursiones sobre los poblados criollos se tornaban habituales –principalmente en la década de 1850–, así como tampoco construir relaciones amistosas con los caciques cercanos al territorio que comandaban. Ya sea en base a la movilización de sus guardias nacionales para contener y reprimir los ataques indígenas, o al “negocio pacífico” que supieron cultivar con algunos de sus líderes, estos comandantes se transformaron en actores claves de los cuales ningún líder político osaría prescindir.

No obstante, otro factor importante en la construcción de poder de los comandantes, fue la estrecha relación que supieron construir con los milicianos de sus regimientos. De ello nos ocuparemos en el próximo apartado.

## **2.2. El comandante y la tropa: clientelismo y camaradería en los regimientos de Guardias Nacionales**

Los espacios de frontera se caracterizaron, en otras cosas, por la débil presencia del Estado y el peso decisivo de los vínculos personales en la definición y regulación de las relaciones sociales. El clientelismo dominó las articulaciones verticales de la sociedad, a la vez que fijó derechos, creó obligaciones, estableció lealtades y sustentó el poder (Mandrini, 2006). De esta forma, el Estado –al mismo tiempo que buscó eliminarlo–, debió reconocerlo y utilizarlo para tornar eficaz su dominio en la frontera (Míguez, 2010). El clientelismo –entendido como la práctica fundamentada en las relaciones personales, que no distingue los intereses públicos de los privados y en el cual estaban en juego el cambio de favores, desde los cuales quien detentaba el poder concedía algún tipo de protección y auxilio a través de cargos u otros favores, recibiendo en cambio la lealtad del cliente (Fertig, 2006)–, fue uno de los pilares que sustentaron las relaciones entre los comandantes de la región y



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

algunos individuos que, en determinadas ocasiones, se sumaban a las filas del regimiento de Guardias Nacionales que comandaban.

Esta práctica, fue utilizada por el coronel Benito Machado con frecuencia. Al menos de ello dejó constancia, en sus *Apuntes autobiográficos*, Manuel Suárez Martínez, comerciante español radicado en la frontera sur de Buenos Aires desde 1845. Suárez Martínez comenta que, en una ocasión, su compañero de viaje, Bueno, “se encontró con un trágico cuadro”: un “loco” había degollado al capataz de una de las estancias que Adolfo González Chávez poseía en la zona. “El capataz [se encontraba] muerto al lado del fogón [de la pulpería], el loco cantando y la mujer [del capataz], desesperada, había disparado al campo”. Al ver a Bueno, el asesino “le pidió el caballo para ir a buscar a la mujer, porque también quería degollarla, [...] [afirmándole que] después se presentaría al Coronel Machado, al que había servido como teniente de guardias nacionales del ‘Regimiento Sol de Mayo’” (Suárez Martínez, 1943: 73).

Sin embargo, en tanto institución cívica, al mismo tiempo que militar, los regimientos de Guardias Nacionales se vieron atravesados, también, por vínculos de camaradería, es decir, la “amistad o relación cordial que mantienen entre sí los buenos camaradas”, o sea, las “persona[s] que andan en compañía con otras, tratándose con amistad o confianza”.<sup>4</sup> Ante la inexistencia de una fuerza organizada, burocratizada y con espíritu corporativo, que respondiera al cargo inmediatamente superior y no al individuo que lo ocupara (Míguez, 2003), las relaciones de camaradería llevaron a la construcción de fuertes lazos personales entre los milicianos y su jefe.

Éstos, por lo general, podían observarse cuando la jurisdicción militar se “entrometía” en la instancia civil, o viceversa, es decir, cuando los jueces de paz, o de primera instancia, se tomaban atribuciones que correspondían al ámbito militar. De ello, eran conscientes tanto los comandantes, como los propios

---

4. Esta definición pertenece a la última edición del Diccionario de la Real Academia Española que puede consultarse on-line en [www.rae.es](http://www.rae.es).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

milicianos. En una ocasión, se presentó un miliciano del Regimiento “Sol de Mayo” a su comandante, Pantaleón Ortiz, para exponerle que había sido golpeado por una mujer. Como consecuencia, el citado Ortiz se dirigió en los siguientes términos al juez de paz de Tandil, Ernesto Romero:

“...el día 15 del presente mes [de marzo] se me presentó el G. N. Miguel Suares con una erida en el cráneo, cuya erida ha sido hecha por D<sup>ña</sup>. María Cardona de nación española. Como dicho G. N., Miguel Suares, está bajo mis órdenes, es que suplico al Sr. Juez [de paz] le dé el castigo que merezca a la tal María Cardona, por semejante echo...”<sup>5</sup>

Estos vínculos de camaradería, fomentados, aún más, por la presencia del fuero –que protegía a los milicianos de la justicia civil–, y los atropellos cometidos por los comandantes a su favor, acrecentaban los lazos que unían a los milicianos con sus superiores. Sin embargo, aunque los guardias nacionales se vieran favorecidos por este tipo de prácticas en muchas ocasiones, no desconocían los abusos y la arbitrariedad que cometían, en otras. De ello, dio cuenta el teniente coronel, Álvaro Barros, al hacerse cargo de la jefatura de la Frontera Sur de Buenos Aires, en abril de 1866. Dicho comandante afirmaba:

“[la] guardia nacional presencié el castigo de alguno de sus compañeros porque no cuidaban bien los intereses del jefe de la frontera, que destinaba una parte de la guarnición en la formación de una estancia que se hallaba a pocas cuerdas del campamento de la Blanca.  
[...] Presenciaba, además, la preferencia que cometía [el comandante] dando licencias temporales a algunos guardias nacionales [y] recargando en el servicio a los que quedaban en su puesto por no tener la concesión del jefe que los mandaba” (Barros, 1957 [1872]: 168-169).

A su vez, la arbitrariedad de los comandantes, no se reducía a los milicianos que integraban la tropa de sus regimientos, sino que también alcanzaba al cuerpo de oficiales. El 13 de marzo de 1864, el comandante del regimiento N° 13 de Guardias Nacionales, se dirigía al Sr. Ministro de Gobierno

---

<sup>5</sup>. AHMT, Juzgado de Paz, caja 14, legajo de 1863, doc. 003, 18/03/1863.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de la Provincia de Buenos Aires, Mariano Acosta, para pedirle la remoción del capitán Manuel Bahía, con el objetivo de convenir “al mejor servicio público”.<sup>6</sup> No obstante, la destitución de un oficial, se correspondía con el nombramiento de otro que, por lo general, le fuera leal y respondiera a sus intereses. El 25 de julio de 1865, el Comandante militar de Carmen de Patagones escribía al Sr. Inspector de Milicias, con el fin de “propone[r] para desempeñar la mayoría del cuerpo a sus órdenes al sargento distinguido Dn. Casimiro Ortiz”.<sup>7</sup> De lo dicho, podemos observar que los comandantes, cuando no estuvieran de acuerdo con el proceder de sus oficiales, los desplazaban del cargo que ocupaban para, luego, reemplazarlo por otro que respondiera sus intereses. De esta forma, los comandantes de los regimientos de Guardias Nacionales, se aseguraban contar con la oficialidad de los mismos leales a sus órdenes y disposiciones.

En conclusión, ante la débil presencia del Estado en la frontera –que se proyectó en la incapacidad del mismo para regular las relaciones sociales–, el clientelismo y la camaradería fueron los mecanismos fundamentales sobre los cuales se construyeron vínculos más que durables entre comandantes, oficiales y milicianos. Los comandantes no dudaban en proteger a ciudadanos de sospechosa reputación, a pedir justicia a los jueces de paz ante algún problema de sus milicianos, al mismo tiempo que destituir de la oficialidad de sus regimientos a aquellos individuos adversos a sus intereses y sustituirlos por los que le respondieran incondicionalmente, utilizando altas cuotas de arbitrariedad y cometiendo todo tipo de atropellos.

Los vínculos estrechos que supieron construir con algunos caciques indígenas de la frontera, así como también los que cultivaron con sus milicianos y oficiales, fueron trascendentales para que estos comandantes de Guardias Nacionales se erigieran en figuras respetables y prestigiosas en la región, a la vez que les permitían contar con una base de movilización ante algún conflicto

---

<sup>6</sup>. Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires [en adelante AHPBA], Inspección General de Milicias, cuerpo 52, anaquel 2, legajo 3, exp. 543, 13/3/1864.

<sup>7</sup>. AHPBA, Inspección General de Milicias, cuerpo 52, anaquel 2, legajo 3, exp. 573, 25/7/1864.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

político de envergadura que derivara en un enfrentamiento militar abierto. A ello debemos sumar los vínculos que entablaron con políticos de preeminencia provincial y nacional y con los “notables” de las localidades de la región, ya que también aportaron una cuota de poder para los primeros. De ello nos ocuparemos en el próximo apartado.

### **2.3. Los comandantes de Guardias Nacionales y la política a nivel nacional y local**

Los comandantes de Guardias Nacionales tuvieron un rol político y militar de trascendencia durante la construcción del Estado nacional en Argentina. Formaban parte de redes políticas –a nivel nacional y local– que se ponían en juego en cada proceso eleccionario, pero, además, en los sucesivos levantamientos y revoluciones que caracterizaron a la historia argentina de la segunda mitad del siglo XIX.

Durante el período de formación del Estado nacional en Argentina (1852-1880), las dos agrupaciones políticas más importantes de Buenos Aires –y, en algunos momentos, del país– fueron el “Partido Nacionalista”, liderado por Bartolomé Mitre,<sup>8</sup> y el “Partido Autonomista”, liderado por Adolfo Alsina<sup>9</sup> que, a partir de una serie de alianzas con sectores de la elite política del interior del país, darán lugar al Partido Autonomista Nacional (PAN) en 1880.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup>. Bartolomé Mitre (1821-1906), fue un distinguido político, militar y periodista argentino. Siendo gobernador de Buenos Aires (1859-1861), se enfrentó a las fuerzas de la Confederación Argentina en Pavón (1861), logrando la victoria. A causa de ello, fue elegido presidente de la República (1862-1868). Desde 1865 hasta 1868, comandó las fuerzas de la Triple Alianza en la guerra contra Paraguay. Derrotado en las elecciones presidenciales de 1874, encabezó una revolución que fue derrotada. Participó en el conflicto armado de 1880, del bando de Buenos Aires, y, en 1890, fue uno de los principales impulsores de la “Revolución del Parque”, que hizo renunciar al presidente Miguel Juárez Celman (1886-1890).

<sup>9</sup>. Adolfo Alsina (1829-1877), fue un importante político argentino. Siendo el principal dirigente del “Partido Autonomista” de Buenos Aires, alcanzó la vicepresidencia de la Nación durante el mandato de Sarmiento (1868-1874). Finalizado éste, ocupó el Ministerio de Guerra y Marina desde 1874 hasta su muerte, en 1877, desde donde encabezó una política ofensiva contra los indígenas asentados en el sur del país (ver mapa de página 4).

<sup>10</sup>. Siguiendo a Oszlak (2009: 129-130), sería erróneo calificar como partidos a la inmensa variedad de tendencias, facciones y agrupamientos, escasamente orgánicos y lideradas por caudillos, a través de los cuales se expresó la actividad política argentina desde la independencia





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Llegado el año 1874, la renovación presidencial volvía a convertirse en el principal problema de la política argentina. Luego de la proliferación de varios candidatos para suceder al presidente Domingo Sarmiento, los contendientes a disputarse la primera magistratura fueron, finalmente, Bartolomé Mitre y Nicolás Avellaneda. Mientras que el primero contaba con amplios apoyos en las provincias de Buenos Aires, Santiago del Estero y San Juan, la candidatura del segundo era sostenida por los gobernadores del resto de las provincias y por el autonomismo de Buenos Aires –luego de que Alsina se bajara de la carrera presidencial. La Junta Electoral, reunida el 12 de junio de 1874, proclamó ganadora a la formula Avellaneda-Acosta con 146 votos por sobre los 76 de la formula Mitre-Torrent. Inmediatamente después, los mitristas denunciaron fraude y pidieron por una revolución que, efectivamente, estalló a fines del mes de septiembre de 1874 en el sur de las provincias de Buenos Aires, Córdoba y San Luis.

En este conflicto, los comandantes militares tuvieron un rol muy importante. Hortensio Míguez, comandante de Guardias Nacionales del partido de Ayacucho y Arenales (Buenos Aires), fue una de las principales figuras del Partido Autonomista en la región. Desempeñó un papel fundamental para impedir que la revolución mitrista proliferara, ya sea interviniendo en los municipios aledaños a su jurisdicción, como informando sobre los movimientos de las fuerzas revolucionarias al gobernador, ya que interceptaba la correspondencia de los insurrectos.<sup>11</sup> A su vez, desembarcado Mitre en las costas del Tuyú (Océano Atlántico), para encabezar la revolución en el sur de Buenos Aires, Hortensio Míguez, junto con Norberto Melo –vecino alsinista de la zona–, cambiaron las autoridades de los partidos de Tandil y Ayacucho, con el fin de restarle a la revolución hombres y caballos (Suárez Martínez, 1943).

---

hasta las últimas décadas del siglo XIX. Durante ese extenso período, el término “partido” se utilizó en el sentido de “parcialidad”, antes que en su moderno sentido corporativo.

<sup>11</sup>. AHPBA, Inspección General de Milicias, cuerpo 52, anaquel 3, legajo 48, exp. 439, 29/9/1874.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Por su parte, desde el bando mitrista, los comandantes no fueron menos importantes. Oficiales leales al general Ignacio Rivas –jefe militar de la Frontera Sur de Buenos Aires–, depusieron a las autoridades del Partido de Las Flores por figuras que le respondieran directamente, ya sea en el juzgado de paz, como en la Corporación Municipal.<sup>12</sup> En Tandil, junto con sus fuerzas y algunos vecinos del pueblo, el coronel Benito Machado destituyó a las autoridades locales alsinistas, puestas por Míguenz días atrás, y, en su lugar, hizo asumir a hombres de reconocida filiación mitrista. Así lo relataba Juan Fugl, testigo privilegiado de los sucesos de 1874 en Tandil:

“[...] en Tandil, el coronel Machado fue uno de los más activos oficiales del partido revolucionario. Había reunido a un grupo [...] grande de gauchos que con Figueroa, Ramón Gómez y otros mitristas de los alrededores, llegaron al pueblo, destituyeron al Juez [de Paz] y a los municipales, cerraron el Banco y pusieron a un comerciante en lugar del Juez y a otro como comandante [militar] del distrito, quedando estas dos personas como autoridades supremas” (Larsen de Rabal, 1989: 435-441).

Rivas y Machado, fueron las dos figuras político-militares más importantes del mitrismo en esta región y ambas sostuvieron la revolución en la frontera sur de la provincia de Buenos Aires, sea, entre otras cosas, recolectando dinero para financiar el levantamiento (Delpech, 1944), como reuniendo guardias nacionales para incrementar las filas del “Ejército Constitucional” que encabezaría el mismo Bartolomé Mitre. El 24 de septiembre, Machado llamaba a participar de la revolución a los ciudadanos de Tandil de la siguiente manera:

“Compatriotas del Sur: [...] La causa de la libertad, seriamente amenazada por un círculo de demagogos que se han apoderado del poder por medio del fraude, de la violencia y de la opresión, necesita hoy [...] del patriótico concurso de los buenos ciudadanos para dar en tierra una vez por todas con esos caudillos irresponsables [...].  
Guardias Nacionales del regimiento ‘Sol de Mayo’: Yo también os digo a las armas, pues vuestro jefe, compañero y amigo [Bartolomé Mitre], en todo tiempo ha sido soldado de la Ley y el

---

<sup>12</sup>. AHPBA, Ministerio de Gobierno, legajo 20, exp. 842, 24/10/1874.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

orden, por cuya causa habéis peleado bajo mis órdenes, premiando siempre la victoria nuestros sacrificios...”<sup>13</sup>

Si bien Machado hacía años que había dejado la jefatura del Regimiento “Sol de Mayo”, lo cierto es que la capacidad de movilización del mismo no había declinado en absoluto, debido a que los vínculos entablados con los milicianos eran muy fuertes. Pero, también, porque el comandante que lo sucedió en el N° 17 de Guardias Nacionales –y estaba cargo del mismo en 1874– era José Ciriaco Gómez, su yerno. La carrera política y militar que Machado construyó desde su llegada a la región, se correspondió con la creación de duraderos lazos de parentesco con los “notables” de la región, principalmente, a través del matrimonio de sus hijas con grandes hacendados, políticos y militares, que se mantuvieron hasta el día de su muerte.<sup>14</sup> Ello le permitió contar con una importante ascendencia en la jefatura y oficialidad del Regimiento “Sol de Mayo”, pudiendo contar con su apoyo militar en los momentos de conflictividad política álgida.

No obstante, más allá de los amplios apoyos que el pronunciamiento de 1874 logró en la frontera sur bonaerense, el “Ejército Constitucional” fue aplastado en los campos de la estancia *La Verde*, el 25 de noviembre de ese mismo año, por las fuerzas leales al gobierno nacional, dando fin a la revolución y a las expectativas políticas de Mitre y sus aliados.

En conclusión, el análisis de los sucesos de 1874, demostraron que los vínculos que unían a los comandantes militares con líderes políticos de renombre nacional, se sustentaron en el apoyo político y militar que se prestaban mutuamente. Mientras que los segundos contaban con el servicio de los primeros –ya sea conteniendo los posibles ataques de los indígenas en ese territorio; reuniendo y armando guardias nacionales para apoyar o reprimir

---

<sup>13</sup>. Cita extraída de Del Valle (1908: 87-90). El original de esta proclama se encuentra en el Museo Fuerte Independencia, Tandil (sala N° 2).

<sup>14</sup>. Ello se observa en la solicitada de agradecimiento que su familia publicó, con motivo de la muerte de Machado –el 9 de julio de 1909–, a todos los presentes en su funeral. Entre los firmantes encontramos a apellidos como Gómez, Montenegro y Figueroa. *El Eco de Tandil*, 15 de julio de 1909.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

pronunciamentos políticos y militares; entre otras cosas–, los primeros hacían gala en la región del apoyo político que estos líderes le otorgaban. Sin embargo, estos no fueron suficientes para arraigar su influencia en los poblados de la campaña bonaerense. Los vínculos a nivel nacional y provincial, se complementaron con fuertes lazos de parentesco, edificados con las elites locales, que sirvieron para aumentar la presencia de los mismos en la política y sociedad de la región.

Estos vínculos incondicionales, que se desarrollaban entre figuras de preeminencia nacional en el ámbito político y militar, con otras que contaban con suficientes apoyos en la frontera sur como para convertirse en actores clave en ese territorio, se ponían a prueba y, a la vez, reafirmaban en cada conflicto, a tal punto, que las lealtades personales primaban por sobre las disposiciones gubernamentales y constitucionales en torno a la movilización de los regimientos de Guardias Nacionales.

### **3. Consideraciones finales**

En el presente trabajo, intentamos aproximarnos al funcionamiento de los regimientos de Guardias Nacionales y analizar el rol que desempeñaron sus comandantes durante el proceso de construcción y consolidación del Estado Nación argentino en la frontera sur bonaerense (1852-1880).

Observamos que la carrera política y militar de los comandantes de la frontera sur de Buenos Aires se sustentó, primero, en las actividades que llevaban a cabo para mantener pacificada la frontera, ya sea desde los movimientos militares defensivos realizados por sus regimientos de caballería, como desde la aplicación de medidas tendientes a favorecer las relaciones pacíficas con las parcialidades indígenas de la región; segundo, en los vínculos clientelares y de camaradería que edificaban –en no pocas ocasiones cometiendo abusos y poniendo en práctica mecanismos arbitrarios– con sus milicianos y oficiales de los regimientos sobre los que ejercían la jefatura, permitiéndoles una gran capacidad de movilización de los mismos, incluso,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

desconociendo las órdenes de sus superiores; y, tercero, en las relaciones de amistad y reciprocidad política y militar que los unían a líderes de renombre provincial y nacional, al mismo tiempo que en los estrechos vínculos que establecieron con algunas de las familias más influyentes de las localidades y ciudades que habitaban, que ocuparon puestos importantes en la política local y en la oficialidad de los regimientos que capitaneaban.

Estas circunstancias, convirtieron a muchos comandantes de Guardias Nacionales en actores fundamentales en la frontera sur bonaerense durante el período de construcción del Estado argentino. El prestigio militar, la posición preeminente que ocupaban en la política de la zona y, principalmente, la gran capacidad de movilización de sus guardias nacionales, los convirtieron en individuos de relevancia, con la suficiente autodeterminación para utilizar las fuerzas bajo su mando a favor o en contra de las autoridades constituidas legalmente. Si bien, como planteamos más arriba, fue el gobernador de la provincia –en este caso de Buenos Aires–, quien llamaba a reunir y movilizar los regimientos de Guardias Nacionales, sobre todo en momentos de álgida convulsión política y militar, la decisión de apoyar esa convocatoria y, efectivamente, movilizar a sus guardias quedó en manos de los comandantes. Si éstos eran afín a la proclama del gobernador o del caudillo involucrado en ella, apoyaban a la misma, si, en cambio, era realizada por algún individuo contrario a sus intereses –y los de su líder político–, las fuerzas eran volcadas en su contra.

Las Guardias Nacionales y sus comandantes ocuparon un rol central en el avance de la frontera con los indígenas, así como aportaron hombres a grandes conflictos armados como la Guerra de la Triple Alianza contra Paraguay; pero, principalmente, ocuparon un lugar fundamental en la política argentina de la segunda mitad del siglo XIX. Aunque lejos de llegar a conclusiones acabadas sobre la problemática, los resultados obtenidos en el trabajo, buscan ser útiles para reflexionar sobre la participación de estos jefes militares en la política argentina decimonónica.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

¿Los gobernadores debían construir sólidas relaciones con los jefes de los departamentos militares y, en menor medida, con los comandantes de los regimientos para poder contar con sus favores y, a partir de ello, ante la inexistencia de una oficialidad burocratizada con espíritu corporativo y alejada de las disputas políticas coyunturales, poder contar con el apoyo político y, fundamentalmente, militar de sus tropas, en momentos de conflictos armados o revoluciones? En el caso de la frontera sur, observamos que fue necesario, ya que la presencia de comandantes como Ignacio Rivas, Benito Machado y Hortensio Míguenz, entre otros, era demasiado importante como para desconocerla.

Nuevos aportes serán necesarios para elaborar afirmaciones más convincentes sobre las fuerzas de poder que estructuraban las relaciones entre los comandantes de Guardias Nacionales y los gobernadores provinciales con poder –¿sólo en teoría?–, de movilizar a las Guardias Nacionales. Ello únicamente podrá realizarse a partir de estudios de casos que discutan conceptos centrales de la temática como *poder* y *redes sociales* en ámbitos territoriales concretos.

## **Bibliografía**

- Barros, Álvaro (1957 [1872]), *Fronteras y territorios federales en las pampas del Sur*, Buenos Aires, Talleres El Gráfico.
- Bechis, Martha (2005), “Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX”, en Noemí Goldman y Ricardo Salvatore (comps.), *Caudillos Rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema*, Buenos Aires, Eudeba.
- Comando en Jefe del Ejército (1971), *Reseña histórica y orgánica del Ejército Argentino*, T. I, Buenos Aires, Círculo Militar.
- Del Valle, Antonio (1908), *El coronel Don Benito Machado*, Tandil, edición del autor.
- Delpech, Emilio (1944), *Una vida en la gran Argentina. Relatos desde 1869 hasta 1944*, Buenos Aires, Peuser S. A. Impresores.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

- Fradkin, Raúl (2010), “Notas para una historia larga: comandantes militares y gobierno local en tiempos guerra”, en Beatriz Bragoni y Eduardo Míguez (coords.), *Un nuevo orden político. Provincias y Estado Nacional, 1852-1880*, Buenos Aires, Biblos.
- Larsen de Rabal, Alice (1989), *Memorias de Juan Fugl. Vida de un pionero durante 30 años en Tandil-Argentina, 1844-1875*, Argentina, edición de la autora.
- Lobato, Mirta Zaida y Juan Suriano (2006), *Atlas histórico de la Argentina*, Buenos Aires, Sudamericana.
- Lucaioli, Carina y Lidia Nacuzzi (coords.) (2010), *Fronteras. Espacios de interacción en las tierras bajas del sur de América*, Buenos Aires, Sociedad Argentina de Antropología.
- Macías, Flavia (2010), “‘Ciudadanos armados’ y fuerzas militares en la construcción republicana decimonónica”, en *Ediciones Honorable Senado de la Nación*, Argentina.
- Mandrini, Raúl José (1992), “Indios y fronteras en el área pampeana (siglos XVI-XIX). Balance y perspectivas”, en *Anuario IEHS*, N° 7, Tandil, UNCPBA.
- \_\_\_\_\_ (1997), “Las fronteras y la sociedad indígena en el ámbito pampeano”, en *Anuario IEHS*, N° 12, Tandil, UNCPBA.
- \_\_\_\_\_ (2006) (ed.), *Vivir entre dos mundos. Conflicto y convivencia en las fronteras del sur de la Argentina. Siglos XVIII y XIX*, Buenos Aires, Taurus.
- Míguez, Eduardo (2003), “Guerra y orden social en los orígenes de la Nación Argentina, 1810-1880”, en *Anuario IEHS*, Tandil, UNCPBA.
- \_\_\_\_\_ (2010), “La frontera sur de Buenos Aires y la consolidación del Estado liberal, 1852-1880”, en Beatriz Bragoni y Eduardo Míguez, ob. cit.
- Navarro Floria, Pedro (2004), “Continuidad y fin del trato pacífico con los indígenas de la Pampa y la Patagonia en el discurso político estatal argentina (1853-1879)”, en *Anuario IEHS*, N° 19, Tandil, UNCPBA.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

- Oszlak, Oscar (2009), *La formación del Estado argentino. Orden, progreso y organización nacional*, Buenos Aires, Emecé.
- Ratto, Silvia (1994), “Indios amigos e indios aliados. El origen del ‘negocio pacífico de los indios’ en la provincia de Buenos Aires”, en *Cuadernos del Instituto de Historia Argentina “Dr. Emilio Ravignani”*, N° 5, Buenos Aires, UBA.
- \_\_\_\_\_ (2003), “*La frontera bonaerense (1810-1828): espacio de conflicto, negociación y convivencia*”, La Plata, Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires “Dr. Ricardo Levene”.
- \_\_\_\_\_ (2007), *Indios y cristianos. Entre la guerra y la paz*, Buenos Aires, Sudamericana.
- \_\_\_\_\_ (2010), “La ocupación militar de la Pampa y la Patagonia de Rosas a Roca (1829-1878)”, en Oscar Moreno (coord.), en Oscar Moreno (coord.), *La construcción de la Nación Argentina. El rol de las Fuerzas Armadas*, Buenos Aires, Ministerio de Defensa.
- Reguera, Andrea (2011), “La multiplicidad de la frontera en su dimensión relacional”, en Mariana Canedo (coord.), *Notables locales, intermediarios y gobiernos entre el Virreinato del Río de la Plata y la Confederación Argentina*, Mar del Plata, Ediciones de la UNMdP (en prensa).
- Sábato, Hilda (2008), *Buenos Aires en armas. La Revolución de 1880*, Buenos Aires, Siglo XXI.
- Suárez Martínez, Manuel (1943), *Apuntes autobiográficos de 1845 al 1880*, Tandil, s/e.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A CHIBATA (1910): FACES DE UMA REVOLTA\***

Leonel Castellani\*\*

Orientador: Prof. Dr. Adelar Heisnfeld\*\*\*

### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A Revolta da Chibata foi um movimento de oficiais de patentes inferiores da Marinha do Brasil que se desenrolou de 22 a 27 de novembro de 1910 na baía de Guanabara, no então Distrito Federal. Na ocasião, dois mil marinheiros rebelaram-se contra a aplicação de castigos físicos a eles impostos como punição, ameaçando bombardear a cidade do Rio de Janeiro.

Trabalhar com a Revolta da Chibata ou Chibatada nos leva, não apenas a estudar um passado não muito distante de nossa história, mas também a trabalhar uma conjuntura social e política que no decorrer da história brasileira se tornou um evento de grande impacto e que ainda hoje gera muitas dúvidas, muitas vezes elogios, outras vezes críticas, sempre marcadas pela representação de determinadas figuras integrantes do movimento revoltoso, ou mesmo, da força opressora que se sentiu ameaçada e indignada com a revolta.

No geral, nosso objetivo é pesquisar uma estrutura de rápida assimilação sobre essa revolta do início do século XX, além de trazer ao conhecimento do público um novo estudo sobre sua influência na história de nossa nação.

Especificamente, para atingirmos nosso objetivo, trabalharemos com uma breve explanação e contextualização do momento sócio-político em que o Brasil se encontrava, passando pelos antecedentes que geraram a revolta até o estopim que pos a revolta em andamento e o evento central, que é a própria Revolta (capítulo II). Logo após, apresentaremos o resultado da revolta sobre o ponto de vista revoltoso, apresentando as especificidades do movimento (capítulo III). Durante o decorrer da trama e, pra encerrar de maneira visualizável, demonstraremos um seletor de imagens, exemplificando e identificando os principais personagens que participaram da revolta.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **2. O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO NACIONAL**

Nessa época, a maior e mais importante parcela dos trabalhadores do país encontrava-se no campo produzindo o açúcar, a borracha, o cacau e, principalmente, o café (MAESTRI, 1982, p. 16). O proletariado fabril recém surgia como classe social. Em uma população estimada em vinte e três milhões de habitantes, o número de operários girava em torno de cento e sessenta mil. No campo e nas cidades, vegetava verdadeira multidão de populares marginalizados da produção agro-exportadora ou fabril. São os descendentes dos escravos ou dos “livres-pobres” do império. Em 1910, são os grandes proprietários agrários que controlam o poder político da nação (MAESTRI, 1982, p. 17).

É difícil compreender a revolta dos marinheiros de maneira isolada do momento político que vivia o país. Quando estala a rebelião, em novembro de 1910, o presidente Hermes da Fonseca acabava de assumir o governo.

Hermes da Fonseca destacara-se já no governo de Rodrigues Alves como militar legalista (MAESTRI, 1982, p. 17). Ministro da Guerra de Afonso Pena, alcança relativo prestígio popular. Quando Nilo Peçanha assume o governo em 1909, após o falecimento de Afonso Pena, a candidatura de Hermes da Fonseca ganha força, já que Peçanha é pró-marechal. Em 1910, as “eleições” darão a vitória, é lógico, ao marechal, contra Rui Barbosa. Hermes da Fonseca contava com o apoio de mais estados, do governo, da polícia e o voto pouco valia nas decisões da República velha.

### **2.1 ANTECEDENTES E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA MARINHA DE GUERRA**

O chicote e os castigos físicos, abolidos no segundo dia da República pelo decreto nº 3 de 16 de novembro de 1889 (MAESTRI, 1982, p.23) como prática própria à escravidão, foram reintroduzidos, logo mais tarde, devidos às pressões



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

da oficialidade. O decreto nº 328 de 12 de abril de 1890 criava a “Companhia Correccional”, forma encontrada para reduzir a chibata na esquadra.

A “Companhia Correccional”, na qual era enquadrado o condenado (MAESTRI, 1982, p.23), caracterizava prisão, ferros, solitária, pão e água e chibata como castigos disciplinares. Delimitava a 25 chicotadas as penas máximas. Castigos maiores eram deixados ao “prudente arbítrio do comandante”, mas prudência parecia não ser qualidade própria dos senhores comandantes.

A consolidação da Marinha brasileira remonta ao período imperial (ARIAS NETO, 2001, p.80 *in* ALMEIDA, 2010, p. 4). A Armada teve um papel decisivo na repressão ao tráfico negreiro a partir de 1850 e na Guerra do Paraguai (1864-1870), que acelerou a substituição progressiva das embarcações. Num intervalo de pouco mais de 20 anos, entre 1848 e 1870, quase a totalidade dos navios a vela cederam lugar aos vapores, que permiti am a adoção do sistema misto vela-vapor e aos encouraçados.

Os marinheiros nacionais, quase todos negros ou mulatos comandados por uma oficialidade branca, em contato cotidiano com as marinhas de países mais desenvolvidos à época, não podiam deixar de notar que as mesmas não mais adotavam esse tipo de punição em suas belonaves, considerada como degradante. O uso de castigos físicos era semelhante aos maus-tratos da escravidão, abolida no país desde 1888. Paralelamente, a reforma e a renovação dos equipamentos e técnicas da Marinha do Brasil eram incompatíveis com um código disciplinar que remontava aos séculos XVIII e XIX.

De acordo com Mário Maestri Filho, os bons ventos financeiros da primeira década do século XX, decide-se uma modernização faraônica da Marinha de Guerra. Em 1904 propõe-se a compra de três navios encouraçados (depois reduzidos a dois por pressões argentinas), três cruzadores-encouraçados, seis caça-torpedeiros, seis torpedeiros, seis torpedeiros menores, três submarinos e um navio carvoeiro. Feito o pedido a Inglaterra, grande número de marinheiros brasileiro partem para aquele país para serem treinados



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

e ali convivem com marinheiros de todo o mundo e voltarão ainda mais revoltados com o obscurantismo das condições de vida na Marinha brasileira.

No início do século XX, esses navios – “jaulas flutuantes” – foram substituídos pelos encouraçados, que exigiam um novo tipo de pessoal (ALMEIDA, 2010, p.2), mais bem formado e avesso às antigas medidas disciplinares. Segundo essa corrente, o erro da Marinha brasileira do início do século que levou à revolta dos marujos em 1910 contra os castigos corporais foi o de tentar substituir os navios de guerra sem proceder à troca do pessoal de bordo, criando um abismo entre essas duas dimensões.

A Marinha Argentina juntamente com seu governo, para não ficar em desvantagem e ter um adversário muito bem armado e preparado, resolve armar-se também, modernizando sua estrutura. Uma série de conversas com o governo brasileiro e o Ministro da Marinha pôs em acordo os dois países: cada um abriria mão de um dos grandes encouraçados. Esses encouraçados, após esse episódio, foram repassados para a Turquia (antigo Império Otomano). Com a ascensão da I Guerra Mundial, a Inglaterra se fez valer de suas próprias vontades e segurou as duas embarcações para si. Em outras palavras, a Turquia pagou e não levou os navios. Com isso o Brasil ficou com dois grandes encouraçados: o navio Minas Gerais (figura 1), que os próprios ingleses afirmavam ser a maior e mais poderosa arma de guerra já construída e o São Paulo (figura 2), outro grande navio de guerra adquirido no pacote de reforma da estrutura naval brasileira.

A historiografia aponta duas razões para a anulação (ALMEIDA, 2010, p.7) da compra deste terceiro navio: os altos custos das encomendas e a pressão de outras nações sul-americanas, nomeadamente da Argentina, como supracitado. De fato, tanto a imprensa argentina quanto os diplomatas do país denunciavam as pretensões armamentistas brasileiras, acusando a diplomacia de Rio Branco de “expansionista” e “imperialista”, embora o ministro não defendesse particularmente o projeto de Alexandrino e fosse mais favorável à compra de navios menores, nos moldes do projeto de Noronha (HEINSFELD,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

2006; BUENO, 2003, 223 *in* ALMEIDA, 2010, P.7). De toda forma, as novas aquisições brasileiras embarcarão o país vizinho em uma verdadeira corrida armamentista e, no início de 1910, a Argentina encomenda dois *dreadnoughts* de 28.000 toneladas de deslocamento.



Figura 1: encouraçado Minas Gerais

Fonte: <http://www.aramilitar.net/DIRECTORIO/nav.aspx?nn=17>



Figura 2: encouraçado São Paulo

Fonte: <http://fernandowilliams.com/top/navios-desaparecidos-triangulo-das-bermudas-mar-do-diabo-navios-fantasmas/>

### **2.3 A REVOLTA**

O estopim da revolta acabou sendo a punição aplicada ao marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes do Encouraçado Minas Gerais, em trânsito para o Rio de Janeiro. Por ter ferido um cabo com uma navalha, foi punido, não com as vinte e cinco chibatadas mínimas regulamentares, e sim com duzentos e cinquenta, na presença da tropa formada, ao som de tambores. O rigor dessa punição, considerada desumana, provocou a indignação da tripulação.

Uma semana depois, já na baía de Guanabara, na noite de 22 de novembro, os marinheiros do navio Minas Gerais se amotinaram, mataram quatro oficiais (entre os quais o comandante, Batista das Neves), obtendo a adesão do Encouraçado São Paulo o segundo maior navio da Armada à época, e de mais seis embarcações menores ancoradas na baía. Foi então emitido um ultimato no qual ameaçavam abrir fogo sobre a então Capital Federal:



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*Estamos em revolta. Repudiamos castigo da chibata e não queremos continue situação. É o que pedimos ao Presidente da República e ao Ministro da Marinha. Queremos resposta já. Caso não tenhamos, bombardearemos cidade e navios que não se revoltarem.*

*Guarnições Minas, São Paulo e Bahia.*

*(LOPES, 2000, p.86)*

Surpreendido e sem capacidade de resposta, o governo, o Congresso e a Marinha divergiam quanto à resposta, pois a subversão da hierarquia militar é um dos principais crimes nas Forças Armadas. A população da então Capital, num misto de medo e curiosidade, permaneceu em estado de alerta, parte dela refugiando-se longe da costa enquanto outros se dirigiram à orla para assistir o bombardeamento ameaçado pelos marinheiros.

A Marinha esboçou um ataque aos revoltosos com dois navios menores, mas além de rechaçá-lo, estes bombardearam as instalações na ilha das Cobras. Em 23 de novembro uma nova mensagem foi captada:

*Afundaremos com um único tiro cada um dos navios que reagir.*

*(LOPES, 1982, p.107)*

Quatro dias mais tarde, a 26, o governo do presidente marechal Hermes da Fonseca declarou aceitar as reivindicações dos amotinados, abolindo os castigos físicos e anistiando os revoltosos que se entregassem. Estes, então, depuseram armas e entregaram as embarcações. Entretanto, dois dias mais tarde, a 28, alguns marinheiros foram expulsos da Marinha, sob a acusação de "inconveniente à disciplina".

### **3. SITUAÇÃO DOS REVOLTOSOS APÓS A REVOLTA**

O olhar de grande parcela dos homens do sul do país — pertencentes à *intelligentsia* da época — desde algum tempo estava marcado e influenciado pela idéia generalizante de que a Amazônia era uma terra ignota, distante, inhóspita e inadequada à presença humana (DA SILVA, 2006, p.3). Nesse



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

“espírito do tempo” predominante, aqueles que nela habitavam eram caracterizados como sujeitos que estavam em descompasso com a “história nacional” e com os ideais civilizatórios, permeados de lampejos eurocêntricos que há algum tempo aportavam aqui nos trópicos [...]. Quando o escritor Euclides da Cunha tem seu primeiro contato com a Amazônia, logo ele afirma existir uma Amazônia real e outra imaginada que predominava na memória coletiva. Esta última seria aquela presente nos relatos de cronistas e viajantes desde o século XVI.

Francisco Bento da Silva destaca ainda que a Amazônia adquire nesta perspectiva, um aspecto utilitarista [...]. É também um depósito para o “lixo”, o “estrume social” indesejado e produzido pelas contradições da República, ainda em transição de um renegado passado monárquico e escravista que teimava em permanecer com seus resquícios. A Amazônia torna-se uma depositária longínqua e adequada para os deportados das revoltas do Rio de Janeiro, pois estava distante de qualquer olhar de comiseração e da vigência do estado de direito.

Alguns têm um destino totalmente diferente, como o caso do principal articulador da revolta, o “almirante negro” João Cândido (vide figura 5), como aponta Moacir C. Lopes, sobre o momento em que este está sendo levado para bordo de uma das embarcações que tem destino a Amazônia:

*Enquanto dois soldados puxam João Cândido para frente, e começam a reforçar a amarração, aproxima-se um oficial de Marinha, com outra escolta de soldados do exército. Traz um ofício do Ministério da Marinha, confabula com o tenente Francisco de Melo, informa-lhe de que o negro João Cândido está sendo requisitado, tem outra destinação.*

*(LOPES, 2000, p. 19)*

Nos quatro primeiros meses de 1911, o governo expulsará da Marinha nada menos do que 1.216 marujos (MAESTRI, 1982, p.59); mais tarde esse número, ao que parece chegou a 2.000.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Após passagem supracitada do livro de Moacir C. Lopes, João Cândido é conduzido até uma masmorra, a mais lúgubre e de maior segurança, onde caberiam apenas seis prisioneiros, mas que já estava super lotada com quatorze outros. O almirante é colocado nessa masmorra na qual ele descobre que ao final dos dias em que estão presos, ao pedirem água, o carcereiro Rufino vem e joga um balde com cal virgem dentro da prisão, aumentando a sede e a agonia dos prisioneiros. Essa agonia é bastante expressa nessa passagem:

*Meia noite por uma sineta no pátio e barulho de troca de sentinelas, lá fora já é Natal. Os dezoito prisioneiros, sem qualquer alimento desde a manhã, poucos goles de água lhes haviam sido servidos numa caneca, passam a beber a própria urina com as mãos em concha.*

*(LOPES, 2000, p.22)*

Pouquíssimos desses marujos sobrevivem em ambas às situações. Nas embarcações com destino à Amazônia, muitos são fuzilados ou mesmo castigados até a morte. Os que lá chegam, encontram a morte nas mãos dos donos dos seringais e das doenças endêmicas. Para os que ficam nas prisões, a morte é lenta e sofrida, pois a intoxicação pela cal virgem dissolvida em água deteriora os pulmões e vai enfraquecendo a respiração aos poucos.

#### **4. A MARINHA REVOLTADA**

Com os nervos aflorados em vista da ousadia do corpo marujo, a Marinha de Guerra, apoiada pelo seu Ministro e alguns líderes governamentais aplicaram um poderoso golpe nos rebeldes. Baseados em normas de conduta, através do qual afirmavam que houve deserção e desrespeito a ordem e a hierarquia, o oficialato da Marinha encontrou um meio de punir os revoltosos. Não apenas físicos, mas também, psicológicos.

De acordo com Edmar Morel (1979, p. 161) é difícil encontrar uma palavra que defina a viagem do cargueiro do Lóide Brasileiro, que transportou os rebeldes do “Batalhão Naval” e dos vasos-de-guerra, fuzilando-os em alto mar, a partir da saída do paquete da baía da Guanabara na noite do Natal de



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

1910 [...]. O navio, com sua “desgraçada carga humana”, deixou o porto do Rio, secretamente. Ninguém soube do embarque.

Durante os dias 20 e 21 de dezembro, por ordem do quartel-general, foram recolhidos ao presídio militar elevado número de marinheiros e soldados navais, oriundos dos quartéis da cidade. (MOREL, 1979, p. 180) No dia 21, procedentes da Casa de Correção, deram entrada, novamente, no presídio, os sentenciados que haviam sido soltos pelos sublevados. No dia 24, pela manhã, chegou ao quartel uma força do Exército, sob o comando de um oficial, escoltando dezoito marinheiros e soldados navais. Entre eles se achava o marinheiro João Cândido.

A Marinha de Guerra na se apiedou em momento algum. Qualquer coisa deveria ser feita para apagar a mancha que havia aparecido na face da Armada. Podemos dizer que o que existia de pior a disposição da Marinha e sua oficialidade foram aplicados em forma de castigos ao corpo marujo, em especial João Cândido, que tinha sido aureolado e desencadeou manifestações de indignação contra as punições que sofriam. Esse não poderia ser fuzilado como a maioria dos outros, as lideranças sabiam, pois dessa forma poderiam estourar revoltas de contestação por todo o Rio de Janeiro, e isso não se enquadrava nas idéias que a oficialidade tinha, pois uma revolta social seria uma forma de martirizar a imagem do marinheiro. João Cândido e seus principais colaboradores, na revolta de novembro, foram recolhidos depois do inominável extermínio dos marujos, em prisões diferentes, na mais completa incomunicabilidade durante dezoito meses. (As situações em que foram colocados os revoltosos podem ser vistos no item 3 desse trabalho.)

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assim, destacamos a Revolta da Chibata, exibindo algumas imagens e apontando os principais efeitos e o desfecho da história, exemplificando cada ponto apresentado para um fácil e rápido entendimento do leitor.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Mostramos também as maneiras como a revolta trabalhou durante os dias de desavenças, demonstrando algumas situações em que o governo do Marechal Hermes da Fonseca precisou ir a extremos para conseguir alcançar algum objetivo, para que os preciosos navios encouraçados não precisassem entrar em conflito com o restante da Marinha de Guerra e não bombardeassem a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, culminando com a deposição das armas pelos revoltosos e após isso, a reação da Marinha contra os organizadores do movimento.

A Revolta da Chibata, Chibatada ou dos Marinheiros é um tema em muito potencial e de ampla necessidade de exploração e estudos que nos ajudem a entender cada vez melhor os motivos e querelas que levaram um corpo marujo a defrontar a, então terceira esquadra mais poderosa do mundo, além do governo brasileiro, o Ministério da Marinha e o Exército nacional.

Necessariamente deverá se trabalhado o ponto de vista da Marinha de Guerra sobre a revolta, e a análise desse ponto de vista servirá para endossar as diferenças que existiam no tratamento dos marujos ao dos oficiais e funcionamento das tarefas e distribuição dessas pelo Corpo de Oficiais da Marinha, trabalho que esperamos, seja num futuro bem próximo.

#### **FONTES:**

Acervo digital: ÁREA MILITAR, encouraçado tipo *dreadnought Minas Gerais* <<http://www.reamilitar.net/DIRECTORIO/nav.aspx?nn=17>>. Acesso em: 24 de abril 2011.

Acervo digital: FERNANDO WILIANS, encouraçado tipo *dreadnought São Paulo*: navios desaparecidos triangulo das bermudas, mar do diabo, navios fantasmas <<http://fernandowilliams.com/top/navios-desaparecidos-triangulo-das-bermudas-mar-do-diabo-navios-fantasmas/>>. Acesso em: 05 de maio de 2011.

#### **REFERÊNCIAS.**

ALMEIDA, Silvia Capanema P. *A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*contradições. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p. 147-169, junho de 2010.*

ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da Armada nacional, 1867- 1910 in ALMEIDA, Silvia Capanema P. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p. 147-169, junho de 2010.*

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu – de 1902 a 1918 in ALMEIDA, Silvia Capanema P. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p. 147-169, junho de 2010.*

HEINSFELD, Adelar. Estanislau Severo Zeballos: artífice da política armamentista argentina no início do século XX in ALMEIDA, Silvia Capanema P. *A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p. 147-169, junho de 2010.*

LOPES, Moacir C. *O almirante negro: Revolta da Chibata – A vingança. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.*

MAESTRI FILHO, Mário. *1910: A revolta dos marinheiros – Uma saga negra. São Paulo: Global ed. 1982.*

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.*

SILVA, Francisco Bento da (graduado do Curso de História da UFAC – Universidade Federal do Acre). *História: degredados, gente sem memória. Trabalho apresentado no XII Encontro Regional de História do Rio de Janeiro – ANPUH - RJ. Rio de Janeiro: APERJ, 2006.*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **ENERGIA NUCLEAR X PODER: UM OLHAR DE "O CRUZEIRO" NA DÉCADA DE 1950**

Leonice Portela<sup>1</sup>

Neste trabalho analisaremos os debates sobre a energia nuclear por meio de representações feitas pela imprensa nas páginas da revista *O Cruzeiro*, onde nos possibilita captar uma história que vive em movimento, sendo assim nos permite relacionar os personagens com práticas sociais de um determinado período. A revista é fonte de sua própria história e das mais diversas situações, encontrando dados sobre a sociedade, seus ritos e costumes, informando sobre questões políticas e econômicas inseridas em suas representações através de suas palavras e imagens. Procuramos renovar nossas fontes de pesquisas, olhamos para o perigo eminente da guerra mundial, em meio às inúmeras pesquisas com energia nuclear que estão sendo realizadas pelos países, considerados os mais soberanos no mundo neste período.

### **1 - História e imprensa**

A história da imprensa juntamente com outras ciências como a sociologia, a antropologia são consideradas ciências auxiliares, completam de forma informal a história tradicional, mostrando as suas diferentes formas de interpretar as representações do passado.

Realizamos a relação de imprensa e história, partindo do pressuposto de que a imprensa como objeto da história não é nada fácil assim como afirmam P.Alberte e F. Terrou:

---

<sup>1</sup> Acadêmica do V nível do curso de História da Universidade de Passo Fundo (2011/2), bolsista de pesquisa Pibic, 105781@upf.br



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

(...), por exemplo, na história da literatura, dos fatos econômicos ou dos movimentos sociais -, não se poderia constituir-la ou compreendê-la sem uma constante à evolução geral das sociedades, de todos os objetos da pesquisa histórica, o jornal é, talvez, o que mantém as mais estreitas relações com o estado político, a situação econômica, a organização social e o nível cultural do país da época dos quais constitui o reflexo. (ALBERTE E TERROU, 1970)

Evidencia a necessidade de interpretação que as opiniões assumem frequentemente sobre a política, onde exprimem seu pensamento acerca de noções baseadas na moral e em valores que consistem fundamentalmente na própria sociedade jornalística.

A imprensa no contexto das relações internacionais sobre energia nuclear nos revela uma posição diferenciada, tem em vista uma análise mais subjetiva, pois tem um caráter mais popular e acessível à sociedade.

Para assim podermos realizar o cruzamento da História com a Imprensa apostamos numa nova renovação do estudo da História Política, que abriu caminho para a possibilidade de um duplo viés utilizando a imprensa enquanto fonte de reconstrução e cenas históricas e enquanto objeto de análise do historiador.

A sua função principal, que consiste em restituir à vida dos jornais e especificar o papel que eles representaram na evolução das sociedades, a história da imprensa acrescenta uma espécie de função derivada: a de ajudar os historiadores a utilizar o testemunho dos jornais. Não se pode construir ou compreender um determinado período histórico sem refletir sobre a evolução geral das sociedades; “de todos objetivos da pesquisa histórica, o jornal é talvez o que mantém as mais estreitas relações com o estado político, a situação econômica, a organização social e o nível cultural do país e da época dos quais constitui reflexo”. (ALBERTE E TERROU, 1970)

Desde o início da história da humanidade, a troca e as circulações de informações eram importantes e faziam parte da vida, na atualidade também não é diferente. O fluxo de informação é gigantesco e tem a força de uma avalanche.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O jornal não é meramente mais uma fonte histórica utilizada pelo historiador, mas sim uma ponte entre as relações sociais, o cotidiano dos cidadãos de um determinado período da história. Assim como afirma Thomas Jefferson, “Se me fosse dado decidir se devemos ter um governo sem jornais, ou jornais sem governo, eu não hesitaria um momento em escolher a última alternativa”.

Percebemos a grande influência da crise dos paradigmas da história em interpretações, em decorrência de diversos debates suscitados, houve entre os marxistas, uma importante renovação que contribuiu muito para as novas ramificações de pesquisas e as análises históricas nas concepções de poder. Este era o seu foco e os novos estudos passaram a preocupar-se com outras esferas dos acontecimentos sociais.

A imprensa não controla as atitudes, crenças e pensamentos do público receptor, mas traz para sua atenção uma seleta agenda de tópicos para se pensar a respeito. Os corpos podem ser torturados, amordaçados, reprimidos, pressões, mas o pensamento de um homem jamais vai ser reprimido. “Onde quer que a imprensa seja livre e todos os homens saibam ler, tudo está salvo” Thomas Jefferson.

As novas produções da história social incorporaram as lutas e os movimentos sociais proveniente de diferentes setores da sociedade. Assim abrindo um leque maior de possibilidades de pesquisa, utilizamos como base de pesquisa o estudo fragmentário ou em “migalhas” ou a “historia em migalhas”, defendida pela *Escola dos Annales*. Este estudo faz nos unir estas duas correntes teóricas em prol de objetivo maior de realizar a ligação da narrativa histórica e o período histórico de poder.

## 2 - “O CRUZEIRO”

O Cruzeiro foi fundado em 24 de maio de 1928, na sede do “*O Jornal*” onde funcionava num prédio estreito de três andares, localizado na Rua Rodrigo



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Silva, nº 14, o projeto da revista mais tarde conhecida como “O mundo em papel couche”. Em reunião com alguns jornalistas convidados por Assis Chateaubriand com o intuito de fundar a Sociedade Anônima Empresa Gráfica *O Cruzeiro*. Lembrando que esta era uma revista semanal ilustrada, era considerada a frente de seu tempo, considerada a maior da América Latina, circulando em todo o Brasil, em Portugal, na Argentina, no Chile e no México. Em seus 46 anos de apogeu, glória, fama e decadência inúmeras reportagens de diversas faces contemplaram a revistas desde a cobertura do carnaval do Rio de Janeiro, a morte de Getulio Vargas, disco voador na Barra da Tijuca, Bomba Atômica Russa, O desembarque de tropas americanas no Líbano, Espionagem em Berlim enriquecendo assim as suas 150 páginas em papel couche.

O *Cruzeiro* cobriu de forma marcante um expressivo e importante período histórico e foi considerada o rosto e a voz do Brasil, onde consagrou diversos jornalistas. O recorte que se faz nesta pesquisa refere-se à maneira com que o periódico retratou de forma peculiar e apreensiva, todo o processo de pesquisas com energia nuclear nos Estados Unidos, Alemanha e União Soviética, no período de 1950 a 1959, retratadas na coluna Política Internacional escrita pelo jornalista Theophilo de Andrade.

Theophilo de Andrade, brasileiro nascido Cristina, (MG), aos 18 de março de 1879. Formando-se bacharel, em 1894, na “Academia de Direito”, a tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Nesta coluna estavam todas as notícias e reportagens relacionadas acontecimentos internacionais de ligações diretas ou indiretas com o Brasil. O jornalista Theophilo Ribeiro de Andrade manterá sempre um posicionamento crítico diante dos fatos políticos e militares nas relações internacionais entre o Brasil e Estados Unidos, Alemanha, Argentina, Rússia e entre outros que escrevia.

A revista *O Cruzeiro* publicou inúmeras reportagens sobre os países que utilizavam energia nuclear como arsenal de guerra, onde selecionamos algumas reportagens, dentre elas se destacou as propostas de proibição de experiências nucleares discutidas na Conferência de Genebra e a repercussão do





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

rearmamento da Alemanha e da União Soviética. Visando o terror e temor pela guerra, o pânico se instalou quando foram divulgadas pesquisas que comprovavam que os testes realizados com bombas atômicas são extremamente prejudiciais à saúde humana, aos animais e as plantas, causando doenças cancerígenas e mutações genéticas, passando aos leitores um alerta de pânico, de risco de extinção da raça humana que a poeira nuclear poderia causar. Percebemos que o medo agora vinha não mais dos alemães, mas sim dos russos, que silenciosamente se preparavam para a guerra, com seus espões vermelhos e seus testes nucleares. Nas palavras do jornalista “O perigo para a civilização, neste momento, não é, como em passado recente, o soldado alemão, mas o soldado russo”.

### 3 - O MUNDO NAS PÁGINAS DE O CRUZEIRO

Direcionamos nossos estudos em pesquisas empíricas, realizamos a pesquisa no período de 1953 a 1959, sendo que selecionamos uma reportagem de 1962. Foram pesquisadas 33 reportagens da coluna Política Internacional escritas por Theophilo de Andrade e selecionadas 20 reportagens com relação à energia nuclear, dentre estas escolhemos cinco para ilustrar o contexto em que se encontrava o mundo durante este período.

Dessa forma, analisamos o contexto da reportagem do dia 12 de fevereiro de 1955: A defesa de Formosa:

O presidente dos Estados Unidos esta se contradizendo, quando diz que não existe perigo e logo depois solicita e obtém do Congresso, para utilizar da Sétima Frota Americana para a defesa e proteção da ilha de Formosa e do arquipélago dos Pescadores. A guerra esta morna, mas pode ficar quente, estão todos apreensivos. Notamos que a revista aborda de forma clara que a guerra esta preocupando os Estados Unidos, um dos países mais soberanos do mundo.

Na seguinte reportagem do dia 3 de setembro de 1955: A bomba atômica e guerra. Nas palavras do autor:



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A História ensina que um agressor somente se atira contra os povos vizinhos quando conta, pelo menos, com grande possibilidade de vitória. E há certos meios diante dos quais recuam, pelo receio da represália. É que há armas que como “boomerang” australianos, que se volta contra o próprio atirador. Recordam-se os leitores do medo da humanidade, antes do segundo conflito mundial, de que viéssemos a sofrer a grande guerra de gases e a guerra de micróbios? A probabilidade era grande, porque, pelo menos para a guerra dos gases, as potências estavam preparadas. É a terrível arma já havia sido usada com as limitações da época, primeira guerra mundial. Entretanto, Hitler, com toda a sua loucura, não se atreveu a usá-la, pelo receio da resposta. A bomba atômica foi empregada para dobrar os joelhos do Japão porque não havia a mínima possibilidade de represália de sua parte. Agora, porém, a questão se apresenta de forma, pois, ambos os inimigos potenciais, na possível terceira guerra mundial, possuem bomba atômica. (concentração dos alvos americanos). (ANDRADE)

Todas as notícias se resumem em mostrar ao leitor que a guerra está próxima e os próximos a serem atingidos somos nós. Outra reportagem que ilustra bem esse contexto é a do dia 15 de março de 1958 As missivas guiadas de Bulganin:

Na realidade, o único ponto concreto sobre que se poderia discutir seria- em face do terror criado pela possibilidade de uma guerra atômica – a neutralização da Europa Central para o efeito da guerra com bombas de urânio ou de hidrogênio. Isso alega o Sr. Rapacki, Ministro do exterior da Polônia – que está tentando tirar a brasa para a sardinha russa – seria um princípio para o futuro banimento da guerra atômica.

Se os EUA e os seus aliados embarcassem nessa canoa, o resultado seria a neutralização da Alemanha Ocidental pela sua retirada da Aliança Atlântica, e a permanência da Europa Oriental sob a ameaça de uma ocupação súbita por parte da infantaria soviética, muito mais numerosa do que as tropas que os aliados poderiam dispor em qualquer momento. E assim desapareceria o próprio motivo da existência da Aliança Atlântica

Se os russos o aceitarem, então talvez se possa iniciar alguma coisa, para chegar, como conclusão, à “desnuclearização” da Alemanha e à própria retirada das tropas de territórios estrangeiros.

O que não é possível é prosseguir nessa eterna emissão de “missivas guiadas”, que são apenas uma antecipação dos “missies guiados”, com que a Rússia ameaça o Ocidente. Sobretudo, quando essas cartas se encontram em contradição com os discursos impregnados de vodka e “bitter”, que o alegre Nikita Khrushchev anda a pronunciar a três por dois, denunciado, com propósito ou sem propósito, o “imperialismo americano”.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Outra reportagem que elucida bem a cordialidade entre os Estados Unidos e o Brasil pode ser vista nas do dia 8 de agosto de 1959 Brilha outra vez o sol nascente:

Com a derrota de 1945, perdeu o Japão o seu Império, vendo-se reduzido territorialmente, à situação de antes de 1895, quando penetrara na grande história universal, ao bater, militarmente, aquele colosso que era o Império Celeste. Não seria possível situação pior do que verificada depois do armistício.

A recuperação foi a princípio lenta porque a tarefa era muito grande. Mas os japoneses tiveram a sorte – que também favoreceu os para iniciar, contra as democracias ocidentais, a chamada guerra, para iniciar, contra as democracias ocidentais, a chamada guerra fria. E na Ásia, a guerra tornou-se quente, com a invasão, pelos comunistas, da Coréia do Sul. Foi aquela guerra que trouxe o primeiro “boom” japonês, depois da derrota. O que os EUA passaram a gastar, ali com a restauração das fábricas, a fim de fazê-las trabalhar para os exércitos aliados em lutas, representou a grande injeção de investimentos que terminou por levantar o país.

É uma ironia da história que os EUA tivessem de sustentar a guerra com o Japão por causa da China, e que, agora, quebrados os laços com a China, estejam eles a sustentar, com sua ajuda e com o comércio, o antigo inimigo, que se tornou o seu mais sólido aliado no Extremo Oriente. (ANDRADE)

Para finalizar destacamos a principal ameaça de extinguir a humanidade a União Soviética, a reportagem do dia 18 de setembro de 1962: As explosões atômicas soviéticas: O pânico se instala pelo mundo com a decisão da União Soviética de reiniciar as provas de bombas atômicas. Declarações de em Genebra e os russos silenciosamente se preparando para a guerra, colocando seus espiões vermelhos por todos os lados. O medo dos Estados Unidos esta em perder o seu império construído, mesmo tendo mais condições de ganhar a guerra atômica, mas isso significaria a destruição da humanidade. Compreendemos que a revista mantinha muitos posicionamentos ideológicos e partidários, conforme lhe convinha.

#### 4 - Considerações Finais

Podemos concluir a partir desta breve leitura da revista *O Cruzeiro* do período de 1953 a 1959, na coluna Política Internacional escrita pelo jornalista



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Theophilo de Andrade, dentre as 33 reportagens deste período forma selecionadas 20 sobre o assunto energia nuclear. Constatamos que muitas reportagens tinham títulos de impacto e alertavam a população do perigo da Terceira Guerra Mundial. “O Mundo Europeu” estava acuado com os possíveis ataques da União Soviética, estavam apavorados com a possibilidade dos russos conseguirem aliados, que o regime comunista fosse se popularizando pelo mundo. Muitas reportagens mostram que os russos são o perigo atual, que a Europa vivia momentos de tensão e a eminente preocupação da extinção da raça humana por conta da poeira nuclear, podendo ser usada como uma nova arma nas guerras. A revista passava esse pânico, esse alerta do fim do mundo, colocando se sempre ao lado dos Estados Unidos com quem tinha uma relação amigável e comercial. O Brasil era considerado um país de analfabetos funcionais, qualquer notícia bem editada, poderia causar um holocausto, sabemos que hoje a energia nuclear não causa tantos riscos, entendemos que um acidente nuclear é um vazamento de algum produto químico, os testes nucleares muitas vezes ou em sua maioria são para mostrar status, a Rússia foi considerada a que teve o maior e mais poderoso teste nuclear da história, mas apenas mostrou sua força do que era capaz de fazer contra seus inimigos.

(...) Tsar Bomba, da URSS, maior artefato nuclear já detonado, com 57 Mton.

Os testes nucleares têm também sido usados com claros propósitos políticos. O exemplo mais explícito foi a detonação, em 1961, da maior bomba nuclear alguma vez criada, a *Tsar Bomba*, um colosso de 100 Mton criado pela União Soviética. Esta arma era grande demais para ser usada contra um alvo inimigo, não se julgando que alguma tenha sido realmente desenvolvida, com exceção da que foi detonada. A arma foi usada pela União Soviética não com o intuito de desenvolver uma arma real ou para fins científicos, mas como uma exibição do poder e força soviética. (NICÁCIO)

Partimos do princípio capitalista, notícias de impacto vendem mais do que notícias meramente informativas, era nessa perspectiva que se colocava a revista “O Cruzeiro”. “Detendo o poder de controlar a informação e formar



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

opinião, a imprensa é porta-voz dos interesses de determinados grupos sociais” (ANDRADE e CARDOSO).

O Cruzeiro, assim como muitas revistas desse período dissipou ideias, transportou narrativas para o mundo, sendo responsáveis pela criação de outra realidade, ao lado disso torna-se uma construção de um mundo simbólico, capaz de arregimentar essas massas, unificando-as de tal maneira que esse mundo se adaptaria as suas tendências e aos seus desejos. Além de espelhar uma ideia de temor, que evocam uma problemática do poder. Mostrando aos seus leitores uma notícia muitas vezes além da realidade.

#### Referências

ALBERT, P.; TERROU, F.. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ANDARDE, Ana Maria Ribeiro de. *A construção de um mito da ciência. Perspicillum*. Rio de Janeiro: MAST, v. 8, n.1, nov. 1994.

NETTO, Accioly. *O império de papel: os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulina, 1998.

NICÁCIO, Eduardo. *A história da energia Nuclear Parte*. Disponível em: < <http://pbrasil.wordpress.com/2010/07/26/a-historia-da-energia-nuclear-parte-i> > Acesso em 3 set. 2011.

PINSKY, Carla Bassamezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, Carla Bassamezi e LUCA, Tânia R. de *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

REVISTA O CRUZEIRO. Rio de Janeiro: [s.n.], 1949-1962.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A Política Nuclear Brasileira e as Relações Internacionais (1946-57)*. UPF, 2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**“EM VISITA PAROQUIAL”: MOBILIDADE E PARENTESCO DE  
ESCRAVOS DE UMA FAMÍLIA SENHORIAL (RIO GRANDE DE SÃO  
PEDRO, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX)**

Letícia Batistella Silveira Guterres<sup>1</sup>

Nas últimas décadas houve o aumento de estudos sobre os laços familiares envolvendo escravos na historiografia brasileira<sup>2</sup>. Ainda que possamos afirmar que a maior parte desses estudos permaneça centrada no sudeste brasileiro, outras regiões cujas economias não estavam ligadas às áreas de exportação ao longo dos períodos colonial e imperial brasileiro cada vez mais se fazem notar. Esse artigo integra estes estudos no sentido de ter por objetivo contribuir com as análises que focam nas estratégias dos laços sociais e de parentesco dos escravos. Nesse sentido, as visitas paroquiais realizadas por párocos às propriedades de determinados moradores de Santa Maria no século XIX são aqui apresentadas como pontos de partida e caminhos de acesso à análise das famílias senhoriais, seus escravos e laços de parentesco.

Durante a análise dos registros batismais da paróquia de Santa Maria nos deparamos com a possibilidade de observar quem eram os proprietários de escravos na região e as ligações de parentesco de seus escravos. Analisados estes em conjunto com outras fontes, em especial, os inventários *post mortem* pode-se chegar a demonstrar parte daquela radiografia social.

É freqüente o uso de inventários *post mortem* em estudos que pretendem evidenciar indícios sócio-econômicos da localidade em estudo. No entanto, também é verdade que na maioria das vezes os sujeitos elencados nos inventários representem apenas uma pequena parcela da população analisada. E os motivos são diversos. Mas, o mais certo é o fato de que nem toda a família envolvida em uma perda de um ente querido abria inventário. E as razões são

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História social da UFRJ. Bolsista CAPES. leguterres@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Sobre RS ver XAVIER, Regina Célia L. (org.). História da escravidão e da Liberdade no Brasil Meridional. Guia Bibliográfico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 232-234.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

tão misteriosas quanto à ausência dos mesmos. No caso deste estudo, procuramos articular informações sobre uma família senhorial partindo dos registros batismais e a partir dos seus nomes em outras fontes, cujo objetivo é compreender relacionalmente os espaços de mobilidade de escravos e seus laços familiares.

A maioria dos batizados ocorridos nas visitas paroquiais era de escravos. Muitos deles de cativos cujos proprietários não eram donos das propriedades visitadas. Nas visitas feitas pelo pároco buscou-se identificar as relações que poderiam estar demonstradas naquelas ocasiões, que reunia diferentes sujeitos e proprietários de escravos, e a partir delas sugerir hipóteses que possibilitem explicar as motivações para a conformação de vínculos de parentesco tanto de membros da família senhorial quanto de seus escravos. A presença constante de sujeitos que não o proprietário da unidade doméstica batizando seus escravos nas propriedades visitadas, pode levar à aproximação da compreensão da disponibilidade de recursos das famílias em questão em estabelecer relações. As ligações entre membros da *família senhorial* refletidas nas escolhas de apadrinhamento durante as visitas paroquiais apontam para *estratégias* destas famílias no sentido de garantir a maior disponibilidade de recursos materiais e imateriais para a manutenção e/ou ampliação de suas posses. O reflexo dessas ligações familiares expressava-se na circulação de escravos entre propriedades de membros de uma mesma *família senhorial* e de aliados cuja afinidade primeira estava na mesma atividade econômica por eles desempenhada. O que é possível perceber, portanto, são laços consangüíneos entre sujeitos de uma mesma família outros vínculos ocorridos por laços de *reciprocidade*, que interferiam nas famílias que os escravos dali provenientes mantinham.

O termo *família senhorial* refere-se às famílias proprietárias de escravos de Santa Maria. Outro termo utilizado nesse trabalho é *estratégia*, que está associado à importância da rede de relações consangüíneas ou outras alianças como importantes elementos “na complexa estratégia das escolhas, das exclusões e das integrações que tornavam o organismo familiar mais elástico”



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

(LEVI, 2000, p.96). Essas *estratégias* estão presentes nas escolhas feitas por membros de determinadas famílias senhoriais, em um momento da iminência da decadência da escravidão.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia previam em seu Título XII, a possibilidade de administrar-se o Sacramento do Batismo fora da Igreja, em qualquer lugar, por qualquer pessoa. Assim, diversas propriedades foram visitadas pelos párocos em Santa Maria ao longo dos oitocentos. Neste artigo parto de uma dessas visitas realizada em casa de José Francisco de Escobar, que possibilitou discutir questões relacionadas ao movimento de escravos entre as propriedades de sujeitos ligados ao seu círculo de relações e os laços familiares que seus escravos, diante de tal cenário, conformaram. Parte-se, portanto, da hipótese que as relações mantidas por uma família senhorial indicam caminhos para compreender os laços familiares de seus escravos.

No período deste estudo, através de dados dos censos do Rio Grande do Sul, sabe-se que, de 1801 a 1950<sup>3</sup> a população cativa do município de Santa Maria, em 1859, somava 19% da população total, ou seja, embora proporcionalmente representasse um dos menores números de populações escravas na Província rio-grandense<sup>4</sup>, acabava por manter a média entre os municípios menos urbanizados e que não possuíam charqueadas<sup>5</sup>. Além disso, conforme Lixinski (2009, p.159), dos 253 inventários analisados entre os anos

---

<sup>3</sup> De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censos do RS: 1803 a 1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

<sup>4</sup> Conforme, Lixinski, op.cit, p. 39: “No ano de 1859 o percentual de escravos em Santa Maria era de 19% sobre o total da população. Comparando com os percentuais da população escrava com outras regiões da Província verificamos que na região Missioneira - São Borja apresentava 14%, Uruguaiana 22%, Cruz Alta 13% sobre o total da população. Enquanto em Pelotas, Jaguarão e Rio Grande, a população escrava compunha respectivamente 27%, 28% e 18% do total, regiões estas ligadas as charqueadas e a atividade urbanas<sup>4</sup>. Se compararmos com a região da Campanha tem-se Alegrete com 23%<sup>4</sup>, Bagé com 25%, Itaqui com 15%<sup>4</sup>. Estes números indicam que, Santa Maria aproxima seu percentual das regiões de Cruz Alta, Rio Grande, Itaqui, São Borja. Devemos considerar que estes números apontam regiões pouco urbanizadas e/ou sem charqueadas, onde a mão de obra escrava aparece em menor proporção que em áreas tradicionalmente vistas como de excelência do trabalho escravo sulino. Contudo, embora estejamos tratando aqui de uma área que não está entre as primeiras da província em termos de população escrava, nem de longe estes 19% de habitantes cativos pode ser desprezado.”

<sup>5</sup> FARINATTI, op. cit, 1999, p. 31-32.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de 1858 e 1888 concluiu: 52% deles possuíam escravos, ou seja, 131. Destes, 69% apresentavam até cinco cativos, 20%, de seis à dez e 11% destes eram proprietários de mais de dez cativos. A média de posse de cativos entre os anos de 1858-1889 era de sete escravos, número este que, durante os anos de 1870-1888 passa a ser de quatro escravos. A maior proporção dos inventariados em Santa Maria entre os anos de 1858 e 1889, concentravam-se entre lavradores/pastores, pequenos e médios criadores; somando 158 indivíduos (que representavam 62% detentores de 36% de todo o rebanho). A maior parcela dos indivíduos se concentrava nesses grupos. “Apesar de possuidores de uma parcela minoritária do rebanho eram socialmente muito representativos. Isso reafirma que a região de Santa Maria era um local onde a atividade pecuária desenvolveu-se em pequena escala” (LIXINSKI, *op.cit*, p.72).

Durante o período desta análise, 31% dos inventários, ou seja, 78 dentre os inventariados da população de Santa Maria não possuía nenhuma cabeça de gado; 36% não tinham escravos e 10% não possuíam terras próprias. Já, dentro do grupo dos grandes criadores, todos eram proprietários de terras e 15% não tinham escravos (LIXINSKI, *op.cit*. p.72).

A seguir, apresento os batizados realizados na casa de José Francisco de Escobar em ocasião da visita do pároco, e a partir daí passo à tentativa de compreender em que medida os laços estabelecidos por Escobar com sujeitos de sua família e outros, interferiam no movimento dos seus escravos entre as propriedades e, por fim, como eles ajudam a explicar os laços de parentesco dos seus escravos.

#### *Das redes que partem do oratório da casa de José Francisco de Escobar*

Era o ano de 1858 e há quatro meses Santa Maria havia se emancipado. O padre Antonio Gomes Coelho do Valle visitou o oratório particular da casa de José Francisco de Escobar. Na ocasião de sua visita batizou três escravos especificados na tabela abaixo.

Quadro 1. Visitas paroquiais à casa de José Francisco de Escobar

NOME	DIA	CONDSO C	PAI	MÃE	SENHO R	PAD	MAD
Josefa	27/9/185 8	Escrava, natural	-	Maria Benedita , crioula	Francisco Xavier de ?	Joaquim, escravo de <b>Manoel Carvalho da Silva</b>	Rita, escrava de <b>Manoe l Ignaci o Diniz</b>
Geraldo	27/9/185 8	Escravo, natural	-	Ignacia, crioula	Dona Ludovina Umbelina de Bitancourt	Pedro, escravo de <b>Manoel Ignacio Diniz</b>	Maria, escrava de <b>Manoe l Ignáci o Diniz</b>
Maria	27/9/185 8	Escravo, leg.	Pedro , pardo	Maria, parda	<b>Manoel Ignácio Diniz</b>	<b>Manoel Francisc o Escobar</b>	Porcina Maria de Jesus

Fonte: Registros de Batismo. Santa Maria. 1844-1882.

Ao olhar a tabela acima se percebe que nenhum dos escravos batizados pelo vigário em dita ocasião era de posse de Escobar. Os três cativos tinham proprietários diferentes: Francisco Xavier de ? (ilegível no registro), Dona Ludovina Umbelina de Bitancourt e Manoel Ignácio Diniz.

Os dois primeiros batizados tiveram padrinhos escravos, sendo a maioria de propriedade de Manoel Ignácio Diniz. A exceção foi a escrava Maria, filha legítima do casal de pardos Pedro e Maria, escravos do mesmo Francisco Ignácio Diniz. Maria teve como padrinhos sujeitos livres, sendo que o padrinho tem chances de ser, por seu sobrenome, irmão do dono da casa: Manoel Francisco de Escobar.

Com o intuito de identificar as ligações entre os sujeitos (proprietários de escravos) que batizaram seus escravos na propriedade de Escobar busquei



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

compreender quais eram as possíveis ligações que resultaram na ocorrência deste evento. As informações encontradas até agora demonstram que três dos sujeitos presentes no oratório particular de Escobar tinham com ele um ponto de semelhança no que se refere à atividade econômica a que estavam ligados: Manoel Francisco de Escobar, Manuel Ignácio Diniz e Manuel Carvalho da Silva eram criadores. Todos eles estão presentes na Relação de 1858<sup>6</sup>, assim como Escobar, demonstrando as ligações dos mesmos em atividades ligadas à pecuária<sup>7</sup>. Até o momento não encontrei informações sobre Francisco Xavier e Ludovina, sujeitos que batizaram seus escravos em sua propriedade. Por isso, os que aqui serão mencionados são proprietários de escravos que foram escolhidos como padrinhos dos batizados e, no caso de Manoel Francisco de Escobar, padrinho de Maria, escrava de Diniz.

Para confirmar que a ocasião da visita paroquial que resultou no batizado daqueles escravos de sujeitos que estavam na casa de Escobar não era fruto do acaso (ou seja, não significava necessariamente relações mais importantes entre eles), é que procurei agregar mais informações sobre estes sujeitos. Diante dessa finalidade verifiquei que, assim como Escobar, também estes três sujeitos tiveram suas casas visitadas pelo mesmo pároco, ainda que em períodos diferentes. Suas casas foram, pois, as portas de acesso para a análise da possível existência de uma relação de *reciprocidade* entre eles.

---

<sup>6</sup> Na *Relação de 1858* estão relacionados os nomes de 90 criadores da Vila de Santa Maria e trazem as seguintes informações: a relação jurídica com a terra onde tem seu rebanho, a extensão de suas terras, o número de reses de gado bovino, eqüino, ovino e muar que possuía; o número de trabalhadores regulares (se escravos, peões livres, capatazes, etc) que exerciam atividade de manutenção em cada propriedade. Conforme: BELINAZO, 1980, p.27.

<sup>7</sup> **Manoel Francisco de Escobar**, possivelmente parente de José Francisco de Escobar, era proprietário de 1/2/ légua de campo no qual empregava para o custeio dois escravos e um peão e onde ele próprio era o administrador. Naquela propriedade criava 420 reses, 60 éguas, 100 terneiros e 12 crias produzidas no ano; **Manoel Ignácio Diniz**, era proprietário de 1 légua quadrada de campos onde empregava no custeio três escravos e duas pessoas livres, sendo ele próprio o administrador. Tinha 1300 reses de criar, 50 éguas; produção no ano de 300 terneiros e 10 crias; **Manuel carvalho da Silva**, em seu estabelecimento, com 1.700 braças (1,398,8 há); empregava no custeio dois escravos, dois peões e ele próprio a administrava. Tinha 700 reses de criar, 40 éguas, produção do ano de 180 terneiros.

Foi assim que chegamos à casa de Manoel Ignácio Diniz, o qual foi entre os demais, o mais freqüente tanto apadrinhando quanto levando escravos seus a batizar.

Quadro 2: Visita paroquial à casa de Manoel Ignácio Diniz

NOME	DIA	CONDICIONADO	PAI	MÃE	SENHOR	PADRE	MADRE	OBS
Adão	25/9/18 56	Escravo, natural	-	Luiza	Maria Fernandes	Antônio, escravo de Manoel Francisco Xavier	Juliana, escrava de Ana Maria Soares	Adão é escravo de <b>Belmiro Francisco de Escobar</b>
Eva	25/9/18 56	Escrava, natural	-	Luiza	Maria Fernandes	Pedro, escravo de <b>Manoel Ignácio Diniz</b>	Maria, escrava de <b>Manoel Ignácio Diniz</b>	Eva é escrava de Manoel Francisco Xavier
Hilario	25/9/18 56	Escravo, natural	-	Joana	Manoel Teixeira Cezar	Pedro, escravo de <b>Manoel Ignácio Diniz</b>	Maria, escrava de <b>Manoel Ignácio Diniz</b>	O
Francilim	29/3/18 59	Escravo, natural	-	Ignês	Simão ? Lopes	Pedro, escravo de <b>Manoel Ignácio Diniz</b>	Maria, escrava de <b>Manoel Ignácio Diniz</b>	Pôs os óleos Antonio Guedes de Assis



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

						<b>Ignácio Diniz</b>	<b>Ignácio Diniz</b>	
Claudia na	20/3/18 65	Escrava, natural	-	Rita, criou la	<b>Manoel Ignácio Diniz</b>	Teófilo do Prado Fagund es	Mabilia Francis ca Fagund es	-
Ubaldi na	20/3/18 65	Escrava, leg.	Pedr o, pard o	Mari a, criou la	<b>Manoel Ignácio Diniz</b>	Joaqui m Machad o da Rocha	Maria do Carmo Soares	-
Rita	20/3/18 65	Escrava, natural	-	Agad a, criou la	Teófilo de Prado Fagunde s	Garcia, escravo de <b>Manoe l Ignáci o Diniz</b>	Rita, escrava de <b>Manoe l Ignáci o Diniz</b>	-

Fonte: Registros de batismo de Santa Maria. 1844-1882.

Observa-se através da tabela acima que as visitas à propriedade de Diniz ocorreram em três momentos diferentes: no ano de 1856, 1859 e 1865. Os três momentos somaram o batizado de sete escravos, entre os quais apenas dois deles eram de sua posse. Além disso, observa-se no quadro acima um possível membro da parentela senhorial de José Francisco Escobar: Belmiro Francisco de Escobar. Também podemos observar que os padrões de apadrinhamentos na casa de Diniz, ao contrário dos demais, ou seja, reiterou-se em maior quantidade às vezes em que ele próprio - Diniz - apareceu ora como proprietário dos escravos batizados, ora como proprietário dos escravos que eram escolhidos como padrinhos. Neste último caso, oito vezes. Número este bastante expressivo diante do número de padrinhos escolhidos, catorze.

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Manoel Ignácio Diniz era irmão de Maria Ignacia Diniz<sup>8</sup>, que era casada com Manoel José de Medeiros. Na intenção de buscar o maior número de suas relações – José Francisco Escobar – fomos conduzidos à casa de Manoel Luiz de Medeiros, que também teve sua casa visitada pelo pároco. Supomos que ele seja da mesma família de Manoel José de Medeiros. Este último era filho de David José de Medeiros e de Policena Maria de Medeiros. Tinha mais três irmãos: Antonio David de Medeiros (casado com Maria do Carmo de Medeiros), David José de Medeiros Filho (casado com Maria Chaves de Medeiros, com quem teve a filha Júlia, afilhada de Antonio) e o Tenente Coronel João David de Medeiros.

Possivelmente, a residência de Manoel Luiz de Medeiros fosse próxima dos demais membros de sua família. David José de Medeiros, sua esposa Policena Maria de Medeiros e o filho destes, Antonio David de Medeiros, moravam no primeiro distrito da vila de Santa Maria, no lugar denominado Tronqueira. Eis abaixo as visitas e batizados lá realizados:

Quadro 3: Visitas paroquiais à casa de Manoel Luiz de Medeiros

NOME	DIA	CONDS OC	P AI	MÃE	SENHO R	PAD.	MAD.	OBS.
<u>Maria</u>	<u>17/8/1854</u>	<u>Escrava</u> <u>natural</u>	-	<u>Engracia</u>	<u>Dona</u> <u>Francisca</u> <u>Carolina</u> <u>de</u> <u>Aguiar</u>	<u>Jose,</u> <u>escravo</u> <u>do Major</u> <u>Baltazar</u> <u>Pinto de</u> <u>Aguiar</u>	<u>Maria</u> <u>Antonia</u>	<u>Madrin</u> <u>ha</u> <u>é</u> <u>guarani</u>
Maria	17/8/1854	Escrava, natural	-	Romana	Faustino Machado Soares	Manoel, escravo de <b>Manoel Gonçalves Chaves</b>	Felizard a, escrava de João Baptista Macedonir	
Anchiet	17/8/1854	Escravo,	-	Florenci	<b>Manoel</b>	Pedro,	Marcelin	o

<sup>8</sup> Testamento de Maria Ignacia Diniz, ano de 1878, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

o	4	natural		a	<b>Ignácio Diniz</b>	escravo de <b>Manoel Ignácio Diniz</b>	a, preta forra	
Garcia	17/8/185 4	Escravo, natural	-	Florenci a	<b>Manoel Ignácio Diniz</b>	Pedro, escravo de <b>Manoel Ignácio Diniz</b>	Feliciana , escrava de Jose Anastáci o da Rocha	o
Ventura	17/8/185 4	Escravo, natural	-	Florenci a	<b>Manoel Ignácio Diniz</b>	Pedro, escravo de <b>Manoel Ignácio Diniz</b>	Feliciana , escrava de Jose Anastáci o da Rocha	o
<u>Sebastião</u>	<u>17/8/185</u> <u>4</u>	<u>Escravo,</u> <u>natural</u>	-	<u>Lourenc</u> <u>a,</u> <u>crioula</u>	<u>Manoel</u> <u>Luiz de</u> <u>Medeiros</u>	<u>David</u> <u>Jose de</u> <u>Medeiros</u> <u>Filho</u>	<u>Maria</u> <u>Angélica</u> <u>do</u> <u>Carmo</u>	<u>o</u>
Pedro	17/8/185 4	Escravo, natural	-	Maria	Lusia Maria de Aguiar	<b>Manoel Gonçalv es Chaves</b>	Josefina Antonia de Matos	o
Rozalina	17/8/185 4	Escrava, natural	-	Damazia	<b>Manoel Gonçalv es Chaves</b>	Manoel Luiz de Medeiros	Serafina Gonçalv es de Medeiro s	o
<u>Paulina</u>	<u>17/8/185</u> <u>4</u>	<u>Escrava,</u> <u>natural</u>	-	<u>Maria</u>	<u>Joaquim</u> <u>Mariano</u> <u>Teixeira</u>	<b><u>Manoel</u></b> <b><u>Francis</u></b> <b><u>co</u></b> <b><u>Escobar</u></b>	<u>Clara</u> <u>Nunes</u> <u>Soares</u>	<u>o</u>
<u>Eva</u>	<u>17/8/185</u> <u>4</u>	<u>Escrava,</u> <u>natural</u>	-	<u>Felizard</u> <u>a</u>	<u>Manoel</u> <u>Silveira</u>	<u>Belizário</u> <u>Silveira</u>	<u>Maria</u> <u>Francisc</u>	<u>o</u>

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

					<u>Dutra</u>	<u>Dutra</u>	<u>a Lopes</u>	
Ignacio	13/4/1866 – casa do Sr. Manoel Luiz de Medeiros	Escravo, natural	-	Ediviges	<b>José Francisco de Escobar</b>	Miguel, escravo de <b>José Francisco Escobar</b>	Rita, escrava de <b>Manoel Chaves</b>	Ignácio é escravo de <b>Francisco Galdino de Escobar</b>
Tomaz	13/4/1866	Escravo, crioulo, natural	-	Domingas	Maria Benta Fernandes	Gabriel, escravo de <b>José Francisco de Escobar</b>	Luiza, escrava de Maria Benta Fernandes	Tomaz é escravo de <b>Francisco Galdino de Escobar</b>

Fonte: Registros de batismo. Santa Maria. 1844-1882.

Os destaques em negrito nas tabelas identificam os sujeitos que se repetem na aparição destes eventos de batismo nas casas que foram demonstradas até agora através da visita paroquial. Como é possível verificar pela tabela acima, através do nome de José Francisco de Escobar destacado em negrito, este aparece em três momentos de realização de batizado na fazenda de Manoel Luiz de Medeiros. Uma delas, no ano de 1866, quando leva Ignácio, seu escravo, a ser batizado. Na mesma ocasião é novamente referido, pois o padrinho de Ignácio é Miguel, também seu escravo. A outra situação é no batizado de Tomaz, momento em que um de seus escravos, Gabriel, é escolhido a apadrinhar. Além de José Francisco de Escobar, outros dois sujeitos com seu mesmo sobrenome – possivelmente seus parentes consanguíneos – estavam presentes nos momentos das visitas: Manoel Francisco Escobar (que já havia aparecido anteriormente), e Francisco Galdino de Escobar. Outros dois detalhes

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

chamam a atenção: a presença de Manoel Ignacio Diniz e de Manoel Gonçalves Chaves, refletindo o reforço destes laços, que extrapolavam as fronteiras da propriedade de José Francisco de Escobar. Isto pode ser confirmado quando observamos que assim como nas visitas mostradas acima às casas de Manoel Ignacio Diniz e Manoel Luiz de Medeiros, também Manoel Gonçalves Chaves se verifica a presença de sujeito ligado à família Escobar. Abaixo a especificação da visita ao oratório de Manoel Gonçalves Chaves.

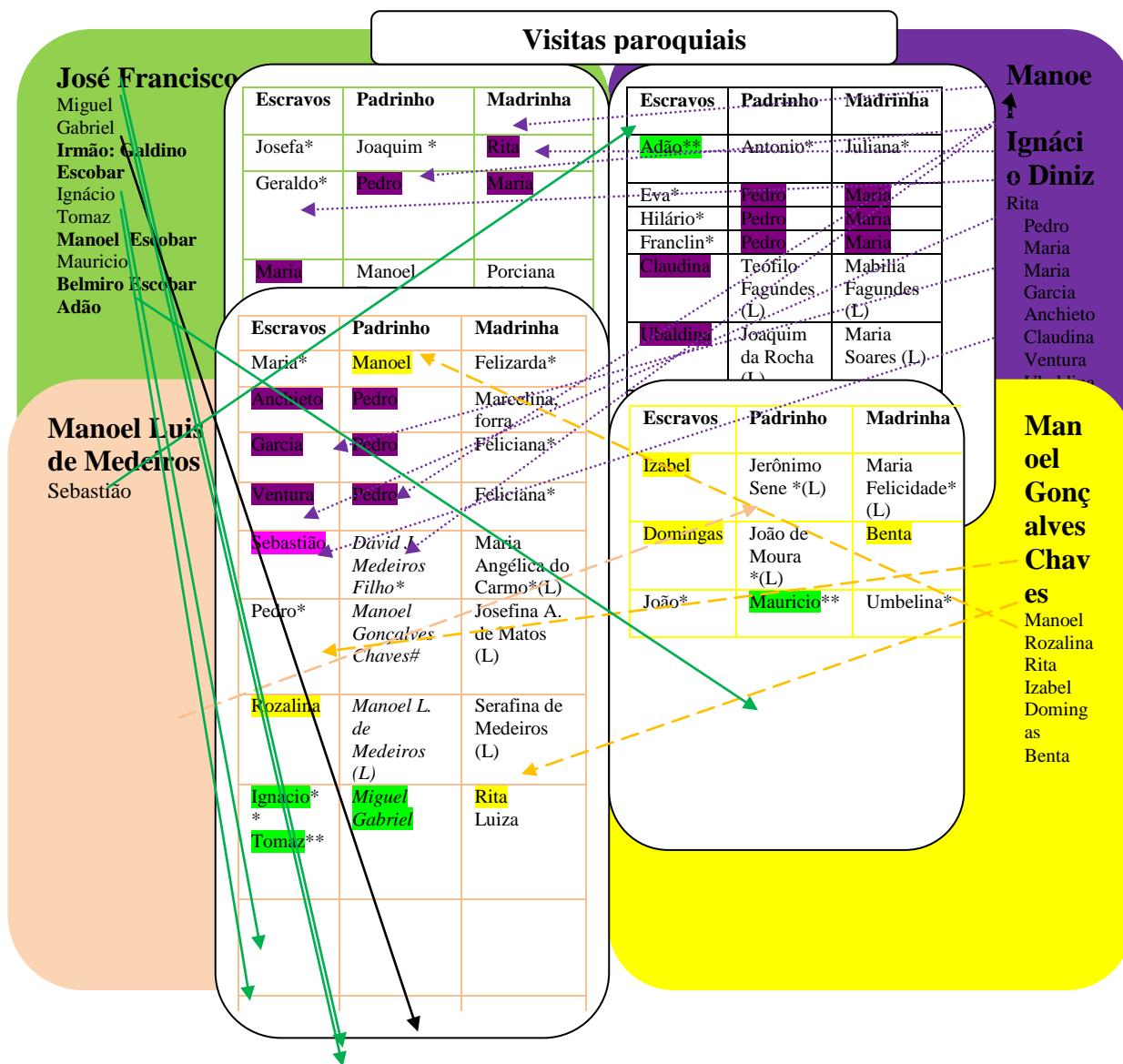
Quadro 4. Visitas paroquiais à casa de Manoel Gonçalves Chaves.

NOME	DIA	CONDSO C	PA I	MÃE	SENHOR	PAD	MAD
<u>Felizarda</u>	<u>1/12/184</u> 1	<u>Escrava,</u> <u>natural</u>	-	<u>Presca?</u> , <u>crioula</u>	<u>João</u> <u>Baptista</u> <u>Maldesede</u> r	<u>João dos</u> <u>Santos</u> <u>Nogueira</u>	<u>Maria</u> <u>Antonia de</u> <u>Aguiar</u>
Izabel	1/12/184 1	Escrava, natural	-	Antonia , african a	<b>Manoel</b> <b>Gonçalve</b> <b>s Chaves</b>	Jerônimo Lourenço de Sene	Maria Felicidade
Dominga s	8/7/185 8	Escrava, natural	-	Felícia, crioula	<b>Manoel</b> <b>Gonçalve</b> <b>s Chaves</b>	João de Moura	Benta, escrava de <b>Manoel</b> <b>Gonçalve</b> <b>s Chaves</b>
João	8/7/185 8	Escravo, natural	-	Luiza, african a	Maria Benta Fernandes	Maurício, escravo de <b>Manoel</b> <b>Francisc</b> <b>o de</b> <b>Escobar</b>	Umbelina, escrava de Manoel Joaquim Teixeira

Fonte: Registros de Batismo. Santa Maria. 1844-1882.

Conforme se vê acima, no oratório particular de Manoel Gonçalves Chaves houve visita paroquial em dois anos: 1841 e 1858. No primeiro deles, foram batizados dois escravos: Izabel, de propriedade de Manoel, e Felizarda, de João

Baptista Maldeseder. No ano de 1858, mais dois batizados foram realizados: um de Domingas, escrava de Manoel e João, escravo de Maria Benta Fernandes. Ressaltamos aqui que Mauricio, escravo de Manoel Francisco de Escobar (provável irmão de José Francisco de Escobar), foi padrinho de João, escravo de Maria Fernandes. Ainda que não tenhamos conhecimento sobre todos os sujeitos que compunham o emaranhado de relações conformadas por estes sujeitos, é possível apreender que havia escolhas para estas ligações e que estas refletiam tanto a organização dos plantéis quanto os laços familiares que ali se desenrolavam. Ver o gráfico abaixo:







*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Através da representação gráfica acima podemos constatar o movimento de escravos entre as propriedades dos sujeitos da relação de Escobar. Estes movimentos estão representados através das setas, que cruzam ditas propriedades. Para um melhor entendimento da próxima tabela vale esclarecer que os quatro quadros em cores verde, roxo, rosa e amarelo equivalem às propriedades dos respectivos sujeitos da relação de Escobar já mencionados. As quatro tabelas em branco no interior de cada uma destas coloridas representam os batizados realizados em visita paroquial dos párocos da região em cada uma das propriedades. Porém, da propriedade que parto, ou seja de José Francisco de Escobar, representada em quadro verde, observa-se a presença de três outros membros de sua parentela, possivelmente irmãos (Galdino, Manoel e Belmiro), cujos escravos, descritos abaixo de seus nomes, participam das conformações familiares. As flechas que partem dos escravos indicam o seu movimento entre as propriedades, ora na condição de padrinhos ora na de batizados. Os escravos que estão representados por cores, estas indicam o senhor ou a propriedade a que pertencem. Os asteriscos ao lado dos nomes de alguns escravos equivalem: quando um, que se trata de escravo cujo proprietário não é nenhum dos representados pelos quadros coloridos, e dois asteriscos, quando tratar-se de escravos pertencentes à parentela senhorial de Escobar.

Ainda que tenha procurado destacar para esta análise os batizados e proprietários de escravos acima mencionados, o que não quer dizer que a rede de relações de Escobar se restringisse a apenas estes sujeitos. O que experimento aqui é um exercício de análise no sentido de perceber em que medida a parentela senhorial e as alianças por ela confirmadas interferia nas ligações parentais estabelecida por seus escravos.

A década de 1860 foi marcado pela crise da pecuária sulina, caracterizado pela queda do preço do gado na década de 1860 “que tornou insustentável a manutenção de escravos com valor cada vez mais altos após o fim do tráfico internacional” (FARINATTI, 2007, p.322). A falta de escravos teria resultado na



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

utilização maior de peões livres, mais acessíveis aos proprietários. Na década seguinte, em 1870, a crise da economia charqueadora teria sido motivo de venda de escravos por pecuaristas para a região do sudeste brasileiro (PERUSSATO, 2010, p.52).

Ainda que, para Santa Maria não tenhamos verificado uma diminuição dos escravos no geral, (mas o contrário), entendemos que esta crise pode ter sido sentida por pecuaristas, que viam a necessidade de assegurar o número de escravos desempenhados nestas atividades mais escassamente do que em períodos anteriores. Neste sentido, fortalecer alianças com membros de sua família, que passavam pela mesma dificuldade, teria sido uma estratégia articulada ou de *reciprocidade* entre membros de um mesmo grupo (LEVI, *op.cit*, p.159). A *reciprocidade* identificada por Levi, em seu estudo da comunidade de Santena demonstra que o preço das terras era alterado por elementos que para além do mercado estavam ligados à parentela, a vizinhança, a amizade. Neste caso, evidências de *reciprocidade* interferiam nas escolhas dos padrinhos dos escravos desta parentela e porque não dizer, na estrutura de posse de escravos.

Desta maneira, os ganhos nas escolhas destes laços se mostrariam, por exemplo, nos usos intercalados de escravos trabalhando ora na propriedade de um ora de outro. Isto é uma leitura possível ao verificarmos o trânsito destes escravos entre estas propriedades, batizando seus filhos e escolhendo para padrinhos membros desta parentela, alimentando, desta forma, o círculo de relações endogâmicas verificadas nos vínculos de consangüinidade, que neste caso pareciam orientar a perpetuação das riquezas internas ao grupo. Nos laços conformados pelo apadrinhamento de seus escravos ficavam evidentes as circularidades destes membros da família senhorial e de sua escravaria. As escolhas do apadrinhamento dos escravos que compunham esta parentela é outro indicativo da solidariedade mantida por escravos destas outras fazendas, de um lado, e de outro, o reforço senhorial destas alianças entre os seus pares.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

#### Referências bibliográficas

ESPADA LIMA, Henrique. *A Micro História italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FARINATTI, Luis A. Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

GRENDI, Edoardo. La microanalisi: fra antropologia e storia. In: *Polanyi dall'antropologia econômica alla microanalisi storica*. Milão: Etas Libri, 1978.

LEVI, A *Herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000.

LIXINSKI, Gláucia Kulzer. *De Sacramento à Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)*. Dissertação de Mestrado do curso de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional*. Campinas: Unicamp, 2008. Tese (Doutorado); Universidade Estadual de campinas, 2008.

PERUSSATO, Melina K. *Como se de ventre livre nascesse*. Experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão. Rio Pardo/RS. 1860-1888. Dissertação de Mestrado – UNISINOS, 2010.

XAVIER, Regina Célia L. (org.). *História da escravidão e da Liberdade no Brasil Meridional*. Guia Bibliográfico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censos do RS: 1803 a 1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia

Registros de Batismo. Santa Maria. 1844-1882.

Relação de 1858

Testamentos, Santa Maria. 1858-1888.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **JOSÉ MARIANO DE MATOS: UM MULATO NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835-1845)**

Letícia Rosa Marques\*

### **Introdução**

Enriquecido pela historiografia e perpetuado também pelo imaginário social, o movimento farrapo se caracterizou por fatores como: a condição fronteiriça e militarizada, a insatisfação com o governo regencial e a difusão das idéias liberais exaltadas, ficando conhecido por ser um dos mais longos movimentos civis brasileiros.

Afirmando ser “o braço direito e tão bem a parte mais vulnerável do Império”<sup>1</sup> os farrapos, como eram chamados os rebeldes que integravam o movimento, exigiam uma redefinição do espaço econômico, social e político da então Província do Rio Grande do Sul, e para isso, envolveram-se durante dez anos em uma série de conflitos, tendo como adversário o Império brasileiro, fazendo com que em 1836 fosse proclamada a República Rio-Grandense.<sup>2</sup>

A historiografia ao longo do século XX, ora assemelhou-se, ora divergiu sobre algumas questões que fundamentaram o movimento farrapo, bem como silenciou outras tantas, dentre elas a participação de negros e mulatos no grupo dos farroupilhas. Ao silenciar estas questões, deixou espaços, que segundo Moacyr Flores (2004, p.55) acabaram muitas vezes sendo preenchidos pela tradição que reconstitui o passado de maneira idealizada. E esta reconstrução, colaborou para a elaboração de um imaginário social, que ainda vincula a

---

\*Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, bolsista Capes, e-mail: leti\_rmarques@yahoo.com.br

<sup>1</sup> Fragmento do Manifesto do Presidente da República Riograndense, Piratini, 29 de agosto de 1838 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Referência 39,13,24- p. 3, Acervo Obras Raras).

<sup>2</sup> A República Rio – Grandense foi proclamada em 11 de setembro de 1836, pelo então General Antônio de Sousa Neto, após vitória conquistada na Batalha do Seival pelos farrapo e se manteve até 1º de março de 1845 quando foi assinado o Tratado de Ponche Verde, dando encerramento aos conflitos militares entre imperiais e farrapos.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Revolução Farroupilha aos seus grandes líderes, e assim, principais personagens.

Sabe-se que o movimento farrapo não se desenvolveu e não foi composto apenas por este pequeno grupo, e que ao direcionarmos o nosso olhar para a historiografia, perceberemos que esta construção é fruto da representação estabelecida ao longo da História, formulada e desenvolvida dentro de uma sociedade e de um projeto de nação.

Mas se nos limitássemos a estudar apenas a liderança do movimento farrapo, esta abordagem já nos identificaria a participação de “mulatos” no movimento, visto que importantes cargos administrativos do período da Revolução Farroupilha, foram ocupados por alguns homens considerados “de cor<sup>3</sup>”.

Partindo da “Nova História Política”, que se apresenta como uma renovação à História Política tradicional, e pensando política a partir de uma cultura e do imaginário social a ela vinculada, uma vez que o imaginário como nos esclarece Sandra Pesavento (2008, p. 13-14) “existe em função do real que o produz e do social que o legitima”, este artigo tem como objetivo maior, uma breve reflexão sobre a participação do Ministro José Mariano de Matos como um mulato no movimento farrapo.

Assim, tendo como recorte temporal, o período de 1835-1845 e o desenvolvimento da Revolução Farroupilha, buscaremos evidenciar através do Ministro José Mariano de Matos, a fluidez com que características físicas de determinados indivíduos poderiam ser interpretadas durante a Farroupilha, influenciando nas construções sociais deste período.

---

<sup>3</sup> Utiliza-se este termo para se referir a pessoas que não eram consideradas brancas, no período do Brasil Imperial.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **1. “Negros”, “mulatos” ou “brancos”? Algumas reflexões sobre as construções sociais que envolveram o movimento farrapo**

Com um olhar voltado para a historiografia, bem como para algumas fontes documentais, ao estudarmos a participação dos negros e mulatos, entendemos ser necessário, mesmo que brevemente, uma maior compreensão das construções que os envolvem e dos fatores sociais que permearam essas relações na “República Rio-Grandense”.

Em fins do período colonial, época em que o tráfico de escravos ainda era uma importante ferramenta para a manutenção da economia nacional, o uso da mão de obra escrava no sul do Brasil, assim como nas demais regiões, era um elemento, que na ótica dos escravocratas, ainda se justificava como necessário para o seu desenvolvimento.

No período colonial, segundo Barros (2009, p.14), foi sendo socialmente construída uma idéia do “ser negro” por oposição ao “ser branco”, com o objetivo de “alimentar” o desenvolvimento desse tráfico, onde alguns aspectos foram sendo estabelecidos como “diferenças”, que vieram a repercutir na formação política, econômica e social do Brasil.

Dentre estes aspectos, a questão da cor foi uma das características “selecionadas” para a diferenciação, visto que como coloca Barros “Nem todas as diferenças naturais e culturais são selecionadas como diferenças sociais” (2009, p. 53).

Desta forma, percebe-se que existiu uma construção social que envolveu essas definições, que foram aprendidas/desenvolvidas no seio de algumas sociedades, ao implantarem determinadas formas de percepções nos indivíduos que as compõem. Afirmção esta confirmada pela fala de Barros ao explicar que:

Entre os séculos XVI e XIX, os “negros” não se viam na África em absoluto como “negros”. “Negro” foi de algum modo uma construção “branca” – já que os povos africanos enxergavam a si mesmos como pertencentes a





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

grupos étnicos bem diferenciados e em certos casos reciprocamente hostis. (BARROS, 2009, p.39-40).

Assim, o considerado “negro” no Brasil, encontrou espaço na sociedade Imperial brasileira como importante fonte de mão-de-obra, mas não limitou-se a esta situação. Mesmo que em grande parte se encontrassem na condição de escravos, o “negro”, em alguns casos, conseguiu se inserir de outras formas na sociedade, uma vez que o sistema escravista permitia algumas brechas que possibilitavam que o escravo conquistasse a sua alforria, como a inserção na condição de soldado, junto às tropas do exército.

Mas esta inserção poderia ocorrer de formas diferentes se um indivíduo possuísse uma condição socioeconômica mais elevada e/ou uma rede de relações que possibilitasse em alguns casos, o acesso a cargos considerados de destaque neste período.

Hofbauer (2003), em seu texto intitulado *Conceito de “raça” e ideário do “branqueamento” no século XIX – bases ideológicas do racismo brasileiro*, ao trabalhar a questão de cor/raça como construções ideológicas vinculadas a contextos econômicos, históricos e sociais específicos, considera que:

[...]o indivíduo mesmo fisicamente aparentando uma tonalidade de pele mais escura que um escravo, sendo liberto e se renda e influências tivesse, poderia em alguns casos ascender socialmente. Categorias como “branco”, “negro”, “mestiço”, “mulato”, etc, eram usadas não apenas para descrever, de forma “objetiva”, a pigmentação da pele ou o fenótipo de um determinado indivíduo. A “percepção da cor” (ou do “fenótipo”) orientava-se também pelas relações de poder (status, dinheiro) bem como pelos contextos sociais específicos. (HOBFAUER, 2003, p.76-77)

O “ser negro” no período Imperial esteve associado muitas vezes à condição de escravo, fazendo com que alguns dos indivíduos que fossem considerados “mulatos” renegassem qualquer “aproximação” com a cor negra,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

visto que para uma possível ascensão social, quanto mais claro um indivíduo fosse, maior espaço de mobilidade este encontraria na sociedade.

Esta questão, dentre outros fatores, nos permite perceber a dificuldade de encontrar documentos que tragam relatos que se refiram a “negros” em cargos de destaque, visto que a sua cor, pelo menos teoricamente, restringia o acesso a determinadas posições. Estes fatos são, em partes, reflexos da teoria do branqueamento, que influenciou grande parte da historiografia do final do século XIX e ao longo do século XX, fazendo com que indivíduos considerados “de cor” ao ascenderem socialmente pudessem “clarear”, passando a serem vistos como “mulatos” ou até mesmo “brancos”.

Russel-Wood (2005) evidencia essas “transformações” já no decorrer do século XVIII, ao mencionar que:

Elas foram mais documentadas nas elites, mas não há razão para duvidar que o “estrato médio” – e a que se incluíam os negros e mulatos livres, especialmente aqueles com talento – se beneficiaria destas mudanças, que podem ter resultado em sua aceitação com menos má vontade pelos brancos (RUSSEL-WOOD, 2005, p.122)

Tais questões aqui levantadas se tornam presentes ao estudarmos a participação de mulatos na Revolução Farroupilha através do Ministro José Marianos de Matos.

Matos esteve em posições de destaque, conseguindo se inserir na elite do movimento farrapo ocupando cargos administrativos da então República Rio-Grandense, mas teve sua cor, bem como sua história por muito tempo silenciada pela historiografia. Questão esta que se torna um pouco “compreensível”, (mas não aceitável) ao lembramos Hofbauer, quando este coloca que:

Chamar a atenção para a cor de pele escura (ou “traços raciais negróides”) de alguém era uma grave ofensa, sobretudo para aqueles que buscavam ascender socialmente. Enquanto as palavras “negro” e “preto”



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

estavam intrinsecamente associadas a vida escrava a cor branca estava ligada ao status de pessoa “livre”. (HOFBAUER, 2003, p. 78)

Os Lanceiros Negros, por sua vez, compostos por soldados negros e mulatos que foram peças fundamentais durante a Farroupilha (muitos destes, escravos que foram incorporados as fileiras do exército) mesmo sendo um número bastante expressivo e tendo participado dos principais confrontos durante o movimento, diferente de Matos, não tiveram a cor da pele de seus membros silenciada. Carregando a questão da sua cor no nome do grupo que representavam, seu reconhecimento e sua história junto ao movimento farrapo, também fazem parte dos capítulos da Revolução Farroupilha que precisam ser abordados em novos trabalhos.

Mas se a condição de escravos/soldados não permitiu que os mesmos conseguissem assegurar para si e para os seus companheiros o direito de serem livres, modificando assim sua condição social, outros mulatos neste mesmo período conseguiriam encontrar um espaço de “adaptação”.

Mas quem foram estes outros mulatos? Como eles conseguiram acessar a este outro “mundo” da elite do movimento farrapo, cuja realidade e situação vivenciada posteriormente à guerra, diferiram por completo daqueles que foram soldados? Um bom e importante exemplo é José Mariano de Matos, carioca, militar, membro da elite farroupilha e mulato.

### **Um mulato na liderança Farroupilha**

A historiografia, sempre fortaleceu a idéia do poder nas mãos de uma elite, mas poucas vezes mencionou que esta pudesse ter membros que não fossem brancos. Essa questão histórica é reflexo da construção social tanto do período Colonial, como do período Imperial, que silenciava determinadas informações quando convinhavam.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A sociedade Imperial na qual encontrava-se o personagem José Mariano de Matos, passava por importantes transformações e por novos projetos, dentre eles o da construção de uma identidade nacional. Mas o lugar que teria o mulato neste processo e as construções sociais que consolidaram esta representação já se tornaram bastante evidentes durante a Revolução Farroupilha.

Mesmo a questão da mestiçagem sendo um assunto abordado de diferentes formas pela historiografia, foi a partir da segunda metade do XIX, quando a “situação racial” foi tema de estudos e as teorias do branqueamento passaram a ser empregadas na sociedade brasileira, que estudiosos então preocupados com a construção de uma unidade e de uma identidade nacional, buscaram levantar questões que permeavam o espaço social desde o período colonial

Diversos foram os autores que se envolveram neste debate, expondo suas teorias, defendendo-as ao longo da história. Apesar de alguns se situarem em períodos históricos diferentes e terem opiniões distintas, Silvio Romero, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, além dos que tiveram suas pesquisas realizadas com apoio da UNESCO como Roger Bastide e Florestan Fernandes, foram uns dos muitos que se dedicaram a formular teorias sobre a “situação racial”<sup>4</sup> brasileira, buscando uma identidade para o Brasil enquanto nação.

Embora que a discussão sobre a mestiçagem não tenha sido desenvolvida e assim, não ganhado as proporções a que veio adquirir entre o final do século XIX e ao longo do século XX, no período da Revolução Farroupilha percebe-se a presença constante do imaginário e das representações que já estavam internalizadas na sociedade e que conseguiram se perpetuar refletindo muitas vezes na análise historiográfica sobre este tema.

---

<sup>4</sup> Sobre estes autores e suas idéias ver: LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 4 ed.. São Paulo: Pioneira, 1983. E também NOGUEIRA, Oracy. **Tanto branco quanto preto: estudos de relações raciais**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Tal afirmação se torna mais evidente, ao direcionarmos nossa abordagem para José Mariano de Matos, destacando sua “condição social” e como esta foi interpretada durante o movimento farrapo, bem como lembrada ao longo da história.

Matos nasceu no Rio de Janeiro em 1801. Sua filiação foi pouco aprofundada pela historiografia. Através de correspondências do período em que se desenvolveu o movimento farrapo, encontramos cartas de sua mãe, Ana Flávio de Matos, e de um de seus irmãos Luis Briano de Matos, onde a questão da paternidade ainda é algo não muito esclarecido.

Aderindo a carreira militar, foi nesta instituição, o Exército, que Matos passou maior parte de sua vida, onde conseguiu ascender hierarquicamente/socialmente, ingressando como praça, até alcançar o posto de Brigadeiro, em 1861.

Tal ascensão foi facilitada pelas condições militares, comprovadas por correspondências presentes no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro, no qual é salientado que as promoções seguem critérios como merecimento “[...] visto que a lei só manda premiar serviços relevantes, e não por antiguidade ou preterição [...] Palácio do Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1838 = Sebastião do Rego Barros”<sup>5</sup>.

Mas vale salientar, que tais critérios eram “melhor” avaliados de acordo com a rede social e a rede de poder em que este estava envolvido, permitindo o contato com pessoas influentes em cargos de destaque, o que se tornava um facilitador de acesso a melhores cargos/posições sociais.

Nomeado Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro por serviços militares prestados na Guerra da Independência, Matos chegou a região sul

---

<sup>5</sup> Caderno de Correspondências, Assunto: promoções militares, Série: Revoluções internas, Sub série: Guerra dos Farrapos, Arquivo Histórico do Exército na cidade do Rio de Janeiro/RJ.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

como Major em 1830<sup>6</sup>, tendo posteriormente ocupado o posto de Sargento-mor comandante do 1º Corpo de Artilharia do movimento farroupilha<sup>7</sup>.

Casado com Isabel Leonor Meireles de Matos, o então, agora farrapo Mariano de Matos, permaneceu no Rio Grande do Sul até os anos finais da Revolução Farroupilha junto com sua família que somava um total de 30 pessoas, na qual contava também à família de sua mãe<sup>8</sup>.

Matos foi um dos responsáveis pela eclosão do movimento farrapo, e ocupou cargos administrativos de destaque. Nos anos que antecederam a Revolução, foi alvo de críticas de José Mariani, em correspondência destinada ao Merechal-de-campo Sebastião Barreto Pereira Pinto, do dia 29 de outubro de 1833, onde Mariani ao se referir a Matos, declara:

O procedimento deste oficial faz-se tanto mais estranhável quanto naquele mesmo dia tendo prevenido a V. Exa. que dispusesse a tropa da guarnição da cidade para manter a tranqüilidade pública ameaçada por aqueles inquietos homens, ele não só não se achava no seu quartel [1v.], mas até com a sua presença dava maior importância a um ato que nunca deveria prestar-se<sup>9</sup>.

Mas não foram somente as ações que antecederam o movimento dos farrapos, que Matos se destacou pelo seu envolvimento. Foi também Ministro da Guerra, Marinha e Exterior, Vice-Presidente da República Rio-Grandense e Presidente em substituição a Bento Gonçalves entre 1838 e 1841. Cargo por Matos desempenhado, que foi ressaltado em correspondência de Francisco dos Santos Leite ao Coronel João da Silva Tavares, de 9 de dezembro de 1839, onde este coloca “[...] há uma notícia dada por um que veio da força de Crescêncio que Bento foi mudado da presidência; entra Matos; [...]”<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> Vale lembrar que Matos já havia estado nesta Província no período de 1827, retornando ao Rio de Janeiro em 1829.

<sup>7</sup> Correspondência do Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul -AHRGS, CV-5677, 29 de outubro de 1833.

<sup>8</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV -5818, s/data.

<sup>9</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV- 5677, 29 de outubro de 1833.

<sup>10</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS , CV-5429, 9 de dezembro de 1839.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Essa informação também é dada ao chefe de polícia do Departamento do Boqueirão, por Domingos José de Almeida, semana antes, constada por correspondência de 23 de novembro e 1839, quando Almeida escreve:

Para conhecimento de V. S<sup>a</sup>. Incluso remeto um exemplar do decreto de hoje, no Periódico – “Povo” – n<sup>o</sup>. 121 estampado, pelo qual querendo S. Ex<sup>a</sup>. O Sr. Presidente do Estado pessoalmente atender os negócios da nova República Catarinense, passa temporariamente a comandar o exercito, e ao cidadão José Mariano de Matos, Vice-presidente mais votado, a administração da República <sup>11</sup>.

Não sendo tema principal de nenhum trabalho mais específico que tenha se dedicado a estudar o movimento farrapo, Matos aparece na abordagem de alguns historiadores/pesquisadores, de forma rápida e sem maiores aprofundamentos.

Em *O Exército farrapo e os seus chefes*, Cláudio Bento (1992), aponta que Matos seria filho de José Mariano de Matos, mas não esclarece sua origem e família, nem a condição social da mesma, mas lembra que José Mariano de Matos (filho) “era mulato, quase branco” (BENTO, 1976). Bento, através deste fragmento, é um bom exemplo pra percebermos as diferentes construções sociais estabelecidas não só no período colonial e Imperial, mas também desenvolvidas pela própria historiografia ao longo do século XX.

Outros autores que abordaram em seus escritos a participação de Matos foram Padoin (1999) Flores (2004) e Silva (2010) ao fazerem em seus estudos referência a cor de Matos, como este sendo mulato<sup>12</sup>.

Esta afirmação é fortalecida também por fontes documentais do período da Revolução Farroupilha, como é o caso do Diário do Antônio Vicente da Fontoura, onde este faz através de correspondências enviadas a sua esposa

---

<sup>11</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 348, 23 de novembro de 1839.

<sup>12</sup> Importante destacar que o mulato no imaginário do escravismo imperial, “representava ao mesmo tempo a mistura das diferenças e a mescla de duas posições dicotômicas na escala das desigualdades” (BARROS, 2009, p.102).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Clarinda, do período de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845, algumas referências a cor de José Mariano de Matos, o caracterizando como mulato.

Em carta do dia 23 de janeiro de 1844, a sua esposa Clarinda, fica evidente esta questão, quando ao se referir a Matos, Fontoura que foi Ministro da Fazenda e depois um dos negociadores da Paz, menciona: “Este maldito mulato, mais falso que Judas, mais inepto que Sardanapalo, teve em 1835 a diabólica habilidade de ascender o facho da guerra civil em nossa querida pátria [...]”(FONTOURA, 1984, p. 33).

Apontado por Fontoura (1984, p. 33), como sendo “o monstro dos monstros”, Matos foi fortemente criticado por este, que utilizava-se nas correspondências da condição de mulato de Matos, para discriminá-lo e assim diminuir sua força/ideologia política. Vale lembrar que ao integrar a tropa farroupilha, Matos se colocou como um dos “braços direitos” de Bento Gonçalves, sendo este grupo por ele integrado, visto com hostilidade por Fontoura.

Assim, também percebe-se, as divergências existentes na elite do movimento farrapo, cujos interesses e ideais eram bastante distintos, alimentando um sentimento de desprezo e rivalidade que foi, muitas vezes “contido” durante este período, em vista de alguns interesses e de um mesmo “inimigo” em comum: o Império.

Mas, como Matos sendo um mulato conseguiu ocupar importantes cargos administrativos durante o período da Farroupilha? A resposta para este questionamento pode estar associada ao fato de que a “sua cor” era levada menos em consideração do que sua condição socioeconômica.

Considerado cidadão, a partir da Constituição de 1824 (com exceção dos escravos), o “ingênuo”, ou seja, aquele que não tivesse nascido escravo, ou fosse descendente de escravo liberto, se renda tivesse, “poderiam exercer plenamente todos os direitos políticos da jovem monarquia” (MATTOS, 2009, p.358)<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Importante frisar que: “[...] pela Constituição imperial, quem não tivesse “nascido ingênuo”, tendo, portanto, nascido escravo e, depois, obtido a alforria, não se poderia qualificar como eleitor, mesmo se tivesse renda suficiente para tanto” (MATTOS, 2009, p.376).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Tal colocação proposta por Hebe Mattos se torna bastante explicativa, considerando que nas eleições para Deputado da Assembléia Constituinte do Estado no ano de 1842, Matos foi o oitavo deputado mais votado, eleito com 2,694 votos<sup>14</sup>.

Roberto Guedes também colabora ao explicar esses espaços ocupados por determinados indivíduos, ao mencionar que “as relações pessoais podiam definir sua cor/ condição social, que, de modo algum era fixa, mas variável de acordo com as circunstâncias sociais” (2008, p. 100). Afirmar esta bastante compreensível se levarmos em consideração a condição de José Mariano de Matos e sua ascensão tanto no movimento farrapo, quando na carreira militar.

Com o final da Revolução Farroupilha em 1º de Março de 1845, resultando na assinatura do Tratado de Ponche Verde, os principais líderes farrapos tiveram diferentes desfechos, mas apenas Matos, ao ser integrado novamente as forças do Império, foi o que conseguiu ascender mais alto, dentro os outros farrapos, na hierarquia militar Imperial.

José Zeferino da Cunha (1902) ao fazer referência a outro importante líder do movimento farrapo, Domingos José de Almeida, que vale lembrar também teve a questão de sua cor como algo pouco trabalhado pela historiografia<sup>15</sup>, coloca que:

[...] a Monarchia nunca teve para com elle o procedimento, que teve com o seu collega e amigo, o ex-ministro da guerra e marinha da Republica José Mariano de Mattos, que chegou até o cargo de ministro da Monarchia. (CUNHA, 1902, p. 32).

Cunha ao referir-se a Matos, destaca o cargo que este ocupou após o final da Revolução Farroupilha, o de Ministro da Guerra do Império (1864).

---

<sup>14</sup>O AMERICANO, Jornal de Alegrete, nº 4, de 5 de outubro de 1842, p. 207.

<sup>15</sup> Autores como Padoin (1999), Flores (2004), Leitman (1985), Carrion (2005), Silva(2010) ao se referirem a Domingos José de Almeida, também fazem referência a sua cor, como este sendo mulato.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Matos conseguiu ascender socialmente, através de um pequeno espaço que o considerado “mulato” encontrou de mobilidade no período Imperial, se valendo das oportunidades por ele conquistadas, dentre elas as na carreira militar, fortalecendo sempre importantes redes de relações.

Portanto, ao trabalharmos a figura desse que foi um importante Ministro no período da Revolução Farroupilha, buscamos enfatizar que a questão da cor da pele se apresentou sim como um meio de seleção e de obstáculo a uma possível ascensão social, mas que muitas vezes pode ser “desconsiderada”, visto que a posição social e a rede de relações a ela atrelada poderiam em alguns casos, se tornar fatores suficientemente favoráveis para o ingresso a lugares de destaque na sociedade, a ponto de tornar sua cor um elemento silenciado inclusive pela historiografia.

Silêncio este, que também é resultado da produção intelectual do século XIX e XX, que ao discutir um projeto de nação e de uma identidade brasileira, por vezes “clareou” determinados personagens, influenciando na consolidação da imagem de elites regionais e nacionais, como compostas por homens brancos.

Desta forma, pode-se perceber que a inserção de um mulato em um meio social até então dominado por uma elite branca, não significava uma real aceitação da condição de um mulato no mesmo meio/ espaço de indivíduos considerados brancos. Pelo contrário. Mas isso não evitaria que em determinadas circunstâncias esta questão pudesse ser “omitida” de acordo com os interesses que estivessem em jogo.

José Mariano de Matos transitou como uma figura que mesmo pouco lembrada nos dias atuais, foi responsável por importantes decisões do período Imperial. Sua cor, sua origem, são elementos que ainda divergem através de fontes tanto bibliográficas quanto documentais. Mas lembrando uma fala de Barros ao considerar que a “construção social, muitas vezes não é dada pela natureza, mas sim elaborada pela História” (BARROS, 2009, p. 221) e sabendo que historiadores “podem se constituir em artífices da construção de uma



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

identidade, nacional ou regional” (PESAVENTO, 1980, p. 385), resgatar a história de Matos é resgatar não só parte da História do Rio Grande do Sul, mas sim do imaginário e do social do Brasil Imperial que envolveram também as concepções do “ser negro” e “ser mulato” neste período.

## **Conclusão**

Importantes personagens, grandes ações. É desta forma que parte da historiografia foi ao longo dos anos trabalhando e resgatando a questão da Revolução Farroupilha, transformando-a em símbolo de identidade regional.

Selecionando fatos, atores e eventos, a memória de um movimento que se destacou dentre outros fatores, por sua longa duração, foi perpetuada por um coletivo, que muitas vezes silenciou, assim como a historiografia, aspectos importantes e necessários para uma maior compreensão do que foi o movimento farrapo.

A historiografia, recentemente vem dando uma atenção maior a diferentes grupos sociais e às suas ações ao longo da história, mas ainda apresenta divergências, dentre elas, as que se referem à participação de negros e mulatos como farrapos, ainda mais quando esta participação também pode ocorrer em cargos administrativos.

Assim, ao provocarmos uma breve reflexão sobre a questão do “ser mulato” no Brasil Imperial, a partir de um estudo sobre José Mariano de Matos, buscamos evidenciar essas representações no período de 1835-1845, e suas influências para o movimento farroupilha.

Ao levantarmos algumas considerações, se tornou evidente ao longo deste artigo, que características físicas, bem como a cor de pele, não foram os únicos fatores influenciadores para a classificação de indivíduos como brancos, negros ou mulatos.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Estes fatores poderiam estar associados à condição socioeconômica e à rede de relações sociais por eles estabelecidas, uma vez que “status” e “poder” tinham a capacidade de “clarear” determinados indivíduos, pois a visão de sociedade moderna, civilizada, modelo do mundo ocidental/europeu, tinham naquele período como representação uma sociedade branca.

Percebe-se desta forma, que existiram “brechas” durante o período Imperial, que possibilitaram a ascensão daqueles que antes eram considerados mulatos e que ao adquirirem cargos mais elevados na sociedade, tinham a origem social “esquecida”, já que estes passariam a pertencer a um diferente e mais elevado grupo.

A Historiografia por muito tempo não mencionou o fato de que alguns membros do movimento Farrapo pudessem não ser brancos. Essa questão, de certa forma, também é um reflexo das teorias de miscigenação e branqueamento, desenvolvidas em fins do XIX e ao longo do século XX, uma vez que segundo Munanga (1999):

Apesar de ter fracassado o processo de branqueamento físico da sociedade, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseado na “negritude” e na “mestiçagem” já que todos sonham em ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior. (1999, p.16)

Considerando que o século XIX, como enfatiza Maria Ligia Coelho Prado “[...] fue el siglo de las grandes invenciones interpretativas sobre la Historia de Brasil”(2009, p.322)<sup>16</sup> e que este “[...] contribuyó a generar un imaginario social poderoso, que tuvo la fuerza necesaria para perdurar a través de los siglos”(2009, p.321)<sup>17</sup>, resgatar a figura de José Mariano Matos, colaborou para

---

<sup>16</sup> “[...] foi o século das grandes invenções interpretativas sobre a História do Brasil” [Tradução nossa]

<sup>17</sup> “[...] contribuiu ao gerar um imaginário social poderoso que teve a força necessária para perdurar através dos séculos”. [Tradução nossa].





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

uma maior compreensão não só do movimento farroupilha, mas também do Brasil Imperial, seu imaginário e suas representações.

Assim, ciente do papel do historiador e da interferência do coletivo para a construção e reconstrução da história, este artigo que é resultado de pesquisa que está sendo aprofundada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, buscou ampliar a produção já existente em torno da temática da Revolução Farroupilha. Deste modo, destaca-se que o movimento farrapo contou sim com importantes personagens, mas que estes também poderiam ser negros e mulatos, que deixaram sua marca e colaboram ao também escreverem partes da história.

## **Referências**

BARROS, José D' Assunção. **A Construção Social da Cor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BENTO, Cláudio Moreira. **O exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1992.

CUNHA, José Zeferino da. **Apontamentos para a História da Revolução Farroupilha de 1835**. Pelotas: Typografia da Livraria Americana Pintos & C., 1902.

FLORES, Moacyr. **Negros na Revolução Farroupilha: Traição em Porongos e farsa em Ponche Verde**. Porto Alegre: EST, 2004 (Raízes africanas; v. 4)

FONTOURA, Antônio Vicente da. **Diário**: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845. Porto Alegre: Sulina/Martins, Caxias do Sul: EDUCS, 1984.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativoiro**: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

HOFBAUER, Andreas. Conceito de “raça” e ideário do “branqueamento” no século XIX – bases ideológicas do racismo brasileiro. **Teoria e pesquisa**, São Carlos, v. 42-43, PP. 63-110, jan./jul.2003

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 4 ed.. São Paulo: Pioneira, 1983.

MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p 351-391.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PADOIN, Maria Medianeira. **O Federalismo no espaço fronteiriço platino**: a Revolução Farroupilha (1835-45). 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Invenção da Sociedade Gaúcha. In: **ENSAIOS FEE. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**. Porto Alegre: RS – Brasil, 1980. p. 383-396.

\_\_\_\_\_. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. IN: **Narrativas imagens e práticas sociais**: percursos em história cultural. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008.

PRADO, Maria Lúcia Coelho. “Emblemas de Brasil em la historiografía del siglo XIX: Monarquía, unidad territorial y evolución natural”. In: PALACIOS, Guillermo. (coord.). **La nación y su historia**. Independências, relato historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX. México, DF: El Colegio de México. Centro de Estudios Históricos, 2009, p. 285-325.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Juremir Machado da. **História regional da infâmia**: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários). 2 ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010

### **Fontes Documentais**

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Anais**, Coleção Varela.

**CADERNO DE CORRESPONDÊNCIAS**. Assunto: promoções militares, Série: Revoluções internas, Sub série: Guerra dos Farrapos, Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro/RJ.

Fragmento do **Manifesto do Presidente da República Riograndense**, Piratini, 29 de agosto de 1838 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Referência 39,13,24- p. 3, Acervo Obras Raras).

Jornal **O AMERICANO** (1842), Acervo do Arquivo Histórico de Pelotas/RS.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **DO PAPEL AO COTIDIANO: ESCOLA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA E.I.E.B. CACIQUE VANKHRÊ\***

Luana Máyra Silva\*\*

Jeniffer Caroline da Silva\*\*\*

A chegada dos colonizadores europeus trouxe consigo um modelo de educação escolar de acordo com o modelo ocidental europeu Greco-romano que nada condizia ao modo de pensar dos nativos que entraram em contato aqui. A princípio, a prática educacional era utilizada como ferramenta de catequização, a fim de integrar os indígenas à sociedade, e acontecia em internatos, onde eram transmitidos aos indígenas aspectos da cultura e dos costumes não indígenas, o que promovia a negação de suas identidades.

Com o passar dos séculos, a educação foi se efetivando como forma de integração, através da presença da escola, onde professores não indígenas objetivavam ensinar a língua portuguesa aos indígenas. Naquele momento, o ensino tinha caráter bilíngue, no entanto, o bilinguismo se dava como forma de transição, para que após certo período, a língua portuguesa predominasse, ou seja, que fosse o único idioma. A língua materna passava por um período de desvalorização, dessa forma, as comunidades indígenas teriam uma plena integração à sociedade nacional. A exemplo disto, podemos citar o caso dos indígenas Baniwa<sup>1</sup> que desde a década de 1950 vinham substituindo sua língua

---

\* O presente trabalho é uma adaptação do Artigo “Escola e Educação Escolar Indígena. O que temos e o que queremos. “proposições que levam às práticas: essa é a nossa escola...”, apresentado na XIII Encontro Estadual de História – ANPUH/SC, Chapecó, 2010.

\*\* Estudante de Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Bolsista de Iniciação Científica: Observatório da Educação Escolar Indígena CAPES/UFSC. E-mail: lumayra\_27@hotmail.com

\*\*\* Estudante de Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Bolsista de Iniciação Científica: Observatório da Educação Escolar Indígena CAPES/UFSC. E-mail: jeni\_hao@hotmail.com

<sup>1</sup> O território do povo Baniwa localiza-se na região Amazônica, na fronteira do Brasil com os países Colômbia e Venezuela.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

materna pela nheegatu<sup>2</sup>.

A partir de 1970, principalmente com os movimentos de professores indígenas, a Educação Escolar Indígena, e a formação desses professores, já vinha se tornando uma política de respeito à diversidade cultural dos vários povos indígenas. O que antes era uma educação imposta, passa a ser uma reivindicação para atender as expectativas e necessidades das comunidades indígenas. Assim, gradualmente os professores indígenas passaram a ter uma participação estratégica na educação escolar diferenciada. Na década de 1980, a realidade escolar principiou uma modificação significativa: passou-se a valorizar os povos que falavam suas línguas maternas e praticavam suas tradições ancestrais<sup>3</sup>, além de iniciar um processo de contratação de professores indígenas dentro das próprias escolas, considerando que na década de 1980, o número de docentes indígenas nas escolas das aldeias era cerca de 20%, e no ano de 2005 esse número passa para 88%<sup>4</sup>.

Com a Constituição Federal de 1988, importantes transformações deram à Educação Escolar Indígena um novo perfil. A partir dela, é garantido às comunidades indígenas “a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem<sup>5</sup>”. Dessa forma, a escola se torna um espaço de revitalização das línguas indígenas além de ser um espaço de fortalecimento da cultura.

O perfil de uma escola indígena prevista na Constituição – específica, bilíngue, multicultural e diferenciada – é alvo de discussões entre professores, lideranças indígenas, secretarias de educação e demais órgãos que desenvolvem atividades com essas populações. Para que as escolas indígenas possam ter êxito em seus objetivos, torna-se indispensável a necessidade de se criar uma

---

<sup>2</sup> A língua nheegatu é uma variação da língua tupi-guarani, que foi sistematizada pelos missionários e levada a outros povos indígenas do Brasil, como uma língua de comunicação universal para os indígenas.

<sup>3</sup> LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. p.32.

<sup>4</sup> Ibidem. p.157.

<sup>5</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, DF : Senado, 1988. p.86.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

proposta pedagógica baseada nos processos próprios de aprendizagem peculiares de cada etnia, respeitando as diferentes maneiras de enxergar o mundo. Sendo assim, a proposta curricular precisa estar pautada na interculturalidade, bilinguismo, especificidades e diferenças, atendendo aos princípios constitucionais para a escola indígena. Além disso, faz-se necessário também a implantação de um calendário diferenciado, levando em consideração as peculiaridades vividas pelas comunidades indígenas.

Até 1991, a educação escolar indígena estava sob os cuidados da FUNAI, quando então passou a ser responsabilidade do MEC. Em 1993, a Secretaria de Estado da Educação – SED/SC – assumiu a gestão das escolas indígenas no Estado, e em 1996, dentro da SED/SC foi criado o Núcleo de Educação Indígena – NEI, para cuidar especificamente do assunto. Foi este órgão que viabilizou efetivamente a implantação dos currículos diferenciados. A gerência das escolas indígenas são de competência do governo estadual, sendo que somente em 1999 elas foram estadualizadas em Santa Catarina<sup>6</sup>.

A educação escolar indígena é inicialmente garantida pela Constituição Federal de 1988, e também garantida pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, pelo Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas de 1998 e pelo Plano Nacional de Educação, de 2001.

## **A trajetória Kaingáng**

O território que compreendia os atuais Estados brasileiros de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a Província de Misiones, na Argentina, pertence tradicionalmente ao povo Kaingáng. Atualmente, os Kaingáng são um dos três maiores grupos indígenas do Brasil, contam com

---

<sup>6</sup> SALVARO, Talita Daniel. *De geração em geração e o lápis na mão: O processo de revitalização da língua Kaingáng na educação escolar indígena/Terra Indígena Xaçecó – SC.* Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. p.78-82.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

aproximadamente 33 mil pessoas ocupando 32 Terras Indígenas (demarcadas ou em vias de demarcação) nestes estados<sup>7</sup>. Dos 33 mil Kaingáng, pouco mais de 9 mil indígenas encontram-se em território catarinense e pouco mais de 5 mil (mais especificamente 5.500 indígenas<sup>8</sup>) na T.I Xapecó, dividido aproximadamente em 917 famílias vivendo em 17 aldeias<sup>9</sup>. Essas aldeias estão distribuídas nos dois municípios supracitados do seguinte modo: Município de Ipuauçu: Aldeia Sede, Olaria, Pinhalzinho, Serrano, Cerro Doce, Baixo Samburá, Água Branca, Barro Preto e Fazenda São Jose. Município de Entre Rios: Aldeia João Veloso, Matão, Paiol de Barro, Limeira Kaingáng e Guarani<sup>10</sup> e Manduri, Placa, Pinheirinhos.

A região onde atualmente é o oeste catarinense,

(...) foi muito disputado durante os séculos XVIII e XIX sendo palco de conflitos e disputas como o Contestado. Até 1853 esta região era considerada parte da província de São Paulo e tinha como limite sul a província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo rio Uruguai. A partir de então a província do Paraná foi desmembrada e a área que compreendia os campos de Palmas passou a integrar esta nova unidade administrativa do império até 1916, quando passa a fazer parte do Estado de Santa Catarina.<sup>11</sup>

Nesse período, as populações indígenas eram vistas como um retardo à civilização, assim, o extermínio e aldeamento dos indígenas era estimulado por D. João VI, a fim de liberar as áreas para explorá-las economicamente. A região

---

<sup>7</sup> De acordo com dados da FUNASA/2009. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>> Acesso em: 21 de Agosto de 2011.

<sup>8</sup> ESCOLA INDÍGENA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CACIQUE VANHKRÊ. *Projeto Político Pedagógico*. Terra Indígena Xapecó, 2010. (In mimeo) p.15.

<sup>9</sup> Cf. NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. Olhar, escutar e trançar: o artesanato Kaingáng de cada dia. IV Encontro Regional Sul de História Oral, UFSC: 12-14/11/2007, p. 2. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Ana%20Lucia%20Vulfe%20Notzold.pdf>. Acesso em 15 de Agosto de 2011. Dados extraídos também do Diagnóstico da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê (In mimeo). 2010. Acervo LABHIN. p.01.

<sup>10</sup> Neste território onde vivem os Kaingáng, também vivem dois pequenos grupos de Guarani Mbya e Xetá, por isso a denominação Aldeia Limeira Guarani.

<sup>11</sup>NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. *Nosso vizinho Kaingáng*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003. p. 68.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

sul fora alvo de exploração econômica do gado, e posteriormente de madeira e ervas. A importância econômica e geográfica dessa região fora salientada pelo Príncipe Regente D. João VI, na ocasião do envio da Carta Régia, de 5 de Novembro de 1808, ao governador de São Paulo.

(...) Sendo-me presente o quasi total abandono, em que se acham os campos geraes da Coritiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que desaguam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguay, todos comprehendidos nos limites dessa Capitania e infestados pelos indios denominados Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários (...)¹².

Mais tarde, na década de 1880, foi instalada em Xanxerê a Colônia Militar do Xapecó, com objetivo de aldear os indígenas para liberar terras para os fazendeiros. O objetivo das colônias militares girava em torno da proteção da população próximo a áreas indígenas, catequização dos índios, além de garantir a segurança das fronteiras do país, principalmente após a Guerra do Paraguai. A necessidade de abrir uma passagem para a implantação de uma linha telegráfica, ligando a colônia ao resto do país fez com que fosse contratada mão de obra indígena, por ser a mais barata. Liderados pelo cacique Vanhkrê, desempenharam a atividade no começo da década de 1890 e na ocasião de receberem o pagamento, solicitaram que o mesmo, fosse realizado em forma das terras. Em 1902, foi assinado por Francisco Xavier da Silva, então presidente da Província do Paraná, um decreto que concedia aos Kaingáng a terra localizada entre os rios Chapecó e Chapecozinho, tornando a Terra Indígena Xapecó:

Art. Único. Fica reservada para o estabelecimento da tribo de indígenas coroados ao mando do cacique Vaicrê,

---

¹² Carta Régia de D. João VI para Antonio José da Franca e Horta - de 5 de novembro de 1808. *Sobre os indios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba o Guarapuava*. In: BRASIL. Leis etc. Coleção das Leis do Brazil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 156-159. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_19/CartaRegia\\_0511.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_19/CartaRegia_0511.htm). Acesso em 16 de Agosto de 2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

salvo direito de terceiros, uma das áreas de terra compreendida nos limites seguintes:

A partir do rio Chapecó, pela estrada que segue para o sul, até o passo do rio Chapecósinho, e por estes dois rios até onde elles fazem barra.

Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 18 de Junho de 1902, 14<sup>o</sup> da República<sup>13</sup>.

Oito anos depois do decreto que concedeu a Terra Indígena Xaçepó aos Kaingáng, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 20 de Julho de 1910, através de um projeto encaminhado pelo então ministro da agricultura, Rodolfo Miranda, ao presidente Nilo Peçanha. O SPI atuou com precários recursos financeiros até 1967, ano em que foi substituído pela FUNAI. No seu período de atuação, houve a criação de escolas em áreas indígenas, a fim de formar cidadãos brasileiros.

No ano de 1941, instala-se na Terra Indígena Xaçepó um Posto Indígena do SPI, nomeado de Posto Indígena Chapecó<sup>14</sup>, que posteriormente cedeu homenagem ao Sr. Selistre de Campos, tornando-se Posto Indígena Dr. Selistre de Campos. O Posto encontrava-se “na área de jurisdição da 4<sup>a</sup> DR - Delegacia Regional de Curitiba, juntamente com outras áreas indígenas do Estado de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”<sup>15</sup>. Com a chegada do posto, o modo de vida tradicional desse povo foi alterado a com esse intenso contato com o não índio: passou-se de regime de subsistência, baseado na caça, coleta e agricultura, para uma exploração econômica da mão de obra indígena na agricultura.

---

<sup>13</sup> Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná pelo Bacharel Artur Pedreira de Cerqueira, secretário d’Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização em 31 de Dezembro de 1902, Curitiba. Acervo: Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê.

<sup>14</sup> Em 1967, após a criação da FUNAI, o Posto Indígena volta a se chamar Xaçepó, desta vem com **X**, não mais **CH**.

<sup>15</sup> SALVARO, Talita Daniel. Op. Cit. p. 70.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **O Projeto Observatório da Educação Escolar Indígena**

Atualmente, o povo Kaingáng mobiliza membros da comunidade, principalmente os idosos, a fim de trabalhar na recuperação das antigas tradições. A escola é um ambiente que propicia o desenvolvimento desse trabalho, através de projetos que envolvem a comunidade.

No ano de 2009 foi aprovado através do Edital 001/2009 CAPES/DEB/SECAD/INEP o Observatório da Educação Escolar Indígena com o Projeto: “Autogestão e processos próprios de aprendizagem – desafios para uma educação escolar indígena com autonomia”, proposto pelo Laboratório de História Indígena/LABHIN no âmbito do Programa de Pós-graduação em História da UFSC. O projeto vem sendo desenvolvido em escolas indígenas dos três povos que vivem no Estado de Santa Catarina (Guarani, Kaingáng e Xokleng). O critério de escolha das três escolas foi de que as escolas contempladas oferecessem a educação básica, pois a maioria das escolas indígenas são apenas de ensino fundamental.

O objetivo principal do Observatório é o levantamento de dados por amostragem, investigando a relação do PPP com os demais projetos da comunidade e se está voltado para permitir uma autogestão da escola; se o povo indígena consegue relacionar o ensino convencional escolar com o ensino das tradições indígenas. Além disso, se a escola, como um todo, contribui para a busca de auto-sustentabilidade das aldeias em termos de saúde, coesão social, direitos, lazer, produção agrícola, artesanato e demais fontes de recursos e de etnodesenvolvimento; o papel da educação na concepção do território e da territorialidade indígenas, assim como no fortalecimento de sua identidade étnica e na elaboração de projetos para o futuro.

As informações e dados levantados a partir do desenvolvimento do Observatório nestas escolas, serão utilizadas para traçar um panorama, inicialmente regional da condição da Educação Escolar Indígena e posteriormente nacional da educação básica que servirão de referência para a



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação. Espera-se assim que, através do Observatório, se fomente pesquisas que evidenciem os pontos nevrálgicos da Educação Escolar Indígena contribuindo para que as Escolas Indígenas tenham autonomia tanto na educação, quanto nas formas de gerir suas escolas.

Para o sucesso deste projeto é necessário o aval e plena participação das Comunidades Indígenas envolvidas, e, assim sendo, para estabelecer a realização deste projeto, elegeu-se uma escola indígena de cada povo, considerando as suas especificidades: história, oferta dos níveis de ensino, pioneirismo, forma de organização e intervenção dos organismos públicos e de organizações não governamentais. A Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vankhrê (foi uma das escolas escolhidas), pois se trata de uma escola referência para a Educação Escolar Indígena no estado de Santa Catarina.

A Terra Indígena Xapecó conta com 10 escolas, que atendem a comunidade. Dessas, 8 atendem de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série do ensino fundamental, uma atende de 1<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série e a escola em questão atende o ensino médio. A Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vankhrê está localizada na sede da T.I. (Aldeia Jacu), e recebe estudantes de aldeias vizinhas, por falta de escolas que atendam à demanda de ensino médio. Além do ensino regular, a escola abrange a Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e uma turma de Linguagem de Sinais – Libras<sup>16</sup>.

A EIEB Cacique Vankhrê, enquanto ainda se chamava Colégio Estadual Vitorino Kondá<sup>17</sup>, foi a primeira escola indígena do Brasil a possuir o ensino

---

<sup>16</sup> NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. *O ciclo de vida Kaingáng*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004. p.6-7.

<sup>17</sup> Através de um aprofundado estudo e relatos, sobre a vida do Índio Vitorino Kondá, descobriu-se que era contratado por grandes fazendeiros para facilitar a entrada dos não-índios para ocuparem as terras indígenas. Expandindo assim as fazendas e diminuindo o espaço ocupado pelos índios. Surgindo então o nome da Liderança do cacique Vankhrê que foi o primeiro responsável pela aquisição e demarcação desta terra. Isso ocorreu no ano de 1999, onde a partir dessa realidade decidiu-se mudar o nome da escola. No ano de 2000, através da portaria E/040/SED de 07/06/2000, passou então a ser chamada Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vankhrê. (Dados extraídos do Projeto Político Pedagógico da E.I.E.B. Cacique Vankhrê de 2010)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

médio, além disto, é a maior escola indígena da rede pública estadual de Santa Catarina. Esta escola se apresenta como o principal campo de pesquisa do Laboratório de História Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina - LABHIN, tendo sido desenvolvidos projetos e pesquisas em parceria com a escola. Estes projetos têm, entre outros objetivos, a elaboração e produção de material didático-pedagógico a partir da tradição cultural e histórica deste povo em parceria com as escolas da TI.

### **Do papel ao cotidiano**

Em tempos passados, o número de professores indígenas em suas próprias escolas, não superava, e muitas vezes sequer se igualava, ao de professores não indígenas. No entanto, essa realidade mudou. No ano de 2010, a EIEB Cacique Vanhkrê contou com 40 professores, todos indígenas<sup>18</sup>, com formação superior completa ou em fase de término, alguns com pós-graduação e outros com um segundo ou terceiro curso superior. Nem todos os professores se ausentam da comunidade para realizar a graduação, alguns frequentam Universidades próximas à Terra Indígena e outros ainda fazem cursos na modalidade de Ensino à Distância<sup>19</sup>. Todas as áreas de conhecimento estão sendo contempladas e em breve, todas as disciplinas terão professores habilitados lecionando nas suas respectivas áreas.

Uma parcela destes professores cursa a Licenciatura Especifica para Formação de Professores Indígenas Kaingáng, oferecida pela UNOCHAPECÓ, outros ainda cursam Pedagogia, na modalidade à distância, oferecido pela UNIASSELVI (Centro Universitário Leonardo da Vinci), dentro da escola, que

---

<sup>18</sup> Existem professores de origem não indígena, no entanto, uma vez sendo aceito e residindo na comunidade, o mesmo passa a ser integrante do grupo indígena.

<sup>19</sup> É freqüente também alguns indígenas fazerem cursos nas Universidades próximas e também na modalidade À Distancia, tendo assim uma habilitação dupla.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

cede espaço para a realização das aulas. Atualmente, outra parcela está se graduando no curso Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingáng e Xokleng, da Universidade Federal de Santa Catarina, ambos cursos são específicos para a formação de professores indígenas.

Atualmente, a EIEB Cacique Vanhkrê oferece os seguintes níveis e modalidades de ensino: Ensino Fundamental; Educação Especial: Turma Especial para deficientes auditivos; Ensino Médio; Ensino Superior – Licenciatura em Pedagogia (cessão de espaço).

Desde 2004 a Educação Infantil não funciona mais no prédio da EIEB Cacique Vanhkrê, pois a escola não dispõe de espaço físico. A comunidade Kaingáng vem solicitando há tempos junto a Secretaria Estadual de Educação a transferência da educação infantil para a esfera estadual, que atualmente encontra-se sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Ipuçu.

A arquitetura da EIEB Cacique Vanhkrê tem formato circular, remetendo à uma “oca”, demonstrando como era organizada no passado a distribuição das casas na comunidade. Essa estrutura foi inaugurada no ano de 2000, e em 2011 recebeu sua primeira reforma: o telhado da escola foi substituído, o pátio recebeu preenchimento de cimento e foram construídas salas anexa à escola, onde funcionará o Ensino Médio profissionalizante. Entretanto, necessita-se ainda de outros reparos, como: novos preventivos contra incêndio; pintura; janelas; instalações elétricas; água; refeitório; a biblioteca; manutenção nos computadores.

Além disso, o espaço físico da escola não comporta o número de alunos que a frequentam, obrigando a escola a fazer improvisações, como mudanças de turnos para atender as necessidades dos alunos. Outra necessidade da escola seria a adaptação do espaço físico a fim de atender as crianças com deficiência física. Na questão da merenda escolar, o cardápio é bastante variado, a merenda é preparada na própria escola por uma servente e uma auxiliar. Contudo, discute-se a possibilidade de uma merenda diferenciada, levando em consideração os hábitos alimentares que os estudantes possuem, além de, dessa



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

forma, movimentar a economia da região, contemplando os agricultores indígenas. Hoje, a merenda é distribuída por um convênio entre a União e o Estado, entretanto esse convênio é semestral, implicando na falta de merenda no período de renovação de contrato.

No ano de 2007, a Comunidade Indígena Kaingáng implantou em parceria com o Governo Federal através do Programa “Luz para Todos”, uma Rádio Comunitária nas dependências da EIEB Cacique Vanhkrê, que além de ser mais uma conquista da Comunidade, tornou-se também mais um veículo de comunicação e de repasse de conhecimentos e acontecimentos educacionais, permitindo ao educador divulgar através de programas específicos de cada disciplina, suas atividades, informando a comunidade ficar informada dos trabalhos desenvolvidos na escola. Isto tem como objetivo principal o fortalecimento da língua Kaingáng<sup>20</sup>. Porém, no momento, a Rádio encontra-se desativada por falta de espaço físico dentro da escola.

Outro ponto bastante importante em relação à educação, é quanto ao enquadramento funcional dos professores indígenas. A maioria deles, trabalha na EIEB Cacique Vanhkrê como Admitidos em Caráter Temporário/ACT, dessa forma, sua remuneração é somente durante o período letivo. Assim, a maioria destes professores acaba buscando uma segunda alternativa durante o recesso escolar, a fim de não prejudicar seu orçamento familiar. Por isso, uma reivindicação dos professores indígenas é para que haja mais concursos públicos na área da educação, pois dessa forma, com um quadro de professores efetivos maior, possibilita a autonomia da escola e um trabalho contínuo, de acordo com as necessidades da comunidade.

Outra necessidade da escola é a prática do calendário específico, que é garantido pela Constituição Federal de 1988. A importância de um calendário

---

<sup>20</sup> Estes dados foram extraídos do diagnóstico realizados pelos professores indígenas da E.I.E.B Cacique Vanhkrê Josiana Gonçalves e Nilson Belino para O Observatório da Educação Escolar Indígena proposto através do Edital 001/2009 da CAPES/DEB/SECAD/INEP, aprovado no âmbito do Programa de Pós-graduação em História da UFSC, proposto pelo Laboratório de História Indígena/LABHIN com o Projeto: “Autogestão e processos próprios de aprendizagem – desafios para uma educação escolar indígena com autonomia”



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

diferenciado para os Kaingáng do oeste catarinense é principalmente em virtude do clima da região, haja vista que a mesma possui um inverno rigoroso. Durante os períodos de frio intenso e também nas épocas de colheita, acontece uma espécie de “evasão escolar”<sup>21</sup>. A reivindicação dos professores indígenas em relação a essa questão seria a implantação definitiva do calendário diferenciado que, por exemplo, começasse em janeiro e parasse no período de frio e retornasse em seguida.

## **Considerações Finais**

A E.I.E.B. Cacique Vanhkrê fundamenta-se na Proposta Curricular e nos Referencias Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena/RCNEI, bem como o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural, educação e conhecimentos indígenas, e conhecimento universal. A escola oferece uma educação bilíngüe, intercultural, diferenciada, comunitária e específica, com o objetivo de se atrelar à formação de jovens para que possam decifrar os vários signos lingüísticos e se comunicar com as sociedades indígenas e não indígenas, além de defender e revitalizar sua cultura. Para que estes objetivos sejam alcançados, uma série de mudanças e/ou incentivos deve ser garantida. Elenca-se como principal necessidade, a de investimentos, principalmente dos governos municipais, estaduais e federal, para que as deficiências imediatas possam ser supridas, e a partir daí, obter a melhoria de outros segmentos.

A valorização do professor também é um ponto a ser melhorado, investindo na efetivação pública de profissionais indígenas, para que estes possam ter uma maior estabilidade e segurança no trabalho, uma vez que os

---

<sup>21</sup> Na verdade, essa “evasão” é sazonal. Durante o período de colheita, os alunos se ausentam da escola a fim de auxiliar os pais na colheita. Após esse período de colheita e também do período de frio intenso, os estudantes retornam à Escola. Dessa forma, a palavra “evasão” não deve ser compreendida como um efetivo abandono da escola.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

próprios já vêm investindo em sua formação acadêmica e o aprimoramento da profissão de educador.

O Projeto do Observatório de Educação Escolar Indígena encontra-se em sua fase final. O presente artigo é resultado dos levantamentos realizados até este momento. Espera-se que a partir destes diagnósticos as melhorias apontadas possam ser garantidas e mantidas pelos órgãos/instituições responsáveis.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Constituição (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*, DF : Senado, 1988.

Carta Régia de D. João VI para Antonio José da Franca e Horta - de 5 de novembro de 1808. *Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba o Guarapuava*. In: BRASIL. Leis etc. Coleção das Leis do Brazil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 156-159. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_19/CartaRegia\\_0511.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_19/CartaRegia_0511.htm)>  
Acesso em: 16 de Agosto de 2011.

Diagnóstico da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê (In mimeo). Acervo LABHIN. 2010.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Povos Indígenas no Brasil – Quadro Geral dos Povos*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>>  
Acesso em: 21 de Agosto de 2011.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. *Nosso vizinho Kaingáng*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003.

\_\_\_\_\_. *O ciclo de vida Kaingáng*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004.

\_\_\_\_\_. *Olhar, escutar e trançar: o artesanato Kaingáng de cada dia*. IV Encontro Regional Sul de História Oral, UFSC: 12-14/11/2007, p. 2.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Disponível em:  
<<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Ana%20Lucia%20Vulfe%20Notzold.pdf>>  
f> Acesso em 15 de Agosto de 2011.

ESCOLA INDÍGENA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CACIQUE VANHKRÊ. *Projeto Político Pedagógico*. Terra Indígena Xaçepó, 2010. (In mimeo)

Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná pelo Bacharel Artur Pedreira de Cerqueira, secretário d'Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização em 31 de Dezembro de 1902, Curitiba. *Decreto nº 7, de 31 de Dezembro de 1902*. Acervo: Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê.

SALVARO, Talita Daniel. *De geração em geração e o lápis na mão: O processo de revitalização da língua Kaingáng na educação escolar indígena/Terra Indígena Xaçepó – SC*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A POLÍCIA MILITAR E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA, O ESTADO E O PODER<sup>1</sup>**

Lucas Cabral Ribeiro<sup>2</sup>

### **Relações da política e o Estado com as Polícias Militares e o poder**

Nesse primeiro momento se objetiva esclarecer as relações existentes entre as forças policiais e a política e o Estado, procurando compreender como cada uma se relaciona, ou seja, entender em que momento a política influencia nas ações policiais e como as polícias se relacionam com o Estado em relação a divisão de poder, também buscando entender como se dá a legitimação do poder de polícia em suas ações.

É necessário antes de se avançar no debate proposto, apresentar uma definição do que seria polícia, política e o próprio poder político, como uma forma de contextualizar esses modelos. Segundo Sergio Bova, pode-se definir que função de polícia “É uma função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa a pôr em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública em suas várias manifestações”<sup>3</sup>. Norberto Bobbio faz uma breve definição do que seria a função de uma polícia, sendo que se dividem a partir desse conceito apresentado em várias outras funções, como a segurança das pessoas, da propriedade, da tranqüilidade e dos grupos de pessoas, ou seja, qualquer grupo sobre a proteção da lei. Em relação a política e seu conceito moderno podemos definir segundo Norberto Bobbio como:

---

<sup>1</sup> Texto produzido para o 1º Congresso Internacional de História Regional. Mercosul: Integração e desencontros.

<sup>2</sup> Aluno do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Email. ribeirocabrallucas@gmail.com

<sup>3</sup> BOVA, Sergio. Definição de Polícia. In. BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília 12ª Ed vol 2 ,2002.p944.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

“Na época moderna, o termo perdeu seu significado original, substituído pouco a pouco por outras expressões como “ciências do Estado”, “doutrina do Estado”, “ciência política”, “filosofia política”, etc., passando a ser comumente usada para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a *polis*, ou seja, o Estado.”<sup>4</sup>.

Esse conjunto de atividades ajuda a compor um conceito moderno de política que é definido por Norberto Bobbio como:

“Atos como o ordenar ou proibir alguma coisa com efeitos vinculadores para todos os membros de um determinado grupo social, o exercício de um domínio exclusivo sobre um determinado território, o legislar através de normas válidas *erga omnes*, o tirar e transferir recursos de um setor da sociedade para outros, etc.; outras vezes ela é objeto, quando são referidas à esfera da Política ações como a conquista, a manutenção, a defesa, a ampliação, o robustecimento, a derrubada, a destruição do poder estatal.”<sup>5</sup>

Nesse sentido, também se faz necessário entender o poder relacionado a política, e quais são as formas de poder exercidas pela política. Segundo Norberto Bobbio pode se definir da seguinte maneira:

“o poder é definido por vezes como uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina, malgrado seu, o comportamento. Mas como o domínio sobre os homens não é geralmente fim em si mesmo, mas um meio para obter “qualquer vantagem” ou, mais exatamente “os efeitos desejados”, como acontece com o domínio da natureza, a definição do poder como tipo de relação entre sujeitos tem de ser completada com a definição do poder como posse dos meios( entre os quais se contam como principais o domínio sobre a natureza) que permitem alcançar justamente uma “vantagem qualquer” ou os “efeitos desejados”<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup>BOBBIO, Norberto. O significado clássico e moderno de política. In. BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola.PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília 12<sup>a</sup> Ed vol 2 ,2002.p954.

<sup>5</sup>BOBBIO, Op cit; p. 954

<sup>6</sup>BOBBIO, Norberto. A tipologia das formas de poder. In. BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola.PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília 12<sup>a</sup> Ed vol 2 ,2002.p954.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Em relação ao poder político podemos definir este como uma categoria de poder de um homem sobre o outro homem, uma relação que pode ser representada de várias formas como “Esta relação de poder é expressa de mil maneiras, onde se reconhece cem fórmulas típicas de linguagem política: como relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediências, etc..”<sup>7</sup>

Apresentadas breves definições sobre polícia, política, é necessário também contextualizar essa relação direta da polícia com a política, ou seja, formular um pequeno histórico da relação das polícias com o poder de Estado, buscando entender como a força policial, com o passar dos anos, se legitima como uma força de sustentação dos regimes políticos, ou seja, buscar entender como se dá a organização dessas polícias.

A polícia e política estão mais ligadas do que muitas vezes se imagina. Se analisarmos a formação das palavras política e polícia, observaremos que ambas tem a mesma origem, vem da palavra grega *polis*. Nesse contexto de origem do nome polícia vemos que “A palavra *policia* tem sua origem no grego, significando primeiramente, governo da cidade. No entanto, em Roma, o termo *politia* adquiriu um sentido diferente, passando a significar a ação do governo para manter a ordem pública, a tranquilidade e paz interna”<sup>8</sup>.

A polícia tal como conhecemos tem sua origem assentada no Estado moderno, ou seja, a polícia segundo Charlotte Beatriz Spode “tem como lastro a constituição do Estado-Nação, em fim do século XVII, marcando a inserção deste no exercício da governabilidade política”<sup>9</sup> Desde sua origem essa polícia tem funções bem específicas dentro da constituição do Estado, ou seja, funções

---

<sup>7</sup> BOBBIO, Op cit; p. 955

<sup>8</sup> RIBEIRO, Patrícia Mombach. A polícia na sociedade contemporânea: Influência dos discursos de repressão na atividade do policial militar do Rio Grande do Sul. Dissertação do mestrado em Ciências Criminais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Ciências Criminais. pp 138, Porto Alegre, 2006. P. 38

<sup>9</sup> SPODE, Charlotte Beatriz. Ofício de oficial: Trabalho, subjetividade e saúde mental na polícia militar. Dissertação do mestrado em psicologia social e institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em psicologia social e institucional. Maio de 2004. Porto Alegre.P.21.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

como contribuição e sustentação da governabilidade e proteção da população, atividades que ligam essas polícias diretamente ao Estado.

Com funções bem específicas e a serviço do governo, as polícias vão se consolidando no cenário político dos Estados modernos, se inserindo assim na governabilidade desses, criando uma necessidade de sua presença para a sustentação do regime e procurando criar um equilíbrio na existência dos homens na sociedade. Sobre o poder de polícia nos lembra Patrícia Ribeiro que “o poder de polícia, em sentido amplo, é exercido pelo Estado para atender ao interesse público”.<sup>10</sup> Nesse sentido podemos aprofundar um pouco mais esse debate, pois nem sempre o poder da polícia é usado para atender simplesmente o interesse público, muitas vezes esse poder é relacionado a manutenção de um sistema político ou grupos políticos, estando assim diretamente ligado as relações políticas do estado a qual ele representa. Como nos relata Sergio Bova:

“Outro elemento que caracteriza a atividade dos corpos de Polícia está no seu grau de descentralização com relação à administração estatal. A direta dependência dos corpos de Polícia dos prefeitos e, por conseqüência, do Governo nacional, permite que eles sejam utilizados na instauração do estado de ordem que o executivo exige para o desenvolvimento da sua própria função”<sup>11</sup>

Nessa contextualização referente às polícias militares é importante ressaltar a influência de alguns modelos de polícia no desenvolvimento dessa força. Tem-se como exemplo de polícia moderna pelo menos dois modelos, o francês e o inglês, ambos com uma contribuição na formação das polícias no mundo e também no Brasil.

O modelo francês se constitui no século XVI, com o objetivo de proteger as cidades de crimes de epidemias, ou seja, cuidar do cotidiano da cidade. Após um tempo e com a modernização do Estado há uma divisão desta polícia em dois grupos, conhecidos como polícia administrativa e polícia judiciária. A primeira tem como função prevenir crimes e a segunda tem o objetivo de

---

<sup>10</sup>RIBEIRO, Op cit; p.39

<sup>11</sup>BOVA, Sergio. Descentralização. In. BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola.PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília 12<sup>a</sup> Ed vol 2 ,2002.p947.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

investigar. Esse modelo de polícia se torna muito popular e se percebe uma forte influência deste modelo nas polícias do Brasil. Exemplo disso é analisar a relação das Forças Públicas de São Paulo com a contratação de uma missão francesa no ano de 1906<sup>12</sup>. Na formação do modelo inglês percebemos algumas diferenças, este modelo é constituído por características como a redução da força física, cooperação voluntária da população, diminuição da desordem social, tais elementos são agregados as características do modelo francês.

É inegável a influencia desses modelos no mundo como nos lembra André Rosemberg:

“o novo sistema londrino-parisiense de policiamento urbano, talvez impulsionado pela prevalência cultural francesa sobre a porção do planeta que se pretendia civilizada, passaram a causar furor entre os departamentos de polícia de vários países. Nos *Archives de la Préfecture de Police de Paris* descansa toda uma série de correspondências trocadas entre as autoridades parisienses e as de países como Áustria, Turquia, Japão, Inglaterra, Rússia, Alemanha, Estados Unidos, Bélgica, Dinamarca, Grécia, Portugal. Por evidente, não poderiam faltar ofícios permutados pelas polícias da Argentina, do Uruguai e do Brasil. Todas elas solicitavam informações sobre a organização, regulamentos, normas, além de dados estatísticos sobre o policiamento parisiense”<sup>13</sup>

Assim podemos afirmar que a influencias dos modelos europeus na formação e organização das polícias no Brasil esteve muito presente no final do século XIX e começo do século XX, onde nesse período a troca de informação entre o governo brasileiro e governo Frances sobre a organização das polícias era constante, nesse sentido nos afirma André Rosemberg:

“Assim, podemos sugerir, sem erro, que as forças de policiamento urbano no Brasil, criadas a partir da segunda metade do século XIX, foram tributarias das congêneres européias. A criação da Guarda Urbana no Rio de Janeiro, em 1866, no bojo do conflito no Paraguai, foi diretamente inspirada na polícia londrina, conforme justificava o

---

<sup>12</sup>Sobre essa relação da missão francesa com a força pública de São Paulo, analisar texto de Heloisa Rodrigues Fernandes A força Pública de São Paulo. p 248-249.

<sup>13</sup> ROSEMBERG, André. De chumbo e Festim: Uma História da Polícia Paulista no Final do Império. Editora Universidade de São Paulo. 2010. São Paulo. P 43



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

ministro da Justiça para quem a nova força era “uma imitação da polícia da cidade de Londres, também adotada em Paris[...]”. A Companhia de Urbanos de São Paulo, por sua vez, surgida em 1875, como veremos mais adiante, nasceu com o propósito de ser uma força polida e elitizada.”<sup>14</sup>

Com essa contextualização temos a condição ter a noção das funções e papel da polícia. Cabe agora compreender alguns conceitos que dão sustentação a afirmações das relações das polícias com a política.

Ao analisarmos as relações de poder das policias militares, podemos perceber que este órgão do Estado, que opera com o monopólio do uso da força para legitimar o mesmo, cria uma grande conexão de suas ações para com o sistema que está sendo representado, mesmo que por muitas vezes as polícias se esforcem em demonstrar neutralidade perante o exercício de suas funções. Segundo Martha K.Huggins “a polícia quase sempre atuará como reforço da estrutura de poder existente”<sup>15</sup>

Focando a análise em alguns conceitos sobre o poder policial podemos perceber segundo Marco Antônio Azkoul sobre o poder policial que é “a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado”<sup>16</sup>. Nessa referência podemos perceber a ligação do uso do poder exercido pelas forças policiais para o controle do Estado. Mas, apesar dessa ligação com o Estado, o poder da polícia não é ilimitado, este poder encontra restrições jurídicas no momento onde ataca as “garantias coletivas e individuais, liberdades públicas, prerrogativas individuais e sociais, asseguradas na Constituição e nas leis”<sup>17</sup>.

Sabendo que a polícia é quem tem o direito sobre o uso da força, ou seja, formas de repressão para manter o sistema vigente, muitas vezes usando a força

---

<sup>14</sup> ROSEMBERG, Op cit; p.44

<sup>15</sup> HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. Editora Cortez, 1998. São Paulo. P. 9

<sup>16</sup> ANTONIO, Marco Azkoul. *A polícia e sua função constitucional*. Editora Oliveira Mendes. São Paulo 1998.P.32

<sup>17</sup> ANTONIO, Op cit; p. 33



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

física. Cabe entender um pouco como funciona essa relação da política e do Estado com a polícia, após termos contextualizado e mostrados alguns conceitos acima. É importante lembrar que estes conceitos de uso legítimo da força, são válidos até os dias de hoje.

Fazendo uma análise do Brasil na década de 1960, vamos perceber que é um período de crise política, sendo assim, para se chegar mais próximo do objeto de análise deste capítulo, voltaremos o olhar para como se dava a atuação da própria polícia nesse período, ou seja, momentos que têm por consequência ressaltar o envolvimento político das polícias com as ações do Estado.

No período onde o Brasil passa principalmente pelas grandes crises políticas do retorno de Jango ao poder e depois a consolidação do golpe civil-militar se percebe uma intensa atuação das polícias militares, que deixavam clara as motivações políticas dessas forças policiais. A própria mobilização da Brigada Militar no Estado do Rio Grande do Sul na campanha da Legalidade<sup>18</sup> mostra todo o cunho ideológico e político em suas ações, mas nunca esquecendo o princípio de que esta polícia estava a serviço da manutenção da ordem no Estado.

Nesse sentido, não podemos deixar de citar Martha Huggins quando nos lembra que se “pressupõe que toda ação policial é política”<sup>19</sup>. Ainda segundo Martha Huggins nesse contexto há uma variação que “variando em um *continuum* desde a polícia visivelmente a serviço do poder organizado... até a dissimulação de seu relacionamento com o poder por ideologias de democracia e controle social”<sup>20</sup>.

Podemos assim perceber que apesar de ser praticamente uma unanimidade, que as ações policiais são movidas por atos políticos, a própria força policial usa de instrumentos para desviar esse conceito, muitas vezes

---

<sup>18</sup> Campanha da Legalidade foi um movimento liderado pelo então governador do Estado do Rio Grande do Sul Leonel de Moura Brizola, que tinha como objetivo lutar para garantir que Jango assumi-se o governo federal, nesse momento vários segmentos do Estado se envolveram na luta bem como as forças Armadas representadas com o III Exército e a Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

<sup>19</sup> HUGGINS, Op cit; p. 10

<sup>20</sup> HUGGINS, Op cit; p. 10





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

tentando ressaltar certa neutralidade perante as políticas do Estado no qual esta força representa, ou seja, “que afirmam transformar a polícia em mera extensão de um Estado neutro quanto a classes, e “do povo”<sup>21</sup>.

Podemos dizer que todas as forças de policiamento acabam sendo motivadas ou movidas pela política, mas em momentos de crise, onde as discussões e conturbações sociais são mais intensas, estas acabam aparecendo mais. Por exemplo, não podemos negar o envolvimento político nas ações das polícias militares pelo fato de que estes órgãos são instrumentos de legitimação do Estado e também mantido pelo mesmo, segundo Martha Huggins “policiamento é político, uma vez que implica a existência de um órgão oficial sustentando pelo poder do Estado, que utiliza a força, ou a ameaça de força, para controlar os indivíduos, grupos e classes considerados hostis à ordem social, econômica e política do Estado”<sup>22</sup>

A relação polícia e política, não é somente percebida no exemplo do Brasil, mas no exemplo brasileiro podemos perceber o uso do poder policial para manutenção do aparelho ideológico do Estado em vários momentos. Assim podemos definir o papel da polícia como o de “impedir, coibir ou controlar conflitos que representem ameaça ao regime, a fim de criar e manter o monopólio do uso da força coercitiva por parte de um Estado estruturado em base de classe”<sup>23</sup>.

No decorrer da história e da formação das polícias no Brasil, podemos perceber as ações dessas forças policiais quase sempre ligadas às políticas de sustentação do regime político vigente. Em alguns momentos essa politização da ação policial ganha mais destaque e visibilidade, como por exemplo, além do período já citado entre a campanha da Legalidade e o Golpe Civil-militar, percebemos esse destaque na era Vargas, onde a polícia era um dos instrumentos de legitimação do poder do Estado.

---

<sup>21</sup> HUGGINS, Op. Cit; p 10

<sup>22</sup> HUGGINS, Op. Cit; p11

<sup>23</sup> HUGGINS, Op cit; p. 11



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Se retornarmos ao exemplo da campanha pela Legalidade promovida pelo governador Leonel Brizola, onde a atuação da Brigada Militar é intensa, podemos perceber que esta instituição atua perante as ordens e o direcionamento do governador do Estado, em uma ordem política, para dar a sustentação aos que queriam João Goulart no poder. Em um contexto um pouco diferente, mas que também demonstra a atuação policial vinculada a ações políticas temos as polícias militares no Brasil como órgãos de sustentação do golpe civil-militar, dando o apoio às tropas de militares que organizaram o golpe. Nesse sentido temos dois momentos políticos diferentes, mas onde há uma intensa participação das polícias militares.

No caso da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, essa ligação política fica bem clara nesse período de transição da Legalidade até a consolidação do Golpe civil-militar. No momento em que o governador do Estado Leonel Brizola precisou de sua sustentação, para manutenção do poder e da ordem, a Brigada Militar estava presente. Mas em alguns anos essa mesma Brigada Militar se apresenta como instrumento de sustentação do golpe civil-militar de 1964, nada surpreendente na mudança de atitude da polícia militar do Rio Grande do Sul se considerarmos os fatores de ligação política que as polícias tem com o Estado. Também neste caso, devemos levar em consideração que toda ação policial é movida por política, ou seja, “a política, no sentido mais exato, tem feito parte da polícia, como a polícia tem feito parte da política”<sup>24</sup>.

Sendo assim, podemos fazer uso de um conceito que a autora Martha Huggins apresenta: “o da bipolarização nas ações policiais”, que ajuda a compreender a ligação das policiais com a política. Dividindo em dois pólos de ação policial: o primeiro seria “as formas de ação policial mais visivelmente políticas como “alto” policiamento, onde a polícia é empregada explicitamente para controlar qualquer oposição ao governo “<sup>25</sup>. Martha Huginns ainda apresenta outro conceito “No pólo “baixo”, a posição da polícia moderna no

---

<sup>24</sup> HUGGINS, Op cit; p.. 10

<sup>25</sup> HUGGINS, Op cit; p. 12



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

interior de uma burocracia aparentemente legal-racional contribui para gerar a impressão geral de existência de um “poder de ninguém”<sup>26</sup>. Esse conceito de poder de ninguém leva a polícia a impor seu direito de manutenção da ordem e fazendo a sociedade compreender que a ação policial simplesmente se “faz cumprir as regras impessoais da sociedade organizada”<sup>27</sup>.

Ainda na busca da compreensão da relação entre política e polícia, se faz necessário entender outros conceitos, como as relações de poder, e como se dá as questões de governabilidade, ou seja, o que constitui um governo, esses que as polícias por muitas vezes são responsáveis pela sua sustentação. Segundo Tavares a governabilidade é “uma série de tecnologias de poder que determinam a conduta dos indivíduos, ou de um conjunto de indivíduos... ou seja, a combinação das “técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si”<sup>28</sup>. É com esse conceito que surge o papel da polícia como elemento de sustentação da governabilidade, ou seja, a polícia é uma das tecnologias de manutenção da ordem e do poder do governo.

Podemos entender que a governabilidade é o resultado de uma articulação entre a razão de Estado e a Polícia<sup>29</sup>. Podemos definir a razão do Estado, como a existência plena do mesmo, contribuindo na formação dos Estados modernos. Sobre o esse conceito nos lembra Tavares “o Estado constituiu-se pelo realizar pleno de um processo de concentração de uma série de diferentes tipos de capitais, até então dispersos pelo espaço social: o capital da força física ou dos instrumentos de coerção (o exército e a polícia); o capital econômico; o capital cultural; e o capital simbólico”<sup>30</sup>

Ao conceber o poder do Estado surge a polícia como um órgão para dar a sustentação aos seres e ao Estado. Como nos lembra Tavares “a polícia tem sua

---

<sup>26</sup> HUGGINS, Op cit; p. 12

<sup>27</sup> HUGGINS, Op cit; p. 12

<sup>28</sup> TAVARES-DOS-SANTOS, José-Vicente. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, SÃO PAULO, v. 9, n. 1, p. 155-167, 1997.P. 156

<sup>29</sup> Referente a essa articulação entre a razão do Estado e a Polícia para compreender algumas questões de governabilidade ver texto de José Vicente dos Santos Tavares, A arma e a Flor: a formação da organização policial, consenso e violência. P. 156-157

<sup>30</sup> TAVARES, Op cit; p. 157



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

positividade no favorecer tanto o vigor do Estado, quanto a vida dos cidadãos”<sup>31</sup>. Assim podemos afirmar que a polícia surge com a função de legitimar a expansão do Estado, mostrando a ligação política das policias desde seu surgimento. Os exemplos que ocorrem tanto em 1961 com a campanha pela Legalidade como o golpe civil-militar de 1964, nos ajudam a mostrar a atuação política dessas forças policiais. Nesse momento podemos dizer que a polícia engloba tanto uma prática de saber, como uma prática de poder, exercendo seu papel de controle e manutenção da ordem, dando a sustentação necessária para a expansão do Estado e seu modelo político.

Comentando sobre o golpe civil-militar de 1964, podemos perceber que este marca uma nova etapa nas ações policiais. Nesse período vemos o início da instauração de um Estado de segurança nacional, onde até mesmo a forma de como a polícia se relaciona com o Estado muda, ou seja, a própria polícia se torna mais agressiva e voltada a um maior uso da força física para a legitimação do regime político. Nesse período os policiais militares eram quase como “guardas do regime”, pois tinham uma ligação muito grande com os militares. Como lembra Charlotte Beatriz “Tal tarefa foi realizada em grande medida pelos policiais, dentre eles, os militares, uma vez que é também nesse período que a Polícia Militar passa a estar subordinada hierarquicamente e operacionalmente ao Exército”<sup>32</sup>. Sendo assim se vê claramente na função policial o papel de polícia política, exercido pelo policiais militares nesse período, sobre essa função Charlotte Beatriz lembra que “atuavam como polícia política, muitas vezes cometendo crimes em nome da manutenção da ordem, dentro da perspectiva disciplinar vinculado ao governo autoritário”<sup>33</sup>.

Considerando que as ações policiais estão vinculadas com a política, podemos continuar a procurar compreender citando o exemplo dos fatos ocorridos nos anos de 1961 e 1964. Nesse momento podemos ter uma maior percepção das relações existentes entre a política e a polícia. Um exemplo disso

---

<sup>31</sup> TAVARES, Op cit; p. 158

<sup>32</sup> SPODE, Op cit; p.. 24

<sup>33</sup> SPODE, Op. Cit. p. 24



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

é que logo no começo do golpe civil-militar de 1964 a polícia é um elemento importante da legitimação dos projetos do governo militar, com a sua atuação na operação limpeza, essa operação demonstra mais um exemplo de atuação intensa da polícia.

Essa política de limpeza busca eliminar os subversivos, ou seja, qualquer pessoa que fosse tida como uma ameaça ao regime que estava sendo implantado. Segundo Martha Huggins “A operação limpeza, como uma torrente irresistível, varria todo o Brasil: quase dez mil funcionários públicos foram demitidos de seus cargos, 122 oficiais das Forças Armadas foram obrigados a reformar-se, e 378 líderes políticos e intelectuais foram despojados de seus direitos civis”<sup>34</sup>.

A operação é um exemplo de ações que a polícia desenvolve juntamente com as Forças Armadas para consolidar e legitimar o regime que ali estava mostrando mais uma vez a vinculação das ações policiais com o regime político do Estado. Com isso podemos perceber que a vinculação entre a polícia e a política está sempre presente, ou seja, a polícia sempre teve o papel de legitimar o Estado a qual ela representa.

#### **Referencias Bibliográficas:**

ANTONIO, Marco Azkoul. **A polícia e sua função constitucional**. Editora Oliveira Mendes. São Paulo 1998.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. 12ª edição. Vol. II. Brasília: Editora da UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **A força pública do Estado de São Paulo**. História Geral da Civilização Brasileira 249. In: O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930). Organização Boris Fausto. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora DIFEL/Difusão Editorial S.A, 1978. 2º V.

HUGGINS. Martha K. **Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina**. Editora Cortez, 1998. São Paulo. pp 292

---

<sup>34</sup> HUGGINS. Op cit; p. 141



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

RIBEIRO, Patrícia Mombach. **A polícia na sociedade contemporânea: Influência dos discursos de repressão na atividade do policial militar do Rio Grande do Sul.** Dissertação do mestrado em Ciências Criminais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Ciências Criminais. pp 138, Porto Alegre, 2006

ROSEMBERG, André. **De chumbo e Festim: Uma História da Polícia Paulista no Final do Império.** Editora da Universidade de São Paulo. 2010. São Paulo. pp.472

SPODE, Charlotte Beatriz. **Ofício de oficial: Trabalho, subjetividade e saúde mental na polícia militar.** Dissertação do mestrado em psicologia social e institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em psicologia social e institucional. Maio de 2004. Porto Alegre.

TAVARES-DOS-SANTOS, José-Vicente. **A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência.** Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, SÃO PAULO, v. 9, n. 1, p. 155-167, 1997. Disponível no link - [http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v091/a\\_arma.pdf](http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v091/a_arma.pdf). data do último acesso 21/06/2011





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**ETNIA: POLONESA; PROFISSÃO: AGRICULTORES -  
A TERRA COMO ELEMENTO CULTURAL E ECONÔMICO NAS  
COMUNIDADES DE DESCENDENTES POLONESES DE CASCA E  
SANTO ANTONIO DO PALMA, RS**

Lúcia Barrili\*

A partir de 1795, o território da Polônia foi invadido e partilhado em três partes pelo Império Prussiano, Russo e Austro-Húngaro. Submetidos a esses dominadores estrangeiros, os poloneses foram privados de sua nacionalidade e pouco a pouco também de sua renda e cultura. Com o objetivo de enfraquecer a polonidade, os invasores passaram a impor muitas regras para o povo polonês, e uma delas se referia à posse e cultivo da terra. Já acostumados à uma vida servil e difícil nos campos, grande parte do camponeses trabalhavam em pouca terra, ou em terras que não eram suas, mas sim de médios e grandes proprietários. Carentes das férteis terras polonesas, milhares de camponeses deixaram sua terra natal, a Polônia, para estabelecer-se no Brasil. A partir de 1875, começaram a emigrar em massa para o Rio Grande do Sul, onde juntamente com os italianos, começariam a colonizar largamente as terras até em tão intactas. Trabalhar a terra se tornou sua atividade econômica principal, e é também base de sua cultura, e persiste desta forma nas comunidades de descendentes poloneses de Casca e Santo Antonio do Palma, situados na região nordeste do Rio Grande do Sul.

Segundo Wachowicz<sup>1</sup>, “o desejo de se tornar um respeitável proprietário de terras, mesmo que fosse em parragens estranhas, num país desconhecido [...] funcionava como um magnetismo impulsionador da emigração.” Disse ainda que “o que fazia o colono polonês exultar no Brasil, era a possibilidade de

---

\* Mestranda em História Regional na Universidade de Passo Fundo.

<sup>1</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *O camponês polonês no Brasil*. Curitiba, Fundação Cultural Romário Martins, 1981. p.117



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

adquirir praticamente tanta terra quanto fosse capaz.” O desejo de terra era unânime entre os camponeses poloneses, tanto pela sua ocupação de agricultores, mas também pelo sentimento da terra tomada pelos estrangeiros em sucessivas partilhas.

Após superado o acesso aos lotes e a demarcação da terra, sucedia-se outra tarefa colossal, trabalhar terras cobertas de matas e de relevo acidentado. Esses obstáculos foram narrados na historiografia polonesa rio-grandense como propaganda enganosa e injustiça social. Os exemplos mais conhecidos são os relatos de Wonsowski e Stawinski, ambos de profissão religiosa.

“Apesar de fertilíssimo, o terreno era, de ponta a ponta, pedregoso e difícil de trabalhar. Afora alguns retalhos de terras planas, toda essa gleba é, pavorosamente, acidentada.” [...]Mas, curtido de privações e sofrimentos em seu torrão natal, reanimava-se, pensando que era mais agradável viver em liberdade, mesmo desbravando a mata virgem e subindo morros escarpados, do que tomar o xarope prussiano ou aguentar o cnute moscovita. Não há dúvida, todas as correntes imigratórias tiveram seus bocados duros. Mas, nesse recanto do vale do rio das Antas, coube, indiscutivelmente, ao imigrante polonês, o bocado mais duro.”<sup>2</sup>

Os municípios deste estudo, Casca e Santo Antonio do Palma, foram colonizados por imigrantes e também migrantes camponeses oriundos de colônias já estabelecidas no Vale das Antas e região serrana, por isso a narrativa das piores terras é assunto recorrente entre os descendentes atuais. A idéia de que receberam as terras mais difíceis de serem trabalhadas, restos não ocupados por italianos, também é uma justificativa frente ao insucesso de algumas comunidades polonesas, por exemplo em São Marcos, e pela situação de estagnação que por décadas afetou muitos camponeses das cidades estudadas.

A ocupação da terra em Casca (a qual pertencia S. A. do Palma), quando ainda era distrito de Guaporé, pelos camponeses poloneses, é muito distinta.

---

<sup>2</sup> WONSOWSKI, João Ladislau. *Nos Peraus do rio das Antas*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1976. p.9



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Em fins do século XIX, o local preferido para estabelecimento foi a Linha XV de Novembro, em suas porções de terra menos acidentadas. Atualmente, a porção mais plana compreende as comunidades de São Cristóvão e Nossa Senhora de Czestochowa, também conhecida por Geral Velha. Outra localidade formada por descendentes poloneses é a capela São Jacinto, recorta por morros, onde está a conhecida estrada “Garganta dos polacos”. Os relatos das dificuldades com as terras escarpadas provêm dos que foram beneficiados com terras mais planas também, embora os habitantes dos morros se sintam inferiores frente aos demais camponeses agraciados com terras melhores.

Para Ágata Grochot dos Santos, pesquisadora da cultura polonesa em S. A. do Palma, ela credita ao tempo o estabelecimento dos imigrantes e migrantes nas terras planas e montanhosas. Para ela, os que se estabeleceram nas terras planas da Linha XV de Novembro, em Casca, chegaram antes. Para os que vieram depois só havia disponibilidade dos morros de Santo Antonio do Palma. Os morros mais altos dessa cidade são conhecidos como Montes Cárpatos: “devido à semelhança do relevo com os Montes Cárpatos existentes nas regiões da pátria de origem, denominaram de Cárpatos.”<sup>3</sup> A região dos *Karpaty*, os montes poloneses, fica próximo à região sul, de então domínio Austro-Húngaro. Por esse motivo, os imigrantes e migrantes estabelecidos nessa região do município assim o denominaram, pela semelhança geográfica com o lugar de origem. No livro de Gelatti<sup>4</sup>, o autor descreve as terras de Santo Antonio do Palma, com base em dados da comissão de colonização do Estado do Rio Grande do Sul, como sendo parte delas formada por sobra de terrenos, porque eram montanhosos e impróprios para agricultura, principalmente na Capela de Nossa Senhora do Rosário, localizada no distrito de Montes Cárpatos.

---

<sup>3</sup> GELATTI, Roque. *Casca ontem e hoje..* Passo Fundo: Instituto Social Pe. Berthier, 1984. p.164

<sup>4</sup> GELATTI, 1984, p. 167.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Kosowski<sup>5</sup> usa como exemplo de colonização na Linha 15 de novembro, que compreende ambos municípios estudados, a família de Ágata, estabelecida em cima de um monte:

Observa-se que uma grande concentração de poloneses efetuou-se nos lotes de alta numeração, isto é, no extremo final da linha. O último lote da Linha 15 de Novembro é o de número 204, da Família de Miguel Grochot ao sopé de um dos mais altos cimos dos Montes Cárpatos (809 mts) no município de Santo Antonio do Palma, na divisa dos vizinhos municípios de Casca e São Domingos.

As condições de ocupação das terras caracterizam a vida agrícola dos descendentes. As dificuldades iniciais na lida com a terra estão sendo gradativamente suprimidas. Novas culturas e técnicas agrícolas possibilitam a utilização dos morros, e a agregação de renda através das agroindústrias são inovações que permitem a permanência das comunidades agricultoras. Notadamente, as comunidades polonesas de S. A. do Palma experimentam um progresso crescente nos últimos anos. Informalmente, esta cidade tem o rótulo de uma cidade polonesa, visto que possui 2.247<sup>6</sup> habitantes, e destes, metade é descendente da etnia polonesa que colonizou o município. A população rural é dominante, com 1.538 pessoas, ou 78% do total, assim como o perfil agrícola, reconhecido também pelo cultivo ecológico cultivado por algumas famílias descendentes. Esse diferencial rendeu ao município muita visibilidade, porque estes produtos, in natura como cereais, hortaliças e frutas, e industrializados pelas agroindústrias familiares, são comercializados em outros municípios. As capelas com predominância polonesa são Nossa Senhora do Rosário (Distrito de

---

<sup>5</sup> KOSOWSKI, Vitor Inácio. *Os Poloneses da colônia de Alfredo Chaves/ Guaporé: Imigração Polonesa na Serra Gaúcha*. Ed. do autor: Bento Gonçalves, 2006. p. 222.

<sup>6</sup> Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Disponível em [www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br) – acessado em agosto/2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Montes Cárpatos), Santa Ana, Santa Terezinha (Distrito) e Nossa Senhora da Pompéia.

Os dados estatísticos, segundo FEE 2008<sup>7</sup>, o município de Casca contabiliza uma população de 8.507 pessoas, e entre estes 5.031 moram na área urbana. A etnia polaca corresponde a 22% dos habitantes, e sua maioria reside na área rural. A agricultura e a pecuária são cultivadas num relevo principalmente ondulado (60%) e montanhoso (38 %). A economia do município está diversificada entre a produção primária, indústria e comércio. Esses dados gerais sobre os municípios mostram as diferenças de ambos, mas também a característica que os une: as comunidades polonesas residem na área rural e trabalham na agricultura. O modo de vida dos antepassados se perpetuou no mesmo ambiente, e as novas manifestações culturais refletem as características de camponeses poloneses.

Em ambos municípios, a etnia polonesa formou comunidades coesas, compostas por uma maioria étnica, delimitando o espaço geográfico e cultural. A interação com o ambiente urbano e global, tanto física como através dos meios de comunicação, é contraditória para os agricultores, porque o progresso positivo e necessário também trouxe a frouxidão na tradição e cultura dos antepassados, sendo necessária a criação de uma entidade nacional, a Braspol, que visa manter e divulgar a cultura brasileira-polonesa.

Há pesquisadores que já descreveram a manutenção da cultura polonesa notadamente na área rural, ainda na Polônia anterior à emigração: “apesar do desenvolvimento da industrialização, a classe camponesa continuava a ser o esteio da *polonidade*.”<sup>8</sup> O mesmo se sucedeu no Brasil: “o sentimento de polonidade é mais encontrado na área rural do que nas vilas e cidades.”<sup>9</sup> Mas atualmente algumas comunidades polonesas estão muito reduzidas na área rural, ou então estão em processo de assimilação quase total com a cultura

---

<sup>7</sup> Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

<sup>8</sup> WACHOWICZ, 1981, p.28.

<sup>9</sup> STAWINSKI, Alberto Victor. *Primórdios da Imigração Polonesa no Rio Grande do Sul* 1875-1975. 2 ed. Porto Alegre: Est Edições, 1999, p. 115.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

brasileira, que já são exceção à regra. Por isso, a afirmação “percebe-se que vivendo no interior, em condições de certo isolamento, é mais fácil conservar os costumes, preservar a língua, a consciência de sua origem, enfim sua identidade étnica,”<sup>10</sup> não serve para caracterizar a todas comunidades poloneses rio-grandenses, mas nos municípios estudados se revela correta. Fato notório é a diretoria da Braspol (Representação Central da Comunidade Brasileira-polonesa) de Casca e Santo Antonio do Palma ser composta quase que totalmente por moradores rurais.

O isolamento social e espacial é uma característica da vida agrícola, que pesa no modo de vida das famílias, mas favorece uma rotina, uma rigidez que ainda define a vida cotidiana como “[...] a esfera das mulheres, da reprodução e dos cuidados”<sup>11</sup>, é e também reduto de ‘práticas culturais’ étnicas, que Certeau define como

A combinação mais ou menos coerente, mais ou menos fluida, de elementos cotidianos concretos (*menu* gastronômico) ou ideológicos (religiosos, políticos), ao mesmo tempo passados por uma tradição (de uma família, de um grupo social) e realizados dia a dia através dos comportamentos que traduzem em uma visibilidade social [...] “Prático vem a ser aquilo que é decisivo para a *identidade* de um usuário ou de um grupo, na medida em que essa identidade lhe permite assumir o seu lugar na rede das relações sociais inscritas no ambiente.”<sup>12</sup>

A visibilidade social das comunidades estudadas é notadamente agrícola. É uma característica generalista trazida da Polônia pelos imigrantes:

---

<sup>10</sup> FOESTCH, Alcimara Aparecida. Paisagem, cultura e identidade: os poloneses em Rio Claro do Sul, Mallet (PR). *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, Junho/2007, v. 8, n°21. p.59-72.

<sup>11</sup> FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1997, p. 87.

<sup>12</sup> CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do Cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 39





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O fato de dedicarem-se os imigrantes poloneses predominantemente à agricultura de subsistência [...] fator importante desempenha nesta circunstância a mentalidade do próprio imigrante, isto é, o *ethos* dos aldeões camponeses, porque em última instância, este é o agente principal.<sup>13</sup>

O *ethos* pode ser entendido como um modo de ser, uma sabedoria inerente a um conjunto de informações, códigos mentais e técnicos adquiridos durante a vida e que produzem um conjunto de saberes.<sup>14</sup> A dimensão do *ethos* de agricultor é expressa em novas manifestações étnicas da comunidade polonesa. No Jantar Polonês, realizado anualmente em ambos municípios, todos os elementos desse modo de ser são incorporados à festa, desde o espaço em que o Jantar é realizado – capela no interior dos municípios – passando pela preparação e doação (em parte) dos alimentos de forma voluntária, a simplicidade na ornamentação e a tradição alimentar dos imigrantes e descendentes.

A gastronomia dos antepassados ocupa um lugar de destaque no Jantar Polonês. Os núcleos poloneses urbanos das cidades maiores muitas vezes desprezam a *Czarnina* (sopa com carne e sangue de pato com massa), comum entre imigrantes no Rio Grande do Sul, por ser muito rústico e associado à pobreza alimentar na Polônia. Mas é indispensável nos eventos típicos de comunidades interioranas como as deste estudo, assim como o pão, a cuca e também carne assada são indispensáveis no cardápio do Jantar polonês, e refletem tanto uma alimentação simples e herdada, como a fartura alimentar através do pão fermentado e assado em fornos de barro e a carne de porco, pratos de camponeses.

Os núcleos da Braspol locais desenvolvem atividades sempre orientadas pelas características da cultura dos antepassados e que ainda é mantida, mesmo com inovações. Um dos objetivos dessa entidade é justamente valorizar os

---

<sup>13</sup> WACHOWICZ, 1981, p.13.

<sup>14</sup>GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

elementos culturais que estavam em processo de esquecimento e desvalorização.

O reavivamento da cultura étnica também pode ser percebido na paisagem geográfica. Os esforços pela manutenção e recriação da arquitetura polonesa, notadamente em Santo Antonio do Palma visam diminuir o impacto negativo do desaparecimento das casas típicas na manutenção da identidade e cultura locais.

Existem 3 construções típicas na cidade, duas de alvenaria há poucos anos construídas, em estilo montanhês, em alusão às montanhas da Polônia, os Montes Cárpatos, e seu estilo próprio de construção. Uma dessas edificações é a casa de alvenaria recentemente construída pelo produtor ecológico Alceu Primel. Outra nova construção é o Centro Agroecológico, mantido pela prefeitura municipal, onde ocasionalmente a Braspol realiza ensaios com o grupo de danças e o ritual do *Oplátek* (partilha da hóstia benta) comunitário em dezembro.



**Fonte:** arquivo da autora, 2010.

*Centro Agroecológico de Santo Antonio do Palma – inaugurado em  
2007.*



**Fonte:** arquivo da autora, 2009.

*Oratório dedicado à Nossa Senhora de Czestochowa – situado na  
divisa entre Casca e Santo Antonio do Palma*

“Capelas e santuários de beira de estrada são exemplos de elementos religiosos da paisagem de alto valor cultural.”<sup>15</sup> A religiosidade é a principal característica da etnia polonesa em ambas cidades, e esse oratório mostra como os descendentes interagem com o meio espacial. Inaugurado em 1967, após uma recente reforma foi tombado pelo patrimônio histórico municipal. A fé e o sentimento de polonidade frequentemente andam juntos; nesse oratório, sua construção foi planejada a partir da comemoração do milênio de cristandade na Polônia, e a construção típica e de fé foi a forma encontrada de marco para esse evento; também durante rituais religiosos, como a missa, a identidade cultural se mostra, por exemplo na oferta de terra da Polônia durante a missa de Reis de janeiro de 2009, em Casca.

---

<sup>15</sup> CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). *Introdução à Geografia Cultural*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010, p.216



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Construções típicas e manifestações culturais também promovem o turismo, e nesse caso notadamente o turismo rural. O artesanato, a comida e a arquitetura típica, por exemplo, são facilmente visíveis no interior dos municípios. E também a língua polonesa se faz audível nas residências ou eventos sociais entre os descendentes.

O modo de vida do descendente polonês ainda é totalmente mediada pela vida agrícola e pela natureza. A bênção dos grãos na primavera, o artesanato feito com palha de trigo, o colorido do bordado de acordo com as estações do ano, as narrativas de superação frente às matas intactas e os morros pedregosos. A ocupação dos lotes em morros hoje é em parte responsável pela diversificação da agricultura nesses locais, possibilitando destaque no cultivo de hortifrutigranjeiros e cereais. Todos são elementos que caracterizam a cultura polonesa nos municípios de Casca e Santo Antonio do Palma.

## REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do Cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). *Introdução à Geografia Cultural*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1997.

FOESTCH, Alcimara Aparecida. Paisagem, cultura e identidade: os poloneses em Rio Claro do Sul, Mallet (PR). *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, Junho/2007, v. 8, n°21. p.59-72.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

GELATTI, Roque. *Casca ontem e hoje..* Passo Fundo: Instituto Social Pe. Berthier, 1984.

STAWINSKI, Alberto Victor. *Primórdios da Imigração Polonesa no Rio Grande do Sul 1875-1975*. 2 ed. Porto Alegre: Est Edições, 1999.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *O camponês polonês no Brasil*. Curitiba, Fundação Cultural Romário Martins, 1981



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

WONSOWSKI, João Ladislau. *Nos Peraus do rio das Antas*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1976

#### ENTREVISTAS

Ágata Grochot dos Santos

#### OUTRAS FONTES

Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Disponível em [www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br) – acessado em agosto/2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **O FUTEBOL NO CAMPO POLÍTICO QUANDO O GOVERNO ENTRA EM CAMPO, O FUTEBOL EMPRESTA SUA IMAGEM PARA O ESTADO**

Luciano Breitzkreiz<sup>1</sup>

### **Introdução**

O futebol é o esporte mais popular do mundo, mobiliza diariamente um universo gigantesco de pessoas e movimenta quantidades astronômicas de dinheiro. Tendo consciência desta realidade, orbitam o esporte diversos interesses que ultrapassam os resultados dos jogos. O interesse observado neste trabalho é o poder simbólico que serve de alvo aos políticos que buscam uma projeção ou a criação de um imaginário coletivo associando a sua imagem à de uma equipe vencedora.

Para o desenvolvimento do trabalho foi necessária uma extensa revisão bibliográfica, principalmente fontes de informação que buscam expor casos onde efetivamente a política se beneficiou do futebol. Por tanto foram analisados casos que se tornaram referência devido à grande exposição que tiveram, tanto em veículos de comunicação como sendo objeto de estudos acadêmicos. Além das informações de caso, foi necessário pontuar, em locais específicos, autores que se dedicam principalmente ao estudo da relação dos veículos de comunicação com a sociedade.

Este trabalho não tem por pretensão trazer fatos novos ou casos que ainda não foram estudados e analisados em ambientes acadêmicos. O artigo busca reunir casos profundamente analisados e colocá-los de maneira que fique evidente a diferença entre eles.

Inicialmente o texto relata o caso da Copa do Mundo de 1970, que foi disputada no México e teve a seleção brasileira como campeã. Neste caso,

---

<sup>1</sup> Cronista Esportivo do Grupo de Rádios e Jornais Diário da Manhã e mestrando do Curso de História Regional da Universidade de Passo Fundo. E-mail: lucianodiario@msn.com





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

teóricos analisam a relação entre a imagem vencedora da equipe campeã e o governo militar, que estava no poder naquele período. Na oportunidade houve uma tentativa de criar uma imagem nacionalista em todo o Brasil. Uma imagem de nação onde todos os brasileiros se identificassem.

O trabalho também pontua o caso da Copa do Mundo de 1978. Jogada na Argentina e vencida pela seleção da casa, foi visado a construção de um imaginário coletivo, principalmente para os turistas que chegaram no país para trabalhar no evento. O governo militar da época não poupou esforços e dinheiro para que as instalações onde circulariam os profissionais da imprensa internacional fossem as mais modernas para a época. Houve um esforço para que os aeroportos, hotéis e o centro de imprensa impressionassem positivamente os responsáveis por enviar informações para outros países. Também houve a preocupação para que os resultados dentro de campo fossem positivos para a equipe da casa.

Outro caso relatado é o da Taça Independência de 1972. Sem ter atletas representantes do futebol gaúcho convocados para a seleção brasileira, cartolas organizaram um amistoso entre a seleção Canarinho e a seleção formada por atletas de Internacional e Grêmio.

Durante a partida, realizada do estádio Beira Rio em Porto Alegre, foram relatados casos de hostilidade por parte dos torcedores gaúchos contra os torcedores da seleção brasileira. Este fato torna-se relevante no texto, quando passa a ser analisado como uma referência regionalista apenas dois anos depois do governo militar ter feito um grande esforço para a criação de uma identidade nacionalista.

O trabalho menciona ainda outros casos, porém de maneira superficial e apenas para contextualização do assunto e para esclarecimento de idéias. Os três casos enfatizados acontecem na década de 70 no Brasil e na Argentina. A opção por esses casos se deve ao fato de serem países localizados geograficamente próximos, estarem sob um regime militar e terem vencido a



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

mais importante competição do futebol mundial. Essas semelhanças tornam o confronto dos exemplos mais claramente visível.

## **1 – Pão e circo: o esporte no campo político**

O esporte tem se mostrado no decorrer dos séculos, um excelente meio de mobilização de pessoas, desta maneira, acaba sendo natural que gravitem em torno de diversas modalidades esportivas interesses dos mais variados, entre eles, o político. Para Pereira (1980, p.38) países como a antiga Alemanha Oriental e Cuba, souberam utilizar muito bem os feitos atléticos para projetar suas imagens no cenário internacional. O objetivo era apresentar os competidores como resultado do regime político vigente. Porém, essa atitude não é privilégio de países onde o regime político é militar. Giulianotti (2002, p.32) complementa a idéia dizendo que o autor de sátiras romano, Juvenal, foi quem primeiro desenvolveu a tese de que oligarquias políticas podiam ser sustentadas fornecendo pão e circo para as massas. Desde então, frequentemente é sugerido que uma influência maquiavélica está por trás da popularização dos esportes. Giulianotti enfatiza que:

Nos antigos sistemas socialistas estatais do Leste europeu, anteriores à revolução de 1989, os clubes eram habitualmente controlados pelas principais instituições estatais, como Exército, as forças de segurança ou as ferrovias. O sucesso do futebol foi frequentemente auxiliado pelos padrões dos clubes, que ocupavam altos cargos na máquina do partido. Na União Soviética, os companheiros mais próximos a Stalin (principalmente seu filho, Vasilii, e o chefe da segurança, Beria) costumavam influenciar os resultados: as partidas eram forçosamente jogadas outra vez (...). Na Romênia, o filho do despótico presidente Nicolae Ceausescu interveio na final da Copa dos Campeões de 1986 em uma tentativa de evitar que seu time, a Steaua Bucareste, perdesse para o Dínamo Kiev. (GIULIANOTTI, 2002, p. 118).

Cotidianamente é comum observar políticos que ganharam notoriedade utilizando-se do futebol. Galeano (2004, p. 42) lembra que no final do século



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

XX o dono do Milan ganhou as eleições italianas com o lema: Forza Italia!, que vinha das arquibancadas dos estádios. Silvio Berlusconi prometeu que salvaria a Itália como havia salvo o Milan.

Faz-se necessário enfatizar que poucos regimes políticos souberam se utilizar do futebol como as ditaduras. Galeano (2004, p. 183) traz as reações dos presidentes de grandes clubes espanhóis durante a ditadura de Franco. Santiago Bernabéu do Real Madri dizia: “Estamos prestando um serviço à nação. O que queremos é manter as pessoas contentes”. Vicente Calderón, do Atlético de Madri não deixava por menos: “O futebol é bom para que as pessoas não pensem em outras coisas mais perigosas”.

Na América do Sul os regimes militares encontraram um campo de atuação bastante fértil, Giulinotti (2002, p. 53) analisa que Peron pavimentou o caminho para os generais em todo o Cone Sul, procurando explorar o potencial nacionalista do futebol. Analisando individualmente cada país, pode-se entender melhor:

Em pleno carnaval da vitória de 70, o general Médici, ditador do Brasil, presenteou com dinheiro os jogadores, posou para os fotógrafos com o troféu nas mãos e até cabeceou uma boa na frente das câmeras. A marcha composta para a seleção, Pra frente Brasil, transformou-se na música oficial do governo, enquanto a imagem de Pelé voando sobre a grama ilustrava, na televisão, anúncios que proclamavam: Ninguém segura o Brasil. Quando a Argentina ganhou o Mundial de 78, o general Videla utilizou, com idênticos propósitos, a imagem de Kempes irresistível como um furacão.

O futebol é a pátria, o poder é o futebol: Eu sou a pátria, diziam essas ditaduras militares.

Enquanto isso, o general Pinochet, manda-chuva do Chile, fez-se presidente do Colo-Colo, time mais popular do país, e o general García Mesa, que havia se apoderado da Bolívia, fez-se presidente do Wilstermann, um time com torcida numerosa e fervorosa.

O futebol é o povo, o poder é o futebol: Eu sou o povo, diziam essas ditaduras militares. (GALEANO, 2004, p. 136 e 137)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Os dois maiores países da América do Sul podem ser considerados referenciais da utilização do futebol como trampolim político. O fato de terem conquistado títulos da Copa do Mundo na mesma década (1970 e 1978), justamente quando Brasil e Argentina estavam sob a batuta de governos militares, são motivos para observar os dois casos mais profundamente.

Regimes totalitários optam por estreitar suas relações com órgãos de imprensa, que passam a exaltar os feitos de atletas carregando uma bagagem ideológica. Galeano (2004, p.76) traz um exemplo da relação entre o estreitamento do esporte com o regime político, refletido em veículos de comunicação: Durante a Copa do Mundo de 1938, o jornal *La Gazzeta dello Sport* exaltou o grande feito fascista após a vitória na semifinal diante do Brasil: “Saudamos o triunfo da inteligência itálica contra a força bruta dos negros”.

Jeanneney (1996) enfatiza que em determinadas circunstâncias pode-se utilizar da comunicação mediada para defender interesses de regimes políticos. Para o autor é certo que a imprensa desempenha um papel na evolução do comportamento dos políticos. Tendo o futebol a capacidade de atrair a atenção e ganhar grandes espaços midiáticos ele consegue atingir um grande número de pessoas em diferentes classes sociais e regiões geográficas. Muitos governos fazem uso do futebol como meio de mensagem que auxilia na formação de um imaginário coletivo.

O futebol não precisa ser apropriado pelo político ou pelo governo para que sirva aos interesses particulares. Porém há uma busca pela associação de imagem, sempre com a idéia de que o futebol pertence a todos, e todos se sentem parte dele. Assim, nos casos que são relatados a seguir, deve ser considerada a hipótese de que os governos militares do Brasil e da Argentina não necessariamente “se apropriaram” do futebol para criar uma imagem nacionalista. Eles buscam uma aproximação justamente em um ponto de convergência entre o Estado e a população. Especialmente ao que se refere ao Brasil, pois deve-se lembrar que o General Médici era grande admirador do



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

futebol, praticou o esporte em sua cidade natal, Bagé, e era declaradamente torcedor do Grêmio de Porto Alegre (Guterman 2006).

## **2 - Caso Brasil: a Copa de 1970**

A relação entre política e futebol no Brasil é de longa data. Galeano (2004, p. 49) lembra que logo nas primeiras décadas do século XX, antes mesmo de acontecer o processo de profissionalização do futebol, o governo brasileiro já havia percebido a utilidade deste esporte como uma vitrina para a nação. Corria o ano de 1921 e a Copa América seria disputada na cidade argentina de Buenos Aires. O então presidente Epitácio Pessoa baixou o que ficou conhecido como o “decreto de brancura” e ordenou que não se enviasse jogador de pele morena.

Um dos momentos mais estudados da relação entre a seleção brasileira e o governo data de 1970. Quando, durante a Copa do Mundo, que foi realizada no México, o governo presidente General Emílio Garrastazu Médici conseguiu associar a imagem do governo com o povo, tendo com elo o futebol.

Guedes (1998, p. 54) busca no antropólogo Roberto Da Matta a importância que o futebol, ou a seleção brasileira tem para o povo. Segundo a análise, foi através do futebol que o brasileiro finalmente se viu representado através dos símbolos do Estado Nacional, como a bandeira, o hino, ou mesmo as cores verde e amarela. Os valores desses elementos, antes do futebol, eram propriedade de uma elite restrita, e dos militares.

Na busca pela criação de um imaginário coletivo, o presidente encontrou um obstáculo muito complexo durante os jogos que precederam a viagem para o México. O jornalista João Saldanha, foi escolhido pela CBD, como técnico Canarinho. Impôs uma metodologia de trabalho onde ele era o centro das atenções, que devido ao seu perfil causava um descompasso ideológico e de imagem com o governo. Saldanha foi descrito desta maneira:



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Comunista exaltado e boêmio de praia, imaginoso e encrenqueiro, que garantia ter participado da Grande Marcha de Mao Tsé-Tung e desembarcado com as tropas de Montgomery na Normandia, Saldanha dirigiu com uma independência indomável a seleção brasileira em plena ditadura Garrastazu Médici, por um ano, dando-lhe o toque decisivo para que ela viesse a ser o que foi. O que parece ser uma proeza menor do que as duas anteriores e nunca confirmadas, a da China e a da Normandia. (WISNIK, 2008, p. 280)

A solução veio antes do embarque para o México. Saldanha sai, e entra Mário Jorge Lobo Zagallo, que já havia participado das duas conquistas anteriores da Copa do Mundo como jogador. Com a mudança de técnico surge também uma mudança de filosofia. Wisnik, (2008, p. 301) enfatiza o processo de mudança contou com a chegada de Cláudio Coutinho e Carlos Alberto Parreira, que passavam da estrutura militar para a futebolística. A intenção foi pensar o futebol do ponto de vista da organização tática e de sua empostação tecnocrática. Este é o marco inaugural no campo dialógico do futebol brasileiro o princípio de otimização do rendimento.

Médici foi beneficiado por outro fator além da troca do técnico, Guterman (2006) lembra que pela primeira vez uma Copa do Mundo foi transmitida ao vivo para o território nacional. A implantação da novidade tecnológica cumpre papel fundamental se for considerado a idéia de Wisnik (2008, p. 52), quando explica que enquanto psicologia de massas, o futebol se inclui, em princípio, entre aquelas formações de hipnose compartilhada em que o sujeito se identifica cegamente, ao lado de outros que compartilham a sua identificação, com um objeto no qual reconhece um ideal de eu. Guterman (2006) defende a idéia que a transmissão de TV reforçou o caráter nacional do país em construção pelo regime: 16 Estados da Federação, receberam as imagens da Copa, contribuindo para a sensação de unidade que a ditadura pretendia. Um torcedor em São Paulo testemunhava o mesmo fato, no mesmo instante, que um torcedor no Rio Grande do Norte.

Burke (2006) ao fazer uma análise dos meios de comunicação, destacando os contextos sociais e culturais em que eles emergem e se





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

desenvolvem, enfatiza que o surgimento de uma nova tecnologia sempre é acompanhado de muitas novidades sociais. Isso acontece pelo fato de que as inovações tecnológicas são capazes de provocar reviravoltas na estrutura das sociedades e nos costumes de diferentes culturas. Neste contexto, Médici viu uma grande oportunidade de se popularizar, algo que buscava desde que assumiu o cargo. A idéia fica clara em seu discurso de posse, no dia 27 de outubro de 1969: “Espero que cada brasileiro faça justiça aos meus sinceros propósitos de servi-los e confesso lealmente que gostaria que meu governo viesse, afinal, a receber o prêmio de popularidade...”.

Guterman (2006) relata atos de Médici durante as partidas da Copa. Ele buscava associar a sua imagem a de um torcedor comum, um fã do futebol, com um apelo autêntico e um exemplo aos outros. Buscava dar palpites para reforçar a idéia de que realmente entendia do esporte, e quando acertava o placar das partidas, gabava-se do feito, assim como qualquer torcedor usualmente faz. O presidente gostava de comentar sobre futebol nos bastidores, incluindo quando tinha contato com jornalistas. Fazia questão de ligar para a Comissão Técnica da seleção após algumas boas atuações, dirigia-se pessoalmente aos atletas, perguntando sobre o estado de saúde no caso dos contundidos. Fazia questão de falar publicamente sobre futebol enquanto recebia a visita de representantes de outros países. Reuniões em horários conflitantes com os jogos da seleção eram abertamente remarçadas, para que ele pudesse acompanhar as partidas. No dia da conquista do tricampeonato, Médici foi fotografado com uma bandeira do Brasil em uma atitude de quem estava visivelmente comemorando.

Em reportagem sobre a comemoração do tricampeonato, o jornal A Folha de São Paulo descreveu a cena:

“Ao término da partida, o presidente mandou que os torcedores que se encontravam na praça fronteiriça entrassem para o Palácio e saiu para o meio do povo, enrolado em uma bandeira brasileira. Os torcedores o carregaram. Quando o puseram no solo, o presidente pegou uma bola dos netos e começou a mostrar sua habilidade no esporte em que o Brasil é campeão mundial. Fez embaixadinhas e chegou a dar umas de calcanhar,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

sendo estimulados pelos fãs, que diziam ‘se do Zagallo soubesse, hein, presidente...’ (GUTERMAN, 2006)

Associado à suas atitudes, Médici era beneficiado pelo contexto em que o Brasil vivia naquele momento<sup>2</sup>. Guterman (2006) traz um relato daquele que décadas depois se tornaria presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, em que ele comenta que Médici tinha uma grande simpatia entre os trabalhadores, e que se houvessem eleições certamente o ditador seria o vencedor.

### **3 - Caso Argentina: A Copa de 1978**

Em 1978 a Argentina conquista sua primeira taça. Jogando em casa, o governo militar, comandado pelo presidente Videla teve a oportunidade de utilizar-se do futebol para criar uma aura positiva.

A associação de política e futebol no país não era novidade. Giulianotti (2002, p. 50) comenta que o jogo argentino havia se tornado um importante instrumento populista no do primeiro governo peronista, durante os anos de 1946 e 1955. Mas na década seguinte o selecionado colecionou fracassos, que o separaram da linha econômica e política do país. Durante a década de 1970, a junta militar realizou um grande esforço para reunificar futebol e política, e assim optou-se por abrigar uma Copa do Mundo.

Uma pista do que representa simbolicamente a conquista de uma Copa do Mundo, é dado por Wisnik (2008, p.51) ao analisar a relação entre o futebol e o homem. Para o autor, ganhar remete ao imaginário, o que significa uma sensação plena e fugaz da completude, por outro lado a derrota remete ao real, o que significa a experiência de um corte que devolve ao sentimento de falta.

A importância simbólica da seleção para uma nação muitas vezes é difícil de ser dimensionada, Galeano (2004, p. 193) tenta buscar explicações: “Somos porque ganhamos. Se perdemos, deixamos de ser”. Desta forma a camisa da seleção representa o mais inquestionável símbolo da identidade coletiva, para

---

<sup>2</sup> Ver mais sobre o milagre brasileiro na obra de Elio Gaspari



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

ele isso acontece em países que vivenciam diferentes realidades, não apenas naqueles que precisam do futebol para figurar no mapa. Como exemplo cita o jornal Daily Mirror de Londres, que após a eliminação da Inglaterra nas preliminares da Copa do Mundo de 1994 estampou em letras garrafais: “O Fim do Mundo!”

No caso da Argentina em 1978, o governo busca, em primeiro plano uma imagem positiva no cenário internacional. Galeano (2004, p. 152) mostra que não foram medidos esforços para causar uma boa impressão. Com o objetivo de maquiagem sua imagem, a ditadura contratou, pelo valor de meio milhão de dólares uma empresa especializada dos Estados Unidos. O resultado do trabalho desenvolvido pela Burson-Masteller foi o relatório intitulado “O que vale para os produtos, vale para os países”.

Alguns autores levantam a suspeita de que os argentinos também teriam reservado parte do orçamento da Copa para a compra de resultados. Giulianotti, (2002, p. 135) suspeita de que houve manipulação de resultado em uma das partidas semifinais, quando a seleção local precisava vencer o Peru por uma diferença de quatro gols. Antes da partida a Argentina enviou 35 mil toneladas de cereais de graça para a junta peruana e liberou cinquenta bilhões de dólares em crédito bancário. Os argentinos venceram pelo placar de 6 a 0. Os peruanos entraram em campo com quatro reservas e perdido várias chances de marcar gols.

O governo optou em trabalhar em duas frentes: criar um clima positivo dentro do país, que foi imensamente ajudado com o título do torneio; e lapidar a imagem da Argentina fora de suas fronteiras, pois acreditava que as duas situações eram inerentes.

O presidente da Sociedade Rural Argentina, Celedonio Pereda, proclamou que graças ao futebol “acabará a difamação que os argentinos desnaturados fazem circular nos meios de informação do Ocidente, utilizando para isto o produto de seus assaltos e sequestros”. Não se podia sequer criticar os jogadores, nem o técnico. A seleção argentina sofreu alguns tropeços ao longo do campeonato, mas foi obrigatoriamente aplaudida pelos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

comentaristas locais (...). O almirante Carlos Alberto Lacoste, homem forte do Mundial, explicava em uma entrevista:  
- Se vou à Europa ou aos Estados Unidos, o que me impressiona mais? As grandes obras, os grandes aeroportos, os carros formidáveis, as confeitarias de luxo... (GALEANO, 2002, p. 152)

A associação de eventos esportivos e as grandes obras foram bastante utilizadas na Argentina do final da década de 70. Porém a estratégia de utilizar essa arma não foi elaboração dos militares locais. Giulianotti (2002, p. 94) lembra que no sul da Europa grandes investimentos financeiros na área esportiva foram efetuados durante período de ditadura políticas. A hipótese do autor é que os espaços públicos eram constituídos para gerar sentimentos nacionalistas. Alguns exemplos são o de Mussolini, que construiu o estádio Olímpico para as finas da Copa do Mundo de 1934; Franco que construiu o Bernabeu de 1944 a 1947 e Salazar que edificou o Estádio da Luz, em Lisboa, em 1954.

A Argentina surpreendeu positivamente os turistas que chegavam no país, especialmente os que estavam lá para trabalhar. Galeano (2002, p. 151) diz que aproximadamente cinco mil jornalistas de todo o mundo viram um imponente centro de imprensa e televisão, além de estádios impecáveis, aeroportos novos e um modelo de eficiência. Alguns jornalistas alemães mais experientes confessaram que o mundial de 78 lhes recordava as Olimpíadas de 36, que Hitler tinha celebrado, com toda pompa, em Berlim. Galeano (2004, p. 150) lembra outra semelhança com a Alemanha: próximo ao Estádio Monumental de Buenos Aires funcionava o Auschwitz local, o centro de tortura e extermínio da Escola Mecânica da Armada. Alguns quilômetros além, aviões lançavam ao mar prisioneiros vivos.

A construção de um imaginário vencedor foi beneficiado por outros fatores, pois além do título do torneiro, os argentinos tiveram eleito o melhor jogador da competição e o artilheiro (Galeano 2004). Kempes se tornou um garoto-propaganda para a Argentina, semelhante ao que Pelé havia sido para o Brasil.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

#### **4 – Futebol e política: Unidos pela imprevisibilidade**

No futebol, assim como na política, é preciso estar atento ao adversário, pois ele pode surpreender. É impossível prever todas as alternativas do oponente. Galeano (2004, p. 204) comenta que por mais que os tecnocratas programem o futebol até o mínimo detalhe, por muito que os poderosos o manipulem, o futebol continua querendo ser a arte do imprevisto. Onde menos se espera salta o impossível, o anão dá uma lição ao gigante, e o negro mirrado e cambaio faz de bobo o atleta esculpido na Grécia. Essa é uma realidade que não é aplicada somente dentro das quatro linhas. Por mais que os governos e os políticos tentem obter vantagens com o futebol, muitas vezes são surpreendidos com reações contrárias.

Giulianotti (2002, p. 33), lembra que na América do Sul, o futebol foi um dos primeiros fóruns de protesto para os paraguaios durante o reinado de Stroessner, assim como no norte da África, o estádio de futebol é uma “arena privilegiada” para a disseminação e expressão do protesto político ou da revolta, particularmente entre os jovens. Na Europa as arquibancadas também são utilizadas para propagação de idéias e tendências políticas.

A extrema direita é considerada particularmente forte entre os torcedores do Verona e da Lazio. Inversamente, a tradição comunista do Bologna costumava temperar o simbolismo e as animosidades dos ultràs do clube; os ultràs da Atalanta inicialmente tendiam à esquerda, mas depois de um tempo inclinaram-se para a separatista Lega Nord. Os pesquisadores italianos produziram interpretações opostas sobre quando os ultràs foram influenciados pelo extremismo político da ala direita. Alguns argumentam que as organizações dos ultràs resistem a qualquer tendência política prescritiva e forma amplamente ignorada pelos grupos de jovens da esquerda ou direita radical (D Biasi, 1996, p.123). Outros apontam para o crescimento generalizado do racismo entre os torcedores italianos como conjuntural em relação aos novos e diretos vínculos estabelecidos entre os movimentos neofascistas e os grupos ultràs da ala direita em Verona, Roma e até mesmo Bologna (Podaliri e Balestri, 1998, p.97-99). (GIULIANOTTI, 2002, p. 81 e 82).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Galeano (2004, p. 113) lembra que nos anos de ditadura de Franco, os estádios Cam Nou de Barcelona e o San Mamés de Bilbao, serviram de refúgio aos sentimentos nacionais proibidos. Catalães e bascos gritavam, cantavam e agitavam suas bandeiras clandestinas. Foi num estádio de futebol que pela primeira vez apareceu uma bandeira basca, sem que a polícia espancasse os que carregavam: um ano depois da morte de Franco os jogadores do Athlétic e os do Real Sociedad entraram em campo empunhando a bandeira.

No Brasil, durante a Copa do Mundo de 1970, quando o regime político da época buscou uma aproximação de imagem com o selecionado Canarinho, militantes de esquerda optaram por adotar um discurso anti-futebol. O esporte não foi utilizado para contestar o regime, mas houve a opção por “torcer” contra a equipe (Guterman 2006). O governo brasileiro não ficou imune às situações constrangedoras vindos das arquibancadas. Guazzelli (2000) relata um episódio de hostilidade de torcedores do Rio Grande do Sul com símbolos nacionais em 1972. Sem adotar um discurso anti-futebol, como os militantes de esquerda durante 1970, buscaram hostilizar o selecionado brasileiro com vaias, queima de bandeiras brasileiras e agressão à catarinenses que assistiam um amistoso entre a seleção tricampeã mundial e uma equipe formada por atletas de Internacional de Grêmio.

Jean-Jacques Becker (1996) trata de questões semelhantes ao fazer sua análise sobre a opinião pública. Para o autor trata-se de condicionamento de opinião pública, no caso, resultado de propaganda. Becker diz que regimes totalitários costumam fazer do condicionamento da opinião pública uma especialidade, porém enfatiza que a propaganda, conscientemente organizada de maneira obsessiva não é garantia de que ela atinja os fins desejados.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **5 - Taça Independência: O regionalismo se impõe**

Para Guazzelli (2000), a Copa de 70 reforçou o ufanismo nacional e as comemorações se estenderam para o Rio Grande do Sul, os gaúchos viram-se representados e se sentiram parte da conquista. Aproveitando o clima favorável em todo o Brasil, foi criada a Taça Independência, também chamada de Minicopa. Para a disputa, em 1972, a CBD não convocou atletas gaúchos.

Na época, era comum promover partidas amistosas com equipes formadas com atletas que atuavam no Rio Grande do Sul e seleções de outros países. A FGF lançou então o desafio para a CBD para um amigável entre a Seleção Brasileira e a Seleção Gaúcha (formada com atletas de Internacional e Grêmio) para o dia 17 de junho de 1972. Durante os dias que antecederam a partida, um intenso clima de rivalidade se instaurou, com reflexo na imprensa local.

No dia da partida, realizada no estádio Beira Rio, alguns fatos chamaram a atenção: o empate em 3 a 3 marcou o maior público da história do estádio Beira Rio, 110 mil pessoas, e seu comportamento coube registros:

(...) numa inédita união entre colorados e gremistas – revelaram-se entusiasmados torcedores do selecionado “gaúcho”. Houve excessos cometidos contra catarinenses que tinham se deslocado para prestigiar a equipe nacional, incluindo a queima de algumas bandeiras do Brasil, notícias que obviamente a censura não permitiu que a imprensa divulgasse. (...) Vaias ensurdecedoras acompanharam a entrada dos jogadores e se sobrepuseram à execução ao Hino Nacional. Depois de iniciada a partida, cada vez que um jogador da seleção brasileira esteve com a posse da bola, repetiram-se as vaias (...) (GUAZZELLI, 2000, p. 44)

Guazzelli (2000) enfatiza o momento político que o Brasil vivia, quando a ditadura militar impedia quaisquer manifestações políticas de desagrado com o regime, incluídas aqui as reivindicações de caráter regional. E lembra que pouco tempo antes, onze anos, houve a campanha da Legalidade liderada pelo então governador Leonel Brizola, mas desde o golpe de 1964 o Estado teve sucessivos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

governadores nomeados pelos militares e servis às determinações do Planalto. Esse contexto poderia ter explicado o repentino ato de rebeldia gaúcha, no que pode ser visto como a busca da afirmação de uma identidade regional.

Jornalistas ligados a empresas do centro do país, adotaram um discurso de menosprezar o selecionado local, ressaltando que ele atuou com atletas estrangeiros e enfatizando o desrespeito do público com um dos maiores símbolos do Brasil na época:

(...) Achei uma atitude antidesportiva e antibrasileira do povo do Rio Grande do Sul, vaiar o selecionado brasileiro que afinal, trouxe-nos o tricampeonato mundial. A atitude de Jairzinho mostrando a camisa para o público, depois do gol de empate, foi muito justa, pois ninguém teve consideração para com os tricampeões que lutaram no México, em defesa das cores nacionais. Meus pêsames ao mundo esportivo gaúcho, pela atitude antipática em vaiar a Seleção. Não fosse os apupos dessa massa, o selecionado do Brasil teria ganho tranquilamente desse combinado sulamericano, que digo e repito, é fraquinho. Luís Mendes, narrador para Rede Brasileira de Televisão (GUAZZELLI, 2000, p. 45 e 46)

Mesmo considerando que o ato regionalista se impôs ao nacionalismo tão desejado pelo Governo Militar da época, pode ser considerar que ela não teve grandes efeitos práticos, já que Ditadura Militar seguiu com sua linha política pelos anos seguintes.

### ***Considerações finais***

Imerso em uma realidade onde interesses das mais diversas ordens se impõem dentro do mundo esportivo, o futebol traz consigo uma grande força que circunda o universo exterior às linhas da cal. Este universo muito complexo e na maioria das vezes imperceptível, faz surgir oportunidades interessantes aos atores que não protagonizam a história que acontece durante os 90 minutos de jogo. Ao lado de empresários dos mais diversos segmentos, interessados somente no pilar comercial do futebol, os políticos conseguem utilizar-se de



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

uma maneira muito astuta de uma das maiores paixões dos povos de diferentes culturas: O futebol.

Nos casos analisados, foi possível observar que a aproximação entre esporte e polícia é muito comum, e que essa associação pode ter objetivos amplos, porém também é necessário enfatizar que, mesmo sem uma programação prévia, uma série de fatores podem surgir e colocar em risco uma linha de ação que vinha sendo executada com sucesso.

No caso do Brasil em 1970, a busca do governo militar por uma aproximação da imagem vencedora da seleção brasileira foi imensamente beneficiados pelo advento da televisão. Certamente a busca pela formação de uma identidade nacional teve bons resultados, principalmente se for considerado que até hoje os Tricampeões Mundiais são uma referência para o brasileiro quando o assunto é futebol.

É necessário considerar, porém, que há casos específicos que a imprevisibilidade pode surpreender. É o caso da preparação para a Taça Independência. Em meio a um clima nacionalista, surge uma voz contrária ao que vinha sendo seguido. O caso de 1972 mostra o quanto é necessário estar atento ao contra-ataque adversário. No futebol o rival sempre pode surpreender, e na política, um aliado que não recebe atenção suficiente pode se tornar uma referência contrária aos caminhos que estavam sendo construídos.

A Argentina em 1978 busca se utilizar de todos os benefícios de sediar uma Copa da Mundo. Atua em diversas frentes e habilmente conquista o objetivo de vencer a competição, mesmo que para isso seja necessário se impor através do poder econômico. Por outro lado o país consegue ostentar uma imagem de nação desenvolvida para todos os turistas que chegam no país para trabalhar durante a competição.

Alguns anos mais tarde, toma-se consciência de que tanto no Brasil, como na Argentina, durante as comemorações populares, pessoas eram torturadas e assassinadas por motivos políticos.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **Referências**

ASA, Briggs; BURKE, Peter. Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In RÉMOND, René (org.) Por História Política. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996, p. 185-212.

DAOLIO, Jocimar. Futebol, Cultura e Sociedade. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2005.

GALEANO, Eduardo. Futebol ao Sol e à Sombra. Tradução: NEPOMUCENO, Eric; BRITO, Maria do Carmo; FARACO, Sérgio; SSÓ, Ernani. Porto Alegre, L&PM, 2004.

GIULIANOTTI, Richard. Sociologia do Futebol: Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. Tradução: BRANT, Wanda Nogueira Caldeira; NUNES, Marcelo de Oliveria. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GUEDES, Simoni Lahud. O Brasil no campo de futebol: Estudos antropológicos do significado do futebol brasileiro. Niterói, RJ: EDUFF, 1998.

GUTERMAN, Marcos. O futebol explica do Brasil: O caso da Copa de 70. Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob a orientação do Prof. Doutor Antonio Pedro Tota. 2006.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos Guazzelli. 500 anos de Brasil, 100 anos de futebol gaúcho: Construção da “Província de Chuteiras”. Porto Alegre: Anos 90, 2000.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In RÉMOND, René (org.) Por História Política. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996, p. 213-230.

OLIVERIA, Elvira. Futebol: Das peladas à Copa do Mundo. Editora Abril, 2000

PEREIRA, Lamartine. Biblioteca educação é cultura: Esportes. Rio de Janeiro, Bloch, 1980.

WISNIK, José Miguel. Veneno Remédio: O Futebol e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

## **O ESPAÇO EM CONTOS GAUCHESCOS E O PINTOR DE RETRATOS: UMA CONSTRUÇÃO ABERTA**

Luiz Carlos Erbes<sup>□</sup>

A construção do espaço na narrativa ficcional reveste-se, muitas vezes, de importância fundamental, inserindo a obra dentro de um contexto histórico-cultural e reproduzindo, se não a realidade, aspectos do real. É o que ocorre nos casos de *Contos Gauchescos*, de Simões Lopes Neto, e *O pintor de retratos*, de Luiz Antonio de Assis Brasil. As obras, separadas por oito décadas (a primeira foi lançada em 1912, e a segunda, em 1998), apresentam um retrato distinto do Rio Grande do Sul, em que há uma mudança no sentido do espaço, analisadas a partir de conceitos propostos pela geógrafa inglesa Doreen Massey.

*Contos Gauchescos* traz um retrato do espaço pampeano por meio de histórias narradas pela personagem Blau Nunes. Esse recurso adotado pelo escritor, criando um narrador para histórias, revela um espaço sob a ótica de um olhar particular, próprio. Em *O pintor de retratos*, o leitor acompanha a trajetória do protagonista, um italiano que segue a profissão do pai, a de pintor, reside um tempo em Paris, emigra para o Brasil, onde vive em Porto Alegre, no interior do Estado e, mais tarde, retorna à Capital.

Nas duas obras, a vivência do espaço não está apenas articulada à trama. Tem relevância na estrutura dos textos e, sob vários aspectos, insere-se nos novos conceitos sobre o espaço construídos por Doreen Massey. Nas obras, em especial na segunda, o espaço é resultado das interações dos protagonistas com outros personagens e com o próprio meio.

Para desenvolver uma nova conceituação, Massey argumenta ser necessário avançar no entendimento do espaço, relacionando-o com o tempo. A autora faz uma crítica aos conceitos tradicionais de lugar e espaço.

---

<sup>□</sup> Mestrando do Programa em Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, da Universidade de Caxias do Sul-RS (UCS).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Historicamente, o lugar adquiriu uma “ressonância totêmica” (MASSEY, 2008, p. 24), de difícil sustentação em um mundo interconectado. Dessa forma, representa “a esfera do cotidiano” (IDEM) e funciona como “ponto de apoio”, “enquanto 'o global' tece suas teias, cada vez mais poderosas e alienantes.” (MASSEY, 2008, p. 25). O lugar assume, assim, a condição de refúgio.

O espaço, afirma Massey na tentativa de dar uma perspectiva à discussão, era visto originalmente como “regionalizado”, como “sempre-já dividido em partes iguais” (MASSEY, 2008, p. 25). E questiona: “E se recusarmos essa distinção, por mais sedutora que pareça, entre lugar (como sentido, vivido e cotidiano) e espaço (como o quê? o exterior? o abstrato? o *sem significado*.” (IDEM).

Essa associação lugar-espaço tem relação com as definições propostas pelo historiador francês Michel de Certeau, no livro *A invenção do cotidiano*. Na obra, Certeau aborda a questão do relato como “prática do espaço” (CERTEAU, 2002, p. 200) e vincula o lugar a uma ordem. Ele afirma: “Um lugar é (...) uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade” (CERTEAU, 2000, p. 201).

Na visão de Certeau, o espaço é “o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (CERTEAU, 2002, p. 202). Não há estabilidade. A partir dessa perspectiva, conclui o historiador, “o espaço é um lugar praticado” (IDEM).

A definição proposta por Michel de Certeau implica em algo aberto, em construção, aproximando seu conceito com a abordagem proposta por Doreen Massey. Isso parece claro quando define a região como o “espaço criado por uma interação” (CERTEAU, 2002, p. 212). E acrescenta: “Daí se segue que, num mesmo lugar, há tantas 'regiões' quantas interações ou encontros entre programas.” (IDEM).

Mas, se é possível ver esse ponto em que Certeau e Massey estão em concordância, os dois autores discordam no que se refere à questão do tempo.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Massey afirma que Certeau, ao recusar a palavra “trajetória”, que ela adota, e optar por uma distinção entre “táticas e estratégias”, o historiador equipara espaço à representação. Para ela, é uma conclusão “notavelmente disseminada e não questionada” (MASSEY, 2008, p. 51) que leva a associar “o espacial com estabilização” (IDEM). A espacialização, a partir dessa ótica, “achata a vida fora do tempo” (IDEM), algo a que Doreen Massey se opõe em *Pelo Espaço*:

(...) há duas coisas acontecendo aqui: primeiro, a questão de que a representação, necessariamente, fixa e, portanto, amortece e deprecia o fluxo da vida; e, segundo, que o produto desse processo de amortecimento é o espaço. À primeira proposição eu não me oporia inteiramente, apesar de a forma na qual ela é usualmente expressa estar, atualmente, sendo modificada. No entanto, parece-me que não há de forma alguma defesa para a segunda proposição: a de que existe uma equivalência entre espaço e representação. (MASSEY, 2002, p. 52).

Se Certeau vê “a vitória do espaço sobre o tempo” (CERTEAU, apud MASSEY, 2008, p. 55), Massey afirma que essa vitória é “a da 'representação' sobre a 'realidade', da estabilização sobre a vida, em que o espaço é equiparado com representação e estabilização” (MASSEY, 2008, p. 55-56). Ela destaca: “A linguagem da vitória (do espaço sobre o tempo) reforça uma imaginação de inimidade entre os dois. Mas a vida é tanto espacial quanto temporal.” (IDEM). Em outro trecho, Massey reforça:

Se o tempo deve ser aberto para um futuro do novo, então o espaço não pode ser equiparado com os fechamentos e horizontalidades da representação. De um modo mais geral, se o tempo deve ser aberto, então o espaço tem de ser aberto também. Conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado e sempre em devir, é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito, também, para a possibilidade da política.” (MASSEY, 2008, p. 94-95).

A partir dessa perspectiva, Doreen Massey propõe o que chama de “abordagem alternativa do espaço” (MASSEY, 2002, p. 29, que ela esboça a partir de três proposições:



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*Primeiro*, reconhecemos o espaço com o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno (...). *Segundo*, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade, sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. *Terceiro*, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado. (MASSEY, 2008, p. 29).

No que pode ser considerada uma justificativa da abordagem, a autora encontra argumentos na crescente globalização do mundo. Na visão de Massey, compreender o espaço como produto de inter-relações implica “comprometer-se com o antiessencialismo” (MASSEY, 2008, p. 30). Significa, além disso, considerar que o espaço existe em função de “identidades/entidades e de suas relações” (IDEM). E especifica: “De modo mais geral, eu argumentaria que identidades/entidades, as relações 'entre' elas e a espacialidade que delas faz parte são todas co-constitutivas.” (MASSEY, 2008, p. 30) Ou seja: há uma constante negociação interna.

Em relação à segunda proposição, o espaço como possibilidade da existência da multiplicidade, Massey afirma que implica em reconhecer a diferença e a heterogeneidade. Como exemplo, cita o amplamente aceito ponto de vista de que a “estória<sup>1</sup> do mundo não pode ser contada como a estória apenas do 'Ocidente', ou a estória, por exemplo, daquela figura clássica (...) do macho branco, heterossexual” (MASSEY, 2008, p. 31). No entender da autora, o

---

1 Doreen Massey adota o termo “estória” (em inglês, “story”) para diferencia-lo de “história”. Com exceção em que o termo aparece em citações, esse artigo adotará o termo “história”, mesmo quando referir-se a relatos ficcionais.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

reconhecimento da multiplicidade e da heterogeneidade “depende de um reconhecimento da espacialidade.” (IDEM).

Em terceiro lugar, imaginar o espaço como algo aberto, sempre em processo de fazer-se, significa pensar em uma abertura do futuro, como incerto e não inexorável. O amanhã, sob essa perspectiva, depende das relações de hoje. E, se o futuro é aberto, argumenta a autora, o “espaço também deve sê-lo” (MASSEY, 2008. p. 32).

Sobre a nova abordagem do espaço, Massey complementa:

Penso que o que é arrancar o 'espaço' daquela constelação de conceitos em que ele tem sido, tão indiscutivelmente, tão frequentemente, envolvido (estase, fechamento, representação) e estabelecê-lo dentro de outro conjunto de ideias (heterogeneidade, relacionalidade, coetaneidade... caráter vívido, sem dúvida) onde seja liberada uma paisagem política mais desafiadora. (MASSEY, 2008, p. 34-35).

Dois termos – “trajetória” e “estória” – são usados por Massey para “ênfatar o processo de mudança em um fenômeno” (MASSEY, 2008, p. 33) e por serem, ao mesmo tempo, temporais, mas dependerem de uma “espacialidade”. Além disso, a autora reforça a pluralidade de trajetórias e histórias de forma constante no entendimento desse espaço múltiplo e aberto.

### **O espaço mais fechado**

Uma análise do espaço em *Contos Gauchescos* precisa levar em conta um aspecto característico nesse que pode ser considerada uma das principais obras da literatura gaúcha: o ponto de vista narrativo. No início, o narrador introduz a personagem que vai contar as histórias – ou “estórias”, se preferirmos a denominação adotada por Doreen Massey – que tornaram Simões Lopes Neto o primeiro grande autor do Estado, na visão do crítico literário Luiz Augusto Fischer, em *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. Nessa apresentação de Blau Nunes, é interessante destacar suas andanças, como neste trecho:



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

- Vi a colméia e o curral, vi o pomar e o rebanho, vi a seara e as manufaturas; vi a serra, os rios, a campina e as cidades; e dos rostos das auroras, de pássaros e de crianças, dos sulcos do arado, das águas e de tudo, estes olhos, pobres olhos condenados à morte, ao desaparecimento, guardarão na retina até o último milésimo da luz, a impressão da visão sublimada e consoladora (...) (NETO, 2002, p. 15-16).

A essas palavras, juntam-se outras, que ajudam a qualificar o contador:

Genuíno tipo – crioulo – rio-grandense (hoje tão modificado) era Blau o guasca sadio, a um tempo leal e ingênuo, impulsivo na alegria e na temeridade, precavido, perspicaz, sóbrio e infatigável e dotado de uma memória de rara nitidez brilhando através da imaginosa e encantadora loquacidade servida e floreada pelo pitoresco dialeto gauchesco. (NETO, 2002, p. 16).

Os dois trechos iluminam o espaço regional e a personagem. Pelo primeiro, fica claro que Blau Nunes percorreu as diversas regiões do Rio Grande do Sul, embora os relatos, em forma de contos, se passem todos na região campeira. Ou seja, na narrativa o Estado se resume a uma parte, com seus habitantes característicos. Pelo segundo, sabe-se que ele é originário desse denominado pampa, com qualidades múltiplas, em especial a de ser um "guasca". O termo refere-se aos primeiros habitantes do Rio Grande do Sul, teve sentido pejorativo no início (usado para identificar o ladrão, o desertor, o aventureiro) e, mais tarde, passou por um processo de nobilitação, que levou a adoção da palavra "gaúcho".

Situadas no século XIX – algumas histórias ocorrem durante a Guerra dos Farrapos e a Guerra do Paraguai, mas em outras o tempo não está especificado –, os contos reproduzem um espaço que, se é único no sentido geográfico, é palco de inter-relações múltiplas. Blau Nunes é o "genuíno tipo", mas seus relatos estão repletos de personagens que desmitificam essa essência: além desse gaúcho do pampa, temos negros, índios, habitantes de outras regiões, mulheres (velhas e jovens), adolescentes e crianças.

É o que ocorre, por exemplo, nos contos "O negro Bonifácio" e "No Manantial". No primeiro, temos várias personagens distintas, com a mulher jovem (Turдинha), o estancieiro (major Terêncio), o jovem interessado em



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Turdinha (Nadico), a mulher mais velha (Sia Firmina, a mão de Turdinha), o negro (Bonifácio), um gaúcho alto, mas sem características específicas. Em "No Manantial", essa riqueza de personagens se repete: Mariano, que “aboletou-se aqui nos pagos” (NETO, 2002, p. 30) com "duas velhucas, uma menina, uns pretos, campeiros e uma negra mina, chamada mãe Tanásia" (IDEM). André, um gaúcho interessado na filha de Mariano (Maria Altina) e o filho de Chico Triste, o Chicão, também integram a narrativa.

A diversidade das personagens evidencia a “existência da multiplicidade”, na abordagem de Doreen Massey, e revela um espaço regional construído por essas diferenças. Várias personagens são oriundas do espaço pampeano, mas não todos: há o de fora, quase sempre. Esse, contudo, não é o principal aspecto: são as interações desses personagens que edificam o espaço regional em Simões Lopes Neto. Nesse sentido, emerge a presença constante da violência, como forma para solucionar as diferenças. Os dois contos têm desfechos trágicos, com violência e mortes.

Apesar dessa diversidade e das complexas teias de relações presentes em *Contos Gauchescos*, a configuração do espaço é mais fechada. As relações se efetivam no que pode ser chamado de lugar, no sentido de ser algo fechado, coerente. O ponto de vista da narração, a partir de Blau Nunes, reforça essa condição de um espaço mais restrito; o “lugar local”, como esfera deste cotidiano, se impõe na obra. Há um certo isolamento, aborda-se um espaço específico, em que as conexões com o global, com o de fora, se estão presentes, são efêmeras.

As inter-relações se dão dentro desse espaço campeiro. O que está fora desse Rio Grande de Simões Lopes não entra na narrativa, com poucas exceções. No conto “O chasque do Imperador”, isso ocorre, mas a trama se desenrola em uma estância, durante a Guerra do Paraguai, quando Dom Pedro II visita a então província. Numa cidade em que pousaram, o imperador ficou na casa “dum fulano, sujeito pesado, mas mui gaúcho” (NETO, 2002, p. 60). O



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

estancieiro oferece, na hora das refeições, “doces e mais doces” (IDEM). No dia seguinte, ao ver novamente doces na mesa, Dom Pedro II e feijão e uma “lasca de carne” (NETO, 2002, p. 61). Segue o relato:

O homem ficou sério... e depois largou uma risada:  
- Quê! Pois Vossa Majestade come carne?! Disseram-me que as pessoas reais só se tratavam a bicos de rouxinóis e doces e pasteizinhos!... Por que não disse antes, senhor? Com trezentos diabos!... Ora esta!...  
Vamos já a um churrasco... que eu, também, não aguento estas porquarias!... (NETO, 2002, p. 61)

O exemplo evidencia essas conexões restritas entre o local e o de fora; e, quando ocorrem, há um distanciamento, exemplificado naquilo que o gaúcho considera ser o tipo de refeições servidas na família real brasileira. O de fora, no caso o nacional (muito menos o global), está pouco presente no fazer-se desse espaço na obra de Simões Lopes Neto.

Em *Contos Gauchescos*, talvez pelo próprio tempo de sua autoria (1912, quando a globalização era incipiente), temos o espaço que se apresenta mais como representação, na conceituação de Michel de Certeau, do que uma trajetória, em visão esboçada por Doreen Massey. As personagens estão sob um guarda-chuva maior, o do Rio Grande do Sul como região geográfica, política e cultural, com um grau grande de inter-relações internas e pouco contato com o exterior, com o global.

Se em sua estrutura narrativa temos um espaço representação, isso não se refere ao percurso da obra dentro da literatura gaúcha. Nesse aspecto, *Contos Gauchescos* assume uma trajetória, sendo produto e, ao mesmo, produtor de inter-relações, que ajudam na constituição de novas interações e participam deste espaço que está, nas palavras de Doreen, em constante “processo de fazer-se” (MASSEY, 2002, p. 29).

Publicado inicialmente em 1912, com o título *Contos gauchescos: folklore regional*, pela editora pelotense Echenique, a obra ganhou uma segunda edição em 1926, num volume que contém também *Lendas do Sul*, pela editora





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Globo, de Porto Alegre. O sucesso se consolidou apenas a partir de 1949, quando uma nova edição, com introdução, notas, glossário, prefácio de Augusto Meyer e posfácio de Carlos Reverbel, foi lançada. Segundo levantamento de João Cláudio Arendt, “poucos meses depois, os exemplares dessa edição já haviam se esgotado” (ARENDR, 2004, p. 20), levando a várias reimpressões nos anos e nas décadas seguintes. Desde então, Simões Lopes Neto ganhou novos leitores, uma tradução para o italiano e vem sendo tema de dissertações, teses e livros até o presente.

A leitura desses contos hoje, em um período histórico-econômico-cultural marcado pela presença da globalização, participa desta construção do espaço regional, em que o campo perdeu sua força diante do crescimento das cidades – a maioria dos gaúchos vive em áreas urbanas hoje –, embora mantenha sua força como história, no sentido expresso por Doreen. Ao se manter vivo por um século – o centenário se dá em 2012 – a obra integra esse processo de construção permanente do espaço.

### **O espaço em Assis Brasil**

Em *O pintor de retratos*, Luiz Antônio Assis Brasil apresenta um retrato do espaço de uma forma distinta de Simões Lopes Neto. Na obra, cuja história se desenrola na últimas décadas do século XIX e ingressa no século XX, há uma presença do global e uma contraposição campo-cidade. O protagonista, Sandro Lanari, está em constante movimento: nasce em Ancona, na Itália; ainda jovem, muda-se para Paris, na França, e depois parte para o Brasil, onde fixa-se em Porto Alegre; devido a um envolvimento amoroso, vai para o interior, presencia a guerra federalista e, mais tarde, retorna à Capital. Além do mais, a personagem começa a vida como pintor de retratos, mas o surgimento da fotografia leva-o a dedicar-se, não sem resistir por um tempo, a essa nova atividade.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

Na obra, o espaço está em permanente construção. A Paris que ele conhece quando jovem não é mais a mesma que ele visita décadas depois; Porto Alegre também muda entre a primeira passagem e a segunda, quando se casa, fixa moradia e abre um estúdio fotográfico. Mas não é de paisagens urbanas ou rurais que o livro trata: o foco está no protagonista, nas suas vivências e experiências, nas interações com a fotografia, os novos lugares e as personagens ao longo da trama.

Em *O pintor de retratos*, é possível detectar o espaço como produto de inter-relações, no qual o fio condutor é a fotografia. Em Paris, por exemplo, Sandro percebe que alguém o observava, não uma pessoa, mas “uma pessoa numa fotografia” (ASSIS BRASIL, 2002, p. 25). Segue o texto: “Uma jovem. De qualquer ângulo trazia gravado o espírito do modelo, a verdadeira psicologia.” (IDEM) A fotografia da modelo Sarah Bernhardt é de autoria Rafael Nadar, nome que passa a acompanhar o protagonista até o desfecho. Seduzido pela imagem, ele procura o fotógrafo, para tirar um retrato. Ao receber a foto, sente “um instantâneo mal-estar” (ASSIS BRASIL, 2002, p. 34) e não se reconhece nela. A sua vinda ao Brasil não está ligada a Nadar, mas ele sente um alívio na viagem: “Lá embaixo, na metade inferior do planeta, ficava o Rio Grande do Sul, a selva que nunca teria escutado o nome de Nadar.” (ASSIS BRASIL, 2002, p. 48).

Porto Alegre reserva surpresas a Sandro. A primeira refere-se a “quantidade de negros das ruas” (ASSIS BRASIL, 2002, p. 51). A segunda relaciona-se a fotografia. Se encontrou apenas um pintor de retratos na cidade, fotógrafos havia vários, como indica esse trecho:

Mas soube, decepcionado, que Porto Alegre infestava-se de fotógrafos-retratistas, e por cúmulo todos italianos: Terragno, Caligari, Carducci, Lucchese, Ferrari. Julgava que no Brasil a fotografia não fosse desenvolvida.

Carducci, o mais proeminente, mantinha estúdio defronte à pensão, com um cartaz: *Comendador L. Carducci. Photographo*. A clientela, grande, compunha-se de senhores de botas, vindos do pampa, e damas com chapéus-de-sol rendados. (ASSIS BRASIL, 2002, p. 52-53).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Tem-se, aqui, o primeiro enredamento espacial. Se no mapa há um oceano separando Paris de Porto Alegre, a fotografia funciona como ponto de conexão. A selva, que o protagonista esperava ver ao partir, não existe na chegada; há outro ambiente urbano. Nadar, ausente fisicamente, está presente na lembrança e também na figura de Carducci. A imagem da modelo também o acompanha: “Lembrava-se de Paris e da foto: *L’Actrice Sarah Bernhardt*. Tudo tão longe.” (ASSIS BRASIL, 2002, p. 59). Longe, embora presente.

O protagonista estabelece-se em Porto Alegre, descrita como “movimentada pela manhã” (ASSIS BRASIL, 2002, p. 54) e que “desolava-se a partir do meio-dia” (IDEM). Vai morar em uma pensão e, para se sustentar, começa a pintar retratos de padres, autoridades, advogados. O dinheiro que ganha é gasto na pensão e com prostitutas. Porto Alegre é um lugar de interações, aberto ao novo e à multiplicidade e na qual várias trajetórias coexistem – como a das prostitutas, dos políticos, padres, pintores, fotógrafos. Nesse espaço de possibilidades, Sandro descobre a sua Sarah Bernhardt, na figura de Violeta – que vê pela primeira vez na praça e em cuja casa vai residir após fazer um retrato pintado do pai, um advogado.

A descoberta do envolvimento com Violeta, por parte do pai da moça, leva Sandro a Rio Pardo e, dali, para o interior, com pintor de retratos, ora de defuntos, ora de vivos. Em um ponto em comum com Simões Lopes Neto, Assis Brasil também reproduz a região do campo em seu romance, apesar das inúmeras andanças do protagonista. Percorre estâncias e quando menciona a paisagem, o temo coxilha aparece, como neste trecho:

O dia surgiu. Espreguiçando-se à janela, ele pode estudar melhor o lugar: as ondulações vagarosas das coxilhas pareceram-lhe o lento respirar de uma criança adormecida, e o silêncio, puríssimo, dominava sobre o pio das aves. Era um espaço primitivo, triste de tão belo. Aspirou o ar, que entrou límpido em seus pulmões. E teve uma ideia: desta vez, iria por uma paisagem – aquela paisagem – ao fundo do retrato. (...)

Falou à estancieira que pintaria um campo ao fundo (...)  
(ASSIS BRASIL, 2002, p. 112).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

No interior, Sandro transforma-se num artista ambulante e vai “palmilhando o Rio Grande” (ASSIS BRASIL, 2002, p. 116), “terra tão inculta e provisória” (IDEM, p. 118). Mesmo no campo, a cidade permanecia como pano de fundo nas lembranças: “Violeta era a imagem que não conseguia apagar. Às vezes sonhava com o retrato de Sarah Bernhardt e não sabia com quem sonhara.” (ASSIS BRASIL, 2002, p. 103). Mesmo no espaço rural, longe de Paris e de Porto Alegre, a referência a fotografia persiste, primeiro como lembrança, depois como atividade. Ao ser surpreendido por um grupo de soldados legalistas, mostram-lhe “os apetrechos do fotógrafo” (ASSIS BRASIL, 2002, p. 123) e o instigam a fazer retratos. O conhecimento, adquirido na cidade, o ajuda no campo: “Sandro guardava uma esquiva ideia do dia em que assistira a Carducci no trabalho. Por ensaios, acertos e erros, obteve uma foto.” (ASSIS BRASIL, 2002, p. 124).

Não são apenas essas interações do protagonista que evidenciam o espaço, no sentido proposto por Doreen Massey. Em *O pintor de retratos*, o Rio Grande do Sul não é apenas um lugar idílico, em que o protagonista pinta retratos e envolve-se em aventuras. É também um lugar de “muitas revoluções” (ASSIS BRASIL, 2002, p. 120). A Revolução Federalista (1893-1895) é descrita como “um dos mais selvagens conflitos da História” (IDEM). Segue o texto, longe de traduzir a versão oficial:

Como resultava caro manter os prisioneiros, matavamos. Esses infelizes eram organizados numa fila, e um homem cruel, chamado degolador, rasgava-lhes as carótidas com uma faca. O agonizante, entregue a si mesmo, leva as mãos à garganta, tentando estancar o fluxo de sangue. Dava alguns trôpegos, as pernas cediam e ele tombava. Já era um cadáver que contemplava o céu. Suas pupilas refletiam as nuvens, muito lentas. Após a agonia e a dor, instalava-se a serena beleza da morte.

Por vezes eram degolados cinquenta em um só dia. Os coronéis esqueciam-se de comunicar esses morticínios a seus superiores. E os superiores dedicavam-se à política. (ASSIS BRASIL, 2002, p. 120-121).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O protagonista vive essa experiência após um conflito, após tornar-se o fotógrafo da Quinta Unidade Legalista. Sandro registra o instante em que um prisioneiro é degolado, descrito dessa maneira.

Latorre se preparava.

- Não! - Sandro destapou-se, levantou o braço, gritou. - Não!

Latorre suspendeu o movimento. Histor de terror, o prisioneiro fixava a câmara.

Deu-se uma aberta de sol. Sandro tirou o obturador, fechou-o. E num único gesto, Adão Latorre degolou o prisioneiro.

A última imagem, aquela que o desgraçado levaria para a eternidade dos séculos, foi a de Sandro Lanari, o braço erguido, na atitude de quem deseja impedir algo. (ASSIS BRASIL, 2002, p. 134).

Os dois trechos evidenciam a barbárie do conflito, em contraposição à história oficial do Rio Grande do Sul, que prioriza os grandes heróis, datas e acontecimentos marcantes. Não há apenas uma história, mas outras perspectivas de contar a trajetória política do Rio Grande do Sul. Conforme Doreen Massey, há sempre outras histórias com características distintas que podem ser contadas.

Em *O pintor de retratos*, o espaço é aberto, pela vivência em lugares diferentes (Ancona, Paris, Porto Alegre, Rio Pardo e o região campeira gaúcha) e pela trajetória que o protagonista percorre. Há lugares conectados pelas experiências do protagonista, permeadas pela fotografia. Seja em Paris, com o contato com Nadar, seja no campo, retratando as atrocidades, Sandro participa da construção desse espaço, que não é o mesmo à medida que o tempo transcorre.

Esse sentido de mudança, do processo de fazer-se de forma constante, só é quebrado pelas fotografias de Sarah Bernhardt e do homem gritando por ajuda antes de ser degolado. Os retratos permanecem intactos na mente do protagonista ao longo da obra, como representação de um momento específico,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

enquanto o resto, inclusive ele, muda. Mas a interpretação não permanece a mesma, é atualizada. Aos poucos, a imagem de Sarah vai apagando-se de sua memória, sendo substituída pela do degolado. No final, a foto que fizera apenas para Nadar ver, vai ganhar espaço no seu estúdio em Porto Alegre. Essa decisão Sandro toma enquanto está na Europa.

### **Considerações finais**

A abordagem proposta por Doreen Massey abre novas perspectivas para a discussão do espaço, tirando-o de algumas limitações, como o da representação, para torná-lo aberto e um processo em permanente fazer-se. A conexão entre o global, configurado como imenso e amplo, e o local, pequeno e até mesmo insignificante ante o seu oposto, é uma presença marcante, especialmente na obra de Luiz Antônio Assis Brasil.

Em *Contos Gauchescos* essa conexão é mínima; o global não aparece na retratação do universo gauchesco de Simões Lopes Neto. Nesse texto ficcional, o espaço é, em essência, fechado, limitado a um lugar específico, com uma geografia, história e cultura comuns; a trajetória da obra, contudo, cria uma nova perspectiva. Às vésperas de completar 100 anos, *Contos Gauchescos* vem realizando um percurso que a mantém como atuante no processo de construção e de vivência desse espaço regional.

Em *O pintor de retratos*, temos um cruzamento local-global, que estão imbricados. Em vez do distanciamento, temos uma aproximação. Paris, Porto Alegre e o campo gaúcho podem estar quilômetros distantes uma da outra, ou separados por um oceano (no caso entre as duas cidades), mas a modernização, evidenciada na obra pela fotografia, funciona como ponto de conexão. Distantes sim, mas ainda assim ligadas, seja pelas interações do protagonista com outros personagens, seja pelas relações que constroem novos sentidos de vivência do espaço.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, João Cláudio. *Histórias de um bruxo velho: Ensaios sobre Simões Lopes Neto*. Caxias do Sul, Educs: 2004.

BRASIL, Luiz Antonio de Assis. *O pintor de retratos*. 3ª ed. Porto Alegre: LPM, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 8ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: Uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

NETO, Simões Lopes. *Contos Gauchescos*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **O PAPEL DA MUNICIPALIDADE NA CONSOLIDAÇÃO DA TRIPLICE FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA/URUGUAI NO SÉCULO XIX**

Luiz Francisco Matias Soares\*

### **A fronteira e a ocupação.**

A abordagem do tema *fronteiras* tomou um sentido sistematizado a partir do final do século XIX e início do XX, para autores da geografia política, entre eles Friedrich Ratzel, o conceito de fronteira inseria-se no arcabouço das questões de soberania nacional. A fronteira era percebida então como ponto para a expansão e crescimento do Estado, ao passo que durante o século XIX já havia se dado a elaboração dos conceitos de Estados-Nação<sup>1</sup>.

Para o historiador Adelar (HEINSFELD, 2007:19), sob o prisma da geopolítica, o tema *fronteiras*, significaria “adentrar no campo das relações internacionais, envolvendo a política de um Estado em relação a outros e a segurança de seu próprio”, isto estaria integrado ao “princípio fundamental da soberania nacional”, e que também “obriga o Estado a definir, no solo, no mar e no ar, os limites da área de poder”. Neste aspecto o autor, baseado também nas ideias de Friederich Ratzel e nas *Leis do crescimento espacial do estado*, conclui que: “Surge daí a fronteira, faixa de contorno do corpo estatal” (HEINSFELD, 2007:19).

Em nossa análise, fronteira pode ser entendida em dois momentos, ambos no mesmo espaço. O primeiro mais ligado à geopolítica sendo a linha demarcatória- aquele celebrado pelas nações, expresso por tratados formais, documentados assinados (à luz do direito internacional). O outro se refere ao

---

\* Mestrando do PPGH da Universidade de Passo Fundo/RS, Bolsista CAPES. E-mail: mat\_luiz@hotmail.com

<sup>1</sup>No século XIX as idéias de formação dos Estados-nação, compuseram a nova forma política e econômica a nível mundial, iniciando-se pelos países da Europa como Inglaterra da revolução industrial, França da revolução burguesa e Estados Unidos no desenvolvimentismo capitalista, os reflexos estariam também presentes nas Américas espanhola e portuguesa. Ver mais nos dois livros de HOBBSAWN, Eric J. : A Era do Capital. Paz e Terra, São Paulo/SP, 1996 e A Era das Revoluções. Paz e Terra, São Paulo/SP, 1996.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

tópico – zona de fronteira, que compreende as ações dos indivíduos que nela vivem e se relacionam através do contato de suas culturas. As sociedades civis e suas trocas de experiências<sup>2</sup>. E assim, enquanto a linha demarcatória na fronteira divide, separa os Estados Nacionais, a zona de fronteira representa a possibilidade de convívio, aproxima os indivíduos e atua na composição da região onde esta localizada.

Na América do Sul, a tríplice fronteira Brasil/Argentina/Uruguai erigiu-se preliminarmente no contato beligerante entre portugueses e espanhóis, forjando o contingente populacional em uma fronteira sempre em prontidão, pronta para as armas, e ao mesmo tempo proporcionou a riqueza de determinados elementos sociais e a convivência de outros tantos elementos, ora celebrando ódios, ora convivendo e construindo uma identificação comum. Nesta região, também identificada como *Pampa*, rica em pastagens e banhada por rios que possibilitou a pecuária e o comércio.

Este aspecto caracterizou uma cultura regional tipificada, que se estabeleceu em certa medida, comum aos três países, quando teve a consolidação dos seus Estados-Nação, estabeleceu-se também na luta entre civilização e barbárie definido pelos europeus “civilizadores” que foram se consolidando no avanço e domínio do espaço na região. É possível encontrar certa similaridade, mas sempre considerando as diferenças dentro de cada estrutura da mesma região. Nele também pôde se estruturar grupos sociais controlados, em geral, por um grande proprietário de terras e seus contingentes populacionais que assimilavam o autoritarismo na base da coerção (SARMIENTO, 2009: 58).

Na região, onde passaria a denominar-se no século XIX a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul <sup>3</sup> e mais tarde Rio Grande do Sul, teve sua

---

<sup>2</sup> Ver mais em GOLIN, Tau “A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

<sup>3</sup> A partir da fundação em 1807 da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul desmembrado do Rio de Janeiro pelo príncipe regente passou em 28 de fevereiro de 1821 a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o território foi sendo alargado em direção ao oeste e a o sul ao sendo só em meados do séc. XIX ser possível observar a consolidação de suas fronteiras.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

incorporação efetuada tardiamente ao território luso-brasileiro. Entre os séculos XVI e XVII, de início não havia o interesse econômico que justificasse empreendimento suficientemente vantajoso na região para Portugal. Na parte sudoeste, embora as terras já fossem disputadas, anteriormente, na fundação das missões jesuíticas ao sul em 1626, originária da Companhia de Jesus<sup>4</sup>, a ocupação portuguesa só seria desencadeada efetivamente no século XVIII, nas disputas que se deram entre as coroas espanhola e portuguesa, também com a expulsão e o quase extermínio dos contingentes indígenas que já habitavam na região antes da chegada do europeu<sup>5</sup>.

A ocupação se deu baseada em dois pontos de interesses. No primeiro, por motivos econômicos via *troperismo*<sup>6</sup>, executado pelos Bandeirantes paulistas, que eram movidos pelo lucro gerado no arrebanhamento do gado, estes dirigiram-se para os campos de Vacaria, e os lagunenses, estes já em 1725 ocupam os campos do sul em Viamão.

E no segundo, por estratégia geopolítica da coroa portuguesa, para compor na defesa das fronteiras dentro de um projeto de hegemonia luso-brasileiro buscando o domínio do espaço na América do Sul. Ficou marcado pelas lutas de fronteira com os castelhanos, caracterizando assim o preenchimento do espaço ao sul e o avanço em direção à fronteira sudoeste como de cunho econômico-militar.

As duas coroas portuguesa e espanhola selaram vários tratados territoriais, que geralmente acabavam não sendo cumpridos, dos quais destacamos o Tratado de Madrid em 1750 e o tratado de Santo Ildefonso<sup>7</sup> em

---

<sup>4</sup> Fundada e organizada por Ignácio de Loyola, em agosto de 1534, baseados na redução e conversão dos índios a fé cristã. Ver mais em COLVERO, Ronaldo. *Negócios da Madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

<sup>5</sup> Ver mais em GOLIN, Tau. *A guerra guaraníca: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul*. 3ed. Passo Fundo: UPF Editora .2004.

<sup>6</sup> Teve importante papel na figura do tropeiro, grandes rotas se estabeleceram ligando o Sul ao resto do Império, ver mais em BARROSO, Vera Lucia Maciel. *História Geral do Rio Grande do Sul. Colônia*. Vol. I Cap. VIII – O Tropeirismo na formação do Sul. Méritos Editora, Passo Fundo. 2006

<sup>7</sup> Este tratado tinha como objetivo a troca das Missões e da Colônia do Sacramento pela Ilha de Santa Catarina e a renúncia à navegação nos rios da prata e Uruguai por parte de Portugal.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

1777, neste mesmo ano ocorreu na região do Nordeste do então Brasil-Colônia a grande seca dos três setes, arrasando os rebanhos de gado daquela região, que exercia a manufatura saladeira de carne seca, principal alimento das escravarias ligadas a atividade mineradora, atividade esta considerada basilar para o poder central português.

A falta de gado no Nordeste impeliu os tropeiros a buscarem, ao sul, o gado abandonado pelos jesuítas que se reproduzia solto nas imensas extensões de terras do Pampa, o gado chucro ou cimarron. Além da busca do gado vacum, ocorreu também a captura de gado moar para o transporte nas minas que seriam comercializados em praças como a paulista de Sorocaba. Nesta sociedade, onde as fronteiras eram móveis, desde idos do século XVIII e XIX, se estabelecem espaços e condições para as ideologias<sup>8</sup> que se baseariam em uma vocação militar, pois:

[..]em face da estrutura de relações econômicas, sociais, políticas e militares montadas com o processo de ocupação e colonização de uma área fronteiriça,... como a do Rio Grande do Sul, gerou-se a necessidade de tipos especiais de homens preparados para situações de enfrentamento que pudessem assegurar a manutenção, domínio, preenchendo o vazio de poder deixado pelo poder central (FÉLIX 1987: 22)

Em 1801, ano do Tratado de Badajos, os portugueses liderados pelos estancieiros Manuel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto conquistam as Missões orientais, iniciando a definir a fronteira oeste do futuro Rio Grande do Sul. Após a chegada ao Brasil da família real portuguesa, em 1808, e, com a

---

COLVERO, Ronaldo. *Negócios da Madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004. p.19 a 27.

<sup>8</sup> Ideologias: Aqui conceituaremos como espécie de astúcia, uma justificação ou imposição do vivido, aceito como tal. Como elaboração secundária do imaginário, constitui-se como um pensamento selvagem (conforme os significados definidos por Lévi- Strauss), mas pervertido. LA PLANTINE, op. Cit.. p. 25.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

transferência da Corte Real de Portugal para o Rio de Janeiro. Inicia-se a aceleração da distribuição por doação ou venda das Sesmarias<sup>9</sup>.

As terras foram distribuídas em maior escala a partir de 1814, com o intuito de povoar a região e avançar em direção ao oeste a fim de constituir mais efetivamente a presença luso-brasileira, o que não seria tarefa nada fácil, já que “a concessão de sesmarias poderia ser um prêmio ou merecido galardão. Entretanto o domínio e a posse da área pretendida exigiam muitas vezes o sacrifício da própria vida” (PONT 1983:556).

A coroa portuguesa definia uma política agressiva na questão do avanço e conquista espacial da região, como definição da estratégia geopolítica de ocupação e hegemonia na América do Sul, pautados na doutrina do *uti possidetis*<sup>10</sup>, vista aqui na questão da invasão das forças portuguesas à Banda Oriental, nas províncias Unidas do Rio da Prata, que em 1821 seria incorporada ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves pela regência, tratando como de questão de direito sucessório aos descendentes da rainha Carlota Joaquina, denominando-a de Província Cisplatina. Em 1822, o Brasil se tornaria nação independente de Portugal dentro do regime monárquico, o projeto geopolítico seria herdado da metrópole para a ex-colônia.

Mapa da Região Sul, com a seta na tríplice fronteira, metade do século XIX.

---

<sup>9</sup>“Terrenos inclusos ou abandonados, entregues pela monarquia portuguesa, desde o século XIII, às pessoas que se comprometiam a colonizá-los(...) Uma sesmaria media em regra, cerca de 6.500m<sup>2</sup>. No Brasil, adquirem feição peculiar, transformando-se em grandes latifúndios, reflexos de doações generosas da monarquia portuguesa.” Ver AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. São Paulo: Nova Fronteira, 1990. p. 358.

<sup>10</sup> Ver mais em GOLIN, Tau. RS: 200 Anos Definindo Espaços na História Nacional. Cap.II, Construindo a integração no Estado colonial e no Estado nacional: a questão do espaço sul-riograndense. UPF Editora, Passo Fundo. 2002.





Fonte: Mapa baseado em MEDRANO, Lília Inês Zanotti de. A livre navegação dos rios Paraná e Uruguay: uma análise do comércio entre Império Brasileiro e Argentina (1852-1889). São Paulo: USP, 1989, Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989, p.114 e nas pesquisas realizadas em demais livros e documentos analisados. In: COLVERO, Ronaldo. Negócios na Madrugada. Passo Fundo: UPF, 2004. p. 98.

Dentro do espaço brasileiro, as sesmarias, na fronteira sudoeste do que se tornaria o estado do Rio Grande do Sul, funcionaram como princípio de onde mais tarde viria a ser os municípios de Uruguai, Itaqui e São Borja, vistos no mapa acima.

É importante aqui entendermos que estamos observando uma mesma região com diversas categorias. Assim, estes municípios, que estão na região Sul do lado brasileiro, fazem parte também da região que compreende a tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai, a zona de fronteira, onde a linha divisória seria demarcada como limítrofe nas águas do Rio Uruguai e em parte do Rio Quaraí, conforme pode ser visto no mapa acima.

É importante destacar que os contingentes populacionais acabariam constituindo-se em cidades gêmeas com os demais países da tríplice fronteira. Mas que antes, assistiu-se um tempo em que as fronteiras ainda estiveram indefinidas, e assim: “Durante todo o período das independências americanas,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

especialmente nas décadas de 1810 e 29, o Rio Grande do Sul funcionava efetivamente como um acampamento militar” (FÉLIX 1987: 24). As terras eram delimitadas por acidentes geográficos rios, matas, coxilhas, com a demarcação e o arrebanhamento do gado *vacum*, inicialmente efetuado pelos Bandeirantes, desenvolveu a economia voltada para a pecuária e evoluiu para a constituição das Estâncias<sup>11</sup>.

A atividade pastoril exercida no sul sempre foi atividade secundária para o poder central tanto na época em que o Brasil fora colônia de Portugal quanto no período do Império, já que o foco econômico foi nas atividades econômicas exercidas no centro, norte e nordeste do país, tais como: plantações de cana, café e a atividade mineradora das “*Gerais*”, mesmo assim, os lucros eram atrativos, o suficiente para os contingentes que se mobilizaram virem a ocupar o espaço da fronteira sudoeste.

Em 1831, a Regência criou a Guarda Nacional <sup>12</sup> e distribuiu entre os estancieiros e ricos comerciantes patentes militares. Para o grande proprietário era geralmente destinado o posto de coronel, tenente coronel ou major, mas a autoridade se instituía efetivamente pelo reconhecimento de seus liderados, pela aceitação de sua liderança, não só através de traços militares, mas, sobretudo, no papel carismático que o coronel desempenhava, caracterizava-se assim como um caudilho “... é necessário sublinharmos a existência dos caudilhos no Rio Grande do Sul, em face do tipo de ocupação militarizada que ocorreu no sul do país.” (FÉLIX 1987:22) este autoritarismo encontraria seu período de auge no final do Império e início da República quando se caracterizaria em práticas bem definidas de mando com influencias no meio político.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup>As Estâncias eram constituídas na fronteira oeste por longas extensões de terras onde o gado em pé era arregimentado a fim de ser engordado e preparado para o abate nas charqueadas ou o transporte por tropeiros que venderiam as rezes para o mesmo fim, o de alimentarem a mão-de-obra escrava do centro e norte do país

<sup>12</sup>A Guarda Nacional foi criada em 18 de agosto de 1831, pela Regência, a fim de transformar o latifúndio em posto militar para salvaguardar as fronteiras Brasileiras. CARONE, Edgar, *Coronelismo: Definição, Histórica e Bibliográfica*, Rio de Janeiro: Revista Adm. Emp. 1971. p. 85 a 93.

<sup>13</sup> O conceito de Coronelismo define, em geral, as práticas dos mandatários locais identificando-os como os homens bons (ricos) quando nas regiões das sesmarias praticamente inexistente a ação



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

No século XIX o desenvolvimento de um ciclo pastoril-militar na região (FRANCO 1958: 3), posterior às Guerras da Cisplatina, caracterizou uma nova estrutura social na fronteira que se fortaleceu pelo desenvolvimento da economia e devido ao distanciamento da autoridade institucional do poder central, proporcionou um amplo apoderamento e hegemonia dos proprietários, “as lutas locais entre uruguaios e argentinos repercutiam nos ataques às estâncias gaúchas, e nem mesmo a paz de 1828 trouxe tranqüilidade a fronteira” (PICCOLO 1985. p.35, 43 e 51) uma vez que

[...]cuando, después de 1810, empieza a escasear el ganado salvaje o cimarrón y se extiende la propiedad privada, se acentúan sobre estos <vagos y mal entretenidos> los procedimientos coercitivos para controlar el robô y el contrabando de ganado, para obtener mano de obra para los hacendados, trabajadores forzosos para las obras públicas, o soldados para as milícias y los ejércitos de frontera. .”(SARMIENTO, 2009: 58)

Além das terras, que adquiriram, também lhes foi delegada a autoridade legal do local. No lado brasileiro a partir da Lei de Terras<sup>14</sup>, em 1850, as terras passaram a possuir caráter legal, contribuindo ainda mais para firmar as fronteiras e o poder local dos estancieiros baseado no patrimonialismo, no poder econômico e no poder político que adquiriram.

A formação da sociedade senhorial do sul pode ser divisada em dois momentos, o primeiro - na fase da conquista do espaço, no qual a atividade econômica e social da região estava subordinada aos interesses diretos do poder central português, a ocupação do espaço fronteiro foi empurrando as

---

do Estado. “Segundo Edgar Carone, em *Coronelismo: Definição Histórica e Bibliográfica*, relata que a eles caberá durante o Império e até na República o (...) arrogo no direito de todos os atributos legais”. CARONE, Edgar, *Coronelismo: Definição Histórica e Bibliográfica*, Rio de Janeiro: Revista Adm. Emp. 1971. p. 85 a 93.

<sup>14</sup> Lei de Terras 1850, definitivamente serve para tornar as super-estruturas do coronelismo reforçadas . para se ter uma idéia mais clara veja em <<http://WWW.webhistoria.com.br/lei1850.h-ml>>



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

fronteiras para o sudoeste com o avanço ocupacional militar via distribuição de sesmaria e concessão de patentes militares da guarda nacional. O segundo - quando os interesses dos proprietários superaram os interesses do poder real português e posterior Império brasileiro. A autoridade dos chefes de bandos e guerrilheiros locais passaram a coexistir com a ordem estatal-patrimonial representada pelos funcionários e militares portugueses e brasileiros.

E na formação do contingente populacional desta região, além do proprietário sesmeiro português, imigrantes de origem europeia, escravizados de origem africana, e o bandoleiro ou fora da lei, típico dos Pampas, especializado no roubo de montarias, assaltos e barbarismos, também havia o índio (Charruas, Minuanos, Guaranis e etc.), primeiro habitante e verdadeiro donatário, que fora quase exterminado pelo branco. Nas então incipientes fronteiras do sul do Império têm-se o elemento miscigenado

Los portugueses que habian fomentado la cria de gauchos fueron los primeros en sufrir sus consecuencias. ....aprendieron, es verdad, todas las artes gauchas para la vida pastoril, pero tambien adquiriraon todas lãs manãs y vícios gauchescos.[...] La palabra... “guascho” serviria para distinguir al individuo que se bastaba a si mismo, carente de padre conocido y em ocasiones hasta de madre...sinónimo de bastardo, hasta el puente de que la simples imputación amistosa hacia llevar instintivamente la mano al cuchillo, y es todavia una injuria gravisima....se descompusiera em dos significados distintos, “gaucho” , nombre que se dió así mismo el mestizo con orgulho porque ... guacho se definió despectivamente para el hijo de nadie, y gaucho para el mestizo valiente.(Corbiere apud Vilella 1965: 37)

É importante destacar que já havia nesta região a existência de muitos povos indígenas que não tinham a concepção de Estado-Nação e que para eles não fazia nenhum sentido pois a noção de divisão fronteira e de caráter



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

expansionista chegaria somente com a dominação do colonizador.<sup>15</sup> Consideramos, assim, que os guaches, mestiços que de início viviam soltos, dormindo sob toldos de couro cru e sem paradeiro nem destino, aos poucos foram sendo mesclados e arregimentados nas milícias dos latifúndios<sup>16</sup>, originando os gaúchos da fronteira sudoeste, comuns em toda a região do Pampa

[...]La falta de seguridad y la ilegalidad crónica de las áreas rurales puso al arbitrio [...] del estanciero a buen número de pobladores pobres, sin acceso a la propiedad de la tierra y sin incentivos reales para el trabajo estable, habituados desde los tempos coloniales a circular libremente por la pampa y a valerse de suganado los habitantes de la campaña estuvieron obligados a llevar siempre consigo la <papeleta de conchavo> documento que certificaba su ocupacion fija, firmada generalmente por el estanciero al que servía y por el juez de paz, debía ser renovado cada tres meses y no autorizaba a la libre circulación por la campaña. La falta de permiso o de la papeleta se condenaba con cinco años de servicio en la frontera, casi siempre o en trabajos forzados.”( SARMIENTO, 2009: 59)

Estes gaúchos passariam a ser submetidos ao jugo dos latifundiários e das suas ideologias elitistas, “ lutando pelos interesses materiais dos que detêm a liderança, seja através de Estado, seja através de uma dominação ideológica que tem base no processo de produção da riqueza material”.(GENRO, 1980: 92)

Em meados do século XIX, foi determinante a participação dos donos de terras que ao assumirem a liderança defensiva das fronteiras cujas suas terras particulares também fazem parte, confundiam-se com benfeitores sociais, sendo que o mesmo chefe correspondia ao posto militar e a de proprietário chefe do bando de guerrilheiros. “... Este chefe – o caudilho... tão logo acaba a luta na

<sup>15</sup> Ver mais em BARROSO, Vera Lucia Maciel. História Geral do Rio Grande do Sul. Colônia. Vol. I Cap. VIII – O Tropeirismo na formação do Sul. Méritos Editora, Passo Fundo. 2006.

<sup>16</sup> Grande propriedade rural com áreas não cultivadas e ou onde se pratica alguma cultura não dispendiosa.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

qual se envolvera dissolvia o bando, mas mantinha a liderança, na qualidade de estancieiro prestigiado, cercado de seus dependentes: peões, agregados, protegidos e escravos. (FÉLIX 1987: 25).

### **Abordagem da história regional no espaço de fronteira: do lado brasileiro, o município de Uruguaiana**

O conceito de região vem se re-significando ao longo dos tempos, tanto que, para a historiadora Ana Luiza Setti Reckziegel (1999: 15-16), na antiguidade Romana, o nome *regione*, denominava as áreas, que mesmo tendo uma administração local, eram subjugadas pela administração centralizadora de Roma. Já no período da Idade Média, os senhores feudais tiveram o poder e a autonomia sobre as regiões a eles submetidas. A seguir, no interregno do período moderno, se deu ênfase ao significado de região voltado ao aspecto geográfico. E, já na Idade Contemporânea, com a nova re-significação do Estado, com o advento do nacionalismo e a regionalização, apareceu uma nova disposição para se discutir a ideia de região ligada à política.

Para a historiadora Claudia Viscardi em seu entendimento quanto aos aspectos da História Regional, alerta que não seria um método e por isso não possui um corpo teórico próprio, e sim seria uma opção de recorte espacial do determinado objeto de estudo. Isto foi possível, quando os historiadores da Escola dos *Annales* renovaram a utilização da História Política, que alimentada pela interdisciplinaridade se desenvolveu nos estudos de pesquisadores de história agrária nos idos da década de 1970, valendo-se da Geografia, Demografia e fontes ligadas ao espaço regional, e com isto tinha-se

[...] a possibilidade de comparação entre diferentes situações históricas, contribuindo para a produção de uma síntese, a nível macro-espacial, uma vez que cada região não poderia ser vista deslocada do todo em que se encontrava inserida. Além do mais, o recorte regional permitia o esgotamento das fontes





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

disponíveis para a pesquisa, garantindo a veracidade dos resultados. A homogeneidade das fontes seria outro elemento facilitador decorrente dos estudos regionais. (VISCARDI 1994: 85)

Entendemos que no espaço estatal do município, primeira célula organizacional do Estado-Nacional, é possível analisar as relações do poder local aqui entendido como sendo aquele em que se dá identificado ao poder político e considerando o poder econômico, social, cultural e até simbólico.

Neste sentido um espaço socialmente construído com história e memória próprias, com identidades e práticas políticas determinadas, em que se revela atores e ações impostas ou ofertadas atendidas ou não por outros e, então, as alianças e os conflitos para levar em conta uma variedade de forças que se enfrentam ou se associam, condicionadas ao objetivo e ao momento, da influência das elites e do poder político do Estado serão possíveis de serem observadas com suas especificidades e diferenças em uma análise com a abordagem regional.

É importante que a região, como estamos vendo até aqui, possa ser abordada em diferentes categorias, mas devemos observar os aspectos que as identificam e distinguem para que seja possível uma análise satisfatória sem que misturemos estas categorias definidas como sendo o município, o estado e o país. Assim é que quando aproximamos o foco é possível verificar a região que se consolidou no século XIX.

Na tríplice fronteira, a estância pastoril, formada por estratos sociais de senhores, agregados e escravos, foi o núcleo fundamental de onde se originam as relações sociais e políticas, constituídas pelo latifúndio, que é semelhante em suas formas gerais ao desenvolvido pelo lado brasileiro e encontrara na Argentina e no Uruguai seus espaços correspondentes.

Por volta de 1845, teremos o desenvolvimento dos núcleos urbanos, pequenos povoados que foram crescendo na medida em que o desenvolvimento



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

das relações econômicas entre os países desta região da tríplice fronteira, o Pampa, foram se estabelecendo em maior escala. Do lado brasileiro, no Estado do Rio Grande do Sul, citamos algumas cidades gêmeas que na zona da fronteira tomaram forma: Uruguaiana, Itaqui e São Borja, divisadas pelo rio Uruguai, correspondiam do lado argentino às cidades de Restauracion(mais tarde Passo de los Libres), La Cruz(depois Alvear) e São Tomé. Uruguaiana na época também se localizava junto à cidade Uruguai de Belén, ali se dava o encontro entre os três países.

O comércio, em paradoxo ao posicionamento geopolítico militar defensivo que era estratégico da fronteira, também possibilitou o contato através do rio Uruguai e a bacia do Prata com a Argentina cidade de Buenos Aires e Uruguai, cidade de Montevideú, entre outras da região.

A Argentina, independente da metrópole Espanha desde 1810, recebia no porto de Buenos Aires muitos navios europeus, viveu na primeira metade do século XIX um período de auge, chegando a se comparar com a França<sup>17</sup> “Buenos Aires se cree una continuación de La Europa; y si no confiesa francamente que es francesa y norteamericana em su espíritu y tendencias, nega su origem español, porque El gobierno español, dice , La há recogido después de adulta”( SARMIENTO, 2009: 120). O contato e as trocas possibilitariam também a vinda de imigrantes ingleses, franceses e alemães para a região.

Já em relação ao Uruguai, temos uma fronteira seca que se inicia, como já vimos, na tríplice fronteira Brasil/Argentina/Uruguai e que até a década de 1850 ainda estaria em disputa<sup>18</sup>, receberia muitos imigrantes europeus e também brasileiros que se tornariam grandes proprietários dentro do Uruguai. Mas o que observamos é a importância das municipalidades ao proporcionar uma zona de contato entre os países.

---

<sup>17</sup> SARMIENTO, Domingo Faustino. Como já vimos, descreveu em sua obra *Facundo*, como era a vida do típico caudilho argentino e também retratou o desenvolvimento da Argentina no século XIX.

<sup>18</sup> Ver mais em: GOLIN, Tau. *História Geral do Rio Grande do Sul. Império. Vol. II Cap. XXI – As Fronteiras Sulinas*. Méritos Editora, Passo Fundo. 2006.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Este entendimento sobre a região, possibilita que compreendamos como foi possível o surgimento da oligarquia de estancieiros-soldados e o envolvimento na política e administração da municipalidade, em meados do século XIX e ao mesmo tempo em que o espaço urbano, refletiu as relações da estância, onde a atividade pastoril formava a base econômica da região em questão.

Em Uruguiana, os códigos de posturas municipais continham artigos que regulavam o dia a dia local e tratavam do interesse privado. O Município de Uruguiana desempenhou papel importante na questão da demarcação da fronteira, no aspecto administrativo a municipalidade funcionou como marco do domínio do Império brasileiro que se situava exatamente no encontro da divisa dos três países.

O interessante é que nasceu no período de um conflito interno entre o Sul e o poder central do Império<sup>19</sup> embora consideremos que o povo fosse profundamente distante dos seus fatores geradores e já houvesse circulação de gentios no local, assim é que surgiu Uruguiana, idealizada pela estratégia da República rio-grandense, no dia 24 de fevereiro de 1843, na localidade onde havia um posto militar, previa ainda, caso necessário, o uso do local para a retirada das tropas da república rio-grandense.

Domingos José de Almeida<sup>20</sup>, escolheu o local às margens do rio Uruguai e o povoado, foi se desenvolvendo favorecido pelas transações econômicas na tríplice fronteira com a Argentina e o Uruguai. Terminada a revolta e restabelecida a ordem no Rio Grande do Sul, foi o povoado elevado em 1846, por lei, primeiro, à sede de novo município, separando-se de Alegrete e, a 29 de maio do mesmo ano, à categoria de vila. Já no ano seguinte, foi instituído pela

---

<sup>19</sup>A Revolução farroupilha, (1835-1845) pela insatisfação de parte dos estancieiros, devido às altas taxas com sal, prejuízos no negócio do charque, que como já vimos no início do texto, era considerado como economia periférica e complementar do Império no Brasil, já que constituía outros interesses como atividade econômica principal, somado a isso havia também a falta de ressarcimentos com despesas de tropas e o isolamento junto ao Poder Central.

<sup>20</sup>Neste período de dez anos da revolução farroupilha, o Rio Grande do Sul esteve a ponto de separar-se do Império, inclusive sendo em vários momentos amparado pelos demais países – Argentina e Uruguai.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Câmara de Vereadores o Código de Posturas, em 24 de abril de 1847, com as disposições legais que regulavam as relações sociais.

Os estancieiros e os comerciantes constituíram o poder local como vereadores na Câmara Municipal de Uruguaiana e legislavam em causa própria. No Código de Posturas Municipais em 1849, registradas no livro de Atas, indicam as condições em que os fiscais, nomeados naquela casa, deveriam proceder na arrecadação dos impostos e na prestação de contas para a mesa de arrecadação municipal, para evitar o comércio ilícito (o contrabando e o descaminho) que também era prática comum.

Instruccões por que se devem reger os fiscaes agentes nomeados pela Camara Municipal da Uruguayana para os deferentes districtos do seu Município.[...]Art. 4º=Ninguem podera vender couros cavallares ou vacuns, sem ser registrados pelo Fiscal do Destricto, ou seu Agente, e deverão ir acompanhados por tres registros, na mesma forma que se delibera para o gado no artigo 1º. Alem disso, cada couro vira contramarcado com a marca do vendedor. Art. 5º= Os couros achados sem estas formalidades serao embargados e depositados, sendo immediatamente dado parte o Fiscal a autoridade policial mais immediata para esta proceder na forma da Lei. Art.6º Qualquer agente ou Fiscal que não observar o disposto nos anteriores artigos, sera demitido imediatamente.[...] Villa de Uruguayana. Livro de Registro.(1849-1861)<sup>21</sup>.

O contrabando teve contribuição importante também na questão dos contatos estabelecidos na região e oficialmente foi combatido pelos órgãos governamentais centrais, mais largamente utilizado pelas populações locais, gerando enriquecimento na economia junto com os postos militares e o

---

<sup>21</sup> Este consta no Livro de Registros das Atas da Camara de Vereadores de Uruguaiana(1849-1861). Acervo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini. Uruguaiana. Arquivo Sala Raul Pont. P. 6v. – 7v.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

controle alfandegário também deram importante contribuição na relação administrativa das povoações <sup>22</sup>.

O espaço urbano de Uruguaiana foi projetado e construído com quadras e ruas largas, e o casario, que logo se proliferou chegou em meados do século XIX, a ter mais de cem casas habitadas às custas das atividades pastoris e do comércio lícito e ilícito, que das Estâncias geravam grande parte da sua riqueza que eram exportadas pelo porto fluvial até o Prata. O volume de importações também era grande, já que os navios europeus que atracavam em Buenos Aires e Montevideu traziam mercadorias que eram caboteadas para o comércio, mas que possibilitava o contato das populações dos diferentes países. Estas populações em grande parte viviam alheias aos tratados políticos e estabeleceram relações de simbiose entre si

De todos estos ríos que debieran llevar la civilización, el poder y la riqueza, hasta las profundidades más recônditas del continente [...] tantos pueblos nadando em riquezas y rebosando población y cultura, sólo uno hay que es fecundo em beneficio para los que moran em sus riberas: el Plata, que los resume a todos juntos. [...] Los ríos Paraná y Uruguay, y su extensa red de tributarios, al confluir hacia el Atlántico originon el Plata, amplio estuario em el que se asientan los puertos de Buenos Aires y Montevideo, únicas puertas al territorio y al tráfico ultramarino em el Atlántico Sur. El sistema constituye la importante cuenca del Plata, que ocupa 3.000.000Km<sup>2</sup>. (SARMIENTO. 2009: 58-59)

O historiador Arthur Ferreira Filho observou que as transações do porto uruguaianense chegariam a superar as do porto de Rio Grande. Isto porque em Rio Grande o porto não oferecia as melhores condições de calado e se ligava diretamente ao oceano atlântico. A profundidade do porto de Rio Grande em

---

<sup>22</sup> Ver mais em COLVERO, Ronaldo Bernardino. Negócios na madrugada: O comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF.2004.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

1800 era de 4,40m, em 1849 chegou a 3,60m, em 1860 tinha 2,20m e em 1883 só 2m. Tornando inviável qualquer operação naval naquele espaço portuário, mesmo a cabotagem seria arriscada, considerando as correntes marinhas imprevisíveis que ali se constituíam.

Ainda na revolução farroupilha as condições do porto de Rio Grande e a necessidade de ligação com Buenos Aires e Montevideu obrigaram uma estratégia para a manutenção do porto de Uruguaiana em detrimento da economia da República Farroupilha. O historiador Ronaldo B. Colvero na obra *Negócios na madrugada: O comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*, abordou também a movimentação nos portos. Baseados nos Relatórios do presidente da província do Rio Grande do Sul à Assembléia Provincial, 1850-1870, RJ e na análise de Colvero, citamos alguns itens do período: De 1850 a 53.

Enquanto no porto de Rio Grande as transações foram de até 400.000.000, as transações do porto de Uruguaiana, no mesmo período chegaram a 500.000.000. A diferença se tornaria ainda maior quando verificamos no exercício de 1856 a 1857, quando o porto de Rio Grande teve o volume de 200.000.000, Uruguaiana chegaria à casa de 800.000.000, também no mesmo período. O que podemos supor também é que além de toda a efervescência econômica na região, dava-se também o contato entre as populações: hábitos, comportamentos e convivências, contribuíram na consolidação da tríplice fronteira.

O Brasil ao longo do século XIX participou ativamente nas questões platinas, quatro foram elas, dentre as quais a mais acirrada foi a guerra do Paraguai. A guerra deixou sua marca na tríplice fronteira, no Rio Grande do Sul, em 5 de agosto de 1865, a vila de Uruguaiana, já com 450 residências e 2.500 habitantes, foi invadida e tomada pelas tropas paraguaias comandadas





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

pelo coronel Antonio de La Cruz Estigarríbia<sup>23</sup>, por conta da guerra entre os aliados: Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai.

A ofensiva pelo Paraguai se deu com 7.300 homens, enquanto Uruguaiana contava de início, para sua defesa com 380 homens comandados pelo Capitão Joaquim Antonio Xavier do Vale, o Tenente Floriano Peixoto e, ainda, dentre eles um piquete de voluntários comandados pelo Coronel e estancieiro Bento Martins de Menezes. Assim, a cidade de Uruguaiana foi arrasada pelo exército paraguaio. Durante 45 dias seguiram-se saques, degolas e incêndios. Aqueles que ficaram e escaparam das lâminas assistiram suas moradias, casas de negócios, lojas e comércios pilhados e queimados; seus poços artesianos obstruídos ou envenenados.

Os exércitos da tríplice aliança cercaram e retomaram a vila, as tropas aliadas foram comandadas na rendição pelo Imperador Dom Pedro II. A tríplice fronteira assistiu a capitulação dos paraguaios<sup>24</sup>. Com estes eventos, a tríplice fronteira serviu como palco para a aliança entre os países e no jogo de disputa entre os Estados-nação contra o Paraguai o conflito se desenrolaria até março de 1870. Continuariam também as disputas pela hegemonia na geopolítica entre os países da tríplice fronteira, mas ao mesmo tempo as populações também não deixaram de manter contato, trocando experiências, convivendo e relacionando-se

[...]contava com uma linha de vapores com escalas regulares nas povoações argentinas de Concepción, Monte Caseros, Libres, La Cruz, Sam Martin, Alvear e Santo Tomé e as cidades brasileiras de São Borja, Itaqui e Uruguaiana. Havia uma linha de navegação pelo Ibicuí, da firma Bárbara e Filhos, até Cacequi, onde se estabelecia a ligação com a capital do Estado. Além disso, numerosas lanchas navegavam permanentemente entre Uruguaiana e Paso de los Libres. A principal atividade econômica de Uruguaiana era a pecuária, mas algumas indústrias ali se desenvolveram[...]. As fábricas e oficinas

---

<sup>23</sup> Comandante militar Paraguai, responsável pelas ofensivas militares a São Borja, Itaqui e Uruguaiana.

<sup>24</sup> Os detalhes são narrados por VILLELA, Urbano Lago, Atalaia da Pátria. O homem, o meio e a história. Cap.VI Tomada e Cerco da Vila de Uruguaiana. 2ª ed. Canoas: La Salle.1965.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

atingiram, naquela época, o número de cento e trinta e oito. (SILVA, 2001, p. 20-21; 23-24).

No século XIX, Uruguaiana e as demais cidades da região de fronteira tiveram importante papel como zona de contato entre os países da tríplice fronteira e no processo de desenvolvimento de zonas urbanas. Como vimos também, comerciantes e estancieiros comemoraram a instalação da estrada de ferro, que se somou à navegação pelo rio Uruguai e aproximou mais ainda de outros centros urbanos na região da tríplice fronteira.

### **Considerações Finais**

Em nossa análise da tríplice fronteira Brasil/Argentina/Uruguai, buscamos através da geopolítica e no desenvolvimento das populações analisar no recorte regional e contextualizar o espaço na fronteira sudoeste do que se tornou Rio Grande do Sul, que com a ocupação beligerante e economia fundada na atividade pastoril, compuseram nas bases para a sustentação da fronteira e estabeleceram através de contatos com os demais países do Prata, via comércio lícito e ilícito um ponto favorável no contato entre os contingentes populacionais desta região de fronteira.

O poder central ao investir na demarcação das fronteiras ao sudoeste do Rio Grande do Sul, com a distribuição de terras, buscou externar os custos do projeto de dominação geopolítica na região, acarretando na perda de parte do controle estatal, tendo que dividir com o lugar-tenente, que aqui se estabelecia: o Coronel Estancieiro. Desta forma, também vimos que em meados do século XIX, o poder local estabelecido amparou-se na política e na economia da tríplice fronteira no sudoeste do Rio Grande do Sul, o que justificaria a necessidade, em nosso entendimento, de aprofundarmos os estudos desta região através da abordagem regional.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Véra Lucia Maciel. *História Geral do Rio Grande do Sul. Colônia. Vol. I Cap. VIII – O Tropeirismo na formação do Sul.* Méritos Editora, Passo Fundo. 2006.

CARBONARI, Maria Rosa. *De cómo explicar La región sin perderse em El intento. Repasando y repensando La Historia Regional.* História Unisinos, 13(1): 19-34, Janeiro/Abril 2009.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. *Negócios na madrugada: O comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul.* Passo Fundo: UPF.2004.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política.* Editora Mercado Aberto. Porto Alegre.1987

GENRO, Tarso Fernando. *RS, tradição jurídica e relações políticas: um estudo introdutório In RS: cultura e ideologia,* Mercado Aberto. Porto Alegre. 1980.

GOLIN, Tau. *RS: 200 Anos Definindo Espaços na História Nacional. Cap.II, Construindo a integração no Estado colonial e no Estado nacional: a questão do espaço sul-rio-grandense.* UPF Editora, Passo Fundo. 2002.

\_\_\_\_\_. *A guerra guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul.* 3ed. Passo Fundo: UPF Editora .2004

\_\_\_\_\_. *História Geral do Rio Grande do Sul. Império. Vol. II Cap. XXI – As Fronteiras Sulinas.* Méritos Editora, Passo Fundo. 2006

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco.* Méritos Editora. Passo Fundo, 2007.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era do Capital.* Paz e Terra, São Paulo/SP, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Era das Revoluções.* Paz e Terra, São Paulo/SP, 1996.

PONT, Raul. *Campos Realengo : formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Renascença, 1983. V. I.

\_\_\_\_\_. *Campos Realengo : formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Renascença, 1983. V. II



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

PORTELLA, Giovani. *Das “Terras de Ninguém” À vila de Uruguaiana*. 3ª ed. Revista Oficina de História, PUCRS: Uruguaiana, 2003.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A História Regional: dimensões teórico-conceituais. História: debates e tendências*. Passo Fundo: UPF p.15-22. Junho 1999.

SARMENTO, Domingo Faustino. *Facundo: Civilización y barbarie*. Buenos Aires: Beeme, 2009.

SILVA. Lúcia Silva e. *Uruguaiana e os Coronéis* – Porto Alegre: L.S.S. Evangraf, 2001.

VILLELA, Urbano Lago. *Uruguaiana, Atalaia da Pátria, o homem, o meio e a história*. 2ed. Canoas: La Salle, 1965.

VISCARDI, Claudia. *História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas*, Locus: revista de história. Juiz de Fora, 1994 v.3, n.1

WEISTEINS, Bárbara. *História Regional versus história Nacional: repensando as categorias de uma perspectiva comparativa*. Territórios e Fronteiras. Revista do PPGH da Universidade Federal do Mato Grosso. 2003.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

ARQUIVO HISTÓRICO DO CENTRO CULTURAL DR. PEDRO MARINI DE URUGUAIANA, *Livro de Atas da Câmara de Municipal de Uruguaiana, 1847*.

ARQUIVO HISTÓRICO DO CENTRO CULTURAL DR. PEDRO MARINI DE URUGUAIANA, *Livro de Registros das Atas da Câmara de Vereadores de Uruguaiana, 1849-1861*.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**IMPrensa BRASILEIRA E MERCOSUL: A PROPOSTA  
SOLIDARISTA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DOS JORNAIS  
BRASILEIROS (1991-2011) \***

Magno Klein Silva \*\*

Em seu livro *On Global Order*, Andrew Hurrell aponta aquelas que para ele seriam as três atuais maneiras de se entender a ordem política global. Um entendimento que parte da Escola Inglesa das relações internacionais.

A primeira é a visão mais tradicional, a pluralista. Esta leitura entende o mundo composto por uma miríade de Estados soberanos e separados. Mesmo que confirmando as boas possibilidades que a cooperação e a legislação internacional possam vir a produzir, seus seguidores são céticos a respeito da capacidade destas ferramentas em garantir a estabilidade e a paz internacional. A sobrevivência e a coexistência são temas-chaves para este grupo que valoriza a percepção da heterogeneidade do sistema internacional.

Outra maneira de se pensar a ordem global ganhou força a partir dos anos 90, com o fim da guerra fria e a ascensão dos valores dos países centrais do Ocidente. Hurrell os denomina de solidaristas liberais (*liberal solidarists*). Este grupo acredita que o ambiente internacional é composto por entidades com um grau relativamente alto de compartilhamento de normas, regras e instituições. Por isso, seria desejável a ampliação dos regimes internacionais, e certamente da sua aplicação sobre aqueles que se recusam a respeitar premissas básicas do sistema internacional. Temas como direitos humanos e liberalização comercial são caros a esta linha de pensamento. Os solidaristas liberais acreditariam que o ambiente internacional seria uma *comunidade*, composta por semelhantes, e

---

\* Esta comunicação é o desenvolvimento de um estudo de maior fôlego ainda não publicado e que é intitulado *Tirando do papel: A integração sul-americana em jornais brasileiros (2000-2011)*.

\*\* Bacharel em História e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada pela UFRJ. É bolsista CAPES e membro do grupo de pesquisa 'Caminhos da Integração Sul-Americana' do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – UFRJ. Email: magnoklein@gmail.com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

por isso seria justificada a redução da soberania de seus membros, em busca de uma interdependência e na formação de meios de coordenação e cooperação em busca de objetivos “globais”. Diferem, assim dos pluralistas que definem como uma *sociedade* o ambiente internacional.

A terceira proposta se baseia na ideia de uma governança complexa ao redor e além dos Estados nacionais. Originada nas bases do solidarismo liberal, leva adiante muito dos seus entendimentos, como a formulação de leis internacionais a partir de novas bases além das estatais, a participação no sistema internacional de atores privados do mercado e de grupos da sociedade civil e o desenvolvimento de mecanismos de governança concebidos através de redes transacionais e transgovernamentais. Influenciados pelo processo de globalização, acreditam que as distinções entre política doméstica e internacional são cada vez menores e em todas as esferas do público e do privado, em geral. Não caberia mais ao Estado a primazia na formação do sistema internacional.

A política externa do governo Lula poderia ser apontada como mais influenciada pelos posicionamentos do grupo pluralista. Mesmo que entendamos que a construção da política externa de um Estado é fruto da luta de diversos grupos de interesses, dos mais variados posicionamentos intelectuais de seus formuladores e grandemente conectada com a conjuntura internacional, a tradição da política externa brasileira – em boa medida acompanhada no governo Lula – foi de respeito à soberania dos Estados e a autodeterminação dos povos.

Os jornais brasileiros de grande circulação, ao longo dos últimos anos, vêm demonstrando apoio a um entendimento da política internacional conectado ao respeito aos direitos humanos e à maior participação brasileira nos regimes internacionais de corte liberal – como o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e a Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos –, o que incluiria a defesa de uma posição brasileira em prol do livre mercado e da democracia ao longo do globo (repare as críticas ao Brasil





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

pela aproximação de ditadores). É por isso que indicamos que o discurso político dos jornais brasileiros de maior circulação segue um padrão próximo ao solidarismo liberalista. Tal caráter parece encaixar muito bem nestes veículos de comunicação que já tradicionalmente vêm defendendo posturas liberais, como abertura econômica e menor participação do Estado na economia.

As disputas a respeito do andamento da política externa do país entre imprensa liberal e governo têm nestas diferenças de percepção do mundo um ponto importante, além é claro do esperado jogo político e da necessidade encontrada por estes jornais em se colocar na oposição a um governo petista.

Definir a imprensa brasileira como portadora de uma leitura *solidarista* do cenário internacional contribui para apontar que a defesa de instituições internacionais como as Nações Unidas ou a defesa do projeto de união econômica da Europa<sup>1</sup> fazem parte de um pensamento político estruturado, com embasamentos teóricos, e que podem assim ser mais facilmente relacionados com outras unidades de pensamento divergentes.

Nossa expectativa nesta pesquisa é encontrar nos jornais brasileiros o apoio ao desenvolvimento do *Mercosul*<sup>2</sup> em bases eminentemente econômicas, mas com grande ênfase na construção de mecanismos supranacionais e de delegação de soberania.

Para a apresentação deste estudo, em um primeiro passo analisaremos quais são as fontes escolhidas para esta pesquisa e quais são seus históricos e sua identidade política. Em seguida, abordaremos como estes jornais pensaram o andamento do *Mercosul* e quais foram seus entendimentos do estado do bloco. Por fim, analisaremos as possibilidades de compreensão da imprensa brasileira a partir da ótica solidarista.

---

<sup>1</sup> A percepção de que a Europa é uma instituição de base solidarista não é consenso entre os pesquisadores. Afinal se poderia apontar que a UE ainda tem traços vigorosos de uma sociedade pluralista. De qualquer modo, neste trabalho o que nos chama atenção é a ênfase nos aspectos solidaristas que são destacados pelos periódicos brasileiros. Para um debate específico sobre a questão: JACKSON, 2008.

<sup>2</sup> Para evitar confusões durante a leitura, optamos por apresentar os nomes dos jornais e dos organismos regionais em itálico, diferenciando-os dos nomes comuns.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## AS FONTES

### *Correio Braziliense – ‘Você à frente de tudo’*

Dentre os jornais de relevância nacional, o *Correio Braziliense* é um dos mais novos. Seu nascimento coincide com a fundação de Brasília, em 21 de abril de 1960. É propriedade do grupo Diários Associados, um conglomerado de mídia que possui rádios, emissoras de tevê, vários jornais de grande circulação, portais de internet e revistas, e que foi fundado pelo lendário Assis Chateaubriand.

Localizado no coração da vida política do país, se aproveitou desta vantagem para galgar destaque no noticiário político e até para superar um volume de circulação acanhado diante dos demais veículos de prestígio equivalente – são atualmente 60 mil exemplares diários. De qualquer modo, o *Correio Braziliense* é o principal jornal de Brasília, o de maior circulação na região Centro-Oeste e um dos 20 jornais diários de maior circulação do país<sup>3</sup>.

Sua linha editorial possui caráter conservador e como os outros grandes veículos de comunicação da época apoiaram o golpe de 64 como o marco de uma revolução democrática<sup>4</sup>. Recentemente, esteve ligado à agitação da vida política do governo do Distrito Federal, se colocando como adversário ao governador pelo extinto Partido Trabalhista Renovador, Joaquim Roriz (1991-1994). Durante o ano de 2010, O *Correio* foi criticado por sua cobertura parcial do caso conhecido como o *mensalão do Dem* e por tentar reduzir a importância do envolvimento do governador José Roberto Arruda (2007-2010) no escândalo de corrupção<sup>5</sup>.

Ao longo da última década, o *Correio Braziliense* se pautou como um jornal de oposição ao governo Lula e talvez o último caso de denúncia de

---

<sup>3</sup> EXTRA ONLINE. **CIRCULAÇÃO DE JORNAIS AUMENTOU 2% NO PAÍS EM 2010**. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/economia/circulacao-de-jornais-aumentou-2-no-pais-em-2010-960465.html>>. Acessado em: 31/01/2010.

<sup>4</sup> CORREIO BRAZILIENSE, 16/04/1964.

<sup>5</sup> ARAÚJO, Washington. **Panetones na redação**. Observatório da Imprensa. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=567JDB002>>. Acesso em 29/01/2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

corrupção de seu mandato possa servir de exemplo das posturas deste periódico. Ao longo dos dias em que a imprensa brasileira narrou as suspeitas ao redor da então ministra Chefe da Casa Civil, Erenice Guerra, o jornal teria tomado posturas parciais, ao ceder mais espaço para a oposição criticar o governo do que este para se defender<sup>6</sup>.

### *O Estado de São Paulo – Seu conhecimento*

Em comparação com o jovem *Correio Braziliense*, o *Estadão* é o mais antigo jornal brasileiro em atividade, tendo sido fundado em 4 de janeiro de 1875. Manteve tradicionalmente um controle familiar da direção do jornal até os dias de hoje, sob o comando dos descendentes de Júlio César Ferreira de Mesquita. É o quinto jornal mais lido – o primeiro na grande São Paulo –, um dos mais influentes do país e onde a editoria internacional possui uma das maiores coberturas entre todos os outros veículos de comunicação do Brasil.

Sua história esteve diretamente ligada à ascensão das oligarquias paulistas, no início vinculadas ao café, e hoje ao grande parque industrial do estado. Assim, os primeiros anos do jornal foram marcados pela defesa das ideias da elite cafeeira, como a luta pela descentralização política e administrativa, pelo fim da escravidão e da monarquia e a favor da separação entre o Estado e a Igreja. Participou ativamente da oposição ao primeiro governo Vargas, tendo apoiado a revolta paulista de 1932 conhecida como Revolução Constitucionalista. Esta rivalidade levou a que o jornal fosse estatizado em 1940. Só cinco anos depois ele retornaria a seus antigos donos.

Desta data até o ano de 1964, o *Estado de São Paulo* seguiria o padrão dos jornais conservadores brasileiros e apoiaria plenamente a conservadora União Democrática Nacional (UDN), que dividia com o Partido Social Democrático (PSD) a liderança do Congresso Nacional. Se colocaria contrário a

---

<sup>6</sup> AMORIM, Washington Fagner Abreu Ramos. **O último abalo da Casa Civil**. Observatório da Imprensa. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=620DAC001>> Acesso em: 29/01/2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

todos os governos do período, sendo o último governo democrático, o de João Goulart, o que sofreu a mais forte oposição do jornal. O *Estado de São Paulo* participou ativamente da desestabilização do governo João Goulart, e sua diretoria fez parte das conspirações que levaram ao golpe de Estado de 1964. Sua postura era justificada na ideia de que Goulart manobrava para se manter no poder e tinha interesse em minar a liberdade no país e dar fim ao regime democrático<sup>7</sup>.

Durante a redemocratização buscou uma linha editorial mais independente de governos, intercalando críticas com manifestações de apoio ao governo federal. Animavam o jornal as políticas ligadas à liberalização política do regime, mas lhe desagradavam outros pontos, como a política externa que à época rejeitava o alinhamento automático aos Estados Unidos e se pautava por uma aproximação junto às nações africanas.

Durante os anos 1990, se destaca o apoio concedido às medidas liberalizantes na economia realizadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Luís Inácio Lula da Silva teve o jornal como seu crítico desde sua primeira disputa à presidência em 1989. Seu governo na presidência (2003-2010) também contou com o jornal na oposição.

Na busca por uma definição do caráter do jornal em sua linha editorial ao longo dos tempos, poderíamos afirmar que conservadorismo político e liberalismo econômico foram constantes. Contudo mais recentemente o jornal vem apresentando posturas mais liberais no âmbito social, chegando a defender a legalização do aborto em editorial. Exemplos desta guinada também são o apoio à candidatura de centro-esquerda de Michelle Bachelet à presidência do Chile e a crítica aos governos conservadores de George W. Bush e Nicolas Sarkozy.

---

<sup>7</sup> ABREU, Alzira Alves. **A participação da imprensa na queda de Goulart.** In: *Seminário 1964-2004: 40 anos do golpe*. Rio de Janeiro: 7letras, 2004. p. 24.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

### *O Globo – ‘Muito além do papel de um jornal’*

Assim como o *Estado de São Paulo*, *O Globo* possui uma administração familiar sob os auspícios dos descendentes do jornalista Irineu Marinho desde a fundação do jornal em julho de 1925. Por suas páginas, já circularam nomes fundamentais das letras e do jornalismo do país, como o Barão de Itararé, Nelson Gonçalves, Affonso Romano de Sant’Anna, Ibrahim Sued e outros. Atualmente a tiragem do jornal oscila em números próximos a 260 mil exemplares diários, o que o coloca na posição de o terceiro jornal mais lido do país<sup>8</sup>. *O Globo* apresenta orientação política conservadora em sua linha editorial e hoje conta com o jornalista Merval Pereira Filho no papel de chefe de redação e na função de principal colunista político.

No início de sua história, o jornal buscou um caráter popular acompanhando de perto o funcionamento dos trens da Central do Brasil e dos serviços de energia elétrica da Light. Tiveram apoio do jornal as reformas trabalhistas realizadas por Vargas e os programas de transferência de renda criados durante os governos Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva.

Mas as preocupações sociais não são a principal marca da linha editorial d’*O Globo*. No geral, ao longo de sua história, o jornal se mostrou bastante conservador em termos de reformas sociais. Acompanhando de perto os trabalhos da Assembleia Constituinte ao longo do ano de 1987, por exemplo, o jornal acusava a “prodigalidade nociva”<sup>9</sup> das propostas do texto a respeito dos direitos sociais. Havia a preocupação com o aumento dos custos da produção industrial e da economia em geral com os novos benefícios sociais definidos pela Carta.

Sua inconstância em questões sociais pode ser debitada em parte por uma visão bem definida de qual linha de desenvolvimento o país deveria adotar.

---

<sup>8</sup> CIRCULAÇÃO DE JORNAIS AUMENTOU 2% NO PAÍS EM 2010. In: **Extra Online**. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/economia/circulacao-de-jornais-aumentou-2-no-pais-em-2010-960465.html>>. Acessado em: 31/01/2010.

<sup>9</sup> O GLOBO, 18/11/1987.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*O Globo* tradicionalmente foi um defensor do neoliberalismo na economia, pregando ideias que ficaram identificadas com o economista brasileiro Eugênio Gudin (1886-1986). Ao longo de sua história, em poucos pontos o jornal foi tão estável quanto em sua postura de defesa da entrada de capitais estrangeiros – principalmente estadunidenses – no país, por exemplo. O determinante central da economia deveria ser o mecanismo de preços, os orçamentos governamentais deveriam ser equilibrados, e as emissões de moeda, fortemente controladas. A participação do Estado deveria ser contida. Este tipo de posicionamento liberal competiu com outras maneiras de pensar o desenvolvimento brasileiro, como a linha nacional-desenvolvimentista preconizada pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), muito presente nas diretrizes dos governos do período entre os anos 1945 e 1964, e com a linha nacionalista-radical defendida pelo Partido Comunista Brasileiro.

O jornal tradicionalmente se declarou independente de partidos, e muitos governos tiveram *O Globo* como opositor, como o governo Lula (2003-2010), em que os editoriais do jornal definiam frequentemente as posturas políticas do presidente como personalistas e populistas<sup>10</sup>. Um dos pontos em que mais se posicionou contrário a este governo foi a sua política externa. Para o jornal, o país sob o governo Lula desenvolveu uma diplomacia “terceiro-mundista”, “de esquerda”, que teria ignorado a excelência da tradição do Itamaraty, desenvolvendo uma política externa à parte do ministério. Uma “diplomacia do B” sob um “Itamaraty do B”. Percebeu uma ameaça ao país ao “isolamento diplomático”, mesmo que isso não se confirmasse nos discursos e práticas governamentais de potências como Estados Unidos, França, Rússia, China ou Índia<sup>11</sup>.

O jornal *O Globo* vem recentemente tomando posturas liberais no trato de inúmeras questões sociais, relativizando seu *status* conservador ainda

---

<sup>10</sup> Veja, por exemplo: O GLOBO. **Editorial: Um ‘não’ ao personalismo.** 05/10/2010.

<sup>11</sup> O GLOBO. **Editorial: Limites do ‘jeitinho’ brasileiro.** 08/05/2010; **Editorial: A diplomacia brasileira navega na retórica.** 05/05/2010; **Editorial: Cegueira ideológica.** 12/04/2010.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

predominante. Numa lista rápida poderíamos ressaltar o apoio ao reconhecimento de direitos civis dos homossexuais – como a lei de criminalização da homofobia e de casamento civil –, o incentivo ao debate a respeito da legalização do aborto – mesmo que tenha realizado uma abordagem demagógica do tema durante a campanha presidencial de 2010 – e da legalização e descriminalização do uso de drogas leves, além da redução do direito de posse de armas.

## **O MERCOSUL COMO POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO REGIONAL**

A proposta de criação do *Mercosul* surgiu a partir dos entendimentos entre Brasil e Argentina em um período em que os dois países viviam processos de redemocratização após ditaduras. Vale lembrar que ele não foi a primeira tentativa de aproximação econômica entre os países da região, houve esforços como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) no início dos anos 60 e que mais tarde se transformaria na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) nos anos 80, que não conseguiram realizar seus objetivos principais. A redemocratização contribuiria para que à tentativa de formar um mercado comum se somasse o esforço de reversão da grande rivalidade histórica entre as duas maiores nações da América do Sul, ainda não completamente concluído.

A aproximação dos dois países se iniciou em meados dos anos 1980, e em 1991 Uruguai e Paraguai se uniram ao grupo e formalizaram a criação do *Mercosul*. O bloco começou com o desenvolvimento de uma área de livre comércio (onde importações e exportações entre os países estariam livres de barreiras e tarifas), expandida para uma união aduaneira (um passo adiante, com uma política comercial comum sobre as importações do grupo). Apesar de seu nome, a formação de um mercado comum ainda é um objetivo não



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

alcançado. Quando implantado, significará, além de uma política comercial comum, a liberdade de circulação de capitais, pessoas, bens e serviços.

Todos os países da América do Sul estão de alguma forma envolvidos com o *Mercosul*. Chile, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador são membros associados, o que significa que estão em processo de estabelecer o livre comércio com o bloco, e a Venezuela aguarda os trâmites finais de seu processo de adesão.

A fundação do *Mercosul* ocorreu no dia 26 de março de 1991. O aniversário dos 20 anos do bloco em 2011 passou em brancas nuvens, e a falta de interesse em celebrar a data esteve presente tanto nos países do bloco quanto em seus jornais. Os periódicos brasileiros tradicionalmente não tratam do assunto nas datas comemorativas de sua fundação. O desinteresse esteve presente nos aniversários de 5, 10, 15 e agora no de 20 anos. A baixa atenção se deu mesmo na criação do bloco com a assinatura do Tratado de Assunção em 1991<sup>12</sup>.

No geral, suas primeiras impressões indicavam que havia uma necessidade do Brasil em ingressar neste tipo de grupo. O *Estado* comentaria que a formação de um mercado comum pelos países do Cone Sul seria “indispensável” em uma economia mundial “em que predominam os blocos econômicos”<sup>13</sup>.

As cifras do grupo impressionavam. Em 1991, os quatro países juntos possuíam 190 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 415 bilhões em valores da época. O *Globo* afirmou que o Tratado de Assunção seria o fim do “ranço colonial que ainda marca a economia do país”<sup>14</sup>. O passado era o responsável pela falta de integração dos países do continente, uma vez que eles teriam crescido, no período colonial, “voltados para o além-mar”, e desenvolvido um protecionismo econômico “de princípio e crônico”. Para o jornal carioca, estes

---

<sup>12</sup> Devido ao grande volume de reportagens apresentadas pela mídia a respeito do *Mercosul*, optamos nesta pesquisa por apresentar as opiniões dos jornais brasileiros dando um enfoque maior em seus editoriais, que muitas vezes agregam suas percepções e apontam suas opiniões que se refletirão indiretamente na escrita de suas reportagens.

<sup>13</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **Editorial: Um mercado comum sem âncora.** 27/03/1991.

<sup>14</sup> O GLOBO. **Editorial: Instância de progresso.** 28/03/1991.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

países teriam perdido o “bonde da história”, pois se mantiveram “mercantilistas”. Esta seria a explicação para o subdesenvolvimento econômico e o atraso tecnológico do Brasil. Aquela era a chance dos quatro países sul-americanos repetirem na Idade Contemporânea o que fizeram em seus nascimentos os Estados nacionais fortes no início da Idade Moderna, com a “abolição das alfândegas internas e da dinâmica liberada da atividade comercial”. Seria a imposição da internacionalização da economia e da evolução tecnológica, “porque a outra instância é inaceitável – a instância do atraso e da pobreza”. Uma de suas reportagens também apontava que o Brasil teria a chance de ser o maior beneficiado do grupo, por contar com uma indústria de bens de capital mais avançada que os demais membros<sup>15</sup>.

Eram muitas as esperanças, como se vê, mas os receios também eram pontuados. O *Estadão* lembraria as enormes dificuldades para tirar o tratado do papel. A proposta de pôr fim às barreiras ao comércio entre os países da região não era nova. A diferença, lembraria *O Globo*, é que o novo tratado seria objetivo, tendo estipulado datas para a redução das barreiras econômicas.

A recusa do Chile em participar do *Mercosul* foi lembrada como ponto negativo, pois o país teria considerado os membros ainda excessivamente protecionistas e seguidores de uma política econômica heterodoxa que preocuparia “a justo título, a comunidade financeira internacional”. Era também afirmado que o *Mercosul* seria dominado por seus maiores países, Argentina e Brasil, o que poderia levar a “grande conflitos”. Além disso, faltaria, segundo o *Estadão*, uma economia nacional que servisse de âncora como acontecia na União Europeia (com a Alemanha), no *Nafta* (com os Estados Unidos) e na Ásia (com o Japão). Não haveria no *Mercosul* “nenhum ponto de referência que lhe ofereça certa solidez, indispensável ao seu êxito”. O grupo teria nascido “fraco”, pois seria uma “união de miséria e de governos irresponsáveis que lançam mão do calote como forma de administração da economia”.

---

<sup>15</sup> FONTES, Cida. **Brasil será um dos maiores beneficiados**. In: *O Globo*, 26/03/1991.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Os desafios a se enfrentar seriam enormes, primeiro porque a abertura econômica seria um desafio para aqueles que sempre tinham contado com subsídios e incentivos e para os que temiam a eficiência, o risco e a competitividade. O *Estadão* cobrava que para se tornar efetivo o Tratado de Assunção, os países-membros deveriam pôr termo à desordem econômica, aos desníveis sociais e à mentalidade protecionista em que se fundamentou o país.

Já depois de vinte anos da formação do grupo, outros temas passaram a preocupar a mídia do país. Um debate muito recorrente nos jornais brasileiros a respeito do *Mercosul* é se valeria a pena a presença da Venezuela como membro pleno do grupo. Todos os três jornais em uníssono viam a entrada do país de Chávez como uma “ameaça ao Mercosul”<sup>16</sup>, um “suicídio”<sup>17</sup>, uma entrega ao líder venezuelano “[d]o poder de veto em negociações internacionais de interesse brasileiro”<sup>18</sup>... Dos três, só o *Correio Braziliense* em determinados momentos esboçou certo neutralismo, questionando se as coisas iriam melhorar com a Venezuela dentro do *Mercosul*<sup>19</sup>. Mas no geral, os veículos de comunicação se utilizaram de muitas reportagens e editoriais para criticar o ingresso do país e para afirmar que a presença de Hugo Chávez limitaria o bloco a seus objetivos políticos. Com as primeiras notícias do pedido de ingresso, o *Estadão* intitulou um editorial sobre o assunto assim: “O Mercosul pronto para explodir”<sup>20</sup>.

O *Correio* comentou que a entrada do país poderia ampliar o palanque de críticas ao governo estadunidense, e, por isso, os Estados Unidos já estariam apreensivos<sup>21</sup>. O *Globo* foi além, questionando a sobrevivência de um bloco com um viés contra-hegemônico: “Que país ou bloco gostaria de negociar com um Mercosul que passasse a incluir uma nação cujo dirigente é o líder de uma corrente contrária aos EUA no continente?”, perguntaria em editorial<sup>22</sup>. O

<sup>16</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **Editorial: Chávez, ameaça ao Mercosul.** 27/10/2009.

<sup>17</sup> O GLOBO. **Editorial: Vitória de Pirro.** 17/12/2009.

<sup>18</sup> CORREIO BRAZILIENSE. **Editorial: Sócio inconveniente.** 17/12/2009.

<sup>19</sup> Como pode ser observado em: CORREIO BRAZILIENSE. **Editorial: Incógnita Chávez.** 07/12/2005. Mas sua posição foi com o passar do tempo se tornando mais refratária à medida.

<sup>20</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **Editorial: O Mercosul pronto para implodir.** 07/12/2005.

<sup>21</sup> CORREIO BRAZILIENSE. **Editorial: Entre Chávez e Bush.** 17/02/2007.

<sup>22</sup> O GLOBO. **Editorial: Desagregador.** 04/05/2009.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

projeto de adesão da Venezuela precisa ser ratificado por todos os parlamentos nacionais e todos já o fizeram, com exceção do Paraguai, que ainda debate o tema.

Os jornais brasileiros tradicionalmente deram destaque à importância econômica do *Mercosul*. E isso não alterou na última década, mesmo que a política externa brasileira para o grupo ampliasse o enfoque da integração para englobar outras perspectivas além do comércio, como a social e a política. Tal postura dos meios de comunicação não foi só uma maneira de criticar o governo Lula, a quem se colocaram como opositores. Mas de expressarem seu desapontamento com os rumos do bloco, e também por verem frustradas suas expectativas econômicas de viés liberal. Estes jornais definiam a existência do grupo como essencial, mas que ele estaria constantemente envolto em crises.

Aliás, as crises realmente existiram e foram muitas. Mesmo o presidente Lula, um de seus maiores entusiastas, afirmaria que “o Mercosul é filho feio que ninguém quer”, reclamando de sua burocracia, e que seria necessário “embelezar a criança”<sup>23</sup>. Até Sarney, um dos idealizadores da integração, comentaria em 2004 em um artigo *n’O Globo* que os países do bloco ficavam “engasgados com mosquito, brigando por sapatos, geladeiras e lavadeiras”<sup>24</sup>. Com as crises constantes, *O Globo* chegou a indagar em um editorial se o *Mercosul* não seria apenas “um sonho que se transformou em abóbora”. A resposta, segundo o jornal carioca, seria não, pois a União Europeia seria um exemplo do longo caminho para se alcançar uma real integração<sup>25</sup>.

Exemplo notório desta percepção da crise constante do *Mercosul* são as inúmeras posturas em reação às frequentes dificuldades impostas pela Argentina para a importação de produtos brasileiros. O *Estadão* se destacou com seus editoriais sobre o tema. Em 2004, comentava que ocorria um

---

<sup>23</sup> FIGUEIREDO, Janaína; OLIVEIRA, Eliane. **Lula: ‘Mercosul é filho feio que ninguém quer’**. *In: O Globo*, 19/12/2007.

<sup>24</sup> SARNEY, José. **O Mercosul e os rabichos**. *In: O Globo*, 03/12/2004.

<sup>25</sup> O GLOBO. **Editorial: Mercosul possível**. 23/12/2007.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

“atentado contra o Mercosul”<sup>26</sup>, que o despreparo da indústria argentina dificultava a integração com o Brasil e que, por isso, o *Mercosul* era um “projeto frustrado”. Para o jornal, os argumentos argentinos não teriam “sentido”, suas empresas é que simplesmente teriam deixado de “investir e modernizar-se”<sup>27</sup>. Em 2004, este mesmo jornal salientava que o aniversário do bloco era marcado pela “maior crise de sua história” e pela ameaça do protecionismo argentino ao Brasil<sup>28</sup>. Questão também evocada como uma das razões para que o décimo-quinto aniversário do *Mercosul*, em 2006, passasse praticamente “despercebido” e o fizesse sofrer “um das mais sérias crises políticas” de sua história. Para o *Estadão*, o *Mercosul* ao longo do tempo vem sofrendo uma severa crise, nem conseguindo se manter direito como uma mera área de livre comércio, muito menos com propostas mais avançadas de integração comercial<sup>29</sup>.

Os problemas com a Argentina se somam às dificuldades para lidar com economias muito diferentes entre si e, por isso, a insatisfação dos sócios menores, Paraguai e Uruguai, é mostrada como peça chave para entender o longo período de crise do *Mercosul*. Ao contrário do que se poderia esperar, pelo menos em seus editoriais, os jornais brasileiros não apresentaram posições nacionalistas quando trataram das assimetrias dentro do bloco. O *Estado de São Paulo* comentaria que os dois sócios menores teriam uma “longa lista de reclamações bem fundadas”<sup>30</sup>.

Ao longo da década, em especial durante o governo do presidente Tabaré Vázquez, o Uruguai foi apontado pelos jornais brasileiros como interessado em conseguir um acordo de livre comércio com os Estados Unidos e, assim, forçosamente sair do bloco econômico sul-americano. A vontade foi confirmada

---

<sup>26</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **Editorial: Novo atentado contra o Mercosul.** 07/07/2004.

<sup>27</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **Editorial: Mercosul, um projeto frustrado.** 13/07/2004.

<sup>28</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **Editorial: Brasil, a parte fraca.** 14/12/2004.

<sup>29</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **Editorial: Brasil, a parte fraca.** 14/12/2004; e **Editorial: Mercosul kafkiano.** 16/11/2005; e **Editorial: Esse Mercosul não serve.** 12/05/2010.

<sup>30</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **Editorial: A implosão do Mercosul.** 20/12/2006.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

pelo presidente uruguaio em 2006<sup>31</sup>, que ainda teria afirmado que “o Mercosul, como está, não serve ao Uruguai”. Em 2007, os setores empresariais do país teriam reclamado da falta de autonomia na busca por acordos comerciais com outros países e pelo crescente déficit com os demais membros do bloco<sup>32</sup>. O novo governo de José Mujica, iniciado em 2010, contornou a situação e se reaproximou da Argentina e Brasil. Mas ainda há insatisfações: seu atual ministro da Fazenda teria dito pouco antes de assumir o cargo que “o Mercosul não está funcionando corretamente”<sup>33</sup>.

No caso paraguaio, os ressentimentos são históricos, que, somados à assimetria econômica com o Brasil, teriam resultado a partir de 2007 em um “antibrasileirismo de violência inédita”, segundo o *Estadão*<sup>34</sup>.

A leitura economicista do bloco regional feita pelos jornais brasileiros impede que, em seus editoriais, se destaquem medidas de aproximação entre as nações, além daquelas do âmbito comercial. A criação de uma Universidade do *Mercosul*, de uma Bienal de Arte regional, o alto fluxo de pessoas circulando entre os países ou a formulação de seu Parlamento podem até estar presentes em suas reportagens, mas sempre de maneira fria e discreta e não são refletidas nas partes em que os jornais são diretamente opinativos<sup>35</sup>. Para o *Estado de São Paulo*, *O Globo* e o *Correio Braziliense*, o *Mercosul* parece importar pouco quando o assunto está “fora do mercado”. Quando confrontado com outras dimensões possíveis para a integração dos países, o *Estadão* afirmaria que “em termos práticos, o *Mercosul* tem de ser pelo menos um empreendimento comercial bem-sucedido e ainda está longe disso”<sup>36</sup>.

---

<sup>31</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **Editorial: O Uruguai prefere os EUA**. 07/05/2006.

<sup>32</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **Editorial: As mágoas uruguaias persistem**. 28/02/2007.

<sup>33</sup> FIGUEIREDO, Janaína. **O Mercosul não está funcionando direito**. In: *O Globo*, 30/11/2009.

<sup>34</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **Editorial: Os ressentimentos paraguaios**. 25/05/2007.

<sup>35</sup> O GLOBO. **Lula propõe Universidade do Mercosul**. 27/04/2007.

<sup>36</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **Editorial: Novo alerta para o Mercosul**. 13/01/2006; e **Editorial: O Mercosul que se perdeu**. 19/01/2007.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A posição do governo petista foi, ao contrário, desde do início do governo Lula, defender a revitalização do bloco através de um viés político e social<sup>37</sup>. Já no ano de 2003, se ampliaram os debates a respeito da formulação de um parlamento regional, que ainda não entrou em vigor. Em 2010, o *Correio* constataria que o grupo estaria a caminho de tornar-se um bloco político, sem ignorar as relações econômicas<sup>38</sup>.

Mesmo não tendo destaque nas páginas de opinião destes jornais, os lados social e político do bloco estavam presentes nas vezes em que se faziam comparações a respeito de outros processos regionais de integração. O símbolo maior era a *União Europeia*. O aniversário de 50 anos do início do projeto europeu em 2007 foi comentado pelos jornais, e o *Correio* o definiria como “a mais bem-sucedida experiência de integração regional do planeta”. Comunidade que teria dado força a cada um de seus membros e foi vitoriosa em desenvolver e defender um “modo de vida específico” em que valores como direitos humanos, meio ambiente e bem-estar social ficaram acima do belicismo<sup>39</sup>. O *Globo* lembraria que para chegar nesta integração, a UE teria começado pela eliminação das barreiras comerciais<sup>40</sup>.

Nos editoriais sobre o *Mercosul*, a *Alca* não era ovacionada, mas a mídia brasileira colocava em questão a má vontade de sequer tentar, principalmente por parte do Brasil e da Argentina. Os jornais também comentavam as inabilidades do governo dos Estados Unidos, que teriam deixado o debate decisivo para o período das eleições presidenciais, quando o ambiente interno se mostraria ainda mais inclinado para o protecionismo. Em reportagem de 2004, quando não se havia declarado a morte encefálica do projeto da *Alca*, o *Correio* e o *Estadão* comentaram os avanços estadunidenses nas propostas de acordos bilaterais de livre comércio com países da América do Sul, com possíveis

---

<sup>37</sup> CORREIO BRAZILIENSE. **Mercosul com ênfase sociopolítica**. 23/07/2006.

<sup>38</sup> SABADINI, Tatiana. **América do Sul: Integração parcial**. In: *Correio Braziliense*, 25/12/2010.

<sup>39</sup> CORREIO BRAZILIENSE. **Editorial: Exemplo Europeu**. 25/03/2007.

<sup>40</sup> O GLOBO. **Editorial: Lição Europeia**. 24/03/2007.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

prejuízos para o comércio exterior brasileiro<sup>41</sup>. Era comum o medo de que a inflexibilidade brasileira isolasse o país de uma América do Sul envolta em acordos de livre comércio com os Estados Unidos.

No final do segundo governo Lula, o *Estadão* afirmaria que um dos erros de sua política externa foi a incapacidade de formular tratados de livre comércio “com um grande parceiro”. Os acordos com Índia, Israel e União Aduaneira da África Austral seriam positivos, mas inexpressíveis para o comércio internacional do país<sup>42</sup>.

Desde 2000, o bloco negocia um acordo comercial com a *União Europeia* que também teve várias idas e vindas<sup>43</sup>. A possibilidade parece ser boa em um momento de maior protecionismo por parte dos Estados Unidos – o Brasil teria mais um mercado a explorar. Mas, o pessimismo é comum quando o tema é tratado. Como avançar para uma integração econômica maior se o modelo com quatro países na América do Sul enfrenta tantas dificuldades<sup>44</sup>?

## CONCLUSÃO

Através deste estudo, procuramos entender um pouco mais do discurso realizado por parte da imprensa brasileira a respeito do sistema internacional e das posturas que critica ou estimula o governo brasileiro a adotar, em especial para o desenvolvimento de um bloco econômico na América do Sul.

Os jornais brasileiros possuem uma percepção do sistema internacional relativamente homogênea entre si, baseada em pressupostos do liberalismo econômico e do solidarismo. Acreditam, assim, que exista uma comunidade internacional que compartilha valores, interesses e crenças em comum e que

---

<sup>41</sup> GALVÃO, Arnaldo. **EUA querem isolar o Mercosul**. In: *Correio Braziliense*, 06/06/2004; *O ESTADO DE SÃO PAULO*. **Editorial: Uma Alca sem Mercosul**. 15/01/2007; e **Editorial: A Alca e o risco do isolamento**. 18/08/2003.

<sup>42</sup> *O ESTADO DE SÃO PAULO*. **Editorial: Fracasso em acordos**. 15/06/2010.

<sup>43</sup> CHADE, Jamil; LANDIM, Raquel. **Europa volta a negociar acordo com Mercosul**. In: *O Estado de São Paulo*, 05/05/2010.

<sup>44</sup> *O ESTADO DE SÃO PAULO*. **Editorial: O desmonte do Mercosul**. 16/06/2006; **Editorial: O Mercosul isolado**. 18/07/2005; **Editorial: Novo fiasco diplomático**. 22/10/2004; **Editorial: A negociação Mercosul-UE**. 25/03/2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

por isso os Estados – em especial, o brasileiro – deveriam criar mais instituições internacionais com poder e autonomia.

Quando pensam e definem sua posição a respeito de projetos de integração continental na América do Sul, em particular o projeto do *Mercosul*, possuem uma visão coerente com esta visão de mundo. O *Mercosul*, para eles, deveria ser prioritariamente um caminho para a integração econômica entre os países. Não seria prioritário tentar a integração em outros âmbitos, como a aproximação política entre seus líderes ou entre entidades de suas sociedades civis. É pensando a evolução das trocas comerciais que a imprensa brasileira apresenta o *Mercosul* como um projeto em crise, em vias de falência.

Graças a seus valores liberais, a imprensa brasileira não estimula a construção de entidades supranacionais. Afinal, não bastaria a criação de novas instituições, mas também que elas estivessem afinadas com práticas, valores e ideologias liberais. Em especial a última década da história do bloco apresenta uma grande variedade de posturas dos estados-membros, muitas vezes antiliberais, ou segundo a palavra da moda pós-liberais.

As conclusões parciais que esta pesquisa encontrou indicam uma reversão na crença de que os meios de comunicação do Brasil ignoram a realidade latino-americana. É claro que a editoria de mundo não é tão rica e aprofundada quanto a de outros jornais estrangeiros, como *Le Monde*, *El País* ou *The New York Times*. Os jornais brasileiros dedicam no geral somente duas páginas diárias às notícias internacionais de todo o planeta.

É evidente que a América do Sul – a América Latina, em geral – não é pauta frequente dos jornais brasileiros. Mas o silêncio não é ausência de discurso. Quando surge algum tema, majoritariamente as matérias apresentam o Brasil como ator principal da notícia. Para Sant`Anna, existiria um *modus operandi* nas rotinas profissionais dos principais jornais, responsável por uma leitura caricaturada da realidade regional, que se aproximaria daquela imaginada pelo mundo desenvolvido e propagada pelas grandes agências de notícia internacionais. Para o autor, a mídia brasileira teria dessa forma



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

contribuído para certo desinteresse brasileiro por nossos vizinhos, ao ridicularizá-los ou inferiorizá-los. Nossa pesquisa indica que a visão particular que a imprensa possui da região está diretamente relacionada a seu pensamento solidarista, que muitas vezes privilegia as ideologias e valores dos países desenvolvidos ocidentais e tende a ver com má vontade qualquer postura inovadora que parte dos países vizinhos.

Apesar de, em determinados momentos, os jornais apresentarem identidade bastante particular, a imprensa liberal conservadora brasileira tem uma homogeneidade na defesa – nem sempre manifesta – do liberalismo econômico e da inserção internacional do Brasil de modo amigável às potências econômicas, Europa e Estados Unidos, em especial. Em vários editoriais, reconhecem a importância dos organismos multilaterais como meios de superar problemas em comum e como instituições que garantem pela unidade mais poder de barganha a seus membros. O *Mercosul* ainda é visto como o futuro inevitável do país. Quanto analisam a integração regional, são econômicos ao apontar os progressos feitos até aqui, intransigentes com o cenário político atual da América do Sul, e céticos quando ao futuro imediato da integração regional.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. **A participação da imprensa na queda de Goulart.** In: *Seminário 1964-2004: 40 anos do golpe.* Rio de Janeiro: 7letras, 2004.

BIROLI, Flávia. **Correio Braziliense.** In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30.* Coord. Alzira Alves de Abreu et alii. 2ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CORREIO BRAZILIENSE. In: **Wikipédia: a enciclopédia livre.** Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Correio\\_Braziliense](http://pt.wikipedia.org/wiki/Correio_Braziliense). Acesso em: 31 jan 2010.

HURRELL, Andrew. **On Global Order: Power, values and the constitution of the international society.** Oxford: Oxford University, 2007.

JACKSON, Robert. **Solidarism or pluralism? Political ideas of the American union and the European union.** Paper presented at the McGill University-Université de Montreal Research Group in International Security.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

Montreal: 2008. Disponível em:  
[http://www.cepsi.umontreal.ca/uploads/gersi\\_publications.filename/Jackson.pdf](http://www.cepsi.umontreal.ca/uploads/gersi_publications.filename/Jackson.pdf). Acesso em 08/09/2011.

KUSHNIR, Beatriz. Entre **censores e jornalistas: colaboração e imprensa no pós-1964**. In: *Seminário 1964-2004: 40 anos do golpe*. Rio de Janeiro: 7letras, 2004.

LEAL, Carlos Eduardo; MONTALVÃO, Sérgio. **O Globo**. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30*. Coord. Alzira Alves de Abreu et alii. 2ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LEAL, Carlos Eduardo; SAUL, Vicente; BASTOS, Ana Flávia. **O Estado de São Paulo**. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30*. Coord. Alzira Alves de Abreu et alii. 2ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

O GLOBO. In: **Wikipédia: a enciclopédia livre**. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/O\\_globo](http://pt.wikipedia.org/wiki/O_globo). Acesso em: 31 jan 2010.

O ESTADO DE SÃO PAULO. In: **Wikipédia: a enciclopédia livre**. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/O\\_Estado\\_de\\_S.\\_Paulo](http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Estado_de_S._Paulo). Acesso em: 31 jan 2010.

SANT`ANNA, Francisco. **América Latina: um tema fora da pauta**. In: *Revista Comunicação e Espaço Público*. Brasília: UNB, 2007. Ano X. No. 1 e 2. p. 69-91.

WERNERCK SODRÉ, Nelson. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A MORTE DE DOIS PADRES IMIGRANTES NA EX-COLÔNIA SILVEIRA MARTINS (1884-1900)**

Maíra Ines Vendrame\*

Este artigo pretende discutir as versões surgidas sobre a morte “trágica” de dois padres imigrantes, Vitor Arnoffi e Antônio Sório, ocorrida em uma das regiões de colonização italiana no Rio Grande do Sul. Ambos os sacerdotes haviam migrado juntos para o Brasil para se estabelecer na Colônia Silveira Martins, em 1881. Passados pouco mais de três anos, o sacerdote Arnoffi, pároco de Silveira Martins, foi encontrado morto. A morte repentina e inesperada levou a população a explicar o ocorrido como suicídio. Dezesesseis anos depois, nova “tragédia” se abateu na colônia, pois padre Antônio Sório morreu em função de uma “queda do cavalo” – segundo a versão oficial. Porém, boatos surgidos entre a população davam conta de que o padre havia sido atacado, agredido no baixo-ventre. Mesmo que ambas as mortes tenham ocorrido em circunstâncias diferentes, a comunidade de Silveira Martins, através de um campo de possibilidades explicativas, relacionou os casos à questão de honra familiar e vingança. O primeiro sacerdote suicidou-se por ter engravidado uma moça que trabalhava na casa paroquial, e o segundo, ao cometer mesmo delito, fora vítima de vingança de sangue por membros da família da “donzela” desonrada.

### **1. Dois padres imigrantes**

Os padres Vitor Arnoffi e Antônio Sório, como muitos outros italianos, ficaram entusiasmados com as notícias que circulavam sobre as regiões de colonização no Brasil. Motivados pela expectativa de “fazer a América”, decidiram partir para o Rio Grande do Sul logo após terem sido convidados por um agenciador (Antônio Vernier) contratado por grupo de imigrantes da

---

\* Doutoranda em história, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista CNPq. vricamaira@yahoo.com.br



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Colônia Silveira Martins. Um dos fatores decisivos para esta escolha foi a notícia de disponibilidade de campo de trabalho em terras onde a liberdade e a autonomia eram anunciadas como princípios a serem respeitados. Pelas informações que possuíam, entenderam serem os núcleos de colonização italiana do sul do Brasil espaços favoráveis para alcançarem prestígio entre os conterrâneos. Por outro lado, a própria disponibilidade de recursos, como a terra, possibilitaria a construção do próprio patrimônio material de ambos os sacerdotes.

Da mesma forma que todos os imigrantes, logo depois de terem chegado à colônia Silveira Martins os referidos padres conseguiram seus próprios lotes de terra, uma vez que também acalentavam expectativas de serem proprietários. Construir um patrimônio material, principalmente por meio da posse da terra, mais do que estar no horizonte de expectativas, era uma possibilidade aos padres Arnoffi e Sório. A América transformava expectativas em possibilidades. No dia 30 de junho de 1882, Vitor Arnoffi e Antônio Sório receberam do governo imperial o título provisório de seus lotes urbanos na sede da colônia Silveira Martins. Ao primeiro foi entregue o lote número 45; para o segundo, foi concedido o lote vizinho de número 46. Ambos os lotes eram localizados no centro da sede; ao norte estava à casa paroquial e, ao Sul, uma das ruas do povoado (RIGHI, 2001, p. 166, 175).

Ao optarem por emigrarem juntos da Itália, percebe-se que havia laços de amizade e de solidariedade que os ligavam e, certamente, foram reforçados na região colonial onde passaram a trabalhar. Colegas de ofício e amigos, contavam com a mesma idade em 1881: 37 anos. Antônio Sório era um padre secular, natural da *comuna* de Zévio, província de Verona, porém, quando emigrou, estava trabalhando na diocese de Feltre onde, provavelmente, conheceu o colega Vitor Arnoffi (SCHWINN, p. 6). No Rio Grande do Sul, o bispo diocesano concordou que o padre Arnoffi atenderia Silveira Martins enquanto no Vale Vêneto ficaria Antônio Sório.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Vitor Arnoffi era um ex-frade franciscano da *comuna* de Feltre, província de Belluno, região do Vêneto. Ao chegar à Colônia Silveira Martins, em 1881, se estabeleceu na sede, tornando-se principal autoridade religiosa do local.<sup>1</sup> O período de permanência do padre Vitor Arnoffi no sul do Brasil foi curto, pois, passados três anos da chegada à Colônia Silveira Martins, na manhã do dia 25 de abril de 1884, surpreendeu a todos com sua morte repentina e inesperada. Segundo as anotações do sacerdote Frederico Schwinn, a notícia chocou os moradores da região colonial, uma vez que, em “circunstâncias lastimosas” e na “flor da idade”, falecera o vigário de Silveira Martins. Durante as celebrações da Semana Santa de 1884, Arnoffi aparentava estar bem de saúde, embora abatido. Assim, quando a notícia da morte se tornou conhecida localmente a população logo buscou explicações que esclarecessem este repentino fato.

Entre rumores e especulações, os imigrantes comentavam que Arnoffi era responsável pela gravidez de sua criada, uma moça que trabalhava na casa paroquial de Silveira Martins. Ao aparecer “pejada”, a população passou a atribuir ao pároco à paternidade. Frente a essa situação, o mesmo teria se envenenado, encerrando sua estada na região colonial após ter residido três anos entre seus conterrâneos. Ao escrever as suspeitas e comentários que ouvia de seus paroquianos, Frederico Schwinn considerou esta como a única explicação plausível para a morte do primeiro pároco de Silveira Martins, registrando, assim, a tradição oral perpetuada entre a população colonial. Em seus escritos, Schwinn apontou o nome da criada e do suposto filho do padre Vitor Arnoffi.

Para entender as bases de sustentação desta forma de transmissão dos fatos, deve-se tentar perceber como a população do local construiu as explicações a partir de dados concretos fruto de uma observação atenta. O pesquisador não pode ficar restrito somente às versões da memória se quiser compreender o contexto da época. Surge, então, a necessidade de buscar

---

<sup>1</sup> Segundo Frederico Schwinn, o frade franciscano Vitor Arnoffi tinha fugido do seu convento na Itália e somente no Rio Grande do Sul havia conseguido a sua secularização. Os manuscritos de Schwinn foram escritos no final da década de 1910.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

informações em outras fontes para colocar à prova a versão sobre as circunstâncias da morte de Vitor Arnoffi. Mas, nem sempre a tarefa resulta em algo novo, pois, ao pesquisar nos livros de registros de óbitos de Silveira Martins, não se localizou anotações sobre o seu sepultamento. Isso, portanto, sustenta o comentário da população de que o pároco não foi assistido nos seus últimos momentos de vida e nem recebeu o sacramento da extrema-unção.<sup>2</sup>

Com a morte do vigário de Silveira Martins, o bispo diocesano nomeou o padre Antônio Sório – que se encontrava em Vale Vêneto – como novo vigário da então paróquia de Santo Antônio, em junho de 1884. A partir deste momento, o atendimento religioso em toda a região colonial ficava sob responsabilidade do referido sacerdote, que transferiu sua residência do Vale Vêneto para a sede da ex-Colônia. Interessante foi que, como uma de suas primeiras tarefas enquanto pároco, no dia 8 de julho de 1884, na igreja matriz de Silveira Martins, Sório batizou “Beniamino Mansueto Tezzele nascido no primeiro dia de julho” daquele mesmo ano, filho natural de Apálice Tezzele.<sup>3</sup> Assim, quase dois meses após a morte do padre Vitor Beniamino Arnoffi, nascia o seu suposto filho com a jovem de dezenove anos Apálice Tezzele.

## **2. O nome como vínculo**

Quando da realização da cerimônia do sacramento do batismo, compareceu como padrinhos o imigrante Carlo Tezzele, avô materno do recém nascido, e sua filha Luiza. Neste momento, provavelmente, a mãe não estava presente, pois uma das práticas culturais era manter afastadas da igreja as mulheres após o parto, consideradas “impuras” durante um determinado período em decorrência do nascimento de um filho. Não houve declaração de paternidade, e toda a responsabilidade foi assumida pelo chefe da família

---

<sup>2</sup> Foi possível verificar as anotações feitas por Arnoffi a respeito de batizados realizados na sede da Colônia Silveira Martins até a primeira metade do mês de abril de 1884. Livro de Óbitos de Silveira Martins, nº 1, 1884-1907. Bispado diocesano de Santa Maria - BDSM.

<sup>3</sup> Livro de Batismo de Silveira Martins, nº 1, 1884-1887. BDSM. Filho natural era criança nascida de pais não casados dentro do ritual católico ou de pai não identificado.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Tezzele (pai de Apálice e avô da criança) que tomou as decisões naquele momento, principalmente ao escolher o nome do recém nascido. Interessante, neste caso, é perceber que o mais novo membro da comunidade era apresentado com o nome de Beniamino. Uma dos aspectos a destacar quanto isso é o fato de que o pároco da sede da ex-Colônia, falecido havia dois meses, chamava-se Vittore Beniamino Arnoffi.<sup>4</sup>

Antes, porém, do ritual que concebeu uma identidade à criança, outros elementos forneceram indícios para a população articular suas versões e comentários sobre a moça “pejada”. O fato de trabalhar na casa paroquial, prestando assistência ao padre Arnoffi e realizar a limpeza e manutenção da capela, deixava Apálice Tezzele constantemente exposta aos possíveis comentários da comunidade. Portanto, o rumor que surgiu em Silveira Martins a respeito da morte do padre Arnoffi se baseou na gravidez da jovem solteira que trabalhava na casa paroquial. Estes dados forneceram à comunidade as certezas para afirmarem que o padre falecido fosse pai da criança. Suicidou-se para escapar da vergonha, evitando ter de enfrentar a desonra que atingiu a família Tezzele.

Não se têm informações sobre o momento em que Apálice passou a trabalhar na casa paroquial, porém, sabe-se que Carlos Tezzele e seus cinco filhos haviam chegado ao Rio de Janeiro em 12 de janeiro de 1883, estabelecendo-se na sede da Colônia Silveira Martins logo a seguir. Quando do nascimento do seu neto, em julho de 1884, havia se passado apenas um ano e oito meses que se encontrava na região, período esse em que a família Tezzele procurou se acomodar à nova realidade. A própria atividade desempenhada por Apálice – como empregada da casa paroquial – demonstra bem o tipo de trabalho que poderia ser desempenhado na comunidade pela moça recém chegada da Itália. Ao colocar o nome de Beniamino à criança, Carlo Tezzele o vinculava ao padre recém falecido, Vitor Beniamino Arnoffi. O uso de um

---

<sup>4</sup> De acordo com um livro de registro de terras, onde o padre Arnoffi aparece como beneficiário de um lote urbano na sede da Colônia. A indicação está assim: “Arnoffi, Vittore Beniamino. Lote 45, urbano...” (RIGHI, 2001, p. 166).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

mesmo nome indica uma ação consciente de aproximar os indivíduos, possibilitando também a transferência de algumas qualificações ao sucessor.

Analisando o tabu do infanticídio e do aborto na Itália do século XVIII, Adriano Prosperati discutiu os significados da prática do batismo como momento de “dar a alma” ao recém nascido. Por meio desse ritual simbólico uma identidade era concebida através da escolha do nome. Assim, ao escolher o nome de parente próximo, falecido ou não, existia por parte do pai um reconhecimento de que o recém-nascido recebia uma “transmissão legítima do conjunto de bens materiais e imateriais da família”. O batistério era o lugar de acolhida dos novos membros da comunidade e também onde se guardava a memória escrita dos nascidos (PROSPERATI, 2010, p. 171, 178). A prática de conceder nome à criança não está isenta de significados, uma vez que ligava a nova vida à outra pessoa da qual devotavam reconhecimento, proximidade ou, ainda, entre aqueles que mantinham laços de parentesco. Portanto, este é indício de que a memória do padre Arnoffi estava sendo ligada à vida do pequeno Beniamino Tezzele.

A busca por nomes originais não era algo que preocupava os imigrantes italianos, sendo uma prática recorrente os pais ou responsáveis batizarem o recém-nascido com o nome de um ente falecido. Para o chefe da família, Carlos Tezzele, batizar o neto com um dos nomes do antigo pároco pode ter sido uma maneira de homenagear o padre recentemente falecido. No entanto, para os imigrantes que buscavam explicações para a morte repentina de seu vigário, os nomes idênticos confirmavam as suspeitas quanto à paternidade de pequeno Beniamino.

O ato de dar nome, alterá-lo ou tirá-lo, deve ser problematizado, pois acontecimentos naturais como o nascimento e a morte são vividos e sentidos de forma variada pelos grupos (PROSPERATI, 2010, p. 166). Essa apropriação do nome poderia ser apenas uma forma de homenagear o ex-pároco, procurando, assim, preservar sua proximidade ao grupo de relações, reconhecendo os atributos do indivíduo do qual havia pertencido primeiramente aquele nome.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Porém, não podemos desconsiderar de que havia na comunidade de Silveira Martins uma mãe solteira, e a população acreditava ser pai da criança o padre falecido. É levando em conta esses aspectos do contexto local que a escolha do nome deve ser analisada, uma vez que era esse o momento que a família da moça procurava de alguma forma contornar a situação, onde comentários expunham a honra do grupo diante do povoado.

Seguindo os pequenos indícios como nomes e datas de batizados e casamentos, é possível reconstituir as experiências cotidianas, as disponibilidades de recursos e o próprio significado de suas escolhas. Ao se analisar o comportamento do chefe da família Tezzele, quando do nascimento de seu neto, “filho natural” por ser a mãe solteira, percebe-se que sua primeira atitude foi batizar o garoto, em 8 de julho de 1884, reconhecendo-o como o mais novo membro daquele grupo familiar.<sup>5</sup> Na sequência, a jovem e solteira mãe, de 19 anos, casou-se com um conterrâneo da própria comunidade, Pedro Copetti, 24 anos, no dia 18 de agosto de 1884.<sup>6</sup> Não se sabe ao certo se a moça já estava noiva antes de se tornar mãe solteira. As informações disponíveis dizem que, pouco mais de um mês depois do nascimento de seu filho, Apálice se casou na igreja matriz da paróquia de Santo Antônio, em Silveira Martins. A rapidez com que se deu a articulação desse casamento pode ser indício da existência deste pretendente antes de dar à luz ao filho natural.

Ambas as famílias, Tezzele e Copetti, haviam imigrado para o Brasil no vapor Habsburg, e, juntas, se deslocado para o Rio Grande do Sul até a região colonial. As experiências compartilhadas entre as famílias, durante o processo de transferência e no momento de estabelecimento nos lotes coloniais, certamente, criaram condições para que laços de solidariedade fossem firmados entre os imigrantes. Também no núcleo colonial do sul do Brasil, os vínculos

---

<sup>5</sup> Em outros casos de batismos de filho “natural”, o ritual ocorria depois de dois ou três anos do nascimento. Carlos Tezzele, ao contrário, batizou seu neto apenas sete dias após o nascimento. Livro de Batismo de Silveira Martins, nº 1, 2, 3, 4, 1884-1900. BDSM.

<sup>6</sup> Livro de casamento de Silveira Martins, nº 1, 1884-1897, p. 1. BDSM.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

foram reforçados através da realização de novos casamentos entre as duas famílias.

Na sede da Colônia, a família Copetti aparece como proprietária de lotes urbanos. Porém, novos núcleos estavam sendo demarcados pelas autoridades que cuidavam da administração da região colonial. Foi num destes núcleos que Pedro Copetti adquiriu terras e se estabeleceu com Apálice Tezzele após o casamento. O novo casal se estabeleceu, portanto, distante de Silveira Martins, comunidade em que residia a família Tezzele e onde a população comentava a história da moça que tivera um “filho natural” que todos suspeitavam ser do falecido padre Vitor Beniamino Arnoffi.

Diante disso, foi entre famílias que já mantinham certa proximidade que o casamento entre Apálice Tezzele e Pedro Copetti foi articulado, reforçando, assim, as relações de alianças, cumplicidade e solidariedade existentes. A realização de um casamento garantia a formação de nova unidade familiar, denotava estabilidade e condição de sobrevivência para Apálice e seu filho natural. Certamente, uma das apreensões do pai era realizar o casamento da filha para garantir a reprodução das estruturas familiares, contornando as dificuldades econômicas e sociais que ameaçavam a manutenção da posição do grupo diante da desonra em ter uma filha que era mãe solteira.

O patriarca Carlo Tezzele não devia estar alheio aos comentários e boatos que se espalhavam sobre a paternidade de seu neto, e tinha ciência que se eles continuassem a poderiam comprometer as relações e recursos de sua família. Portanto, o que importava era agir no sentido de solucionar a situação antes que novos elementos surgissem e prejudicasse a reputação do grupo e, conseqüentemente, a posição da família Tezzele. Suas atitudes deveriam contornar a situação que causava vergonha, evitando, assim, que o “rumor da comunidade, espécie de fórum coletivo”, prevalecesse.

Valores como desonra e vergonha estavam no centro da moral dos imigrantes, sendo elementos que dificultavam as relações familiares e comunitárias, prejudicando a manutenção de recursos para os indivíduos. Dessa



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

forma, havia uma preocupação das famílias em seguir uma ética local, fundamentando-se mais naquilo que era considerado socialmente vergonhoso do que no sentir-se em pecado, conforme afirmou Emmanuel Le Roy Ladurie (1998, p. 250, 440) ao abordar a importância das atitudes numa pequena aldeia francesa.

Se de fato o pai da criança era o padre Vitor Arnoffi, nada poderia aliviar a ofensa à família desonrada, uma vez que o culpado – o vigário – não mais figurava entre os vivos. As informações que temos sobre a morte do padre são resultado das interpretações dos imigrantes frente ao acontecimento “repentino”. As explicações de que o pároco cometera suicídio estão relacionadas à própria percepção da população quanto aos comportamentos que provocavam vergonha e desonra. Desse modo, a versão do suicídio ganha legitimidade quando se avalia a sua responsabilidade na gravidez de Apálice Tezzele, sua criada na casa paroquial. Devido à gravidade do ato, uma verdadeira ofensa moral cometida pelo padre Arnoffi, o seu medo de possíveis coerções sociais e punições o fez buscar a morte.

A partir dessa perspectiva – alertando que este ponto de vista foi o que surgiu entre a população italiana no local onde Arnoffi era vigário –, consciente de sua responsabilidade, do peso da ofensa à família e das possíveis limitações e constrangimentos que estaria sujeito, preferiu o padre aplicar o seu próprio castigo. Os sacerdotes deviam procurar respeitar a castidade e o celibato eclesiástico, portanto, os delitos sexuais cometidos por esses tinham um peso maior como ofensa à honra dos envolvidos. Na visão dos imigrantes, o padre Arnoffi, temendo os possíveis prejuízos à sua posição enquanto pároco local, provocou o suicídio, dando provas públicas de sua responsabilidade. A morte foi causada, então, pela ideia de pecado e a percepção da gravidade da ofensa contra a honra familiar da moça.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

### **3. “Ares de vendetta”: a morte do padre Sório**

Durante o tempo em que o padre Antônio Sório atuou como pároco da Sede da Colônia Silveira Martins (1884-1899), concentrou poderes através de uma política centralista de administração da paróquia. O prestígio conquistado permitiu a ele se tornar agente consular e mediador entre os imigrantes e as instâncias externas de poder. Mas no dia 30 de dezembro de 1899, à tardinha, quando retornava de seus afazeres de padre,<sup>7</sup> Sório “fora vítima de um desastre” em uma das estradas da localidade. Foi o mesmo encontrado caído do cavalo onde ficou prostrado no solo por mais de três horas até ser encontrado por conhecidos que o socorreram. Transportado à Casa Paroquial, em uma carroça com “cama” improvisada, “durou ainda doze horas entre dores cruelíssimas”.<sup>8</sup>

No decorrer da sua agonia foi Sório assistido por médico, cuidado pelos sobrinhos e ouvido por um conselho de imigrantes, formado por indivíduos de reconhecido prestígio local, para os quais pronunciou seus últimos desejos. Ditou então seu testamento, porém, não o assinou, uma vez que se encontrava impossibilitado de realizar qualquer movimento.<sup>9</sup> Assim, assistido por sete testemunhas, faleceu em 3 de janeiro de 1900, sendo oficialmente divulgado como causa de sua morte “ferimentos causados por queda do cavalo.”<sup>10</sup> Mas esta versão não foi acreditada pela população colonial que logo passou a comentar que o incidente ocorrido com o pároco se tratava de uma emboscada.

O imigrante italiano Andrea Pozzobon narrou em suas memórias que no dia 29 de dezembro de 1899, “devido a uma queda de cavalo ou, como dizem outros, a um verdadeiro assassinato, rendeu sua vida o Rev. Dom Antonio Sório”, vigário da colônia Silveira Martins”. Não desconsiderando o fato de o

---

<sup>7</sup> Em 1877 foi criado o Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, no centro geográfico do Rio Grande do Sul. Logo em seguida teve seu nome alterado para “Colônia Silveira Martins”, em homenagem ao Senador Gaspar Silveira Martins.

<sup>8</sup> *Jornal O Combatente*, Santa Maria, 11 de janeiro de 1900. Arquivo Casa de Memória Edmundo Cardoso, Santa Maria.

<sup>9</sup> Testamento de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, nº 116, maço 3, ano 1900. Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>10</sup> Livro de registros de óbitos do Cartório Cível de Silveira Martins. Silveira Martins, RS.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

padre ter sofrido um acidente e morrido em decorrência disso, destacou haver comentários e rumores entre os imigrantes que asseveravam ter sido Sório “vítima de uma armadilha”. Na sequência, assegurou que o mesmo faleceu após “golpe sofrido”, suportando “intensas dores” com “heróica resignação”. Apesar das suspeitas de crime serem compartilhadas entre boa parte da população da ex-Colônia Silveira Martins, segundo Andrea Pozzobon, o “caso nunca foi devidamente esclarecido” (POZZOBON, 1997, p. 178).

Tal informação, apresentada por um contemporâneo dos fatos, possibilita iniciar uma análise dos elementos que levaram à construção desta outra hipótese da morte do padre Sório. Os imigrantes italianos elaboraram suas próprias conclusões sobre o incidente, partindo, para tanto, das avaliações que faziam do comportamento do pároco e das rivalidades locais. Porém, essa opinião circulava apenas entre os membros da localidade, ficando, muitas vezes restritas às conversas privadas e reuniões familiares. Andrea Pozzobon, portanto, foi um dos primeiros a registrar a possibilidade de ter ocorrido um “verdadeiro assassinato”, ressaltando que as maiores desconfianças sugeriam ter sido Sório vítima de uma emboscada. Essa afirmação marca uma diferença entre dois entendimentos que necessariamente não tinham o mesmo significado para os imigrantes italianos, pois uma “armadilha” era uma prática utilizada no mundo camponês que não tinha o mesmo sentido de crime.

Outros elementos são apresentados pelo sacerdote Frederico Schwinn (caderno a, p. 14), pároco da sede ex-Colônia Silveira Martins entre 1906 e 1918. Em seus manuscritos ele afirma que, no dia 29 de dezembro de 1899, numa das principais estradas da região, Antônio Sório foi encontrado “caído do cavalo [e] gravemente *pisado no baixo ventre*” (grifos meus). Devido à gravidade dos ferimentos, veio a falecer no dia 2 de janeiro, deixando fortes indicações de ter sido “vítima de um crime”. Certamente, Schwinn escreveu o que ouviu de seus paroquianos e também o que lhe contara o seu colega Mathias Schoennauer, testemunha que assistiu Sório nos seus últimos momentos de vida. Ao apontar sobre as características dos ferimentos usou termos brandos para indicar a



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

natureza da lesão sofrida pelo padre, mas, por outro lado, declarou que as evidências indicavam ter ocorrido um crime.

Portanto, levando-se em consideração as informações apresentadas pelos contemporâneos do padre, há indícios da existência de uma agressão planejada contra Sório. As explicações oferecidas por Schwinn, em seus manuscritos, são em partes oriundas da própria população local, pois apresentaram os comentários que circulavam tanto entre os imigrantes quanto entre os sacerdotes que trabalhavam na região colonial. Logo, se está diante de uma versão que deve ser creditada aos imigrantes e seus descendentes, moradores da ex-Colônia Silveira Martins. Nada há nos registros oficiais nada que indique a existência de um crime. Para fundamentar a versão, a população deve ter feito uma avaliação sobre o comportamento pretérito do padre, identificando naquela “tragédia” a existência não de uma fatalidade, antes de uma *vendetta*.

Na década de 1990, o historiador Luiz Eugênio Vésicio (2001, p.25) tomou as interpretações sobre a morte do sacerdote como ponto de partida para uma reflexão mais ampla do embate entre a Maçonaria e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul. Para tanto, realizou entrevistas entre os descendentes que residiam no município de Silveira Martins, apresentando as versões ainda sustentadas pela população. Através dos depoimentos, o autor constatou que na memória coletiva subsistia a ideia de que o padre Sório havia sido castrado por ter seduzido uma moça da comunidade. Essa versão de um crime de vingança não chega a ser novidade, dadas às informações passadas pelo sacerdote Frederico Schwinn em seus manuscritos. Acreditando-se em crime de castração, o delito, então, foi planejado por questões de honra e não por motivações políticas.

Através da análise dos depoimentos dos descendentes de imigrantes italianos, acredita-se ser possível começar a entender a tragédia do padre Sório em seu contexto cultural, analisando a versão de um crime de castração como uma possibilidade vivida pelos próprios imigrantes na região colonial. Conforme o depoente Achilles Pirotti (86 anos) há a afirmação de que ali na





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Linha Duas residia, à época da morte, o sobrinho do padre, de nome Luís Sório, sendo casado com uma tia do depoente. Sua mãe foi contemporânea aos acontecimentos, por isso narrou que um dia, quando o padre Sório retornava da casa de seu sobrinho na Linha Duas, “três homens pegaram” e “começaram a judiar dele”, ficando o mesmo “muito machucado. Na estrada o atacaram e o machucaram com pedras, chegando ao ponto de “castrar o padre”. O comentário local era que o padre tinha mexido com uma mocinha donzela e que os parentes dela o pegaram.<sup>11</sup>

Na memória transmitida no espaço familiar e comunitário subsiste a versão de emboscada e agressão física por questões honra, onde alguns indivíduos aplicaram uma punição como resposta a ofensas morais. As narrativas orais e escritas sobre a morte do padre Sório permitem analisar a maneira como os imigrantes lidaram com fatos cotidianos e inesperados. Se, por um lado, a memória do povoado “revela omitindo”, por outro, ela também permite entender os indivíduos como “sujeitos de suas ideias e de suas lembranças”. As versões e os fatos ficam sem sentido se separados do cenário local nos quais se desenrolam. É necessário que “tempo e espaço” sejam considerados quando se procura entender comportamentos, normas e valores locais (MARTINS, 1992, p. 19).

Tanto os relatos orais dos descendentes quanto as narrativas e crônicas dos imigrantes e padres forneceram substrato para delinear um contexto de possibilidades de atuação das famílias, lógicas, valores, estratégias individuais e comunitárias. Deste modo, busca-se uma integração entre as narrativas, no caso aqui as versões sobre a morte do padre Sório, e os dados encontrados nas outras fontes documentais, relacionando a realidade concreta às possibilidades do contexto vivido pelas famílias camponesas nos núcleos coloniais. As explicações sobre determinadas práticas de punição, noção de justiça, atuação das famílias e as situações que geravam os sentimentos de vergonha num evento específico

---

<sup>11</sup> Depoimentos de moradores de Silveira Martins, 13 de dezembro de 1997 (VÉSCIO, 2001, p. 312-313).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

podem ser entendidas a partir de um código de honra que aponta um universo de probabilidades válidas para entender o desempenho e escolhas do grupo imigrante.

Seguindo os indícios apresentados nas narrativas que apontam para a existência de um crime, consequência direta da violação das normas de respeito e igualdade que deviam reger o relacionamento entre os homens de honra, destaca-se a importância de um fato vivido por Antônio Sório meses antes da tragédia. Em carta de 20 de agosto de 1899, o padre expõe de forma resumida alguns acontecimentos em que estava envolvido, desabafando a um padre amigo o seu drama pessoal. Primeiramente, afirma que “um raio fulminante e seco” havia interrompido “a religiosa existência da senhora Ambrosina, brasileira, filha do Juiz Distrital Joaquim Augusto de Pinho, grande patrono da loja maçônica e satânica da região colonial.” Frente a esse fato, o padre exclamou: “porque Deus supremo arquiteto do universo” permitiu tal “árdua sentença?” Na sequência desabafou: “caro amigo, andamos mal com este tempo ruim e com certos ares que inspiram vendetta”.<sup>12</sup> A “senhora Ambrosina”, na verdade, era uma menina de 13 anos que havia falecido dias antes do padre escrever esta carta.<sup>13</sup> De acordo com as informações presentes neste documento, percebe-se que o próprio Sório está sentido certa atmosfera de *vendetta* no ar. Sentia-se culpado por algo? Estaria ele, de alguma forma, envolvido na morte da menina Ambrosina? Até agora não se conseguiu desvendar este enigma.

No entanto, uma coisa parece certa: os ferimentos que causaram o falecimento de Antônio Sório não foram ocasionados por um acidente que dera do cavalo como asseguraram em cartório aqueles sete indivíduos que presenciaram a elaboração do testamento e as últimas palavras do padre.

---

<sup>12</sup> Carta de Antônio Sório, 20 de agosto de 1899. Caixa família Sório. Centro de Pesquisas Genealógicas, Nova Palma. Não se identificou a quem era destinada a carta do padre Sório, uma vez que falta uma parte do documento do qual não foi encontrada, mas, conforme as indicações, acredita-se ser um colega de batina da região colonial.

<sup>13</sup> No dia 18 de agosto de 1899, no cemitério de Silveira Martins, foi sepultada Ambrosina de Pinho com 13 anos e 9 dias. O registro de óbito (que consta no livro paroquial) da referida menor não foi assinado por Sório ou qualquer outro sacerdote da região colonial. Paróquia de Silveira Martins, Livro 1: 1884-1907. Bispado de Santa Maria.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Diferentemente do que atestaram oficialmente as testemunhas, o que ocorreu não foi uma morte repentina, inesperada e acidental, mas, talvez, uma vingança de sangue planejada, que há tempos vinha sendo pensada. Entre as sete testemunhas que estavam junto ao padre em seus momentos finais – pessoas de prestígio na região colonial – formou-se um “tribunal de grupo”<sup>14</sup> que optou pela versão da fatalidade, confirmando ter o pároco falecido por queda do cavalo e não por punição planejada. Ao procederem dessa forma, queriam impedir o surgimento de possíveis vinganças e conflitos locais. Assim, enterraram junto ao corpo do pároco as “verdadeiras” causas de sua morte. Esse pacto de silêncio firmado buscava proteger tanto os agressores como também a comunidade de Silveira Martins da possível exposição pública que acarretaria caso a justiça do Estado se intrometesse no assunto. As consequências seriam desastrosas à estabilidade comunitária. Ao escolherem o caminho do consenso e pacificação, os sete imigrantes agiram segundo um código de honra que restaurava o equilíbrio de poder entre as famílias do lugar, evitando novas retaliações e humilhações. Do mesmo modo, evitavam macular a reputação do pároco Antônio Sório.

\*\*\*

Mesmo em tempos diferentes, as versões sobre as mortes dos padres Vitor Arnoffi e Antônio Sório se assemelham, pois a comunidade apontou motivos semelhantes a esses fatídicos acontecimentos. De certa forma, a morte do padre Sório, ocorrida dezesseis anos depois a de Vitor Arnoffi, foi interpretada pela comunidade à luz das certezas que tinham a respeito do “suicídio” desse último. Apesar das suspeitas da população, em ambos os casos não houve qualquer investigação policial, nenhuma tentativa de averiguar as circunstâncias das mortes dos párocos da sede da Colônia. No entanto, para os

---

<sup>14</sup> Definição utilizada por Giovanni Levi (2000, p. 125-126), em sua obra *Herança Imaterial*, ao abordar as estratégias familiares para garantir segurança, estabilidade e proteção numa pequena aldeia piemontesa do século XVII.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

imigrantes, tanto uma morte quanto a outra foram o resultado de atitudes de desrespeito aos valores e normas camponesas que abalaram a reputação e a honra de famílias locais.

Estas histórias com finais trágicos podem revelar muito sobre as maneiras que os indivíduos e famílias se articulavam para solucionar os imprevistos cotidianos, fossem problemas sociais ou naturais. Isso vem permitindo analisar um dos aspectos de interesse da presente pesquisa: o universo das relações possíveis nas comunidades coloniais. As trajetórias dos referidos padres imigrantes se assemelham, havendo compartilhado experiências e expectativas comuns quando decidiram emigrar e reiniciar suas vidas no sul do Brasil. E, talvez, por coincidência, as explicações sobre suas mortes apresentem motivações semelhantes. O que pretendi com este artigo foi mostrar uma integração entre as narrativas, no caso as versões sobre as mortes dos padres Arnoffi e Sório. Os dados encontrados em diferentes fontes documentais revelam realidades concretas e possibilidades vividas pelas famílias camponesas nos núcleos coloniais. As explicações sobre determinadas práticas de punição, noção de justiça, atuação das famílias e as situações que geravam os sentimentos de vergonha num evento específico podem ser entendidas a partir de uma percepção cultural própria que aponta um universo de probabilidades válidas para o grupo imigrante.

### **Referências bibliográficas:**

BURGUIÈRE, André. “Prénoms et parenté” In. *Lê prénom, mode et histoire: lês entretiens de Malher*. Paris: Édition de L’ École dès Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1980.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Montaillou: povoado occitânico 1294-1324*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

LEVI, Giovanni. *A Herança imaterial – trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARTINS, José de Souza. “Por uma compreensão do esquecimento e do silêncio”. In: *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. 2º Ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

POZZOBON, Zolá Franco. *Uma odisséia na América*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

PROSPERATI, Adriano. *Dar a alma: história de um infanticídio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RIGHI, José V; BISOGNIN, Edir L.; TORRI, VALMOR. *Povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre: EST, 2001.

SCHWINN, Frederico. *Freguesia Silveira Martins*. Caderno a, b, c, p. 14, Caixa 5, Missão Brasileira. AHNSC, Santa Maria.

VENDRAME, Maíra Ines. *Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

VÉSCIO, Luiz E. *O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1925)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Santa Maria: Editora UFSM, 2001.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **INTRUSÕES NO ALTO URUGUAI GAÚCHO:**

### **O CASO DE JOÃO INÁCIO**

Márcia S. Caron\*

João Carlos Tedesco\*

#### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

[...]

Ninguém sabe, afinal, o que não andou em tudo isso! As informações que se têm acerca são de origem oficial. Que não haverá acontecido de verdadeiro? Essa interrogação fica para ser respondida mais tarde, depois dos ânimos serenados, quando se possa investigar, sem perigo, essa página sangrenta da História de Erechim.<sup>1</sup>

Aldo Afonso de Castro. Erechim: 22/12/1928.

As intrusões no Rio Grande do Sul da República Velha – período compreendido entre 1889 e 1930 – representaram um fenômeno intenso e por vezes violento.

No Estado positivista, implementado por Júlio de Castilhos/Borges de Medeiros e inspirado nos grandes mestres das ciências, os trabalhos das seções de terras e de colonização eram entendidos como órgãos que visavam a consolidação do lema positivista “*O amor por princípio, a ordem por meio, o progresso por fim*”. De acordo com esta visão positivista, a improvisação era a geradora do caos, da desorganização. E foi sob esta influência positivista que as chamadas colônias novas – no Planalto rio-grandense – foram organizadas.

---

\* Mestre em História – UPF. Professora da URI – Campus de Erechim. [marciacaron@uricer.edu.br](mailto:marciacaron@uricer.edu.br)

\* Doutor em História. Professor do PPGH/UPF. [jctedesco@upf.br](mailto:jctedesco@upf.br)

<sup>1</sup> CASTRO, Aldo Afonso de. *Subsídios para a História de Erechim*. Erechim: 1929. Esta citação de Castro é de 22/12/1928, contemporânea dos acontecimentos do Vau Feio e refere-se ao confronto mais violento que se deu entre as forças da Brigada Militar e o grupo de João Inácio.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Assim, a *intrusão* deve ser entendida em seu contexto histórico, como uma forma ilegal de ocupação da terra. Intrusos eram os colonos – nacionais ou descendentes de imigrantes – que por não possuírem condições de adquirir terras nos moldes ditados pela Lei de Terras de 1850; e nem serem alvo das políticas de colonização oficiais, estabeleciam-se espontaneamente em terras devolutas ou em terras não aproveitadas/não valorizadas. As intrusões desafiavam a organização e a metodicidade da ocupação da terra planejada pelos positivistas; uma vez que geravam conflitos e desordens.

O texto pretende abordar de forma breve e exploratória, o processo de intrusão na colônia Erechim – especificamente na Fazenda Quatro Irmãos e arredores, entre os anos de 1927/1929.

Este recorte espaço-temporal justifica-se em função de que, neste período aconteceram confrontos violentos que chamaram a atenção da imprensa gaúcha e também do governo rio-grandense. O enfoque oficialmente dado ao caso em estudo, conhecido como “bando de João Inácio”, foi o de “sedição”. Portanto, o caso do bando de João Inácio esteve ligado até agora, na historiografia local, como uma revolta, um motim; enfim uma continuação do movimento revolucionário que convulsionou a região nos anos 1923/1924.

João Inácio e seu grupo, porém, lutavam por terra. Os documentos selecionados para a pesquisa demonstram que, muito mais do que um “reacender” do movimento revolucionário de 1923, a luta de João Inácio tinha outro objetivo: o de garantir a posse da terra em que ele, sua família e mais oito famílias viviam, na região do Vau Feio e mesmo em terras da Fazenda Quatro Irmãos.

### **O Estado positivista e a questão das terras**

Ao se falar sobre o Rio Grande do Sul do final do século XIX e início do século XX; e mesmo sobre o Rio Grande do Sul republicano, deve-se considerar que a viga mestra da estrutura montada pelo PRR era o positivismo castilhisto (KLIEMANN, 1986).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

De acordo com Kliemann, o programa do PRR difundia a proliferação da livre empresa e a acumulação baseada no trabalho assalariado, a valorização do preço da terra, a diversificação da produção – medidas que notadamente pretendiam a definitiva inserção do Rio Grande do Sul numa economia moderna e eficiente, que fosse capaz de atender às necessidades de acumulação capitalista, da qual dependia o desencadeamento de um processo de industrialização local. Ainda de acordo com esta autora, a legislação estadual entre 1889 a 1935 revela cerca de uma centena de determinações a respeito destes assuntos, em forma de leis, atos e decretos do governo.

Acompanhando-se esta lógica, o tratamento a ser dado às questões relacionadas com a terra – meio de produção fundamental numa economia agropecuária – não poderia ser diferente do tratamento que se dava às demais questões: a ordem para o progresso. Cabe salientar que, enquanto a organização das colônias antigas<sup>2</sup> aconteceu no contexto político do Império; as colônias novas – no Planalto – foram organizadas totalmente no período republicano, sob a égide do castilhismo-borgismo.

O Norte do estado, no início do século, era uma região apenas parcialmente ocupada, dividida em poucos municípios que estavam entre os de maior extensão territorial do estado; rica em matas de madeiras nobres e em ervais nativos. Assim, após a implantação da República, o processo de ocupação oficial através da colonização, dirigiu-se principalmente para a região geográfica do Planalto (RÜCKERT, 1997).

Compreenda-se que esta colonização oficial dar-se-á na forma de pequenas propriedades destinadas aos imigrantes estrangeiros, e não aos chamados nacionais ou caboclos. Neste ponto é relevante o estudo de Paulo Zarth sobre a questão agrária no Rio Grande do Sul, quando afirma que “[...] é pertinente ressaltar que a política deliberada de propiciar o desenvolvimento de pequenas propriedades agrícolas era uma política voltada para os imigrantes

---

<sup>2</sup> Colônias localizadas principalmente na região da Serra Gaúcha e alvo das primeiras levas de imigrantes estrangeiros.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

européus (ZARTH, 1997, p. 77). A razão do tratamento diferenciado dado aos imigrantes europeus e aos nacionais acontece em face de que os primeiros são os encarregados do desenvolvimento agrícola, na política oficial.

Os caboclos ou nacionais eram vistos como usuários de técnicas agrícolas obsoletas, e, por isso, atrasados e incapazes de incorporar o papel de desenvolvedores da agricultura do estado. Aos colonos imigrantes é delegado o papel de contribuidores e formadores da sociedade gaúcha; bem como o caráter de modernismo, organização e progresso do Estado.

A partir da Lei de Terras de 1850, a terra “[...]passa a ter uma nova concepção: a de ser domínio público, acessível apenas àqueles que podem explorá-la na forma de mercadoria, passando a representar, essencialmente, poder econômico.” (COSTA, 1977, p. 136).

Há quase consenso entre a historiografia brasileira de que a Lei de Terras de 1850 pretendia disciplinar o acesso à terra, bem como impedir/difícultar a população mais pobre e mesmo os imigrantes de tornarem-se proprietários. Deve-se aplicar esta regra ao contexto das grandes fazendas produtoras de café, que tiveram de adaptar-se à nova estrutura – a de trabalho assalariado – em substituição ao trabalho escravo.

Sabe-se que a Lei de Terras de 1850 dificultou ao caboclo a posse da terra, uma vez que a terra passou a ser mercadoria de compra e venda. Impedido de tornar-se proprietário, os caboclos tornaram-se peões, agregados ou posteiros<sup>3</sup> nas grandes propriedades; e também organizadores de infraestrutura (estradas, desmatamentos, ...) nos projetos de colonização oficial.

O caboclo como elemento formador do povo sul rio-grandense, é na maioria das vezes ignorado; considerado uma figura social ligada a métodos rudimentares de agricultura e ao extrativismo ervateiro. A história oficial do Rio Grande do Sul exalta os valorosos imigrantes, desbravadores que povoaram e construíram a cultura e a sociedade gaúcha, mas raramente referem-se

---

<sup>3</sup> Homem que mora no posto de uma fazenda e que vigia o gado.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

àqueles que foram os primeiros a labutarem na terra rio-grandense: índios, negros e caboclos.

As intrusões existiram no Rio Grande do Sul em pequena escala durante o período monárquico. No entanto, durante a República Velha avultou-se de tal forma que constitui um problema enfrentado até hoje pelo Estado: “acredita-se que o estudo desse problema pode desvelar, além do exercício de dominação e das formas de resistência, a aparência do que foi e é a questão de terras no Rio Grande do Sul.” (KLIEMANN, 1986)

Os intrusos eram, em grande parte, colonos nacionais que por não possuírem recursos e não serem contemplados pelas políticas de colonização, buscavam as áreas de terras não aproveitadas e não valorizadas para ali estabelecerem-se à margem da sociedade, da economia e da lei, sobrevivendo em condições precárias.

Também poderiam ser colonos estrangeiros ou de origem estrangeira que se estabeleciam por sua conta em terras devolutas; ou ainda colonos que migravam das colônias velhas em busca de novas terras, ou mesmo colonos que fugiam para as terras devolutas porque não puderam pagar as dívidas contraídas com o governo, o que lhes dificultava acesso legal a outras terras.

Para Peres eram consideradas intrusas inclusive as famílias que, por medo ou por razões políticas, embrenhavam-se na mata para colocar-se a salvo da ação dos grupos armados, durante as conturbações políticas que agitaram o estado no período da República Velha.

Inserir-se neste contexto o estudo de caso que objetiva estudar as intrusões ocorridas na fazenda Quatro Irmãos entre 1927/1929.

#### A Fazenda Quatro Irmãos

Sabe-se que o governo admitiu a participação da iniciativa privada na empresa colonizatória. E não apenas colonizadores nacionais, mas também de empresas estrangeiras; no caso em estudo, da Jewish Colonization Association. No entanto, exigia que os projetos de colonização obedecessem aos preceitos determinados no plano de colonização do governo. Fundada em caráter



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

filantrópico pelo Barão Hirsch em 1891, a ICA tinha como objetivo principal promover a emigração dos judeus, vítimas de discriminações e perseguições no leste europeu e Ásia, e transferi-los para países cuja legislação lhes assegurasse uma existência livre de discriminações. (GRITTI, 1997)

Gritti ressalta uma das maiores preocupações da ICA era com a segurança e a preservação de sua posse sobre a fazenda – uma área total de 93.985 hectares – uma vez que desde o início da ocupação, a fazenda de Quatro Irmãos foi alvo de intrusões. Ressalva também que

A partir de 1927, a Companhia começa a se deparar com uma nova forma de invasão. As invasões agora têm objetivo político bem definido. Os invasores pretendem tomar posse da área invadida. As invasões, apesar de se apresentarem oscilantes quanto à sua intensidade, adquirem caráter de perenidade devido à constância das mesmas.(GRITTI, 1997, p. 97)

Importante salientar: o período em que as intrusões se intensificaram coincide com a contestação da posse da fazenda, apresentada por Francisco Heráclito dos Santos, herdeiro do Barão dos Campos Gerais, que afirmava que a Fazenda Quatro Irmãos havia sido vendida sem seu consentimento.

Logo a contestação da posse da Fazenda apresenta-se como determinante nos processos de intrusão em seus limites e também no estudo de caso em questão. O processo de contestação da posse da Fazenda de Quatro Irmãos foi instaurado em agosto de 1927.

Em seu trabalho, Gritti (1997), afirma que as intrusões foram um estratagema utilizado pelos requerentes da posse da Fazenda Quatro Irmãos – na figura de seu advogado José Dario de Vasconcellos – para que conseguissem se apoderar de parte da Fazenda. Nos documentos pesquisados para este trabalho, acha-se a autorização do advogado de Francisco Heráclito dos Santos,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Dr. José Dario de Vasconcellos, autorizando a intrusão de Ernesto Vieira da Costa, nos seguintes termos:

Passo Fundo, 31 de outubro de 1927. Ilmo Senhor Ernesto Vieira da Costa. Amigo e Senhor. Pela presente vos autorizamos a fazer como agregado, uma casa de madeira nos matos da Fazenda de Quatro Irmãos e a fazer plantações. Amigos e Criados. (assig.) J. Dario Vasconcellos e Angelo Pretto.

( APERS. Porto Alegre, nº 456, maço 13, E 11, 1927.)

Perceba-se que, meses antes de haver requerido o seqüestro da zona em questão, os advogados de Francisco Heráclito dos Santos já autorizavam que os limites da fazenda fossem transpostos, mesmo sem terem ordem judicial para isto.

Sabe-se que a ICA tomou providências extremas para a expulsão destes intrusos da propriedade “[...]em 11 de dezembro de 1927, Marinho Melotto, Severino Alves dos Santos e Jacintho Antônio de Borba, por ordem dos Drs. Herculano Araújo Annes e Marcos Leitchic incendiaram a casa e destruíram tudo que havia nas adjacências [...]” (GRITTI, 1997, p. 43); o que resultou, em maio de 1928, na prisão do advogado da ICA Herculano A. Annes e do Diretor Marcos Leitchic.

Os requerentes, após este incidente, passaram a afirmar que estavam sendo ameaçados em sua posse pela ICA, que não reconhecia seus direitos e continuava a explorar os matos e os ervais da zona em questão. O litígio pela posse da fazenda levou ao seqüestro da área em 7 de maio de 1928. A ordem, assinada por Candido Cony como 1º suplente do Juiz Distrital, determinava que

Proceda o sequestro na posse de terras, casas e lavouras pertencentes a Francisco Heráclito dos Santos, situado na Fazenda Quatro Irmãos, nos matos da costa do rio Facão. Feito o sequestro deposite em poder





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de depositário idôneo. [...] (APERS, Porto Alegre. N<sup>o</sup> 97, maço 2, E 11, 1928.)

E foi a partir do seqüestro na zona do rio Facão que a Companhia passou enfrentar sérios problemas com *intrusos* na Fazenda. O processo de contestação de posse, composto de três volumes e que foi pesquisado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – em Porto Alegre – demonstra a preocupação da direção da ICA com o vulto que tomavam as intrusões na fazenda, o que também é comprovado pelas correspondências trocadas entre a sede da fazenda e a direção central da *Jewish Colonization Association* em Paris.(GRITTI, 1997)

O sequestro da parte em litígio implicou em que a justiça nomeasse “depositários judiciais”<sup>4</sup>, com o fim de garantir a posse mansa e pacífica do território em questão. O primeiro a ser nomeado depositário da zona seqüestrada da Fazenda Quatro Irmãos foi Leopoldo Costa, em 7 de maio de 1928. A ele seguiram-se João Lahn dos Reis; João Antônio de Oliveira e Cysnando Martins. (APERS, Porto Alegre.)

Todos depositários judiciais foram contestados veementemente pela ICA, que afirmava que todos eram patrocinadores dos diversos intrusos que adentravam os limites da fazenda, causando prejuízos à empresa. A Companhia sempre deixava muito claro que a situação de sequestro e litígio da posse da fazenda gerava enormes prejuízos, quer fosse pela insegurança que gerava entre os colonos assentados; quer fosse pela exploração que os depositários judiciais e os intrusos faziam na área de matos e ervais da fazenda – fora da área de sequestro.

Enquanto ocupou seu cargo, que seria a guarda da fazenda cujas divisas e cuja extensão de mais ou menos 660 m de circunferência, constam nos

---

<sup>4</sup> Num processo litigioso, por ‘depositário’ entende-se aquela pessoa que deve guardar fielmente a posse de determinado bem até que o judiciário defina o fim que se dará a determinado bem.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

autos de sequestro nada menos de 20 intrusos foram encaminhados por ele, e estabelecidos em vastíssima zona. Em face dessa invasão daninha, da derrubada de matos, inclusive ervais, a ICA requer a restituição de sua posse, respeitado, naturalmente, a área sequestrada. APERS. Porto Alegre, nº 97, maço 2, E 11, 1928.

A fim de comprovar que as intrusões ocorriam não apenas na área seqüestrada pela justiça, mas também em toda a extensão da fazenda, a *Jewish Colonization Association* solicitou que vários colonos, moradores da Fazenda de Quatro Irmãos e de ocupações diversas, fossem à Delegacia para testemunhar que os intrusos que infestavam a fazenda agiam não apenas na área em litígio, mas em toda a extensão da fazenda.

A imprensa local – em especial o jornal “Nacional” de Passo Fundo – divulgava que os colonos judeus da Fazenda Quatro Irmãos foram agredidos e suas colônias saqueadas; principalmente no final do ano de 1928, período em que sucederam os maiores conflitos na Fazenda Quatro Irmãos.

Ao ler-se os depoimentos dos colonos que depunham, percebe-se que nenhum deles era judeu. Isto demonstra um certo protecionismo da Companhia em relação aos colonos judeus por ela assentados, na medida em que não os envolvia na disputa judicial e, conseqüentemente, não expunha-os aos comentários da imprensa.

Mesmo assim, num instrumento jurídico produzido pelos autores da ação – Francisco Heráclito dos Santos e outros – datado de 23 de junho de 1930, os mesmos afirmavam que as terras adquiridas pela ICA na Fazenda Quatro Irmãos era parte da qual eles não foram indenizados – nem por inventário e nem por dinheiro – por isto mesmo sendo passível de seqüestro. E completaram, em letras garrafais dizendo que “é essa parte que os judeus, no seu hábito milenário de se apropriar do alheio – QUEREM PARA SI.”<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> O documento foi transcrito na íntegra. As letras garrafais fazem parte do texto original.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A batalha judicial para garantir a posse da Fazenda Quatro Irmãos estendeu-se até 11 de junho de 1931, quando a justiça determinou que a Fazenda era, legitimamente, da *Jewish Colonization Association*. Mesmo não sendo objetivo do texto discutir a posse da fazenda, essa contextualização faz-se necessária para o entendimento das intrusões.

João Inácio: uma figura muito falada e pouco conhecida

Diversos estudiosos da história de Erechim<sup>6</sup> já falaram de João Inácio. Desde as primeiras obras que traçam o perfil da história do município, o item João Inácio é comum. João Frainer foi o primeiro a escrever sobre João Inácio, descrevendo-o como “novo caudilho”, (FRAINER, 1936) relacionado à figura de Gaudêncio dos Santos, chefe revolucionário que lutou ao lado dos maragatos na região do Alto Uruguai.

Até o ano de 1927, quando foi apresentado ao Coronel Candido Pinheiro Barcellos, João Inácio era desconhecido. Pretende-se então caracterizar-se João Inácio, a fim de compreender os atos por ele e sua gente cometidos entre os anos de 1927/1929 nas cercanias da Fazenda Quatro Irmãos.

Em entrevista concedida ao jornal *Correio do Povo* em 17 de novembro de 1929, João Inácio contou sua história. E começou contando de onde veio

Morávamos na colônia Sarandy, e tendo, em 1923, explodido a revolução, para não aderirmos, fomos aos poucos nos retirando até que em 1924 viemos para o município de Boa Vista do Erechim, onde ficamos 8 famílias, morando. Tratamos logo de nos colocar, e para isso nos instalamos em terras pertencentes a uns judeus, e arrendadas, posteriormente à nossa chegada, a João Pedro Barbosa, vindo de Lagoa Vermelha. (*Correio do Povo*. Porto Alegre. 17/11/1929)

---

<sup>6</sup> João Frainer; Chico Tasso – pseudônimo do Pe. Benjamin Busato; Juarez Miguel Illa Font; Antônio Ducatti Neto. Ernesto Cassol escreveu um artigo para a revista ‘Destaque’, em 1981, intitulado *Tapir e Vau feio – a definitiva expulsão do posseiro* tratando especificamente deste tema.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Rückert traz dados relevantes para a análise do depoimento de João Inácio. Afirma que a Fazenda Sarandy tanto durante a revolução de 1923 quanto após o acordo de Pedras Altas, foi território de muitos embates entre caboclos e as forças oficiais do Estado, que estavam ao lado da companhia colonizadora<sup>7</sup>. A expropriação dos caboclos da Fazenda Sarandy, de acordo com Rückert foi um caso exemplar no que diz respeito à expropriação e marginalização dos camponeses caboclos, ditos *intrusos*.

A história oficial não guarda a trajetória da expropriação daqueles que são expulsos de suas terras. No entanto Vencatto (1988) apresenta-nos uma versão acerca da expropriação dos caboclos das terras de matas na Fazenda Sarandy no decorrer e após os fatos relativos à Revolução de 23. Apesar de o autor não explicitar quais as fontes e técnicas de pesquisa que utilizou (o que pode concorrer para dificultar a sustentação da veracidade dos fatos que apresenta), sua versão, até o momento, parece ser, senão das poucas, a única sobre a expropriação dos caboclos na Fazenda Sarandy durante a Revolução de 23 e a medição e colonização das terras de mata da área. (RÜCKERT, 1997, p. 129).

O depoimento de João Inácio coincide, então, com a delimitação espaço-temporal definida por Rückert para a expropriação dos caboclos da Fazenda Sarandy. João Inácio diz que foi se afastando da Fazenda Sarandy para não tomar parte na revolução de 23, saindo definitivamente em 1924; ano em que, de acordo com Rückert, os caboclos foram expulsos com grande violência e alto índice de mortandade, “[...] sendo costume levar à sede da companhia – em Sarandi – as orelhas dos caboclos assassinados, trabalho que é recompensado pelo número de pares de orelhas cortadas.” (RÜCKERT, 1997, p. 132).

Na mesma entrevista ao Jornal Correio do Povo, João Inácio revela informações que são importantes para compreender-se a posterior ação que irá desempenhar: a de que vieram em famílias (oito famílias) e a de que se

---

<sup>7</sup> Segundo Rückert a implantação da colonização particular na Fazenda Sarandy se dá a partir de 1917, pelos uruguaios Lapido, Mouriño e Mailhos.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

instalaram [...] *em terras pertencentes a uns judeus, e que posteriormente foram arrendadas [...].*

Estas informações são também encontradas no arquivo particular organizado por Aldo Castro. Neste arquivo encontra-se um memorial enviado ao presidente do estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Dorneles Vargas, em 27 de dezembro de 1928, o qual diz que João Inácio ocupava desde muito tempo as terras na Fazenda Quatro Irmãos *com o consentimento tácito da Companhia*. Implica dizer, então, que após sair da Fazenda Sarandy em 1924, João Inácio veio estabelecer-se na região do Vau Feio, ocupando também terras pertencentes à *Jewish Colonization Association*. Importante pontuar que a região denominada Vau Feio foi/é limítrofe da Fazenda Quatro Irmãos.

As primeiras referências à ações incomuns na Fazenda Quatro Irmãos, na imprensa local, são de novembro de 1928. Atente-se para que, nesta época, a ação de contestação de posse movida por Francisco Heráclito dos Santos contra a *Jewish Colonization Association* desde 1927, chegava ao ápice, com o decreto que determinou o sequestro de parte da fazenda chamada Linha Facão. Em primeiro momento, não se encontra referência à nomes dos causadores das desordens que ocorreram, nem às agressões.

Dizia a imprensa:

#### Situação anormal em Quatro Irmãos

Ultimamente, de um mez e meio pra cá, se tem registrado em Quatro Irmãos diversos e estranhos attentados á pessoas e bens de seus moradores. No mez passado, ao regressar para a sua residencia, em companhia de uma filha, foi agredido na estrada, por indivíduos a cavallo, e espancado o colono Leon Tabachnanki. Dias depois, o colono Jacob Hockstein soffreu identica e barbara agressão.

No dia 4 do mez p.p. diversos indivíduos armados de fusil e facões ameaçaram a família do colono José Miguel Glock, em sua própria casa.

Em 10 do p. findo, o colono Ignácio Mermenstein, ao regressar da igreja para sua casa, foi também atacado por dois salteadores



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

emboscados no matto e estupidamente espancado, espesinhado por patas de cavallo, ficando com o hombro direito deslocado. Os colonos Jayme Fligel e Isaac Raski, á noite também ao regressarem ao lar, tiveram identica aggressão desses bandidos.

De todos esses factos foram lavrados autos de corpo de delicto, ao que nos informaram.

Disse-nos, quem nos deu essas informações que os próprios trens do ramal ferreo da Jewish têm sido alvejados, sendo que uma noite foi obstruída a linha com o fim de sinistrar o comboio.

(...)

Em vista desses factos de selvajeria e banditismo mais desenfreado, determinou o dr. Desembargador Chefe de Polícia ao Dr. Prado Sampaio, sub-chefe de polícia desta região, que investigasse sobre o assumpto aconselhando as medidas repressivas necessarias.

Sabemos que o inquerito foi terminado, sendo os autos remetidos a chefatura de policia em Porto-Alegre. (O Nacional, Passo Fundo, 1/1'2/1928)

Cabe ressalvar que os nomes dos colonos citados no artigo de jornal supra constam na obra de Feldmann (2003), como sendo colonos judeus assentados pela *Jewish Colonization Association* na Fazenda Quatro Irmãos. Observa-se também que o jornal divulgador das agressões ocorridas na Fazenda Quatro Irmãos – “O Nacional” – tinha em sua direção o Dr. Herculano Araújo Annes, advogado da *Jewish Colonization Association* no processo de contestação de posse da fazenda. (GRITTI, 1997).

A partir de dezembro de 1928, passaram a ser constantes na imprensa – tanto local quanto em nível estadual<sup>8</sup> – de denúncias contra “desordeiros” que agiam nas proximidades da Fazenda Quatro Irmãos. Já em dezembro de 1928 teve início o envio de tropas da Brigada Militar, a fim de debelarem o grupo de desordeiros. A repressão à esses indivíduos pretendia ser exemplar:

---

<sup>8</sup> Os jornais pesquisados são “Diário de Notícias”; “O Boavistense”; “Sul Brasil”; “Comércio”; “O Nacional”; “Gazeta”. Todos os recortes encontram-se na coleção “Subsídios para a História de Erechim”, compilados por Aldo A. de Castro e parte do arquivo particular da família Castro.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Nestes últimos dias agravou-se a situação do município de Erechim. O grupo de bandoleiros referidos no telegrama acima renovaram as suas incursões pelo município, tendo assaltado a Fazenda Quatro Irmãos (???). Em vista disso, a chefia do Estado tomou enérgicas providências para restabelecer a tranquilidade em Erechim. Assim é que ontem seguiu desta capital, em trem especial para Erechim, um contingente de Brigada Militar composto de 103 praças, sendo 48 do grupo de metralhadoras.

Comandando essa força especial, seguiu o capitão Annibal Kintznel.

A oficialidade foi composta dos tenentes Alberto Barcellos, Anato Feio, Tácito dos Santos, Aureliano Gomes e Hugo Belenzanni.

De outros pontos do Estado tem também seguido para Erechim, forças da Brigada. (Diário de Notícias, 14/12/1928).

Veja-se que não há referência à determinado grupo ou nomes de chefes que estariam à frente dos “bandoleiros”.

#### Embarque de força

Seguiram ontem, para Erechim, os srs. Major Joge Pellegrino Castiglione, 2<sup>os</sup> tenentes Pompílio Quites, Júlio Figueira e Vicente Alves da Silva e 50 praças do 1<sup>o</sup> regimento de cavalaria da Brigada Militar aqui aquartelado.

Essa força vai a fim de se incorporar a outras que se acham naquela região, com o objetivo de operarem contra o grupo de salteadores que infestam aquele município, consoante se vê do nosso serviço telegráfico de hoje. (Sul Brasil. Santa Maria, 13/12/1928).

A primeira referência ao nome de João Inácio surge no jornal Correio do Povo, de 14 de dezembro de 1928. A notícia diz que o grupo era formado de “ [...] mais de cem homens, bem armados e municidados[...]” (Correio do Povo, Porto Alegre). Diversos confrontos aconteceram entre as forças da Brigada e os “bandoleiros”; sem que o grande contingente de oficiais conseguissem pôr fim às atividades dos mesmos.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

### **A situação em Quatro Irmãos**

Continuam a fervilhar boatos sobre a situação de Quatro-Irmãos; entretanto não se sabe, ainda de certo, sobre as operações militares empreendidas pelo governo do Estado, contra o grupo de bandoleiros que infesta os matos daquela região.

Mesmo no povoado de Quatro-Irmãos as notícias são vagas, parecendo que se guarda sigilo sobre o desenvolvimento das ocorrências.

Para Palmeira veio da capital do Estado um destacamento de 50 praças da Brigada Militar, o qual, depois de reforçado por elementos civis, em regular número, dirigiu-se para as margens do rio Passo Fundo. Crê-se que se pretende, por ali, cortar a possível retirada dos bandoleiros para Nonohay.

A pedido da Jewish Colonization Association, foi destacado no povoado um contingente de vinte homens da Brigada Militar, a fim de guarnece-lo, pois temia ali um ataque inesperado. Esse destacamento é comandado por um oficial. (O Nacional, Passo Fundo, 19/12/1928).

Todos os artigos anteriormente citados fazem referência à *bandoleiros na região de Erechim*. No entanto, no jornal “Nacional” de Passo Fundo, as notícias sempre se referem *especificamente à Quatro Irmãos*. Sabe-se que Herculano A. Annes, diretor do jornal, era o advogado da ICA na ação de contestação de posse da fazenda. O pedido de guardas na sede da fazenda – citado pelo jornal – confere com o pedido feito no processo de contestação, onde a ICA solicita guarda para garantir a “posse mansa e pacífica” fora dos limites determinados pelo seqüestro de posse da zona próxima ao Rio Facão.

Ainda em dezembro, uma comissão do Partido Libertador local encaminhou-se à Porto Alegre, a fim de conferenciar com o presidente do Estado sobre a situação em Erechim. Ocorria que um grupo do Partido Republicano Rio-Grandense acusava os integrantes do PL local de envolvimento com João Inácio. Relembavam que os membros do Partido Libertador tiveram parte na apresentação de João Inácio, em 1927 ao 2º B. I.; e que o movimento de João Inácio teria se “levantado” graças aos discursos inflamados dos Libertadores. Os membros do PL local deixaram, em mãos do



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

presidente do estado um Memorial<sup>9</sup>, no qual falavam dos episódios do Vau Feio nos seguintes termos:

CASO JOÃO INÁCIO

[...]

Sabendo a Aliança Libertadorea que, no caso, não se tratava de revolucionários, e sim de miseráveis patrícios que se escondiam nos matos por terem sido perseguidos e tocados de suas casas que também foram queimadas, - no intuito de pacificar o município, propôs ao governo do Estado fazer a apresentação de João Inácio e seus companheiros, removida ou dissolvida a força irregular e enviando para Boa Vista do Erechim um contingente da Brigada efetiva.

[...]

Afinal, em 3 de agosto de 1927, tinha lugar, nas margens do Rio Erechim, a apresentação daqueles que eram acusados de revolucionários, ao todo nove homens e três meninos. Desde então, periodicamente, fazia a situação circular boatos no sentido de fazer criar um novo levante de João Inácio, boatos esses sempre desmentidos.

[...]

Ultimamente surgem notícias de depredações e assassinatos na zona de Vau Feio, atribuindo-se a autoria deles a João Inácio e seu grupo. O governo de v. exa. fez seguir forças para o local para fins repressivos, as quais, segundo as recentes notícias, destroçou com aquele grupo. *Não queremos absolutamente defender João Inácio e sua gente, mas temos razões que assentam naqueles antecedentes, para vacilar em crer na apregoada origem desses acontecimentos. Não duvidamos, entretanto, que João Inácio e sua gente se tenham deixado influenciar por alguém, visto como sabemos que aquele, ultimamente, tinha entendimento com várias pessoas. Em outubro do corrente ano, esteve ele em Passo Fundo, onde teve um entendimento com o advogado Dr. Dario de Vasconcellos e Souza, que com os senhores Manoel Maia e Angelo Preto, mantém uma demanda em torno da parte da fazenda Quatro Irmãos, com a companhia Jewish Colonization Association. Nessa ocasião, sabemos que João Inácio recebeu daquele advogado uma carta habilitando-o como agregado de seu constituinte nas terras por ele (João Inácio) desde muito ocupadas com o consentimento tácito da Companhia.*<sup>10</sup> [...]

Boa Vista do Erechim, 21 de dezembro de 1928.

---

<sup>9</sup> Cópia do memorial encaminhado a Getúlio Vargas que encontra-se arquivado na obra de Aldo A. Castro. Foi neste compêndio que se teve acesso ao Memorial, ali reproduzido na íntegra.

<sup>10</sup> Grifo nosso.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

No texto acima grifado, fica claramente expresso que o propósito de João Inácio não era reavivar o espírito da revolução. O que pretendia João Inácio e sua gente era garantir, de forma pacífica ou não, a área de terra que ocupavam no Vau Feio e mesmo dentro dos limites da Fazenda Quatro Irmãos.

Em tom quase irônico, Castro deixa a entender que todos os fatos que ocorreram naquele final de 1928 e estavam sendo todos atribuídos a João Inácio e sua gente, dificilmente poderiam ser somente de sua autoria. Tanto assim que em 19 de dezembro de 1928 seguiram para Vau Feio as tropas enviadas pelo governo. Eram em torno de 300 homens armados, que deram combate a João Inácio e sua gente.

Os jornais diziam, então, que havia sido destroçado o bando de João Inácio, havendo morrido seis homens e uma mulher do grupo. Em contrapartida, apenas um soldado havia chegado a óbito. Os demais indivíduos do grupo teriam embrenhando-se na mata para fugir à morte. (Correio do Povo, Porto Alegre, 20/12/1928). A manchete do Jornal anunciava que *„Em um assalto, as forças da Brigada Militar destroçaram o bando de João Inácio. Considera-se, com isso, virtualmente extinto o movimento.*

Percebe-se, entretanto, já no início de 1929, que a situação continuava tensa e problemática em Quatro Irmãos. O jornal “Nacional” de Passo Fundo, que veiculava constantemente notícias sobre a Fazenda Quatro Irmãos, em 17 de janeiro de 1929 continuou trazendo notícias sobre os intrusos em Quatro Irmãos: *Continuam os salteadores a agir em Quatro Irmãos.* Afirmava o dito artigo do jornal, que o alvo dos salteadores eram, agora, os capatazes da Fazenda e funcionários da *Jewish Colonization Association*. Acusavam a municipalidade de Erechim de nada estar fazendo para solucionar o problema, e asseveraram que iriam novamente dirigir-se ao governo do Estado. (O Nacional, Passo Fundo, 17/01/1929).

Como sempre, a redação do jornal *Nacional* de Passo Fundo não fala e nem afirma que essas ações foram praticadas por ordens de João Inácio.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A partir de fevereiro de 1929, os jornais de circulação local passaram a fazer referências à badernas na região de Erechim, relacionando-as novamente com João Inácio. Jornais como *A Federação*; *Diário de Notícias*; *Sul-Brasil*; *O comércio e Correio do Povo*; são contundentes ao atribuir os crimes, saques e mortes ao bando de João Inácio. Passaram a relatar também – a partir de março de 1929 – que o contingente de militares voltaria a Erechim para dar combate aos bandoleiros; o que de fato aconteceu, não de forma tão intensa quanto em dezembro de 1928; quando o contingente militar chegou a 500 homens.

As notícias falando sobre a situação do Vau Feio e da Fazenda Quatro Irmãos, veiculadas pelos jornais já citados estender-se-ão até o mês de setembro de 1929. A partir desta data, passaram a mediar negociações que visavam a garantir a retirada de João Inácio e sua gente do Vau Feio o Major Leopoldino Silva e Emiliano Paulo do Nascimento.

Constante no discurso dos dois mediadores da rendição de João Inácio é a fala de que o mesmo agia “[...] sob a inspiração de interesses ocultos.” (*A Gazeta*, Passo Fundo, 06/09/1929) .

Pois então, de que interesses ocultos estariam falando?

Neste mesmo artigo publicado no jornal “*Gazeta*” de Passo Fundo, em setembro de 1929, os mediadores dão conhecimento de que o grupo de João Inácio era formado por

[...] mais ou menos 26 homens, armados de fuzis Mauser, com abundante munição, armamento esse que, com dinheiro, lhes é remetido de Passo Fundo. [...] o grupo tem um bem organizado serviço de espionagem entre os que habitam naquelas redondezas, contra os quais nada praticam.; o que não acontece com os colonos que são pilhados em seus bens e ameaçados em sua vida. (*A Gazeta*, Passo Fundo, 06/09/1929) .



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Os mediadores deixam implícito, no texto acima, que impossível seria João Inácio manter-se durante tanto tempo embrenhado nos matos e resistindo contra o contingente de forças do governo, contando com poucos companheiros para lutar a seu lado, se não tivessem o patrocínio/ajuda de outras pessoas que lhe enviavam dinheiro e munição. Neste ponto fica claro que o apoio financeiro vinha de Passo Fundo, cidade onde morava e trabalhava o advogado que representava os requerentes da posse da fazenda – José Dario de Vasconcellos.

Retoma-se, aqui, o memorial enviado ao presidente do Rio Grande do Sul em final de 1928, no qual o Partido Liberal local denunciava que João Inácio agia por acordo com o advogado que mantinha uma ação de contestação de posse da Fazenda Quatro Irmãos – José Dario de Vasconcellos – residente em Passo Fundo; e acusado diversas vezes pela *Jewish Colonization Association* de ser o patrocinador das intrusões na fazenda.

Na conclusão do processo de contestação de posse da fazenda, já datado de agosto de 1931; portanto fora da delimitação temporal imposta por esta pesquisa, aparece um requerimento do advogado da ICA, Herculano Annes. O requerimento é um pedido de cumprimento da ordem do juízo, já que a ação de contestação de posse concluiu-se em junho de 1931. Neste documento, Annes diz que

[...] a partir de 1927 os métodos empregados pelos apelantes para fazer posse de Quatro Irmãos foram tão “pacíficos e mansos” que ninguém ignora que por duas vezes destacamentos da Brigada Militar tiveram que estacionar no local.

Os apelantes, dizendo-se proprietários da fazenda, ofereciam e davam terras a todo aquele que os quisessem, sem cogitar de extensão. Destarte conseguiram introduzir em Quatro Irmãos quase duas centenas de desocupados, contra os quais nada valeram os mandados de restituição de posse concedidos à ré pelo juízo de Erechim,.

Foi preciso que a chefatura de polícia desta capital, impressionada pelo número de atentados e crimes que se praticavam a bem da ordem pública, depois de examinar convenientemente o assunto, mandasse dissolver o numeroso grupo já formado, no qual existiam já não poucas armas de guerra.[...] (APERS. Porto Alegre, nº 97, maço 2, E 11, 1928.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

De certa forma, entende-se que o advogado da companhia esteja se referindo ao grupo de João Inácio, que durante os anos de 1927/1929 lutou para garantir a posse da terra onde estavam até então.

Cabe citar no encerramento deste item da pesquisa, as observações feitas por Illa Font. Em nota no final do capítulo dezesseis da obra “Serra do Erechim”, ressalva que durante o tempo em que foi funcionário da Comissão de Terras – sob ordens de Aminthas Maciel – esteve no Vau Feio e lá conversou com colonos que conviveram com João Inácio, fazendo a seguinte observação:

[...] no espaço de meio ano (1934/35), em caráter funcional, visitou muitos colonos e caboclos que conheceram João Inácio, inclusive Hortêncio Martins, homem cinquentenário, que era vizinho e compadre. Alguns escritores têm abordado o episódio do Vau Feio superficialmente e fora do seu verdadeiro enfoque, conectando-o a movimentos revolucionários ocorridos no município ou a simples atos de bandoleiros comuns. (ILLA FONT, 1986, p. 214)

Illa Font não especifica nada mais sobre o caso do Vau Feio. Reforça o caráter agrário da luta empreendida por João Inácio quando afirma que frequentemente se relaciona a luta de João Inácio com conotações políticas e que, “[...] no entanto, a única exigência do chefe caboclo para depor as armas mostrou que a realidade era outra: já que não lhes reconheciam o direito às terras que moravam, dessem-lhes outras para trabalhar e viver.” (ILLA FONT, 1986, p. 297).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Eu adoro falar sobre o trabalho duro dos imigrantes que transformaram a floresta nesta próspera cidade em que vivemos: Erechim. Sempre conto que, quando os italianos, alemães, russos,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

franceses, austríacos e poloneses chegaram, enfrentaram muitas dificuldades, e até com tigres eles lutaram!

[...]

E não podemos esquecer que, quando os imigrantes chegaram aqui, já existiam alguns moradores que eram, na maioria, descendentes de paulistas. Eles criavam animais domésticos e plantavam milho, mandioca, feijão e erva-mate nas roças feitas em áreas que eles mesmos desmataram. É claro que a convivência entre os imigrantes e os antigos moradores foi superbacana; afinal não é à toa que Erechim é conhecida como a “Capital da Amizade”! (Histórias do vovô e da vovó Bota Amarela. *Os Pioneiros*. Erechim: Edelbra – Edifapes, 2001).

O excerto acima faz parte de uma obra cujo público alvo são as crianças. Além de super valorizar a figura do imigrante, reforça uma versão da história oficial que é dominante em no município de Erechim: “Capital da Amizade!”

Este título de “Capital da Amizade” não admite que houveram conflitos, combates, entre os nativos – negros, caboclos e índios – que habitavam a primordialmente a colônia Erechim e os imigrantes – italianos, alemães, franceses, russos, ... – que colonizaram a região e chegaram trazendo, de acordo com esta história oficial, o desenvolvimento, o progresso e o avanço.

Pode-se concluir, através da pesquisa, que as intrusões ocorridas na Fazenda Quatro Irmãos foram intensas no período de 1927/1929, e devem ser entendidas dentro do contexto no qual aconteceram. Este contexto, conforme ficou demonstrado, está diretamente ligado ao processo de contestação de posse da Fazenda.

Durante o processo de contestação de posse, movido por Francisco Heráclito dos Santos e outros contra a *Jewish Colonization Association*, muitos intrusos instalaram-se na Fazenda Quatro Irmãos, vindos de diversas partes do Rio Grande do Sul e também de Santa Catarina. Alguns destes intrusos portavam “autorizações” assinadas por José Dario de Vasconcellos, advogado dos requerentes da posse da Fazenda Quatro Irmãos.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Sabe-se que João Inácio e sua gente ocupavam, desde 1927 – data em que se apresentaram ao 2º B. I. da Brigada Militar – a região do Vau Feio, que é limítrofe da Fazenda Quatro Irmãos. Esta ocupação não era legitimada e acontecia “com o consentimento tácito da Companhia” (Memorial enviado ao governo do estado do Rio Grande do Sul pelo Partido Liberal local em 21 de dezembro de 1928).

A pesquisa demonstrou que, ao tomar conhecimento de que o advogado José Dario de Vasconcellos estava distribuindo “autorizações” para a ocupação da terra, João Inácio também entrou em acordo com o mesmo, a fim de legitimar a terra que ocupavam. A ação do grupo de João Inácio, fica então diretamente ligada à questão da terra. Acreditando estarem defendendo seu direito de posse foi que pegaram em armas.

O caso do “bando” de João Inácio foi peculiar por ter alcançado repercussão em nível estadual, sendo amplamente discutida pela mídia – principalmente os jornais – a ação dos mesmos na região da Fazenda Quatro Irmãos. Também porque para dar combate à esse grupo, foi mobilizado um grande contingente da Brigada Militar do estado.

Nos documentos do Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font, encontrou-se um requerimento encaminhado ao governo estadual pelos “intrusos das terras da Companhia Rio Grandense”; no qual os mesmos solicitavam legitimação de posse da terra por eles ocupadas, ao qual o despacho dado pelo presidente do estado em 25/04/1928 foi “Nada há a definir, por não serem de propriedade do Estado as terras a que se referem”. (AHMJMIF, Erechim-RS. Caixa 94G. Livro de Despachos e Requerimentos).

O despacho dado ao requerimento acima, fala da postura do governo do estado em relação aos intrusos: indiferença. Não sendo terras do estado, o estado nada tinha a ver com o problema da intrusão. A população “intrusa” – em sua maioria caboclos nacionais e pequenos camponeses – não foi alvo das políticas oficiais de colonização e distribuição de terras, por serem considerados “inferiores” aos imigrantes estrangeiros, que representavam o



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

avanço, a modernidade e a possibilidade de “branqueamento” da população do Rio Grande do Sul; o que também era consoante com o estado positivista vigente na época.

Há muito o que se pesquisar e escrever sobre a história dos expropriados da terra. Mesmo em se falando da República Velha ou dos dias atuais, sem dúvida este assunto gera polêmica. Sendo esta uma pesquisa introdutória, realizou-se um estudo exploratório - de apenas um caso - sobre a questão da intrusão em terras do norte do Rio Grande do Sul.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUSATTO, Benjamim Luiz. *Meu Erechim Cinquentão*. Erechim: Carraro, 1968.
- CASSOL, Ernesto. *Carlos Torres Gonçalves: vida, obra e significado*. Erechim-RS: Editora São Cristóvão, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo: Instituto Social Padre Berthier, 1979.
- \_\_\_\_\_. Tapir e Vau Feio – A definitiva expulsão do Posseiro. *Destaque*, Erechim, RS, n. 9, p. 62-63, jul. 1981.
- CASTRO, Aldo Afonso de. *Subsídios para a História de Erechim*. Vol 12/13. Erechim: 1928, 1929.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- DUCATTI NETO, Antônio. *O Grande Erechim e sua história*. Porto Alegre: Grafosul, 1981.
- FELDMANN, Marcos. *Memórias da Colônia de Quatro Irmãos*. São Paulo: Maayanot, 2003.
- FRAINER, João. *Álbum do município de Erechim*. Erechim: Livraria Modelo, 1936.
- GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração judaica no Rio Grande do Sul: a Jewish Colonization Association e a Colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
- ILLA FONT, Juarez Miguel. *Serra do Erechim, tempos heróicos*. Erechim: Carraro, 1983.
- KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: terra & poder. História da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- PERES, Sebastião. *Os Intrusos: discriminação contra os colonos nacionais no Rio Grande da República Velha*. s.d.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul 1827-1931*. Passo Fundo-RS: EDIUPF, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

### **FONTES DOCUMENTAIS**

Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font – AHMJMIF – Erechim-RS

Arquivo Particular Castro – Erechim-RS.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS – Porto Alegre-RS.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **COLONOS E COLÔNIAS AGRÍCOLAS NO PARANÁ NOS SÉCULOS XIX E XX<sup>1</sup>**

Marcos Nestor Stein<sup>2</sup>

Este texto visa trazer para o debate algumas reflexões relacionadas ao processo de estabelecimento de colônias agrícolas, durante os séculos XIX e XX, em território paranaense. A pesquisa é financiada pela Fundação Araucária/SETI e CNPq, e teve início no segundo semestre de 2010. Até o momento, as atividades constituíram no levantamento e leitura de bibliografia e coleta de documentos presentes nas bibliotecas dos *campi* da UNIOESTE, no acervo do Núcleo de Documentação e Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL e nos acervos do Arquivo Público do Estado do Paraná e da Biblioteca Pública do Estado do Paraná, em Curitiba.

Os documentos constituem-se de notícias sobre colônias formadas no Estado, publicadas em jornais como *Diário do Paraná*, *Gazeta do Povo*, *Jornal do Estado*, *Voz do Paraná*, *O Município*, *Folha de Londrina*, *Diário da Tarde*, *O Estado do Paraná* e o *Diário Oficial*. Além destes, foram coletados relatórios - federais e do governo paranaense - de vários núcleos coloniais e mapas, como o do município de Curitiba, de 1906, e da “Zona Colonizada do Estado do Paraná,” elaborado em 1927. Também foram objeto da pesquisa os relatórios de Presidente de Província e Mensagens, referentes ao período compreendido entre 1830 a 1930, disponíveis no site <http://crl.edu/brazil/provincial>.

Por meio do material coletado é possível perceber as políticas públicas adotadas no referido período que fomentavam a vinda de imigrantes e as melhores formas de assentá-los em território paranaense, bem como é possível

---

<sup>1</sup> Este texto é um resultado parcial da pesquisa “Colônia Agrícolas no Paraná nos Séculos XIX e XX” (Programa Infra-estrutura Para Jovens Pesquisadores), financiada pela Fundação Araucária/SETI e CNPq. Agradeço às bolsistas do projeto: Diná Schmidt, Mayara da Fontoura das Chagas e Neli Gehlen Motta.

<sup>2</sup> Doutor em História pela UFSC. Docente dos cursos de Graduação e do Programa de Pós-Graduação (nível de Mestrado) em História da UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, Pr.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

verificar os discursos que classificam os imigrantes que não deveriam se fixar no Estado.

Antes de apresentar a análise preliminar de documentos - no caso três relatórios de Presidentes da Província do Paraná - que tratam da forma como determinados grupos de colonos são identificados, cabe descrever um breve panorama da constituição das colônias agrícolas no Paraná nos séculos XIX e XX. Romário Martins, ao abordar a fixação de pessoas não pertencentes aos grupos considerados por ele como “as populações fundamentais”<sup>3</sup> do Paraná - portugueses, espanhóis, negros ou indígenas - informa que antes da emancipação da Província do Paraná, em 1953, foram estabelecidos apenas os núcleos de Rio Negro, em 1929, com alemães da Baviera e Bukovia, no Ivaí, em 1947, com franceses, e Guaraqueçaba, em 1852, com suíços, alemães e franceses.<sup>4</sup>

A partir da emancipação do Paraná, intensifica-se a vinda e fixação de imigrantes e migrantes - ou nacionais - em seu território. Em 1859, foi criada a colônia de Assungui, situada a cerca de 100 quilômetros ao norte de Curitiba, formada por nacionais, franceses, ingleses, italianos alemães espanhóis e suecos. No entanto, uma grande parte dos imigrantes abandonou a colônia, retornando para a Europa ou fixando-se em Curitiba. Wachowicz afirma que a infra-estrutura inadequada, especialmente a falta de transporte para escoar a produção, foi causa da saída dos colonos.<sup>5</sup>

A gestão de Adolfo Lamenha Lins (1875-77) destacou-se pelas ações que visavam atrair imigrantes, identificados como “morigerados e laboriosos,” e fixá-los na forma de colônias agrícolas, as quais eram vistas como a solução para

---

<sup>3</sup> A análise da construção desse discurso acerca dos grupos considerados fundadores do Paraná será objeto de futura pesquisa.

<sup>4</sup> MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. p. 349-350. Martins calcula em 128.953, o número total de imigrantes europeus, oriundos, na maioria, da Europa Central e Oriental, que entraram no Paraná entre 1829 e 1929.

<sup>5</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1995. p.114. O êxodo dos imigrantes será objeto de análise em um futuro estudo.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

a questão da falta de alimentos e/ou de seu alto preço.<sup>6</sup> De acordo com Wachowicz, após verificar os problemas apresentados pela colônia Assungui, Lins criou as seguintes diretrizes para a colonização com imigrantes europeus:

- a- As colônias em hipótese alguma deveriam ficar situadas longe dos grandes centros consumidores;
- b- Os núcleos coloniais deveriam ser localizados nos terrenos contíguos às estradas carroçáveis já existentes; Graciosa, Mato Grosso que ligava Curitiba aos Campos Gerais e a do Assungui, carroçável em alguns quilômetros para o norte de Curitiba;
- c- Uma simples estrada vicinal, partindo da estrada tronco, seria suficiente para ligar os núcleos com a capital;
- d- A verdade sempre deveria ser dita ao imigrante sobre a nova pátria, em vez de poéticas descrições e exageradas promessas;
- e- O transporte seria facilitado, evitando que o imigrante sofresse privação e maus tratos;
- f- Os lotes de terra seriam oferecidos nas vizinhanças dos centros populosos e tornados comunicáveis entre si, por estradas de rodagem;
- g- O colono poderia ligar-se à terra que habitava, pelo direito de propriedade, facilitando-se a aquisição da mesma;
- h- Cada imigrante maior de 10 anos teria auxílio de fixação de 20\$000 rs. e mais a mesma soma para compra de utensílios e sementes;
- i- Após a fixação do imigrante, este seria logo empregado na construção das estradas da colônia, cessando então a alimentação por conta do governo;
- j- Em cada colônia mais afastada da capital, seria edificada uma escola e capela;
- k- A venda de sua produção agrícola seria possibilitada pela proximidade do mercado urbano, para que desta forma o imigrante não tradasse em pagar o valor da terra ao governo;
- l- As novas gerações que houvessem aprendido a lidar com a terra e dominar as condições brasileiras, deveriam ser

---

<sup>6</sup> SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida Material Vida Econômica**. Curitiba: SEED, 2001. p. 71-73. O uso desses termos para adjetivar positivamente os imigrantes pode ser encontrado em documentos de presidentes da Província do Paraná que antecederam Lins, como é o caso de Francisco Liberato de Mattos, em seu relatório de 1858. Santos chama a atenção que, para Lamenha Lins, “[...] a colonização se inseria num contexto mais amplo, cadenciado pela “grandiosa idéia da emancipação”, posta em vigor no Brasil a partir da Lei do Ventre Livre de 1871 e impulsionada por outras leis que desencadearam uma abolição progressiva da escravidão.” In: SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **História da Alimentação no Paraná**. Curitiba: Juruá, 2007. p. 74.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

orientadas para o interior, evitando-se desta forma que as mesmas se urbanizassem;<sup>7</sup>

Como se pode perceber, tratava-se de criar condições para a fixação e permanência de colonos europeus em território paranaense. Todavia, ao fazermos a leitura de relatórios de presidentes da Província verificamos que, além de indicar os problemas relacionados à infra-estrutura, que teriam causado o fracasso na colônia Assungui, há também discursos que classificam os imigrantes de forma negativa.

Com relação à colônia mencionada acima, o relatório do doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches, que abriu a primeira sessão da 11<sup>a</sup> legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 15 de fevereiro de 1874, declara que: “[...] É da imigração inteligente e laboriosa que, por assim dizer, depende o futuro do país.”<sup>8</sup> Na página seguinte, pode-se visualizar de forma mais detalhada o que levou Abranches a escrever tal frase. Trata-se do episódio envolvendo 331 imigrantes ingleses recém chegados à Curitiba que se recusaram a se dirigirem para a colônia Assungui. Juntaram-se a eles mais 39 que haviam saído da colônia. Todos reivindicavam o repatriamento.

Além de informar que suspendeu a entrega de comida aos imigrantes, com exceção dos doentes, Abranches afirma que: “parece que houve da parte dos agentes do governo na Europa pouco escrupulo na escolha desses imigrantes, em quase sua totalidade indolentes e de maus hábitos, como os fatos se encarregam de demonstrar”.<sup>9</sup> Tal frase indica, primeiramente, a falha na seleção dos imigrantes e na seqüência os identifica negativamente. Em segundo lugar, dá a entender que a ação dos imigrantes é explicada unicamente em

---

<sup>7</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Op. Cit.** p. 145-146. Essas diretrizes encontram-se no Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da província, o excellentíssimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins. Província do Paraná, Typ. da Viuva Lopes, 1876. p. 79.

<sup>8</sup> Relatório com que o excellentíssimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches abriu a 1.a sessão da 11.a legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1874. Curitiba, Typ. da Viuva Lopes, 1874. p.38.

<sup>9</sup> Idem. Ibidem.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

função de sua suposta personalidade – oposta ao rótulo “morigerado e laborioso.”

Mas é o relatório sobre as colônias agrícolas nos Campos Gerais do Paraná, elaborado em 1879 por Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes, então presidente da Província, que apresenta em maior quantidade e de forma mais detalhada os discursos que classificam – de maneira extremamente negativa – os colonos que ali se fixaram em 1878. Trata-se dos “russos-alemães do Volga.”<sup>10</sup> Em Ponta Grossa, foi criada a colônia Otávio, composta por 17 núcleos, com 2.442 imigrantes do referido grupo, e as colônias Neves, Capivari e Pelado, compostas também, por italianos.<sup>11</sup> Em Lapa, foram fundadas as colônias Wirmond, Mariental e Joannesdorf, nas quais fixaram-se 291 colonos. No município de Palmeira foi criada a colônia Sinimbu, com sete núcleos, os quais, em 1878, somavam 798 pessoas.<sup>12</sup>

No início do texto em que aborda a colonização dos Campos Gerais, Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes afirma o seguinte:

Por vezes, no ano de 1877, a pedido de alguns amigos fazendeiros de S. Paulo, fui à inspetoria geral de colonização para obter informações acerca dos colonos russos, e influir para que procurassem aquela província.

Do digno chefe dessa repartição, na última vez em que sobre tal assunto praticamos, tive a seguinte resposta:

“As informações não são boas e aconselho aos fazendeiros de S. Paulo que não pensem em semelhante gente”.

Tendo em memória esta resposta, não foi sem alguma surpresa que encontrei na Lapa, Palmeira e Ponta Grossa, cerca de dois mil colonos russos, ali alojados em casas particulares e alugadas, como princípio da grande colonização que se intentava e para a qual se esperava vinte mil emigrantes.

A província toda, como é fácil de crer-se, achava-se entusiasmada com o estado das coisas e tomara algumas providências necessária, visitei no mês seguinte (Março) estas fundações coloniais.

---

<sup>10</sup> Além de núcleos formados por russos-alemães do Volga, na região houve a fixação de polacos e agricultores nacionais. MARTINS. Romário. Op. Cit. p. 362-364.

<sup>11</sup> Idem. Ibidem.

<sup>12</sup> Idem. Ibidem.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Como me cumpria, tratei de estudar intimamente o modo de proceder dos colonos russos e, para isso, tomei minuciosas informações e os questionei acerca dos pontos que me pareceram principais.

Nesta empresa foi-me de grande auxílio o Sr brigadeiro Hypollito Alves de Araujo, que falando em alemão, pode desde logo formar juízo, e esse não muito favorável do colono russo.<sup>13</sup>

Trata-se de palavras que sinalizam para a existência uma imagem negativa atribuída aos imigrantes russos-alemães do Volga, bem diferente da expectativa que os presidentes da província anteriores tinham sobre os mesmos. Ao final do trecho, Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes informa a metodologia que adotou para coletar as informações a respeito dos colonos. Suas conclusões podem ser lidas na seqüência do relatório:

Dia depois, em 9 de Abril, convencido de que os russos não correspondiam à esta opinião que geralmente deles se fazia, no meu relatório apresento à Assembléia Provincial, embora com receio de desagradar, disse o seguinte:

Nos Campos Gerais, a menos que se desenvolva ali a criação de gado e seja possível a cultura de outras espécies, que as comuns, o que tanto é para desejar-se, é meu pensar, a colonização não trará outro resultado que o aumento da população: mas população carecedora de os estímulos do progresso.

Mais tarde, sucedendo-se as remessas de russos, e confirmando eu, pelos fatos que chegavam ao meu conhecimento, o juízo desfavorável que havia formado em ofício de 15 de maio, dirigido ao governador disse:

Seqüestrados do mundo, desde que emigraram para a Rússia, os colonos russo-alemães são o que se devia esperar: muito ignorantes, teimosos, indolentes, invejosos, e, apesar de muito religiosos, faltos do sentimento da verdadeira caridade.

Há entre eles grupos de indivíduos bons e de certa pratica do mando; mas estes constituem a exceção.<sup>14</sup>

O início do fragmento indica que a região dos Campos Gerais seria inadequada para atividades agrícolas, especialmente para a produção de trigo, cereal cuja produção os dirigentes da província esperavam aumentar com a

---

<sup>13</sup> Relatório com que Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes passou a administração da Província ao primeiro vice-presidente, Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, 31 de março de 1879. p. 52.

<sup>14</sup> Idem. p. 53.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

chegada dos imigrantes. Mas o que mais chama a atenção são os adjetivos empregados por Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes para identificar os colonos, que, segundo ele, puderam escolher as terras (portanto, erraram na escolha da área para se estabelecer, comprovando sua ignorância) que iriam ocupar, bem como “[...] receberam dos particulares, em gado, dinheiro e outros objetos, benefícios de alto valor. Houve colônia em que cada uma das famílias colocadas recebeu quatro vacas de presente!”<sup>15</sup>

Na tentativa de buscar uma explicação para o caráter desses colonos, pois teriam recebido as animais, dinheiro e equipamentos adequados para terem êxito na região, o presidente da província recorre ao passado do grupo. Vejamos:

Os colonos russos, como é sabido, emigraram da Alemanha, sua pátria natal, para a Rússia, há mais de século, segundo uns, para fugirem as devastações da guerra, segundo outros, por chamado da imperatriz Catharina, que os incumbira de ensinar agricultura aos servos nacionais. Estabelecera-se nas margens do Volga e nas terras que lhes concedera o Estado, fundaram povoações de mísera aparência.

Conforme a mim comunicaram alguns, ocupavam-se especialmente do cultivo de trigo, cuja compra era monopólio do governo! Passavam, por causa dos rigores da estação, a maior parte do ano recolhidos às habitações, em completa ociosidade; tinham escolas em que aprendiam a escrever os nomes e ler os livros da respectiva religião; obedeciam ao padre e comissariado do governo, gozando, em compensação, da imunidade do serviço da guerra.

Preso assim ao círculo tão limitado, onde era impossível desenvolver-se a atividade e germinar qualquer das nobres aspirações que caracterizam o homem, não é de estranhar que o russo de hoje seja ainda o alemão do século passado, guardando intactos a língua, hábitos e costumes primitivos.<sup>16</sup>

A narrativa acima apresenta interessantes elementos para a reflexão e o questionamento. Inicialmente são indicadas duas motivações para a saída dos antepassados do referido grupo da Alemanha e seu estabelecimento na Rússia.

---

<sup>15</sup> Idem. Ibidem.

<sup>16</sup> Idem. p. 54.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Todavia, o objetivo no novo lar seria o mesmo: cultivar trigo e ensinar aos russos o ofício da agricultura. Isso traz à tona o seguinte questionamento: estaria nos projetos dos governantes da província do Paraná a possibilidade dos russos-alemães do Volga ensinarem aos nacionais a arte do cultivo do trigo?

O texto também deixa clara a situação de miséria em que o grupo vivia na Rússia e sugere os motivos. O primeiro seria o monopólio da compra do cereal pelo governo russo, o que provocaria a acomodação do grupo – nesse sentido, cumpre indagar se para o presidente da província o livre mercado seria um mecanismo que melhor despertaria no homem o desejo pelo trabalho e pelo progresso. Os trechos finais trazem à lembrança a expressão “seqüestrados do mundo desde que emigraram para a Rússia,” citada anteriormente, sugerindo que haveria uma grande diferença entre os russos-alemães do Volga e demais imigrantes vindos diretamente da Alemanha. Ou seja, os últimos seriam os que não ficaram parados no tempo, seriam os sujeitos ativos da história e legítimos representantes do imigrante como o sujeito “morigerado e laborioso.” Já os primeiros teriam sido retirados do fluxo da história e se transformados em russos-alemães do Volga - prisioneiros de um passado, cuja imagem seria de atraso, de teimosia, miséria e de ignorância.

É o que Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes procura demonstrar aos descrever algumas situações relacionadas à maneira como os colonos trabalham a terra nos Campos Gerais, bem como os problemas de relacionamento entre membros do grupo:

Quando escolhiam terras, procuravam de preferência o campo, em que a macega era mais desenvolvida e em que não havia mato. Às justas reclamações dos agentes do governo e dos particulares, respondiam que os brasileiros não entendiam de agricultura.

Trabalhavam, e trabalham ainda com arados que trouxeram ou tem fabricado, e que para serem puxados exigem o emprego de quatro juntas de bois e uma de cavalos.

Mandando-lhes eu arados americanos e pessoalmente mostrando-lhes as vantagens destes sobre aqueles, riram-se e



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

disseram-me que os deles eram muito melhores, não usando jamais dos que lhes remeti.

Semeavam feijão e milho, como se fora centeio ou trigo, revolvendo depois a terra com arado e, quando eram advertidos do erro que cometiam, lamentavam a ignorância dos brasileiros. Exigiam uma aldeia para todos e a divisão dos lotes rústicos e urbanos, reservada uma parte em comum. Em seguida brigavam, reclamavam que fossem separados e requeriam a divisão de todo o terreno, como aconteceu na Wirmond e Moema, uma das situações mais belas que tenho visto.

Recebendo as fazendas inteiramente fechadas por valos ou cercas, tapavam aqueles e queimavam estas, e em seguida queixavam-se que os animais dos vizinhos penetravam em seus domínios. Fui pessoalmente verificar uma destas queixas, e, observando que o fecho, para ser completo, precisava apenas que pregassem quatro estacas que haviam caído, responderam os próprios queixosos que as não pregavam, porque os fechos não eram só para eles.

Encontrando um pé de laranjeira com algumas frutas e desejando colhe-las, um colono, não podendo por causa dos espinhos apanhar os frutos com a mão, derrubou a árvore.

Este fato, como me asseverou o digno médico da colônia, em que se dera, era muito comum. Eu mesmo, na Wirmond, tive a ocasião de vê-lo realizado em larga escala.

Queixam-se de que o terreno não produzia estrume; mas mostrando-lhes a porção deste, disseram-me que si o gastassem em prepara a terra, não tinham com que fazer fogo. Observando-lhe que passos atrás da casa ficava o mato em que podiam lenhar, responderam que isso era muito trabalho.

Na porteira dessa colônia, [Wirmond] ligada à cidade por uma bela estrada, afundou-se o carro em grande lamaçal. Perguntei aos colonos, que estavam presentes, a razão porque consentiam naquilo, quando com uma enxadada que dessem, as águas correriam e a estrada se tornava boa. Responderam-me que, não sendo eles sós os que passavam por ali não se davam a esse trabalho.

Um dos melhores colonos da Palmeira e chefe de um grupo importante, por ocasião da minha viagem aos Campos Gerais, apareceu-me dizendo que ou o governo havia de comprar tantas terras quantas fossem precisas para ele ficar sem vizinho, ou se retirava. Este colono, como já disse, é um bom homem, e creio que considerando o despropósito da sua exigência, desistiu dela.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Idem. p. 54-55.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Para Menezes, a suposta teimosia dos russos-alemães do Volga não se restringia somente às questões ligadas à agricultura. Tal comportamento inclui a não aceitação das prescrições médicas.

Em regra, quando adoecem, preferem o padre ao médico, dizendo que quem cura e mata é Deus. Por esta razão tem alguns morridos, apesar de contarem com médico e medicamentos. Tendo-se desenvolvido na província uma certa moléstia de olhos, curável apenas com um pouco de cuidado e asseio, ficaram alguns russos cegos; porque quando o médico lhes ordenava que se recolhessem, expunham-se ao tempo e ao sol, e quando mandava que pusessem panos frios na cabeça, eles a envolviam em grossos e quentes panos de lã, dizendo que assim na Rússia se fazia.<sup>18</sup>

O estranhamento, ou melhor, a incapacidade do presidente da província compreender os russos-alemães do Volga também se dá com relação aos motivos que levaram muitos colonos a deixarem os Campos Gerais. Em suas palavras, “compreende-se que os desanimados, indolentes, ou aqueles cujas colheitas falharam, se retirem. Como, porém explicar-se a saída dos que trabalharam e conseguiram resultados na verdade superiores a mais exagerada expectativa?”<sup>19</sup> e conclui, baseando-se no relato do “inteligente colono Roobers de Botuquara, que este movimento de repatriação é só explicável pela estupidez.”<sup>20</sup>

Como afirmamos no início deste texto, o propósito aqui é apenas levantar alguns elementos, especialmente o relatório de Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes, para a reflexão sobre a ocupação do território paranaense na forma de colônias agrícolas. O foco da análise foram as formas como o referido presidente de Província classificou os russos-alemães do Volga. Isso implica, na continuidade de nossa investigação, em indagar sobre os propósitos dos

---

<sup>18</sup> Idem. p.56.

<sup>19</sup> Idem. p. 58.

<sup>20</sup> Idem. p. 59.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

governos ou dos órgãos e/ou instituições que fomentaram o estabelecimento das colônias. Nesse sentido, cumpre ressaltar que tais projetos não são neutros. Foram produzidos a partir de determinadas visões de mundo, vinculados aos interesses políticos e econômicos de determinados grupos, que classificaram pessoas como desejáveis e/ou indesejáveis para se fixar no Paraná.

Por fim, cabe informar que também está no horizonte de nossa pesquisa realizar uma análise de outros documentos e obras que tratam do estabelecimento de colônias nos Campos Gerais do Paraná. Buscaremos perceber outras vozes, outros discursos sobre esses colonos – não somente sobre os russos-alemães do Volga – bem como relacioná-los com narrativas, produzidas especialmente na primeira metade do século XX, que procuram construir uma imagem do povo paranaense como sendo a síntese de uma suposta integração entre os diferentes grupos humanos que se estabeleceram no Estado.<sup>21</sup>

### **Fontes:**

Relatório com que o excellentíssimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches abriu a 1.a sessão da 11.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1874. Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1874.

Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da província, o excellentíssimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins. Província do Paraná, Typ. da Viuva Lopes, 1876.

---

<sup>21</sup> Um exemplo desse discurso pode ser encontrado no livro de Romário Martins: “Em todas as zonas povoadas do Estado, os elementos étnicos da segunda fase do nosso povoamento estão representados por imigrantes e por seus descendentes de origem alemã, austríaca, italiana, polonesa, russa, ucraniana, holandesa, sírio-libanesa, em grande número, e por várias outras etnias de menor vulto. Conjuntamente com os descendentes dos povoadores fundamentais, essa Babel de todas as raças, irmanadas na mesma obra civilizatória, integrada no espírito novo, de cooperação e de fraternidade, com que marchamos para o futuro.” MARTINS, Romário. Op. Cit. p. 352.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Relatório com que Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes passou a administração da Província ao primeiro vice-presidente, Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, 31 de março de 1879.

### **Referências Bibliográficas**

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

Müller, Estevão. **Peregrinos à Procura de Liberdade: Odisséia da Imigração Alemã no Paraná**. Curitiba: Champagnat, 2005.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: Ocupação do território, Populações e Migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **História da Alimentação no Paraná**. Curitiba: Juruá, 2007.

\_\_\_\_\_. **Vida Material Vida Econômica**. Curitiba: SEED, 2001.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1995.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **CIDADE, CRIME E COTIDIANO: ESCRAVOS E POBRES LIVRES EM JACAREÍ / SP (1877)**

Maria Aparecida Papali\*

Juliana Eliza Viana\*\*

Agda M. Seixas Carvalho\*\*\*

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre interações entre escravos e homens livres na cidade de Jacareí, estado de São Paulo, no final do século XIX. Por meio da interpretação de um Processo Crime, buscamos identificar a atuação desses sujeitos, demonstrando em que medida escravos da cidade agiam no sentido de construir espaços de relativa autonomia social. A documentação analisada revela que, não obstante serem considerados juridicamente coisas, as ações dos escravos contidos no referido Processo tornam os sujeitos mais próximos da dinâmica econômica da época, por meio da prática do pequeno comércio. Utilizaremos como fonte primária um Processo Crime de 1877 no qual o escravo Luiz, da cidade de Jacareí, é acusado de furto.

De 1840 a 1870, Jacareí passou por um processo de crescimento gerado pelo café, assim como toda a região do Vale do Paraíba. Segundo Renato Leite Marcondes, “Jacareí se apresentava como uma cidade de produção média com 240 mil arrobas anuais.”<sup>1</sup>

A Vila de Jacareí surgiu em meados do século XVII, como parada de descanso antes da entrada ao sertão, sendo um povoado no caminho entre Mogi das Cruzes e Taubaté, tendo ligações fortes com a cidade de Mogi de onde se

---

\* Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Papali é pesquisadora e docente da Universidade do Vale do Paraíba - Univap. papali@univap.br

\*\* Juliana Eliza Viana é aluna do curso de História da Universidade do Vale do Paraíba e bolsista de Iniciação Científica - Univap. ju\_eviana@hotmail.com

\*\*\* Agda Maria de Seixas Carvalho é aluna do curso de História da Universidade do Vale do Paraíba - Univap. ju\_eviana@hotmail.com

<sup>1</sup> MARCONDES, Renato Leite. *A propriedade escrava no Vale do Paraíba Paulista durante a década de 1870*. FEA-USP, 2000, série Economia – Texto para Discussão, p.1-3.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

desmembrou como Vila. <sup>2</sup> Em 22 de novembro de 1653, Jacareí foi elevada à Vila, sendo Diogo de Fontes seu capitão- mor.

A Vila tornou-se rota favorável para o apresamento de indígenas no sertão e, num segundo momento, no século XVIII, tornou-se via de acesso ao ouro nas Minas Gerais. Viajantes que passaram nesse período por Jacareí a descreviam como miserável e apática. Ana Luíza do Patrocínio nos mostra em sua dissertação uma descrição de Auguste Saint-Hilaire em sua passagem pela Vila em 1822:

Jacarehy fica situada à margem do Paraíba entre este rio e uns pântanos. É mais importante do que Pindamonhangaba e São José, mas parece pouco habitada. Vêem-se algumas casas térreas, mas também conta a vila grande número de prédios muito pequenos e que só demonstram miséria. A igreja paroquial, construída em taipa, é bem grande, mas pouco ornamentada; não está caiada, nem por dentro, nem por fora. Duas outras igrejas, uma na cidade e outra fora, são tão pequenas que apenas merecem delas se faça menção. <sup>3</sup>

Ainda de acordo com Patrocínio, “Jacareí tentou, até meados da década de 1850, se firmar como uma grande produtora de café na região”. <sup>4</sup> Diz ainda, “que de uma vila de poucos registros no século XVIII, Jacareí agora era uma cidade produtora de café com diversidade de negócios e uma população crescente”. <sup>5</sup>

Em 1870, no ápice da produção cafeeira no Vale do Paraíba Paulista, a população escravista matriculada do Vale girava em torno de 45.690 indivíduos,

---

<sup>2</sup> WEISS E SANTOS apud PATROCÍNIO, Ana Luíza do. *Homens-livres, Escravos e Senhores no município de Jacareí, de 1840 a 1870*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2003. p. 9.

<sup>3</sup> SAINT-HILAIRE apud PATROCÍNIO, Ana Luíza do, op. cit., p.12.

<sup>4</sup> Ibidem, p.14.

<sup>5</sup> Ibidem, p.18.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

sendo o segundo maior contingente em cativos da Província de São Paulo, significando 28,3% da população total. <sup>6</sup>

Ao especificar o panorama da cidade de Jacareí, Patrocínio, não obstante, expõe:

(...) os números de escravos aumentam ao longo dos anos, diminuindo na década de 1870, curiosamente o mesmo período que Marcondes apontou como auge da produção valeparaibana. É fato (...) que Jacareí não conseguiu acompanhar as produções de outras cidades do Vale, contentando-se ainda na década de 1850 em ter uma produção média de 2000.000 arrobas de café, ao lado de outras pequenas produções como cereais e algodão. <sup>7</sup>

Para além do fato de Jacareí constituir-se como localidade de média produção cafeeira, ficou evidente também no estudo de Ana Luiza do Patrocínio a alta concentração de homens pobres livres no local, principalmente a partir de 1850.

Apesar de não haver registros de rebeliões e insurreições escravas na cidade de Jacareí, ao menos no âmbito coletivo, por meio de leituras documentais percebemos movimentações cotidianas dos cativos no sentido de ampliar seus espaços de autonomia e mesmo para conquistar sua liberdade. Segundo Maria Aparecida Papali:

O cotidiano pode estar repleto de manifestações que evidenciam luta constante; e a obstinação do escravo em conquistar sua liberdade (por vias legais ou não) pode ter sido a maior evidência do quanto os escravizados estavam conscientes do lugar que ocupavam na sociedade escravista, e a consciência desse lugar já trazia implícita uma tensão permanente, que paternalismo algum seria capaz de encobrir. <sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> MARCONDES, Renato Leite, op. cit., p.7.

<sup>7</sup> PATROCÍNIO, Ana Luiza do, op. cit., p. 46.

<sup>8</sup> PAPALI, Maria Aparecida C. R. *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo: Annablume: Fapesp. 2003, p. 14.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Valéria Zanetti também observa esse fato nos escravos da cidade de Porto Alegre: “nos atos individuais ou coletivos, as ações “criminosas” dos cativos denunciavam a insubmissão e a revolta servil.”<sup>9</sup>

Assunto sempre em pauta na historiografia brasileira, a escravidão tem sido sempre revisitada pelos historiadores, os quais procuram por novas análises e abordagens sobre a trajetória do escravo na sociedade. A historiadora Maria Helena Machado argumenta a relativa liberdade que o escravo tinha em locomover-se e as questões observadas em seu cotidiano. Segundo a autora, o cativo transitava num universo de homens livres:

(...) pode-se dizer que a autonomia do escravo é o espelho dos limites da dominação senhorial. A circulação da população escrava nas cidades e no campo, a amizade de escravos entre si e entre estes e outras camadas não proprietárias, o compadrio, a existência de uma criminalidade específica à categoria são indícios de elaboração pelo escravo de uma concepção própria de seu universo.<sup>10</sup>

Ao analisarmos um Processo Crime do Arquivo Público e Histórico de Jacareí, do ano de 1877, observamos o ocorrido com o escravo Luiz, de 24 anos, acusado de furto.<sup>11</sup> Com a leitura desse documento, identificamos como eram conflituosas as relações entre escravos e senhores e escravos e homens pobres livres. Percebemos o cotidiano, os benefícios, conflitos e tensões existentes em torno de cada grupo.

O inquérito policial demonstra nas entrelinhas que o escravo Luiz tinha certa autonomia econômica, pois sua atividade (provavelmente um artesão ou escravo de ganho) era a fabricação de chapéus e tinha facilidade de negociação

---

<sup>9</sup> ZANETTI, Valéria. *Calabouço Urbano. Escravos e Libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 201.

<sup>10</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 20-21.

<sup>11</sup> ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE JACAREÍ. Caixa 331 a.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

nas casas de comércio da cidade. O documento revela que no período de 1877 o escravo Luiz negociava com homens livres e até mesmo com outro escravo, como vemos na petição. E mais, no cotidiano do cativo fica evidente, por meio dos autos, sua proximidade com uma mulher chamada Maria da Luz, a qual confirmou a presença constante do negro em sua casa. Talvez essa relação tenha acontecido pela sua profissão, já que a mesma era costureira, entretanto essa ligação deveria ser forte, pois Maria aceitou que Luiz guardasse em sua casa algo de que não tinha conhecimento.

O documento estudado nos relata um furto ocorrido na casa do comerciante Licínio Lopes Chaves, de uma quantia de oitocentos mil reis. O queixoso afirma que o dinheiro, ou parte dele, encontrava-se na casa de Antonio Ferreira Paschoal, também morador da cidade. No inquérito consta que Benedicto Correa Antonio da Silva e Sebastião Leite de Oliveira foram à casa de negócios de Licínio. Fizeram compras e ao efetuarem o pagamento o queixoso constatou que era o dinheiro que havia sido roubado de sua casa dias antes, pois havia um papel com a marca de sua casa de negócios e sua letra, a qual apresenta ao delegado para ajudar no inquérito:

Diz Licínio Lopes Chaves que á noite de sabbado para domingo, 16 para 17 d'este mez, foi vitima de um furto de oitocentos mil reis mais ou menos, sendo duzentos em cobre algumas quantias em nikel e prata e quinhentos mil mais ou menos em nota, entre estas uma de vinte mil bem velha com as extremidades estragadas, e constando ao suppe que se acha essa quantia ou parte d'ella em caza de Antonio Ferreira Paschoal, sita á rua Nova d'esta cidade pelos indícios que passa expor: Benedicto Correa Antonio da Silva, e Sebastião Leite de Oliveira vierão a caza de negocio do suppe fazer compras, e na ocasião do pagamento apresentarão embrulhos de cobre que erão justamente os que tinhão sidos furtados no dia referido, acresse mais que com um dos embrulhos achava-se um pequeno papel com a marca da caza e letra do suppe, o qual vai junta a esta com vestigios para a formação do inquerito policial; E esses individuos que vierão fazer



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

compras disserão que o dinheiro que dava esse pagamento, tinham recebido de Antonio Ferreira Paschoal em troca.<sup>12</sup>

Benedicto Correa Antonio da Silva e Sebastião Leite de Oliveira disseram ter recebido o dinheiro de Antonio Ferreira Paschoal “em troca”. No entanto, Antonio Ferreira Paschoal diz ter recebido o dinheiro de Luiz, escravo de Joaquim Timotheo de Araújo. A testemunha Benedicto Correa Antonio da Silva, 30 anos, casado, lavrador, natural de Santa Isabel e residente em Jacareí confirma o que Licinio relatou:

E sendo inquerido sobre os factos constante da petição de queixa que ela foi lida e declarada. Respondeo que tinha recebido o dinheiro em cobre com o qual veio comprar objectos na casa de negocio de Licinio Lopes Chaves em troca que fes em pagamentos de objectos que comprou de Antonio Ferreira Paschoal; tudo elle recebido a quantia de quatorse mil reis, do mesmo Paschoal e embrulhados como se achão. Nada mais disse.<sup>13</sup>

A ligação entre o escravo Luiz com outros grupos fica evidenciada. Mesmo tendo em conta que o referido cativo possa ter sido inocente nessa trama, averiguamos o seu livre trânsito entre homens livres. Na composição do inquérito verifica-se que o delegado faz algumas perguntas ao cativo Luiz. Este responde que apareceu em sua casa um escravo de João da Costa Gomes Leitão<sup>14</sup> encomendando-lhe cinquenta chapéus no valor de quatro contos de reis:

---

<sup>12</sup> Petição de Licinio Lopes Chaves, folha 2.

<sup>13</sup> Depoimento da testemunha Benedicto Correa Antonio da Silva, folha 4 frente e verso.

<sup>14</sup> João da Costa Gomes Leitão foi cafeicultor, negociante e escravocrata. De origem portuguesa, o alferes instalou-se em Jacareí onde acumulou fortuna através da cafeicultura. No ano sua morte, 1879, possuía mais de duzentos escravos e muitas propriedades em toda a região. Ver: PATROCÍNIO, Ana Luiza do, op. cit., p. 54.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Perguntado qual seu nome, idade, estado filiação naturalidade e profissão. Respondeu-se chamar Luis, escravo de Joaquim Timotheo de Araújo Junior de vinte e quatro anos mais ou menos, solteiro, que em consequência de vir pequeno em companhia de seu amo Joaquim Timotheo de Araújo pai (---), ignorava o nome de sua mãe e pai, natural de Pernambuco e residente nesta cidade fazem (---). Perguntado como se tinha passado o fato constante da petição de queixa que (---) foi lida e declarada. Respondeo, que no dia dezenove para vinte as oito horas da noite mais ou menos apareceu um escravo de João da Costa Gomes Leitão em casa delle encomendando-lhe para fazer cinquenta chapéus e tratando preço de quatro contos reis (...).<sup>15</sup>

Segundo laudos do Processo, o escravo de Gomes Leitão pediu ao cativo Luiz que guardasse uns embrulhos de cobres. O cativo respondeu que em sua casa não podia, mas poderia conseguir em outro local. O escravo de Leitão busca os embrulhos de cobre e entrega a Luiz, retirando catorze mil reis em cobres como adiantamento no pagamento dos chapéus.

Em seguida, o cativo Luiz e o escravo de Leitão levam o dinheiro até a casa da costureira Maria da Luz. Luiz respondeu que não sabia o nome do escravo de Leitão, mas o conhecia de vista. Também respondeu que não fez pergunta alguma para o outro escravo em relação à quantia de dinheiro. E ficou feliz, pois viu o dinheiro para o pagamento da encomenda de chapéus. Disse que sabia do furto na casa de Licínio, mas que não imaginava que fosse o escravo de Leitão:

(...) nesta ocasião pedio a elle Luis, se podia guardar uns embrulhos de cobres ao que elle respondeo que em sua casa não podia mas que arranjava uma caza de uma mulher na rua Nova que esta era capas e não havia perigo

---

<sup>15</sup> Testemunho do escravo Luiz no auto de perguntas, folha 8 verso, folhas 9 frente e verso.



e em tão dito escravo do Senhor Leitão foi buscar e entregou-lhe três sacos de cobres e uns embrulhos com nottas algumas moedas de níquel e pratas embrulhadas em um lenço, tirando referido preto do Senhor Leitão nesta ocasião a quantia de quatorse mil reis em cobres para lhe dar adiantado no pagamento dos chapeos, dinheiro este que foi feito pagamento em casa de negocio de Paschoal em tão elle Luis acompanhado do negro de Leitão condusirão o dinheiro e elle Luis aguardou no lugar onde foi encontrado fazendo entrega da quantia que tinha recebido do mesmo escravo. Perguntado como se chamava esse preto de Leitão que lhe fes entrega do dinheiro que acabou de declarar. Respondeu que sabia ser do mesmo Leitão, mas que ignorava seo nome. Perguntado mais, que como elle sendo quasi da mesma casa e tendo negociações com esse escravo, não sabia o seu nome. Respondeo que o conhecia por ter visto muitas vezes, mais que não sabia o seu nome; assim como tem recebido de Raymundo escravo do mesmo Leitão que se over não o conhece. Tendo mais perguntado se elle não ocasião que recebeo esse dinheiro não suspeitou que poderia ter sido furtado e se não fes ao preto algumas perguntas arespeito. Respondeo que não fes pergunta alguma e que ante ficou alegre por que o mesmo tinha feito encomendas dos chapeos e então elle já vio dinheiro para seo pagamento. Perguntado mais se elle não tinha ouvido fallar no furto da casa de Licinio, esse não sabia se havia algum compromettido em tal furto. Respondeo que sabia que tinhao feito esse furto mas que não atinava que fosse esse preto de Leitão.<sup>16</sup>

A mulher citada por Luiz é Maria da Luz. No auto de perguntas ela responde que há quatro ou cinco dias Luiz conduziu em várias vezes à sua casa sacos com cobre. Disse que estava sozinho e fez três viagens. Afirmou que Luiz frequentava a sua casa:

Respondeo, que a quatro ou cinco dias em uma noite Luiz escravo de Joaquim Thimoteo de Araújo condusio em casa

---

<sup>16</sup> Continuação do testemunho do escravo Luiz, folha 10 frente e verso.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

della dando diversas viagens sacos de cobres. Deixando lá e ultimamente sahindo entregou-lhe a chave a casa. Perguntado mais se nessa noite em que Luiz conduzio os sacos de cobres se hia este acompanhado de alguém. Respondeo que hia sempre só, dando três viagens. Perguntado mais se elle Luis costumava a freqüentar sua casa. Respondeo que sim.<sup>17</sup>

Não podemos declarar que o escravo tinha algum relacionamento afetivo com a mulher em questão, entretanto, fica constatado que conservavam alguma ligação. Do mesmo modo, compreendemos a relação do escravo com os outros indivíduos que constam nos autos. A movimentação dos escravos em meio à população livre fazia com que pactos, associações, amizades, conflitos se alternassem no cotidiano daqueles anos.

Os documentos - fontes primárias - são uma forma de se interpretar e compreender por outro prisma tais aspectos. Maria Helena Machado endossa essa questão:

Apesar do caráter institucional desta fonte, ela permite o resgate de aspectos da vida cotidiana, uma vez que, interessada a Justiça em reconstituir no dia-a-dia dos implicados, desvenda suas vidas íntimas, investiga seus laços familiares e afetivos, registrando o corriqueiro de suas existências.<sup>18</sup>

Verificamos no inquérito policial que Licínio Lopes Chaves desiste da ação que incrimina o escravo Luiz. Nesse sentido, não podemos concluir quais foram os verdadeiros autores do crime. No entanto, a leitura do documento possibilitou descortinar relevantes experiências do cotidiano escravista.

---

<sup>17</sup> Auto de perguntas feitas a Maria da Luz, folha 8 frente e verso.

<sup>18</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo, op. cit., p. 23.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Estudar vários aspectos das vivências que vinculavam e atrelavam escravos e homens livres, analisar seus embates, ações e conflitos foi o que procuramos demonstrar com a interpretação desse Processo Crime. Buscamos enxergar nas entrelinhas do inquérito policial detalhes das interações dos cativos em meio aos homens livres.

Segundo Maria Cristina Cortez Wissenbach “pouco interesse houve em registrar suas vidas obscuras, seus meios de sobrevivência, seus conflitos internos, seus valores e aspirações”.<sup>19</sup> Em nossa pesquisa, ao esmiuçarmos o documento percebemos as ações do escravo Luiz e seus pares na cidade de Jacaré no ano de 1877. Observamos na particularidade sua participação no cotidiano escravista, sua relação com negociantes e homens pobres, suas possibilidades de “pequenos negócios” e interações no mundo dos livres.

### **Referências**

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE JACARÉ. Caixa 331 a.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARCONDES, Renato Leite. *A propriedade escrava no Vale do Paraíba Paulista durante a década de 1870*. FEA-USP, 2000, série Economia – Texto para Discussão.

PAPALI, Maria Aparecida C. R. *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo: Annablume: Fapesp. 2003.

---

<sup>19</sup> WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinas. Escravos e Forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 13.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

PATROCÍNIO, Ana Luíza do. *Homens-livres, Escravos e Senhores no município de Jacareí, de 1840 a 1870*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2003.

WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e Forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ZANETTI, Valéria. *Calabouço Urbano. Escravos e Libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. Passo Fundo: UPF, 2002.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **TERRA E CONFLITO: POSSEIROS E POBRES LIVRES DAS VILAS DE JACAREY E SÃO JOSÉ DO PARAHYBA /SP (1766 a 1771)**

Maria Aparecida Papali\*

Valéria Zanetti\*\*

Suele França Costa\*\*\*

### **Introdução:**

Durante a segunda metade do século XVIII, período em que São José do Parahyba passava da condição de Aldeia à condição de Vila Nova (1767), verifica-se em diversos documentos um problema comum em várias regiões do Brasil colonial: os conflitos por terra, as quais, sem delimitação oficial, abriam caminho para contendas territoriais. Não havia uma política sistêmica de agrimensura na Colônia, pois, assim como era praticado em Portugal desde o século XIV, também no Brasil o direito a terra dependia, muitas vezes, apenas de seu usufruto.

Na América portuguesa essa prática também foi utilizada por outro fator que não apenas o “uso e costume”: a demarcação oficial de terras despendia recursos financeiros que grande parte da população não possuía. Além disso, para ter direito de receber uma sesmaria era, em geral, ser necessário ter cabedal ou título que justificasse esse “prêmio” de terras. Com um sistema sesmarial e burocrático de difícil acesso para a grande parcela da população colonial, restava o apossamento ilegal de terras cultiváveis, legitimadas unicamente por seu tempo e utilização<sup>1</sup>.

---

\* Doutora em História Social/ Docente –pesquisadora da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)

\*\* Doutora em História Social/ Docente –pesquisadora da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)

\*\*\* Historiadora / Núcleo Pró-Memória São José dos Campos

<sup>1</sup> NOZOE, Nelson. **Sesmarias e Apossamentos de Terras no Brasil Colônia**. São Paulo: USP, 2009, pag. 11.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Contudo, a inviabilidade de obter uma sesmaria ou mesmo registrar e delimitar as posses permitia brechas para que cada proprietário pudesse “alargar” suas terras, criando uma série de contendas devido à prática da não-oficialização dos limites territoriais. Segundo Richard Graham: (...) *Poucos agrimensavam suas terras e cada proprietário via na imprecisão de seus limites uma oportunidade de aumentar seus bens*<sup>2</sup>.

### **Conflitos territoriais em São José do Parahyba:**

*(...) faço ciente a V. Ex.<sup>a</sup> que se acham muitos moradores deste continente situados nas terras pertencentes a esta Aldeia (...)*<sup>3</sup>

Entre os anos de 1766 e 1771, documentos evidenciam que a Nova Vila de São José do Parahyba, erigida em 1767 e que até então era um aldeamento civil, sofria invasões constantes de suas terras cultiváveis por posseiros da Vila de Taubathe e, principalmente, da Vila de Jacarehy.

A falta de uma demarcação oficial dos limites territoriais de São José permitia que os donos de terras de outras povoações pudessem redefinir suas posses e, assim, tomar parte dos campos cultiváveis pertencentes à Nova Vila de São José. Mesmo com a elevação à categoria de vila em 1767, São José do Parahyba não possuía recursos financeiros para pagar uma demarcação de terras:

*Dizem o Director, officiaiz, e mais Indioz da Aldeya de S. Joze que elles suplicantes se vem perturbados de vários moradores, que pertendem tirar lhes as suas terras, campos, e outros que já se tem metido nellas, fazendo-ce Senhores com criações de que tem resultado aos Suplicantes inconsideravel prejuízo*<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, pág. 41.

<sup>3</sup> Catalogação da Biblioteca Nacional: I – 30, 10, 27 n<sup>o</sup> 02, Data: 15 de janeiro de 1766.

<sup>4</sup> Catalogação da Biblioteca Nacional: I – 30, 23, 84 n<sup>o</sup> 01, sem data.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A demarcação territorial era uma preocupação constante do capitão mor e diretor José de Araújo Coimbra, que administrou a Aldeia e, posteriormente, a Nova Vila de São José do Parahyba entre 1766 e 1767. Em cartas endereçadas ao governador da Capitania de São Paulo, D. Luis de Sousa Botelho Mourão, ou Morgado de Mateus, o capitão mor apontava as necessidades de se delimitar oficialmente as divisas de São José com as povoações vizinhas de Taubathe e Jacarehy. De acordo com José de Araújo Coimbra, os índios aldeados enfrentavam as ameaças e investidas de donos de terras contra as paragens de São José, terras utilizadas pelos nativos para o cultivo de produtos de subsistência e para pequena produção de artigos comerciáveis nos mercados coloniais.

Em diversas emendas, o capitão mor José de Araújo Coimbra solicita recursos ao governador da capitania para que São José pudesse ser devidamente agrimensada, pois a população da Nova Vila não possuía meios para pagar a demarcação de suas terras. Coimbra expõe essa realidade em carta datada de 07 de abril de 1767, endereçada ao governador Morgado de Mateus:

(...) As terras que V. Ex<sup>a</sup> foi servido ordenar que o juiz medisse e demarce a Aldeia de S. Joze; até o prez<sup>te</sup> se não tem feito em razão de que a dita Aldeia não tem dinheiro por ora, e o Escrivão as não quererá medir sem que se lhe pague logo, e este é o que ganha maior salário pello Extra ordinário regimento, (...) sendo V. Ex<sup>a</sup> servido mandar Por seu despacho que outro qualquer escrivão juramentado que por menos o queira fazer e dar espera a que haja o dinheiro possa cometer as medições junto com o juiz das medições do Destrito.<sup>5</sup>

De acordo com o documento, os índios da Aldeia de São José do Parahyba não possuíam recursos financeiros para arcarem com as despesas de delimitação de suas terras, exigidas pelo juiz. De fato, como já foi explanado anteriormente, o distanciamento do aparelho burocrático e seu alto custo não permitiam que grande parte dos donos de terras – exclusivos casos de obtenção

---

<sup>5</sup> José de Araújo Coimbra, Catalogação da Biblioteca Nacional: I – 30, 10, 27 n<sup>o</sup> 24, Data: 07 de abril de 1767.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de sesmarias, pois estas eram doadas já delimitadas, ou grandes latifúndios, cujo proprietário podia pagar pela delimitação –, tivessem acesso à oficialização de seus bens.

Em relação às invasões dos campos cultiváveis de São José do Parahyba, principalmente a região das terras da Pernambucana, José de Araújo Coimbra e outros “homens bons” pertencentes à Nova Vila denunciam uma série de ameaças, contendas e mortes devido às investidas de posseiros oriundos da Vila de Jacarehy sobre os limites indivisos de São José.

Muito embora a luta pelo acesso a terra estivesse comumente ligada ao universo da pobreza, os posseiros aqui analisados nem sempre eram pobres livres destituídos de terras. Nos conflitos territoriais no Campo da Pernambucana, em São José do Parayba, além de pequenos lavradores e agregados da cidade de Jacarehy, constava no comando desses conflitos um dono de terras e capitão de ordenanças da Vila de Jacarehy chamado Antonio Gonçalves Agostim.

A quinze do mês de Outubro dey parte a V. Ex<sup>a</sup>. A Respeito das terras da pernambucana e cujas terras esta Antonio Gonçalves Agostim lavrando e perturbando os Índios e metendo criações de porcos nas roças dos Índios e os pobres temendo se do tal home escuzarão de puxar razões com este (...) Cujas terras até agora não se medirão de próximo soube pello aviso que me deu que estavam judicialmente para medirem o tal Antonio Gonçalves Agostim (...)<sup>6</sup>.

O cerne dos conflitos pela posse das terras de São José estava, principalmente, na região do Campo da Pernambucana, que fazia divisa com o Bairro da Pernambucana, pertencente à Vila de Jacarehy.

Nessa região as contendas territoriais traziam uma série de problemas aos índios de São José, os quais utilizavam o Campo da Pernambucana como área de plantio e que se viam constantemente ameaçados pelos avanços de posseiros agregados à casa de Antonio Gonçalves Agostim. As contendas pela

---

<sup>6</sup> José de Araújo Portes, *Catálogo da Biblioteca Nacional*: I – 30, 15, 32 n<sup>o</sup> 06, Data: 04 de fevereiro de 1771).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

posse das paragens da Pernambucana também foram responsáveis pela morte do capitão mor José de Araújo Coimbra em 15 de novembro de 1767, assassinado a mando do capitão de ordenanças Antonio Gonçalves Agostim, conforme denúncia de José de Araújo Portes (filho de José de Araújo Coimbra e sucessor no cargo de diretor de São José do Parahyba):

(...) Também dou p<sup>te</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> que hú dos matadores do defunto [refere-se ao capitão mor José de Araújo Coimbra, assassinado em 1767], filho bastardo de Antonio Gonçalves Agostim disse perante alguns sete Índios desta V<sup>a</sup>, que se retornase a roçar nos matos da pernambucana, que haverá de ferver o chumbo (...)<sup>7</sup>.

Dou parte a V. Ex.<sup>a</sup> que as terras da desgraçada Pernambucana, digo assim porque foy causa da morte de meu pay, os competidores dellas, as estão destruindo; até as capueyras que o defunto fabricou com os Índios, ranchos dos mesmos se tem tudo derrotado. Alguns Índios prejudicados me tem feyto queixa, em o que lhe não posso ser bom Director, por me não fazerem o mesmo que fizerão ao defunto meu pay<sup>8</sup>

Verifica-se nas cartas escritas pelo diretor José de Araújo Portes entre 1768 e 1771, que as invasões das terras do Campo da Pernambucana e as ameaças aos índios da Nova Vila de São José efetuadas por agregados de Antonio Gonçalves Agostim, continuaram mesmo após o assassinato do capitão mor José de Araújo Coimbra em 1767. Nota-se que, com a morte do capitão mor e em função do temor que pairava em torno do capitão de ordenanças, os avanços sobre as terras dos índios tornaram-se mais frequentes e violentos. Como meio de investir contra o Campo da Pernambucana, para aumentar suas possessões, Agostim dispunha de recursos como sua influência frente às autoridades locais, sua posição mais abastada, seus agregados para invadir as paragens joseenses, em detrimento dos nativos aldeados e da antiga população pobre e livre que já havia se estabelecido na Vila de São José do Parahyba.

---

<sup>7</sup> (José de Araújo Portes, Catalogação da Biblioteca Nacional: I – 30, 15, 32 n<sup>o</sup> 01, Data: 08 de julho de 1768);

<sup>8</sup> (José de Araújo Portes, Catalogação da Biblioteca Nacional: I – 30, 15, 32 n<sup>o</sup> 04, Data: 08 de setembro de 1769).



**Fig. 1: Mappa – Divisa territorial da Nova Vila de São José do Parahyba.**  
**Fonte:** Catalogação da Biblioteca Nacional: I – 30, 24, 24 nº 2, sem data. Disponível no site do Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos.

Analisando o mapa dos limites territoriais da Vila de São José do Parahyba, verifica-se que as áreas cultiváveis disponíveis eram escassas. Em torno da divisa com as Vilas de Taubathe e Jacarehy, encontram-se diversas regiões nomeadas por “mato ruim” e “pântano inútil”, supostamente áreas onde a agricultura era ruim ou inviável. Ao redor da vila, nos perímetros próximos a essas regiões inférteis, localizam-se pequenas áreas de “Campos”, provavelmente áreas mais propícias à produção agrícola e à criação de animais. Além das áreas férteis serem escassas, não se pode deixar de fazer essa análise pensando que essas regiões, além de pequenas, não eram despovoadas. Havia, com certeza, famílias que também moravam nessas áreas e que dividiam o espaço com a população aldeada de São José do Parahyba.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Percebe-se que o Campo da Pernambucana, que aparece sendo a área mais disputada entre a população de São José e os posseiros de Jacarehy, cerne dos conflitos que culminou no assassinato do capitão mor José de Araújo Coimbra, situa-se no mapa na divisa entre Jacarehy e São José, facilitando as invasões. Pressupõe-se também que, em meio a poucas áreas cultiváveis, as terras da Pernambucana eram, provavelmente, as maiores e mais férteis, pois esse “Campo” não se localizava próximo às regiões mais estéreis. Tal questão esclarece os motivos pelos quais José de Araújo Coimbra e Antonio Gonçalves Agostim conflitavam pelo direito à posse das terras do Campo da Pernambucana. Para Coimbra seria um prejuízo abrir mão da melhor e maior região agrícola que São José dispunha. Perder esse espaço seria o mesmo que perder parte da produção e da mão-de-obra controlada por ele.

Em meados do século XVIII e primeiros anos do século XIX, o Vale do Paraíba era composto principalmente por pequenos e médios produtores e lavradores pobres. Em geral, os excedentes dessa produção eram comercializados localmente ou direcionados aos mercados coloniais por Parati. Segundo Maria José Olmo: (...) *Os pequenos agricultores, os que plantavam para comer, além de sua subsistência direta, também participavam desse comércio e da constituição de um circuito interno de trocas na Colônia* <sup>9</sup>.

Em uma região como o Vale do Paraíba, onde a população dispunha, de modo geral, de poucos recursos e uma baixa produção – se comparada com os grandes latifundiários das regiões açucareiras –, possuir terras era, mais do que uma situação financeira favorável, um elemento que arraigava poder político e status social: *Nas vilas, foi estabelecido que os cargos de capitão mor, assim como os capitães de companhia, deveriam ser escolhidos de acordo com sua*

---

<sup>9</sup> OLMO, Maria José Acedo Del. **Vila, Vida e Mercado: São Luíz do Paraítainga, 1800-1820**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2000, pag. 75.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*influência na região, ou seja, medido pelas terras que estes detinham: os principais das terras*<sup>10</sup>.

Portanto, aumentar a posse de terras e – no caso das relações entre o capitão mor José de Araújo Coimbra e os índios aldeados de São José do Parahyba – captar mão -de -obra era, antes de tudo, uma busca dessas camadas rurais valeparaibanas. Fatores que, em uma sociedade rudimentar, agregava poder político, econômico, reconhecimento social e influência local.

Na análise desse fenômeno na região das vilas de São José do Parahyba e Jacarehy, tem-se uma parcela mais abastada da população, os “principais da terra”, constituídos por donos de terras, funcionários camarários e homens com patentes de Ordenanças que constituíam uma “nobreza” de modos rudes, tentando se sobressair através, principalmente, da obtenção de terras e de mão -de -obra, seja ela na forma de tutela – no caso dos nativos aldeados de São José – ou clientela, como fazia Antonio Gonçalves Agostim.

Em meio às contendas territoriais entre o capitão mor José de Araújo Coimbra, o qual procurava garantir o controle sobre as terras de São José e sobre os autóctones por ele administrados, e o capitão de ordenanças Antonio Gonçalves Agostim, que por sua vez visava aumentar suas possessões, encontrava-se o Campo da Pernambucana, habitado por nativos aldeados e lavradores livres que o cultivavam, os quais sofriam as ameaças dos agregados de Agostim, que avançavam sobre essas paragens:

Pertencente às camadas mais abastadas da Vila de Jacarehy, com título de Capitão de Ordenanças e cargos superiores atinente às funções burocráticas na vila, Antonio Gonçalves Agostim era mais do que um simples posseiro que se aproveitava da falta de demarcação entre as povoações para garantir sua sobrevivência, como muitos faziam. O capitão de ordenanças, inventariante e

---

<sup>10</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser Nobre na Colônia**. São Paulo: Editora Unesp, 2005, pag. 149.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

morador do Bairro da Pernambucana possuía terras, escravos, agregados e prestígio social, econômico e político <sup>11</sup>.

Em decorrência das altercações entre Coimbra e Agostim pelas terras do Campo da Pernambucana, em 15 de novembro de 1767 uma emboscada é preparada para José de Araújo Coimbra, findando sua trajetória como capitão mor da Vila de Jacarehy e diretor da Nova Vila de São José do Parahyba. Segundo denúncias de seu filho e sucessor no cargo como diretor da Nova Vila, José de Araújo Portes, o assassinato do capitão mor foi ordenado pelo capitão de ordenanças Antonio Gonçalves Agostim, devido aos conflitos pelas terras de São José do Parahyba:

Dou parte a V. Ex.<sup>a</sup> que as terras da desgraçada Pernanbucana, digo assim porque foy cauza da morte de meu pay, os competidores dellas, as estão destruindo; até as mesmas capueyras que o defunto fabricou com os Indios, ranchos dos mesmos se tem tudo derrotado. Alguns Indios prejudicados me tem feyto queixa, em o que lhe não posso ser bom Director, por me não fazerem o mesmo que fizeram ao defunto meu pay<sup>12</sup>.

Os documentos datados de anos posteriores ao assassinato do capitão mor José de Araújo Coimbra, em 1767, demonstram que os problemas relativos às invasões das paragens cultiváveis de São José do Parahyba e a falta de uma demarcação oficial dos limites entre vilas continuaram a ocorrer:

A quinze do mês de Outubro dey parte a V. Ex.<sup>a</sup> a Respeito das terras da pernambucana e cujas terras esta Antonio Gonçalves Agostim lavrando e perturbando os Indios e metendo criações de porcos nas roças dos Indios e os pobres temendo se do tal home escuzarão de puxar razões com este temendo se que poderião fazer a eles como fizeram ao defunto Cap. <sup>am</sup> Mor de Director por cauza das ditas terras o Matarão. Cujas terras até agora não se medirão de proximo soube pello aviso que me deu que estavam

---

<sup>11</sup> COSTA, Suele França. Relações de Poder, Terras Indivisas, Conspiração e Crime: O assassinato do capitão mor José de Araújo Coimbra (V. de Jacarehy e São José do Parahyba – 1766 a 1771). Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, 2011, pag. 57.

<sup>12</sup> José de Araújo Portes, Catalogação da Biblioteca Nacional: I – 30, 15, 32 n<sup>o</sup> 04, Data: 08 de setembro de 1769.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

judicialmente para medirem o tal Antonio Gonçalves Agostim (...)<sup>13</sup>

Em relação às demarcações das terras da Nova Vila de São José do Parahyba em 1768, em Ordem emitida pelo governador da Capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, foi nomeado como representante do governo da capitania nas demarcações da Nova Vila o tenente Manoel Alvares da Fonseca, cuja função era acompanhar e garantir o processo de delimitação das divisas de São José com suas fronteiras entre as vilas de Jacarehy e Taubathe:

(...) a esta V.<sup>a</sup> Nova servindo nos de guia o Tenente Manoel A. da Fonseca como V. Ex.<sup>a</sup> lhe determinou; para o que em nome desta Câmara se deu parte a Câmara de Taubathe, aonde fomos principiar; ajudando-nos, na borda do Capam, paragem destinada para a dita demarcação; nos puzeram dois obstáculos ambos com fundam.<sup>to</sup> o primeiro que o novo foral desta V.<sup>a</sup> declarou o D.<sup>or</sup> ouv.<sup>or</sup> e Corregedor, que seria o termo demarcado nas tais paragens convindo as câmaras, de Taubathe e Jacarehy; e o segundo que as ordens que as ordens que V. Ex.<sup>a</sup> nos passou, dizem para demarcar freguesia, e não o termo da Vila<sup>14</sup>

Um encontro entre os representantes das Câmaras Municipais das vilas de Jacarehy, Taubathe e São José, para as demarcações territoriais dos limites entre vilas, ocorrido em 07 de janeiro de 1769, mostrou os verdadeiros intentos das povoações vizinhas à São José do Parahyba: visar estender-se territorialmente sobre as paragens da Nova Vila, pretendendo, o máximo possível, protelar as demarcações oficiais.

O tenente Manoel Alvares da Fonseca, não concordando com o adiamento das delimitações entre vilas, imposto segundo restrições da Câmara da Vila de Taubathe e de Jacarehy que, pelo documento, não chegou a enviar nenhum representante no dia marcado para iniciar a agrimensura da Vila de São José, escreveu ao governador da Capitania de São Paulo relatando o

---

<sup>13</sup> José de Araújo Portes, *Catálogo da Biblioteca Nacional*: I – 30, 15, 32 n<sup>o</sup> 06, Data: 04 de fevereiro de 1771.

<sup>14</sup> Carta dos oficiais da Câmara da Vila de São José do Parahyba, *Catálogo da Biblioteca Nacional*: I – 30, 22, 13 n<sup>o</sup> 03, Data: 07 de janeiro de 1769.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

ocorrido e denunciando uma provável “conspiração” dos vigários de Jacarehy e Taubathe que, ao encontrarem-se com o Doutor Ouvidor em visita à região, pretendiam passar informações deturpadas sobre os limites territoriais entre as vilas em detrimento da demarcação oficial da Nova Vila de São José:

Em o dia 3 de Janeiro me achei junto com câmara de V.<sup>a</sup> Nova de São José, em a paragem da Borda do Capão para dar principio a demarcação do Termo da mesma; para cuja execução determinei, a mesma câmara escrevesse, a de Taubathe para no dia concinado, se achar, querendo; com efeito nos achamos juntos, e elles firmes em não deixarem demarcar; Argui-lhe, os milhores fundam.tos que alcancei, porem por duas circunstancias, me convencerão a cujos lhe não pude dar contra (...)

E Nestes termos ficamos de dar todos, parte a V. Ex.<sup>a</sup> para mandar, o que for servido com novas ordens. Já Expuz a V. Ex.<sup>a</sup> por carta a cauza da demora desta Execução que foy [ilegível] demora do D.<sup>or</sup> Ouv.<sup>or</sup> de Sorte que quando me avisou foy na chegada a S. José, e não esteve lá senão uma Noite, e só com elle se acharão os dois vigarios de Jacarehy, e Taubathe e por onde dividio a frg.<sup>a</sup> nada fez, porque Esteve pello que lhe disserão, por onde se faz preciso, V. Ex.<sup>a</sup> meter o seu Braço porque as Longitudes que elles alegão, são theyas de Aranha que se poem por diante, que só na presença de V. Ex.<sup>a</sup> poderey explicar-me, que, se necessário for sou capaz de mandar picar o Mato a minha custa e medir por corda para attestar a verdade<sup>15</sup>.

Verifica-se em documentos posteriores ao assassinato de José de Araújo Coimbra, principalmente emendas de José de Araújo Portes – sucessor de Coimbra na direção da Nova Vila de São José – e do tenente Manoel A. da Fonseca endereçadas ao governador da capitania, que a agrimensura e as invasões por posseiros, sobretudo agregados à Antonio Gonçalves Agostim, continuaram a constituir problemas enfrentados pelos moradores de São José do Parahyba anos após sua ereção à condição de vila.

Outra questão levantada por José de Araújo Portes nas cartas analisadas refere-se ao abuso de poder do capitão de ordenanças Antonio Gonçalves

---

<sup>15</sup> Tenente Manoel A. da Fonseca, Catalogação da Biblioteca Nacional: I – 30, 9, 9 n<sup>o</sup> 10, Data: 08 de janeiro de 1769.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Agostim, que se aproveitava da vantagem numérica<sup>16</sup> e do prestígio social que possuía na região para avançar sobre as paragens da Nova Vila, sem que as autoridades de Jacarehy e São José o impedissem:

(...) o que se viu após o assassinato do capitão mor José de Araújo Coimbra foi a continuidade da soberba do capitão de ordenanças e o aumento do medo dos moradores e autoridades em relação ao que Agostim e seus aliados seriam capazes de executar para manterem seus anseios territoriais<sup>17</sup>.

### **Considerações Finais:**

Durante a execução dessa pesquisa os documentos constataram que a forma mais comum de se obter prestígio social e poder local na região compreendida entre as vilas de Jacarehy e São José do Parahyba ocorria por meio da obtenção de terras e arrematação de lavradores pobres como agregados.

Principalmente pela falta de agrimensura dos limites entre vilas, os “principais da terra” aumentavam seus bens avançando sobre as posses não oficializadas, redefinindo as fronteiras das povoações e provocando conflitos entre posseiros.

Neste trabalho constatou-se também que este fenômeno (as invasões de terras de outras povoações não agrimensadas por posseiros ou donos de terras e seus agregados) - em particular análise sobre os campos pertencentes à São José que, apesar de erigida à vila em 1767, não possuía recursos para demarcar oficialmente seus limites territoriais -, foi um problema enfrentado pela Nova Vila em relação aos seus vizinhos Jacarehy e Taubathe, sobretudo na área

---

<sup>16</sup> As denúncias de José de Araújo Portes ao governador Morgado de Mateus demonstram que Antonio Gonçalves Agostim cooptava famílias de lavradores pobres, agregando-os em sua esfera de influência a fim de aumentar seu poder local (Costa, 2011: 66).

<sup>17</sup> COSTA, Suele França. **Relações de Poder, Terras Indivisas, Conspiração e Crime: O assassinato do capitão mor José de Araújo Coimbra (V. de Jacarehy e São José do Parahyba – 1766 a 1771)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, 2011, pag.63.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

chamada Campo da Pernambucana – maior e mais fértil região agrícola de São José do Parahyba -, onde ocorreram diversas contendas pela posse dessa paragem e o crime que acometeu o capitão mor José de Araújo Coimbra a mando do capitão de ordenanças da Vila de Jacarehy, Antonio Gonçalves Agostim, principal invasor das terras da Pernambucana.

Segundo os documentos, mesmo após a morte do capitão mor, Agostim continuou a avançar sobre a região do Campo da Pernambucana com seus agregados, ameaçando e expulsando seus moradores, os índios aldeados de São José: *Em desavenças e ameaças, sua influência e seu cargo como capitão mor, alta patente militar, não foram suficientes nas contendas com seus rivais (...)*<sup>18</sup>.

Compreende-se, portanto, na análise da dinâmica dessa sociedade os motivos pelos quais a terra denotava tanto valor, ultrapassando questões meramente econômicas, a ponto de incitar confrontos e crimes entre sujeitos sociais. Em um “mundo” rural e rudimentar, onde pertencer a uma camada mais abastada em termos locais não significava possuir riquezas ou cabedal, a terra detinha o poder político e o prestígio que esses “homens bons” precisavam para a manutenção de seu status social.

## **Referências:**

### **Fontes Primárias:**

#### **(Arquivo Público Municipal de São José dos Campos – Coleção Morgado de Mateus):**

Microfilme Acervo APM-SJC. Catalogação da Biblioteca Nacional: I - 30, 9, 9 n<sup>o</sup> 10;

Microfilme Acervo APM-SJC. Catalogação da Biblioteca Nacional: I - 30, 22, 13 n<sup>o</sup> 03;

---

<sup>18</sup> Idem, pag.76.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Microfilme Acervo APM-SJC. Catalogação da Biblioteca Nacional: I - 30, 24, 24  
nº 02;

Microfilme Acervo APM-SJC. Catalogação da Biblioteca Nacional: I - 30, 15, 32  
nº 04;

Microfilme Acervo APM-SJC. Catalogação da Biblioteca Nacional: I - 30, 15, 32  
nº 06;

Microfilme Acervo APM-SJC. Catalogação da Biblioteca Nacional: I - 30, 10, 27  
nº 24;

Microfilme Acervo APM-SJC. Catalogação da Biblioteca Nacional: I - 30, 23, 84  
nº 01;

Microfilme Acervo APM-SJC. Catalogação da Biblioteca Nacional: I - 30, 10, 27  
nº 02.

### **Fontes Impressas:**

COSTA, Suelle França. **Relações de Poder, Terras Indivisas, Conspiração e Crime: O assassinato do capitão mor José de Araújo Coimbra (V. de Jacarehy e São José do Parahyba – 1766 a 1771)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, 2011.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

NOZOE, Nelson. **Sesmarias e Apossamentos de Terras no Brasil Colônia**. São Paulo: USP, 2009.

OLMO, Maria José Acedo Del. **Vila, Vida e Mercado: São Luíz do Paraítinga, 1800-1820**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2000.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser Nobre na Colônia**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**MIGUEL JORGE NICOLAU: DE IMIGRANTE A HOMEM PÚBLICO,  
DÉCADA DE 1950, SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP**

Maria Nicolau

No interior de São Paulo, há duzentos e vinte e três quilômetros a noroeste do estado, fronteira com Minas Gerais, localiza-se a cidade de São João da Boa Vista. Esta, ao longo do século XX, mas principalmente no início desse período, atraiu imigrantes, sobretudo aqueles que vieram em busca de terras para plantar, sobreviver e se estabelecer no Brasil, dada a base agrária da região. Em São João havia interesse em dedicar-se à lavoura do café, plantar gêneros alimentícios, cuidar do gado e outros animais de corte.

Nesse contexto, em 1910, aporta na cidade uma família de árabe-libaneses, integrando a “imigração em cadeia (...) responsável por enormes parcelas de imigração síria e libanesa (...), irmão puxando irmão, filhos, primos, pais, tios, avós, (...)”<sup>1</sup> que chegavam ao país naqueles anos. Acompanhando o movimento que tantos outros imigrantes fizeram, após os trâmites burocráticos na Casa do Imigrante, foram encaminhados para o interior do Estado de São Paulo, onde “acabaram se enraizando (...) ao entrar em contato com as pessoas (...) de uma região rural do interior do Brasil”<sup>2</sup>. E naquele interior paulista já predominava o centro urbano, locus preferido daquela família tradicionalmente vinculada ao comércio e às lides citadinas, quase que por natureza cosmopolita.

O protagonista dessa história é o senhor Miguel Jorge Nicolau, que viveu caminhos entre o público e o privado, cuja família de imigrantes árabe-libaneses chegou ao Brasil em abril de 1910. A família era parte de um grupo que necessitou deixar sua terra natal, assim como descreve Truzzi:

A “febre imigratória” (...) compeliu os protagonistas a redimir a situação econômica familiar, a competir em direção às Américas, (...) a maior parte dos que emigraram

<sup>1</sup> TRUZZI, Oswaldo. *Sírios e Libaneses*. Narrativas de história e cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, p.44.

<sup>2</sup> *Idem*, p.46.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

o fizeram não com a decisão tomada individualmente, mas apoiados por uma base familiar ou, no mínimo, uma rede de conterrâneos (...)<sup>3</sup>.

Miguel Namen, sogro de Miguel Jorge, partiu da cidade de Trípoli, no Líbano, em busca de um lugar para plantar, além de produtos agrícolas, seus ideais políticos. Queria um lugar onde não sofresse mais a intolerância dos poderosos, como acontecia em sua terra natal.

O Brasil foi seu porto seguro. Em Santo Antônio do Jardim, cidade das videiras, localizada entre Espírito Santo do Pinhal e São João da Boa Vista, Miguel Namen começou uma nova história que, como a de muitas outras famílias imigrantes, transformou para sempre a agricultura e a história nacional.

Levando-se em consideração que a região continha os locais que atraía os imigrantes, como por exemplo, a região do sul de Minas Gerais e as proximidades de São João da Boa Vista, pode-se presumir que os libaneses e sírios vieram para essa região para se instalarem lá, pois

(...) Estabeleceram-se por todo o estado, desempenhando papéis importantes no progresso do comércio e da indústria. Em muitas vilas e cidades, praticamente o comércio a varejo mais significativo estava em suas mãos. Muitos enriquecendo, compravam terras e tornavam-se fazendeiros e criadores, e outros investiram seus fundos em máquinas e beneficiar algodão, armazéns e outras formas de empresas industriais numa zona agrícola <sup>4</sup>.

Os pais de Miguel, Jorge e Maria, ambos tinham 15 e 16 anos respectivamente quando se casaram e vieram para as terras brasileiras. Maria encontrava-se no segundo mês de gravidez e, e ao aportarem em terras brasileiras, integraram a “imigração em cadeia (...) responsável por enormes parcelas de imigração síria e libanesa (...), irmão puxando irmão, filhos, primos, pais, tios, avós, conterrâneos, conhecidos, (...)”.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> *Idem*, p.44.

<sup>4</sup> *Idem*, p.18-19.

<sup>5</sup> TRUZZI, 2005, p. 43.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A trajetória dessa família no Brasil foi assim referida por Falconi:

(...) Filho de Nicolau Murr e de Murr Mussi, nasceu em Kalhat, Trípoli, Líbano, no dia 20 de maio de 1893, dedicou-se ao comércio como muitos outros de seus patrícios, e faleceu em São João da Boa Vista, em 11 de julho de 1969, aos 69 anos de idade. Sua mãe, filha de Namen Elias e de Rada Abdala Elias, nasceu no dia 27 de fevereiro de 1894, também em Kalhat, Trípoli, Líbano, dedicando-se ao comércio junto com o esposo, tendo falecido em São João da Boa Vista, no dia 7 de maio de 1968, aos 74 anos de idade. Foram seus irmãos: Chaffic Nicolau, o segundo filho, fazendeiro e solteiro, nascido em 30 de julho de 1913, tendo falecido em 23 de julho de 1993; Durval Nicolau, o terceiro filho, nascido em 21 de fevereiro de 1916, médico especializado em obstetrícia, psiquiatria e pediatria, respectivamente. Casou-se com Yolanda Sidnei Mancini, filha de Francisco Antônio Mancini e de Angelina Solano, nasceu em São João da Boa Vista, em 16 de maio de 1922.<sup>6</sup>

Era um momento de intensas mudanças, em que a família poderia se desenvolver em solo novo, com esperanças de trabalho, cuidar de terras, roçar e se inserir no comércio. Talvez as deliberações que pudessem surgir com essa mudança, repousasse na certeza de que “havia imigrado (...) razoavelmente bem informados a respeito de aonde ir, onde encontrar trabalho, e que tipo de trabalho os esperaria (...)”.<sup>7</sup>

Após passarem pelos trâmites burocráticos na Casa do Imigrante, dirigiram-se, primeiramente, para Santo Antônio do Jardim, e em seguida, para São João da Boa Vista, onde se estabeleceram.

Primeiro moraram no porão de uma padaria e dormiam no borralho, que é um brasido coberto de cinzas que espalhava um calor insuportável do forno e ficava muito próximo ao local onde a família, por falta de opção, dormia. Quando o bebê Miguel, com seu choro, feriu o ar pela primeira vez em 20 de

---

<sup>6</sup> FALCONI, Rodrigo Rossi. *Logradouros de São João da Boa Vista – SP*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 317 - 318.

<sup>7</sup> TRUZZI, 2005, p. 44.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

maio de 1911 foi nessa padaria, cujo nome era Maximina. Isto aconteceu em meio ao cheiro dos pães assados e do ar abafado daquele porão.

Dessa leva de imigrantes, que na sua maioria de declararam agricultores ao desembarcarem no Brasil, vieram sem recursos: “a maior parte dos aldeões (...) era de agricultores e de pequenas propriedades cultivadas pela família, (...) e a maior parte deles vinculada à atividade rural em suas terras de origem, (...) vieram sem recursos, o que lhes impedia de se estabelecerem como proprietários rurais”<sup>8</sup>. Sendo assim, tiveram seu início com a atividade de mascateação.

Ao imigrarem, diz Truzzi, “o fizeram não com a decisão tomada individualmente, mas apoiados por uma base familiar ou, no mínimo, uma rede de conterrâneos”<sup>9</sup>. Dentre os interesses que marcaram o comércio desses imigrantes, estava não apenas a venda da borracha, mas de inúmeras outras mercadorias, configurando o “mascate”, figuras que percorriam o país de norte a sul, fosse a pé, de barco, de trem, de carona, de mula ou burro, a cavalo, enfim, da forma possível em cada momento histórico.<sup>10</sup>

O imigrante se introduziu primeiramente como mascate, e como podemos observar, “é a primeira alternativa de inserção econômica”<sup>11</sup>, afirma o autor, e acrescenta informações sobre a venda de mercadorias variadas, como é descrito a seguir: “(...) desde a agulha de coser, o anzol, carretel de linha de várias cores, (...) pulseiras de latão, massa, facões, espingardas, sabão em barra, leques, fogareiros, violão, (...)”<sup>12</sup>.

A partir disso, esse imigrante procurava se estabelecer com uma loja, pois quando uma oportunidade de parentesco ou de conterrâneos que havia chegado há menos tempo, logo se estreitavam mais os laços entre eles.

É nesse momento que o senhor Jorge começa a se projetar para que a economia familiar se organizasse. Todos foram impelidos a imigrarem, e haviam

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, p.28.

<sup>9</sup> *Idem*, p.14.

<sup>10</sup> *Idem*, p.2.

<sup>11</sup> *Idem*, p.17.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 44



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

saído de sua terra natal para viver o sonho que lhe alimentara a vontade de vencer em outro solo. Esse foi o caminho que buscaram para “redimir suas famílias de situações desfavoráveis”,<sup>13</sup> que antes tiveram.

O senhor Jorge abriu um negócio comercial, pequeno e logo se iniciou nas lidas citadinas, ou seja, mascatear “foi a principal estratégia utilizada para a (sua) afirmação”.<sup>14</sup> Não era uma opção, mas quase que uma imposição advinda das condições em que adentravam ao país. Originalmente agricultores de pequenas propriedades cultivadas pela família, “em geral vieram sem nenhum capital, e sua atividade somente poderia ser a mascateação”<sup>15</sup>.

É significativo, assim, o modo como, ao terem que cativar uma freguesia, os libaneses acabaram se enraizando na nova terra. “Pelas características do negócio de que dependiam para viver, eram praticamente forçados a se socializar, a entrar em contato com as pessoas de uma rua, de um bairro, de um povoado, de uma região rural do interior do Brasil”.<sup>16</sup>

Era típico dos libaneses terem o comércio e a moradia no mesmo lugar. Dessa forma, o senhor Jorge abriu um armazém denominado “Flor de Maio”, sendo que a loja funcionava na frente e a moradia nos fundos.

Nessa época, já havia se passado cinco anos desde o nascimento de Miguel, e este, apesar da pouca idade, já prestava serviços na loja, ora ajudando a mãe, ora o pai. Era um “moleque” que trabalhava sobre um caixote, para que alcançasse o balcão e pudesse atender os fregueses. Conforme nos informa uma parente de Miguel, entrevistada no decorrer de nossa pesquisa,

Era uma loja de roupa, de cereais, cada parte era uma coisa... Trabalhava lá o Miguel, ele era molequinho ainda e arrumava um caixãozinho para ele subir porque ele não alcançava o balcão, para trabalhar e ajudar. E a dona Maria, fazia tudo, coitada..., ela lavava, ela passava, ela

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 46.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

cozinhas, ela trabalhava no balcão, e a família dela morava no Santo Antônio do Jardim.<sup>17</sup>

A iniciativa de ajudar o pai ou a mãe era uma condição básica para a sua formação como comerciante, conforme previsto por sua ascendência. Sua mãe, a senhora Maria Nicolau, foi uma pessoa de importância fundamental na vida de Miguel. O fato de ajudá-la quando subia no banquinho para alcançar o balcão, já denotava um aspecto cultural, mas também uma predileção pela mãe, que mais tarde veio a ser de fundamental importância na construção de sua vida política. A entrevistada citada acima é que chama a atenção para tais aspectos de Miguel com relação à mãe, ressaltando o afeto extraordinário que os unia. Conforme suas palavras, ele “(...) não queria que ofendesse a mãe dele por nada, porque a mãe dele sacrificou muito para formar ele (...)”.<sup>18</sup>

Vilas Boas chama a atenção para tal circunstância, destacando que devemos nos preocupar “com pai e mãe, sim. Pelo menos pai e mãe, que podem ser personagens fascinantes (...)”.<sup>19</sup> Tal relação será apontada pelos historiadores que trataram deste personagem, situando que a senhora Maria, também vai desenvolver um papel importante até mesmo nas decisões políticas do filho, como poderemos observar mais adiante em artigos da imprensa, na prefeitura, ou nas recepções honrosas acompanhando o ex-presidente Jango, em suas visitas a São João da Boa Vista.

Um autor que descreve sobre um sistema universal de valores e de crenças, que permeiam um mito, é o escritor Sergio Vilas Boas, quando descreve que temos algo que levamos pela vida afora, referindo-se aos pais, e o papel que eles têm na vida dos filhos:

---

17 Entrevista com **Matilde Jorge Jacob** concedida à autora desta pesquisa, em 12 de janeiro de 2002. A entrevistada tinha 85 anos, morava em São João da Boa Vista, era senhora da casa, trabalhava com culinária árabe, fazendo quibes, esfihas, langhbagim, e outros pratos para comércio em uma ‘Kiberia’, que funciona no mesmo endereço de sua residência, até hoje. Matilde era prima de Miguel, foi casada com Miguel Jacob Namen, teve quatro filhos: Nanhim, Nabih, Nege e Miguelzinho.

18 Entrevista com **Matilde Jorge Jacob** concedida à autora desta pesquisa, em 12 de janeiro de 2002.

19 VILAS BOAS, Sergio. **Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida: Sergio Vilas Boas**. – São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 50.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

“fantasia da influencia dos pais sobre a infância, algo que nos segue pela vida afora muito depois de nossos pais se tornarem apenas fotos esmaecidas; portanto, muito do poder que eles têm vem da idéia desse poder (...) é evidente que pai e mãe fornecem uma moldura e geram as mensagens que vão ficando”.<sup>20</sup>

Surge a partir daí, o gosto pela política e adoração por Getúlio Vargas, pois esse senhor usava calças bombachas<sup>21</sup> e saía andando pelas ruas, como se fosse uma homenagem ao presidente, na época, e isso influenciou de alguma maneira, a família, e principalmente o filho mais velho, mais tarde.

Por sua vez, pela vontade de se filiar ao partido do PTB, que era a bandeira dos trabalhadores, e principalmente desse cidadão, como veremos também mais adiante.

No ano de 1923 seu pai, que se tornara um próspero homem de negócios, havia adquirido uma fazenda localizada no sul de Minas Gerais, em uma região circunvizinha ao Vale do Ribeira, núcleo de várias fazendas, na fronteira do interior de São Paulo com o sudeste mineiro. A produção advinda desta propriedade rural era vendida no armazém da família, na cidade, denominado, Armazém Flor de Maio.

Miguel, além de ajudante de ordens e comerciante no armazém da cidade, também exercia atividades na fazenda, vinculadas à produção e preparação dos produtos para a comercialização e distribuição.

Os anos passaram e em 1926, então com 15 anos de idade, Miguel concentra-se mais nas atividades comerciais, sem transitar tanto entre a fazenda e a casa. Em seu tempo livre, empenha-se nas atividades de guarda-livros, denominação que designava os atuais contadores, cujo termo advém do inglês ‘bookkeeper’.

Ao se ocupar ativamente na arte de escriturar e manter em boa ordem os livros mercantis da loja do pai e as finanças da fazenda aprendeu rápido a

---

20 VILAS BOAS, 2006, p. 50 - 51

21 A bombacha é uma peça de roupa, calças típicas abotoadas no tornozelo, usada pelos gaúchos. O nome foi adotado do termo espanhol "bombacho", que significa "calças largas".



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

contabilizar a parte financeira. Uma tarefa de seu cotidiano que, somada à outras, aos poucos foi lhe dando estruturas para as propostas que fará já na condição de político da cidade, como por exemplo, a da construção de uma escola de contabilidade e de cursos técnicos na década de 1950. O prédio dessa instituição ficou vinculado à prefeitura local, e recebeu o nome de Escola de Comércio.

Foi assim que ele começou a adquirir mais independência, devido à forma de trabalho na qual o seu tempo era consumido entre duas atividades, e com isso, Miguel sentia-se atraído pela possibilidade de crescer. Percebia o quanto a atividade o impulsionava para aprender outros empreendimentos além da contabilidade e das finanças, e de servir o outro de forma mais política. Havia assim, algo que buscava nessa fase da vida, e abria-lhe perspectivas para um trabalho próprio, ganhando dinheiro próprio, sem intermediação do pai.

Isso o levou a se posicionar mais tarde, então em 1932, como um comerciante e fazendeiro bem-sucedido, administrador de terras, controlador de uma grande parcela do fluxo das produções geradas na cidade de São João, incluindo outras cidades da região, como a de Andradas, Águas da Prata, Mogi Guaçu, Espírito Santo do Pinhal, Santo Antônio do Jardim, Aguaí, e outras. Miguel desde muito tinha contato com a produção rural. Isso fez com que, durante toda sua vida, se dedicasse a agricultura e pecuária com paixão, cuidando das terras da fazenda, como também na circulação de produtos entre a cidade e o campo.

Dessa forma, ao pensarmos na região que se servia de vários profissionais de diversas áreas nessa época, nos traz uma reflexão sobre a cultura existente enquanto um sistema realizado, que segundo o autor Raymond Williams, é regida por um sistema de significações.

O ano de 1937, em que Miguel assiste e vivencia a instauração do Estado Novo e se inicia na vida política, desde que seu pai, o senhor Jorge, ao alimentar como também passa exigir do trabalho suado de Miguel, na roça, na loja e



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

demais lugares, é principalmente no comércio, na lavoura e agricultura, e posteriormente como contador, que seu perfil com a política vai se desdobrar.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) é o partido com o qual Miguel vai se identificar e realizar o seu exercício político. Fundado em 15 de maio de 1945, tinha como uma das bandeiras de seu ideário, defender o capital nacional dentro de uma estrutura política favorável ao desenvolvimento trabalhista, que por sua vez, correspondia às aspirações da população

A principal função social que o PTB cumpriu naquele período, conforme a historiografia aponta, foi a de, por um lado, quebrar a hegemonia que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tinha junto aos operários e trabalhadores em geral. Por outro, contrapor-se à tradicional União Democrática Nacional (UDN) que surgira em 1945,<sup>22</sup> e que aglutinava amplos setores das oligarquias agrárias mais conservadoras do país. Surgiu originalmente como uma frente, ou seja, arregimentava um grande grupo de políticos unidos pela oposição ao regime do Estado Novo de Getúlio Vargas e a toda e qualquer doutrina originária de seu governo.<sup>23</sup>

A ligação daquele descendente de árabes com tal partido levanta suspeita dos fazendeiros tradicionais da região, os antigos coronéis e donos de amplas glebas de terras mineiras e paulistas. Tais personagens, pertencentes à oligarquia rural e alguns udenistas, contrapõe com Miguel Nicolau, nas atitudes com o trabalhador do campo.

São esses trabalhadores quem vão ocupar o papel de protagonistas, considerando-se suas reivindicações de trabalhista nas questões que eram contrastantes com a dos fazendeiros empreendedores e exploradores dos empregados. No ano de 1941, tais reivindicações se multiplicavam em honorários mal pagos, sem assistência médica e sem limites.

---

<sup>22</sup> Será extinto em 27 de outubro de 1965, com o fechamento dos partidos e das organizações da sociedade civil durante a ditadura militar.

<sup>23</sup> [http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6\\_mesa2.htm](http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_mesa2.htm) – Página da Universidade Estadual de Maringá – Departamento de História – Afinidades eletivas entre a União Democrática Nacional (UDN) e as Forças Armadas Brasileiras.

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*



A formação técnica e contábil de Miguel é acrescida de cursos administrativos, em que a base de negociações se inteirou às práticas de transações comerciais. Foi dessa forma, que mais tarde o impulsionou a se engajar com mais tenacidade nos trâmites comerciais da produção na fazenda e atender uma demanda do trabalhador rural.

Observe como uma parenta de Miguel refere-se a ele:

Ele progrediu e ele fez muito. O seu pai abriu um armazém na fazenda, lá em cima do óleo. Trabalhou 4 a 5 anos lá. Ele matava porco, vendia toucinho e vendia os produtos, vendia a mercadoria, trabalhou muito o seu pai (...).<sup>24</sup>

Nesse sentido, podemos traçar os primeiros sinais de Miguel se aventando no mundo político. Em 1944, já com 33 anos de idade, bem amadurecido e informado, e se relacionando com os grupos políticos de São João da Boa Vista, ele inicia sua vida política propriamente dita.

Em 1945, já com 34 anos, começa a militar na vida política brasileira. O Brasil entrou na era pós Vargas com uma democracia instituída, depois de 15 anos de ditadura. Nos anos anteriores, Miguel havia construído uma relação política sólida e de amizade com GV e quando este se candidata à presidência novamente, passa a apoiá-lo, fundando o primeiro diretório do partido PTB em São João da Boa Vista.

Quando assume a presidência do PTB getulista em São João da Boa Vista ele tem 35 anos, sendo a sede o próprio prédio de sua propriedade, na cidade. Isto foi de fundamental importância para a legenda e para o seu vínculo partidário que fez com que crescesse na cidade, pois neste mesmo prédio funcionavam várias outras organizações e instituições.

---

<sup>24</sup> Entrevista com **Matilde Jorge Jacob** concedida à autora desta pesquisa, em 12 de janeiro de 2002.



Quem hoje passa pelo majestoso edifício “Flamboyant”,<sup>25</sup> (vide foto) situado na Praça Coronel Joaquim José, numero 176, não imagina a história daquele lugar. Hoje o prédio serve de residência para 14 famílias sanjoanenses. Um dia foi o quartel general de muitas políticas e eventos sociais. Neste endereço havia ensaios da banda municipal, funcionava a Escola de Comércio, além de servir como entreposto comercial para a venda de alimentos a preços populares.

Notam-se as filas gigantes e intermináveis que queriam ser abastecidos de forma a se identificar uma ação populista de Miguel.

Foi local onde se articularam várias campanhas eleitorais que resultaram em diversas vitórias, particularmente a que elegeu em 1976 o prefeito, Nelson Mancini Nicolau, mesmo numa legenda diferente do PTB, mas apoiado pelo tio. E, além disso, mesmo sendo candidato do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), recebeu o apoio do PTB.

O “Flamboyant” foi um dia a sede do PTB. Um partido que levantou bandeiras sociais e populares e serviu de referencia para a história de São João da Boa Vista, além de dar as diretrizes para vários dos objetivos alcançados pelo senhor Miguel Jorge na política. Deste prédio também floresceram orientações políticas para o Brasil e aos brasileiros.



Miguel cultivou e nutriu uma

---

<sup>25</sup> O ‘Flamboyant’ = flor que é encontrada nas árvores da praça e também em cidades praianas – pode sugerir as mais diversas divagações sobre significados. Podemos relacioná-los com “flan boiante”, um pudim que bóia. Ou com o extravagante, o espalhafatoso, como seria a sua tradução da língua inglesa.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

simpatia pelo trabalhador rural, por ele mesmo ter nascido e trabalhado em roça, desde pequeno. Compartilhou a realidade deles e ficou ao lado do homem do campo pobre, sem assistência, muitas vezes explorado sem ter atendimento a necessidades básicas para a sobrevivência. Sinto orgulho do “Flamboyant”. Um dia, o antigo prédio do PTB representou uma semente popular.

No ano de 1953, foi a partir daí que tudo começou a girar de forma a cobrir a demanda do trabalhador, de forma a se identificar nas fotos desse prédio com multidões de trabalhadores à porta, ou recebendo alimento, ou comprando o arroz mais barato da cidade, ao custo de 7,20.

Tais atitudes foram alvo de vigilância das forças repressivas, no caso o DOPS, que o colocou sob suspeita de atividades comunistas, como poderemos verificar no trecho abaixo:

(...) Miguel Jorge Nicolau, conseguiu também por intermédio da C.O.F.A.P. e da C.O.A.P., o arroz que é vendido ao preço de Cr \$ 8,00 (oito cruzeiros) por quilo, distribuição ou venda, que é somente feita aos Associados das três associações, (...), duas vezes por semana, (...), sendo que dentro de poucos dias, ainda será vendido a preços reduzido e da mesma maneira que o arroz, o tecido popular, feijão e outras cousas. Com a atitude tomada por Miguel Jorge Nicolau, na venda do arroz, obriga a também a Prefeitura a vender no Mercado Municipal arroz ao preço de Cr\$ 8,00 por quilo (...) <sup>26</sup>.

Essa é a forma pela qual o senhor Miguel dá os primeiros passos em direção ao partido, a toda uma gama de perspectivas trabalhistas, em que a sua alçada consegue alcançar. Atitudes como essa de vender o produto a preço de custo também está presente noticiado no jornal local, o “Município”, nesse mesmo ano, em que Miguel se iniciava na política. Mas já era atacado pelos udenistas, e um de seus principais oponentes, o senhor Herbert Levy. Podemos verificar tal matéria publicada a seguir:

---

<sup>26</sup> RELATÓRIO, 09-12-53. *Aesp, setor Deops, n<sup>o</sup> 123.675. fls. 2.*





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

1 – Quando Miguel Jorge Nicolau que tanto vem trabalhando pela sua terra natal conseguiu trazer arroz para ser vendido aos trabalhadores por 7,20 e 8,20, suavizando assim a angústia de centenas de lares, Herbert Levy não teve consideração alguma com os trabalhadores beneficiados. Da tribuna da Câmara Federal, atacou violentamente o amigo do povo que é Miguel Jorge Nicolau e o fornecimento daquele alimento. Na hora de votar, o trabalhador e o sanjoanense, recuzará a célula que contiver o nome do inimigo dos trabalhadores: Herbert Levy, ainda para sua maior condenação elemento da udn.<sup>27</sup>

Nota-se, portanto, o quanto o senhor Miguel é tomado pelos ataques dos seus oponentes, e o quanto outro subtítulo vai ter espaço para a atuação da UDN com relação ao PTB, nessa cidade do interior.

Em 24 de agosto de 1954, quando Getúlio Vargas, presidente da Republica e do PTB, morreu, foi dado um novo rumo à história.

Na capital paulista, na qualidade de deputado estadual, Miguel liderou multidões que saíram em manifesto ao suicídio de Vargas. Miguel conduziu-as pelas ruas e avenidas do centro de São Paulo. O povo desamparado, naquele momento histórico, seguiu para a sede do PTB, na Alameda Barão de Limeira. Lá ele fez uma oratória extensa para acalmar os ânimos, com palavras de fé e esperança. Tudo para impedir que o povo colocasse fogo em bondes, ônibus e o que mais aparecesse pela frente.<sup>28</sup>

Se fosse apenas um líder ambicioso, Miguel Nicolau poderia ter conduzido aquela imensa e fantástica concentração humana em direção aos Campos Elíseos, para a sede do governo Estadual, e ter assumido o poder político, apoiado pelos partidos da esquerda e pelo PCB.

Mas ele preferiu encerrar aquele ato político com um pedido: que todos se ajoelhassem e rezasse um “Pai nosso” pela alma do presidente Vargas, depois, que voltassem pacificamente para casa.

---

<sup>27</sup> Jornal “O Município”, em ‘Pílulas Políticas’. São João da Boa Vista, 15 de agosto de 1954, nº3145, p.3.

<sup>28</sup> Depoimento de José Gallo Lopes, em 20 de julho de 2000, fls.2, # 3º para a autora da presente pesquisa.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Inicia-se a partir de então, uma fase entre 1946 até 1950, onde o senhor Miguel articula-se dentro do PTB e depois sai desse partido, passando para o PTN (Partido Trabalhista Nacional). Ao entrar nesse partido como dissidente, ganha com deputado estadual sendo o 2º suplente, assumindo posições de poder como deputado estadual na Câmara estadual de São Paulo, em 1953. É a partir daí que ele entra para a história nacional, via São João da Boa Vista, um colégio eleitoral forte.

### **Referências Bibliográficas:**

TRUZZI, Oswaldo. *Sírios e Libaneses*. Narrativas de história e cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. Série Lazuli Imigrantes do Brasil.

FALCONI, Rodrigo Rossi. *Logradouros de São João da Boa Vista – SP*.

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 317 - 318.

VILAS BOAS, Sergio. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida: Sergio Vilas Boas*. – São Paulo: Editora UNESP, 2008.

RELATÓRIO, 09-12-53. *Aesp, setor Deops, n° 123.675*. fls. 2.

[http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6\\_mesa2.htm](http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_mesa2.htm) – Página da Universidade Estadual de Maringá – Departamento de História – Afinidades eletivas entre a União Democrática Nacional (UDN) e as Forças Armadas Brasileiras.

Jornal *O Município*, em *‘Pílulas Políticas’*. São João da Boa Vista, 15 de agosto de 1954, n°3145, p.3.

Depoimento de José Gallo Lopes, em 20 de julho de 2000, fls.2, # 3º cedida a autora dessa pesquisa.

Entrevista com Matilde Jorge Jacob concedida à autora desta pesquisa, em 12 de janeiro de 2002.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **REFLEXOS NO ESPELHO: NARCISISTAS NO ORKUT**

Maria Valéria Rodrigues Santos\*

Cláudia Mariza Mattos Brandão\*\*

As novas tecnologias reordenam as manifestações e relações na sociedade contemporânea criando novos paradigmas sociais. A globalização dinamiza a cultura em larga escala, mediada por estilos, imagens e discursos veiculados pelo sistema comunicacional e informacional que se movimentam livremente além das fronteiras nacionais promovendo um grande mercado cultural.

Nesse sentido, a internet trouxe novas formas de relacionamento, concretizando uma cultura característica do ciberespaço. Os espaços culturais virtuais como o site de relacionamento Orkut, criado em 2004, são meios de produção simbólica que orientam comportamentos e olhares na exaltação de mitos e arquétipos discursados e divulgados pelas mensagens das tecnologias do imaginário. Estes valores simbólicos ordenam grupos, como o Orkut, que privilegiam basicamente uma relação mediada pela verbalização e pela imagem fazendo com que realidade e experiência virtual estejam interconectadas.

De acordo com Juremir Machado da Silva (2006), o imaginário é uma energia social, uma aura em movimento, em construção. Neste contexto os sujeitos são entes simbólicos e sua imaginação cria a dimensão ambiental, imaginária e cultural. Para Maffesoli (1996) o imaginário é um catalizador do grupo ou da tribo que experimentam conjuntamente sensações, lembranças, afetos e estilos de vida. Assim, estes valores agregam os sujeitos, pois, como defende Stuart Hall (2006), os processos identitários acontecem por dispositivos de identificação de grupos e a forma como estes grupos se

---

\* SANTOS: Graduada em Licenciatura em Arte e Pós-graduada em Arte com Hab. Em Ensino e Percursos Poéticos pela Universidade Federal de Pelotas. charloteval@hotmail.com

\*\* BRANDÃO: Professora Me. Em Educação Ambiental, Centro de Arte da Universidade Federal de Pelotas. attos@vetorial.net



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

configuram nos meios representativos tem uma dimensão profunda na maneira como estas novas identidades são representadas e localizadas.

Assim, com o objetivo de compreender o imaginário que agrega os sujeitos do Orkut, o encaminhamento reflexivo deste estudo tentará abranger entendimentos sobre a dimensão simbólica das imagens postadas neste espaço como agentes mediadores das relações sociais. Para tanto, pretende-se relacionar o milenar mito grego de Narciso, o romance “o retrato de Dorian Gray” final do séc. XIX e as imagens do Orkut séc. XXI. São objetos distantes no tempo e espaço, porém, interligados universalmente ao manterem vivos os arquétipos formadores do imaginário das diferentes sociedades, o que sofre variação é a linguagem.

### **1. O imaginário no orkut: conexões e processos de identificações**

A concretude da vida só acontece pelo movimento das forças imaginárias que emanam do real, idealizam-se e retornam ao meio como um dispositivo propulsor do próprio real. Uma fonte de forças racional e não-racional que impulsionam a ação e disseminam-se por contágio.

Todo imaginário é uma narrativa mítica, porém, inacaba, uma teia, uma construção coletiva, sem autoria e intenção. O imaginário é o espaço do eu, é o espaço da ilusão, da atração, da fusão, da vinculação entre o indivíduo e o meio, *é uma rede etérea e movediça de valores e de sensações partilhadas concreta ou virtualmente* (SILVA, 2006, p.9)

Este comportamento de partilha é identificado no site do Orkut, os sujeitos que estão ali partilham das mesmas regras, falam a mesma língua, compartilham os mesmos desejos. São atores sociais imbuídos de construir a teia que move o sentido de suas vidas, pois, o imaginário do Orkut não é apenas representado pelas imagens que lá estão, é todo um conjunto de valores e de experiências sensitivas vividas em grupo mantendo uma relação entre o concreto e o virtual.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O imaginário é um reservatório/motor. Reservatório, agrega imagens, sentimentos, lembranças, experiências, visões do real que realizam o imaginado, leituras da vida e, através de um mecanismo individual/grupal, sedimenta um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e de aspirar ao estar no mundo (SILVA, 2006, p.12).

Muitas idéias e concepções apreendidas pelo contato com o espaço físico, com outros meios midiáticos são introjetados no espaço virtual do Orkut fomentando um imaginário atrelado a um contexto mais amplo, ou seja, com a sociedade em geral. Assim, as relações sociais mediadas por imagens neste espaço considerando os sujeitos em conexão com um mundo ordenado pela economia, pelo fetichismo da mercadoria e pela divulgação de valores que reforçam o consumismo (DEBORD, 1996). A publicidade, através do rádio, cinema e televisão, é um dispositivo primordial na sociedade do espetáculo, pois, através da divulgação de bens e serviços característicos das sociedades industriais reforçam-se modelos e estereótipos que fluem no imaginário social, tudo é marketing.

Stuart Hall (2006) aponta que o conceito de identidade única, fixa e permanente, baseada numa essência inata ao sujeito, tão valorizado na modernidade é substituído por modelos de identificações, os sujeitos são múltiplos interagindo em diferentes espaços. Nestes intercâmbios entre os diferentes espaços, os sujeitos perambulam e fazem conexões. Estes acessos somam experiências, emoções e inspirações que estarão na base das relações do grupo ou da tribo do Orkut. Michel Maffesoli (1996) atribui ao imaginário o conceito de força catalizadora, uma aura, o que constitui e mantém o vínculo social tribal, a identificação do grupo por um sentimento de pertencimento.

A partir deste entendimento vale analisar as possíveis narrativas míticas que aglomeram os sujeitos em contatos no Orkut. Na sociedade contemporânea o mito de Narciso evidencia-se através dos comportamentos sociais, das relações consigo e com o outro. Estas manifestações hora individualizadas, hora



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

socializadas são fortemente instigadas pelas mídias em geral, entretanto, as mídias interativas como a internet viabilizam a espontaneidade da expressão do eu.

## **2. O Mito de Narciso na contemporaneidade**

A palavra “Mito” tem a sua origem no grego antigo, "mithós", ela remete a uma narrativa de caráter simbólico, característica de uma dada cultura. No seu significado maior, o mito procura explicar a realidade, os fenômenos naturais, as origens do mundo e do homem por meio de deuses, semi-deuses e heróis. O mito só existe através do rito, do modo de se pôr em ação o próprio mito na vida.

As narrativas míticas possibilitam o entendimento da construção do EU, na história, nas diversas culturas e civilizações, através dos valores arquetípicos que orientam o comportamento humano. Em todos os momentos da história do homem o mito esteve presente produzindo e expressando simbologias. Na cultura ocidental, a presença do mito de Narciso tem sido muito discutida por vários estudiosos do comportamento humano e social.

O “Mito de Narciso” apresentado neste tópico apoia-se em Junito de Souza Brandão (2002). Narciso (Nárkissos) significa “entorpecimento, torpor”. O nome também está relacionado com a flor Narciso, que na Grécia antiga, era plantada sobre os túmulos simbolizando a morte, mas a morte como um sono.

De acordo com o mito, o jovem Narciso era filho do rio Cefiso e da ninfa Liríope. Sendo esta, vítima dos impulsos sexuais de Cefiso teve uma gravidez penosa e indesejável. Mas, para sua satisfação nascera um menino de beleza extraordinária! Porém, na cultura grega, o excesso de tanta beleza assustava, estava o sujeito possuidor desta a mercê da *hýbris* - o descomedimento; e ultrapassar o *métron* – *medida, equilíbrio* - era permitido somente aos imortais. Assim, beleza em excesso desafiava aos Deuses. *E Narciso era mais belo do que os Imortais* (2002, p.175). Devido a sua beleza, Narciso era desejado por deusas,





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

ninfas e pelos jovens de toda Grécia. Sua mãe Liríope, preocupada com a beleza do filho foi consultar o velho cego Tirésias, “adivinho, profeta”. Ela pergunta: Narciso viveria muitos anos? “se ele não se vir”...respondeu Tirésias.

Narciso era insensível às paixões que despertava. Entre as muitas apaixonadas, estava a ninfa Eco. Por ajudar Zeus a fugir para seus passeios amorosos, Eco fora condenada por Hera, esposa de Zeus, a não mais falar, apenas repetiria os últimos sons das palavras que ouvisse.

Apaixonada, Eco seguiu Narciso em uma de suas caçadas. O jovem se afastou muito dos companheiros, começou a gritar por eles, mas, é Eco quem responde. Narciso termina o diálogo dizendo: *Junte-mo-nos aqui!* Eco vai ao seu encontro e ele a rejeita. Tomada pela tristeza a ninfa morre solitária. As outras ninfas, irritadas com a sua insensibilidade, pedem a *Nêmesis* vingança. Esta condena Narciso a amar um amor impossível.

Num quente dia de verão, Narciso com muita sede, aproximou-se da fonte do rio Téspias. Ao debruçar-se sobre a água viu a própria imagem, a própria sombra. Apaixonado pela própria beleza, não mais pode sair dali. No local da morte, nasceu uma flor de Narciso.

É provável que as águas dos rios, lagos, mares tenham sido os primeiros espelhos a refletirem os objetos e os rostos do mundo como narra o mito de Narciso e tenha possibilitado as primeiras formas de autorretrato. A partir do momento em que o homem descobriu o encanto de se olhar e de se retratar diversas técnicas foram desenvolvidas para a apreensão da sagrada imagem do eu. A pintura foi a linguagem consagrada para a retratação ou autorretratação até o advento da fotografia, que no primeiro momento era destinada apenas a alta sociedade. Mas, com o avanço das tecnologias ela se popularizou.

O acesso a internet, o aparecimento das câmeras fotográficas analógicas e depois digitais tornaram o retrato e a autorretratação um exercício constante na vida das pessoas. Percebe-se que este desejo acompanha as sociedades incansavelmente e estas expressões imagéticas são simbologias que as



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

caracterizam, fomentadas por arquétipos e mitos presentes em todos os tempos e espaços, o que não seria diferente na atualidade.

### **3. Sobre o “O RETRATO DE DORIAM GRAY”**

No breve prefácio escrito por Oscar Wilde sobre o seu “O retrato de Dorian Gray”, o autor escreve: *o artista é o criador das coisas belas*. O romance reflete sobre os valores morais que regem o ser humano, a juventude, o conceito de beleza. Discute a relação e preocupação do sujeito com a sua própria imagem. O valor atribuído a juventude. O livro lançado em 1891 nos coloca, hoje, 120 anos depois, em sintonia direta com tais reflexões, eis a presença do mito perpassando os séculos, as diversas culturas e sociedades.

Dorian Gray era um jovem rapaz, pertencente à alta burguesia inglesa do séc. XIX provido de uma beleza física além do imaginável. O Pintor Basil Hallward, admirado e atraído por tamanha expressão de beleza, retrata Dorian Gray. Ao ver o retrato, Dorian apaixonou-se por si.

Lorde Henry Wotton, amigo de Basil, lembra o jovem da brevidade da juventude. Dorian fica atordoado com a observação de Henry. *Sim chegaria o dia em que rosto se tornaria enrugado e murcho, os olhos fracos e desbotados, o corpo alquebrado e deformado...A vida que deveria animar-lhe a alma lhe estragaria o corpo.Tornar-se-ia hediondo, repulsivo, grotesco (p.32)*. O rapaz chora e revela as causas de sua dor:

*- Que tristeza!... – Que tristeza! Ficarei velho, horrível, medonho. Mas este retrato continuará sempre jovem...Ah, se pudesse dar-se ao contrário! Seu eu permanecesse moço e o retrato envelhecesse!Para isto... eu daria tudo!...Daria minha própria alma!(p.33)*

Lorde Wotton, um homem inteligente, perspicaz e irônico, sendo amigo de Basil torna-se muito próximo de Dorian passando a exercer forte influência em seu comportamento.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

No desenrolar da história, Dorian apaixonou-se por Sibyl Vane, uma moça jovem e humilde. Apesar de ser artista de um pequeno teatro, tem grande potencial artístico. Apaixonados planejam casamento. Dorian convida Basil e Lorde Wotton para assistir a uma das apresentações da atriz. A jovem, tomada de paixão por Dorian, representa muito mal. Consternado, ele abandona a moça.

Em casa, Dorian olha o seu retrato, fica horrorizado ao perceber alterações na imagem. O seu singelo sorriso, agora tinha uma expressão cínica e maldosa. O quadro refletia sua alma. Pediria perdão a Sibyl e o retrato voltaria ao normal. Mas, desesperada pela rejeição de Dorian, a jovem comete suicídio.

Dorian passa a viver com total prazer todas as suas vontades e desejos. Vivia e estimulava a maldade em sua vida e na alheia. Tinha uma conduta fria e interesseira com todos. Escondido num quarto da casa para ninguém ver, o quadro continuava a se modificar incessantemente.

Odiava Basil por fazê-lo enxergar sua alma. Inconformado com sua verdadeira face e culpando o artista pelo seu sofrimento, ele o assassina a facadas.

O monstruoso retrato passa a gotejar sangue, expressando a decrepitude de sua alma, a sua personalidade assassina.

Aos 40 anos, pensa em se resignar, mas a bondade não era uma virtude de sua personalidade e constata que mesmo com algumas boas ações, o quadro vertia-lhe mais sangue e a imagem se tornara horrenda. Então, decidiu destruir-lo. Com a mesma faca com que matou Basil, trespassou o retrato. O grito de Dorian ecoou pela casa. Os criados foram acudir e viram na parede o maravilhoso retrato de um belo jovem e, no chão, jazia o corpo de Dorian, com a faca cravada no peito, quase irreconhecível, pois tamanha era a sua deformidade.

#### **4. Em frente ao espelho: o mito do autorretrato no Orkut**



As fotografias acima são alguns exemplos expostos no site de relacionamento do Orkut. Algumas análises destas imagens confirmam o quanto as pessoas gostam de exibir a sua aparência, fazer poses, criar um imaginário sobre si. Nos sites de relacionamento algumas querem parecer bonitas, interessantes e atraentes.

Segundo Nilton Milanez e Gracielly Bittencourt Machado (REVISTA OPSIS, 2008), os sujeitos ganham visibilidade no Orkut; dessa maneira, surge o desejo de manifestação de modelos e valores instituídos socialmente, ou seja, a valorização da aparência, da beleza, de vidas bem sucedidas. Portanto, compreender estas imagens é buscar entender como estes sujeitos produzem sentidos para si e para os outros e formam uma identidade de grupo pautada na imagem.

Estas manifestações culturais visuais seguem um projeto representativo aceito, valorizado e estimulado pelo coletivo. Tais imagens são construções sociais que caracterizam uma visibilidade relativa aos sujeitos, a visualidade oriunda dos meios tecnológicos e do entendimento que os sujeitos sociais do Orkut possuem e constroem sobre a imagem e sobre a realidade em que vivem. Sobre a Cultura Visual, Fernando Hernández entende que:



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Essa elaboração da realidade não é meramente individual. As inserções do indivíduo em diversas categorias sociais e culturais e sua inserção a distintos grupos (de idade, de bagagens de formação, profissionais, etc.) constituem fontes de determinação que incidem com força na elaboração individual da realidade social e geram visões “compartilhadas” de tal realidade e interpretações similares dos acontecimentos. Esse é o primeiro passo para situar a concepção da cultura visual (2000, p.54)

A partir da idéia de “narcisismo coletivo” (MAFFESOLI, 1996) compreende-se a imagética do Orkut como formas de vida mitologizadas, caldo de paixões inconscientes e extralógicas que fundamenta a existência na imagética virtual deste espaço. A vontade de viver em constante contato instiga a exposição dos sujeitos a partir da auto-adoração que, mesmo sendo individual, remete ao coletivo. Assim, promove um estilo peculiar, um modo de vida, uma roupagem bordada pelo espetacular.

O Mito de Narciso reconfigura-se aqui na relação do sujeito com o espelho e com a imagem produzida fotograficamente por ele diante do espelho. Na primeira o sujeito se auto-admira, se adora, se especula, se deseja, como Narciso diante de sua imagem, como Dorian Gray perplexo diante do seu retrato. Na segunda, ele capta a imagem de si que, ao seu entender, representa aquilo que ele pensa ou deseja ser e deseja que os outros, ao verem a imagem, acreditem que ele seja o que ele pensa que é ou deseja ser.

Basil, ao pintar o retrato de Dorian Gray, cria um modelo idealizado, o retrato era a visão de Basil sobre o outro. Assim, também as imagens do Orkut são criadas a partir dos cânones de beleza que o grupo valoriza. Basil, narcisicamente, também estava fascinado pela juventude e beleza, também admirava estas características. A ingenuidade, a pureza, virtudes da juventude é o que fora captado por Basil e revelado em sua pintura. Mas isto aflorou no rapaz, o instinto de prazer natural da juventude. De forma desmensurada, Dorian se lança nas suas façanhas prazerosas, centrando-se em si mesmo, pois,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

acreditava ser um modelo de perfeição e somente ele poderia ser a sua própria fonte de prazer.

Assim, os “autofotógrafos” do Orkut também vivem prazerosamente em busca da representação perfeita a partir de valores compartilhados e estimulados pelo grupo com o qual se identificam. Fitar-se diante do espelho e apreender-se é como Narciso querendo abraçar, tomar o seu próprio reflexo diante do rio.

Dorian, ao constatar a decrepitude do retrato, percebe que não era o modelo de beleza que desejava e acreditava ser. Basil revelou o seu verdadeiro retrato. Ele não era um modelo de perfeição, insatisfeito e revoltado ele tira a vida do artista e torna a sua própria imagem horrenda. Dorian estava condenado a ser excluído da sociedade por seus maus feitos, mas, o que realmente revelava a sua face era a imagem. Portanto deveria permanecer escondida. Há uma necessidade de ser aceito pelo grupo, isto fica evidente tanto no romance quanto nas imagens do Orkut. Representa-se aquilo que os outros desejam e acreditam, pois de outro modo não há pertencimento ao grupo, não acontece a identificação. Há uma dependência do outro, pois *a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pela forma através das quais nós imaginamos ser vistos por outros* (HALL, 2006, p.39).

A insatisfação parece mover as diferentes narrativas, estando presente no mito de Narciso, no romance de Oscar Wilde e nos sujeitos da comunidade Orkut. Aquilo que não sou e quero ou acredito ser e ainda, que quero representar para o outro é o meu próprio declínio. Imagem e realidade confundem-se mutuamente, como Dorian diante do seu retrato acreditando ser um adônis, como narciso diante do rio absorto na sua beleza de invejar aos deuses, os sujeitos do Orkut acreditam possuir a beleza das celebridades, criam e recriam autorretratos enaltecidos por um discurso midiático.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Narciso suicida-se embriagado pela própria imagem, ela foi o veneno para a sua alma. Dorian suicida-se ao atentar contra o seu retrato atacando a própria alma, ele tomou a sua visão, os seus pensamentos e a sua liberdade. Os sujeitos do Orkut absortos em si, circulam embevecidos sempre o mesmo trajeto; compartilham-se num jogo narcísico de sedução pelo reflexo, viciados na mania de se auto-fotografar, viciados nos prazeres da sedução e desejantes do próprio corpo vivem em gozo permanente ...*ama-se o que se auto-reflete e reflete-se o que se ama* (BRANDÃO, 2002, p.184).

## **5. Considerações finais**

O mundo contemporâneo é um espaço privilegiado por possibilitar a diversidade de trocas e experimentos, a convivência, a celebração e a comunicação. Neste contexto, os meios de comunicação são meios importantes que viabilizam as diversas relações, quebram fronteiras e promovem novas experiências identitárias. No entanto, o mesmo aparato tecnológico que, democraticamente, reordena as comunicações nesta sociedade globalizada afirma a moral do entretenimento, do exibicionismo, da satisfação, é uma ferramenta a serviço do mercado capitalista que valoriza o mundo da matéria, o mundo das aparências e confina os sujeitos em seus simulacros.

Estar no Orkut é poder exercer a auto-adoração, é poder alimentar a autocontemplação, é experimentar o gozo do próprio corpo, é viver como sendo a única realidade; pois, fora deste espaço tudo é desilusão, não há aplausos imaginados, não há assédio, não há palco. O espelho é a fonte onde os sujeitos se banham de vaidade e fomentam novos impulsos de auto-adoração. No espelho os sujeitos estão consigo desenhando novos retratos de si, usufruindo do poder de se auto-conceber, como Dorian, desejam revelar apenas a sua aparência.

Narciso, Dorian Gray e os sujeitos do Orkut, são personagens distintos e distantes em tempo e espaço, mas encontram-se vivos através dos arquétipos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

que acompanham o homem em toda a sua trajetória e se revelam através da relação entre sujeito e linguagem. Assim, a imago perdida de Narciso, inconscientemente, continua viva no imaginário coletivo.

O Narcisismo é uma patologia que limita as relações, limita o potencial de empatia e ascende o preconceito. A morte de Narciso por não se alimentar revela como os narcisistas são modelos de perfeição, ninguém pode lhes dar aquilo que eles julgam perfeito, apenas, eles mesmos. Então, vivem num mundo particular e ilusório, não passam de imagens superficiais. Como no mito da caverna, estão todos confinados, de costas para a luz contemplando apenas as sombras de um mundo desconhecido e acreditam que aqueles reflexos são a única realidade existente.

## **Referências**

- BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. 13<sup>a</sup> edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**: tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**: tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da Cultura Visual**: proposta para uma nova narrativa educacional. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- MAFESSOLI, Michel. **No Fundo das Aparências**: tradução de Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis; Rio de Janeiro. Vozes, 1996.
- SILVA, Juremir Machado. **As Tecnologias do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2<sup>a</sup> Ed, 2006.
- MILANEZ, Nilton. MACHADO, Gracielly Bittencourt. **Click Corpo Abra identidades**. Sujeitos e Discursos nas Páginas do Orkut. Revista OPSIS, Catalão, V.8, n. 10, p. 60 – 77, jan-jun. 2008.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

MORAIS, Marina Magalhães de. ***Narcisismo no Orkut***: uso da imagem fotográfica como afirmação da identidade nas redes virtuais de relacionamento. Revista do programa de pós-graduação em comunicação da UFPB, N° 2, p.1-10, julho, dezembro de 2009.

WILDE, Oscar. ***O retrato de Dorian Gray***: Tradução de Lígia Junqueira. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **BERNARDO TAVEIRA JUNIOR: A LUTA ABOLICIONISTA ATRAVÉS DA IMPRENSA PELOTENSE**

Mariana Couto Gonçalves \*1

“Será sempre o nosso melhor patrimônio a glória dos nomes excepcionais e radiosos dos pelotenses perspicuos, de nascimento e de coração... os redivivos heróis, os sábios, os notáveis, os estadistas e parlamentares, os poetas e prosadores, os homens de ação e pensamento útil, os artistas....” (OSÓRIO, 1998, p.345)

A pesquisa desenvolve-se sob a orientação da Prof. Dr.<sup>a</sup> Beatriz Ana Loner do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas.

“Trato de um professor distinto, de um escritor de reconhecido mérito. Trato de um rio-grandense que honra a sua e minha terra natal.”, era o que dizia a respeito de Bernardo Taveira Junior n’*A Ventarola*, em 1887. Bernardo nasceu em 1836 na cidade de Rio Grande, filho do português Bernardo Taveira e da brasileira Gertrudes Maria de Melo. O pai veio para o Brasil com o objetivo de melhorar de vida, abrindo um comércio em Rio Grande e, posteriormente, em Pelotas. Com 18 anos, enviou o filho para estudar direito em São Paulo. Entretanto, Bernardo completou apenas o curso de preparatórios, devido as dificuldades financeiras e problemas de saúde. Em 1856, ele regressa a Pelotas.

Ao retornar, começou sua carreira como professor e nunca mais a abandonou. Lecionava nos prestigiados colégios da cidade, como o Lyceu Municipal e o Colégio Pelotense, bem como exercia o magistério particular. Ensinava português, filosofia, história, retórica, latim, francês, inglês, entre outras disciplinas. Em 1862, casou-se com Maria Agostinha Rodrigues, brasileira, natural de Rio Grande. Depois de seu casamento, foi para São Gabriel onde fundou uma escola. Todavia, em 1866, novamente voltou a residir em Pelotas, fixando-se definitivamente.

---

\* Graduada do curso de bacharelado em história da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: marianacoutogon@hotmail.com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Em 1868, com a fundação da Sociedade Partenon Literário em Porto Alegre, Bernardo Taveira Junior ganhou prestígio entre os literatos e tornou-se correspondente da entidade. Sobre a criação da sociedade, salienta Guilhermino Cesar:

A iniciativa da criação de tal sociedade coubera a um grupo de jovens e representou o primeiro esforço bem sucedido para agremiar, aqui, os homens de inteligência. Pois o “Partenon” não se limitou a estimular as atividades literárias. Foram também outras tantas de suas preocupações a convivência social, as boas maneiras, a defesa de certos princípios político-sociais. (1971, p. 175)

Fernando Osório (OSÓRIO, 1997, p. 185) afirma que “no decênio de 1868 a 1878 fora na terra de Bento Gonçalves dominado por uma forte corrente de idéias humanitárias e liberais, republicanas e, simultaneamente por um notável movimento nacionalista nas letras.” Temas abordados pela Sociedade eram publicados através de poemas e artigos na Revista Mensal do Partenon Literário, mantida regularmente por dez anos, desempenhando um papel significativo não apenas em Porto Alegre, mas também no interior da Província. Como afirma Zilberman (1992, p. 13) “[...] o início efetivo da literatura no Rio Grande do Sul coincide com o trabalho de escritores que tomaram parte nessa agremiação.”. Além do Partenon Literário, Bernardo Taveira Junior era correspondente do Grêmio Literário Sul Riograndense e da Sociedade Ensaios Literários de Porto Alegre.

“Desde os mais tenros anos Bernardo Taveira Junior demonstrou a mais viva dedicação a causa das letras. As suas primeiras poesias, se não revelavam um gênio precoce, deixavam ante-ver um prometedor talento poético”. (*A Ventarola*, 10/06/1888) Bernardo teve suas poesias publicadas nos periódicos *Progresso Literário*, *Arcádia*, *A Ventarola* e *O Cabrion*, entre os mais conhecidos. Grande parte de sua produção literária encontra-se nas colunas dos jornais de Pelotas e região, pois, além de poeta, também se dedicava ao ofício de cronista. Das obras mais conhecidas, destaca-se *Poesias Americanas*, de 1869,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

com inspiração em Gonçalves Dias e no indianismo<sup>2</sup>. Em 1873, publica *Poesias Alemãs*, onde apresenta poesias traduzidas de autores como Goethe, Schiller, Uhland, Theodor Körner e outros. Carlos Von Koseritz, também escritor e colaborador de periódicos como *O Noticiador* e *Echo do Sul*, prefacia a obra, onde o elogia de forma enfática. Além destas duas obras, destacam-se uma cena dramática chamada “*O anjo da solidão*”, de 1869, e três poemets: “*Primus inter pares*”, dedicado à memória de Herculano, de 1877; “*Ave, poeta!*”, em homenagem à memória de Victor Hugo, de 1885, e finalmente “*O enterro*”, referente à libertação dos escravos, em 1888. Entretanto, a obra mais reverenciada de Bernardo Taveira Junior chama-se as *Provincianas*, datado de 1886 – o livro, porém, esperava edição desde 1873.

Com as *Provincianas*<sup>3</sup>, Bernardo Taveira Junior conseguiu certa notoriedade, como afirmava o jornal *Correio Mercantil* (27/08/1886, p. 03): “É este o título de uma esplêndida coleção de poesias do assaz conhecido e laureado poeta pelotense Bernardo Taveira Junior. [...] notáveis pela beleza da forma, como pela expressão da verdade.”<sup>4</sup>. Tratando das tradições e costumes do Rio Grande do Sul, escreveu em nota preliminar:

Não tenho notícia, até ao presente, de que haja algum patricio meu, literato, poetizado sobre assuntos puramente com respeito ao nosso campeiro, e aos seus hábitos, costumes e tradições. [...] Aos campeiros do sul entrego a apreciação da fidelidade do que sobre eles escrevi. [...] Uma coisa única direi a meu favor: é que poetizei sobre coisas que me passaram pelos olhos, e das quais tenho pleno conhecimento<sup>5</sup>.

Conforme salienta o historiador Mário Osório Magalhães (MAGALHÃES, 1993, p. 268): “[...] considera-se que nenhum dos seus contemporâneo e

---

<sup>2</sup> Poesias intituladas: *Visões*; *Cunhambebe*; *O canto das amazonas*; *Ayuára*; *O membira*; *O Guarany*; *O aimoré*; *O caiapó*; *Jacy*; *Sete de setembro*.

<sup>3</sup> Poesias intituladas: *Rio Grande do Sul*; *Os nossos campos*; *O vaqueano*; *O canto do gaúcho*; *O rancho*; *O tropeiro*; *O laçado*; *Carreiras*; *O boleador*; *A marcação*; *O domador*; *O rodeio*; *O gateador de marrecas*; *Declaração*; *Tio e sobrinho*; *O casamento*; *O camponês*; *O cavalo moribundo*.

<sup>4</sup> Corrigido para a grafia atual.

<sup>5</sup> Corrigido para a grafia atual.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

sucessores, até a fase moderna conseguiu refletir tão documentadamente a campanha sulina”.

A partir de 1870, Bernardo intensificou sua campanha em prol da abolição dos escravos. Seus principais escritos sobre o tema encontram-se no periódico *Diário de Pelotas*, no qual era colaborador. Como afirma Alfredo Ferreira Rodrigues (RODRIGUES, 1946, p. 79), “[...] de idéias avançadas, foi em todo o Rio Grande do Sul um dos mais antigos batalhadores da abolição da escravatura.”. Além disso, Bernardo ferrenho defensor da causa republicana, chegando mesmo, em 1882, a tornar-se orador do Clube Republicano pelotense.

Após uma vida de incansáveis lutas, em seus últimos anos agudizadas pela saúde frágil e escassos recursos financeiros, Bernardo Taveira Junior morreu em 19 de setembro de 1892. O *Correio Mercantil* (22/09/1892, p.02), em nota de falecimento, afirma que Taveira “[...] morre paupérrimo [...] e é esse, em geral, o termo da carreira de quantos, no Brasil, se entregam ao cultivo exclusivo das letras.”. Apesar da morte precoce, pode assistir a dois de seus maiores desejos saírem do papel e tornarem-se realidade: a Abolição dos Escravos e a Proclamação da República.

## **Pelotas do século XIX: imprensa e abolição**

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado. (DE LUCA; MARTINS, 2008, p. 07)

A imprensa brasileira surge com a chegada da família real no Brasil em 1808, quando o Rei Dom João VI criou, no Rio de Janeiro, a Imprensa Régia. Antes disso, a publicação de periódicos era proibida na então Colônia. Ironicamente, o primeiro impresso brasileiro, o *Correio Braziliense*, idealizado por Hipólito José da Costa, foi publicado em Londres. Em Pelotas, a imprensa



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

irá “surgir” somente quase um quinquênio depois, em 1851, através da publicação do jornal *O Pelotense*. Como afirma Magalhães (MAGALHÃES, 1993, p. 244) “[...] só depois de encerrado o ciclo farroupilha começa-se a cogitar em Pelotas a criação de uma imprensa periódica.”. De fato, posteriormente, Pelotas manteve uma imprensa forte, aperfeiçoando-se continuamente, onde se destacam nesta pesquisa *A Discussão*, de vida mais breve, circulando entre 1881 e 1888; o *Jornal do Comércio*, circulando por mais de uma década, entre 1870 e 1882; o *Diário de Pelotas*, que circulou entre os anos de 1868 e 1889, um dos mais longevos junto ao *Onze de Junho*, que circulou entre 1877 e 1889 e, finalmente, o *Correio Mercantil*, jornal que circulou por três décadas seguidas, entre 1875 e 1915.

A cidade de Pelotas foi uma das mais prósperas do Rio Grande do Sul durante o século XIX, riqueza proveniente da indústria do charque, que utilizava em larga escala a mão-de-obra servil. A “opulência” e o perfil “europeu” se faziam constante, como demonstra o Conde D’Eu em uma de suas cartas, publicadas em *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*:

Pelotas aparece aos olhos encantados do viajante como uma bela e prospera cidade. As suas ruas largas e bem alinhadas, as carruagens que as percorrem [...], sobretudo os seus edifícios, quase todos de mais de um andar, com as suas elegantes fachadas, dão idéia de uma população opulenta. [...] Por todas essas vantagens, que esta cidade possui sobre Porto Alegre, se me afigura ser para lamentar que não seja a capital da província. (D’EU, 1983, p. 134 e 135)

A indústria saladeril proporcionou um desenvolvimento econômico, social e cultural para Pelotas dificilmente visto em outras cidades do estado. A indústria da charqueada foi implantada por intermédio de José Pinto Martins, em 1780, distribuída em propriedades entre o Canal São Gonçalo e o Arroio Pelotas. O charque, em pouco tempo, tornou-se o principal produto de exportação do Rio Grande do Sul e em Pelotas moldou uma sociedade com características aristocráticas e escravagistas.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O trabalho escravo movia a charqueada, conforme salienta Magalhães (MAGALHÃES, 1993, p. 117): “[...] teriam sido promotores, pois, do progresso de Pelotas, alguns milhares de escravos, na condição de trabalhadores, e algumas centenas de senhores, na condição de empresários.”. Em 1833, de acordo com Loner, a população escrava em Pelotas era de cerca de 5.632 indivíduos (51,7%), totalizando mais da metade da população total. Posteriormente, em 1854, existiam 4.788 escravos, 7.763 livres e 342 libertos. Esses dados ressaltam a grande proporção da população negra, que era extremamente significativa. Nas charqueadas, estima-se que cerca de 80% da labuta era feita por escravos, de acordo com Mario Osório Magalhães. Entretanto, a população escrava não trabalhava somente lá. Os escravos homens também trabalhavam como criados, jardineiros ou cocheiros e as mulheres atuavam como cozinheiras, arrumadeiras e lavadeiras, quando também não eram usados como escravos de aluguel.

No ano de 1881, seguindo a tendência republicana e das idéias antiescravagistas, cria-se o *Club Abolicionista* que, de acordo com Fernando Osório (OSÓRIO, 1997, p. 186), coube a Pelotas “a prioridade e primazia de haver, na Província, tomado a dianteira na propaganda abolicionista.”. Todavia, a Sociedade do Partenon Literário havia sido a primeira entidade a preocupar-se com a abolição.

A imprensa foi de suma importância para a disseminação das idéias antiescravistas neste período. Os jornais publicavam notícias sobre concessão de liberdades, crônicas, artigos, denúncias referentes à causa, etc. Bernardo Taveira Junior tornou-se extremamente importante neste contexto, pois dedicou-se duplamente à causa, publicando suas crônicas a respeito do momento que vivenciava na “Princesa do Sul”, fazendo dos escravos seu principal assunto nas colunas dos jornais, inserindo-se na luta abolicionista ao escrever e expor seus ideais nos periódicos, indo de encontro às idéias escravagistas em vigor.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Como afirma Loner, em Pelotas a abolição teve três fases. A primeira é evidenciada pela criação, em 1881, do jornal *a Voz do Escravo*, onde, inicialmente, Bernardo Taveira Junior participava da redação do jornal – posteriormente, sofreu alguns desgostos devido a utilização política do mesmo e abandonou a redação. A segunda, com a fundação do jornal, *A Penna*, em 1884, jornal de cunho emancipatório que visava apoiar os jovens letrados a mobilizarem-se em problemas sociais referentes à liberdade. Por fim, a terceira fase diz respeito aos anos finais da escravidão, ou seja, os seus últimos suspiros antes da Lei Áurea, quando os senhores não se viam “obrigados” a libertarem seus escravos. No segundo exemplar do periódico *a Voz do Escravo*, em 1881, afirmava-se:

Os abolicionistas apresentam-se como são, verdadeiros liberais, verdadeiros amigos de sua pátria; por isso não têm necessidade de mascarar-se para falar ao país a verdade que ele tem o direito de conhecer. Já os escravocratas procuram todos os meios de impedir a marcha progressiva da grande política e a completa emancipação os escravos, mas de nada valerão os seus esforços, suas ameaças; tudo cairá por terra e dentro de pouco tempo o escravo de hoje será o cidadão que só trabalhará para o seu bem estar, para engrandecimento de sua família e para o progresso da pátria. (30/01/1881, p. 01)

### **As crônicas abolicionistas de Bernardo Taveira Junior**

*“Olhai! São criaturas,  
Diferentes de vós na cor somente!  
Oh sede seus irmãos, livrai do opróbrio  
As gerações futuras!  
Vergonha para o século que transige  
Com a bárbara lei da escravatura!  
Eterna maldição!  
Remorso eterno aquele que, na terra,  
Primeiro ousou erguer o poste infame  
Da atroz escravidão!”*

(Bernardo Taveira Junior – Vozes da  
escravidão)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Bernardo Taveira Junior escrevia suas crônicas e atuava como colaborador dos principais jornais da cidade, retratando problemas sociais, políticos e econômicos. A crônica sempre teve seu espaço nos jornais, pois era acessível a maioria dos leitores. Sua forma, por definição, como afirma Neves, é caleidoscópica, fragmentária e eminentemente subjetiva. A importância da crônica como fonte pode estar justamente na sua relação com o cotidiano, na sua condição de ser o texto da temática do cotidiano, por excelência (KLEIN, 2011, p. 231).

Um aspecto das crônicas de Bernardo Taveira Junior é a significativa alusão a escravidão, caracterizada segundo ele pela condição de propriedade que o escravo tinha diante de seu senhor:

Nasce um desses infelizes. Não é um homem que vem a o mundo, é uma coisa que já tem dono ainda no embrião da existência, é uma propriedade garantida pela iniquidade da lei. [...] Naquele coração [...] nasce o ódio, esse sentimento natural do oprimido contra o opressor, do cativo contra o senhor. [...] Ao primeiro lampejo de sua razão, ele vê refletir-se a pavorosa imagem do cativo. Desde esse instante começa no mundo a sua desgraça [...] É uma mercadoria que passa de mão em mão até que os maus tratos ou a velhice façam-na desaparecer da face da terra. [...] Vende-se um homem, uma criatura de Deus, da mesma maneira porque se vende qualquer mercadoria. Ah! Como as leis dos homens são bárbaras! (Diário de Pelotas 12/05/1870)

A luta contra a escravidão revelou-se como mote de seus debates e de suas reivindicações. “Porque em Pelotas, ainda nenhuma voz ousará levantar se em prol do miserando escravo? Tive coragem para isso.” (Diário de Pelotas, 15/10/1871), afirma, intensificando sua campanha abolicionista.

Trata-se agora de encaminhar o espírito popular pelo caminho que deve conduzi-lo à grandeza e a prosperidade. Trata-se da dignidade e da nobreza do homem no império brasileiro, da sua moral, dos seus costumes, da sua educação, do seu futuro. Trata-se, finalmente, da remissão social de milhão e meio de homens que nasceram tão livres como o ar que respiram; mas que a tirania e a maldade dos que se dizem livres reduziram a mais abjeta das situações. A extinção da escravatura [...] deve ser doravante a preocupação primordial de todos os que se prezam de ser bons brasileiros. (Diário de Pelotas, 10/05/1870)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Na mesma crônica, Bernardo Taveira Junior volta a afirmar: “brasileiros de todas as classes, de todas as profissões, de todas as cores políticas, compenetrar-vos de que a escravidão é o túmulo de todas as aspirações, de todo o progresso moral, intelectual e material.”. Bernardo acreditava e defendia a idéia que o povo deveria se unir e lutar em prol do escravo, que ele era tão livre quanto qualquer cidadão. Conforme salienta, mais tarde:

O povo é quem sempre opera grandes revoluções, porque é sempre o que sobre os males que se enraízam e frutificam no seio das sociedades. Do povo parte sempre a iniciativa das mais generosas idéias. Ele é o primeiro a procurar na sua própria nobreza o remédio para os cancros sociais, quando os médicos do governo negam-se a prestar seus bons officios. (*Diário de Pelotas*, 11/05/1872)

Com seus escritos, Bernardo Taveira Junior ganhou muitos seguidores, mas, por outro lado, comprou algumas brigas, como era de se esperar na conjuntura de Pelotas daquela época. Exemplo disso, no *Correio Mercantil* de 20 de junho de 1882, foi publicada uma notícia intitulada “O mercantil e o Sr. Taveira”. Na primeira linha, escreveu-se que “quem fala o que quer, ouve o que não quer”, como um aviso, embora no decorrer da publicação o texto traga elogios para Taveira. Mas no encerramento, a moral escravagista permanece, quando os elogios são substituídos por agressões, reforçadas pela retórica da primeira afirmação: “quem fala o que quer, ouve o que não quer.”

Mas Bernardo Taveira Junior não deixou que as palavras de seus oponentes o demovessem de seus ideais. Quando finalmente a Lei Áurea foi promulgada, sempre na defesa da Abolição, escreveu:

Um povo, é certo, pode, submisso, vegetar por muito tempo à caprichosa prepotência dos monarcas e dos grandes ambiciosas e pretendentes, pode ser indolente pelas condições em que se acha, pode até dormir longos anos; mas quando ele uma vez chega a despertar e a ter consciência do que precisa e quer, ele então sabe querer às deveras, impor-se, alcançar aquilo de que carece. O povo brasileiro quis a libertação dos cativos; trabalhou por ela e, ao fim, venceu e aureolou-se gloriosamente à luz do memorando 13 de maio de 1888. (TAVEIRA JUNIOR,1889)





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A imprensa foi de suma importância para a luta abolicionista na cidade de Pelotas, começando com a publicação do jornal *A voz do escravo*, em 1881, e terminando com a publicação do jornal *A Penna*, em 1884. Bernardo Taveira Junior lutou através de seus escritos, através de poemas e crônicas, ao lado dos abolicionistas, pela libertação de homens que, para ele, deveriam ser livres. No prefácio d'as *Poesias Americanas*, resume seu intento: “Se é muito o que aspiro, aos leitores, desde já, peço mil perdões por tal aspiração.”.

### **Fontes Primárias:**

Centro de Documentação e Obras Valiosas da Bibliotheca Pública Pelotense:

*A Ventarola* (1887-1888)

*Correio Mercantil* (1882; 1886; 1892)

Arquivo Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense:

Fundo: Bernardo Taveira Junior. *Poesias*.

Fundo: Bernardo Taveira Junior. Recortes de jornais.

Biblioteca Rio Grandense:

*A Voz do Escravo* (1881)

### **Referências bibliográficas:**

ARRIADA, Eduardo. *Pelotas – gênese e desenvolvimento urbano*. Pelotas: Ed. Armazém literário, 1994.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1971.

D'EU, Conde. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ed. da USP, 1981.

KLEIN, Ana Inez. Crônica, história e cotidiano. IN: GANDRA, Edgar. POSSAMAI, Paulo (org). *Estudos de história do cotidiano*. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2011.

LONER, Beatriz. Abolição. IN: LONER, Beatriz. GILL, Lorena Almeida. MAGALHÃES, Mário Osório. (org) *Dicionário de história de Pelotas*. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

\_\_\_\_\_. Escravidão. IN: LONER, Beatriz. GILL, Lorena Almeida. MAGALHÃES, Mário Osório. (org) *Dicionário de história de Pelotas*. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010.

MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e cultura na província de São Pedro do RS: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Ed. UFPEL, 1993.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

NEVES, Margarida de Souza. História da crônica. Crônica da história. In: REZENDE, Beatriz (org) *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas, volume 1*. Pelotas: Armazém Literário, 1997.

\_\_\_\_\_. *A cidade de Pelotas, volume 2*. Pelotas: Armazém Literário, 1998.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Bernardo Taveira Junior. *Revista Província de São Pedro*. Ed. Livraria do globo, n. 06. p. 78-94, 1946.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1992.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **MEMÓRIA SOBRE A OCUPAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ: O CASO DE BRAGANTINA, ASSIS CHATEAUBRIAND**

Marilda Marques<sup>1</sup>

O presente artigo tem como objetivo problematizar e discutir o projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus de Marechal Candido Rondon.

Primeiramente faz-se necessário esclarecer que o projeto de pesquisa versava sobre “a constituição da identidade sociocultural da população do distrito de Bragantina no encontro migratório entre “sulistas” e “nortistas,” a partir da década de 60” no contexto de formação/ocupação do local”. A questão central do projeto era a de fazer uma análise sobre a identidade da população do distrito de Bragantina, percebendo por qual grupo havia sido construída, pelo “sulista” ou pelo “nortista”, no conflito ou no consenso.

A indagação em torno de minha própria identidade, de ser “sulista” (por ser filha de descendentes de gaúchos), ou “nortista”, (por conviver com pessoas de origens diversas, principalmente das regiões do Nordeste, Sudeste e Norte do Paraná) me levou a refletir sobre o conceito de “identidade” e de como ela se constrói. As falas correntes sobre a população do distrito de Bragantina, de forma depreciativa e preconceituosa, recaindo sobre os migrantes “nortistas”, foram decisivas e materializaram-se neste projeto de pesquisa.

Diante disso, vários questionamentos passaram a permear o projeto de pesquisa com o intuito de compreender a identidade da população do distrito de Bragantina, como por exemplo: o que se constituiu em termos identitários, a partir da formação do núcleo populacional que originou o distrito de Bragantina? Se a identidade é uma construção social, um elo com a história

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, com área de concentração em História, Poder e práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Email [marilda-marques@uol.com.br](mailto:marilda-marques@uol.com.br).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

passada e com as memórias do grupo, enraizada no gesto, na imagem, na linguagem, no objeto, no ícone, na religiosidade, como ela se mostra na memória dos sujeitos? O que a narrativa dos que participaram deste processo de constituição identitária revela?

Digo “era uma vez um projeto de pesquisa”, porque não é mais, e as mudanças são decorrentes das leituras, reflexões, diálogos e debates proporcionados no primeiro semestre do Mestrado junto aos professores, colegas e orientador Marcos Nestor Stein. Também os novos contornos do projeto foram sendo delineados a partir de algumas entrevistas realizadas, onde questões não pensadas a priori, foram surgindo nas falas dos entrevistados revelando as próprias posições identitárias, questões estas, que necessitam ser problematizadas.

Não é mais possível olhar para o distrito de Bragantina e defini-lo enquanto uma fronteira “imaginária”, onde correntes migratórias “sulistas” e “nortistas” se encontraram. As reflexões não podem se pautar apenas sobre essas diferenças e a partir dessas denominações, mas sobre o que se construiu a partir da diferença, tendo em vista que as práticas culturais e “as identidades” são edificadas, desconstruídas e reconfiguradas historicamente. É preciso considerar como os moradores se identificam e identificam o “outro”, os “modos de vida” gestados neste espaço mesmo diante das diferenças, e a partir delas.

Tal desconstrução significou perceber que a realidade social é dinâmica e se refaz cotidianamente dentro de um campo de batalha que envolve a memória, as identidades e as culturas. Também exigiu o esforço de olhar para a História, não como um dado pronto e acabado, mas edificada pelos “homens no tempo” e repleta de “sentidos”. A dinamicidade da História decorre das mudanças sociais, culturais, econômicas, políticas, etc., e dentro desse contexto os sujeitos são os principais atores de mudanças.

Definiu-se assim o objeto de pesquisa “as memórias de identificação dos primeiros moradores do local”. O objetivo é analisar, através das memórias, como os primeiros moradores “se identificam” e “identificam o outro” no



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

contexto de formação do local, a partir da década de 1960, tendo como particularidade o encontro de correntes migratórias de diversas regiões do País (Sul, Sudeste e Nordeste). E ainda, quais conceitos, preconceitos e noções orientaram essa identificação.

O quadro referencial teórico/metodológico, que sustentará a pesquisa, passa necessariamente pelos conceitos de identidade e memória. Com relação à identidade e à memória, ambas são construídas social e individualmente, estando em permanente confronto entre a memória individual e a memória dos outros. Isso demonstra que a memória e a identidade são valores disputadas socialmente entre grupos políticos diversos. Como bem demonstra POLLAK :

A memória deve ser entendida (...) como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. A identidade também não é algo pronto, um produto social acabado, ao contrário, ela deve ser entendida enquanto processo e construída socialmente estando em permanente transformação. Podemos, portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.<sup>2</sup>

As narrativas, que serão brevemente analisadas, pautam-se nos elementos que se fizeram presentes amiúde nas memórias dos entrevistados. Os nomes serão preservados, e optou-se pelo emprego de pseudônimos, tendo em vista que a pesquisa está em sua fase inicial e ainda necessita se adequar metodologicamente aos parâmetros da História Oral.

Cabe aqui mencionar a importância da metodologia adotada -História Oral- enquanto nos possibilita coletar as memórias dos sujeitos que ainda vivem e que participaram do processo pesquisado. Porém, é preciso perceber se as memórias que narram são construídas e vividas por eles ou “herdadas” e

---

<sup>2</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

apropriadas a partir de outros discursos dos quais não participaram, e, ainda, se apenas reproduzem um discurso oficial. Vale mencionar as discussões feitas por Marcos Nestor Stein em O “Oitavo Dia”: Produção de Sentidos Identitários na Colônia Entre Rios-PR (segunda metade do século XX)<sup>3</sup> onde trata dos discursos identitários produzidos sobre os Suábios do Danúbio, por não Suábios. Uma produção identitária de fora para dentro, resultando em uma memória coletiva e homogênea, imposta ao grupo.

As primeiras entrevistas nos atentam a problematizar a grande leva de pessoas deslocadas de várias regiões e Estados Brasileiros, a partir da década de 1960, pelos mais variados motivos – (trabalhar na derrubada da mata, na plantação do café, conquistar um pedaço de terra, produzir café, abrir comércio serraria, moínho, vendas, armazéns, etc) -, ou, apenas, em busca de espaços produtivos para criação de suínos, - deu origem ao que hoje é o distrito de Bragantina. Tais questões se articulam a um contexto maior, mesmo não sendo percebidas por essas pessoas que migraram. As narrativas confirmam o grande contingente populacional que se concentrou no local no período pesquisado, bem como a forma que se identificam reafirmando a predominância de uma região e em decorrência da própria heterogeneidade. “Tinha gente de todo tipo, (...)”<sup>4</sup> “Bragantina logo ficou com mais gente do Norte.”<sup>5</sup>

Esse contingente migratório aproximou pessoas para o local, com diferenças não só culturais, como também econômicas, políticas e sociais. Focar a análise apenas para um aspecto, pode levar à unilateralidade, perdendo de vista elementos importantes e dignos de compreensão. Assim, é necessário avaliar essa questão por vários ângulos, mesmo se a pretensão é apontar para um aspecto devido às articulações que ocorrem. Em *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, Thompson salienta: “Na verdade há de se encontrar a

---

<sup>3</sup> STEIN, Marcos Nestor. “O Oitavo Dia”: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios-PR (segunda metade do século XX). Guarapuava: UNICENTRO, 2011.

<sup>4</sup> SILVA, José. Natural de Congoinhas, Paraná. 78 anos. (acervo pessoal)

<sup>5</sup> PESSARO, Roberto. Natural de Vila Roberta, São Paulo. 76 anos. (acervo pessoal)





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*estrutura* na particularidade histórica do ‘conjunto de relações sociais’ e não em um ritual ou em uma forma particulares isolados dessas relações”<sup>6</sup>.

Não significa pensar a prática migratória como algo exclusivo desse local nem tampouco, pouco como algo natural, mas como uma prática corrente no País e fortemente articulado a interesses políticos, econômicos e culturais. Uma prática de permanências e mudanças. Seu significado decorre do que se construiu enquanto um lugar de vivências e práticas, a qual influencia diretamente na identificação dessa população. Será preciso relacionar a microestrutura, o distrito de Bragantina e suas particularidades a um plano maior, a macroestrutura. Em *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, Thompson salienta: “Na verdade há de se encontrar a *estrutura* na particularidade histórica do “conjunto de relações sociais” e não em um ritual ou em uma forma particulares isolados dessas relações”. (1995: p.248)

As narrativas também desnudam como os conflitos foram surgindo e sendo negociados no contexto de formação do local. Porém, diante da necessidade de se estabelecer, ou mesmo de se adaptar, houve a necessidade de uma aproximação e aceitação entre os moradores, tendo em vista ser um espaço em construção, onde a reciprocidade era necessária. A narrativa que segue aponta para uma identificação entre pessoas oriundas do Sudeste e do Sul, em especial, em relação ao gaúcho e ao mineiro:

Um mineiro entrou lá na minha loja [...] boa tarde, tal e tal, eu to entrando de mudança aqui só que eu vou morar perto de um gaúcho, só que eu não sei como é esse povo. Ai eu disse, a, é só saber lidar com ele, ele é meio assim, mas sabendo lidar é uma mãe. E ele foi la e sabe até mais tarde eles misturaram as famílias. E eu sendo gaúcho... risos<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 248.

<sup>7</sup> BATISTI, Fausto. Natural de Guaporé, Rio Grande do Sul. 90 anos. (acervo pessoal)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Num primeiro momento esta fala sugere apenas uma forma de designar a região de procedência do mineiro, identificando-o como mineiro e ao mesmo tempo balizar sua própria identificação de gaúcho.

A fala, de modo algum, é desprovida de intencionalidades, preconceito e superioridade entre o gaúcho, dono do comércio e o mineiro que estava se estabelecendo. Ao dizer que “é só saber lidar com ele”, já leva a supor, a priori, a forma de tratamento que ele deve ter. O “saber lidar” pode denotar muitas interpretações, como a necessidade de ter cuidado com o outro que é diferente, também que, dependendo da forma de tratamento pode não ser aceito e, ainda estabelece certo distanciamento.

Com relação aos Estabelecidos e Outsider de Norbert Elias e John L. Scotson<sup>8</sup> as memórias tem nos revelado que os estabelecidos, ao contrário do que os autores apontam, não se referem aos que chegaram primeiro no distrito, ou pela coesão do grupo, tampouco, pelas regiões de origem. Mas, são os proprietários de terras e os comerciantes que se estabeleceram, devido às condições econômicas que dispunham na época

Os outsiders podem ser denominados os posseiros, que perderam as terras para a Colonizadora “Norte do Paraná”, por não ter condições de pagá-las, transformando-se em empregados na agricultura ou comércio (Serrarias moínhos, armazéns, etc.); os que compraram da Colonizadora uma quantidade irrisória de terra; e, os que vieram para trabalhar de empregados em troca de moradia e alimentação.

Os pionero era tudo possero, tudo possero. Então uns trabalhava na troca de dia, fazia o lado da roça [...]. Meu pai [...] compro as terras de José Amandio. Na época ninguém dava valor, porque era puro mato, então, meu pai conseguiu 25 alquer pra nossa família. As terra

---

<sup>8</sup> ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Trad. Vera Ribeiro; Trad. do posfácio à edição alemã Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

pertencia ao Estado, mais o posseiro foi quem vendeu as terras para nós. Tinha 10 irmãos<sup>9</sup>.

A memória de um agricultor demonstra a prática da Colonizadora no processo de regularização das terras:

Quando cheguei aqui era tudo sertão, Assis, nem se falava dele. Comprei a posse de um polaco, 40 arqueiros. A Colonizadora chegou, eu não podia pagar tudo, aí fez a proposta de escrituras 10 arqueiros de terra e três anos pra pagar, parcelada. Como eu não tinha como pagar achei certo, aí ta bão pra mim<sup>10</sup>.

Ginzburg<sup>11</sup> em *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (1939), propõe ao historiador operar através de “sinais”, “indícios” e “sintomas”. Tendo como parâmetro a indicação de Ginzburg, foi possível atentar-se as situações enfrentadas pelos colonos que queriam arriscar um pedaço de terra, tendo que se submeter a uma situação já definida e negociar para não correr o risco de perder o que já haviam conquistado. É válido ressaltar, que alguns agricultores já vieram com as terras regularizadas diretamente pela Colonizadora Norte do Paraná. Outros compraram uma posse e, mais tarde, já com a intervenção da colonizadora, tiveram que regularizar as mesmas, negociando com a Colonizadora ou mesmo, entregando a terra. Era uma situação de “medo” e de conflito velado entre agricultores, posseiros e jagunços. Aos posseiros e mesmo aos pequenos agricultores cabia enfrentar, negociar ou procurar outro local para se estabelecer.

Tendo em vista o exposto, constata-se que as relações nesse processo de formação do local nem sempre foram tranqüilas. Existia o medo devido à presença do jagunço a mando da Colonizadora, para vigiar a entrada de novos posseiros e mesmo, para retirar aqueles que não haviam pago, agora para a

---

<sup>9</sup> SILVA, op. Cit.

<sup>10</sup> MAUTOSI, Selferindo. Natural de Santa Rosa, Rio Grande do Sul. 84 anos. (acervo pessoal)

<sup>11</sup> GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

empresa, por não ter concordado com a proposta estabelecida, ou ainda, por não dispor da quantia solicitada pela mesma. Por outro lado, houve também um relacionamento amistoso, pois os jagunços frequentavam os espaços existentes no local e até mesmo, havia a equiparação na questão da coragem, bravura e esperteza entre jagunço e posseiro. Era a presença de um poder supra local, representado pelas Colonizadoras através dos jagunços, e um poder local exercido por moradores (agricultores e posseiros):

A colonizadora Norte do Paraná tinha os jagunços que cuidava, [...]. Era um povo bom! Qualquer coisa que a gente queria arrumar, ia lá na companhia lá, se quisesse terra, algum papel, era bem tratado, era uma beleza! Essa companhia era no centro lá de Assis. Era um povo muito bom. Eles vinham com nós pra trazer a jagunçada, eles tinham um caixote de arma separado, 38, 32, 44, fuzil. Eles vinham lá na nossa venda pra treinar os jagunços. Agora, nós que tinha prática, eles davam as armas pra nós e ficavam bobo com nós. Eles queriam registrar nós dois pra trabalhar com eles. Eu era solteiro na época, mais o pai não deixava de jeito nenhum eu ser jagunço [...]¹².

Por outro lado, os jagunços teriam que proteger os colonos com terras já regularizadas, como bem expressa a fala “ai de quem pusesse a mão nele” significava que os jagunços iriam protegê-los. Era a instauração de um conflito velado de todos os lados, cada qual lutando para a manutenção e conservação de seus interesses: “[...] a colonizadora tinha jagunço, e já tinham saído bastante pessoas. Porque se os meninos abrissem uma terra grande, ai de quem por a mão nele”¹³. Outra fala do mesmo depoente informa que tanto os jagunços, os posseiros e os agricultores com terras já regularizadas se equiparavam, quando se tratava de se proteger e proteger a propriedade da terra.

Chegamos aqui encontramos eles com facão, espingarda ‘38’ pendurada, assim ficavam os posseiros, dos cinco mil aqui. [...]. E agente também, ia pra Bragantina com aquele revólver na cinta (risos), porque eles trabalhavam todos armados. Eu com ‘32’ eles

---

¹² SILVA, op. cit.

¹³ Idem.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

todos com '38'. Agente veio pra cá, com o título certinho da colonizadora<sup>14</sup>.

É válido, neste momento, apontar para a análise feita por Ricoeur in Dosse<sup>15</sup>: *A História à prova do tempo: da história em migalha ao resgate do sentido* (2001), a qual marca a entrada da história para a “idade interpretativa”. É preciso atribuir sentido ao acontecimento, as narrativas (como os depoentes “se identificam e identificam o outro”) não meramente “descrevendo” ou “explicando” como procedeu a escola metódica. Ou suplantando como fez os *Annales*. Mas retomar o acontecimento, a narrativa, atribuindo outra significação, engendrando seu próprio sentido a partir dos vestígios discursivos, ou não.

Nesta mesma linha de pensamento Chartier<sup>16</sup> (1994:04) em “A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas”, enfatiza: “(...) os procedimentos explicativos da história continuam solidamente ancorados (...) no modelo de compreensão que, no cotidiano ou na ficção, permite dar conta das decisões e das ações dos indivíduos”.

A história é uma interpretação uma compreensão do conhecimento e por isso recusa o modelo cientificista galeliano, positivista e ficcional de causalidade, mas, se estende para um fazer humano, um diálogo entre gerações, um agir sobre o presente.

Quanto a isso, a pesquisa pretende compreender, a partir dos depoimentos orais, o vivido pelos depoentes, indo além de uma mera descrição dos fatos, mas recuperando o sentido dos mesmos através da análise das fontes, percebendo sua “vivacidade”. O que num primeiro momento parece sem

---

<sup>14</sup> PESSARO, op. cit.

<sup>15</sup> DOSSE, François. Paul Ricoeur revoluciona a História. In: **A História a prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

<sup>16</sup> CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Revista Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, 1994.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

importância, naturalizado, mediante uma observação atenta e interpretativa, pode se transformar em novos problemas a serem analisadas.

Com relação à pesquisa proposta, compreender como os entrevistados se identificam, tendo como pano de fundo o processo de formação do distrito, as migrações e as diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais, nos leva a desvendar como o “outro” é identificado.

Este é o grande desafio de nossa pesquisa: perceber nos discursos, como os primeiros moradores narram sobre si e o outro, como se denominam e denominam o outro, sem cair no erro da generalização ou da naturalização do discurso dominante, exógeno presente no local.

Por fim, são as indagações e vivências do presente que impulsionam o pesquisador a tomar conhecimento do passado enquanto experiência viva através da memória, estando sempre voltado para o futuro.

## REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Revista Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, 1994.

DOSSE, François. Paul Ricouer revoluciona a História. In: \_\_\_\_\_. **A História a prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Trad. Vera Ribeiro; Trad. do posfácio à edição alemã Pedro Süssekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: \_\_\_\_\_. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: \_\_\_\_\_. **Jogo de escalas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

STEIN, Marcos Nestor. **“O Oitavo Dia”**: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios-PR (segunda metade do século XX). Guarapuava: UNICENTRO, 2011.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **O CHARQUE NO RELATÓRIO DE LOUIS COUTY**

Marília Conforto\*

O artigo analisa o relatório de Louis Couty apresentado ao Sr. Ministro da Agricultura e do Comércio em 1880. Louis Couty viajou em missão para as províncias do Paraná, Rio Grande e os estados do sul e segundo a abertura de seu relatório, o objetivo da missão era o de investigar o cultivo de erva mate e o charque visando diagnosticar a produção como possibilidade de lucratividade de ambos, na pauta de produtos do governo Imperial a exemplo do café, do açúcar, cacau entre outros.

Escolhemos analisar a parte do relatório referente à produção do charque uma vez que esse relatório representa uma importante contribuição para a história regional do Rio Grande do Sul. Nossa proposta de análise procura estabelecer a relação entre a economia e a formação social e dos tipos regionais do Rio grande do Sul. Além disso, a partir da leitura do relatório percebemos a importância do charque não só como um produto lucrativo como também a organização da produção charqueadora como um processo de afirmação das fronteiras do Império brasileiro frente à região platina. Para dialogar com o relatório de Couty além dos textos historiográficos escolhemos também algumas passagens das narrativas de viajantes europeus que estiveram no Rio Grande do Sul no mesmo espaço de tempo das observações de Couty.

A ocupação do território gaúcho deve ser analisada dentro do contexto de ocupação e exploração das terras brasileiras quando do achamento do Brasil. Um olhar mais atento nos mapas, que definem a organização espacial do Rio Grande do Sul, observamos a importância da regionalidade para a formação do nacional como observou Ruben Oliven.(OLIVEN, apud, POZENATO, 2003) Ressaltamos que a forma com que o Brasil foi organizado com vistas à exploração econômica, desde 1530 determinou uma idéia de construção de

---

\* Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras Cultura e Regionalidade e do curso de graduação em História da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: mc.14@terra.com.br



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

região. Essa idéia está ligada à importância de cada região para a economia colonial e depois para economia imperial. O litoral brasileiro não se mostrou, a exemplo dos metais preciosos encontrados na América Espanhola, generoso com os portugueses. Até 1530, apenas algumas poucas aglomerações, sem a menor pretensão de um espaço urbano foram erguidas ao longo do litoral brasileiro. Nelas durante esse período os portugueses trocavam com os povos da costa produtos nativos: pau-brasil, peles, animais exóticos, etc – por mercadorias européias. Esse comércio era medíocre se comparado ao comércio de especiarias indiano e as riquezas astecas e incas saqueadas pelos espanhóis.

Não só portugueses, mas, franceses chegavam com freqüência ao litoral brasileiro buscando os mesmo produtos levados pelos portugueses para Europa. Temendo perder a posse das terras e mais do que isso perder as possíveis minas ali descobertas os portugueses organizam um sistema de exploração das terras brasileiras organizando na grande propriedade rural. Com a divisão do Brasil em capitanias os donatários necessitavam encontrar atividades, rentáveis e permanentes, que financiassem a ocupação das colônias ao menos até que as minas fossem descobertas. A agro-manufatura açucareira era uma das atividades difundidas no Mediterrâneo, nas ilhas atlânticas e no sul de Portugal. Antes de 1530, mudas de cana-de-açúcar haviam sido testadas no litoral brasileiro. Essas e outras regiões da América revelaram-se favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar. Os portugueses dominavam a técnica de produção do açúcar, mas para ser rentável era necessário que os operários trabalhassem muito e recebessem quase nada. Nas Américas, os homens livres podiam abandonar o trabalho duro das plantações e dedicar-se a uma pequena agricultura suficiente para a sua sobrevivência, nas abundantes terras da região. Uma maciça transferência de trabalhadores para o Brasil aumentaria o preço do trabalho em Portugal. (MAESTRI, 1997).

As características da produção açucareira contribuíram também para o nascimento da grande produção escravista, esta também resolveria a questão da mão-de-obra livre e a grande quantidade de terras disponíveis. Além, disso o



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

tráfico de escravos africanos constituiu-se em um lucrativo comércio não só para portugueses como ingleses e holandeses, por exemplo. As fazendas da costa necessitavam de animais para moverem as moendas, transportar as mercadorias, alimentar os cativos. As regiões do interior dedicavam-se à criação animal. Essa especialização aumentou a produtividade da economia colonial, integrou o interior à costa e criou economias não escravistas complementares. O motivo era: baixa rentabilidade das fazendas, preço elevado dos cativos, os africanos desconheciam a criação extensiva. E muitas vezes não conheciam o cavalo. Sendo assim o trabalho escravizado adaptava-se mal ao pastoreio. As tarefas pastoris não exigiam trabalhos duros e necessitavam de pouca mão-de-obra. Homens livres – indígenas, mestiços, libertos, etc. – empregavam-se, com frequência nas fazendas como assalariados. Mas os cativos eram presenças marcantes no trabalho junto aos criatórios. As maiores fazendas possuíam roças de subsistência – feijão, mandioca, milho, etc. Os alimentos deviam ser beneficiados. Era necessário buscar água nas fontes e cortar e transportar lenha nos matos. As cercas de pedra deviam ser levantadas. Os caminhos, reparados. Fossos deviam ser cavados. Esses duros trabalhos da fazenda eram monopólio serviu. Geralmente as fazendas pastoris se encontravam em regiões distantes dos centros consumidores. Eram elevados os gastos e a mortalidade animal durante o transporte do gado em pé. Em regiões longínquas, aproveitava-se dos animais apenas o que se transportava com facilidade – couro, língua, sebo e graxa. A partir do século XVIII, a grande solução foi o abate dos animais e a salgação da carne.

O Ceará no século XVIII e o Rio Grande do Sul no século XIX foram grandes produtores, respectivamente, de carne-seca e de charque, nomes diferentes para um produto quase idêntico. As carnes salgadas eram um dos principais alimentos dos cativos e dos homens livres pobres (MAESTRI, 1997). A historiadora Sandra Pesavento sintetiza a integração tardia do Rio Grande do Sul ao restante do Brasil:

O Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao restante do Brasil colonial. Foi descoberto no início do séc. XVI, a partir de expedições litorâneas de



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

exploração e comércio de pau-brasil, típicas da fase pré-colonizadora, que chegaram até o litoral do extremo sul do Brasil. Destas viagens, resultaram registros e descrições da costa gaúcha, assim como a generalização do nome “Rio Grande de São Pedro” para toada a área. Entretanto, a região permaneceu inexplorada por mais de um século, enquanto que no restante a América portuguesa se desenvolviam os engenhos de açúcar. Desvinculado da agricultura colonial de exportação diretamente integrada ao mercado internacional, o rio Grande do Sul carecia de sentido no contexto do processo de acumulação primitiva de capitais que se verificava nos quadros do Antigo Sistema Colonial. ( PESAVENTO,1997:7) (grifo do autor)

Percorrendo a historiografia da ocupação e exploração da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, encontramos no modelo de exploração econômica gaúcho principalmente na estância e na charqueada a gênese da formação cultural do homem riograndense. E principalmente a fixação do vocábulo gaúcho como tipo regional sulino. Essa análise, a exemplo de Pesavento, também é encontrada em Guilhermino César que aponta que no “*Rio de São Pedro*, mais tarde Rio de São Pedro do Sul, como aparece escrito, no mapa de Gaspar de Vargas (1534), pela primeira vez, o nome do atual Rio Grande do Sul. Nasceu ali para cartografia, mas não atraiu povoadores que o individualassem, lançando vida no chão inculto, fazendo rebentar dele sociedade organizada (César In: Dacanal & Gonzaga, 1993, p.7 – grifo do autor)”. A fundação da província de São Pedro do Rio Grande do Sul está ligada a história dos conflitos de fronteira. Pelo tratado de Tordesilhas os domínios portugueses terminavam em Laguna – Santa Catarina, ficando assim as terras pampianas pertencentes ao domínio espanhol.

É justamente a junção de uma terra em princípio sem nenhuma riqueza “aparente” inóspita e a necessidade de povoá-la e fazê-la rentável para a metrópole portuguesa que encontramos a gênese da formação do tipo humano regional. O Regimento da Courama de 1739 que normatizará o beneficiamento e o pagamento do imposto sobre o couro, amplamente utilizado no fabrico de vários utensílios. Augusto Meyer entre outros estudiosos denomina a sociedade gaúcha de a “civilização do couro” em seu estudo *Gaúcho origem de uma palavra*. E é justamente a partir dessa exploração econômica conhecida como a



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

estância que Guilhermino César enfatiza como berço do nascimento do gaúcho. Segundo ele:

Por esse Regimento vê-se também, que havia então, matança de gado em diversos pontos do território: Estreito, Porto, Taim, Albaridão, São Miguel, estâncias reais de Tototama e Bojuru e, em todos, a cobrança do imposto era preceito. Uma vasta área, contudo, escapava à fiscalização. Aventureiros sem rei nem roque, - gente andeja, resultante do acasalamento em várias etnias, entre as quais predominava o aborígene, -percorriam livremente a Campanha, nas Vacarias do Mar, a extrair couros do gado bravo para comerciá-los no litoral, aonde acorriam comerciantes matriculados, contrabandistas e flibusteiros, interessados em levá-los para a Europa, onde obtinham bom preço. Desse meio campesino onde nasceu o *gaúcho*. Sua energia e bravura, na fase da courama e das tropeadas, consagraram-no como o expoente de uma classe inculta cuja vida girou por inteiro em torno da vida livre e da pecuária “extrativa”. Mais tarde, no período das lutas políticas internas, como sucedeu na Guerra dos Farrapos, esse tipo marginal, a seu modo um trabalhador “autônomo”, ganharia especial relevo como guerreiro indomável (César In: Dacanal & Gonzaga, 1993:13 – grifo do autor).

Outra fonte importante para o estudo da formação do tipo regional sulino e sua relação com o processo de ocupação-exploração do espaço gaúcho encontramos nos diários de viagem no período de 1817 a 1887. Por motivos variados que vão desde a simples curiosidade e o gosto da aventura até o trabalho na medição de terras destinadas à venda e colonização o olhar estrangeiro descreveu sob a forma de um diário o trabalho, o cotidiano e os tipos sociais da província de São Pedro.

Em suas reflexões sobre a composição da população da Província de São Pedro, Dreys chama atenção para o que considerou uma anomalia. Segundo ele:

Tal é geralmente a distribuição da população em todo o Brasil; mas a província do Rio Grande oferece ainda a esse respeito uma **anomalia bem digna de se notar** (grifo nosso): é a existência de uma nação mista, intercalada entre as populações originárias pertencentes à raça livre, menos ainda por sua extração que pela possessão imemorial de uma liberdade indefinida que as leis das sociedades vizinhas podem dificilmente refrear: dizemos nação, por ter essa associação excepcional, moral, costumes e gostos *sui-generis*; entendemos falar dos





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*Gaúchos*: expressão local a que não pretendemos dar acepção nenhuma desfavorável; a esses homens consagraremos algumas linhas separadas (Dreys, 1961: 61).

O viajante continua a descrever o gaúcho e sua destreza nas atividades campeiras assim como sua coragem na guerra. O trabalho de laçar o boi marcá-lo a ferro era uma das tantas atividades exercidas pelos gaúchos, montados em seus cavalos, nas estâncias riograndenses. Tornando-se assim, mais do que uma atividade econômica uma marca cultural regional. Sobre o gaúcho e seu cavalo, indispensável na lida campeira percebe-se que a pena de Dreys também admira a destreza do gaúcho no manejo de seu cavalo e o laço:

O gaúcho é ótimo cavaleiro: identificado aparentemente como o cavalo, nasce, vive e morre com ele; nunca o gaúcho recusou montar qualquer cavalo, e nunca se importou com seus vícios ou suas qualidades. Nas planícies imensas em que se acha, e transporta seu grosseiro arnês (sic) para o primeiro que se apresenta e que seu laço lhe submete; sobre o cavalo, o gaúcho afeta todas as posições e toma indiferentemente a que sua comodidade ou interesse do momento lhe sugere; estando de vedada, deita-se às vezes sobre o flanco do cavalo que se acha encoberto do inimigo, de modo que nessas campinas povoada de animais selvagens, a vista não pode discernir a certa distância, se o cavalo está passando solto ou se o homem o acompanha; por isso é que, na guerra contra Artigas, todos os oficiais traziam geralmente ao tiracolo óculos de alcance (Dreys, 2000:161-162).

Dreys sintetizou a relação do gaúcho com seu cavalo escrevendo que “o gaúcho é um homem superior, e essa superioridade ele sabe avaliar: porém sua força é emprestada e procede toda do quadrúpede a que vai associado. O gaúcho a pé é um homem ordinário (...) (Dreys, 1961:164).” O viajante Baguet também descreveu o gaúcho e seu manejo com o laço em seu diário:

O guia que contratamos em São Gabriel era um verdadeiro *gaúcho*, um filho do puro sangue dos Pampas. Tendo participado durante muitos anos de um grupo de revolucionários, vivera muito tempo somente de carne assada sem tempero, passando as noites ao relento. Como a maior parte de seus compatriotas, era de habilidade extrema em lançar o laço, as boleadeiras e o facão. O laço, que tem quinze metros de comprimento, é feito de tiras de couro cru, da grossura de um dedo mínimo, artisticamente trançadas; uma das pontas termina por um anel de ferro bastante grande, que



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

serve para formar o nó corrediço; e outra é presa à cilha do recado, à direita do cavaleiro. Quando este quer jogar o laço, enrola-o em círculos como marinheiros e, com a mão direita, rodopia o nó corrediço acima da cabeça. É um espetáculo dos mais curiosos para qualquer um que veja lançar o laço pela primeira vez. Indique a um gaúcho um animal numa tropa de duzentos trezentos animais com chifres: ele jogará o laço nos chifres, nas patas ou em qualquer parte do corpo do animal e este será capturado (Baguet, 1997: 62-63).

Sobre os escravos africanos, base da economia sulina e brasileira as observações de Arsène Isabelle em Viagem ao Rio Grande Do Sul, são exemplos do preconceito, da crueldade, da violência com que os escravos africanos foram tratados no Brasil. O viajante observou que a condição escrava era determinante no tratamento dispensado aos cativos. Eles eram instrumentos de trabalho e logo, não possuidores de inteligência, essa uma característica humana. Em uma passagem Isabelle escreveu:

Aqui como em todas as antigas possessões espanholas e portuguesas, os negros e mulatos são operários, quer dizer homens laboriosos, trabalhadores, aqueles que têm necessidade de exercitar a sua inteligência, mas têm a desgraça de ser escravos e, sobretudo, de ser negros. Estes são necessariamente brutos, vis usurpadores do nome de homens, no entanto, esses brutos, asseguram a subsistência e todas as alegrias da vida aos seus preguiçosos senhores (ISABELLE, 1983:68).

Sobre o tratamento dispensado aos cativos, instrumentos de trabalho, pelos seus senhores Isabelle presenciou a seguinte cena:

Cada dia, das sete às oito horas da manhã, pode-se assistir, em Porto Alegre, a um drama sangrento. Ponto de reunião – a praia, ao lado do Arsenal; de frente de uma igreja, diante do instrumento de suplício de um divino legislador; vereis uma coluna erguida num maciço de alvenaria e ao pé...uma massa informe, alguma coisa certamente pertencente ao reino animal, mas que não podeis classificar entre bímanos e bípedes... é um negro!... Um negro condenado a duzentas, quinhentas, mil, seis mil fustigadas de relho! Passai, retirai-vos dessa cena de desolação; o infortunado tem apenas membros mutilados, que mal se reconhecem, sob os farrapos ensangüentados de sua pele murcha. (ISABELLE, 1983:69)

A respeito do trabalho dos cativos o autor registrou: “Os fardos, por pesados que sejam, são transportados pelos negros para o pátio da alfândega para serem vistoriados; dali outros negros( porque a raça africana desempenha no Brasil a profissão de cavalos e mulas) os transportam para o seu respectivo destino” (ISABELLE, 183:61). Os viajantes foram testemunhas da barbárie



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

impiedosa dos colonos franceses e ingleses até acharam o jugo dos escravos mais suportável no Brasil. Mas segundo Isabelle, “eu que vi negros *livres, trabalhadores, fazendo viver os brancos*, na categoria de homens, na república Argentina e Banda Oriental, peço me seja permitido achar sua sorte deplorável no Brasil e revelar a infâmia dos europeus que não têm vergonha de lavar a imoralidade a ponto de fazer ainda clandestinamente o comércio de *carne humana!*” (ISABELLE, 1983: 61-62) (grifos do autor).

Antecipando-se aos acontecimentos, ou seja, às campanhas abolicionistas, Isabelle profetizara o fim da escravidão, que segundo ele uma questão de tempo:

Admiram-se como os negros não se revoltam contra os brancos! Observa-se que os legisladores das colônias modernas empregam, para defender o tratamento dos negros, os mesmos sofismas que eles combatem, quando dos turcos querem legitimar o cativo dos brancos, mas todos esses sofismas cairão por serem absurdos... A aristocracia da pele cairá como todas as outras aristocracias! Demos tempo ao tempo! (ISABELLE, 1983:69)

Auguste de Saint –Hilaire escreveu em Viagem ao Rio Grande do Sul: “Afirmo que nesta capitania os negros são tratados com bondade e que os brancos com eles se familiarizam, mais que em outros pontos do país. Referia-me aos escravos das estâncias, que são em pequeno número; nas xarqueadas a coisa muda de figura, porque sendo os negros em grande número e cheios de vícios, trazidos da Capital, torna-se necessário tratá-los com mais energia” (SAINT – HILAIRE, 1999:73).

Para Saint – Hilaire os indígenas são bárbaros e sem os padres missionários para civilizá-los estariam condenados ao estado selvagem:

A civilização não nasceu para os índios, visto ser fundada inteiramente na concepção de futuro, que lhes é absolutamente estranha. Cercados de homens civilizados os selvagens não podem volver completamente ao estado de bárbaros. Até serem completamente absorvidos pelos brancos terão de viver de modo muito pior que na vida selvagem, visto terem perdido a inocência peculiar aos seus ancestrais quando viviam em plena floresta, e visto não possuírem qualidades necessárias à vida em sociedade, da qual entretanto não podem sair.

Os guaranis apenas podem ser comparados às crianças de nossa raça; mas criança desperta interesse porquanto será homem um dia. O índio, ao contrário conservando a ingenuidade da criança mesmo na idade adulta,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

não provocará senão desprezo, aproveitando-se de sua fraqueza para oprimi-lo (SANIT – HILAIRE, 1999:127).

A colonização aparece como solução ao desenvolvimento da província de São Pedro na pena de Maximiliano de Beschoren. É importante ressaltar que ele está se referindo à colonização alemã. Apesar de longa a citação revela a opinião do agrimensor prussiano, sobre a relação entre desenvolvimento econômico e povo. Segundo ele uma das causas da pobreza da região de Soledade é étnica:

A cultura do solo está muito atrasada, porque o riograndense não é para esse tipo de atividade. Ele prefere dedicar-se à criação de gado e a produção de erva-mate. A agricultura. O contrário se dá com os imigrantes do Paraná e São Paulo, o que aqui moram em grande número. Vêm a questão por outro ângulo: dão muito valor ao cultivo do solo, talvez mais do que à criação de gado.

Pelo fato da Província do Rio Grande sempre se dedicar somente a criação de gado, houve um atraso em relação à agricultura. Devido à expansão da colonização, aos poucos se valorizou o solo, fazendo-se notar também o desenvolvimento da indústria, como consequência natural por determinadas culturas.

Só criando gado, nunca teremos indústrias. O nosso campeiro, ‘verdadeiro rei da coxilha’, nunca será um industrial.

O meu ponto de vista, na ocasião muito contestado, é que o Município de Soledade e o distrito de Iagoão terão grande desenvolvimento se forem colonizados por alemães.

- Não estou pensando em fundar colônias, Deus guarde!

Penso que, aos poucos, acontecerá o estabelecimento isolado de famílias coloniais. Serão os precursores e pioneiros na cultura do solo. Acharão boas terras, por preços baixos, e alcançarão ótimos resultados.

‘Lançada a primeira pedra’, pelos colonos, o resto virá por si (BESCHOREN, 1989:28-29) (grifos do autor).

A partir das observações dos viajantes e da historiografia ressaltamos que a demarcação do território do Rio Grande do Sul se deu sob dois aspectos: o primeiro é o interesse econômico da província como produtora de charque e gado importante para o sustento da economia mineradora, principal riqueza da metrópole portuguesa. Sendo assim o território foi reconquistado das mãos espanholas e suas fronteiras mantidas à força. O segundo diz respeito à formação étnica, ser riograndense é diferente de ser gaúcho, índio e escravo. O riograndense é o civilizador, pois descende do português. Segundo Nicolau Dreys a província de São Pedro foi formada basicamente pelo português. Segundo ele:



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Tais foram os primeiros habitantes da Província do Rio Grande: alguns emigrados dos Açores, irmãos daqueles que foram mandados pela corte de Lisboa a rotear a ilha de Santa Catarina e as terras vizinhas, alguns Paulistas e alguns Missioneiros. E sendo assim, é natural que o caráter nacional se tivesse formado das qualidades que mais eminentemente distingue os povos que forneceram seu contingente à nova população; por isso é que no **Rio-grandense se pode notar, com as inclinações ativas e laboriosas dos Ilhéus, a generosidade, a franqueza, os gostos aventureiros e marciais dos Paulistas e dos mineiros, ambos filhos do mesmo país** (DREYS, 1962:146) (grifo nosso).

Esses dois aspectos marcaram a formação da região criando, também, uma visão específica e muitas vezes preconceituosa sobre a participação de cada etnia na formação da identidade do povo gaúcho.

Observando o mapa de 1809 mostra a ocupação da capitania de São Pedro temos: A região da Encosta Superior do Nordeste era denominada a comarca de Santo Antônio da Patrulha onde constava a freguesia de Vacaria. Além dele a capitania possuía as comarcas do Rio Pardo, Porto Alegre e Rio Grande.(Anuário Estatístico, 1923) Esse era o panorama da ocupação do Rio Grande do Sul um ano após a chegada da família real portuguesa ao Brasil. A capitânia de São Pedro se integra à economia colonial através do charque e da criação de gado. A região de Vacaria assinalada no mapa é rota dos tropeiros que em suas viagens traziam e levavam mercadorias e notícias, com a da chegada da família real seus planos para o Brasil que passavam pela elevação do Brasil à categoria de reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815, marcando definitivamente a chegada da civilização as terras brasileiras. È importante ressaltar que do ponto de vista econômico pouca coisa mudaria as províncias manteriam o modo de produção escravista como “motor” da geração de riqueza e conseqüentemente poder político.

Em 1822, ano da independência do Brasil, o mapa do Rio Grande do Sul sofreu algumas modificações. A primeira delas é que deixa de ser uma capitânia e passa a ser uma província, também, observamos uma nova divisão surgindo novas comarcas. Assim em 1822 temos: Santo Antônio da Patrulha, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e duas novas regiões; Cachoeira e São Luiz da Leal Bragança. A região da Encosta Superior do Nordeste faz parte de Santo





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Antonio da Patrulha e Porto Alegre. (Anuário Estatístico, 1923) Como já referido, o ano da independência (1822) é marcado pela organização do Estado nacional brasileiro tanto em nível jurídico através da Constituição de 1824 e em nível intelectual com a construção da idéia de povo e nação. Nesse sentido a literatura e a pintura tiveram papel importante. Na literatura a publicação de **A moreninha**, escrita em 1844 por Joaquim Manuel de Macedo marca o nascimento do romance urbano no Brasil. Em 1847 José do Vale Caldre e Fião, escreve, no Rio de Janeiro o romance **A divina pastora**, um elogio ao povo riograndense, bravo lutador, referindo-se à revolução farroupilha; a colonização alemã, tratada no romance como a honrada e trabalhadora gente alemã, em oposição ao trabalho escravo que eram para ele prejudicial não só para o desenvolvimento econômico como também para a moral das família riograndenses e brasileiras.

Alguns anos antes, Arséne Isabelle percorrendo a província entre os anos de 1833-1834 ressaltava que as qualidades morais e o exemplo da população alemã, cedo ou tarde, iriam influenciar o caráter apático dos brasileiros. Observou Isabelle:

Em 1834 avaliava-se a população total da Província em 160.000 habitantes, os alemães entravam com um décimo para essa avaliação. A colônia de S. Leopoldo, só contava oito mil; é verdade que sob a denominação de *alemães*, compreendiam-se os imigrantes de todas as nações; pro mais fraca que seja a população alemã, em confronto com o número de brasileiros, tem ela, contudo uma grande importância moral porque seu exemplo não deixará de estimular, cedo ou tarde, o caráter apático dos brasileiros. Dede agora, ela fez tudo o que se tinha direito de esperar dela, e os melhoramentos introduzidos nas artes e na cultura já são tais que o aspecto desta grande província mudou de tal maneira a ponto de torná-la irreconhecível aos olhos daqueles que a percorreram antes da guerra do Brasil com a República Argentina. (ISABELLE, 1983:82-83)

Nicolau Dreys escrevendo um em 1839 observou que o crescimento econômico que segundo o autor é fruto do trabalho dos colonos e os “bons ares” fizeram da colônia um lugar importante. Segundo Dreys, São Leopoldo:

Merece uma menção especial à colônia de S. Leopoldo, fundada ao N., e a pouca distancia de Porto Alegre, sobre o Rio dos Sinos; este estabelecimento, cuja origem remonta há poucos anos, tinha tomado um crescimento rápido quando as desordens da presente guerra vieram





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

interromper os pacíficos trabalhos dos alemães, para ali transportados, e, despertando as inclinações guerreiras desses homens, os alistaram debaixo das bandeiras rivais; aí pararam os destinos prósperos da colônia, quando mais que sua proximidade da capital a expôs repetidas vezes às inovações e inevitáveis estragos das forças beligerantes; até então, S. Leopoldo tinha-se tornado um manancial de víveres escolhidos que alimentavam os mercados da capital da província; seus ares salutíferos atraíam numerosos hóspedes que lá derramavam seu dinheiro em troca da saúde que recuperavam, e daí tinha resultado multiplicarem-se as casas encaminhando-se a população para esse lugar, o que prontamente lhe tinha dado as aparências e mesmo a realidade de alguma grandeza e opulência. (DREYS, 1962:122)

O Altas do Império do Brasil publicado em 1868 registra uma modificação nas divisões das comarcas da província de São Pedro. A província era formada por dez comarcas: da capital, de Santo Antonio da Patrulha, do Rio Grande do Sul, do Rio Pardo de Caçapava, de Piratiny, de Bage, de Alegrete, de São Borja e de Cruz Alta. Novamente a região da Encosta Superior do Nordeste é assinalada no mapa por uma grande região de mata denominada: Campos de Cima da Serra, Campos de Vacaria e Mato Português. Essa região era ocupada pelas populações indígenas, os bugres. No Brasil esse momento é marcado por uma economia baseado no cultivo do café, considerado pelos políticos da época “nossa primeira indústria”. Também é um período marcado pela pressão inglesa para a abolição da escravidão, a preocupação dos cafeicultores com a mão-de-obra escrava que se tornara cara e de difícil reposição com o término do tráfico de escravos em 1850. A província de São Pedro nesse período continua com sua economia assentada no charque que era produzido com a mão de obra escrava.

È importante ressaltar que a literatura de viagem registra com muita propriedade que a formação social do Rio Grande do Sul está intimamente ligada à economia e sendo assim cada etnia ocupará um lugar na organização sócio-econômica da província. Assim teremos: os escravos, motores da economia, são considerados instrumentos de trabalho. Não possuem ou produzem cultura. Os alemães, como o europeu, são honrados e trabalhadores contribuindo com o desenvolvimento da província de São Pedro. Os indígenas, a população nativa, quando não são descritos como vagabundos e pouco afeto ao trabalho. São descritos como inocentes e infantis que só teriam alguma chance



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de se integrar à sociedade sulina se fossem catequizados. E finalmente, os portugueses, são descritos como os civilizadores, aqueles que enfrentaram o oceano bravo, o denominado “mar tenebroso”, os indígenas e as matas quase impenetráveis para erguer a civilização nos trópicos.

Percebemos na análise dos diários de viagem que o lugar do discurso formador da sociedade sulina encontra-se em um nível diferente do mundo real observado pelos diversos narrador-viajantes. Mas é esse discurso que prevalece e que é elaborado através do ponto de vista de um narrador-viajante europeu e uma cultura, uma economia e uma política diferente da recém independente colônia portuguesa. A partir desse ponto de vista não há diferença da construção da identidade brasileira definida por Adolfo Varnhagen em 1850.

A partir da fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 1850, sob a proteção de D. Pedro I, Adolfo Varnhagen partindo da pesquisa sistemática documental escreve uma história brasileira que legitima D. Pedro I no poder. Para tal a história brasileira escrita por Varnhagen é um grande elogio ao português que construtor da civilização nos trópicos. Será Varnhagen o primeiro a definir o lugar das etnias indígenas e africanas na história brasileira. Sobre os indígenas ele escreveu:

Aqueles homens exóticos, habitantes daquela natureza exuberante e sem riquezas fáceis, Varnhagen os descreverá com interesse, mas sem afeição. Era, segundo ele, uma gente nômade, que vivia em cabildas, morava em aldeias transitórias, pouco numerosas em relação à extensão do território. Violentos, mantinham guerras de extermínio entre si: bárbaros, não nutriam os altos sentimentos de patriotismo. Sem amor à pátria, essas *gentes vagabundas*, em guerra constante, constituíam, no entanto uma só raça, falavam dialetos de uma só língua – a *geral* ou *tupi*. (grifo do autor) (REIS, 2003:35)

Os africanos, como já foram referidos, era o “motor” da economia brasileira, mas para Varnhagen os negros foram um problema. Ele considerou que a,

(...) presença negra tenha sido boa, favorável à colonização portuguesa no Brasil. Talvez pudesse ter sido evitada, ou com o abandono do cultivo da cana, ou então com o trabalho de brancos e índios entre cinco e nove horas da manhã e das quatro às seis horas da tarde, descansando ou empregando em casa as horas mais quentes do dia, como faziam os índios antes da



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

chegada dos europeus. Esse teria sido o caminho ideal: sem negros. (REIS, 2003:44)

O ponto em comum entre a formação social brasileira escrita por Varnhagem como a formação social gaúcha narrada nos diários de viagem; enfatizam a superioridade européia sobre as populações nativas e os cativos africanos. Os efeitos desse discurso formador e organizador da participação das diversas etnias ultrapassaram assim os limites temporais produzindo ainda hoje conseqüências não só sociais como econômicas e políticas.

### **O charque no relatório de Louis Couty**

No parágrafo inicial de abertura do capítulo dedicado ao charque Couty é claro; “o mercado da carne e sua produção no sul do Brasil permanecem estacionários há longos anos; tal é a conclusão que creio poder deduzir de minhas observações. Para estabelecê-la, insistirei, primeiramente, sobre o estudo das charqueadas e dos saladeiros” (COUTY, 2000:92). O relatório é subdividido em itens que tratam prioritariamente de aspectos técnicos da produção do charque, a comparação do produto final sulino com a carne salgada dos saladeiros a “tajada” e o “charque de vento” produzido no Chile. Além dos aspectos técnicos encontramos descrições sobre o tipo do gado encontramos descrições da transformação do boi em charque do manejo dos animais, as diferenças entre a produção do Rio da Prata e em Pelotas etc.

Mas é no item “Os operários livres e os escravos” que vamos encontrar a marca regional econômica e social sulina e a que nos diferencia da região platina, nossa concorrente, o trabalho escravo versus o trabalho livre. O que mais chama a atenção na leitura e também é uma aproximação aos textos dos viajantes é que o cativo é a “mola mestra” da economia imperial brasileira, mas, a exemplo dos diários o repousa sobre o ombro do cativo e a instituição escravista o fato do charque brasileiro não possuir a mesma competitividade no mercado internacional, além é claro da questão dos impostos que tem que ser embutidos no preço final. No primeiro parágrafo desse item o autor já estrutura a tese central e que ao longo das páginas seguintes irá detalhar:



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Se um charqueador de Pelotas abate menos que seu concorrente do Sul, se ele compra o gado tão caro tendo embora um mercado direto, uma ‘tablada’, se, sobretudo sua produção pouco variável não sabe acomodar-se às variações do mercado de venda; se, por consequência, os ganhos realizados são seguramente menos consideráveis, é preciso atribuir isso, segundo eu, **a uma só e mesmo causa: à diferença da mão-de-obra. No Rio da Prata, a mão-de-obra é livre e, em Pelotas utilizam ainda escravos** (COUTY, 2000: 137) (grifo nosso).

Na defesa de sua tese Couty apresenta dados estatísticos que são muito valiosos ao historiador para o entendimento da produção do charque na região de Pelotas. Além disso, faz uma breve comparação da mão de obra escrava na produção de outros gêneros da pauta de exportação do Império, sempre procurando demonstrar como a mão de obra escrava encarece o produto final. Couty ressalta que: “mesmo para uma matança média, de 2000 animais, por exemplo, e para um ganho regular, o trabalho escravo custa mais caro e produz menos (COUTY, 2000: 138)”. A superioridade do trabalho livre também é constatada na maior divisão do trabalho nos saladeiros do sul. Isso aliado ao pagamento de um salário traz uma especialização do trabalho e logo, um produto final, a carne salgada, de uma qualidade superior do que a produzida pelo braço cativo onde não existe o pagamento de salário e a “motivação” para o trabalho é realizada através da coerção física – o açoite.

Couty cita um argumento definitivo para ressaltar a importância do trabalho livre. A citação, apesar de longa é ilustrativa:

Um saladeiro que só possua escravos tem despesas de mão-de-obra e despesas gerais que permanecerão quase invariáveis, qualquer que seja a cifra do abate. Quer se mate pouco ou muito ou pouco, ele não terá menos usura, e ele não terá menos seu próprio capital imobilizado com seu(s) juro (s) e sua usura, e ele deverá sempre alimentar ou manter seus escravos. Ele deve alimentá-los tão bem durante o trabalho como durante os intervalos; assim, nos meses de setembro, outubro, novembro, em que todas as operações dos saladeiros estão terminadas, utilizam-se os escravos em trabalhos acessórios e sem importância real. Ao contrário, a situação é, no Sul, completamente diferente: não somente o saladerista não tem nenhum capital empenhado em sua mão-de-obra, como também ele só paga a quantidade de mão-de-obra produzida. Todas as operações são, com efeito, reguladas segundo a quantidade dos animais preparados: assim o “lanhador” e matador ganharão na casa do Sr. Cibils que nós tomamos ainda como modelo, 12 reales (francos) por 100 animais: os charqueadores têm ainda mais um reale por boi ou 50 francos por 100 animais; os salgadores têm 48 reales por 100animais; os passadores na salmora, 65. Os



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

trabalhadores e operários sem especialidade) são, ao contrário, menos pago; assim, dá-se 27 reales aos operários da carroça, 10 reales aos que preparam, lavam o sebo, 35 reales aos que limpam os couros, etc (COUTY, 2000: 143).

Outra diferença importante é a que trata da elasticidade do mercado. A produção dos saladeiros é elástica e se adapta às necessidades do mercado, pois sendo realizado por trabalhadores livres, o saladerista pode diminuir a matança, pode fechar temporariamente sua unidade produtiva e reabri-la num momento em que o mercado esteja mais favorável. O mesmo não acontece nas charqueadas escravistas. O mercado de pelotas produz a mesma quantidade de carne quer ela esteja cara ou barata e o motivo é o uso do braço feitorizado. Além da questão da mão de obra feitorizada a falta de uma tecnologia, o uso de maquinário, é apontada como um grande obstáculo na concorrência do charque brasileiro no mercado mundial.

Mas o que nos interessa ressaltar e o relatório de Couty lido em conjunto com os diários de viagem e a historiografia apontam o escravo como uma “marca regional” no tocante à economia. Já na contribuição da construção do tipo regional social o cativo é excluído confirmasse a tese apresentada por historiadores como Jacob Gorender e Mário Maestri sobre a coisificação do escravo. Ele é instrumento de trabalho e após 1888 será um cidadão de segunda categoria.

#### BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Tradução Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Introdução: Júlia Schütz Teixeira. Pref. Henri Lange. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 1989.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

CÉSAR, Guilhermino. “Ocupação e diferenciação do espaço” In: DACANAL & GONZAGA, Sergius (orgs.) *RS: Economia e política*. 2 ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

COUTY, Louis. *A erva mate e o charque*. (le mate ET lês conserves de viande) 2 ed. Pelotas: Seiva, 2000. ( série história, educação e cultura do Pampa II)

DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Introdução e notas de Augusto Meyer. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 2º ed. Trad. E notas de Dante de Laytano. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1983.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Noções de corographia do Brazil*. Rio de Janeiro, 1873. ( 2º Parte: Províncias e Município da Corte do império do Brazil)

MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil. Império*. São Paulo: Contexto, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8º ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. ( Série Revisão,1).

POZENATO, José Clemente. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. (Coleção Identidade e Cultura).

SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*; Tradução de Leonam de Azevedo Penna. Belo horizonte, Ed. Itatiaia, 1999. (Reconquista do Brasil, 10).





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **MEMÓRIAS DE BARRO: TÉCNICAS DE UM GRUPO GUARANI NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Mariusi Glasenapp dos Santos<sup>1\*</sup>

### **Introdução**

O Sítio Arqueológico “Cabeceira do Raimundo” situa-se no Sétimo Distrito da Boca do Monte, na nascente do Arroio do Raimundo, no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil (ver figura 1). Trata-se de um sítio pré-colonial, descoberto e registrado pelo arqueólogo Victor Hugo Oliveira da Silva e sua equipe da Universidade Federal de Santa Maria, através do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/LEPA. O sítio divide-se em três concentrações: A, B, e C (ver figura 2 e 3). O Sítio sofreu duas intervenções de campo, uma na década de 80 e outra na década de 90, o material recolhido através de coletas superficiais e escavações é essencialmente cerâmico.

---

<sup>1</sup> Aluna de graduação do curso de História da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/LEPA, e-mail: mariusi.gds@gmail.com.

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9 – Volume II –*

Figura 1: Localização do Distrito da Boca do Monte , Fajardo (2001).

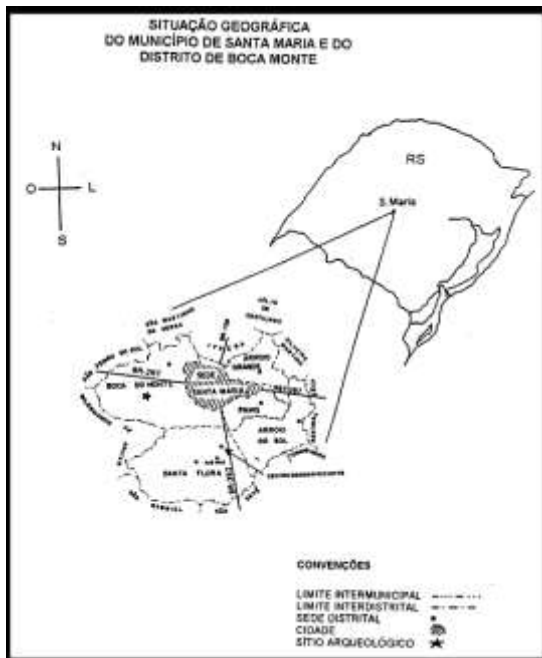


Figura 2: Croqui Sítio Cabeceira do Raimundo, Fajardo (2001).

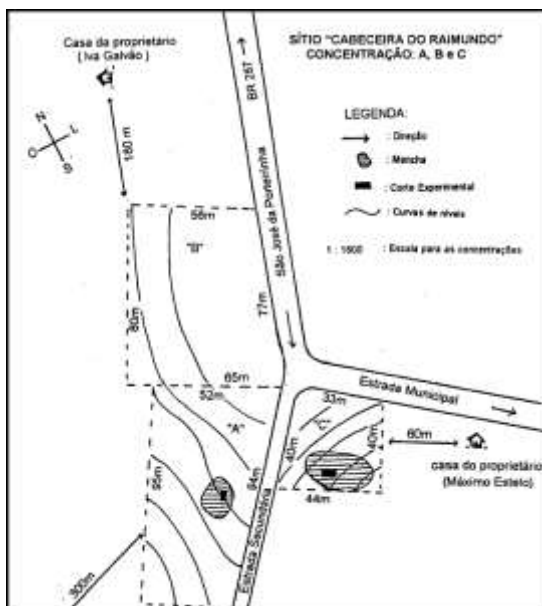


Figura 3: Cabeceira do Raimundo, 2011, concentração 'A'. Foto: Saul Eduardo Seiguer Milder.



Pretende-se, através de análises tecno-tipológicas, identificar possíveis permanências e variantes locais, especificidades das escolhas tecnológicas do sítio em questão, assim como, suscitar questões a respeito do Estilo Tecnológico. Nesse estudo, entende-se que as especificidades do sítio, ou seja, as variáveis técnicas na fabricação da cerâmica ou permanências, serão as bases para os diálogos acerca das escolhas técnicas responsáveis pela variabilidade da coleção cerâmica do Sítio da Cabeceira do Raimundo. Utilizá-se do termo memórias de barro, pois, o resgate através do estudo de sua cultura material evidenciará a história desse grupo, memórias que foram passadas pelo processo de escolaridade, alicerçado as adaptações e necessidades do meio.

### **Estilo Tecnológico e suas aplicações**

Para Sackett (1986, p. 630), a noção de estilo tecnológico é uma qualidade latente e inerente a qualquer variação artefactual na medida em que a forma é constituída de escolhas feitas pelo artesão, conscientemente ou não, de um amplo espectro à sua disposição. Estas escolhas tecnológicas são ditadas pela tradição na qual o artesão foi enculturado como membro de um grupo social, traduzindo-se em noções de design peculiares a certos lugares e tempos, diagnósticos de etnicidade. Portanto, estilo e função são aspectos complementares que determinam a morfologia dos artefatos e as características das cadeias



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

operatórias que lhes dão origem. O aspecto funcional de um artefato reside na maneira como a sua forma serve a um determinado fim e o aspecto estilístico reside na variante étnica ou escolha isocrética em que esta forma surge, ou seja, nas escolhas tecnológicas.<sup>2</sup>

Compreender o conceito de Estilo Tecnológico e suas implicações é o primeiro passo para se entender sua aplicação frente aos fragmentos cerâmicos. A primeira etapa do trabalho consiste na separação do material cerâmico de acordo com o catálogo, ou seja, distribuído conforme os cortes e tipos de intervenção, assim como suas respectivas profundidades. A partir daí, objetivou-se estabelecer novos passos de acordo ao plano de estudos.

Para sistematizar a análise, foram confeccionadas fichas que possibilitarão o estudo orientado aos aspectos técnicos. As fichas dividem-se conforme dois elementos de análise, os técnicos e os morfológicos e funcionais. Como elementos técnicos, encontram-se a pasta, a presença ou não de núcleos, a caracterização do antiplástico, a dureza, a porosidade e a manufatura, no caso da Cerâmica Guarani o mais presente é o processo com roletes, chamado de acordelado. Encontra-se também a análise das superfícies internas e externas, incluindo acabamentos e decorações.

Como elementos morfológicos e funcionais têm-se a morfologia dos fragmentos, dividindo-os entre parede, borda e fundo (ou indefinido); entre tipos funcionais, quando possível dividem-se basicamente em 06 tipos: as panelas para cozinhar, as talhas para líquidos, as tigelas de beber, os pratos de comer, as tigelas ou caçarolas para cozinhar e os tostadores; além dos recipientes para rituais, que muitas vezes podem ser vasilhas reutilizadas, como as grandes tigelas para fermentação de bebidas.

Partindo da reflexão teórica sobre o conceito de estilo tecnológico, pode-se sugerir que a variabilidade artefactual associada a distintos contextos de uma dada área resulta de escolhas tecnológicas que são culturalmente determinadas. Os

---

<sup>2</sup> SACKETT 1986, p. 630 apud DIAS, 2007, p. 65.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

estilos tecnológicos estão representados nestas escolhas, que se refletem na seleção das matérias primas, nas técnicas e seqüências de produção escolhidas e nos resultados materiais destas escolhas, representados pelas diferentes categorias de artefatos produzidos.<sup>3</sup>

### **Primeiras considerações dos resultados**

Em 2001, Francisco Fajardo, através de sua dissertação trabalha o Sítio da Cabeceira do Raimundo, apresenta estudos da geografia local e uma breve análise do material cerâmico. Em seus resultados defende que a maior porcentagem em relação a decoração, na primeira intervenção, é o Corrugado-ungulado com 67,62%, a decoração simples aparece em segundo lugar. O material apresenta um número menor de fragmentos com decoração pintada e as cores predominantes da argila foram o marrom-escuro, marrom-claro, alaranjado ou amarelo-escuro. Além disso, coloca em debate o aspecto quantitativo da decoração do tipo corrugado, diz que o estilo corrugado, com o número de fragmentos díspares com referência aos outros estilos, leva-nos à reflexão da mudança na produção da quantidade em relação à necessidade premente, na recolocação de vasilhas para o uso imediato, ou seja, essa evidência tem ligação direta com peculiaridades da vida cotidiana do Guarani e com a sua vida econômica.

Alicerçado a essa constatação de Fajardo também se coloca a questão da escolaridade e da especificidade de cada artesão, gerando diferenças perceptíveis na produção da cerâmica.

Nos estudos atuais da coleção do sítio encontramos a seguinte distribuição (Gráfico 1):

---

<sup>3</sup> DIAS, 2007, p. 65

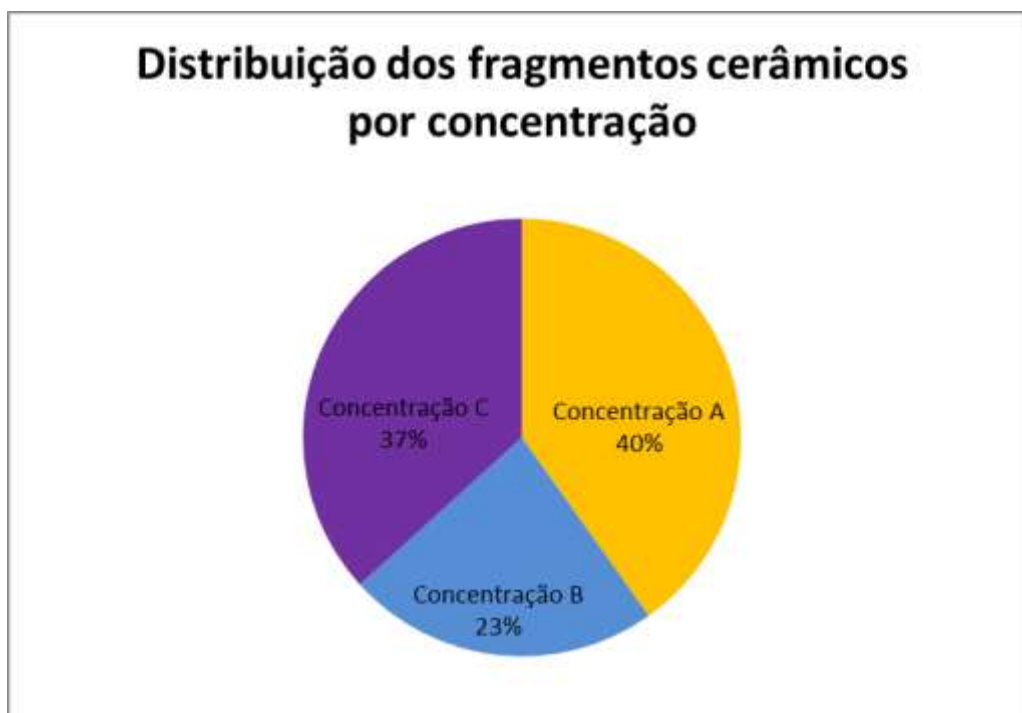


Gráfico 1: Distribuição espacial dos fragmentos por concentração.

O processo de análise encontra-se em andamento, porém tornou-se possível a percepção da frequência de escolhas de matéria-prima, assim como a presença de materiais com quantidades variáveis de antiplástico, com presença de grânulos de areia grossa e mica. Os materiais, até agora analisados, tem como predominância alto grau de dureza (ver figura 4) , além de fragmentos que apresentam queima completa (ver figura 5) e a frequência ou a ausência de núcleos.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*



Figura 4: Cerâmica Guarani Sítio Cabeceira do Raimundo. Queima incompleta, cerâmica compacta e com alto grau de plasticidade. Foto da autora.



Figura 5: Cerâmica Guarani Sítio Cabeceira do Raimundo. Queima completa, cerâmica compacta e plástica, com presença de barbotina. Foto da autora.

### **Análises e resultados, pontes para a compreensão do Estilo Tecnológico**

O presente estudo, embora em fase de desenvolvimento, possui suas diretrizes sólidas em relação ao método no qual através das análises técnicas será possível trazer a tona conceitos como Estilo Tecnológico. Considera-se que o valor do estudo centra-se nas discussões acerca das escolhas técnicas do grupo Guarani, possibilitadas ao longo das análises tecno-tipológicas.

Ao se pensar em escolhas, a idéia de modelo está implícita, uma forma no qual se encontra pré-estabelecida o processo da fabricação da cerâmica, o que se entende por cadeia operatória; suas escolhas estão completamente interligadas com a cultura material, refletidas em suas técnicas, métodos e aplicações.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Entendê-las a partir da materialidade requer trabalhar com suas escolhas em um determinado tempo e lugar, no caso seu Estilo Tecnológico.

A diferença das escolhas humanas se fixa, no conhecimento antropológico, no mínimo, como alternativa e testemunho de muitos “outros”, aqui e pelo mundo afora, cujas formas de existência serão sempre a presença do humano em sua singularidade.<sup>4</sup>

Pensar a diferença, nesse caso, na análise da cultura material Guarani, necessita entender sua dinâmica própria, seu processo de escolaridade, que de geração em geração cria a linha tênue que une sua tradição. No entanto, isso não leva necessariamente a uma homogeneização e sim a perceber especificidades em um contexto maior, afinal de conta, tais abordagens também o são de caráter antropológico, de forma a estudar e compreender o comportamento humano refletido nos vestígios da ocupação pré-colonial Guarani na Região Central do Rio Grande do Sul.

Dessa maneira, ao longo do processo de análise em laboratório será possível evidenciar padrões ou variabilidades acerca da escolha da pasta, do antiplástico, decoração, suas frequências, enfim, analisar a cerâmica Guarani compreendendo que suas escolhas são fundamentalmente escolhas antropológicas, de comportamento e tradição.

### **Considerações finais**

A partir daí, serão guiados os próximos passos e a aplicação das análises da tecnologia, de forma a não dissociar o material a sua função inicial nesse estudo. Após as análises poder-se-á discutir e fazer relações cronológicas a respeito das permanências e mudanças técnicas.

---

<sup>4</sup> ROCHA, 1984, p.21.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Portanto, conclui-se que as escolhas técnicas na fabricação das cerâmicas, nesse caso no Sítio da Cabeceira do Raimundo, possibilitará novos diálogos, abrindo portas para novas considerações, como o aspecto quantitativo, a dissociação entre as escolhas decorativas do tipo corrugado decoração ou como processo produtivo, as escolhas técnicas do processo de produção, discussão acerca do Estilo Tecnológico, assim como contribuir aos estudos de cerâmica Guarani na Região Central do Rio Grande do Sul.

## **Referências**

BROCHADO, J. P. LA SALVIA, F. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

DIAS, Adriana Schmidt. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 2, n. 1, p. 59-76, jan-abr. 2007.

FAJARDO, Francisco. *Aspectos da ocupação pré-colonial platina: Cabeceira do Raimundo*. Dissertação (Mestrado). Santa Maria: UFSM, 2001.

MORAES, Camila Azevedo de. *Arqueologia Tupi no nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). São Paulo: USP, 2007.

ROCHA, Everardo. *O que é etnocentrismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

SANTI, Juliana Rossato. *O passado no presente: vestígios pré-coloniais como suporte analítico da paisagem no Vale do Soturno, RS*. Tese (Doutorado em Arqueologia). São Paulo: USP, 2009.

ZUSE, Silvana. *Os Guarani e Redução Jesuítica: Tradição e mudança técnica na cadeia operatória de confecção dos artefatos cerâmicos do sítio Pedra Grande e entorno*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). São Paulo: USP, 2009.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A RESSEMANTIZAÇÃO DA DEVOÇÃO MARIANA NA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA**

Marta Rosa Borin<sup>1</sup>

As devoções marianas como objeto de estudo do catolicismo na contemporaneidade nos remetem cada vez mais para questões culturais. Trabalhar com religiosidade popular significa dedicar-se ao estudo de certas manifestações religiosas, em especial àquelas que se referem à vida cotidiana e à visão de mundo. A tendência, ao analisar a religiosidade popular é de classificá-la como supersticiosa, em relação à religião oficial, esta julgada, *a priori*, como autêntica e verdadeira<sup>2</sup>.

No entanto, através do estudo das devoções marianas de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, Padroeira do Estado do Rio Grande do Sul e da Virgem de Luján, padroeira da Argentina, estabelecemos algumas relações entre o processo político-religioso dos Estados brasileiro e argentino, nos anos de 1930, para sugerir que as mudanças na representação do sentido do enunciado estiveram a serviço do político.

Para tanto, trataremos as devoções marianas como *capital simbólico* que, enquanto religiosidade popular, foram tuteladas pela hierarquia da Igreja, porque entendemos como uma das prerrogativas da Restauração Católica o controle do catolicismo supersticioso, fantasioso e fanático, qualificação usada, não somente pelos acatólicos, mas também pelo próprio clero liberal, progressista.

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela UNISINOS. Professora substituta do Curso de Relações Internacionais, UFSM, Santa Maria/RS. mrorin@gmail.com

<sup>2</sup> Entende-se a religiosidade popular como prática religiosa tradicional do povo expressa no culto aos santos e na participação das festas dos padroeiros. SÜSS, Günter Paulo. *Catolicismo popular no Brasil: tipologia e estratégia de uma religiosidade vivida*. São Paulo: Loyola, 1979, p. 147.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Trabalharemos, portanto, com a hipótese de que o incentivo e o triunfo destas devoções marianas foram uma estratégia do clero católico para recuperar sua influência junto ao poder político após a proclamação da República, tanto no Brasil quanto na Argentina, uma vez que a historiografia sobre a Igreja católica na América Latina, do final do século XIX a meados do século XX, apresenta um clero descompromissado com os princípios e sacramentos religiosos, muitos, ainda, praticamente ignorantes em matéria de religião e envolvidos com questões políticas. Isso gerava uma situação calamitosa para o clero e foi um dos motivos pelo qual, em Roma, no ano de 1899, foram discutidas algumas reformas no Concílio Plenário dos Bispos da América Latina, convocado pelo Papa Leão XIII. Esse Concílio resultou no processo de *romanização* da América Latina. Isso significava, não somente conduzir o clero à observância das normas eclesiásticas com relação ao sacerdócio, mas também substituir as crenças de cunho devocional, leigo e familiar do povo por expressões religiosas de caráter mais clerical, dando ênfase aos sacramentos e colocando a autoridade da hierarquia eclesiástica entre o povo e o Estado.

Observando esta proposição conciliar em relação às devoções encontramos no Brasil, a partir dos episódios de 1930, indícios de que a devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças foi socialmente construída pela hierarquia católica a fim de regular atitudes entre os populares e colocada a serviço do Estado varguista com vistas a afastar os operários da influência comunista. No mesmo período a devoção a Nossa Senhora Aparecida, elevada a padroeira do Brasil, reforçaria o quadro de influência da Igreja católica brasileira, atribuindo as devoções um outro significado. E não seria diferente na Argentina.

A devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças passou a fazer parte do cotidiano das famílias devotas de Santa Maria, a partir dos episódios de 1930. A cidade sul rio-grandense era um importante entroncamento ferroviário que ligava o Estado gaúcho a países da região Platina; possuía uma significativa população operária, era a cidade sede da Viação Férrea do Rio Grande do Sul





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

(VFRGS) e concentrava um significativo contingente militar do Exército brasileiro por ser um ponto de defesa do país.

Como havia possibilidade da cidade ser atacada pelos revoltosos por ocasião da revolução de 1930, um jesuíta devoto de Nossa Senhora Medianeira, Inácio Valle, passou a invocá-la pedindo pela proteção da cidade. Reuniam-se para orar com ele os seminaristas e populares que foram se afeiçoando a devoção. Como a cidade não foi atacada atribuíram a proteção à Virgem Medianeira.

O prodígio de Nossa Senhora em relação à proteção da cidade foi notícia de várias edições do jornal local, à época. O jesuíta e os devotos começam a organizar as romarias em honra a ela e a aventar a necessidade da construção de um Santuário, pois o clero previa a afluência de muitos devotos e logo começou a trabalhar em prol da difusão dessa invocação mariana.

O ocorrido em Santa Maria foi sendo divulgado em nível estadual e nacional, com um outro propósito, o de tornar a devoção conhecida entre os operários a fim de desviar os trabalhadores brasileiros da influência das idéias comunistas.

Na edição, de agosto de 1931,<sup>3</sup> da revista *Unitas*, por exemplo, Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, afirma várias vezes que Nossa Senhora Medianeira serviu como modelo, como símbolo de aprovação ou aceitação, por parte do governo brasileiro, das ações da Igreja junto aos operários e que a Igreja confiou a ela o controle da movimentação comunista entre eles no Rio Grande do Sul. Além disso, o reconhecimento da dita devoção, pelo arcebispado, reafirmava o prodígio ocorrido em Santa Maria durante a Revolução de 1930.

Se Getúlio Vargas era visto por Dom João Becker como o homem capaz de “guiar, não só o Rio Grande do Sul, mas todo o Brasil, no caminho da fidelidade ao passado católico do país”, como afirma Isaia (1998, p. 80-85), e se

---

<sup>3</sup> “Actos da Santa Sé”. In: *UNITAS, Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre*, ano XVIII, n. 7 e 8, jul. - ago., 1931, p. 317 - 374, Arquivo da Cúria Metropolitana, ACMPA, Porto Alegre.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Dom João Becker via a Revolução de 1930 “como o ponto de partida para o resgate da própria identidade brasileira, através do reforço da catolicidade vilipendiada pela República”, Nossa Senhora Medianeira poderia tornar-se a padroeira deste projeto. O reforço a esta identidade viria com a devoção a Nossa Senhora Aparecida e com a inauguração da estátua do Cristo Redentor.

Neste sentido, Dom João Becker registrou que, no ano de 1931, além de Nossa Senhora Aparecida ter sido proclamada oficialmente padroeira do Brasil foi inaugurada, por iniciativa de Dom Sebastião Leme, então Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, a estátua do Cristo Redentor. O discurso oficial de inauguração foi proferido pelo arcebispo de Porto Alegre a convite de D. Sebastião Leme<sup>4</sup>. Uma oportunidade de Dom João Becker, não somente representar o Estado do Rio Grande do Sul na cerimônia, uma vez que a padroeira do Brasil havia ficado com o Estado de São Paulo e o governo brasileiro havia sido conquistado pelo gaúcho Getúlio Vargas, mas de reforçar a expansão do catolicismo e sua importância para a nação.

No discurso oficial, Dom João Becker<sup>5</sup> ao enaltecer o acontecimento de inauguração da estátua do Cristo Redentor proclamou a universalidade do catolicismo em detrimento das outras crenças: “levanta-se este grandioso monumento em sinal de que Cristo deverá ser o Redentor da nação, mormente na época difícil que estamos atravessando”. Após destacar o significado do monumento, centrou seu discurso na necessidade das “leis divinas regerem as instituições sociais e políticas do povo brasileiro”, pois, o perigo no momento estava “nas conseqüências funestas do laicismo, que procura infiltrar suas idéias dissolventes e anárquicas em todos os departamentos da vida humana”. Advertiu que o povo brasileiro e o Estado, para falarem de “patriotismo, de desprendimento cívico e colaboração humana” deveriam estar balizados na moral cristã, pois “é Cristo que ilumina o indivíduo e o Estado”.

<sup>4</sup> Em 1930, o Papa Pio XI declarou Nossa Senhora Aparecida a Padroeira do Brasil e em 31 de maio de 1931 o Cardeal D. Sebastião Leme oficializou a proclamação no Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> “O Cristo Redentor: discurso oficial, alocução, saudações, mensagens e apreciações: Introdução”. In: *UNITAS, Revista Eclesiástica de Porto Alegre*, ano XVIII, n. 11 e 12, nov. - dez., 1931, p. 618 a 620.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Para a Igreja católica, o Estado, pós-revolução de 30, deveria observar os princípios cristãos e retomar sua unidade com a Igreja. O Estado laico prescindia da presença de Deus e o monumento ao Cristo Redentor era uma forma de externar essas relações entre Igreja e Estado, já que a Igreja estava interessada em legitimar a identidade católica da nação, uma vez separada do Estado.

Antes de proclamar “Cristo, o protetor da nação”, Dom João Becker<sup>6</sup> fez uma crítica aos ateus e ao materialismo, “incapaz de contentar a inteligência humana, pois o homem sem religião e inimigo de Deus torna-se escravo das próprias paixões, vê-se oprimido pelo peso da matéria que ele deificou”. Fez um alerta à nação brasileira e procurou convencer os incrédulos de que o Brasil deveria honrar a Cristo não como um mito, mas como filho de Deus.

Esse discurso refletia a Encíclica de Pio XI, *Divini redemptoris*, na qual o Papa condenava o materialismo marxista como doutrina que não tem lugar para a idéia de Deus. O monumento era uma forma de externar para o mundo que o Brasil também fora consagrado ao Medianeiro, ao Cristo, o Redentor da nação. Naquela ocasião, Dom João Becker conclamava o Brasil a ser modelo de catolicidade para outras nações dominadas pelo agnosticismo.<sup>7</sup>

O arcebispo de Porto Alegre alertava a população sobre àqueles países que “convulsionados por torturantes males”, ou seja, pelo comunismo, ficariam “reduzidos a escombros” e o Brasil, por ser uma nação católica, seria o vigilante da democracia.

Para encerrar o discurso, Dom João Becker pediu que Cristo incluísse em “nosso amado povo o amor à disciplina social e à obediência aos legítimos superiores”<sup>8</sup> tornando público seu apoio ao governo Vargas.

---

<sup>6</sup> “O Cristo Redentor: discurso oficial, alocução, saudações, mensagens e apreciações: Introdução”. In: *UNITAS*, op.cit.. 1931, p. 618 a 620.

<sup>7</sup> *Ibidem*. *Idem*.

<sup>8</sup> *Ibidem*. *Idem*.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O ato de inauguração da estátua do Cristo Redentor era conveniente e estratégico para o governante que “vivia o período de adaptação e incerteza no governo”.<sup>9</sup> A noção de estratégia<sup>10</sup> confere, não somente ao Estado como também à Igreja o desenvolvimento de uma linha objetiva orientada para obedecer regularidades e formar situações compensadoras devido às condições sociais externas a elas incorporadas, neste caso, as devoções populares.

O apoio à devoção a Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil e a inauguração do Cristo Redentor, segundo Bruneau (1974: 80), foi uma ação política de Vargas que, diplomaticamente, sabia que não deveria ir contra a devoção popular devido ao grande número de devotos: “Vargas era agnóstico confesso, sem nenhum interesse na religião”.

Assim, o monumento ao Cristo Redentor, “como guardião da paz, da ordem e da prosperidade da pátria brasileira”<sup>11</sup> e a aclamação de Nossa Senhora Aparecida como a padroeira do Brasil são indícios de uma tentativa de legitimação do projeto de nação católica por parte da Igreja católica brasileira, a princípio para, segundo o jesuíta padre Valle, “salvar da ruína a massa proletária”.<sup>12</sup>

O campo religioso católico de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul viriam contribuir com a política varguista que nos anos 30 estava alarmada com as “ameaças vermelhas” e com possíveis “ataques comunistas”.<sup>13</sup>

Quanto a Nossa Senhora Aparecida, é sabido que sua imagem foi encontrada no Rio Paraíba, em 1717, por um grupo de pescadores que, nas suas redes, recolheram a cabeça de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição e, logo em seguida, o restante do corpo apareceu nas malhas de outra rede. Sobre

---

<sup>9</sup> Cf. FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 42.

<sup>10</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

<sup>11</sup> *Ibidem*. *Idem*

<sup>12</sup> Cf. Pe. VALLE, *História da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças*. In: *Copa em Revista*, 27 nov. 1954, [s.p.], Arquivo da Província dos Padres dos Jesuítas, APPJ, Porto Alegre.

<sup>13</sup> Cf. FAUSTO, *op.cit.*, 2006, p. 58.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

esse acontecimento, Santos (2000: 37 e 80),<sup>14</sup> infere que “a descoberta da imagem nas águas do Paraíba reforçou o mito de uma devoção original, fundada a partir da ação de homens do povo; a devoção origina-se por iniciativa exclusivamente popular, sem concurso de autoridade eclesiástica”. Lourival Santos afirma que “quando Aparecida é coroada como padroeira do Brasil (1904), a Igreja supera o Estado e estrategicamente aproxima-se de seu rebanho agraciando o povo com a aprovação à devoção a imagem”.

Lembramos que isso ocorreu em São Paulo, onde, segundo o autor: “as autoridades eclesiásticas não estavam criando uma devoção popular, mas reconhecendo uma prática popular que cresceu nos dois séculos anteriores“. Diferente do Rio Grande do Sul, onde um sacerdote, através da imagem de Nossa Senhora Medianeira, construiu uma tradição em Santa Maria a partir de um fato histórico - a revolução de 1930 - e, posteriormente, com o apoio do Arcebispo Dom João Becker e do Bispo de Santa Maria, Dom Antônio Reis, se empenhou em tornar Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças padroeira dos Círculos Operários do Brasil e padroeira do Estado do Rio Grande do Sul.

Os Círculos Operários no Rio Grande do Sul ficaram, então, sob tutela da Igreja, através dos jesuítas Inácio Valle, Urbano Rausch e Emílio Schneider<sup>15</sup>, que, também, não tinha muita experiência com o circulismo. Porém, o cenário político preocupava e, ao mesmo tempo, estimulava a ação do clero, pois os Círculos Operários Católicos haviam recebido do presidente Getúlio Vargas o título de “Órgão Técnico Consultivo do Ministério do Trabalho”<sup>16</sup>. Dito órgão foi instituído, em 1930, como “Conselho Consultivo composto de individualidades iminentes, sinceramente integradas na corrente das idéias novas”. Dentre suas realizações, orientava, construtivamente, o sindicalismo, “colaborando com as autoridades e patrões, livrando os trabalhadores dos despóticos chefes

<sup>14</sup> Cf. SANTOS, Lourival. Igreja, nacionalismo e devoção popular: as estampas de Nossa Senhora Aparecida, 1850-1978. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2000.

<sup>15</sup> RAUSCH, Pe. Urbano, S.J. *Uma vida dedicada ao Círculo Operário*. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.

<sup>16</sup>Ibidem.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

comunistas que tiranizam os operários e criam um ambiente permanente de instabilidade pública”<sup>17</sup>.

O governo Vargas, segundo Souza (2002, p. 139-143), colocou na equipe política do Estado assessores técnicos conhecedores da Doutrina Social da Igreja que se destacaram no cenário trabalhista. A Igreja reconhecia o importante papel que estava sendo desempenhado pelo Estado pois, Vargas, com a promulgação das leis trabalhistas, cumpria sua promessa com o circulismo feita em 1929, quando se dirigia aos trabalhadores de Porto Alegre: a elaboração de uma legislação sindical e previdenciária.

O perfil esperado do operário brasileiro ficava claro, por exemplo, na estrutura e no programa do Círculo Operário Porto-Alegrense<sup>18</sup> onde dizia que ele deveria ser “cristão e anticomunista”.<sup>19</sup>.

Para Rausch (1997: p. 58), os jesuítas desempenharam um papel importante nos Círculos Operários pois, além da difusão da devoção a Nossa Senhora, temendo a infiltração de idéias comunistas entre os operários dos círculos, manipulavam as votações e, ainda, enquanto sacerdotes, criaram, entre os operários, certa dependência que acabava por supervalorizar a figura do padre.

A devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças assumiria assim outra função, além da religiosa. Tal função foi nitidamente apoiada pelo Estado, no intuito de “manipular”, parafraseando Hobsbawm e Ranger (1997: 315), as decisões da classe operária que o Estado considerava perigosamente atraída e manipulada pelas idéias comunistas. O Estado se apropriaria da ação da Igreja e usaria a devoção contra o comunismo, valendo-se, neste caso

---

<sup>17</sup> “A nova organização administrativa do país”. Discurso de posse da chefia do Governo Provisório, em 03 de novembro de 1930”. In: VARGAS, Getúlio. *O pensamento político de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Assembléia legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Museu Júlio de Castilhos, 2004, p. 62-64.

<sup>18</sup> Programa, Estrutura e realizações. Trabalhador Alerta! Leia com atenção e decida. Círculo Operário Porto-alegrense, COPA, Porto Alegre: Tipografia do Centro, [19--?], p.1.

<sup>19</sup> Ibidem.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

dos Círculos Operários e da confiança que a Igreja creditava à devoção mariana.

No período pós-Revolução de 30, os Círculos Operários Católicos foram uma experiência “corporificada da forma hierárquica católica de intervenção no mundo do trabalho e na relação expressiva entre a Igreja e o Estado. Foi um projeto teológico-político da Igreja católica no Brasil, a partir de 1932” (Souza: 2002, p. 21). Nesse sentido, se a idéia era sacralizar a política social implantada após 1930, com a preocupação de restaurar a dignidade do trabalhador, de manter a nação católica e afastar a sociedade de experiências radicais vindas pelo sindicalismo e pelo capitalismo liberal, a preocupação do padre Valle não seria somente devocional mas, também, com a transformação social, com as mudanças sociais da classe operária, indo ao encontro do discurso varguista.<sup>20</sup>

O fato da devoção a Nossa Senhora, invocada como Medianeira ter surgido por iniciativa de um sacerdote facilitou a credibilidade imediata na Igreja por parte do povo. Ela seria uma devoção que, a partir do Rio Grande do Sul, apareceria como *mediadora* entre os anseios dos operários a classe dirigente.

A devoção religiosa, que também serviu a interesses políticos, foi conduzida por sacerdotes fiéis tanto ao Projeto de Restauração Católica quanto às prerrogativas do Estado. O referido projeto nacional de Igreja foi identificado no episcopado de Dom João Becker pela sua preocupação em marcar a presença da Igreja em todas as esferas da vida nacional (ISAIA, 1998: 48).

A devoção a Nossa Senhora Medianeira veio, ainda, reforçar o projeto da Igreja submetida à autoridade de Roma. Era a Igreja reformada que colocava sob controle da hierarquia as devoções populares.

A Igreja católica pretendeu, também, que a difusão da devoção a Nossa Senhora invocada como Medianeira, desde seu início, ultrapassasse as

---

<sup>20</sup> “As classes trabalhadoras e o governo da Revolução, discurso proclamado em 29 de outubro de 1932. In: VARGAS, op, cit, 79.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

fronteiras do Estado<sup>21</sup>, ela deveria ter importância igual ou maior que a festa da padroeira do Brasil, pois a Igreja do Rio Grande do Sul estava no rol dos Estados brasileiros empenhados com a identidade católica da nação.<sup>22</sup>

Nos anos de 1930, os discursos apresentavam São Paulo como sendo o estado mais culto, civilizado e moderno do Brasil, enquanto que as forças de Vargas, gaúcho, eram consideradas incivilizadas, inferiores. A pretendida superioridade paulista se dava devido às questões econômicas, sendo que o discurso, racista e preconceituoso com relação aos outros Estados afirmava sempre a inferioridade e a brutalidade dos brasileiros de outras regiões<sup>23</sup> como uma luta entre duas idéias diferentes de civilização, ou melhor, entre civilização e barbarismo.

O “estado próspero”, no entanto, não hesitou em superar tal preconceito para, em 1931, abrigar a imagem negra de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e, *ouvindo o clamor do povo*, torná-la a Padroeira do Brasil católico.

Nas décadas de 1920 e 1930, a questão da identidade brasileira foi sendo discutida e reelaborada. É uma época de “aproximações entre as elites e o povo depois de longo período de freqüentes expressões de desprezo por negros e mestiços entre os intelectuais”. Muitos intelectuais se empenharam para reconhecer o Brasil como um país de cultura plural, destacando como de fundamental importância as contribuições de negros e mestiços, além de brancos e índios<sup>24</sup>.

Do ponto de vista religioso, o uso de um símbolo católico feminino, como a Virgem Maria, para representar civicamente a República laica, “poderia soar como profanação”. Mesmo que a Igreja tenha sido separada do Estado com a implantação da República no Brasil, o resultado foi a derrota cívica perante a

---

<sup>21</sup> Livro Tombo, Seminário São José, Santa Maria, 1928-1936, p. 18-22, ASSJ, Santa Maria.

<sup>22</sup> *Ibidem*. *Idem*

<sup>23</sup> BEZERRA, Holien Gonçalves. *O jogo do poder*. Revolução Paulista de 32. São Paulo: Moderna, 1988.

<sup>24</sup> WEFORT, Francisco. *Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006, p. 275-279.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

religião, pois o maior símbolo católico feminino, a Virgem Maria, tornou-se a padroeira do Brasil, a representante da nação: mulher, virgem, santa e negra (CARVALHO, 1990: 93).

No estudo de Weinstein (2001), encontramos a argumentação da superioridade paulista respaldada, também, na religiosidade popular, pois, segundo a autora, em 1932 “a imagem de Aparecida estava mais a serviço da causa paulista”, sendo apropriada pela elite dirigente de São Paulo. A origem da imagem em terras paulistas reforçava os argumentos da supremacia do Estado mais rico da nação, a *locomotiva* do Brasil, já que também era a terra da Padroeira. Em seguida a pequena cidade de Aparecida, é inaugurada como capital religiosa do Brasil.

O culto a Aparecida, nesse contexto, foi retomado pela Igreja com o intuito de formar, no Vale do Paraíba, um pólo turístico-religioso, já que tal devoção, nos séculos anteriores, havia dado frutos, desde que os padres redentoristas se incumbiram, a partir de 1895, da direção espiritual dos devotos daquela localidade (AZZI, 1977: 37-38). A imagem que pertencia ao povo humilde de Itaguaçu foi contemplada com a construção de um Santuário no alto do morro dos Coqueiros. Posteriormente, construíram um novo e mais amplo Santuário, pois “as rendas vultosas desses centros de romaria podiam ajudar a manutenção das pessoas e obras das instituições eclesíásticas” (AZZI, 1994: 100).

Em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, o projeto da Igreja católica se assemelhava ao da Igreja da cidade de Aparecida, quando o padre Valle motivava as pessoas devotas a participarem das romarias em honra a Nossa Senhora Medianeira, fossem elas procedentes desse município ou de outras localidades e, quando o Bispo Dom Antônio Reis providenciou a construção de um Santuário para os devotos de Nossa Senhora Medianeira.

Outra observação que podemos fazer com relação as duas devoções é que, muito embora “a primazia da iniciativa popular seja característica do culto à



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Aparecida”, segundo Santos (2000), esta não contrasta com a devoção pretendida a Medianeira, pois ela também surgiu da devoção popular, conseqüência do fato da população ter confiado a cidade à Nossa Senhora por ocasião da Revolução de 1930.

Todavia, tal devoção esteve sempre sob o controle da hierarquia da diocese de Santa Maria e tinha um objetivo maior: legitimar o catolicismo como religião predominante na cidade e no Estado, conquistar e cristianizar a classe operária do Brasil e combater as idéias comunistas, principalmente entre os operários. Estes é que dariam o cunho popular à devoção pois, quando a piedade popular, no caso da devoção a Medianeira, ficava sob a tutela da Igreja, não era mais julgada como “excessivamente sentimental, ignorante e mágica”, (BRANDÃO, GONZÁLEZ e IRAARRÁZAVEL, 1992: 47), mas necessária para afastar o povo devoto das ideologias contrárias ao catolicismo.

Entendemos que a Igreja católica santa-mariense estava preocupada com a fé também enquanto expressão da nacionalidade<sup>25</sup>. O surto do nacionalismo dos anos 20 é acompanhado pelos prelados da Igreja que, com a tutela das devoções populares, Aparecida e Medianeira, uniam-se às prerrogativas do Estado. Isso fica claro com relação à devoção a Nossa Senhora Medianeira, quando os episcopos vão colocá-la, também, a serviço do Estado em nível nacional no combate ao comunismo.

A devoção a Nossa Senhora Medianeira, como *capital simbólico* acompanhava as novas diretrizes do governo Vargas à época da implantação do Estado Novo. A exemplo do ocorrido em Santa Maria em 1930, quando a Nossa Senhora Medianeira foi invocada para proteger a cidade, o Arcebispo metropolitano, Dom João Becker, buscou, para o Estado gaúcho, em 1937, a proteção de Nossa Senhora Medianeira contra os integralistas. Prometeu dedicar uma paróquia à Medianeira com templo votivo, se Nossa Senhora impedisse o derramamento de sangue. Como não houve revolução na capital, D.

---

<sup>25</sup> ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

João Becker fundou em Porto Alegre a paróquia de Nossa Senhora Medianeira, em 1942, em agradecimento à graça recebida.<sup>26</sup>

A invocação da devoção mariana gaúcha também irá aparecer em nível nacional, em 1937, quando Dom Sebastião Leme chamou o padre Leopoldo Brentano ao Rio de Janeiro para fundar o *Movimento Nacional dos Círculos Operários Católicos*. Esse movimento teria resultado da fusão de duas iniciativas dos padres, Valle e Brentano: os Círculos Operários e a devoção a Nossa Senhora Medianeira. Outro desdobramento da invocação mariana, o qual resultou na escolha de *Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças* como “Rainha e Advogada de todos os Círculos Operários do Brasil”, ou seja, a padroeira da Confederação dos Círculos Operários Católicos. O resultado dessa eleição foi enviado pela *Confederação Nacional de Operários Católicos* aos Bispos católicos do Brasil, que se reuniram no Rio de Janeiro, em 1939, em Concílio Plenário Brasileiro, onde aprovaram o pedido feito e estabeleceram que a festa em honra a Nossa Senhora Medianeira seria introduzida em todo o território nacional. Ficou decidido, no citado *Concílio* de 1939 que, a partir de 1940, “a missa e ofício próprios de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças seriam rezadas em todo o Brasil a 31 de maio”.<sup>27</sup>

Esse Concílio, segundo Isaia (1998, p.153), “representou uma oportunidade para mútuas manifestações de estima e entendimento entre os dirigentes católicos e Vargas”, e seu resultado foi uma “conquista moral” entre o Cardeal Leme e o Presidente da República. Nesse sentido, segundo o padre Valle, em todos os Estatutos circunistas deveria encontrar-se Nossa Senhora Medianeira como padroeira e advogada dos Círculos Operários, como ele e o padre Brentano pretendiam.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> Artigo do Pe. Rafael Valle, “História da Devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças”, *Copa em Revista*, 27 nov. 1954, s/ pág., APPJ, Porto Alegre.

<sup>27</sup> *Histórico do Movimento em torno da Mediação Universal de Maria Santíssima*, [19--], p. 8, APPJ, Porto Alegre.

<sup>28</sup> Cf. VALLE. Pe. Inácio. *Com Maria Mãe de Jesus: cruzadas de santas missas em honra e nas intenções da Virgem Medianeira*. Santa Maria: Pallotti, 1952, p. 11; “História da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças”, *Copa em Revista*, Porto Alegre, 1954.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O empenho em externar e reforçar a catolicidade da nação através dos operários resultou na criação da Confederação dos Operários Católicos, mesmo sendo poucos os recursos humanos. O impacto de tal acontecimento fortalecia a Igreja católica e a confiança do governo na sua atuação, a qual detinha a doutrinação de operários dentro dos princípios e da moral cristã. As idéias do comunismo não deveriam encontrar espaço na citada Confederação.

Assim, se o apelo à devoção do padre Rafael Valle tinha origem na sua própria fé, também estava na sua convicção de que o apoio do Estado oficializava a importância de Nossa Senhora Medianeira enquanto *capital simbólico* no campo religioso católico. Um poder difícil de ser combatido pelo seu valor subjetivo, religioso, sentimental, sobrenatural. Um *bem de salvação* para a Igreja e um trunfo poderoso a favor do estadista. “O Estado aproveitava-se da ascendência desfrutada pela Igreja ante uma massa urbana ainda presa aos valores tradicionais próprios de suas raízes rurais, utilizando-a como força legitimadora do autoritarismo varguista”<sup>29</sup> por um lado. Por outro, a Igreja católica via-se prestigiada por um regime que se mostrava como inspirado em seus ensinamentos e comprometido com as “raízes cristãs da nossa nacionalidade”, o que era retratado na estrutura da política social do Estado Novo e na doutrina da Igreja<sup>30</sup>.

A Igreja católica brasileira, através dos Círculos Operários contribuiria, assim, para forjar um trabalhador “disciplinado, despolitizado e produtivo”. Então, na visão do Estado e da Igreja “o negativo conceito de luta de classes” deveria ser substituído pelo conceito positivo de colaboração de classes”. O Estado Novo, como sabemos, nunca se entusiasmou por disseminar uma participação política ativa de massas, ao contrário, voltou-se muito mais para bloquear e impedir esse tipo de manifestação por parte de seus adversários”. No

---

<sup>29</sup> ISAIA, op.cit., p. 151-152.

<sup>30</sup> Ibid.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

entanto, usou de outros meios “não convencionais de adesão das massas [a devoção popular] e efetivou a centralização do poder simbólico”.<sup>31</sup>

Dentre os novos canais de comunicação do Estado Novo, entendemos que, no campo religioso, a devoção popular no Rio Grande do Sul foi usada estrategicamente no jogo político. A Igreja católica se articulou com o Estado sem deixar de lado, obviamente, o seu discurso teológico pois, através dele, legitimava sua posição na sociedade civil. A pompa das procissões, com a presença de representantes do poder civil, retratava publicamente o prestígio da hierarquia eclesiástica.

A devoção a Padroeira dos Círculos Operários Católicos – Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças - somada à devoção a Nossa Senhora Aparecida e ao Cristo Redentor completava a idéia de que a Igreja fora consolidando seu prestígio diante do povo e das autoridades civis. O clero católico estaria reconquistando a nação uma vez que “a verdadeira identidade nacional estaria indissolavelmente ligada à Igreja católica” (ISAIA, 1998: 213) já que essa identidade seria coroada não somente pela Padroeira do Brasil, mas também pela Padroeira dos operários e do Estado do Rio Grande do Sul - Nossa Senhora Medianeira.

O padre Valle ao estimular a religiosidade popular abriu *portas* à Igreja católica, com ela combateu seus opositores agnósticos. Com a festa em honra a Nossa Senhora Medianeira, a Igreja ganhava, para si, um diversificado público consumidor do capital simbólico, o qual ela vinha acumulando após o episódio de 1930. A relação que existia entre *a produção* deste bem de salvação, a devoção, e a procura foi resultado da lógica da demanda, pois a devoção mariana ia ao encontro das necessidades dos consumidores: populares, operários, subalternos, políticos e devotos de distintas classes sociais.

Neste sentido, o “mito da nação católica argentina”, expresso por Di Stefano e Zanatta<sup>32</sup>, como um projeto que surge no final do século XIX e se

---

<sup>31</sup> LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas/SP: Papirus, 1986, p. 22-53.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

estende até a segunda fase do peronismo, poderia ser também identificado no mesmo período pela hierarquia católica do sul e sudeste do Brasil. A este projeto Isaia (1998) chama de “vanguarda católica capaz de revelar-se crítica e denunciadora das injustiças sociais”.

Sobre a Argentina, Di Stefano e Zanatta advertem que a historiografia laica produziu uma imagem da história eclesiástica retrógrada e paralisada no passado, sem prestígio e sem idéias, incapaz de influir no desenvolvimento do país. Essa imagem se cristalizou com a produção historiográfica de católicos que tentaram acreditar que o catolicismo argentino do final do século XIX era “popular” e “sem Igreja”, mas a historiografia oficial católica apresenta a Igreja como uma instituição perseguida pelos liberais e anticlericais inimigos de Deus. Para os autores, não há dúvida que as bases institucionais da Igreja no final do século XIX eram frágeis e ela não gozava de grande influência e nem de prestígio. Afirmam que o progresso era marcado pelo objetivo da elite de laicizar o Estado e a sociedade. A separação entre Igreja e Estado não se constituiu em um conflito, pois a mesma elite laica nunca renunciou às vantagens que lhe asseguravam o exercício do padroado e a Igreja insistiu em identificar sua crescente autonomia em relação ao Estado liberal que ela criticava.

Nos anos de 1910, com a expansão do regime liberal radical se intensificaram os conflitos com a Igreja católica aliada com as elites conservadoras. O rompimento das relações diplomáticas entre a Argentina e o Vaticano, em 1923, era resultado do radicalismo governamental que pretendeu intervir na candidatura de um arcebispo para governar arquidiocese de Buenos Aires, agindo como no regime de padroado. .

Na década de 30, após o golpe e Estado que levou o general Urriburu ao poder, o catolicismo argentino é tratado como ideologia nacional, “o mito da nação católica” é forjado para combater o liberalismo. A Igreja propunha uma terceira via: um nacionalismo cultural, o catolicismo e o nacionalismo

---

<sup>32</sup>. Cf. DI STEFANO, Roberto e ZANATTA, Loris. *Historia de la Iglesia Argentina: desde la conquista hasta fines del siglo XX*. Buenos Aires, Aires: Grijalbo, 2000, p.412-435.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

apareceriam como a encarnação, o bem e a salvação. Os comunistas, os socialistas, os protestantes, os espíritas, os livres pensadores, os artistas heterodoxos não se encaixavam no rígido parâmetro da “nação católica” e seus princípios. A reversão deste princípio estaria na base do Estado laico. O outro pilar da terceira via era o “corporativismo”, as ligas, pelo qual as autoridades católicas queriam impor unidade na militância católica nos moldes da Ação Católica italiana, numa época de intensas mobilização da classe operária argentina.

Quando a Igreja elevou a Virgem de Luján como padroeira da Argentina, em 1930, estava apenas reconhecendo, num tempo que lhe era propício, uma devoção que havia surgido entre os populares, portugueses e criollos, em 1630. A posição geográfica e política do Santuário de Luján teria servido para legitimar aspirações políticas a nível nacional, pois este local converteu-se em reduto de campanhas eleitorais<sup>33</sup>. No entanto, os responsáveis pela difusão dessa devoção na Argentina foram o Estado e a Igreja, em detrimento a outras devoções nacionais. A Igreja com o objetivo de homogeneizar o catolicismo imigrante e o Estado visando o controle social<sup>34</sup>. A Igreja, no controle dos Círculos Operários Católicos, juntamente com o exército, foi criando vínculos que resultaria numa nova ordem cristã: a Igreja como portadora da identidade nacional e patriótica.

Entendemos que, as devoções, a Medianeira, Aparecida e Luján, foram usadas estrategicamente no jogo político. A Igreja católica se articulou com o Estado sem deixar de lado, obviamente, o seu discurso teológico pois, através dele, legitimava sua posição na sociedade civil.

A síntese dessa dialética entre a intervenção oficial, o clero e a devoção popular revelou-se nas iniciativas do clero que, ao longo dos anos vai, não

---

<sup>33</sup> FOGELMAN, PATRÍCIA. Simulacros de la virgen y refracciones del culto mariano en el Rio de la Plata colonial. *Farol*, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, dez. 2006, p. 56-66.

<sup>34</sup> MARTÍN, Eloísa. *La construcción de Aparecida y Luján como Patronas Nacionales: un análisis compartivo*. Estudios sobre religión. Newsletter de la Asociación de Cuentistas sociales de la Religión en el Mercosul, N. 9. jun. 2000.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

somente emprestando ao culto mariano uma solenidade maior, mas também atribuindo-lhe uma nova identidade quando, por exemplo, a introduziu nos Círculos Operários, a identidade nacional, ampliando assim, a cadeia de significados da devoção mariana, contingenciada pela autoridade eclesial pois, à Medianeira, que salvou a cidade da Revolução de 1930, e a Virgem de Luján, que teria escolhido Buenos Aires para se estabelecer, são atribuídas outras identidades e a festa em torno das devoções vão sendo “reinventada”<sup>35</sup>.

### **Referências Bibliográficas:**

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- AZZI, Riolando. **O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- **A neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994. (História do Pensamento Católico no Brasil, v. 5).
- BEZERRA, Holien Gonçalves. **O jogo do poder**. Revolução Paulista de 32. São Paulo: Moderna, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRUNEAU, Thomas. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974. Tradução de Margarida Oliva.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DI STEFANO, Roberto e ZANATTA, Loris. **Historia de la Iglesia Argentina: desde la conquista hasta fines del siglo XX**. Buenos Aires, Aires: Grijalbo, 2000.
- FUASTO, Getúlio Vargas: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FOGELMAN, PATRÍCIA. Simulacros de la virgen y refracciones del culto mariano en el Rio de la Plata colonial. Farol, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, dez. 2006.
- HADAD, María Gisela e VENTURIELLO, María Pía. La Virgen de Luján como símbolo de identidad popular: significaciones de una virgen peregrina. In: DRI, Rubén. (Coord.). **Símbolos y fetiches religiosos en la construcción de la identidad popular**. Tomo II. Buenos Aires: Biblos, 2007, p. 27-44.
- HOBSBAWM & RANGER, Tenece. **A invenção das Tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti.

---

<sup>35</sup> VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 242-248.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

- ISAIA, Artur César. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas/SP: Papyrus, 1986.
- MARTÍN, Eloísa. **La construcción de Aparecida y Luján como Patronas Nacionales**: una análisis comparativo. Estudios sobre religión. Newsletter de la Asociación de Cuentistas sociales de la Religión en el Mercosur, N. 9. jun. 2000.
- RAUSCH, Pe. Urbano, S.J. **Uma vida dedicada ao Círculo Operário**. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.
- SANTOS, Lourival. **Igreja, nacionalismo e devoção popular**: as estampas de Nossa Senhora Aparecida, 1850-1978. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2000.
- SOUZA, Jessie Jane. **Círculos Operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2002.
- SÜSS, Günter Paulo. **Catolicismo popular no Brasil**: tipologia e estratégia de uma religiosidade vivida. São Paulo: Loyola, 1979.
- VALLE, Inácio. **História da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças**. In: Copa em Revista, 27 nov. 1954, [s.p.], Porto Alegre.
- VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro**: idéias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.
- “A nova organização administrativa do país”. Discurso de posse da chefia do Governo Provisório, em 03 de novembro de 1930”. In: VARGAS, Getúlio. **O pensamento político de Getúlio Vargas**. Porto Alegre: Assembléia legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Museu Júlio de Castilhos, 2004, p. 62-64.
- “As classes trabalhadoras e o governo da Revolução, discurso proclamado em 29 de outubro de 1932. In: In: VARGAS, Getúlio. **O pensamento político de Getúlio Vargas**. Porto Alegre: Assembléia legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Museu Júlio de Castilhos, 2004, p. 79.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE MERIDIONAL DE PELOTAS/RS**

Mateus da Silva Costa\*

### **1. Introdução**

A história é o campo do conhecimento que se preocupa primordialmente em abarcar a complexidade das mutações sociais da humanidade no decorrer dos tempos. Pensar historicamente consiste, antes de qualquer coisa, em lapidar modelos explicativos que levem em consideração as diversas dimensões estruturais de qualquer corpo social. Assim sendo, este estudo visa fundamentalmente construir um discurso histórico analítico que contemple o processo de formação da cidade meridional de Pelotas situada no interior do estado do Rio Grande do Sul. Para tal empreendimento, contamos com um razoável arcabouço documental constituído basicamente por informações oriundas da imprensa local somado com um referencial bibliográfico contemporâneo produzido por historiadores gaúchos.

Para formatar coerentemente a caminhada histórica de Pelotas ao qual estamos nos propondo, é indispensável dirigir nossa atenção inicial, mesmo que sucintamente, para as disputas ibéricas ocorridas no sul do Brasil, cujos resultados refletiram profundamente na efetiva implantação territorial de Pelotas na sua condição inicial de sesmaria<sup>1</sup> ao longo das últimas décadas do século XVIII.

---

\* Graduando do 6º semestre do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande. Contato: Mateus\_cst@hotmail.com

<sup>1</sup> S.f. Terreno sem culturas ou abandonado, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-lo. Quem a recebia pagava uma pensão ao estado, em geral constituída pela sexta parte do rendimento através dele obtido. Disponível em: [www.dicio.com.br/sesmaria](http://www.dicio.com.br/sesmaria). Acessado em 31/08/2011. Ver também: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A oportunidade de consolidação de novos domínios coloniais somado com a oportunidade de exploração de novos recursos produtivos eram os atrativos principais ao qual vislumbravam as potências ibéricas no espaço meridional brasileiro naquele momento temporal. Após uma complexa trama histórica constituída de tratados, lutas armadas, negociações e fundações de cidades, os lusitanos, ao qual interessa a nosso discurso, avançaram efetivamente em direção ao sul em busca de indígenas, rebanhos e de possibilidades comerciais. “Atrás das manadas, veio à ocupação do território. Primeiro, a préia do gado xucro. Depois, o estabelecimento da povoação de animais, a estância com a doação das sesmarias de campo, a fixação da fronteira lusa” (GUTIERREZ, 1993, p. 14).

Ao que parece, Portugal toma a dianteira quando estabelece nesta região, em 1737, o presídio Jesus-Maria- José que veio dar origem a província do Rio Grande de São Pedro. Concomitante a este processo, Portugal, na tentativa de maximizar a proteção dos territórios conquistados frente à possibilidade constante de invasões fronteiriças, iniciou uma política de distribuição de terras, comumente conhecida como sesmarias.

## **2. “Ocupar para não perder”: a sesmaria de Pelotas<sup>2</sup>**

Amenizada as agitações e indefinições com relação às disputas territoriais e estabelecimentos fronteiriços, tendo como protagonista as potências ibéricas no sul do Brasil, busca-se, neste momento, a intensificação destes “sítios de ocupação” (sesmarias) que, naquele momento, estavam desprovidas de qualquer sentido populacional, a não ser a presença natural do gado xucro. No entanto havia um problema a ser desnudado. Quem iria assumir a posse destas sesmarias? A principal medida tomada pelas coroas ibéricas para a resolução desta questão foi nomear como donatários, militares de alta patente que, por motivos de ordem diversa, acabaram por se “afazendar”. Somado a esses, ainda

---

<sup>2</sup> A origem do nome Pelotas está intimamente ligada com as embarcações (canoas de couro) feitas pelos indígenas guaranis (*pelota*) para a travessia dos rios que circundam a região.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

podemos citar a figura do tropeiro que, indubitavelmente, acabou aproveitando a oportunidade para fincar raízes nestas grandes extensões de terras situadas entre as regiões da colônia do sacramento e laguna. Frente a isso, passamos a analisar diretamente as questões históricas concernentes a sesmaria de Pelotas.

Após suas participações militares nas campanhas guaraníticas e outros tantos empreendimentos de batalha da época, o coronel de dragões Tomás Luís Osório é agraciado pelo chefe provincial Gomes Freire de Andrada, em 1758, com a posse da sesmaria de Pelotas. Sobre a atuação militar de Tomás Osório, a historiadora Ester Gutierrez nos diz que o mesmo,

Reforçou o contingente de Rio Pardo [...] dirigiu as obras de reforço e ampliação da fortaleza, desbaratou seus inimigos e prendeu o próprio chefe e seu filho. Também teve participação decisiva na luta onde tombou o líder guarani Sepé Tiarajú (GUTIERREZ, 1982, p.78).

“Após o envolvimento do coronel de dragões com uma suposta acusação de proteção a um jesuíta, Tomás Osório, depois de preso no Rio de Janeiro, foi encaminhado para Lisboa onde foi executado por enforcamento” (ETCHEVERRY, 1947, p.83). Tal episódio ainda é alvo de discussões entre os historiadores locais, algo que entendemos ser infértil discutir neste momento.

Depois da morte do coronel Tomás Osório, as terras ficaram sob os cuidados da esposa D. Francisca Castelo Branco que passou, em fevereiro de 1779, a escritura de venda do rincão<sup>3</sup> (como alguns autores denominam a sesmaria) para o capitão mor Manoel Bento da Rocha. Sobre esse fidalgo gaúcho, José Etcheverry afirma que “em 1784, esse capitão-mor possuía em seu estabelecimento lavoura, pinheiros, pomares, diversas fábricas e mais de cinco mil reses, cavalos e ovelhas, não contando os animais de seus agrados, que iam para mais de seiscentos” (ETCHEVERRY, 1947, p.84).

---

<sup>3</sup> Eram locais que tiveram a função de meros locais de retenção e aprisionamento de rebanhos. Nada mais eram que construções provisórias destinadas ao arrebanhamento e posterior envio para centros consumidores.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Já em meados do século XIX, após o falecimento de Manoel Rocha, a sua viúva Dona Isabel Francisca da Silveira assume as terras do marido até sua morte nos confins da segunda década do mesmo século. “O rincão das Pelotas foi então partilhado em estâncias – Patrimônio, graça, galatéia, Laranjal” (MAGALHÃES, 1981, p.13) e sete charqueadas – Picada Real, Graça, Moreira, Costa, Fontoura, Castro e Palma. A linha sucessória de passagem destes espaços rurais percorre historicamente um longo caminho no interior da “elite dinástica” Pelotense.

O destino foi o mais diversificado possível. A respeito disso Gutierrez afirma que

Houve vendas, negócios, transações, loteamentos. Os descendentes mantêm-se como os grandes proprietários dessa área. Conservam estâncias, possuem granjas de arroz e loteamentos urbanos, nas margens do arroio Pelotas, e nas praias do Laranjal, na laguna dos Patos. (GUTIERREZ, 2001, p.71).

Refletindo do ponto de vista populacional, pode-se dizer, com certa segurança, que a genealogia da futura cidade de Pelotas é constituída fundamentalmente por comerciantes portugueses, agricultores açorianos, tropeiros paulistas sedentarizados, mascates mineiros, um resquício habitacional indígena e por fim, e não menos presente, a maciça presença do negro escravizado. Já partindo para uma perspectiva econômica, é justo e necessário pensar também com mais atenção a respeito da dinâmica agropecuária tipicamente característica na formação histórica de Pelotas.

### **3. O ciclo econômico do charque em Pelotas**

Pensar a história de pelotas é pensar em uma região que, por muito tempo, foi o grande baluarte das atividades charqueadoras no sul do Brasil



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

juntamente com a região platina. Há quem defenda a tese de que o município de Pelotas tenha sua gênese fortemente atrelada à indústria charqueadora. Seja qual for à relação de Pelotas com o charque, o que sabemos é que o primeiro passo desse empreendimento nesta região foi dado por José Pinto Martins, em 1780, às margens do Arroio Pelotas. De acordo com o historiador Mário Osório Magalhães,

O desenvolvimento desta atividade foi possível porque havia grande abundância de matéria-prima nesta região: o gado bovino. Isto se deveu a existência de gado xucro solto que, em período anterior, pertencia aos Sete Povos das Missões, mas que após as Guerras Guaraníticas ficaram solto pelos campos, permitindo, assim, a formação de grandes estâncias pecuaristas na região sul (MAGALHÃES, 1993 p, 66).

A iniciativa do Português logo foi ganhando adeptos e não tardaram a aparecer outros estancieiros interessados na fundação de outros complexos saladeris. Em pouco tempo, “a salgação da carne – já praticada no território gaúcho como atividade econômica de subsistência- transformou-se a partir daí, numa indústria poderosa, responsável pela própria organização da estância, antes mera empresa de coleta e pilhagem de gado” (MAGALHÃES, 1981, p.16). As charqueadas da Graça, Moreira, costa e pavão são alguns exemplos que configuram o universo produtivo da carne em Pelotas.

No interior deste dinâmico cenário charqueador Pelotense é possível ainda constatar historicamente a presença da escravidão negra como mola motriz de sustentação dessa conjuntura produtiva fundamentalmente calcada na carne bovina, desenvolvido nas estâncias. Sobre as atividades desempenhadas pelo negro escravizado no cerne das charqueadas, Danilo Lazzarotto diz que,

Desde os alicerces dos edifícios até o condicionamento do charque para exportação. Era ele o pedreiro, o carpinteiro, o matador dos animais, o salgador, o curtidor, além disto, nas fazendas, cabia ao negro todo o cuidado doméstico [...]



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

o negro era tratado com dureza e *estava à mercê de grandes jornadas de trabalho árduo e exaustivo* (LAZZAROTO, 1976, p.104) [*grifo nosso*].

A historiografia gaúcha durante um significativo período da contemporaneidade tentou construir um modelo explicativo sobre a escravidão negra no Rio Grande do Sul completamente incoerente com a realidade do negro no interior dessa forma de relação social de produção sulina. Ainda defendia-se um “mito da boa escravidão”, onde o negro vivia em condições humanas sem qualquer forma de repressão e violência que assolasse sua vida pastoril. Hoje já se sabe, graças às pesquisas historiográficas recentes que tal tese argumentativa não mais se fundamenta academicamente. As charqueadas Pelotenses apresentavam as mesmas condições algozes vividas pelo negro escravizado em outras regiões brasileiras. Mário Maestri nos diz que

“A violência na charqueada era extrema. O escravo – logicamente mau trabalhador – era incentivado algumas vezes como prêmios, na maioria, com o castigo e a tortura. O castigo correspondia, também, á necessidade de manter no terror importantes concentrações de homens jovens, submetidos ás piores condições de vida [...] o trabalho era estafante. O limite de sua jornada de trabalho era sua resistência física. Nem a sua morte era uma perda para seu amo, desde que o seu trabalho pagasse com excesso o seu valor” (MAESTRI, 1984, p.29)

A cultura do charque manteve-se pungente até a década de 1930, entretanto, “após a Primeira guerra mundial, já no período da republica velha, a produção saladeril gaúcha apresentava um grande descompasso tecnológico diante dos mais modernos processos de conservação da carne, utilizados, já nesta época, no Prata: os frigoríficos. Na região sul do estado, os frigoríficos que se instalaram, de capital estrangeiro, impuseram restrições ao consumo do charque, pondo fim no ciclo das charqueadas no município e região” (FETTER,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

2003, p.98). Concomitantemente a toda esta trajetória econômica saladeril na região de Pelotas está à questão do adensamento populacional e o início de um ordenamento social efetivo. Para entender tais processos iremos emergir brevemente na caminhada político- administrativa de Pelotas.

#### **4. A busca pela autonomia política: a instituição da freguesia de São Francisco de Paula.**

Aquela estrutura tímida e desprovida de qualquer contorno cidadão, característico do rincão de Pelotas, vai dando espaço, graças ao contínuo e interessante progresso econômico impulsionado pelo charque aliado a um alargamento habitacional no cerne da região Pelotense ao longo do século XIX, a um desenho mais amadurecido de um vilarejo em expansão que busca, por sua vez, sua autonomia política. A reivindicação popular girava em torno de alguns aspectos, esses muito bem pontuados pela historiadora Heloisa Assumpção Nascimento.

Alegava sérias justificativas para objetivar esse desejo: (1) havia, no local, mais de 150 famílias abastardas e várias fábricas de carne salgada, as célebres charqueadas, estabelecidas á margem do arroio Pelotas e do rio S. Gonçalo [...] (2) além das charqueadas, desde meados do século XVIII, a fazenda de Nossa Senhora dos Prazeres das Pilotas, antiga sesmaria do Coronel Tomaz Osório, era um grande empório de trigo e pertencia ao Capitão-mor Manoel Bento da Rocha e sua mulher D. Isabel Francisca da Silveira (3) os habitantes locais faziam a desobriga da Quaresma na Matriz do Rio Grande, prejudicando, com tal ausência, as charqueadas e o comércio, numa época do ano própria para o fabrico das carnes salgadas (NASCIMENTO, 1982, p.12)

O padre Felício Joaquim da Costa Pereira Furtado de Mendonça foi o personagem histórico que levou a frente os projetos Pelotenses de constituição





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de uma freguesia. “Em 1810, levando consigo uma petição dos moradores de Pelotas *junto ao alto escalão político brasileiro situado no Rio de Janeiro*” (MAGALHÃES, 1981, p.18) [*grifo nosso*] advoga brilhantemente a causa política do crescente povoado.

Tendo o seu pedido atendido pela “cúpula governamental de D. João VI”, através do alvará de 7 de julho de 1812, ainda havia o dilema que circundou em torno do lugar ideal para a sede da nascente freguesia. Ainda nos socorrendo em Magalhães, o mesmo comenta tal impasse.

No requerimento não determinaram, porém, um lugar certo para a sede: tanto poderia ser no Capão do Leão, onde havia o oratório de Nossa Senhora da Conceição, como na costa de Pelotas (laranja), onde existia a capela de Nossa Senhora dos Prazeres (MAGALHÃES, 1981, p.18).

A indecisão sobre o local onde seria estabelecida efetivamente a freguesia de São Francisco de Paula foi uma questão que, por algum tempo, foi pauta de discussão entre a camada mais abastada da comunidade.

Depois de um árduo período de articulações e conversações, as terras entre o Santa Bárbara e o canal São Gonçalo foram escolhidas como sede da surgente unidade administrativa de São Francisco de Paula. Decidido os domínios territoriais da freguesia, os anseios da sociedade eram agora de cunho religioso, mais especificamente a falta de uma imagem do um santo padroeiro da freguesia. No entorno do surgimento do orago de São Francisco de Paula existem duas versões tradicionais que margeiam a historiografia local, algo muito bem assinalado por Fernando Osório.

Uma é que Antônio Gomes de Carvalho, emigrando da Colônia do Sacramento, arrasada em 1776, salvara aquela



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

reliquia (*imagem de São Francisco de Paula*), conduzindo-a para sua capela do padre Felício e Gonçalves Calheca, que eram um dos abastados proprietários desta localidade; outra versão nos diz que a imagem viera encaixotada das praias do Estreito, procedente de algum navio naufragado, sendo encontrada pelo morador, ali, Antônio Gomes de Carvalho. (OSÓRIO, 1962, p.69-70).

Seja qual for à origem histórica desta imagem, o fato é que este símbolo da fé cristã foi alocado inicialmente na tímida e humilde capelinha situada nas terras de Cerro de Sant Ana do pavão de propriedade do Padre Doutor. No entanto tal acolhida religiosa nas terras de Pedro Pereira da Costa (padre doutor) era uma medida provisória enquanto a ereção da incipiente capelinha autorizada por D. João VI, tomava corpo e forma no lugar onde hoje se encontra a catedral, igreja episcopal da diocese de Pelotas. O erigir dessa capela juntamente com o efetivo estabelecimento da freguesia de São Francisco de Paula simbolizou, de acordo com a nossa ótica, uma importante conquista autárquica para Pelotas, ainda na qualidade de um crescente povoado.

## **5. A vila e a Cidade**

Desmembrados de qualquer vínculo político-administrativo para com a província de Rio Grande de São Pedro, a nascente freguesia de São Francisco de Paula, ao longo do século XIX, foi palco histórico de um processo de urbanização que, somado a dinâmica econômica do charque, conduziram naturalmente a uma maior organização e estruturação da vida social nesta região. Tal fenômeno possivelmente fez com que a recente freguesia rapidamente ganhasse foros de vila em 1832. A respeito da elevação das “terras de São Francisco de Paula” a qualidade de vila, Eduardo Arriada entende que “se abriu uma nova etapa na vida administrativa da comunidade, exercida por intermédio da câmara” (ARRIADA, 1994, p.104). O autor ainda converge com o



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

nosso raciocínio a respeito dos motivos pela qual a freguesia rapidamente passou ao estatuto de vila.

A razão dessa elevação, embora a instalação da vila só fosse ocorrer em 7 de abril de 1832, decorre da freguesia ter sido em poucos anos um enorme crescimento [...] as condições sócio-econômicas atingidas pela freguesia de São Francisco de Paula, leva que, por decreto imperial, seja a mesma elevada a categoria de Vila (ARRIADA, 1994, p. 108-109).

A historiografia local nos oferece fortes indícios que no universo social dessa vila deu-se uma paulatina implementação de mecanismos administrativos e até mesmo jurídicos que, encabeçados pela diligência da câmara, regera a vida desse cosmos habitacional. O código de posturas é um exemplo cabal da constituição de um aparelho jurídico que tem como objetivo primordial atender as diversas necessidades da germinada Vila de São Francisco de Paula<sup>4</sup>.

Do ponto de vista geográfico, o estabelecimento da vila inaugura uma sobreposição do espaço urbano frente ao universo rural. Isto se dá através das determinações “legais” no referido código de posturas que, por muito tempo, determinaram diretrizes que visavam garantir um limite de destruição natural, principalmente de animais considerados daninhos (caturritas, maracanãs, porcos do mato, etc.) as terras do orago de São Francisco de Paula. Tal fenômeno notifica claramente os anseios urbanísticos da época que somado ao adensamento populacional contínuo, indubitavelmente transbordara para outras regiões adjacentes da vila como: São Gonçalo, costa, dunas e retiro. Visto este imenso “estado de coisas” o resultado natural e obvio foi à nova tentativa de elevação deste “corpus habitacional” para a condição de cidade. A respeito da

---

<sup>4</sup> Ver também MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: edufpel, 1993.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

transformação da vila de São Francisco de Paula a condição de urbe/cidade, Zênia de Leon elenca alguns aspectos interessantes.

Apresentada a proposta a Assembléia Legislativa da Província, depois de discussões que levaram algum tempo em sessão, ficou definitivamente acertada a elevação. Na ocasião houve propostas para o nome da cidade, dentre eles estavam Calópolis, Pelotapes e Pelotas, esta última, de Xavier Ferreira. Domingos de Almeida, um dos deputados presentes, vendo que a discussão se encaminhava para um dos primeiros nomes, pediu a palavra e fez a defesa do nome Pelotas para a cidade, posta em votação, venceu Pelotas (DE LEON, 1996, p. 40).

Junho de 1835 foi à data onde o presidente provincial decreta a outorgação da vila de São Francisco de Paula ao estatuto de cidade de Pelotas, marco importante da formação histórica da princesa do sul. Com uma economia comercial e industrial significativamente desenvolvida e atrativa, a jovial Pelotas despertou a simpatia e “os interesses artísticos, sociais e políticos do antigo Rio Grande” (MAGALHÃES, 1981, p.23). Pelotas chegou ao final do século XIX como uma das cidades mais importantes do Rio Grande do Sul, tanto do ponto de vista econômico como cultural. Processo este intensificado ao longo do século XX com o estabelecimento de algumas indústrias e um complexo comercial significativo.

## **6. Considerações Finais**

Com base no presente estudo apresentado acima, conseguimos perceber que a trajetória de formação e planificação histórica da cidade de Pelotas teve no universo pastoril o seu principal substrato. Vale salientar que durante o período de distribuição e concessão de terras, das sesmarias, nos idos do século XVIII, as terras do chamado Rincão de Pelotas, eram grandes extensões de terras sem



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

qualquer contorno efetivo em termos de sociedade urbana organizada seja do ponto de vista político, jurídico ou administrativo. Em outras palavras, a sesmaria de Tomás Osório constituía-se inicialmente com um grande ponto rural extremamente fértil para a expansão de fazendas e estâncias para a produção agropastoril.

Nosso trabalho também explorou a importância econômica do charque como fio condutor para o progresso e amadurecimento de Pelotas nas suas mais diferentes estruturas sociais. O resultado dessas interações foi o estabelecimento da freguesia de São Francisco, símbolo de uma formatação político-administrativa cada vez mais independente dos foros Rio Grandinos. Dentro da perspectiva de crescimento urbano aliado a frenética dinâmica do charque Pelotense dá-se, quase que instantaneamente, a elevação da freguesia a condição de vila. Esta nova conjuntura demarcou uma importante etapa da vida municipal da católica terra de São Francisco de Paula, com a instalação de um corpo jurídico-administrativo cuja finalidade fundamental era o ordenamento e regulamentação efetiva da vida em sociedade ao longo do século XIX. O ápice de todo este processo de formação histórica se dá quando finalmente, em 1835, Pelotas é elevada a condição de cidade.

Completando dois séculos de tradição e história, o antigo rincão de Pelotas, palco dos anseios econômicos agropastoris, hoje é um município nacionalmente reconhecido pela cultura doceira, fato que demarca indelevelmente a contemporaneidade de Pelotas em pleno século XXI.

## **7. Referências Bibliográficas**

ARRIADA, Eduardo. Pelotas – **gênese e desenvolvimento urbano**. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

ETCHEVERRY, José Vieira. **Laranjal até 1947**. Pelotas: Coleção “cadernos de pelotas”, 1996.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

FETTER, Leila Maria Wulff. **A colonização ocorrida na área rural de Pelotas na segunda metade do século XIX.** 2002. 1300 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), UCPEL: Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2002.

GUTIERREZ, Ester J.B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço Pelotense.** Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Sulina, 1976.

LEÓN, Zênia de. Pelotas: **Sua história e sua gente para 1º e 2º graus.** Pelotas: Ed. Universitária, 1996.

MAGNOLI, Demétrio; ET al. **Cenário gaúcho: representações históricas e geográficas.** São Paulo: Moderna, 2001.

MAGALHÃES, Mário Osório. **História e Tradições da cidade de Pelotas.** Caxias do Sul: Instituto Estadual do Livro, 1981.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890).** Pelotas: edufpel, 1993.

MAESTRI, MÁRIO. **O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada escravista e a gênese do escravismo gaúcho.** Porto Alegre: EST/ UCS, 1984

NASCIMENTO, Heloísa Assumpção. **Arcas de Lembranças.** Pelotas: Martins Livreiro, 1982.

OSÓRIO, Fernando. **A cidade de Pelotas.** Porto Alegre: Globo, 1962.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **OS CATIVOS E A GUERRA DO PARAGUAI**

Mateus de Oliveira Couto\*

A Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai foi o mais longo conflito ocorrido no continente latino americano, que reuniu três países – Argentina, Brasil e Uruguai, contra o Paraguai. As hostilidades tiveram início no final de 1864 e prolongaram-se até 1870.

Entretanto, desde o início do século 19, sobretudo, a partir dos processos de emancipação política dessas nações, notadamente, com a anexação da Banda Oriental pelo Império luso-brasileiro, a qual se chamou Província Cisplatina como o Brasil independente, e na formação da República Oriental do Uruguai, em 1828, os embates se intensificaram e passaram a fazer parte das suas respectivas histórias.

### **Período Colonial**

A parte meridional da América despertou o interesse do colonialismo europeu desde as primeiras expedições, no século 16, e essa cobiça transformou-se em disputa armada a partir do final do século 17, com a fundação da Colônia do Sacramento pelos portugueses em 1680. Essa *ciudadela* foi criada nas margens do rio da prata, justamente defronte a Buenos Aires, visto que o escoamento dos produtos oriundos do sul da América hispânica passava por ali.<sup>1</sup>

Em agosto de 1680, sete meses após sua fundação, a Colônia do Sacramento foi atacada pelos espanhóis. Por intermédio do papado, foi devolvida para os portugueses em maio de 1681. Em 1704, Sacramento foi

---

\* Professor Msc. do Instituto Federal Farroupilha. Mestre pelo PPGH da UPF. E-mail: mateuscouto@bol.com.br;

<sup>1</sup> Sobre a Colônia do Sacramento, conferir: POSSAMAI, Paulo. *A vida cotidiana na Colônia do Sacramento: Um bastião português em terras do futuro Uruguai (1715-1735)*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

sitiado e resistiu até o dia 15 de março de 1705, quando os lusitanos abandonam a localidade, só a reconquistando em 1715 pelo Tratado de Utrecht.<sup>2</sup>

Com a assinatura do Tratado de Badajós em 1801 e o estabelecimento, grosso modo, das delimitações fronteiriças da região platina, os processos emancipatórios da América Latina ganharam impulso no início do século 19. Portugal sempre teve interesse no território da banda oriental do rio uruguai, principalmente depois da chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1808; Carlota Joaquina, esposa de D. João e irmã do rei Fernando VII deposto por Napoleão Bonaparte, se achava herdeira da região e, o príncipe regente de Portugal articulou uma intervenção.

Vários setores hegemônicos de Buenos Aires, relacionados diretamente com o comércio lusitano, forneceram apoio as intenções da filha do rei Carlos VI de incorporação das áreas orientais, inclusive pretendendo proclamá-la Regente, em nome do irmão, ou a coroá-la *Imperatriz da América*.<sup>3</sup> Nesse sentido, foram travadas algumas tentativas de anexação, sendo concluída essa investida somente em 1821.

Um elemento que contribuiu para a invasão portuguesa nessa região foi a falta de resistência dos grandes proprietários orientais, receosos com a possibilidade de um conflito armado e, portanto, arriscar perder as suas posses. Com isso, uma inflexibilidade dos terratenienses diante dos lusitanos poderia ocasionar uma perda do que haviam conquistado após 1811. Conseqüentemente, a resistência aos portugueses ficou restrita aos setores humildes do campo e da cidade.<sup>4</sup>

O governo de Portugal, instalado no Rio de Janeiro, achava essencial a navegabilidade pelo rio da Prata e quando essa possibilidade ficou ameaçada pela presença artiguista em Montevideu, D. João organizou-se para ordenar

---

<sup>2</sup> Sobre os tratados limites, conferir: FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Jesuítas portugueses nos séculos XVII e XVIII, in: *História geral do RS: Colônia*. (Coord.) Camargo, F.; Gutfreind, I; Reichel. H. Passo Fundo: Méritos, 2006. P. 93.

<sup>3</sup> Cf. BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados da Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985. P. 72;

<sup>4</sup> Cf. MONTEIRO, Alexandre Borella. *A Guerra Grande: história e historiografia do conflito no Prata (1864-1870)*. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2010. P. 17;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

uma nova investida nos territórios orientais. Em *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados da Bacia do Prata*: da colonização à guerra da tríplice aliança, de 1985, o cientista político e historiador baiano Moniz Bandeira apresentou a intenção de D. João:

“Assim, quando a supremacia de Artigas se estendeu a Montevideú, em 1815, [...] preparou-se para ordenar mais uma invasão da Banda Oriental. E o fez após a declaração da independência das Províncias Unidas pelo Congresso de Tucumán, em 9 de julho de 1816, fato que tornaria o processo revolucionário na região do Rio da Prata ainda mais perigoso para os interesses de Portugal.”<sup>5</sup>

A Banda Oriental recebeu o nome de Província Cisplatina no ano de 1822, apesar da resistência de José Artigas. Nesse contexto, as antigas colônias espanholas foram se desprendendo da dominação da metrópole européia. Ganham destaque a independência do Paraguai em 1811, comandada por Gaspar Francia, e das Províncias Unidas do Prata (Argentina) em 1816, através do Congresso de Tucumã sob a liderança de San Martin.<sup>6</sup>

## **Brasil**

A emancipação política do Brasil em 1822 possuiu características liberais e conservadoras; liberais, pois se libertou da dominação portuguesa, mesmo que a frente estivesse o filho do rei D. João VI, um legítimo representante da dinastia Bragança. Porém, a manutenção do trabalho escravizado, do latifúndio e de uma produção agrícola voltada para importação, apontou uma manutenção dos elementos econômicos da antiga colônia lusitana.<sup>7</sup>

A adoção da monarquia como forma de governo e a preservação de uma unidade territorial, fez com que a independência do Brasil obtivesse conotação

---

<sup>5</sup> Cf. BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados da Bacia do Prata*: da colonização à guerra da tríplice aliança. *Ob cit* p. 75.

<sup>6</sup> Sobre as emancipações políticas sul americanas, conferir: POMER, Leon. *As independências da América Latina*. 10ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990;

<sup>7</sup> Cf. CONRAD, Robert. *Últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*. Trad. F. de C. Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975; COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. - 4 ed.- São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998; FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. - 10 ed. - São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

singular diante das demais colônias americanas, já que nas áreas colonizadas pela Espanha, adotou-se repúblicas e observou-se uma fragmentação política.

O Período monárquico do Brasil (1822-1889) foi marcado por uma forte centralização política e autoritarismo dos imperadores, a partir da outorga, por dom Pedro I, da Constituição de 1824 que estabelecia o “Poder Moderador”. A postura autoritária e centralizadora da monarquia gerou uma série de manifestações, de norte ao sul do país, agravada pelos desmandos e incompetência administrativa do príncipe português e pela grave crise econômica da economia escravista da época.

Em *A monarquia brasileira*, de 1993, por sua vez, o historiador mineiro José Murilo de Carvalho salientou sobre o poder moderador:

“A grande invenção da Constituição de 1824 foi a figura do poder moderador, como quarto poder. A divisão tradicional dos poderes, formulada pela primeira vez por Montesquieu, só falava em três: o executivo, o legislativo e o judiciário.”<sup>8</sup>

No período regencial (1831-1840), criaram-se as Assembléias legislativas provinciais que davam uma maior, ainda que relativa, autonomia para as Províncias. Todavia, a insatisfação continuou impulsionando revoltas no Brasil, principalmente porque os presidentes das províncias seguiam sendo nomeados pelo poder central.

## **Argentina**

Na Argentina, mesmo que tenha se debatido entre o monarquismo - com um Bourbon à frente, optou-se por uma república o que ocasionou uma divisão política entre os unitaristas, os quais defendiam um o poder central forte, favorecendo os grandes comerciantes localizados em Bueno Aires e os federalistas, que defendiam autonomia das províncias, beneficiando especialmente os fazendeiros de Corrientes e Entre-Rios.

---

<sup>8</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A monarquia brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993. p. 22.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Em *Revisando a revisão: Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai* de J. J. Chiavenatto, de 2010, a historiadora Silvânia de Queiróz apontou as diferenças políticas da Argentina:

“Na história argentina, o *unitarismo* foi a política-ideologia de corte liberal utilizado na tentativa de dominação do país pela oligarquia portenha, em aliança com os criadores charqueadores bonaerenses. Política que as classe dominantes e subordinadas das demais províncias não aceitaram sem resistência. Portanto, em contraposição ao *unitarismo*, surgiu o *federalismo*, que buscava defender a autonomia das províncias, seus direitos democráticos, a *nacionalização* de Buenos Aires e a federalização das rendas do porto.”<sup>9</sup>

Juan Manuel Rosas (1793-1877) assumiu o governo de Buenos Aires em 1829 e logo tratou de organizar o país seguindo as características federalistas, assinando com outras províncias o pacto em 4 de janeiro de 1831, que formava a Confederação Argentina e lhe atribuía a responsabilidade da política externa. O presidente argentino assumiu uma postura efetivamente ditatorial, com respaldo do partido popular, após a sua reeleição, em 1835, pela Junta dos Representantes de Buenos Aires, que lhe outorgou poderes extraordinários.

Rosas respeitou à propriedade e os direitos dos estrangeiros, garantiu a segurança dos negócios, expandiu as fronteiras ao sul e a oeste, manteve a ordem pública em toda a província de Buenos Aires e procurou trabalhar as reivindicações locais. Seu maior destaque foi a defesa do federalismo através da Lei das Aduanas de 1835, notadamente protecionista, que proibiu as importações de uma série de produtos, o que lhe conferiu apoio de toda a Confederação.

Como representante dos saladeiristas de Buenos Aires, as idéias de Rosas se confrontaram com as ambições da burguesia mercantil no que diz respeito à manutenção do monopólio portuário sobre o comércio platino, já que ele fechou o rio da Prata e seus afluentes à navegação estrangeira. Segundo o historiador

---

<sup>9</sup> QUEIRÓZ, Silvânia de. *Revisando a revisão: Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai* de J. J. Chiavenatto. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2010. p.22.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Moniz Bandeira: “Mas a eficácia desta medida impunha ao governo de Buenos Aires o controle do porto de Montevideú, a fim de evitar que ele servisse como alternativa para o comércio na mesopotâmia platense.”<sup>10</sup> Assim, todos os interessados em navegar pelo rio da Prata se submeteriam às normas bonaerenses.

Sobre as conseqüências do bloqueio da bacia platina, segue Bandeira:

“O fechamento dos rios, além de prejudicar certos setores do comércio europeu, afetava seriamente os interesses do Brasil, pois ameaçava a integridade de seu território, na medida em que o estuário do Paraguai era a única via de comunicação entre a província do Mato Grosso e do Rio de Janeiro. Daí a constante preocupação de seu governo, manifestada desde as conversações de paz de 1828, com o respaldo da Inglaterra, que defendia objetivos comerciais.”<sup>11</sup>

O governo argentino vislumbrava gerar o *sistema americano*, que consistia em incorporar o território do Paraguai, assim como o do Uruguai com o intuito de reeditar a formação do Vice-Reino do Prata, ter como epicentro Buenos Aires em uma organização federalizada.

### **Uruguai**

A formação da República Oriental do Uruguai foi o resultado das rivalidades entre os países Ibéricos pela região platina, os quais foram substituídos pelo Império do Brasil e pela Argentina. Conforme Amado Luiz Cervo: “Após as independências, Rio de Janeiro e Buenos Aires vão administrar o secular conflito regional entre Portugal e Espanha, relativo ao domínio do estuário do rio da Prata”.<sup>12</sup>

Como exposto anteriormente, a Banda Oriental foi incorporada ao Império do Brasil, em 1821, sendo chamada de Província Cisplatina a partir do ano seguinte. Contudo, a primeira tentativa de ruptura oriental ocorreu em

---

<sup>10</sup> Idem p. 109;

<sup>11</sup> Idem p. 109;

<sup>12</sup> CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 40.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

1823. Em *La oligarquia oriental en la Cisplatina*, de 1970, os historiadores uruguaios Rosa Alonso Eloy, Lucia Sala de Touron, Nelson de la Torre e Julio Carlos Rodrigues discutiram a tentativa emancipatória cisplatina:

“El movimiento de 1823 fue finalmente vencido. Em la Provincia fracasó el levantamiento de la campaña. Sin las masas rurales – que eran las más activas política y militarmente – era imposible triunfar. Todavía no se habían acumulado en el campo los ingredientes explosivos que iba a generar en los años siguientes la política definitivamente propietarista de los brasileños. La dependencia de las masas con relación a los caudillos militares, y en relación a Rivera, permitió a este último decidir, con su posición pro-brasileña, la suerte del movimiento más allá de los muros de Montevideo.”<sup>13</sup>

Em 1824-5 foram anos estratégicos para o movimento libertador cisplatino; iniciou com desembarque dos insurgentes que estavam em Buenos Aires. Além disso, nesse hiato, as contradições entre os brasileiros e a população oriental se intensificaram. As lideranças que haviam participado do movimento de 1823, as quais estavam exiladas na Argentina, foram fundamentais na organização desse levante.

A Guerra Cisplatina (1825-28) refletia o choque entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas, com o intuito de disputar os estoques de gado da Banda Oriental. No conflito os orientais contaram com a atuação destacada de Juan Antônio Lavalleja e José Fructuoso Rivera e com apoiados pelos saladeiristas de Buenos Aires como, por exemplo, Juan Manuel Rosas e Juan Esteban Anchorena, proclamaram a sua emancipação política.

A Convenção Preliminar de Paz assinada em 1828, que possibilitou a criação da República Oriental do Uruguai, não eliminou as rivalidades existentes entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires e os conflitos continuaram ocorrendo ainda com maior intensidade.

---

<sup>13</sup> ELOY, 1970 apud. MONTEIRO, Alexandre Borella. *A Guerra Grande: história e historiografia do conflito no Prata (1864-1870)*. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2010. P. 21;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O imperador do Brasil em 1830, através do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Visconde de Abrantes, promoveu a ida do Marquês de Santo Amaro à Europa, com o objetivo de negociar junto às Cortes de Paris, Londres e Viena a implantação, nas antigas colônias espanholas americanas, de governos estáveis e regulares, sob a forma de monarquias constitucionais, assim como a possibilidade de reincorporar a Banda Oriental pelo Brasil ou sua transformação em Ducado.<sup>14</sup>

Milhares de brasileiros, sobretudo rio-grandenses, permaneceram no território do novo país, com suas charqueadas e estâncias, muitas das quais se estendendo para o outro lado da fronteira, pela zona do Ibicuí.<sup>15</sup>

Esses *intrusos* continuaram a agir como se não houvesse a república uruguaia, inclusive ao concorrer aos empregos municipais, ao participar das contentas internas e, com muita frequência, ao pedir proteção do governo imperial, uma vez que pretendiam ser “sempre estranhos” às autoridades do Uruguai. Outro elemento que acentuou as discussões entre brasileiros e uruguaios foi as ocorrências de homicídios, roubos e embargos, notadamente nas áreas fronteiriças entre os dois países.

Após a emancipação política, a política uruguaia se organizou com duas agremiações políticas; o Partido *Blanco* era liderado Manuel Oribe, defensor da idéia federalista e que representava o meio rural; o Partido *Colorado*, cujo chefe era Fructuoso Rivera, pregava os princípios unitaristas e seus partidários eram os comerciantes de Montevideú. Nessa conjuntura, os brasileiros apoiavam os Colorados e os argentinos os Blancos.

Em *A Guerra Grande: história e historiografia do conflito no Prata*, de 2010, o historiador Alexandre Monteiro debateu sobre a divisão política uruguaia:

---

<sup>14</sup> Cf. BANDEIRA, Moniz. O expansionismo brasileiro e a formação dos estados da Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança. Ob cit. p. 128.

<sup>15</sup> Sobre os rio-grandenses no Uruguai conferir: CARNEIRO, Newton L. G. As relações fronteiriças Rio Grande do Sul-Uruguai na segunda metade do século XIX: o impacto platino. Revista História: Debates e Tendências. V.6. UPF, 2008;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

“A República Oriental do Uruguai se havia dividido em Blancos e Colorados, sendo os primeiros [...] apoiados pelo Paraguai e pelos Federalistas argentinos e menos flexíveis à ingerência brasileira; ao passo que os segundos, apoiados pelo Império, sendo mais flexíveis quanto à navegação, relações comerciais, concessões territoriais, extraterritorialidade, etc. *Eram os abasileirados*. Entre eles encontravam-se os criadores rio-grandenses – e seus dependentes e agregados – com enormes porções de terra no norte do Uruguai, que apontavam para a subalternização do Estado oriental ao Império.

Os partidos *Blanco e Colorado* surgiram na década de 1830 do embate entre facções que lideraram o processo de independência do Uruguai, cujos expoentes eram Manuel Oribe e Fructuoso Rivera.”<sup>16</sup>

## **Paraguai**

A independência do Paraguai em 1811 resultou de uma reação da elite interiorana de Buenos Aires que não aceitava a supremacia econômica dessa cidade e nem o crescimento da burguesia mercantil portenha. Em *Maldita Guerra: Nova história sobre a Guerra do Paraguai*, de 2002, o historiador Francisco Doratioto comenta a respeito da formação do país guarani:

“A posição estratégica de Buenos Aires, na foz do rio Paraná, permitia-lhe dificultar o comércio marítimo do interior com o restante do mundo. Desse modo, concentraria no porto dessa cidade as trocas mercantis internacionais da região platina, o que resultaria no incremento da riqueza da burguesia mercantil portenha em detrimento das elites do interior. Estas reagiram e, no Paraguai, em 1811, foi derrotada a coluna militar comandada por Manuel Belgrano, enviada por Buenos Aires para submetê-lo.”<sup>17</sup>

No II Congresso Geral do Paraguai, em 1813, o país guarani substituiu a sua designação ao passar de Província para República, mesmo que, oficialmente, a independência do Paraguai tenha ocorrido em 1842. O reconhecimento da independência do Paraguai pelo Brasil foi formalizado em 1843. Mas em 1825, os governos brasileiro e paraguaio mantiveram contato

---

<sup>16</sup> MONTEIRO, Alexandre Borella. *A Guerra Grande: história e historiografia do conflito no Prata (1864-1870)*. *Ob cit.* P. 28-9.

<sup>17</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 24;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

para isso, pois tinham interesses em comum, ou seja a viabilidade de navegação no rio da Prata.

Naquela ocasião, o distanciamento com que Francia resguardava o país, não possibilitou a continuidade dessa relação. Além disso, os ingleses, pelo que se insinuou, se recusaram a reconhecer a autonomia política guarani e desaconselharam os países vizinhos a fazê-la, o que coibiu o Império. Sobre os interesses geopolíticos imperiais com o reconhecimento da emancipação política do Paraguai, Moniz Bandeira aponta:

“Em 1843, porém, o reconhecimento da independência do Paraguai urgia. A queda de Montevideú, em mãos de Oribe, segundo o Governo Imperial se afigurava, era iminente, o que consolidaria o fechamento do Rio da Prata, dominadas as duas margens pela Confederação Argentina. O Paraguai, vulnerável na sua posição geográfica, não teria como escapar ao xeque-mate que o Governo de Buenos Aires lhe preparava. Sem acesso ao mar, encravado no interior da América do Sul, sua independência dependia da independência do Uruguai. E a independência desses dois Estados, impediria a nacionalização da Bacia do Prata pela Confederação Argentina, era a chave para defesa do Mato Grosso, onde se imaginava a existência de ricas jazidas de ouro, e de parte de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.”<sup>18</sup>

Os paraguaios foram presididos até 1840 por José Gaspar Rodrigues de Francia, o qual procurou governar de forma centralizadora e autoritária, inclusive perseguindo a oposição. Francia detinha o poder executivo, legislativo e judiciário e assentava sua autoridade na força armada, que ele comandava diretamente; o *francismo* detinha uma conotação autocrática.

O poder de centralização administrativa exercido pela Igreja, a estrutura econômica relacionada com as reduções, o baixo desenvolvimento de um setor social dominante local crioulo, comerciantes ou proprietários rurais, possibilitaram que o Estado assumisse uma função essencial para o crescimento econômico do Paraguai pós independência.

---

<sup>18</sup> Cf. BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados da Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança*. *Ob cit.* p. 128;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O Paraguai não era um país completamente ajustado as normativas da liberdade comercial na primeira metade do século 19, o que permitia a introdução do capital britânico. Isso ocorria não por opção de resistência ao imperialismo que entrava na região, mas pelas suas singularidades geográficas e históricas.<sup>19</sup>

O isolamento do país guarani, afastado dos conflitos platinos, resultou no estabelecimento de um tipo de economia que o Estado tornou-se mediador das atividades e possuidor da exclusividade do comércio dos ervais, da madeira e do fumo, que tinham maior representatibilidade na economia nacional.

A autonomia econômica do Estado se fortaleceu com o confisco das propriedades da elite tradicional, as quais deram origem as Estâncias da Pátria. Esses estabelecimentos estatais eram arrendados para os camponeses ou explorados pelo próprio Estado.

Com relação à Igreja, Gaspar Francia expurgou as ordens religiosas e secularizou seus bens, com trabalhadores feitorizados e terras transferidos para o Estado. Essa atitude foi uma reação do presidente à ordem do papa Leão XII que consistia no apoio de arcebispos e bispos para os esforços do rei da Espanha, Fernando VII, em restaurar sua autoridade sobre as antigas colônias.<sup>20</sup>

Em Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai, de 1978, o historiador Raul de Andrada e Silva debateu sobre a relação do governante paraguaio e a igreja:

“[...]cada vez mais lhe parecia possível que o clero pudesse fazer sombra ao poder leigo. [...] Todavia, não esposou uma política anti-religiosa. Tolerante com todas as crenças, condenava apenas o ateísmo [...] reconhecia a liberdade de cultos, embora a Igreja católica continuasse a ser estipendiada pelo Estado. Compreendia que a Igreja era uma das únicas forças morais efetivas, nas primárias e confusas repúblicas daquele tempo. Por isso, não liquidou a Igreja no Paraguai, porém submeteu-a à autoridade do Estado. [...] Confiscado o patrimônio dos

---

<sup>19</sup> Cf. SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 3;

<sup>20</sup> DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai. *Ob cit* p. 25.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Conventos, aproveitaram-se os edifícios mais importantes para os quartéis e outras dependências públicas.”<sup>21</sup>

### **Os confrontos civis no Uruguai e no Rio Grande do Sul**

A tentativa de fechar o rio da Prata, depois da independência do Uruguai, por parte do governo *rosista*, como citado anteriormente, colocou o Império do Brasil contra Rosas, mesmo que o Rio de Janeiro se anunciasse uma neutralidade no conflito entre os enfrentamentos armados de Montevideú e Buenos Aires. Nessa conjuntura, havia uma admiração do governo brasileiro pelo General Fructuoso Rivera, o qual aliado dos unitários argentinos. O Movimento que culminou na retirada do General Manuel Oribe, do partido *blanco* do Uruguai, em 1838, contou com o auxílio do governo imperial.

A partir daí, as rivalidades entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires se intensificaram. Em Montevideú, o presidente Fructuoso Rivera ajudava os farroupilhas rio-grandenses, mesmo que pleiteasse o amparo do Governo Imperial. Na Argentina, o presidente Rosas se distanciava dos federalistas, como Justo José de Urquiza e Pascoal Echagüe, na maneira de olhar a Guerra dos Farrapos, já que a debilidade das charqueadas sulinas contribuía para a produção de charque portenho, nas disputas pelo gado vacum uruguaio e pelos mercados consumidores do Brasil, Cuba e Estados Unidos.<sup>22</sup>

Fructuoso Rivera pretendia formar o “*Uruguai Maior*”, ou seja, a Federação do Uruguai, que reuniria o Rio Grande do Sul, a Banda Oriental, as províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes, da igual maneira que tentou transformar o seu país em um Vice-Reino, integrado no Império brasileiro, com ele nomeado Vice-Rei.

No final de 1842, Rivera sobre contundente derrota das tropas de Oribe ao tentar invadir o território de Entre-Rios, o que ocasionou a destruição seu exército. Nesse contexto, as diplomacias francesas e inglesas advertem Bueno

---

<sup>21</sup> SILVA, Raul de Andrada, 1978 Apud. MONTEIRO, Alexandre Borella. *A Guerra Grande: história e historiografia do conflito no Prata (1864-1870)*. *Ob cit* p. 105.

<sup>22</sup> Cf. BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados da Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança*. *Ob cit*. p. 111.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Aires, alegando prejuízos comerciais na região, ameaçando uma intervenção militar a fim de forçar o término da guerra. Para o presidente Rosas não restou alternativa se não tentar acabar, o mais rápido possível, com governo argentino, antes que a ameaça européia se consumasse.

Essas circunstâncias poderiam levar os brasileiros e argentinos a um termo de inteligência nas suas questões de rivalidade, com a formulação de alianças e um novo realinhamento das forças na região platina, até mesmo por que as relações do Rio de Janeiro com Rivera em 1843 ficaram estremecidas. De acordo com Bandeira:

“Rivera, não obstante o conluio com os farrapos, solicitara-lhes proteção militar, com base na Convenção Preliminar de 1828, diante do avanço das forças de Oribe e da Confederação Argentina pelo território do Uruguai. O Império recusou-se a entrar na guerra e ele, em represália, não só passou a apoiar abertamente os rebeldes do Rio Grande, perseguindo os monarquistas, como determinou o sorteio dos negros para empregá-los no serviço militar, e, finalmente, aboliu a escravidão no País.”<sup>23</sup>

A intervenção européia na região platina foi malograda no final dos anos 1840, na Argentina Rosas dava continuidade ao seu governo e no Uruguai, Manuel Oribe controlava o meio rural e atacava os interesses dos charqueadores rio-grandenses, ao garantir liberdade aos trabalhadores escravizados fugitivos e ao impedir a transferência do gado para o território brasileiro, o que deixou a produção saladeril do Rio Grande do Sul em situação precária. De acordo com Bandeira:

“A partir de 1848, bandos de brasileiros, diversos sob o comando do Coronel Francisco Pedro de Abreu, o Barão de Jacuí, passaram a invadir seguidamente o território do Uruguai a fim de prear gado e resgatar negros foragidos. A essas incursões, que se celebrizaram como *califórnia*, por que lembravam a corrida do ouro nos Estados Unidos, aderiram alguns *unitários* argentinos emigrados.”<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Idem. p. 113;

<sup>24</sup> Idem. p. 133.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O estado de beligerância na região platina se materializou em conflito armado quando Rosas resistiu à fracassada investida anglo-francesa, visto que um choque entre Rio de Janeiro e Bueno Aires era uma questão de tempo, até por que o governo uruguaio, depois da saída do *colorado* Fructuoso Rivera, ficou nas mãos do blanco Manuel Oribe, aliado de Rosas.

### **Intervenções de 1851-52**

Os interesses geopolíticos do governo brasileiro, representado por Paulino José Soares de Souza, quanto à intervenção contra Oribe e Rosas correspondeu a uma política nacional autônoma, cuidadosamente articulada. Para Paulino, Rosas saiu fortalecido do atrito com os franceses e ingleses, podendo levar seu projeto imperialista na região, ainda mais com a presença no governo uruguaio do partido *blanco*, o que conduziu os rio-grandenses a praticar incursões do outro lado do Rio Uruguai em busca de gado.

Para o Brasil era necessário atacar primeiro, ao invés de ser atacado, mesmo que essas projeções não fossem verdadeiras. Um fator essencial para a obtenção de êxito na política externa do Império era acabar com as animosidades com a Inglaterra referente ao tráfico de cativos. Dessa forma, foi que Eusébio de Queirós interrompeu a vinda de trabalhadores escravizados africanos para o País em setembro de 1850.

Algumas atitudes tomadas pelo Império contribuíram para o sucesso nessa intervenção. Paulino aceitou a oferta do Barão de Mauá, que se dispôs, depois da retirada das tropas francesas em 1850, a custear a Praça de Montevideú contra o governo do Blanco Oribe.

O governo Imperial enviou Duarte de Ponte Ribeiro como representante ao Pacífico, com o intuito de contra-arrastar Rosas, e ao Prata para negociar, primeiramente com o governo paraguaio e depois com Corrientes, Entre-Rios e Montevideú a fim de derrotar Manuel Oribe e Juan Manuel Rosas. A própria postura adotada por Rosas convergiu para a sua queda. Com a palavra Amado Cervo:



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

“(...)Rosas também colaborou para sua derrocada, ao abandonar o federalismo, perseguir brutalmente seus adversários, provocar a revolta do interior, cujo comércio controlava desde Bueno Aires, e fechar os rios à navegação internacional. O exército que o derrotou era comandado pelo seu compatriota Urquiza. Dois outros erros cometeu Rosas em seus derradeiros momentos: cair na cilada que lhe preparou Paulino, declarando guerra à primeira aliança, após a derrota de Oribe, e permanecer quase inativo depois, na expectativa do auxílio de Palmerston. As operações contra ele seriam executadas com a máxima rapidez, como se planejara, precisamente para impedir a chegada em tempo do auxílio inglês, que finalmente não veio.”<sup>25</sup>

Por fim a batalha de Monte Caseros, em 3 de fevereiro de 1852, foi grandiosa pelo número de contingentes envolvidos (cerca de 50 mil) e pelo seu significado histórico, uma vez que causou a derrota de Rosas e a ascensão do Brasil a condição de potência regional, temporariamente hegemônica.

A situação do Uruguai ficou vulnerável ao Império do Brasil depois da queda de Manuel Oribe. Em *Mauá: empresário do Império*, de 1995, o jornalista Jorge Caldeira debate a situação oriental após o conflito de 1851:

“Nos seis anos transcorridos desde a guerra de 1851, o país vizinho tivera quatro presidentes da República, e renegociara duas vezes o empréstimo de Mauá, pago aos trancos e barrancos. Continuavam circulando pela praça de Montevidéu moedas de todo o mundo, e não havia ainda uma moeda nacional. O comércio era confuso e precário, porque não havia um único banco no país – ali os grandes comerciantes ainda desempenhavam o papel de sistema financeiro, emprestando dinheiro a juros de agiota –, mesmo porque a cobrança de dívidas nos pampas não era exatamente uma atividade singela.”<sup>26</sup>

Politicamente, no Uruguai houve a eleição do presidente de Juan Francisco Giró, que chegou ao poder com o apoio dos *blancos*. Com o intuito de rediscutir os tratados assinados como o Brasil em 1851, sobretudo nas questões

---

<sup>25</sup> CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Ob cit. p.116

<sup>26</sup> CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 p. 231;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

fronteiriças, Giró achou que seria oportuna a discussão sobre os termos dos acordos. Decidiu, igualmente, que o Estado passaria a controlar os recursos aduaneiros. Essa posição do governo oriental gerou tensões com o Império e com os interesses dos capitalistas e dos comerciantes que sustentavam os *colorados*.

A situação foi conduzida a ponto do Brasil intervir militarmente em 1854, ocasionando a volta dos *colorados* ao poder, sob a liderança do Coronel Venâncio Flores. Sobre a necessidade de intervenção brasileira, Moniz Bandeira comentou:

“Sua presença [brasileira] era condição necessária à continuidade dos subsídios, porém, as despesas, geradas pela ocupação militar, correriam por conta do Governo do Uruguai, o que lhe aumentava ainda mais os encargos financeiros e, conseqüentemente, a dívida com o Brasil.”<sup>27</sup>

Na Argentina, a década de 1850 foi agitada e conduziu o País a um confronto armado que colocou de lados opostos a Confederação Argentina e Buenos Aires. Em Os conflitos da Bacia do Prata, de 1979, o historiador argentino León Pomer salientou:

“Derrubado Rosas, começou na Argentina o processo de constituição de um Estado nacional. Mas a primeira conseqüência foi o aparecimento de dois Estados: Buenos Aires e a Confederação Argentina, rivais entre si numa luta surda e espetacular ao mesmo tempo. Na antiga capital do vice-reino, um grupo de poderosos comerciantes, proprietários de terras, charqueadores e alguns intelectuais acreditou ser necessário estabelecer com a máxima clareza que ou constituíam um Estado Nacional e exerciam a dominação, ou tal Estado nunca existiria, ao menos como unidade das províncias que sob Rosas se haviam denominado Confederação Argentina. Já província de Entre Rios, sob a liderança do general Justo José Urquiza, se havia desenvolvido durante o período rosista, principalmente nos últimos dez anos, um poder apto a disputar com Buenos Aires a direção do processo de constituição da Nação; poder que necessitava, ao mesmo tempo, exportar livremente a produção

---

<sup>27</sup> BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados da Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança*. *Ob cit.* p. 111.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de seus campos e de carne salgada, sem as interferências por um único porto manejado por mãos alheias.”<sup>28</sup>

Justo José de Urquiza ao assumir a política da Confederação Argentina buscou reorganizar o país e a acordar novos termos de relacionamento entre as Províncias, salientando o caráter federalista, confrontando-se com os interesses portuários dos boanerenses. O acordo de San Nicolás, atinente ao Pacto Federal de 1831, excluiu o governo de Buenos Aires o direito de ordenar a política exterior e as finanças da Confederação Argentina, o que ficou na incumbência dos poderes executivo e legislativo, representando toda a nação.<sup>29</sup>

A guerra civil na Argentina iniciou em 1859 e foi concluída em 1861 com a ascensão dos unitaristas de Bartolomeu Mitre na batalha de Pavón. Conforme a historiadora Silvânia de Queiróz:

“Em 1860, Santiago Derqui [1809-1867] foi eleito presidente da Confederação Argentina: Urquiza era governador e caudilho de Entre Rios e Bartolomeu Mitre, de Buenos Aires. A paz não durou muito e a guerra civil reiniciou logo. Urquiza enfrentou novamente o exército de Buenos Aires sob o comando de Mitre na Batalha de Pavón, em 17 setembro de 1861. Mesmo com o resultado da batalha se inclinando para os federalistas, Urquiza retirou-se deixando a vitória nas mãos de Mitre e dos unitaristas.”<sup>30</sup>

O Império do Brasil emergiu como liderança periférica depois das intervenções platinas. A economia brasileira respirava com mais divisas em virtude das exportações de café. Os investimentos de Irineu Evangelista de Souza promoviam um surto de desenvolvimento no País, inclusive abrindo casas financeiras no Uruguai, Argentina e na Europa. Em *A pia e a cruz: a demografia dos trabalhadores escravizados em Pelotas e Herval (1840-59)*, de 2010, o historiador pelotense Mateus Couto apontou:

---

<sup>28</sup> POMER, León, 1979. Apud. MONTEIRO, Alexandre Borella. *A Guerra Grande: história e historiografia do conflito no Prata (1864-1870)*. Ob cit p. 54;

<sup>29</sup> Cf. BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados da Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança*. Ob cit. p. 151;

<sup>30</sup> QUEIRÓZ, Silvânia de. *Revisando a revisão: Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai de J. J. Chiavenatto*. Ob cit. p. 26-27.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

“No Segundo Reinado (1840-1889), após as eclosões das Revoltas Liberais de 1842 e da Revolução Praieira de 1848, houve uma estabilidade política, vigorando no Brasil um aparente sistema parlamentarista, com a criação, em 1847, do cargo de chefe do conselho de ministros. No entanto, devido ao “poder moderador”, que dava amplos poderes ao imperador, como apenas assinalado, o parlamentarismo imperial foi chamado de *às avessas* e o processo eleitoral de eleições *do cacete*”<sup>31</sup>

### **Os antecedentes da Guerra do Paraguai**

A morte de Gaspar Francia em 1840 significou a possibilidade do Estado guarani começar a projetar-se diante os outros países platinos. Carlos Antônio Lopez, um próspero estancieiro, procurou ampliar as relações internacionais do Paraguai, investindo na sua modernização. Em 1853, o filho do presidente, Francisco Solano, rumou para o Velho Continente e estabeleceu contatos com uma empresa britânica, a firma Blyth & Co. a qual seria fundamental para o desenvolvimento do interior do país.

De acordo com Bandeira:

“Esta firma britânica, uma das maiores e das mais avançadas, tecnologicamente, em todo o mundo, àquela época, não só construiu e vendeu ao Governo de Assunção o *Tacuari*, moderno navio de guerra, como lhe forneceu canhões, torpedos e outros petrechos, além de qualquer espécie de assistência, até a interrupção do tráfego, através do Rio Paraguai, ao irromper o conflito como o Império do Brasil, em 1865. Foi por intermédio dela que López recrutou dezenas de engenheiros civis, navais, mecânicos, especialistas em minas, estradas de ferro, produção de aço, torpedos e canhões, maquinistas, marinheiros e instrutores militares, em sua maioria britânicos, aos quais juntou alguns técnicos dos Estados Unidos, Alemanha e outros países, médicos, arquitetos e professores, num total de 231 estrangeiros a serviço do seu Governo.”<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> COUTO, Mateus de Oliveira. A pia e a cruz: A demografia dos trabalhadores escravizados em Pelotas e Herval (1840-59). (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2010. p.20;

<sup>32</sup> BANDEIRA, Moniz. O expansionismo brasileiro e a formação dos estados da Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança. Ob cit. p. 161.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Carlos Antônio López incentivou a imigração e concedeu à empresa estadunidense Rhode Island o direito de explorar madeira e erva-mate e cultivar cana-de-açúcar, tabaco, algodão. Houve uma diversificação da economia paraguaia, com a instalação de fábrica de pólvora, enxofre e louças; construção de uma fundição de ferro, a qual produzia canhões, espingardas, implementos agrícolas e metralhadoras. Aprimorou a elaboração da erva-mate, aperfeiçoou o tratamento do couro e da madeira e inaugurou a primeira estrada de ferro do sul da América.

Seu sucessor, Francisco Solano López, assumiu em 1862 e deu continuidade à política modernizadora criada pelo pai. Implantou a primeira linha telegráfica, ligando Villa Rica a Assunção e Humaitá em 1864. Esse financiamento do surto econômico ocorreu sem nenhum empréstimo, somente com as receitas oriundas do comércio exterior, que se dilatou significativamente após a abertura do Rio da Prata à navegação internacional. De 1854 a 1860, os capitais adquiridos nesse comércio pelo país guarani aumentou mais de 600%.<sup>33</sup>

Contudo, o governo paraguaio necessitava de uma saída para o mar, pois dependendo da conjuntura política dos demais países platinos, sobretudo, o Brasil e a Argentina, as relações econômicas do Paraguai poderiam ser extremamente prejudicadas. Segundo Bandeira:

“O excedente, que o Estado acumulava, compelia-o a buscar uma saída para o exterior e a tentar a conquista ou, melhor, a reconquista dos mercados de erva-mate, madeira e tabaco, localizados, primordialmente, na Bacia do Prata. E isso impunha a mudança do *status quo* da região e o estabelecimento do equilíbrio político e militar entre o Paraguai e os Estados vizinhos, para a garantia do comércio e da navegação.”<sup>34</sup>

Esse posicionamento do governo paraguaio colocou-o em rota de colisão com o Brasil, pois na região platina o Império procurava manter a estrutura pró Brasil no Prata. Como abordado anteriormente, essa posição foi adquirida pelos brasileiros através de alianças e intervenções. Um dos complicadores para

---

<sup>33</sup> Idem p. 163;

<sup>34</sup> Idem p.161;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

aumentar a animosidade entre o Brasil e o Paraguai foi a falta de definição dos limites entre os dois Estados.<sup>35</sup>

A respeito das negociações dos grupos políticos no prata e as possíveis ligações, Doratioto discute:

“A nova postura paraguaia, de participar dos assuntos platinos, também levou à alteração nas relações que o país guarani mantinha com a Argentina. Nesta, apesar da vitória do projeto centralizador de Estado, decorrente da derrota militar de Urquiza para Bartolomé Mitre, em 1862, restaram resistências federalistas nas províncias, especialmente em Entre Ríos e Corrientes. Para combater o recém-nascido governo central, a oposição argentina procurou, articular-se com as forças platinas contrárias a Buenos Aires. Uma dessas forças eram os *blancos*, que estavam no poder no Uruguai, onde os opositores à ditadura de Rosas, como o próprio Mitre, estiveram exilados sob proteção dos *colorados*. Outra força era o Paraguai, que se aproximava do governo uruguaio para buscar uma saída para o oceano, pelo porto de Montevideú, e assim garantir e ampliar suas relações comerciais com os centros capitalistas europeus.”<sup>36</sup>

Nesse contexto, o Uruguai ganhou destaque, pois seria um catalizador das forças divergentes. Bernardo Berro do partido *blanco* presidia o país desde 1860. Seu governo tinha características moderados, o que lhe permitia a exaltação partidária; no plano externo, o Uruguai envolveu-se em dois acontecimentos relacionados aos seus vizinhos. Amado Luiz Cervo aborda esses episódios:

“Do lado brasileiro, criará dificuldades ao comércio favorecido, impondo direito direitos à passagem do gado em pé para as charqueadas riograndenses e negando-se a novo tratado de comércio; do lado argentino, terá de enfrentar o apoio à rebelião de Flores, o adversário colorado e tradicional aliado dos unitários.”<sup>37</sup>

Os brasileiros faziam reclamações e cobravam do Império providências a ponto de atender seus interesses, o que projetou discussões parlamentares no

---

<sup>35</sup> DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai. *Ob cit* p. 44.

<sup>36</sup> Idem. pp. 44-45;

<sup>37</sup> CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. *Ob cit*. p.120.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Rio de Janeiro. O presidente Berro ficou pressionado, já que se limitava apenas com o apoio isolado de Mauá. Diante dessa situação, o governo *blanco* buscou apoiar-se no Paraguai.

O país guarani não havia executado ainda uma política internacional no prata, com exceção de uma mediação, conjuntamente com o Brasil, ocorrida em 1859 entre Buenos Aires e Confederação. A idéia na época era o fortalecimento do Estado Argentino. Somado a isso, o Paraguai tinha pendências fronteiriças em relação a Argentina, Brasil e Bolívia. Portanto, esse auxílio ao governo *blanco* uruguaio simbolizava a intenção de preservar o Uruguai e o Paraguai das investidas imperialistas dos argentinos e brasileiros. Teoricamente, possibilitava construir o terceiro Estado, reunindo Uruguai, Paraguai, Corrientes, Entre-Rios e, talvez, as reduções do Rio Grande do Sul.<sup>38</sup>

O Brasil enviou o José Antônio Paranhos para negociar com o governo uruguaio as reparações pelas violências as quais os brasileiros passavam e para salvaguardar as suas necessidades comerciais. O governo Imperial, de viés liberal naquele momento, exigiu um *ultimatum* de Saraiva ao presidente Anastácio Aguirre, quando malogrou a pacificação.

A Guerra do Paraguai se originou na investida militar do Brasil teve início em outubro de 1864 e resultou na deposição do governo *blanco* e a elevação do *colorado* Venâncio Flores ao poder. O Paraguai de Solano López, solidário ao governo blanco oriental, reagir à intervenção e aprisionou o vapor brasileiro Marques de Olinda que se dirigia ao Mato Grosso.

### **Guerra do Paraguai**

A Guerra da Tríplice Aliança foi um dos maiores conflitos armados registrados que envolveu países sul americanos na segunda metade do século 19 e que ainda repercute no desenvolvimento dessas nações.

Para o Império do Brasil, a Guerra do Paraguai (1864-70) representou a emergência dos militares como setor social e que, a partir daí, passaram a

---

<sup>38</sup> Cf. Idem p. 121.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

reivindicar participação política; além disso, o conflito trouxe a tona discussões atinentes a abolição do cativo e a um discurso anti-monarquista, o que culminou com a propaganda republicana, extinção do trabalho escravizado e a proclamação da república.

Para a Argentina, a guerra gerou um fortalecimento das instituições e a consolidação da centralização política. Já o País Guarani, sofreu uma excessiva baixa demográfica, uma diminuição territorial e uma dificuldade econômica sentida até hoje.

Em *A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]*, o historiador portoalegrense Mário Maestri apresenta a situação paraguaia no pós guerra:

“Com entre quatrocentos e setecentos mil habitantes, o Paraguai teve sua população sobretudo masculina dizimada – os autores mais contidos falam de 15% a 20% de mortos. O país foi ocupado militarmente, amargou perdas territoriais significativas, arcou com indenizações de guerra, teve suas terras públicas privatizadas, foi obrigado a endividar-se internacionalmente, com seqüelas permanentes. Desapareceu para sempre sua importante população camponesa proprietária ou arrendatária, base daquela formação social, até a sua derrota militar.”<sup>39</sup>

Sobre algumas conseqüências para o Império do Brasil, segue Maestri:

“Dos 150 mil brasileiros que teriam participado no confronto, talvez até cinquenta mil morreram devido aos combates ou a doenças. Uns 0,5% dos dez milhões de habitantes do Brasil em 1872. Os gastos com o esforço militar comprometeram por mais de uma década as finanças imperiais, ainda que o país tenha recebido indenização de guerra até a Segunda Guerra, conquistado importantes territórios ao Paraguai e estabelecido relação hegemônica sobre o país.”<sup>40</sup>

Entretanto, esse artigo não tem por objetivo discutir os acontecimentos da Guerra ou a apontar suas causas e efeitos. A finalidade é debater a formação

---

<sup>39</sup> MAESTRI, Mário. *A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]*. p. 1;

<sup>40</sup> Idem p. 1;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

e o recrutamento de um corpo militar que participaram da Guerra e representaram o Império do Brasil.

Até a Guerra do Paraguai, mesmo que tivessem ocorrido intervenções armadas do Brasil na Argentina e no Uruguai, o maior triunfo utilizado pelo governo brasileiro foi a diplomacia, o que limitou a formação de uma força militar nacional.

Em A província na Guerra do Paraguai, de 2006, o historiador Genivaldo Gonçalves Pinto apresentou:

“Até a eclosão da Guerra do Paraguai, não possuía o Brasil um exército eficiente, com efetivo compatível para uma guerra de grande envergadura. Os inúmeros conflitos até aquele momento aconteceram diante de inimigos relativamente frágeis, quer pela eficiência de seus combatentes, quer por esse detalhe, somando ao valor das alianças que se fizeram diante de um inimigo comum. Foram inúmeros combates, saindo-se o Brasil vencedor na maioria dos casos.”<sup>41</sup>

O contingente do exército estava estruturado, até a década de 1860, a partir da própria organização da Guarda Nacional. Em *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*, de 1990, Ricardo Salles abordou sobre a organização militar antes da Guerra do Paraguai:

“Em todos os conflitos anteriores em que o Império esteve envolvido na região platina houve sempre a presença marcante da Guarda Nacional nos efetivos em operação. Os interesses gerais do governo imperial normalmente coincidiam com os interesses dos estancieiros do Rio Grande em relação aos países limítrofes. Dessa forma, as forças empregadas provinham da própria organização militar local. É bom lembrar que, devido aos constantes conflitos e disputas pelo gado com os vizinhos, a classe dominante local sempre manteve uma razoável capacidade de mobilização militar.”<sup>42</sup>

Nos conflitos platinos, normalmente, o Império contou aliados. Juan Urquiza contra Manuel Rosas e contra Manuel Oribe; Venâncio Flores contra

---

<sup>41</sup> PINTO, Genivaldo Gonçalves. A província na Guerra do Paraguai, in: *História geral do RS: Império*. Ob. cit. p. 101.

<sup>42</sup> SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 56;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Anastácio Aguirre. Com isso, a organização militar do Brasil foi capaz de resolver militarmente as pendências com os uruguaios e argentinos, até eclodir a Guerra do Paraguai.

Por seu significado e amplitude, já que colocou no centro dos acontecimentos um aparato militar que desempenhava função de coadjuvante até então, a Guerra da Tríplice Aliança exigiu a atuação de um exército regular, ou seja, organizar um exército profissional era fundamental para a vitória na guerra.<sup>43</sup>

A questão que se colocou ao Império era como recrutar um exército regular tendo como base os corpos da Guarda Nacional, os corpos de Polícia das províncias. A formação dos Voluntários da Pátria atingiu o conjunto da sociedade, pois recrutar, vestir, armar, treinar organizar, transportar e motivar indivíduos de diferentes camadas sociais não foi simples. A organização das forças militares salientou as contradições sociais, visto que uniam senhores, despossuídos, cidadãos e trabalhadores para o mesmo fim.

De Acordo com Salles:

“Nas condições da época, o engajamento forçado de indivíduos das camadas populares era a forma usual de abastecer o exército de material humano. [...] O que gostaríamos de alertar é que a mobilização de voluntários da pátria não foi uma simples mentira para escamotear a coerção do recrutamento, e sim uma forma moral que necessariamente acompanhou essa coerção no sentido de sua aceitação e legitimação social.

É importante ressaltar que, de forma diferenciada, com maiores ou menores graus de adesão, de acordo com o grupo social, a mobilização para a guerra foi um esforço nacional.”<sup>44</sup>

O problema maior no recrutamento de cativos libertos é com relação a força produtiva do Império, por que a economia brasileira se oxigenava com o café produzido no vale do Paraíba e no oeste paulista. No Rio Grande do Sul, Província que mais contribuiu com a força bélica para a Guerra do Paraguai, as charqueadas consumiam grande parte da mão-de-obra escravizada.

---

<sup>43</sup> Cf. Idem p. 58-59;

<sup>44</sup> Idem. p. 61.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Certamente os trabalhadores cativados combateram nas fileiras imperiais. Entretanto precisar os dados atinentes a essa participação é muito difícil. De acordo com Salles:

“Determinar o número de escravos que combateram na guerra do Paraguai e, mais ainda, qual sua contribuição relativa em termos de manancial humano, é algo bastante difícil, seja devido ao desejo de se ocultar o quanto uma sociedade escravocrata dependeu de escravos para responder ao chamado de defesa da pátria.”<sup>45</sup>

Em *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*, de 1996, o historiador Jorge Prata de Sousa contemplou as discussões sobre a participação dos cativos na campanha do Paraguai:

“Se, num primeiro momento, o escravo aparecia esporadicamente como substituto do guarda nacional convocado, depois passou a fazer parte do contingente necessário ao Exército e a Marinha. Cabia ao Império, então, comprar escravos a preço de mercado para atender às necessidades da guerra.

Nos primeiros anos da guerra, escravos recém-libertos foram enviados às áreas de conflito em substituição aos guardas nacionais provenientes de famílias endinheiradas, ou então para preservar guardas em seus postos de comando nos municípios escravistas.”<sup>46</sup>

Prata de Souza destacou as discussões no congresso Imperial e no Conselho de Estado sobre quem e como recrutar os voluntários da pátria. Essas abordagens demonstram uma preocupação do governo Imperial em compor um efetivo militar capaz de representá-lo na guerra. Outro elemento que o autor menciona é a reação dos escravistas diante da captação de cativos sem a devida autorização.

“Nas cidades, os agentes sociais que se rebelavam contra o arbítrio do governo também eram proprietários de escravos. Levavam seu protesto às autoridades policiais pelo recrutamento sem permissão. Conseguimos levantar, em ocorrências policiais de 1867, na Província do Rio de Janeiro, 140 casos de escravos aprisionados e remetidos à corte para ser

---

<sup>45</sup> Idem.p. 63;

<sup>46</sup> SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad:ADESA, 1996. p. 63.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

enviados aos campos de batalha. Resguardando seus interesses, os proprietários municiavam-se de documentos comprobatórios da posse dos escravos, para impedir que os mesmos fossem enviados à guerra – a despeito do sagrado direito da propriedade: em todos os 140 casos, reclamava-se do recrutamento forçado e da infração ao direito de propriedade reconhecido por lei. A forma como eram recrutados e também o objetivo – assentar praça na guerra – eram severamente criticados.”<sup>47</sup>

O aproveitamento de trabalhadores escravizados urbanos generalizou-se quando o Império, mediante indenização em apólice ou dinheiro, atendeu as reclamações dos escravistas, ou seja, a compra do braço cativado necessária à guerra. Nas povoações com mais de vinte mil habitantes, não era permitido aos cidadãos possuir uma quantidade de cativos maior do que o necessário aos serviços domésticos.

Os Recrutamentos no exército e na marinha transpareceram que não havia uma uniformidade e nem um rigor na composição dos seus efetivos. Na marinha, devido às precárias condições dos serviços navais, intempéries climáticas, chibatadas, leis draconianas, castigos corporais, o recrutamento compulsório era freqüente e atingia os setores mais pobres da população e os cativos. Conforme Prata de Sousa:

“E esta violência institucionalizada atingia a população pobre e escrava: indivíduos remetidos pelas autoridades pelas autoridades policiais livravam as províncias da presença de *homens nocivos*. Nos relatórios ministeriais, os adjetivos desairosos para os contingentes recebidos pela Marinha nos possibilitam identificar os estratos sociais a que pertenciam esses *requisitados*. Expressões como *população nociva, ralé, libertos, gente viciosa, gentalha* e outras descreviam os marujos novatos.”<sup>48</sup>

Nos relatórios ministeriais havia a divisão que era feita com relação a origem do cativo. O relatório de abril de 1868, apresentado por Ricardo Salles por exemplo, mostra que do total de 3897 libertos, 1806 são *Conta do governo*,

---

<sup>47</sup> Idem p. 67;

<sup>48</sup> Idem. p. 73;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

889 são *Substitutos*, 753 são *Gratuitos*, 287 são *Da nação*, 95 são de *Conventos* e 67 são da *Casa Imperial*.<sup>49</sup>

Os cativos nomeados com *Conta do Governo* são os que tiveram algum tipo de custa ao governo, correspondendo a 46,34%. Os *Da nação* africanos que chegaram ao Brasil depois da lei Euzébio de Queirós de 1850 e por isso haviam sido apreendidos e ficavam aos cuidados do governo; correspondiam a 7,36%.

Os trabalhadores cativados tachados de *Casa Imperial* e dos *Conventos* foram doações dessas entidades e no caso dos primeiros da família de D. Pedro II; correspondiam respectivamente a 1,71% e a 2,44%.

Não há dúvidas que a participação dos trabalhadores escravizados alforriados na Guerra do Paraguai foi ativa. Porém, ao recrutar antigos cativos para pegar em armas e guerrear aos interesses alheio, trouxe uma série de questionamentos para a sociedade escravocrata brasileira; a forma como esses soldados foram treinados, armados, tratados pelos seus comandantes ainda não foi desvendada e carece de estudos mais específicos.

Uma contradição presente nas forças armadas brasileiras na Guerra do Paraguai foi nos critérios de bravura e evidenciada na carta confidencial enviada por Duque de Caxias ao ministro dos Negócios de Guerra em dezembro de 1868. Caxias comentou alguns acontecimentos e transpareceu seu caráter preconceituoso e racista, ao culpar a presença dos libertos aos atos de pilhagens e saques, mencionando que os mesmos são imorais e indisciplinados.<sup>50</sup>

## **Bibliografia**

- BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados da Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- CARVALHO, José Murilo de. *A monarquia brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

---

<sup>49</sup> SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Ob cit. p. 65.

<sup>50</sup> Cf. Idem 135-136.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

- CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- CONRAD, Robert. *Últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*. Trad. F. de C. Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. - 4 ed.- São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. – 10 ed. – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002;
- *História Geral do Rio Grande do Sul: Império*. Coordenação geral Nelson Boeira, Tau Golin. Diretos dos volumes Fernando Camargo, Ieda Gutfreind, Heloisa Reichel. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- MAESTRI, Mário. **A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]**.
- MONTEIRO, Alexandre Borella. *A Guerra Grande: história e historiografia do conflito no Prata (1864-1870)*. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2010.
- POMER, Leon. *As independências da América Latina*. 10ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- QUEIRÓZ, Silvânia de. *Revisando a revisão: Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai de J. J. Chiavenatto*. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2010
- SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad:ADESA, 1996.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A NOÇÃO DE GAÚCHO SOB O PRISMA DOS VIAJANTES NO SÉCULO XIX**

Matheus Barros da Silva\*

### **1) Introdução:**

A região mais meridional do continente americano<sup>1</sup> ao longo de sua história foi destino de uma quantidade de homens vindos do velho mundo, ainda no século XVIII estes, eram em muitos casos funcionários vinculados as coroas ibéricas, que tinham por função, muitas vezes realizarem demarcações concernentes aos limites das colônias correspondentes as respectivas metrópoles<sup>2</sup>.

Mas é no século XIX que o número de viajantes se intensificou de sobremaneira, estes percorreram a região platina com olhar atento ao que o novo mundo fazia vislumbrar diante de seus olhos. Aqueles a quem chamamos por viajantes se mostravam como sendo um grupo composto de homens de letras, que em seu seio continha estudiosos das ciências naturais (botânicos,

---

\* Acadêmico do 6º semestre de História Bacharelado na Universidade Federal do Rio Grande. Email: matheusbarros.dasilva@gmail.com

<sup>1</sup> Embora o título de nosso artigo cite o termo “gaúcho”, não estamos aqui preocupados em realizarmos uma divisão de fronteiras, ou seja, os limites aqui serão postos abaixo, pois, nosso gaúcho nada tem a ver com qualquer questão que diga respeito a alguma retórica ligada a alguma noção identitária. Sendo assim, preferimos ver a região platina em seu todo, e não a dividindo em Rio Grande do Sul, Uruguai e algumas províncias argentinas.

Desta maneira, procuramos ser consoante a definição de região que as pesquisadoras Heloisa Reichel e Ieda Gutfreind, que abordam em relação à região platina, no sentido de uma totalidade, pois é no espaço platino que se verifica também o pampa e neste último é que virá a lume o tipo social gaúcho, assim elas dizem: “Ao analisarmos o processo histórico colonial da Região Platina como uma totalidade, sentimos a necessidade de ampliar o conceito de região, integrando-lhe, também, posicionamento teóricos trazidos da história sociocultural. Nesse sentido, entendemos que as relações sociais estão fundamentados em experiências concretas, vividas pelos homens, as quais fazem deles produtores de cultura. Em outras palavras, as vivências, as idéias, os sentimentos que os homens desenvolveram nas suas relações com outros homens compõem, em um espaço delimitado cultura de uma região. Ela, pois, é entendida como resultante das relações de domínio, de submissão ou de resistência que expressam os permanentes conflitos que caracterizam as relações sociais.” (REICHEL; GUTFREIND, 1996. P. 13.)

<sup>2</sup> Podemos recorrer aos diários de Felix de Azara, demarcador de limites que no século XVIII percorreu a região platina em seus escritos tomou nota da sociedade encontrada.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

naturalistas), outros ligados a cargos diplomáticos. No caso do Rio Grande do Sul, estes eruditos que por aqui estiveram, obtiveram sua entrada em decorrência da fuga da real família portuguesa e sua instalação no território brasileiro, naquele momento então não mais sendo apenas colônia, mas agora se constituindo como sede do Reino lusitano, deste fato então, decorreu a abertura dos portos existentes na costa brasileira, o Brasil neste instante esteve aberto às inúmeras missões culturais, em grande parte providas da França<sup>3</sup>, que então adentraram o seu espaço, assim alguns daqueles homens pertencentes àquelas empresas empreenderam grandes peregrinações pelo o que era então Brasil, assim, na época a província do Rio Grande do Sul foi também destino de alguns viajantes.

Podemos dizer que, cada um dos viajantes possuía uma meta, um objetivo próprio em seus périplos, mas o que nos é lícito antever é que, aqueles homens detinham algo em comum, ou seja, a vontade de fazer de grande conhecimento, de partilhar aquilo que viram e ou vivenciaram, também notamos um forte espírito científico em seus relatos, principalmente daqueles que se vinculavam à área das ciências naturais, prova disto são seus diários de viagem, ricos em descrições da fauna e flora, escritos tanto para eles mesmos quanto para poderem informar o grande público. Devemos manter em foco que, esses homens eram provenientes da Europa e, portanto traziam consigo toda uma maneira impar de observar e ver o mundo.

Além das notas concernentes as questões geográficas, físicas e naturais notamos naquelas narrativas que, os viajantes realizaram descrições de grande relevo acerca da sociedade em que estavam inseridos, observaram qual tipo social estava presente nos locais, bem como as relações sociais estabelecidas e recorrentes em tais lugares. Desta maneira, o objetivo do presente artigo é

---

<sup>3</sup> Um exemplo que podemos citar é o caso do pintor Jean Baptiste Debret que, no ano de 1816 chegou ao Brasil, fazendo parte da Missão Francesa. No solo brasileiro, percorreu grandes distâncias, assim, traduzindo em suas obras a singularidade da vida social e cotidiana que se desenvolvia nos trópicos.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

realizar uma análise do que os viajantes observaram<sup>4</sup>, registraram e mesmo compreenderam a respeito dos gaúchos. Assim, cabe alertarmos que tal pesquisa nada tem a ver com o discurso idílico do “gauchismo”. Desta maneira, nosso estudo tem por meta utilizar como fonte os diários dos viajantes e a partir destes, pinçarmos os momentos onde os mesmos versem a cerca de suas visões de gaúcho.

## **2) Os diários dos viajantes como fonte de pesquisa:**

Cabe no presente momento realizarmos algumas colocações acerca dos diários dos viajantes sob a noção de fontes para realização da pesquisa histórica. Um primeiro pensamento que devemos manter em nossa perspectiva é que, aqueles homens – viajantes – eram provenientes do continente europeu, assim, ao entrarem em contato com a realidade social apresentada em terras meridionais do continente americano, os viajantes acabaram por produzir discursos que refletiam todo um choque cultural acontecido, poderíamos dizer que, teria sido um embate entre duas humanidades, ou melhor, dizendo, duas maneiras de pensar uma mesma humanidade.

Mas é preciso saber atribuir ao relato dos viajantes devido valor para com suas análises, ou seja, por não fazer parte às sociedades observadas, o viajante acabou por construir um discurso que possibilitava uma visão totalizante da realidade em questão, claro não devemos cair em um momento de ingenuidade, e pensarmos que tais relatos não estavam carregados de etnocentrismo, visto que, como já mencionado, eram homens que possuíam toda uma bagagem sociocultural estabelecida.

Cada viajante trás consigo modos de percepção que variam por inúmeros motivos. São elementos que compõem a sua individualidade e interferem em sua capacidade de julgamento, tais como: sua naturalidade (ou nacionalidade) formação

---

<sup>4</sup> Trabalharemos neste artigo com os diários de vigem de Arsène Isabelle, Charles Darwin e Alexandre Baguet, reduzir a três viajantes foi a opção devido ao restrito espaço aqui disponível, o número de viajantes é muito grande, em estudos futuros pretendemos abarcar outros nomes.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

cultural, ou atividade profissional, enquadramento social, e ainda, a finalidade da viagem, O olhar do viajante estará armado também pelas variáveis de seus objetos, pelo compromisso de credibilidade científica cultivado, principalmente, pelos narradores de expedições naturalistas. (GOMES, 2009, P. 121)

Podemos então, entender que, os viajantes estariam como que, ao observar o outro, utilizando “óculos”, ou seja, possuíam um filtro, se assim podemos dizer que os faziam produzir suas visões, observações a partir de idéias e conceitos já construídos, como por exemplo, o que é uma sociedade civilizada, regrada.

Também não censuremos demasiadamente os viajantes em seus escritos, pois tendo ciência de sua época, suas obras foram produzidas em um momento histórico onde, por exemplo, a noção de distanciamento de um juízo de valor, alteridade não se mostrava como algo tão bem definido, ainda não posto de forma tácita como método pertencente à antropologia. Assim para enfatizarmos a respeito da noção do relato de viagem como dotado de um olhar amplo da sociedade analisada podemos recorrer a seguinte passagem:

O viajante, em sua qualidade de estrangeiro, como não fazia parte do grupo cultural visitado, tinha condições de perceber aspectos, incoerências e contradições da vida cotidiana que o habitante, ao dá-la como natural e permanente, encontrava-se incapaz de perceber. (LEITE apud GOMES, P. 117)

Assim, podemos depreender que, os viajantes, ao seu modo realizaram em certa medida uma problematização da realidade que observaram. Desta maneira, através de uma leitura atenta, de maneira crítica, os relatos de viagem podem se apresentar como um importante subsídio para a pesquisa histórica.

Desta maneira, para encerrarmos este momento de nosso estudo, podemos trazer a luz outro aspecto que, pensamos ser relevante quando tratamos os relatos de viagem como fontes para o estudo da história, ou seja,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

aqueles escritos foram na maioria das vezes produzidos *in loco*, em tempo real, no momento em que as ações por eles observadas estavam em processo de acontecimento, desta forma, a partir de uma leitura cuidadosa de nossas fontes podemos depreender com mais clareza os fatos históricos que estão contidos nas mesmas, em nosso caso específico, como foram caracterizados aqueles a quem os viajantes denominaram por gaúchos, suas práticas, hábitos e modos de vivência.

### **3) O gaúcho na visão dos viajantes:**

Cabe desta maneira, aqui, a partir deste momento, dar voz àqueles homens que, vindos de fora, Europa, percorreram os campos pampeanos, deixamos claro que as informações de cunho biográfico a cerca dos viajantes poderão ser encontradas em notas de roda pé colocadas imediatamente após citarmos o nome do forasteiro pela primeira vez. Procuraremos então, diretamente nas fontes, os diários de viagem, observar como os viajantes entenderam aqueles que denominamos por gaúchos. Após este momento, na conclusão, teceremos nossos comentários a cerca do que foi tratado nesta parte do presente artigo.

Daremos então, início a partir dos relatos do viajante Arsène Isabelle<sup>5</sup>, que na primeira metade dos anos trinta do século XIX adentrou o espaço platino e em seus escritos nos deixou suas percepções a cerca do gaúcho em sua visão, na leitura de suas palavras notamos que o viajante traça comparações entre as terras da América Meridional e determinadas localidades européias e até mesmo do oriente próximo, podemos a partir deste fato pensar que o mesmo se dá, pois, na medida em que tais comparações poderiam ter a função de auxiliar

---

<sup>5</sup> “Louis-Frédéric Arsène Isabelle (1807 – 1888), viajante francês, (...) tendo vindo para a América do Sul pelo gosto de viajar e dado seus pendores de naturalista. Chegando a Montevideu, em 1830, julgou mais propícia às atividades comerciais a Praça de Buenos Aires, onde fundou uma indústria têxtil de seda, porém, não prosperou a novel empresa. Seguindo suas vocações para naturalista, descreveu a paisagem, a flora e a fauna dos locais visitados, não deixando, porém de abordar as características das populações que encontrava.” (ALVES, TORRES, 2008. P. 63-64.) A obra de Arsène Isabelle foi escrita nos anos 30 do século XIX, a edição que utilizamos neste artigo é do ano de 1949, da editora Zélio Valverde.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

o leitor da literatura de viagem, na criação de um cenário mental onde ocorre a ação de sua leitura.

Assim então, veremos agora as passagens dos escritos de nosso viajante que versa a cerca do gaúcho;

Os gaúchos ou habitantes do campo são, em relação à Buenos Aires, o que são os tártaros em relação à China ou os beduínos em relação a Argel. Foi um chefe gaúcho que triunfou do partido Lavalle e serão os gaúchos que dominarão sempre a cidade, opondo-se a toda inovação útil ao país, até que se ponha em prática o plano de Rivadavia, que consistia em favorecer os estrangeiros e induzi-los a formar colônias no interior. O exemplo de seu trabalho, de sua moralidade, dos laços de família que se formariam, a modificação de alguns hábitos ainda selvagens, contribuiriam para suavizar os costumes ásperos dos gaúchos; compreenderiam a civilização européia, e caráter indomável, insubordinado, cederia à atração de um bem-estar que ainda não experimentaram; sua educação política, desenvolvendo idéias de uma ordem mais elevada, faria nascer um amor à pátria menos ardente, menos devorador, mas melhor compreendido, mais constante, mais nobre; saberiam que a pátria é a nação toda inteira e não só o campo onde nasceram; que a liberdade não consiste em reprovar toda espécie de freio que os legisladores pretendam pôr em suas paixões desregradas. (ISABELLE, 1949, P. 94)

A partir desta citação, podemos notar como nosso viajante caracterizou o gaúcho, ou seja, em um primeiro momento fica evidente a condição do gaúcho como aquele tipo social vinculado a vida no campo, o gaúcho também, na visão de Isabelle, é ligado a uma vivência de práticas e condutas selvagens, seu caráter não o deixava se colocar sob qualquer norma ou ordem, o viajante usa a sociedade européia como o contraponto civilizado e ordenado em relação às práticas e vivências gaúchas.

Podemos dizer que este comportamento de Isabelle, bem como de outros viajantes, pode ser entendido na medida em que entendemos a sociedade de origem do viajante, a Europa, o velho mundo no século XIX, de uma forma geral, passou por processos civilizatórios e normatizadores, estas ações trouxeram àquela sociedade um cenário de calma social que fez do homem



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

européu um tipo social pacífico e civilizado. Assim, quando os viajantes, vindos da Europa, observaram o gaúcho e suas práticas automaticamente se produziu um indelével choque cultural, ocasionando desta forma, as impressões de selvageria sobre os habitantes campeiros da região meridional do continente sul-americano.

Sobre a composição étnica dos gaúchos, o viajante expressa da seguinte maneira; *“Os mestiços vivem mais disseminados no interior do país e constituem, em grande parte, essa porção da população conhecida por gaúchos.”* (ISABELLE, 1949, P. 121) Vemos assim, que em mais esta citação o viajante invoca o elemento pastoril, *“interior do país”*, quando refere-se ao tipo gaúcho. É de igual maneira interessante notar que Isabelle associa o gaúcho como sendo um elemento mestiço vinculado àquela sociedade, com razão, pois as forças sociais e étnicas que contribuíram para construção da sociedade pertencente ao espaço pampeano, ao entrarem em certa confluência, acabaram por em determinado momento miscigenarem-se, ocasionando assim o surgimento de um novo tipo social, o gaúcho. A respeito deste processo de interação étnico-cultural, as pesquisadoras Heloísa Reichel e Ieda Gutfreind nos elucidam do seguinte modo:

Sendo assim, esta cultura em construção contou com a influência, com maior ou menos peso, de elementos da cultura dos povos nativos, da branca européia e da negra africana, sendo que todas, por sua vez, encontravam-se em estágios culturais diferenciados. A classe dos dominados se constituiu, do ponto de vista étnico, predominantemente de índio e de mestiços. A predominância numérica dos nativos fez com que o costume ou a tradição indígena influísse na formação da cultura popular da campanha platina. Por outro lado, por menor que fosse o número de elementos brancos, o estágio de desenvolvimento e a dominação da cultura européia fizeram com que o costume ou a tradição da mesma também influísse significativamente. O mesmo deve ser relativizado em relação à influência da cultura negra. Esta foi menor, tendo em vista que a utilização da relação escravista nas atividades produtivas da campanha não foi tão expressiva quanto nas áreas de plantation ou de agricultura extensiva. (REICHEL; GUTFRIEND, 1996, P. 170)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Outra característica que na visão do viajante francês se liga ao gaúcho, é que estes são homens que além de pertencerem ao campo, são também perigosos, Isabelle, conta sobre isso, que quando ele e seus companheiros foram fazer uma incursão em terra, teriam levado todas as suas armas, pois temiam o ataque de um grupo de gaúchos. (ISABELLE, 1949, P. 198)

Assim, podemos dizer que na visão de Arsène Isabelle, o gaúcho não se mostrava como a boa parte de sociedade pampeana, esta impressão pode ser entendida a partir de certas convicções do viajante, Isabelle ao longo de seu texto nos deixa claro que sua mentalidade é voltada ao republicanismo, bem como ao desenvolvimento industrial das sociedades, censura a existência de extensos espaços, vazios na região platina, exortando a indústria, assim como os braços industriais que poderiam fazer nascer ali um grande futuro. Sendo assim, aqueles homens do campo, gaúchos, que ainda vivendo de uma maneira a não colocarem-se sob a égide de uma conduta normatizadora e de contenção de suas práticas, eram os olhos do europeu Isabelle, seres de comportamento rude, áspero e dotados de selvageria como o próprio autor em suas palavras acima deixou claro.

Passemos então para outro viajante, a partir de agora vamos nos referir as citações que o naturalista Charles Darwin<sup>6</sup> realizou sobre nosso personagem histórico, o gaúcho. O naturalista inglês assim como o viajante anterior realizou seu périplo pelo sul do continente americano nos primeiros anos da terceira década do século XIX.

---

<sup>6</sup> Charles Robert Darwin, o grande naturalista cujos trabalhos tão profunda influência exerceram não só nos estudos biológicos, como no próprio pensamento filosófico dominante na segunda metade do século passado, assinalou o início de sua carreira com a grande circunavegação a bordo do navio Beagle (1831 – 1836), em que teve a oportunidade de perlustrar alguns pontos do solo brasileiro, colhendo as observações que iria registrar em seu *Journal of Researches* (Londres, 1835) e seriam preciosas na fundamentação de seus teorias sobre a origem e a evolução das espécies. (HOLLANDA, 2004, P. 459) A edição utilizada foi da editora LP&M, do ano de 2008.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Suas primeiras impressões e descrição do gaúcho são em uma pulperia<sup>7</sup>, Darwin sobre esses gaúchos assim fala:

Passamos a noite numa pulperia ou bodega, Ao entardecer, numerosos grupos de gaúchos vinham beber e fumar. Esses indivíduos possuem aparência muito notável. São geralmente altos e elegantes, mas tem na fisionomia uma expressão de altivez e dissolução que lhes cai mal. Eles freqüentemente usam bigodes, e os cabelos lhes caem pelas costas, em longos cachos negros. Com suas vestimentas de um colorido vivo, as grandes esporas tilintando no salto das botas, e a faca enfiada na cintura como punhal (e comumente usado com tal fim), eles parecem pertencer a uma raça de homens muito diferente da que se poderia esperar a partir do nome que levam, gaúchos, ou simplesmente homens do campo. São extremamente cortesês. Nunca levam o copo aos lábios sem esperar que você o faça primeiro; mas, com a mesma facilidade com que se curvam no seu gracioso cumprimento, parecem dispostos, caso a ocasião se ofereça, a cortar sua garganta. (DARWIN, 2008, P. 60)

Em um primeiro momento da citação, o viajante faz notar no gaúcho o hábito de beber e fumar, pode-se deduzir que esta passagem trata do gaúcho após um dia de trabalho, pois a mesma diz que a ação se desenvolveu ao entardecer, e o dia de trabalho se encerrava neste período. A aparência física, assim como a vestimenta do gaúcho salta os olhos de Darwin, podemos a esse respeito afirmar que tamanha era a singularidade daquele tipo em comparação com o homem urbano platino, que nosso viajante achou adequado descrever o gaúcho em seus mais estritos detalhes exteriores.

---

<sup>7</sup> Local de paragem dos gaúchos, onde aqueles homens exerciam toda sua singularidade de hábitos e cultura, sobre tal podemos transcrever o diz Heloisa Reichel e Ieda Gutfreind, “Entretanto, paro o habitante da campanha, estas manifestações culturais estavam relacionadas com o seu cotidiano, com a sua forma de viver. A bebida, que ele comprava dos nativos, o ajudava a passar as noites frias ao relento; os jogos de azar faziam parte do seu lazer diário, visto que o dia de trabalho se encerrava ao entardecer e, muitas vezes, o clima adverso impedia que, em outros, pudesse trabalhar. Os bailes, a música, a dança, por sua vez se constituíam em fontes de diversão e de oportunidade de manter relações sociais. Como ele costumava cruzar o pampa em busca do gado, e a distância entre uma e outra estância era grande, sua vida se caracterizava, em muitos momentos, pela solidão. Por isso, apreciava freqüentar bailes, tocar viola e entoar canções. Estas duas últimas, inclusive, faziam parte da sua vida solitária, quando, à noite, apeava do seu cavalo e dormia debaixo de um umbu.” (REICHEL; GUTFRIEND, 1996, P. 184)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Para o inglês, o gaúcho quase que constitui outra raça de homens. O campeiro possui incrível noção de cortesia, mas devido a suas vivências embrutecidas possui a frieza necessária para cortar a garganta de outro homem se assim for necessário. Mais uma vez percebemos como aos olhos de um homem da Europa, onde sua vivência se desenvolve em um cenário de relativa paz social, uma outra forma de existência que difere da sua, adquire contornos de estranheza e até mesmo violência.

Darwin fica impressionado quanto à destreza do gaúcho na sua relação com o cavalo<sup>8</sup>, fala a respeito nos seguintes termos:

No decorrer do dia, fiquei impressionado com a destreza com que um gaúcho forçou um cavalo indócil a nadar em um rio. Ele tirou suas roupas e pulando nas costas do cavalo, cavalgou para a água até que o cavalo estivesse sem pé; então, escorregou pela garupa, segurou-se na cauda do cavalo quando o cavalo tentava virar, o homem o assustava jogando-lhe água no rosto, forçando-o a voltar para o caminho que desejava. Assim que o cavalo tocou o fundo no outro lado, o homem puxou-se novamente para cima e, antes que o cavalo ganhasse a margem, estava firmemente sentado, brida na mão. Um homem nu em um cavalo nu é um belo espetáculo, eu não tinha idéia de quão bem os dois adaptavam um ao outro (DARWIN, 2008, P. 174)

Nesta passagem fica evidente a relação tão próxima do gaúcho com o cavalo, lidar com o cavalo fazia parte da constituição da identidade gaúcha. Ainda sobre a relação do gaúcho com o cavalo, Darwin faz notas sobre o “*Domidor*”, seria o domador de cavalos, para reiterar a singularidade dos gaúchos o viajante nos informa que a atividade de doma de um cavalo pode apenas ser realizada por um gaúcho, observamos nas palavras do viajante, assim:

---

<sup>8</sup> “O gado cavalari já era encontrado na Região Platina, desde a expedição de Juan de Solis, entre 1515/1516. Anos mais tarde, quando da primeira povoação de Buenos Aires e seu conseqüente abandono, ficaram, ali, muitos cavalos que se procriaram naturalmente. Além de serem importantes para o comércio realizado por portugueses e espanhóis, também foram de extrema utilidade aos nativos da região.” (REICHEL; GUTFRIEND, 1996, P. 113)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O gaúcho escolhe um potro bem crescido e, enquanto o animal corre ao redor do picadeiro, ele atira seu laço para pegar as patas dianteiras, instintivamente o cavalo rola com um choque pesado, e enquanto se debate no chão, o gaúcho, segurando firme o laço faz um círculo para pegar uma das patas traseiras perto do casco e então a puxa para perto das patas fronteiras dele. (DARWIN, 2008, P. 183)

Darwin afirma que tal processo de doma é de grande severidade, a justificativa que encontra para tal comportamento é o enorme número de cavalos disponíveis nos campos, em primeiro olhar isto faz sentido, mas, podemos tentar analisar de forma mais profunda aquela relação que aos olhos de Darwin lhe pareceu violenta e severa.

Desta maneira, podemos novamente pensar na dicotomia existente entre a sociedade de onde o viajante é proveniente e a sociedade na qual ele esta inserido, assim queremos dizer que, Darwin faz de certa forma uma crítica a ausência de pensamento humanitário por parte dos gaúchos, mas como censurar aqueles homens, visto que dentro de sua mentalidade inexistia o conceito de trato humanitário, sendo assim, a forma como os gaúchos procediam com os cavalos pode ser entendida como a única possível naquele universo singular em que o habitante dos campos se vinculava.

Ainda sobre a relação entre gaúcho e cavalo, Darwin nos conta sobre as incríveis qualidades do homem do campo como cavaleiro:

Os gaúchos são bem conhecidos por serem ótimos cavaleiros. A idéia de ser derrubado, deixar o cavalo fazer o que quiser nunca passa por suas cabeças. Seu critério de bom cavaleiro é um homem que possa cavalgar um potro que não foi domado, ou aquele que, se o cavalo cai, apeia em seus próprios pés; ou que pode fazer tais proezas. (...) Lembro de ver um gaúcho cavalgando um cavalo muito teimoso, que três vezes sucessivas empinou tão alto a ponto de cair de costas com grande violência. O homem julgava com uma frieza incomum o momento certo de pular fora (...) assim que o cavalo se levantava, o homem saltava em suas costas, e finalmente eles começaram a galopar. O gaúcho nunca parece fazer nenhuma força muscular. (DARWIN, 2008, P. 185)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Encontramos na citação acima que o ser gaúcho, fazer-se gaúcho estava de maneira muito evidente vinculado com a capacidade do homem do campo dominar por sua vontade o cavalo, grande parte de sua identidade passava pelo êxito da doma do quadrúpede. Interessante também nesta passagem é o fato de que a prática gaúcha com o cavalo aos olhos do viajante inglês causa a impressão de um movimento natural, algo inerente a natureza do gaúcho, pois como o próprio Darwin afirmou, o gaúcho não demonstrava fazer qualquer tipo de foca física.

Darwin encerra suas observações sobre o gaúcho nas seguintes palavras:

Os gaúchos, ou os homens do campo, são muito superiores aos que residem nas cidades. O gaúcho invariavelmente é muito obsequioso, educado e hospitaleiro: em nenhum caso fui tratado de maneira inóspita ou com rudeza, ele é modesto, tem respeito tanto por si mesmo quanto por sua pátria, mas ao mesmo tempo é ousado e ardente. Por outro lado, muitos assaltos são cometidos, e há muito derramamento de sangue: o hábito de constantemente carregar uma faca é a principal causa. É lamentável ouvir relatos sobre quantas vidas são perdidas em brigas insignificantes. Em combate, cada lado tanta marcar o rosto do seu adversário lhe cortando os olhos ou o nariz, como atestam as profundas e horríveis cicatrizes que amiúde marcam as faces. Roubos são a consequência natural da mistura de jogatina generalizada, muitas bebida e indolência extrema. Em Mercedes, perguntei a dois homens se eles não trabalhavam um disse que os dias eram muitos longos, e o outro, que era muito pobre. (DARWIN, 2008, P. 189)

Nesta última observação do viajante fica mais uma vez explícito que o gaúcho se vincula a vida no campo e que se diferenciam do homem urbano. Também outra vez vem a luz o comentário a cerca do comportamento violento por parte do gaúcho, como por exemplo, as bebedeiras, brigas e o decorrente derramamento de sangue ocasionado, mais uma vez devemos lembrar que, chamar tais atos de selvageria, parte sempre de uma visão de mundo onde todas as ações são ordenadas e pacíficas. Neste mesmo sentido podemos falar algo



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

sobre a última parte da citação, ou seja, quando o viajante nos fala que os gaúchos não trabalham, o trabalho no espaço pampeano para esses gaúchos obedecia à outra lógica, as práticas se dão na medida da necessidade, ou seja, o gaúcho trabalha de forma sazonal em muitos casos, coloca-se vez ou outra sob o comando de alguém apenas durante o tempo em que for necessário para receber o suficiente para sua subsistência, sem desta maneira, preocupar-se com acúmulo de algum capital, pois tendo seu cavalo, o pampa como cenário e o gado<sup>9</sup> para consumir a carne e vender o couro, sua existência estava assegurada

Agora partiremos para nosso último viajante, será ele, Alexandre Baguet<sup>10</sup>. Baguet percorreu no ano de 1845 o espaço da província do Rio Grande do Sul. O viajante belga se diferencia dos outros viajantes, pois não pertence à classe dos naturalistas, Baguet se coloca muitas vezes como um historiador com pendores sociológicos, realiza em determinados momentos relatos sobre a história do Rio Grande do Sul até o século XIX e problematizando os mesmos.

Baguet no início de sua obra deixa claro sua dedicação em conhecer e percorrer tudo que fosse possível do território em que sem encontrava, estava neste momento residindo no Rio de Janeiro. (BAGUET, 1997, P. 22)

---

<sup>9</sup> Vale aqui citar sobre a introdução do gado na região dos gaúchos, mais uma vez utilizaremos as informações fornecidas pelas pesquisadoras Reichel e Gutfreind. “Em 1556, a cidade d Assunção, no Paraguai, necessitando de gado vacum, adquiriu algumas cabeças dos Irmãos Góis, comerciantes da Capitania de São Vicente, na América Portuguesa. Também Felipe Cárceres, em 1868, trouxe do peru, através do Pacífico, outras cabeças destes animais.

O rebanho de Assunção proliferou e expandiu-se a outras áreas da Região Platina. Foi levado a Buenos Aires e Santa fé entre 1573 e 1580, atingindo Corrientes em 1588, e a Banda Oriental, no segundo decênio do século XVII. (...) A partir da terceira década do século XVII, os bandeirantes atacaram as Missões, e os jesuítas retiraram-se para outra margem do rio Uruguai. Ao abandonarem a área, deixaram grande de seu gado, cerca de 15000 cabeças. Sobreveio um período de tranquilidade que oportunizou a reprodução natural desses animais, formando-se, assim, dois outros grandes rebanhos na Região. Estes, compostos de gado selvagem, foram denominados de Vacaria do Mar (Uruguai) e Vacaria dos Pinhais (norte do Rio Grande do Sul), chegando a possuir cinco e um milhão de cabeças, respectivamente.” (REICHEL, GUTFRIEND, 1996, P. 113 – 114)

<sup>10</sup> O belga Alexandre Baguet (1817 – 1897) chegou ao Brasil em 1840. Entre 1845 – 1846 excursionou pelo Rio Grande do Sul e Paraguai. Fora contratado pelo aventureiro americano Edward Hopkins, que se passava por um diplomata representante do governo dos Estados Unidos frente ao governo paraguaio. Os constrangimentos causados pela má reputação de Hopkins levaram Baguet a não se referir às motivações da viagem ao lado do aventureiro. Ao regressar para Bélgica em 1874, assumiu o cargo de cônsul honorário na Antuérpia. (ALVES, TORRES, 2008. P. 69) Utilizamos a edição publicada pela Edunise, no ano de 1997.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O viajante faz suas primeiras observações a respeito do gaúcho, quando comenta sobre seu guia da seguinte maneira:

O guia que contratamos em São Gabriel era um verdadeiro gaúcho, um filho puro sangue dos pampas. Tendo participado durante muitos anos de um grupo de revolucionários, vivera muito tempo somente de carne assada sem tempero, passando as noites ao relento. Como a maior parte de seus compatriotas, era de uma habilidade extrema em lançar o laço, as boleadeiras e o facão (...) é um espetáculo dos mais curiosos para qualquer um que veja lançar o laço pela primeira vez. Mesmo a pé e com completa liberdade de movimento, não é coisa fácil lançar bem o laço; assim, deixo que imaginem o que é preciso de destreza para manejá-lo a todo galope, em um campo acidentado. Indique a um gaúcho um animal numa tropa de duzentos a trezentos animais com chifres: ele jogará o laço nos chifres, nas patas ou em qualquer parte do corpo do animal e este será capturado. (BAGUET, 1997, P. 63)

A citação de Baguet corrobora o que já havíamos evidenciado nos outros viajantes tratados em nosso estudo, ou seja, ao afirmar que seu guia era um genuíno gaúcho, pois era filho dos pampas, deixa claro outra vez que gaúcho e pampa não dois elementos que não podem ser dissociados, o pampa é o cenário do desenrolar da vivência gaúcha.

Também nesta passagem percebemos que o gaúcho aos olhos de Baguet é um homem que possui um estilo de vida pautado nas lides campeiras e sua vivência vinculada a uma existência onde a brutalidade foi a pedra de toque.

Para encerrarmos nosso olhar a cerca do viajante Baguet, vejamos que ele nos diz a cerca do gaúcho e sua coragem: *“Os gaúchos dos pampas e os índio não temem nenhum animal, por mais terrível que seja. Foram vistos caçando a laço a onça, o tigre do sul da América, e arrastarem-na até estrangulá-la.”* (BAGUET, 1997, P. 64)

Desta maneira, percebemos que sob o olhar do viajante belga, o gaúcho se apresenta como um tipo que se difere de qualquer outro habitante dos pampas, possui um modo de vida singular, seus comportamentos se realizam na lides do campo, na destreza com o cavalo, na força física.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

#### **4) Conclusão:**

Neste momento, chegando ao final de nosso artigo, tentaremos passar em revista determinados pontos que ao longo da pesquisa foram trazidos a lume. Podemos então, dizer que, na visão dos viajantes o gaúcho é aquele homem, tipo social que estava estritamente ligado ao campo, bem como as formas e lides campeiras, não era pelos viajantes visto apenas como um camponês, acantonado, pois o gaúcho travava diariamente uma relação ativa com o ambiente que o abrigava, o gaúcho tinha no imenso espaço do pampa o cenário perfeito para fazer vir a luz sua identidade de homem que não abriria mão de sua liberdade de correr aqueles espaços sobre seu cavalo.

De igual maneira o gaúcho dos viajantes ficou conhecido por serem extremamente destros no manejo do cavalo e nas praticas de prear o gado, de acordo com que vimos ao longo de nossas pesquisas, os viajantes perceberam o homem do campo como sendo aquele que estando no campo construiu sua identidade na medida em que criou uma intima ligação com o cavalo e o gado. Vale lembrar que aos olhos dos viajantes o gaúcho se apresentou como um homem de singular violência e brutalidade em suas ações, mas isto como afirmamos anteriormente é uma visão de homens que pertenciam a uma forma totalmente outra no que tange a maneira de organização e proceder de uma sociedade, não poderia ser diferente tal olhar dos viajantes, assim como não devemos pensar em uma maneira alternativa para as práticas e hábitos dos gaúchos, pois aqueles que os mesmos desenvolveram e executaram eram os únicos possíveis em seu universo de ação.

Desta maneira, podemos reiterar mais uma vez o que dissemos no início de nosso artigo, ou seja, os relatos dos viajantes sem dúvida alguma devem ser utilizados como fonte para nossas pesquisas históricas, mas sua leitura deve proceder a partir de uma crítica ao texto, queremos dizer assim, que, o gaúcho que os viajantes descrevem, bem como suas práticas, hábitos e costumes não devemos tê-los como uma verdade tácita, toda e qualquer visão dos gaúchos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

mesmo que sendo produzidas *in loco*, em tempo real, é uma construção, uma interpretação a cerca do gaúcho a partir de olhares que não são os deles sobre eles mesmo, pois o gaúcho não escreveu sobre si.

## **5) Referências Bibliográficas:**

ALVES, Francisco das Neves, TORRES, Luiz Henrique. *Visões do Rio Grande: a vila/cidade na óptica européia (1809 – 1887)*. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 2008.

BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: Parula, 1997.

DARWIN, Charles. *Viagem de um naturalista ao redor do mundo. Volume I*. Porto Alegre: LP&M, 2008.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De rio-grandense a gaúcho: o triunfo do avesso*. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. Volume III: O Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1949.

REICHEL, Heloisa Jochins, GUTFRIEND, Ieda. *As raízes históricas do MERCOSUL: a região platina colonial*. São Leopoldo: ED. Unissinos, 1996.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

## **FARROUPILHAS APÓS A REVOLUÇÃO. CONSIDERAÇÕES SOBRE ANTÔNIO DE SOUZA NETO E DAVID CANABARRO**

Matheus Luís da Silva\*

Este artigo tem como objetivo apresentar parte dos resultados que estão sendo obtidos a partir do trabalho no projeto de pesquisa “*Os farroupilhas no contexto do processo de formação e consolidação dos estados nacionais no espaço fronteiriço platino.*” Em nosso projeto, nos propomos a estudar qual foi o destino político dos líderes da Revolução Farroupilha (1835 – 1845) após o fim do conflito, sua possível ou não atuação na política do Império, como por exemplo, a sua participação, caso tenha havido, na Guerra do Paraguai. Neste sentido estamos buscando analisar a trajetória de alguns personagens que são o que consideramos a *elite farroupilha*, tomando por base o conceito formulado por Maria Medianeira Padoin (2001)<sup>1</sup>, que considera essa elite como fatores determinantes tanto na formulação como na execução<sup>2</sup> do projeto de rebelião, posteriormente da guerra e por fim da República. Ainda falando do conceito estruturado por Padoin, a *elite farroupilha* era composta, segundo a autora, por estancieiros, militares, charqueadores, comerciantes e sacerdotes. É importante notar que a autora nos fala que *elite farroupilha* não caracteriza dizer o mesmo que “elite sul rio grandense”, pois nem todos os rio-grandenses eram farroupilhas, como também parte da *elite farroupilha* não era natural da província do Rio Grande do Sul, como os exemplos de Bento Manuel Ribeiro, José Pinheiro de Ulhoa Cintra, Domingos José de Almeida, Mariano de Mattos, entre outros. É importante também notar que não estamos definindo esta *elite farroupilha* como algo homogêneo, pois não havia um consenso de ideário

---

\*Aluno de Graduação do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bolsista PROBIC/FAPERGS. mls.hist@gmail.com

<sup>1</sup> PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho: Fronteira Platina, Direito e Revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

<sup>2</sup> PADOIN, 2001. p 77.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

sobre república e federalismo como bem demonstra a autora em seu trabalho, tivemos pelo menos dois grupos dentro da Revolução, a maioria e a minoria.

Acabamos elencando Antônio de Souza Neto e David Martins Canabarro para tema deste artigo por representarem duas correntes diferentes dentro do movimento armado, considerando que o primeiro fazia parte da maioria e o segundo da minoria. Outro ponto importante na escolha é que ambos tiveram, ao que tudo indica, relevância na política do império e estiveram presentes na guerra contra o Paraguai (1864 – 1870).

É importante destacar que o projeto teve financiamento através de uma bolsa PROBIC/FAPERGS/2010-2011, renovada neste ano. Este projeto de pesquisa é vinculado ao Grupo de Pesquisa “História Platina: Sociedade, Poder e instituições” do CNPq e ao Comitê História, Fronteira e Região da Associação das Universidades do Grupo Montevideu –AUGM, além de fazer parte de um projeto maior “História da América Platina e os processos de construção e consolidação dos estados nacionais do século XIX e início do século XX”.

## **ANTÔNIO DE SOUZA NETO.**

Neto pode ser considerado como o segundo homem em importância, dentro da República Rio Grandense, Pelo menos é isso que nos dizem Dante de Laytano (1983)<sup>3</sup> e Claudio Moreira Bento (1992)<sup>4</sup>. Esse autores também nos dizem que Neto teve uma brilhante carreira militar, alcançando o posto de Coronel da Legião da Guarda Nacional de Bagé, legião esta que foi convertida, durante a Revolução Farroupilha, em Brigada Liberal.

Proclamador da República Rio Grandense, Neto atuou na Revolução Farroupilha desde seu primeiro momento até seu ultimo instante, assinando a Paz de Ponche Verde com diversos outros lideres militares. Comandou o

---

<sup>3</sup> LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-Grandense**. Porto Alegre: Sulina, 1983.

<sup>4</sup> BENTO, Claudio Moreira. **O Exército Farrapo e os seus Chefes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Exército Farrapo e foi o responsável pelo mais longo cerco a cidade de Porto Alegre, sem poder tomá-la para os farroupilhas. Com o fim da guerra civil Neto foi morar no Uruguai, naquilo que alguns autores chamam de “auto exílio”.

Estes resumidos dados podem ser encontrados em qualquer estudo mais elaborado que se proponha a fazer um levantamento do perfil de Neto. Talvez possam se juntar as descrições o fato de que lutou na Guerra do Paraguai a favor do Império do Brasil, foi nomeado Brigadeiro Honorário do Império e que abriu mão de seus vencimentos na Guerra do Paraguai. A grande questão é que dentre 1845 até 1866, período em que finda a Revolução Farroupilha até o período que Neto morre em Corrientes, respectivamente, existe pouca ou quase nenhuma reflexão sobre seu papel político militar. Sobre seu papel como segundo homem em importância da República Rio Grandense podemos afirmar que a questão é bem mais complexa. O fato de ter proclamado a república não torna Neto uma liderança incontestável dos farrapos. Sabemos que, entre outros, Bento Manoel Ribeiro teve uma relevância significativa tanto para as vitórias quanto para as derrotas sofridas por republicanos e realistas, mas não nos deteremos neste ponto pois não faz parte do nosso objetivo neste artigo.

Após o fim da República Rio Grandense, a historiografia praticamente esquece-se de Antônio de Souza Neto. E quando não esquece cai em contradição. Por exemplo, sobre ter ou não participado da guerra contra Oribe e Rosas: Dante de Laytano (1983), por exemplo, nos afirma que Neto participou da guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) e nesta oportunidade fora elevado a Brigadeiro Honorário do Imperial Exército Brasileiro<sup>5</sup>. Moreira Bento diz, no entanto, que Neto jamais participara da Guerra contra Oribe e Rosas:

Na guerra contra Oribe e Rosas 1851 – 1852, não participou, pois, segundo Wiedersphan, “vivia no Uruguai, suspeito e espiado pelo Império”, para onde recolheu-se embora signatário da Paz de Ponche Verde. (BENTO, 1992. p 105)

---

<sup>5</sup> LAYTANO, 1983. p 26.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Não tivemos acesso a documentação que comprove ou não a participação de Neto na Guerra contra Oribe e Rosas, mas é interessante notar que o próprio Claudio Moreira Bento diz em seu livro que Neto era um líder natural dos brasileiros vivendo no Uruguai, assinalando importância política no período mesmo que para ele, Neto parecesse uma liderança perigosa para o Império. Parece claro que Neto vai seguir tendo atuação política, principalmente como líder dos brasileiros no Uruguai.

Na documentação que pesquisamos, pudemos ter acesso a interessantes documentos como a carta em que Neto aceita o posto de Brigadeiro do Exército Brasileiro:

Esta em meu poder o officio que V.Ex<sup>a</sup> se dignou enviar-me a 18 de Maio, communicando ser o Ex<sup>o</sup> Sr. Ministro da Guerra, em aviso de 19 de Abril, participando a essa Presidencia que Sua Majestade o Imperador houve por bem por Decreto do mesmo mês e igual anno, conceder-me as honras do Posto de Brigadeiro e uso dos competentes distintivos. Apreciando como he de meu grato dever [?], manifesto a V.Ex<sup>a</sup> meu sincero reconhecimento e a adhesao do Augusto Monarcha. Deos Guarde V.Ex<sup>a</sup>. Fazenda de Sta. Theotonia em Uruguay. 30 de Agosto e 1858. [Assina Antônio de Souza Netto]<sup>6</sup>

Como se pode ver, a data em que Neto encaminha a Carta em que aceita o posto de Brigadeiro do Exército é cinco anos posterior a Guerra contra Oribe e Rosas. Nota-se também que assina desde sua estância no Uruguai e não no Brasil. A partir disso devemos pensar na seguinte questão: A elevação ao posto de Brigadeiro pode ser um reflexo da sua atuação política no Uruguai? Acreditamos que sim pois a nomeação de Neto para um posto elevado do exército não seria gratuita e deve mesmo dizer respeito a uma atividade política em território Uruguaio a favor do Império do Brasil. Outra questão é que o Império necessitava de lideranças militares para resguardar esta parte de seus domínios desde antes 1835 e, naquela época, ser uma liderança militar estava muito ligado a ser uma liderança política, social e também econômica. Quais

---

<sup>6</sup> AHRGS – Fundo Autoridades Militares. Transcrição nossa.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

foram as atividades de Neto no Uruguai a favor do Império? Ainda não pudemos alcançar tal conhecimento por não ter encontrado documentos sobre o assunto até o momento. Esta carta, mesmo que seja de 1858, é o primeiro documento que tivemos acesso, produzido por Antônio de Souza Neto, depois da Revolução Farroupilha. Temos entre ela e o fim da Revolução Farroupilha (1845) um período de dúvidas de quase treze anos e que ainda estamos buscando.

O próximo documento recolhido já se trata de uma ordem do dia, escrita desde o Quartel General do Comando da Brigada Ligeira, em Bagé, na data de 19 de Outubro de 1964. E os outros documentos datam dos três últimos anos de vida do então Brigadeiro Antônio de Souza Neto e sua preparação, planejamento e deslocamento para a Guerra do Paraguai. Embora diga diversas vezes que a Brigada sob seu comando está em “deplorável estado”, confirma que segue o inimigo de perto disposto a combatê-lo, não podendo vitimá-lo por falta de recursos<sup>7</sup>.

Em outra carta, podemos ver que embora comandasse uma Brigada de Voluntários, ele recebia algum tipo de auxílio do Império para sua empreitada, como podemos notar na carta abaixo:

Segue a apresentar-se a V.Ex<sup>a</sup> o Senhor José Antônio da Costa para recolher e conduzir o fardamento que V.Ex<sup>a</sup> mandou manufaturar para a Brigada de meu Comando; e algum armamento.<sup>8</sup>

A importância político militar de Netto pode ser constatada em documento onde faz petição para a promoção de um soldado:

É verdade quanto a [?] allega, tendo a acrescentar que não obstante ser preterido, a desempenho de suas obrigações farão cheias de importância, V.Ex<sup>a</sup> mandaria o que foi servido, tendo a declarar que é um jovem aproveitavel para as armas e mais bem louvaria a nação quando a promossão ao posto de Capitão, que tem movimento e aptidão. Quartel General do Comando da

---

<sup>7</sup> AHRGS. Fundo Autoridades Militares. Antônio de Souza Neto, 1865.

<sup>8</sup> AHRGS. Fundo Autoridades Militares. Antônio de Souza Neto, 1865.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Brigada Ligeira na Ilha de [?] em 1º de Março de 1865. [Assina Antônio de Souza Netto]<sup>9</sup>

Esta documentação já nos ajuda a constatar que Antônio de Souza Neto não perdeu sua importância político militar após o fim da Revolução Farroupilha, teve seu papel na guerra do Paraguai e esteve sempre vinculado ao círculo de poder, à Elite governante que fazia parte. Mesmo tendo se rebelado contra o Império não perdeu seu status e sua importância, lutou e defendeu o Império mesmo tendo, ao que tudo indica, ideais republicanos o que não significava incoerência pois como foi bem apontado por Maria Medianeira Padoin, as idéias de república e federalismo não estavam consolidadas como na atualidade, os farroupilhas conheciam estas teorias e haviam disputas internas dentro da própria Elite Farroupilha sobre essas teorias.

## **DAVID CANABARRO.**

David Canabarro representa uma figura da *elite farroupilha* diferente se comparada a Antônio de Souza Neto. Nomeado General pela república rio-grandense por merecimento, Canabarro foi o responsável pelas tratativas de paz com o Império, que obtiveram sucesso e culminaram com a Paz de Ponche Verde. Manteve-se vivendo no Rio Grande do Sul e incorporou-se as forças imperiais depois de pacificada a Província.

É bastante conhecido pelo episódio da Batalha de Porongos, onde o corpo de lanceiros negros foi dizimado, sob a acusação de saber do ataque e de facilitá-lo, uma vez que a questão dos negros era um dos pontos complicados para a pacificação da Província, já que a abolição da escravatura representava um risco para o sistema escravocrata do Império. Canabarro ascende rapidamente como uma figura importante entre os chefes militares farrapos:

---

<sup>9</sup> AHRGS. Fundo Autoridades Militares. Antônio de Souza Neto, 1865.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Canabarro, figura ainda secundária na luta política, cuja oposição era chefiada por Antonio Vicente da Fontoura, sentia dia a dia crescer ascendente sobre os demais chefes militares a ponto de ver seu nome indicado para substituir o de Bento Gonçalves na presidência da República. (REICHARDT, 1934, p. 96)

Canabarro também é citado por Laytano e Moreira Bento, quando querem escrever que o movimento farroupilha não era separatista como no seguinte caso contado por Laytano:

O ditador Rosas, da Argentina, mandou uma proposta a Canabarro, que consistia em enviar reforço argentino para o Rio Grande do Sul e ajudar os farroupilhas a combaterem os efetivos brasileiros a serviço da Monarquia (LAYTANO, 1983, p. 35)

Ao qual Canabarro teria respondido:

O primeiro de vossos soldados que transpuser a fronteira, fornecerá o sangue com que assinaremos a Paz de Piratini com os imperiais, por cima de nosso amor à República está o nosso brio de brasileiros. Quisemos ontem a separação de nossa pátria, hoje almejamos a sua integridade. Vossos homens, se ousassem invadir nosso país, encontrariam ombro a ombro, os republicanos de Piratini e os monarquistas do Sr. D. Pedro II. (LAYTANO, 1983, p. 35)

Este é um episódio, que pode inclusive ser mítico, só e retratado no livro de Laytano com pouca referência. Não sabemos sua autenticidade e não é nossa intenção descobrir, o que parece interessante notar é que em sua proclamação na Paz de Ponche Verde apontava para “um poder estranho” que poderia ser tanto o ideário separatista de parte da elite farroupilha como um poder externo, Canabarro dizia na proclamação entre outras coisas:

[...] Um poder estranho ameaça a integridade do Império; e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniquidades, nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

criados no furor dos partidos, ao bem geral do Brasil. (BENTO, 1992. p 134)

Assim, Canabarro pode ser entendido mais facilmente nas linhas de frente das lutas do Império do que Neto, por exemplo, que teria atitudes mais realçadas em nome do republicanismo. Ao lado do Império, Canabarro passou a exercer importante papel:

[...]comandando uma divisão de cavallaria, na guerra contra Rosas. E em 1865, sem embargo da velhice que sobre elle pesava, defendeu nobremente o Brasil, na invasão Paraguaya, até a rendição de Uruguayana, sendo victima ahi, da injustiça clamorosa de um conselho de guerra, onde apresentou defesa tão convincente de sua acção militar, que os seus levianos accusadores julgaram melhor que um perptuo silencio caisse sobre o libello...

Ao pundonoroso guerreiro doeu fundo a iniquidade; e amargurado por ella David Canabarro morreu, na fazenda de São Gregorio , em Sant´Anna do Livramento, em 12 de abril de 1867. (ROSA, 1935. p. 64)

Pelos relatos destes autores, Canabarro aparece como um personagem “incompreendido” tanto pelo grupo da maioria dos farroupilhas, como posteriormente pelas forças legalistas do Império:

Na hora da victoria, estava de todo esquecido o velho soldado, cheio de serviços á pátria, e que havia, com seu tino e a sua argucia, assegurado o bom exito das armas brasileiras. Nove dias depois lembraram-se delle: o ministro da guerra mandava submettel-o á conselho de investigação! Foi a ultima recompensa ao brioso lidador, que me 12 de abril de 1867 levava para a sepultura o travo de uma das mais graves e fundas injustiças praticadas no Brasil. (ROSA, 1935. p. 73)

Observa-se a preocupação dos autores em revalorizar a figura de Canabarro enquanto um herói nacional e não separatista.

Como se incorporou as tropas imperiais depois do final da Revolução Farroupilha, em 1845, a quantidade documental no acervo autoridades militares é maior. Esta documentação possui ordens do dia, pedidos de materiais para



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

sua tropa entre outros assuntos militares. Canabarro esteve incorporado ao Império e na defesa de suas divisas lutando na Guerra contra Rosas e Oribe e na Guerra do Paraguai, sendo considerado nesta última, como o principal responsável por alistar os farroupilhas para o esforço de guerra. Para nós sua relevância é clara e carece mais estudos

## CONCLUSÕES

Não se pode afirmar que apenas os perfis de Antônio de Souza Neto e de David Canabarro possam definir a *elite farroupilha* ou sejam uma referência para compreendermos as relações dos farroupilhas após 1845, no contexto do processo de formação e consolidação dos estados nacionais no espaço fronteiriço platino, mas eles permitem algumas conclusões interessantes de sinalar. A primeira delas é que esta elite, como já nos dizia Padoin (2001), não era homogênea. Neto e Canabarro faziam parte de grupos políticos internos distintos dentro da República e tendo sido Canabarro o principal integrante para a assinatura da Paz de Ponche Verde, Neto possivelmente se “auto-exila” no Uruguai por motivações políticas. Isso mostra que o grupo político possuía divergências. Da mesma forma sua nomeação como Brigadeiro pode representar uma tentativa de aproximação do Império com líderes militares, uma vez que a guarda da fronteira deveria ser outra vez entregue a estes caudilhos que antes haviam se rebelado contra o Império. Outro fator importante é o de que Neto não se incorporou ao exército brasileiro por algum motivo, que de fato não podemos ainda precisar, ao contrário de Canabarro que se incorporou ao exército e assumiu postos de comando neste.

O que se pode com certeza afirmar é que os farroupilhas, mesmo tendo perdido a guerra, a república ter sido dissolvida e o território ter sido reintegrado ao Império em 1845, suas lideranças não foram totalmente



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

excluídas do círculo de poder do Império do Brasil, assumindo postos militares neste e afirmando sua importância no mundo fronteiriço platino.

## REFERÊNCIAS

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Fundo Autoridades Militares, 1838 – 1866*. Pesquisa realizada em Janeiro de 2011.

BENTO, Claudio Moreira. *O Exército Farrapo e os seus Chefes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Sulina, 1983.

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho: Fronteira Platina, Direito e Revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

REICHARDT, H. Canabarro. *David Canabarro (estudo biográfico)*. Edição centenário Farroupilha nº4. Porto Alegre: Papelaria Velho, 1934.

ROSA, Othelo. *Vultos da Epopeia Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **PRÁTICAS LÚDICAS NIPO-BRASILEIRAS: UM PATRIMÔNIO IMATERIAL A SER PRESERVADO**

Mauricio Hiroshi Filippin Oba<sup>1</sup>

Michele de Oliveira Casali<sup>2</sup>

André Luís Ramos Soares<sup>3</sup>

### **Introdução**

O presente trabalho tem o objetivo de mostrar a importância da preservação das práticas lúdicas dos nipo-brasileiros sob o âmbito de patrimônio imaterial, uma vez que, sob influência da realidade atual, vivida pelas gerações mais novas, a estrutura familiar está se modificando.

Os primeiros imigrantes japoneses chegaram ao Rio Grande do Sul em 1956, possuíam em suas malas poucos bens materiais, no entanto, uma bagagem repleta de costumes e tradições, tais como suas práticas lúdicas de cantigas, jogos e danças, sendo um dos elementos fundamentais para a definição da identidade japonesa.

A transmissão desses conhecimentos às gerações futuras é crucial, e a perpetuação desses ensinamentos é uma das maiores preocupações da linhagem japonesa, como afirma Benedict:

Os pais japoneses precisam dos filhos não apenas por satisfação emocional, como também porque terão falhado na vida se não houverem levado avante a linha da família. Todo japonês deve ter um filho. Necessita dele para que preste homenagem diária à sua memória após a morte, o altar da sala de estar, diante da miniatura da pedra tumular. (BENEDICT, 1972, p. 215)

De forma mais circunscrita, a educação tradicional japonesa inicia ainda na infância, é nos primeiros anos de vida que a ideologia começa a ser formada.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de História Licenciatura Plena/Bacharelado da UFSM, mauricio\_oba\_@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de História Licenciatura Plena/Bacharelado da UFSM, michele-casali@hotmail.com

<sup>3</sup> Professor Doutor do Departamento de História da UFSM, alrsoares@gmail.com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Desde cedo a personalidade da criança tem traçados os moldes dos valores familiares. A aprendizagem dos primeiros conceitos da vida é passada a criança de maneira que ela possa associar princípios do que é “certo” ou “errado”. Através de brincadeiras a criança aprende mais do que somente conhecimentos de âmbito concreto, mas também valores morais. O brinquedo torna-se um construtor de ideologias através do qual um povo transmite a sua visão de mundo.

Desta forma propomos a busca pela observação, pesquisa e registro, oral, fotográfico e cinematográfico dessas práticas junto às 14 famílias de nipo-brasileiros presentes em Santa Maria, e a possibilidade de ampliação para o estado do Rio Grande do Sul.

### **Práticas Lúdicas**

As práticas lúdicas aqui trabalhadas são vistas através de uma relação criança-ambiente, pois é no brincar que o ser infantil entende o mundo, compreende fenômenos e se insere no meio sócio-cultural.

Ao brincarem, as crianças estão resgatando e recriando movimentos, expressões e sentimentos que as aproxima dos seus mais distantes antepassados, mostrando-as como seres humanos exercendo as capacidades humanas de apropriação e transmissão de práticas culturais. (LUCCA, 2007, p.37)

A percepção de mundo, o comportamento e a conduta que se formam através do jogo estão intimamente ligados à mentalidade comum da própria cultura em que o ser se encontra inseridos.

Os imigrantes japoneses vindos para o Brasil trazem consigo os valores herdados, porém, pelo fato das condições sócio-econômicas não serem as mesmas de sua terra natal, é provável que as tradições tenham se modificado ao se adaptarem à nova realidade. Uma prática mantida foi o *Undokai*. Segundo Souza (2008) “[a] reforma do ensino empreendido pelo governo Meiji somada à necessidade de legitimação do novo governo criaram a necessidade de



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

atividades de caráter cívico nas escolas.” Dessa forma surge essa atividade, uma forma de gincana esportiva com objetivo de rememorar as comemorações realizadas na pátria de origem.

O *Undokai*, assim como as demais atividades de lazer contidas na bagagem cultural dos *Nikkei*, demorou alguns anos para ser retomado, quando os japoneses já se fazem presentes no Rio Grande do Sul, por consequência da priorização de necessidades básicas, tais como alimentação, higiene e moradia.

Com a estruturação social já estabelecida após os primeiros anos, os imigrantes voltam a praticar o *Undokai*, não mais como um ato cívico, contudo, um encontro para confraternização entre seus conterrâneos e celebração cultural. Assim consolida-se uma nova forma de relação com a pátria, uma mistura de festas tradicionais, gincana e momento de celebração às raízes.

A gincana esportiva de fato acontecia, no entanto, era acompanhada de apresentações de canto e dança. A carpa, feita em tecido, símbolo da festa do menino, ou dia da criança no Japão, decorava a festa que reunia crianças, jovens e adultos nas mais diversas atividades. (SOUZA, 2008, p.45)

O grande festival cultural que aí se forma, carrega consigo um significativo número de atividades e características relevantes ao objetivo da pesquisa aqui proposta, tais como a carpa de tecido (*koinobori*), danças e o *karaokê*.

O início da festa se caracteriza pela cerimônia cívica de abertura, resquício do *Undokai* original cujo objetivo era a exaltação da pátria. Após o início da festa iniciam-se as diversas atividades. Entre elas as danças, que envolviam tanto mulheres jovens como as mais idosas vestidas tradicionalmente com quimono e chinélinhos com meias, e o *karaokê*.

O *karaokê*, espécie de concurso de canto, é uma prática característica dos japoneses considerando-se a presença da musicalização infantil em sua cultura, como diz Kishimoto referindo-se à educação infantil.

Não há atividades homogêneas e padronizadas, exceto em momentos destinados ao ensino de música, dança, conto de



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

histórias. O professor é sempre um facilitador da aprendizagem, ficando em segundo plano, dando suporte para os grupos que o solicitam ou desenvolvendo oficina com outros. (Kishimoto, 1997, p.80)

Dá-se ênfase ao ensino musical no Japão, e por esse motivo é comum que os japoneses saibam cantar segundo seus modelos de “boa música”. Desta forma é grande a participação e o envolvimento nos *Karaoke*s.

No Rio Grande do Sul, o almoço durante o *Undokai* absorve elementos culturais, de forma que tanto o churrasco como as comidas típicas japonesas estão presentes. Durante a tarde realiza-se a gincana. Trata-se de provas que demonstram as aptidões físicas do concorrente, por isso as “categorias” são decididas conforme gênero, idade ou até mesmo famílias. Apesar de o *Undokai* ser uma atividade de cultura nipônica, esse fator não impedia a participação de *gaijin*, pessoas não nascidas no Japão e nem descendentes de japoneses, como amigos e autoridades da cidade. Por se tratar de uma confraternização, o foco da gincana não se coloca no vencer, mas no ato de participar.

Estas e outras atividades da comunidade japonesa estão presentes no cotidiano nipônico desde a restauração Meiji, em meados do século XIX, quando a modernização do país construiu e reforçou novos laços de atividades coletivas, hoje constituindo uma herança destes imigrantes. Como herança, pode-se afirmar que constituem um patrimônio cultural, que veremos a seguir.

### **Patrimônio Imaterial**

O patrimônio imaterial é um conjunto de conhecimentos acerca de uma prática, mas não a manifestação em si. É uma herança cultural modificável pelo tempo e espaço:

O “patrimônio cultural intangível” é constituído por práticas, representações, expressões, saberes e fazeres – assim como instrumentos, objetos, artefatos, e espaços culturais que lhe são associados – que comunidades, grupos e, quando for o caso, indivíduos reconhecem como parte de sua herança cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado por comunidades e grupos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

em resposta ao seu meio ambiente, sua interação com a natureza e suas condições históricas de existência, e lhes proporciona um sentido de identidade e continuidade, promovendo assim o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. (LONDRES, 2004, p. 22-3)

Sendo a prática lúdica um conhecimento transmitido através da educação familiar, ou até mesmo escolar, mas considerando-se o fato de repassar o saber de uma manifestação, com caráter coletivo e influenciável pelo meio social e geográfico da realidade, podemos considerá-la um patrimônio imaterial. A prática lúdica envolve a manifestação de saberes seculares, mas também outros muito recentes. Os nipo-brasileiros ao mesmo tempo em que mantém os costumes herdados dos antepassados japoneses, também se incorporam ao novo ambiente cultural em resposta para o modo de vida ocidental em um processo de “abrasileiramento” (HANDA, 1974). Desta forma surgem novas formas de expressão cultural, resultado desse choque entre mentalidades e tradições.

A preservação desse conhecimento é uma atividade a ser incentivada e executada, uma vez que o patrimônio imaterial dependendo da transmissão interpessoal, torna-se suscetível ao esquecimento. Dessa forma, a manutenção deste “saber fazer” (RHODEN, 2002), está intimamente ligada com as relações entre gerações. Não registradas, as práticas lúdicas correm risco de serem totalmente esquecidas, porém é importante ressaltar que o registro não é um congelamento no tempo, e nem dita regras sobre a manifestação do patrimônio. Ele deve ser uma maneira de manter a memória, sem interferir no andar natural da cultura. Mesmo recriadas, reinventadas ou ressignificadas, é importante o registro e a preservação das práticas lúdicas existentes entre os imigrantes.

Visto desta forma, a proposta de registro das práticas lúdicas da sociedade *Nikkei* encontra-se de acordo com o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial/PNPI, instituído pelo decreto nº 3551 de 04 de agosto de 2000, cujo entre os objetivos está “contribuir para preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade.”(BRASIL, 2000). Para



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

fazer cumprir esse objetivo com relação ao patrimônio dos nipo-brasileiros, o Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória- NEP, da Universidade Federal de Santa Maria promoveu o surgimento do Memorial de Imigração e Cultura Japonesa do Rio Grande do Sul.

A iniciativa partiu do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória – NEP-UFSM, que a partir da pesquisa sobre imigração japonesa na cidade de Santa Maria, interior do estado do RS, descobriu aspectos relevantes submersos no esquecimento da historiografia local e oficial, talvez em função do caráter recente da imigração (1956) ou pela supremacia dos estudos sobre imigração “branca” (européia). (Soares, Gaudioso, Lima, 2009)

Devido às poucas pesquisas realizadas acerca dos japoneses no Rio Grande do Sul, o Memorial tem o objetivo de tornar visível a sociedade *Nikkei*, uma vez que a mentalidade nipônica não inclui a necessidade de demonstração da cultura para os *gaijin* (estrangeiros).

Por meio da história e memória dos imigrantes japoneses, buscaremos ampliar a compreensão com relação às práticas lúdicas dos mesmos. Atualmente em Santa Maria, ainda permanecem 14 famílias de descendência nipônica, e é através delas que iniciaremos um processo de registro fotográfico, fonográfico e audiovisual desse patrimônio.

### **Considerações Finais**

As práticas lúdicas ainda não foram objeto de preservação como patrimônio imaterial. No caso dos imigrantes japoneses, são apenas cem anos que separam os primeiros imigrantes da atualidade. Talvez por serem um grupo dos mais recentes é que ainda não foram alvo de atenção por parte da preservação do patrimônio.

Restam muitas coisas a registrar e preservar. Não somente as histórias de vida, as impressões e todos os eventos históricos aos quais os nipônicos estão ligados devem ser motivo de atenção. Os bens culturais não materiais, como os saberes, a culinária, cantos, contos, práticas religiosas, enfim, várias são as temáticas a





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

serem abordadas no que tange a contribuição dos imigrantes no outro lado do mundo.

A proposta de registro das práticas lúdicas é uma das várias ações que o Memorial de Imigração e Cultura Japonesa desenvolve para valorizar os imigrantes que, desconhecidos da maioria dos brasileiros, ainda tem muito a nos trazer de novidades da terra do sol nascente.

## BIBLIOGRAFIA

BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a espada*. São Paulo. Perspectivas S.A. Coleção: Debates – Antropologia, 1972, p. 213-247.

BRASIL. *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial/PNPI*. Instituído pelo Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Brasília, agosto de 2000.

HANDA, Tomoo. *O Imigrante japonês : História de sua vida no Brasil*, São Paulo: T.A. QUEIROZ: Centro de estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Brinquedo e brincadeira na educação infantil japonesa: Proposta curricular dos anos 90*. In: Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 60, dezembro 1997.

LONDRES, Cecília. *Patrimônio e performance: uma relação interessante*. In: GARCIA, Marcos Vinícius Carvalho; GUSMÃO, Rita; TEIXEIRA, João Gabriel L. C. (orgs) Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização. Brasília: ICS-UnB, 2004.

LUCCA, Ana Tereza Gôngora de. *REVELAÇÕES DA HISTÓRIA, TRANSMISSÃO E PRESERVAÇÃO CULTURAL POR MEIO DOS JOGOS E BRINCADEIRAS: OS JAPONESES EM LONDRINA*. 2007. 128 F. dissertação(mestrado em educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

RHODEN, Luiz Fernando. *O Patrimônio Imaterial: algumas reflexões sobre o registro*. In: Ciências e Letras, Porto Alegre, 2002.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

SOARES, André Luís Ramos; GAUDIOSO, Tomoko Kimura; LIMA, Anita Estephane de Vargas. *Memorial de Cultura e Imigração Japonesa do Rio grande do Sul: iniciativa de registro e preservação da cultura nipônica no Brasil meridional*. Apresentado no XX encontro Nacional de professores universitários de língua, literatura e cultura japonesa e VII congresso internacional de estudos japoneses no Brasil, Data: 27 e 28 de agosto de 2009, FFLCH, USP

SOUZA, Cristiéle Santos. *Imigração japonesa em Santa Maria: História, Trajetória e Integração*. 2008. 58f. Monografia(graduação em História Licenciatura Plena/Bacharelado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**CONSTRUINDO ALIANÇAS:  
GUARANIS DAS MISSÕES NA FRONTEIRA DO RIO PARDO (1814-  
1845). NOTAS DE PESQUISA**

Max Roberto Pereira Ribeiro\*

Desde a segunda metade do século XVIII, os povoados que formavam as 30 reduções jesuítico-guaranis, espalhadas em territórios hoje pertencentes aos atuais Brasil, Argentina e Paraguai, vinham sofrendo um processo gradativo de desagregação. Estes territórios pertenciam à Coroa Espanhola que, em 1767, determinou a expulsão dos padres jesuítas daqueles povos. A partir daí, os guaranis que lá viviam, gradualmente, passaram a abandonar aquele espaço, tomando como destino rumos diversos (WILDE, 2001).

A situação ficou ainda mais dramática para as povoações que existiram na margem oriental do rio Uruguai – região anexada aos domínios da Coroa Portuguesa, em 1801 –, obrigando os guaranis a posicionarem-se de forma variada dentro de uma conjuntura de grandes instabilidades institucionais. Esta situação se mostrou crônica nos anos que se seguiram após a conquista luso-brasileira. Muitos destes índios escolheram passar para lado português. Isso, no entanto, já ocorria desde o fim da *Guerra Guaranítica* (1753-1756), fruto das estratégias de atração destas populações por parte da Coroa Portuguesa (GARCIA, 2007).

Alguns destes guaranis foram trasladados dos domínios espanhóis para o lado português, sendo posteriormente alocados em aldeamentos onde se tentava impor sobre eles um projeto integracionista e civilizatório.<sup>1</sup> Também, existiram outros aldeamentos que não eram oficializados – ao que tudo indica – espalhados por diversas localidades do Rio Grande do Sul. É o caso da aldeia que existiu no povoado depois Capela de Santa Maria, na primeira metade do

---

\* Mestrando do Programa de Pós Graduação em História – UFRGS. Bolsista CNPq.

<sup>1</sup> Sobre os aldeamentos ver: LANGER, 1997; FLORES, 2001; GARCIA, 2007; KÜHN, 2007; SIRTORI 2008; MELO, 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

século XIX, que se localizava, à época, na Fronteira do Rio Pardo, atual região central do estado do Rio Grande do Sul.<sup>2</sup>

Utilizando-se dos registros paroquiais de batismos da Capela de Santa Maria, Livro I e II (1814-1845), este artigo apresenta suas primeiras notas sobre uma pesquisa mais ampla que se vincula a dissertação de mestrado. Ela se refere ao processo migratório, à acomodação de parte desta população e as formas de integração destes índios à sociedade luso-brasileira oitocentista. Os dados foram extraídos a partir das 814 cerimônias de batismos que envolveram guaranis das missões na referida Capela, correspondendo ao período que vai de 1814 até 1845, data de encerramento do Livro II de batismos.

Estes assentos foram digitalizados em uma planilha tipo *Excel For Windows*, agregando 50 campos analíticos. Eles correspondem a todas as informações, reiteradas ao longo do tempo, presentes no corpo do assento, como por exemplo: nome do batizando; nome de sua mãe e seu pai, nome do padrinho e da madrinha; condição jurídica (livre ou escravo) do batizando; cor da pele; naturalidade dos pais; condição jurídica dos pais e dos padrinhos; nome dos avós e naturalidade dos mesmos, entre outros.

Os registros paroquiais são largamente utilizados nas áreas de história da família, demografia histórica, história da escravidão e, também, nos estudos das hierarquias sociais.<sup>3</sup> O foco deste artigo, no entanto, concentra-se em demonstrar como se configuravam as relações sociais estabelecidas pelos guaranis das missões na Capela de Santa Maria, em meio a este contexto de dispersão, endemia bélica e avanço efetivo da colonização luso-brasileira rumo ao oeste, onde se localizavam sete reduções, de domínio espanhol, tomadas pelos luso-brasileiros, em 1801.

---

<sup>2</sup> Sobre a Fronteira de Rio Pardo ver: GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas das fronteiras de Rio Grande e Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

<sup>3</sup> Ver estudos recentes acerca do compadrio e hierarquia social em: (HAMEISTER, 2006; BRÜGGER, 2007; SIRTORI, 2008; FRAGOSO, 2008; FARINATTI, 2010).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A Capela de Santa Maria**

O povoado de Santa Maria originou-se a partir de um acampamento erigido por tropas lusitanas que faziam a demarcação da nova fronteira estabelecida pelo tratado de *Santo Ildefonso*, de 1777, entre os domínios portugueses e espanhóis, na região do Prata. Porém, foi somente a partir de 1803, que o povoado terá contado com significativo incremento populacional, incluindo 50 famílias de guaranis das missões (QUEVEDO, 2010). Em 1812, Santa Maria foi elevada a categoria de Capela Curada, tendo iniciado suas atividades sacramentais no ano de 1814, como atesta a nota de abertura do Livro I de batismos.

O local, desde sua origem, servia como base avançada da Fronteira do Rio Pardo, através da qual se promovia o avanço para oeste, mais precisamente, até a costa oriental do rio Uruguai, atual região oeste do Rio Grande do Sul (FARINATTI, 2010).

Ao que tudo indica, esta localidade serviu, também, de alternativa para uma parte dos guaranis das missões que decidiu passar para o lado português. O lugar também contava com um aldeamento composto por índios missioneiros, fazendo com que, possivelmente, a localidade não fosse um lugar totalmente desconhecido por eles. Há autores que defendem a tese de que Santa Maria teria sido uma antiga redução, formada ainda na primeira metade do século XVII (QUEVEDO, 2010).

A partir de 1814, observa-se, pelos registros de batismo, a ocorrência de fluxos migratórios contínuos, realizados por guaranis oriundos dos 30 povos das reduções jesuíticas para a Capela de Santa Maria. A grande maioria destes guaranis era natural das missões orientais do rio Uruguai (os chamados Sete Povos). Como característica deste movimento, ressalta-se que estas migrações, possivelmente, faziam parte de uma estratégia familiar ampla, envolvendo, não



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

só pais, mães, avós, mas também aqueles ligados a núcleos familiares por meio de parentesco ritual; neste caso os compadres.<sup>4</sup>

Passaremos, daqui em diante, a reconstituição das redes sociais estabelecidas por uma parte destes guaranis, que se estabeleceu em Santa Maria, percebendo como se configuravam os circuitos de compadrio.

### **Construindo Alianças: Compadrio e Reciprocidades**

No dia 5 de abril de 1823, ocorreu na Capela de Santa Maria uma confusão desencadeada por um índio – cujo nome não consta – Capitão-Mor dos *naturais*, e um dos soldados do Capitão do Mato, de nome Manoel Joaquim. O evento foi documentado pelo Juiz Ordinário, Joaquim Antonio de Moraes. O fato deveria ser informado ao Juiz de Fora, o qual era seu superior dentro da magistratura, com sede na Vila da Cachoeira (atual município de Cachoeira do Sul – RS). Em ofício ao Juiz de Fora, relatando sobre o ocorrido, Joaquim Antonio de Moraes dizia:

[...] ouve nesta Capela huma dezordem com o **Capitão Mor dos Naturaes** com um soldado do Capitão do Mato por nome Manoel Joaquim onde naturaes martrataram [*sic*] com pancadas a aldeia em pezo e o prenderam a mando do Comandante [...] determinou o Comandante imediatamente foi a sua presença hindo eu com o meu escrivão [...] acompanhado do Senhor **Coronel Manoel Carneiro** e o **Alferes André Ribeiro de Cordova** com o ferido índio Capitão Mor [...] recebendo me [...] o escrivão e mesmo Capitão do Mato que [...] em minha companhia que fizemos proclamado e em voz alta respondeu me trez Comandantes com que atrevimento [...] e que eu não tinha autoridade para lhe officiar em tempo argum [*sic*] em seguida o ferido entre os trez (**o índio capitão mor**) [...] me dicerão que me avião de fazer mascar os ofícios dando por ordem ao Capitão do Mato deixando em Alta voz que me não obedecese em cousa alguma [...]<sup>5</sup> (grifos nossos)

---

<sup>4</sup> Ver: RIBEIRO, Max R. P. Guaranis Missioneiros e Estratégias Familiares em um Contexto de Dispersão (Capela de Santa Maria, 1814-1845). Artigo apresentado no: XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011. Texto disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/SNH2011/ST111.htm>

<sup>5</sup> Ofício do Juiz Ordinário da Capela de Santa Maria para o Juiz de Fora na Vila de São João da Cachoeira. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo Autoridades Militares. José Machado Fagundes de Bittencourt, Capitão Comandante da Capela de Santa Maria, maço 91, 1823.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O Comandante referido no ofício era o Capitão Comandante da Capela de Santa Maria, José Machado Fagundes de Bittencourt. O Juiz Ordinário, Joaquim da Silva de Moraes, redigiu o texto em virtude de ter sido desacatado pelo Capitão Comandante e pelos demais oficiais citados, além do referido índio Capitão-Mor. Todos os oficiais referidos foram comandantes da Capela de Santa Maria; portanto, autoridades locais. Percebe-se que estes intercederam pelos índios para que estes pudessem aplicar a suas leis costumeiras em virtude do desentendimento entre um índio membro da aldeia e um não índio; o referido soldado do capitão do mato.

O dever do Juiz Ordinário seria informar as autoridades sobre a desordem, fato que, certamente, renderia uma devassa no distrito de Santa Maria. Contudo, isso não ocorreu graças à ação conjunta dos comandantes. Mas qual seria o motivo da interferência dos oficiais? Todos os militares citados tinham índios como compadres. O Coronel Manuel Carneiro e o Capitão José Machado batizaram dois índios cada um. Já o Alferes André Ribeiro de Cordova foi um dos que mais índios batizou, chegando aos expressivos 13 afiliados guaranis. Muito provavelmente, os índios compadres destes oficiais eram moradores da aldeia.

Por envolver oficiais como padrinhos, possivelmente, havia uma ligação dos índios, seus compadres, com as milícias que forneciam ajuda auxiliar aos exércitos luso-brasileiros. A aldeia, neste sentido, seria um reservatório de milicianos guaranis e que poderiam engrossar as fileiras destas tropas em uma possível contenda. Por este motivo, haveria a necessidade de bom tratamento, por parte das autoridades, garantindo-lhes alguns direitos como, por exemplo, exercer suas leis costumeiras em situações determinadas, como no caso da briga do Capitão dos Naturais com o soldado do referido Capitão do Mato.

A aldeia parece ter sido uma organização indígena coletiva e efetiva na Capela de Santa Maria. Contudo, ela não representa a totalidade dos guaranis presentes na localidade, tampouco garantia o isolamento dos guaranis, nem mesmo foi sua única forma de organização frente à sociedade em contraste;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

neste caso da Capela de Santa Maria. Há registros que aparecem muitos genitores e também padrinhos classificados como *andantes*, o que sugere que não pertenciam a aldeia. Também existem referências a muitas mães, geralmente ditas solteiras, que foram discriminadas como *agregadas* de outrem. Isso leva a uma multiplicidade de estratégias praticadas pelos guaranis remanescentes dos povos missioneiros em Santa Maria.

Aqui, no entanto, serão destacadas as conformações das redes sociais em que os guaranis estavam inseridos. Isso foi possível por meio da reconstituição dos circuitos de compadrio entre os sujeitos que mais índios batizaram na Capela de Santa Maria. Entre estes, existe a preponderância da presença de casais na pia batismal, e não por este ou aquele padrinho, aleatoriamente – exceto; uma única exceção –, a de um padre muito requisitado.

Seguindo pela ordem de preferência dos guaranis, tem-se o casal André Ribeiro de Cordova (Alferes) e Dona Maria Perpétua da Conceição. Juntos, eles batizaram 12 índios. Há mais um registro em que André Ribeiro aparece junto com sua filha, Dona Matildes da Conceição. O Alferes também foi testemunha de nada menos do que 22 cerimônias de matrimônio entre índios, tornando evidente a grande estima que os guaranis mantinham pelo casal.

O conjunto de compadres destes cônjuges é heterogêneo.<sup>6</sup> Destaca-se neste grupo os guaranis João Batista e Maria Francisca que entregaram os 2 filhos ao casal André Ribeiro e Maria Perpétua para batizar. Nota-se que estes índios nutriam grande reconhecimento pelo Alferes, já que, possivelmente, tenham homenageado o padrinho dando o mesmo nome ao batizando. Se assim for, fica expressa uma relação de reciprocidade entre os casais, visto que, quando havia uma dívida simbólica muito grande entre sujeitos em diferentes posições na hierarquia social, restava aos em condições inferiores entregar seus filhos a alguém em posição social superior, a quem se devia o favor, para o batismo, dando a criança o mesmo nome do padrinho (HAMEISTER, 2006).

---

<sup>6</sup> Vide tabelas na página 30.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Outro casal requisitado com frequência foi Felipe Santiago e Maria Gertrudes, índios guaranis, naturais do Povo de São Luiz. Juntos, batizaram 9 vezes; 4 filhos legítimos e 5 ilegítimos, classificados como filhos de *mãe solteira*. Entre estas mães 3 delas eram naturais do mesmo povo dos padrinhos. O casal também teve outros 5 filhos; 2 deles batizados por outros índios e os demais por não índios. Um dos compadres do casal foi o padre Marcelino Lopes Falcão, Cura da Capela de Santa Maria.

Também do Povo de São Luiz, o casal de guaranis, Pedro Mateus e Paula Eminigilda, batizou 9 índios. Entre os seus afiliados, 3 eram filhos de mãe solteira e 5 filhos legítimos, com destaque para a maioria natural do Povo de São Luiz. Pedro Mateus e Paula tiveram 2 filhos que, por sua vez, foram batizados por outros não índios. Um dos compadres do casal foi o Capitão Antonio da Costa Pavão, um dos primeiros sesmeiros da Capela de Santa Maria e o maior senhor de escravos da localidade o que, certamente, lhe conferia papel de destaque naquela sociedade (FONTELLA, 2010).

Entre os padrinhos mais requisitados ainda aparece o padre José Correia Leites que batizou 8 índios, sendo 2 filhos de mãe solteira e 6 legítimos. Todos os batizados em que o padre foi o padrinho, os sacramentos foram celebrados por ele. Entre as madrinhas que estiveram junto dele na pia batismal, 5 eram índias e 3 não índias; mulheres brancas luso-brasileiras.

Pela reconstituição dos circuitos de compadrio percebe-se a existência de pelo menos 4 grupos distintos e, proporcionalmente, 2 tipos de estratégias diferentes elaboradas pelos guaranis das missões na Capela de Santa Maria. Quanto aos grupos, podemos dividi-los entre os padrinhos mais requisitados como: o Alferes André Ribeiro e Dona Maria Perpétua; Felipe Santiago e Maria Gertrudes; Pedro Mateus e Paula Eminigilda e o padre José Correia Leites. Comparando uma tabela com a outra, nota-se que os nomes que formam cada um dos conjuntos de compadres não se repetem, sugerindo a existência de grupos distintos e não miscíveis.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Acompanhar tabelas nas páginas 11 e 12.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A conformação destes grupos também permite visualizar parte das estratégias dos guaranis das missões. Alguns deles procuravam não índios, como Alferes André Ribeiro e Dona Maria Perpétua e o padre José Correia para apadrinhar seus filhos. Todos estes possuem distintivos sociais, como patente militar, sacerdócio e o distintivo Dona, o que, certamente, nos permite pensar que Maria Perpétua da Conceição ocupava um lugar de destaque na localidade de Santa Maria.

Para outros guaranis, as alianças se davam com outros índios, como se pode notar pelas tabelas “2” e “3”. Isso, em um primeiro momento, pode significar que estes padrinhos possuíam algum prestígio social entre os guaranis. Além disso, nota-se que, os casais de guaranis que mais batizaram, entregaram pelo menos um de seus filhos a um padrinho luso-brasileiro, bem colocado socialmente, para batizar. Isso, possivelmente, significava que estes guaranis, que mais batizaram, estavam mais próximos do mundo “branco”, conferindo a estes um grau superior na hierarquia social inerente aos guaranis.

## **Conclusão**

Cabe destacar, antes de tudo, que esta pesquisa encontra-se em andamento e, em virtude disto, muito dos resultados, até aqui obtidos, poderão sofrer alterações consideráveis até sua conclusão. Contudo, mesmo contando com certo grau de imprecisão e, mesmo que ocorram novas descobertas no decorrer do trabalho, fica evidente que havia uma espécie de elite de guaranis missioneiros na Capela de Santa Maria; caso que é possível observar através dos casais das tabelas “2” e “3”. Aqui pensa-se que estes casais acumulavam algum tipo de capital material e simbólico, o que conferia a eles papel de destaque entre os guaranis.

Junto a isso, muito provavelmente, aglutinava-se a isso outras qualidades pessoais que para o mundo social dos guaranis, provavelmente, era de grande valia. Pode-se destacar, neste sentido, a atividade guerreira como forma de prestígio social. No entanto, acredita-se que relações de amizade e proximidade cotidiana também tenham sido fatores importantes na escolha dos padrinhos,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

tanto dos índios quanto dos não índios. Os casais de guaranis mais requisitados como padrinhos, possivelmente, atuavam como mediadores entre o mundo dos índios, neste caso a aldeia, e o mundo dos não índios, a Capela de Santa Maria.

Nota-se que, muito provavelmente, havia uma rede de proteção e solidariedade entre os guaranis. Com auxílio das tabelas “2” e “3”, percebe-se que muitas mães solteiras procuravam aqueles casais de índios para batizar seus filhos. Os casais que mais batizaram, por sua vez, estavam ligados a outros padrinhos não índios, bem colocados socialmente, entre a sociedade luso-brasileira. Não há dúvidas de que os índios estavam em uma condição hierárquica inferior no contexto geral daquela sociedade.

O caso descrito da desordem entre um índio da aldeia e um não índio expressa claramente esta posição. Recorrendo a tabela “1”, percebe-se que o Alferes André Ribeiro foi o oficial que mais índios batizou. Ele esteve presente em defesa dos índios, no acontecimento narrado anteriormente. Acredita-se que boa parte de seus compadres guaranis tenham sido milicianos. A atuação dos 3 comandantes, os quais possuíam índios como compadres, frente ao Juiz Ordinário revela parte de uma estrutura hierárquica bem delimitada.

Os índios, possivelmente, serviam nas milícias, as quais eram comandadas por estes oficiais. Eles representavam os índios juridicamente frente à sociedade luso-brasileira, o que é perceptível no acontecimento da desordem, no momento em que os oficiais desafiaram o Juiz Ordinário. Isso também serve como indício da presença e participação dos guaranis na construção da sociedade luso-brasileira, da primeira metade do século XIX. Pela reconstituição das relações de compadrio percebe-se que eles estavam em entre a sociedade e não fora dela.

A existência de uma aldeia na Capela de Santa Maria não permite dizer que os guaranis estavam isolados, visto que o compadrio entre eles apresenta luso-brasileiros, sugerindo uma dinâmica exógena de relações sociais. Por esta razão também torna-se difícil pensar em uma identidade indígena, ou mesmo uma identidade étnica guarani. No campo das relações sociais cotidianas havia a



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

presença de índios e não índios compondo o movimento da sociedade. Assim, estes dados permitem pensar que o processo de construção daquela sociedade não se deu em separado dos índios, nem mesmo os deixou de fora de sua constituição; deu-se junto com eles e estes, por sua vez, tinham espaço jurídico e certo grau de autonomia, o que lhes confere certo grau de protagonismo histórico, mesmo que limitado.

## **Referências**

BANDEIRA, L. A. Moniz. O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à guerra da Tríplice Aliança. Brasília: Editora UNB, 1995.

BELEM, João. História do Município de Santa Maria 1797-1933. 3 ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

BELTRÃO, Romeu. Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho. 2ª Edição. Canoas (RS): Tipografia Editora La Salle, 1979.

BIASOLI, Vitor Otávio Fernandes. A Igreja Católica em Santa Maria: de capela militar a criação da diocese (1797-1910). IN: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (org). Nova História de Santa Maria: contribuições recentes. Santa Maria: [s.n.] 2010.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Escolha de Padrinhos e Relações de Poder: uma análise do compadrio em São João de Rei (1736-1850), In: CARVALHO, Jose Murilo de (org.). Nação e Cidadania no Império. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2007.

CERUTTI, Simona. Processo e Experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

\_\_\_\_\_. A construção das categorias sociais. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). Passados recompostos: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Editora FGV, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Família, Relações de Reciprocidade e Hierarquia Social na Fronteira Meridional do Brasil (1816-1845). X Encontro Estadual de História – ANPUH-RS: Santa Maria, 2010.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Max Roberto P. Guaranis nas capelas da fronteira: migrações e presença missioneira no Rio Grande de São Pedro (Alegrete e Santa Maria, 1812-1827). In: *XII Simpósio Internacional HIU. A experiência missioneira: território, cultura e identidade*, CD-ROM, 2010.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo Sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. (tese de doutorado)

GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas das fronteiras de Rio Grande e Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e Outros Ensaio*. RJ: Bertrand Brasil, 1989.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia Rio-grandense*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros Batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (tese de doutorado)

KÜHN, Fabio. *O “Governo dos Índios:” a Aldeia dos Anjos durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780)*. Terceiro Encontro de Escravidão e Liberdade, 2006.

LANGER, Protásio. *A Aldeia Nossa Senhora dos Anjos: a resistência do guarani missioneiro ao processo de dominação do sistema luso*. Porto Alegre, EST Edições, 1997.

LEVI, Giovanni. *Sobre micro-história*. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992

KÜHN, Fabio. *O “Governo dos Índios”: a Aldeia dos Anjos durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780)*. Terceiro Encontro de Escravidão e Liberdade, 2006.

LANGER, Protásio. *A Aldeia Nossa Senhora dos Anjos: a resistência do guarani missioneiro ao processo de dominação do sistema luso*. Porto Alegre, EST Edições, 1997.

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. *Práticas Indígenas nos Discursos de Políticos: histórias vividas por índios guaranis na Província de São Pedro*. Anais do X Encontro Estadual de História: Santa Maria, 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

MENZ, Maximiliano. A Integração do Guaraní Missionário na Sociedade Rio-grandense. Dissertação (dissertação de mestrado) – São Leopoldo: UNISINOS, 2001. (dissertação de mestrado)

NEUMANN, Eduardo. A Fronteira Tripartida: a formação do continente do Rio Grande – Século XVIII IN: GUAZELLI, Cezar Augusto Barcellos e NEUMANN, Eduardo dos Santos (org). Capítulos de História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2004.

RIBEIRO, Max R. P. Guaranis Missionários e Estratégias Familiares em um Contexto de Dispersão (Capela de Santa Maria, 1814-1845). Artigo apresentado no: XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011. Texto disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/SNH2011/ST111.htm>

SIRTORI, Bruna. Entre a Cruz, a Espada, a Senzala e a Aldeia. Hierarquias sociais em Uma Área Periférica do antigo Regime. Dissertação (Mestrado em História Social) – Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, 2008.

WILDE, Guillermo. Los guaraníes después de la expulsión de los jesuitas: dinámicas políticas y transacciones simbólicas. Revista Complutense de Historia de América, 2001, n. 27, pp. 69-106.

\_\_\_\_\_. Territorio y Etnogénesis Misional en el Paraguay del Siglo XVIII. Fronteiras, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 83-106, jan./jun. 2009.

**Tabela 1: Compadres de André Ribeiro de Cordova e Maria Perpétua da Conceição**

Batizados		País			
		Mãe	Naturalidade	Pai	Naturalidade
1	Raquel	Felicina	São Luiz	Jerônimo	São Luiz
2	Miguel	Maria	Santo Ângelo	Pai incógnito	Pai incógnito
3	André	Maria Francisca	Conceição	João Batista	Conceição
4	João	Maria	São Lourenço	Manuel	São Nicolau
5	Pedro	Thomazia	São João	Pai incógnito	Pai incógnito
6	João	Catarina	São Luiz	Caetano	São Luiz
7	Alexandrina	Cândida Francisca	Cachoeira	Pai incógnito	Pai incógnito
8	Dizidoria	Cândida Francisca	Cachoeira	Pai incógnito	Pai incógnito
9	Maria	Juana	Conceição	Alberto	São Nicolau

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

10	André	Maria Francisca	Conceição	João Batista	Conceição
11	Manuel	Maria Vicência	s/r	Jacinto	s/r

Fonte: Registros de Batismo. Santa Maria da Boca do Monte.

Mitra Diocesana de Santa Maria (1814-1845).

**Tabela 2: Compadres de Felipe Santiago e Maria Gertrudes**

Batizados		País			
		Mãe	Naturalidade	Pai	Naturalidade
1	Antonio	Vitoria	s/r	Pai incógnito	Pai incógnito
2	Juliana	Maria Inocencia	São Miguel	Nicolau	São Miguel
3	Antonio	Maria	Apóstolos	Manuel	Apóstolos
4	Maria	Silvana	Cachoeira	Pai incógnito	Pai incógnito
5	Manuel	Jacinta	Santo Tomé	Pai incógnito	Pai incógnito
6	Assunção	Maria	São Borja	Pai incógnito	Pai incógnito
7	José	Maria Gertrudes	São Luiz	André	São Luiz
8	José	Maria Rosa	São Lourenço	Ramão Gregório	São Lourenço
9	Manuel	Maria Inácia	s/r	Pai incógnito	Pai incógnito

Fonte: Registros de Batismo. Santa Maria da Boca do Monte.

Mitra Diocesana de Santa Maria (1814-1845).

**Tabela 3: Compadres de Pedro Mateus e Paula Eminigilda**

Batizados		País			
		Mãe	Naturalidade	Pai	Naturalidade
1	Benedito	Catarina	São Miguel	Felis	São Nicolau
2	Boaventura	Andressa	São Luiz	Pai incógnito	Pai incógnito
3	Miguel	Maria Antonia	São Borja	Pai incógnito	Pai incógnito
4	Manoel	Maria	São Miguel	Pai incógnito	Pai incógnito
5	Maria	Maria	São Luiz	Jose Antonio	São João
6	Maria	Ilegível	São Xavier	Izidro	São Xavier
7	João	Valeriana Falcão	São Miguel	Izidro	Corrientes
8	Quintiliano	Maria Antonia	São Luiz	Pedro Miguel	São Luiz

Fonte: Registros de Batismo. Santa Maria da Boca do Monte.

Mitra Diocesana de Santa Maria (1814-1845).

**Tabela 4: Compadres do Padre José Correia Leites**

Batizados		País			
		Mãe	Naturalidade	Pai	Naturalidade
1	João	Maria Francisca	Do outro Lado	Francisco Santiago	Do outro Lado
2	Miguel	Francisca	São Luiz	Pai incógnito	Pai incógnito
3	Maria (china)	Andressa	São João	Ventura	São João
4	José	Bernarda	São Luiz	Simão	São Luiz
5	Anastácia (china)	Angélica	São Luiz	Pedro	São Luiz
6	João	Maria Josefa	Santo Ângelo	João	Santo Ângelo
7	Antonio	Francisca	São Nicolau	Lourenço	São Nicolau
8	Francisco	Rafaela (china)	Do outro Lado	Pai incógnito	Pai incógnito

Fonte: Registros de Batismo. Santa Maria da Boca do Monte.

Mitra Diocesana de Santa Maria (1814-1845).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **ENCENANDO MEMÓRIAS: A REVOLTA DOS POSSEIROS DE 1957 NOS PALCOS DO SUDOESTE PARANAENSE**

Mayara Da Fontoura Das Chagas<sup>1</sup>

Neli Gehlen Motta

“A Revolta dos Posseiros” era assunto absolutamente desconhecido para nós, até uma manhã de outubro de 2007, quando, ainda no ensino médio, fomos convidados a assistir uma peça teatral que contaria a história desse levante. E qual não foi nossa surpresa quando descobrimos que tal movimento era verídico e, ainda, que havia ocorrido no Sudoeste paranaense, ou seja, na região onde morávamos, tendo repercussão nacional. Tal peça fora produzida por uma companhia teatral da região, acostumada a discutir temas perspicazes a nossa realidade, mas, nesse momento, trazia a peça intitulada “A Revolta dos Posseiros” como parte integrante das comemorações do cinquentenário da mesma.

Pensando tal situação, algumas questões ficaram a serem respondidas, principalmente, o porquê a Revolta foi amplamente debatida, apenas, no momento em que se comemorou seu cinquentenário e não em todos os âmbitos que fez sentido e exerceu influência e, ainda, o porquê somente alguns aspectos da mesma foram privilegiados em detrimento de outros. Tais questões estão presentes especialmente nas comemorações, em 2007, ano do cinquentenário, quando percebemos que vários foram os esforços para que determinadas memórias deste conflito fossem preservadas constituindo, assim, uma memória oficial acerca deste movimento. A qual segundo Michael Pollak é “a imagem que uma sociedade majoritária ou Estado desejam passar e impor”.

---

<sup>1</sup>Acadêmicas do 4º ano de História/Matutino da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de Marechal Cândido Rondon/PR. Bolsistas do Projeto Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores, financiado pela Fundação Araucária e pelo CNPq. Orientado pelo Professor Dr. Marcos Nestor Stein. (maya\_fontoura@hotmail.com; nelli\_ngm@hotmail.com)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O conflito denominado Revolta dos Posseiros ocorreu no Sudoeste do Paraná em outubro de 1957. Este, ainda hoje, é considerado um dos mais significativos movimentos pela terra no Paraná e no Brasil. A Revolta se destacou por ter sido o único movimento em que posseiros obtiveram a vitória sob as companhias de terras e, logo, os títulos das referidas propriedades. Assim, podemos compreendê-la como o ápice dos conflitos agrários no sudoeste paranaense, ou mesmo, o momento em que as disputas existentes no campo político e judiciário em defesa dos interesses da União Federal, do governo do Estado do Paraná e de empresas colonizadoras privadas, acabaram por influenciar o campo social, ou seja, divergiam dos interesses daqueles que iniciaram a colonização deste pedaço de terra, com o objetivo de ali construir suas vidas, os posseiros.

As disputas que circundaram a posse de terra no território hoje conhecido como Sudoeste paranaense foram de grande expressão, pois remontam ao Brasil Imperial. Os principais conflitos que ocorreram nessa região podem ser divididos em dois grupos, sendo o primeiro conflitos referentes à demarcação de fronteiras e, o segundo os conflitos que resultaram no litígio das referidas terras.

Os conflitos referentes à demarcação de fronteiras foram: a Questão de Palmas<sup>2</sup>, onde Brasil e Argentina discutiam suas fronteiras comuns; a Guerra do Contestado<sup>3</sup>, que envolveu os estados do Paraná e de Santa Catarina; e, a criação do Território Federal do Iguaçu em 1943 a qual tinha por objetivo a povoação, colonização e incentivo da agricultura nas áreas de fronteira orientada pela União Federal.

Já os principais conflitos que envolveram a posse do território do sudoeste paranaense foram: as disputas entre o Estado do Paraná e Companhia de Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande – CEFSPRG, referente a

---

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre a Questão de Palmas ou das Missões ver: WACHOWICZ, Ruy Christovam. “O *uti possidetis* brasileiro na Questão de Palmas”. In: *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

<sup>3</sup> Para maiores informações sobre a Guerra do Contestado ver: MARTINS, Romário. “Definição territorial do estado”. In: *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

recebimento de território como forma de pagamento e não realização das obras acordadas; entre o Governo do Paraná e o Governo Federal, pois o último incorporou todos os bens da *Brazil Railway Company*, a qual pertencia a CEFSPRG, aos bens da União; entre as companhias colonizadoras e o Governo Federal; e, por fim, entre os posseiros que residiam na região Sudoeste e as companhias colonizadoras – Revolta dos Posseiros.

A maioria destes embates se desenvolveram no âmbito político e judiciário. No entanto, a Guerra do Contestado e a Revolta dos Posseiros se caracterizam pela luta armada de camponeses, pequenos proprietários, profissionais liberais, entre outros, contra a posse de terra reivindicada pelas companhias colonizadoras.

Assim, entendemos por posseiro “aquele que se encontra na posse ou que ocupa um trecho de terra sem ser portador de um título legal de propriedade, tanto na área urbana quanto rural” 4. E, por colonos “pequenos proprietários que receberam ou adquiriram lotes para cultivo e subsistência. Tais lotes podendo ser adquiridos do Estado ou de colonizadoras particulares” 5.

Em meio a tais disputas pela posse das terras sudoestianas, o Governo Federal em 01 de maio de 1943 criou a Colônia Agrícola Nacional General Ozório – CANGO com o claro objetivo de iniciar o processo, compreendido como oficial, de colonização do Sudoeste Paranaense. Segundo Lazier,

(...), a propriedade da terra na região estava sendo questionada na Justiça e por essa razão os seus primeiros habitantes não podiam receber o título de propriedade. Eles eram, quase todos posseiros. Existiam, porém, dois tipos de posseiros. A maioria deles foi trazida para a região pela CANGO. Eram os posseiros oficiais. Recebiam da CANGO somente um protocolo. Outros eram aventureiros que se localizavam na região, construíram seus ranchos e começaram a produzir. O termo posseiro,

---

4 MOTTA, Márcia (org). “Posseiro”. In: *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 373-376.

5 MOTTA, Márcia (org). “Colono”. In: *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 102-103.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

portanto, estava ligado a duas situações, que representavam bem a realidade local.<sup>6</sup>

Haviam poucos povoados no Sudoeste paranaense até meados de década de 1940, situação que foi alterada significativamente com a criação da CANGO, principalmente, devido a interesse de colonizar e, com a oferta de terras consideradas férteis que, a princípio, eram distribuídas gratuitamente as famílias. Segundo Hermógenes Lazier, baseado nos relatórios anuais da Colônia, a população presente no Sudoeste e cadastrada pela CANGO passou de 2.529 pessoas em 1946, para 15.284 pessoas em 1956.

A instituição da CANGO é entendida por muitos autores como ilegal, pois a mesma foi constituída em um território que estava sob litígio. Assim, a mesma podia apenas fornecer protocolos das terras que cedia às famílias vindas, principalmente, do sul do Brasil, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A CANGO possuía uma área aproximada de 300.00 ha., os quais nunca foram exatamente demarcados. Segundo Wachowicz não se sabia se o território da CANGO compreendia ou não toda a Gleba Missões. Com um dos principais objetivos da CANGO foi dar início a colonização do território, onde em setembro do mesmo ano foi criado o Território Federal do Iguaçu, esta desenvolveu toda uma estrutura de base para que isso fosse possível, criando assim um povoado, disponibilizando as famílias de colonos que chegavam alojamento onde os mesmos aguardavam a construção de suas casas e a demarcação de suas terras, isso de forma gratuita e, ainda, os mesmos recebiam tratamento médico, ferramentas, sementes e auxílio de um profissional referente à técnicas de plantio, conservação dos solos, entre outros. Segundo Wachowicz “A CANGO, por interesse do governo federal, proporcionou as melhores condições de fixação do agricultor em toda a história do Estado, pelo menos até meados da década de 1950”<sup>7</sup>. Segundo Zatta,

---

<sup>6</sup> LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986, p. 35.

<sup>7</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Litero-Técnica, 1985, p. 183.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A partir de 1940 Vargas estabeleceu para diversas regiões do país uma política de governo que objetivava aprimorar a produção agrícola. Como estratégia organizacional criou sete colônias Agrícolas Nacionais. Esta espécie de “*granjas-modelo*” tinha como finalidade a colonização e ocupação de “*espaços vitais*” ainda inabitados. Tal política de interiorização tornou-se conhecida como “*Marcha para o Oeste*” e essas áreas ocupadas chegaram a ser conhecida como Nova Califórnia, uma comparação com o modelo norteamericano.<sup>8</sup>

Com objetivos claros de colonização e incentivo a agricultura, a CANGO ficou sob a administração do Ministério da Agricultura através da Divisão de Terras e Colonização até 1954, quando passou a ser administrada pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC, o qual foi instalado em 1955. A CANGO então deixou de ser colônia para ser compreendida como núcleo e suas práticas de auxílio e distribuição gratuita de terras foram substituídas pela distribuição através de um preço comum.

A instituição da CANGO trouxe ao Sudoeste do Paraná inúmeras famílias de colonos, que auxiliados por ela iniciaram as atividades de colonização dessa parte do território paranaense. Foi através da CANGO que se abriram as primeiras estradas e se desenvolveram povoados que mais tarde se tornaram cidades.

Foi o início oficial da colonização do Sudoeste paranaense, alargando as fronteiras econômicas e assentando pequenos produtores, em locais estratégicos na faixa de fronteira com a Argentina e próximo ao Paraguai, promovendo assim, a ocupação física desses rincões inexplorados.<sup>9</sup>

Neste mesmo período em que a CANGO atuava em prol da colonização do Sudoeste Paranaense, se desenrolavam outros embates, principalmente judiciais, que levam a região a ficar “sub-judice”.

---

<sup>8</sup> ZATTA, Ronaldo. *SENTINELAS DO SUDOESTE: o Exército brasileiro na fronteira paranaense*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo: [s.n.], 2009. pg. 24.

<sup>9</sup> Idem pg. 25.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Nestes embates surge a figura de José Rupp, empresário catarinense que se sentindo lesado pela perda de concessões de exploração da terra e araucárias, pois o território que a ele fora cedido pelo governo de Santa Catarina foi o mesmo cedido pelo Estado a CEFSPRG, como pagamento pela construção da estrada de ferro, fato este que o levou a entrar na justiça buscando reaver os prejuízos que teve. Em 1950, José Rupp não obtendo o reembolso desejado vende seus créditos à Cleveland Industrial e Territorial Ltda., a qual teve tituladas a seu favor, pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional – SEIPN, a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim, como forma de pagamento da dívida. Segundo Lazier,

A titulação para a CITLA da Gleba Missões e parte da Gleba Chopim foi um ato imoral e ilegal. Foram titulados à CITLA 484.680 ha de terras numa região rica e fértil, para pagamento de uma dívida originariamente de Cr\$ 4.720.000,00.<sup>10</sup>

A partir da titulação da Gleba Missões e parte da Gleba Chopim, a CITLA passa a atuar na região sudoeste paranaense, estabelecendo seu escritório na Vila Marrecas, a qual mais tarde viria a ser a cidade de Francisco Beltrão. Tal atuação passa a ser paralela a da CANGO na região iniciando uma série de conflitos que, embasaram o levante de 1957.

A partir daí, a CITLA passou a comercializar lotes, os quais se encontravam dentro do território da CANGO, o que limitou em muito a atuação da última. Pois várias foram as ações da CITLA contra CANGO impossibilitando a mesma de receber e, principalmente de estabelecer novas famílias no referido território.

Além da CITLA que atuava na cidade de Francisco Beltrão, em 1956 duas novas companhias colonizadoras se instalaram na região sendo elas, a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda. que atuava no interior de Francisco Beltrão, Verê e Dois Vizinhos; e a Companhia Colonizadora

---

<sup>10</sup> LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986, p. 42.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Imobiliária Apucarana Ltda., atuando em Capanema e Santo Antônio do Sudoeste, região de fronteira com a Argentina.

A posse da Gleba Missões e parte da Gleba Chopim, foi questionada rapidamente pela União Federal, pois como afirma Lazier a titulação das mesmas para a CITLA transcorreu de forma ilícita e sob arranjos políticos, o que tornou a região novamente “sub judice”. Mesmo assim, já tendo sua posse questionada na justiça, as companhias continuaram a vender os lotes a preços exorbitantes e exigir que as famílias que lá se encontravam estabelecidas se comprometessem, através da assinatura de promissórias, a pagar por suas propriedades.

A presença de uma colônia militar, as disputas jurídicas em torno da posse do território sudoeste paranaense, os embates políticos e ideológicos e, principalmente, a violência presente nas ações das companhias colonizadoras, jagunços, levaram o que de início fora um conflito entre a CANGO e a CITLA a um levante armado, a partir do qual foi assegurada aos posseiros a posse e titulação das referidas terras. Isso se deu pelo Decreto nº 50379, de 27/03/1961, através do qual o Presidente Jânio Quadros desapropriou o território cedido a CITLA. E, pelo Decreto nº 51431, de 19/03/1962, em que o Presidente João Goulart criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP. Este último foi criado com a finalidade de programar e executar a desapropriação do território e em seguida a titulação das terras aos posseiros. Através da GETSOP foram expedidos 30.920 títulos de lotes rurais e 12.385 lotes urbanos.

A desapropriação e titulação de terras pelo GETSOP só se deu após a assinatura de um acordo entre a União Federal e o Estado do Paraná, sendo que o mesmo só foi possível com as mudanças nos quadros políticos de ambas as instâncias. No entanto, a questão judicial entre a CITLA e a União Federal só foi resolvida em 1988 quando o poder judiciário deu ganho de causa à União.

A Revolta dos Posseiros se inicia quando os habitantes da região Sudoeste paranaense se armam, de forma precária, com a intenção de defender



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

suas terras e suas famílias dos abusos cometidos pelas companhias colonizadoras. População esta, que possuía apenas o “protocolo” de posse da terra fornecido pela CANGO, os posseiros oficiais, ou mesmo aqueles que não possuíam documento algum, pois desbravaram de forma independente uma fração do território ou compraram de outros posseiros.

Desde 1951 os colonos buscaram saídas legais contra as companhias, junto aos governos Estadual e Federal. No entanto, devido aos grandes conflitos políticos e interesses econômicos envolvidos, os mesmos conseguiram pouca ou nenhuma atenção referente a tais questões. Assim, a situação se agravou quando as companhias lançaram mão dos serviços de “jagunços” para pressionar os colonos a pagar pelas terras que ocupavam. Então, insatisfeitos com esta situação estes se organizaram, principalmente, por meio das rádios Colméia de Pato Branco e Francisco Beltrão, convocando todos aqueles que foram lesados ou se sentiam pressionados, a lutar contra os desmandos das colonizadoras e em defesa de suas propriedades.

As rádios informavam a situação em que a região se encontrava e transmitiam ordens das lideranças aos posseiros que estavam organizados em três pólos principais, Francisco Beltrão, Pato Branco e Santo Antônio. Sendo que no dia dez de outubro de 1957, os posseiros invadiram os escritórios das companhias, expulsando os que lá trabalhavam e rasgando as promissórias que haviam assinado sob coação. A Revolta dos Posseiros obteve grande repercussão nacional e teve como balanço final, 14 mortos; 02 desaparecidos (possíveis mortos) e 47 pessoas e/ou famílias vítimas de extorsões, torturas, incêndios, expulsões.

Todos estes fatos históricos são de grande relevância para compreendermos a constituição social, econômica e cultural da região Sudoeste do Paraná. No entanto, foram “deixados de lado” por um longo período. Não referente a produção bibliográfica, mais sim pela memória oficial, ditada em muito pelas elites locais de cada região. É a partir disso, que o ano de 2007, ano do cinquentenário da revolta, se tornou peculiar, pois foi neste ano que foram





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

realizados inúmeros projetos objetivando “resgatar” a memória da Revolta e a comemoração de seu cinquentenário.

Dentre estes analisaremos o roteiro da peça teatral intitulada “A Revolta dos Posseiros”, escrita pelo jornalista Ivo Pegoraro e produzida pela Cia. de Teatro Théspis com direção de Vilmar Mazzetto. O roteiro desta foi publicado no Caderno Cultural nº 4, produzido pela Secretaria de Cultura de Francisco Beltrão em comemoração ao cinquentenário da Revolta dos Posseiros. Sendo que, somente em Francisco Beltrão, foram realizadas 35 sessões abrangendo um público superior a 15 mil pessoas. A peça foi apresentada, também, nas demais cidades da referida região.

Ao iniciarmos a leitura do Caderno Cultural nº 4, já na apresentação temos o objetivo do mesmo,

Comemora-se, no Sudoeste do Paraná o cinquentenário da “Revolta dos Posseiros” (1957-2007), resgatando a memória da luta dos pioneiros pela legalização das terras da antiga Colônia Missões e parte da Gleba Chopim.<sup>11</sup>

Tais objetivos visam através da comemoração, construir uma memória oficial acerca do levante e, também, caracterizar alguns como as figuras principais, ou seja, aqueles que estiveram à frente da Revolta.

A peça baseia-se nos fatos históricos ocorridos em 1957, especificamente no ápice do conflito. Conforme as palavras do diretor,

Dirigir a peça foi uma responsabilidade muito grande. Como diretor, gosto destes desafios pois é exatamente aí que crescemos. A responsabilidade de não magoar nenhum pioneiro da época ou seus familiares foi muito analisada. Quando a diretora de Cultura de Beltrão, Tânia Maria Penso Ghedin, encomendou o espetáculo ela sugeriu levarmos ao teatro crianças de 3ª e 4ª séries, aí iniciou uma preocupação maior: fazer com que desde as crianças até os acadêmicos, todos possam entender a peça

---

<sup>11</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO. *Caderno Cultural - Projeto Memória*. Departamento de Cultura. Ano 1, nº 4, Francisco Beltrão, 2007.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

e ao mesmo tempo, realizá-la sem sair das técnicas teatrais.

O assunto é muito vasto. Se fôssemos transformar em cenas, tudo o que aconteceu, sem dúvida, a peça duraria umas quatro horas ou mais. Um dos objetivos, na direção, é deixar o público curioso e incentivar a pesquisa após a peça.

Ivo Pegoraro me apresentou o texto e achei fantástico, ele também me deixou a vontade para resumir ou aumentar, isso me deu grande suporte.

Também quis passar no espetáculo a culinária da época, cenas de imigrantes e vestuário. Estes figurinos são mostrados na cena dos guarda-chuvas. Também me preocupei em criar cenas com mulheres para mostrar a participação delas na revolta. É sem dúvida uma história linda e emocionante. Porém precisei fragmentar para durar apenas uma hora.

Outro desafio era dirigir as cenas dentro de uma proposta de teatro profissional e moderno pois muitos críticos de teatro sempre estão atentos a este grande detalhe. Como queremos viajar pelo Paraná, precisei dirigir seguindo as técnicas atuais do teatro brasileiro. (...) <sup>12</sup>

A partir do que disse o diretor da peça, podemos perceber que mesmo esta sendo baseada em fatos históricos, se constrói uma narrativa do que teria ocorrido. Sendo que a encenação tem ainda que obedecer a regras específicas e técnicas do teatro. E, também, temos as visões do autor e do diretor que privilegiam versões particulares, do que consideram como os aspectos mais importantes de tal momento.

Percebemos, também, a utilização de imagens da encenação as quais buscam aproximar o que esta sendo dito com o que ocorreu na Revolta, para isso são utilizados elementos comuns em ambos os momentos, como as roupas da época, as armas, ferramentas de trabalho, entre outros. Além da utilização de um telão ao fundo, no qual são apresentadas fotos tiradas em 1957, condizentes ao momento que está sendo representado.

Outro aspecto importante a ser destacado é a caracterização dos personagens, apresentando a participação daqueles que são tidos como os

---

<sup>12</sup> Idem p. 33.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

“heróis” da Revolta, dentre estes o roteiro apresenta José Santolin, representação da voz do senador Othon Mader em discurso no Congresso Nacional, o Colono, Paulo da CANGO, Mulher, Dr. Walter, Locutor da rádio Colméia, entre outros. Além da nomeação de alguns jagunços como Pé-de-chumbo e o Maringá.

A peça está dividida em dois atos, o primeiro representa a organização dos colonos para defender suas propriedades, as ações das companhias colonizadoras através de jagunços e, o segundo apresenta o momento em que os posseiros vão às ruas e invadem os escritórios das colonizadoras, expulsando os jagunços e os dirigentes, além de rasgarem os documentos que encontraram. Sendo frisado a vitória dos posseiros ante as colonizadoras.

Assim, ao analisarmos o roteiro da peça, se torna necessário pensarmos a mesma como um discurso, sendo este o vínculo existente entre o homem e a sociedade onde vive. O discurso traz consigo questões subjetivas ligadas à realidade social onde o sujeito se encontra. A partir disso entendemos que os discursos apresentados sobre a Revolta dos Posseiros, vão além de um simples “narrar” de fatos. Estão ligados a interpretações sobre questões que circundavam o momento como, por exemplo, o litígio das terras da Gleba Missões, a instituição de companhias colonizadoras na região, a vinda de colonizadores, entre muitos outros aspectos.

Compreende-se então que um discurso não se realiza de forma isolada sobre questionamentos de um único indivíduo, mas através de grupos. Assim sendo,

Um dos principais componentes do discurso como fala ou narrativa são os significados históricos presentes no imaginário de quem o elabora. Cada discurso é, assim, uma representação do imaginário no qual seu autor está inserido. Mas, embora todo discurso seja proferido por alguém – um indivíduo (ou vários) –, esse sujeito (pode ser o autor de um texto, por exemplo) não é responsável pelos significados que existem em seu discurso, uma vez que nenhum discurso é de autoria exclusiva de seu autor, já que



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

todos os indivíduos fazem parte de uma mesma memória coletiva.<sup>13</sup>

Então, Segundo Orlandi não há a possibilidade de não interpretarmos os discursos com que nos deparamos. O que faz com que a leitura do roteiro analisado ou a encenação da peça para um público, seja compreendido como um discurso que visa elucidar uma determinada memória. Compreendendo memória, segundo Le Goff, “como propriedade de conservar certas informações”<sup>14</sup> e, ainda, como possibilidade do homem poder “atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”<sup>15</sup>, podemos problematizar como a memória é produzida e utilizada, principalmente pelo Estado que muitas vezes a transforma em diferentes documentos/monumentos<sup>16</sup>.

[...]. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.<sup>17</sup>

A comemoração do cinquentenário da Revolta dos Posseiros remete-nos a estas manipulações de memória, individual no que diz respeito aos silêncios e coletiva, na construção de monumentos sobre o movimento. A peça teatral “A Revolta dos Posseiros” não está aparte dessas manipulações e dos conflitos existentes referente à constituição de uma memória oficial. Torna-se necessário então a análise e problematização do que foi apresentado nas comemorações do

---

13 SILVA, Kalina V. SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. 2 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Ed. Contexto, 2008, p. 101.

14 LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp. 1994, p. 419.

15 *Ibidem*, p. 419.

16 Segundo Le Goff, por documento entende-se o “papel justificativo” ou, ainda, a “prova histórica”. E por monumento “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos”.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp. 1994.

17 *Ibidem*, p. 422.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

cinquentenário da Revolta dos Posseiros, como foram constituídos documentos, monumentos, discursos e memórias. Além, dos silêncios.

Assim, ao lermos o roteiro da peça não nos deparamos com algumas das principais discussões que envolveram a Revolta como, os embates políticos, as diferentes versões sobre a mesma, em algumas o posseiro é o “desocupado”, o “invasor”; em outras as colonizadoras e seus jagunços são “facínoras”, entre outras. Estes embates estão diretamente ligados aos meios de comunicação que “cobriram” a revolta, mas principalmente ao viés político que cada um seguia. Além, de pouco citar os extensos debates jurídicos que envolveram a região Sudoeste do Paraná e, as dificuldades enfrentadas pela população que ali residia, referente ao distanciamento dos poderes públicos e logo a falta de incentivos, infraestrutura, ou seja, dos requisitos mínimos a sobrevivência da população. A visão romantizada, de uma luta com um único norte, a posse das terras, deixa em meio ao silêncio, um objetivo claro, o de caracterizar a Revolta dos Posseiros apenas como um conflito agrário, relegando toda a carga política, econômica, ideológica e social que a mesma representa.

## **Referências Bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. 2 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp. 1994, p.419-476.

MARTINS, R. S. *Entre jagunços e posseiros*. ed. 1, Curitiba: Studio GMP, 1986.

MOTTA, Márcia (org). “Colonização”. In: *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.98-102.

\_\_\_\_\_. “Colono”. In: *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 102-103.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

\_\_\_\_\_. “Posse”. In: *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 368-373.

\_\_\_\_\_. “Posseiro”. In: *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 373-376.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória”. In: *Revista Brasileira de História*, V. 22, N. 24, 2002, p. 425-438.

SILVA, Kalina V. SILVA, Maciel H. “Discurso”. In: *Dicionário de conceitos históricos*. 2 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Ed. Contexto, 2008, p. 101-103.

TZVETAN, Todorov. “A conservação do passado”. In: *Memória do mal, tentação do bem*. São Paulo: Arx, 2002, p. 133- 171.

VOLTOLINI, Sittilo. *Retorno 2: Pato Branco na revolta dos posseiros de 1957*. Pato Branco: Imprepel, 1997. 229 p.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *Paraná Sudoeste: Ocupação e Colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

### **Teses e dissertações:**

AMANCIO, Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá: [s.n.], 2009.

ZATTA, Ronaldo. *SENTINELAS DO SUDOESTE: o Exército brasileiro na fronteira paranaense*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo: [s.n.], 2009.

### **Sites:**

<<http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/cultura/patrimonio/pmем.asp>> acesso em 21 de outubro de 2010 às 16h20min.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**Fontes:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO. **Caderno Cultural - Projeto Memória.** Departamento de Cultura. Ano 1, nº 4, Francisco Beltrão, 2007.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **ABUNDÂNCIA VISUAL E RESTRIÇÃO INTERPRETATIVA: QUAL O PAPEL DAS IMAGENS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA?**

Mayara Hemann Lamberti\*

“Uma imagem vale mais do que mil palavras!” Muitas vezes ouvimos esta sentença ao se fazer alusão a alguma imagem, como se seu conteúdo visual fosse capaz de traduzir por meio de sua natureza, o que inúmeras palavras não seriam capazes de transmitir. Se considerarmos esta afirmação como uma constatação poética, isto seria uma valorosa verdade. Porém, ao tratarmos de história, devemos nos indagar em que medida uma imagem seria capaz de expressar, por sua própria linguagem, o que seu conteúdo produzido em determinado contexto teria a contribuir para a compreensão dos processos históricos.

A renovação dos grandes paradigmas da história no século XX abriu espaço para as “novas” fontes que, em diálogo com outras ciências, oportunizam à história e aos seus pesquisadores apropriarem-se de uma nova gama de referências e registros históricos. Neste sentido, as imagens visuais compõem uma categoria abundante de fontes, pois “as imagens pertencem ao universo dos vestígios mais antigos da vida humana que chegaram até nossos dias”<sup>1</sup> e oportunizam novas interpretações da história, assim como a complementação de interpretações já existentes. Para isto, novas metodologias encontram-se em constante construção e aprimoramento, pois, como todas as fontes, a imagem está sob a apreciação do historiador e servirá de referência para responder as questões que este lhe impõe.

Com base neste pressuposto, as imagens figuram entre as novas categorias de fontes, mas no campo da educação formal “não é de hoje que as imagens visuais servem tanto para educar quanto para instruir”, pois no âmbito do ensino chamado tradicional, as imagens compunham “um conjunto de

---

\* Graduada do curso de História – LP da Universidade de Passo Fundo - UPF – Pibic CNPq. E-mail: 107723@upf.br.

<sup>1</sup> KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. ArtCultura, Uberlândia, v.8, n.12, p.97-115, jan – jun. 2006. p.98.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

representações sociais que, através da educação do olhar, definem maneiras de ser e agir”<sup>2</sup>, ou seja, reproduziam modelos de sociabilidade e comportamento, como também auxiliavam a construção de um ideário de história a ser reproduzido. Hoje, segundo Eduardo França Paiva, a historiografia vem se renovando e as imagens cada vez mais fazem parte deste processo, uma vez que a

história produzida está menos esquemática e ideologizada [...] os autores estão cada vez menos preocupados com a prova, a verdade, e os fatos à moda positivista, e também, felizmente, com a aplicação de modelos previamente elaborados sobre realidades que se recusam a enquadrar-se neles.<sup>3</sup>

Isto também se reflete na abordagem das imagens, pois, segundo Mauad, “as imagens pictóricas ou técnicas integram uma nova epistemologia da história, na qual a noção de prova foi superada pela ideia de problema”<sup>4</sup>.

Como componente de larga presença no ambiente escolar, o livro didático de história faz parte destas transformações supracitadas e protagoniza como instrumento de grande uso nos processos de aprendizagem em sala de aula. Por isso é que se busca aqui realizar um reconhecimento da utilização das imagens nos livros didáticos de História, sua abordagem e análise como fonte histórica passível de múltiplas interpretações.

O trabalho efetivou-se por meio da análise de três coleções de livros didáticos de História de grande presença e utilização nas escolas. A interpretação do uso das imagens foi norteadada por aspectos basilares que possibilitam caracterizar a abordagem e o sentido atribuídos às imagens no contexto das temáticas. Elementos como informações complementares, sugestão de atividades, relação com o texto, propostas de reflexões sobre o conteúdo, estabelecimento de relações históricas, dentre outros, fazem parte do

---

<sup>2</sup> MAUAD, Ana Maria. Ver e conhecer: o uso de imagens na produção do saber histórico escolar. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Org.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 247-262. p.250.

<sup>3</sup> PAIVA, Eduardo F. *História e imagens*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.11.

<sup>4</sup> *Ibid.* p.252.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

processo de trabalho com as imagens históricas, pelo qual é possível estabelecer um diálogo com a fonte e é por meio destes que se poderá identificar o tratamento que o livro didático lhes dispensa.

Considerando o objeto do trabalho, apresenta-se a questão manifestada no princípio deste artigo, assim configurada: em que medida as imagens históricas são capazes de expressar, sem palavras, aquilo que as problemáticas atuais desejam escutar sobre seu papel para a compreensão do passado em que se fizeram presentes? Para tentarmos compreender esta questão e, por meio dela, analisarmos o papel da imagem histórica no livro didático, começaremos com uma exposição das propostas encontradas em alguns autores para a utilização das imagens nas obras didáticas e depois passaremos a tratar das constatações e análises nas coleções de livros didáticos de História selecionados na amostra deste estudo.

### **A imagem no Livro Didático**

Primeiramente, é preciso definir de que tipo de imagens se está tratando aqui, o que faremos com apoio de Mauad, quando afirma que as imagens podem ser de natureza visual, verbal e onírica, além de se distribuírem em uma gama de gêneros.<sup>5</sup> Dentre essas classificações, trabalharemos com a imagem visual, mais especificamente com as pinturas históricas, que compõem, juntamente com a fotografia, a maior parte da iconografia do livro didático de história.

As pinturas históricas integram uma iconografia muito particular, pois a sua composição sempre atende às aspirações do autor e estão repletas de linguagens visuais construídas pelas suas escolhas durante a produção da obra. Realizadas, em geral, sob encomenda, as pinturas históricas representam fatos históricos, cenas mitológicas, literárias, religiosas. Em sentido estrito, consistem no registro pictórico de eventos da história política, retratando batalhas, personagens heróicos, fatos e feitos de homens notáveis, invariavelmente

---

<sup>5</sup> MAUAD. 2009. p.250.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

apresentados em telas de grandes dimensões. É neste tipo de iconografia que se situam os maiores equívocos quanto à interpretação, uma vez que as pinturas históricas figuram entre as chamadas imagens canônicas<sup>6</sup>, representações muitas vezes consideradas, equivocadamente, registros fiéis de acontecimentos ou personagens históricos. Sobre isto, Eduardo Paiva alerta que “é importante lembrar, quanto mais colorida, mais bem traçada, mais pretensamente próxima da realidade, no passado e no presente, mais perigosa ela se torna”, ele refere-se a sua interpretação, pois “quantas vezes tomamos uma cena idealizada nos moldes renascentistas como retrato daquele tempo, das cortes, dos homens e das mulheres, da cidade e da fé daquele tempo?”<sup>7</sup>.

Exemplos muitos conhecidos desta categoria de imagens são as obras *Independência ou Morte*, também conhecida como *O grito do Ipiranga*, de Pedro Américo, e *A coroação de Napoleão*, de Jacques-Louis David. Tais imagens compõem um imaginário histórico em torno de figuras e acontecimentos marcantes e por isso tiveram grande destaque em sua reprodução artística, exaltando com louvores os protagonistas e as ocasiões dos episódios. No Brasil, a produção de obras como estas foi muito comum durante os períodos da Colônia e Império, ocasião na qual o pintor Jean-Baptiste Debret produziu o álbum *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, onde representou seu povo e sua natureza por meio de seus aspectos mais distintos, mas também ocupou-se de realizar um trabalho especial voltado à presença da corte portuguesa naquela terra, no qual tratou de retratar as figuras de D. João VI e de D. Pedro I, conforme as suntuosidades da época.<sup>8</sup>

As obras criadas pelo autor representam, atualmente, boa parte do ideário e do imaginário visual que possuímos daquela época. Isto acontece em

---

<sup>6</sup> Segundo Saliba (2002), são consideradas imagens canônicas, “aquelas que nos são impostas coercitivamente, daí também serem chamadas imagens coercivas. (...) Tais imagens constituem pontos de referência inconscientes, sendo, portanto, decisivas em seus efeitos subliminares de identificação coletiva. São imagens de tal forma incorporadas em nosso imaginário coletivo, que as identificamos rapidamente”.

<sup>7</sup> PAIVA. p.18

<sup>8</sup> DIAS, Elaine. A representação da realeza no Brasil: uma análise dos retratos de D. João VI e D. Pedro I, de Jean-Baptiste Debret. Anais do Museu Paulista. São Paulo. v.14. n.1 p.243-262. jan-jun. 2006.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

diversos períodos e contextos da história, em que memórias e aspirações artísticas são perpetuadas por meio de representações e nos legam registros riquíssimos de seu tempo. Porém, devem ser encarados como tais, e não como descrições fiéis daquilo que retratam, pois além da influência do tempo que a produziu, a obra também recebe juízos críticos do tempo que a recebe, reconhecendo-se que os valores mudam, não só os sociais e culturais, mas também os artísticos, e podem influir decisivamente na leitura de algumas obras. Assim afirma Knauss, quando chama a “atenção para o fato de que os sentidos de toda imagem são múltiplos e que podem ser recriados a cada novo olhar”.<sup>9</sup> No mesmo propósito, Paiva diz que “os contextos diferenciados dão, portanto, significados e juízos diferentes as imagens.”<sup>10</sup>

Diante de tais premissas, ao nos depararmos com essa tipologia de imagens, temos de indagar como saber ouvir de tais representações o que estas podem nos dizer enquanto fonte histórica? Em que medida as imagens podem falar por si só? E também se, não as mil palavras, ao menos algumas não auxiliariam em uma interpretação mais completa sobre a obra e o que ela pode nos legar para a produção do conhecimento histórico?

Ao referir-se sobre o tema, Mauad afirma que

o uso das imagens visuais nos livros didáticos de história segue uma tendência generalizada pelos estudos históricos mais tradicionais: usar a imagem como fonte de informação. Entretanto, para se fazer uma história com imagens é preciso superar o uso tradicional dos documentos como prova “de um passado que realmente aconteceu”.<sup>11</sup>

Para que seja superado este estado da imagem histórica como comprovação imagética, o diálogo com a fonte necessita de metodologias específicas a sua natureza. Dentro de sua metodologia são contemplados diversos aspectos que envolvem seu conteúdo e produção, como autoria, técnica de produção, local de produção, informações complementares que possam

---

<sup>9</sup> KNAUSS. p.115.

<sup>10</sup> PAIVA. p.31.

<sup>11</sup> MAUAD. 2009. p.252.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

fornecer indícios da ocasião e contexto de sua criação, local de produção, dentre outras disponíveis com a fonte.

De forma mais completa, Boris Kossoy concebe uma proposição metodológica para os estudos fotográficos, mas que pode facilmente ser adaptada e adequada para os estudos das imagens em geral. Em sua obra *Fotografia e História* ele desenvolve uma classificação de fontes auxiliares que devem ser consultadas para auxiliar o estudo das fontes visuais, dividindo-as em três tipologias, a saber: escritas, visuais e orais, subdivididas em suas especificidades.<sup>12</sup> Esta classificação busca contemplar as diversas possibilidades de informações que cercam a obra em estudo e que podem contribuir para a sua compreensão.

Mauad também desenvolve dentro de seus estudos com imagens e história, uma perspectiva do que avalia imprescindível para a análise das obras visuais históricas. Para ela, o processo de ensino-aprendizagem mediado pelo recurso imagético deve considerar os seguintes princípios: “1. Ensejar uma compreensão histórica [...]; 2. Ser historicamente identificadas segundo sua natureza [...]; 3. Ser acompanhadas de sua procedência [...]; 4. Ter legibilidade [...]; 5. Vir acompanhada de indagações críticas [...] não somente o conteúdo apresentado; 6. Articular-se à informação verbal de forma complementar [...]”<sup>13</sup>

Com base nas proposições destes dois autores e nas estruturas que abrigam as imagens nos livros didáticos, foram definidos para este trabalho alguns aspectos a fim de analisar a abordagem das obras históricas na conjuntura dos livros didáticos selecionados. Além destes aspectos, que trarão constatações quantitativas, algumas considerações qualitativas foram realizadas durante o estudo com os livros didáticos.

---

<sup>12</sup> KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 3.ed.rev. São Paulo: Atliê Editorial, 2009.

<sup>13</sup> MAUAD, Ana Maria. As imagens que educam e instruem – usos e funções das ilustrações nos livros didáticos de história. In: OLIVEIRA, Margarida M. D; STAMATTO, Maria Inês S. (Org.) *O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino*. Natal: EDUFRRN, 2007. p.112.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **Análise iconográfica no livro didático de história**

Diante da necessidade de operar uma metodologia mais desenvolvida no ensino de história, que considere os processos de interpretação e aprendizagem histórica protagonizados pelos alunos, podemos ter uma impressão de complexidade. Basta, porém, refletirmos um pouco sobre o importante papel que a fonte pode assumir no processo de compreensão histórica, para que percebamos a relevância de cada elemento em sua abordagem. Mauad diz que “as imagens são pistas para se chegar a um outro tempo, revelam aspectos da cultura material e imaterial das sociedades históricas, compondo a relação entre o real e o imaginário social”<sup>14</sup>. Propõe, ainda, que pensemos as imagens como uma possibilidade de concretizar as diversas maneiras de se ver o tempo passar,<sup>15</sup> assim, a fonte visual propicia uma dinâmica ao processo de aprendizagem capaz de produzir compreensões históricas que não seriam possíveis sem o seu emprego.

A iconografia de um livro didático tem como potencialidade conceder esta dinamicidade em suas reflexões. A busca pelo reconhecimento das propostas metodológicas dos livros didáticos em torno de sua iconografia fundamenta-se neste potencial e também na preocupação com o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem histórica. Para isto, a análise das coleções de livros didáticos baseou-se nos seguintes aspectos: identificação da obra, fonte e localização; autoria ou referência à mesma (no caso de autor desconhecido); datação ou referência à mesma (no caso do século de origem); indicação sobre a técnica de produção; fornecimento de informações sobre o contexto de produção; fornecimento de quaisquer tipos de informações complementares sobre a obra; descrição de seu conteúdo visual; proposta de interpretação pronta que anule o protagonismo do aluno ou, ao contrário, interpretação aberta que instigue o levantamento de hipóteses; alguma

---

<sup>14</sup> MAUAD. 2007. p.112.

<sup>15</sup> Ibid. p.110.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

complementação sobre o autor; destaque de página (aspecto estético); proposição de atividades; atividade propõe reflexões históricas; destaque no contexto de atividades da unidade ou sequência temática; relação do conteúdo temático com o texto principal; abordagem iconográfica como ilustração; orientações de trabalho com a iconografia no manual do professor; existência de um espaço especial para o trabalho com as imagens dentro da unidade temática.

Para compor o corpo documental deste estudo foram tomadas três coleções de livros didáticos para o ensino médio, a saber: *História Global* de Gilberto Cotrim<sup>16</sup>, doravante denominada C1; *História em foco*, de responsabilidade de Divalte Garcia Figueira<sup>17</sup>, denominada C2; e *História sempre presente*, sob organização de Antônio Pedro e Lizânias de Souza Lima<sup>18</sup>, denominada C3.

Todas as três apresentam rica iconografia no que se trata de quantidade de obras históricas presentes nos livros e também configuram um fenômeno comum, que é a presença de pinturas históricas com maior ênfase nas unidades que abordam os períodos de Colônia e Império no Brasil, quando a produção desse tipo de obra é mais intensa, como já mencionado. Em contrapartida, outro fenômeno comum às coleções foi identificado: por seguirem uma ordem cronológica é possível perceber uma brusca queda de exemplares de pinturas históricas a partir das unidades das grandes guerras e do século XX, fato facilmente explicado pela presença de fotografias na iconografia do período.

No conjunto das três coleções foram identificadas treze obras históricas de presença comum em pelo menos duas delas, sobre as quais concentraremos maior atenção. São elas: *Torre de Babel*, de Pieter Bruegel; *Fundação de São Vicente*, de Benedito Calixto; *Homem tupinambá*, de Albert Eckhout; *A coroação de Napoleão* de Jacques-Louis David; *Hidalgo*, afresco de José Clemente Orozco; *A chegada de D. João VI à Bahia*, de Candido Portinari; *Independência ou morte*, de Pedro Américo; *Execução de Frei Caneca*, de

---

<sup>16</sup> COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. v.1, 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2010.

<sup>17</sup> FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História em foco*. V.1, 2 e 3. São Paulo: Ática, 2010.

<sup>18</sup> PEDRO, Antônio. *História sempre presente*. V.1,2 e 3. São Paulo: FDT, 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Murilo La Greca; *Batalha dos Farrapos*, de José Wash Rodrigues; *Alegoria à proclamação da República e à partida da família imperial*, de autor anônimo. As três restantes são ilustrações de obras históricas, duas árabes dos séculos XII e XV e uma do período medieval.

Antes de adentrar na análise, trazemos algumas considerações que emergiram durante a realização da investigação. Uma primeira constatação mostra que, apesar de a C1 apresentar a menor quantidade de imagens compartilhadas, oito de treze obras em comum, é a coleção que contempla maior diversidade de iconografias, com atenção especial para as unidades temáticas dos Hebreus e de Roma, onde se disponibiliza rico conjunto de imagens ausente das demais coleções.

A segunda constatação aponta que, não obstante essa distinção, a C3 é a única das três que não apresenta uma seção especial para o trabalho com a fonte visual. As demais coleções trazem sempre na abertura de suas unidades, e a C1 também ao final de algumas, a proposta de trabalho em torno de uma iconografia e, geralmente, ali se situam propostas que induzem a uma reflexão histórica acerca da fonte visual.

Tratando-se da presença/ausência de informações básicas sobre a obra, apenas a C3 apresentou uma ausência significativa dos títulos das obras, muitas vezes substituindo-os pela descrição da imagem. No que diz respeito ao fornecimento da fonte da imagem ou do local onde se encontra a obra, as três coleções sempre dispuseram de tais informações anexas as imagens. Tais aspectos são simples e imprescindíveis para o reconhecimento da obra e talvez uma futura referência, pois sem eles o professor e os alunos não têm meios de localizá-las.

No tocante às informações históricas de produção foi constatado que, proporcionalmente, as coleções deixaram de identificar a autoria ou mesmo fazer referência à ausência desta informação em poucos casos, mas ainda assim, deixa a concepção de um contexto de produção incompleto. O mesmo ocorre na datação das obras, em que a ausência da data ou de referência à época de



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

produção foi de apenas uma em cada coleção. Curiosamente, entre duas destas, C1 e C2, trata-se da mesma obra, *Execução de frei Caneca*, de Murilo La Greca. A ausência desta informação, por tratar-se da representação de um acontecimento, deixa o leitor confuso quanto às condições de produção, se contemporânea aos fatos ou não, portanto, prejudica uma interpretação de seu conteúdo como fonte histórica.

Da mesma forma, informações sobre o contexto de produção colaborariam para esta interpretação, como, por exemplo, no caso da obra *O grito do Ipiranga*, que teve sua produção em 1888, sob encomenda de um grupo partidário do Império. O fornecimento destas informações, presentes na C1, já é suficiente para refletirmos sob que condições o autor da imagem concebeu a mesma, frente ao iminente fim do Império era necessário a produção de algo que representasse os grandiosos feitos da coroa brasileira. Este breve exemplo propõe a reflexão sobre a importância de se procurar o conhecimento da obra para além daquilo que o livro nos apresenta, pois entre as coleções, apenas três obras tiveram a complementação de seu contexto de produção. Tendo o mesmo papel, as informações complementares abarcaram tudo aquilo que viria a contribuir ao trabalho com a fonte. A disponibilização de tais informações por parte das coleções pode ser considerado mediano, podendo interferir decisivamente nas análises, pois se trata de um aspecto abrangente, cuja presença colabora para a realização das atividades, permitindo aos alunos realizarem comparações, levantarem hipóteses, produzirem argumentos, dentre outras competências.

A mesma importância pode ser atribuída às informações complementares sobre a autoria, pois também são de grande valia na concepção de um contexto histórico, podendo-se encontrar no autor os elementos que concederão à obra sua linguagem artística. As coleções não apresentam grande oferta de informações sobre os autores, em especial a C3, que nenhuma informação adicional fornece sobre os autores das treze obras analisadas.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O último ponto de análise sobre a fonte histórica em si diz respeito à técnica de produção. Esta consiste em um indicador de sua temporalidade, pois a “maturidade das técnicas, da sua aplicação plena e obsolescência, também imprime diferenças nas imagens, organizando e orientando seus usos e funções”<sup>19</sup>, possibilitando o seu reconhecimento em recorte temporal de longo prazo, além de atribuir à imagem uma identidade artística, que pode mesmo ser uma identidade de seu autor. Neste aspecto, as coleções não tiveram a preocupação de fornecer a técnica de produção das obras, estando a informação presente apenas na metade das obras analisadas na C1 e em três obras da C3. Na C2 o informe apareceu em seis de suas nove obras analisadas.

Passemos a pensar nos aspectos que envolvem o trato com a obra e seu caráter como fonte histórica. Ao analisarmos as imagens, foi dedicada atenção para a descrição das obras, no caso de pinturas abstratas ou até mesmo muito detalhistas, principalmente quando se destinam a alunos que não tenham um maior contato com a arte, é necessário que se faça relevância sobre os elementos presentes em seu conteúdo imagético. Para isto, englobaremos esta característica no que chamamos de descrição. Aqui, as coleções mostraram um resultado variado, pois a presença de uma descrição foi constante, porém, as obras que apresentam este recurso não são as mesmas e as descrições estavam mais relacionadas com o conteúdo do texto do que com a obra em si. Neste ensejo, também procuramos identificar entre as obras consideradas para o estudo, alguma interpretação pronta, que anulasse o aluno como protagonista da reflexão histórica, oferecendo o conhecimento formado e concreto na abordagem do livro. Isto foi observado em apenas uma ocasião na C1, na apresentação da obra *O grito do Ipiranga*, de Pedro Américo que, ao invés de fornecer entre suas atividades os aparatos para a reflexão, dispõe anexa a imagem de uma interpretação pronta sobre a representação do povo no ato da independência, anulando o protagonismo do aluno na interpretação da obra, que poderia ser alcançada por meio de uma proposta de atividade. Seguindo a

---

<sup>19</sup> MAUAD. 2009. p.250.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

análise, trataremos objetivamente das atividades que envolvem a iconografia em estudo, ressaltando que na C1 sete imagens tiveram alguma proposição de trabalho com relação à fonte iconográfica, na C2 e C3 apenas duas. Nessas atividades consideramos todo o exercício que sugerisse o uso da imagem em algum trabalho com o texto, ou interpretação, ou até mesmo descrição, não só aquelas que propusessem alguma reflexão histórica. Neste caso, quando há proposta de reflexão, a C1 oportunizou seis situações de reflexão entre as sete atividades, a C2 apenas uma e na C3 as duas sugestões de atividade possuíam um caráter de reflexão histórica. Isto denota um baixo nível de emprego das imagens no contexto das atividades, servindo estas quase tão somente de aparato visual para a construção da temática, sem análise das mesmas como uma fonte histórica. Tal constatação nos levou a analisar quais das imagens em questão foram apresentadas apenas com objetivos ilustrativos. O resultado foi de que a C1 traz cinco de suas doze imagens como ornamento estético; a C2, seis das nove imagens; e a C3, quatro em um total de oito.

Apresentadas as constatações sobre a abordagem das fontes iconográficas, buscamos reconhecer o que o manual do professor presente nas coleções analisadas traz de orientação para o uso dessas imagens. A C1 apresenta um manual organizado e completo, em que das doze imagens presentes nesta coleção, dez tinham algum tipo de referência para as atividades no manual do professor, quatro delas consistiam apenas nas respostas das atividades, porém, as seis restantes traziam orientações sobre o trabalho com a fonte e propostas de reflexão para o professor realizar com os alunos. Já a C2 apresenta apenas orientação para três obras, das nove analisadas, e faz menção para a resposta que envolve uma obra, as outras cinco não recebem orientação de atividade no manual do professor. A C3 apresenta um caso particular devido sua organização, toda a atividade das temáticas é realizada por meio de questões pontuais, presentes durante toda a unidade, assim, seu manual do professor consiste apenas na referência a estas questões. De oito imagens presentes na amostra, apenas duas, as mesmas que foram constatadas relacionadas com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

alguma atividade, apresentam orientação no manual do professor. Esta forma de organizar o manual restringe muito a contribuição ao trabalho do professor, pois não apresenta conhecimentos que possam potencializar as aulas, apenas norteiam aquilo que já está presente nas unidades do livro, limitando também o uso da iconografia do livro didático.

### **Considerações finais**

No total das treze imagens em comum avaliadas, grande parte é tomada como ideário do imaginário histórico, porém, isso não as desprestigia como fonte histórica, ao contrário, pois está no pré-conhecimento fornecido pela popularidade dessas imagens, no que se denomina memória coletiva, a oportunidade de transformar conceitos em favor do conhecimento histórico. Este seria o grande valor da fonte visual, ao contribuir para a reflexão em torno do contexto que a produziu. Neste trabalho buscamos efetivar um breve reconhecimento da abordagem destas imagens no livro didático de história, com o objetivo de expor uma representação das atuais condições de uso da iconografia histórica na sala de aula, uma vez que esta se encontra em processo de valorização, juntamente com as “novas” fontes, como o cinema, a música, a fotografia, a literatura, dentre outras.

Nosso objeto de estudo considerou apenas uma amostra das obras apresentadas nos livros, para que a reflexão sobre elas auxilie na produção de mais estudos sobre o tema, uma área ainda relativamente pouco explorada nas relações de ensino e aprendizagem histórica. Espera-se que, assim, auxiliemos na concepção de metodologias inovadoras que contemplem a fonte iconográfica em seu valor histórico para alunos, professores e historiadores.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## REFERÊNCIAS

DIAS, Elaine. A representação da realeza no Brasil: uma análise dos retratos de D. João VI e D. Pedro I, de Jean-Baptiste Debret. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.14. n.1 p.243-262. Jan-Jun. 2006.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v.8, n.12, p.97-115, Jan – Jun. 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 3.ed.rev. São Paulo: Atliê Editorial, 2009.

MAUAD, Ana Maria. As imagens que educam e instruem – usos e funções das ilustrações nos livros didáticos de história. In: OLIVEIRA, Margarida M. D; STAMATTO, Maria Inês S. (Org.). *O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino*. Natal: EDUFRN, 2007.

\_\_\_\_\_. Ver e conhecer: o uso de imagens na produção do saber histórico escolar. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Org.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 247-262.

PAIVA, Eduardo F. *História e imagens*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SALIBA, Elias Tomé. As imagens canônicas e o ensino de História. In *Sinopse. Revista de Cinema*. N.7. S. Paulo, Hedra/Cinusp, 2002.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **CRIMINALIDADE NA REPÚBLICA VELHA: NOTÍCIAS DO JORNAL PELOTENSE *O REBATE***

Melissa Xavier Gouvêa<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa recém iniciada para o trabalho de conclusão de curso orientado pelo Professor Dr. Aristeu Machado Lopes que tem como objetivo analisar o discurso sobre violência na cidade de Pelotas, nas primeiras décadas do século XX, a partir do jornal diário *O Rebate*. Um discurso e uma abordagem específicos, em relação à imprensa da época, garantiram ao *Rebate* destaque na imprensa pelotense no período de sua circulação, durante os anos de 1914 a 1923. A recorrência na divulgação das notícias marcadas pela violência física, no jornal, demonstra, entre outros aspectos, não somente a criminalidade na cidade, mas também as características de um jornal opositor ao governo do Estado.

O jornal apresentava os crimes da *urbs* e, de forma pejorativa, os seus cidadãos. No caso de Pelotas, através desse meio de comunicação é possível conhecer o cotidiano dos moradores, até então pouco visíveis na história local. Primeiramente, neste artigo, iremos fazer um breve histórico da cidade e de como esta estava configurada no início do século XX. Em segundo lugar, falaremos das características do Jornal *O Rebate* e sua importância para imprensa local. E por fim analisaremos o discurso das notícias de violência encontradas no jornal e as possibilidades de representar a vida de alguns transeuntes da cidade.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: melissa.gouvea@hotmail.com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A CIDADE DE PELOTAS**

Pelotas é notavelmente conhecida pelos seus casarões históricos, seus monumentos, e praças, construídos em um período de grande opulência e cultura. Conhecida também como ‘Princesa do Sul’, sua História é marcada por imagens de riqueza e prosperidade que são legitimadas através de um discurso do progresso econômico e urbano. (MAGALHÃES; 1993, p.106) Representações estas de riqueza e prosperidade, que ainda permeiam o imaginário da sociedade pelotense.

A cidade foi fundada na primeira metade do século XIX e teve seu auge econômico no período compreendido entre 1860 a 1890. No qual o centro de sua economia estava na produção de carne salgada, o charque, que possibilitou grandes transformações econômicas, sociais e culturais para a cidade. A produção do charque possibilitou o aparecimento de uma classe local de produtores enriquecida pelos lucros da indústria saladeiril. A produção nas charqueadas amparava-se na mão de obra escrava, e a presença dos escravos não poderia ser ignorada, pois era numerosa mesmo no meio urbano, apesar de toda a riqueza aparente da sociedade. Soares, ao falar dessas contradições da cidade de Pelotas, afirma que:

Todavia, Pelotas era também uma cidade de modernidade aparente e incompleta, onde o sustento e o fausto da frondosa arquitetura dos palacetes e dos teatros era a crueldade e a desumanidade da escravidão das charqueadas. Na cidade os pobres estavam segregados nas várzeas, nas baixadas e nos subúrbios. Cabeça “na Europa”, mãos na chibata: assim viviam os baronetes pelotenses. (SOARES; 2001, p.4)

Após a abolição da escravatura e a proclamação da República, a produção do charque começa a entrar em declínio, ocorrendo uma modificação na questão dos elementos de produção do já configurado Estado do Rio Grande do Sul. Segundo o historiador Mario Osório Magalhães, a cidade de Pelotas deixará de



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

ser o núcleo da industrialização dos produtos pecuários como tinha sido anteriormente. (MAGALHÃES; 1993, p.295)

É durante a República Velha que sucederá uma série de mudanças econômicas e políticas decorrentes do declínio da indústria saladeiril e de efetiva industrialização, com implantação de outras fábricas na cidade. Apesar do declínio da produção de charque, em Pelotas outras frentes econômicas serão abertas, como, por exemplo, o aparecimento dos frigoríficos no início do século XX, mas nada poderia ser comparada à riqueza proporcionada pela indústria anterior. Pelotas, então, começou a vivenciar novos tempos de industrialização e modernização.

No início do século XX a cidade aparentemente modernizava-se com as obras no porto, com a chegada do telefone e do bonde, reformas nos jardins e praças que traziam melhorias para os cidadãos da *urbs*. É neste período que a cidade passou por significativas mudanças em seu espaço interior, através dos planos higienistas. Soares mostra que em 1910, todo o município contava com 62 mil habitantes e a urbe, mais de 36 mil habitantes. Esse crescimento urbano incentivou as discussões sobre o saneamento da cidade. (SOARES; 2001, p.5)

Para Mario Osório Magalhães também foi na primeira década do século XX que se verificou efetivamente a modernização urbana em Pelotas, causando um fascínio aos viajantes que passavam pela a cidade. (MAGALHÃES; 2002, p.266) Através do texto do autor do teatro local Abadie Faria Rosa, ao periódico *Almanaque de Pelotas*, no ano de 1918 fica evidente como Pelotas estava se modificando:

E era assim também no perímetro central a vida nova. O mercado apresentava-se outro, na elegância dos seus torreões. [...] como o ar atraente da *urbs*, o aspecto simpático dos transeuntes, a vida urbana toda ela vivificada pela seiva nova – e era outra que a cidade atravessa, o momento presente da Princesa do Sul, os dias mais viris, mais intensos, mais prometedores de Pelotas de agora. (ROSA; 1918)





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

No entanto, apesar de todas essas modificações que a cidade passava e do deslumbramento desses viajantes com a modernização da Princesa do Sul, a imprensa via a cidade de forma diferente. No caso do polêmico Jornal *O Rebate*, este via a cidade de forma ainda mais diversa, via uma Pelotas ‘onde tudo pode a bala matadora’. Assim o Jornal expressa sua visão da cidade comentando um caso de agressão ocorrido em Pelotas:

museu de individualidades perniciosas, de bandidos conhecidos a exemplo dos seus intermináveis arrozaes e de suas opulentas charqueadas que, todo o mundo o sabe são os asilos a que se acoitam os piores delinquentes [...] Pelotas é hoje dolorosamente o dizemos a terra infelicidade (O Rebate, 20/10/1917).

É através desse polêmico periódico diário que são revelados aspectos significativos e pouco recorrentes na historiografia, da vida urbana da cidade de Pelotas.

## **O JORNAL O REBATE**

Para as historiadoras Ana Luiza Martins e Tania de Luca, a imprensa escrita foi o primeiro meio de comunicação de massa, que teve como papel principal defender os interesses dos cidadãos contra quaisquer tipos de violações e agressões cometidos pelo Estado. (MARTINS; LUCA; 2006, p.10) Mas além dessa importante atribuição dada a imprensa pelas autoras, é através das pesquisas feitas nos jornais que podemos observar diversos elementos sobre a economia, a sociedade, a política e o cotidiano de um local, tendo ciência de que, ao trabalhar com os textos retirados dos jornais, o que se busca são as representações da sociedade vigentes na época. Como Pesavento afirma as representações inserem-se em regimes de verossimilhança e não de veracidade (PESAVENTO; 2003, p.41), ou seja, são indícios que se colocam no lugar do ocorrido.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Segundo Loner, Pelotas na República Velha, configurava-se como um das cidades mais importantes do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com Rio Grande, e possuía uma elite culta e sofisticada. A sociedade pelotense observou então desde a segunda metade do século XIX o surgimento de diversos jornais como Diário Popular (1890); A Opinião Pública (1896); A Tribuna (1911); O Rebate (1914); O Dia (1916), entre outros. (LONER; 1998, p.6). Os periódicos forneciam informações, não somente comerciais, mas também artísticas e culturais.

*O Rebate* iniciou suas atividades no ano de 1914 e foi bastante polêmico nos nove anos em que existiu. Em suas páginas apareciam notícias locais, nacionais e mundiais, poemas de diversos autores, contos e crônicas. Em meio a uma cidade, cujo governo estava vinculado ao Partido Republicano Rio-grandense, apesar de do jornal se considerar como órgão independente, ficava claro, através de seu redator Frediano Trebbi, uma vinculação doutrinária com o federalismo, pois este demonstrava constantemente a sua admiração por Gaspar Silveira Martins líder do Partido Federalista.

Além de provocar continuamente seus opositores no jornal, como o intendente Cypriano Corrêa Barcellos, engenheiro que era filiado ao PRR, o jornalista criticou a urbanização na cidade de Pelotas, mais as obras de instalação do esgoto. (OLIVERA; AMARAL; 2010, p.64) Para Martins e Luca, no Brasil, a propaganda da ordem política foi recorrente na imprensa local, característica ainda maior no período da República Velha principalmente quando a criação de jornais praticamente fortalecia os partidos políticos. (MARTINS; LUCA; 2006, p.48)

Também como uma forma de crítica às autoridades, *O Rebate* lança uma série de longas reportagens investigativas, escreve tragédias, agressões, denúncias com títulos inusitados como Ferocidade Humana (*O Rebate* 1/04/1915), Paraíso dos Assassinos (*O Rebate* 17/04/1915), Bebedeira e desordem (*O Rebate* 26/04/1915) No Bairro Sujo (*O Rebate* 24/04/1915), ocorridas tendo como cenário, a cidade de Pelotas. Não tendo como medir, até



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

então, o alcance do jornal, é impossível delimitar no momento até que ponto estas reportagens de criminalidade tinham impacto na sociedade ou se faziam o jornal obter mais lucros.

Frediano Trebbi foi considerado, em suas atividades, um jornalista inovador e altamente polêmico, que sofreu perseguições e censuras. Com Borges de Medeiros retornando ao poder em 1913, o governo do PRR, através de marcantes implementações políticas, fez ressurgir no Estado a oposição, gerando mais uma revolta, a chamada Revolução de 23. (KUHN; 2011, p.107) Neste mesmo ano, o jornal *O Rebate* é invadido e Frediano Trebbi e outros funcionários sofrem agressões físicas. Após todos esses acontecimentos ele deixa a cidade no início de 1924 e o jornal encerra suas atividades. Para Rudiger, os jornais político-partidários se constituíam como armas de crítica política. Durante a revolução de 23, nas regiões em que existia a oposição ao estado predominou a violência contra imprensa. (RUDIGER; 2003, p. 51) A história do jornal *O Rebate* exemplifica a afirmação do autor.

## **CIDADE E CRIME**

O jovem veneziano Marco Polo, ao contar suas viagens ao imperador dos tártaros Kublai Khan, descreve as cidades que visitara. Entre estas de ‘As cidades e os símbolos’ está Zoé, nela todos os pontos da cidade se confundem. Em Zoé não há distinção entre os palácios dos príncipes, os templos dos grandes sacerdotes, a taberna, a prisão e a zona. O viajante tenta achar suas diferenças, enche-se de dúvidas e acaba se perguntando qual é o motivo da cidade.

Assim – dizem alguns – confirma-se a hipótese de que cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares. (CALVINO; 1990, p.34)

Como já dito anteriormente, Pelotas, no período da República Velha, estava passando por uma série de mudanças, além do incremento populacional



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

a cidade estava se modernizando. Através das representações da cidade encontradas no jornal *O Rebate*, Pelotas definitivamente não era como a cidade Zoé: a cidade de Pelotas era cheia de diferenças, de cidades particulares. Aos olhos de seu jornalista, a *urbs* tinha sua cidade particular, seu ‘Bairro sujo’. Local fortemente criticado pelos frequentadores, pelas atitudes de alvoroço, cantoria, bebedeira, e também por assassinato e roubo.

Para a autora Cláudia Mauch, com o crescimento do comércio e da população nas cidades, vieram os primeiros problemas relativos à urbanização e o poder público teve de se preocupar em regulamentar o convívio social. (MAUCH; 2004, p.61) De um modo geral, a urbanização promove a exclusão social dentro do espaço urbano, como ocorreu no Rio de Janeiro em maiores proporções, após as reformas urbanísticas que ocasionaram uma série de problemas de habitação na cidade, no início do século XX (CHALHOUB; 2001, p.139)

Algumas ruas, praças e becos registravam as práticas mais condenadas pelos códigos de posturas da sociedade. A Rua Tiradentes, no centro de Pelotas, localizada no sentido transversal entre a Rua Lobo da Costa e a General Teles, segundo Mário Osório Magalhães, sempre teve intensa movimentação (MAGALHÃES; 1994, p.105). Mas esta rua apresenta-se no *Rebate*, mais movimentada ainda, palco de inúmeros crimes e contendas. É de se observar também que as notícias que aparecem em relação às mulheres, as representam como prostitutas geradoras de toda a desordem na *urbs*. A exemplo:

A escandalosa...  
novas cenas ontem a tarde, a rua Tiradentes, a meretriz Maria da Gloria meteu-se em tremendo pifão e, em trajes menores, quase nua entrou a passear na calçada, para refrescar-se. Comparecendo o guarda n. 28, do 1 posto efetuou a prisão da referida mulher. (Jornal O Rebate 04/01/1915)

Ao percorrer as páginas no jornal é possível observar que as tragédias da vida privada ganhavam visibilidade. A história do assassino, da vítima, da



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

família, cada detalhe era narrado no jornal de forma minuciosa, explorando assim fortemente os acontecimentos. Como por exemplo, a nota estampada na primeira página do jornal intitulada “Tragédia Conjugal”. A narrativa se deu desta forma:

Em quarto especial da Santa Casa, veio a falecer, ante ontem, a inditosa senhora d. Ritta Hernandez, que fora há dias bárbara e miseravelmente ferida por seu feroz marido, José Hernandez, no <Hotel das Três Estrellas> O assassino acha-se recolhido ao 3 posto e bem merece uma condenação rigorosa. Oxalá a justiça saiba cumprir o seu dever, punindo o selvagem matador. (Jornal *O Rebate* 02/01/1915)

Dois dias depois o jornal *O Rebate* publica outra notícia a respeito do “O Assassino e sua Prisão preventiva”:

D. Ritta Rosa Hernandez, a misera vitima foi sempre uma esposa dedicada e amorosa. Com o seu trabalho, no Rio Grande, atendeu as necessidades do lar, em quanto seu marido jazia na indolência, e com os seus pulsos de mulher ativa, obteve os meios pecuniários para a compra do <Hotel das 3 estrellas> onde desenvolveu enérgica atividade, dirigindo a cozinha e acreditando o estabelecimento, até que a enfermidade a afastou desse labor, determinando isso a fúria do monstro. Duas facadas mortais foram o premio de tanta dedicação! (Jornal *O Rebate* 04/01/1915)

O leitor da época que possuía a assinatura do periódico passou a acompanhar, por alguns dias, os acontecimentos deste “triste desenlace” e de tantos ouros que compunham a vida cotidiana desta cidade de Pelotas recriada nas páginas d’O Rebate.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento fez as seguintes observações sobre o estudo dos conflitos produzidos dentro de uma sociedade que se urbaniza:

A passagem do século XIX para o século XX é particularmente rica para um estudo sobre violência, a exclusão social, a concepção de justiça e a construção de valores que dão sentido a existência, traduzindo o olhar, a percepção e a avaliação qualificada do mundo. No caso da cidade, são atribuídos sentidos aos espaços, aos comportamentos e aos personagens da cena urbana. (PESAVENTO; 2008, p.8)

Ao tentar analisar as notícias do jornal *O Rebate*, tenta-se reconstituir a imagem dos frequentadores das ruas largas e do ‘bairro sujo’ na cidade de Pelotas, durante tanto tempo esquecidos pela historiografia. Apesar dos periódicos apresentarem narrativas bastante convincentes, o jornal é um reflexo e uma representação de sua época, carregando ideologias elaboradas por homens do passado. Ao percorrer este jornal diário, destacam-se a visibilidade dada aos crimes hediondos, a quantidade de notícias relacionadas a violência, e as narrações detalhadas dos acontecimentos ocorridos na cidade, como também uma forma de crítica política ao governo.

Considerando que esta pesquisa está em fase inicial, o que podemos afirmar até este momento é que seus resultados confirmam que através da utilização de jornais como fonte na pesquisa histórica, existe a possibilidade de se estudar um padrão no cotidiano da vida urbana de Pelotas, e que este apresenta uma cidade diferente do discurso colocado pela sociedade da época. O tom das narrativas do *Rebate* proporciona uma visão alternativa de Pelotas à visão tradicional dos homens elegantes, das moças bem vestidas, ao mostrar a presença de homens assassinos e mulheres ‘marafonas’.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

## FONTES

*O Rebate* (1914-1923) Biblioteca Pública Pelotense

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. – Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel, 2000.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CHALHOUB, S. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano de trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque* (3ª. impressão da 2a. edição: 2008). 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. v. 1. 367 p.

KUHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. – 4. Ed. – Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

LONER, Beatriz Ana. Jornais pelotenses diários na República Velha. *Ecos Revista*. Pelotas: Ed. da Universidade/UCPel, v.2, n.1, p.5-34, abr. 1998.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: ED. da UFPel: Co-edição Livraria Mundial, 1993.

\_\_\_\_\_, Mário Osório. *Os passeios da cidade antiga*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

\_\_\_\_\_, Mário Osório. *Pelotas: Toda a prosa. 2º volume (1874-1925)* – Pelotas. Editora. Armazém Literário, 2002. 122 ps.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006 (Paradidáticos. Cultura).

OLIVERA, Maria Augusta Martiarena de; AMARAL, Giana Lange do. Civismo e militarismo na infância: uma abordagem baseada no Jornal *O Rebate* (1914-1915). *Conjectura*, Caxias do Sul, v. 15, n. 3, set./dez. 2010

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ordem, limites da desordem: violência e sensibilidades no sul do Brasil, final do século XIX. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy; GAYOL, Sandra. (Org.) *Sociabilidades, justiça e violências: práticas e representações culturais no cone sul (séculos XIX e XX)*. Porto Alegre: Editora da URGs, 2008.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

\_\_\_\_\_, Sandra Jatahy. *História & História Cultural* – Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RUDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. - 3.ed. - Porto Alegre: Ed. URGs, 2003.

SOARES, Paulo. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. IN: *História em Revista*, Pelotas, v. 7, 65-91, dezembro de 2001.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A CULTURA DO ABANDONO: TUBERCULOSOS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP (1930-1960)\***

Michelle Ferreira Auciello\*\*

Rafael de Paula Silva\*\*\*

Juliana Eliza Viana\*\*\*\*

### **Introdução**

No início do século XX, a cidade de São José dos Campos, localizada no Vale Paraíba, interior de São Paulo, foi considerada uma cidade referência para o tratamento da tuberculose pulmonar. A crença na *climatoterapia*, aliada a inviabilidade do tratamento domiciliar e ao preconceito em torno da doença fizeram das estâncias de tratamento destino indiscutível para os tísicos<sup>1</sup>.

É preciso considerar que, por conta da ineficácia dos tratamentos, os tuberculosos, em geral, permaneciam anos retirados de suas cidades, desvinculando-se progressivamente de seus antigos núcleos sociais, de modo que, raramente, retornavam a seus lugares de origem após a cura. O diagnóstico da tuberculose implicava numa profunda transformação no cotidiano do paciente, muito além da mudança geográfica. Significava uma ruptura nas diversas instâncias de sua vida social e círculos de convivência. Nesse momento, “prometia-se a cura dos doentes, atraídos pela forte propaganda sanatorial<sup>2</sup>.”

No caso específico de São José dos Campos, são abundantes os exemplos de indivíduos que se estabeleceram definitivamente na cidade após a cura,

---

\* Artigo sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Papali (papali@univap.br) e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valéria Zanetti (vzanetti@univap.br). Ambas docentes e pesquisadoras da Universidade do Vale do Paraíba – Univap.

\*\* Michelle Ferreira Auciello é aluna do curso de História da Universidade do Vale do Paraíba - Univap. oimigrela@yahoo.com.br

\*\*\* Rafael de Paula Silva é aluno do curso de História da Universidade do Vale do Paraíba - Univap. rpsilvad@yahoo.com.br

\*\*\*\* Juliana Eliza Viana é aluna do curso de História da Universidade do Vale do Paraíba - Univap. ju\_eviana@hotmail.com

<sup>1</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio. História Social da Tuberculose e do Tuberculoso: 1900-1950. *Historia social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950*. Tese de doutorado - Faculdade de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 1993. 2vs., p. 310-311.

<sup>2</sup> ZANETTI, Valéria. *Cidade e Identidade: São José dos Campos, do peito e dos ares*. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2008, p. 3.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

casando-se, constituindo famílias e criando novas amizades. Diante desses fatos, nossa proposta é pensar o tuberculoso como indivíduo deslocado de seu espaço social original, buscando compreender o impacto da tísica nas relações sociais do doente, e como este foi um fator que determinou a permanência de uma grande parcela destes indivíduos na cidade após a cura.

### **O estigma da doença e a omissão da peste**

Segundo Ângela Pôrto, a representação da tuberculose foi sendo alterada ao longo dos diversos períodos da História. Na passagem do século XIX para o século XX a tuberculose começou a deixar sua representação romantizada e assumiu um padrão mais naturalista apesar da persistência dos estigmas e preconceitos que rodeavam a doença<sup>3</sup>.

O tratamento da tuberculose ainda não era totalmente eficiente e a doença era vista como um resultado de uma vida desregrada, em desacordo com os padrões da sociedade da época<sup>4</sup>. A tuberculose era vista sob olhos romantizados, que viam o paciente sob uma áurea refinada já que a “concepção da tuberculose seria própria de uma sensibilidade marcadamente romântica, que se difundia em especial entre intelectuais e artistas”<sup>5</sup>. Segundo Pôrto, esse ‘romantismo’ implicaria em algo ‘atraente’, ‘mágico’, ‘nostálgico’, etc.: “A doença surge para os poetas como um atributo que os torna interessantes e muitos chegam a ansiar por ela, como é o caso de Casimiro de Abreu, uma das maiores expressões da poesia romântica brasileira”<sup>6</sup>.

O período que vai do final do século XVIII até o início do século XIX é marcado pelo surgimento de uma nova ordem político-social burguesa, que se

---

<sup>3</sup> PÔRTO, Ângela. *Representações sociais da tuberculose: estigma e preconceito*. Rev Saúde Pública 2007; 41 (Supl. 1): p. 43. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41s1/6493.pdf>>. Acesso em 24 de abril de 2010.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>6</sup> Idem.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

opõe à antiga concepção das “paixões exaltadas” e se mostra mais ligada à idéia de “produtividade”<sup>7</sup>.

Luiz Fernando Dias Duarte afirma que “a doença era ‘interessante’, pois só ela expressava um processo de individualização. Considerada como doença da intimidade pessoal, ‘servirá também muito freqüentemente como ensejo da singularização’, ‘à iluminação interior, à individualização plena’<sup>8</sup>.

As características físicas da tuberculose, como “magreza, cor pálida e tosse”, seriam atributos complementares aos dotes dos intelectuais literários, pois a doença estava associada à capacidade de criação do artista, além de ser uma forma de expressar a desilusão que estes tinham diante da vida social. Quando a visão romantizada da doença começa a decair, a tuberculose passou a ser encarada como uma “promotora do refinamento moral de suas vítimas”. A peste branca passou então a ser “concebida especialmente como um teste de caráter”. Como prova disso, Ângela Pôrto aponta a crônica *A Dama das Camélias* (1852) de Dumas Filho, que conta a história de uma prostituta que adquiriu a tuberculose como castigo por seu comportamento imoral e de que maneira o sofrimento causado pela doença teria sido responsável pela recuperação da sua moral:

Marguerite Goutier torna-se uma heroína tão popular por trazer em seu corpo a marca indisfarçável de sua vergonha moral; por outro lado, o sofrimento causado pela doença é o responsável direto por sua recuperação moral, consubstanciada no gesto de renúncia ao amado. A morte vem providencialmente reafirmar a legitimidade da recuperação moral da cortesã, redimindo-a tanto de seu passado condenável quanto do justo padecimento imposto pela tísica<sup>9</sup>.

De acordo com Bertolli Filho: “o projeto burguês de dominação e expansão social, elaborado meticulosamente a partir de um conjunto de intervenções

---

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> DUARTE, Luiz Fernando Dias apud PÔRTO, Ângela. Op. cit., p. 44.

<sup>9</sup> PÔRTO, Ângela. Op. cit., p. 45.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

biossociais, ganha expressão no imaginário coletivo sob a forma de culto à agilidade, à robustez física e ao equilíbrio moral”<sup>10</sup>.

Sendo as causas da doença desconhecidas e seu tratamento ainda ineficaz, o horror a doença começou a se espalhar, e a tuberculose passou a ser vista como um sinal de desordem social e não mais como algo que representava o refinamento dos poetas e artistas.

O horror diante da tuberculose acaba por fazer dela um tabu, um objeto de interdição e seu sintoma extremo é a estigmatização do doente e seu conseqüente isolamento. O conceito de estigmatização utilizado aqui é dado por Goffman, qual seja, “o processo ou a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”<sup>11</sup>.

No final do século XIX, o estigma da tuberculose se estendia para além do doente, afetando também sua família, que ficava associada a algum “obscuro defeito de hereditário, ou mesmo à pobreza”<sup>12</sup>.

Susan Sontag afirma que a tuberculose não era uma doença que “acometia cada pessoa como membro de uma comunidade assolada, a tuberculose era entendida como doença que isolava a pessoa da comunidade”<sup>13</sup>.

Na passagem do século XIX para o século XX, a imagem do tuberculoso enfrentava, além das dificuldades científicas com relação a tal doença, problemas relacionados ao “comportamento dos doentes e à reação da coletividade ao fenômeno patológico”<sup>14</sup>. Dessa forma, Ângela Pôrto autora mostra como as representações a respeito da peste branca retratam a “vontade coletiva de reorganização da ordem social, colocada em xeque por um tipo de fenômeno que escapa aos instrumentos desenvolvidos pela sociedade com vistas à sua preservação e perpetuação”<sup>15</sup>.

<sup>10</sup> BERTOLLI FILHO, Claudio apud PÔRTO, Ângela. Op. cit., p. 45.

<sup>11</sup> GOFFMAN, Erving apud PÔRTO, Ângela. Op. cit., p. 46.

<sup>12</sup> PÔRTO, Ângela. Op. cit., p. 46.

<sup>13</sup> SONTAG, Susan, *A doença como metáfora: AIDS e suas metáforas*. Tradução Rubens Figueiredo e Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 37.

<sup>14</sup> PÔRTO, Ângela. Op. cit., p. 47.

<sup>15</sup> Idem.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Diante desse quadro, numa época em que ser tuberculoso implicava numa série de estigmatizações a respeito da conduta, moral e dignidade do doente, uma das primeiras reações do acometido pela tuberculose era ocultar a tísica daqueles que o cercavam. Temendo os julgamentos e o afastamento de seus entes, o tuberculoso fazia-se passar por “são”, para que dessa forma, seus laços e sua vida cotidiana fossem preservados<sup>16</sup>.

De acordo com Oracy Nogueira, esse estereótipo que “qualificava” os tuberculosos estava presente mesmo entre aqueles que possuíam a doença, sendo que esses conceitos teriam sido absorvidos durante suas vidas enquanto “sãos”. Dessa forma, a maioria dos doentes não aceitava a tuberculose como diagnóstico para o seu problema, e se opunham à ideia de serem integrados a esse grupo de doentes:

Uma vez doente, embora já consciente do próprio estado, ele ainda hesita em aceitar a nova concepção de si mesmo, emoldurada pelas noções e atitudes deprimentes que integram o referido estereótipo; além disso, ele ainda continua a ver os companheiros do ponto de vista das pessoas ‘sãs’: evita-os, receia o seu contacto<sup>17</sup>.

Em outros casos, afirmavam que sofriam de outro mal e, mesmo internados em um sanatório, cujo objetivo era tratar de tuberculosos, não admitiam ter a referida doença. Em seu livro *Ilha da Esperança*, o memorialista José Dias Leme confirmou essa negação:

O pai de Yolanda, que na véspera tinha sido apresentado aos internados, conversava agora com mais liberdade. Indagava da saúde de tôdas, como tinham passado a noite, se ainda tinham febre, etc. Uma dizia que tinha ido para a “Vila” porque estava fraca, outra que fôra por causa de uma bronquite crônica, esta porque sofria do fígado e muitas afirmavam, sem cerimônia, que estavam veraneando. Ninguém naquela enfermaria era tuberculoso...

---

<sup>16</sup> NOGUEIRA, Oracy. *Vozes de Campos do Jordão: Experiências Sociais e Psíquicas do Tuberculoso Pulmonar no Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 95.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

(...) Noutra cama, (...) estava Madalena, (...) Ao responder às perguntas da visita, sorriu, olhou para fora, de onde vinha um jacto de luz aquecendo-lhe o corpo rotundo, e disse com ar brejeiro que lá estava por sofrer de... queda do cabelo<sup>18</sup>.

Constatamos que o estigma perpassava não somente amigos e familiares, mas o próprio doente que não admitia seu status de tuberculoso. Não aceitando sua condição encontrava justificativas para seus sintomas e seu distanciamento.

### **O distanciamento do doente**

Apesar da tentativa de omissão da doença, as tosses incontidas, a expectoração e a perda de peso tornavam a tísica perceptível, e, dessa forma, muitos amigos começavam a se afastar e, não raras vezes, a própria família, uma vez que a presença de um tísico em casa era motivo de desprezo por grande parte da sociedade. Referente a isso, Bertolli afirma que,

na seqüência dos acontecimentos, a maior parte dos conhecidos deixava de freqüentar os aposentos do enfermo, limitando-se a conversas rápidas e encabuladas, postados na soleira da porta. Por fim, os amigos que até então haviam se mostrado cordiais e solícitos começavam a rarear visitas, sabendo da presença da Peste Branca ou pelo menos desconfiados que algo de terrível e ameaçador pairava sobre a residência do companheiro adoentado. (...)

O constrangimento produzido pelo redimensionamento das relações sociais mais íntimas somava-se ao desconforto gerado pelo reconhecimento público dos traços que, de regra, a moléstia impingia ao corpo infectado<sup>19</sup>.

Novamente a partida para o exílio hospitalar aflorava como alternativa possível, mas a rejeição ao rompimento definitivo com os quadros cotidianos reclamava que outras medidas fossem colocadas à prova. Como opção, os doentes mais abastados preferiam buscar socorro no estrangeiro (...)<sup>20</sup>.

Em depoimento ao Núcleo de História e Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos o filho do médico tisiologista Dr. Rui Dória, Rui Dória Filho, confirma a repulsa que os “sãos” sentiam dos tuberculosos, revelando que

<sup>18</sup> LEME, José Dias. *Ilha da Esperança*. Reportagem em torno de um hospital. Campinas, 1944. p. 27-28.

<sup>19</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio. Op. cit., p. 315.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 317-318.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

muitas pessoas tinham medo até mesmo de respirar o ar de São José dos Campos: “(...) quem vinha de fora vinha de trem. Essa historia que punham o lenço amarrado aqui no nariz, pra não respirar o ar daqui também é verdade, porque eles achavam que... só de passar de trem aí já ficavam... doente, mas não é [...]”<sup>21</sup>.

É certo que havia famílias que dispunham de todo esforço para tratar a pessoa em casa, porém, num determinado momento, o tratamento domiciliar passava a ser inviável, não só pelo risco do contágio, mas também pelos gastos e por todo desempenho que a família precisava dispor para acomodar e atender às necessidades de um tuberculoso. A melhor alternativa era então, enviar o doente para as estâncias de tratamento<sup>22</sup>. Segundo Bertolli:

A tendência dominante era que a família do tísico somasse forças e recursos pecuniários para promover a transferência do enfermo para um dos locais recomendados para a recuperação (...). Tornou-se corriqueira a situação onde os parentes que compartilhavam do segredo juntavam-se numa espécie de conselho clânico para discutir o imediato envio do consultivo para um ambiente considerado propício à cura pulmonar<sup>23</sup>.

De acordo com Bertolli, quando “o consultivo conseguia fazer aceitar a sua permanência junto ao agrupamento doméstico, ele percebia que pouco a pouco ia sendo despojado do cotidiano reservado às pessoas saudáveis”<sup>24</sup>. Segundo o autor, a doença era uma espécie de “mácula inibidora da teia da sociabilidade da família envolvida”<sup>25</sup>, desta forma a transferência do doente para as estâncias, tem muitas vezes, uma motivação muito mais social do que médica.

O medo fundado no preconceito, existente no próprio círculo familiar, contribuiu para o desligamento progressivo do tísico de seu lugar social; uma vez que o doente neste contexto não é apenas um foco de contágio, mas o

---

<sup>21</sup> DORIA FILHO, Rui. Acervo de depoimentos orais – Laboratório de História Oral – Univap, 2010.

<sup>22</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio. Op. cit., p.310-311.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 310-311.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 314.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 310.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

responsável pelo ônus da estigmatização de seu núcleo de convivência. A segregação no âmbito familiar, embora tenha se originado como medida profilática, tornava-se estigmatizadora ao incorporar as representações sociais da doença.

Passado o tempo, a distância existente entre o tísico e a sociedade suscitou no doente exilado a necessidade de criar um novo círculo social que lhe fosse próprio, ante aqueles que compartilhavam de experiências similares, e que se encontrassem próximos.

### **A Cultura do Abandono**

Oracy Nogueira registra, em sua obra *Vozes de Campos do Jordão*, o depoimento de um doente, que nos permite compreender a profundidade desta rejeição no seio familiar: “eu tinha três anos quando minha mãe morreu de tuberculose; e quando tinha nove, meu pai também morreu, da mesma doença. [...] Era só eu ter qualquer doença, qualquer dorzinha, e logo me diziam: - 'É preciso ter cuidado com este menino! Os pais dele morreram tuberculosos...’”<sup>26</sup>.

Segregados em sua própria família, a mudança de cidade, em função do tratamento, só serviu para aprofundar o distanciamento. Nelson Rodrigues em seu livro de memórias *A menina sem estrela*, nos fala sobre os tuberculosos esquecidos pelas famílias, no Sanatorinho de Campos do Jordão:

(...) o tuberculoso era, então, o mais traído dos seres. Na minha segunda ou terceira noite de sanatório, conversamos sobre o nosso feio destino. Lembro-me de um baiano, comerciante de jóias (não sei se de jóias, se de espelhos) [...] dizia numa fúria de mutilado: — **“O sujeito, aqui, recebe carta na primeira semana; menos na segunda; menos ainda na terceira; e nada, a partir da quarta”** [...]. Suspirava: — “Vou ficar aqui, morrer aqui. Se descer, mato a minha mulher. Mato”. Estava casado, continuava casado. E há dez anos não recebia uma carta, um bilhete, um recado, nem da mulher, nem dos filhos. Lembro-me de que, certa vez, no almoço, comendo

---

<sup>26</sup> NOGUEIRA, Oracy. Op. cit., p.144.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

cozido, afirmou com uma satisfação terrível: — **“Eu estou morto, eu morri”**<sup>27</sup>. [Grifo nosso]

Em depoimento ao Núcleo de História e Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos, José Benedito Moreira, nos contou um pouco das relações que havia entre familiares e doentes na cidade de São José dos Campos na fase sanatorial. Alguns parentes, por certo período, mantinham seus enfermos nas pensões ou em sanatórios, entretanto, com o afastamento geográfico, social, emotivo e o estigma da doença, o tempo deixava claro a dificuldade em se manter as relações sociais de tísicos com seus entes, “Alguns vinham... visitar. Alguns abandonavam. Ficava aí o resto da vida e tinha que trabalhar”<sup>28</sup>.

Dona Rute Viola, interna do Sanatório Dr. Rui Dória em São José dos Campos na década de 1940, procura justificar o abandono da família pelo medo da contaminação:

Nossa Senhora, a gente via, eu já vi tanto sofrimento ali dentro [...] Tinha uma senhora da minha terra, dona Lurdes [...] quando ela veio internada aí **o marido tinha um medo, um pavor da doença! Ele não entrava no quarto dela, coitada... Ele ficava na porta**, falava com ela da porta sabe, imagina se pega também assim né... No fim, ela está enterrada aqui mesmo em São José <sup>29</sup>. [Grifo Nosso]

Dona Rute afirmou que muitas vezes a família não vinha à cidade sequer para o enterro dos parentes:

Da minha terra veio pra cá um rapaz [...] quando eu estava aqui doente. Aí um dia o papai apareceu aqui de jipe com esse rapaz [...] ele disse: ah ele está doente do pulmão [...] Você sabe menina que **os pais dele não tiveram coragem de vim ver o filho [...]** Aí um dia a dona Carmen [...] da pensão falou: olha, o Toninho passou muito mal essa noite, acho que ele não vai resistir, acho que ele vai morrer [...] Aí eu [...] liguei pra Maria da Fé, lá pra casa do pai dele [...] — **Oh Seu Taquiri [...]** o

<sup>27</sup> RODRIGUES, Nelson. *A menina sem Estrela: Memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 132

<sup>28</sup> MOREIRA, José Benedito. *Acervo de depoimentos orais – Laboratório de História Oral – Univap, 2010.*

<sup>29</sup> VIOLA, Rute. *Acervo de depoimentos orais – Laboratório de História Oral – Univap, 2010.*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**Toninho tá muito mal [...] se o senhor quiser vê ele ainda com vida, o senhor vem imediatamente. Sabe o quê que ele falou pra mim? Disse: ah não vou não Rute [...] Cuida dele pra mim.** Quando foi de madrugada ele faleceu [...] liguei e falei: **Seu Taquiri, Toninho acabou de falecer, senhor quer vir buscar o corpo dele pra enterrar aí em Maria da Fé, com a família toda de lá: - Não, você faz tudo pra mim aí [...].** Aí eu e o Viola que fizemos o enterro dele, né. Só eu e o Viola acompanhamos o enterro dele [...] Morreu sem vê o pai, sem vê a mãe<sup>30</sup>. [Grifo Nosso]

Dona Sara Bello, ex-interna do sanatório Ezra em São José dos Campos, destinada ao tratamento de judeus, acredita que o distanciamento progressivo dos familiares rompia as relações íntimas de modo que, segundo ela, o “amor acabava”. Indagada sobre o comportamento dos internos casados e as relações amorosas no ambiente sanatorial, responde:

Mesmo os comprometidos, casados, acabavam se envolvendo com alguém dali, porque **muitas vezes já tinha até acabado o amor** pelo marido ou pela mulher. **Em muitos casos, quando conseguiam se curar e tinham que ir embora dali, era uma tristeza só...** porque já estavam apaixonados e internados há muitos anos. Quando chegava o dia da visita, cada um recebia seu marido ou sua esposa e todo mundo ficava em seu quarto, quietinho, ninguém conhecida ninguém, como se nada tivesse acontecido<sup>31</sup>. [Grifo nosso]

A cura da enfermidade não significou, para muitas pessoas, a restauração dos laços sociais e familiares estremecidos pela doença, tão pouco a dissociação do estigma dela oriundo. Muitos são os relatos de ex-pacientes que, mesmo após a alta médica, preferiram permanecer na estância. Dona Sara Bello também conta sobre o seu retorno à terra natal depois de alguns meses de tratamento em São José:

---

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> BELLO, Sara apud SIQUEIRA, Cláudia; BELLO, Renata. *Lembranças do Sanatório Ezra em São José dos Campos (1950 – 1960)*. Trabalho de Graduação em História – Universidade do Vale do Paraíba (Univap), São José dos Campos. 2008. p. 32.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

Quando eu voltei a São Paulo, para visitar meus filhos, e fui até a casa de minha irmã Odete, percebi que separavam as louças, pratos e talheres quando me serviam algo para comer, com receio de que eu ainda poderia passar a doença. As louças eram separadas e fervidas. Eu fiquei muito chateada e não senti mais vontade de voltar por ali. Conversei com meu marido e pedi para que ele e nossos filhos viessem morar comigo em São José dos Campos. Ele disse que não iria, pois tinha medo que os meninos contraíssem a doença e que São José era uma cidade de doentes. Então resolvi não voltar mais a São Paulo, e ainda por cima, a responsável pelo Lar das Crianças onde meus filhos ficavam disse ao meu marido que era bom eu não ter mais contato com os meus filhos porque eles poderiam contrair a doença e ainda transmitir às oitenta crianças que ali ficavam<sup>32</sup>.

O memorialista Rodolfo Lima Martensen, em seu livro *O Desafio de Quatro Santos* (1983) narrou sua experiência no Sanatório Vicentina Aranha em São José dos Campos, na década de 1930. Martensen veio do Rio Grande do Sul, em companhia dos pais, para se tratar. Contudo, alguns meses depois o pai “precisou” voltar para casa afim de “salvar da ruína a firma Martensen & Irmão”<sup>33</sup>. A mãe, D. Dora, não demorou muito a seguir o mesmo caminho. Aos poucos a comunicação com o Sul tornava-se menos freqüente devido à distância geográfica. Segundo ele, a Revolução Constitucionalista de 1932, que dificultou a comunicação com os seus parentes no Rio Grande do Sul, o fez perceber o progressivo abandono destes. Martensen afirmou que:

Durante os três meses de revolução [1932], meus pais e os parentes dos outros conterrâneos que estavam comigo ficaram sem nenhuma notícia nossa, e se algo nos acontecesse não havia maneira de avisá-los. Nesse período comecei a sentir o desinteresse de alguns parentes e amigos. **Tinha tios residindo em São Paulo e nem sequer um telefonema me fizeram** para perguntar se eu precisava de alguma coisa. **Poderia ter morrido, que nem me enterrar viriam! Mas começava a me habituar com a frieza humana.** As lições de vida que, ainda tão jovem, vinha recebendo através da observação direta dos **casos de esquecimento, omissão, abandono e traição, ocorridos com alguns dos meus**

<sup>32</sup> BELLO, Sara apud SIQUEIRA, Cláudia; BELLO, Renata. Op. cit., p. 32.

<sup>33</sup> MARTENSEN, Rodolfo Lima. *O Desafio dos Quatro Santos: Memórias*. São Paulo: LR Editores: 1983. p. 124.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

**mais nobres companheiros**, já estavam desenvolvendo em mim uma couraça que muito me ajudou a minorar os desapontamentos provocados pela indiferença e ingratidão dos homens<sup>34</sup>. [Grifo nosso]

Martensen narrou ainda outra história interessante. Lourdinha era moça mineira que viera se tratar de uma tuberculose de laringe. Já debilitada, às portas da morte, restava-lhe apenas a atenção dos próprios internos:

Suas coleguinhas não a abandonaram nunca. Numa solidariedade comovente revezavam-se ao seu lado, contando as novidades, fazendo fofocas com os companheiros e companheiras do sanatório, inventando coisas, só para distraí-la e aliviar seu sofrimento. De sua família em Minas, não veio ninguém. Era muito longe...<sup>35</sup>.

A memorialista Nely Toledo Cesco narrou em seu livro *São José dos Campos: uma visão da fase sanatorial*, uma comovente história de abandono familiar, protagonizada por uma moça sob o pseudônimo Inês. De acordo com Cesco, Inês havia se internado, juntamente com o marido no sanatório Vicentina Aranha, embora não apresentasse qualquer sintoma de tuberculose. Ignorando os protestos do experiente tisiólogo Dr. Nelson D'Ávila, passou a dividir o quarto com o esposo enfermo, acabando por se contaminar. O marido, porém, depois de curado, limitou-se a inventar uma desculpa e partiu para nunca mais voltar por medo de contaminar-se novamente. Inês morreu alguns meses depois, na ala de moças pobres do sanatório, pois o marido não havia mais pago os honorários de sua estadia<sup>36</sup>. Este mesmo fato foi também narrado por Martensen, que relata a história de uma moça cujo nome era Izaura<sup>37</sup>. Ambos, contudo, concordam num ponto fundamental: “Suas amigas [...] nunca

---

<sup>34</sup> Ibidem, p. 144-145.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>36</sup> CESCO, Nely de Toledo. *São José dos Campos: uma visão da fase sanatorial*. São José dos Campos: Fundação Cultural Cassiano Ricardo: 1992. p. 62.

<sup>37</sup> MARTENSEN, Rodolfo Lima. Op. cit., p. 121.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

a abandonaram. Levavam-lhe flores, revistas, guloseimas, e principalmente solidariedade e amor”<sup>38</sup>.

De acordo com Bertolli,

o “exílio” conjunto machucava cada um dos tísicos ao mesmo tempo que incitava os infectados a organizarem um espaço de sociabilidade próprio. A tendência ao rompimento dos laços familiares – que muitas vezes não eram cultivados nem mesmo através da troca de correspondência – assim como a marca dos múltiplos estigmas favorecia a consolidação de um “espírito de corpo”, determinando que os próprios tuberculosos se definissem enquanto membros de uma “irmandade” cuja condição ultrapassava o estado infectado para se constituir na desoladora imagem do “fracassado”<sup>39</sup>.

Apesar disso, Bertolli afirma que, apesar da criação desse novo meio, a alta clínica era aguardada ansiosamente, pois representava passaporte para casa, junto à sua família e amigos. Contudo, poucas tentativas por parte dos ex-tuberculosos de se recolocarem na rotina dos sãos foram frutíferas<sup>40</sup>.

Altino Bondesan, em seu livro de memórias *São José em Quatro Tempo*, confirma com veemência esta questão:

No fim do ano retorno a Campinas, em visita aos meus. **Sinto que este mundo campineiro não mais me pertence [...] Estou com os meus, mas tenho saudades dos outros, dos que tosem, no clima, dos que sofrem, em São José**, meus irmãos de infortúnio, aos quais me liga a mesma sorte, a mesma condenação<sup>41</sup>. [Grifo nosso]

Valéria Zanetti também endossa essa questão, baseando-se, no depoimento concedido por D. Rute Viola. De acordo com a autora,

a situação dos tuberculosos era biológica e socialmente trágica. Alguns sentiram em casa a dor da distância. Ruth Viola comentou sobre a forma de tratamento recebida pelos

---

<sup>38</sup> Ibidem, p. 123.

<sup>39</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio. Op. cit., p. 451.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 434.

<sup>41</sup> BONDESAN, Altino. *São José em quatro tempos*. São Paulo: Indústria Gráfica Bentivegna Editôra, 1967. p. 44.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

familiares depois da separação por conta do tratamento no sanatório Vicentina Aranha: “- Minha família vinha pouco me visitar. Na casa de minha família fui uma vez só. **Senti que na casa de meus pais, eu já não era aquela de antes**, era separada as minhas coisas, eu era doente, não podia misturar, tinha que ser feito assim. **Aquilo me fazia mal. Não me senti nada bem. Fiquei três meses lá e não gostei e comecei a piorar. Meus amigos se afastaram, ninguém foi me visitar, voltei para casa de D. Cenira**”<sup>42</sup> [Grifo nosso].

Rui Dória Filho, em entrevista ao Núcleo de História e Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos afirmou:

[...] durante esse período, passaram centenas de pessoas pelo sanatório, [...] muitas morreram lá mesmo e outras que foram pra lá e se curaram não quiseram sair também. Ficaram lá... [...] Mas eles conseguiam... saíam, andavam pela cidade e tal, eu acho que a população daqui foi se acostumando com eles. Muitos deles [...] casaram-se aqui em São José dos Campos com pessoas normais, que estavam sãs... e viveram assim muitos anos [...], outros se curaram e moraram na cidade [...]<sup>43</sup>.

Nogueira também concorda que a reintegração ao ambiente familiar era bastante conflituosa para os doentes. O longo período necessário para o tratamento acabava contribuindo para a separação dos doentes de seus amigos e parentes.

(...) à medida em que se acomoda ao novo meio, (...) o doente se vê cada vez mais distanciado do seu antigo círculo de revelações primárias, pela divergência de experiências e de perspectivas de vida e, conseqüentemente, de atitudes e valores. Nas raras vezes em que retorna ao lar ou ao antigo meio, a título de visita, aí se sente pouco à vontade, como se fosse um estranho. (...) Assim, nas estações climatéricas, (...) encontram-se pessoas adoecidas há cinco, dez e mais anos, e cujos laços com a família se desfizeram mais ou menos completamente, em parte porque, devido à precariedade de seus recursos econômicos, a família acabou internando o doente numa instituição gratuita, ou abandonando-o, simplesmente, ao léu da própria sorte<sup>44</sup>.

<sup>42</sup> ZANETTI, Valéria. O. cit., p. 159-160.

<sup>43</sup> DÓRIA FILHO, Rui. Op. cit.

<sup>44</sup> NOGUEIRA, Oracy. Op. cit., p. 129-130.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Diante disso, mesmo após a cura, muitos doentes acabavam retornando para a estância, uma vez que em seu “lar” de outrora, não se sentiam mais integrados. A título de exemplo, Bertolli nos fala de uma depoente, ex-interna de uma casa de saúde joseense na década de 40, que ao voltar para casa diz:

Lá em casa em [sic] fiquei sozinha num quarto e continuei com os mesmos regulamentos do sanatório (...). **Mas eu não me sentia bem, nem física, nem moralmente.** As amigas que eu tinha antes de vir para São José, elas se afastaram de mim. Quando eu saía à rua e elas me viam, essas amigas me cumprimentavam de longe, trocavam de calçada porque não tinham coragem de se aproximar. **Eu me sentia muito isolada. Depois de ver tudo isso, eu resolvi voltar para o convívio dos doentes pois aqui em São José eu me sentia bem, tinha muitas amizades. O sanatório era minha casa, onde eu gozava de toda liberdade, ninguém tinha medo de ninguém.** De tanto insistir, papai me trouxe de volta e eu nunca mais saí de São José<sup>45</sup>. [Grifo nosso]

Bertolli destaca ainda que alguns tuberculosos eram contrários a visita de turistas e moradores locais às estações de cura, intensificando assim, o distanciamento social entre doentes e “sãos”. Para isso, Bertolli utiliza-se do depoimento de uma tuberculosa internada em um hospital de Campos do Jordão.

Eu sinto isto aqui como uma coisa nossa. Tenho a impressão de que aqui o doente não tem obrigação de tomar o cuidado que tem lá em baixo. Para mim, a pessoa sã que vem a Campos do Jordão não tem nenhum direito de exigir cuidado da parte dos doentes. Se elas têm medo por que vêm aqui? Isto aqui é nosso. Aqui o doente se sente à vontade, como se estivesse em casa<sup>46</sup>.

Conclui-se, portanto, que o estigma em torno da tuberculose foi determinante para a permanência de diversos ex-internos na cidade. O abandono aqui discutido não é apenas um evento isolado de drama familiar, mas uma perspectiva para a compreensão de São José dos Campos em toda sua

<sup>45</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio. Op. cit., p. 533.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 452.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

complexidade. O preconceito e os processos de ruptura e reestruturação dos núcleos sociais do paciente não alteravam apenas trajetórias pessoais, mas influenciavam na dinâmica da cidade Sanatorial.

## **Referências**

BERTOLLI FILHO, Cláudio. História Social da Tuberculose e do Tuberculoso: 1900-1950. *Historia social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950*. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 1993. 2vs.

NOGUEIRA, Oracy, *Vozes de Campos do Jordão: Experiências Sociais e Psíquicas do Tuberculoso Pulmonar no Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

PÔRTO, Ângela. *Representações sociais da tuberculose: estigma e preconceito*. Rev Saúde Pública 2007; 41 (Supl. 1): 43-49. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41s1/6493.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2010.

RODRIGUES, Nelson. *A menina sem Estrela: Memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIQUEIRA, Cláudia; BELLO, Renata. *Lembranças do Sanatório Ezra em São José dos Campos (1950 – 1960)*. Trabalho de Graduação em História – Universidade do Vale do Paraíba (Univap), São José dos Campos. 2008.

SONTAG, Susan, *A doença como metáfora: AIDS e suas metáforas*. Tradução Rubens Figueiredo e Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ZANETTI, Valéria. *Cidade e Identidade: São José dos Campos, do peito e dos ares*. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2008.

## **Depoimentos Oraís**

DORIA FILHO, Rui. Acervo de depoimentos orais – Laboratório de História Oral – Univap, 2010.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

MOREIRA, José Benedito. Acervo de depoimentos orais – Laboratório de História Oral – Univap, 2010.

VIOLA, Rute. Acervo de depoimentos orais – Laboratório de História Oral – Univap, 2010.

### **Memorialistas**

BONDESAN, Altino. *São José em quatro tempos*. São Paulo: Indústria Gráfica Bentivegna Editôra, 1967.

CESCO, Nely de Toledo. *São José dos Campos: uma visão da fase sanatorial*. São José dos Campos: Fundação Cultural Cassiano Ricardo: 1992.

LEME, José Dias. *Ilha da Esperança*. Reportagem em torno de um hospital. Campinas, 1944.

MARTENSEN, Rodolfo Lima. *O Desafio dos Quatro Santos: Memórias*. São Paulo: LR Editores: 1983.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **MARCHA PARA O OESTE: A INSTALAÇÃO DA CANGO NO SUDOESTE DO PARANÁ<sup>1</sup>**

Moacir Mota da Silva<sup>2</sup>

### **1. INTRODUÇÃO**

Este Artigo tem por objetivo analisar o Projeto instituído no Estado Novo de Getúlio Vargas da dinâmica migratória na formação territorial em uma área considerada de vazio demográfico, e que conseguiria resolver a problemática rio-grandense de alocar a demanda populacional, e povoar uma região inóspita e proteger a faixa de fronteira.

A instalação da CANGO na região é ponto fundamental do desenvolvimento, pois os colonos que aqui chegavam recebiam incentivos oficiais, temos também que lembrar que estes colonos que aqui chegavam estavam excluídos do processo da economia agrícola mercantilizada, por isso buscavam novas áreas para se incorporarem, de modo que migrar para o Sudoeste significava lutar para sobreviver como pequeno produtor da agricultura familiar.

No Rio Grande do Sul era intensa a propaganda, favorecido pelo sistema de pequena propriedade adotado pela CANGO, sem qualquer ônus para o agricultor e doação de toda infra estrutura, ferramentas, sementes, assistência a saúde e educação totalmente gratuitas, foram os fatores responsáveis pela atração de colonos para a região. A eficácia desta propaganda comprova-se em Voltolini, que diz:

[...] Centenas... milhares de famílias gauchas foram recebidas e acomodadas pela CANGO, durante os treze anos de suas existência. Além de 20 alqueires totalmente de

---

1 Artigo elaborado para o 1.º Congresso Internacional de História Regional

2 \* Mestrando em História pelo Programa de Pós Graduação da Universidade de Passo Fundo – Bolsista UPPF. E-mail: mmottadasilva@yahoo.com.br



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

graça, a família recebia da CANGO apoio para instalação do casaril, assistência médico-educacional... Tudo sem ônus algum para o assentado<sup>3</sup>.

Os reservistas ao concluírem seu tempo de exército no momento de receber seu certificado na baixa do quartel recebiam um boletim com um informativo que os incentivava a procurar a CANGO no estado do Paraná, onde o governo lhes dava terra e condições para se começar uma nova vida.

## **2. MARCHA PARA O OESTE INSTITUÍDO NO ESTADO NOVO**

Vargas, com o discurso revestido de patriotismo lança o programa de distribuição de terras em varias partes do Brasil, isso fazia com que o Presidente contasse com o apoio da sociedade para garantir a implantação do projeto de nacionalização da fronteiras e segurança interna do país.

Em meados da década de 40, Vargas cria algumas Colônias Agrícolas Nacionais, visando concretizar a política de colonização dos vazios demográficos no Estado Novo, dentre as colônias criadas cito a Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG criada em 1941; Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND criada em 1943 e a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO também criada em 1943, esta objeto de meu estudo, que se situava no Sudoeste do Paraná, que além de estimular o povoamento regional, deveria guarnecer as fronteiras com o Paraguai, sobretudo a Argentina.

Este aparato ideológico de migração interna no país, recheado de propaganda e incentivo como objetivo povoar esta região considerada de vazio demográfico, conforme Schimitz:

[...] o aparato político-ideológico que dava sustentação a essa campanha, pretendia convencer a sociedade da

---

<sup>3</sup> VOLTOLINI. Sitilo. *Retorno 2. Pato Branco*. 2ª ed. Curitiba; imprensa oficial do Paraná, 2002 (colação Brasil diferente). p.43



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

necessidade de uma nova ordem, centrada no fortalecimento do Estado, cuja pretensão maior era aliar nacionalismo econômico e autoritarismo, para se chegar a construção da nação<sup>4</sup>.

Com este programa de colonização Vargas, criou a expectativa de um futuro melhor, de tal maneira que os sentimentos de nacionalidade legitimavam o poder do Presidente, com todo o aparato propagandista o governo legitimava seus atos, sufocando assim quaisquer movimentos de classes sociais, pois o modelo de colonização da CANGO foi a tentativa paternalista do Estado de absorver a mão de obra liberada nas zonas de colonização antiga, aliviando as tensões sociais. Dava-se ao colono infra-estrutura e assistência e exigia-lhe em troca produção de mercadorias, através do emprego da força de trabalho familiar. E esta vasta região que dispunha de todos os pré-requisitos para se começar uma nova vida, produzindo no seu próprio quinhão.

A Colônia Agrícola Nacional General Osório foi criada em 12 de Maio de 1943, pelo Decreto n.º12.417 nos seguintes termos:

O Presidente da Republica, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 74, letra A, da Constituição e na conformidade do disposto do Decreto Lei n.º 3059, de 14 de fevereiro de 1941, Art. 109, fica criada a Colônia Agrícola Nacional General Osório, no Estado do Paraná, na faixa de 60 Km da fronteira na região Barracão – Santo Antonio em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

**Parágrafo Único:** a área a ser demarcada não será inferior a 300 mil hectares<sup>5</sup>.

Nos termos de criação da CANGO Wachowicz faz a seguinte colocação:

---

<sup>4</sup> SCHMITZ, Nilza Maria Hoinatz. *Povoamento, Trabalho e Luta: A Questão da Terra no Sudoeste do Paraná. 1943-1962*, (Dissertação de Mestrado). Universidade de Passo Fundo/RS, 2005. p.96

<sup>5</sup> LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense*. 2ª ed. Francisco Beltrão, Gráfica Editorial Ltda, 1997, p.44-45.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

[...] porem que a criação da CANGO foi um ato juridicamente arbitrário. O território da CANGO foi localizado em grande parte em terreno que outrora pertenceram a BRAVIACO. Com o Decreto 300 do interventor Mario Tourinho, essas terras voltaram ao domínio do Estado do Paraná. A Brazil Railway Company, inconformada, entrou na justiça com o processo de reintegração de posse. Estavam, portanto esses terrenos sub judice. A justiça não havia ainda decidido quem era o legitimo proprietário: a Brazil Railway Co. ou o Estado do Paraná. O governo federal também se julgou com o direito de ser proprietário dessas terras e criou na região a CANGO. Como em 1943 era época de plena Ditadura do Estado Novo, esses acontecimentos passaram despercebidos, e sem maiores comentários. Mas, o caso jurídico foi criado. Grandes foram os aborrecimentos e as tensões geradas posteriormente. Nenhuma parte envolvida tinha condições de passar escritura legal aos colonos, que foram estabelecendo-se nos limites da colônia.<sup>6</sup>

Diante de tais fatos os colonos que aqui chegaram ao Sudoeste do Paraná, mais precisamente no Município de Francisco Beltrão sede da CANGO, recebiam somente o protocolo da sua terra que de ora em diante era sua, pois a titulação só foi possível depois de muitos conflitos só ocorrendo em 1973. Neste ínterim, Voltolini afirma: "Diante das pendências existentes, porém, a administração da colônia não podia oferecer escritura definitiva e registro das áreas doadas aos agricultores, alcançando - lhes somente um documento provisório de posse"<sup>7</sup>

Desta forma a CANGO, que tinha como objetivo povoar a região, construía, estimulava a vinda dos migrantes, pois construía pontes, abria estradas e implantava serrarias para fornecer madeira para construir as casas dos novos proprietários da região.

Não da para não reconhecer o brilhante trabalho de efetivar o povoamento na faixa de fronteira proporcionado pela Colônia Agrícola Nacional

---

<sup>6</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná Sudoeste: Ocupação e Colonização*. 2ª Ed. Curitiba, Ed. Vicentina. 1985. p.150

<sup>7</sup> VOLTOLINI. Sítio. *Retorno 2. Pato Branco*. 2ª ed. Curitiba; imprensa oficial do Paraná, 2002 (colação Brasil diferente). p.32.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

General Osório, pois necessariamente fez com que a população local mais do que triplicasse com seu incentivo migratório conforme mostra o gráfico em Lazier<sup>8</sup> que segue:

1946.....	2529 pessoas
1947.....	4946 pessoas
1948.....	4956 pessoas
1949.....	6045 pessoas
1950.....	7147 pessoas
1956.....	15.284 pessoas

Supõe-se que o número de pessoas seria bem maior do que os encontrados nas relações da CANGO, pois devemos considerar que já havia muitos caboclos que habitavam esta região muito antes da chegada da CANGO e que também muitos vinham por outros caminhos a convite de compadres e ou parentes e tomavam posse de sua área de terra já que o vazio demográfico era de difícil acesso em virtude da gigante floresta verde que cobria a região, casos estes que fugiam ao controle da CANGO que tinha sua sede em Francisco Beltrão, e que sabe-se que muitos gaúchos chegavam pela região de Barracão e se fixavam nas proximidades desta região, ou até mesmo em Santo Antonio do Sudoeste.

Segundo Gomes:

[...] a ocupação espontânea, tanto na área da CANGO como fora dela foi de uma intensidade varias vezes maior...de 50 e 60, houve uma verdadeira explosão populacional na região. Enquanto a CANGO, em fim de 1956, tinha cadastrado 15.284 pessoas e 26.000 esperavam cadastramento, em 1960 a região estava com 230.379 pessoas, sendo 119.787 na área rural”<sup>9</sup>.

A ocupação do Sudoeste efetiva-se rapidamente como percebemos, e várias vilas e conjuntos habitacionais foram criados, desta forma surgem os bodegueiros que vão absorver a produção destes colonos, igrejas e escolas foram

<sup>8</sup> LAZIER, H. , *op cit*, p. 183, 1985;

<sup>9</sup> GOMES, Roberto. *Os dias do Demônio*. Curitiba: Criar, 2001. p.20-21.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

construídas, e a CANGO institui também os guardas florestais, que acompanhavam o cotidiano dos colonos, não permitindo a derrubada em larga escala dos pinheirais, e controlavam as queimadas.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É inegável atribuímos a efetivação da ocupação do Sudoeste do Paraná a CANGO, pois em três décadas assistiu-se a entrada maciça de grandes fluxos migratórios consolidando a ocupação integral do território.

Uma grande parcela deste fluxo migratório permanece no Sudoeste do Paraná, não mais nas pequenas propriedades, que se tornaram grandes latifúndio, mas nos centros urbanos, que tem uma grande tendência a industrialização, com destaque para pólos têxteis, móveis e centros tecnológicos, conforme pode se perceber nos município de Ampére, Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos.

De qualquer modo, a migração continua presente no Sudoeste do Paraná agindo como transformador da região. Se os motivos desta migração mudam com a transformação da sociedade, porém a mobilidade populacional sempre esteve presente em sua configuração espacial. E tende a continuar, pois com a modernização de certas áreas no Sudoeste estas acabam atraindo e expulsando muitos migrantes.

O Sudoeste é rico de acontecimentos desde a sua formação como foi o abordado neste presente trabalho, mas temos que pontuar também que muitos outros conflitos pela posse da terra ocorreram em virtude do processo migratório, pois as companhias de terras que chegaram nas década de 50 esparramaram o terror, e fizeram com que os migrantes se unissem em torno do mesmo ideal que era tornar-se verdadeiros proprietários, deste pedaço de chão patrocinados pelo Governo de Vargas, que vai efetivar-se somente em 1973 onde posseiros vencem o poder do capital, expulsando as companhias desta região.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

#### **4. Referências Bibliográficas**

ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) USP.

GOMES, Iria Zanoni. *1957 A Revolta dos Posseiros*. Curitiba, Edições CRIAR, 1986.

GOMES, Roberto. *Os dias do Demônio*. Curitiba: Criar, 2001.

LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense*. 2ª ed. Francisco Beltrão, Grafica Editorial Ltda, 1997.

MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. Curitiba, 2ª e., 1986.

A, 1987.

NADALIN, Sergio Odilon. *Paraná: Ocupação do Território, população e migrantes*. Curitiba: SEED, 2001.

VOLTOLINI, Sitilo. *Retorno 2. Pato Branco*. 2ª ed. Curitiba; imprensa oficial do Paraná, 2002 (colação Brasil diferente).

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná Sudoeste: Ocupação e Colonização*. 2ª Ed. Curitiba, Ed. Vicentina.

SCHMITZ, Nilza Maria Hoinatz. *Povoamento, Trabalho e Luta: A Questão da Terra no Sudoeste do Paraná. 1943-1962*, (Dissertação de Mestrado). Universidade de Passo Fundo/RS, 2005.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **O FEDERALISMO E O PARLAMENTARISMO NO PROJETO POLÍTICO DE GASPAR SILVEIRA MARTINS**

Monica Rossato<sup>1</sup>  
Maria Medianeira Padoin<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo é resultado do projeto de pesquisa intitulado *O poder local, a república e o federalismo*, desenvolvido com bolsa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq no período de agosto de 2010 a julho de 2011. Esse mesmo projeto faz parte do projeto “guarda-chuva” intitulado “*História da América Platina e os processos de construção e de consolidação dos estados nacionais no século XIX e no início do século XX*”, do Comitê História, Região e Fronteira do Grupo Montevideu e ao Grupo de Pesquisa História Platina: Poder e instituições do CNPq/UFSM.

Ao longo desse trabalho buscamos analisar as propostas de federalismo e parlamentarismo de Gaspar Silveira Martins, líder do Partido Liberal na Província do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX quando assumiu importantes cargos políticos à nível provincial e do Império.

Aprofundamos essas temáticas a partir da nova história política no qual se utiliza da interdisciplinaridade dos conceitos e fontes para a produção de um conhecimento histórico. Com isso, as representações que nutrem um grupo no plano político ou uma visão de mundo partilhada, com uma leitura comum do passado corresponderiam a uma cultura política, que é a preocupação da História Política (PESAVENTO, 2008).

---

<sup>1</sup> Autor (a): Acadêmica do 10º semestre do curso de História – Licenciatura e Bacharelado da UFSM, bolsista PIBIC/CNPq UFSM 2010-2011. Endereço eletrônico: monymarchesan@hotmail.com; monymarchesan@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Orientador (a): Professora do Departamento de História e Coordenadora do PPG em História da UFSM e líder do Grupo de Pesquisa CNPq: História Platina: poder e instituições. Email: mmpadoin@gmail.com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Da mesma forma, para o estudo de conceitos como o federalismo e parlamentarismo partimos das contribuições de Koselleck em que: “Todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível. Pode-se entender esta formulação tornando-o mais instigante” (1992, p. 136).

O trabalho foi realizado a partir da pesquisa bibliográfica que contemplou obras que abordam o contexto político do Império e da Província do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, de trabalhos que discutem o conceito de federalismo e de parlamentarismo. Da mesma forma, a pesquisa documental foi realizada nos jornais A Reforma e em discursos publicados nos Anais da Assembléia Legislativa, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Desta forma, o presente estudo dispõe dos resultados acerca da análise das fontes levantadas no que se refere ao projeto de federalismo e parlamentarismo de Gaspar Silveira Martins durante o tempo em que esteve atuou politicamente na Província e no Império.

## **O FEDERALISMO E PARLAMENTARISMO DE GASPAS SILVEIRA MARTINS DURANTE O IMPÉRIO**

Gaspar Silveira Martins provinha de uma rica família de estancieiros que tinham terras até o lado do Uruguai. Sua mãe, D. Maria Joaquina das Dores Martins era filha de João Antonio Pereira Martins, o Visconde de Serro Azul<sup>3</sup> e D. Maria Joaquina do Nascimento, natural de Rio Pardo, que também provinha de uma família rica de estancieiros daquela região.

O pai de Gaspar Silveira Martins, Carlos Silveira de Moraes Ramos era natural de Encruzilhada e foi batizado em Rio Pardo e era filho de Joaquim Silveira de Souza e de sua esposa D. Mariana Inácia Ramos. Todos os filhos do

---

<sup>3</sup> Possuidor da maior fortuna já acumulada no RS e suas estâncias se estendiam desde o “Candiota” até o “Rincão do Pereira” em pleno coração do Uruguai, abrangendo aproximadamente cento e dez léguas quadradas de campo. Todas as suas estâncias estariam povoadas com cerca de quinze mil cabeças de gado. (CARVALHO, 1937, p. 266)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

casal Carlos Silveira e D. Maria Joaquina<sup>4</sup> nasceram na Fazenda de Aceguá situada no Departamento de Serro Largo, no Uruguai, sendo que alguns foram batizados na própria estância, enquanto outros na Igreja Matriz de Serro Largo, como foi o caso de Silveira Martins.

Os dez anos de infância de Gaspar acompanharam a Revolução Farroupilha e a cada ano crescia seu fascínio pelos farrapos na qual ouvia dos peões narrativas do campo de luta, segundo a biografia escrita por Newton Alvin (1985).

Após aprender o alfabeto em uma escola primária de Cerro Largo, Gaspar foi para Pelotas onde concluiu o curso primário. Transfere-se para São Luis do Maranhão aos dez anos de idade, mas acaba indo para o Rio de Janeiro aonde vai à busca de um bom colégio, o Colégio Vitorio onde concluiu seu curso secundário. Em 1852 ruma para o Recife para cursar a Faculdade de Direito e logo após transfere o curso para São Paulo, formando-se em 1856 aos 22 anos de idade (ALVIN, 1985).

Nesse período em que esteve cursando a Faculdade de Direito em São Paulo manifesta seu engajamento político através dos debates, discussões políticas e jurídicas influenciados pelo Direito Natural e das Gentes e pelo iluminismo-liberalismo<sup>5</sup>. Bem como seus colegas de faculdade se tornariam, assim como ele, deputados, senadores, ministros e presidentes de província. Nesse sentido, essa Faculdade foi responsável pela formação de vários líderes políticos do período imperial brasileiro, entre eles Gaspar Silveira Martins, Antonio Ferreira Viana, Felisberto Pereira da Silva, Henrique Francisco d'Ávila,

---

<sup>4</sup> O casal possuiu “vinte e três sortes de campo de criação no Estado Oriental, nos departamentos de Taquarembó e Serro Largo, que estão povoados de gado, campos na antiga estância de “carpintaria, que tinha parte no Brasil e parte no Uruguai, muitos prédios e terrenos em Bagé, onde também tinha uma chácara com uma légua de extensão, com uma boa casa de telha” (CARVALHO, 1937, p. 275).

<sup>5</sup> Segundo Costa (2006) nesses centros os estudantes se definiam politicamente e foi na faculdade de Direito de SP e de Recife que Silveira Martins aprofundou sua leitura em clássicos do Direito Natural e das Gentes e dos autores iluministas-liberais apropriando-se das concepções dessas correntes.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

entre outros<sup>6</sup>. Todos eles se formaram no ano de 1855 e todos provinham da Província do RS.

José Murilo de Carvalho (2003) destacou que a formação em Direito era o primeiro passo para ingressar na carreira política a partir da segunda metade do século XIX, considerando o aspecto da profissionalização da carreira política. Para a Província do Rio Grande do Sul, Jonas M. Vargas (2007) também concluiu que a formação em Direito era o primeiro passo para ingressar na carreira política do Império, como parte de uma estratégia familiar das mais abastadas famílias da Província do RS na segunda metade do século XIX. Colocar seus filhos em contato com o mundo da política para ter a benefícios e vantagens proporcionadas pelos cargos públicos e políticos era o desejo de muitas famílias que investiam na profissionalização da carreira política de seus filhos tornando-se assim “mediadores políticos” entre suas paróquias e a corte.

Nesse sentido, Silveira Martins é um exemplo dessa estratégia familiar seguida por abastadas famílias da Província do RS, em discurso na Câmara dos Deputados em 1879 isso fica evidente:

Naquelle tempo também o orador já era juiz municipal da corte, e tinha uma família que, si não era politicamente considerada influente, era influente pelo lado da fortuna, e desde que entrou na política, essa influencia se mostrou. Entrava em uma chapa de 15, porque era só em um districto, mas era para ser eleito entre 30 deputados da província. (Câmara dos Deputados, 16 de julho de 1879, p. 228)

Para conseguir iniciar-se na carreira política, a fortuna da sua família foi importante, pois no Distrito em que será lançada sua candidatura a deputado, o 2º distrito<sup>7</sup> da Província do Rio Grande do Sul, tinha o candidato General Osório

---

<sup>6</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX*. Disponível em: [www.tj.rs.gov.br/institu/memorial/gauchos.doc](http://www.tj.rs.gov.br/institu/memorial/gauchos.doc). > Acesso às 11:42 de 11 de ago 2011.

<sup>7</sup> Segundo Trindade e Noll (1991), a lei eleitoral de 1860 divide o RS em dois distritos. O 2º distrito se constituía num reduto eleitoral do Partido Liberal, tendo em diversas legislaturas eleito para a Assembléia Geral o Barão de Mauá, Felix da Cunha e Gaspar Silveira Martins. Os





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

influencia eleitoral e política<sup>8</sup>. Mesmo assim, Silveira Martins concorre à vaga de deputado provincial pelo 2º distrito pelo Partido Liberal, na qual consegue eleger-se ao cargo. Depois de ser eleito representante desse distrito, realiza votos de agradecimento na sua primeira sessão na Assembléia Provincial do RS, como deputado:

Sr. Presidente o meu primeiro dever, do alto dessa tribuna, é dirigir os meus sinceros agradecimentos aos eleitores do 2º districto que tão espontaneamente aqui me collocaram, e para corresponder aos suffrágios com que me distinguiram começo desde hoje a defender seus direitos que se pretende prostergar (Assembléia Legislativa, 16 de setembro de 1862)

Durante sua atuação política em reconhecidos cargos do Império, sempre defendeu o parlamentarismo como sistema de governo, não importando a forma de governo que deveria adotar o Brasil. Da mesma forma, sempre preconizou a reforma constitucional do Império que continha muitos vícios e era extremamente centralizadora na figura do monarca e limitadora das liberdades individuais e da autonomia provincial. Nesse sentido, lutará por uma proposta de descentralização administrativa e maior autonomia das províncias e municípios para organizar um Estado Liberal buscando a não interferência do Estado nas liberdades de cada individuo, bem como nas decisões e negócios das províncias e municípios.

Segundo Gaspar Silveira Martins, o poder deveria ser distribuído harmonicamente entre as três instâncias, entre os municípios, as províncias e o Império, porém isso não ocorria na pratica política imperial. Segundo ele, “a administração da província por membros de uma commissao, que entre si repartissem os negócios públicos, corresponde ao ideal do *self government*, com o qual não é compatível a actual divisão do paiz em governantes e governados” (A Reforma, 10 de junho de 1886, p. 1).

---

liberais, segundo o autor dominavam a zona da economia tradicional pecuária-charqueadora e mais ao norte, onde a ocupação era recente.

<sup>8</sup> Câmara dos Deputados, 16 de julho de 1879.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

No que diz respeito ao regime parlamentar, Silveira Martins pensava a organização do governo a partir de um Legislativo, representado pela Câmara dos Deputados, órgão composto por indivíduos representantes da soberania popular, escolhidos pela população para representá-la. Nesse sentido, parlamento e executivo compõem o governo a nível federal, assim como nas províncias e municípios.

O Império tinha na sua constituição o parlamentarismo como sistema de governo. Porém ele não existia na prática, pois o que se via era o imperador escolhendo seus ministérios e gabinetes, sendo que estes deveriam ser escolhidos pelo parlamento.

O parlamentarismo pensado pelo político seguia o modelo parlamentarista da Inglaterra, Bélgica e Itália, mas na prática ele não existia no governo Imperial, pois, segundo ele, a prática política tem desvirtuado o verdadeiro princípio em que se funda o regime parlamentar (A Reforma, 10 de junho de 1886).

A base do parlamento devia estar assentada na opinião pública que compreende a população eleitoral do país que vota e escolhe seus representantes. O sistema eleitoral<sup>9</sup> da época era excludente, e o governo com isso, não era formado pela opinião pública. Segundo ele:

“a opinião das massas é decisiva, e por isso o principal defeito dos parlamentos é serem eleitos por número limitado de votos; porque desse modo, não é o governo da opinião pública. Pois formara essa opinião só o rico, só o sábio, só o doutor, só um número limitado, limitadíssimo de eleitores, diante da grande massa da população?” (Senado, 26 de julho de 1882, p. 55)

---

<sup>9</sup>No sistema eleitoral da época, o requisito da renda era necessário para que o eleitor fosse qualificado a votar. A exigência para ser um eleitor primário (eleição de 1º grau) era uma renda líquida anual de 100\$000 réis, para os eleitores propriamente ditos (eleição de 2º grau) a renda era de 200\$000, para deputados gerais, 400\$000 e para senador, 800\$000. Em 1881 o sistema eleitoral passa por reformas, onde os requisitos de renda tornam-se mais rígidos, e os analfabetos são excluídos do direito de votar. (TRINDADE, NOLL, 1991). No Brasil, ao contrário de outros países, a legislação eleitoral do império caminhou no sentido de ampliar as restrições e não o eleitorado (DOLHNIKOFF, 2008, p. 19).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Segundo Silveira Martins, o governo deve sim ter atribuição suprema, desde que depois preste esclarecimentos perante a Câmara e o Senado onde será sancionado, aprovado pela maioria que o apóia ou reprovado levando a substituição do gabinete.

Da mesma forma, “A última evolução do systema parlamentar considera o ministério como uma comissão executiva do parlamento, muito embora os ministros sejam designados pela coroa, uma vez que fica a nomeação dependente da ratificação do parlamento (Senado, 20 de abril de 1885).

O ministério não pode viver um dia sem a maioria no parlamento. O parlamento inspira e dá ordens ao poder executivo e responde as perguntas dele. Ao parlamento, formado pela Câmara dos Deputados, representante da opinião pública, compete a tomada dos negócios públicos do Estado.

Em um governo de sistema parlamentar, os ministros são comissários do parlamento, pois mesmo que a constituição declare que o Imperador escolhe livremente seus ministros, esta liberdade está circunscrita a órbita da confiança do parlamento. Isso significa que ele escolherá os que aí apresentaram capacidade e adquiriram consideração e confiança pública. Para Silveira Martins, cada vez que o ministério se dissolve ou se modifica, “o parlamento e o país tem direito de saber qual é o motivo que produziu a crise, e o que intenta fazer o novo ministério, ou o ministério modificado” (Câmara dos Deputados, 16 de fevereiro de 1877, p. 96 e 97).

Silveira Martins considera a diferença entre o sistema representativo e o sistema parlamentar, considerando que os Estados Unidos simboliza o sistema representativo, pois nele havia uma câmara eleita pelo sufrágio, um senado escolhido pelos Estados e um presidente eleito popularmente. Nesse caso, o poder executivo, exercido pelo presidente, é o responsável perante o povo. No Brasil, segundo Silveira Martins, isso não existia, por isso a constituição do Império era semelhante à inglesa. O soberano escolhe seus ministros entre os representantes da nação, e o parlamento estaria no seu direito de recusar os ministros que não fossem tirados do seu seio (Senado, 9 de agosto de 1888).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Da mesma forma, o sistema parlamentar tem sido defraudado por aqueles que dirigem os partidos, defraudando as idéias que os partidos têm. Mas, segundo Silveira Martins, para corrigir esses males, seria preciso que os governos governassem com os partidos, pois nesse sistema parlamentar deveria haver maiorias orientadas por uma idéia e não divisões e subdivisões de partidos que se fracionam ate as individualidades, tornando-se os governos impossíveis (Senado, 25 de setembro de 1888).

Gaspar Silveira Marins se refere também a criação da presidência do conselho, que nada mais é do que uma consequência das instituições e do parlamentarismo. Ela é exercida por um homem político, depositário da coroa e os outros ministros são colaboradores da política representada pelo presidente do conselho, na qual fala em nome de todos, e os que não estivessem contentes retiram-se sem fazer questão e reclamações (Senado, 2 de outubro de 1886).

Para que a liberdade individual possa existir nesse Estado Liberal preconizado por Silveira Martins, as reformas na administração dos municípios e províncias seriam essenciais: “E o Brasil não garantira perfeitamente a liberdade individual, si as suas instituições se não fundarem todas na liberdade provincial, tornando-se praticas e formais as grandes theses consignadas no acto adicional” (Senado, 21 de agosto de 1882, p. 54).

O Ato Adicional<sup>10</sup> era bem visto por Gaspar Silveira Martins, pois foi a primeira reforma constitucional que consignou uma organização política que concedeu maior autonomia e liberdade as províncias:

Silveira Martins considera que a criação das Assembléias Provinciais não foi uma criação completa, pois se descentralizava o poder legislativo, dando as províncias uma espécie de autonomia e o direito de cuidar de alguns de seus

---

<sup>10</sup> O Ato Adicional originou-se de um projeto de reforma constitucional aprovada na Câmara dos Deputados em 1832 onde estabelecia além de outras questões, a criação das Assembléias Legislativas Provinciais com autonomia, limitação do Executivo e a substituição da regência trina pela uma, eleita pelas Assembléias Provinciais. As Assembléias cabia o direito de determinar as despesas municipais e as provinciais e os impostos que deveriam ser cobrados para fazer frente a tais despesas. Eram responsáveis pela fiscalização das rendas públicas provinciais e municipais, além do controle final das contas. Cabia a Assembléia as divisões civil, judiciária e eclesiástica da província (DOLHNIKOFF, 2005, p.99).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

interesses. Porém, ao lado do Legislativo Provincial ficou o executivo geral, o mesmo delegado político do centro, vivendo em luta, porque as províncias elegem seus representantes que nem sempre se compatibilizava com o executivo geral (Senado, 5 de setembro de 1888, p. 554).

Dentre as propostas de Gaspar Silveira Martins para o Estado Nacional Brasileiro o projeto de federalismo diria respeito ao modo de organização dos poderes municipais, provinciais e imperial, bem como as atribuições de cada um e a sua relação com o Poder Central (Império).

A partir disso, o federalismo partiria da descentralização administrativa do Império, atribuindo a cada província a organização do seu próprio governo, bem como a criação de suas próprias leis de acordo com suas características regionais. Queria que as províncias tivessem um executivo provincial, assim como acontecia nas monarquias belga, prussiana, holandesa e italiana, onde cada executivo provincial administraria e decidiria os interesses de cada província melhor do que os presidentes nomeados pelo governo central (SENADO, 27 de abril de 1882).

Segundo a constituição do Império, os municípios estavam sob a “tutela” das Assembléias provinciais que eram responsáveis por aprovar o orçamento, posturas e regimentos que as câmaras municipais deveriam adotar (TORRES, 1957). A municipalidade naquele momento, segundo Silveira Martins “quando não depende imediatamente do ministro do império, esta submetida a assembléia provincial; as decisões desta são burladas pelo presidente da província, que é dependente dos ministros, que o são do chefe do Estado” (A Reforma, 6 de julho de 1886). Então, a reforma nas municipalidades para Silveira Martins compreenderia a criação de executivos municipais através dos conselhos municipais compostos por vereadores que escolhem o executivo municipal livrando os municípios dessa “tutela” exercida pelas Assembléias.

Silveira Martins, através desse pensamento de organização dos municípios através da criação de conselhos municipais numerosos utiliza o exemplo da Itália, onde o conselho municipal de uma cidade de igual população



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

da cidade do Rio de Janeiro teria 60 membros. Ou seja, o aumento da representação através do aumento do número de vereadores para compor os conselhos deveria ser proporcional as povoações, cidades ou vilas.

Esses conselhos elegem a sua comissão executiva para governar e administrar os negócios e assuntos do município. Observa-se que a representação é coletiva e vem demonstrar a valorização ao poder legislativo.

Ao defender a maior atribuição das municipalidades utilizava também o exemplo da França, que tem uma monarquia com soberano eletivo. Dizia ele na sessão de 21 de julho de 1888 no Senado que em países com extensão muito limitada e com facilidade de comunicação, como a França, as municipalidades tem maiores atribuições, mas mesmo assim nessa república há um centralismo. Então o que dizer do Brasil que possuía um vasto território e uma população limitada espalhada por todo o território, com dificuldade de comunicação e onde o governo central quer para si todas as atribuições (Senado, 21 de julho de 1888, p. 202).

A representatividade se inspiraria na monarquia inglesa na qual a Câmara dos Communs, “é a verdadeira expressão do povo inglês, mas que houve uma época em que não representava senão o governo” (Câmara dos Deputados, 20 de dezembro de 1878). Da mesma forma, expressa seu ideal de ilustração ao falar sobre a origem do sistema representativo, base do sistema parlamentar, formado a partir da delegação de poderes:

A grande extensão das nações modernas não permite o governo imediato da nação pelo povo; procurou-se obter o mesmo resultado inventando este systema pelo qual o povo, ou por províncias, ou por cidades, ou districtos, delega a alguns indivíduos seus poderes a fim de legislarem sobre as necessidades publicas, e tomarem contas aos funcionários.

Esta delegação para ser regular deve ser livre: o delegante tem direito de escolher o delegado em quem confia; e para aproximar-se o mais possível da verdade deve a representação reflectir o povo representado; ora no povo sempre existem os dous interesses oppostos de





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

conservação e progresso, dahi residia que onde não há delegação a minoria tem sempre a palavra, pois qualquer cidadão tem o alvitre de fallar, discutir, e convencer; mas no regimen das maiorias, ainda que a eleição seja a mais livre, dá-se o vicio de ser o delegado o representante da maioria, e não do povo, que se compõe de maioria e minoria; a mais livre das nações pode produzir uma camara unanime, que sendo o órgão d' uma parcialidade, não representara o pais (Radicalismo, 1869, p. 24 e 25).

A representação do país deve ser livremente eleita e independente como a da Inglaterra, através da mesma pratica de os governos irem ao Parlamento dar satisfação dos seus atos e procurar na soberania do povo a força para governar (Câmara dos Deputados, 20 de dezembro de 1878). A representatividade então teria por base a eleição direta e a liberdade de voto para Silveira Martins.

A constituição do Estado é vista por Silveira Martins como uma pirâmide onde a base seria formada pela soberania do povo e no vértice os eleitos como representantes do povo:

A constituição do estado, em sua pureza, representa uma pyramide (...) tendo pó base a soberania do povo, e por vértice o supremo representante da nação; no entanto, já chegamos pelo caminho da má fé, da hypocresia, ao ponto de fazer uma reviravolta tão completa que o vértice se acha cravado no chão e a base no ar é que repousa sobre o vértice; as posições estão invertidas, são falsas, e portanto fracas, é da essência das cousas procurar sua posição natural, e havemos dar-lh'a! (*Muito bem! Muito bem!*) (RADICALISMO, 1869, p. 18 e 19)

Com a independência, a constituição do Brasil adota um regime centralizador e unitário sob o governo do Rio de Janeiro (TORRES, 1960). Nesse sentido, o unitarismo<sup>11</sup> do império representa a união das províncias sob o governo do Parlamento e do monarca. Mas o que acontecia, é que o próprio monarca escolhia seus ministros e Gabinetes, bem como os funcionários, juízes

---

<sup>11</sup> Para João Camilo Torres (1957), o regime unitário será aquele em que a administração local provem de decisões tomadas pela autoridade central. O conceito de regime unitário é um conceito político, podendo um Estado Unitário ser centralizado ou descentralizado administrativamente.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

e presidentes de província. Por isso, o pedido de reforma constitucional visando à reforma da administração provincial era algo necessário para reanimar a instituição monárquica e reformar o sistema parlamentarista do Império para Silveira Martins.

Para isso, utiliza o exemplo dos Estados Unidos onde ali os presidentes dos estados não eram nomeados pelo presidente da Federação, como acontecia no Brasil. Nos EUA, “cada estado da União é como um pequeno paiz soberano, tem sua constituição, seus códigos, sua magistratura: o governo de Washington só dirige os negócios federaes propriamente ditos” (A Reforma, 10 de junho de 1886).

A partir dessa comparação, evidencia-se a preferência de Gaspar Silveira Martins por um unitarismo no que se refere a relação entre as províncias e o seu presidente a nível federal, onde cada província escolheria seu próprio governo, bem como as leis seriam formuladas com base nas características culturais e geográficas de cada província. Silveira Martins acha que

os presidentes são delegados naturaes do pode central, para os interesses nacionaes que há nas províncias, como magistratura, exercito, estradas de ferro, etc. Mas não estão no mesmo caso a instrução publica, as estradas provinciaes, as repartições da província não devendo, portanto, o governo central pelos seus delegados nomear ou demittir os empregados da províncias; e administrando interesses que não conhece, e muitas vezes servindo-se a interesses inconfessáveis (Senado, 26 de julho de 1882, p. 242)

Os interesses e assuntos que dizem respeito à Província devem ser administrados e decidido por um governo eleito pelos eleitores da própria Província, ao lado de um delegado do governo central encarregado de acompanhar os assuntos federais, comum à todos, como o exercito, a magistratura, as estradas de ferro e as tarifas gerais.

Segundo Gaspar Silveira Martins,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Não fallo das confederações, reunião de estados com soberania local, como a Suissa, os Estados Unidos, a Allemanha e outros países; não fallo da Maior Bretanha, como chama Seeley, a grande federação inglesa da Europa, America, Ásia, África e Oceania; mas da Grã-Bretanha, paiz unitário – que tem leis que so vigoram na Irlanda, ou só na Escóssia, ou só no Condado de Galles; fallo da Italia e ate da França, representante do tipo de centralismo, que não 'so tem leis especiaes para as colônias, mas ella própria tem muitas tarifas: - a chamada tarifas geraes e convencional (Senado, 5 de setembro de 1888, p.554).

Nesse sentido, evidencia-se a aproximação de Silveira Martins com uma forma unitária de Estado Nacional, buscando fundamentar seus ideais através de exemplos de países como Inglaterra e França. Ele se refere, mais uma vez, às leis elaboradas localmente, ou seja, cada província, estado, colônias elabora suas leis conforme suas características locais ao lado de leis federais que vigoram em todo o território. Da mesma forma, ao lado da elaboração de leis em cada província, a criação de tarifas também deveria ser a cargo da administração de cada província e região, pois muitos dos impostos recolhidos na província eram implantados pelo governo central e a sua arrecadação era dirigida ao Império.

Segundo Miriam Dolhnikoff (2005), é por essa razão, de descentralizar a arrecadação dos impostos que em 1877 o ministro da Fazenda Silveira Martins defendeu a criação do imposto territorial provincial, como forma de diminuir a tributação sobre a exportação e para onerar a propriedade fundiária, para obrigar a venda de terras improdutivas.

A partir disso, Gaspar Silveira Martins lutará na Câmara dos Deputados pela implantação de uma tarifa especial para a Província do Rio Grande do Sul buscando atender aos pedidos das principais praças comerciais da Província.

No ano de 1888, durante os trabalhos no Senado, Gaspar Silveira Martins apresenta uma emenda procurando rever a tarifa da Alfândega do RS procurando dar a elas uma tarifa especial e integral para satisfazer as praças comerciais da Província e reduzir os impostos similares das repúblicas vizinhas (Senado, 13 de novembro de 1888). Nesse mesmo momento, Silveira Martins



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

reclama também do imposto cobrado sobre o sal importado pela economia charqueadora da Província (Senado, 14 de novembro de 1888).

Nesse sentido, a política tarifária era motivo de desavença entre a Província do RS e o Governo Central, pois os interesses dos comerciantes do Litoral e Capital estavam sendo prejudicados com os entraves colocados à importação de matérias-primas e dos produtos comercializáveis. Buscando atender esses grupos socioeconômicos prejudicados e aos problemas gerados pelo contrabando e pela concorrência dos produtos platinos, Gaspar Silveira Martins desabafa:

(...) o que reclamamos é que a posição que nos reconhecem para sujeitar-nos a um regimen militar especial, nos seja igualmente reconhecida para nos darem regimen fiscal, que não nos empobreça e arruínem. Quem mais perdera com na conservação do *status quo* é o Estado, pois quanto mais exaggerados forem os impostos, mais lucro offerecerá o contrabando, e mais apoio encontrara nos povos, que por elle serão suppridos do necessário por preços muito mais barato (Senado, 14 de novembro de 1888, p. 558).

Assim como o contrabando prejudicava o comercio licito e a arrecadação de impostos, a precariedade das estradas e meios de transportes também causava atraso ao comercio de Porto Alegre e do Litoral. Para isso, as estradas de ferro também foram uma das reivindicações da Praça de Porto Alegre ao governo Imperial. Para mediar esse pedido ao governo imperial Silveira Martins foi o representante desse setor junto à Câmara e Senado. Além disso, Gaspar Silveira Martins solicitou junto ao governo, os melhoramentos na barra do Rio Grande, para facilitar o escoamento dos produtos da Província.

A atuação política de Silveira Martins junto a setores comerciais da Província, manifesta seu descontentamento com as políticas tarifária do governo central para com a Província demonstrando seu ideal de federalismo a partir da reivindicação de uma legislação fiscal separada para a Província do RS que estava sendo prejudicada pelo contrabando e pelas altas tarifas cobradas



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

sobre matérias-primas da indústria do charque. Silveira Martins considerava uma região peculiar a Província do RS, devido a condição de ser uma Província de fronteira, necessitando assim, de uma política tarifária e fiscal diferenciada.

Nesse sentido, Gaspar Silveira Martins era defensor de um Estado Liberal que mantivesse a liberdade dos cidadãos e as garantias individuais. As liberdades civis defendidas expressam seu ideal de liberalismo, através das defesas de Estado Laico, de liberdade de culto, liberdade religiosa. Ao longo de seus discursos cita inúmeros pensadores e escritores liberais demonstrando sua formação e conhecimento dos princípios do liberalismo francês e inglês, bem como sobre direito, economia, jusnaturalismo e direito das gentes. Em seus discursos são citadas personalidades e escritores liberais desses países como Thiers, Emilio Laveleye, Voltaire, Lord Palmerston, Ventura de Raulica, Julien de la Gravière, Ives Guyot entre outros.

Defendia o parlamentarismo não importando a forma de governo adotada. Devido a desorganização do país e a incapacidade da instituição monárquica, o partido republicano poderá substituir os partidos monárquicos da gestão dos negócios públicos, bem como poderão mudar as instituições.

Gaspar Silveira Martins se considerava antes de tudo um liberal e entre a monarquia constitucional e a república a questão é de forma: “há tyrannia com a república, como há liberdade na monarchia, si tem a liberdade, por que há de por em risco o bem inapreciável de que gozamos?” (Câmara dos Deputados, 16 de julho de 1879, p. 232).

Ao refletir sobre a forma de governo que mais se adaptaria ao Brasil, Gaspar fala sobre o liberal Thiers e em seguida evidencia sua opinião:

Eu acho-me de todo o ponto no pólo opposto ao em que se achava Thiers, e digo que se eu fosse um contemporâneo da independência, ou pudesse dar a minha Patria a forma de governo de minha preferênciã, antes de arremedar a Inglaterra, que tem uma nobreza de raça, antes de caricatural-a com barões de seus próprios nomes, dar-lhe-ia a forma da America do Norte, porque prefiro, em



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

matéria de forma, a republica a monarquia” (Câmara dos Deputados de 2 de outubro de 1877, p 160).

Nesse sentido, no que se refere à forma de governo, Gaspar Silveira Martins prefere a república, se fosse contemporâneo da independência. Mas como já se tem assentada a monarquia como forma de governo, esta deveria ser conservada, pois é muito mais fácil dirigir o país com um Governo já existente do que destruir e construir uma nova forma de governo (Senado, 9 de junho de 1883).

Portanto, Silveira Martins não se pronunciava favorável a troca de governo no Brasil. Se fosse adotar uma forma de governo preferiria a república com o sistema parlamentarista de governo. Mas se já existe um governo instituído, este deve ser mantido buscando a manutenção das liberdades dos indivíduos.

## **CONCLUSÃO**

Este trabalho procurou fazer um breve estudo sobre alguns ideais presentes no projeto político de Gaspar Silveira Martins para o Brasil a partir da questão da forma de governo, do federalismo e parlamentarismo, que estão presentes no momento de redefinição do Estado Nacional na passagem da Monarquia para a República.

A necessidade de esclarecer e distinguir os conceitos de república, federalismo e parlamentarismo neste período entre o fim da monarquia e início da república, deve-se a questão de que tais conceitos assumem significados distintos com base na concepção ideológica e políticas de cada grupo envolvido na situação política. Da mesma forma eles serviram de base para pôr em prática projetos políticos diferenciados para o Estado Nacional, principalmente quando se está em jogo a natureza de um novo regime, como foi o que aconteceu na república.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

## REFERÊNCIAS

ALVIN, Newton. *Silveira Martins*. 2. ed. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

ALTAMIRANO, Carlos. Idéias para um programa de historia intelectual. *Tempo social* – Revista de Sociologia da USP, v.19, n. 1, p. 9-17.

\_\_\_\_\_. *A construção da ordem/ Teatro de sombras*. Civilização Brasileira: SP, 2003.

CARVALHO, Mario Teixeira de. *Nobiliário Sul-Riograndense*. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937.

COSTA, Marcus Vinicius da. *A Revolução Federalista (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberal-federalistas*. 290f. dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – UFSM, Santa Maria, 2006.

CRUZ, Paulo Marcio. *Parlamentarismo em estados contemporâneos: os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha*. 3. Ed.- Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

\_\_\_\_\_. Império e Governo Representativo: uma releitura. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 13-23, Jan./Abr. 2008.

FRANCO, Sergio da Costa. *Porto Alegre e seu comercio*. Porto Alegre, Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

JACQUES, Paulino. *Gaspar Silveira Martins: o condestável da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, S/d.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

JUNIOR, Durval M. de A. *A dimensão retórica da historiografia*. In: LUCA, Tania Regina de (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. Uma historia dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 134-156.

NASCIMENTO, Tupinambá Castro do. *Gaspar Silveira Martins: líder esquecido*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2006.

PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

\_\_\_\_\_. República, Federalismo e fronteira. *História Unisinos*, vol.14, n 1, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & e História Cultural*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RODRIGUES, Contreira. *Esboço da Filosofia Política de Silveira Martins* (Conferencia). Livraria do Globo – Porto Alegre, 1945.

SOUZA, Suzana Bleil de. *Fronteira, Poder Político e articulações comerciais no Brasil meridional do final do século XIX*. Anuário IEHS, 2008, p. 305 – 333.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada: teoria política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

TRINDADE, Helgio; NOLL, Maria I. *Rio Grande da America do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Sulina, 1991.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. 2007, 279f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA: A CONSTRUÇÃO DA SANTIDADE POPULAR ATRAVÉS DA NARRATIVA DE MORTE**

Murillo Dias Winter<sup>1</sup>

Maria Elizabeth de Oliveira nasceu no dia 06 de fevereiro de 1951, em Passo Fundo. Seus pais residiam em Lagoa Vermelha, enquanto a menina morava com os avós em Passo Fundo para poder estudar na cidade. Juntamente com os estudos, segundo relatos, Maria Elizabeth vivia uma vida bastante religiosa, visto que ajudava nas missas da Igreja Matriz Santa Terezinha e também participava do coral da igreja<sup>2</sup>.

A morte de Maria Elizabeth ocorreu no dia 28 de novembro de 1965. Nessa ocasião, ela estava com algumas amigas brincando em frente a sua casa, quando uma Kombi - que fazia o transporte urbano em Passo Fundo - subiu desgovernada a calçada atingindo o grupo e atropelando Maria Elizabeth, que ainda chegou ao hospital São Vicente de Paulo com vida, mas alguns minutos depois faleceu. A partir deste momento muitos relatos surgiram ao seu respeito, principalmente em decorrência da história de que a jovem teria supostamente pressentido sua morte e escolhido o seu próprio caixão.

Logo após o falecimento, o túmulo de Maria Elizabeth passou a receber muitas visitas e alguns anos depois se iniciou uma devoção em torno de sua figura. Consideramos como marco de sua memória e conseqüentemente de sua devoção a obra de Fidélis Barbosa, “Maria Elizabeth de Oliveira: uma estrela no céu”, onde são encontradas características textuais e estrutura semelhante às narrativas hagiográficas. Eis o mote da proposta de análise desse artigo: a consideração da importância da obra de Barbosa para a constituição e/ou consolidação da devoção a Maria Elizabeth.

---

<sup>1</sup>Graduando em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Bolsista de Iniciação Científica do projeto *Religiões e Religiosidades em Passo Fundo*. Email: lillo\_pcmc@msn.com.

<sup>2</sup>FABIANI, Márcia. *Maria Elizabeth de Oliveira: a construção do imaginário, da devoção e da santidade*. Passo Fundo 2006. Dissertação de mestrado, Universidade de Passo Fundo, UPF, 2006.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **“Uma estrela no céu”: a construção da narrativa em torno de Maria Elizabeth**

A partir do entendimento que a obra “Maria Elizabeth de Oliveira: uma estrela no céu” é o marco fundador da memória e da devoção em torno de Maria Elizabeth, realizamos um estudo comparativo entre o livro e hagiografias consagradas, buscando semelhanças e diferenças na narrativa e na estruturação do texto, utilizando como procedimento metodológico algumas categorias de análise de discurso.

Fidélis Dalcin Barbosa (1915-1997) escreveu 55 livros. Entre eles, histórias de municípios como Lagoa Vermelha e Antônio Prado, suas produções de maior destaque são biografias ligadas a personagens religiosos como Madre Paulina e Rita Amada de Jesus, que foram fundadoras de congregações religiosas no Brasil<sup>3</sup>. O livro de maior vendagem e mais conhecido de Fidélis é exatamente a obra que trata da memória de Maria Elizabeth de Oliveira. Consideramos importante destacar que o autor era próximo aos familiares de Maria Elizabeth e fazia parte da Ordem dos Capuchinhos, evidenciando de alguma forma o seu interesse em produzir a memória da jovem, aproximando-a da santidade.

A obra “Maria Elizabeth de Oliveira: uma estrela no céu” foi publicada pela primeira vez no ano de 1969 - quatro anos após a morte da menina. As 135 páginas da obra estão divididas em 41 capítulos que contam a vida de Maria Elizabeth e nela podemos observar características textuais que buscam a construção de uma santidade de Maria Elizabeth, visto que a jovem sempre é demonstrada como um modelo de conduta, como uma criança religiosa que sempre se sentiu deslocada, sem entender os motivos que a deixavam diferente das amigas até o momento que está em êxtase: a previsão de sua morte.

---

<sup>3</sup> Os dados biográficos de Fidélis Dalcin Barbosa são encontrados em sua própria obra: BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Maria Elizabeth de Oliveira: uma estrela no céu*. 29<sup>a</sup>. Ed. Passo Fundo: Berthier, 2000. P. 80-81.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

No início da narrativa já são demonstrados os pretensos milagres de Maria Elizabeth, o autor não se preocupa em contar a vida da menina e sim em demonstrar sua força, para tanto usa uma história ocorrida com ele mesmo, que para o autor atesta os poderes de Maria Elizabeth. O capítulo primeiro da obra se chama “*A trágica morte de Domício Dalcin*” e além de demonstrar sua confiança em Maria Elizabeth, aparecem dois símbolos que posteriormente passam a ser recorrentes nos relatos sobre os feitos da “Santa popular”: as rosas vermelhas e o seu perfume quando alguma graça é concedida.

No decorrer da obra, outro caráter bastante evidenciado é de que a visitação ao túmulo de Maria Elizabeth de Oliveira e sua devoção foram praticamente instantâneas, logo após a morte um grande número de fiéis passou a segui-la e pedir graças, que segundo o autor sempre foram alcançadas. Essa devoção, segundo Barbosa, não possui explicação e é inédita, visto que:

“A sepultura dela transformou-se logo, inexplicavelmente, de maneira impressionante, em ponto de contínua e numerosa romaria de pessoas pedindo e agradecendo favores e depositando flôres aos pés do túmulo. Muitas flôres. Rosas. Muitas rosas. Montanhas de rosas. Um fato nunca visto em Passo Fundo e quiçá em todo Brasil.<sup>4</sup>

Fidélis Barbosa, para afirmar suas idéias e os depoimentos em torno das graças de Maria Elizabeth, utiliza uma narrativa em que questiona os leitores para posteriormente afirmar e destacar que tudo é verdadeiro, os capítulos que se chamam em ordem: “*Será mesmo histeria? Será tudo casualidade? Será sugestão?*”, são os mais marcantes deste jogo narrativo, visto que o autor após os questionamentos usa mais uma vez a sua experiência e variados depoimentos para confirmar e cristalizar a idéia de santidade de Maria Elisabeth de Oliveira.

A devoção em torno de Maria Elizabeth, que como demonstramos anteriormente, foi cristalizada pelo autor através de relatos de caso na obra, tem um aspecto fundamental e que está sempre evidente nos relatos que

---

<sup>4</sup> Idem. P. 19.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

encontramos sobre a menina: o fato de Maria Elizabeth ter supostamente pressentido o momento de sua morte e além de escolher o caixão, ela estaria feliz e satisfeita com a morte. A primeira vez que esta história surgiu e depois se tornou justamente com as rosas vermelhas o principal símbolo de Maria Elizabeth, foi na obra “Maria Elizabeth de Oliveira: uma estrela no céu”.

A relação de Maria Elizabeth com a morte é apontada por Fidélis Barbosa em diferentes capítulos, de formas variadas e em diversos momentos. A primeira vez que o autor evidencia esta relação é em uma viagem do Grupo Escolar Estadual de Passo Fundo<sup>5</sup>, onde os alunos iriam acampar em uma Barragem próxima a cidade e Maria Elizabeth não recebeu a permissão dos pais para realizar o passeio, segundo o autor a menina não ficou triste por não realizar o passeio, mas sim com inveja do colega que faleceu, o autor diz que “*Maria Elizabeth é singularmente esquisita. Parece que tem inveja do colega que morreu. Ela gostaria de encontrar-se no lugar do Arno.*”<sup>6</sup> O autor ainda acrescenta que é normal para os colegas de Maria Elizabeth e após demonstrar que para ela a morte é melhor que a vida cita uma frase que supostamente é de autoria de Maria Elizabeth: “*Mãe, eu gostaria tanto de morrer. Este mundo é tão ingrato, tão cheio de maldade, de ódio. Eu gostaria de morrer, de ir para junto de Deus, no céu.*”<sup>7</sup>

São nos capítulos que se chamam: *Eu vou morrer debaixo de um carro e O meu caixão*, que o autor passa a construir diretamente a narrativa da previsão da morte e da morte de fato de Maria Elizabeth. No primeiro destes capítulos, Barbosa descreve até mesmo um diálogo que segundo o autor teria ocorrido entre Maria Elizabeth e uma amiga quando saíam da escola e Maria quase foi atropelada:

- Viu, Bete, não fôsse eu, você estaria morta.

---

<sup>5</sup> A partir de 09/10/1978 a escola passou a se designar Escola Estadual de 1º grau Protásio Alves e desde 13/10/2000, designa-se Escola Estadual de Ensino Médio Protásio Alves.

<sup>6</sup> BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Maria Elizabeth de Oliveira: uma estrela no céu*. 29ª. Ed. Passo Fundo: Berthier, 2000. P. 34-35.

<sup>7</sup> Idem.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

- Deixa. Então você não sabe que vou morrer debaixo de um carro?
- Por favor, Bete, não diga uma coisa dessas. - É sim. Você vai ver. Eu vou morrer debaixo das rodas de um carro.<sup>8</sup>

Segundo o discurso de Fidélis Barbosa, além de saber que morreria Maria Elizabeth ainda teria escolhido seu caixão, novamente o autor utiliza um diálogo da menina com uma amiga para confirmar sua história, quando Maria Elizabeth diz:

- Marilda, eu vou entrar aqui para escolher o meu caixão. Olhe, é aquele amarelinho ali.
- Bete, tu estás louca?
- Não, Marilda, aquele vai ser meu caixão. Olhe bem. Já sabes qual é. Que tal, uma rainha dentro desse lindo caixão?<sup>9</sup>

Previsão essa que choca a amiga quando ela *“vai ao velório, já esquecida da “brincadeira” da amiguinha. [...] e não se contém, solta um grito e chora. Depois ela se explica em pranto: a Bete me disse que seria sepultada dentro deste caixão.”*<sup>10</sup>

Entretanto, estas não são as duas únicas previsões sobre a sua morte que Maria Elizabeth teria realizado na obra Fidélis Barbosa também demonstrar que na escola em que estudava teriam ocorrido outras manifestações como essa, quando a jovem pede para tirar uma foto com a professora e o autor destaca que a menina pressentia que seria uma foto de despedida com a professora preferida e que sempre que possível Maria Elizabeth de despedia dos conhecidos dizendo que iria morrer.

O dia 28 de novembro de 1965, para Maria Elizabeth desde o início não era mais um dia normal, conforme afirma Fidélis Barbosa, Maria Elizabeth sabia que era o dia de sua morte e estava mais animada e feliz do que normalmente, além de se preparar para o dia usando a sua melhor e mais bonita

---

<sup>8</sup> Ibidem. P.38-39.

<sup>9</sup> BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Maria Elizabeth de Oliveira: uma estrela no céu.* 29<sup>a</sup>. Ed. Passo Fundo: Berthier, 2000. P. 39.

<sup>10</sup> Idem.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

roupa. O acontecimento estava escrito, tudo conspirava para o acidente que levaria a morte de Maria Elizabeth, Fidélis é enfático nesse aspecto, como evidência o texto que narra o acidente fatal, em partes são apresentadas todos os integrantes do acontecimento, “o motorista de Kombi, ao subir a calçada em rampa da avenida Presidente Vargas, devia ter freado, ao passo que acelerou o carro. A calçada é estreita, mal comportando um carro entre as casas e o caminhão estacionado.”<sup>11</sup> Ao invés de desviar do acidente para o lado esquerdo, na rua, o motorista vira para o lado direito e não vê três jovens brincando, “Quer dizer, ele tinha visto as moças. Por que não freou? Por que não desviou?”<sup>12</sup> e assim acerta Maria Elizabeth. Fidélis termina o relato afirmando que era uma conspiração e uma ação já escrita que não poderia ter outro fim, senão a morte da menina. Evidenciando dessa forma como o autor constrói o mito da morte e assim da martirização de Maria Elizabeth.

Sobre o funeral, mais uma vez é construída uma simbologia e é expressa toda a comoção em torno de Maria Elizabeth. O Autor afirma que o velório foi o mais comovente já visto em Passo Fundo. “Uma grandiosíssima festa, realmente empolgante e bela, como se se tratasse das exéquias da pessoa mais importante, estimada e querida de Passo Fundo”.<sup>13</sup> Na obra Fidélis Barbosa cria a imagem que desde a previsão da morte, na morte e no funeral, Maria Elizabeth foi diferente do demais e assim teria as características de uma santa. Entretanto, ainda faltaria um relato sobre a sua vida e como desde criança Maria Elizabeth tinha profunda religiosidade e era singular aos demais.

A vida de Maria Elizabeth também é demonstrada na obra, evidenciando sempre os feitos e as suas atitudes diferenciadas no tratamento aos demais, nas relações familiares, na religião e por último na sua relação com a morte. Para tanto, o autor primeiramente utiliza de um simbolismo muito comum às jovens: a festa de 15 anos. No capítulo “Festa de 15 anos no céu” é demonstrado que Maria Elizabeth não queria uma festa, queria uma grande viagem e para o autor

---

<sup>11</sup> Idem P. 73-74.

<sup>12</sup> Ibidem P. 73-74.

<sup>13</sup> Ibidem P. 76.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

esta grande viagem seria a morte, visto que Maria Elizabeth queria viajar até o céu.

A sua relação com toda as classes sociais é evidenciada, bem como sua vocação para ajudar os demais e seu desprendimento aos bens materiais, visto que:

Maria Elizabeth tinha muitas amiguinhas, ricas e pobres. Ela não fazia distinção. Ela nunca deixou de acompanhar uma colega ou qualquer menina conhecida por ser pobre. Nunca. Parecia até que ela se sentia mais contente com as humildes e pobres do que com as de condição social mais elevada.<sup>14</sup>

Além disso, Maria Elizabeth também auxiliava jovens desamparadas no “Lar da Menina”, intuição que abriga meninas órfãs. Segundo o autor durante toda a sua vida a jovem buscou ajudar o próximo, evidencia seu caráter benemérito e assim construindo mais um elemento em busca de sua santidade.

Como último elemento, Fidélis Barbosa passa a construir diretamente elementos que demonstram suas intenções de construir a santidade de Maria Elizabeth, três capítulos são marcantes nessa narrativa: *Rosas para mim; Desserviço à religião? Vou mostrar o que sou. Santa?*

O primeiro elemento abordado por Fidélis Barbosa é o da rosa vermelha. Os fiéis associam a rosa vermelha diretamente a Maria Elizabeth, inclusive relatando que sentem perfume da rosa, quando são agraciados por Maria Elizabeth, o início dessa associação se dá no texto de Barbosa, quando o autor afirma que na gestação de Maria Elizabeth as rosas que a mãe recebia eram dedicadas ao Sagrado Coração de Jesus e dessa forma desde pequena Maria Elizabeth adorava as rosas, estava sempre com a flor em suas mãos. Quando faleceu, no seu velório “*logo veio uma senhora desconhecida da família. Trouxe uma rosa e colocou nas mãos de Maria Elizabeth [...]. [...] E desde aquele dia,*

---

<sup>14</sup> Ibidem P. 42.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*um contínuo desfilar de pessoas vai ao túmulo, depositando rosas. Todos os dias.*<sup>15</sup>

No capítulo seguinte, Fidélis busca explicações para os motivos de o povo visitar o túmulo de Maria Elizabeth e segundo ele ninguém pode explicar como isso começou. Embora, consideramos a obra de Barbosa como o elemento fundador dessa prática. O autor também aponta a postura contrária da Igreja Católica a devoção e a santidade de Maria Elizabeth e aponta como se dava o processo em Passo Fundo e usa um caso acontecido em Passo Fundo para ratificar a santidade de Maria Elizabeth:

Houve um sacerdote que, durante vários domingos, levantou a voz na Catedral de Passo Fundo, contra este movimento popular. Um dia, logo após o júri, que, por sete votos a zero, condenou o causador da morte da menina a dez anos e cinco meses de reclusão, lamentando ele a condenação, que afirmou ter sido de 13 anos de cadeia, manifestou sua estranheza diante da pressão dos pais em condenar o réu, quando os pais de Santa Maria Goretti perdoaram ao assassino da filha e o levaram para dentro de sua casa. Esta foi outra eficientíssima propaganda. O padre comparando Maria Elizabeth a Santa Maria Goretti, estava de certo modo canonizando a mártir de Passo Fundo...Foi a conclusão imediata que o povo tirou das palavras do sacerdote, o qual, pretendendo condenar, acabou ratificando solenemente, do alto do púlpito da Catedral, aquele movimento popular de devotos. Então, vocês não ouviram o que o padre disse? Ele comparou Maria Elizabeth a Santa Maria Goretti"... Então ela é realmente santa. Por isso, faz milagres.<sup>16</sup>

Por último, o autor passa a discutir os motivos de a Igreja Católica não aceitar Maria Elizabeth e argumenta que ninguém a chamou de santa, embora o autor na narrativa cria todos os elementos que passam essa sensação ao leitor, de santidade. Muitas vezes Fidélis, questiona a santidade para depois argumentar a favor dela e contra a Igreja Católica. São evidentes as proximidades entre o discurso de Barbosa, apresentado em diferentes aspectos

---

<sup>15</sup> Ibidem, P. 87.

<sup>16</sup> Ibidem, P. 91-92.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

durante o texto e as narrativas hagiográficas consagradas, que é o elemento representativo de santidades tanto oficiais, como extra-oficiais.

A palavra hagiografia tem como significado a escrita de santo, sua utilização existe desde o século XVIII, período em que os estudos dessa área foram mais sistematizados a palavra é “*utilizada para designar tanto este novo ramo do conhecimento como o conjunto de textos que tratam de santos com objetivos religiosos*”.<sup>17</sup>

A escrita de hagiografias foi muito utilizada como ferramenta de propaganda. A idéia era que, ao divulgar informações sobre as vidas dos santos, os cristãos poderiam angariar novos adeptos. Seus principais focos eram histórias, de pessoas inspiradora, criando lendas e mitos criados a seu respeito. Muitas hagiografias também incluíam descrições do martírio, no sofrimento. As hagiografias, juntamente com as narrativas de morte estão sempre associadas com as santidades e sempre ligada ao sofrimento, seja por motivo de doença ou por morte violenta e não passa, necessariamente, pela adesão à fé cristã.

Encontramos no texto de Barbosa muitas semelhanças as características apresentadas na hagiografia, considerando que o texto de Barbosa cumpre o papel de criação da santidade de Maria Elizabeth , visto que os elementos da vida benevolente, da morte martirizadora, dos milagres , juntamente com a estrutura narrativa que acentua a morte e o sofrimento junto ao texto de exaltação são encontrados em Maria Elizabeth de Oliveira: uma estrela no céu” e nas hagiografias.

### **O mártir infantil e a santidade extra-oficial**

A religiosidade católica se faz a partir das manifestações que abrangem a devoção aos santos reconhecidos, ou não, pela Igreja. Verificamos assim que nessas manifestações é difícil estabelecer as fronteiras entre o institucional e o não institucional por se tratarem de relações de fé abrangentes nas quais o

---

<sup>17</sup> Hagiografia. <http://www.ifcs.ufrj.br/~frazao/hagiografia.htm>. Acessado em 09/09/2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

devoto acredita estar ainda inserido na sua religião, mesmo que não oficializada pela Igreja Católica.

Neste tipo de manifestação o devoto utiliza elementos que são integrantes da religião oficial, como orações próprias da Igreja e a celebração de missas para pagar promessas feitas a um santo não reconhecido, visto que ele continua sempre se considerando ligado à sua religião institucionalizada. Compreendendo assim como se dá a relação entre os devotos de Maria Elizabeth de Oliveira e a religião oficial, que não institucionaliza sua santidade.

No catolicismo, a maior expressão de religiosidade encontra-se no culto aos santos, tanto oficiais como extra-oficiais e entre os modelos de santidade predominantes a que se sobressai, é a do mártir que morreu defendendo a fé cristã em meio às perseguições realizadas contra um cristianismo ainda em formação e crescimento. Concepção de martírio que ao longo do tempo foi se transformando e ampliando, abrangendo agora como martírio também uma morte violenta. No caso específico de martirização de Maria Elizabeth que tinha 15 anos quando morreu, conta o fato de que a única forma de uma criança tornar-se santa é a morte via sacrifício, suportando uma dor muito grande.

Esta relação de resignificação dos símbolos cristãos e de santidades reelaborados pelos fiéis são ainda mais marcantes em casos infantis e sempre aparentes nas hagiografias e no caso de Maria Elizabeth de Oliveira, como afirma Solange Ramos de Andrade:

Ao se reivindicar para alguns personagens os arquétipos santificantes cristãos, a população reelabora as suas crenças criando lendas, alterando os espaços e os códigos, reapropriando-se de objetos e do uso ao seu jeito. No caso das santidades, a força imagética da infantilidade, da inocência, em oposição à brutalidade e à anormalidade dos assassinos e/ou à presença de uma doença inexplicada sem outorgação de sentido constituem-se nos elementos fundantes de uma história que, para os devotos, se tornou legítima<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> ANDRADE, Solange Ramos de. **A religiosidade Católica e a santidade do mártir.** Revista Projeto História, São Paulo, n.37, p. 237-260, dezembro, 2008. P. 249.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A hagiografia é o elemento fundamental dessa santidade do mártir infantil, pois no relato, os devotos observam a relação de dualidade da criança em oposição ao mundo adulto e assim constituem um imaginário em torno de sua figura. Elementos observados tanto na devoção dos santos oficiais como extra-oficiais e nas características textuais que o texto de Barbosa constrói em torno de Maria Elizabeth.

### **Considerações finais**

Mesmo não oficializada a santidade de Maria Elizabeth, seus devotos usam de muitos elementos institucionalizados, acreditando estar seguindo a sua religião. O mártir é a primeira e mais usual característica de santidade, ainda com mais ressonância nos casos dos mártires infantis, em virtude da força da imagem de uma criança, sempre relacionada com a inocência, em oposição à brutalidade e a dor que suportou de uma morte violenta, constituem-se assim os elementos centrais de uma história que, para os devotos, é autêntica. Fator corroborado nos casos oficiais e oficiosos por uma hagiografia de suas vidas.

Apesar da Igreja não permitir o culto público a santos não-oficiais, muitos católicos são devotos de Maria Elizabeth e seguem alguns rituais oficiais como levar flores ao seu túmulo, pedir graças e realizar missas em sua homenagem. Também é possível considerar a obra de Barbosa como marco fundamental da santidade popular de Maria Elizabeth.

### **Referências**

ANDRADE, Solange Ramos de. A religiosidade Católica e a santidade do mártir. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.37, p. 237-260, dezembro, 2008;

ANDRADE, Solange Ramos de. O catolicismo popular no Brasil: notas sobre um campo de estudos. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 67, dezembro, 2006;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **Maria Elizabeth de Oliveira: uma estrela no céu.** 29. ed. Passo Fundo: Berthier, 2000;

FABIANI, Márcia. **Maria Elizabeth de Oliveira: a construção do imaginário, da devoção e da santidade.** Passo Fundo 2006. Dissertação de mestrado, Universidade de Passo Fundo, UPF, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** ed. 5°. São Paulo: Loyola, 1996.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **O POLÍTICO GASPAR SILVEIRA MARTINS: PATRONO DO MUNICÍPIO “SILVEIRA MARTINS”**

Naiani Machado da Silva Fenalti<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A Quarta Colônia recebeu o nome de “Colônia Silveira Martins” em homenagem ao político liberal Gaspar Silveira Martins. Este foi um político que entre suas pautas dentro do Partido Liberal na Monarquia estava a defesa da imigração e dos imigrantes. Uma das suas ações que demonstram tal defesa é justamente a sua participação e contribuição para a criação da Quarta Colônia do Rio Grande do Sul (RS), criada na região central do Estado, próxima ao Município denominado na época de Santa Maria da Boca do Monte.

Este estudo evidenciará as relações deste político com a imigração e, principalmente, com a criação da Quarta Colônia que podem ter levado a escolha do nome da colônia em sua homenagem.

#### **1. Gaspar Silveira Martins e a imigração**

Gaspar Silveira Martins foi um político da segunda metade do século XIX, de nacionalidade uruguaia e brasileira que construiu sua carreira política no sul do Brasil, mantendo em toda sua trajetória relações econômicas, políticas e de amizade com o Uruguai, dentro da região que se denomina platina<sup>2</sup>.

Gaspar Silveira Martins nasceu em Cerro Largo, Departamento de Mello no Uruguai, no ano de 1835, conforme certidão de batismo. Assim, apesar de ter seu registro em Mello, Departamento de Cerro Largo no Uruguai, era brasileiro por ser filho de brasileiros, tal condição pode ser entendida no Inciso II, artigo

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de pós-graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Graduada em História Licenciatura Plena e Bacharelado pela UFSM. Email: naianims@gmail.com.

<sup>2</sup> Parte do território brasileiro banhado pelos rios que formam a Bacia Platina.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

6º da Constituição Federal de 1824, onde diz que serão reconhecidos como brasileiros: “Os filhos de pai Brasileiro, e os ilegítimos de mãe Brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império.”. Era também domiciliado no Brasil, em Bagé, como seus pais. Obviamente o que se deve levar em conta é que no século XIX a fronteira do Brasil e do Uruguai era instável: “No período de nascimento de Silveira Martins, 5 de agosto de 1835, a fronteira entre Brasil e Uruguai ainda oscilava, além da Serra de Aceguá estar presente dos dois lados da fronteira”(FENALTI, 2009, p. 29).

Essa questão da nacionalidade de Silveira Martins é fruto da proximidade e das relações entre o Brasil e o Uruguai, bem como da flexibilidade da fronteira. O Rio Grande do Sul (no período Província do Rio Grande de São Pedro) vivia influências do Prata e, ao mesmo tempo, era monitorado pelo governo central, pois era marcado por um estigma de separatista, em função da Revolução Farroupilha (1835 -1845), no qual a província proclamara uma República, separando-se do resto do Brasil.

Então, Silveira Martins durante toda a sua vida manteve relações constantes com o Uruguai, “[...] ao abordar a história de vida de Silveira Martins, estes vínculos aparecem constantemente, primeiro por ele ter nascido no Uruguai, segundo por viver parte de sua infância em Bagé e nos municípios circundantes, bem como por estabelecer relações típicas de uma região fronteiriça, como já era costume no Rio Grande do Sul” (FENALTI, 2009, p. 29-30).

Não obstante, no que se refere a suas ações políticas no Rio Grande do Sul, ele foi o criador do Partido Liberal junto a Félix da Cunha, e pertencia a uma família de classe oligárquica, os quais possuíam terras dos dois lados da fronteira, inclusive o próprio Gaspar Silveira Martins, como afirma Souza (1993, p. 26).

No Partido Liberal, Silveira Martins pertencia à ala dos mais radicais, conhecida como ala dos “Gasparistas” (que leva o seu nome) e denunciou



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

diversas vezes através do jornal “A Reforma”, vinculado ao Partido Liberal, o descaso da Província sulina e do Império Brasileiro para com os imigrantes.

Afirmou Carneiro, ao fazer referência ao Partido Liberal, que “Sua pauta política implicava, por sua vez, bem mais que um programa, sintetizando os interesses pragmáticos das camadas estancieiras sul rio-grandenses. O fazer político do Partido Liberal traduzia, assim os interesses que verdadeiramente hegemonizavam a elite proprietária regional” (2006, p. 135 – 136).

Diante disso, cabe dizer que Gaspar Silveira Martins tinha interesses acima de tudo políticos para incentivar a imigração, principalmente européia, para o Brasil. Aliás, seus próprios discursos, quando analisados, confirmam essa afirmação. O trecho abaixo faz parte do discurso proferido por Gaspar Silveira Martins na chamada “Conferência Radical”, no teatro da Fênix, onde ele expressou seu pensamento e também as idéias do Partido Liberal rio-grandense.

Quem diz senhores, substituição do trabalho escravo pelo livre diz emigração, quem diz emigração, diz liberdade de culto, emancipação de consciência; na nossa constituição, ainda que esteja escrita liberdade de consciência, ela não existe de fato, porque não há liberdade de consciência na lei onde por motivos religiosos se cerceão direitos; aquele que não for católico não pode sentar-se nos conselhos da coroa! (MARTINS, 1869, p. 26).

A escravidão era um atraso para o pensamento liberal e capitalista da época, por isso deveria ser extinta ainda que de forma paulatina, também incentivar a vinda de imigrantes para o Brasil em substituição a mão-de-obra escrava era uma tática política, pois se falava na época em uma superioridade branca, e o país era de maioria negra.

Assim, condicionar as políticas de incentivo a imigração européia para o Brasil à necessidade de mão-de-obra e estabelecer uma necessidade de branqueamento do país, demonstraram o caráter racista da elite no período, elite da qual Gaspar fazia parte, pois como afirma Cleci Eulália Favaro (2006, p. 310) o “problema” da falta de mão de obra era apenas fruto do preconceito que



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

se manifestava para com os ex-escravos, ou seja, haveria uma mão-de-obra abundante, a mesma que teria sustentado a economia colonial e brasileira durante praticamente quatro séculos. Mas, para trabalhar como mão-de-obra livre e assalariada estes indivíduos não poderiam ser úteis, como afirma novamente Favaro: “[...] apesar de o sistema escravista estar em fase de extinção, não extinguiu simultaneamente e automaticamente os escravos e ex-escravos – suporte fundamental no desenvolvimento de todos os ciclos econômicos durante a colônia e o Império” (2006, p. 311). Ou seja, eles continuariam no Brasil, mas seriam marginalizados ao não serem absorvidos de nenhuma forma na sociedade de então.

A partir da Lei de Terras, possibilitou-se a manutenção e intensificação do fluxo migratório, além de possibilitar a maior marginalização dos ex-escravos, já que estes não possuíam, em sua maioria, recursos para adquirir lotes de terra mediante a compra<sup>3</sup>.

Neste sentido, nota-se que esta mudança governamental no tratamento da questão da terra influenciava também a economia, sendo que um dos objetivos de trazer para o Brasil braços brancos e europeus era o de conseguir mão-de-obra para a produção do café, voltado para a exportação, além de ser uma grande influência no que concerne a questão do trabalho braçal, pois a população era marcada pelo uso do trabalho escravo nas lavouras, considerado, conseqüentemente, como desonroso para a população branca.

No caso do sul do Brasil, a imigração italiana para esta região ocorreu em situação diversa, já que os imigrantes, a partir de 1870, vinham para a Província de São Pedro, como era conhecida durante o Império, com o intuito de colonizar terras “desocupadas”<sup>4</sup> pertencentes ao Império Brasileiro, contribuindo para o povoamento da Província. Além disso, a criação de colônias na região da serra,

---

<sup>3</sup> O próprio Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte formou-se a partir da venda dos lotes que faziam parte do patrimônio do Município.

<sup>4</sup> Coloca-se o termo “desocupadas” entre aspas pelo fato de que tais terras chamadas de devolutas pelo império eram, na verdade, ocupadas por nativos da região, os quais são chamados de povos indígenas. Existem estudos voltados a análise desses povos, bem como da relação destes com os imigrantes que chegavam a região.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

terras conhecidas como “zonas das matas”, eram definidas pela implantação da pequena propriedade, baseada na policultura de agricultura familiar e, também, faziam frente aos latifundiários pecuaristas da região sul, freando a expansão destes pelas terras da região da serra.

Gaspar Silveira Martins não defendia apenas a vinda dos imigrantes, mas também facilidades constitucionais para estes no país. Em 1879, retirou-se da pasta da Fazenda do Gabinete ministerial comandado por Sinimbu, justificando sua saída pelo fato de o Partido Liberal não ter incluído na Reforma Constitucional a elegibilidade dos acatólicos. Após sua saída da pasta da Fazenda, o político fazia a defesa da elegibilidade dos acatólicos em discursos:

Pedi a palavra para apresentar a esta augusta câmara uma representação da Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul, reclamando contra a injustiça que o projeto de reforma constitucional consagra contra os cidadãos brasileiros que não seguem a religião católica apostólica romana, e protestando contra o sistema adotado no projeto do governo, de dar à assembléia ordinária o direito de marcar limites aos poderes e atribuições da constituinte (MARTINS, 1879, p. 300).<sup>5</sup>

Nadir Domingues de Mendonça em “O pensamento político de Silveira Martins”, fez uma análise dos discursos de Silveira Martins no Senado Federal, discursos os quais também estão sendo utilizados neste estudo. A autora coloca que Silveira Martins seguia religiosamente os princípios do Partido Liberal, produzidos em 1863 na Província rio-grandense, até porque como um dos fundadores ele mesmo havia contribuído para a formulação, quais sejam: principio da Liberdade Individual, da defesa da propriedade, da responsabilidade dos ministros, da temporariedade do Senado, do sistema representativo, da independência da magistratura, do serviço militar

---

<sup>5</sup> Obra de compilação dos discursos parlamentares feitos por Gaspar Silveira Martins na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

obrigatório, da descentralização administrativa, da eleição direta, entre outros (2007, p.79).

Mendonça também coloca que com relação ao voto dos acatólicos, Gaspar não o defendia apenas por ser de direito, mas também por promover a imigração em substituição à mão-de-obra escrava, já que seria mais um atrativo aos imigrantes e aos colonos que já se encontravam no país e no Estado. Defendendo a adoção do casamento civil, dizia ser um entrave na legislação a entrada de imigrantes, ou seja, concluía que o casamento não podia ser matéria de culto (2007, p. 83).

Outra questão defendida por Gaspar Silveira Martins em seus discursos foi a formação de um Estado Laico, ou seja, a separação do Estado da Igreja, pois para ele as questões do Estado nada tinham a ver com as questões espirituais, então, uma não deveria interferir na outra. Além disso, a própria defesa da elegibilidade dos acatólicos está diretamente relacionada com a defesa do Estado Laico: “A igreja, casada com o Estado, a família, perturbada, porque o casamento é instituição religiosa encravada na sociedade civil; o batismo e até o sepultamento dependem dos padres. Onde está a liberdade de consciência e de crenças de cada um?” (MARTINS, 1879, p. 320).

O problema da não laicização do Estado não afetava de forma geral os imigrantes que vinham da península itálica, pois estes eram de maioria católica, com exceção dos moradores do núcleo sede da colônia Silveira Martins. No entanto, os imigrantes germânicos, concentrados principalmente no Vale dos Sinos, eram em sua maioria protestantes.

Se para a colonização existe o inconveniente da língua, não se acrescente este inconveniente ao embaraço das instituições, e se quebre para sempre esse embaraço de crenças, que entre nós não vale nada, porque o povo brasileiro é indiferente as questões religiosas. Enganam-se os que dizem que os colonos não fazem questão disto. Os colonos protestantes sabem que nesta pátria não existem direitos para eles iguais aos dos outros cidadãos, e que seus filhos serão também deserdados. A população precisa



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

de sangue novo, viril, como o que pode dar a raça germânica. No Rio Grande do Sul, onde se quer fazer argumento de número, como se a liberdade da consciência não fosse um direito eterno da humanidade, existem exemplo do que enuncia. Assim, está no parlamento brasileiro, honrado, mas triste por ter de defender a liberdade do gênero humano (MARTINS, 1879, p. 320-321).

Essa questão da defesa da elegibilidade dos acatólicos é um dos momentos em que Gaspar Silveira Martins mais se filia a causa imigrante. A sua saída do Gabinete Sinimbu em função disto levou a sua consagração na Província sulina.

Assim, essa abordagem feita mostra a relação de Gaspar com a causa imigrante, e que se aprofunda ainda mais com a sua participação na criação da Colônia do centro do Estado, conhecida como Quarta colônia, a qual o processo de formação abordar-se-á a seguir, mas que esta intimamente relacionada à trajetória de vida de Gaspar Silveira Martins dentro do Partido Liberal.

## **2. A criação do Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte**

O surgimento da Quarta Colônia está presente na história de Santa Maria da Boca do Monte, podendo dizer, até mesmo, que Santa Maria faz parte deste conjunto de municípios que formam a chamada *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Estado do Rio Grande do Sul*. O núcleo inicial da Quarta Colônia foi criado nas terras pertencentes ao Município de Santa Maria e que só depois, em 1878, emancipou-se de Santa Maria, tornando-se, então, a Colônia Silveira Martins, quarta do Estado. O historiador Luiz Eugênio Vésicio ao falar sobre Santa Maria faz a seguinte afirmação:

A cidade de Santa Maria é povoada por ítalo-descendentes. [...] Uma rápida olhada pelo catálogo telefônico, no qual prevalecem os sobrenomes italianos, ajuda a comprovar essa afirmação. A explicação para essa hegemonia está fortemente ligada a história da imigração italiana para o



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Rio Grande do Sul, iniciada a partir de 1877 com a chegada dos primeiros imigrantes ao *Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte*. A partir de 20 de setembro de 1878, este passa a ser chamado *Colônia Silveira Martins* (2010, p. 197).

A partir dessa “emancipação” do núcleo colonial do Município de Santa Maria em 1878, a ligação inicial do núcleo com o Município passa a ser pouco lembrada pela historiografia. Entretanto, cabe mencionar que o núcleo é embrionário de um pedido da Câmara de Vereadores de Santa Maria ao Governo Imperial pela concessão e demarcação de terras devolutas a serem anexadas ao patrimônio do Município.

Nos ofícios da Câmara Municipal enviados para a Presidência da Província desde o ano de 1874 já se observa o interesse desta Câmara pela concessão de terras devolutas, como, por exemplo, no ofício de 6 de julho de 1874:

Em solução ao ofício circular de V. Ex. de 18 de abril passado, sob nº 361, cumpre esta câmara informar que esta municipalidade ainda não recebeu terreno algum para a constituição de seu referido patrimônio, cumprindo observar que as terras na circunvizinhança da Vila, consideradas como devolutas tem sido aforadas pela Presidência da Província [...]<sup>6</sup>

Também o ofício de 18 de junho de 1875<sup>7</sup> mostra o pedido da Câmara ao Presidente da Província pelo intermédio junto ao Governo Imperial para a concessão das terras devolutas.

Desta forma, percebe-se que o espaço físico que iria compreender a *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Estado do Rio Grande do Sul*, passou a fazer parte do patrimônio de Santa Maria a partir de uma

---

<sup>6</sup> Correspondência no Fundo Câmaras Municipais da Câmara de Santa Maria da Boca do Monte, de 6 de julho de 1874, página 308, maço 210. Acervo do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>7</sup> Correspondência no Fundo Câmaras Municipais da Câmara de Santa Maria da Boca do Monte, de 18 de junho de 1875, página 332, maço 210. Acervo do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

solicitação da Câmara de Vereadores do próprio Município ao Governo Imperial para concessão de terras pertencentes ao Governo Imperial, para serem anexadas ao patrimônio de Santa Maria.

Era de interesse total de Santa Maria a medição das terras de seu patrimônio já que desde a chamada “Lei de Terras” de 1850, as terras podiam ser vendidas angariando fundos para o Município. Esta Lei foi promulgada em 1850, Lei nº601 (1980, p. 53), e com ela a terra passou a ser considerada mercadoria.

Na criação do núcleo tem-se a participação do engenheiro que fez a medição das terras que passariam ao patrimônio de Santa Maria, Guilherme Greenhalgh. Ao fazer a medição das terras do patrimônio de Santa Maria da Boca do Monte ele sugeriu ao Governo Imperial a criação de uma colônia na região, segundo correspondência enviada ao Presidente da Província em 1878: “Tendo sido o terreno desta colônia descoberto e por mim indicado ao governo e tendo até hoje sido todos os trabalhos feitos debaixo da minha direção empenhava-me no seu desenvolvimento [...]”<sup>8</sup>.

Sobre a relação de Gaspar Silveira Martins com a criação do núcleo colonial de Santa Maria da Boca do Monte tem-se a Ata de 13 de janeiro de 1876, de uma sessão ordinária da Câmara de Vereadores do Município de Santa Maria da Boca do Monte, onde diz que foi dirigido um voto de agradecimento aos apoiadores do pedido para a concessão e demarcação das terras devolutas como citado acima:

[...] foi resolvido que se dirigisse um voto de agradecimento aos Exmos senhores Dr. Gaspar Silveira Martins, Dr. José d’ Araújo Brusque, Dr. Florencio de Abreu e Silva, na qualidade de dignos [...] (sic) desta província apoiaram o pedido desta câmara a Assembléia Geral para que lhe fosse concedido terras para seu patrimônio, tanto mais quando a [...], conforme

---

<sup>8</sup> Correspondência no Fundo Colonização, do diretor da Colônia de Santa Maria ao Presidente da Província no dia 18 de junho de 1878, maço 9. Acervo do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

comunicou-lhe a Vosso Presidente desta Província em data de 19 de novembro do findo ano.<sup>9</sup>

Desta forma, sabe-se pela ata mencionada que Gaspar Silveira Martins colaborou por meio de intervenção política para efetuar a concessão e medição das terras devolutas ao redor de Santa Maria.

Ademais, quando já estava criada a Colônia Silveira Martins, para facilitar a vinda dos imigrantes, o político Gaspar Silveira Martins conseguiu “[...] a mudança do itinerário da estrada de ferro que ligaria Porto Alegre a Uruguaiana (que já estava traçada por Caçapava), fazendo-a passar por Santa Maria. Com isso, a importância de Santa Maria cresceu no interior do Estado, qualificando-a ainda mais para receber correntes de imigrantes” (A RAZÃO, 1975, p.4). A Ferrovia alcançou Santa Maria em 1885, e a estação criada na região próxima aos núcleos migratórios recebeu o nome de Estação Colônia, no Bairro atual de Camobi.

Cabe dizer, no entanto, que os primeiros imigrantes que chegaram à colônia ainda não tinham sido beneficiados com a criação da estrada de ferro, portanto faziam o trajeto a pé ou em carroças, onde abrigavam-se no barracão: “Depois de mais ou menos seis meses de permanência no barracão, chegava a hora de ocupar o desejado pedaço de terra [...]” (SPONCHIADO, 1996, p. 35).

Dentro deste processo é que forma-se a Quarta Colônia do Estado, em 1878 elevada ao status de “Colônia Silveira Martins”, desligando-se de Santa Maria e recebendo esta denominação em homenagem a Gaspar Silveira Martins. A colônia passa a receber mais imigrantes, formando, então, os demais núcleos. O núcleo sede da Quarta Colônia é o território hoje ocupado pelo Município de Silveira Martins.

Santin afirma que “Conforme a política imigratória do Império, na colonização do Rio Grande do Sul pelos imigrantes italianos, a sede de cada colônia era investida de uma liderança natural sobre todo seu território” (1990,

---

<sup>9</sup> Ata no Fundo Câmara de Vereadores – Atividades Legislativas - da Câmara de Vereadores de Santa Maria da Boca do Monte, de 13 de janeiro de 1876, Série Atas das Sessões, localização em 3.d-livro de atas, p. 60. Acervo da Câmara de Vereadores de Santa Maria.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

p. 21). Esta afirmação serviu para os três primeiros núcleos de imigração italiana no Rio Grande do Sul, mas não no caso da Quarta Colônia Silveira Martins (SANTIN, 1990, p. 21).

A sede não conseguiu manter seu papel de liderança por sua administração ter se omitido em diversos momentos em que decisões cruciais deveriam ser tomadas para o desenvolvimento da região. Em momentos de cuidar da assistência religiosa, por exemplo, quem tomou a frente para conseguir padres para a região foi um grupo de Vale Vêneto, ficando Silveira Martins isenta como afirma Santin (1990, p. 22).

O que cabe questionar aqui são os motivos que levaram a sede da colônia a se eximir/omitir na busca pela assistência religiosa. Na verdade, diferentemente do núcleo Vale Vêneto, a sede tinha uma forte presença de anticlericais e maçons, tanto que em 1910 inauguram um pedestal para receber o busto de Giuseppe Garibaldi, carbonário, herói da unificação italiana, e, portanto, inimigo da igreja por “tomar” Roma, que fazia parte dos domínios de São Pedro.

Em 1881, os padres que Vale Vêneto havia mandado trazer da Itália para o Brasil chegam a Colônia, eram Vittore Arnoffi e Antônio Sório:

A chegada de Arnoffi despertou a atenção dos moradores de Silveira Martins, que viam na presença dos padres no Vale Vêneto um desprestígio e até mesmo certa ameaça, uma vez que os registros de batismo, óbito, casamento, bem como a administração do cemitério passariam a ser feitos pelos padres no Vale, levando-os a perder os privilégios de sede da colônia. (VÈSCIO, 2001, p. 56).

O que fica claro é que o súbito interesse das lideranças (principalmente Próspero Pippi) da sede Silveira Martins pela chegada dos padres – liderança espiritual – e que os vão fazer disputar com Vale Vêneto o domicílio destes tem



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

haver mais com as funções de registro que estes exerceriam<sup>10</sup>, e que então, cabia a sede ter este controle.

Assim, divergências político-religiosas podem ter influenciado tanto no enfraquecimento da sede Silveira Martins como liderança dos demais núcleos de imigração que surgiam na região, quanto também pelo fato de nomearem a cidade de Silveira Martins em homenagem ao político liberal Gaspar Silveira Martins:

Na sede, Silveira Martins, a maioria dos imigrantes que exerciam atividades urbanas, como comerciantes, artistas, professores, caixeiros-viajantes, artesãos e os funcionários públicos, eram, quase todos, maçons e anticlericais. Assim, a sede recebeu, desde a fundação, uma identidade, associada à maçonaria e ao anticlericalismo. Os habitantes dos núcleos interioranos, identificados com a Igreja Católica, rivalizam com os moradores da sede Silveira Martins, pois não comungavam dos mesmos valores e posicionamentos ideológicos e políticos e não aceitavam ser subordinados a Silveira Martins em nível político, administrativo e religioso (MARIN, 2007, p. 169).

Como já comentado, em 19 de setembro de 1878 o Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte é elevado à categoria de Colônia, recebendo o nome de Silveira Martins. Segundo o ofício enviado a Inspeção Especial de Terras e Colonização, o nome da nova colônia teria sido “[...] sugestão dos Vereadores de Santa Maria que a fez chegar até o Dr. Salgado.” (SPONCHIADO, 1996, p. 58).

No entanto, Marin apresenta outros motivos para que o nome da colônia fosse colocado em homenagem a Silveira Martins:

A escolha do nome *Silveira Martins* para nomear a colônia foi dos comerciantes, em geral maçons, embora o topônimo fosse submetido à apreciação popular. O nome

---

<sup>10</sup> Cabe mencionar que o Brasil não era laico (Império), ou seja, a religião oficial e que se permitia o culto fora do âmbito domiciliar era a Católica Apostólica Romana, e essas tarefas de registros em geral era destinadas à igreja como instituição.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

homenageava Gaspar Silveira Martins, por ser um defensor da imigração européia, em particular da italiana, e pelo fato de o político lembrar fisicamente José Garibaldi (2007, p. 168).

Nascimento (2006) afirma que Gaspar Silveira Martins era maçom, inclusive tornando-se Grão-Mestre da maçonaria em 1883. Desta forma, é possível que a escolha do nome de Silveira Martins tenha sido pensada pelos maçons. Além disso, comparar Silveira Martins a Garibaldi era uma forma de ratificar a concordância dos setores maçônicos (imigrantes) com a unificação italiana, contrariamente aos setores católicos que consideravam a unificação um desacato ao poder papal<sup>11</sup>.

No entanto, o que parece não ter sentido é o apoio dos setores católicos na escolha do nome, pois a simples afirmação da sua defesa pela vinda de imigrantes parece não ser suficiente para “encobrir” o fato de Gaspar Silveira Martins ser maçom, diante ao “horror” que a maçonaria representava aos católicos da colônia. Teria sido esta uma decisão imposta pela sede, e, mais precisamente, pelos setores maçônicos?

Por outro lado, SPONCHIADO in Vécio (2001) afirma que considera que

[...] os imigrantes não aceitavam bem a idéia da República, principalmente os mais velhos [...] Acrescenta-se a isso a ligação da maçonaria com as idéias republicanas e com a própria consolidação da República, e, ainda mais, as autoridades da colônia, subdelegados, subprefeitos eram todos maçons. (p. 47).

Gaspar Silveira Martins era visto como Monarquista, amigo pessoal do Imperador D. Pedro II, o que pode ter contribuído para a sua aceitação pelos católicos, já que o Império era agradável aos imigrantes católicos, visto que os republicanos que agiram na Itália pela unificação era vistos como anticlericais.

---

<sup>11</sup> O papa e a igreja viam na unificação um prejuízo pela perda dos chamados estados pontifícios, por isso se opunha a unificação e principalmente ao fato de Roma se tornar a capital deste Estado.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Ainda sobre a estagnação da colônia Silveira Martins, cabe lembrar que Gaspar Silveira Martins foi inimigo político de Julio de Castilhos, pois Gaspar fundou o Partido Federalista (PF) assim que voltou do exílio em 1892, já no período republicano. Este partido defendia o sistema parlamentarista no RS e era opositor do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) de sistema presidencialista que estava em vigor no Rio Grande do Sul, onde Julio de Castilhos era governador do Estado, bem como presidente do PRR.

Desta forma, é possível que uma das causas do pouco desenvolvimento da colônia tenha sido em função do nome que lhe foi dado, pois foi uma homenagem a um desafeto do governador do Estado. A ex-colônia Silveira Martins, já no período republicano encontra-se em fase de falta de infraestrutura. O PRR tem como chefe Julio de Castilhos, “[...] um grande adversário político de Silveira Martins, justamente o nome dado a Quarta Colônia.” (TURRA; PADOIN, 2000, p. 04).

Assim, esses são os elementos levantados até o momento que podem ter contribuído para a escolha do nome da *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do RS*, bem como as influências desta escolha para o desenvolvimento da região.

## CONCLUSÃO

Diante do apresentando, mister referir que, para entender as relações de Gaspar Silveira Martins com a questão da imigração, além da forte defesa que esse político fazia pela imigração, também é preciso levar em conta a relação direta que Gaspar teve no que diz respeito ao apoio ao pedido da Câmara de Vereadores quando ele ocupava o cargo de Deputado da Assembléia Geral, e na mudança do itinerário da estrada de ferro, o que trouxe desenvolvimento e progresso à região de Santa Maria.

Cabe dizer então, que o Núcleo Colonial de Imigração Italiana de Santa Maria surge da interação das intenções de Santa Maria em anexar terras ao seu patrimônio, do apoio dado a Câmara desta cidade por Gaspar Silveira Martins,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

para a concessão destas terras, bem como da presença do engenheiro Guilherme Greenhalg que fez a medição destas e sugeriu ao Governo Imperial a criação de um núcleo imigrantista.

No período, a criação do núcleo responderia aos interesses do Governo Imperial na criação de colônias pelo Brasil, devido fundamentalmente à necessidade de povoamento da região Sul do Brasil e da implementação da teoria de branqueamento da população brasileira, bem como os interesses do Município de Santa Maria em anexar essas terras e lucrar com a venda dos lotes das mesmas.

Dentro deste contexto, pode-se ratificar que os principais motivos que podem ter levado a homenagear o político Gaspar Silveira Martins, denominando a Quarta Colônia e depois o próprio Município de Silveira Martins foram a participação do político na criação do núcleo colonial, suas defesas pela imigração e por melhorias à vida dos imigrantes, pelo fato de ser maçom e o grupo maçônico da sede da colônia se identificar com ele, bem como por ser considerado Monarquista e os imigrantes católicos identificarem a Monarquia com o catolicismo, e a República com a maçonaria em função do processo de formação do Estado Nacional Italiano<sup>12</sup>. Assim, com Gaspar Silveira Martins se identificavam tanto os imigrantes católicos, quanto os imigrantes maçons, o que pode ter contribuído para uma unanimidade na escolha do nome da Quarta Colônia.

## REFERÊNCIAS

AS QUATRO Colônias. *A Razão*. Santa Maria, 26 de set. 1975. P. 4.

BRASIL. *Constituição política do Império do Brasil*. 25 de março de 1824. Disponível em:

---

<sup>12</sup> No processo de Unificação da Itália, o grupo que defendia a formação de uma República, chamados de “Carbonários”, eram identificados com a maçonaria. Estes liderados por Giuseppe Garibaldi foram responsáveis pela tomada dos Estados Pontifícios – território que pertencia à Igreja Católica.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm)> . Acesso em: 10 de março de 2011.

BRASIL. SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE. *ATA da 4ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Santa Maria da Bocca do Monte*, 13 de janeiro de 1876. p. 060.

CARNEIRO, Newton. *Dissidência política e partidos: da crise com a Regência ao declínio do II Reinado*. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). Helga Iracema Piccolo; Maria Medianeira Padoin (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 125 – 138. (Coleção).

*CERTIDÃO de batismo de Gaspar Silveira Martins*. In: Acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Coleção Acervo, folheto, localização FO6643.

FAVARO, Cleci Eulália. *Os “Italianos”: entre a realidade e o discurso*. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). PICCOLO, Helga Iracema, PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v.2.p. 301 a 320.

FENALTI, Naiani. M. S. *A Construção da imagem de Gaspar Silveira Martins: análise de biografias*. 2009. 55f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

GIRON, Loraine Slomp. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes*. In: DACANAL, José Hidelbrando. (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GREENHALG, Guilherme. *Correspondência da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte*. Solicita a saída da direção da Colônia. 18 jun. 1878.

MARIN, Jérri Roberto. *A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex-colônia Silveira Martins*. In: **Imaginário**. São Paulo: USP, 2007. v.13. n° 14. (p. 167 – 197).





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

MARTINS, Gaspar S. *Radicalismo*. Conferência Radical. Oitava Sessão. Discurso proferido por Gaspar Silveira Martins. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia Esperança, 1869.

MARTINS, Gaspar da S. **Silveira Martins**, *discursos parlamentares*. Organização: Lafayette Rodrigues Martins. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979.

MENDONÇA, Nadir Domingues. *O pensamento político de Silveira Martins*. Disponível em: <http://revistacientifica.famec.com.br/viewarticle.php?id=59>  
Acesso em 15 de jun. de 2006.

NASCIMENTO, Tupinambá M. C. *Gaspar Silveira Martins: líder esquecido*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.

*OS ACATHÓLICOS e o Sr. Gaspar Martins*. Artigos publicados no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro por um Rio-grandense. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879.

*OFÍCIO da Câmara Municipal de Santa Maria da Boca do Monte*. Solicita concessão de Terras devolutas. Santa Maria, 6 jul. 1874. p. 308.

*OFÍCIO da Câmara Municipal de Santa Maria da Boca do Monte*. Solicita intermédio do Governo provincial na concessão das terras. Santa Maria, 18 jun. 1875. p. 332.

PADOIN, Maria Medianeira, TURRA, Sandro Ronaldo. *A República Velha Rio-grandense e a Região da “Quarta Colônia de Imigração italiana” do Rio Grande do Sul*. Relatório de Pesquisa do Projeto BIC/FAPERGS, Santa Maria, 2000.

SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. *Silveira Martins – Patrimônio Histórico-Cultural*. Porto Alegre: EST, 1990.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

SOUZA, Susana Bleil de. *A Fronteira na revolução de 1893*. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1993. p. 25 - 33.

SPONCHIADO, Breno. *Imigração e Quarta Colônia: Pe. Luizinho e Nova Palma*. Santa Maria: UFSM, 1996.

VÉSCIO, Luis Eugênio. *A ultramontana Santa Maria-RS: sede da quarta colônia de imigração italiana*. In: WEBER, Beatriz Teixeira. RIBEIRO, José Iran. **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: [s.n.], 2010. (p. 197 - 224).

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928**. Santa Maria: editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2001.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **O CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO POLONESA PARA O PARANÁ NAS PÁGINAS DA IMPRENSA PARANAENSE (1971)**

Neli Gehlen Motta\*

Mayara da Fontoura das Chagas\*

O objetivo principal do presente artigo é discutir algumas questões referentes às narrativas construídas no jornal *Diário do Paraná* sobre o centenário da imigração polonesa para o Paraná. A vinda de imigrantes para o Brasil ocorreu de forma mais acentuada durante os séculos XIX e XX. Vieram para cá pessoas de vários países da Europa, incentivados por políticas governamentais tanto dos seus locais de origem quanto do Brasil. Alguns foram empregados em fazendas – principalmente as de café – e mais tarde nas indústrias. Outros se instalaram em extensas áreas de terra e formaram colônias agrícolas, principalmente nos Estados da região Sul do Brasil.

Segundo Ruy Wachowicz, no livro *O camponês polonês no Brasil*, uma das maiores motivações para a saída dos poloneses do seu país foi a ocupação do território, no fim do século XVIII, pela Rússia, Prússia e Áustria. Apesar da ocupação do território polonês por Estados vizinhos ter sido algo recorrente na história daquele país, durante século XVIII ocorre uma perseguição cada vez maior por parte dos estados invasores. Assim, quando a Polônia deixa de existir enquanto Estado independente, as restrições impostas contra a língua e a cultura tornam-se mais intensas.

Dentro do processo de ocupação do território polonês, é importante destacar também as contradições que o permearam, fazendo com que surgissem conflitos entre aqueles que governavam o território e os que o ocupavam efetivamente. Isso se devia principalmente ao fato de que no início do século

---

\*\* Acadêmicas do 4º ano de História/Matutino da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de Marechal Cândido Rondon/PR. Bolsistas do Projeto Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores, financiado pela Fundação Araucária e pelo CNPq. Orientado pelo Professor Dr. Marcos Nestor Stein. (nelli\_ngm@hotmail.com; maya\_fontoura@hotmail.com)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

XIX foi promovida uma reforma agrária, na qual os camponeses perderem aproximadamente 1/3 de suas terras. Alguns desses camponeses migraram para as cidades, onde estava ocorrendo um processo ainda incipiente de industrialização.

Assim, surgiram dois problemas sociais bastante vultosos para as Administrações daquele território: o camponês expropriado, inconformado com tal situação e o proletariado que vinha se fortalecendo. É importante destacar ainda que a população encontrava-se então, em sua grande maioria, em condições de vida bastante precárias. Haja vista que o trabalho no campo já não era suficiente para manter o bem-estar da família, assim como aquele realizado nas indústrias, na cidade, em condições muitas vezes insalubres.

A partir da reforma agrária acima citada, o camponês polonês sofreu uma gradativa mudança cultural. Segundo apresentado por Wachowicz, aqueles homens e mulheres que eram anteriormente ligados de forma irrestrita ao campo e às práticas adjacentes a este, buscam novas formas de ganhar seu sustento. Exemplo disso são as migrações do campo para a cidade e também para outros territórios, como, por exemplo, a Alemanha. O autor destaca que essa mudança foi primordial para o processo de imigração que aconteceria anos mais tarde, pois possibilitou a abertura de novas perspectivas, não só de trabalho, mas como também de práticas culturais como um todo – religião, língua, costumes.

Em um dos mapas trazidos pelo autor é possível observar que a ligação com a Alemanha foi também um incentivo ao desejo imigratório. Segundo ele, a imigração polonesa está ligada à imigração alemã. Além disso, existe o fato de que em meados do século XIX, uma crise econômica de enormes proporções assolou parte da Polônia que pertencia à Prússia. Essa crise acentuou os problemas sociais já citados anteriormente. O nível de mendicância subiu bastante. As pessoas menos favorecidas não tinham o que comer, além de leite, frutas e ervas. Isso fez com que muitos morressem e outros buscassem saídas desesperadamente.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Deste modo, a imigração, para os poloneses, não significava apenas livrar-se da subjugação imposta por Prússia, Áustria e Rússia. Havia também o imenso desejo dos camponeses de adquirir novas terras, buscando um futuro melhor. Buscando, talvez, um lugar onde pudessem viver tranquilamente com suas famílias, onde teriam onde trabalhar e o que comer. Onde teriam também, a possibilidade de ser quem eles eram: poloneses. As condições em que esses colonos viveram no seu país de origem, lhes faziam projetar no “novo mundo”, a visão idílica do paraíso. Esse paraíso poderia significar, para alguns, o simples fato de poder fazer suas orações. Para outro, ter o que dar de comer para seus filhos.

Wachowicz aponta então que o último impulso à imigração dos poloneses foi o recrutamento cada vez maior de soldados para o exército prussiano, o qual se encontrava envolvido em diversos conflitos. Esse será o fator último que impulsionará os habitantes da Silésia, mais precisamente da aldeia de Siolkowice, para o Brasil. A vinda dessas pessoas foi organizada por um jovem, Sebastião Woz, antigo morador da aldeia, que após ser recrutado pelo exército, mudou de nome e fugiu, vindo morar no Brasil, na colônia alemã de Blumenau, em Santa Catarina. Após instalar-se na colônia, Sebastião uniu-se ao Padre A. Zielinski para então conceberem um plano para trazer os poloneses da aldeia para o Brasil.

Wachowicz destaca que, apesar das condições em que muitos viviam na Polônia, em muitos segmentos sociais a imigração era mau vista. A pequena aldeia de Siolkowice, de onde partiram os poloneses que se instalariam no Paraná, era de tradições extremamente conservadoras. Deixá-la poderia significar insatisfação com as condições postas ali. A imigração só era incentivada quando os indivíduos fossem “prejudiciais” à sociedade. Caso contrário, seria um insulto deixar a comunidade onde se nasceu, cresceu, tem seus familiares morando.

Outro grupo que não ficava nem um pouco satisfeito com a imigração, eram os industriais. Isso porque menos gente significava menos mão-de-obra, o



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

que poderia encarecê-la, diminuindo então os lucros. Havia também o setor nacionalista, que acreditava na união dos poloneses para derrotar os invasores. Para estes, a saída de pessoas enfraqueceria a resistência étnica e cultural. No entanto, apesar das contrariedades, os grupos acima citados não poderiam fazer muita coisa frente ao processo migratório. Pois não dispunham das ferramentas políticas que possibilitariam o impedimento da saída de pessoas.

Apesar dos discursos nacionalistas terem afetado a decisão de alguns, eram poucos os que tinham acesso às idéias de tal grupo. Assim, quem emigrou foi, principalmente, o “povo miúdo”. Isso fez com que o movimento migratório não fosse imediatamente percebido pelos administradores políticos do território polonês. Os camponeses saíam em pequenas levas, não chamando a atenção da imprensa nem das instituições políticas. Deste modo, a emigração ocorre de maneira quase despercebida, sendo notada apenas 25 anos após as primeiras levas terem saído do território polonês.

Wachowicz afirma que o primeiro grupo de imigrantes que veio para o Brasil era composto principalmente por duas categorias de camponeses: *chalupniki* e *komorniki*. Os primeiros eram os pequenos proprietários de terra, enquanto que os segundos eram arrendatários. Além destes, vieram também alguns poucos *kmiec*, os grandes proprietários de terra, além de artesãos e um pequeno número de famílias que desenvolviam outras atividades.

Os *chalupniki* e os *komorniki* vieram com o intuito de adquirir terras e manter um nível econômico que satisfizesse suas necessidades e as de suas famílias. Já os *kmiec* buscavam adquirir novas terras, tornando-se assim grandes proprietários também no Brasil. Ter ou não uma propriedade, significava ser ou não dependente de outra pessoa ou de um grupo. Compreende-se assim um pouco das motivações que impulsionavam os imigrantes para terras desconhecidas.

Os primeiros anos no Brasil não foram fáceis para os poloneses, conforme alguns relatos apresentados nas *Memórias* de Sebastião





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Edmundo Wos Saporski<sup>1</sup>, conhecido como o “pai da colonização polonesa no Brasil”. A princípio o grupo de 32 famílias permaneceu em Santa Catarina, até que fosse escolhido no Paraná o local mais apropriado para a criação do núcleo colonial. O local escolhido ficava nos arredores de Curitiba, nos distritos de Pilarzinho e Mercês. É interessante uma passagem do mesmo documento acima citado, onde Saporski afirma que:

Uma série de ilustres paranaenses, além do bom Padre Agostinho, ofereceram a sua proteção aos recém-vindos imigrantes. Distinguiram-se nesse sentido o Dr. Ermelino de Leão, Dr. Barros, Paulino Franco, Dr. Laranjeiras, Aurelindo de Campos e vários outros. Todos eles compreendiam bem qual a utilidade que adviria para o Paraná da vida dessa gente laboriosa.

Na fala do engenheiro é possível perceber que a elite paranaense estava realmente empenhada em trazer os imigrantes poloneses – laboriosos – para o seu território. Assim, logo foram encaminhados todos os procedimentos necessários à instalação da Colônia. Essa foi apenas a primeira das muitas outras colônias polonesas fundadas no Paraná. Isso porque, segundo Wachowicz, o auge da imigração polonesa ocorreria anos mais tarde, na década de 1890, com a chamada *febre brasileira*, que seria o interesse de grupos cada vez maiores em emigrar de seus países com direção ao Brasil.

No entanto, apesar do apoio recebido, Wachowicz afirma que foram inúmeros os embates étnicos ocorridos nos primeiros anos da imigração. O autor discute a questão das falácias e dos estereótipos formados no período. O sentimento de estranhamento e de superioridade com outras etnias já era algo bastante antigo no Brasil, remetendo-se à época da chegada dos primeiros portugueses. Os “descobridores” já chegaram ao nosso território sentindo-se superiores aos aborígenes. Esse sentimento foi alimentado durante séculos,

---

<sup>1</sup> DRANKA, Francisco. (Coordenador Geral). **Anais da Comunidade Brasileiro Polonesa**. Memórias de Sebastião Edmundo Wos Saporski “Eti”. Vol. VII. Curitiba, PR: Gráfica Vitória, 1973. Disponível em [http://www.polonesesnobrasil.com.br/Saporski/Livro/Saporski\\_anais.htm](http://www.polonesesnobrasil.com.br/Saporski/Livro/Saporski_anais.htm) Acesso em setembro de 2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

mudando apenas o foco da inferioridade, ora os indígenas, ora os negros, e agora os imigrantes.

Os imigrantes, por sua vez, também vinham com uma bagagem cultural muito vasta, possuindo seus próprios estereótipos e visões do outro. Quando chegam ao Brasil, muitos assimilam as visões aqui existentes com aquelas que já possuíam em seu país de origem, haja vista que encontram por aqui alemães, italianos, ucranianos, entre outros. O contato forçado com tais grupos originava, muitas vezes, conflitos. O resultado disso era constantes atritos envolvendo não apenas imigrantes de mesma nacionalidade, mas também grupos heterogêneos. Essas questões foram acirradas quando ocorre a já citada *febre brasileira*.

Por fim, Wachowicz conclui seu livro falando das dificuldades de ser um descendente de poloneses. Os colonos que se instalaram no Paraná vieram de regiões com condições de vida semi-feudais e com costumes bastante tradicionais. Além disso, o fato de estar há 4 gerações sob domínio de outros Estados, os fazia sentir-se inferiores, incapazes. Quando vieram para o Brasil, o que mais lhes interessava era o trabalho, já que então possuíam seu pedaço de terra. Assim se passaram os anos e as comunidades polonesas fechavam-se cada vez mais. Após algum tempo, o termo polaco passou a ter sentido pejorativo, sendo usada para falar daqueles que eram “inferiores”, atrasados. Tais estereótipos fizeram com que descendentes de poloneses tivessem vergonha de sua ascendência por algum tempo.

Percebe-se assim o empenho do autor em desconstruir tal visão, fazendo de seu estudo a prova de que os poloneses foram e continuam sendo figuras importantes para o desenvolvimento do Estado do Paraná. Tal posição defendida pelo autor pode ser mais bem compreendida se buscarmos o Ruy Wachowicz que existe além do cientista, pesquisador, historiador, professor. Se o percebermos enquanto descendente de poloneses, muitas das questões postas por ele ao longo do livro poderão ser compreendidas de outra forma. Talvez a vergonha sentida por alguns descendentes de poloneses tenha feito parte da vida desse historiador, mesmo que de maneira indireta. Nota-se, desta forma,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

que o pesquisador é sempre muito mais do que um cientista, devendo ser percebido como sujeito, do seu tempo, da sua cultura, dos seus valores. Assim, ampliando o horizonte de visão do próprio autor, sua obra é também enriquecida, pois passamos a vê-la como algo vivo, como parte da vida de quem a escreve.

Dito isto, iniciaremos agora a análise das reportagens que retratam os 100 anos da imigração polonesa para o Paraná. Passado algum tempo desde a instalação da primeira Colônia Polonesa no Paraná, observou-se que muitas das outras colônias instaladas em anos posteriores foram extintas, pelos mais diversos motivos. No entanto, as Colônias de Pilarzinho e Mercês, que ficam hoje no perímetro urbano de Curitiba, mantiveram-se e seus membros integraram-se à sociedade curitibana. De tempos em tempos, são realizadas festas nestas colônias remanescentes. Tanto em virtude de dias santos, comemoração de sua cultura, tradição, quanto de datas que marcam a imigração para o Brasil, como, por exemplo, o centenário. Tais festas são retratadas pelos meios de comunicação, principalmente os jornais impressos da região. Estes jornais, ao elaborar as matérias, buscam “contar” a história dessas colônias, dando relevada importância à viagem de vinda dos imigrantes, aos primeiros anos no Brasil, aos sofrimentos, às lutas e conquistas dos mesmos.

Na colônia polonesa de Curitiba, em 1971, por ocasião do centenário da imigração polonesa no Paraná, foram realizadas diversas atividades, entre as quais a publicação de narrativas nos meios de comunicação, sobretudo em jornais impressos. A partir destas reportagens, buscarei apresentar e discutir algumas dessas notícias, tentando perceber de que forma a narrativa é construída. Além disso, é interessante identificar os discursos disseminados pelas mesmas. Sendo que, para tal análise foram selecionadas duas reportagens publicadas no jornal “Diário do Paraná” do ano de 1971, intituladas *Esta é a história dos imigrantes poloneses*, sem data específica de publicação e *Aqui estão cem anos da história polonesa*, publicada em 13 de novembro de 1971.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Como ponto de partida para a análise de um periódico, devemos levar em consideração três eixos principais: a identificação; os dados gerais de produção e circulação do periódico na fase em estudo; análise do periódico em si. Temos aqui um primeiro ponto de dificuldade para a pesquisa aqui apresentada. Haja vista que o *Jornal Diário do Paraná* foi extinto há alguns anos e as reportagens colhidas foram recortadas dos encartes originais, a realização dos passos citados acima necessitaria de uma pesquisa de fôlego muito maior do que a aqui proposta. Desta forma, apresentarei os dados alcançados a partir dos recortes de reportagens disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná.

Percebe-se, desta forma, que nos anos de 1970 e 71 o jornal *Diário do Paraná*, publicou uma série de reportagens sobre a imigração polonesa, seus costumes, a história das colônias, entre outros assuntos. Entres as quais citamos: *Escolas Polonesas no Paraná* (20/12/1970), na qual já são mencionadas as comemorações do Centenário que se realizaria em 29 de novembro do ano seguinte; *Aqui estão cem anos da história polonesa*, (13/11/1971); *Eles legaram uma herança ao Paraná* (17/11/1971); *Periódicos mostram a integração* (21/11/1971); *O Campo Largo na imigração Polonesa* (21/11/1971); *O casamento típico polonês* (28/11/1971) e *Esta é a história dos imigrantes poloneses* (no ano de 1971 mas sem data definida no recorte).

Para a análise dos discursos presentes nas reportagens analisadas, usei como base as considerações feitas por José Luiz Fiorin, no livro *Linguagem e Ideologia*<sup>2</sup>. Na obra, Fiorin discute de que maneira o discurso é, ao mesmo tempo, constituinte da e constituído pela sociedade a qual pertence. Deste modo, de acordo com Fiorin, “(...) o discurso é, ao mesmo tempo, prática social cristalizada e modelador de uma visão de mundo<sup>3</sup>”. Outra referência importante para o trabalho com discursos é a obra *A linguagem e seu funcionamento: as*

---

<sup>2</sup> FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo, SP: Ática, 2000.

<sup>3</sup> Idem, p. 56



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*formas do discurso*<sup>4</sup> da autora Eni P. Orlandi. A proposta da autora é fazer uma relação da linguagem com a exterioridade, levando em conta, entre outros elementos, as condições de produção do discurso. Segundo a autora, na análise do discurso devem ser levados em conta aspectos como: condições de produção, o que está sendo dito e o que é “real”, os sujeitos do discurso e a ideologia presente no mesmo, buscando perceber também os elementos ocultos, mas perceptíveis no sentido que o discurso toma.

A partir de tais apontamentos, a primeira reportagem analisada intitula-se *Esta é a História dos imigrantes poloneses*. O ponto de partida para a pesquisa nessa reportagem seria perceber o autor do texto, enquanto sujeito social. Contudo, não há menção alguma à autoria, o que se apresenta é apenas um texto, com uma foto do Sr. Bronislau Ostoja Roguski, ex-deputado Federal, membro do Instituto Histórico e Etnográfico do Paraná e Secretário Geral do Comitê Executivo das Comemorações do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná, entrevistado para a elaboração da reportagem. Partiremos então da análise do título. A impressão que o mesmo passa poderia induzir à ideia de que o que está escrito naquelas poucas linhas, que foi contado pelo Sr. Roguski, é a única versão da história dos imigrantes. O jornal, como sabemos, tem o “poder” de manipular, mesmo que de maneira branda, a opinião dos seus leitores.

No decorrer do texto, o senhor entrevistado conta a história daquelas pessoas que vieram há cem anos da Polônia para o Paraná. O faz como sendo a única interpretação possível de mais de um século de vivências e memórias. As razões da saída da Polônia aproximam-se muito daquelas apontadas por Ruy Wachowicz no livro discutido anteriormente. Contudo, uma questão nova trazida pelo entrevistado é a presença de imigrantes políticos, que vieram para o Brasil fugindo de perseguições na Europa. Tal ponto não é abordado por Wachowicz na obra apresentada anteriormente. O que nos remete à Conclusão

---

<sup>4</sup> ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**. As formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 1987.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

do autor, a qual tem o intuito de definir os imigrantes poloneses como trabalhadores, religiosos, de bons costumes, entre outras qualidades.

O Sr. Roguski fala ainda da importância da vinda de cientistas poloneses para o Brasil. Percebe-se aqui a clara intenção de enaltecer a visão que se tinha dos camponeses poloneses até o momento. Como apontado por Wachowicz, o fato dos poloneses que viviam nas Colônias terem se dedicado de forma intensa à agricultura, lhes rendeu a visão de inferiores, tanto econômica, quanto cultural e intelectualmente. Deste modo, com a fala do Secretário Geral do Comitê de Comemoração ao Centenário – e isso significa dizer que é esta uma das vozes mais autorizadas a falar sobre o assunto –, se destaca o fato de terem vivido no Brasil alguns cientistas poloneses que estudaram a fauna, a flora, a geologia e a topologia brasileiras. Bem como os costumes dos brasileiros e dos imigrantes que vieram para cá, deixando tais estudos publicados, como legados à posteridade.

Na segunda reportagem selecionada para a presente comunicação, que tem como título *Aqui estão cem anos da história polonesa*, publicada em 13 de novembro de 1971, pode-se perceber de forma mais articulada as ligações existentes entre o que está escrito, com quem escreveu, assim como com outros sujeitos, dos quais o repórter tem mais ou menos proximidade. O repórter em questão é Arnoldo Anáter. A partir de pesquisa prévia realizada, percebe-se que o mesmo dedicou boa parte da sua vida à profissão de repórter, não apenas no *Diário do Paraná*, como também no *O Estado do Paraná*. Além disso, foi assessor de Imprensa do Poder Judiciário, onde editava o periódico “Novos Rumos”. Foi também diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e assessor de imprensa da Fetaep – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná<sup>5</sup>.

A partir da trajetória de Arnoldo Anáter supõe-se que o mesmo, por pertencer e ter convivido com as classes dominantes da cidade de Curitiba, tinha

---

<sup>5</sup>

Disponível em <http://www.insieme.com.br/portal/conteudo.php?sid=193&cid=2006&parent=0>  
Acesso em setembro de 2011.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

sua visão influenciada pela ideologia e pelas visões de mundo dos mesmos. Assim, na análise da reportagem tal fato deve ser levado em consideração, haja vista que as visões de mundo que temos condicionam as interpretações que fazemos. A reportagem em si, refere-se à exposição de objetos, fotos, documentos, que será feita como parte das comemorações pelo Centenário. Ao falar da importância de se visitar tal exposição, o jornalista retorna aos primórdios da imigração, indagando:

Como eram as condições de vida há cem anos passados? A sobrevivência nas selvas e nas terras virgens de que instrumentos , de que ferramentas dispunha? E a comunicação e o transporte como eram? Quem quiser ter uma ideia de como era a vida, aqui no Paraná, há um século passado, basta ir visitar a Exposição Retrospectiva da Imigração Polonesa no Paraná (...)⁶.

Nota-se, a partir do trecho acima transcrito, a intenção do autor em incentivar a visita à Exposição, haja vista que a mesma retrata a vida dos “bravos imigrantes poloneses” há um século atrás. Ao fazer a legenda das imagens apresentadas, o autor induz também a determinada interpretação dos mesmos. Assim, aos menos avisados, a exposição poderia ser tomada como retrato de como viveram os primeiros camponeses poloneses que chegaram ao Brasil. No entanto, ao se colocar um objeto como fonte principal de interpretação da história, anula-se os sujeitos históricos que os utilizavam, assim como suas condições específicas de vida, de trabalho, suas interpretações de mundo, etc. Deste modo, uma exposição não deve ser pensada como forma de perceber a história, a vida das pessoas. Ela é, no máximo, a satisfação da curiosidade das condições materiais de vida, mas não é, nunca, um retrato da subjetividade dos indivíduos que os utilizaram.

Portanto, conclui-se que a vinda de poloneses para o Brasil, no século XIX, foi motivada por condições de vida bastante precárias na Polônia. Além

---

⁶ **Diário do Paraná.** Aqui estão cem anos de história polonesa. Curitiba, 13 de novembro de 1971.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

das perseguições e das restrições culturais impostas. Ao chegar no “novo mundo” os poloneses também não tiveram dias fáceis. A maioria dos imigrantes era de pessoas simples, com pouca instrução, mas que trabalhavam e oravam com fervor. Ao longo dos anos, alguns estereótipos foram criados acerca da cultura polonesa. Os quais limitaram em certa medida sua ação intelectual e política. Contudo, muitos dos descendentes de poloneses conseguiram reconhecimento, tornando-se pessoas ilustres na sociedade ainda preconceituosa do século passado. Como forma de amenizar, ou então até apagar, os anos de sofrimento vividos no Brasil, uma série de ações são tomadas. Talvez a principal delas seja o livro de Ruy Wachowicz aqui analisado. No entanto, devemos perceber também as reportagens analisadas ou citadas, como parte desse processo de reinterpretação e valorização do elemento polonês no Paraná. Processo que deve ser visto sempre com cautela, haja vista as subjetividades dos indivíduos envolvidos.

## **REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO**

BUCHMANN, Elane Tomich. **A trajetória do sol: um estudo sobre a identidade do imigrante polonês no sul do Brasil**. Curitiba, PR: Fundação Cultural, 1995.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia?** São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

CRUZ, Heloisa de Faria. **No avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa**. História & Perspectivas, Uberlândia (39): 11-36, jul.dez. 2008.

DRANKA, Francisco. (Coordenador Geral). **Anais da Comunidade Brasileiro Polonesa**. Memórias de Sebastião Edmundo Wos Saporski “Eti”. Vol. VII. Curitiba, PR: Gráfica Vitória, 1973.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo, SP: Ática, 2000.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Imagens do trabalhador imigrante no Sul do Brasil: os poloneses do acervo Ruy C. Wachowicz. Curitiba, PR : Imprensa Oficial, 2007.

MACIEL, Laura Antunes. **Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores?** História & Perspectivas, Uberlândia (39): 89-135, jul.dez. 2008.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento.** As formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 1987.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Abranches: um estudo de história demográfica.** Curitiba, PR : Vicentina, 1976.

\_\_\_\_\_. **O camponês polonês no Brasil.** Curitiba, PR: Fundação Cultural Casa Romário Martins, 1981.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PROBLEMA HISTÓRICO:  
CONCEPÇÕES E PRÁTICAS A PARTIR DA REVISTA AMIGOS DA  
NATUREZA (OESTE DO PARANÁ -2001/2011)**

Nicheli Rodrigues Santos\*

A região Oeste do Paraná sofreu e sofre, no século XX e neste início do XXI, a um intenso e dramático processo de ocupação que resulta de deslocamentos populacionais complexos, da derrubada quase integral da floresta que lhe revestia, na implantação de um modelo agrícola monocultor voltado à exportação, a urbanização de cidades e, dentre outros mais, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (uma das maiores do mundo).

Muito se tem falado sobre esse processo de “ocupação” realizado por migrantes de outras áreas da região Sul como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse processo se mantém intensamente vivo não apenas na história, mas também, na memória. “Colonização”, “ocupação”, “desbravamento”, “pioneirismo” são todos termos comuns de se ouvir, que são ora afirmados e reafirmados, ora debatidos e problematizados. Na presente pesquisa, em fase de desenvolvimento, se parte do pressuposto de que é necessário não só problematizar esses termos, mas também discutir sobre a constante afirmação dos mesmos por parte de uma memória e de uma história pública. Nesse sentido, refletir sobre determinados usos como “ocupação” para tratar do processo de vinda desses migrantes para a região consiste num trabalho que deve ser considerado. Ocupar ou colonizar dão a entender que esse era um espaço inabitado que estava “a espera” de pessoas para povoá-lo. “Desbravar”, numa história e ou memória mais difundida na região, tem significado tornar tal espaço habitável, “abrir a mata”, num sentido que traz a noção de dominação do homem sobre a natureza.

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (Bolsista pela CAPES), com área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. [nizinha\\_bn@hotmail.com](mailto:nizinha_bn@hotmail.com)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Através de uma determinada história do Brasil que por muito tempo tentou “apagar” ou “harmonizar” processos extremamente conflituosos, a “história oficial” de parte da região Oeste do Paraná tem “silenciado” acerca do contato entre migrantes e antigos moradores como os indígenas. Tal “silenciamento” pode ser percebido durante pesquisa na graduação em que analisei a relação entre o museu histórico local Willy Barth da cidade de Toledo-PR e seus visitantes.<sup>1</sup> Na exposição dessa instituição alguns objetos utilizados por indígenas, principalmente para fazer seu alimento, eram apresentados em uma vitrine juntamente com objetos como fósseis de peixe com milhões de anos de existência. O guia do museu ao comentar sobre os objetos dizia a grupos escolares (visitantes que priorizei acompanhar), que quando os migrantes aqui chegaram já não existiam mais índios, apenas os seus objetos teriam sido encontrados. Em sua fala não aparecem situações de conflito. Mais do que isso os índios são lembrados apenas como aqueles que teriam nos deixado determinados hábitos.

José H. Rollo Gonçalves no artigo *Como Martim Afonso virou trineto de Mavutsinim?* evidencia como nos livros de história regional e em muitos materiais didáticos se criou a noção de “vazio demográfico”. Pois, as populações indígenas eram vistas juntamente com a natureza, como parte desta. O texto de Gonçalves permite ainda discutir como esse silenciamento de conflitos e da própria existência de índios na região está ligada ao que se queria construir enquanto uma “identidade paranaense” ou mesmo “identidade nacional”. Segundo o autor:

O que tem prevalecido é a perspectiva inclusiva, que ora gruda os índios numa ecologia da pureza primitiva, ora fabrica uma vitimologia populista. No primeiro caso, é tênue o limite entre a análise histórica e a redução das sociedades indígenas a grupos de animais falantes que, ao lado dos bichos semi-mudos, não praticavam quaisquer formas de transformação da natureza. No segundo, tende-

---

<sup>1</sup> SANTOS, Nicheli Rodrigues. (Re)leituras de uma história: o Museu Willy Barth na visão de seus visitantes. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

se a obscurecer quer as lutas inter-tribais entre indígenas, quer as diversas formas de resistência a conquista branca, optando-se por uma visão idílica dos índios, como se todas as ruindades do mundo, incluindo a violência das guerras e as diferenças socialmente consagradas entre os sexos, fossem inoculações da civilização ocidental.<sup>2</sup>

Dessa forma, os indígenas ora eram vistos como aqueles que nos deixaram bons hábitos – comer mandioca, tomar banho diariamente, tomar ervas como o chimarrão e o tererê – ora como os que deixaram heranças ruins – um “não gosto pelo trabalho” e a improdutividade.

Ao analisar a composição da vitrine do museu Willy Barth se pode refletir sobre essas questões apontadas por Gonçalves. Junto com objetos moldurados e retirados da própria natureza – fósil de peixe – a vitrine traz a impressão para os visitantes da existência de uma história distante, que se localiza quase que num tempo perdido. Os índios ficam realmente como se fossem parte integrante da natureza. Essa “naturalização” das populações indígenas permite aflorar o discurso sobre o “pioneirismo”, sobre os migrantes que aqui chegaram e “desbravando” a mata iniciaram o “desenvolvimento” de cidades.

Mas a história do Paraná e de sua região Oeste não começa com a vinda de tais migrantes, ela é muito mais antiga, e lembrar isso significa também não esquecer de que esse não consistia em um “espaço vazio” que devia ser povoado para que não fosse perdido. A ideia de “espaço vazio” é uma construção e, portanto, necessita ser problematizada. Fabiana Marreto Secariolo em *O espaço paranaense em relatos de viajantes* nos dá uma noção sobre como essa já consistia em uma região ocupada e que desde o século XVIII já passava por situações de intenso conflito. Nas palavras da autora:

O século XVIII, especificamente, foi marcado pela invasão de bandeirantes paulistas no Guairá pela forte presença de conquistadores europeus inclusive viajantes “desbravadores” em busca de riqueza e glória. É claro que

---

<sup>2</sup> GONÇALVES, José Henrique Rollo. Como Martim Afonso virou trineto de Mavutsinim? *História e Ensino*. Londrina, v.3, abr. 1997. P. 32.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

já no século XVI se tem notícias de expedições contra as reduções jesuíticas, no período mesmo em que estas estavam se solidificando. Nessa época, uma grande parcela da população indígena foi dizimada em combates entre brancos e índios, porém muitos foram presos e transformados em escravos.<sup>3</sup>

Mesmo considerando a intensa dizimação de populações indígenas nesse período estudado pela autora não se pode partir do pressuposto de que essas populações desapareceram por conta desses conflitos. Alguns grupos indígenas se fazem presentes na região em cidades como Guaíra nos dias atuais. Nesse contexto, o estudo de Secariolo acerca de relatos de viajantes que passaram pelo Paraná contribui para compreender o silenciamento existente hoje sobre os possíveis contatos entre migrantes e antigos moradores da região no século XX. A dissertação de Secariolo percorre todo o século XIX, evidencia conflitos, trata da ligação entre a vinda de viajantes para o Paraná e a política imperial que busca “povoar os sertões” e ao mesmo tempo construir uma ideia de Brasil promissor, “ótimo espaço para ser habitado.” Sua obra permite perceber como a intensa migração de outras áreas da região Sul do país para o Paraná e a criação de uma “subdivisão” chamada Oeste do Paraná já começa a ser trabalhada no século XIX e se efetiva no século XX.

Por sua vez, é desse século XX que pretendo tratar agora, mais precisamente da ligação entre discursos criados sobre o processo de “ocupação” do Oeste.

Parte do que hoje se constitui enquanto região Oeste do Paraná na primeira metade do século XX se chamava Fazenda Britânia. Segundo Reginaldo Aparecido dos Santos<sup>4</sup> tais terras foram adquiridas pela Empresa Colonizadora MARIPÁ. Essas terras resultaram nas cidades de Marechal

---

<sup>3</sup> SECARIOLO, Fabiana Marreto. *O espaço paranaense em relatos de viajantes: Fronteira, território e ocupação (1870 – 1900)*. Dissertação defendida (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná: Marechal Cândido Rondon, 2010.

<sup>4</sup> SANTOS, Reginaldo Aparecido dos. *Narrativas urbanas: cidade, fotografia e memória*, Toledo- PR (1950-2010). 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Marechal Cândido Rondon.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Cândido Rondon, Toledo, Nova Santa Rosa, Maripá, Quatro Pontes, Mercedes e Pato Bragado. Noções como a de cidades bem “colonizadas” ou ainda em pleno “desenvolvimento” são ideias construídas já nas primeiras décadas da “ocupação” como aborda Santos em *Narrativas Urbanas: cidade, fotografia e memória* com relação à cidade de Toledo.

Povo “trabalhador e ordeiro”, descendentes de italianos e alemães, “gente que desbravou a terra e ajudou a construir o progresso”, são discursos que ouvimos em espaços como o museu Willy Barth<sup>5</sup>, que encontramos ao visitar praças como a do centro da cidade de Toledo e a do centro da cidade de Marechal Cândido Rondon que inclusive possuem o mesmo nome – Willy Barth. Monumentos também transmitem esses discursos como o do casal de “pioneiros” no lago municipal de Toledo que tem traços “gauchescos” que podemos perceber pela maneira como a roupa foi detalhada na escultura. Temos ainda alguns livros regionais que também passam esse discurso como a obra *Toledo no Paraná* de Ondy Hélio Niederauer.<sup>6</sup>

Assim, pode-se dizer que se buscou constituir e afirmar memórias públicas em que determinados sujeitos – migrantes oriundos de áreas do Sul do país, de ascendência européia, entre outros – foram apresentados como os “desbravadores” responsáveis pelo crescimento econômico e pelo seu subsequente “desenvolvimento”. Entretanto, nas últimas décadas, discursos articulados a essas memórias, que se pretendem “oficiais”, têm convivido com emergentes discussões recorrentes a problemas ambientais, buscando repensar ações dos homens do presente em relação à natureza. É nesse contexto que se insere a pesquisa que venho realizando. Tratando educação ambiental como um problema histórico tento discutir como essas memórias públicas tem sido representadas nas atuais discussões ambientais. A proposta de lidar com tais

---

<sup>5</sup> O próprio nome do museu – Willy Barth – é uma homenagem a um sujeito específico, neste caso, o diretor da empresa Colonizadora MARIPÁ, e posterior prefeito de Toledo.

<sup>6</sup> NIEDERAUER, Ondy Hélio. *Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. Toledo: Tolegraf Impressos GráficosLtda, 2004.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

questões nasceram da convivência com essa memória e história do “pioneiro/desbravador” na pesquisa que desenvolvi durante minha graduação.

Ao refletirmos sobre um processo privilegiamos determinadas questões em detrimento de outras, não somos capazes de tratar sobre todos os âmbitos que envolvem um assunto. Isso implica em dizer que toda vez que lembramos também produzimos esquecimentos. Em minha pesquisa anterior as leituras de autores como Michael Pollak permitiu perceber como esse processo entre lembrar, esquecer e silenciar estava presente em meu objeto de pesquisa.

Durante o acompanhamento de turmas escolares ao museu histórico local Willy Barth – parte integrante de minha antiga pesquisa – percebi que o monitor nunca problematizava com professores e alunos acerca das imensas toras de árvores que apareciam em inúmeras fotografias da exposição cortadas sempre ao lado de homens que por suas poses já poderiam gerar uma discussão sobre a ideia de domínio do homem sobre a natureza. Não terminando por aí, outra parte da exposição tinha uma espingarda e uma pele de onça uma ao lado da outra. Os alunos ficavam extasiados, queriam tocar nos objetos, o que causava um grande incômodo no guia que se adiantava em dizer que aquilo nada tinha haver com o que se faz hoje com os animais criando desequilíbrios ambientais. É retirado assim, do homem que abriu as matas da região, do “pioneiro e desbravador”, qualquer responsabilidade sobre a parte desse processo histórico que não se constitui em uma “grandiosidade”, ou seja, em um ato de boa transformação. Foi esse silenciamento e/ou esquecimento vivido na experiência de andar pelo museu juntamente com professores, alunos e guia que me provocaram a tentar compreender como se lida com esse passado da devastação frente aos constantes debates ambientais.

Nesse caso, não busco discutir se as práticas de ocupação da região Oeste do Paraná foram ou não incorretas. O que busco nesse caminho consiste em perceber se as discussões ambientais, amplamente difundidas nesse início do século XXI têm provocado tensões sobre a forma de olhar e interpretar esse passado da ocupação da região. Trata de compreender como reflexões e



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

experiências do presente podem provocar novas maneira de se perceber esse passado. Dessa forma parte-se também do pressuposto de que é necessário entender o contexto em que a revista nasce, as pessoas com que busca dialogar, a maneira como as imagens e textos estão estruturados. Compreende-se que esse material reflete práticas culturais, sociais, políticas e econômicas que dialogam com o momento histórico em que vivem os sujeitos que a produzem.

A revista regional *Amigos da Natureza* tem levantado discussões a cerca de temáticas ambientais desde 2001, ano de seu início. Entre as preocupações mais importantes, tem-se buscado pensar: a) como os editores da *Amigos da Natureza* tem se preocupado em discutir o passado da ocupação humana da região na qual está inserida? b) como a revista tem representado os contornos atuais dos desequilíbrios ambientais vividos na região? Destarte, procura-se discutir como o debate sobre o ambiente e a natureza no âmbito nacional tem sido recebido e resignificado nas dinâmicas de interesses regionais. Para tanto, está sendo realizado o levantamento de todos os números da revista desde o primeiro ano de sua existência, até os dias atuais. Vale dizer e também pedir desculpas ao leitor, pois a pesquisa encontra-se ainda em sua fase inicial. Não há muitos resultados a serem apresentados, sendo esse artigo mais um trabalho de apresentação do contexto que fez emergir tal problemática de trabalho.

A revista *Amigos da Natureza* surgiu com o objetivo de tratar sobre educação ambiental. Segundo os redatores do material:

**A EDITORA AMIGOS DA NATUREZA** nasceu em outubro de 2001, comprometida com a produção de materiais que promovam o desenvolvimento de uma consciência crítica e ética em relação aos problemas ambientais. Pioneira na produção de materiais impressos voltados, principalmente, à educação ambiental, a editora dispõe ainda de uma produção exclusiva de materiais especiais que abordam temas relacionados à ética, à saúde e à cidadania. Todo material é voltado à educação e contempla os temas transversais, de forma inter e transdisciplinar.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Fonte: Tópico *A empresa* do sitio eletrônico da Revista *Amigos da Natureza*. Disponível em <http://www.revistaamigosdanatureza.com.br>. Acesso: 29 de junho de 2011, as 14h00minh.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Os primeiros números da revista possuem um perfil de leitor específico: crianças e adolescentes. Tal afirmação se baseia não só na leitura dos temas, mas também através da observação das imagens da revista que são bem coloridas, trazem desenhos, sugestões de brincadeiras e atividades para o leitor como passatempos.

Diante desse primeiro contato com as fontes surgiu também a proposta de num segundo momento da pesquisa, analisar práticas ambientais na cidade de Marechal Cândido Rondon que tenham ligação com o material produzido pela revista. Outra fonte contribuiu para essa proposta. A revista possui um sitio eletrônico próprio em que se encontram resumos dos principais materiais produzidos e do tema que buscam discutir. Além disso, se encontra espaços destinados a professores contendo planos de aula, e material produzido para ser utilizado na sala de aula como a coleção *Caminhos da Sustentabilidade* que possui explicações para professores e páginas de atividades para os alunos. De acordo com o programa de criação dessa coleção o material tem como tema: “questões ambientais que afligem a humanidade em âmbito local, regional, nacional e mundial”; Como público alvo: “comunidade escolar e colaboradores; Área de atuação: “em todos os municípios brasileiros”; e como objetivo geral:

Proporcionar mudanças de hábitos e de atitudes quanto à preservação, conservação e recuperação ambiental, à educação e à cidadania, mediante uma ação conjunta escola/comunidade visando formar cidadãos conscientes que possam aprender a construir meios de uso dos recursos naturais para sustentabilidade.<sup>8</sup>

Tendo em vista que o próprio objetivo da revista é estabelecer uma ação conjunta entre escola e comunidade e que partimos do pressuposto de que a própria revista pode ser considerada enquanto uma prática ambiental e não apenas como um espaço produtor de um determinado discurso, buscaremos

---

<sup>8</sup> Fonte: Programa de criação da revista *Super Amigos da Natureza: Caminhos da Sustentabilidade*. Disponível em: [www.editoraamigosdanatureza.com.br](http://www.editoraamigosdanatureza.com.br). Acesso: 29 de junho de 2011, as 14h00minh.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

realizar um trabalho de campo com observações e entrevistas com grupos escolares e professores que estejam trabalhando com esse material. O objetivo é compreender como as temáticas abordadas pelos redatores tem sido apropriadas e (re)significadas por professores e alunos. Assim a ideia é acompanhar turmas observando como desenvolvem as atividades, como tem trabalhado com o material didático proposto pela redação da revista, quais os debates que surgem durante o processo de aprendizagem, e qual a concepção de natureza que professores e alunos criam a partir dessa experiência.

Para tratar do espaço escolar também o entendo, antes de tudo, como um lugar de práticas sociais. Nesse ponto de vista acredito que esse seja um ambiente riquíssimo para perceber como sujeitos históricos têm construído na prática a trajetória de uma educação ambiental. Pensado dessa maneira o micro e o macro se intercalam. Pois, se os diversos discursos sobre o meio ambiente se fazem presente nos debates entre professores e alunos, estes ajudam a construir a história a partir de suas práticas ambientais. Não são assim sujeitos receptores, mas sim, sujeitos ativos que (re)significam, por exemplo, tais discussões realizadas em âmbito nacional, de acordo com sua realidade, com seu cotidiano e que criam assim novas práticas históricas. Assim como afirma Revel:

O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece a observação não é uma versão atenuada, ou mutilada, de realidades macrossociais: é, e este é o segundo ponto, uma versão diferente.<sup>9</sup>

Como professores e alunos de Marechal Cândido Rondon contribuem para pensar uma experiência social? Como os sujeitos significam suas atitudes em relação ao meio ambiente?

---

<sup>9</sup> REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. P. 28





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Adentrar nessa discussão entre questões ambientais e sua correlação com esse passado da devastação da região Oeste implica não num julgamento entre aquilo que está certo nesse passado da “ocupação” e aquilo que está errado, muito menos em julgar nosso presente afirmando quais são e quais não são práticas ambientais corretas. O trabalho do historiador implica em interpretar e compreender os processos históricos, em problematizá-los, não em estabelecer julgamentos. Nesse sentido, pensar nas maneiras que se olham para esse passado deve servir para não perdermos de vista que a história não se faz no singular e sim no plural. Dessa, forma o que devemos ter é sempre as múltiplas visões de um mesmo processo, as muitas histórias, as várias memórias. Os silêncios serão sempre produzidos e reproduzidos. Como nos aponta Pollak lembrar também implica em esquecer ou mesmo silenciar, pois consiste numa atividade seletiva. O nosso trabalho enquanto pesquisadores e educadores consiste em atentar para esse movimento dinâmico da história que envolve o silenciar e o esquecer.

Seja na universidade ou nas escolas é preciso sempre debater acerca das construções históricas e não legitimá-las. Debater sobre a própria maneira como o ensino tem sido construído deve consistir num trabalho constante que não perca de vista a permeabilidade da história. Espero que minha pesquisa tenha a contribuir para a continuidade desse debate.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP/CEC, 2008.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Como Martim Afonso virou trineto de Mavutsinim? *História e Ensino*. Londrina, v.3, abr. 1997. P. 32.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.15-38.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

SANTOS, Reginaldo Aparecido dos. *Narrativas urbanas: cidade, fotografia e memória, Toledo- PR (1950-2010)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Marechal Cândido Rondon.

SECARIOLO, Fabiana Marreto. *O espaço paranaense em relatos de viajantes: Fronteira, território e ocupação (1870 – 1900)*. Dissertação defendida (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná: Marechal Cândido Rondon, 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA:  
O CASO DA OCUPAÇÃO NO BAIRRO MATHIAS VELHO,  
EM CANOAS / RS (1978-1984)**

Odilon Kieling Machado<sup>1</sup>

Vitor Otávio Fernandes Biasoli<sup>2</sup>

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho é parte de pesquisa desenvolvida no Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) na linha de pesquisa “Migrações e Trabalho” e de uma pesquisa de final de graduação no Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), tendo como propósito historiar e analisar a influência da Teologia da Libertação na América Latina, através da contribuição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>3</sup> na vida religiosa, social e política dos moradores do Bairro Mathias Velho, no município de Canoas, no Rio Grande do Sul. O período histórico a ser analisado situa-se entre os anos de 1978 e 1984, marcado pela ditadura militar brasileira, onde ocorre uma migração de um contingente populacional, em uma área devoluta com finalidade de obter moradia, na região metropolitana de Porto Alegre – mais especificamente, nos arredores do município de Canoas. Neste período do final da década de 1970, o Pólo Petroquímico (próximo a Canoas) era um dos

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Santa Maria (UFSM), Mestrando em História, CAPES, odilonkm@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Professor do Departamento de História. Doutor em História. Orientador. vbiasoli@gmail.com

<sup>3</sup> Ao início dos anos 60 surgiu entre as classes populares do Brasil um novo modo de a Igreja ser: as Comunidades Eclesiais de Base. As CEBs são grupos de 20 ou mais pessoas que se reúnem uma ou duas vezes por mês na capela da roça, no sítio do pequeno agricultor, no salão da casa paroquial, no centro comunitário da vila, no barraco da favela, para refletir, nutrir e celebrar sua vida de fé. São comunidades porque as pessoas se conhecem pelo nome, partilham suas vidas e seus problemas, põem em comum seus bens e seus esforços, lutam juntos por melhorias no bairro, conquista da terra ou da moradia, uma vida melhor. São eclesiais porque o eixo em torno no qual giram é a palavra de Deus, o uso da Bíblia dentro da realidade conflitiva em que vivem, a comunhão com a Igreja, da qual são células vivas. São de base porque integradas por subempregados, aposentados, jovens, lavradores, operários, donas de casa, em fim gente pobre e oprimida que forma a base da sociedade (BETTO, 1991, p.152).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

atrativos para os migrantes em busca de trabalho e renda, sendo o palco de ocupações urbanas que historicamente tem um caráter significativo para a organização comunitária no Rio Grande do Sul, apoiada por agentes religiosos, que têm na Teologia da Libertação seu suporte teórico para ações concretas de formação e transformação. Como instrumento desta ação estão as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com núcleo religioso, social e político de organização popular.

A abertura da Igreja Católica ao mundo contemporâneo, tendo como perspectiva a preocupação com a vida humana em sociedade, teve como marco histórico a realização do Concílio Vaticano II, entre os anos de 1959 e 1965 no século XX. Ao longo da história da Igreja, os Concílios são momentos de avaliação e mudanças a partir da cúpula hierárquica para seus demais membros. A Igreja do período pós Segunda Guerra Mundial, ao assumir o desafio de dialogar com o pensamento da sociedade contemporânea, é levada a buscar uma nova maneira de estar e agir no mundo.

Em relação à ética e à justiça, o Concílio Vaticano II alerta para que a dignidade da pessoa humana seja respeitada e ao mesmo tempo faz uma crítica a todo regime político que explora ou causa desigualdades sociais, econômicas ou políticas.

## **A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

O Concílio Vaticano II aponta a necessidade de participação dos cristãos para agir diretamente na sociedade, em atitudes individuais e coletivas, buscando o bem comum. Posteriormente, as orientações contidas nos documentos do Concílio serão transpostas para a América Latina, por se tratar de um espaço com elevado contingente de católicos e de pobres, sob tutela de governos autoritários e ditatoriais, de modo especial às ditaduras militares.

A conjuntura dos anos de 1960 e 70, marcado pelas ditaduras militares na maioria dos países latino-americanos, favoreceu uma mudança de



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

mentalidade entre os católicos, ajudando-os a entender a nova prática da fé cristã, agora sob o prisma de uma Igreja aliada aos pobres diante das injustiças. Neste período, se acentua a dimensão social e política da fé, ligada à organização de uma nova sociedade, com uma troca de lugar da Igreja na esfera política e social. A Igreja passa a fazer uma aliança com os pobres e oprimidos e não mais com os poderes políticos dominantes, que os oprimem e discriminam. Neste novo paradigma, setores da alta e média hierarquia passam a ser aliados nesta nova ação, embora na sua maioria a Igreja Católica continue sendo conservadora e ligada aos governantes nos diferentes países latino-americanos.

A Conferência Episcopal Latino-americana de Medellín<sup>4</sup> (1968) na Colômbia, teve na sua coordenação bispos latino-americanos. Foi ao mesmo tempo um marco e um reflexo direto na adaptação do continente às conclusões do Concílio Vaticano II em relação ao ideal de justiça e à denúncia do pecado estrutural causado pelos sistemas políticos:

A Igreja Latino-americana tem uma mensagem para todos os homens que neste continente têm “fome e sede de justiça”. O próprio Deus cria o homem à sua imagem e semelhança, cria a “terra e tudo o que ela contém para o uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens criados possam bastar a todos, de forma mais justa” (G.S. 69), e lhes dá poder para que solidariamente transforme a aperfeiçoe o mundo (Gen. 1,29). É o próprio Deus que na plenitude dos tempos, envia seu filho para que, feito carne, liberte a todos os homens de todas as escravidões a que foi submetido pelo pecado: a fome, a miséria e a ignorância, numa palavra a injustiça que tem origem no egoísmo humano (Jo.8,32-34) (SECRETARIADO REGIONAL SUL 3 CNBB, 1968, p. 8 e 9).

A acentuada renovação teve neste encontro de Medellín duas diretrizes que vão marcar a grande virada da Igreja na América Latina: a “opção preferencial evangélica pelos pobres” e a formação das “Comunidades de Base”.

---

<sup>4</sup> Cidade da Colômbia na qual se realizou a 2ª conferência geral do CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano), em 1968. Na reunião procurou-se adaptar á realidade da América Latina as conclusões do Concílio Vaticano II e o conteúdo da encíclica *Popularum Progressio* (1967), do Papa Paulo VI. O Documento de Medellín, assinado por 130 bispos do continente, condena o capitalismo e o neoliberalismo, apóia os movimentos populares, especialmente as Comunidades Eclesiais de Base, defende a mudança das estruturas econômicas e políticas injustas e abre a Igreja latino-americana a via da “opção preferencial pelos pobres” (BETTO, 1991, p.256).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Estas definições tiveram uma dimensão política original, pois aproximou a instituição Igreja das organizações populares, mesmo sofrendo oposição dos setores mais conservadores do clero e também da sociedade. Esta aproximação define uma visão com caráter solidário e democrático, relatada da seguinte forma:

Por tudo isso, queremos que a igreja da América latina seja evangelizadora e solidária com os pobres, testemunho do valor dos bens do reino e humildade servidora de todos os homens de nossos povos. Seus pastores e demais membros do Povo de Deus não de dar a sua vida, palavras atitudes e ação a coerência necessária com as exigências evangélicas e as necessidades dos homens latino-americanos. Preferência e solidariedade: O particular mandato do Senhor de evangelizar os pobres deve levar-nos a uma distribuição de esforços e de pessoal apostólicos que de preferência atenda os setores mais pobres e necessitados e os segregados por qualquer causa, alentando e acelerando as iniciativas e os estudos que, com este fim, já se fazem. [...] Devemos aguçar a consciência de dever de solidariedade com os pobres, [...] Esta solidariedade há de significar fazer nossos seus problemas e sua lutas, [...] Isto há de concretizar-se na denúncia da injustiça e da opressão, na luta contra a intolerável situação que suporta com freqüência o pobre. [...] A promoção humana será a linha da nossa ação em favor do pobre, de maneira que respeitemos a sua dignidade pessoal e lhes ensinemos a ajudar-se a si mesmo. Com este fim reconhecemos a necessidade de estruturação racional de nossa pastoral e da integração de nossos esforços com outras entidades (SECRETARIADO REGIONAL SUL 3 CNBB, 1968, p. 96-7).

A Conferência Episcopal Latino-americana de Puebla (1979)<sup>5</sup> no México, também coordenadas pelos bispos latino-americanos, reafirma a opção pelos pobres e as Comunidades de Base, dando mais força para caminhada de uma nova Igreja comprometida com as causas populares.

A conjuntura de ditaduras na região exige uma ação mais direta no sentido de dar luz e testemunho evangélico, estabelecendo uma postura de uma

---

<sup>5</sup> Cidade do México que abrigou a 3ª Conferência Geral do CELAM (Conferência Episcopal Latino-americano), em 1979, á qual esteve presente o papa João Paulo II. O *Documento de Puebla* reafirma as principais conclusões de Medellín (BETTO, 1991, p.259).





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Igreja popular, engajada na luta pela justiça e pela democracia. Puebla aponta para um engajamento político, que possa dar mais ânimo e força para as lideranças cristãs e outras que comungam da luta em favor de uma sociedade mais humana e fraterna.

Esta trajetória da Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II e sua influência nestas conferências têm como proposta a construção das comunidades de base e a opção pelos pobres, afirmada em Medellín e confirmada em Puebla, como podemos verificar:

Essa mudança tem uma forte influência na América Latina, através das Conferências de Medellín na Colômbia em 1968 e Puebla no México em 1979, através da ligação fé e vida e da chamada opção evangélica preferencial pelos pobres. Fazendo uma analogia entre o Concílio Vaticano II e as conferências de Medellín e Puebla podemos verificar que o Concílio foram os encaminhamentos oficiais da Igreja para o mundo e as conferências foram os encaminhamentos oficiais para a América Latina. A reunião de Medellín, na Colômbia, canonizaria essas tendências. Os documentos do II Encontro do episcopado Latino-americano (CELAM), reunido naquela cidade em 1968, documentos emitidos em caráter oficial, definem duas linhas básicas de ação que transformariam no estandarte legitimador e referencial dos novos grupos de cristãos: a opção pelos pobres e as comunidades de base (CAMARGO, 1981, p.66-8).

A Teologia da Libertação busca uma ação concreta na sociedade, a chamada harmonia fraterna no sentido evangélico, princípio que poderá ser realizado na esfera humana por ação transformadora chamada de “libertação”. Essa seria uma fase mais avançada da humanidade, podendo haver rupturas progressivas (processo de libertação), pois ocorre luta de classes, como aponta o teólogo da libertação Gustavo Gutiérrez. Para a Teologia da Libertação, o que realmente importa é o fim da exploração dos pobres, a luta contra a pobreza em favor da vida. A centralidade da Teologia da Libertação é o pobre, contra a pobreza em prol da libertação, em um continente marcado por profundas desigualdades sociais, iluminados pela ética cristã, de justiça e fraternidade:



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A Teologia da Libertação nasce das CEBs surgidas na América Latina a partir dos anos 60. É a reflexão da fé dos pobres, dentro de suas lutas por libertação, que produz as bases da Teologia da Libertação. Porém foi sistematizado pela primeira vez pelo teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, em 1971, em sua obra *Teologia da Libertação* (Petrópolis, Vozes). A Teologia da Libertação é um novo modo ou método de ser fazer teologia. Ou um novo olhar sobre as fontes bíblicas da revelação cristã e a tradição da Igreja. Esse modo, esse método e esse olhar têm um centro ou lugar social: os pobres (BETTO, 1991, p.172).

A Teologia da Libertação foi a sistematização teórica da ação junto aos movimentos populares, políticos e sindicais, que tiveram nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) a força espiritual e humana para a formação e a ação de seus membros e lideranças. O aspecto religioso renovou a Igreja, o aspecto político renovou a esquerda e o aspecto cultural ajudou a diminuir os preconceitos e a libertação das injustiças. O amor aos pobres e oprimidos, contra a pobreza em prol da libertação, continua sendo a causa maior de uma prática evangélica libertadora.

A realidade econômica e política da América Latina no final dos anos 1960 foram permeadas pelo capitalismo e pelas ditaduras militares, tendo como conseqüência a miséria e a exclusão social para a maioria da população.

Devemos considerar o surgimento das CEBs durante a ditadura militar brasileira, dentro da perspectiva da Teologia da Libertação, uma novidade em termos de força histórica que ao mesmo tempo questiona os regimes políticos, como procura organizar-se na base da sociedade de forma alternativa e coletiva. O intuito era unir a prática religiosa e social cristã com a realidade conflitiva da sociedade, aliando fé e vida, tornando o cristão consciente de que na sociedade existe uma luta de classes entre forças sociais antagônicas, que explica as dificuldades e carências da maioria do povo trabalhador. Esta posição se enquadra dentro de uma visão de esquerda, com o uso do instrumental marxista para entender a sociedade capitalista, e busca articula-lo com os princípios evangélicos. Nesse sentido, foi retomada a prática dos primeiros cristãos que viviam sua fé religiosa através de um testemunho comunitário e fraterno.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O enfrentamento da Guerra Fria na América Latina deu-se na forma de apoio a governos autoritários apoiados pelos estadunidenses. Combatiam-se organizações de esquerda que pudessem instalar governos comunistas, pois havia o argumento de que era preferível abandonar a democracia por governos autoritários. O mal maior era o comunismo. Dentro deste contexto é importante salientar que a Teologia da Libertação, apesar de ter uma dimensão política cristã identificada com um projeto de esquerda na sociedade, rejeitou desde o início o caráter filosófico ateu.

Embora usasse o instrumental marxista para entender a sociedade capitalista, apontando que a maior contradição da sociedade não era entre crentes e não crentes, mas entre opressores e oprimidos. Não se posicionou como comunista ou socialista. A saída proposta pela teologia era fraterna e solidária com raiz evangélica. Segundo Leonardo Boff:

Para quem tem fé, a utilização do materialismo histórico não pode representar um perigo fatal; somente para espíritos anêmicos, com fé que não crê em sua própria grandeza e superioridade, o marxismo representa o anjo exterminador do mau. A fé, por sua natureza, se movimenta num horizonte muito mais vasto, aquele do Absoluto diante do qual podemos, sem perder a dignidade, ajoelhar-nos, dentro do qual cabe a contribuição da teoria marxista da sociedade, na medida em que é produtora de luz sobre os problemas sócio-históricos (BOFF, 1991, p. 25-6).

No Brasil, a partir dos anos 1960, esta perspectiva foi gradativamente elaborada pela Teologia da Libertação. Procurou-se, a partir da constatação da exploração vivida pelos oprimidos, sistematizar uma visão e traçar um plano de ações que pudesse mudar a sociedade na luta por liberdade e democracia baseadas nos princípios cristãos.

O crescimento das CEBs dentro de setores de uma Igreja renovada ligada às mudanças históricas, sociais e políticas em busca de libertação tem nos pobres não mais objetos de caridade, mais sim sujeitos protagonistas transformadores da história.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A constituição das Comunidades Eclesiais de Base nasce dentro desta conjuntura, aliada as pastorais sociais na luta por terra, moradia, trabalho e dignidade aos setores sociais mais excluídos.

As CEBs forneceram lideranças para diferentes movimentos políticos e populares, entre quais podemos destacar movimentos por habitação trabalho e renda, como ocorreu em Canoas no final da década de 70. Ao identificarmos a influência das CEBs na ação política, através dos movimentos sociais, passa a existir um processo popular de grande significância na história social do Brasil.

### **A OCUPAÇÃO NO BAIRRO MATHIAS VELHO EM CANOAS / RS (1978-1984)**

No final da década de 1970, o município de Canoas, no Rio Grande do Sul, torna-se um pólo atrativo para um processo migratório do campo para cidade, na procura de uma vida melhor. A busca de trabalho e renda é uma realidade, a proximidade com Porto Alegre e com o Pólo Petroquímico, no município vizinho de Triunfo, é uma alternativa. A inserção no processo de desenvolvimento é a grande meta de muitos trabalhadores rurais que almejam chegar tanto na capital como em outros pólos para conseguir emprego nas indústrias. Os trabalhadores rurais junto com suas famílias transferem-se para os centros urbanos, com a esperança de mudar de vida, vislumbrando novos horizontes. A possibilidade de encontrar uma vida melhor, superando as dificuldades da vida rural é uma perspectiva concreta.

O espaço urbano não oferece as condições dignas para tantos migrantes em busca de trabalho e renda. A periferia e o limite entre zona urbana e rural são os espaços possíveis. Para isso é necessária uma grande luta e mobilização para ter uma vida digna, buscando muitas vezes em áreas devolutas e ociosas um local de afirmação de suas vidas.

O objeto da história conceitual do político é entender a ação e participação política, seja da perspectiva burguesa ou popular, como um conjunto de práticas de avanços e recuos, natural em um processo histórico



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

conflitivo, quando envolve maneiras diferentes de projetar o futuro, seja no ato de conservar um espaço, muitas vezes assegurado por leis, seja na conquista do mesmo espaço, na ótica popular de ter acesso à moradia e à dignidade humana. É importante identificar como as pessoas estão vendo o mundo concreto, mesmo que seja em oposição ao que está estabelecido. Estes aspectos da história política estão visíveis na ação concreta, política e religiosa, ocorrida no Bairro Mathias Velho, em Canoas, em um processo de ocupação, que teve as CEBs como apoio organizativo. Neste sentido podemos verificar:

[...] O objeto da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro. [...] história política na medida em que a esfera do político é o lugar da articulação do social e de sua representação. Ela é história conceitual porque é ao redor de conceitos de - igualdade, a soberania, a democracia, etc – que se amarram e se comprovam a inteligibilidade das situações e o princípio de sua ativação. (ROSANVALLON, 1995, p. 16)

O Bairro Mathias velho, em Canoas, foi um espaço possível, enquanto um processo de ocupação, tendo na solidariedade humana uma força que impulsiona a construção coletiva, através da luta dos trabalhadores como forma de sobrevivência e mobilidade social. Neste aspecto o Bairro Mathias Velho, em Canoas, é uma referência no Rio Grande do Sul em termos de ocupação urbana, tendo na organização e na força popular o elemento necessário para a transformação sócio política.

É importante destacar que o processo de ocupação ocorre em duas áreas distintas. A primeira em uma zona alagadiça de várzea, uma antiga lavoura de arroz, que ao ser ocupada para moradia recebe pelos novos moradores o nome de “Vila Santo Operário”, junto ao bairro Harmonia. A segunda ocupação foi em uma zona mais enxuta, que antes da ocupação era o antigo Prado da cidade destinada a corridas de cavalos, denominada a partir da ocupação de “Vila União dos Operários”. Está população que migra para o Bairro Mathias Velho,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

em Canoas, afirma-se em seus objetivos com a contribuição das CEBs, a qual também é criada pela própria população.

A visão progressista dos lutadores sociais cristãos, que vão morar nesta região, deu uma contribuição às lutas impulsionadas pela Teologia da Libertação. As CEBs em Canoas e o processo de ocupação ocorrem de forma simultânea, fortalecendo uma forma comunitária de vida, um novo espírito religioso e também uma forma de resistência popular, no contexto de da ditadura militar no Brasil.

Entre esses lutadores sociais cristãos podemos destacar a presença formativa, política e religiosa do Irmão Antônio Cechin, pertencente à Congregação Marista da Igreja Católica. Este religioso, ciente de que a inserção nas periferias é fundamental para vivenciar a luta dos pobres, como também para colocar em prática os valores de justiça e solidariedade, estabeleceu-se no Mathias Velho. Acompanhou a chegada dos migrantes, vivenciou suas dificuldades e difundiu um norte religioso para a vivência dessa população. Assim, junto com a chegada dos migrantes, as CEBs também estavam em formação, tanto no Estado com em Canoas. A união popular deu suporte ao movimento comunitário do Rio Grande do Sul. O início deste processo foi um desafio para os ocupantes. Conforme Antônio Cechin:

“No natal de 1979, tinha havido o primeiro encontro de CEBs no Rio Grande do Sul em São Gabriel. Nós tínhamos já uma caminhada. As famílias eram de todo o interior do estado, como Camaquã e Rio Pardo, e também de Santa Catarina. Com a migração, buscavam trabalho no Pólo Petroquímico. O povo se espalhou nas ruas, nas pontas de estrada e a região se encheu de gente. Nessas famílias, de manhã, os maridos ia trabalhar no Pólo, enquanto as mulheres ficavam em casa.” (Entrevista citada)

O papel das mulheres é destacado por Irmão Cechin. Elas se organizaram em clubes de mães e a partir dos quais foram gestados as CEBs em Canoas. Para isto, teve grande importância a organização da Pastoral da Mulher Pobre. Os intelectuais religiosos atuavam junto às mulheres, mas deixavam que elas





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

fossem as protagonistas do processo. Estes elementos de luta são afirmados por Antônio Cechin:

Trabalho comunitário, metodologia bíblica, evangelho nos clubes de mães, início da ocupação, início da Igreja, já que vinham para a periferia... As mulheres nas reuniões com intelectuais ao redor com cantos de luta... Três tipos de cantos: canto das avós mais conhecidos, cantos bíblicos e cantos de luta... Preparação para a ocupação propriamente dita, famílias extremamente pobres vindas do interior... No natal de 1979... Durante a semana, sozinho, percorria as casas, porta aberta, com chimarrão... Fazer reuniões de vizinhança como tática [...] para reuniões aos sábados [...] reuniões da comunidade [...] prestava-se serviço para encaminhar os problemas, jogos com as crianças, catequese das crianças e clube de mães, depois chamado pastoral da mulher pobre... (Entrevista citada)

A organização popular possui duas vertentes que servem de tática para a organização: de um lado a mística religiosa cristã, comum entre a população que vinha de municípios pequenos do interior do estado; do outro, uma consciência maior da complexa realidade que os cercava. A visão da CEBs era a metodologia aplicada, através do método “ver, julgar e agir”, que ligava o texto bíblico com a realidade da vida. Isto foi fundamental para uma ação concreta em Canoas. As mulheres, no início, faziam colchões de trapos para o inverno e ao mesmo tempo criavam laços fraternos de solidariedade. Conforme Antônio Cechin:

“Estabelece-se, após leitura de um trecho da Bíblia, o que diz para nós. Cada um lia um pedaço mais fácil, não solto, salmos ou fatos históricos. Após, cada um falava o que tocava seu coração e que mais impressionou. A partir daí vamos encostar nas nossas vidas as questões de hoje [...] Tudo isso era a preparação para a ocupação de famílias que viam do interior e não tinham como construir suas casas. A gente depois de fazer os colchões de trapos tinha organizado grupos de novenas e grupos de famílias. (Entrevista citada)

No início da década de 1980, o movimento comunitário é impulsionado pela religiosidade popular, tendo nas CEBs uma organização formativa ligando fé e vida, baseada nos princípios teóricos da Teologia da Libertação. As CEBs



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

tornaram-se um espaço na possibilidade da construção democrática, como instrumento popular e religioso, na luta por uma vida digna a partir da população excluída dos bens essenciais da vida humana. Este processo de conscientização política se enraíza no Bairro Mathias Velho, de forma determinante no município de Canoas, neste período histórico para o Rio Grande do Sul.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A conjuntura política marcada por ditaduras militares dentro do contexto da Guerra Fria marca uma nova trajetória da Igreja na América Latina, especialmente no Brasil. O elemento agregador da força popular por mudanças está na profunda fé religiosa do povo, que encontra em setores da Igreja uma aliada em suas demandas. Muitos teólogos procuram teorizar uma alternativa dentro dos parâmetros cristãos na qual a Igreja se tornasse mais evangélica e profética e ao mesmo tempo inspirasse os cristãos a lutarem nas diferentes organizações populares por uma sociedade fraterna e solidária.

Ao analisar a contribuição das CEBs no Bairro Mathias Velho, em Canoas, tendo a Teologia da Libertação como parâmetro, dentro de um processo histórico, destacamos a importância dessa nova organização da Igreja Católica para uma caminhada de lutas, conquistas e desafios.

A ligação entre mística e ação; fé e vida; Bíblia e História; Igreja e sociedade; pobres e libertação estabelece novos eixos para ações políticas e sociais, novas expectativas para a população excluída, que passam a atuar com o propósito de não mais serem oprimidas pelo Capital nem sufocadas pelo Estado.

A experiência ocorrida no Bairro Mathias Velho, com a ocupação de terrenos para moradias, ocorreu sob a inspiração da fé e da política. Fé religiosa que aspira justiça e fraternidade e que se tornou exemplo para os setores sociais que tem na Teologia da Libertação o seu norte de orientação política.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

No contexto da ditadura militar e da redemocratização do Brasil, esta luta comunitária está inserida no quadro mais amplo dos movimentos sociais combativos que atuavam em um período conflitivo da vida nacional, estadual e local.

O historiador Adriano Luiz Duarte ao analisar a lei, a justiça e o direito na ordem do sistema capitalista, á luz do pensamento do historiador E. P. Thompson, verifica que o Estado, a manipulação da mídia e políticas autoritárias em relação os movimentos populares, aguçam a luta de classes, sendo o conflito inevitável. A luta do movimento popular, como o movimento comunitário no Bairro Mathias Velho, fortalece a ideia que toda luta para alçar os direitos e a democracia, principalmente em relação à moradia, ocupando terras devolutas, insere-se neste pensamento, como podemos verificar:

[...] as batalhas coletivas em defesa das liberdades civis, dos direitos de cidadania e da democracia dinamizam os movimentos populares e consolidam um cenário mais amplo para a luta de classes. [...] defesa enfática dos direitos civis e sua luta contínua contra a opressão do Estado privilegiam quatro eixos centrais á políticas autoritárias e antidemocráticas: a manipulação da mídia; as ações secretas do governo, em nome dos interesses da nação; o permanente silenciamento das vozes dissonantes; e a contínua intervenção do Estado no sistema legal. A única maneira de combater essas forças contrárias á liberdades democráticas residia na reatualização de uma *política vista de baixo*, que articulava uma luta libertária contra a opressão do Estado tornando mais aguda a consciência de classe dos de baixo. (DUARTE, 2010, p. 183-4)

A experiência dos trabalhadores e suas famílias, ligada a luta e a consciência contra o sistema capitalista enquanto efeitos de sua estrutura, são marcantes no movimento comunitário no Bairro Mathias Velho em Canoas entre 1980 e 1984, através da conquista de uma área devoluta para moradia. Esta ação concreta com o aporte teórico metodológico das CEBs no Rio Grande do Sul, torna-se referencial para os movimentos populares. Em relação a esta experiência organizada, de forma coletiva e fraterna, fugindo do empirismo ou de qualquer experiência puramente individual, enquadra-se em uma análise



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

histórica para que o historiador possa entender esse processo. Neste sentido relata a historiadora Emília Viotti da Costa:

[...] um novo tipo de história que enfocasse os trabalhadores e estudasse “não apenas parâmetros estruturais e estatísticos, organizações nacionais e importantes movimentos grevistas, mas também a experiência cotidiana concreta dos trabalhadores nas fábricas e na comunidade, seus padrões e estilos de vida, sua cultura e sua consciência, suas divisões internas e relações com outros grupos”. (COSTA, 2001, p.19)

As CEBs e sua ação política no Bairro Mathias Velho, em Canoas / RS, entre 1978 e 1984, desencadeia um processo de ocupação que foi formando ao longo tempo um movimento social que buscava não só moradia, mas trabalho e renda. A população migrante, nesse processo histórico, transformou um espaço determinado e afirmou novos valores culturais, políticos e religiosos. A região de fronteira da periferia do município de Canoas foi alvo de ação orientada pela fé religiosa e se tornou referência para as CEBs como marcos de afirmação política de resistência e de alternativa como organização comunitária.

## **REFERÊNCIAS**

BETTO, Frei, *Catecismo popular*. São Paulo: Ática, 1991.

BOFF, Leonardo. *Seleção de textos militantes*. Petrópolis: Vozes, 1991.

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de, SOUZA, Beatriz Muniz de e PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. Comunidades Eclesiais de Base. IN: SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (orgs). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes: CEBRAP, 1981.

CECHIN, Irmão Antônio. *Irmão Antônio Cechin*: depoimento [abr. 2011]. Entrevistador: Odilon Kieling Machado. Porto Alegre, 2011. Arquivo de gravador de voz digital. Entrevista concedida para trabalho de dissertação de mestrado.

COSTA, Emília Viotti da. *Experiência versus estruturas: novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina – o que ganhamos? O que perdemos?* In: História - Unisinos. N.º. Especial. São Leopoldo: ED. Da UNISINOS, 2001.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

DUARTE, Adriano Luiz. Lei, justiça e Direito: *algumas sugestões de leitura da obra de E.P. Thompson. Revista de Sociologia e Política.* 2010, v 18, n 36, jun. 2010.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, 1995, p. 9-12.

SECRETARIADO REGIONAL SUL 3 DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Conclusões de Medellín: II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.* Metrópole: Porto Alegre, 1968.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **O SENTIDO DE PRODUÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL**

Odilon Monteiro Da Silva Neto<sup>1</sup>

### 1. A historiografia brasileira no quadro das diferenças regionais.

O que hoje conhecemos como Brasil que se encontra em pleno século XXI, está distante de toda e qualquer forma que deseje uniformizá-lo, ou seja, que tente representá-lo de modo a produzir metadiscursos que objetivem mascarar as diferenças entre as regiões, sendo que muitas dessas diferenças acabaram por construir desigualdades perversas onde os grupos menos favorecidos se encontram sempre alijados do grande banquete das riquezas produzidas e quando são inseridos é para engrossar números que colocam o Brasil em situação desvantagens frente as nações em desenvolvimento.

Sobre o sentido em que são construídas as diferentes regiões do país, Albuquerque Jr. elucida:

A região não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é o produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder. Suas fronteiras são móveis e o Estado pode ser chamado ou não a colaborar na sua sedimentação. O Estado é, na verdade, um campo de limites político-institucionais das regiões, mas pode vir a legitimar ou não estas demarcações que emergem das lutas sociais(2001:p. 26).

Essas questões não novas suas raízes se encontram desde o processo de ocupação do território brasileiro. Com a chamada colonização do Brasil alguns territórios já conhecidos no início desse processo não foram sequer ocupados pelo modelo adotado pelos portugueses. Em grande parte o território que hoje se conhecesse como norte e nordeste foram alijados do Brasil oficial que se criava como representação para o mundo ocidental.

---

<sup>1</sup> Licenciado em História pela Uece, mestrando em Políticas Públicas (Uece). Professor de História do IFCE. E-mail: odilonnetosilva@gmail.com





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Os estudos do professor Durval Muniz(UFRN), demonstram que a expressão “nordeste” é um produto das primeiras décadas do século XX e que anterior a esse período tudo era dominado como norte. Da decadência das elites locais e regionais com a crise dos anos 20 e 30 e que se engrossam o crivo de tentativas de se criar uma identidade regional, ação essa bastante delineada pela segunda fase do modernismo que entrara para a história como fase regionalista.

Foi no atual território da região nordeste que se configurou a gênese da colonização brasileira. Desde a exploração do monopólio do pau brasil, passando pela montagem da empresa açucareira, as primeiras impressões sobre o Brasil foram projetadas a partir dessas terras. No desenrolar de nossa história econômica é que ocorrerão as mudanças no objeto de exploração e os capitais que produziam o açúcar vão em direção aos esforços de encontrar ouro na famosa região das minas, que configurou o que se conhece hoje como sudeste.

E dessa região que dominará a produção de ouro e demais pedras preciosas e que em seguida implementará a indústria cafeeira e que se tornou o ícone da legitimação do Brasil oficial. As interpretações que se consagraram sobre o Brasil e a formação da sociedade brasileira são todas elas gestadas a partir do sudeste, pois lá se desenvolveu a ideia de que eles escrevem História do Brasil enquanto o resto do país produz história regional.

Nesse sentido é importante destacar que embora a colonização no nordeste tenha iniciado primeiro nos lugares onde a produção açucareira não podia ser efetivada foi tomada pelo abandono. No Ceará o donatário da capitania do Siará Grande<sup>2</sup> nunca sequer pôs os pés no referido território, a ocupação das terras que hoje se conhecessem como Ceará são o resultado da pecuária(atividade subsidiária ao açúcar) e depois da produção de algodão.

---

<sup>2</sup> As terras foram doadas a Antônio Cardoso de Barros, que não veio sequer tomar posse da capitania.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A presença da atividade pecuária nessa região fora oriunda das correntes migratórias que margearam o Rio São Francisco saindo da Bahia e de Pernambuco em direção ao sertão. Capistrano de Abreu as classifica em sertão de dentro e sertão de fora. O gado por determinação regia devia ser criado há dez léguas da região produtora de açúcar e isso implicou na ocupação de terras antes desconhecidas.

Nesse processo de ocupação de território, formaram-se inúmeros povoados onde muitos destes chegaram a grandes centros urbanos. O próprio Capistrano de Abreu<sup>3</sup> define essa sociedade como “civilização do couro”. O gado ia se transportando e novos lugares eram ocupados, e tudo nessa sociedade era feito a partir do gado. Nessa economia tudo era aproveitado: Os chifres, o couro, os dentes, tudo era fonte para produção de riqueza.

No entanto essa outra história do Brasil acabou por não está registrada nos livros de história oficial. A demora na ocupação do vasto território brasileiro alimentou as diferenças regionais e legitimou o sudeste como o grande arauto de representações do Brasil ideal, do país que deveria ser conhecido de todos aqueles que buscavam conhecer o que é o Brasil.

Dentro dessa óptica os Brasis, como tão bem colocou Darcy Ribeiro acabou por não ser contemplado. Partindo disso se criou nas diferentes regiões e em especial no nordeste a crença de que o nordeste e os nordestinos são possuidores de um amplo patrimônio cultural e que deveríamos ser conhecidos por isso, nos orgulhar e por sua vez “preservar” essa cultura, como se o fenômeno cultural fosse algo estanque, que pudesse ser aprisionado e a qualquer momento “um resgate” o salvaria do passado. Essa é uma das representações mais difundidas e apregoadas nos dias de hoje. Como nunca os canais locais tem reforçado essa crença identitária sobre o nordeste e o seu povo.

---

<sup>3</sup> João Honório Capistrano de Abreu um dos mais importantes nomes da historiografia nacional, é cearense de Maranguape. Sobre a ocupação do Brasil, são imprescindíveis as leituras de suas obras: Caminhos antigos e povoamentos do Brasil e Capítulos de História colonial.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## 2. A forja de uma identidade regional para o Nordeste.

Não faz muito em que da publicação do vocábulo nordeste nos meios de comunicação. Em a invenção do Nordeste e outras artes, Durval Muniz<sup>4</sup> aponta que somente em meado da década de 1910 é que se tem registro da referida expressão. Anterior a esse período essa região era referida como norte, sendo comum uma conjugação em norte e sul do país.

Sobre esse registro cita trecho de um articulista do jornal o Estado de São Paulo:

“...algo sabíamos por leitura sobre a terra do sofrimento, que tem prados só de urzes, tem montanhas de penhascos, habitações só de colmos, céu que nunca se encobre... chão que nunca recebe orvalho, rios que não tem água. O nordeste brasileiro só foi divulgado com tal designação após a última calamidade que assolou em 1919, determinando a fase decisiva das grandes obras contra secas, (...) quando levas de esqualidos retirantes vieram curtir saudades infindas na operosidade do gênero veio sulino, quem sabe se ainda em dúvida, entre a miséria de lá e a abundancia daqui”.

No norte estariam os grupos desassistidos vitimados pela seca e demais calamidades naturais. Ao estudar saques e secas no Ceará, o historiador Frederico Castro Neves aponta para o sentido delicado em que o homem da região nordeste vive em meio às mudanças climáticas. Na seca os indivíduos morrem, saem em retirada de suas terras. Se ocorrer cheia a situação não é diferente, pois essas populações estão sempre vulneráveis a qualquer processo extremo.

E da experiência dessas populações que um tipo de historiografia, conhecida como “memorialista” que passa a definir o que realmente deve ser mostrado, o que se deve registrar e difundir em torno do imaginário da cultura popular. E partindo da apropriação do conceito de cultura, que

---

<sup>4</sup> Durval Muniz Albuquerque Junior. Atualmente professor de História da UFRN. Seus estudos tem o Nordeste como objeto. Sua tese de doutoramento rendeu o clássico: A invenção do nordeste, seguido ele escreveu o Nordestino: uma invenção do falo. Atualmente desenvolve uma ampla pesquisa sobre os folcloristas do nordeste, denominada por “feira dos mitos”. Ainda não publicada, mas já difundida através de suas palestras pelo Brasil.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

vários intelectuais dos diversos centros urbanos do nordestino, afinam seus discursos em torno dessa nordestinidade.

Sobre essa questão, reitera Albuquerque Jr.: “o Nordeste é gestado e instituído na obra sociológica de Gilberto Freyre, nas obras de romancista como José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz”(2001. P.35). Toda essa produção irá implicar na seguinte visão: “o Nordeste é gestado como o espaço da saudade dos tempos de glória, saudades do engenho, da sinhá, da Nega Fulô, do sertão e do sertanejo puro e natural, força telúrica da região”(2001,p.35).

Nomes como Câmara Cascudo do Rio Grande do Norte, Leonardo Mota do Ceará e muitos outros beberam na experiência cultural do povo dessa região e implementaram um conjunto de formas que serviram como registros oficiais da história e memória do povo do nordeste.

Os estudos de física quântica apontam para a real necessidade de não nos apreendermos a determinados conceitos, entre eles o de identidade. Se acordarmos de um jeito e ao dormir estamos de outra forma, as células nascem e morrem, estamos o tempo inteiro em mudanças, não haveria sentido falar em identidades, pois a mesma nos aprisiona, nos engessa e não perceber as mudanças.

Por sua vez a identidade surge a partir de elementos contraditórios. Surge mediante oposição. O que por sua vez não ocorre em relação às diferentes regiões do Brasil. Se criou a ideia de nordestino, mas o povo do sudeste ao falar sobre si mesmo, não se denomina de sudestinos<sup>5</sup>. Por essa razão o conceito de identidade regional é um conceito negativo, criado pelas elites locais que sempre viveram à custa do sangue e suor do povo dessa terra.

---

<sup>5</sup> O discurso em torno das identidades regionais é pobre e falacioso. No caso do nordeste as elites se mascaram em torno destes para assegurar recursos especiais e aumentarem suas fortunas e posições de mando. No caso do povo do sudeste embora não elaborem na encarem uma identidade sudestina, reiteram que o povo do nordeste é inferior, ideologia construída pelo darwinismo social do século XIX e reiteradas por intelectuais do sudeste ao longo do século XIX.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Afinal a seca e os demais problemas sociais não atinge as elites do nordeste. O homem simples que já vive sem nenhum tipo de assistência, é que durante os episódios da seca ou da cheia é que só tem aos santos para apelar. Esses fenômenos resultaram na prática em grandes empreendimentos econômicos para as elites que se aproveitaram da construção de obras públicas, além de recursos desviados do seu fim prático, mediante as grandes manobras das bancadas do nordeste que em tese representam o povo no cenário político.

Todo o modo de vida dessas populações foi ao longo do tempo se tornando alvo dessas representações do que seria esse nordestino. Aqui se percebe que todo esse ideário sobre o povo nordestino se conjuga através de temas: Religiosidade, violência no sertão, fome, secas, disputas de terras. Todo esse conjunto de representações vai historicamente sendo retroalimentada de modo ao menor sinal qualquer pessoa saiba a quem pertence tais referências.

Baseados nisso é que se configurou no Ceará uma série de tipos de sua gente: O jangadeiro, o vaqueiro, a rendeira. De forma simples se definiram formas e os indivíduos deveriam ser reconhecer nas mesmas. Em cada estado da região nordeste as diferenças entre habitantes de cada espaço que torna impossível uma definição simplista, emitir algum conceito que defina essa gente.

As representações em torno desse sentimento de nordestinidade fora possível graças ao trabalho intelectual e por sua vez midiático que a cultura nordestina era uma cultura que com o passar do tempo ela vivia cristalizada. Aqui reside a grande contribuição dos folcloristas que não pouparam esforços de nenhuma natureza para registrarem modos e formas das expressões populares como se as mesmas não tivessem recebido nenhuma influência e ao mesmo tempo estivessem congeladas no tempo.

Foi dessa forma meio que caricata que se criou um sentimento de cultura nordestina repleta por representações do passado, onde os grandes



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

símbolos da monarquia estão presentes. Reis e rainha imperam como em nenhum outro espaço no imaginário cultural do nordeste. E a grande questão envolta nisso é que o tempo passa e novamente as representações são revisitadas e muitos desejam que as mesmas estejam como no passado. Quando isso ocorre acabam-se as manifestações da cultura.

### 3. O sentido da história local.

Revisitando Mario de Andrade uma das grandes expressões da cultura desse país, que infelizmente morreu jovem tomado por um profundo sentimento de descontentamento, por acreditar que sua missão como intelectual não surtira grandes efeitos, morrera atordoado por achar que os intelectuais deveriam contribuir para o real desenvolvimento do Brasil.

Numa das suas brilhantes passagens, ele chama atenção para as relações entre o global e o local é propõem: “Quer ser global, fala da tua aldeia”. Essa frase pequena nos remete a pensarmos a real necessidade de conhecimento do nosso lugar de origem, muitas vezes esquecidos, pois somos levados a acreditar que o que realmente nos move são as impressões que vem de fora.

Nesse sentido pensar o local faz com que os indivíduos possam refletir sobre as suas próprias identificações, a todo o conjunto de representações que se baseiam no modo de ser dos grupos, o que os tornam diferentes, o que cada lugar tem como peculiaridade sem que isso caia no discurso da formação das identidades.

Nas ciências sociais o discurso em torno das “identidades”, tem sido bem mais fluido. Áreas como a história tais impressões ainda se encontram enraizadas nas tradições iluministas de uma história universal, onde se é possível construir impressões amplas e que tenham validade para todos.

Ao estudar as experiências humanas faz-se necessário que o individuo perceba o que realmente se faz importante para os grupos estudados. Pensado assim torna-se fácil acreditar que o momento em que vivemos as relações está todas na ordem “trans.”. Aí se compreende a ideia do sentido





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

transdisciplinar do conhecimento e de todos os aspectos que permeias as relações sociais e as afetivas.

Ao se pensar em termos de produção de uma história local, torna-se evidente que tal ação não se configure como mera expressão de um memorialismo. Mas que todos os indivíduos que ali estejam, sintam-se contemplados como sujeitos de sua própria história. Tal ação exige desprendimento e ao mesmo tempo a crença de que é possível conhecer o local sem perder as relações entre esse espaço e o sentido macro das relações.

De que vivemos em um mundo tomado pelo sentido da globalidade, onde se é possível conhecer o que ocorre por todo o mundo, isso ninguém dúvida. Mas o conhecer daquilo que está perto, que segue numa trajetória lenta em busca de respostas simples, mas que sem as grandes perguntas jamais serão respondidas.

Hoje a presença das tecnologias da informação possibilitou a divulgação de um incontável número de informações sobre os diferentes espaços mundiais. No caso brasileiro onde por décadas os monopólios dos meios de comunicação de massa estiveram por décadas concentradas nas regiões mais ricas do país, muito pouco se conheceu do Brasil real.

Com todas as críticas ao monopólio dos grupos de comunicações e a possibilidade de possuir veículos cruzados, o acesso à massificação de imagens de determinadas localidades contribuiu para que os indivíduos estivessem se reconhecendo e pudessem por outro lado fazer reclames de direitos secularmente negados as essas populações.

Para além das incursões implementadas pela escola regular no sentido do conhecimento e do reconhecimento do local como chave no processo de aprendizagem e de reconhecimento de relação com as origens, todo o conjunto que permeia a formação dessas impressões do local, acabam por recair as já mencionadas práticas da identidade regional.

Pois os veículos de comunicação em especial o rádio e a televisão acabam por cristalizar representações do local que se referem a tipos e modelos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

que são facilmente compreendidos como pertencentes à cultura popular compreendida como cultura nordestina. Nessa conjunção de ideias o conhecimento do local acaba por se configurar como um simples instrumento de alusão ao passado e que o presente atuou de forma a destruir as belas representações de um passado que não retornará.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Jr. Durval M. *A invenção do nordeste e outras artes*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *Nordestino uma invenção do falo*. Uma história do gênero masculino(nordeste-1920-1940). Macéio: Edições Catavento, 2003.

CASTRO NEVES, Frederico de. *A multidão e a história*. Saques e outras ações de massas no Ceará.

CAPISTRANO DE ABREU. J.H. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte-[MG]: Itatiaia, 2000.

\_\_\_\_\_. *Capítulos de história colonial*. Brasília: Editora do Senado, 2005.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A VISÃO DA DERROTA: O QUE DIZEM OS JORNAIS BRASILEIROS SOBRE A PARTIDA DE FUTEBOL BRASIL *VERSUS* ARGENTINA NA COPA DO MUNDO DE 1990**

Otávio Marandini<sup>1</sup>

O futebol brasileiro é conhecido mundialmente por sua eficiência, e para nós brasileiros é considerado popularmente como sendo o melhor futebol do planeta. Mas nem sempre foi visto esse sentimento, e a própria ideia de melhor do mundo tem em si mesma uma grande problemática histórica e mais do que isso uma problemática esportiva. Nesse caminho a mídia nacional atualmente, se utiliza muito desse pensamento, de que somos e seremos os melhores do mundo, há dentro do imaginário da nossa população essa visão. Mas será que essa é uma abordagem consolidada em todos os momentos pelo qual o nosso futebol passou?

Em 1990, a seleção do Brasil partiria para mais uma Copa do Mundo, com a possibilidade do quinto fracasso consecutivo na principal competição futebolística. Já que seu último título foi conquistado em 1970, ainda com Pelé em campo, e desde lá, apesar de por vezes conseguir encantar o público, com um futebol alegre e ofensivo, não conseguia se sagrar vitoriosa. A Copa da Itália entra como sendo uma nova experiência para seleção, Sebastião Lazaroni, treinador da equipe, optava por um caráter mais defensivo e um estilo de mais eficiência e menor beleza, contra ponto visível ao futebol solto e ofensivo do ex-técnico Telê Santana, que comandou a seleção nas Copas de 1982 e 1986. A partida que o sacramentaria futuro da seleção naquele mundial seria contra a seleção Argentina, no dia 24 de junho, uma rival de longa data e que era simbolizada pela figura de seu grande ídolo, Diego Armando Maradona.

Com isso, o estudo se propõe a refletir sobre parte da imprensa escrita brasileira que fez a cobertura dessa partida. Assim, serão utilizados tanto jornais

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de História Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande – otaviomarandini@gmail.com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de circulação nacional, como os de circulação regional e municipal, sendo eles: Folha de S. Paulo (São Paulo - SP), Jornal do Brasil (Rio de Janeiro - RJ), Correio do Povo (Porto Alegre - RS), Jornal Agora (Rio Grande - RS), Diário Popular (Pelotas - RS). Como objetivos secundários, temos algumas discussões que se tornam pertinente devido à própria abordagem principal do trabalho como também as implicações sociais do futebol e do jornalismo. Por isso, questões como poder de alcance de cada veículo de imprensa, o espaço dedicado às informações esportivas, os momento político e social de cada país, o conceito de melhor do mundo (a forma como se legitima e os problemas trazidos pela periodicidade do título mundial) e breves explicações sobre assuntos relacionados ao futebol.

O recorte temporal está localizado entre os dias 23 e 26 de junho de 1990, tendo em vista que serão analisadas reportagens da última edição antes da partida que fale sobre a temática e as reportagens da edição posterior ao jogo. Cada jornal tem suas particularidades o que impossibilitou de usá-los tendo como base os mesmos dias, pois o Jornal Agora e Diário Popular, não circulavam nas segundas-feiras e ainda o Jornal Agora não divulgou nada sobre a partida em sua edição dominical.

Em uma primeira parte será feita uma contextualização sobre as temáticas envolvidas no assunto, numa segunda parte teremos a análise das características das edições utilizadas dos jornais e a capacidade de difusão de suas informações e por fim um estudo dos conteúdos contidos nos periódicos.

1. Uma breve discussão em torno das temáticas envolvidas.

Como primeiro ponto a ser abordado, cabe referir que o estudo está imerso em um quadro conceituado por Eric Hobsbawn, denominado de história do tempo presente. Onde o autor vivenciou as experiências e continua em contato com a temática, sendo assim, possui certa conectividade informativa entre presente e passado, e suas vivências hoje acabam por vez modelando sua



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

visão do passado. Outro ponto destacável é o conceito de “retrovisão”, que consiste em o autor saber o que veio após do fato estudado e assim pode arquitetar melhor o seu pensamento, apoiado nos acontecimentos posteriores ao seu ponto de construção histórica. Pois como cita: “Todo historiador tem em seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo”(HOBSBANW, 1998).

Com isso, temos em mente a trajetória do selecionado do Brasil em Copas posteriores, as continuidades da vida dos jogadores que disputaram a competição em 1990 e descobrimos que considerados vilões na Itália, viraram salvadores nos EUA em 1994, como sabemos que alguns que estavam dia 25 de junho em Turim foram esquecidos. Isso possui certa relevância neste estudo, pois sabemos que a identidade atribuída a esses jogadores mudaram no decorrer dos anos, por exemplo: Dunga, considerado como símbolo do estilo da seleção de 1990, a qual ficou conhecida como “a era Dunga”, um estilo de jogo que os jornais deixavam claro que o Brasil devia esquecer, no entanto, acabou se tornando o capitão do tetracampeonato, em 1994, e foi muito valorizado na França em 1998. Por isso, cabe deixar bem claro que esse texto não tem como objetivo procurar culpados para a derrota e nem diminuir nenhuma pessoa envolvida, pois se deve ter bem claro, principalmente se falando de futebol, que em decisões apenas uma equipe vence.

O futebol em nosso país é tão popular, que o próximo ponto a ser discutido, pode parecer redundante, já que é algo muito conhecido para a nossa população, o quê é uma Copa do Mundo? É uma competição que reúne as melhores seleções de cada continente, em 1990 contava com 24 seleções, hoje conta com 32, ocorre de quatro em quatro anos, e cada edição ocorre em sede (país ou países) diferente da anterior. Inicialmente a competição é dividida em grupos, onde os melhores classificados se enfrentam em jogos mata-mata, ou eliminatórios, onde apenas uma seleção passa para fase seguinte, e esse sistema prossegue até a final, onde o vencedor se sagra Campeão do Mundo de futebol.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A seleção brasileira tinha sido campeã pela última vez em 1970, no fantástico time que ficou imortalizado na marchinha “Pra frente Brasil” do compositor Miguel Gustavo Werneck de Sousa Martins. Mas o sucesso não se repetiu, nos anos seguintes, chegando em 1990 com total desconfiança, com uma grande dúvida, somos ou não o melhor futebol do mundo?

Mas a grande dúvida é, será que existe um melhor absoluto? Num ciclo de sucessão de gerações, onde a cada ano surgem diversos jogadores em quase todos os países do mundo, teria como determinar alguma nação como a melhor do mundo em algum esporte de abrangência tão ampla como o futebol? E para corroborar, temos um campeão a cada quatro anos, esse não seria melhor do mundo? ou será que seria o derrotado o melhor do mundo? Será que nossos craques são sempre melhores que os de outros países? E para confundir mais ainda o leitor, será que o melhor ganha sempre? Ou mais que isso o futebol é uma ciência exata, que pode se determinar por números ou leis?

São perguntas a serem pensadas, principalmente, levando em conta nosso presente, já que, apesar dessa construção não ter se iniciado no presente, ela ganhou força com as conquistas de 1994 e de 2002. E é repassada hoje seguidamente dentro dos noticiários e das transmissões esportivas. Uma boa explicação pode ser encontrada nesse trecho:

Quando se tornou global, o futebol passou rapidamente a ser campo das disputas por hegemonia planetária. Ter ‘o melhor futebol do mundo’ virou uma obsessão brasileira, perseguida como um projeto de afirmação nacional. A realização da Copa de 1950 no Brasil traduziu esse sonho, mas a força da ideia ficaria mais clara na Copa de 1970, quando a Ditadura Militar transformaria cada vitória brasileira em sintoma das nossas imensas possibilidades (GUTERMAN, 2010, p. 10).

Sendo assim, pode-se notar que há uma intencionalidade, um incentivo, um ambiente propício, para esse pensamento povoar nosso imaginário, pois querendo ou não, somos a equipe com mais títulos mundiais. Mas não se pode descartar, que como hoje, não temos essa hegemonia dentro do esporte, entre 1974 e 1990, o nosso futebol não era o melhor do mundo. Existiam jogadores em





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

outros países, do mesmo ou de maior quilate, como exemplos temos: Franz Beckenbauer (Alemanha); Jürgen Klinsmann (Alemanha), Michael Platini (França), Diego Maradona (Argentina). O que temos no Brasil, como em outros países, é a busca da valorização de algo importante em nosso cotidiano, por vezes nos queremos ver como melhores mesmo não sendo, tornamos um conceito hegemônico atemporal, onde teremos dentro das justificativas histórica dos grandes feitos uma borracha capaz de apagar nossos maus momentos e ofuscar as conquistas de nossos adversários.

Politicamente Brasil e Argentina, possuíam presidentes que buscavam se envolver nas temáticas do futebol, tanto Fernando Collor (Brasil) como Carlos Menem (Argentina) procuravam no esporte uma aproximação com a população e mais do que isso faziam disso parte de seu marketing. Conforme trecho:

A utilização de um marketing pessoal como valorização política tornou-se marca do governo. Jogging com camisetas que expressavam uma opinião, a descida da rampa do Palácio do Planalto as sextas-feiras, as práticas esportivas – cópia barata de Carlos Saul Menem, presidente argentino e modelo de Collor nos projetos políticos – com equipes profissionais – participou de treino da seleção brasileira que se preparava para a Copa da Itália -, sem contar o passeio em jato da FAB e em submarino da Marinha Brasileira, sucederam-se continuamente. (AQUINO; VIEIRA; AGOSTINO; ROEDEL, 2007, p. 828).

O futebol havia mudado, os times europeus buscavam jogadores de outros continentes, o mercado havia se aberto, e no Brasil foi crescente, como continua sendo à saída de jogadores para outros países, onde o poder econômico dos clubes é maior. Os clubes nacionais estavam em crise financeira, não tinham como resistir ao assédio do dinheiro estrangeiro, e passaram a se tornar exportadores de jogadores. Muito se deve a economia brasileira do período, que convivia com o perigo constante da inflação. Assim:

Como resultado desse êxodo galopante, 12 dos 22 brasileiros convocados para disputar a Copa da Itália em 1990 atuavam no exterior; na Copa anterior, foram apenas dois “estrangeiros”. A Europa escancarava-se para os



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

jogadores de outros países. Desde o início dos anos 1980, em meio à onda de desestatização no continente, rompeu-se o monopólio das TVs oficiais para as transmissões de jogos de futebol, e as emissoras privadas passaram a oferecer altas somas às federações para ter o direito de mostrar os jogos. O dinheiro começou a fluir, e os times mais poderosos intensificaram a busca por grandes astros, inclusive do exterior. O movimento se retroalimentou, gerando riquezas e inflacionando o mercado. De uma hora para outra, todos os jogadores do mundo passaram a sonhar com o futebol europeu. (GUTERMAN, 2010, p.231)

Internamente nosso futebol não era forte, nossos clubes, não conseguiam conquistar competições fora do Brasil, a última conquista de Copa Libertadores, principal competição sul-americana entre clubes, havia ocorrido em 1983, com o Grêmio FBPA, que também se sagrou campeão mundial no mesmo ano. Outra competição só seria conquistada pelo São Paulo FC em 1992. Contudo, nossa seleção havia vencido a Copa América de 1989, depois de 40 anos sem títulos na competição. Seria o fio de esperança, para a Copa do Mundo, e ponto de apoio para a campanha modernizadora (econômica) e que visava títulos de Ricardo Teixeira, presidente da CBF, órgão gestor do futebol nacional, e que via em Lazaroni uma figura de eficiência.

Para Copa do Mundo na Itália, foram convocados 22 jogadores, são eles: Taffarel (Goleiro, Internacional-RS), Acácio (Goleiro, Vasco da Gama-RJ), Zé Carlos (Goleiro, Flamengo-RJ), Jorginho (Lateral, Bayer Leverkusen-ALE), Mazinho (Lateral, Vasco da Gama-RJ), Branco (Lateral, Porto-Por), Ricardo Gomes (Zagueiro, Benfica-POR), Ricardo Rocha (Zagueiro, São Paulo FC-SP), Mauro Galvão (Zagueiro, Botafogo-RJ), Mozer (Zagueiro, Olympique de Marseille-FRA), Aldair (Zagueiro, Benfica-POR), Dunga (Volante, Fiorentina-ITA), Alemão (Volante, Napoli-ITA), Bismarck (Meia, Vasco da Gama-RJ), Silas (Meia, Sporting-POR), Tita (Meia, Vasco da Gama-RJ), Valdo (Meia, Benfica-POR), Bebeto (Atacante, Vasco da Gama-RJ), Careca (Atacante, Napoli-ITA), Muller (Atacante, Torino-ITA), Romário (PSV Eindhoven-HOL) e Renato (Atacante, Flamengo-RJ). O sistema tático escolhido por Lazaroni seria o 3-5-2,

num estilo europeu, com dois volantes a frente da defesa e um dos zagueiros fazendo a função de líbero. Esse é o panorama geral da seleção brasileira que embarcaria para Itália, e enfrentaria na primeira fase da competição as seleções da Costa Rica, Escócia e Suécia no grupo C.

## 2. Informações sobre os/dos jornais utilizados

Os jornais possuem diferenças entre si, por esse motivo foi montada uma tabela, para melhor distribuir as informações iniciais sobre cada periódico.

Tabela 1

Nome	Cidade	Nº da edição	Tempo de existência	Nº de pág. p/partida	Dias analisados	Circulação
Jornal Agora	Rio Grande	4343 e 4344	15 anos	2	23/06/1990 26/06/1990	Municipal
Diário Popular	Pelotas	247 e 248	100 anos	2	24/06/1990 26/06/1990	Regional*
Correio do Povo	Porto Alegre	266 e 267	95 anos	12	24/06/1990 25/06/1990	Estadual
Folha de S.Paulo	São Paulo	22.362 e 22.363	70 anos	16	24/06/1990 25/06/1990	Nacional
Jornal do Brasil	Rio de Janeiro	77 e 78	100 anos	16	24/06/1990 25/06/1990	Nacional

\*Circula nos municípios vizinhos a Pelotas.

Podemos ver que há uma grande diferença no espaço dado aos assuntos da partida entre Brasil e Argentina, e que o número de páginas destinadas cresce de acordo com o nível de circulação de cada jornal. Isso se deve a própria estrutura da atividade jornalística no país, onde ocorreu o desenvolvimento de empresas fortes no ramo, que acabam atendendo a um público muito amplo, enquanto as empresas menores se destinam a temáticas mais específicas ligadas normalmente a uma cidade ou pequena região de um Estado. Sendo assim, o



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Jornal Agora e o Diário Popular destinam suas páginas a assuntos que tenham ligação com os lugares onde circulam, deixando pouco ou menor espaço aos temas mais abrangentes. Já os outros três jornais, lidam com o macro, ou seja, tratam de temáticas que sejam relevantes para um número mais variado de pessoas, pois no caso do Correio do Povo lida com vários municípios do Rio Grande do Sul e a Folha de São Paulo e Jornal do Brasil, lidam mais que com municípios, estão presentes em diversos Estados do Brasil.

Assim podemos notar traços de regionalismo, por exemplo, o Jornal Agora, divulga foto na sua edição de 23 de junho de 1990, onde o goleiro Taffarel, está disputando uma partida pelo Internacional-POA, no Estádio Aldo Dapuzzo, que pertence ao Sport Club São Paulo, um time profissional da cidade de Rio Grande. Já na edição do dia 26 de junho de 1990, a notícia sobre a partida do Brasil divide espaço com as informações sobre o esporte local, não abordando as outras partidas sobre a Copa. Já o Diário Popular dá mais ênfase a Copa do Mundo, isso por que possui duas páginas de esportes, uma dedicada a Copa do Mundo e outra aos temas esportivos de Pelotas. Sendo essa aproximação com os temas da comunidade uma estratégia, como pode se notar no trecho: “A solução para a competição com os novos e maiores meios de comunicação, crêm seus arautos, estaria na integração à vida das comunidades; na difusão e promoção de suas atividades políticas, sociais e, sobretudo, econômicas (empresariais)” (RUDIGER: 2003, p.97)

O Correio do Povo, é mais abrangente, estando voltado ao público gaúcho, visível na escolha de suas matérias e fotos, na edição antes da partida Taffarel recebe um destaque, tendo uma matéria especial e três fotografias. O goleiro é natural de Santo Rosa e jogava no Sport Club Internacional, outros que aparecem são Dunga, Branco e Renato Gaúcho, respectivamente nascidos em Ijuí, Bagé e Vespasiano Corrêa, o primeiro é mostrado em uma foto junto ao seu filho no treino da seleção, o outro é lembrado em uma nota e o último lembrado por uma gafe cometida. Então o jornal busca trabalhar com as figuras dos jogadores gaúchos na Copa, ressaltando que é o único a tratar Renato como



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Renato Gaúcho. Outro ponto que corrobora, com esse intuito de ser atrativo para seu público leitor, é quando em sua edição posterior a partida, em um artigo faz a pergunta “O que você sentiu na hora do gol de Caniggia?” para os candidatos ao governo do Estado do Rio Grande do Sul e aos jogadores do Grêmio FBPA, sendo entrevistados Néelson Marchezan (candidato do PDS), Alceu Collares (Candidato do PDT), Tarso Genro (Candidato do PT) e os jogadores Cuca e Assis.

Nessa mesma perspectiva, o Jornal do Brasil e Folha de S. Paulo também trazem opiniões de pessoas. Só que diferentemente do Correio do Povo utilizam uma gama maior de especificidades, melhor dizendo, trazem figuras políticas de diversos Estados do Brasil ou então promovem opiniões de pessoas conhecidas nacionalmente, o que nos mostra que seu público é mais amplo, se divide pelo território brasileiro. Conforme pode ser observado nas tabelas abaixo:

Tabela 2

JORNAL DO BRASIL 24/06/1990		JORNAL DO BRASIL 25/06/1990	
Nome	Ocupação	Nome	Ocupação
Tarso Jereissati	Governador do Ceará	Roberto Freire	Político
Álvaro Dias	Governador do Paraná	José Vitor Oliva	Empresário
Casildo Maldaner	Governador de Santa Catarina	Marcelo Alencar	Prefeito do Rio
Newton Cardoso	Governador Minas Gerais	Débora Duarte	Atriz
Carlos Wilson Campos	Governador Pernambuco	Vicente Matheus	Dirigente de futebol
Silval Guazzelli	Governador do Rio Grande do Sul	Olívio Dutra	Prefeito de Porto Alegre

Tabela 3

Folha de S. Paulo 25/06/1990	
Nome	Ocupação
Dulcidio Wanderley Boschília	Arbitro
Isabel Barroso Salgado	Jogadora de vôlei
Tom Zé	Compositor



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Fernando Brant	Compositor
Ary Toledo	Humorista
José Carlos Brunoro	Técnico de vôlei
Júlio Medaglia	Maestro
Gonzaguinha	Compositor
Raul Cortez	Ator
Cacá Rosset	Diretor Teatral
Kid Vinil	Músico
Dalmo Dallari	Jurista

Outra distinção grande entre os jornais é o número de artigos e colunas publicados sobre a partida. Enquanto o Diário Popular e o Jornal Agora tiveram apenas dois artigos cada um, o Correio do Povo, contava com 20 publicações diferentes em suas duas edições, a Folha de S. Paulo, produziu 35 títulos diferentes sobre o evento e o jornal do Brasil, levou aos seus leitores 55 títulos. Esses números podem variar, pois depende da abordagem adotada, considerou-se aqui, cada notícia que contivesse um título, como sendo algo independente e assim considerada uma unidade, levou se em consideração também as colunas, as crônicas, as análises e as opiniões como equivalente a uma unidade.

### 3. A abordagem dos jornais

Por se tratar de um mesmo assunto as temáticas por vezes se assemelham, pois o acontecimento coberto é o mesmo. Então teremos com eixos básicos da análise os seguintes pontos: Sebastião Lazaroni, Diego Maradona, os problemas internos de nossa seleção, os perigos da partida, como foi à partida, a avaliação feita sobre o desempenho dos jogadores em campo, a tristeza pela derrota, as reações dos torcedores brasileiros e a explicação dos jogadores. Temos também outros pontos, derivados das abordagens individuais de cada jornal, esse será um ponto a parte no estudo. Mas no geral, o que se observa é pouca variação no conteúdo, a variação está na densidade das informações.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O jogo é tido como de grande esperança para as seleções, seria o teste mais difícil na Copa até então, onde o Brasil apesar de não encantar havia ganhado seus três jogos, enquanto a Argentina tinha perdido uma partida, empatado outra e ganhou outra, tendo se classificado em terceira no seu grupo. O retrospecto entre as duas seleções é muito utilizado para mostrar o equilíbrio entre elas, ao mesmo tempo em que as duas vitórias em Copas por parte do Brasil era um ponto a mais para se pensar em vitória. Os jornais acreditavam na vitória brasileira, já que junto ao melhor desempenho brasileiro se junta as lesões do lado argentino. Mas existia um jogador que poderia mudar a partida

A figura principal da partida é Diego Maradona. Apesar de se tratarem de jornais brasileiros, o craque argentino é o jogador mais citado. Ele quase personifica a seleção argentina. Nos cinco jornais Maradona é tido como o maior perigo à seleção, tudo poderia ser resolvido por ele em um lance. Seu quadro físico é outra questão lembrada, todos os jornais analisados atentam para suas lesões, alguns apontam só para uma lesão na coluna, o Correio do Povo, o Jornal do Brasil e a Folha de S. Paulo, traçam quadros clínicos apontando para uma lesão no tornozelo, segundo a Folha de S. Paulo “Ele não está bem. Seu tornozelo está muito inchado. A pele no local adquiriu três colorações diferentes. Está amarelada na parte interna, que evolui da torção seguida pancada. Tem um tom azul no hematoma recente e está marrom-escuro no mais antigo”.

O modo como Maradona seria marcado é outra informação que consta nos jornais, com exceção do Jornal Agora. Segundo eles, teria ocorrido uma reunião entre os jogadores e o técnico deixando definido que a marcação seria por zona, mas que se necessário se mudaria em meio ao jogo para a marcação individual, feita provavelmente por Alemão. O craque argentino era companheiro de Careca e Alemão no Napoli, e não escondia a amizade, e revela um respeito pela nossa seleção, pois acreditava ser um milagre nos vencer. Outro ponto é a ligação dele com o Sul da Itália, pois defende um clube da



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

localidade, o que leva a população do Norte da Itália a não ser muito simpática com Maradona e com isso reforçaria a torcida brasileira no estádio.

Do lado da nossa seleção, Careca é o protagonista e a esperança de gols, os jornais o apresentam como sendo comparável a Maradona, de um lado Careca de outro Maradona. Mas sem dar a ele o mesmo status e a mesma quantidade de comentários. Careca é um crítico do sistema de Lazaroni, ele gostaria que tivesse mais um ponta no time, pois se sentia muito sozinho à frente. Ele também aparece nos jornais, apreciando as qualidades de Maradona e apresentando a amizade entre eles.

Os jogadores brasileiro estavam sob desconfiança, brigas internas atrapalhavam o grupo, os jornais citaram a polêmica do zagueiro Aldair que ameaçava abandonar o grupo caso não fosse utilizado. O Correio do Povo, fala que os jogadores estariam mais preocupados com os dólares do que comprometidos com o título. A Folha de S. Paulo, expõe que os atletas brasileiros estariam mais preocupados em acertar contratos com clubes europeus do que jogar futebol, inclusive cita o acerto entre Lazaroni e a Fiorentina. Resumindo, o clima estava pesado.

A partida estava marcada para 12h, vendo a curta análise que consta nos jornal Agora e Diário Popular, podendo ser considerada uma síntese do que foi repassado pelos outros, onde se juntar ambos temos boa parte do que foi noticiado nos outros, com a diferença que não foram abertos espaços para as opiniões particulares e nem para os motivos pelo qual o brasil perdeu, e por fim não ocorre a procura por culpados. Ambos apontam para a supremacia brasileira, que chutou e levou mais perigo ao gol argentino e a fantástica jogada de Maradona que se livrou da marcação brasileira e tocou a bola para Caniggia fazer o gol aos 35 minutos do segundo tempo. O jornal pelotense dá ênfase ao gol perdido por Careca aos 50 segundos de partida e o rio-grandino explora o gol perdido por Muller aos 43 minutos do segundo tempo.

Os outros três jornais vão mais longe nas suas análises, mas apontam também para o erro nas finalizações para a eliminação, e a falta de sorte , pois, o

Brasil acertou diversas vezes a trave argentina. Há a avaliação dos jogadores, em formato de notas decimais e no caso do Jornal do Brasil em uma metodologia própria, onde teriam as opções três, duas ou uma estrela que equivaleriam respectivamente muito bom, bom e regular e ainda um círculo que apontaria quem jogou abaixo da média. Para analisar melhor os dados serão expostos em tabela:

Tabela 4

Jogador	Correio do Povo	Jornal do Brasil	Folha de S. Paulo
Taffarel	7,2	2 estrelas	7
Branco	6,5	1 estrela	6,5
Mauro Galvão	6	1 estrela	5
R. Rocha	6	2 estrelas	7
R. Gomes	6	1 estrela	7
Jorginho	5,2	Circulo	5
Dunga	6,2	2 estrelas	7
Alemão	6,5	1 estrela	5
Valdo	6,5	2 estrelas	7
Muller	5,2	Circulo	5
Careca	4,5	Circulo	6

Assim temos como destaques, sendo bem avaliados pelos três jornais Taffarel, Ricardo Rocha e Valdo e tendo as piores avaliações Jorginho, Muller e Careca. Outros jogadores tiveram avaliações medianas como Dunga e Branco, e ainda tiveram os que variaram como Alemão que recebeu a nota 6,5 do Correio do Povo e a nota 5 da Folha de São Paulo. Isso mostra as diferentes visões sobre a partida, pela avaliação do Correio do Povo o problema estava no ataque e no lateral Jorginho, opinião também partilhada pelo Jornal do Brasil, mas a Folha de S. Paulo remete aos jogadores Mauro Galvão, Jorginho, Alemão e Muller,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

apontando quem além de um problema ofensivo existia erros localizados na defesa.

Contudo, uma unanimidade está em relacionar a derrota ao treinador Sebastião Lazaroni, seu sistema tático que nunca foi bem visto é o principal alvo dos jornalistas. Os três jornais buscam na figura do treinador o maior responsável pela derrota, mesmo que o Brasil tenha dominado a Argentina. Uma das justificativas foi a falta de ousadia por não mexer no time antes do gol da Argentina, pois, foi só após o gol que Lazaroni retirou o líbero e botou em campo Renato e Silas. Deixando bem claro que o estilo pragmático de Lazaroni deveria ser esquecido.

Esse é um ponto que pode ser questionado, até quando Lazaroni foi o culpado? Se a derrota veio de um lance definido pelos jornais com sendo genial de Maradona, o qual deixou Caniggia livre para marcar. É repassado que o Brasil jogou muito melhor que a Argentina, sendo essa partida a melhor do Brasil no Mundial, e remete-se a derrota aos erros de finalização e a falta de sorte. Portanto, qual seria a parcela de culpa de Lazaroni? É uma dúvida que infelizmente não tenha como ser respondida.

Maradona sai da partida como grande herói, não falta adjetivos para falar sobre seu desempenho, teria vencido o jogo com uma perna só. Todavia Maradona nas reportagens do Jornal do Brasil e da Folha de S. Paulo desvaloriza seu feito, creditando à vitória a capacidade de fazer gols de Caniggia e a garra e empenho de seus companheiros. Após o final da partida todos seus passos são noticiados, o seu abraço em Careca, sua foto com a camiseta brasileira, suas palavras nas entrevistas e sua festa em campo, no vestiário e no ônibus. Enquanto os jogadores brasileiros buscam falar o menos possível.

Ao final da partida o clima na seleção brasileira era o pior possível resume os jornais, o choro se estendeu do campo até os vestiários, inclusive Lazaroni se emocionava. O Jornal do Brasil escreve sobre o caminho até o ônibus que levaria os jogadores para o hotel, as palavras eram poucas, os jogadores pareciam não acreditar, andavam com olhar perdido. Mas os



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

jogadores tinha a noção do que faltou foi o capricho nas finalizações, retirando a culpa de Lazaroni, se tivéssemos acertados os chutes estaríamos classificados.

O que mais fala sobre o torcedor brasileiros são as imagens, o Jornal Agora utiliza a imagem de um menino com a camiseta brasileira emocionado, o Correio do Povo, mostra a imagem de um torcedor sozinho com sua bandeira na arquibancada chorando, a Folha de S. Paulo utiliza uma charge onde Lazaroni dá um banho frio no torcedor brasileiro e o Jornal do Brasil usa a imagem de uma mulata, vestida com fantasia de carnaval, com as mãos na cabeça, lamentando a derrota. A ideia principal passada, e a do torcedor sofrendo, por mais uma eliminação.

Para finalizar, foi trabalhada a figura da esperança, centrada na Copa do Mundo de 1994, principalmente, pela volta do futebol ofensivo da seleção, já que a crônica acreditava que naquele estilo de futebol apresentado em 1990 não teria como ser campeão.

#### Conclusão

Portanto, uma derrota para a Argentina e a quinta eliminação consecutiva em Copas do Mundo, nos atentam para até quanto nossa ideia de melhor futebol do mundo vale de forma atemporal. Nosso futebol tem sua beleza, tem sua competitividade e mais do que isso tem suas glórias, mas nem sempre vencemos, ou somos campeões. Os jornais expõem em parte essa sensação de melhor do mundo, pois vislumbram na seleção de 1990 a responsabilidade de vencer e mostram decepção com a derrota. Contudo, ao mesmo tempo demonstram a insegurança provocada por derrotas seguidas, à preocupação com os resultados magros e mais do que isso tem em Maradona, uma figura incontestável, sem comparação técnica com nenhum jogador brasileiro.

Sendo assim, havia já essa sensação de que não tínhamos mais o futebol de antigamente, mas o próprio modo como o futebol é tido no Brasil, como esporte preferido, mais praticado e mais apreciado, faz com que tenhamos a



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

necessidade de nos considerar os melhores. Faz parte da nossa paixão pelo esporte, e da criação midiática em torno do esporte.

#### Locais de Pesquisa

- Acervo da Biblioteca Rio-grandense

Jornal Agora - edições dos dias 23/06/1990 e 26/06/1990

Diário Popular - edições dos dias 24/06/1990 e 26/06/1990

Correio do Povo – edições dos dias 24/06/1990 e 25/06/1990

- Internet

Folha de S. Paulo – edições dos dias 24/06/1990 e 25/06/1990 disponível em <http://acervo.folha.com.br/fsp>.

Jornal do Brasil – edições dos dias 24/06/1990 e 25/06/1990 disponível em <http://news.google.com/newspapers?nid=oqX8s2k1IRwC>

#### Referências

AQUINO, Rubim Santos et al. *Sociedade Brasileira: Uma história*. 5º ed. Rio Janeiro: Record, 2007

GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2010

HOBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998

MURRAY, Bill. *Uma história de futebol*. São Paulo: Hedra, 2000

RUDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. 3º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **COLONOS, INDÍGENAS, QUILOMBOLAS: A BUSCA POR DIREITOS EFICAZES<sup>1</sup>**

Paola Rezende Schettert<sup>2</sup>

A reivindicação por parte de grupos sociais, que outrora foram excluídos do processo de regulamentarização e organização em torno da posse de terras para o cultivo vem emergindo em nossa sociedade atual. A necessidade da conquista de espaços e o firmamento nesses é frágil no contexto que se pretende abordar, juntamente com ações e como essas afetam esses sujeitos com a falta de políticas públicas que satisfaçam essa demanda social.

Pode-se exemplificar através dos seguintes casos contemporâneos que estão inseridos nesse processo: Reserva do Carreteiro (colonos x kainguangues), Campo do Meio/Gentil- (processo de espera entre Colonos e Indígenas), Acampamento Indígena no município de Mato Castelhano, Acampamento Indígena Monte Caseiros- no município de Muliterno-Ibiraiaras-RS, Movimento Quilombola-Comunidade da Mormaça em Sertão-RS.

Elementos históricos e dos conflitos recentes no norte do Estado do Rio Grande do Sul farão parte dessa problemática. Através do estudo de dois casos: o conflito em Sertão- RS entre quilombolas e pequenos agricultores e o conflito em Água Santa- RS entre indígenas e pequenos agricultores. A temática estará envolta: nos discursos de alguns sujeitos inseridos no conflito, a análise desses através de elementos da memória e da identidade que darão significação às falas dos sujeitos, em ações realizadas por esses sujeitos e argumentos que utilizam para justificar os seus direitos.

### **1. O conflito quilombola no norte do RS**

Dentro desse panorama se iniciará expondo o conflito agrário que ocorre em Sertão envolvendo a Associação de remanescentes de quilombolas da Mormaça e

---

<sup>1</sup> Texto elaborado para o I Congresso Internacional de Historia Regional: MERCOSUL: integração e desencontros, da Universidade de Passo Fundo.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de História da Universidade de Passo Fundo. E-mail: 98439@upf.br



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

descendentes de imigrantes europeus instalados no norte gaúcho. Um conflito que iniciou no norte do Rio Grande do Sul em 2005 com a descoberta de um quilombo em 1999.

O conflito agrário conta com, além dos quilombolas e agricultores, leis que regulamentam a propriedade privada e com leis que se referem aos direitos de posse dos remanescentes de quilombos. Além de instituições como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a Fundação Cultural Palmares e, como parte da esfera pública, o Ministério da Cultura.

Como elemento argumentativo dos quilombolas se remete ao tempo da escravidão, a violência vivida pelos negros, a exclusão desses sujeitos ainda permanente. Através de relatórios técnicos buscou-se afirmar a identidade, memória e história dos quilombolas.

Como elementos históricos se abordam que em alguns casos, antes da total abolição, alguns senhores libertavam os escravos mais idosos, porém parte dos parentes desse idoso continuava na condição de cativos; ocorrendo a permanência de famílias ao redor dos latifúndios. E após a abolição sem ter aonde ir, os 'ex-cativos' se tornam arrendatários do seu antigo senhor, prestando ainda serviços como, por exemplo, de peões. Dentro do grupo de pequenos lavradores não havia somente negros abolidos, mas sim outras pessoas pertencentes às camadas mais baixas da sociedade que necessitavam do sustento que obtinham próximos às grandes propriedades.

Perante essa consideração percebe-se o uso do passado como maneira de justificar os direitos desse grupo social, a História é utilizada aqui para justificar os direitos dos quilombolas, expressando a identidade social e étnica desses. Segundo Tedesco<sup>3</sup>:

---

<sup>3</sup> TEDESCO, João Carlos. *Passado e presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011. p. 11.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

“[...] não podemos não nos assenhorear ao tempo que a memória nos fornece; enquadramo-nos nele, formamos nossa consciência a partir dele, porém agimos *sobre* ele também; no fundo acabamos construindo história a partir dele e, como consequência, dando-lhe sentidos aceitáveis (Martins, 2007) e/ou imaginários, quando não míticos e laudatários.”

O trecho nos explicita que em frente ao tempo agimos a partir dele e sobre ele, algo que a Associação dos Remanescentes de quilombolas da Mormaça faz utilizando o passado escravocrata no Rio Grande do Sul como memória e identidade e agem em frente a esse fato injusto no passado para eles, através da busca de direitos contemporâneos como forma de tentar diminuir a falta de privilégios que os seus antepassados escravos tiveram.

Na Linha Uma da Secção Sertão, em um latifúndio instalado desde 1910 (que pertencia ao antigo município de Passo Fundo), em terras de matas colonizadas por minifundiários de descendência italiana, começa-se a instalar descendentes de escravos que formaram a atual Comunidade de Remanescentes Quilombolas da Mormaça.

Os descendentes de cativos se estabelecem em Sertão como trabalhadores ainda explorados, apesar da abolição da escravidão, para trabalhar na construção de ferrovias que começam a se expandir no início do século XX no Brasil e no carregamento de madeiras para as madeireiras<sup>4</sup>. Dessa maneira era difícil a possibilidade de um negro, um caboclo ou um cafuzo obter e manter grandes posses de terras devida a sua exploração e o descaso de instituições públicas perante esse grupo social.

O ícone máximo da Associação de remanescentes de quilombolas da Mormaça é Francisca Vieira- A Mormaça (que tem o seu nome no título da comunidade quilombola como forma de homenagem e reconhecimento).

---

<sup>4</sup> DIEHL, A.A; RÜCKERT, A.A. Laudo Histórico- Territorial sobre a Comunidade Rural Negra Remanescente de Quilombo da Mormaça. Porto Alegre: Fundação Palmares- Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, 2002.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A negra Francisca Vieira era filha da escrava liberta Firmina, e nasceu entre 1892 e 1894, dez anos após a liberdade de sua mãe Firmina. Francisca, a Mormaça se casou em outubro de 1911 com Luiz Bernardo da Cruz<sup>5</sup>.

Encontra-se em Souza<sup>6</sup>, que após a instalação Francisca Mormaça no território que é atualmente habitado pelos integrantes da Associação dos Remanescentes de Quilombolas da Mormaça, esse ícone foi o responsável por constituir a comunidade de quilombolas remanescentes e descendentes de escravos, se tornando uma personagem marcante na história da comunidade.

Através de Francisca Vieira, se construiu uma identidade e memória coletiva, em que essa figura é vista como ‘mãe da terra’ e com um ‘potencial místico’<sup>7</sup>, pois é através da tentativa de registrar suas posses que ela agrega em torno de si parentes.

Muito dessa agregação retorna ao tempo da escravidão, da força de tentarem sobreviver em grupos; Mormaça dá continuidade a essa solidariedade entre os negros. Os demais pertencentes ao grupo, grande parte tinham uma relação de parentesco com Francisca realmente ou presumidamente. A relação de parentesco com Mormaça ainda existe na comunidade, onde muitos se dizem parentes dela.<sup>8</sup>

O potencial místico se relaciona ao fato de Francisca ter sido parteira, líder espiritual, curandeira. Utilizando os estudos de Tedesco<sup>9</sup>, analisa-se que a memória perante o legado de Francisca Mormaça está entrelaçada com ações políticas, sociais e culturais. Podemos encontrar o místico da figura em discussão através de depoimentos:

---

<sup>5</sup> MULLER, C.B. et al. *Comunidades Remanescentes Quilombo da Mormaça* : história, cotidiano e territorialidade. Porto Alegre: INCRA,RS, 2006

<sup>6</sup>Idem. p. 37.

<sup>7</sup> Idem, p. 80.

<sup>8</sup> Idem, p. 99.

<sup>9</sup> TEDESCO, João Carlos. *Passado e presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

“Era curandeira fina essa Mormaça... uma guria veio para morrer em casa... daí o homem veio desesperado do hospital, um tal de “Guerra”: “ a minha filha vai morrer”. Então, a “Mormaça” disse: “Não!Não! Pode deixar que eu vou fazer um remédio pra ela... amanhã ela já tá boa, pode deixar”. Aí ela fazia um litrão de chá, de remédio. Tinha naquela época o Dr. Bernardo Vasconcellos e ele perguntou: “ Como é que tu curou a fulana?” Daí a veia “Mormaça” ia lá e ensinava pro Dr. Bernardo... e ele luta com o remédio que a finada ensinou pra ele. E assim ela foi ficando veia e afamada”<sup>10</sup>

Mormaça se destacava na comunidade por agregar os demais negros em comunidade, mas também por ter esse lado de esperança, de ser possível curar alguém com chás e remédios produzidos por ela própria, misturando com a cura a fé em ervas medicinais. Também dentro do lado místico de Mormaça, se encontra nela como alguém que está entre a vida e a morte simbolicamente através dos partos, como se Francisca tivesse o poder de mediar sobre a vida e a morte.<sup>11</sup>

Como elemento positivo e matriarca da comunidade, Francisca estabelece a solidariedade entre os seus próximos com festas e intercâmbios com a comunidade de Arvinha- outra comunidade negra próxima à comunidade da Mormaça. Diante desses intercâmbios percebe-se a afinidade cultural e étnica entre os negros; afinidade essa que não se aproxima com os brancos que habitavam próximos. Porém, havia certa integração e respeito com os proprietários de terras brancos.

O relacionamento com a comunidade de Arvinha se dava através de bailes, de visitas nas casas dos conhecidos. Muller utiliza o termo de patrilocalidade para definir algumas relações entre esses grupos: o conceito define a forma de moradia de uma família que se consolida através de casamentos entre homens e mulheres de uma mesma comunidade e também de uma mesma família para manter o patrimônio da família a salvo.

---

<sup>10</sup> Entrevista realizada na Mormaça no dia 16 de março de 2005 com Domingos Vieira, ex-morador. In: MULLER, C.B. et al. *Comunidades Remanescentes Quilombo da Mormaça : história, cotidiano e territorialidade*. Porto Alegre: INCRA ,RS, 2006. p.100.

<sup>11</sup> MULLER, C.B. et al. *Comunidades Remanescentes Quilombo da Mormaça : história, cotidiano e territorialidade*. Porto Alegre: INCRA ,RS, 2006.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Essa prática de casamentos estreitou os laços na comunidade, e ainda estreita como forma de união e maneira de manter a posse da terra somente para aqueles que vivem a atual realidade dos quilombolas e que lutam pelos mesmos objetivos. O mercado matrimonial nessas comunidades negras, uma próxima da outra, formou, afirmou e consolidou identidades entre os sujeitos; através da cor da pele, cor e forma dos cabelos, o pertencimento dos ‘morenos’ a comunidade se visa essa consolidação e estratégia; sendo práticas necessárias para esse grupo social se manter coeso em frente ao conflito e em frente à sociedade hierárquica que se vive.

A atual comunidade de quilombolas analisa que ‘nos tempos’ da Mormaça eram tempos tranquilos de paz, prosperidade, fartura e organização; elementos esses que comprovam para os sujeitos da comunidade negra os motivos dessa ter um ícone que representa o que almejam no conflito que se estabeleceu com proprietários rurais.

Diante dessa perspectiva da memória do tempo da escravidão, das histórias entre as comunidades de Mormaça e Arvinha, do mito em volta da Francisca- A Mormaça, do reconhecimento desses sujeitos como quilombolas, da existência de um suposto cemitério de negros (onde atualmente estaria em uma propriedade privada), da convivência em comunidade que os sujeitos negros constituem as suas identidades e as afirmam para legitimarem os seus direitos.

Próximos à Comunidade da Mormaça vivem colonos descendentes de imigrantes italianos, que têm propriedades de grande, médio e pequeno porte; e nelas produzem em prol da agricultura familiar de subsistência que produzem excedentes e muitos outros produzem para a exportação de, principalmente, soja e trigo, culturas essas inseridas na exportação capitalista.

E são essas terras de colonos da comunidade de São José que os remanescentes quilombolas reivindicam. Assim, nessa região se estabelece um conflito pela posse de terra entre remanescentes quilombolas e colonos descendentes de imigrantes.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Os remanescentes do quilombo da Mormaça buscam a posse de terras pelo direito instituído no Artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), o artigo 2º do Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003 <sup>12</sup>,

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Porém, em contraposição aos remanescentes do Quilombo da Mormaça há os colonos que têm os seus títulos de posse registrados e que através de contra-laudos buscam firmar a sua posse de terra na comunidade de São José em Sertão.

Em Salles<sup>13</sup>, destacamos um artigo na Constituição Federal brasileira que prevê o direito de posse para os remanescentes de quilombos, existente no artigo 5º, inciso XXII que dispõe:

**Art. 5º** - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

---

<sup>12</sup> In: SALLES, Valdir Perin. *Conflitos Territoriais: Comunidade Quilombola de Mormaça no município de Sertão- RS*, p.26.

<sup>13</sup> SALLES, Valdir Perin. *Conflitos Territoriais: Comunidade Quilombola de Mormaça no Município de Sertão- RS*. Passo Fundo: IMED, 2009. 55p.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
[...]  
**XXII** - é garantido o direito de propriedade.

Perante esse artigo é possível analisar que o direito de propriedade é garantido pela Constituição Federal sem a distinção de que grupo social possa usufruir desse artigo, sendo constituído um direito universal. A reivindicação pela propriedade deve ser discutida, pois tanto os remanescentes quilombolas quanto os colonos descendentes de imigrantes têm esse direito previsto em lei. É necessário ressaltar que, se formos considerar esse artigo e o artigo sessenta e oito<sup>14</sup>, é possível os dois grupos sociais em questão- remanescentes negros do Quilombo da Mormaça e os colonos descendentes de imigrantes europeus- buscarem afirmar o seu direito de posse sobre as terras em Sertão- RS.

O conflito entre colonos e remanescentes do quilombo da ‘Mormaça’ além de ser em relação ao direito da posse de terra, se estabeleceu um ‘micro- conflito’; onde dentro cotidiano dos habitantes de Sertão na comunidade de São José

Os colonos descendentes de italianos buscam além da Constituição Federal brasileira de 1988, os contra-laudos e articulações políticas para continuarem em seus territórios produzindo e habitarem os mesmos.

Em entrevista com um pequeno agricultor inserido nesse conflito<sup>15</sup>:

T: Vocês têm uma organização meio ampla, ou cada com seus argumentos?

H: Na verdade cada um tem seus saberes e tem uma organização. O que vale é a organização dos agricultores, outras

---

<sup>14</sup> BRASIL, Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

<sup>15</sup> Entrevista realizada com um agricultor de Sertão-RS pelo grupo de estudos composto pelo Professor João Carlos Tedesco e os alunos Cleber Pagliochi, Janice Vanin e Paola Rezende Schettert, no dia 4 de outubro de 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

coisas como, por exemplo, os deputados uma hora estão contigo, outra hora não. Se tu tens interesse, tem que se organizar e partir para cima.

Nessa fala percebe-se as articulações políticas dos pequenos agricultores de Sertão-RS, algo que não ocorre somente nesse conflito, mas sim em boa parte dos conflitos no norte do Estado do Rio Grande do Sul. Os agricultores de diferentes áreas atingidas (na nossa região o conflito com quilombolas de Sertão é o único) tanto por quilombolas quanto por indígenas se reúnem para efetivar ações conjuntas e articulações com políticos da esfera estadual e federal.

Sobre relações entre os agricultores e os quilombolas:

T: Em termos de conflito, você falou que tinha negros que trabalhavam para vocês antes como diaristas?

H: Primeiro eles trabalhavam por aí, agora não. Mas sempre teve aquela coisa de preto e branco. Era uma convivência normal, mas depois disso aí, eles também se retiraram e nós não fomos mais puxar eles. Por que você vai puxar eles, por que você vai puxar quem quer puxar teu tapete? Aí é complexo. Mas a gente sempre pede nas reuniões para se evitar ao máximo conflitos, porque é um argumento há mais para eles terem para dizerem, eles estão tentando jogar fora. Sendo que passaram dez anos e não houve nenhuma decisão.

Com o argumento do agricultor se pondera a função da memória que está em interface com o social, com o momento em que se vivencia. Nesse caso o nosso sujeito demonstra as diferenças entre os dois grupos- agricultores e quilombolas- após e durante o conflito. Dentro desse conflito gerou-se um micro-conflito na sociedade em Sertão: não se compartilha mais a antiga vivência na Igreja (os quilombolas têm um salão para eles e os agricultores outros), as conversas após as missas envolvendo negros e brancos não são mais as mesmas, na catequese para as crianças quilombolas houve dificuldades com a Igreja de obter uma catequista,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

houve certo temor dentro da sociedade de Sertão (de alguns perderem suas terras, de outros serem vistos como errados que geram confusão).

Em 2010 a Associação de Remanescentes de quilombo da Mormaça conquistou 410, 1493 hectares <sup>16</sup> aprovados em Assembleia Geral da Comunidade em 15 de dezembro de 2009.

Perante esse caso analisou-se as falas, memórias dos sujeitos, articulações políticas, argumentos. É um conflito recente que apesar da conquista quilombola não se finaliza. Crê-se que os agricultores tentarão rever essa decisão e fortalecer seus argumentos. Ainda está em processo a questão quilombola, como fora citado anteriormente, são processos lentos que fazem injustiças com grupos que buscam seus direitos, mas que dependem das decisões públicas de órgãos estaduais e federais.

## 2. O conflito indígena em Água Santa

Próximo de 1987, os indígenas da Reserva Indígena de Carreteiro se utilizaram da mecanização para produzir, resultando em maior lucro para a comunidade como, por exemplo: mecanização da agricultura, atingindo maior rendimento com a plantação da soja e milho, assim se qualifica o setor econômico da comunidade indígena e do próprio município. A Reserva Indígena de Carreteiro conta com aproximadamente setenta famílias com uma população de aproximadamente duzentas pessoas.

Na área de seiscentos e dois hectares, os kainguangues cultivaram uma lavoura coletiva, onde plantavam milho, soja e feijão. A partir de 1998, passaram a exercer outra atividade econômica, como oleiros na fabricação de tijolos. O artesanato passou a ser incentivado como fonte alternativa de sustento, pois o retorno era rápido.

---

<sup>16</sup> Presente em: Ata de reunião da comissão criada pela ordem de Serviço/INCRA/SR. 11/ Nº 37, de 10 de Junho de 2010, referente à Comunidade de Quilombo Mormaça, localizada no Município de Sertão/RS.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Percebe-se a pacífica convivência entre os indígenas com os demais integrantes da sociedade urbana e rural de Água Santa dentro desse contexto, através da entrevista realizada com o prefeito de Água Santa <sup>17</sup>

T: Mas qual a relação dos índios da reserva com os acampados?  
P: O cacique não permitiu a entrada deles na reserva, onde aproximadamente nove índios fizeram guarda para impedir a entrada dos índios acampados. O cacique nos disse “não quero que a nossa reserva indígena que sempre esteve em convívio social, harmonia com o branco, se desmanche, por que nos não queremos conflito”

Há a convivência pacífica estabelecida em Água Santa entre os indígenas da reserva e com a comunidade em geral. Nota-se a tentativa do cacique em zelar por essa harmonia e mantê-la quando este não permite que os indígenas migrantes se instalem na reserva.

Porém é em 2009, que os colonos procuram as instituições públicas do município para obterem esclarecimento sobre a migração de outros indígenas em suas propriedades.

Os indígenas que habitam desde o início na reserva não têm uma convivência conflitante, eles não têm o intuito de invadir terras alheias, mas sim ampliar seu território já demarcado, pelo fato dos indígenas vindos de outras localidades fortalecerem essa reivindicação- principalmente dissidentes da reserva da Serrinha.

Pelo fato dos que vivem na Reserva de Carreteiro serem harmoniosos, terem vínculos com a comunidade branca, isso fez com que o Cacique desse toldo não deixasse os “indígenas migrantes” de outros toldos acamparem nesse espaço.

Os indígenas que não são oriundos de Carreteiro estão acampados na SESA desde 2009, pois foram expulsos da margem da estrada que dá acesso ao

---

<sup>17</sup> Entrevista realizada em abril de 2011 pelo grupo de pesquisa orientado pelo Professor Doutor João Carlos Tedesco e pelas acadêmicas Janice Vanin e Paola Rezende Schettert com o prefeito de Água Santa.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

município de Cruzaltinha. Há também outro grupo indígena que atualmente está na margem da BR 285 que dá acesso a cidade de Gentil no norte do Rio do Sul, onde reivindicam uma área de 10.000 hectares.

Os kainguangues de Carreteiro lutam por aquela área devido ao reconhecimento histórico, este vindo por relatos de indígenas mais velhos, de possíveis ocas e artefatos subterrâneos como forma de argumento que sustentam a afirmação da reivindicar pela proporção de terras de 2.000 ha.

Já os colonos lutam para que a reivindicação não seja aceita pelo Governo Federal, os mesmos procuram a FUNAI de Passo Fundo estabelecendo a defesa das suas áreas, mas ao mesmo tempo nota-se que a FUNAI não passa relatórios ao prefeito do município, isso faz com que dificultem a situação dos colonos.

Os próprios colonos argumentam que os seiscentos e dois hectares de terra sempre pertenceram aos kainguangues do Carreteiro, sem a necessidade de aumentá-la com fins de instalar outros indígenas. Com o conflito latente os colonos esperam por soluções através de decisões de instituições públicas e jurídicas pela identificação e demarcação do mapa que deverá conter o espaço pertencente aos índios e aos colonos.

Em continuidade há o trabalho e busca de relatos de pessoas mais antigas que vivem naquela região, havendo a possibilidade do argumento através da memória e identidade constituídas pelos colonos descendentes de imigrantes italianos da comunidade, principalmente, rural de Água Santa.

A pesquisa histórica ocorre pela tentativa de demonstrar que a área é constituída há gerações por famílias que têm a posse de escrituras das terras (um documento que afirma o direito e a compra da posse), a narrativa sobre os costumes dessa comunidade: bailes, jogos de baralho na comunidade, religiosidade, encontros nos salões das capelas da comunidade, álbuns das famílias (demonstrando a tradição rural e seus costumes). Em relação à organização dos agricultores, o prefeito de Água Santa cita em entrevista:





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

T: Significa que vocês estão em espera desse laudo?

P: Os agricultores criaram uma associação para defenderem as suas propriedades, buscando informações de Getulio Vargas e de Sananduva, para assim poderem defender suas terras. O que se sabe que após o estudo da FUNAI, eles fizeram um estudo antropológico, eles vieram a dizer que os agricultores teriam um prazo de noventa dias para fazer toda essa defesa. O que jurídico seja possível, mas fazer um estudo antropológico baseado no critério, isto obviamente que não daria tempo.

[...] Mas para nós, município, nos preocupamos com a perda da produtividade, ou seja, eles não mantêm a produtividade como os demais. Você percebe que há uma perda de valores, de imóveis rurais como nas cidades pela ampliação da terra indígena. Mas nós, poder público, nos colocamos na opinião de cada um. Porque os indígenas aqui têm um convívio muito bom, financiam casas na cidade, têm suas casas com energia elétrica, a situação financeira é muito boa, devido a produção, tem uma escola na própria reserva, ou senão frequentam a escola daqui (do município Água Santa), eles têm convívio normal com nós, participam dos eventos, como por exemplo jogam bola no ginásio do município, assim havendo um convívio normal.

Sobre essa fala se considera os prazos de defesa para os colonos, sendo diferentes e com menor tempo se comparado aos prazos dos relatórios técnicos em prol dos indígenas. Demonstra também a organização dos colonos da região que estão apreensivos com essa situação. Nesse discurso pondera-se que há certa desconfiança se realmente os indígenas (se estes ampliarem sua área) iriam produzir de forma efetiva como os colonos, pois se isso não ocorrer em hipótese o município seria afetado por depender da atividade agrícola.

Diante desses fatos no ano de 2009 iniciaram-se os acampamentos próximos da reserva do Carreteiro, gerando medo e insegurança aos pequenos proprietários do local. Logo, os colonos e o poder municipal buscaram informações na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de Passo Fundo- RS, mas não houve retorno ou maior informação.

O poder público se prontifica para o auxílio a ambos os lados, tanto pelo fato dos indígenas da reserva estarem integrados à sociedade, aos colonos que fazem parte do município e contribuem economicamente, quanto para os indígenas



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

migrantes por se instalarem no município- este deve dar condições à todos os cidadãos.

Em relação à participação dos indígenas na sociedade, se pode citar: o financiamento desses em casas na cidade, têm suas casas com energia elétrica; onde a situação financeira é estável- devido à produção; há uma escola na própria reserva, ou senão há escola do município Água Santa está à disposição; os mesmos estabelecem convívio normal com a sociedade branca, assim participam dos eventos na cidade, como por exemplo, jogar bola no ginásio do município, estabelecendo e confirmando a relação pacífica entre indígenas e não indígenas no convívio da comunidade de Água Santa.

O grande argumento dos agricultores se atribui por as suas terras serem legalizadas por estarem registradas em cartório público. Todavia, os mesmos afirmam que não farão novamente uma injustiça sobre outra injustiça cometida no passado- a exclusão dos indígenas, o tratamento desses como marginais, a falta de direito a esse grupo.

#### Considerações Finais

Este trabalho tem por objetivo demonstrar realidades no norte do Estado do Rio Grande do Sul que expõe conflitos agrários entre sujeitos, minorias sociais. Através de relatos, lembranças, a concepção desses sujeitos, se tentou explicitar como o conflito em Sertão, entre pequenos agricultores e quilombolas, e em Água Santa, entre pequenos agricultores e indígenas, é analisado por aqueles que se inserem nessas realidades.

Também são expostas as dificuldades desses grupos de receberem direitos efetivos que realmente contemplem suas demandas através do poder público, este, o responsável através de políticos e instituições governamentais de oferecerem possibilidades a esses problemas sociais.

São conflitos agrários recentes, e têm se estendido atualmente, apesar de algumas conquistas. Estes processos são lentos por não haver no país leis que os regulamentem concretamente. E continuarão por alguns anos ainda, cabe analisar,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

estudar e tentar compreender esses conflitos como pesquisadores, acadêmicos para difundir essa pesquisa, mas principalmente como cidadãos conscientes da sociedade em que vive.

### **Referências**

Ata de reunião da comissão criada pela ordem de Serviço/INCRA/SR. 11/ Nº 37, de 10 de Junho de 2010, referente à Comunidade de Quilombo Mormaça, localizada no Município de Sertão/RS.

CARINI, Joel João. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha- norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed, UPF, 2005.

DIEHL, A.A; RÜCKERT, A.A. *Lauda Histórico- Territorial sobre a Comunidade Rural Negra Remanescente de Quilombo da Mormaça*. Porto Alegre: Fundação Palmares- Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, 2002.

MULLER, C.B. et al. *Comunidades Remanescentes Quilombo da Mormaça : história, cotidiano e territorialidade*. Porto Alegre: INCRA,RS, 2006

SALLES, Valdir Perin. *Conflitos Territoriais: Comunidade Quilombola de Mormaça no Município de Sertão- RS*. Passo Fundo: IMED, 2009.

TEDESCO, João Carlos. *Passado e presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **ATUAÇÃO DAS MULHERES NO PERÍODO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA: D. BERNARDINA BARCELLOS DE ALMEIDA**

Paula Rochele Silveira Becher<sup>1</sup>

### **Introdução:**

Este trabalho faz parte do projeto *História da América Platina e o processo de construção e consolidação dos estados nacionais no século XIX e início do XX*, vinculado ao Grupo de Pesquisa CNPq/UFSC *História Platina: sociedade, poder e instituições* e ao Comitê Acadêmico *História, Região e Fronteira* do Grupo Montevideu. Busca-se aqui, através de uma revisão bibliográfica, compreender de que forma se dava a atuação política das mulheres no período da Revolução Farroupilha (1835 – 1845), com um enfoque sobre a figura de D. Bernardina Barcellos de Almeida.

A Revolução Farroupilha foi um movimento que ocorreu ao sul do Brasil, estendendo-se por 10 anos (1835 – 1845). Motivado por critérios políticos, econômicos e sociais, ele tomou grandes proporções, declarando, em 11 de setembro de 1836, a independência daquela que passou a ser denominada República Rio-Grandense. Contando com agentes de diversos países, como Uruguai, Paraguai, Itália, dentre outros, e de grupos pertencentes a diversos setores – comerciantes, sacerdotes, charqueadores, estancieiros, destacando-se a atuação da maçonaria e o intercâmbio com e região platina.

Sendo a Revolução Farroupilha dividida em, pelo menos, duas principais correntes: a “minoría”, representada por David Canabarro e Vicente da Fontoura, que almejava apenas uma maior autonomia da Província sem, necessariamente, sua separação do Império do Brasil, e a “maioría”, representada por personagens como Bento Gonçalves da Silva, Antônio de Souza Neto e Domingos José de Almeida, que almejava a independência da

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de História – Licenciatura Plena e Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria. Email: chele\_becher@yahoo.com.br



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Província (PADOIN, 2001). O que nos vale aqui é a atuação daquele que seria o marido de D. Bernardina, Domingos José de Almeida. Como vimos, sendo um dos líderes da Revolução, ele teve grande envolvimento com esta, o que acaba por trazer conseqüências ao restante de sua família.

Mas isso, veremos mais adiante. Agora vejamos quem era D. Bernardina.

Nascida em 1806, na localidade de Povo Novo, a qual pertencia a Vila de Rio Grande, D. Bernardina é filha de Maria Francisca da Conceição e de Bernardino Rodrigues Barcellos, membro do que se denomina a primeira geração de charqueadores da Vila de São Francisco de Paula – atual Pelotas, no sul do Brasil. Inserida na dita *elite* da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, desde cedo percebe uma atuação voltada para o estabelecimento de vínculos, que procuram estabelecer uma teia de inter-relações dentre os membros da sociedade em questão (MENEGAT, 2009).

Sendo a filha primogênita, esse fato deve ter motivado uma maior atenção em relação à sua educação, principalmente no que se refere à construção de seu dote imaterial. Possuía escrita correta vinculada ao seu hábito de leitura e o gosto ao teatro e à música. Desde cedo, passou a comparecer à pia batismal, como madrinha. Mesmo antes de casar-se, acompanhou seu pai nessa tarefa, construindo assim relações de compadrio (MENEGAT, 2009).

No ano de 1824 efetiva-se seu casamento com Domingos José de Almeida, um comerciante natural de Minas Gerais, que estabelece uma charqueada ao lado da de Bernardino. Ao observarmos as condições desse casamento, BARBOSA (2009) nos lembra, quando falamos de núcleos familiares pertencentes a um grupo de elite, onde esse poder era mantido através da família, ele era mantido e reproduzido “Também com a manutenção e controle de suas propriedades e com o estabelecimento de uma rede de parentesco fictícia – apadrinhamentos, alianças por casamento – com outras famílias e, ainda, com o planejamento da transmissão de herança.” (SAMARA, 2003, p.23 apud BARBOSA, 2009, p. 24).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Assim, embora não se possa anular as possibilidades individuais que pudessem vir a motivar a realização do casamento, devemos observar que, num contexto de alianças sócio-políticas, ele era favorável para ambos os cônjuges. Domingos, um comerciante que não era natural da Província de Rio Grande de São Pedro, encontrou nessa união meios para estabelecer vínculos com a elite local, já para D. Bernardina, no contexto de uma família tradicional charqueadora, a inserção de um indivíduo que não compartilhasse a mesma origem poderia ser benévola, principalmente por ser um comerciante que possuía contatos com o centro do país.

### **Objetivos:**

O objetivo deste trabalho é estudar a história das mulheres na Revolução Farroupilha (1835-45), iniciando a pesquisa sobre a atuação de D. Bernardina Barcellos de Almeida. Procura-se assim perceber seu papel atuante em vários dos campos sociais, principalmente em meio a esse contexto de guerra, em que há tarefas que vão além das referentes ao cuidado da casa e filhos.

### **Metodologia:**

Na atual fase deste trabalho apresentamos os primeiros dados referentes à pesquisa. Buscou-se fazer uma revisão bibliográfica, abordando obras que se referissem à temática específica abordada, onde se pretende captar o contexto em que D. Bernardina se insere e o que já foi trabalhado sobre ela.

Para tanto, foram selecionadas como base duas dissertações recentes, uma delas intitulada “*O tramado, a pena e as tropas: a família política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos*”, defendida no ano de 2009 por Carla Menegat, e a outra, intitulada





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

“*A casa e suas virtudes: Relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835 – 1845)*”, defendida também no ano de 2009, por Carla Adriana da Silva Barbosa.

Embora as duas dissertações tenham como base uma abordagem sobre as relações familiares, por se referirem a D. Bernardina, elas apresentam vários dados que são úteis para o entendimento aqui procurado.

Sobre a temática da Revolução Farroupilha, foi priorizado o trabalho de Maria Medianeira Padoin, em seu livro “*Federalismo Gaúcho: Fronteira Platina, Direito e Revolução*”, publicado no ano de 2001.

Esta pesquisa também iniciou o levantamento e fichamento de dados em documentos, como a Coleção Varela do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, e os jornais farroupilhas, como “O Povo”.

## **Resultados:**

Em um primeiro momento, o foco foram as obras de MENEGAT (2009) e BARBOSA (2009). Isso porque nelas havia uma análise mais ampla, abordando o casal Domingos José de Almeida e Bernardina Barcellos de Almeida e também suas relações familiares, políticas e econômicas, trazendo as bases do contexto social em que se insere nosso objeto de pesquisa.

Nessa análise, percebemos sua inserção na chamada *elite<sup>2</sup> farroupilha*, sob a concepção de que as relações sociais tramadas e dinamizadas pelo indivíduo definem seu lugar (MENEGAT, 2009, p. 40), ainda que não possam ser consideradas como premissas únicas para tal. No que se refere à utilização do gênero, entendemos este como um recurso no estabelecimento das relações, assim como passível de uso estratégico por parte dos indivíduos (MENEGAT, 2009, p. 43).

---

<sup>2</sup> Segundo MENEGAT, ao utilizarmos o termo “elite” devemos “perceber a possibilidade de os conceitos de elite e classe dominante nacional se encaixarem numa análise social. Isso pensado num processo de formação do poder central, onde diferentes grupos, caracterizados como elites regionais, estão passando por um processo de ajuste de interesses e recursos, buscando uma acomodação que permita que a formação social se mantenha e reproduza, de forma a que os diferentes grupos interligados se constituam harmonicamente como parte da nação.” (2009, p. 33)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Assim, visualiza-se a atuação de D. Bernardina em dois aspectos: um como pertencente a essa elite, o que implica certos comportamentos adequados a seu meio (o “ser” e o “dever ser” apontados por BARBOSA (2009, p. 27), e outro em que seu gênero apresenta-se como um recurso disponível para a atuação social. Esses aspectos são utilizados ao longo de seu percurso, começando nos cuidados com sua formação, tanto intelectual quanto de seu patrimônio simbólico, dos quais ela se serve para o estabelecimento de relações sociais, efetuando-se de forma atuante. Nesse sentido, destacamos o período da Revolução Farroupilha, quando várias decisões e ações ficam ao seu encargo, tornando essas premissas indispensáveis.

Como uma questão de identidade local e da utilização de formas de afirmação de laços e de integração observou MENEGAT (2009), quando ela mostra as diferentes formas que D. Bernardina assina seu nome, mudando conforme o momento em que se encontra. Em um primeiro momento, ela utiliza Rodrigues de Lima, referenciando os dois sobrenomes de seu pai, que a ligavam aos parentes localizados em Viamão. Após casar-se, ela passa a assinar Rodrigues Barcellos, ligando-se aos seus pais e reforçando laços parentais com aqueles que se encontravam próximos e eram figuras de destaque, principalmente no meio pelotense. Em um terceiro momento, já durante o período da Revolução Farroupilha, ela adota o sobrenome de seu marido, passando a assinar Barcellos de Almeida. Estando longe de seus parentes, em lugares onde sua família muitas vezes mal era conhecida, ligar-se ao sobrenome de Domingos, figura reconhecida do período, era uma boa estratégia. Este último fato também justifica a escolha aqui feita para o sobrenome utilizado neste trabalho, já que Barcellos de Almeida é o que ela utiliza nas correspondências do período aqui abordado.

Interados de alguns dos recursos de D. Bernardina, cabe aqui buscarmos como se dava sua atuação durante o período que aqui procuramos abordar.

Ainda no ano de 1835, Domingos foi preso pelas forças imperiais, dando início a seu afastamento e também ao período onde temos maior acesso ao que



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

estava acontecendo, visto que a distância acarretava a necessidade de comunicação via cartas. A ausência dessas correspondências no período anterior dificulta, ou até impede, nosso acesso acerca de como se dava a relação entre o casal, assim como sobre a atuação de D. Bernardina em vários aspectos.

Porém, durante o longo período em que eles ficam separados, as correspondências preservadas nos permitem visualizar quais os encargos que ficam destinados à D. Bernardina, qual seu “poder de decisão”. Analisando as duas dissertações e parte dos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - Coleção Varela, observamos que as principais formas de atuação de D. Bernardina se davam na consultoria “para compras de bens e (...) ajuda na administração das propriedades do casal” (BARBOSA, 2009) e nas relações de compadrio e constantes visitas, as quais visavam estabelecer novos laços, assim como manter os já existentes.

Neste sentido, percebemos uma vida bastante agitada. Além da importância dada às visitas aos parentes e amigos para o fortalecimento dos laços sociais, apontada por MENEGAT (2009), no compadrio, observamos ligações a diversos membros, destacando aqui a escolha de padrinho para batizar Abrilina Decimanona Caçapavana de Almeida, 10<sup>a</sup> filha do casal Almeida:

Seus padrinhos foram o presidente Bento Gonçalves da Silva e o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra, Marinha e Exterior, José da Silva Brandão. O nascimento de Abrilina acontece em meio a um momento em que a República parecia se consolidar, onde sua estrutura estatal mínima estava formada e particularmente Almeida gozava de singular prestígio. A memória das acusações ocorridas dois anos antes sobre sua lisura nos negócios da República estava perdida aos demais, mas é possível que tenha sido ela quem tenha motivado a escolha dos padrinhos da recém nascida: consolidar relações com dois chefes com maior prestígio e poder. (MENEGATH, 2009, p. 138)

Apresentamos aqui um caso onde uma filha do casal é batizada, mas também há diversos casos onde eles atuam como padrinhos. A importância



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

dessa relação se apresenta, por exemplo, em correspondências onde o compadrio é utilizado como argumento para que pedidos sejam atendidos, ressaltando-se sempre os laços de amizade que ligam famílias.

Embora muitas correspondências sejam endereçadas à Domingos, Bernardina está diretamente ligada a essa relação, na condição de madrinha, além de na maioria das ocasiões ser recomendada ou, em muitos casos, as notícias sobre ela chegarem através dessas correspondências, seja por ela estar junto ao remetente ou por terem entrado em contato.

Educação e leitura também eram uma das preocupações do casal, tanto que eram conhecidos por possuir uma das mais completas bibliotecas da Província no período. Assim como os cuidados tidos em sua própria educação, D. Bernardina também se preocupava com a educação dos filhos, como podemos observar em carta enviada à Domingos, onde ela toma a iniciativa de alugar uma casa para a “ensinança [sic] de seus filhos e de mais alguns outros rapazes cujos pais queiram aproveitar a situação” (MENEGAT, 2009, p. 152)

A última situação a ser exposta utiliza-se também das demais para se efetuar. Através dos vários laços estabelecidos Bernardina, na ausência de seu marido, se responsabilizava pelos negócios da família, efetuando compras de escravos, e mantendo uma rede de contatos, que em caso de necessidade poderia ser utilizada, assim como mantendo Domingos informado dos acontecimentos.

Observamos que, apesar de manter um constante contato com seu esposo no que se refere aos negócios da família, D. Bernardina possuía autonomia em suas decisões. Em algumas correspondências Domingos, inclusive, pede opiniões dela sobre o que deve ser feito. Essas correspondências vêm demonstrar que o poder de atuação dessas mulheres era bastante extenso neste contexto de guerra e que o gênero, mesmo que lhes privasse de certos campos, como a representação política direta, poderia ser usado, aliado a outros recursos, como uma possibilidade de atuação independente e nem tanto vigiada pelos poderes constituídos, ainda mais em um contexto de guerra e disputas. No



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

imbricado e complexo mundo das relações sociais e de poder do século XIX, as mulheres terão também um papel significativo e estratégico.

### **Conclusões:**

Para entendermos as possibilidades de D. Bernardina e de que forma elas são usadas, devemos lembrar, como já mencionado, de sua posição como filha primogênita de Bernardino Rodrigues Barcellos, tradicional charqueador pelotense, e da grande atenção tida para com sua educação e formação de seu patrimônio simbólico. Essa última se relaciona tanto ao fato dela ser primogênita quanto ao fato de que esse patrimônio simbólico por ela acumulado substituía a antiga prática do dote que, como observamos em KÜHN (2006, P. 179), estava em decadência desde meados do séc. XVIII.

Com seu casamento, apesar de mudar-se para a charqueada do marido, ela continua próxima de seus pais. Esse fato permite a continuidade da convivência entre as famílias, mantendo-se inclusive a gestão compartilhada de determinados recursos, o trânsito de mantimentos e a troca de alguns terrenos, segundo MENEGAT (2009).

Com o advento da Revolução Farroupilha, a prisão de Domingos e seu envolvimento com a causa, a situação muda. A partir daí, as correspondências entre ele e Bernardina se intensificam, motivadas pela distância. Dessas correspondências restou um grande montante das cartas enviadas por Domingos a ela, diferentemente da pequena quantidade de cartas enviadas por ela que ainda restam (MENEGAT, 2009, p. 53).

Quando nos voltamos à figura de D. Bernardina, percebemos a utilização de vários recursos que permitem sua efetiva atuação, não apenas como mãe e mulher do lar, mas também como uma figura ativa na sociedade em que vivia que, através bagagem de recursos que carregava, como vimos, montados desde sua juventude, pôde atuar em diversos meios, muitas vezes tachados como não comuns a uma mulher do período segundo a historiografia mais tradicional.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

No período da Revolução, devido à ausência de seu marido em vários momentos, ela passa a ter de administrar os negócios da família e tomar decisões, visto que a distância muitas vezes não permitia que se fizessem maiores consultas, além da preocupação em manter as relações sociais consideradas tão importantes na manutenção de laços dentro da elite onde ela se inseria, os quais em muitos casos de necessidade lhe serviam de auxílio. Aqui vemos uma mulher ativa dentro de suas possibilidades, diferente daquela figura pacata, totalmente subordinada ao homem, incapaz de tomar certas atitudes, que por muito tempo era um qualitativo dado por uma literatura ou historiografia tradicional as mulheres rio-grandenses.

Bernardina foi uma mulher de seu tempo, e que deve se assemelhar a outras tantas. O que ocorre é que, a partir de estudos como esses, podemos trazer à tona uma parte da História que por muito tempo se restringiu ao interior das casas e foi silenciada pela historiografia.

### **Referências Bibliográficas:**

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. *A casa e suas virtudes: Relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835 1845)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2009. 139 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo, 2009.

KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói: UFF, 2006. 479 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos*. Porto





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Alegre: UFRGS, 2009. 205 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

### **Documentos:**

ANAIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. 1984. vol.8, Coleção Alfredo Varela; correspondência ativa; documento CV – 4357.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A VISÃO DE MADALINE WALLIS NICHOLS SOBRE O GAÚCHO**

Pedro Vicente Stefanello Medeiros<sup>1</sup>

### **Introdução**

Buscamos neste trabalho fazer uma análise do livro “O Gaúcho”, da norte-americana Madaline Wallis Nichols, tentando entender qual é sua visão acerca do gaúcho, e como vai construí-la em seu livro. Vamos buscar compreender o que a levou pesquisar este tipo humano singular do pampa sul-americano, as suas motivações acadêmicas perante seu objeto, dentro do período historiográfico em que a mesma se encontrava.

Em nossos estudos acerca da história do gaúcho, nos deparamos com um caso muito curioso e ao mesmo tempo importantíssimo para nossas pesquisas, o livro “O Gaúcho”, de Madaline Nichols, uma obra muito citada entre autores que trabalham esta questão<sup>2</sup>, entretanto, sempre sem uma explicação mais detalhada acerca do livro, e de que ele traz consigo. Consequentemente nos chamando atenção e proporcionando que realizemos este trabalho. Sendo um dos primeiros estudos que dedica uma atenção singular para o assunto, inaugura uma nova maneira de trabalhar com o tema, condizendo muito com o clima intelectual da época na qual foi produzido.

Madaline Wallis Nichols foi graduada em Espanhol, se doutorando em Filosofia, participando da *Hispanic Foundation*, da Biblioteca do Congresso Americano, onde se torna perita na questão de Agricultura nas Américas. Portanto, tendo um vasto conhecimento da literatura em língua espanhola, e trabalhando com questões ligadas diretamente a América Latina, considerando

---

<sup>1</sup> Licenciando em História na Universidade Federal do Rio Grande.

<sup>2</sup> A obra de Nichols é citada por vários autores, como por exemplo, Heloisa Reichel e Ieda Gutfreind em “As raízes históricas do mercosul”, como também por Carlos Reverberl em “O gaúcho”, da mesma forma que Porpicio Machado que também cita a obra da norte-americana em “O gaúcho na História e na Linguística”.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

ainda o período historiográfico e científico no qual viveu, ela vai desenvolver sua obra em um constante enfrentamento entre história e literatura, entre verdade e ficção, como vamos trabalhar nos seguintes tópicos, onde iremos perceber a relação entre os motivos que a proporcionaram desenvolver e constituir a obra da maneira pela qual fez.

Deste modo no decorrer de nosso texto, vamos discorrer acerca das motivações de Madaline para com seu objeto de estudo, como também uma análise historiográfica e bibliográfica da obra, para melhor compreensão do assunto. Assim sendo demonstraremos de forma crítica como Nichols desenvolve seus argumentos para definir o gaúcho, dizendo quem era este, como e por que se constituiu como tal, por fim como se deu a transformação deste.

### **Um estranho motivo**

Uma pergunta que não podemos deixar de fazer é porque Madaline Nichols, uma estudiosa da América do Norte teve tanto interesse em pesquisar e entender o contexto destes homens que habitavam as remotas planuras da América do Sul? Quais seriam as causas tão peculiares que a motivaram dentro da conjuntura em que a mesma se encontrava no momento? Conjuntura esta composta pela própria posição acadêmica da autora, como também da visão que se tinha em relação a seu objeto na época em que ela desenvolve seu estudo.

Analisando o contexto argentino do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, vamos encontrar uma sociedade em transformação. Tendo em vista o processo de industrialização, crescimento urbano e comercial da Argentina na época, e com isso um grande número de migrações das gentes do campo para a cidade, somado a uma efervescência cultural movimentada por uma elite intelectual muito conectada com tudo que saía de novo na Europa, e reflexo de tudo isso ainda, é que nesse período vamos ter uma grande parcela da população argentina alfabetizada, por conseguinte todos estes fatores em



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

questão, juntamente vão proporcionar a produção e o sucesso da então Literatura Gauchesca, e devido a tais peculiaridades chamar a atenção de Nichols como vamos perceber adiante.

Assim sendo, é neste contexto que se desenvolve a Literatura Gauchesca, uma literatura desenvolvida por estes homens cultos diretamente ligados com a Europa, que na busca de encontrar e definir uma identidade argentina se utilizam do até então sempre tido como marginal a sociedade, o gaúcho, aquele que no momento em questão como tenta construir Ricardo Güiraldes em seu *Don Segundo Sombra*, seria a síntese do argentino contemporâneo de sua época, mesclando os valores da vida campeira com a emergência do mundo cosmopolita, como nos mostra Joana Bosak:

Sua peculiar assimilação dos valores tradicionais argentinos, fundamentada na possibilidade de uma vivência cosmopolita, configura uma identidade nacional autônoma que se inscreve no panorama do universal. (BOSAK, 2010, p.83)

Considerando que a Literatura imbricada com a memória pode funcionar como construtora de identidades, e tendo em vista a população argentina deste período, em meio à urbanização e também uma forte corrente imigratória que trazendo consigo outras culturas, de certa forma cada vez mais confundindo a identidade argentina, e na busca de quem realmente seria o argentino ideal aquele que representaria a originalidade de tal povo, se faz esta literatura contemplativa do passado *pampeano*, reconstruindo e idealizando a figura do gaúcho, tornando este e seus aspectos culturais o ideal de *argentinidad*.

Como podemos perceber em Graciela Montaldo:

O passado rural é uma forma de aglutinar um tempo fraturado, cortado pela irrupção de outro tempo, o tempo acelerado da modernização, de forma que todas as ficções como os ensaios, tentam encontrar algum sentido naquele passado. (MONTALDO, 1993, p.29)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Aquela vida de gaúchos livres só é tida na memória e na tradição oral, cada vez mais sendo consumida pelo avanço da civilização, sendo assim a literatura feita pelos homens cultos, os coloca em contato com aquilo que um dia pode ter sido seu passado, claro que agora de uma forma idealizada. Sendo assim, a partir deste fenômeno, a gauchesca atinge um enorme êxito, sendo cada vez mais difundida pela imprensa, ganhando uma popularidade tamanha, como se pode evidenciar no prólogo escrito por Alejandra Laera, de um grande sucesso gauchesco, o “*Juan Moreira*”, de Eduardo Gutiérrez:

Así, el heróe popular moderno nace en ese brusco pasaje en que el folletín se apropia de la cultura popular del mundo rural, producida y difundida oralmente por los gauchos, para transformarla en una cultura popular entendida en términos de la nueva e incipiente cultura de masas, es decir, de base urbana y de circulación mediática. (LAERA, 2001, p.3)

Conseqüentemente, tendo em vista a grande circulação dos folhetins gauchescos na imprensa platina, a gauchesca não vai ser algo restrito ao eixo platino, sendo também disseminada em outros países, chegando até mesmo nos Estados Unidos da América, país de Madaline Wallis Nichols.

Portanto é neste contexto que Madaline, vai desenvolver sua pesquisa, um momento de exaltação na literatura de um tipo humano até então pouco estudado do ponto de vista acadêmico. Deste modo para compreendermos os motivos pelos quais levaram a autora a se interessar pelo assunto, e abordá-lo da forma pelo qual fez, temos que entender que ela compartilhava de uma visão historiográfica, que se desenvolveu a contraponto do paradigma romântico, vendo a história como algo distinto da literatura, como nos mostra Gerson Moura: “a história se desvincilhava da *literatura*, que constituiria o reino da subjetividade e da glorificação do indivíduo; os



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

científicos, ao contrário, sublinhavam a objetividade e a impessoalidade do processo histórico”. (MOURA, 1995, p.16)

Fica claro a identificação da autora com que é concebido por essa história científica, ou seja, vendo história separada de literatura. Conquanto considerando que o gaúcho argentino ideal é construído a partir da literatura, Nichols quer mostrar a partir da história quem realmente foi esse ideal de *argentinidad*, que como ela vai demonstrar ao longo de sua obra se constitui um tipo humano muito diferente do ideal literário.

Como se nota, Madaline quer buscar o gaúcho histórico, conforme a mesma o verdadeiro, e não o gaúcho romaneado da literatura, ou seja, demonstra que a história buscada pelos métodos através dos quais se dispõe a trabalhar, são aqueles que realmente vão trazer a verdade científica. Já a literatura, fica na cabeça de quem a escreve, no subjetivismo, que apesar de se aproximar da realidade não pode ser uma fonte precisa para ratificar a veracidade do estudo.

Por conseguinte Nichols se dispõem em seu cuidadoso estudo na busca minuciosa de quem era, de como e a partir de que se formou, e de como se transformou no que estava então sendo retratado. Se perguntando, será mesmo que este que retratam como herói, algum dia mesmo foi? E se não foi porque estava sendo concebido como tal? Como se deram essas relações, quais foram os singulares fenômenos que fizeram com que a figura deste gaúcho tomasse à proporção que tomou? A partir destes questionamentos podemos dizer que a autora é instigada, e tentando responder essas perguntas como veremos ao longo do texto, e partindo destes estranhos motivos que deram tamanha difusão ao gaúcho, Madaline o dedica uma enorme e especial atenção.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **Estudo Bibliográfico**

Uma questão de suma importância no trabalho de Nichols é a bibliografia, pois esta é muito vasta e demonstra o caráter científico historiográfico da autora, como é visto neste trecho: O estudo da origem, desenvolvimento e história de uma classe, junto com a representação dessa classe na literatura, se se quiser fazer bem feitos, devem ser baseados em extensíssima bibliografia. (NICHOLS, 1946, p.119)

Ou seja, é visto que se justifica e se ressalta a importância do aporte bibliográfico, que neste caso vai compor a maior parte do livro, sendo esta essencial para a autenticidade do estudo, demonstrando a grande preocupação da autora pela busca da verdade. Ela vai reclamar que até então não se tem nenhum estudo de caráter documental sobre o gaúcho, que seja plausível do ponto de vista científico. Desta forma como enuncia seu tradutor para o português Castilhos Goycochêa, que é com Madaline que o gaúcho vai ter seu melhor retrato, pois sendo esta Americana, mas de outro hemisfério, não tem motivações de patriotismo e menos de regionalismo, o que a proporciona uma isenção de ânimo, imprescindível a quem procura a verdade, sendo assim, segundo ele foi Nichols quem encontrou a incógnita por tantos buscada.

Como já foi visto, ela desenvolve seu estudo sobre o gaúcho o dividindo em dois, o histórico que realmente existiu, e o ideal de romance presente nas obras literárias, como se evidencia na bibliografia, onde ela tem uma parte destinada a textos de caráter histórico, e outra para a literatura.

Um fato muito interessante encontrado na parte da bibliografia, reside na relevância dada pela autora aos relatos de viajantes, na grande maioria europeus, que como ela sugere, seriam os que melhores condições teriam para relatar a vida no pampa, pois não estando inseridos naquele contexto, e como apresentariam uma visão de mundo sobre sua ótica mais “civilizada”, pois eram advindos da Europa, não fazendo parte da “barbárie” em questão. Esta



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

preocupação da autora com as fontes só ratifica sua posição científica, e ressalta a importância do cuidadoso estudo do aporte bibliográfico.

### **Quem era o gaúcho?**

O presente capítulo, como anteriormente definimos é a primeira parte do argumento central de Nichols, é nele onde ela vai buscar as raízes históricas para explicar a gênese do gaúcho, as condições que propiciaram a mesma, como também a partir de então quem foi este tipo humano, como ele vivia, e qual era a sociedade na qual foi possível sua constituição e posterior existência.

È interessante notar a lógica explicativa adotada por Madaline, que vai evidenciar suas pretensões para com seu objeto de estudo, ficando clara sua tendência científica, e como esses fatores vão interferir na construção do gaúcho. Percebe-se que prontamente no começo de seu texto ela já demonstra quem era e como vivia este gaúcho, sem mesmo antes entrar em uma explicação mais detalhada e profunda acerca dos elementos necessários para que conforme ela se entenda a construção daquilo que a mesma vai chamar “classe gaúcha”. O que estamos querendo dizer é que a autora define seu objeto logo no início, para deixar bem claro quem realmente era este gaúcho, atribuindo-lhe adjetivos logo no primeiro capítulo, um pouco divergentes daqueles que o gaúcho costumava receber na literatura. Fazendo isso Madaline não abre brecha para que se confunda acerca de qual gaúcho ela está trabalhando, mostrando que esse a qual ela vai dedicar um denso estudo, não é o ideal romanceado pela literatura.

Entretanto, vamos seguir outro caminho em nosso texto, primeiramente vamos demonstrar como Nichols desenvolve os argumentos essenciais na constituição do gaúcho, como as vacaria e o contrabando, para em seguida como a partir destes elementos ela construiu sua visão acerca de quem ele era, de como era a sociedade e modo pelo qual vivia na mesma.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Conforme Madaline, o surgimento do gaúcho é proporcionado pelo estabelecimento das vacarias e pelo conseqüente comércio ilegal de couros e sebos. Os primeiros habitantes da região platina marcavam alguns gados que conseguiam caçar, no entanto dada a enorme quantidade e a facilidade de procriação, eles se multiplicaram, se tornando praticamente selvagens, denominados de gados chimarrões, em espanhol “*ganado cimarrón*”, junto a isto eles também se espalharam de forma estrondosa, pois no principio da colonização da região do Prata, mais ou menos ao final do século XVI, e até mesmo no início do século XVII, o assédio em relação as manadas era pequeno, se comparado com o que foi algumas décadas depois.

Desta forma, no período em que o gado se espalha pela pampa adquirindo um estado de selvageria, de acordo com as necessidades ele é procurado e matado, a partir de então vão se constituir as vacarias, que são praticamente expedições que adentram o pampa em busca de gado chimarrão. Em um primeiro momento o objetivo das vacarias era reabastecer as fazendas, sendo que nesta época não era necessária licença para tais caçadas, no entanto ao momento em que começa se tornar uma prática mais comum e as autoridades locais enxergando uma fonte de renda nestas expedições começa a cobrar licença para tais empresas. Licenças que começam a serem cobradas não só pelo narrado acima, como também, por que o motivo das vacarias começa se tornar outro, que vai constituir um ramo um tanto lucrativo.

Destarte, a partir do ultimo quartel do século XVII a atividade de caçar as manadas *cimarronas* foi cada vez mais constante, como foi visto, a demanda desenvolvida pelo contrabando crescia cada vez mais, e tendo em vista este crescimento eminente, o Cabildo de Buenos Aires exigia que se tivesse licença para a realização das caçadas, em virtude que estas consistiam na principal e praticamente a única renda do Cabildo, vai se traduzir em aflição por conta do mesmo em relação às vacarias clandestinas, percebida por Madaline, onde ela diz se encontrar a mais valiosa fonte de elementos referentes às vacarias nos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*Acuerdos* dos Cabildos de Buenos Aires e Montevideo, contendo documentos e licenças concedidas “onde”, “quando” e “a quem”, como também relatos que ratificam a aflição do Cabildo em relação à clandestinidade, (NICHOLS, 1946, p.50), que a partir do desenvolvimento posterior da autora vai se concluir que o agente clandestino era o gaúcho. Desta forma são notáveis as bases que ela lança partindo de uma documentação oficial para posteriormente enquadrar como ilícita a constituição da figura do gaúcho.

No princípio, as vacarias eram feitas nas proximidades de Buenos Aires, no entanto devido ao enorme assédio as *haciendas cimarronas*, elas começaram a ficar escassas, segundo Coni por volta de 1718 praticamente se extingue o gado chimarrão em Buenos Aires (CONI, 1956, p.36), tendo de se ir cada vez mais longe para consegui-las, como o mesmo nos narra: “a medida que pasaban los años la hacienda cimarrona fué alejándose cada vez más al interior de la tierra”(CONI, 1956, p.19), o que implicava em enfrentar os temidos e agressivos índios pampas, que também iam se tornando rivais na caça pelo gado. Por tais motivos a vacaria ia se tornando uma empresa cada vez mais custosa, visto que também se fazia necessário auxílio militar muitas vezes para as possíveis hostilidades indígenas, ou um grande numero de homens armados, e acostumados à lida bruta. Por conseguinte, apareciam voluntários visando apenas o pagamento em gado, sendo a vacaria composta em sua maioria de criminosos e proscritos, conforme Madaline, homens de péssima reputação.

Nichols vai dizer que a vacaria foi uma espécie de “escola gaúcha”, pois em suas atividades, eram necessárias habilidades singulares na lida bruta com o gado bravo, tanto quanto no manejo do cavalo no controle do primeiro, o uso do laço e das boleadeiras, que vão ser indispensáveis na rude vida no pampa. A partir destas habilidades desenvolvidas nas vacarias, e com um comércio ilegal de couros batendo a porta, foi possível para muito destes homens, como nos fala a autora “ter e gozar vida de renegado, à margem da sociedade ”(NICHOLS, 1946, p.56), ou seja, o gaúcho detém as técnicas imprescindíveis à vida no



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

pampa, matando o gado, tirando seu pedaço para alimentação, extraindo os couros e os sebos, os quais vendem, e conseguindo um escasso dinheiro que segundo a autora gasta tudo em vícios, como por exemplo, jogos de carta, o jogo de osso, as carreiras de cavalo campo afora, como também com bebida e com mulheres, conhecidas como as “*chinas*”.

È preciso entender que as conjunturas políticas e econômicas da região na época deram condições para esta vida a margem da sociedade, relação que nos explica Coni:

*(...) las vaquerías tomaron cuerpo, los hijos criollos, jóvenes e inquietos, encontraron en ellas una distracción, primero, y una ocupación, luego, muy de acuerdo con el espíritu de aventura que corría por sus venas. Las expediciones a las vaquerías fueron dejando en las pampas los primeros señuelos de criollos, que debían regresar cada vez menos a la ciudad, hasta romper por completo los frágiles lazos que los ligaban al hogar paterno donde la vida se les había hecho difícil. (CONI, 1956, p.91)*

Tendo em vista que o contrabando tinha se tornado uma verdadeira instituição, e estes homens já sabiam como sobreviver no inóspito pampa, como diz Madaline, a “classe gaúcha” só prosperou, não só em Buenos Aires como também nas províncias de Santa Fé e Entre Rios como também na Banda Oriental do rio Uruguai, que se dá em virtude de como já foi visto a escassez de chimarrões nos campos buenairenses. Rumando então para estas outras paragens em busca dos mesmos que os caçam até os exterminarem. Os governos locais fizeram pedidos à Coroa para que se retirassem as licenças existentes para a caça do gado que cada vez mais ia se extinguindo, no entanto, esta não concedendo a tempo, as manadas chimarronas se deram por terminadas. Assim sendo, só restou o gado doméstico, todavia, a tal “classe gaúcha” já estava bem estabelecida, o que resultou em abigeato. Sem o gado xucro para caçar, os animais domesticados foram alvos destes gaúchos, que precisavam sustentar o contrabando, que era a única forma de continuar a vida a qual tinham se acostumado.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Pelos seguintes motivos, é que logo na introdução da obra Madaline vai definir o gaúcho como ilegal. Para ela, ele se constituía como tal agindo na ilegalidade, que era o que o diferenciava do vaqueiro espanhol, pois muitas vezes poderiam desenvolver as mesmas atividades, contudo, as desenvolvidas pelos gaúchos eram de caráter ilícito. O vaqueiro trabalhava nas estâncias ou cooperava para atender as encomendas legítimas de couros. O gaúcho trabalhava para seu próprio prazer, ou para se permitir luxos ocasionais. (NICHOLS, 1946, p.22)

### **O gaúcho se transforma**

Neste capítulo, o nosso objetivo consiste em desmembrar as duas últimas partes do argumento central de Madaline, que seriam “o gaúcho na guerra”, e “o gaúcho de romance”, que são responsáveis pela questão de como o gaúcho que era um marginal a sociedade como foi visto no capítulo anterior, onde demonstramos como ela constitui o gaúcho, depois se transformou símbolo nacional, idealizado pela literatura.

Vamos ver como se deu esse processo, quais fenômenos que ocorreram para o gaúcho de indesejável se transformar em ídolo. Na introdução, Nichols já evidencia os fatores fundamentais para esta transformação: “A interessante transformação de tais gaúchos em heróis nacionais a que eles desde então chegaram, foi devida a dois fatores: os bons êxitos do gaúcho na guerra e os bons êxitos da literatura gaúcha”. (NICHOLS, 1946, p.22)

Por conseguinte vamos explicar como ela constrói estas relações, dos bons êxitos do gaúcho na guerra, e de motivo e conseqüente sucesso literário, vão fazer com que haja uma inversão de valores em relação a sua figura.

Em 1809 o vice-rei Cisneros baixa um decreto , que permite o comércio direto e franco com a Europa, ou seja, o contrabando era tido por fim, o que antes era ilícito agora se torna legítimo (NICHOLS, 1946, p.101). Conquanto





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

fosse o comércio ilegal que dava condições para que o gaúcho vivesse a margem da sociedade, ao momento em que o mesmo se torna legal a “classe gaúcha” fica condenada. Apesar de agir na ilegalidade e de ser incomodo para muitos, para outro tanto a atividade gaúcha foi necessária, para atender um comércio muitas vezes esquecido pela coroa, em contrapartida com a legalização deste comércio, a utilidade que o gaúcho tinha para com a sociedade, por mais que fosse marginalizada, mas que tinha algum valor, agora não existe mais.

Quando os gaúchos pareciam conhecer o fim do modo de vida ao qual estavam acostumados, eis que eclode as guerras de independência no início do século XIX, contra a coroa espanhola, e seus serviços são requisitados. O gaúcho que acostumado à brutal vida que o pampa proporcionava, conhecia bem o terreno, era o senhor do seu ambiente, vinha de ser um grande soldado contra as tropas reais. Estando acostumados a caçar vacas, agora tinham uma tarefa mais digna, do ponto de vista social, enfrentar outros homens, ajudar na libertação de suas terras do jugo espanhol.

No segundo capítulo do livro “como vivia um gaúcho”, a autora já enuncia seu caráter apropriado para a guerra:

Não lhe bastava possuir as habilidades especiais que seu modo de vida fazia necessárias. Ele deve contrapô-las às dos outros, com a idéia de impor sua superioridade e com a esperança de mantê-la sôbre todos os parceiros. Foi essa qualidade que fez o gaúcho tão especialmente capaz para a guerra. (NICHOLS, 1946, P.42)

A guerra lhe era agradável e excitante, como também uma oportunidade social, semelhante a uma competição. O gaúcho era psicologicamente e fisicamente preparado, indiferente a morte, bravo até o absurdo, nenhuma carreira se adaptava melhor a sua natureza.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

As habilidades que o gaúcho tinha desenvolvido no pampa, eram de grande valor na guerra, como o uso do laço e das bolas, como também a hábil maneira pela qual manejava seu facão, no confronto homem a homem, sempre tinha vantagem. Os realistas acostumados com as táticas de guerra desenvolvidas na Europa se viam em apuros, pois não conhecendo o terreno da mesma forma que os gaúchos, sofriam ataques quando menos esperavam. Da mesma forma que se arrepiavam quando ouviam os gritos da gauchada, que de forma que parecia um tanto desorganizada, encurralavam os espanhóis em um “*entrevero*”, forma de guerra bastante utilizada pelos gaúchos, que consistia em grande desordem entrar no confronto homem a homem, que como já foi dito, os rebeldes tinham vantagem.

Os gaúchos demonstraram ser ótimos soldados, que conforme seus bons êxitos renderam elogios de seus comandantes, como por exemplo, os generais Paz e San Martin, que foi onde o gaúcho se tornou digno de honra social, o nome de gaúcho, por fim transformou-se de insulto em elogio.

È visível que a partir das guerras, a forma pela qual a sociedade vai enxergar o gaúcho vai ser outra, os que eram desonrosos proscritos da mesma, se converteram em bravos defensores.

Apesar de obterem sucesso na guerra por seus feitos, ao momento em que a mesma acaba, o gaucho tem de ser domado, não pode mais viver no ambiente rude o qual o pampa da época dos contrabandos e da guerra o proporcionou, com as propriedades privadas cada vez mais sendo definidas, ou o gaúcho se domesticava, ou viveria totalmente fora da lei, pois aquele estilo de vida, no qual ele se encontrava as margens era praticamente impossível, por fim forçado a uma nova vida de obediência à lei e ao trabalho honesto, o gaúcho voltou-se para o negócio de gado que lhe era familiar, abandonando sua vida independente de vagabundo, fazendo-se empregado de qualquer estância.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

As habilidades desenvolvidas pelos gaúchos nos tempos do contrabando vão ser de grande utilidade para as estâncias, constituindo então outro fator da “classe gaúcha” que foi interessantes para a sociedade, tais técnicas que vão ser bastante valorizadas, e depois ressaltadas na literatura. Deste modo as literaturas acerca do gaúcho vão se desenvolver em uma exaltação de sua figura que abarca estas habilidades campeiras, como também suas habilidades de bom pelejador demonstradas na guerra. Os gaúchos queriam sempre desfrutar de uma reputação de ser invencível como domador, poeta e duelista, sendo que a rivalidade e a competição inspiravam-no, características também muito bem aproveitadas nas narrações literárias.

Madaline vai configurar a literatura gaúcha girando em torno de três tipos principais: *Santos Vega* de Hilario Ascasubi, *Martín Fierro* de José Hernandez e *Juan Moreira* de Eduardo Gutierrez. O *Santos Vega* simbolizou um verdadeiro romance, foi uma espécie de *Don Juan* argentino, que se envolve em peleias por causa de suas aventuras amorosas. Já Jose Hernandez com seu *Martín Fierro*, representou um gaúcho de romance com alma de gaúcho verdadeiro, descrevendo a triste sorte dos milicianos que tiveram de guarnecer a fronteira contra os índios na segunda metade do século XIX. Por fim o *Juan Moreira* foi o proscrito que devia parecer, tendo de fugir das autoridades, gaúchos como *Moreira* aos poucos iam desaparecendo na literatura argentina, que cada vez mais abria espaço para as obras de exaltação e valorização da figura do gaúcho.

Segundo a autora, o sabor pitoresco do caráter gaúcho, favoreceu o êxito de tal literatura, e quando os trabalhos em que ele figurou como protagonista tornaram-se conhecidos e foram bem acolhidos no estrangeiro, o verdadeiro gaúcho foi substituído, no conceito dos homens, por um gaúcho idealizado, o qual fora tão afortunadamente proclamado, primeiro na guerra e depois nas letras.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Antes de vermos as considerações de Emilio Coni acerca da relação do gaúcho e literatura, é interessante ver sua opinião sobre o tipo humano, que é de certo modo compartilhada por Madaline, tornando-se compreensível o uso de suas obras no estudo da norte-americana:

*Es lo único que voy a tratar de explicarlos, pues en lo demás prefiero tender sobre su memoria un velo piadoso, ya que estoy muy lejos de sentir por él la admiración que despierta en la mayoría de mis sentimentales compatriotas, quienes han confundido al gaucho con el paisano de la campaña. (CONI, 1956, p.87)*

Emilio Coni, que foi considerado um “gauchofóbico”, quer demonstrar que o gaúcho ilegal não é o mesmo que o *paisano* trabalhador do campo, e também como Nichols, defende que o retratado pela literatura não é o mesmo que realmente existiu, como se percebe neste trecho: “*Entre poetas y literatos empezaron a crear una figura que de ningún modo el historiador puede aceptar, pues se ajusta a la rima de los versos, pero no la verdad de los hechos*”. (CONI, 1956, p.92)

Conforme a conclusão de Madaline sobre esta questão, o gaúcho não parece ter partido para sempre, ainda esta muito vivo na literatura, na musica na arte do Prata moderno. O gaúcho verdadeiro desde muito tempo desapareceu, mas o gaúcho imaginário, os ideais que ele encarnou, ainda vivem.

## **Conclusão**

Podemos perceber ao longo de nosso estudo, que Madaline Nichols, desenvolve uma aversão em relação à figura que se tinha do gaúcho em sua época, e fomentada por uma corrente científica, cujas idéias e referenciais se encontravam em contraponto aos quais o gaúcho estava sendo concebido, ou seja, a literatura. É notável, que anteriormente ao desenvolver com profundidade seus argumentos, ela já lança algumas conclusões acerca do



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

gaúcho, que não vão deixar dúvidas do modo pelo qual vai trabalhar, conseqüentemente chegando às conclusões que chegou.

A autora, motivada pela ocorrência de um ser indesejável se transformar em símbolo nacional, demonstra de forma bastante detalhada, os fenômenos ocorridos para que sua gênese fosse possível, como por exemplo, as vacarias como uma espécie de “escola gaúcha”, o contrabando sendo o elemento crucial para a sobrevivência do gaúcho, e também o advento da guerra e da literatura, responsáveis por sua transformação.

Podemos concluir que sua tradição historiográfica, vai ser imprescindível em suas construções relativas ao gaúcho, pois contendo um extensíssimo aporte bibliográfico, na maioria documentos oficiais e livros considerados por ela dignos de citação. Da mesma forma relatos de viajantes, que conforme a mesma, seriam os mais adequados para narrar a vida no pampa, desconsiderando as obras literárias como fonte histórica. Ou seja, estas considerações feitas pela autora só corroboram cada vez mais suas posições respectivas ao assunto, a sua profícua busca pela verdade histórica, que se tornam decisivas na edificação de sua tese.

Portanto constata-se, que os pontos de vista elencados por Nichols, influem de forma categórica na definição do gaúcho: um vagabundo, que age na ilegalidade, estando à margem da sociedade, se transformando em símbolo ideal, que a partir de seus feitos na guerra, começa ser romanceado na literatura de onde cada vez mais fantasiado, fica no imaginário das pessoas como representante de um passado glorioso.

### **Referências:**

ASSUNÇÃO, Fernando O. *Historia del Gaucho. El gaúcho: ser y quehacer*. Buenos Aires: Claridad, 2007.

BOSAK, Joana. *De guaxos e de sombras: um ensaio sobre a identidade do gaúcho*. Porto Alegre: Dublinense, 2010

CONI, Emilio A. *Historia de las Vaquerias de Rio de la Plata 1555 – 1750*. Buenos Aires: Editorial Devenir, 1956, P.36.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

\_\_\_\_\_ *El gaucho ( Argentina – Brasil – Uruguay ).* Buenos Aires: Solar/Hachette, 1969.

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense.* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

LAERA, Alejandra, Prólogo.in: GUTIÉRREZ, Eduardo. *Juan Moreira.* Barcelona: Editorial Sol 90, 2001.

MACHADO, Porpício da Silveira. *O Gaúcho na História e na Lingüística,* Porto Alegre, 1966.

MARIANTE, Helio Moro. *A Idade do Couro, No Continente d'El Rey.* Porto Alegre: INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE, 1979.

MONTALDO, Graciela. *De pronto el campo: literatura argentina y tradición rural.* Rosário, Beatriz Viterbo Ed., 1993

MOURA, Gerson. *História de uma História: Rumos da Historiografia Norte-americana no Século XX.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

NICHOLS, Madaline Wallis. *O Gaúcho.* Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde S.A., 1946.

REICHEL, Heloisa Jochims e GUTFREIND Ieda. *As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina Colonial.* São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E IDENTITÁRIA DO GAÚCHO NA FRONTEIRA OESTE BRASILEIRA**

Priscila Ferreira<sup>1</sup>

Cássio dos Santos Tomaim<sup>2</sup>

Para muitos, a história política pode ser considerada como psicológica e que ignora os condicionamentos; ser elitista e às vezes bibliográfica. Essa história normalmente não se volta para a sociedade global e as massas que a compõem, tendo como objetivo o particular e não a comparação e sendo muitas vezes narrativa, deixando a análise de lado. Em suma: essa história política é considerada como uma *história factual*.

Mesmo assim, a história política é um importante instrumento de análise juntamente com o social, o cultural e o econômico. Atualmente, não se pode falar apenas de uma história política voltada apenas para o político, como se só isso fosse importante. Pelo contrário, a nova história política prevê uma nova ordem social e uma dinâmica interna da pesquisa histórica, aproximando da história cultural.

Assim, a interdisciplinaridade fazendo parte da pesquisa histórica, auxiliou na renovação da história política. Este artigo pretende a partir dessa renovação da história política analisar como se dá a representação política e identitária do gaúcho na fronteira oeste brasileira a partir dos produtos midiáticos – programa radiofônico e televisivo – distribuído nos meios de comunicação.

Para tanto, buscaremos a partir da revisão bibliográfica, discutir as conceituações de política e fronteira, além de trabalhar o conceito de identidade

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Orientada pelo Prof. Dr. Cássio dos Santos Tomaim. priscilao508@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e Comunicação Social (POSCOM) da Universidade Federal de Santa Maria. tomaim78@gmail.com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

na construção do mito do gaúcho que faz parte da construção identitária do Rio Grande do Sul.

### **As ações de poder e o sujeito político**

A definição de poder é vista como a capacidade ou a possibilidade de agir e de produzir efeitos. Ela pode se referir tanto a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou fenômenos naturais.

O poder entendido no sentido social torna-se mais preciso e seu espaço conceitual se estende desde a capacidade geral de agir até a capacidade do homem de determinar o comportamento do próprio homem. Segundo Norberto Bobbio (1993) “é o poder do homem sobre o homem”.

Nesse sentido, o homem não é somente o sujeito, mas também o objeto do poder social. Tal poder não se associa ao controle que o homem faz da natureza muito menos da utilização dos recursos que dela provém, pelo contrário, ele se estende na capacidade de ordenar sobre o outro, sobre o humano, sobre o cidadão. Assim, o poder sobre o homem é sempre distinto do poder sobre as coisas.

Compreendido dessa forma, o poder social não deve ser identificado e relacionado com a posse de instrumentos aptos à consecução de fins almejados. Como lembra BOBBIO (1993), a designação de poder social deve levar em conta o caráter relacional, porque o poder social não é uma coisa ou a sua posse, mas uma relação entre pessoas.

Levando em conta essa questão, a nova história política se volta para os sujeitos do cotidiano e não somente aos grandes sujeitos da história como era feita na história política tradicional. Essa nova possibilidade de análise apresenta problemáticas novas para o estudo no âmbito da história política.

Em contrapartida, BOBBIO (1993) destaca que o poder político - diferente do poder social - se caracteriza pelo uso exclusivo da força em relação



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

à totalidade dos grupos sociais que atuam num determinado contexto social.  
Para o autor,

Embora a possibilidade de recorrer à força seja o elemento que distingue o poder político das outras formas de poder, isso não significa que ele se resolva no uso da força. Tal uso é uma condição necessária, mas não suficiente para a existência do poder político. (BOBBIO, 1993, p. 956).

Dessa forma, devem ser consideradas algumas características que são atribuídas ao poder político e que auxiliam na diferenciação de qualquer outra forma de poder: a exclusividade, a universalidade e a inclusividade. Por exclusividade entende-se a tendência revelada pelos detentores do poder político a não permitir a formação de grupos armados independentes no âmbito do seu domínio.

Já por universalidade, compreende-se a capacidade que têm os detentores do poder político de tomar as decisões legítimas que são eficazes para toda a coletividade. Todavia, a inclusividade vai estar associada à possibilidade de intervir de modo imperativo em todas as esferas possíveis da atividade ao fim desejado. É evidente que esse poder político tem limites, não sendo estático e/ou imutável, mas esses limites variam de uma formação política para outra.

Na contramão desse conceito de poder político, René Remond (2003) propõe articular o político enquanto prática social, levando em consideração as representações e seus sistemas simbólicos, além das construções de imaginários de uma época. Essa proposta pode ser inserida na chamada *cultura política*, que recusando a predominância de um enfoque socioeconômico mais estrutural, passa a privilegiar abordagens que ressaltam variáveis políticas e culturais para a compreensão das relações sociais construídas.

Nesse caso, essa abordagem possibilita ver como, a partir de produtos midiáticos, os gaúchos que migraram para as regiões da fronteira oeste brasileira representam sua identidade enquanto sujeitos políticos. Para a representação dessa identidade, é importante destacar a produção de imaginário social a respeito do Estado sulista nessas regiões fronteiriças.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A imaginação social está relacionada a um aspecto da vida social, da coletividade global e dos agentes sociais, onde suas particularidades se manifestam na diversidade dos seus produtos. Para Sandra Pesavento (2003) o imaginário comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos e valores, além de ser construtor de identidades e exclusões que aponta semelhanças e diferenças sociais. Assim, a ideia do imaginário como sistema, remete à compreensão de que ele constitui um conjunto dotado de relativa coerência e articulação.

Mas é com o advento da História Cultural, e aqui podemos associar com a própria renovação da História Política, que o imaginário se torna um conceito central para a análise da realidade, onde o real é o referente da construção imaginária do mundo, só que ele não é o seu reflexo ou cópia. Para Bronislaw Baczko (1985) a construção de objetos como o “homem real” e os “grupos sociais verdadeiros” conjuga-se com o sonho coletivo de uma sociedade e de uma história transparente para os homens que as constituem.

Para exercer um poder simbólico dentro de um grupo social deve-se duplicar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Nesse caso, ao selecionar os aspectos que identificam e que são pertencentes à tradição gaúcha, esses migrantes estabelecem os símbolos que os identificam como gaúchos: a bombacha, o chimarrão e o CTG – Centro de Tradições Gaúchas.

Entretanto, nessa produção de sentido BACZKO (1985) observa que ao produzir um sistema de representações que traduz e legitima a sua ordem, qualquer sociedade instala “guardiões” do sistema para dispor certa técnica de manejo das representações e dos símbolos. Isso possibilita que seja reconhecida a autenticidade desse imaginário construído acerca dessa identidade assumida.

O autor ressalta ainda que os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico, sendo que através dela se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos. Nesse sentido, BACZKO (1985, p. 309) fala que para uma coletividade designar sua identidade, ela se estabelece através dos seus imaginários, elabora certa representação de si,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

estabelece uma distribuição dos papéis e das posições sociais e impõe e exprime crenças comuns. Sendo dessa forma a produção de uma representação global e totalizante da sociedade.

Porém, para designar uma identidade coletiva correspondente é necessário delimitar o seu território e as suas relações com o meio ambiente e, claro, com os “outros”, além de corresponder à formação da imagem dos inimigos e dos amigos, dos rivais e dos aliados. Essa projeção de formar uma imagem do amigo e do inimigo pode ser relacionada com o que Zygmunt Bauman (1999) fala a respeito da construção social da ambivalência.

Para ele, existem os amigos, os inimigos e os estranhos, sendo que os amigos e os inimigos colocam-se em oposição uns com os outros e o estranho se enquadra na condição dos indefiníveis – porque ele não é uma coisa e nem outra, podendo ser ambos ao mesmo tempo. Esta variação é uma oposição-chave entre *interior* e *exterior*.

BAUMAN (1999) observa que o exterior é a negatividade para a positividade do interior: *o exterior é o que o interior não é*. Da mesma forma fala-se da relação amigo e inimigo, onde os inimigos são amigos falhados e que a selvageria viola a domesticidade dos amigos.

Deste modo, o imaginário social passa a ser uma força reguladora da vida coletiva. Essas referências simbólicas não se limitam apenas a indicar os indivíduos que pertencem à mesma sociedade, mas define também os meios aos quais essas referências vão ser disseminadas e adquiridas.

É nesse sentido que o imaginário social se torna uma peça eficaz e efetiva como dispositivo de controle da vida coletiva e, claro, do exercício da autoridade e do poder. Ao estabelecerem-se nessas regiões de fronteira, esses migrantes para consolidar sua construção identitária utilizam-se do poder que é cabido como sujeitos para legitimar essa identidade que está sendo forjada.

Como destaca BACZKO (1985) os imaginários sociais tornam-se inteligíveis e comunicáveis através da produção dos discursos nos quais se efetua a reunião das representações coletiva numa linguagem. Para ele, os



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

signos investidos pelo imaginário correspondem a outros tantos símbolos, sendo que a potencialidade unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores que se operam por meio do simbolismo.

Nesse esquema de interpretação, o autor ressalta que,

O imaginário social informa acerca da realidade ao mesmo tempo em que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. [...] o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e arrastando os indivíduos para uma ação comum. (BACZKO, 1985, p. 311).

No entanto, os imaginários sociais e os símbolos em que eles assentam fazem parte de sistemas complexos como os mitos, as religiões, as utopias e as ideologias. Nesse sentido o autor destaca que, de certa forma, todas as cidades são uma projeção dos imaginários sociais no espaço. Nesse caso, podemos considerar que as regiões que receberam esses migrantes gaúchos passaram de alguma maneira, a serem suas projeções de futuro, de melhora de vida e de continuidade de uma cultura gaúcha naquelas regiões.

### **A fronteira como campo de negociação e representação.**

O conceito de fronteira ao longo do tempo teve conceituações e significados diferentes. De forma dinâmica apresentaremos as diferenciações que englobaram o conceito de fronteira.

A fronteira pode ser conceitualizada, num primeiro momento, como constituída pelos inúmeros pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar. A sua origem, portanto, reside no movimento que é próprio de cada ser vivo e por isso ela é considerada móvel. Essa mobilidade torna-se o caráter intrínseco da fronteira, mesmo que uma sociedade tenha a tendência de fixar suas fronteiras.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Para Benedikt Zientara (1989), a ideia de fronteira como linha que separa duas regiões diferentes é errada. Tal ideia surgiu no período de evolução social no qual os homens tentaram estabelecer por via pacífica os respectivos direitos de propriedade nos territórios abrangidos. Dessa definição de direitos no interior de uma sociedade, passou-se à definição pacífica das reivindicações de grupos sociais, não se tratando mais na fronteira entre o grupo em questão e o restante do mundo, mas como divisão dos grupos que ali estavam.

O autor observa ainda que o fator constitutivo das fronteiras é sempre uma comunidade que consiste numa organização mais ou menos vasta, mais ou menos estável. A tendência em fazer coincidir as fronteiras linguísticas, culturais e econômicas com as estatais, opõe-se sempre outra em sentido contrário - como tendência à diferenciação das sociedades e a ultrapassagem dos limites do próprio grupo.

A coesão interna do grupo que se isola dos outros, além de seu exclusivismo, exprimem-se em duas direções: a *expansão* do seu território e a *defesa* das fronteiras existentes. Mesmo assim, as fronteiras apresentam um caráter unificador e ao mesmo tempo divisório, onde as fronteiras que separam comunidades humanas pode determinar um gênero particular – válido para os confins de Estado, onde as populações que vivem numa zona de fronteira dão origem a uma comunidade fundada em interesses particulares mantendo entre elas uma intensa comunicação.

Nesse caso, podemos verificar que a fronteira não apresenta apenas pressupostos geográficos, mas também sociais. Para ZIENTARA (1989), ela depende da consciência do grupo que tende a isolar-se e é tanto mais sólida quanto mais profunda são as diferenças entre esse grupo e os seus vizinhos.

Seguindo nesse raciocínio, Alejandro Grimson (2001) ressalta que “las fronteras son espacios de condensación de procesos socioculturales” e que “esas interfaces tangibles de los estados nacionales unen y separan de modos diversos, tanto en términos materiales como simbólicos”. O autor observa ainda que,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Las fronteras políticas constituyen un terreno sumamente productivo para pensar las relaciones de poder en el plano sociocultural, ya que los intereses, acciones e identificaciones de los actores locales encuentran diversas articulaciones y conflictos con los planes y la penetración del estado nacional. (GRIMSON, 2001, p. 93).

Mesmo reconhecendo que o autor refere-se à fronteira no âmbito dos estados nacionais, no nosso caso específico estamos relacionando a fronteira nos espaços regionais que se encontram dentro de um país (ou estado nacional). Sendo assim, o autor salienta que as zonas fronteiriças constituem espaços limites onde se produzem identidades transnacionais, assim como conflitos e estigmatizações entre os grupos nacionais. Como zonas de expansão e de limites, essas regiões fronteiriças cumprem as novas funções em relação à ordem global e regional.

Com isso, é possível afirmar que a fronteira não deve ser considerada como linha divisória, mas como um espaço. Para Mariana Flores e Luís Farinatti (2009) o espaço deve ser compreendido como produto da ação humana, um *locus* onde a atividade produtiva e relações sociais ocorrem e se constrói ganhando significado a partir da ação dos sujeitos históricos.

É interessante observar a importância de analisar as representações sociais que se encontram nesses espaços, enquanto fronteira. Afinal, por mais que haja uma relação de integração na região fronteiriça, haverá também elementos que vão demarcar a alteridade dos grupos ou comunidades ali estabelecidas.

Quanto ao conceito de representação, Roger Chartier (2002) fala que a representação que os indivíduos e os grupos fornecem através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social. Ela pode ser definida tanto pelo seu ser-percebido quanto pelo seu *ser* apenas, pelo seu consumo e pela sua posição nas relações de produção.

Entretanto, as representações não são “ingênuas” e/ou neutras. Para o autor, essas representações do mundo social que são construídas, embora



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam.

Nesse sentido, as representações que constituem o imaginário social se baseiam em elementos da realidade concreta que dá significado a partir dos desejos e necessidades conscientes e inconscientes dos grupos envolvidos. Assim, o conceito de representação, conforme as premissas abordadas pelo autor levam a pensar o mundo social ou o exercício do poder de acordo com um modelo relacional.

As modalidades de apresentação de si são comandadas pelas propriedades sociais do grupo ou pelos recursos próprios de poder. O autor destaca que elas (as representações) não são uma expressão imediata, automática, objetiva do estatuto de um ou do poder do outro. Sua eficácia depende da percepção e do julgamento de seus destinatários, da adesão ou da distância entre mecanismos de apresentação e de persuasão postos em ação.

Demonstrando assim, que as discordâncias são possíveis tanto entre a demonstração e a imaginação quanto na representação proposta e no sentido construído. Além disso, a constatação da força da representação que manipula o destinatário faz com que ele reconheça a posição e o mérito por detrás da exibição, transformando-o em um espelho onde o poderoso vê e se persuade de seu próprio poder.

Dessa forma, é interessante pensar que as relações se organizam de acordo com lógicas que põem em jogo ou em ato os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais. Logo, as representações constitutivas daquilo que poderão ser denominadas como uma cultura seja esta comum ao conjunto de uma sociedade ou própria de um determinado grupo.

No nosso caso, as representações vão contribuir para uma construção identitária do gaúcho que juntamente com os produtos midiáticos, no caso específico o programa radiofônico e televisivo, vão reforçá-la para serem consumidas e apreciadas.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A construção da identidade do gaúcho e sua mitificação**

O gaúcho, no século XIX, era tido como agente social, habitante da região da campanha e vinculado à produção pecuária. O termo *gaúcho* pode ser encontrado tanto na Argentina, no Uruguai, quanto no Brasil – mais especificadamente no estado do Rio Grande do Sul.

A historiografia dos três países reconhece a figura do gaúcho como representante do seu passado histórico e símbolo das suas especificidades nacionais ou regionais. Sendo assim, na Argentina e no Uruguai o *gaúcho* vai se referir a um emblema nacional enquanto que no Brasil, o termo se refere a um sujeito regional que é utilizado para construir a identidade do Rio Grande do Sul.

Apesar da existência de uma diversidade interna, tanto a tradição como a historiografia regional rio-grandense tendem a representar seu habitante através de um tipo social: o *gaúcho* – um sujeito desbravador, trabalhador e conquistador. Desta forma, a construção social da identidade gaúcha faz referência constante a elementos que evocam um passado glorioso, marcado pela vida no campo e em cima de seu cavalo, tendo virilidade e bravura que enfrenta o inimigo e as intempéries da natureza com lealdade e honra.

Como afirma Sandra Pesavento (2002) a construção de uma identidade rio-grandense está ligada ao contexto político, econômico e cultural da Primeira República, onde os intelectuais desta época alinharam seu discurso na valorização do território e da cultura local. Além disso, no instante em que insurgiu o desejo separatista, encontrava-se ali a intenção de defender seu território e demarcá-lo.

Nesse caso, pode-se dizer que foi no decorrer da revolução farroupilha que se criou as condições para forjar uma identidade gaúcha. Mas para que isso ocorresse, foram utilizados elementos que estavam dispostos no cotidiano rio-grandense como o enaltecimento do território e a sua capacidade de guerrear e conquistar.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Para Rubem Oliven (1984) a construção da identidade gaúcha começa a ser construída aproximadamente no ano de 1868, quando um grupo de intelectuais e escritores funda, em Porto Alegre, o *Partenon Literário*. Segundo o autor, este grupo era considerado como uma “sociedade de letrados e escritores que, através da exaltação da temática regional, tentaram juntar os modelos culturais vigentes na Europa e a visão positivista do governo rio-grandense para escrever suas obras”<sup>3</sup>.

Para OLIVEN (1984) quando ocorreu o início do culto às tradições gaúchas - que perpassava sempre por dois aspectos comuns: a presença do campo e a figura do gaúcho - não existia mais a figura marginal do gaúcho, sendo esta figura transformada ao longo do tempo como o peão da estância. Mas, embora os literatos tenham enaltecido a temática gaúcha, só em 1898, com a criação da primeira agremiação tradicionalista, o *Grêmio Gaúcho de Porto Alegre*, é que fortalece a promoção da tradição gaúcha.

A agremiação era voltada para a promoção de festas, desfiles de cavalarianos, palestras e outras atividades ligadas ao culto da tradição. Segundo João Cezimbra Jacques<sup>4</sup>, o fundador do Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, a intenção de fundar a associação surgiu com o objetivo de,

Organizar o quadro das comemorações dos acontecimentos grandiosos de nossa terra [...] Pensamos que esta patriótica agremiação [...] é destinada a manter o cunho de nosso glorioso Estado e conseqüentemente suas grandiosas tradições integralmente por meio de comemorações regulares dos acontecimentos que tornaram o sul-rio-grandense um povo célebre, diante não só de nossa nacionalidade, como do estrangeiro.

Observa-se assim que nesta construção identitária e conseqüentemente de tradição, a valorização da história local, bem como os problemas de demarcação do seu território favoreceram para a estruturação de uma

---

<sup>3</sup> OLIVEN, Rubem George. **A Fabricação do Gaúcho**. In: Ciências Sociais Hoje. 1984, p. 57.

<sup>4</sup> Apud SOPELSA, 2005, p. 20.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

identidade. Entretanto, esta exaltação sofre restrição quando na década de 1930, o contexto histórico tem alterações significativas, principalmente pelo fato de se tentar construir uma identidade nacional, promovendo o deslocamento do poder no âmbito regional para o nacional.

A partir desse contexto, o ano chave do ressurgimento do entusiasmo e culto às tradições gaúchas ocorre em 1948, quando um grupo de estudantes secundaristas, vindos do interior do Estado, criam o primeiro Centro de Tradições Gaúchas, o 35 CTG em Porto Alegre. Para Paixão Cortes<sup>5</sup> as motivações que levaram à criação do centro estavam ligadas ao fato de que,

Grande parte da nossa geração, que vivera sua juventude durante a ditadura de Getúlio Vargas, politicamente desconhecia os símbolos oficiais (bandeira, brasão, hino) da terra gaúcha, pois tais elementos haviam sido banidos do ensino escolar, estavam ausentes dos pórticos e papéis timbrados e não figuravam nas cerimônias governamentais do Estado. (apud SOPELSA, 2005, p. 24).

Além disso, é interessante observar que neste período o estrangeirismo estava marcadamente presente no Brasil, havendo uma “invasão” norte-americana<sup>6</sup> à cultura do Rio Grande do Sul. Esse contexto histórico favoreceu para que o grupo buscasse as raízes campeiras - afinal, o tradicionalismo gaúcho está calcado ao peão da estância que geograficamente está localizado na região da Campanha - e as tradições perdidas entre estes dois momentos.

Todavia, ao falar sobre regionalismo, e neste caso o regionalismo gaúcho, OLIVEN (2006, 52) observa que

O regionalismo aponta para as diferenças que existem entre regiões e utiliza essas diferenças na construção de identidades próprias. Mas, assim como o nacionalismo, o

---

<sup>5</sup> Apud SOPELSA, 2005, p. 24.

<sup>6</sup> JACKS, Nilda. **Mídia Nativa**: indústria cultural e cultura regional. Porto Alegre: UFRGS, 1997. Segundo a autora, a “invasão” norte americana à cultura gaúcha, juntamente com a política desenvolvida pelo Estado Novo vão ser o marco determinante para a aglutinação do grupo fundador do 35 CTG.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

regionalismo também abarca diferentes facetas, expressando frequentemente posições de grupos bastante distintos, contendo desde reivindicações populares até os interesses disfarçados das classes dominantes.

No caso do nosso artigo, podemos relacionar que essas facetas de reivindicações vão ocorrer nos espaços fronteiriços da região oeste brasileira, quando migrantes gaúchos buscando novos campos ou o melhoramento da sua condição de vida levam consigo os traços que, de certa forma, proporciona uma unidade identitária no Rio Grande do Sul. É evidente que esses migrantes mesmo estando em outro Estado ou localidade ao cultivar elementos constitutivos de sua identidade vão selecionar o que neste local representará a sua identidade ou mesmo, a figura do gaúcho.

Como exemplo prático, e do qual temos acesso<sup>7</sup>, podemos observar um programa radiofônico da região oeste do Paraná, mas especificadamente da cidade de Cascavel, que vai contemplar essa gauchidade na região. Esse programa, que era apresentado diariamente por um migrante gaúcho já trazia no seu nome a marca de referência (e a promessa) para os migrantes: *A Hora do Chimarrão*.

Além disso, o programa tinha a intenção clara de ser voltado para o público gaúcho que para lá migrou. Essa constatação ocorreu através dos depoimentos coletados durante a pesquisa. Mas é claro que essas representações e práticas não estavam apenas no meio radiofônico, a própria televisão local tinha um programa dominical, o *Alô Tchê*, semelhante ao Galpão Crioulo<sup>8</sup>, sendo apresentado em fazendas e/ou chácaras da região de Cascavel.

Nesse sentido é possível verificar não só uma construção identitária regional como também uma mitificação dessa figura: *o gaúcho*. Nos exemplos apresentados de produtos midiáticos, os apresentadores tinham uma preocupação de manter uma verossimilhança do que eles achavam que

---

<sup>7</sup> Trabalho de pesquisa desenvolvido para a construção da monografia sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Cristina Ennes da Silva.

<sup>8</sup> Programa Tradicionalista apresentado aos domingos pela RBS TV.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

pertencia a essa figura construída e dos elementos que compõem a identidade gaúcha.

## **Considerações Finais**

Levando em consideração as abordagens que a nova história política nos possibilita estudar, este artigo pretendeu apresentar como os migrantes gaúchos da fronteira oeste brasileira vão construir uma identidade gaúcha que faz referência ao seu estado de origem. Como sujeitos e mesmo como grupo social, eles selecionaram elementos que possibilita unificar essa identidade na região e no qual os identificam como gaúchos.

Mesmo estando localizados em uma zona fronteiriça esses sujeitos vão constituir espaços limites onde se produzem identidades transnacionais, assim como conflitos e estigmatizações entre os grupos regionais e nacionais. É nesse sentido que CHARTIER (2002) ressalta as lutas de representação, porque nesses espaços não se encontra apenas os migrantes gaúchos, mas também os nativos que são oriundos dessa região.

Para essa construção, e mesmo reforço dessa identidade, o imaginário social será o dispositivo utilizado para auxiliar nessa construção, onde elementos como produção de discursos e símbolos vão caracterizar e dar sentido a essa representação. Além disso, o dispositivo imaginário possibilita que haja uma adesão ao sistema de valores que está sendo determinado, interiorizando nos indivíduos os comportamentos e modelos que se devem seguir para representar essa identidade gaúcha.

As práticas e representações que esses sujeitos vão fazer e que constituem o imaginário social baseiam-se em elementos da realidade concreta que dão significado a partir dos desejos e necessidades conscientes e inconscientes dos grupos envolvidos. Assim, nos possibilita pensar que o conceito de representação está intimamente conectado ao mundo social e ao exercício do poder de acordo com um modelo relacional.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

É claro que os produtos midiáticos vão contribuir significativamente para essa difusão, colocando no ar programas que contemplem a temática gaúcha e que tentam, de alguma forma, apresentar os elementos que foram previamente selecionados para representá-los como pertencendo ao gaúcho – ou melhor, ao Estado rio-grandense.

Com isso, fica evidente que ao migrarem para outros estados brasileiros os gaúchos vão constituir redes de relações que se tornam efetivas. Transformando o culto às tradições gaúchas como uma forma de manter sua identidade enquanto grupo com características próprias e distintas em relação às outras.

Nesse caso, a cultura assim como a identidade vão se construir a partir das práticas sociais, sendo que as representações auxiliam na orientação dessas práticas. Todavia, a cultura (independente de qual seja) está inteiramente ligada ao sujeito da mesma forma que a comunicação (e aqui não me refiro apenas aos produtos midiáticos) se torna relação entre os homens.

## **Referência Bibliográfica**

- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1993. (verbetes “poder” e “política”).
- FERTIG, André. A história política: da história tradicional à história renovada. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, PPG em História/UFMT, v. 2, n. 2, jul/dez 2009.
- FERREIRA, Priscila. **A perpetuação da cultura gaúcha através do rádio: o programa “A Hora do Chimarrão” em Cascavel – PR**. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2010. Monografia apresentada para obter o título de Especialista no curso de Pós-Graduação, Especialização em História, Comunicação e Memória do Brasil Contemporâneo pela Universidade Feevale.
- GRIMSON, Alejandro. Fronteras, culturas e identificaciones en el Cono Sur. In: MATO, Daniel (org.). **Estudios latino-americanos sobre culturas y**



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**transformaciones sociales en tiempos de globalización 2.** Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/mato/Grimson.rtf>>.

Acesso em 29 mar 2011.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.). **História: novas abordagens.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

Oliven, Ruben George. **A Fabricação do Gaúcho.** In: Ciências Sociais Hoje. 1984, p. 57-68.

\_\_\_\_\_. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil - nação.** 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

\_\_\_\_\_. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

REMOND, Réne. Por que a história política?. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, p. 7-19.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, 1995, p. 9-22.

SOPELSA, Renata. **Aquerenciados em um Novo Rincão: Migrantes e o culto às tradições gaúchas na cidade de Ponta Grosso-PR (1958-1968).** Curitiba: 2005. Dissertação apresentada para obter o título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR.

THOMPSON FLORES, Mariana F.C.; FARINATTI, Luis Augusto. A Fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil. In: HEINZ, Flávio (org.). **Experiências nacionais, temas transversais. Subsídios para uma história comparada da América Latina.** São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 145-177.

ZIENTRA, Benedikt. Fronteira. In: **Enciclopédia Einaudi.** Vol. 14, Estado-Guerra. Lisboa: In – Casa da Moeda, 1989, p. 306-317.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**CONFLITO ENTRE CHILE E PERU:  
A QUESTÃO TACNA E ARICA E A POSIÇÃO DO BRASIL DURANTE A  
GESTÃO DO BARÃO DO RIO BRANCO NO MINISTÉRIO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES (1902-1912)**

Quésia Franciele Martins Binelo<sup>1</sup>

O período que estamos estudando tem como pano de fundo o processo de americanização da diplomacia brasileira. Antes, voltada totalmente para a Europa, com a Proclamação da República é redirecionada para os países americanos, mais precisamente para os Estados Unidos que emergia como potência mundial no início do século XX.

O processo de americanização da diplomacia brasileira iniciada com a República é concretizada durante a gestão do barão do Rio Branco na pasta das Relações Exteriores do Brasil, que aproxima o Brasil dos Estados Unidos e procura formar um bloco político e defensivo com a Argentina e o Chile. Para isso, Rio Branco trabalha intensamente no objetivo de unir essas três Repúblicas em torno de uma aliança.

Nesse processo Rio Branco procura sempre mediar os conflitos que surgem entre os países sul-americanos buscando estabelecer a paz entre eles e “promover” o Brasil. Os conflitos nesse período são muito frequentes porque é um momento em que as fronteiras dos países sul-americanos estão sendo delimitadas, pois os limites colonias eram muito vagos e exigiam uma precisão maior. Em 1909 o Brasil já havia resolvido todas as suas questões de fronteiras e passou a mediar os conflitos entre as ex-colônias espanholas.

Como Resultado da Guerra do Pacífico (1879-1883) o Chile anexou ao seu território Tacna e Arica, que até 1879 pertencia ao Peru, e o território de Anfotagasta, que pertencia à Bolívia, deixando essa última sem uma saída soberana para o mar. O conflito entre esses três países sul-americanos originado

---

<sup>1</sup>Graduanda do curso de História LP, Universidade de Passo Fundo 2011/2. Email: franbinelo@gmail.com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

nessa guerra estendem-se até os dias atuais.

A guerra acabou oficialmente em outubro de 1883 com a assinatura do Tratado de Ancon, no qual ficou determinando que o Chile ocuparia as províncias de Tacna e Arica por dez anos e após esse período haveria um plebiscito no qual se definiria se elas voltariam para o Peru ou continuariam sob a soberania do Chile. Entretanto, o plebiscito nunca aconteceu. Em 1909 o Chile começou a “chilenizar” as duas províncias, colonizando-as e expulsando peruanos do território, resultando em um rompimento diplomático com o Peru. As relações diplomáticas foram retomadas entre os dois países somente em 1928, um ano antes da solução “definitiva” do conflito.

Os territórios de Tacna e Arica foram motivos de disputa entre o Chile e o Peru pelos 45 anos que se seguiram da Guerra do Pacífico. Em 1929 com a mediação dos Estados Unidos os dois países entraram em um acordo: o Chile ficou com Arica e o Peru com Tacna.

Durante a gestão do barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, houve um esforço considerável por parte do Brasil em mediar um acordo entre Chile e Peru na questão Tacna e Arica. Para Rio Branco o meio mais prático e razoável de resolver a questão seria dividir o território, ficando Arica para o Chile e Tacna para o Peru. Em defesa dessa ideia não poupou esforços na tentativa de fazer com que o Chile aceitasse o acordo. Isso se evidencia nas correspondências trocadas entre o barão do Rio Branco e o Ministro do Brasil no Chile, Gomes Ferreira, em 1910, quando o barão escreve orientando-o para que procurasse o Ministro de Relações Exteriores do Chile e comunicasse verbal e confidencialmente sobre as propostas do Brasil para uma solução amigável do conflito Tacna e Arica. Segundo Rio Branco, a prolongação do desacordo entre o Chile e o Peru era motivo de inquietação para todos os amigos do Chile e da paz.

Mesmo sem ter consultado o Governo argentino, Rio Branco aconselha o Chile que aceitasse uma mediação feita pelo Brasil, Argentina e Estados Unidos.

Rio Branco acreditava que o Peru aceitaria a mediação se “*mediante*





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*acordo prévio entre as duas partes interessadas, o Brasil, os Estados Unidos da América fossem, como mediadores, incumbidos de resolver a questão como julgassem melhor*<sup>2</sup>. No caso do Chile aceitar esse acordo, Rio Branco se comprometeria em conseguir que a Argentina e os Estados Unidos concordassem com o parecer do Brasil sobre a questão. “*A mediação seria verdadeiramente do Brasil, secundado pela Argentina e pelos Estados Unidos da América*”<sup>3</sup>.

Nas correspondências enviadas à Santiago Rio Branco sempre demonstrava a preocupação em não deixar que tais confidências chegassem ao conhecimento dos jornais, pois, estes poderiam interpretar de forma incorreta o seu interesse em ver a questão resolvida. O Ministro do Brasil no Chile ficava encarregado de levar as informações passadas apenas para o Ministro do Chile e para o presidente desse país.

Rio Branco buscava colocar o Brasil como líder de uma possível mediação entre Chile e Peru, se posicionando como aliado e amigo do Chile na solução pacífica do conflito entre esses dois países. A decisão que teoricamente seria do Brasil, Argentina e Estados Unidos em relação ao conflito seria apenas “fachada” pois quem decidiria a questão seria o Chile e o Brasil apenas oficializaria. Nesse caso o Brasil se compromete também em convencer a Argentina e os Estados Unidos da decisão tomada. No telegrama a seguir Rio Branco apresenta três alternativas para o Chile resolver a questão com o Peru:

“As duas partes em litígio comprometer-se-iam previamente a aceitar o conselho ou decisão do mediador que seria dada depois do exame dos documentos existentes até ao momento em que a mediação fosse aceita.

“O mediador seria autorizado a resolver a questão pendente ou atribuindo a uma das Partes integralmente o território em litígio,

“ou dividindo, como entendesse melhor, esse território para atribuir ao Chile uma parte e outra ao Perú,

---

<sup>2</sup>AHI. Despachos à Santiago. Correspondência do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Rio Branco, para a legação do Brasil no Chile. 21 de março de 1910

<sup>3</sup>Idem



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

“ou erigindo esse território em Estado independente sob a proteção do Brasil, Argentina e Estados Unidos”<sup>4</sup>

Rio Branco explica no decorrer desse telegrama os motivos pelo qual deseja ver essa questão resolvida, buscando mostrar os riscos que uma guerra entre Chile e Peru poderiam acarretar para os países envolvidos, caso a questão não fosse solucionada amigavelmente. Segundo ele, o Chile não poderia perder a oportunidade de resolver amigavelmente, por meio da mediação do Brasil, um litígio que durava há tantos anos, e que dava lugar a discussões irritantes. Ele aponta também os perigos de uma guerra que provavelmente arrastaria outros países da América do Sul, e que, indubitavelmente, daria lugar a intervenção de potências militares para pôr termo à conflagração ditando uma paz sobre bases menos favoráveis para o Chile do que a solução a que pelo meio proposto poderia chegar.

Rio Branco continua o telegrama dizendo que tem aconselhado a peruanos e chilenos de que só dividindo o território em litígio poderia essa velha questão terminar, e que o fim do conflito se daria no momento em que o Chile e o Peru aceitassem a solução proposta pelo Brasil. Quanto ao plebiscito em Tacna e Arica, diz “*que a experiência tem demonstrado que é impossível chegarem as duas Partes a acordo sobre as condições em que elle deva realizar-se.*” Nesse caso “*restaria a anexação decretada pelo Chile, mas isso seria um acto de força que viria aumentar as probabilidades de um conflicto armado, cujas consequencias não é dado prever com segurança*”.<sup>5</sup>

A opinião peruana não permitia que o Governo de Lima resolvesse a solução através de um acordo direto com o Chile. Entretanto, Rio Branco estava convencido de que a solução seria aceita “*se ficasse amparado perante a opinião dos intransigentes com o conselho ou a decisão dos paizes amigos*

---

<sup>4</sup>AHI. Despachos à Santiago. Correspondência do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Rio Branco, para a legação do Brasil no Chile. 21 de março de 1910

<sup>5</sup>Idem



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*chamados a mediar neste negocio”.*<sup>6</sup>

No dia 23 de março de 1910 Rio Branco escreve ao Ministro do Brasil no Chile, Gomes Ferreira, comunicando o recebimento da resposta aos seus apelos em prol de uma solução pacífica para a questão Tacna e Arica:

Recebi hontem à noite o seguinte telegrama, seu, que é uma primeira resposta aos meus sobre a questão Tacna e Arica:

“O Ministro das Relações Exteriores submete a proposta à consideração do Presidente da Republica e responderá, mas não crê possa ser aceita, pois Chile nada admite que se pareça com arbitramento.

“Proposito inabalavel de Chile é ficar com o territorio inteiro dando compensação pecuniaria. Fóra disso irá a guerra.

“O Perú retirou sua legação não respondendo à recente proposta de plebiscito feita por Chile[...].”<sup>7</sup>

Como contra resposta o Ministro brasileiro argumenta que não se trata de arbitramento mas de conselho dado por potencias amigas. *“Póde-se supprimir o accordo prévio ou compromisso das duas partes e estabelecer que ambas separadamente se dirijam aos tres Governos amigos para que aconselhem uma das soluções indicadas”*<sup>8</sup>. Segundo ele *“Dado o conselho, as duas firmariam um tratado ou protocollo que naturalmente ficaria dependendo da aprovação dos Congressos respectivos.”*<sup>9</sup>

Rio Branco afirma que apenas aconselha o Chile a fazer o que o Brasil teria feito se a causa fosse dele: *“Nas nossas questões sobre territorios temos sempre transigido renunciando à parte dos territorios a que nos julgavamos com direito, salvo nos tres casos em que recorreremos ao arbitramento. O que indicamos ou propomos é o que fariamos se a questão fosse nossa”*.<sup>10</sup>

Para o Ministro do Brasil seria mais prudente o Chile abrir mão de parte

---

<sup>6</sup>AHI. Despachos à Santiago. Correspondência do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Rio Branco, para a legação do Brasil no Chile, 21 de março de 1910

<sup>7</sup>AHI. Despachos à Santiago. Correspondência do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Rio Branco, para a legação do Brasil no Chile, 23 de março de 1910

<sup>8</sup>Idem

<sup>9</sup>Idem

<sup>10</sup>Idem



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

do território do que ir à guerra, pois este é mais perigoso, e na tentativa de convencer o Chile das desvantagens de uma guerra exemplifica: *“O Japão é uma grande potencia militar e tanto na guerra contra a China como na guerra contra a Russia foi impedido por intervenções estrangeiras de tirar todo o partido que esperava tirar da vitoria.”*<sup>11</sup>

Rio Branco pede para que Gomes Ferreira transmita suas observações sobre a Questão Tacna e Arica para o governo chileno, afirmando que acredita que exista no Chile partidários da ideia de dividir o território em litigio, pois via nessa questão perigos muito graves e prováveis para o Chile e alerta para que se resolva essa questão tão de pressa quanto possível.

Para Rio Branco se o Chile procurasse resolver a questão pela guerra poderia dar lugar a intervenção de alguma das grandes potências militares que tenha interesse no Peru, e a paz se faria em condições menos favoráveis do que a divisão de território, lembrando que a solução amigável do conflito evitaria compensações pecuniárias e o sacrifício de dinheiro e de vidas que uma guerra acarretaria.

Apesar da aparente frieza do Chile em relação ao esforço feito pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Rio Branco ainda insiste para que aquele país aceite a solução amigável proposta pelo Brasil apontando os perigos que uma guerra poderia causar entre os dois países.

No dia 28 de março, Rio Branco volta a escrever para Gomes Ferreira dizendo que no dia 24 havia conversado longamente com o Ministro chileno, explicando que o pensamento do Brasil não era a de intervir na questão, mas sim de verificar confidencial e amigavelmente se o Chile aceitará a divisão de território, que segundo ele, é a mais prática das soluções.

Rio Branco propõe que se a solução apresentada não agradasse o Chile, o Brasil apresentaria a solução para o Peru não como proposta chilena mas como sugestão brasileira e ainda comprometer-se-ia em trabalhar para que o Peru aceitasse, afirmando ter motivos para crer que não seria mal sucedido nessa tentativa. Entretanto isso só aconteceria quando o Brasil estivesse

---

<sup>11</sup>Idem



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

confidencialmente autorizado pelo Chile.

Rio Branco argumenta que no caso do Chile não considerar as duas últimas alternativas o Brasil modificaria unicamente para o caso de divisão de território: *“Se a ideia fosse aceita, o Chile e o Perú assignariam um protocollo ou tratado determinando a linha divisoria”*.<sup>12</sup>

Também compromete-se em excluir a Argentina e os Estados Unidos da negociação caso isso não agrade ao Chile, pois nenhum dos dois haviam sido consultados até aquele momento. Nesse caso *“o Brasil poderia figurar como mediador ou amigavel componedor se isso parecesse necessario para explicarem as duas Partes contractantes o accordo transaccional e defendel-o perante a opinião publica nos paizes interessados onde, infelizmente, é grande o numero dos intransigentes”*.<sup>13</sup>

Rio Branco afirma que o que deseja *“nessa delicada conjuntura é prestar serviços de amizade a Chile e concorrer, se fôr possível, para que desapareçam os perigos e complicações que a questão pendente póde trazer”*.<sup>14</sup>

O Ministro do Brasil pede para que Gomes Ferreira leve essas ideia ao conhecimento do Ministro das Relações Exteriores do Chile, podendo até resumir por escrito em um *memorandum* confidencial.

Considerando que o Chile poderia não aceitar a proposta de solução na Questão Tacna e Arica, alerta que:

*“Se a exaltação dos animos no Chile não permite pensar agora em transacção, ou se Chile entende que não deve admittir divisão alguma de territorio, fique o dito por nossa parte como não dito, e só peço que esta nossa tentativa, feita confidencialmente, fique no mais completo segredo para que as intenções do Brasil não sejam mal interpretadas pelos jornalistas chilenos.*

*“Se surgirem mais tarde complicações desagradaveis para*

---

<sup>12</sup>AHI. Despachos à Santiago. Correspondência do Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Rio Branco, para a legação do Brasil no Chile, 26 de março de 1910

<sup>13</sup>Idem

<sup>14</sup>AHI. Despachos à Santiago. Correspondência do Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Rio Branco, para a legação do Brasil no Chile, 26 de março de 1910



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Chile, estaremos promptos, como amigos leaes, para de novo suggerir, em ocasião talvez mais oportuna, e ao primeiro signal que nos dê Chile, esta mesma solução prudente e, a meu ver, satisfactoria e honrosa”.<sup>15</sup>

Ao final do telegrama Rio Branco lamenta que o Governo chileno não entenda o empenho e motivos do Brasil em ver a situação resolvida e conclui:

Sinto que o Governo chileno não veja, como nós vemos, as grandes vantagens que para o Chile e para o Perú resultariam de uma prompta e definitiva solução de um conflicto que já tanto tem durado. O prestigio e influencia do Chile, dando prova de animo conciliador, cresceriam immensamente. Todos os amigos da paz, no nosso continente e no mundo inteiro applaudiriam o seu procedimento. Libertados d'este constante pesadelo de Tacna e Arica, o Chile e o Perú entrariam em um periodo de calma que lhes permittiria entregarem-se desassombadamente aos melhoramentos internos de que todos estes paizes novos precisam, e estaria assegurada por largos annos a paz nesta parte do mundo.<sup>16</sup>

A pesar dos esforços do barão do Rio Branco em prol de uma solução pacífica para a questão Tacna e Arica o Governo chileno continuava irredutível aos apelos brasileiros, pois o Chile não admitia submeter o caso à uma arbitragem muito menos dividir o território com o Peru, preferindo ao invés disso a guerra.

A Questão Tacna e Arica só teve fim em 1929 quando por intermédio do presidente estadunidense Herbert Hoover, Chile e Peru entram em um acordo: Chile continuou com Arica e o Peru recuperou Tacna. O Chile também teve que construir um porto livre para o Peru em Arica com instalações portuárias e ferroviárias. Também teve que transferir todos os bens estatais de Tacna para o

---

<sup>15</sup>Idem

<sup>16</sup> Idem





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Peru e ainda pagar \$ 6 milhões de dólares de indenização.<sup>17</sup>

O empenho do barão do Rio Branco em convencer o Chile a resolver amigavelmente a questão com o Peru não era questão somente de amizade mas de jogo político. O Brasil não podia se indispor com o Peru pois o acordo na questão do Acre ainda não havia sido ratificado. Portanto, se o Brasil se apresentasse para o Peru como o conciliador da questão Tacna e Arica poderia evitar complicações com o país na questão do Acre.

Rio Branco também tinha o projeto de um bloco político e de defesa envolvendo a Argentina o Brasil e o Chile, conhecido como ABC. Para isso Rio Branco precisava manter relações amigáveis com esses países. O projeto do Ministro das Relações Exteriores do Brasil também tinha como objetivo neutralizar a Argentina, amarrando-a em um acordo de paz e assim evitando que esse país se aliasse ao Peru, inimigo do Brasil e do Chile.

O Brasil e a Argentina estavam sempre medindo forças na tentativa de conquistar a hegemonia da América do Sul. Para isso, esses dois países buscavam sempre interferir nos demais países sul-americanos, patrocinando golpes, oposição, mediando conflitos, etc. Sem a influência da Argentina o Brasil exerceria essa função com exclusividade.

O Brasil buscava a hegemonia na América do Sul para exercer influência sobre os países mais fracos e procurar prestígio internacional. Em consequência disso, Rio Branco estava sempre posicionando o Brasil como mediador de conflitos envolvendo países sul-americanos. É nesse contexto que a Questão Tacna e Arica está inserida e que devemos entendê-la. A intenção do barão do Rio Branco em mediar esse conflito não se tratava de amizade apenas, mas de um jogo político que buscava sempre colocar o Brasil em uma posição de destaque em relação aos outros países da América do Sul.

---

<sup>17</sup>LEVENE, Ricardo. História de América, volume IX. Ediciones Jackson. Buenos Aires, 1941.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

#### REFERÊNCIAS:

##### Documentos:

RHI, correspondências do Ministro de Relações Exteriores do Brasil barão do Rio Branco despachadas à Santiago ao Ministro do Brasil no Chile Gomes Ferreira, março de 1910.

##### Bibliografias:

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*.-2. ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

LEVENE, Ricardo. *História de América volume IX*. Ediciones Jackson. Buenos Aires, 1941.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**EVANGELIZARE MISIT ME - ENVIADO PARA EVANGELIZAR:  
DOM VICENTE SCHERER E OS DESAFIOS DE SEU TEMPO**

Rafael Kasper<sup>1</sup>

*Desta vez a minha fala semanal não vai tratar de assuntos mais ou menos doutrinários, sobre questões de religião, de organização social, de família, de ordem pública, de educação, de exemplos edificantes ou de fatos escandalosos, de acontecimentos que cada dia oferecem matéria para comentários. Para satisfazer uma curiosidade generalizada vou contar, mais a modo de reportagem, o que se passou comigo quando, no último dia do ano me tocou a vez, depois de tantos outros, de ser brutalmente assaltado, roubado e ferido (SCHERER, 1980, p. 2).*

Foi com essas palavras que o cardeal descreveu o pior momento que enfrentou em sua vida. Alvo de seqüestro no último dia do ano de 1979, dom Vicente foi deixado sem roupas, por volta das 23 horas, em uma das vilas de Porto Alegre. O arcebispo foi socorrido por Antonio Carvalho Peres, que o encontrou despido, descalço e todo ensangüentado.

D. Vicente foi encaminhado ao Hospital Divina Providência, onde médicos, enfermeiras e as irmãs do hospital trataram de desinfetar e suturar os ferimentos que ele tinha nas mãos, no lábio e em diversos pontos das pernas, feitos com uma faca por um dos sequestradores (SCHERER, 1980, p. 3).

O sequestro repercutiu de maneira estrondosa na imprensa nacional e estrangeira. Cerca de cinco quilos de telegramas com mensagens de solidariedade foram entregues na Cúria Metropolitana após o ocorrido. Enviaram mensagens a D. Vicente, o papa João Paulo II, do presidente do Brasil, o general João Figueiredo, os cardeais Carlos Confalonieri (decano do Sacro Colégio Cardenalício), Sebastião Baggio (Prefeito da Sagrada Congregação dos Bispos), Agnelo Rossi (Prefeito da Sagrada Congregação pela Evangelização dos Povos), Umberto Mozzoni, Aníbal Duque (arcebispo de Bogotá), Otávio Antônio Beras Rojas (arcebispo de São Domingos), Alfonso Trujillo (arcebispo

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela UNISINOS - RS. Graduado em História pela mesma Universidade. Professor da Rede Municipal de Ensino e Novo Hamburgo - RS.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de Medellín e presidente da Celam), José Armando Gutiérrez Granier (arcebispo de Cochabamba) e, ainda, os brasileiros Carlos Carmelo Motta, Avelar Brandão Vilela e Paulo Evaristo Arns.

Dentre as mensagens, uma delas, em especial, me chamou a atenção: a enviada pelo padre Pedro Arrupe, Geral da Companhia de Jesus, que desejou melhoras a dom Vicente e considerou o sequestro como mais um “ato de violência contra a hierarquia da Igreja no Brasil” (UNITAS, 1981, p. 40).

A afirmação do padre Arrupe é significativa se consideramos o contexto em que o sequestro aconteceu. Há consenso na historiografia de que os sequestros de religiosos, inclusive de arcebispos, que vinham ocorrendo no período eram realizados a mando das autoridades militares e tinham com objetivo “assustar” aqueles que direcionavam críticas ao regime militar.<sup>2</sup>

Cabe, então, a pergunta: “Por que dom Vicente?”<sup>3</sup>. Em artigos divulgados no Boletim Unitas, principalmente no final da década de 1970, o cardeal fez – mesmo que de maneira sutil – críticas à política social e agrária do regime militar. Scherer foi um fervoroso defensor da agricultura familiar e da pequena propriedade de terra, e mostrava-se também contrário ao êxodo rural e às políticas estatais de incentivos à formação de latifúndios fossem eles nacionais ou estrangeiros.<sup>4</sup>

Negando que seu sequestro tivesse sido algo *orquestrado* pelos militares<sup>5</sup> e afirmando que havia sido apenas um assalto resultante da degradação da

---

<sup>2</sup> A Revista Veja chegou a afirmar que os sequestros de religiosos eram ordenados por Cuba. (Veja, ed. 592, p. 20-21).

<sup>3</sup> O então secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Sr. João Leivas Job, chegou a afirmar que o sequestro havia sido orquestrado em uma central de Havana em Cuba (VEJA, ed. 592, p. 20-21), o que me parece muito mais uma tentativa de desviar a opinião pública e fazer crer que haviam sido os comunistas os responsáveis pelo crime.

<sup>4</sup> “De modo especial os problemas da Amazônia legal acentuaram a inegável realidade que, dentro da política seguido pelo Governo, de créditos e de incentivos fiscais a abastados proprietários do sul do país, de S. Paulo e também do Rio Grande do Sul, estes, particulares, empresas e grupos nacionais ou internacionais, adquirem milhares de hectares que transformam em pastagens ou plantações mecanizadas à custa e em detrimento da agricultura familiar estabelecida” (SCHERER, 1981, p. 31).

<sup>5</sup> “Primeiramente, cabe-me esclarecer que não tem absolutamente nenhum fundamento as suposições difundidas em outros Estados, de que houvesse premeditação do crime ou



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

sociedade porto alegreense, D. Vicente não abandonou as críticas à política agrária do regime: “Faz-se, pois, indispensável que se transforme e abandone a forma de política econômica e de organização do trabalho rural que enriquece poucos particulares e poderosos grupos financeiros, jogando multidões na miséria” (SCHERER, 1981, p. 32). Em entrevista publicada pelo Correio do Povo em 20 de Setembro de 1981 e transcrita no Unitas, Scherer declarou acidamente:

Realmente eu tenho feito proclamações bem enérgicas contra determinadas atitudes do governo federal e também de alguns dos governos estaduais que se sucederam neste tempo todo, por causa de resoluções, medidas ou propósitos que achei não só contra os nossos ideais, mas também contra os interesses do povo. Então eu não silencieei, por entender que uma palavra franca serviria para alertar a opinião pública e as próprias autoridades sobre o caminho que estavam a tomar (SCHERER, 1981, p. 358).

A humilhação experimentada pelo líder da Igreja católica no Rio Grande do Sul não se resumiu ao roubo de Cr\$ 1.400,00 que levava, do relógio e da batina, pois ele foi ferido e obrigado a vagar – nu e descalço – por uma das vilas de Porto Alegre já tarde da noite. O que teria levado os dois assaltantes, que aparentavam ter entre 20 e 25 anos de idade, a manterem o arcebispo sob seu poder durante horas, rondando pela cidade e correndo o risco de serem barrados pela polícia? Se se tratava de um simples assalto, porque deixar um senhor idoso nu e descalço em um local totalmente isolado e distante? Se se tratava realmente de um sequestro por que os criminosos não exigiram o pagamento de um resgate milionário para libertar o arcebispo de Porto Alegre?

Este episódio, ocorrido no último dia de 1979 parece ter encerrado – abrupta e tristemente – a trajetória de D. Vicente que pretendemos reconstituir e analisar nesta Dissertação. Contando já com idade avançada, o sequestro deve tê-lo levado a pensar seriamente na aposentadoria da função de arcebispo e a

---

articulação com casos semelhantes acontecidos com sacerdotes ou bispos de outras regiões” (SCHERER, 1981, p. 4).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

reavaliar a sua trajetória como religioso líder da Igreja Católica no estado do Rio Grande do Sul.

Influenciado por seus irmãos, padres Estanislau e Afonso, Vicente, o mais novo de uma família de doze filhos, frequentou as aulas primárias em uma escola pública, ao mesmo tempo em que exercitava a língua alemã em uma escola paroquial na localidade de Bom Princípio. Nascido em uma área de colonização alemã, Scherer foi criado no contexto de um catolicismo já romanizado, centrado nos sacramentos e no papel da Igreja e de seu líder, o Papa. Kursou o Seminário dos Jesuítas em São Leopoldo, de 1914 a 1924, e, posteriormente, a Universidade Gregoriana, em Roma. Após a conclusão de sua formação na Itália, atuou como secretário do então arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker. Com o seu falecimento, Scherer assumiu o cargo<sup>6</sup>, tornando-se arcebispo em 1947<sup>7</sup>, cargo que exerceu até o final de 1981, quando já contava com a idade de 78 anos.<sup>8</sup> Foi durante este período – de 1947 a 1981 – que ele dedicou-se a, semanalmente, proferir alocuções na Rádio Difusora.<sup>9</sup>

Dentre os muitos fatos decisivos da história brasileira vivenciados pelo arcebispo, destacam-se a Campanha da Legalidade e a Ditadura militar. Em relação ao primeiro, D. Vicente Scherer – preocupado com a possibilidade de uma guerra civil – procurou o governador Leonel Brizola, oferecendo-se para dialogar com o então Comandante do III Exército, Sr. José Machado Lopes, o que parece atestar para a atuação conciliatória do arcebispo. A crença no cumprimento do acordo firmado com o comandante pode ser constatada na

---

<sup>6</sup> Tempos depois, o arcebispo declarou que não recebeu o cargo com muita motivação, visto que fora secretário pessoal de dom João Becker e conhecia as tarefas inerentes ao cargo. (SCHERER, 1976, p. 95).

<sup>7</sup> Ao assumir o arcebispado, D. Vicente se defrontou com um catolicismo popular, que se mantinha a despeito dos esforços de romanização no estado.

<sup>8</sup> Scherer justificou a sua aposentadoria da seguinte maneira: “Insisti na dispensa por julgar que a esta altura da vida, depois de tão longos e trabalhosos anos de exercício da missão, uma pessoa de menos idade e desgaste de energias, com formas talvez diferentes de criatividade e iniciativas, desenvolverá sempre mais a vida cristã e variadas obras promocionais com impulso forte e dinamismo intato” (SCHERER, 1981, p. 345).

<sup>9</sup> Ao anunciar a sua saída do arcebispado, D. Vicente declarou que a elaboração desses discursos requeria um grande esforço e uma preparação intelectual muito grande, e que o peso da idade se fazia sentir (SCHERER, 1981, p. 363).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

disposição do arcebispo em permanecer sentado à frente do palácio de governo que supostamente seria alvo de ataque: “Estava certo que era inadmissível um conflito do Exército com as forças da Brigada e outras pessoas civis que estavam ali, armadas. Depois fui para casa e não voltei. Foi a última vez que estive no Palácio, por aquele motivo” (SCHERER, 1981, p. 360-361). Sua atitude, com certeza, acalmou os porto-alegrenses e mereceu a atenção da imprensa regional e nacional.

É bastante difundida tanto pela historiografia, quanto no senso comum a visão de que D. Vicente apoiou o golpe militar quando este se deu em final de março de 1964. Deve-se, no entanto, considerar que em Porto Alegre não houve nenhuma manifestação de apoio da Igreja ao golpe, como as que ocorreram em outras localidades do país. O próprio arcebispo parece explicar as razões para isto:

Em 64, estive no hospital. Todo o primeiro semestre (...) em virtude de plásticas cirúrgicas no pé. Alguém me preveniu que ia acontecer esta revolução. Não tomei nenhuma atitude (...). Depois, amigos meus, da situação vitoriosa, me procuraram várias vezes, pedindo com insistência que eu recomendasse o plano de uma procissão, como houve em São Paulo: um préstimo de júbilo e contentamento pela vitória da revolução. Não o fiz. (SCHERER, 1981, p. 372-373)

Esta confissão, é preciso considerar, foi dada quase vinte anos depois do ocorrido, mas, ela parece ser bastante coerente com a postura adotada pelo religioso nos anos seguintes. Assim como muitos outros membros da hierarquia católica brasileira do período, Scherer era, antes de tudo, favorável à manutenção da ordem e, por isso, considerou que não cabiam marchas da vitória em apoio aos militares infratores da Lei naquele momento. Seu posterior apoio aos militares se deu muito mais pelo reconhecimento de que “*eram o governo*” com o qual era preciso se relacionar e pela simpatia inicial pelo modelo econômico proposto pelo regime militar. As críticas às políticas sociais e agrárias do regime que faria posteriormente decorreram exatamente da frustração e do desencanto em relação a este modelo proposto após o golpe.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Essa incursão em fatos da vida de Dom Vicente Scherer foi feita com o intuito de favorecer a compreensão do leitor sobre a sua importância em algumas de suas decisões, quer como padre, quer como arcebispo. Sem a realização desta prospecção em seu passado, acredito que se estaria incorrendo em análise superficial, desconsiderando tanto a importância de sua formação intelectual, quanto de uma série de eventos que vivenciou.

### **DOM VICENTE NO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II**

Por indicação do papa João XXIII, D. Vicente Scherer integrou a Comissão preparatória de Teologia do Concílio Vaticano II, no Brasil, e, posteriormente, atuou na mesma Comissão em Roma, redigindo muitos dos textos postos em votação durante a Assembléia, razão pela qual chegou a afirmar que “julgo conhecer os decretos conciliares, as suas diretrizes e o espírito que as anima” (SCHERER, 1976, p. 97). Os setenta e cinco bispos e o cardeal da Bahia tiveram as despesas da viagem a Roma custeadas pelo governo brasileiro, tendo sido acompanhados de perto pelo Chefe da Casa Civil, Sr. Hugo de Faria, e pelo embaixador brasileiro em Roma.

D. Vicente acreditava que o Concílio seria uma oportunidade de “exame de consciência coletiva e de geral revisão sobre a eficácia, os modos e as consequências de sua própria inserção no mundo”, promovendo a atualização das leis e dos costumes, adaptando-os à mentalidade da época (SCHERER, 1963, p. 92). A renovação da Igreja também deveria ocorrer para reafirmar os direitos e deveres do ser humano, “face às injustiças sociais de uma ordem econômica opressora dos fracos” (SCHERER, 1963, p. 93). Sobre os temas a serem tratados no Concílio, o arcebispo destacou a “liturgia, a unidade de cristãos, os meios de comunicação social (imprensa, rádio, televisão) e a própria constituição da Igreja” (SCHERER, 1963, p. 94).

Dentre os principais resultados do Concílio, D. Vicente destacou a ênfase na maior participação dos leigos, que deveriam ser preparados “para assumir e desempenhar a sua parte na construção do reino de Deus” (SCHERER, 1976, p.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

98), cujo comprometimento havia sido firmado no batismo. Também a presença de observadores de outras religiões foi alvo de avaliação positiva, pois “certamente muitos preconceitos se desfizeram, aplainando os caminhos para a desejada aproximação e unidade” (SCHERER, 1963, p. 94), das igrejas cristãs. Mas a primeira e mais perceptível alteração introduzida pelo Concílio foi, sem dúvida, a liberação do uso do “*clerigymán*”, que consistia no tradicional colarinho branco que dava o acabamento em uma r

É preciso lembrar que a convocação do Concílio Vaticano II e a posição assumida pelo próprio Papa João XXIII naquele momento alteraram significativamente o pensamento teológico latino-americano, e, de maneira ainda mais forte, o brasileiro:

“*Mater et Magistra*” foi a primeira encíclica papal que tratou especificamente da necessidade de reformas nas zonas rurais, e muitos atribuem a sua ênfase ao passado rural do Papa [João XXIII]. (...) Até o advento de “*Mater et Magistra*”, todas as declarações progressistas da CNBB foram feitas em base regional e sem o apoio de uma organização precisa. (...) Todos reconheceram que a encíclica vinha em apoio e dava impulso ao incipiente modelo nacional de influência.<sup>10</sup>

Na Encíclica *Mater et Magistra*, de 1962, D. João XXIII enfatizou a opção pelo oprimido e o papel do Estado em protegê-lo:

O Estado, cuja razão de ser é a realização do bem comum na ordem temporal, não pode manter-se ausente do mundo econômico; deve intervir com o fim de promover a produção duma abundância suficiente de bens materiais, cujo uso é necessário para o exercício da virtude (...), e também para proteger os direitos de todos os cidadãos, **sobretudo dos mais fracos**<sup>11</sup>, como são os operários, as mulheres e as crianças. De igual modo, é dever seu indeclinável, contribuir ativamente para melhorar as condições de vida dos operários.<sup>12</sup>

Diferentemente dos seus antecessores, D. João XXIII buscava uma correção dos males causados pelo sistema capitalista, manifestando-se contrário à atuação que o Estado vinha tendo – que restringia a liberdade dos cidadãos – e favorável à ampliação das suas atribuições para a garantia da justiça social<sup>13</sup>. Para o Papa, o Estado deveria ter a noção correta do que seria o “bem comum”,

---

<sup>10</sup> BRUNEAU, 1974, p. 211.

<sup>11</sup> Grifo nosso.

<sup>12</sup> JOÃO XXIII, 1962, p. 7.

<sup>13</sup> JOÃO XXIII, 1962, p. 15.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

ou seja, “um conjunto das condições sociais que permitem e favorecem nos homens o desenvolvimento integral da personalidade”.<sup>14</sup> Defendeu ainda, que, “o ser humano tem direito à existência, à integridade física, aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida: tais são especialmente o alimento, o vestuário, a moradia, o repouso, a assistência sanitária, os serviços sociais indispensáveis”.<sup>15</sup> Concretamente, ele defendeu uma divisão justa do dinheiro obtido através da produção, e, nesse sentido, afirmou que “o progresso social deve acompanhar e igualar o desenvolvimento econômico, de modo que todas as categorias sociais tenham parte nos produtos obtidos em maior quantidade”.<sup>16</sup>

Diante da proposta renovadora que trazia, é acertado afirmar – como o fez o teólogo João Batista Libânio – que “sem o Concílio Vaticano, a rápida transformação por que passou a Igreja se torna ininteligível. Ele desencadeou um conjunto de aberturas que permitiu Medellín, Puebla e o que veio depois”.<sup>17</sup>

### **AS IMPLICAÇÕES DO CONCÍLIO NA AMÉRICA LATINA: A CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE MEDELLÍN (1968)**

Visando à definição da atuação da Igreja latino-americana realizou-se, em 1968, em Medellín, a 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Nela, além da discussão das decisões tomadas por ocasião do Concílio Vaticano II, foi proposta a sua adaptação à realidade latino-americana, razão pela qual, muitos teólogos apontam Medellín como o momento de lançamento da Teologia da Libertação.

Medellín foi um marco, um divisor de águas, um ponto onde as iniciativas individuais de muitos religiosos foram tomadas como um norte orientador: “Até Medellín, na América Latina, a Igreja foi a cópia das Igrejas de

---

<sup>14</sup> JOÃO XXIII, 1962, p. 17.

<sup>15</sup> JOÃO XXIII, 1963, p. 5.

<sup>16</sup> JOÃO XXIII, 1962, p. 19.

<sup>17</sup> LIBÂNIO, 2008, p. 2 (b)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Espanha e Portugal, na sua forma tridentina. Não tinha nenhuma originalidade e não conseguia ver o que era a humanidade na América Latina”.<sup>18</sup>

Dom Vicente percebeu as transformações sociais decorrentes da modernização, daí ter entendido como necessária a atualização da Igreja no campo social – para o atendimento da justiça e da fraternidade – com o propósito de contribuir para “corrigir a progressiva acumulação de bens e haveres na posse de minorias, em contraste com a multidão incontrolável de indivíduos e famílias (...) [que] levam uma vida de privações” (SCHERER, 1976, p. 170).

Em um dos seus artigos, D. Vicente – valendo-se de uma afirmação de Paulo VI – propôs a busca por um verdadeiro desenvolvimento, que oportunizasse condições de vida mais humanas aos “que estão privados do mínimo bem-estar vital e as estruturas opressoras oriundas do abuso da posse e do poder, da exploração dos trabalhadores e da injustiça das transações” (SCHERER, 1976, p. 172). As críticas que faz ao modelo de sociedade existente dirigiam-se tanto ao capitalismo, quanto ao comunismo:

atentam contra a dignidade humana, o primeiro por que tem como pressuposto a supremacia do capital, seu poder e seu discriminatório aproveitamento em função do lucro, o outro tem em vista o homem coletivo e na prática se traduz numa concentração totalitária do poder do Estado. (SCHERER, 1976, p. 172)

Para D. Vicente Scherer somente o modelo da Doutrina Social Cristã era capaz de conter os males do mundo moderno, diante da crescente pobreza da população, e a “promoção das classes populares marginalizadas” era uma “exigência do evangelho e da dignidade humana”, que deveria ser conduzida pela Igreja (SCHERER, 1976, p. 173).

Na Conferência de Medellín, D. Vicente Scherer integrou a Comissão da Família, tema, aliás, que privilegiou e que ocupou várias páginas do Boletim

---

<sup>18</sup> COMBLIN, 2008, p. 1.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Unitas.<sup>19</sup> Num deles me chamou a atenção a afirmação de Scherer de que partiu dele a iniciativa de “solicitar em Roma, o que muitos julgavam impossível e que foi obtido: a aprovação das conclusões antes de sua leitura e aprovação segundo a praxe, pelas superiores autoridades da Igreja” (SCHERER, 1976, p. 173).

Esta afirmação revela que D. Vicente – acusado, muitas vezes, de ser conservador e reacionário – foi o responsável pela aprovação do documento final do Concílio de Medellín – tradicionalmente vinculado ao lançamento da Teologia da Libertação –, antes mesmo de sua aprovação pela Cúria Romana.

Para ele, o documento não tinha um teor marxista e também nada de inovador, já que “os termos de “libertação, oprimidos e opressores, privilegiados, violência institucionalizada” e outros, que poderiam trair conotação marxista, se tomam no sentido autêntico e ortodoxo” presente nos documentos pontifícios e na doutrina social católica (SCHERER, 1976, p. 172).

Parece-me plenamente aceitável deduzir que Scherer colocava a Igreja Católica acima dos debates entre o comunismo e o capitalismo, acreditando que apenas a Doutrina Social fosse capaz de resolver os problemas sociais mais candentes no período em que viveu. Este posicionamento, no entanto, não o levou a propor que a Igreja desempenhasse a função de uma “terceira via entre capitalismo e comunismo” (SCHERER, 1981, p. 91).

### **PUEBLA E A OPÇÃO PELOS POBRES**

Com a morte de Paulo VI se deu o que muitos teólogos denominaram de “a volta à grande disciplina”, período em que a Doutrina Social foi alvo de contestação e até de descrédito, o que ficou evidente durante a realização da 3ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla, no México, da qual os teólogos identificados com a Teologia da Libertação foram proibidos de participar. O principal objetivo da Conferência era o de “examinar e resolver problemas de natureza estritamente religiosa e educacional em ordem

---

<sup>19</sup> Cabe ressaltar que quarenta e quatro dos artigos que integram as edições do Boletim Unitas que analisamos fazem referência direta à questão familiar.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

ao mais amplo e eficiente cumprimento da missão evangelizadora” (SCHERER, 1979, p. 21). Nessa Conferência, a opção pelos pobres não foi priorizada como em Medellín, tendo sido definida como “preferencial”, pois **“temos certamente compromissos e deveres para com todos, sem distinção entre ricos e pobres, de classes e situações econômicas ou sociais [...] Mas os mais fracos têm direito a cuidados preferenciais”**. (SCHERER, 1979, p. 21) [grifos meus]

Segundo o arcebispo, a Conferência havia sido convocada pelo Papa Paulo VI, “a pedido de numerosos bispos latino-americanos para geral revisão das atividades em andamento e para a fixação de rumos e metas aconselhados pela atual conjuntura, efeito esta de rápidas transformações econômicas, políticas e sociais” (SCHERER, 1979, p. 5).

O tema central da Conferência foi a evangelização da América Latina, tendo sido elaborado, previamente, um “Documento de Trabalho” dividido em três partes:

a realidade e a problemática do continente latino-americano com seus aspectos negativos e positivos, uma reflexão doutrinária sobre os dados levantados e, afinal, os possíveis métodos e caminhos de ação evangelizadora a escolher e seguir (SCHERER, 1979, p. 3).

Na Conferência de Puebla, o que mais chamou a atenção do arcebispo foi a presença de cerca de seiscentos jornalistas credenciados para a cobertura das sessões. Estes, no entanto, não foram autorizados a estarem presentes nas reuniões internas, podendo, por pré-agendamento, solicitar entrevistas com os religiosos. Além disso, ao final do trabalho diário era realizada uma coletiva de imprensa.

Em uma destas ocasiões, dom Vicente e mais outros três bispos que faziam parte da comissão de dignidade humana foram escalados para falar com os jornalistas. Ao ser interrogado por uma jornalista peruana, Carmem Lora, sobre sua posição em relação às denúncias de violências – como a tortura – que vinham sendo cometidas na América Latina feitas por alguns bispos, Scherer respondeu da seguinte forma:





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Quando não há outra forma de acabar com manifestos e comprovados atropelos e clamorosa violação de direitos humanos, realmente o episcopado e todos aqueles que têm no coração amor e temor de Deus, que exigem solidariedade e interesse pelo próximo devem levantar a voz e agir para sanar as injustiças. Entretanto, o recurso às manifestações públicas e um forte protesto não seriam o primeiro passo a dar. Primeiro há de se resolver a dolorosa situação sem apelo à publicidade, sem manifestações enérgicas e agressivas que podem provocar imediata irritação e indisposição contra a aplicação de medidas saneadoras por parte dos responsáveis e assim frustrar todo o êxito da iniciativa (SCHERER, 1979, p. 25)

Acredito que a resposta que D. Vicente deu reforça minha hipótese de trabalho, pois atesta sua perspectiva conciliadora (estrategista) e não de apoio incondicional aos regimes militares instalados na América Latina. Em relação à situação no Brasil, ele afirmou: “Tenho a impressão de que em meu país se poderia ter evitado muito mal-estar e aparência de luta entre a Igreja e o Estado se desta forma tivessem procedido os responsáveis” (SCHERER, 1979, p. 26)

Nesse ponto, acredito que D. Vicente foi um grande estrategista, pois ao adotar essa postura, conseguiu relacionar-se tanto com os militares, quanto com os setores sociais mais radicais, protegendo e defendendo, inclusive, a esquerda católica no Estado durante a vigência do seu arcebispado.

D. Vicente, como exposto aqui, não descartava a denúncia diante de situações que comprometiam os direitos humanos: “a Igreja deverá levantar a voz em defesa dos fracos, dos injustiçados e prejudicados em seus direitos” (SCHERER, 1979, p. 26). E foi o que fez o arcebispo pouco tempo depois, ao denunciar a crise agrária e a crescente pauperização da população.

## **CONCLUSÃO**

Os aspectos elencados anteriormente podem nos fornecer novas indagações a respeito do arcebispo. Não entrando no terreno de querer dividir entre os bons e maus, pretendo analisar o religioso inserido em seu contexto e percebendo as obrigações que possuía como arcebispo de Porto Alegre.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O que escrevi aqui foi uma tentativa de demonstrar que não podemos reduzir os sujeitos a tipos estereotipados. Scherer pode ser, ser considerado um religioso conservador, mas, em muitos momentos demonstrou a favor de mudanças. Acredito, que o importante não é tentar encaixá-lo em uma categoria pré-definida, mas sim, analisar as estratégias que utilizou ao longo de sua trajetória.

### FONTES

- SCHERER, et al. Os trabalhos do Concílio Ecumênico Vaticano II. **Unitas**, Porto Alegre, ( 1), p. 86-89, mar. 1963.
- SCHERER, Vicente et al. Atos do Episcopado Rio Grandense. **Unitas**, Porto Alegre, (2-3), p. 95-100, set. 1960.
- SCHERER, Vicente *et al.* Resoluções da 13ª Conferência do Episcopado RioGrandense. **Unitas**, Porto Alegre, (2-3), p. 90-98, set. 1961.
- SCHERER, Vicente. A “Mater et Magistra” e o socialismo. **Unitas**, Porto Alegre, (4), p. 179-181, dez. 1961.
- SCHERER, Vicente. A eleição do Papa. **Unitas**, Porto Alegre, (2), p. 199-201, jun. 1963.
- SCHERER, Vicente. A hora do Concílio. **Unitas**, Porto Alegre, (1), p. 92-93, mar. 1963.
- SCHERER, Vicente. A Igreja depois do Concílio. **Unitas**, Porto Alegre, (1), p. 109-110, abr. 1967.
- SCHERER, Vicente. A margem do Concílio. **Unitas**, Porto Alegre, (1), p. 121-124, mar. 1963.
- SCHERER, Vicente. A mensagem cristã e o esquerdismo. **Unitas**, Porto Alegre, (1-2), p. 5-7, jan-fev. 1975.
- SCHERER, Vicente. A reunião em Puebla. **Unitas**, Porto Alegre, (1-2), p. 5-7, jan-fev. 1979.
- SCHERER, Vicente. Ação Popular e Ação Católica. **Unitas**, Porto Alegre, (1), p. 79-90, mar. 1965.
- SCHERER, Vicente. Ambiguidades e mal-entendidos. **Unitas**, Porto Alegre, (4), p. 116-118, mai. 1968.
- SCHERER, Vicente. As Ligas camponesas. **Unitas**, Porto Alegre, (2-3), p. 134-136, set. 1961.
- SCHERER, Vicente. Crítica e renovação. **Unitas**, Porto Alegre, (7), p. 339-341, ago. 1969.
- SCHERER, Vicente. Cursilhos em debate. **Unitas**, Porto Alegre, (1-2), p. 9-12, jan-fev. 1973.
- SCHERER, Vicente. De volta do Concílio. **Unitas**, Porto Alegre, (1), p. 93-95, mar. 1963.
- SCHERER, Vicente. Governo e Igreja. **Unitas**, Porto Alegre, (10), p. 436-437, nov. 1970.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

- SCHERER, Vicente. Hora de tempestade. **Unitas**, Porto Alegre, (7), p. 340-343, ago. 1970.
- SCHERER, Vicente. Igreja e política. **Unitas**, Porto Alegre, (9-10), p. 244-245, set-out. 1976.
- SCHERER, Vicente. Infiltração marxista. **Unitas**, Porto Alegre, (11-12), p. 232-235, nov-dez. 1975.
- SCHERER, Vicente. Libertação. **Unitas**, Porto Alegre, (10-12), p. 269-271, out-dez. 1977.
- SCHERER, Vicente. Nem da direita nem da esquerda. **Unitas**, Porto Alegre, (1), p. 107-109, mar. 1966.
- SCHERER, Vicente. O encontro de Medellín. **Unitas**, Porto Alegre, (8), p. 204-207, set. 1968.
- SCHERER, Vicente. O marxismo na Igreja. **Unitas**, Porto Alegre, (3-4), p. 112-114, mar-abr. 1976.
- SCHERER, Vicente. Opção pelos pobres. **Unitas**, Porto Alegre, (3-4), p. 72-75, mar-abr. 1979.
- SCHERER, Vicente. Os meios de comunicação em Puebla. **Unitas**, Porto Alegre, (1-2), p. 24-27, jan-fev. 1979.
- SCHERER, Vicente. Paulo VI e os problemas da atualidade. **Unitas**, Porto Alegre, (5-6), p. 126-129, mai-jun. 1975.
- SCHERER, Vicente. Paulo VI e os problemas do nosso tempo. **Unitas**, Porto Alegre, (2), p. 201-204, jun. 1963.
- SCHERER, Vicente. Pelo bem geral. **Unitas**, Porto Alegre, (9), p. 410-413, out. 1970.
- SCHERER, Vicente. Perigo de ato-destruição. **Unitas**, Porto Alegre, (11), p. 277-280, dez. 1968.
- SCHERER, Vicente. Pontificado glorioso. **Unitas**, Porto Alegre, (2), p. 195-199, jun. 1963.
- SCHERER, Vicente. Problemática social. **Unitas**, Porto Alegre, (5), p. 114-116, mai. 1971.
- SCHERER, Vicente. Puebla e a realidade do Rio Grande do Sul. **Unitas**, Porto Alegre, (5-6), p. 133-134, mai-jun. 1979.
- SCHERER, Vicente. Resoluções de Medellín. **Unitas**, Porto Alegre, (7-8), p. 170-173, jul-ago. 1976.
- SCHERER, Vicente. Um documento infeliz. **Unitas**, Porto Alegre, (6), p. 153-162, jul. 1968.
- SCHERER, Vicente. Violência ou evolução, **Unitas**, Porto Alegre, (4), p. 261-263, mai. 1969.
- SCHERER, Vicente. Vivências em Puebla. **Unitas**, Porto Alegre, (1-2), p. 20-24, jan-fev. 1979.
- SCLIAR, Moacyr. Caminhada firme do pastor. In: BRASIL, Luiz Antônio de Assis (et. al.). **Gaúchos: líderes e vencedores do século XX**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Federação das Associações Empresariais do Rio Grande do Sul – Federasul, 1999, p. 61-67.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

### BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Márcio M. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, 234 p.
- BOURDIEU, Pierre. **Lições da aula**. São Paulo: Ática, 1994, 63 p.
- BRUNEAU, Thomas. **O Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974. 442 p.
- BRUNEAU, Thomas. **Religião e politização no Brasil. A Igreja e o Regime Autoritário**. São Paulo: Edições Loyola, 1979. 237 p.
- CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 173-201.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 391 p.
- KASPER, Rafael. **DIÁLOGOS PASTORAIS: DOM VICENTE SCHERER E A ASSISTÊNCIA AOS INDÍGENAS**. In: V Simpósio Internacional Estados Americanos: o bicentenário das independências (1810-2010), Passo Fundo, 2010.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 267-182.
- LORIGA, Sabina, A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.
- PRIMEIRO congresso da Juventude Agrária Católica. **Unitas**, Porto Alegre, (2-3), p. 163, set. 1960.
- PRISÃO de sacerdotes. **Unitas**, Porto Alegre, (11), p. 492-493, dez. 1969.
- RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. 2ª Ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2003. 158 p.
- SERBIN, Kenneth P. **Padres, Celibato e Conflito Social. Uma História da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 446 p.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **PENSANDO A CONSTRUÇÃO DO ESTADO SUL-AMERICANO ATRAVÉS DAS RELAÇÕES LULA E KIRCHNER**

Raquel Paz dos Santos\*

### **Introdução**

Durante as presidências de Luis Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner, entre 2003 a 2007, buscou-se construir um novo modelo desenvolvimentista distinto do regionalismo aberto<sup>1</sup>, baseado na concepção de um crescimento sustentável pautado em projetos de industrialização, estímulo ao comércio interregional, na implementação de programas voltados para as questões de infra-estrutura e energética, defesa e segurança regional e a institucionalização do Mercosul. Como estratégia de política externa, procurou-se incentivar a cooperação na América do Sul, consubstanciando a idéia de que as diretrizes da nova fase de aproximação deveriam se pautar na superação das divergências internas e na ampliação da complementaridade entre as economias.

Contudo, enquanto lideranças regionais tais governos viram-se diante da difícil tarefa de apresentar uma alternativa frente as diferentes propostas de desenvolvimento, indo projeto de “socialismo do século XXI” pronunciado pelo presidente Hugo Chávez e apoiado pelos presidentes da Bolívia e do Equador, ao “socioliberal” proposto por Michelle Bachelet do Chile. Essas questões perpassam também o tema da construção de uma identidade regional, ainda posta em segundo plano, mas fundamental na consolidação dos elos políticos e econômicos entre os países.

---

\* Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Pesquisadora do Laboratório de Estudos da América Latina (LEAL/UFRJ) e do Centro Brasileiro de Estudos da América do Sul (CEBAS).

<sup>1</sup> Em suas manifestações mais ortodoxas observou-se uma forte liberação comercial, as opções de desenvolvimento nacional estruturaram-se sobre as exportações, buscavam-se inversões externas e implementação ou consolidação de reformas de mercado. Concebia-se que a vinculação entre os países da região deveria ser baseada essencialmente em acordos comerciais. Esta articulação era fundamental para a redução de tarifas e destruição de barreiras técnicas ao comércio. Tais medidas eram entendidas como necessárias para uma melhor inserção na globalização atual.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Nesse contexto, é importante para a nossa análise a idéia de uma integração econômica. Segundo Raúl Bernal-Meza (2008:231), tal processo ocorre no âmbito do *regionalismo* ou da *regionalização* como uma estratégia visando o desenvolvimento econômico, a concentração de recursos de poder ou ambos. A primeira meta estaria relacionada à perspectiva do *desenvolvimentismo cepalista*, enquanto que a segunda a teoria realista das Relações Internacionais. O autor esclarece ainda que a *regionalização* promoveria forças centrípetas que tendem a integrar em um mesmo espaço regional países próximos geograficamente e com economias complementares, ao menos no que se refere à acumulação de recursos e ampliação da dimensão de mercado, estando inevitavelmente vinculado à esfera multilateral e a ordem mundial. Além disso, os países participam de um processo de integração regional porque esperam obter maiores benefícios políticos e econômicos do que se permanecessem isolados, pois podem tornar suas economias mais dinâmicas e competitivas e com um maior poder de negociação e de inserção internacional.

### **As diferentes concepções do “neodesenvolvimentismo” para a América do Sul**

As análises recentes sobre a conjuntura política da América Latina enfatizam a “virada à esquerda” dos governos da região a partir do início do século XXI. Tal fato se justificaria pelas sucessivas eleições de Hugo Chávez na Venezuela desde 1998, a vitória no Brasil de Lula em 2002, a ascensão de Kirchner a Casa Rosada em 2003, o êxito eleitoral no Uruguai da Frente Amplia representada por Tabaré Vasquez em 2004, o início da presidência de Evo Morales na Bolívia em 2005. Em continuação, no ano seguinte, temos os triunfos de Rafael Correa no Equador e de Daniel Ortega na Nicarágua, assistimos ainda a disputa acirrada no Peru e a evidente fraude eleitoral no México. Todos esses acontecimentos representaram uma transformação de grande importância para o quadro político latino-americano.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Dentro deste contexto, muitos analistas políticos têm destacado que outra característica comum desses governos institucionalmente eleitos é a instauração de um programa de desenvolvimento capitalista nacional como estratégia de ação. Nesse sentido, parece que há um crescente retorno aos ideais desenvolvimentistas que se proliferaram na região durante as décadas de 1950, 1960 e 1970. Dessa forma, passada a era neoliberal, que gerou forte contestação popular, atualmente, vem se configurando o que podemos denominar como “novo-desenvolvimentismo”.

No âmbito sul-americano, José Luís Fiori (2007:1-5) ressalta que essa “nova esquerda” dividiu-se e apresentou diversidades de caminhos para encontrar soluções para os graves problemas enfrentados por seus países. No Chile, no governo de Michelle Bachelet, o projeto “socioliberal” vem gradativamente modificando o modelo econômico ortodoxo das últimas décadas, privilegiando as políticas de universalização e mantendo a qualidade dos serviços públicos de saúde e educação. Ao passo que o projeto “new deal keynesiano” do governo argentino, depois da moratória, redefiniu suas relações com a comunidade financeira internacional e estabeleceu como prioridade absoluta à geração de empregos e a recuperação da massa salarial da população através da utilização da fórmula clássica social-democrata européia em torno da “concertação social” visando conter a inflação. Além da volta da proteção da indústria, estatização de vários serviços públicos e da criação de um programa de reestatização opcional da própria previdência.

Outra proposta de desenvolvimento é definida pelo projeto de “socialismo do século XXI” pronunciado pelo presidente Hugo Chávez e apoiados pelos presidentes da Bolívia e do Equador. Fiori explica que o mesmo inspira-se nas idéias e políticas originárias da Revolução Mexicana que fizeram parte dos programas de diversos governos revolucionários ou nacionalistas da América Latina, tendo como ponto culminante à experiência de “transição democrática ao socialismo” do governo de Salvador Allende, em princípios da década de 1970. Segundo o autor: “Em todos os casos o ponto central foi o





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

mesmo: a criação de um núcleo produtivo estatal, com capacidade estratégica de liderar o desenvolvimento do país, na perspectiva da construção de uma sociedade igualitária. Uma espécie de “capitalismo de Estado” onde convivam o grande capital estatal e privado com as pequenas cooperativas da economia indígena, dentro de um sistema comunal de participação democrática.” (Fiori, 2007:1)

Por último, aponta o “desenvolvimentismo como inclusão social” do segundo mandato de Lula. Seu objetivo estratégico não visaria à construção do socialismo, mas “destravar o capitalismo”, na expressão de Fiori, no Brasil para que atinja altas taxas de crescimento, gerando a criação de empregos e aumentos salariais de maneira sustentável, propiciando um fortalecimento da capacidade fiscal de investimento e proteção social do Estado.

Dessa forma, o governo Lula estaria recuperando o projeto desenvolvimentista que remonta aos anos 30 e que apenas sofreu interrupção durante a década de 1990. Entretanto, paralelamente, buscaria criar uma vontade política por meio de uma ampla coalizão social e econômica que englobaria as diversas vertentes de conservadores e de progressistas do desenvolvimentismo brasileiro que se mantiveram distanciadas ao longo do regime militar.

Outra característica fundamental desse processo em curso é o “regional-desenvolvimentismo” que na concepção do embaixador José Botafogo Gonçalves e do sociólogo Helio Jaguaribe deveria substituir o modelo “nacional-desenvolvimentismo”, pois na sua concepção deve levar-se em conta o conjunto da América do Sul e, em particular, o relacionamento entre Brasil e Argentina, concebido como o núcleo central dessa integração.

Botafogo Gonçalves (2004:1) estabelece quatro pilares para o novo paradigma. Primeiro, a recuperação da importância do Estado como agente planejador a nível regional, além de uma definição mais clara de seu papel como regulador. Segundo, substituição do tradicional conceito de “política industrial” por “política pública de agregação de valor”, tanto na indústria





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

quanto na economia, procurando também eliminar a dicotomia entre mercado externo e interno. Terceiro, a canalização dos recursos estatais para a área dos “serviços públicos naturais” – educação, saúde, infra-estrutura, ciência, etc. -, e incentivo à internacionalização das empresas sul-americanas. E por último, a melhoria do quadro de segurança jurídica institucional para atrair investimentos de longo prazo e política regional de promoção das exportações. Na visão do embaixador, que também foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior, esse paradigma é um projeto em construção.

As reflexões de Helio Jaguaribe (2005:5) também caminham no mesmo sentido. Ao analisar de modo apreensivo o reduzido o crescimento econômico do Brasil nas últimas décadas, em contraste com o desenvolvimento acelerado durante anos 50, 60 e 70, faz uma convocação à nova geração, na faixa dos 30 anos, a engajar-se na formulação de um novo projeto para o país. Recordando assim, a sua própria experiência no Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB), Jaguaribe enfatiza a necessidade de “intelectuais orgânicos”, que empenhem sua competência acadêmica a serviço do objetivo público da retomada do desenvolvimento. Todavia, ressalta que as condições do início do século XXI são bem distintas daquelas que foram predominantes no auge do modelo anterior.

Diante desses diferentes projetos, os governos do Brasil e da Argentina buscaram criar uma alternativa de conciliação para viabilizar uma integração regional. Sem dúvida, esse foi o maior desafio de sua liderança, sobretudo a brasileira como maior economia<sup>2</sup> para buscar a efetivação do Mercosul. Analisaremos a partir de agora alguns dos principais pressupostos pelos quais pautaram a proposta de um novo paradigma desenvolvimentista para a América do Sul. Contudo, ainda hoje permanece a discussão em torno de qual seria o modelo mais apropriado para o desenvolvimento regional, um debate que transcendeu as chancelarias desses países e está em efervescência entre a

---

<sup>2</sup> O Brasil possui 70% do PIB da região (45% da produção industrial), 79% da população e 72% de sua superfície. Depois vem a Argentina com 27%, 17% e 23% das variáveis mencionadas. Enquanto que Uruguai e Paraguai correspondem aproximadamente 3% do restante do Mercosul, revelando a grande desigualdade em relação de forças – estas cifras não contemplam a incorporação recente da Venezuela.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

intelectualidade, o empresariado, os políticos, os sindicatos, os ambientalistas, entre outros setores da sociedade.

Amado Luis Cervo (2004:2) traz uma relevante contribuição para esse debate ao analisar a política exterior de Lula, ressaltando que houve uma mudança de paradigma em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Este último teria se orientado dentro da concepção do que define como *Estado normal*, no qual o país submetia-se às coerções do centro hegemônico do capitalismo, gerando um efeito “destrutivo” ao enfraquecer a economia nacional e “regressivo” ao reservar para a nação as funções da “infância social”.

De forma oposta, o governo petista assume uma posição que denomina *Estado logístico*, na qual busca sanar os males da globalização assimétrica através do reforço do núcleo central da economia nacional, reconvertendo a política de comércio exterior em instrumento estratégico de desenvolvimento e da renda líquida do país. Outra característica importante é promover a internacionalização da economia nacional, desde a plataforma regional. Tal posicionamento foi amplamente apoiado pela Argentina, pois segundo Cervo: “A Argentina de Néstor Kirchner e Roberto Lavagna reassumiu, no governo Lula, a condição de parceiro político número um. Ambos os países concertam posições comuns na OMC, ALCA, negociações com a União Européia, G-20 e América do Sul. Ambos reforçam o Mercosul com o fim de elevar a capacidade de negociação e de obter resultados sobre cenário internacional.” (Cervo, 2004:5)

Numa análise comparativa com a política externa brasileira, o governo Kirchner também representou uma guinada na posição da Argentina frente aos países centrais, especialmente os EUA, buscando um desenvolvimento mais autônomo e priorizando a América do Sul em sua agenda presidencial.

Nesse sentido, o conceito de *Estado Logístico* pressupõe a superação tanto do modelo de inserção liberal quando o nacionalismo desenvolvimentista do passado. Na concepção desse novo paradigma, o repasse de responsabilidade do Estado empresário caberia mais à sociedade. Porém, isso não significaria o



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

fim do empreendimento estatal, este ocorreria quando apresentasse capacidade de construção de uma competitividade sistêmica global. Assim, a formulação logística em execução teria dois componentes: primeiro, advogar-se-ia a construir os meios de poder e, em segundo, seu uso para proporcionar vantagens comparativas de natureza intangível, como a ciência, a tecnologia e a capacidade empresarial.

De acordo com Dominique Meunier (2008:152), a mudança na política exterior argentina observou-se com o abandono progressivo da perspectiva de alinhamento estratégico com os Estados Unidos, priorizada durante os anos 1990, uma vez que a crise de 2001 inscreveu-se no contexto do fracasso do neoliberalismo. Assim, desde o início de seu mandato, em 2003, Kirchner reconheceu a necessidade de cercar-se de novos aliados para melhorar a posição de seu país no cenário mundial. Isso pode explicar a sua decisão em dar centralidade à integração regional para reforçar seu poder de negociação perante os países desenvolvidos em temas importantes como a dívida externa, a luta contra a pobreza e a exclusão social.

Dessa forma, mesmo que o rechaço da ideologia neoliberal seja uma forte característica em comum aos dois governos, a catástrofe econômica argentina foi um traço peculiar, mas no conjunto contribuiu para incentivar a aproximação. Pelos motivos apontados anteriormente, não interessava a Lula o declínio da segunda maior economia sul-americana, por isso, procurou apoiar o seu vizinho diante da indiferença dos EUA e do FMI.

### **O Mercosul e a questão da identidade regional**

De acordo com Eduardo Sigal, no que concerne a construção de uma identidade regional torna-se premente “avanzar en cuestiones claves, como es el perfeccionamiento de la Unión Aduaneira, la coordinación de las políticas macroeconômicas y la superación de trabas culturales.” (SIGAL, 2007:132)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Na sua concepção estamos no meio do processo. O Mercosul nasceu de um claro enfoque intergovernamental e irá amadurecendo gradualmente fazendo a transferência de elementos da soberania nacional para construir uma soberania de caráter supranacional ou, como ele prefere definir, regional. Apesar dos obstáculos que a realidade atual impõe para o alcance de tal meta, o Subsecretario afirma que muito se avançou nesse sentido, pois teria sido criado um processo de soluções de controvérsias, encarregado de resolver as diferenças que podem surgir entre dois ou mais membros do bloco, para ele isso se constitui um avanço extraordinário.

Numa perspectiva histórica, Sigal enfatiza que não podemos esquecer que os países do bloco nem sempre tiveram relações amistosas. Durante anos, a hipótese de conflito foi a principal perspectiva das Forças Armadas argentinas e brasileiras. Mesmo que isso tenha ocorrido em outra época, tem que se dizer claramente, que essa antiga visão tem penetrado nas burocracias de ambos os governos. Foram décadas de fomentação da desconfiança mútua e não da necessidade de complementaridade.

Dessa forma, temos que transformar e aprofundar o Mercosul, criar institucionalidade de acordo com os novos objetivos. Como, por exemplo, pensar a participação do bloco em organismos multilaterais, não somente na Organização Mundial de Comércio, mas também em outros espaços, pois o comércio não é o único que é relevante. Seria positiva a projeção dessa integração regional em todos os organismos internacionais de atuação. Mas, definitivamente, a evolução da supranacionalidade é um dos principais objetivos a serem alcançados. Permitindo com isso a criação de um sentimento identitário entre os países membros.

Sobre essa questão, Luís Fernando Ayerbe (2007:132) ressalta que, nos últimos anos, acompanhando o aprofundamento dos processos de globalização e regionalização na América Latina e Caribe, tornam-se cada vez mais relevantes os estudos que buscam delimitar um espaço cultural latino-americano capaz de



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

dar suporte aos próprios projetos de inserção. Fato que evidencia a importância crescente da cultura nos processos de regionalização.

Nesse sentido, Gegório Recondo destaca que o resgate dos produtos da criatividade regional – isto é, seus produtos culturais expressos na literatura, música, poesia, artes plásticas e ciências -, têm como objetivo principal referendar a relevância da contribuição da América Latina e Caribe para a cultura universal, ponto de apoio do seu otimismo em relação ao futuro da integração da região, pautado em fortes laços de identidade com potencial de produzir projetos que promovam o alargamento da consciência nacional de pertença.

Transpondo essas análises para o contexto específico da integração sul-americana, constata-se que o tema cultural vem ganhando importância ao lado de outras medidas políticas e econômicas para a consolidação e fortalecimento do bloco. Segundo Renato G. Flores Jr., assim como os países, as “Interações Regionais” precisam fortemente, em certo momento de sua evolução, de um esforço na criação de uma identidade própria. A partir da qual se torna mais importante enfatizar seus aspectos de bem público (imperfeito), ajudando o reconhecimento do processo de integração por todos os atores envolvidos ou a desenvolver. Nesse momento, o caráter público revigora, em um movimento circular, a própria identidade da integração.

Nesse sentido, alguns símbolos do bloco estão sendo criados como o “projeto do passaporte comum”, contendo a estampa do Mercosul na capa, já está em curso e, futuramente, será progressivamente implantado nos países-membros. Além disso, possui também uma “bandeira”, resultante de um concurso público no âmbito de seus quatro membros. O autor ressalta que não importa se a mesma é “bonita ou adequada”, mais sim o fato que ela deve ser utilizada com maior frequência e destaque em todas as atividades, mais ou menos solenes, que representem alguma relação com o projeto de integração. Outro símbolo importante que já foi implementado em Assunção, capital do



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Paraguai, é o “Parlamento do Mercosul”, com eleições previstas para 2010 e 2014<sup>3</sup>.

Ao analisar também os símbolos mercosulianos, Miriam Gomes Saraiva (2007:65-66) destaca, entre as políticas públicas direcionadas para a integração, a importância da educação escolar, defendendo a idéia que o ensino de História e da Geografia deve incorporar a seus currículos referências a outros países do bloco de forma sistemática. Ressalta como ponto positivo o ensino do castelhano nas escolas brasileiras, e que se iniciou na década de 1980, vem apresentando resultados no sentido da construção de uma identidade do Mercosul. Contudo, acredita que deveria ser mais incentivado.

Saraiva ressalta ainda que um mecanismo de enorme importância é o incentivo financeiro e administrativo para iniciativas de caráter tanto subnacional quanto privado que colaborem para a formação desses símbolos. Nesse conjunto, a questão de difusão de intercâmbios – festivais, acesso a canais e televisão de Países-membros do bloco dentro dos marcos das TV’s a cabo, facilitação de venda de produtos culturais de outros parceiros da região, difusão desses produtos em meios de comunicação nacionais -, pode ter uma contribuição muito expressiva.

Conclui ressaltando que a simbologia é um tema que deve ser definitivamente incorporado aos debates sobre o bloco, considerando ainda quando as decisões relacionadas ao grupo forem adotadas, cooperam de forma relevante na construção do Mercosul. Na opinião da autora, a extensão geográfica do bloco e a ausência da infra-estrutura que permita o acesso às diferentes áreas devem ser compensadas com esforços deliberados para a conformação de uma simbologia e de uma identidade regional que possam conviver com os nacionalismos próprios desses países. Tais iniciativas, porém, repousam em vontades políticas.

---

<sup>3</sup> Mesmo que não isento de problemas, o Parlamento se tiver a sua função bem explicitada, com limites bem definidos e não muito ambiciosos, pode funcionar como um poderoso instrumento para a integração, tendo fortes características de um símbolo tangível. Pressupondo assim, o exercício do voto, ato de grande valor simbólico, consubstanciando os direitos democráticos de participação e escolha.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Neste contexto, merece destaque também a importância de atividades educacionais sistemáticas visando à explicação do significado (simbólico) dos fatos, de instituições, de políticas em benefícios da integração. Bons exemplos seriam os intercâmbios de estudantes universitários – de graduação e pós-graduação -, atividades que podem ter o financiamento do bloco com desvios marginais de recursos. Partindo dessa perspectiva comenta:

A questão da cultura não pode ser dissociada do investimento, embora diversas discussões sobre esse último esqueçam-se do quão importante é a existência de fundos do setor cultural. Se iniciativas privadas, como a já mencionada Bienal de Artes Visuais, apontam para caminhos a serem explorados, esforços de integrados de promoção à cultura no contexto da integração conformariam importante ajuda desse trabalho. Mecanismos mútuos de dispensa de impostos, de facilitação burocrática em geral para espetáculos e promoções de um dos membros que percorram os países do bloco, de abertura de linhas de crédito para iniciativas intermembros ou ligadas à integração são algumas das diversas ações que devem ser encorajadas. (Flores, 2007:50)

Um bem sucedido exemplo de intercâmbio que tem contribuído para aproximar culturalmente os países do bloco é o diplomático. Segundo Juan Cortelletti, a cooperação das academias diplomáticas é uma das facetas mais enriquecedoras e pouco conhecidas da integração regional. Atualmente, funcionários de países sul-americanos cursam matérias no Instituto del Servicio Exterior de la Nación e representantes argentinos aprimoram sua formação conhecendo as outras academias. Através do ISEN foram firmados acordos dessa natureza com o Brasil, o mais antigo, e também com o Paraguai, Bolívia e Venezuela, e está se trabalhado na extensão da proposta a outros países.

Em relação ao intercambio entre brasileiros e argentinos, os gestos de confiança são múltiplos. Comenta o exemplo de Sandra Pitta que participou em 2003 de uma viagem de estudos do Instituto Rio Branco pelo Amazonas, trajeto no qual visitam as bases militares e presenciam distintas atividades das Forças





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Armadas. Os funcionários argentinos foram os primeiros estrangeiros convidados a participar dessa experiência. Pitta faz o seguinte comentário: “Yo ya había estudiado historia brasileña, pero hacerlo en Brasil, con profesores y alumnos del país, fue una experiencia muy enriquecedora (...) Además – agrega – conocer la cultura, sus raíces, la influencia africana, por ejemplo, constituye un valor agregado que facilita mucho el trabajo conjunto con diplomáticos brasileños”. (CORTELLETTI, 2007: 162)

Assim, pelo relato da diplomata argentina, percebe-se o papel relevante da diplomacia no conhecimento e difusão da cultura e da história dos países sul-americanos que formam o bloco. Entretanto, faltam mais incentivos do Itamaraty e do Palácio San Martín para promover essas e outras formas de intercâmbio entre suas sociedades e as dos países vizinhos, pois são fundamentais para construir uma consciência regional, que se constitui um elemento imprescindível para o êxito dos acordos políticos e econômicos no âmbito do Mercosul.

Como consequência da pequena importância dada à integração cultural, o patrimônio cultural dos países do bloco, pouco conhecido pelos demais, não tem sido utilizado para construir pontes entre seus povos, relações de confiança e estimular o diálogo. Na realidade, o conhecimento da cultura de seus próprios países é superficial, ao passo que, se desconhece, quase que totalmente, os patrimônios histórico, material e intangível de seus vizinhos. Dessa forma:

(...) raras são as academias que propiciam os futuros representantes no exterior uma formação cultural, suficientemente aprofundada sobre a cultura do próprio país (...) suas diferenças regionais, seu folclore e as diversas formas de religiosidade, suas indústrias culturais e os sistemas educacionais e de ciência e tecnologia. Em consequência, a imagem de seu país que ele divulgará no exterior relaciona-se, apenas, ao folclore, às belezas naturais ou algumas manifestações populares como o Carnaval ou o futebol, do Brasil; o tango, na Argentina; as Cataratas e as Missões Guaraníticas, no Paraguai, e Punta del Este, no Uruguai. (SOARES, 2008: 53-69).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Nesse sentido, a diplomacia cultural se torna um fator cada vez mais relevante para uma integração de fato entre as sociedades. Segundo Mônica Leite Lessa (2002:14), a diplomacia cultural teria a função de promover ou divulgar a cultura, programas culturais, instituições culturais ou científicas, idéias ou autores de um país, sendo sua principal motivação a utilização do capital cultural do país em benefício de suas relações externas. Ela pode não ter como principal objetivo promover o país ou suas relações externas (como no caso dos intercâmbios acadêmicos), mas criar uma imagem ou marca do país. Seu grande desafio é construir imagens positivas e atraentes de países ou blocos regionais, que articulem de forma consistente e moderna seus capitais culturais e projetos de desenvolvimento e de cooperação. Edgar Telles Ribeiro (1989) destaca que o intercâmbio de pessoas; a promoção da arte e dos artistas; o ensino de língua (veículo de valores); a distribuição integrada de material de divulgação; o apoio a projetos de cooperação intelectual e técnica e a integração e a mutualidade na programação são alguns meios dos quais pode desenvolver-se uma diplomacia cultural.

A Bienal do Mercosul, é um dos mais exitosos projetos culturais, surgiu por iniciativa do empenho de atores privados e públicos preocupados em promover o intercâmbio de obras e de artistas latino-americanos. A Bienal realiza-se em Porto Alegre, desde 1997, por iniciativa da Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul, instituição de direito privado sem fins lucrativos. O evento é financiado, sobretudo, por empresas (89%), contado com recursos públicos federal, estadual e municipal. Assim, segundo seus idealizadores e realizadores, a Bienal é um “exercício” de integração cultural independente de governos, que ocupa a lacuna cultural deixada pelo projeto mercosuliano. Por outro lado, também releva a viabilidade de realização de projetos dessa natureza a partir da parceria entre governos, artistas, empresas, etc. Essa é uma tendência para o fomento de políticas culturais no bloco em benefício da sociedade.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Lessa destaca ainda que o desafio proposto pelo Brasil para a criação da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA) é expressivo exemplo do compromisso assumido pelo país com o projeto de integração regional. Trata-se de uma iniciativa inédita brasileira no sentido de promover um vínculo entre a educação e a cultura, sendo uma proposta importante para a fundação de uma identidade regional “solidária” e “integradora”. Um duplo desafio se apresenta ao Brasil, pois deve de forma exclusiva garantir a construção e o funcionamento da universidade, que já está em funcionamento em Foz do Iguaçu desde o segundo semestre de 2010, e ainda “desenvolver um projeto pedagógico que privilegie a multidisciplinaridade, promova a integração do conhecimento e represente um ‘pólo de idéias’ de discussões sobre a realidade latino-americana” (LESSA, 2010:55).

### **Considerações finais**

Concluindo, procurei apresentar as principais características do novo projeto desenvolvimentista em curso na América do Sul, demonstrando que ainda não há um consenso em torno de qual seria a melhor ou mais viável alternativa para a região, gerando um amplo debate entre agentes governamentais, setores da intelectualidade, empresários e outros grupos sociais. Nessa conjuntura, os governos de Lula e Kirchner, como liderança desse processo, tentaram apresentar um modelo conciliatório diante das diferentes tendências da esquerda dos governos da América do Sul, com o intuito de promover a instituição do Mercosul.

Entretanto, se durante o período compreendido entre os anos de 2003 a 2007 configurou-se como um momento de revigoramento da proposta de integração sul-americana, apresentando avanços significativos, ainda existem muitos entraves políticos, econômicos e culturais que precisam ser superados para o pleno êxito do projeto mercosuliano. Dessa forma, as grandes assimetrias entre os países, as dificuldades de implantação de uma união aduaneira e de financiamento dos projetos de desenvolvimento enérgico e de infra-estrutura, as



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

divergências ideológicas adicionadas a antigas desconfianças, criam fortes obstáculos à formação de uma supranacionalidade em torno de uma identidade regional.

No entanto, é inegável que há uma vontade política – expressa pela chancelaria do Brasil e da Argentina, bem como de outros países da região -, no sentido de tentar promover uma integração de fato que eleve significativamente as taxas de crescimento econômico e educacional das nações sul-americanas. Dessa forma, a participação dos diversos setores da sociedade civil faz-se cada vez mais necessária, seja para reivindicar seus direitos, seja para contribuir na formulação da nova proposta de desenvolvimento.

Para o futuro espera-se que a parceria argentino-brasileira possa efetivamente contribuir para a concretização do projeto de integração regional. Atualmente, o Mercosul encontra-se no estágio de uma união aduaneira que está negociando com a União Européia e com outros países. Também subscreveu um acordo de livre comércio com os países andinos. Entretanto, o fato de não ter possuir uma agenda de negociações com os Estados Unidos pode tornar-se um entrave considerando que Washington organizou boa parte de suas relações comerciais com a América Latina através de tratados de livre comércio. Diante desse quadro, resulta complexo compatibilizar a agressiva política externa da Venezuela, recentemente incorporada ao bloco, com a estratégia comercial externa do Mercosul. Constituiu-se assim, mas um grande desafio para as lideranças desse processo, especialmente para o Brasil.

### **Referências Bibliográficas**

AYERBE, Luis Fernando. (2007) “Cultura, desenvolvimento e integração na América Latina e Caribe”. *Integração Latino-americana e caribe*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p. 219-251.

BERNAL-MEZA, Raúl (2008). Argentina e Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión). *Revista Brasileira de Política Internacional*. 51 (2): 154-178.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

CERVO, Amado Luiz. (2002) Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, n. 1, p. 5-35.  
\_\_\_\_\_ (2004) Os objetivos da política exterior de Lula. *Colunas do Relnet*, n. 10.

CORTELLETTI, Juan. (2007) “Integración y diplomacia”. *Res Diplomática (RD)*. Revista del Instituto del Servicio Exterior de la Nación (ISEN). Ministério de Relaciones Exteriores y Culto. Buenos Aires, Segunda Época, n. 1, agosto, p. 160-165.

FIORI, José Luís. (2007) “De volta ao futuro, a esquerda na América Latina”. *Jornal Valor*. Rio de Janeiro, 31 de janeiro.

GONÇALVES, José Botafogo. (2004) “Nuevo Paradigma Regional”, *La Reforma*. 11 de janeiro.  
\_\_\_\_\_ e LYRIO, Maurício (2003). *Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina: antecedentes, estado atual e perspectivas*. Rio de Janeiro: CEBRI.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2007) “El mundo multipolar y la integración sudamericana”. *Res Diplomática (RD)*. Revista del Instituto del Servicio Exterior de la Nación (ISEN). Ministério de Relaciones Exteriores y Culto. Buenos Aires, Segunda Época, n. 1, agosto, p. 105-127.

JAGUARIBE, Hélio. (2005) *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Candido Mendes.

LESSA, Mônica Leite. "Relações culturais internacionais" In: MENEZES, L. M., ROLLEMBERG, D. e FILHO, O M. (orgs.). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

\_\_\_\_\_ “Mercosul Cultural: desafios e perspectivas de uma política cultural. In: *Revista Mural Internacional*. PPGRI/UERJ. Ano I, n. 2, novembro de 2010, pp. 50-58.

MEUNIER, Dominique. (2008) “A Política Exterior de Kirchner: una mirada preliminar”. *Revista Relaciones Internacionales*. Publicación Semestral. Instituto de Relaciones Internacionales (IRI). Buenos Aires, diciembre 2007 – mayo. (Año 17 – n. 34)

PEREIRA-BRESSER, Luiz Carlos. (2005) “O conceito de Desenvolvimento do ISEB rediscutido”. In: *Dados- Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 47, n. 1, pp. 49-84.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

RAPOPORT, Mario. (2006) *El Viraje del Siglo XXI: deudas y desafíos en la Argentina, América Latina y el mundo*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma.

RIBEIRO, Edgard Telles. (1989) *Diplomacia Cultural: seu papel na Política Externa Brasileira*. Brasília: IPRI-MRE.

RUSSEL, Robert e TOKATLIAN, Juan Gabriel. (2003) *El Lugar de Brasil en la Política Exterior Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

SANTORO, Maurício. (2006) “Desenvolvimento como Integração” In: T. Prazeres, A. Diniz e M. Santoro. *O Brasil e a América do Sul: desafios no século XXI*. Brasília: FUNAG.

\_\_\_\_\_ (2008) *Idéias, Diplomacia e desenvolvimento: a política externa de Menem a Kirchner*. (tese de doutorado). Rio de Janeiro: IUPERJ.

SANTOS, Raquel Paz.(2009) “Relações Brasil-Argentina: a cooperação cultural como elemento de integração regional”. *Revista de Estudos Históricos*. N. 44. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, p. 355-375.

\_\_\_\_\_ (2008) As relações entre Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner e as novas perspectivas da integração sul-americana (2003-2007). *Caderno de Artigos do Seminário América do Sul em Debate: Perspectivas da Integração*. Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos do Tempo Presente. V.1. p.66 – 86.

SALVATORE, Ricardo. (2006) *Imágenes de um imperio: Estados Unidos y las formas de representación de América Latina*. Buenos Aires: Sudamericana.

SIGAL, Eduardo. (2007) “El Mercosur puede ser el núcleo de la Unión Sudamericana”. *Res Diplomática (RD)*. Revista del Instituto del Servicio Exterior de la Nación (ISEN). Ministério de Relaciones Exteriores y Culto. Buenos Aires, Segunda Época, n. 1, agosto, p. 129-133.

SOARES, Maria Susana Arrosa. (2008) “A diplomacia cultural no Mercosul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 51 (1): 53-69.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **“VENHA QUE O QUE VENS É PERFEIÇÃO<sup>1</sup>” - A LEGIÃO URBANA E A JUVENTUDE DOS ANOS 80**

Renan Santos Mattos □

### INTRODUÇÃO

*“Geração Perdida, as músicas não revelam nada. A ética da Legião Urbana é a descrença<sup>2</sup>” p. 98).*

Diante de juízos levantados não só quanto à produção artística da Legião Urbana como também os anos 80 em geral, percebe-se a busca pela revisão desse período. Isto é, seja a partir dos estudos, seja de publicações bibliográficas, o período histórico classificado por muitos como o “tempo perdido”, passa a ser visto sob outras perspectivas, não mais como uma época de geração alienada e despreocupada, mas, sobretudo a partir do seu contexto de profícuas mudanças seja política, seja cultural.

O nosso objetivo é analisar as coisas ditas no calor dos acontecimentos Históricos, volta-se, portanto, a prerrogativa de captar a subjetividade do indivíduo à medida que cria significados sobre a realidade. Nesse sentido, o foco reside sobre as relações do artefato cultural e o contexto histórico, de como se articulam e produzem percepções da realidade.

Logo, almejamos refletir quanto ação dos seres humanos diante das difíceis realidades às quais são colocados em determinados contextos históricos. Obviamente, tratar a realidade como discurso coincide com o debate teórico que disciplina da História passou e está passando. Nesse sentido, agrega-se a impossibilidade e prever tempos futuros - seja pela repetição do ocorrido, seja pela projeção de um desenvolvimento desejado e possível.

Assim, a partir da década de 1980 o véu da dúvida impossibilitou que nossas construções de passados possíveis projetassem futuros determinados,

---

<sup>1</sup>Trecho da Canção Perfeição. In: *O Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1994.

□Graduado em História (PUCRS). Email: renansnatos@gmail.com

<sup>2</sup>MAIA, Cristiano Escobar. *A nossa geração perdida*. Itajaí: 2<sup>a</sup> Ed. da UNIVALI, 2000, p.98





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

como destaca Guarinello<sup>3</sup>. Assim, percebemos que a História não progredia pela linearidade, mas pelo transpor dos caminhos inóspitos, impossíveis de serem previstos. E dentro de um mesmo contexto, a década de 1980, por exemplo, podem existir várias temporalidades, inúmeras maneiras de compreender o tempo vivido. Houve muitas décadas de 1980 convivendo paralelamente e por vezes mesclando-se afirma Feltrin<sup>4</sup>. Por isso a relação com nosso objeto é uma das possibilidades dentre várias: a interpretação das coisas ditas.

O estudo dialeticamente integrado do discurso musical é um fenômeno recente na historiografia, remete-nos aos anos 90, quando se busca sistematizações sobre as relações entre história e música. Os anos 80 e o rock ainda carecem serem melhores compreendidos. As canções, sejam elas dos mais variados estilos, mostram-se importante objeto, contemplados com outras fontes (como jornais, revistas, cartazes, encartes, depoimentos), para atender a história de *baixo*, ao tempo que pode “*revelar zonas obscuras das histórias do cotidiano dos segmentos subalternos*”<sup>5</sup>

O nosso referencial teórico embasa-se nos conceitos fundados por Roger Chartier, no que tange representações<sup>6</sup>, e Antônio Candido<sup>7</sup> quanto o sentido da

---

3 GUARINELLO, Norberto Luiz. História Científica, História Contemporânea e História Cotidiana. In: *Revista Brasileira de História*. no 48, vol. 24. São Paulo, 2005.

4Ibidem, 2006.

5 NAPOLITANO, Marcos. *História e Música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.09.

6 Conceituar representação não é tarefa fácil. Nesse sentido, o autor define “[...] como algo que permite ‘ver um ausente’ ou como uma ‘exibição de uma presença’”. Para o autor devemos trabalhar com a premissa que as representações do mundo social são determinadas pelos interesses dos grupos que as criam.

7Segundo o autor, “arte é um sistema simbólico de comunicação inter-humana”. Assim, estabelece-se uma rede de significado entre indivíduos, onde produção artística presume a idéia de um produtor e um receptor de uma mensagem - o artista, o seu público e a obra, para que, assim, se efetive e se estabeleça uma comunicação - autor, obra e público precisam fazer parte de um meio onde o significante (a obra) adquira significado, que não necessariamente precisa ser aquele pensado ou pretendido pelo artista. E embora autor, obra e público tenham suas definições nesse processo, que é “*integrador e bitransitivo por excelência*”, não se revela entre si uma relação hierárquica ou com papéis determinados. Ao estabelecer a canção como fonte prioritária, segundo Souza (2006), o historiador deve ter vários cuidados, pois a música é uma manifestação de crenças, de identidades; ela é universal quanto à sua existência e importância, seja qual for a sociedade. Ao mesmo tempo é singular e de difícil tradução, quando apresentada fora de seu contexto ou de seu meio cultural. É preciso fazer uma inserção da música no contexto em que ela foi produzida, pois o historiador corre o risco de ter uma interpretação parcial de suas fontes. A música de caráter popular tem um significado que é comunicado de



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Arte, presumindo a arte como um sistema de comunicação, contemplado pelo estudo específico de obras publicadas do tema abordado.

A proposta de estudo a partir das letras, obviamente, sem abdicar das do discurso musical, decorre porque é a partir delas que a Legião Urbana foi alçada à condição de “porta-voz” de uma geração e tornou-se o estrondoso sucesso ao mesmo tempo em que demarca esse fenômeno insólito: o impacto das ideias no presente contexto histórico, à medida que cria mundos alternativos, permitindo a reflexão do presente contexto históricos.

### **A NOVA REPÚBLICA E O NOVO CENÁRIO MUSICAL – Algumas Considerações.**

É importante salientar que foi nos anos 80 que o rock penetrou no cenário musical brasileiro, mediante ao ceifar da dicotomia esquerda e direita, promovido pela abertura política, ocorrendo a concretização de um mercado para jovens. Sobre esse aspecto, contraditoriamente, percebe-se a resposta dessa geração, comumente acusada de geração alienada e incapaz de produzir crítica social procedente. O movimento cultural teve suas origens do movimento *punk*<sup>8</sup> que explodiu na Inglaterra em 1977. E surgiu sob o lema do faça-você-mesmo.

Logo, tanto o cenário fonográfico quanto das concepções estéticas e temáticas foram alteradas. A Música Popular Brasileira (MPB) entrou em crise de vendas. Os jovens estavam interessados em outras coisas. O *punk* e o *rock* foram esses canais de expressão, dando a impressão de saciar uma lacuna na

---

forma intensa a seus consumidores. Nelas há uma forte inter-relação entre a letra, a música e a condição sócio-emocional entre autor-produtor e público-fã-consumidor. A significação da canção não é organizada exclusivamente pela letra da canção. Isso se dá também pela musicalidade, pelos acordes, instrumentos e voz.

<sup>8</sup>Sem uma tradução muito literal e ela começa a ser usada no início do século XX como um adjetivo pejorativo. “Lixo”, “o que vem do lixo” ou mesmo “prostituta” são algumas traduções possíveis. Por isso o nome *punk* para designar uma geração de jovens sem perspectivas e desamparadas pela sociedade e pelo Estado. As letras envolvidas numa atmosfera sonora suja, barulhenta e cinza (como uma fábrica abandonada ou uma rua do subúrbio de Londres, Manchester, Dublin ou Liverpool) contavam histórias sobre trabalho, casa, estilo de vida, sexo, frustrações, medos, a idade e o desprezo pelo modo de vida burguês (DEMARCHI, 2006).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

música brasileira. A geração que fora criança durante a ditadura militar e que chegara a adolescência vislumbrava na estética simples e rudimentar do punk e *rock* após 1982, a liberdade para qualquer garoto ou garota se expressar, como atesta o depoimento abaixo:

Lembro que quando a gente começou não tinha a idéia de tocar profissionalmente e gravar disco. Era tudo muito distante. Eu achava que todo mundo tinha compor, por que para mim era se expressar. A gente tinha urgência em dizer as coisas que não eram ditas pela MPB<sup>9</sup>.

O novo cenário musical formado na década de 1980, consolidado a partir de 1986, era contundente, *rompia com os valores burgueses, com a ordem, com o planejado, o bom gosto e a harmonia*<sup>10</sup>. Pregava a ruptura, a destruição. Ele é barulho, fúria, dissonância. Povoou os inóspitos caminhos da cultura de massa. Transformou-se na trilha sonora da abertura. Sendo, os berros, as guitarras, as baterias, a roupas inusitadas impulsos sem precedentes da distensão política.

Dessa forma, o discurso enunciado no presente recorte histórico rompia com a tomada de poder dos anos 60. E as novas linguagens faziam sucesso, conforme a seguir:

Não que eu odiava o Chico e o tal do Caetano, é que eles não me diziam nada. Simplesmente ouvir eles era a mesma coisa que ouvir música de ninar (risos). Daí quando eu ouvi a canção Inútil do Ultraje eu falei pra galera, ‘putz, é isso’. Era tudo que a gente queria falar. Depois veio Legião, Titãs, Biquíni e virou febre, só se falava deles, só se ouvia eles e todo mundo queria ser eles (risos). E o que eles diziam era muito revolucionário, pelo menos pra gente<sup>11</sup>.

As palavras acima denotam a coerção discursiva. Quanto ao discurso revolucionário que seduzia essa geração, pode-se dizer que os estudos almejam apresentar discussões do imaginário anos 80 e pós-utópico.

---

<sup>9</sup>SIMONE PINHEIRO apud SOUZA. Entrevista cedida em 7 de setembro de 2005 por Simone Pinheiro, 36 anos. Ela morou em Belo Horizonte de 1979 até 1988. Hoje reside em Florianópolis. p 37, 2006.

<sup>10</sup> Idem, p.37

<sup>11</sup> Idem, 2006, p.38



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Porém, nosso estudo propõe-se a lançar outras possibilidades de análise das palavras ditas. Volta-se para o desejo de aquisição de poder expressado pelo mundo da obra do artista. Ostenta, apesar do decreto das utopias a missão de transformar e incitar a ordem estabelecida. Desse modo, citamos Sevcenko, ao referir-se a Literatura:

Sendo um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com o seu estado real<sup>12</sup>.

Logo, com a arte o “*escritor fala sobre a história que não ocorreu, sobre os planos que não vingaram. É o testemunho triste, porém, sublime de que os homens são vencidos pelos fatos*”<sup>13</sup>. Nesse sentido, a opção dessa abordagem quanto à obra da Legião Urbana reside nesse fato. E pensar na história dos desejos não consumados. O que ficou na intenção, nas mensagens.

### **A LEGIÃO URBANA E A JUVENTUDE NOS ANOS 80**

Inserida no contexto de abertura política e explosão do rock, este em referência ao surgimento de um mercado de jovem para jovem, a Legião Urbana foi uma das principais bandas “politizadas<sup>14</sup>” desse momento. Lançaram no mercado oito discos, sendo que o último deles, colocado nas prateleiras após a

---

<sup>12</sup>SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na 1ª República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.20

<sup>13</sup> Idem, p.21.

<sup>14</sup>O calor dos embates da significação, concebeu clivagens entre as bandas surgidas nesse contexto. Assim, a luta das representações (Chartier), dentro do discurso da crítica, divide as bandas em dois grupos: exceto pelo Barão Vermelho e Lobão (em um certo momento de sua trajetória) as bandas surgidas no cenário carioca abordavam temas relativos ao cotidiano na zona sul da cidade, reduto dos jovens das camadas médias e altas, sendo por isso rotuladas bandas de “rock de bermudas”. As demais bandas, por outro lado, eram mais contundentes nas críticas sociais e existenciais, sendo consideradas por esses mesmos críticos como bandas mais “politizadas”, ainda que esses elementos temáticos surgissem em momentos diferentes da trajetória de cada uma delas e se expressassem de modos distintos. Essa caracterização temática se refletia na sonoridade dos grupos. Embora ambos conjugassem influências múltiplas do folk, blues, reggae, ska, soul, incorporando ainda elementos sonoros das culturas populares brasileiras, o “rock de bermudas” tendia para um som pop, ao contrário das bandas ditas “politizadas”, onde as influências do punk eram mais significativas. É pertinente enfatizar que essas classificações referem-se simplesmente a tendências e não podem ser tomadas como regras gerais. (DEMARCHI, 2002).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

morte de Renato Russo. Todos foram distribuídos pela EMI-ODEON, localizada na cidade do Rio de Janeiro.

Por nosso estudo voltar-se para a análise das letras, nosso foco reside em Renato Russo, cuja poética<sup>15</sup> caracteriza-se pela expressão simples, fato que se vincula, sobretudo às influências advindas do punk, marca de diferenciação em relação à geração dos artistas da MPB, o que contribui quanto à transmissão de uma mensagem, pois possibilitam o entendimento por parte do ouvinte e público alvo- o jovem. Porém, as intertextualidades presentes na obra são eminentes. Ao longo da obra permeia de Sex Pistols a Camões, passando pela Bíblia, passagens budistas, poemas beats e Tao Te King, Buda, constituem o panorama condizente a proposta de transmissão de mensagem e informações, conferindo uma dimensão simples e elaborada.

Assim, a obra da Legião Urbana é marcada por redimensionamentos sobre um conjunto coerente de elementos básicos. No plano musical, influências diversas (punk, pós-punk, folk, reggae, funk, elementos da música erudita e rock) que constituem um som eclético; no temático, corresponde ao cerne de nosso trabalho.

A produção acadêmica pode ser avaliada entre leituras e interpretações das letras de canção da banda<sup>16</sup>; e aqueles que utilizam suas letras de canções para compreender fenômenos sociais presentes na sociedade *contemporânea*<sup>17</sup>. Assim, apesar das diferenças teóricas e metodológicas existentes entre tais trabalhos, preocupam-se em ressaltar e destacar o teor poético e literário da obra.

O olhar generalizado sobre a obra aponta para a miopia teórica, por conta da comumente intenção de adequar as canções aos referenciais teóricos. Assim, os autores almejam evidenciar aspectos da obra que condizem aos pressupostos, permeando entre leituras do mal estar condicionado pela “sociedade do risco”.

---

<sup>15</sup> Faço uso deste termo como uma referência que foi e é, recorrentemente, utilizada por críticos, fãs e estudiosos para se referir à produção artística da Legião Urbana (DEMARCHI,2002).

<sup>16</sup> Ver Fernandes, 2000; Castilho & Schlude, 2002.

<sup>17</sup> Ver Maia,2000.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Procurando compreender, a partir das letras fenômenos, como a “tribalização”, o “agorismo” e “no future”, o universo histórico-cultural.

Na contramão, o professor Alves, propõe, em seu estudo, destituir essa “miopia” teórica quanto às canções da Legião Urbana, já que analisadas sob este prisma, as canções da Legião Urbana contemplam às acusações constantemente feitas pelos críticos da juventude brasileira: passividade política e incapacidade de crítica social procedente.

O autor ainda pontua que a comumente atribuída desilusão do cotidiano, tem conseqüências negativas sobre a questão da constituição da identidade a partir do fenômeno de tribalização. Assim, destaca-se que:

Lida sob a ótica da desilusão, a identidade dos jovens da década de 80 que Almerinda Guerreiro vê nas canções é, em síntese, hiperfragmentada e não reflexiva, ou seja, os jovens não têm clareza das razões pelas quais estão juntos e identificam-se uns com os outros e não vêem motivos para se apegarem às relações pessoais que estabelecem de modo a dar-lhes um lugar privilegiado em suas vivências<sup>18</sup>.

Logo, as análises contraditoriamente ratificam a ideia de que há “*um ser que busca a sua própria silhueta, é marcado por uma introjecção num ego narcísico*”<sup>19</sup>. Nesse sentido, a ética social do jovem representado nas canções (e, por consequência daqueles que as apreciam) é uma ética individualista, assentada na descrença nas relações sociais e propostas de mudanças.

Nesse sentido, ao buscarmos as representações dos jovens, pretendemos refletir sobre o aspecto de construção de mundo a partir dos jovens e ampliar o universo proposto pelo mundo da obra, concentrada em questões de juventude, em defesa do grupo social. Seguimos, portanto, norteado pelas propostas do professor Napolitano (2001), ao afirmar que a questão cultural está ligada à necessidade de respondermos para nós mesmo “o que somos” e “o que queremos”.

---

<sup>18</sup>ALVES, Luciano Carneiro. *Flores No Deserto - A Legião Urbana Em Seu Próprio Tempo*. Dissertação de Mestrado Uberlândia: UFU, 2002, p.95

<sup>19</sup>GUERREIRO, 1991 apud Alves, p 97, 2002





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

#### **4.1 “SOMOS OS FILHOS DA REVOLUÇÃO<sup>20</sup>”**

O primeiro momento<sup>21</sup> dimensiona-se sobre as influências punks. Desse modo, percebemos o jovem norteado pela incerteza diante do seu contexto. Portanto, os jovens estão inseridos em múltiplas situações de violência, despertando o ódio e o desejo de vingança, a rebelião individual e solitária corresponde a bandeira frente à ordem opressora do mundo adulto.

Essa imposição social também é visível no ambiente descrito nas canções, como percebemos em *Mais do Mesmo*<sup>22</sup> e *Faroeste Cabloco*<sup>23</sup>. O olhar volta-se para a marginalização, para o ambiente da violência – o mundo das drogas. Tanto a história épica de luta de João de Santo Cristo e o diálogo do Jovem Traficante e o Jovem abastado remetem a esse sistema que forja os desiguais e os distancia, onde o sistema corrompe. E a postura política fica clara no trecho final de *Faroeste Cabloco*: “Ele queria era falar com o presidente pra ajudar toda essa gente que só faz sofrer”.

Assim, essa noção de estruturas herdadas da coerção do tempo elucida a fúria do mundo que desperta ódio, rebeldia, sensação de abandono ao jovem e falta de perspectiva. Ao mesmo tempo em que o existir parecia estar fadado ao determinismo social – a imposição do mundo adulto. Assim as primeiras leituras remontam à descrença no futuro, desejo de romper com tudo que remetem ao anarquismo da estética punk. Fica a questão que a canção *Por enquanto*<sup>24</sup> levantava. A transição estava apontada, tudo era diferente. As estações eram outras. Perspectiva que se alteraria com o lançamento do *As quatro estações* em 1989. E o mundo da obra seria outro. A obra enfim toma um pendor, nosso próximo ponto de análise.

---

20 LEGIÃO URBANA. *Legião Urbana*. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1984. *Dois*. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1986. *Que país é este 1978 / 1987*. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1987

21 Trecho da Canção Geração Coca-cola. In: *Que país é este 1978 / 1987*. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1987

22 *Mais do Mesmo*. In: *Que país é este 1978 / 1987*. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1987

23 *Faroeste Cabloco*. In: *Que país é este 1978 / 1987*. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1987

24 *Por enquanto*. In: *Dois*. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1986.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

#### **4.2 “É PRECISO AMAR AS PESSOAS COMO SE NÃO HOUVESSE AMANHÃ<sup>25</sup>”**

A problemática suscitada tem como ponto de partida as reflexões propostas pelo professor Alves (2002) em sua dissertação de mestrado. Assim, interpretações presentes no mundo da obra do Artista partiram de uma estética punk ganham outras perspectivas a partir de As quatro estações. .

Assim, concordamos com professor Alves, ao afirmar que:

As Quatro Estações constitui-se uma mudança quantitativa e qualitativa nas temáticas das canções, que passam a privilegiar ainda mais o “micro” do que o “macro” denota nas entre linhas que para alcançar a “transformação social”, o pressuposto inicial é começarmos por nós mesmos, logo o existencial passa atrelar-se ao político<sup>26</sup>.

Logo, o autor considera que essa reviravolta na obra, evidencia uma problemática em torno revisão da uma concepção de "político" (enquanto algo dissociado das demais instâncias da sociedade) comumente concebido. Assim, as letras de quatro estações, inquietam em virtude da incoerência dessa dissociação (político e existencial).

*O projeto* faz uso de várias referências religiosas e líricas buscando, ao mesmo tempo, ressaltar a necessidade de se pensar o político de forma diferente e o fato de existirem diversas formas para se falar de um mesmo assunto. A revolução da alma estava trilhada, como percebemos no excerto abaixo da canção Monte Castelo<sup>27</sup>:

Ainda que eu falasse a língua dos homens  
E falasse a língua do anjos,  
Sem amor eu nada seria.

Aqui, é possível perceber a alternativa para uma sociedade melhor: o amor ao próximo como elo fundamental (*Ainda que eu falasse a língua dos homens/ E falasse a língua do anjos/Sem amor eu nada seria*). As referências religiosas utilizadas pelo compositor tentam comunicar-se com o público a

---

<sup>25</sup>Trecho da canção Pais e Filhos. In: As quatro estações (1994) – EMI-Music, 1989

<sup>26</sup> Ibidem, p.129.

<sup>27</sup>Monte Castelo. In: As quatro estações (1994) – EMI-Music, 1989



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

partir de outros registros, às vezes presentes em momentos anteriores de sua obra, mas pouco percebidos até então. (ALVES, 2002)

Essa vontade de acreditar, de manter a esperança de um país melhor, está expressa em diversas canções “Se Fiquei Esperando Meu Amor Passar<sup>28</sup>”, quando canta “*Quero minha nação soberana / Com espaço, nobreza e descanso*”, em meio às virtudes do amor (“*Quando se aprende a amar / o mundo passa a ser seu*). Em outras, mesmo diante dos questionamentos levantados perante os paradigmas, o amor volta ao centro das respostas *Há tempos tive um sonho Não me lembro, não me lembro. Tua tristeza é tão exata E hoje o dia é tão bonito Já estamos acostumados A não termos mais nem isso*<sup>29</sup>; Complementa-se: *Porque esperar Se podemos começar Tudo de novo*<sup>30</sup>? *Agora mesmo. Ratificando a idéia que só o amor é capaz de fazer nossa existência ter sentido, quando canta : é preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã*<sup>31</sup>.

O amor expresso, histórico, ganha a conotação de respeito às diferenças, não restrito apenas às relações sexuais ou familiares, portanto, como um ato fundamental de convivência social. Um mandamento, a ordem enunciada nas entrelinhas subjetivas.

Toda essa mudança, no entanto, ainda manteve certos resquícios das perspectivas *punks*. A diferença, porém é o papel do indivíduo, a noção de cidadania – a transformação professorial do individual ao coletivo. A revolução da alma precederia a revolução social.

Assim, o faça-você-mesmo estende-se para a atuação do mundo social, já que o futuro estava à mercê das escolhas individuais, tudo dependeria das ações “do bem”, como ele defende em “1965<sup>32</sup> (Duas Tribos)”. Sumariamente, o que se percebe é que a dúvida quanto ao futuro que “Geração Coca-Cola” expressava

---

28 In: As quatro estações (1994) – EMI-Music, 1989

29 Trecho da canção Há tempos. In: As quatro estações (1994) – EMI-Music, 1989.

30 Trecho da canção Quando o Sol Bater na Janele de seu quarto. In: As quatro estações (1994) – EMI-Music, 1989.

31 Trecho de Pais e filhos. In: As quatro estações (1994) – EMI-Music, 1989.

32 In: As quatro estações (1994) – EMI-Music, 1989



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

(afinal, que futuro a tão criticada geração consumista poderia construir?) em *As Quatro Estações* tomou outras definições. Deste modo, a pergunta concentra-se: E agora, o que você vai fazer? Como você irá mudar o mundo? Fica a problemática quanto às posturas adotadas diante dos anos 90 – a Era Collor e a ditadura do mercado.

### **“NÃO CONFUNDA ÉTICA COM ÉTER<sup>33</sup>” – O JOVEM E O NOVO MUNDO.**

Os quatro discos lançados na década de noventa exprimiram com clareza essa proposta referente às mudanças empreendidas com o álbum anterior. As situações vivenciadas pelos jovens são concebidas a partir dessa mescla de existencial e vida pública. E, focou-se na construção da identidade por parte dos jovens.

Nesse sentido, as questões estéticas e o clima do disco V, lançado em 1991, já revelavam essa perspectiva criativa, e traduziram-se ao mesmo tempo em melancolia e esperança. Mesmo diante do abandono e instabilidade demonstrado, como é possível perceber em *Teatro dos Vampiros (Vamos sair, mas temos mais dinheiro, os meus amigos estão procurando emprego, voltamos a viver como há dez anos atrás. E cada hora que passa, envelhecemos dez semanas)*, o ideário de construção de um mundo melhor é mantido. *Metal Contras as nuvens* é a demonstração clara desse fundamento:

Tudo passa, tudo passará...  
E nossa história não estará pelo avesso  
Assim, sem final feliz.  
Teremos coisas bonitas pra contar.  
E até lá, vamos viver  
Temos muito ainda por fazer  
Não olhe pra trás  
Apenas começamos.

Ao mesmo tempo ratifica a necessidade da descoberta do Eu, trazido na canção *Perfeição*, do álbum *O descobrimento do Brasil* (1994), dando continuidade a essa perspectiva, como percebemos no trecho abaixo:

---

<sup>33</sup>Trecho da Canção Natália In: *Tempestade* (1997), EMI-Music



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Venha, meu coração está com pressa  
Quando a esperança está dispersa  
Só a verdade me liberta  
Chega de maldade e ilusão.

Por outro lado, é em *Tempestade* (1996) que se consolidou o projeto enunciado, abordando de forma eminente os jovens. Aloha, Natália e Música de trabalho confirmaram a construção do mosaico a partir de questões vivenciadas por jovens, permeando entre a busca respostas para as críticas que foram alvos, as confissões de seus medos, ansiedades e o anseio em participar do curso da história mediante a construção de um mundo melhor.

Em *Música de Trabalho* a abordagem quanto ao mundo do trabalho ganhou dimensões ainda mais complexas, trazendo o impacto do desemprego para a sociedade moderna. Dessa letra, selecionamos:

Sem trabalho eu não sou nada  
Não tenho dignidade  
Não sinto o meu valor  
Não tenho identidade  
Mas o que eu tenho é só um emprego  
E um salário miserável  
Eu tenho o meu ofício  
Que me cansa de verdade  
Tem gente que não tem nada  
E outros que tem mais do que precisam  
Tem gente que não quer saber de trabalhar.

Ainda é possível da análise do testemunho do indivíduo perante o problema social, destacar o sentimento de instabilidade experimentada por grandes contingentes de jovens que aguardam, sem perspectiva de mudança, a inserção no mercado de trabalho. Logo essas sensações, principalmente essa última, só podem ser compreendidas mediante a consolidação do capitalismo moderno em que a “dignidade do trabalho” assume o status, de “valor universal”.

Nesse sentido, estar excluído do mundo capitalista, reforça o sentimento de abandono e desvio por parte dos jovens, provocando, inclusive, significativas corrosões na autoimagem, culminando no sentimento de vazio, representado na letra citada pelo verso “sem trabalho eu não sou nada”. Contudo, o olhar do excluído é acalentado pelos sentimentos que partilha. O amor constitui o elemento de harmonia, de subversão do mundo percebido, ao dizer que:



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

Mas quando chega o fim do dia  
Eu só penso em descansar  
E voltar p'rá casa pros teus braços  
Quem sabe esquecer um pouco  
De todo o meu cansaço  
Nossa vida não é boa  
E nem podemos reclamar  
[...]  
E voltar p'rá casa pros teus braços  
Quem sabe esquecer um pouco  
Do pouco que não temos  
Quem sabe esquecer um pouco  
De tudo que não sabemos

Diante desse contexto de instabilidade, o olhar volta-se para a juventude. Ou seja, as críticas normativas e a imposição social, cederam lugar à problemática quanto à marginalização por parte dos jovens.

E as canções *Aloha e Natália* trataram com toda intensidade essa relação mundo social e juventude. Se em “Aloha”, ao invés das duras críticas antes direcionadas aos jovens, deparamo-nos com um eu-lírico que defende a juventude diante do “caos em que vivemos”, perante os paradoxos do mundo. E, portanto, são alvos de críticas, de julgamentos e abandono. Evidenciando, dessa maneira, as questões que devem ser colocados no cerne do mundo social:

Já em *Natália*, a estratégia é a inversa. As críticas retornam a fim de chamar a atenção quanto o papel do jovem como agente de ruptura, ao escrever:

Beba desse sangue imundo, E você conseguirá dinheiro  
E quando o circo pega fogo  
Somos os animais na jaula  
Mas você só quer algo tão doce  
Não confunda ética com éter  
Quando penso em você eu tenho febre

A esperança de construção de um mundo melhor torna-se evidentes, quando se canta: *É preciso acreditar num novo dia, Na nossa grande geração perdida, Nos meninos e meninas, Nos trevos de quatro folhas. A escuridão ainda é pior que essa luz cinza.* Assim, os jovens figuram como os agentes responsáveis pelas rupturas frente imposições do mundo. O tempo presente o teatro da operacionalização de tais mudanças à merce das ações dos mesmos.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A ordem do discurso<sup>34</sup> refere-se, portanto, a construção de uma ética que “denota um conjunto de valores, que são tecidos ao longo da trajetória da banda e derivam das mais diversas procedências (Bíblia, Buda, Tao Te King, Camões) <sup>35</sup>” e são apresentados nas letras através dos mais diversos personagens, de maneira individualizada. Renato Russo expõe valores que transcendem do pertencimento de classe, onde a expansão do político (a mescla do existencial e o público) propõe a busca constante por princípios éticos como “disciplina”, “bondade”, “compaixão”, uma política da subjetividade.

Tal proposta tem como base a valorização da individualidade e o respeito ao outro, numa busca incessante de harmonização individual e das relações cotidianas, possibilitando uma vida em sociedade menos conflituosa, pois quem é incapaz de harmonizar-se consigo e com aqueles que lhe são mais próximos, não conseguirá isto em dimensões mais amplas. A revolução do existencial precede a revolução do sistema.

Assim, o volta-se para o privado, dimensiona-se essa expansão do conceito de político. A ética da Legião Urbana, constitui-se da busca constante por princípios éticos como “disciplina”, “bondade”, “compaixão”, como complemento da política, respaldando-se em uma política da subjetividade.

Eis a mensagem “utópica” em que as diferenças e as barreiras sociais se dissolvem na resolução de uma questão mundana, enfatiza a potencialidade de romper com as diversidades sócio-econômicas ou quaisquer outras em prol de algo que está acima dessas questões, podendo nortear tanto conduta privada do indivíduo e, também sua conduta pública.

Assumindo tal posição, o presente assume um papel fundamental, enquanto momento das ações para que a proposta de futuro seja construída. A descoberta de um novo eu, de um indivíduo. *A verdade que liberta*. O descobrimento de um Brasil. A música constitui-se o elo capaz de despertar

---

<sup>34</sup> O termo de autoria de Michel Foucault refere-se ao poder enunciado pelo discurso (1978).

<sup>35</sup> DEMARCHI, André Luis Campanha. Legionários do rock: um estudo sobre quem pensa, ouve e vive a música da Legião Urbana Dissertação (mestrado) UFRJ, Rio de Janeiro, 2006, p.115.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

essas novas sensações e percepções na juventude, apesar de representados na marginalização e no abandono.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, percebemos a Legião Urbana no bojo da firmação e rupturas de um contexto histórico, marcado pela distensão política e da consolidação de um mercado musical de jovens. Assim, insere-se no contexto do surgimento de outras bandas musicais, vinculados ao rock, como expressão artística, abordando seja na questão musical como temática elementos não-explorados pela música popular brasileira.

Ao perceber essas mudanças que agregam questões políticas e culturais, focamos nosso estudo na Legião Urbana a fim de refletir sobre o mundo alternativo que concebe. O escritor que busca alterar sua realidade a partir da arte. Assim, justificamos a escolha por abordar as representações dos jovens acomoda-se nesse intuito.

Sumariamente, percebemos que as canções da Legião Urbana nos discos da banda, lançados entre 1985 e 1996, estão delineadas sobre questões de juventude dos diferentes segmentos sociais. Logo, personagens, com atributos sociais distintos, emergem das letras de canções. O dar voz a personagens socialmente distintos demonstra a preocupação no curso da história, a busca por não se restringir a certos segmentos sociais, como também provocar um público jovem amplo e diversificado a partir dos temas abordados.

Outro elemento importante nessa busca são técnicas literárias - a linguagem simples e direta utilizada pelo autor na confecção de suas letras de canções e os recursos proporciona identificação. Em uma entrevista, o próprio Renato Russo afirma: *“Todo escritor ou compositor busca a simplicidade para ficar na história<sup>36</sup>”*. No entanto, procurava atrelar simplicidade a temas complexos que iam desde as dificuldades e impossibilidades de uma relação

---

<sup>36</sup>ASSAD, Simone (Coord.). *Renato Russo de A a Z*. As idéias do líder da Legião Urbana. Campo Grande(MS): Letra Livre, 2000, p.242.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

amorosa até as desigualdades da sociedade brasileira, passando pelas diversas situações sociais vivenciadas pelos jovens em tal sociedade.

Também faz-se necessário avaliar as intenções das mensagens contidas. Em tais fundamentos percebemos as mudanças engendradas no indivíduo perante o seu mundo. A premissa inicial de atuação do indivíduo na sociedade sem perspectiva de como fazer, migra a uma proposta do que deve fazer. Essa mutação, relacionado às experiências dos artistas, traz mudanças na atuação do indivíduo no mundo social. Tal proposta revela a busca incessante de harmonização individual e das relações cotidianas, possibilitando uma vida em sociedade menos conflituosa, pois quem é incapaz de harmonizar-se consigo e com aqueles que lhe são mais próximos, não conseguirá isto em dimensões mais amplas. A revolução do existencial precede a revolução do sistema.

Assim, o volta-se para o privado, dimensiona-se essa expansão do conceito de político. A ética da Legião Urbana, munido de elementos religiosos, *“não usados como doutrinas, ou como solução para os males do mundo. A religiosidade aqui não é fundamento, não é conforto<sup>37</sup>”* constitui-se da busca constante por princípios éticos como “disciplina”, “bondade”, “compaixão”. Assim, a religiosidade apresenta-se como complemento da política, respaldando-se em uma política da subjetividade.

Eis a mensagem “utópica” em que as diferenças e as barreiras sociais se dissolvem na resolução de uma questão mundana, enfatiza a potencialidade de romper com as diversidades sócio-econômicas ou quaisquer outras em prol de algo que está acima dessas questões. Essa encontra sua expressão máxima na evocação do amor. *“O amor”, afirma Renato Russo, “não é uma coisa importante porque as religiões dizem que seja, ou então porque é da natureza humana, mas sim porque pode ser uma espécie de passaporte para outras reflexões e outras sensações<sup>38</sup>”*

---

37 Vianna, 1995 apud Demarchi, 2002, p.155.

38 Idem, p. 156.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Essa ética que se manifesta nos mais diversos contextos - tanto no plano privado, quanto na própria vida cotidiana das relações partilhadas, podendo, portanto, nortear a conduta privada do indivíduo e, também sua conduta pública. Por isso, ocorre a constante junção de elementos políticos e amorosos nas letras de canção de Renato Russo.

Assumindo tal posição, o presente assume um papel fundamental, enquanto momento das ações para que a proposta de futuro seja construída. A esperança em um futuro melhor é recorrente em toda a obra e, como afirma o professor Alves, a desesperança "*é antes a angústia frente aos impasses do presente*<sup>39</sup>". Presente que, por sua vez, não é visto de maneira otimista. Assim, a perfeição, que presume a solução de todos os males que atingem o Brasil, evocado na canção, está atribuída à construção de um novo Brasil, tendo por base o despertar dessas percepções. A descoberta de um novo eu, de um indivíduo. Sendo assim, a música constitui-se o elo capaz de despertar essas novas sensações e percepções na juventude.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Luciano Carneiro. *Flores No Deserto - A Legião Urbana Em Seu Próprio Tempo*. Dissertação de Mestrado Uberlândia: UFU, 2002.

ASSAD, Simone (Coord.). *Renato Russo de A a Z*. As idéias do líder da Legião Urbana. Campo Grande(MS): Letra Livre, 2000.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 8ª ed. São Paulo: Publifolha/T.A. Queiroz, 2000. Col. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)

CHARTIER, Roger *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DEMARCHI, ANDRÉ LUIS CAMPANHA. *Legionários do rock: um estudo sobre quem pensa, ouve e vive a música da Legião Urbana*. Dissertação (mestrado), UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. *História e Música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

---

<sup>39</sup> Ibidem, p. 138.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

FELTRIN, Fábio Souza. *Canções de um fim de século: história, música e comportamento na década encontrada (1978-1991)*. Dissertação de mestrado UFSC: Florianópolis, 2005.

SCHÜTZ, Amanda. “A chama do teu isqueiro quer incendiar a cidade”: *A produção do rock nacional como forma de Contestação na década de 1980*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Udesc, Santa Catarina., 2005.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na 1ª República*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

## **DISCOGRAFIA**

LEGIÃO URBANA. *Legião Urbana*. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1984.  
\_\_\_\_\_. *Dois*. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1986.  
\_\_\_\_\_. *Que país é este 1978 / 1987*. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1987.  
\_\_\_\_\_. *As Quatro Estações*. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1989.  
\_\_\_\_\_. *V*. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1991.  
\_\_\_\_\_. *O Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1994.  
\_\_\_\_\_. *A Tempestade ou O livro dos dias*. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1996.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **FRONTEIRA: UM ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICO NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL – XIX**

Renata Saldanha Oliveira<sup>1</sup>

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos<sup>2</sup>

### **Introdução**

O termo Fronteira segundo ZIENTARA (1989:306) deriva do latim *frontera* ou *frontaria*, que indicava a parte do território situada in fronte, ou seja, nas margens. Em meados do século XV até o século XIX havia constantes disputas territoriais e fronteiriças entre Portugal e Espanha pelas terras do novo Mundo. Durante o processo de colonização e pós independência as disputas territoriais foram marcas por várias acordos entre esses países.

SOUZA (1995:154) diz que a região Platina, da mesma forma que o atual Estado do Rio Grande do Sul, tiveram uma característica comum na sua fase de ocupação e organização espacial: ambos foram de tardia integração aos territórios ocupados pelas Coroas espanhola e portuguesa. Durante o período colonial, a fronteira, fracamente povoada e fortemente militarizada, foi região de contenda entre duas coroas. Para KUHN (2004:25) a concepção de fronteira utilizada pela historiografia tradicional é uma dessas formas de representação idealizada, que supervalorizou as rivalidades e a exclusão entre povoadores hispânicos e lusitanos.

Segundo THOMPSON FLORES; FARINATTI (2009:148-149):

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Email: renataso1804@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor Doutor do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Email: j-quevedo@uol.com.br



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Desde cerca de 1925 até meados da década de 1970, os intelectuais ligados à chamada “matriz lusitana” da historiografia rio-grandense fincaram pé na imagem da fronteira como barreira, como separação entre duas realidades distintas, no caso o Brasil e as regiões de fala espanhola do sul da América. Para essa corrente, a linha divisória nacional assumia uma existência quase a-histórica, como se o destino do Estado Nacional brasileiro fosse, necessariamente, o de assumir a forma territorial que tomou depois. De viés claramente nacionalista, tais obras subestimavam as trocas culturais e as relações sócio-econômicas do Brasil meridional com o Prata hispânico.

Porém, KUHN (2004:27) sugere um novo quadro de referência, em que o espaço fronteiriço colonial deve ser compreendido como uma fronteira em movimento, com intensa circulação de homens e mercadorias, em um contexto demográfico heterogêneo e numa conjuntura de instabilidade política.

Nesse espaço, entre Império do Brasil e os países da região do Prata se identifica uma fronteira diversificada, determinada por aspectos naturais, onde os rios e os limites terrestres permitem mesmo perante a linha, o desenvolvimento de interações, contatos, conflitos dos mais variados. Assim, a dimensão da fronteira pode ser pensada para além dos limites geográficos e encarada como marcos divisórios construídos que significam limites e divisões. Se a fronteira é um espaço de trânsito, passagem, comunicação, troca, contato, ela pode ser compreendida como um espaço “híbrido e mestiço” PESAVENTO (2001:8). A partir da percepção da fronteira sob diferentes formas, destaca-se que a mobilidade da fronteira é no sentido da integração, da geopolítica. As fronteiras em movimento são também espaços de muitas diversidades culturais, percebida como lugar de passagem, de contato e espaço privilegiado para integração entre as nações e das diferentes etnias que permearão esse espaço.

Para GUAZZELLI (2008:249-250):

A palavra fronteira, no seu sentido mais amplo, refere-se, mais que a um limite, a uma zona de passagem, por si só carregada de ambiguidades. Portanto, quando nos referimos às fronteiras americanas no século XIX, não podemos pensá-las apenas



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

como espaços divisórios entre países ou regiões dados *a priori*; torna-se *mister* o entendimento delas enquanto construções históricas, resultando as fronteiras de complexos processos de ocupação e transformação da natureza, carregadas, portanto, de determinações econômicas, sociais, políticas e culturais muito variadas. As zonas fronteiriças assim pensadas assumem características ímpares, revelando miscigenações culturais próprias, bem como práticas econômico-sociais e políticas originais.

Nesse sentido, o presente artigo propõe pensar a fronteira como um espaço de relações humanas, nas suas mais diversas formas (políticas, econômicas, sociais, culturais) na região central do Rio Grande do Sul, século XVIII e XIX. Espaço que no decorrer dos anos vai se modificando e se transformando, onde atores sociais vão se inserindo e estabelecendo relações de contato, conflitos e solidariedades. A fronteira, portanto, deve ser entendida como um processo de formação social, econômico e histórico num processo de contínua construção. Assim, concordo com THOMPSON FLORES; FARINATTI (2009: 153) a fronteira não deve ser considerada como uma linha divisória, mas sim como um espaço. O espaço deve ser compreendido como produto da ação humana, um *locus* onde atividades produtivas e relações sociais ocorrem e que, ele mesmo, se constrói e vai ganhando significado pela ação dos sujeitos históricos em um contexto social específico.

## **Fronteira e Região**

Os estudos de História Agrária Regional nos últimos anos tem aberto uma série de possibilidades para entender o mundo social e econômico. Para LINHARES (1997:170) os motivos que levaram os historiadores a voltar suas atenções para a história regional, concebida como história econômica e social prenderam-se em duas razões, uma ligada a visão microscópica, recortes menores, e a outra relacionada a reconstituição da complexidade dos sistemas socioeconômicos.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Assim, ao estudar o Rio Grande do Sul nota-se que existe uma composição geográfica diversificada nas inúmeras regiões, o que é de se considerar a ação do homem com a natureza e como a mesma vai influenciar na organização econômica e social da sociedade, ocorrendo uma combinação de capital, de trabalho e o ser humano. Portanto, o conceito de espaço deve ser compreendido não como um recorte determinado por uma divisão baseada em características puramente físicas (geográficas) ou na divisão política-administrativa imposta por um Estado, mas como algo que vai se construindo e se definindo dinamicamente enquanto produto das relações humanas na produção e reprodução da vida material.

Nesse sentido é importante salientarmos a (re) aproximação da Geografia com a História, pois passa a ser vista como ciência social e não mais como uma ciência da natureza. O espaço geográfico tornou-se histórico, obra do trabalho e morada do homem. A superfície terrestre incorporou-se ao capital, identificando-a como o local onde se desenvolve trabalho. O ponto referencial passou a ser uma sociedade que organiza tais espaços e estes expressam uma combinação de capital, de trabalho, de tecnologia e de realizações humanas SILVEIRA(1990: 17-42).

Com essa renovação interdisciplinar das disciplinas, os estudos sobre o mundo rural do Rio Grande do Sul têm demonstrado uma configuração agrária (social e econômica) diversificada nas diferentes regiões. Destacamos alguns destes trabalhos. OSÓRIO (2007) em seu livro “*O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes* revela que durante o período colonial o espaço rio-grandense não era somente formado por grandes latifundiários entre os produtores rurais, cuja mão-de-obra era na minoria feita por homens livres. Mas que este cenário social e econômico era muito mais amplo, onde a criação de gado e a agricultura estavam inseridas nesse espaço, e a presença de cativos a sociedade também era manifestada.

A obra de Paulo Afonso ZARTH (2002), *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX* vem contribuir com os estudos do mundo





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

rural, ao abordar a história da sociedade rural gaúcha, o autor analisa alguns aspectos da atividade pastoril na metade sul do estado enfocando cinco municípios, concentrando-se basicamente em São Borja e Bagé. Trabalha com a questão do latifúndio, do trabalho escravo e a imigração. Em relação ao trabalho cativo, ele era utilizado para além das charqueadas, onde a presença de mão-de-obra escrava possuía vínculos nas atividades rurais de formas variáveis. Nas estâncias, segundo ZARTH, os escravos trabalhavam em todas as atividades no interior da estância: domésticos, roceiros, campeiros, carpinteiros.

Outra obra que destacamos é a de Luís Augusto FARINATTI<sup>3</sup>, *Sobre as Cinzas da Mata Virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)* (1999) no qual o autor aborda sobre os lavradores nacionais, sendo importante para revelar a participação de homens livres pobres no sistema produtivo de Santa Maria do século XIX, como também as formas de apropriação de terra, na complexidade social do universo agrário. Dentro desta complexidade social a presença de escravos em algumas propriedades dos nacionais evidencia-se, onde os cativos eram utilizados tanto na produção pastoril quanto na lavoura de alimentos. Porém, ressaltamos que neste trabalho o autor demonstra que no espaço predominava a utilização de mão-de-obra familiar<sup>4</sup>.

Assim, a fronteira que proponho estudar neste artigo é referente a uma região do Rio Grande do Sul, a região central. É neste espaço que ao longo dos anos vai se desenvolvendo relações cotidianas entre diferentes agentes sociais,

---

<sup>3</sup> Em outro trabalho realizado por FARINATTI, ao trabalhar com a Elite Agrária da Fronteira Meridional do Império, 1825-1865 sobretudo dando ênfase ao município de Alegrete, o autor analisa os indivíduos, a estrutura agrária e a estrutura econômica em que essa elite agrária está envolvida, seja no comércio de gado e mercadorias, e na pecuária. E como essa elite organizava estratégias para se manter no poder. FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. **Confinos Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1925-1865)**. Santa Maria: Ed. Da UFSM. 2010.

<sup>4</sup> Um aspecto de extrema relevância ao ressaltar os trabalhos acima, acredito que seja em relação as fontes utilizadas pelos autores, pois ao trabalhar com o universo rural essas se tornaram importantes, caso dos inventários *post-mortem*, *testamentos*, *registros paroquiais de terra*, *processos crimes e cíveis*, *entre tantas outras fontes de cunho administrativo*. O que possibilitou esses historiadores a entender esse complexo espaço agrário, tanto no social quanto no econômico.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

homens livres, cativos e imigrantes. Assim a afirmativa de LARA é pertinente (1995:46), sob a influência de Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambigüidades.

### **Fronteira agrária: região central do Rio Grande do Sul**

A região central do Rio Grande do Sul é caracterizada pelo encontro entre terras de campo e as serranias da Serra Geral. Essa dicotomia entre campo e floresta<sup>5</sup>, influenciou na velocidade da ocupação das terras. Os campos foram tomados ainda, na fase da colonização portuguesa, através da doação de sesmarias, cujo objetivo era povoar a região sulina com homens capazes de garantir a posse da terra para os portugueses no sul do Brasil.

Para FARINATTI (1999:41) em meados do século XVIII, a região tornou-se fronteira de fato entre os impérios coloniais ibéricos no sul da América, situação depois oficializada pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777). Ali instalaram-se postos avançados das tropas portuguesas, mas uma ocupação mais efetiva ocorreria somente alguns anos mais tarde, quando da doação das primeiras sesmarias no local, por volta de 1789-90.

As terras na região central do Rio Grande do Sul haviam sido apropriadas, em grande parte, nas três primeiras décadas do século XIX, através da conformação de sesmarias e outras modalidades de concessões oficiais, pois era necessário defender a posse dessas terras, o que acabou por constituir uma espécie de relação político-militar. Assim, nessas terras de campos se estabeleceram grandes latifúndios voltados para a criação. Já as terras de mata virgem da Serra Geral foram ocupadas posteriormente, e de certa forma,

---

<sup>5</sup> Segundo FARINATTI poderiam receber outras denominações as terras florestais ou as de campo, como verificou em sua documentação (1999, p. 36) “quanto à divisão entre terras florestais – chamadas de “*terras de matos*” ou “*matos para cultura*” (...), e áreas de campos – “*rincão*” ou “*parte*” de campo ou simplesmente “*um campo*””.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

encontravam-se relativamente desabitadas durante o século XIX, segundo ANJOS (2004:45).

Conforme FARINATTI (1999:28), a preferência dos agricultores por áreas florestais e dos criadores por áreas de campos era uma tônica em todo o Brasil colonial e monárquico. Porém, no caso do Rio Grande do Sul, essa adaptação da atividade econômica à cobertura vegetal do território ganhou em especificidade e importância. Os maiores proprietários, em terras gaúchas, eram invariavelmente pecuaristas, preferencialmente voltados às áreas de campos, não disputando, a princípio, as mesmas terras com os pequenos lavradores

Para ZARTH (2002: 51) a fitogeografia sulina dividia-se entre campos nativos e florestas. Este fenômeno teve grande influência na formação agrária da província. Os campos ocupavam quase toda a parte sul do território e, ao norte, disputavam o espaço com a floresta, que avançava lentamente. Naturalmente o gado espalhou-se pelas áreas de campo nativo, nas quais seriam estabelecidas as primeiras fazendas pastoris. A dicotomia campo/floresta, como fenômeno importante no processo de ocupação e apropriação do solo e da formação da estrutura agrária.

Entretanto, a presença de lavradores nacionais já era sentida na região. Estes lavradores nacionais eram aqueles que “ocupavam espontaneamente áreas florestais e produziam alimentos”, como principais cultivos o milho, feijão e a mandioca; a produção visava especialmente a própria subsistência, fazendo dos excedentes objetos de comercialização nas vendas da localidade ou da região (FARINATTI, 1999: 121-122).

As áreas de florestas da Serra Geral foram ocupadas posteriormente e encontravam-se relativamente pouco habitadas durante o século XIX, porém contendo alguns lavradores e posseiros que faziam uso da terra com uma agricultura de subsistência. Nesse contexto, o incentivo à entrada de imigrantes no Brasil em substituição ao trabalho cativo principalmente em áreas do sudeste brasileiro, para a lavoura cafeeira contribuiu para a criação de pequenas colônias de imigrantes, com o regime de pequenas propriedades no sul do



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Brasil, assim auxiliando na indefinição da fronteira na província sul rio-grandense, preenchendo os vazios demográficos existentes.

Contribui para a vinda desses imigrantes a grave crise econômica e social que vivia a Itália no século XIX proporcionaria aos países que necessitavam de um contingente de mão-de-obra, uma grande fonte de material humano. A Itália, país recém unificado, encontrava-se entre os países mais pobres e de alto índice populacional da Europa. Todavia, não somente motivos econômicos, sociais e culturais contribuíram para que muitos italianos deixassem seu país. Fator relevante a ser considerado foi a propaganda dos agentes de imigração, os quais, eram financiados pelos Governos interessados e pelas Companhias de colonização e de navegação, que por não sofrerem um maior controle por parte do governo, recrutavam o maior número de pessoas possíveis, enaltecendo a imigração” (SPONCHIADO, 1996: 19).

Segundo ZANINI (2010:264) a migração, prática comum já para alguns italianos, foi uma forma de buscar, em terras estrangeiras, uma acolhida e certa cidadania que o recém-unificado estado italiano não lhes assegurava. Com isto, estava formado o quadro da emigração, de um lado, um país que necessitava exportar sua mão-de-obra excedente, a Itália, e de outro, um país, o Brasil, que necessitava desta mão-de-obra, quer fosse como utilização para suas lavouras de café, em substituição a mão-de-obra escrava, que estava ganhando liberdade, quer fosse para a colonização no Sul do país, local, que ainda necessitava de uma maior proteção fronteiriça, pois, a recente Guerra do Paraguai, havia deixado o Imperador D. Pedro-I, cauteloso (SPONCHIADO, 1996-53).

A imigração, no Rio Grande do Sul, não ocorreu apenas em função da escassez de escravos, como nas áreas de café, mas foi decorrente de uma série de motivações de ordem geopolítica, de interesses mercantis, de segurança e de abastecimento internos. Embora os imigrantes não tenham vindo para trabalhar no lugar dos escravos, contribuíram para o fim do escravismo à medida que ocupavam terras virgens e produziam para o abastecimento de produtos agrícolas (ZARTH, 2002:195).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Surtem então, no nordeste do Estado, entre os campos da Vacaria, rio Caí e município de Triunfo, as Colônias *Conde d'Eu* (Garibaldi) e *Dona Isabel* (Bento Gonçalves), estas duas, fundadas ainda no ano de 1870, enquanto que uma terceira, denominada de *Campo dos Bugres* ou *Fundos de Nova Palmira* fundada em 1875 (Caxias do Sul) surge um pouco mais tarde. Em 1877, foi fundada a colônia Silveira Martins, em terras dos municípios de Cachoeira e de Santa Maria da Boca do Monte na região central do Rio Grande do Sul. Eram, em sua maioria, famílias provenientes do Norte da Itália: vênnetos, mantovanos, feltrinos e tirolezes; agricultores, pobres e católicos em sua grande maioria, ZANINI (2010:263).

Com a chegada dos imigrantes na região, em meados da segunda metade do século XIX (1878), ocorreu paulatinamente uma modificação na estrutura social e econômica. Diferente dos proprietários de grandes, médias e pequenas extensões de terra, voltados para a criação extensiva com a utilização da mão-de-obra escrava, as atividades econômicas desenvolvidas por estes imigrantes estavam centradas na agricultura familiar e na pequena propriedade e no comércio, onde inicialmente a produção agrícola voltava-se para a subsistência e, logo após, a partir de um excedente, para a comercialização. Assim, a medida em que os colonos passaram a produzir maior número de excedente, também buscaram expandir suas propriedades para além dos lotes coloniais (demarcados pelo Império ou pela província) através da compra de terras dos luso-brasileiro, conforme escreveu GIMENO<sup>6</sup>:

Com a comercialização das terras dos proprietários nacionais, uma nova estrutura fundiária começou a se instalar na região, transformava-se o extenso latifúndio de criação em inúmeros minifúndios de agricultura. No caso da propriedade da família Martins Pinto isso fica claro quando observamos a venda, divisão em lotes e posterior revenda a colonos imigrantes (2003:13).

---

<sup>6</sup> Sobre o Comércio de Terras, o trabalho final de graduação de Alejandro Gimeno. **Nos arredores da colônia:** os proprietários nacionais e o comércio de terras no contexto da imigração italiana, é de suma importância para compreensão de como ocorria a venda de terras para os imigrantes. 2003.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Além disso, conforme CARVALHO (2005:34), após a chegada dos italianos (1877-1878) a povoação do Núcleo Colonial de Silveira Martins e a instalação da linha férrea (1880-1885) ocorrem profundas modificações, onde há uma intensa circularidade de pessoas, diversificando o espaço e criando novas relações sociais.

Ao realizar pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul deparei com um processo cível e crime, de 1881, cujos réus eram um escravo e três imigrantes italianos pelo crime de furto de um luso-brasileiro (senhor do escravo, negociante), o que vem a concordar com a afirmação de CARVALHO, vejamos um trecho do referido processo:

João José Rodrigues, natural desta província, morador da cidade de Cachoeira, a rua 7 de setembro de 1881 com a profissão de negociante tendo justos motivos para queixar-se contra o seu escravo Fortunato, José Escandighia, Julio Motta e Setti Baptista, estes três italianos e com tabernas nesta cidade. (...) Há dois anos a esta parte que o queixoso tem sido victima de audaciosos furtos de seu referido escravo Fortunato acoçoado por José Escandighia, Julio Motta e Setti Baptista (...)<sup>7</sup>.

Ao deparar com tal processo evidenciou-se que a fronteira não é um espaço fixo, onde há uma delimitação exata, mesmo que existam as fronteiras culturais diversificadas: como colonos, escravos e luso-brasileiros, grupos que têm culturas e características diferentes, mas convivem com essas diferenças. BARTH (2000: 25-67), trabalha com uma noção de cultura enquanto processo: rejeita que possam existir populações isoladas num mesmo território e defende que as diversas culturas definem-se justamente nas trocas, nos intercâmbios, realizados sempre na fronteira.

Segundo CARVALHO (2009: 186):

Eram pessoas que viviam e conviviam no mesmo espaço, que se cruzavam freqüentemente, que dividiam espaços de sociabilidade, que habitavam próximos ou mesmo juntos, que

---

<sup>7</sup> APERS, Processo cível e crime, 1881, M 78, N 2534 Cachoeira Cartório - do Cível e Crime.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

dividiam espaços de trabalho, que partilhavam da miséria e da fome, enfim, que possuíam uma gama de variáveis que os uniam e os aproximavam enquanto populares, indiferente de cor ou etnia. Variáveis estas que eram manipuladas pelos mesmos conforme os interesses em jogo e de acordo com aquilo que lhes parecia mais conveniente. Era sem dúvida um jogo de poder muito sutil, contudo possível de ser percebido e analisado. Era uma luta diária e constante por classificação social para estas pessoas envolvidas. Eram lutas cotidianas (individuais ou em pequenos grupos) por espaço, poder, por um lugar na sociedade, por demarcação de território, lutas por trabalho, por reconhecimento social.

Assim, a afirmação de MARTINS (2007:33) é importante para este caso, no qual diz que o fundamento da cultura está no fato de que o homem precisa agir para poder viver. E a ação humana é necessariamente organizada por sentidos e finalidades. Em termos práticos todo agir humano pressupõe uma interpretação das situações objetivas vividas e uma vontade conformada mediante intenções, metas e objetivos.

É possível observar que o processo ocorre poucos anos após a instalação dos imigrantes na região, indo além do espaço rural, evidenciando que alguns imigrantes não vieram para trabalhar com a agricultura, mas o comércio também era uma realidade para alguns deles. Segundo ZANINI (2006:66) com o auxílio de narrativas e relatos históricos, que os imigrantes que vieram para a Colônia de Silveira Martins desejavam se instalar, criar raízes em terras brasileiras e alguns, inclusive, trouxeram economias para investir na colônia, abrindo casas comerciais e de serviços, vinham com a intenção de uma ascensão social, já que a mãe-pátria não os oferecia. Situação que podemos verificar ao longo do processo quando o aparece a compra de “*morada de cazas*” em 14 de novembro de 1879, por José Escandighia (réu no processo), por um conto de reis da dona Carolina Joaquina da Silva, onde tinha casa de negócios.

Os imigrantes começaram a instalar-se na colônia a partir de 1878. Assim, percebe-se que à relação deste escravo Fortunato com os imigrantes teve seu início provavelmente dois anos após a chegada dos mesmos, e como se trata





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de espaço aberto a comunidade, ou seja, um estabelecimento comercial, a relação entre ambos tornar-se-ia um tanto freqüente. A partir da necessidade de cada indivíduo, o roubo foi a forma encontrada para suprimi-la.

No caso do escravo, tem-se mencionado no processo que ele recebia certa quantia ao praticar o roubo, poderia ir muito além do suprimento das necessidades, mas também como uma forma de adquirir algum dinheiro, o que proporcionaria a compra da tão sonhada alforria, ou como Fortunato revela durante seu depoimento, “*que com o dinheiro que as vezes recebia pelos furtos, ele utilizada para suas extravagâncias*”, porém são apenas suposições que ainda precisam ser investigadas. Para o cativo Fortunato, o roubo, que o mesmo não negou ao ser interrogado, torna-se uma forma mais sutil de resistência, pois culturalmente o cativo encontrava-se a margem da sociedade, assim recorrendo de alguma forma para amenizar a situação em que vivia. Para GOMES (2005)<sup>8</sup> a análise das relações de dominação, sem excluir o conflito aberto, passa a atentar para um conjunto de ações que tem marcas mais sutis, envolvendo “negociações” inusitadas, assim o poder não é monopólio do dominante, existindo também no espaço dos dominados, o que não elimina a situação de desigualdade entre eles. Segundo MARTINS (2007:60) ao nascer qualquer pessoa já está inserida em um mundo pleno de histórias e conceitos pré-estabelecidos, mas isso não significa aceitá-los passivamente, ao contrário, ao adquirir consciência, conquista a capacidade de transformar estas ideias dadas em ideias e conceitos próprios.

Segundo MATTOSO (2003, p. 157-158), “*trapacear o senhor é um jogo que tem sua justificativa na própria opressão. Canta-se com raiva: branco diz que preto furta, preto furta com razão: sinhô branco também furta quando faz a escravidão*”. Os versos citados por MATTOSO exemplificam com extrema perspicácia o sentimento dos cativos em relação as condições que viviam, já que

---

<sup>8</sup> GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In.: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B. (orgs) **Culturas Políticas: ensaios de História Cultural, História Política e ensino de História**. Rio de Janeiro: Mauad. 2005



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

a grande maioria dos senhores brancos utilizaram o trabalho escravo em suas propriedades, furtando por muito tempo a condição de ser humano dos utilizando-os em trabalhos árduos, praticando violentos castigos, desprezando-os, condicionado-os as péssimas condições de vida, e assim nada mais lícito estes cativos praticassem tais atos, que suprimissem de alguma forma suas necessidades, suas humilhações.

E os imigrantes receptores dos furtos<sup>9</sup>, utilizavam o escravo para obter gêneros para a comercialização em suas tabernas, o que se tornava o roubo mais viável, ou seja, forma econômica para obtenção das mercadorias, já que davam uma gratificação mínima para o cativo, o que possibilitaria um lucro considerável. Não devemos nos esquecer nos primeiros anos da colonização, os imigrantes viviam em péssimas condições, e talvez estes furtos tenham sido em função desta falta de recursos, assim tornando-se o meio encontrado para suprimir.

## **Considerações Finais**

Ao longo deste artigo percebeu-se que o espaço encontrava-se em transformação, caracterizando-se como uma fronteira agrária aberta, durante o processo de organização e formação da região central do Rio Grande do Sul até fins do século XIX. A distribuição de datas de terras e sesmarias pelo governo colonial português com a função de garantir a posse das terras do sul do Brasil, acarretou na consolidação do latifúndio de criação como forma predominante de propriedade durante o século XVIII, havendo um pequeno grupos de luso-brasileiros dedicados a agricultura de subsistência.

---

<sup>9</sup> É importante salientar que neste processo existem evidências contra os três italianos envolvidos no caso citado a partir das testemunhas arroladas, porém Setti Bapstista fugiu logo após saber do interrogatório do escravo Fortunato, não sendo encontrado até o final do processo.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Entretanto, durante o século XIX, a paisagem vai se modificando paulatinamente, novos atores sociais vão se estabelecendo na região, pequenos, médios e grandes produtores rurais vão expandido o espaço territorial, empregando mão-de-obra escrava, e diversificando a produção, agricultura e pecuária.

A imigração também vai influenciar nessas transformações, sociais e econômicas. Os imigrantes italianos vão se instalar na região na década de 70, ocupar o espaço e diversificar a economia no qual é o propósito do governo imperial ao instalá-los na região. Relações entre diferentes etnias e culturas vão se construído ao logo desse período, o caso descrito no texto evidencia tal aspecto.

## **Referências Bibliográficas**

ANJOS, José Carlos Gomes dos; SILVA, Sérgio Baptista da (Orgs.) **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria. 2000.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **"Entre a solidariedade e a animosidade": os conflitos e as relações interétnicas populares : Santa Maria - 1885 a 1915**. 271 f. Dissertação (Mestrado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História. 2005.

FARINATTI, L. A. **Sobre as cinzas da mata virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845 – 1880)**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, 183f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). 1999.

GIMENO, Alejandro Jesus Fenker. **Nos arredores da colônia: os proprietários nacionais e o comércio de terras no contexto da imigração italiana**. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, RS, 18f. Trabalho Final de Graduação – TFG (Graduação em História). 2003.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In.: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B. (orgs) **Culturas Políticas: ensaios de História Cultural, História Política e ensino de História.** Rio de Janeiro: Mauad. 2005.

GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Representações em conflito: a construção literária dos fronteiriços nos Estados Unidos da América e no Rio da Prata durante o século XIX.** Textos de História, vol. 16, nº 2. 2008. Disponível: [www.red.unb.br/index.php/textos/article/view/952/619](http://www.red.unb.br/index.php/textos/article/view/952/619) Acesso: 10/06/2011.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul.** 2ª ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LARA, Silvia Hunold. E.P. **Thompson e a experiência negra no Brasil.** Revista do Programa de Estudos Pós-graduação em História e do Departamento de História. Proj. História. SP Nº12. pp.42-56. outubro/1995

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária . In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História.** Rio de Janeiro. Editora Campus. 1997.

MARTINS, Estevão C. Rezende. **Cultura e Poder.** 2 ed. São Paulo: Saraiva. 2007.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) **Fronteiras do Milênio.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 2001.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes.** Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2007.

SILVEIRA, R. M. Região e História: Questão do Método. In SILVA, M. **República em Migalhas.** São Paulo: Marco Zero. 1990.

SOUZA, Susana Bleil de Souza. **Identidade e Nacionalismo no Processo de Integração da Fronteira Uruguia no Final do Século XIX.** Revista Humanas, Porto Alegre, v.18, n.1/2, p.151-169, jan/dez. 1995.

SPONCHIADO, Breno Antônio. **Imigração & 4ª Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho.** Santa Maria: Pallotti. 1996.

THOMPSON FLORES, Mariana F.C; FARINATTI, Luis Augusto E. **A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil.** In: HEINZ, Flávio (Org.). **Experiências nacionais, temas**



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**transversais.** Subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, pp. 145-177. 2009.

ZANINI, Maria Catarina C. **Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria** – RS. Santa Maria, Ed. da UFSM. 2006.

\_\_\_\_\_. Escrever e resistir: a literatura de descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul. In. TEDESCO, J.C.; ZANINI, M. C.C orgs. **Migrantes ao Sul do Brasil**. Santa Maria, Ed. UFSM. 2010.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. In: **Enciclopédia Einaudi**, Vol 14, Estado-Guerra. Lisboa; IN- Casa da Moeda, pp. 306-317. 1989.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **OS MILITARES NA REPÚBLICA VELHA (1889-1937)**

Renato Farias\*

### **1. Antecedentes Históricos**

Desde antes da proclamação da República no Brasil os militares sempre estiveram presentes nas decisões mais importantes do país. Respaldados pela ação institucional das forças armadas, agiram para garantir a ordem interna de toda e qualquer ação que pudesse atentar contra a segurança nacional – e aos seus interesses também – e em muitos dos quais não respeitaram a ordem constitucional.

“Questão Militar” segundo o autor Celso Castro em seu livro “A Proclamação da República”, teve a participação de jovens militares, oriundo da Escola Militar, que se intitulavam de a “mocidade militar”, participou ativamente, com “espírito científico e republicano”.<sup>1</sup>

Segundo o autor:

“Questão Militar, foi o nome dado a uma série de conflitos entre militares e o governo iniciados em agosto de 1886 e que se prolongaram até maio de 1887. O motivo que iniciou a Questão foi à repreensão feita pelo governo a dois oficiais do Exército, os coronéis Cunha Matos e Sena Madureira, pelas declarações feitas na imprensa. O marechal Manuel Deodoro da Fonseca, comandante das Armas e presidente da província do Rio Grande do Sul, logo foi envolvido, pronunciando-se a favor dos dois oficiais”.<sup>2</sup>

Este poder ser utilizado como um dos vários exemplos onde os militares se fizeram valer do poder para gerirem os seus interesses. Sabe-se que esta foi

---

\* Policial Civil e Professor de História. Mestre em História pelo PPGH/UPF e-mail 11824@upf.br.

<sup>1</sup> CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 28.

<sup>2</sup> Idem.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

uma das várias “questões” que fez ruir a já cambaleante Monarquia para dar lugar aos ideais republicanos que perduram até hoje.

Pode-se dizer que a “Questão Militar” foi uma vitória do Exército contra o já decadente Império. Não tanto pela simpatia dos militares pelo sistema republicano, mas mais pelo amparo que estes políticos lhe hipotecaram quando da instalação do modelo republicano, visto que remuneraram os militares, coisa que os parlamentares monarquistas quando solicitado.

Em seu livro “Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política”, Celso Castro lembra que:

“no Brasil, a Questão Militar foi um momento-chave de um processo. Pela primeira vez na história brasileira, grupos de militares afirmaram publicamente e com força a existência de uma “classe militar” opondo-se ao governo. A questão da “honra”, tão acionada pelos militares, releva as contradições de *status* que eles acreditavam viver no Império: louvados em um plano por sua honra social específica – o sacrifício nos campos de batalha –, discriminados e inferiorizados em outro – a vida normal, cotidiana – através da pouca importância atribuída pelo governo à instituição”.<sup>3</sup>

Na visão de Oliveiros S. Ferreira, um dos principais motivos desencadeadores da Questão Militar foi o fato do governo do Imperial não ter tratado os militares no mesmo patamar dos cidadãos civil, ou seja, com os mesmos direitos e prerrogativas. Segundo este autor:

“A tensão entre o governo e os militares transformou-se na Questão porque se procurou resolver um assunto “político” lançando mão de medidas “militares”, quando os temas políticos mais gerais que dividiam a sociedade – fundamentalmente, o da escravidão – já haviam penetrado nos quartéis”.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p.97.

<sup>4</sup> FERREIRA, Oliveros S. *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p.70.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A Questão Militar, Segundo o Castro, pressentiu-se a ausência de integrantes da Marinha e quase que total de oficiais superiores do Exército em tal evento<sup>5</sup>. Lembra ainda o autor, que “as principais adesões ficaram restritas às guarnições do Rio Grande do Sul<sup>6</sup>”.

Hélio Silva, no seu livro, “1889: A República não esperou o amanhecer”, aponta uma à causa geradora da “Questão Militar”. Os republicanos utilizaram politicamente tal episódio, como explica o autor:

“Paralelamente à “Questão Militar”, os militares passaram a se manifestar publicamente sobre questões pertinentes à sua classe, como por exemplo, a baixa remuneração que recebiam, bem como abusos militares que sofriam, e até sobre questões sociais, como é o caso da abolição da escravatura.

O Projeto Paranaguá provocou de imediato uma reação da tropa. Constituiu-se um *Diretório de Resistência* que delegou poderes ao tenente-coronel Sena Madureira para promover uma vasta consulta, destinada a revelar o modo de pensar do Exército. Formou-se, assim, uma questão inicialmente disciplinar tal a de se saber *se era lícito aos militares debaterem, pela imprensa, um objetivo de serviço sem o prévio consentimento das autoridades superiores do Exército*”.<sup>7</sup>

As punições sofridas pelos militares que se manifestaram publicamente contra o descaso dos senadores do Império foi o combustível para que a instituição Exército ganhasse força e obrigasse o Imperador a voltar atrás na decisão de punir os militares, inclusive Deodoro.

Ao retroceder, D. Pedro II teria mostrado, ainda que inconscientemente, a derrota da Monarquia às pretensões de instalação da República no Brasil. O Exército, na ocasião representada pelo marechal Deodoro, teria sido o instrumento para a derrota dos monarquistas e a conseqüente vitória dos republicanos.

---

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Ibidem.

<sup>7</sup> SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *1889: A República Não Esperou O Amanhecer*. Porto Alegre: L&PM Editora, 2005, p. 73.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Segundo John Schultz, nesse momento, “durante a crise, o corpo de oficiais fez sua estréia como uma força política<sup>8</sup>”. Enquanto classe profissional, o Exército, nessa época, ainda não gozava de prestígio e de valorização que julgavam necessárias. Não existia um plano que cobrisse os ex-combatentes da Guerra do Paraguai, tampouco pensões para as viúvas de militares.

No período final do Império, os militares não contavam com a simpatia dos políticos civis, o que fazia aumentar ainda mais as animosidades existentes entre os militares e os políticos que governavam em causa própria e aos interesses da elite escravocrata monarquista.

### **1.2. Os Militares e a Proclamação da República (1889)**

Hélio Silva descreve a forma passiva como se deu a “passagem” do Império à República no final do século XIX, dado ao desgaste progressivo do antigo regime e o crescente sentimento na intelectualidade da época que deveriam haver mudanças. O povo, como em outras decisões políticas ocorridas até então e mais adiante ainda, assistiu a tudo apenas como mero espectador, visto que:

“O retrospecto da queda do Império e dos primeiros dias da República tornaram mais fácil de compreender o enfraquecimento progressivo do regime, o crescente desassossego de suas elites, o descontentamento de sua mocidade, mais esclarecida pela inteligência aberta às indagações e pelo coração pronto para se entusiasmar. O povo, não reagiu jamais, quer na defesa dos seus governos, quer na da sua condenação”.<sup>9</sup>

As camadas populares, na época, ainda não tinham representação política e eram tratados como que tutelados pelas elites existentes. Infelizmente, eram vítimas dos coronéis e dos caudilhos, conforme a região do país, fazendo parte

---

<sup>8</sup> SCHULTZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 95.

<sup>9</sup> SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Op. Cit. p. 98.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

das inúmeras clientelas que gravitacionavam em torno dos líderes políticos civis regionais, os quais lhes abasteciam com armas para garantir a sua proteção pessoal.

Tal camada era mal vista pelo Exército o qual via neles e na Guarda Nacional, uma ameaça para a hegemonia da instituição militar como órgão nacional. Pouco a pouco o Exército foi criando mecanismos para enfraquecer esses coronéis ou caudilhos regionais, bem como para extinguir com a Guarda Nacional.

Rouquié, em seu livro “Partidos Militares no Brasil” relata que:

“em 1889, o Exército derrubou o Império e provocou uma mudança de regime desejada pelos propagandistas republicanos. Mas o detonador do golpe foi a “questão militar” e a vontade do Estado-Maior em defender a honra do Exército contra um ministro da Guerra inepto e figuras notáveis suspeitas”.<sup>10</sup>

O Exército, nessa época vivia um período em que contava com a antipatia dos parlamentares monarquistas, que não concordavam em regulamentar de forma justa a classe, punia com bastante rigor as manifestações públicas dos descontentes e contava com a apatia do ministro da Guerra, visto que este permanecia leal ao Império e não atendia às pretensões dos militares já cambaleantes desde a Guerra do Paraguai.

O golpe militar, segundo o autor Celso Castro comenta em seu livro, “Nova História Militar Brasileira”, “acabou sendo um simples anúncio público de que a monarquia havia sido substituída pela republicana de governo: uma “proclamação” da República, como o evento ficou consagrado pela história”.<sup>11</sup>

Segundo dizia Castro:

“... a grande maioria dos soldados e outras praças que integraram as tropas golpistas no 15 de novembro não estava

---

<sup>10</sup> ROUQUIÉ, Alain. *Partidos Militares no Brasil*. Traduzido por Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980, p. 19.

<sup>11</sup> CASTRO, Celso. *Revolutas de soldados contra a República*. IN. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 301.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

consciente de que se pretendia derrubar a monarquia. Na verdade, nem alguns dos oficiais o estavam. Participantes involuntários do drama, levados por seus superiores dos quartéis para o Campo de Santana, várias praças logo se arrependiam do papel que inconscientemente representaram”.<sup>12</sup>

O autor referia-se a pelo menos três revoltas de praças ocorridas ainda em 1889 em Desterro,<sup>13</sup> Rio de Janeiro<sup>14</sup> e no destacamento militar da foz do rio Apa,<sup>15</sup> todas estas em repúdio ao novo regime, “dando vivas à monarquia”.<sup>16</sup>

Em 15 de novembro de 1889, a proclamação da república deu-se através de uma ação militar, segundo John Schultz. O autor afirma que Deodoro da Fonseca, marechal do Exército, proclamou a então chamada República, “sem a participação popular, sem se constituir uma revolução social, em qualquer sentido que se possa dar ao termo”,<sup>17</sup> após rumores de uma possível continuidade da monarquia no Brasil. Ainda no tocante ao golpe republicano ocorrido no Brasil, John Schultz ainda afirmava que:

“O que ocorreu foi, no máximo, um realinhamento da elite, acompanhado de uma modesta expansão desta classe. O principal significado da República foi ter sido instalado através de um golpe que colocou no poder um governo militar, o qual durou cinco anos”.<sup>18</sup>

Como em outros momentos da história do país, os militares agiram com o respaldo de camadas civis da sociedade, munidas dos mesmos interesses, porém com o aval bélico, fator decisivo em momentos onde rupturas ao *status quo* nem sempre são bem vindas àqueles que vão ser derrubados do poder.

José Murilo de Carvalho relata que:

---

<sup>12</sup> CASTRO, Celso. Op. Cit. p. 302.

<sup>13</sup> CASTRO, Celso. Op. Cit. p. 302. A referida ilha do Desterro citada acima é a atual cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, rebatizada com este nome em homenagem a Floriano Peixoto, ocorrida em 18.11.1889.

<sup>14</sup> CASTRO, Celso. Op. Cit. p. 303. Revolta essa ocorrida em 18.11.1889.

<sup>15</sup> CASTRO, Celso. Op. Cit. p. 307.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> SCHULTZ, John. Op. Cit. p. 121.

<sup>18</sup> SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Op. Cit. p. 98.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

“A adesão de Deodoro, e com ele, da oficialidade superior, foi resultado de um longo processo, e só se efetivou graças aos efeitos da Questão Militar que exacerbava o espírito de corpo da organização, sobretudo dos tarimbeiros, cuja grande maioria, inclusive os líderes, não era republicana. Deodoro evitou até o último instante proclamar a República, se jamais a proclamou”.<sup>19</sup>

Ainda segundo José Murilo, “Deodoro disse ao Ouro Preto, ao depor o gabinete, tratava-se de “vingar as afrontas por ele (Exército) recebidas pelo governo. Toda a ideologia e toda a agitação vieram dos jovens positivistas de Benjamin Constant”.<sup>20</sup> Deodoro era um militar prestigiado e os conspiradores contaram com o seu apoio para adesão das forças legalistas, e foi o que aconteceu.

John Schltz continuava, dizendo que “embora a força que derrubou o Império fosse constituída exclusivamente de soldados, a imprensa e elementos da elite haviam criado um clima adequado sem o qual não poderia ter ocorrido a intervenção militar”.<sup>21</sup> Para o autor:

“O governo que assumiu o poder no dia 15 de novembro era composto de militares e representantes dos grupos civis que haviam apoiado o golpe. O governo provisório original incluía Deodoro como presidente e dois ministros militares, Benjamin Constant e Eduardo Wandenkolk, três membros da imprensa do Rio, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo e Rui Barbosa, um republicano histórico paulista, Campos Sales e um republicano positivista do Rio Grande do Sul, Demétrio Ribeiro. Ribeiro e Aristides Lobo deixaram o ministério pouco tempo depois, permitindo a entrada de um segundo paulista, Francisco Glicério, e um ministro, Cesário Alvim. Com a nova composição – três oficiais, dois paulistas, dois cariocas e um mineiro – o governo provisório refletia mais ou menos os interesses que haviam acarretado a sua formação”.<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 44.

<sup>20</sup> CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. p. 45.

<sup>21</sup> SCHULTZ, John. Op. Cit. p. 129.

<sup>22</sup> SCHULTZ, John. Op. Cit. p. 139.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Este “casamento” entre militares e a elite civil do país permitiu que as novas mudanças, há tempos aspiradas, pudessem ser levadas a cabo. Os novos ares da República já se desenhava há algum tempo entre os militares, abolicionistas e políticos com pensamentos republicanos ainda no Império, visto que este já mostrava sinais de falência, dado o descontentamento de vários segmentos da sociedade.

Tal sentimento pode ser percebido quando do pronunciamento contido no primeiro documento do novo Regime:

“Proclamação dos membros do Governo Provisório.  
Concidadãos!  
O Povo, o Exército e a Armada Nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e conseqüentemente à extinção do sistema monárquico representativo”.<sup>23</sup>

E para que o povo, segundo Hélio Silva, afinal, também soubesse da transformação, depois de cientificado o governante – que, aliás, “foi o último, a saber,” – Deodoro e seus companheiros anunciaram aos governados o que se passara em três atos: a prisão do último Gabinete monárquico; a Proclamação da República em Câmara Municipal e o embarque da família imperial.<sup>24</sup>

José Murilo lembra que “o apoio externo ao movimento foi mais de omissão do que de ação. E ele explica por que:

“Certamente, alguns republicanos, Quintino Bocaiúva e Júlio de Castilhos à frente, vinham há muito provocando atritos entre os militares e o governo. Mas mesmo Quintino, cujo plano era derrubar a monarquia por meio de um golpe militar, não conseguiu ser recebido por Deodoro no 11 de novembro, às vésperas do movimento. O velho general não queria ver os líderes civis por se tratar de “pessoas que não vestiam farda”. O núcleo republicano civil mais poderoso e organizado, o paulista, tinha poucos contatos com os militares e muitas dúvidas sobre a conveniência de os envolver na campanha”.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Op. Cit. p. 99.

<sup>24</sup> SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Op. Cit. p. 99.

<sup>25</sup> Idem.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Era evidente a oposição de Deodoro, enquanto militar de alta patente, aos civis que faziam política no Brasil no período. Ele acreditava também que somente os “homens fardados” seriam capazes de gerir a República, sem os problemas advindos da política, como a corrupção.

Segundo o autor, “aviam muitas divergências entre o Partido Republicano Paulista e os militares, vindo a ter um acordo somente em 7 de novembro daquele ano”.<sup>26</sup> E, “ao contrário de 1831, a monarquia não tinha em 1889 quem se dispusesse a defendê-la. A tentativa de Ouro Preto de mobilizar a Guarda Nacional veio tarde e não despertou entusiasmo. Apenas acirrou mais os ânimos dos militares”.<sup>27</sup>

Thomas E. Skidmore relata que “embora os republicanos tenham convertido relativamente poucos dos membros da elite política civil, tinham feito sérios avanços entre os militares descontentes, especialmente junto aos positivistas entre eles”.<sup>28</sup>

O episódio da queda do Império e do surgimento da República é retratado da seguinte forma por Skidmore:

“Em 15 de novembro de 1889, um grupo de oficiais subalternos, determinados a intervir a despeito da falta de amplo apoio civil, convenceu o marechal Deodoro da Fonseca, seu comandante, a erguer-se do seu leito doente e liderar um golpe contra o imperador. Deodoro foi motivado também por temer que o imperador pudesse convidar um de seus inimigos políticos para compor um novo governo. Como a maioria das transições políticas importantes no Brasil, à queda do Império deu-se virtualmente sem derramamento de sangue. O imperador

---

<sup>26</sup> CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. p. 203.

<sup>27</sup> CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. p. 203.

<sup>28</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Editoras Paz e Terra, 2003, p. 108. Segundo o autor “era uma doutrina que afirmava que toda asserção racionalmente justificável poder ser cientificamente verificada ou capaz de prova lógica ou matemática. Auguste Comte., o líder reconhecido do positivismo francês, havia desenvolvido um dogma que era admirado especialmente pelos oficiais mais jovens do Exército na Academia Militar do Rio de Janeiro. Comte afirmava que o curso da história, como a natureza da realidade social, estava sujeito a leis científicas. Desse modo ele rejeitava tanto a teologia como a metafísica, defendendo no lugar destas uma “religião da humanidade”. Embora Comte fosse um profeta da secularização e um dos pais espirituais da tecnocracia moderna, ele também defendia limites estritos ao papel do Estado, especialmente no que dizia respeito à educação superior e à religião.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

simplesmente aceitou o ultimato militar. Ele e sua família apanharam uns poucos pertences e rumaram, sob escolta militar, para as docas do Rio. Ali embarcaram, num vapor para o exílio em Portugal. Os Braganças brasileiros estavam agora de volta à terra de seus ancestrais. A experiência imperial brasileira, única por sua duração e viabilidade no Novo Mundo, estava terminada”.<sup>29</sup>

Para Skidmore, “o Império brasileiro havia sido derrubado por um golpe militar, não por uma revolução social, e a República começou com um governo militar. Uma Junta Militar assumiu o poder enquanto boa parte da elite imperial retirava-se da política, alguns optando pelo exílio”.<sup>30</sup>

Apenas uma parcela da oficialidade envolveu-se diretamente com o golpe. Como já foi dito, a queda do Império veio com um golpe de Estado, e não com uma revolução popular; a República foi produto de um corpo de oficiais que defendeu seus interesses particulares e se aliou a uma minoria política.<sup>31</sup>

McCann analisa que a República brasileira:

“não foi herdeira da revolução americana ou de francesa, apesar de o governo republicano tudo fazer para associar-se simbolicamente a ambas. O regime republicano sobreviveu pela força e demorou para buscar o mandato popular por não ter legitimidade suficiente para arriscar-se em eleições. Sendo-lhe negado o voto, a vasta maioria dos brasileiros continuou a ser mera observadora dos eventos que moldaram sua vida e sua história. O governo imperial não a representara, tampouco a República nascida tão abruptamente o faria. No último quartel do século XIX, enquanto Estados Unidos, Argentina e boa parte da Europa ampliavam o direito de voto e a participação popular no governo, o Brasil seguia na direção oposta, restringindo o direito ao voto”.<sup>32</sup>

Durante muito tempo ainda no Brasil ocorreu o cerceamento do direito ao voto para as camadas populares. Aliado a expedientes como o “voto do cabresto”, dentre outros, e da violência como foram marcadas as primeiras

---

<sup>29</sup> SKIDMORE, Thomas E. Op. Cit. p. 108.

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)* Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia da Letras, 2007, p. 44

<sup>32</sup> McCANN, Frank D. Op. Cit. 45.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

eleições do período republicano, fato facilitado pela inexistência de um órgão fiscalizador, o voto popular, por muito tempo, não pode expressar realmente o desejo político de seus titulares.

Percebeu-se que os militares estavam sempre amarrados com membros da elite política civil dominante, porém não era massa de manobra nas mãos de tais elites, visto que em seu bojo o Exército contava com oficiais com traquejo para tais ações, em que pese que os interesses não estivessem subordinados aos das elites, e sim conjugados. Atentos aos acontecimentos, os militares não perderam tempo e foram aumentados em 50%. Uma nova lei foi aprovada, regulando a aposentadoria ou a promoção quase imediata de todos os oficiais. O Exército foi autorizado ainda a aumentar o seu contingente de 13 mil para 25 mil soldados.<sup>33</sup>

Nos primeiros anos do período republicano brasileiro, eclodiram várias revoltas estaduais tendo o Exército agido de forma eficiente, sufocando todas elas. Dentre elas podemos citar a Revolta da Armada e Canudos,<sup>34</sup> que nada tinham a ver com o movimento monarquista, embora o governo procurasse caracterizá-lo como tal.<sup>35</sup> Nesse período, o Exército começava a se consolidar como uma instituição de valor, muito embora tenha vindo desmotivada e desmoralizada da Guerra do Paraguai, ocorrida décadas antes, e da má vontade dos parlamentares do período imperial.

Visando garantir que a recém formada República não sucumbisse às investidas dos seus opositores, ocorreu uma reorganização das tropas, havendo

---

<sup>33</sup> McCANN, Frank D. Op. Cit. 45.

<sup>34</sup> Para Frank D. McCann, quando Canudos emergiu na consciência nacional, o Exército estava tentando reorganizar-se depois da desordem dos primeiros anos da República. A experiência de combate da época não produziu um Exército mais profissional; ao contrário; arruinou-o. O nervosismo que dominou o clima político na década de 1890 permitiu que uma inofensiva colônia religiosa nos confins da Bahia fosse retratada como uma horda monarquista pronta para atacar. Os gritos vindos das chamas de Canudos perturbariam o sono de muitos soldados nos anos vindouros e deixariam uma cicatriz na psique institucional. No Rio de Janeiro, republicanos preocupados atribuíram essas derrotas a uma grande conspiração monarquista da qual Canudos era o centro.

<sup>35</sup> SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil visto de fora*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001, p. 57.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

uma pequena redução dos efetivos no Rio Grande do Sul.<sup>36</sup> Segundo José Murilo de Carvalho:

“Somente no Rio Grande do Sul tinha condições de opor efetiva resistência militar à guarnição da capital. A República se fez sem luta porque a tropa rio-grandense, trabalhada pela Questão Militar e pelos republicanos gaúchos, não se opôs ao movimento. E a Revolução de 1930, como quase todos os movimentos militares de âmbito nacional até 1964, caracterizou-se por choques, reais ou previstos, entre tropas que vinham do Rio Grande do Sul e tropas que iam ao Rio de Janeiro”.<sup>37</sup>

A participação rio-grandense em revoltas nacionais no início do período republicano, seja através das tropas do Exército, seja através da ação da Brigada Militar e dos Corpos Provisórios, garantiu a continuidade dos governos federais que se sucederam.

Exemplo oposto foi quando se rebelou em 1930 contra o governo de Washington Luis, vindo a derrubá-lo. Na Revolução de 1930, a ação bélica dos revolucionários rio-grandenses ditou os rumos vitoriosos para os opositores, que colocaram no Catete Getúlio Vargas, como chefe do Governo Provisório, respaldado por uma junta de generais do Exército.

Também ajudou a manter Vargas no poder em 1932, quando Flores da Cunha, com o auxílio das tropas da Brigada Militar e dos Corpos Provisórios, novamente decidiram os rumos da revolta. Ao permanecerem ao lado do chefe do Governo Provisório, decretaram fácil vitória contra os revoltosos constitucionistas.

Rio Grande do Sul, por exemplo, havia uma organização republicana civil pequena, mas muito ativa reforçada por um contingente de oficiais republicanos. Havia, na época, cerca de 3.000 mil soldados neste Estado. Um dos motivos de ter eclodido a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, segundo Schultz, foi o fato de:

---

<sup>36</sup> CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. p. 33.

<sup>37</sup> Idem.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

“Silveira Martins, o chefe liberal, poderia ter aceito uma República fundada por civis, mas por causa de sua velha rixa com militares declarou-se um inimigo do novo regime. O Rio Grande do Sul foi a única província na qual os republicanos tentaram afastar os imperiais de todos os cargos públicos”.<sup>38</sup>

Com relação à Revolução Federalista, uma espécie de guerra civil ocorrida no Rio Grande do Sul, no período entre 1893 até 1895, sabe-se que a principal reivindicação dos Federalistas – pejorativamente chamados de “Maragatos”<sup>39</sup> – era a deposição de Júlio Prates de Castilhos, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, após a proclamação da República.

Antes da proclamação da República, Gaspar Silveira Martins era o presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul – que se tornou Estado do Rio Grande do Sul com a República – e aplicava aos republicanos – liberais – as mesmas práticas de exclusão política que fora vítima com o novo regime.

### **1.3 A Revolução de 1930 e o papel dos militares**

A participação dos militares no movimento de 30 é decisiva tanto na preparação e execução dos planos de derrubada do governo Washington Luís, quanto na implantação do programa revolucionário. Influencia fortemente o processo político, desempenhando papel significativo no novo esquema de poder em organização. O Exército, “filho e fator da revolução”, passada a euforia proveniente do sucesso das armas, é absorvido pelas inúmeras e graves questões com que se defronta o país.<sup>40</sup>

Durante o golpe de Estado de 1930, novamente os militares se destacaram ao garantir que Getúlio Vargas ascendesse ao poder. O governo foi-lhe entregue por uma Junta Militar, composta de pelos generais João de Deus

---

<sup>38</sup> SCHULTZ, John. Op. Cit. p. 127.

<sup>39</sup> Os “soldados” federalistas eram chamados de maragatos, por haver a suspeita de serem mercenários advindos da Espanha, na região conhecida como Maragateria.

<sup>40</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Limas Salgado. SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. ESTEVÃO, Sílvia Ninita de Moura, ASCENÇÃO, Vera Lúcia da. Op. Cit. p. 167.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Mena Barreto, Augusto Tasso Fragoso<sup>41</sup> e o almirante Isaias Noronha, os quais, a 3 de novembro de 1930.<sup>42</sup>

Exemplo disso foi uma Circular de autoria de Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior revolucionário, dirigida à Junta Governativa no Rio, Coronel Emílio Lúcio Esteves, Juarez Távora e a todos os governos estaduais:

“A) – O Governo Provisório deverá ter por chefe Getúlio Dornelles Vargas, que a Revolução considera Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, não reconhecido e esbulhado, por ato de prepotência dos poderes Executivo e Legislativo, mancomunados para essa obra de impatriotismo.

B) – Essa investidura não só se justifica pela qualidade referida ao Chefe da Nação, que Getúlio Dornelles Vargas encarna, por expressão da vontade popular, como também pela sua qualidade – reconhecida por todos os elementos revolucionários – de general em chefe das forças nacionais, rebeladas contra a situação que acaba de cair. Acresce que esse pensamento ficara definitivamente firmado entre os chefes dos três Estados que promoveram a Revolução (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba), de acordo com a Direção militar e outros políticos que, por todo o Brasil, se empenhavam pela causa.

C) – O governo chefiado por Getúlio Dornelles Vargas dirigirá os Estados Unidos do Brasil sem compromissos previamente assumidos, a não ser os decorrentes dos princípios enfeixados no programa da Aliança Liberal e consubstanciados na sua reforma, lida na capital da República.

D) – A duração do governo revolucionário – que obedecerá às normas constitucionais tanto quanto lhe for possível, sem prejuízo das providências de exceção que o momento reclamar – será de tempo indeterminado, até conseguir a normalização dos mais rígidos moldes da Moral e do Direito”.<sup>43</sup>

Esse documento onde Góis Monteiro dita como será administrado o Brasil durante “esse período indeterminado”, já dava conta das intenções de Getúlio Vargas de governar o Brasil conforme as suas convicções pessoais. Tanto

---

<sup>41</sup> SILVA, Hélio. Op. Cit. p. 82 relata que “o general Augusto Tasso Fragoso teve um privilégio singular: na manhã de 15 de novembro de 1889, alferes-aluno da Escola Superior de Guerra, tomou parte nos acontecimentos que marcaram a queda do Império; em 24 de outubro de 1930, membro da Junta Pacificadora, impôs ao presidente Washington Luís a renúncia, marcando a morte daquela mesma República que saudara ao nascer”.

<sup>42</sup> FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 608.

<sup>43</sup> GUILMARÃES, Manoel Luiz Limas Salgado. SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. ESTEVÃO, Sílvia Ninita de Moura, ASCENÇÃO, Vera Lúcia da. Op. Cit. p. 168.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

foi assim que pelo menos em duas ocasiões – 1934 e 1937 – ele alterou a Constituição, a fim de dar-lhe respaldo para que comandasse o país de forma “legal”.

Skidmore, relata que essa junta “governou o Rio de Janeiro de pleno direito durante dez dias, antes de entregar finalmente o poder, em 3 de novembro a Getúlio Vargas, o líder incontestável do movimento de oposição”.<sup>44</sup> Ainda segundo o autor:

“Qualquer inclinação por parte da junta por se perpetuar no poder, teria sido brevemente atalhada pela pressão crescente dos rebeldes, cujas forças militares apertavam o cerco sobre a capital do país. Em seu discurso por ocasião da investidura de Vargas como chefe do Governo Provisório, o General Tasso Fragoso observou que os militares haviam decidido intervir, movidos pelo desejo de que os brasileiros não continuassem derramando o seu sangue pela vitória de uma causa que não era a da consciência nacional”.<sup>45</sup>

O Exército se manteve alerta aos atentados à soberania nacional, tanto que em 1932, quando foi debelada a Revolução Constitucionalista, em São Paulo, com o apoio de a Brigada Militar e os Corpos Provisórios do Rio Grande do Sul, facilmente contiveram os políticos rio-grandenses e paulistanos descontentes com a demora na constitucionalização do país e com a nomeação de um interventor “não-paulista” para o aquele Estado.

Convergindo a esse pensamento que Oliveiros defende que teria o militar:

“...o direito de expressar livremente a opinião do “cidadão-soldado” e de poder contestar o Poder estabelecido, reivindicando essa legitimada convicção de que o militar, mais do que o civil, tem o dever de defender a Pátria, a lei e a ordem – para não falar na certeza de que, exatamente por isso, é ele, e não o civil, quem sabe para onde o governo deverá conduzir a Nação. Por trás de tudo, está a consciência de quais valores mereçam ser defendidos para que a honra militar não seja ultrajada e a Pátria se ponha a salvo”.<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007, p.25.

<sup>45</sup> SKIDMORE, Thomas E. Op. Cit. p. 25.

<sup>46</sup> FERREIRA, Oliveros S. Op. Cit. 76-77.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Segundo o autor, para que a Pátria ficasse à salvo de ações inescrupulosas de alguns políticos civis, seria necessário que militares conduzissem tais ações, observando o seus elevados graus de consciência e apego à nação, impedindo, dessa forma, que esta fosse colocada em risco por interesses escusos.

Dentro desse prisma, como forma de justificar as ações dos militares junto ao Governo Provisório, que José Murilo de Carvalho analisa um episódio ocorrido no período dessa forma:

“Em abril de 1931, um auto-proclamado Comitê Revolucionário do Rio de Janeiro lançou uma “Proclamação ao Exército”, atacando violentamente os situacionistas estaduais, sobretudo o gaúcho e o mineiro, aos quais atribuía a divisão do Exército em grupos antagônicos e sugeria a união da mocidade militar em torno de um amplo programa de reformas políticas, sociais e econômicas. Propunha também o fortalecimento das Forças Armadas pois, segundo eles, países incultos como o Brasil deviam ser tutelados “pela corporação mais bem organizada e menos viciada, pela elite mais autorizada e mais forte, o Exército”.<sup>47</sup>

Os militares do alto escalão do Exército, e dentre eles Góis Monteiro, defendiam “a continuação da ditadura até que o programa revolucionário fosse totalmente implementado”.<sup>48</sup> Góis havia sido colocado na chefia do Estado-Maior do Exército, com a missão de corrigir “o estado de anarquia geral dentro do Exército e da união das correntes antagônicas”,<sup>49</sup> não tendo logrado êxito em tal intento.

Segundo Oliveira e Soares:

“Essa associação entre civis e militares teve freqüente inspiração golpista entre forças que, de fato, não valorizavam a democracia nem se empenhavam em sua consolidação. Portanto, prevaleceu a perspectiva de que as crises políticas deviam ser resolvidas por intervenções militares de curta duração, promovidas pelos altos escalões, devendo-se respeitar a segunda regra de ouro: debelada a crise, o poder deveria

---

<sup>47</sup> CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. p. 71.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Ibidem.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

retornar ao sistema civil, pois o poder militar só seria aceito excepcionalmente e nas condições aqui definidas. Isto é, essencialmente regulador, moderador e provisório, autônomo nas iniciativas de intervenção, mas dependente da legitimidade dos parceiros civis para permanecer no poder ou dele retroceder”.<sup>50</sup>

Esta prática foi utilizada em outros momentos históricos do Brasil, como por exemplo, em 1930. Getúlio Vargas quando assumiu a chefia do Governo Provisório, prometeu que permaneceria no poder até que o país voltasse aos rumos, com a constitucionalização. Vargas, porém, após protelar ao máximo a re-constitucionalização do país, chamou em 1933, eleições Constituintes, tendo sido eleito presidente da república.

#### **1.4. Os Militares e o Combate à Intentona Comunista em 1935**

Celso Castro avalia que “a vitória sobre a revolta comunista em 1935 foi um momento-chave que desencadeou um processo de institucionalização da ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas”.<sup>51</sup> Um líder “tenentista”, Luis Carlos Prestes, ícone do ideal comunista do Brasil, o qual tentou fazer – sem sucesso – uma revolução comunista para a tomada do poder, esperando contar com o apoio maciço da população, foi facilmente detido pelo aparato policial da época.

No dia 25 de novembro de 1935, após reunir o seu ministério, Vargas solicitou à Câmara a aprovação para decretar a situação de Estado de Sítio em todo o país, pelo prazo de um mês. Como resultado dessa votação, 172 deputados votaram a favor e 57 contra o Estado de Sítio.<sup>52</sup> No Senado, houveram apenas três votos contrários a decretação.

---

<sup>50</sup> SAMUEL, Eliézer Rizzo de Oliveira. SOARES, Samuel Alves. *Forças Armadas, direção política e formato institucional*. In: D'ÁRAUJO, Maria Celina. CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 99.

<sup>51</sup> CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 49.

<sup>52</sup> VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas Diário. 1930-1936*. São Paulo: Editora Siciliano/FGV, 1995, p. 445.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

### **1.5. Os Militares e o Golpe do Estado Novo**

Assim como todas as outras medidas de exceção que ocorreram no Brasil nesse período, o golpe de estado que instituiu o Estado Novo no Brasil, contou com a adesão de militares, principalmente do Exército, mas não na sua integralidade. Exemplo disso, foi a contrariedade de vários oficiais gerais em detrimento dessa medida.

Analisando o golpe do Estado Novo, Hélio Silva narra os fatos ocorridos numa reunião de generais no Ministério da Guerra, ocorrida no dia 27 de setembro de 1937, onde os militares pretendiam:

“agir, mesmo fora da lei, mas em defesa das instituições e da própria lei deturpada”...“aniquilar por completo, os elementos reacionários da Câmara dos Deputados”. Eram eles, os chefes militares, que decidiam da segurança das instituições e da oportunidade de agir. O poder militar se sobrepunha, pois, aos três poderes constitucionais – Executivo, Legislativo e Judiciário -, mesmo porque se colocava acima da lei, considerada deturpada”.<sup>53</sup>

Concomitantemente a esse golpe, permeava o conflito existente entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas. Eurico Gaspar Dutra, em entrevista a Hélio Silva, dizendo o seguinte:

“O Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 teve as suas origens no desentendimento entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha, então governador do Rio Grande do Sul. Desde de 1935 que tal desinteligência se agravava. Daí a preocupação de Getúlio em afastar, por qualquer meio, Flores da Cunha daquele governo. O mandato de Flores devia ir além do de Getúlio. Pretendendo este residir no Rio Grande, após deixar a Presidência da República, não desejava lá encontrar, no poder, o seu adversário”.<sup>54</sup>

Segundo o autor, “a esse tempo, acreditava o marechal Dutra, Getúlio ainda não alimentava a esperança de continuar na Presidência fundo o prazo

---

<sup>53</sup> SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Os Presidentes*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983, p. 25.

<sup>54</sup> SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas Op. Cit. p. 33.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

constitucional”,<sup>55</sup> fato que, ao meu ver, não condizia com a intenção de Vargas, dado o seu histórico golpista, que posteriormente veio a se revelar verdadeiro.

O ministro da Guerra lançou à nação a seguinte manifestação, ao ser instituído o golpe que instaurou o Estado Novo:

“O Exército e as Forças Armadas da Nação mostram-se coesas e circunscritas às suas legítimas finalidades. Guardiãs da ordem interna, atentas e vigilantes, isentas de paixões e ódios, prontas para atender ao primeiro comando dos chefes, é assim que a sociedade as vê e é por isso que nelas confia. O panorama que se desdobra no cenário da política interna não foi por elas criado. Os desacordos das facções em pugna não foram por elas fomentados; da impossibilidade de um entendimento entre os diferentes grupos não lhes cabe a responsabilidade. O que elas têm feito, o que continuarão a fazer, é por um dique às explosões que se preparam, é constituírem barreira às ambições partidárias, é expelirem do seu seio os elementos indesejáveis, é destruírem, logo no início, os menores surtos de desordem, é mostrarem-se dispostas a não consentir que se transforme em campo de batalha o solo feracíssimo onde o trabalho estua, onde repousa a paz, onde a riqueza se avoluma e multiplica”.<sup>56</sup>

Ao se manifestar, Dutra, sendo uma espécie de porta-voz do governo de Vargas, encarnando o posto que ocupava procurava justificar as ações em conjunto das Forças Armadas e do governo, a partir da nova Constituição que ora era outorgada, como forma de eliminar as ameaças dos partidos políticos às pretensões de Vargas e de seus aliados.

Ao extinguir a existência dos partidos políticos e fechando o Senado e a Câmara de Deputados, as ameaças que lhes faziam sombra, bem como da intervenção nos Estados da federação que se opunham ao golpe, Vargas e seus aliados garantiriam a administração do país por um período de nove anos.

Numa carta enviada ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, pelo general de Divisão, Pantaleão da Silva Pessoa,<sup>57</sup> explicita a sua inconformidade

---

<sup>55</sup> SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas Op. Cit. p. 33.

<sup>56</sup> SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas Op. Cit. p. 30.

<sup>57</sup> SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Op. Cit. p. 35.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

com a postura adotada pelo Exército a partir da instauração do golpe. Segundo ele:

“A pública co-participação do Exército na sua preparação metódica e seu apoio já tantas vezes proclamado, assim como suas conseqüentes responsabilidades, dão-me o direito, além do dever imposto pelo art. 162 da Segunda Constituição Republicana, abandonada, de ressaltar, pelo menos em documento coerente, a minha lealdade ao regime. Milita ainda em favor dessa conduta, a notória circunstância de eu não dispor de outro meio de protesto e não ter aptidões para conspirador ou hipócrita. (...) As Forças Armadas tinham destino explícito, tanto na Constituição de 1891 (art. 14) como na de 1934 (art. 162); a Lei regulava os limites da sua obediência. Hoje elas apenas ser fiéis a uma autoridade que pode originar-se pela força e, como tal, estará sujeita às suas mutações e caprichos. (...) É claro, portanto, que muito caímos dos ideais de 1889 e até custa-me a crer que V. Exa., ou outro general do Exército tenha aprovado tal retrocesso, aliás desnecessário para alcançar os benefícios ostensivamente procurados”.<sup>58</sup>

Em resposta a tal protesto, amparado pelo artigo 177 da Constituição de 1937, Pantaleão e vários outros generais, descontentes com os rumos adotados pelo Exército e pelas Forças Armadas, foram reformados. Vários outros tiveram as suas patentes caçadas. Foi o caso de Flores da Cunha.<sup>59</sup>

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, 2007. Editoras Bertrand Brasil.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

---

<sup>58</sup> SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Op. Cit. p. 35.

<sup>59</sup> SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Op. Cit. p. 36.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

FERREIRA, Oliveros S. *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)* Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia da Letras.

ROQUIÉ, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

SAMUEL, Eliézer Rizzo de Oliveira. SOARES, Samuel Alves. *Forças Armadas, direção política e formato institucional*. In: D'ÁRAUJO, Maria Celina.

CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SCHULTZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: Edusp, 1994.

SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *1889: A República Não Esperou O Amanhecer*. Porto Alegre: L&PM Editora, 2005.

SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Os Presidentes*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil visto de fora*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Editoras Paz e Terra, 2003.

VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas Diário. 1930-1936*. São Paulo: Editora Siciliano/FGV, 1995.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **REPRESENTAÇÕES ICONOGRÁFICAS NO BRASIL ESCRAVISTA**

Renilda Vicenzi\*

A transferência da Família Real ao Brasil (1808) suscitou a vinda de missões e expedições científicas e culturais, com o propósito de conhecer e avaliar a sociedade brasileira. Esses visitantes estrangeiros produziram fontes verbais e visuais do Brasil. Parte significativa deste acervo permanece na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, que em 1808 foi denominada de Biblioteca Real<sup>1</sup>.

A Monarquia financiou observadores europeus para que viessem ao país estudar as paisagens, os recursos naturais e a diversidade étnica. Eles viajaram pelo território brasileiro produzindo um panorama identitário. Suas publicações são importantes contribuições para a história, a geografia, a antropologia, a biologia, entre outras<sup>2</sup>.

Dialogar com o passado escravista requer a percepção da diversidade de fontes que informam sobre esta temática. Os artistas aqui escolhidos são Rugendas<sup>3</sup>, Debret e Carlos Julião, todos europeus que visitaram o Brasil. Os dois primeiros com objetivo específico de retratar a vida cotidiana da sociedade brasileira no início do século XIX, também considerados os mais talentosos pintores de costumes que visitaram a América.

As representações acerca das imagens sobre a escravidão no Brasil é o enfoque do presente texto. São imagens reproduzidas na forma de gravuras e

---

\*Graduada em História – FAFI; Mestre em História – UPF; Doutoranda em História – UNISINOS.

E-mail: reby.vicenzi@hotmail.com

<sup>1</sup> SCHWARCZ, Lilian Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. 2ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>2</sup> LEITE, Ilka Boaventura. 1996. *Antropologia da Viagem - Escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. 1997. *Livros de Viagem 1803/1900*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.

<sup>3</sup> Após sua estada no Brasil, visitou a Argentina, Chile, Peru e México.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

litografias, de temática étnica e social, que serviram de símbolos a fim de comunicar a identidade nacional para o mundo exterior<sup>4</sup>.

Rugendas, Debret e Carlos Julião deram ênfase em suas imagens e textos ao trabalho, ao tratamento e as punições recebidas pelos cativos, tanto nas atividades urbanas ou rurais. É comum encontrarmos reproduções destes artistas decorando e embelezando paredes de casas e de prédios públicos, portanto, as imagens e toda sua simbologia produzidas estão eternizadas.

O texto é resultado de uma atividade desenvolvida com estudantes de Graduação em História, no ano de 2010, na UNOESC – Campus Xanxerê, cuja abordagem era uma análise semiótica de representações iconográficas da escravidão, produzidas parcial ou integralmente no Brasil. Utilizamos como amostragem quatro obras de cada artista com um breve esboço e comentário das mesmas. A escolha das imagens ocorreu de acordo com interesses visuais *a priori*, e posteriormente, a busca por interpretações históricas do passado escravista.

A partir da abertura da escrita da História para o diálogo interdisciplinar, e com a conseqüente expansão de novos objetos e temas, o fazer historiográfico acaba minando o imperialismo dos documentos escritos oficiais. A abordagem histórica do presente demonstra que o presente se funda em muitas temporalidades, perpassadas por expectativas de futuro e as permanências do passado. Mas, como recorreremos ao passado e seus vestígios?

O retorno as ações do passado e suas intencionalidades podem ser encontradas, também nas representações visuais.

A imagem visual, seus simbolismos e representações por muito tempo foram utilizados apenas como fontes ilustrativas, o que tornou (e torna) a imagem um mero reflexo de uma realidade imaginada enquanto real. A iconografia deve ser considerada como fonte e não mais como objeto de

---

<sup>4</sup> O conceito de representação tem várias matrizes, mas uma das mais importantes, sem dúvida, é o pensamento de Roger Chartier (1990, 1991). Ver também: Baczko, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Ed. Portuguesa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986. V.5. Antropos Homem; Bourdieu, Pierre. A Força da Representação. In: *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

decoração de livros ou mera ilustração de algum acontecimento e/ou personagem históricos.

Não podemos nos apropriar precipitadamente dessas fontes sem levarmos em conta questões como: Quem as criou? Quando? Com qual objetivo? Elas foram divulgadas? Por quem? Qual era o público receptor que seu autor procurava atingir? Quais eram as crenças, a orientação política, a religião de quem as produziu? ...

O uso de imagens, em diferentes períodos, como objeto de devoção ou meio de persuasão, de transmitir informação ou de oferecer prazer, permite-lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite, etc. Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de **representações** pessoais na vida religiosa e política de cultura passadas. (BURKE, 2004, p.17)

As imagens são fontes, uma vez que, elas juntamente com os discursos escritos criam representações do mundo social e torna inteligível o outro. As representações são esquemas intelectuais compartilhados por um grupo que filtra, organiza e classifica a apreensão do mundo social, definindo sua percepção e apreciação. Nas representações estão subjacentes os interesses de grupo, isto é, daqueles que as forjam.

[...] remete à noção de alegoria: a imagem é, pois, a revelação de uma outra coisa que não ela própria. Pensar alegoricamente implica referir-se a uma coisa, mas apontar para outra, para um sentido mais além. Mais do que isso, implica realizar a representação concreta de uma ideia abstrata. Subjacente ao que se vê, se lê ou se imagina, a alegoria comporta um outro conteúdo. (PESAVENTO, 1995, p. 22).

As formas simbólicas com que se expressam são permeadas de significados, de atitudes e de valores partilhados por um grupo ou segmento social. Enquanto documentos/discursos, as imagens são produzidas



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

intencionalmente<sup>5</sup>, portanto, requerendo estratégias de análise e crítica para documentos.

Deve-se, portanto, historicizar essas imagens e representações convencionais que estão metabolizadas nas abordagens acerca do cotidiano da escravidão, em particular. Para além da crítica metódica das fontes e dos referenciais teóricos que o historiador utiliza, podemos nos valer dos critérios críticos da literatura e da obra de arte, sem a pretensão de sermos especialistas e críticos de arte.

Frente às imagens de uma tela histórica podemos recortar e observar os pequenos detalhes, como fez Carlo Ginzburg quando analisou Piero de La Franchesca, e saber que os olhos vêm pela ‘tradição’, que as convenções nos impedem ver, transformando-nos em míopes culturais.

Na sequência analisamos os três artistas que retrataram o Brasil em algumas de suas obras. Obras estas, voltadas à representação do cotidiano de cativos/as.

### **I – Joham Moritz Rugendas**

Rugendas formou-se na Academia de Munique e ainda jovem veio para o Brasil integrado na expedição científica organizada pelo barão de Langsdorff – 1822 a 1824. Não viu o Brasil com olhos límpidos, mas carregados de cientificismo iluminista, de evolucionismo social, de teorias raciais e de ideias de progresso, que faziam parte de sua formação intelectual e humana, adquirida na Europa dos séculos XVIII e XIX.

As imagens que compõe a *Voyage Pittoresque* publicadas em 1827, foram elaboradas a partir de desenhos executados por Rugendas em sua estada no Brasil e também quando não mais estava aqui. Na reprodução dos desenhos

---

<sup>5</sup> Segundo François Hartog (1999:p. 366): “Dizer o outro, enfim, é muito evidentemente uma forma de falar de nós, se é verdade que a narrativa não pode escapar da polaridade eles / nós, a qual constitui sua armação infrangível. Um dos efeitos do texto é, portanto, contribuir para cercar o nos.”



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

foi utilizada a litografia por outros artistas, logo, o ‘olhar’ europeu está muito presente.

Embora houvesse um certo compromisso por parte do litógrafo em guardar informações da imagem em que se baseava, eventualmente garantida por uma supervisão do autor da mesma, a reprodução técnica implicava em maiores ou menores alterações de acordo com a habilidade, gosto e interpretação do artista. (ZENHA, 2002, p. 139).

Que projeto ou visão elaborada do Brasil direcionaria seu olhar? Num primeiro momento a desumanidade do sistema escravista e seus efeitos sobre o senhor e seu o escravo. A seguir a capacidade do negro de integrar-se na sociedade civilizada e também acerca de seu potencial para deixar de ser “selvagem” e tronar-se um homem com ‘esclarecimento espiritual’.

Imagem 01

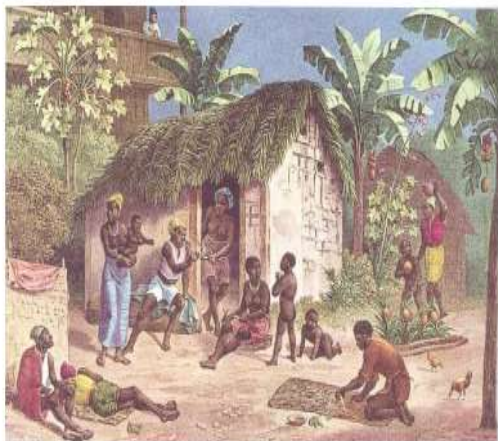


Imagem 02

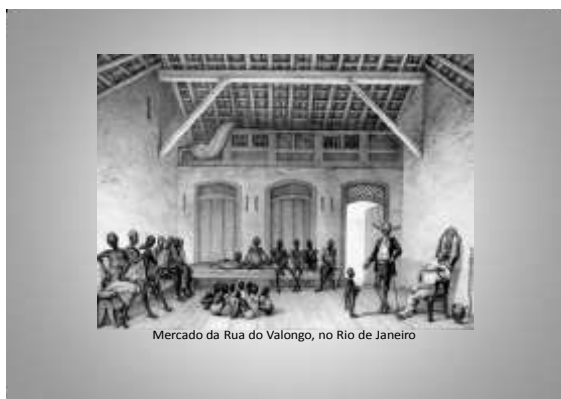


Imagem 03

Imagem 04

Fonte: <http://www.portalventrelivre.com>. Acesso em 06 de abril de 2010.

A imagem 01<sup>6</sup> possibilita a análise em torno da organização habitacional e familiar, para além da senzala.

Na imagem 02<sup>7</sup> encontramos crioulos, ou seja, aqueles já incorporados socialmente ao Brasil. No espaço urbano do litoral da Bahia. Destacam-se a vestimenta, ornamentos no desenvolvimento de atividades comerciais.

<sup>6</sup> Na obra *A paz das senzalas* os autores apresentam a imagem: Habitation de nègres (1835). *A minha casa é casa de bamba*. (FLORENTINO: GOÉS, 1997).

<sup>7</sup> Na obra *a paz das senzalas* os autores apresentam a imagem: Nègre & nègresse de Bahia (1835). *Quem me enfeitiçou. O mar, marée, bateau. Tu as Le parfum. De La cachaça e de suor*.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A imagem 03, talvez a mais difundida em obras de história, Rugendas destaca os aspectos físicos dos escravos, com em outras obras, dando movimento ao corpo. Ressalta também a presença de crianças escravas em um local de maior circulação de homens aptos ao trabalho, isto é, mercadorias à serem comercializadas.

A imagem 04 remete ao lazer, a dança, a socialização e expressão cultural. Cativos desenvolvendo atividades, sem interferência de um proprietário em seu cotidiano.

Observamos escravos que vivem em diferentes espaços, na condição de serem comercializados ou na vida cotidiano-familiar no campo. Rugendas, em suas obras está reafirmando a humanidade do escravo e sua capacidade do mesmo de interagir e integrar-se a sociedade civilizada, e de incorporar plenamente a religiosidade católica<sup>8</sup>.

Toda a sequência de seus desenhos [de Rugendas] sobre a vida desse personagem afirma não apenas a capacidade do africano de ‘integrar-se na sociedade dominante’, mas também ‘seu potencial para subir além de seu estado ‘selvagem’ e alcançar o nível do esclarecimento ‘espiritual’ através da religião cristã. (SLENES, 1994, p. 275).

Estão explícitos os laços afetivos e a harmonia, num contexto de paisagem carregada pelo imaginário europeu.

---

Geme de preguiça e de calor. Já é madrugada. Acorda, acorda, acorda, acorda, acorda. (FLORENTINO: GOÊS, 1997).

<sup>8</sup> Sempre importante lembrar que muitos africanos vieram *cristianizados* da África, já que o Reino do Congo foi cristianizado no século XV. Vários autores explanam sobre que tipo de conversão seria essa e mesmo fala-se de um *catolicismo africano*, propenso a possessões, adivinhações e uma série de ressignificações de símbolos e rituais. SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista*. História da Festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **II - Jean-Baptiste Debret**

Jean Baptiste Debret<sup>9</sup>, artista formado pela Academia de Belas Artes de Paris veio para o Brasil junto com a missão francesa, financiada pela corte de d. João VI, como pintor de história para fundar no país uma Academia de Belas Artes.

Sua estada no Rio de Janeiro permitiu ‘vivenciar’ o Brasil sob a ótica da Ilustração, da qual era sua maior bagagem. Para o artista:

A inferioridade de suas faculdades mentais reconhecida entre nós é confirmada pelos sábios naturalistas [que] concordam em que o negro é uma espécie à parte da raça humana e destinada pela sua apatia, à escravidão, mesmo em sua pátria. (DEBRET, 1972, p. 177).

Suas obras retratam a vida escrava e sua presença em grande número na sociedade brasileira, enaltecendo a Corte portuguesa e seus hábitos, acreditando que o trabalho escravo não representaria atraso no desenvolvimento de uma civilização aos moldes europeus pós Iluminismo.

Em 1825 retornou à França e dez anos após publicava sua obra<sup>10</sup>, produzida com imagens do Brasil.

---

<sup>9</sup> Realizamos a leitura e apresentação em forma de Seminário da obra *Uma viagem com Debret*, para então iniciar o trabalho com as imagens.

<sup>10</sup> A *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de Jean-Baptiste Debret (1816-1831) foi enormemente privilegiada como documento fiel da escravidão e dos grandes feitos do Brasil Imperial.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9 – Volume II –*



Imagem 01



Em Calceteiros

Café

Imagem 02



Vendedores de capim e leite. O Brasil de Debret, 1993, Belo Horizonte, p. 43, Rio de Janeiro

Imagem 03



Barbeiros ambulantes

Imagem 04

Fonte: Biblioteca Nacional. Acesso em 06 de abril de 2010.

O artista europeu evidenciou os traços físicos e a aptidão para o trabalho escravo, dando a impressão de movimento.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Na capa de sua obra<sup>11</sup> a ênfase está no trabalho e suas especificidades. Na vestimenta há o colorido e a abundância de pano. O feminino e o masculino surgem num clima de harmonia entre si e com a natureza. A partir das imagens podemos perceber a relação homem-trabalho na cidade e no campo.

A imagem 02 nos leva a produção de café e o calçamento de ruas. Demonstrando a força humana, como principal motor na execução destas atividades.

As imagens 03 e 04 apontam para os escravos de ganho, para os libertos. No trabalho desenvolvido para seus iguais.

Debret deixou muitos registros do cotidiano da vida nesta cidade onde os negros assumiram o papel de principais personagens, surpreendidos muitas vezes no contra fluxo da expectativa presente na ordem escravocrata, onde o negro é mercadoria e força de trabalho, nas suas múltiplas variantes, e também os castigos e suplícios aplicados, mas paralelamente a estas cenas, captou muito mais das sensibilidades em jogo do Brasil tropical. Outras se exibem a registrar momentos de lazer, hábitos de época e da vida nas ruas, tipos físicos, cenas de sedução, formas de trajar, práticas religiosas e festivas. (PESAVENTO, 2007).

Debret mesclou observação direta com imagens de sua memória europeia e informações de terceiros para compor sua obra – *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* publicada na França entre 1834-1839. Acreditava que por meio da educação e da miscigenação étnica e cultural, entre negros e europeus estaria à saída para que a população brasileira pudesse avançar rumo à civilização.

### **III - Carlos Julião**

Nascido em Turim – 1740 era Engenheiro militar. Alistou-se ao exército português quando tinha por volta 23 anos de idade. Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1808, onde provavelmente tenha morrido em 1811.

---

<sup>11</sup> Conforme Imagem 01

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

As obras de Carlos Julião possuem menor expressão na análise histórica se comparadas a de Rugendas e Debret. Não chegou a publicar uma compilação de suas obras, e também as encontramos em menor número nos livros de história, principalmente nos didáticos.



Fonte: Biblioteca Nacional. Acesso em 05 de agosto de 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Talvez por ter uma formação militar, seus desenhos são de imagens estáticas, isoladas, sem cenário para contextualizá-las e com trajes e costumes de forma genérica. Não descrevia realidades observadas empiricamente, utilizou figuras similares / idênticas para representar lugares distintos e sujeitos distintos.

Não encontramos cenas do cotidiano, no entanto, retratam elementos da vida do escravo.

[...] os personagens de Julião não podem ser usados para ilustrar cenas da vida cotidiana nem para estudar o corpo do escravo. Ao invés de documentar a experiência escrava ou descrever suas atividades diárias, eles projetam um olhar imperial. Eles são o produto de um processo político que generaliza particularidades geográficas e especificidades sociais, designando lugares e pessoas a posições subordinadas. Os desenhos de Julião não podem ser usados como uma fonte de estudos sobre o corpo do escravo, menos por reiterar a representação de modelos estáticos do corpo humano do que pela forma como a linguagem iconográfica que as produz está codificada. Na melhor das hipóteses, eles representam o corpo genérico dos negros nas *conquistas*, sinalizando as esfumaçadas diferenças sociais (entre escravos, libertos e nascidos livres) e diversidade entre os coloniais. (LARA, 2002, p.143).

Na imagem 01 temos duas cenas: a negra do tabuleiro, onde aparecem utensílios, e o trabalho de um afiador. Percebe-se que o chão é específico para cada cena.

Na imagem 02, o negro sendo açoitado está em posição diferenciada da que ocorria nestes momentos, a praia e as plantas não identificam o litoral do Brasil.

Na imagem 03, da negra forra, destaque para seus sapatos, chapéu com pano de cabeça e para a bolsa de mandinga.

Na imagem 04 observamos que os trajes utilizados pelos escravos carregadores da liteira remontam ao mundo dos nobres europeus.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Os personagens de Julião acendem socialmente através da vestimenta, são corpos em movimento e olhares direcionados. Une no mesmo espaço contextos de trabalho diferenciados.

Não há preocupação em identificar a sociedade brasileira, tampouco a construção espacial da mesma. As imagens analisadas não remetem o olhar e o pensamento ao Brasil, mas a todos os lugares onde houve a utilização do trabalho escravo e a presença negra.

À guisa de conclusão, as imagens construídas por Debret, Rugendas e Julião foram e são apropriadas por diferentes grupos sociais em diferentes espaços e momentos históricos. Enfocam o cotidiano em espaços físicos e humanos diferenciados. Aqui não nos reportamos a imagens de violências e maus-tratos, pois o objetivo é trazer outras representações que não tornem a história da escravidão, uma história única: a dos submissos.

Não relacionamos a diferenciação de gênero, não há espaços sociais e culturais específicos para homens, mulheres e crianças. A vida cativa ocorre na totalidade. Tampouco associamos ao exotismo, construído e muito presente no imaginário europeu, deste o início da colonização portuguesa na África e na América.

As imagens são carregadas de símbolos, sendo importantes elementos de formação de representações e imaginários. Orientam leituras e práticas sociais que os sujeitos realizam *em e sobre* o mundo que vivemos. Portanto, devemos estar atentos para as permanências e continuidade nas representações.

Realizamos, através desta experiência, o conhecimento de uma parte da história do Brasil, idealizada a partir dos olhos de artistas de cultura letrada europeia. Indagamos e produzimos interpretações acerca das suas obras. Fomos ao encontro do conhecimento produzido pelo visual, pelos gestos, pelas sensibilidades e sentidos.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

### Referências Bibliográficas

BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, n.11, v.5, p.173-191, jan./abr. 1991.

\_\_\_\_\_. *A história cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. 244p.

DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: UDUSP, 1972.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREITAS, Iohana Brito de. *Construindo o outro: categorias de identificação nas viagens pitorescas de Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas*. In: ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História. 2007. São Leopoldo.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

LARA, Silvia Hunold. *Escravidão no Brasil: Um balanço historiográfico*. LPH: *Revista de História*, v.3, n.1, 1992.

\_\_\_\_\_. Customs and costumes: Carlos Julião and the image of Black slaves in late eighteenth-century Brazil. *Slavery and abolition*, v. 23, n. 2, 2002.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da Viagem - Escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1996.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de Viagem 1803/1900*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.

LIMA, Valéria - *Uma Viagem com Debret*. Ed. Jorge Zahar, RJ - 2004.

MOREIRA, P. R. S. Sobre Fronteira e Liberdade: Representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870). *Anos 90 (UFRGS)*, v.9, 1998.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. Em busca de uma outra história: Imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, n. 29, 1995.

\_\_\_\_\_. Uma cidade sensível sob olhar do “outro”; Jean-Baptiste Debret e o Rio de Janeiro (1816-1831). *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Uberlândia. v.4, n.4, 2007.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. 2ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SLENES, Robert. As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na Vagem alegórica de Johann Moritz Rugendas. Campinas: *Revista de História da Arte e Arqueologia*. UNICAMP. N. 1, 1994.

ZENHA, Celeste. O Brasil de Rugendas nas edições populares. *Topoi Revista de História PPGHIS*, Rio de Janeiro, v. 5, 2002.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**APARÍCIO SARAIVA, HONÓRIO LEMES E SEUS SEGUIDORES:  
UM ENSAIO COMPARATISTA**

Rodrigo dal Forno<sup>1</sup>

Pablo Dobke<sup>2</sup>

**Introdução.**

O presente artigo é resultado preliminar de uma pesquisa em andamento do trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em História da Universidade Federal de Pelotas, que vem sendo realizada pelos dois autores sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Elisabete Leal. Estuda-se a Revolução 1923 no Rio Grande do Sul, especificamente a trajetória de duas lideranças revolucionárias: Leonel Rocha e sua atuação no norte do estado e Honório Lemes na fronteira oeste, assim como todos aqueles indivíduos que se arregimentaram em torno destes dois caudilhos. Ao passo que analisamos estas lideranças e todos aqueles que passaram a seguir tais comandantes, nos deparamos com um estrato social específico aderindo à guerra civil de 1923, considerada pela historiografia oficial como uma luta ocorrida devido à cisão entre as elites políticas do estado, condicionadas pela instabilidade econômica do setor pecuário durante a conjuntura do início dos anos de 1920, como indica Antonnaci (1981). Juntamente a isto, através de outras leituras historiográficas, nos deparamos com a realidade de outro contexto específico, que nos pode servir como parâmetro de comparação para pensar nosso próprio objeto de pesquisa: Aparício Saraiva, seus arregimentados na Revolução Uruguaia de 1904.

A Revolução de 1923 ocorrida no Rio Grande do Sul instaurou no estado um período turbulento de guerra civil, envolvendo de um lado a aliança entre federalistas, republicanos dissidentes e liberais democratas aglutinados em torno da liderança de Assis Brasil e de outro lado, os republicanos hegemônicos no poder estadual, encabeçado pelo chefe do Partido Republicano Rio-

---

<sup>1</sup> Graduando em Bacharelado em História pela Universidade Federal de Pelotas – rodrigodalverno@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduando em Bacharelado em História pela Universidade Federal de Pelotas – pablo\_dobke@hotmail.com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Grandense e presidente do estado Borges de Medeiros. As hostes opositoras convulsionaram o estado através da atuação em movimento de guerrilhas realizadas por diversos caudilhos no interior do estado, aqui destacamos a figura do Honório Lemes e sua atuação junto a fronteira oeste, juntamente com uma série de peões, tropeiros e campeiros arregimentados em torno deste caudilho de enorme prestígio local.

A Revolução de 1904, ocorrida na nação vizinha uruguaia, pôs em conflito os históricos grupos antagônicos conhecidos como *colorados* e *blancos*. Os primeiros reunidos através da liderança do Presidente do Uruguai, José Battle y Ordóñez. E os últimos, lançados em uma campanha revolucionária frente ao poder situacionista, os membros do Partido Nacional, nos quais destacamos a figura de Aparício Saraiva e aqueles que se arregimentaram em torno deste caudilho nos distritos do norte do Uruguai, onde este possuía enorme prestígio e comandância junto a *paisanos*, homens acostumados à lida do campo e seguidores fieis desta liderança.

Cabe ressaltar, que não temos como objetivo comparar a situação política vigente no período, o chamado Batllismo e o Castilhismo-Borgismo<sup>3</sup>, ou as revoluções em si, em que Uruguai e Rio Grande do Sul se envolveram em ambas as conjunturas. No entanto, o que nos interessa neste texto é realizar, a partir de uma revisão bibliográfica, uma tentativa de análise dos grupos opositoristas que compuseram estes movimentos revolucionários e especificamente as lideranças de Honório Lemes, Aparício Saraiva e seus arregimentados.

Para refletir sobre estes dois contextos específicos, nos amparamos em alguns estudos em história comparada que nos permitem pensar de forma analítica ambos os grupos e caudilhos. Por último ao analisarmos estes dois grupos marginalizados perante um conflito junto ao poder legalista, utilizamos

---

<sup>3</sup> HEINZ, F. M. Elites, estado y reforma en Uruguay y Brasil meridional: castilhismo y batllismo en perspectiva comparada. El caso de las elites de Rio Grande do Sul en la transición del siglo XIX al XX. In: REGUERA, Andrea. (Org.). **Los rostros de la modernidad - vías de transición al capitalismo. Europa y América Latina, siglos XIX y XX**. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2006, p. 112-135.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

os conceito de *banditismo social* de Eric Hobsbawm (2010) e de *estabelecidos e outsiders* de Norbert Elias (2000).

### **A Revolução de 1904 e Aparício Saraiva.**

Conhecida como a última guerra civil em solo uruguaio, a Revolução de 1904 teve início devido a quebra do *Pacto de La Cruz* pelo então presidente uruguaio, o colorado José Batlle y Ordóñez, que ao tomar essa atitude colocava em cheque o acordo feito ao fim do conflito de 1897, onde o Partido Colorado havia firmado compromisso de igualar as cadeiras parlamentares no governo até então presidido pelo também colorado Juan Idiarte Borda. Mais uma vez, assim como em 1897, Aparício viu-se obrigado a se por em armas e organizar um levante bélico contra a política opressora de Batlle que detinha maioria na câmara parlamentar e desejava eliminar por completo as aspirações dos *blancos* do Partido Nacional. Desta forma, o presidente Batlle, organiza uma ofensiva contra os departamentos onde o Partido Nacional obtivera senadoria nas eleições de 1900 – *Rocha, Treinta y Tres, Rio Negro, Flores e Rivera* – objetivando assim a eliminação completa dos *Blancos* no governo do antes democrático e de livre sufrágio presidido pelos *colorados*.

Neste contexto ressurgiu a liderança de Aparício Saraiva, motivado pela intransigência do presidente Batlle, que visionava reconquistar os departamentos *blancos*, terminando assim, com as contemplações do Partido Nacional, uma óbvia alusão bélica e não eleitoral. (UMPIÉRREZ, 2007, p.16). Desta maneira, já ao fim do ano de 1903, o presidente uruguaio esforça-se para armar e reorganizar o seu exército, intencionando assim uma ofensiva aos ditos departamentos. Contudo, Saraiva foi muito contundente na continuação dos tratados de paz, evitando qualquer embate com as forças governistas era essencial neste momento, porém suas forças foram atacadas, em 4 de janeiro, pelas tropas governistas em três lugares distintos – *Paso Catalayud de Flores, Paso de Sosa del Aiguá e San José*. (UMPIÉRREZ, 2007, p. 20).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Assim, começavam as perseguições dos *colorados*, todas elas com um único intuito: a interceptação das tropas que posteriormente iriam juntar-se a já organizada milícia saraivista. Desta maneira foram planejados ataques sistemáticos, o colorado Pablo Galarza atacaria Flores, Guillermo Ruprecht saindo de *Rocha* tomaria *Maldonado*, Estanislao Mendoza avançaria sob *Rivera*, pondo assim em cheque a liderança governamental do Partido Nacional. Porém, o esforço *colorado* de atacar as forças rebeldes não surtiu o efeito desejado, visto que, os caudilhetes *blancos* enganaram as tropas legalistas e o que antes eram cerca de 200 homens ao mando de Aparício, neste momento chegava aos 2.000 e com este efetivo, no mesmo dia 4 de janeiro, na localidade conhecida como *Sierra de Carapé* se deu o primeiro embate entre governistas e rebeldes.

O grupo situacionista, que almejava implantar o seu regime de governo reformista voltado às classes sociais emergentes, industriais e urbanas, via o Partido Nacional e sua oligarquia pecuarista tradicional como um verdadeiro embaraço para seus planos, semelhante à representação adotada por Raymond Williams no clássico *Campo e Cidade* (WILLIAMS, P. 11, 1989), onde o Partido Colorado representava a cidade como evoluída e modernizada, enquanto o Partido Nacional ficaria com o campo, tido como atrasado política e socialmente, tendo como base a antiga elite caudilhesca.

Pode-se considerar que o período presidido por José Batlle y Ordóñez (1903-1907 e 1911-1915) tenha trazido posteriormente um grande avanço nos setores político, econômico e social, contudo, é inegável o forte rigor com que o então presidente Batlle combateu seus opositores, pois se a guerra civil era inevitável, Batlle tratou de restringir todo e qualquer tipo de opinião. Seguindo a esta ditadura, o dia 7 de janeiro ficou marcado como o dia de censura da imprensa, quando a mando do presidente foram empastelados diversos jornais, tanto da capital como do interior, ficando vedado assim qualquer tipo de informação acerca da guerra civil, exceto a informação que provinha da imprensa oficial. (UMPIÉRREZ, 2007, p.20).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Nesta conjuntura de perseguições, proibições e acima de tudo, imposições, que ressurgiu a figura do caudilho *blanco* Aparício Saraiva. Porém, a sua participação remonta a *Revolución de las Lanzas* em 1875, onde os nacionalistas lutavam contra o General Lorenzo Batlle, pai de José Batlle, último adversário de Aparício em 1904.

Aparício nasceu no departamento uruguaio de *Cerro Largo*, filho de pais brasileiros que exerciam ampla influência na região devido a grande fortuna que possuíam para a época, contudo, Aparício sempre se destacou pelo forte elo que o unia ao campo e aos homens do campo, motivo este que fazia do General uns dos caudilhos mais respeitados e porque não, dos mais queridos entre seus seguidores. Durante 1904, Aparício se notabilizou por comandar 14 divisões do exército rebelde onde se destacava a *División de Lanceros*, comandada por Manuel Rivas. A divisão de lanceiros ficou conhecida por protagonizar a última carga de lança da história bélica do Uruguai na batalha de *Tupambaé*, batalha esta narrada por alguns infantess e soldados legalistas da seguinte forma:

*“El piso comenzaba a temblar en forma creciente como consecuencia de la cada vez mayor proximidad del repiqueteo de los cascos de los caballos lanzados a toda carrera, hasta semejar un terremoto que hacía vibrar los cuerpos como hojas de papel.”* (UMPIÉRREZ, 2007, p.53).<sup>4</sup>

Neste contexto cabe lembrar que as hostes guerrilheiras de Aparício eram quase em sua totalidade formada por *paysanos*, homens habituados ao rigor do pampa, hábeis ginetes e acima de tudo, fieis ao seu general. Segundo alguns autores, o contingente de Saraiva trazia também uma numerosa legião de índios, fato este que levou estas milícias a receberem a designação popular de *“indios de Aparício”*. (GONZALEZ; RODRIGUEZ VARESE, 1990, p.43).

---

<sup>4</sup> “O chão começava a tremer de forma creescente em consequência da cada vez maior proximidade do repique dos cascos dos cavalos lançados a toda velocidade, até assemelhar-se a um terremoto que fazia vibrar os corpos como folhas de papel” Tradução livre dos autores.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

No entanto, apesar de pertencer a uma posição social privilegiada, Aparício ganhou reconhecimento não por sua fortuna ou pelo aspecto mandatário do caudilho tradicional, e sim por conhecer as necessidades de uma melhor estrutura política para o homem do campo, que definhava pela campanha uruguaia sem a mínima perspectiva de que o governo da capital viesse a solucionar seus problemas, além de marginalizado por simbolizar o atraso pastoril em contraponto ao progressismo colorado, esse homem não teve outra escolha a não ser a luta armada comandada por Aparício contra a tirania batllista.

O grupo *blanco* almejava a solução dos problemas da economia pastoril a qual envolvia uma série de fatores e um grandioso caudal humano, seja ele de patrões ou peões. A sublevação ocorreu quando Batlle quebrou o pacto mencionado anteriormente, ocasionando com isso a forte mobilização do Partido Nacional em todas suas esferas. Após inúmeras batalhas, a decisão de um tratado de paz partiu somente após a queda e morte de Aparício na batalha de *Masoller*.

Com isso, um triunvirato *blanco* tomou a decisão de firmar a paz, visto que com a morte de Saraiva, seu exército perdia sentido. A *Paz de Aceguá* foi firmada em 24 de setembro de 1904 na cidade fronteiriça de *Aceguá*, departamento de *Cerro Largo*. Neste conturbado acordo os revoltosos obtiveram além de anistias, uma vaga promessa de reforma na constituição, algo que só aconteceria em 1918. Porém nem todos comandantes revolucionários se deram por satisfeitos com as propostas deferidas por Batlle que soavam muito mais com uma rendição do que com um acordo.

Desta forma, o Partido Nacional aguardaria por anos a prometida democracia parlamentar, marca registrada da luta de Aparício e do Partido Nacional que desde 1897 vinha lutando constantemente a favor das minorias camponesas, garantias eleitorais nos departamentos e acima de tudo, a transparência administrativa.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

### **Revolução de 1923 e a Coluna de Honório Lemes.**

O final dos anos de 1910 e início da década de 1920 trouxeram questionamentos e forte turbulência econômica ao Estado do Rio Grande do Sul, isto devido ao período de instabilidade no mercado e na produção, derivados do período pós 1ª Guerra Mundial e das crises do café no plano nacional. Juntamente com as políticas adotadas pelo governo borgista, que trouxeram uma forte especulação na moeda estrangeira, inflação regional, alta de juros e arrocho de créditos levando a inúmeras hipotecas no setor estancieiro (AXT, 2007, p.101). Esta conjuntura amplamente desfavorável levou elites econômicas gaúchas a buscarem novas respostas para a crise junto ao PRR, enquanto este por sua vez, se mostrava incapaz de fornecer soluções (ANTONACCI, 1981, p.112). Isto aliado ao descontentamento político e social frente à hegemonia e opressão exercida pelo chefe do partido, Borges de Medeiros e toda a máquina estatal montada pelo Partido Republicano Rio-Grandense, levou cada vez mais a adesão e união da oposição em torno de Assis Brasil. Neste contexto, dissidentes republicanos descontentes, federalistas rancorosos com a derrota de 1893-1895 e liberais-democratas desejosos por uma nova política estadual, se uniram no apoio à candidatura de Assis Brasil para o pleito eleitoral de 1922.

As eleições para presidente do Rio Grande do Sul em 1922, duramente disputada entre os republicanos representados por Borges de Medeiros e as oposições aliadas em torno da liderança de Assis Brasil, trouxe como consequência uma explosão de violência superior ao normal, devido à realidade pouco comum de presença de uma oposição fortemente organizada com que os republicanos tiveram de lidar no contexto eleitoral. (CORTÉS, 2007, p. 35). A constituição estadual redigida por Júlio de Castilhos, em 1891, colocava a necessidade de que para ser eleito, o candidato ao governo estadual deveria ter três quartos dos votos. Porém, esses números não eram vistos como problema perante a máquina republicana criada pelo patriarca Castilhos que poderia conseguir quantos votos o partido necessitasse, graças ao apoio da ampla rede



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de relações junto aos coronéis locais nos diversos municípios do estado, que eram cooptados pela maquina partidária do Partido Republicano e possuíam enorme lealdade ao chefe republicano Borges de Medeiros, aqueles que Loiva Otero Félix caracterizou como *coronel borgista*. (FÉLIX, 1997, p. 68-9).

Joaquim Francisco Assis Brasil juntamente com diversas figuras políticas, caudilhos, peões e pistoleiros, se mobilizava em todo estado, ganhando a adesão e o apoio dos eleitores rio-grandenses, gerando grande desconforto aos borgistas, onde o hegemônico Partido Republicano se via em iminência de perder o pleito eleitoral. Assis Brasil com fortes indícios de vencer as eleições e temendo uma possível fraude, solicitou a Assembleia Estadual uma comissão para analisar e divulgar o resultado final do pleito. Sendo presidida por Getúlio Vargas (na época deputado pelo município de São Borja) na companhia de mais dois republicanos, a comissão realizou o seu devido papel e seguindo a tradição do PRR, declarou Borges de Medeiros como vencedor.

No entanto, a oposição já extremamente mobilizada por todo o estado rio-grandense, alegara que a reeleição havia sido fraudulenta, tentando aí corrigir esse erro a força, trocando as urnas pelas armas. Durante todo o mês de janeiro de 1923 iniciou pelo estado uma rebelião que exigia a retirada de Borges de Medeiros do poder (CORTÉS, 2007, p. 36). Ao longo do ano de 1923, as colunas revolucionárias foram intensificando seus ataques nas diversas regiões do estado. Destaca-se as atuações de Zeca Netto no sul do Estado, vindo a tomar a cidade de Pelotas em outubro daquele ano, de Leonel Rocha, Mena Barreto e Felipe Portinho, mantendo constantemente convulsionado o norte do estado, e de Honório Lemes, comandando as tropas em Rosário do Sul, um dos principais quartéis assististas, sediando o regimento do Exército Libertador do Oeste.

Assim, os revolucionários mantinham o governo do Estado preocupado com a guerra civil instalada, através da tática militar de guerrilhas, ataques rápidos e fuga para as matas quando necessário. Com esta alteração na ordem do Estado, os assististas confiavam que o Governo da União interviria na esfera estadual desmontando a classe dominante. (FERREIRA FILHO, 1973, p. 28). A



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

intervenção federal acabou não ocorrendo da forma exata como desejavam os opositores de 1923. Em dezembro de 1923, sob mediação de Setembrino de Carvalho, no Castelo de Pedras Altas, residência de Assis Brasil, foi assinado o Pacto de Pedras Altas, que entre as diretrizes gerais, principalmente proibia a reeleição de Borges de Medeiros para um sexto mandato e previa a eleição direta para vice-presidente do Estado. Com isto, segundo Günter Axt, a Revolução de 1923 havia alterado profundamente a correlação de forças entre partidos e facções e Borges de Medeiros saiu do acontecimento isolado e derrotado (AXT, 2007, p 120.). Embora Borges viesse a seguir como presidente do estado até o final daquele mandato em 1928, as forças políticas e o poder estadual começavam a mudar, como de certa forma desejavam e lutaram os revolucionários durante o ano de 1923.

Dentro desta revolução improvisada, onde não havia um comando central e nem um plano de ação que dirigisse os rebeldes, além da enorme carência recursos bélicos, destacaram-se caudilhos espalhados pelo território gaúcho, através de seu enorme prestígio local e regional, armando seus adeptos e seguidores com armas obsoletas e liderando grande quantidade de indivíduos descontentes com a situação política e social marginalizados em que viviam. Neste processo, destacamos a figura de Honório Lemes.

Honório Lemes, nascido no município de Cachoeira do Sul na localidade conhecida como Barro Vermelho, desde muito cedo conseguiu captar a suma da vida campeira devido às tantas tropeadas que juntamente com seu pai fazia para a Fazenda Nacional de Saicã no município de Rosário do Sul. Foi em uma dessas viagens que com doze anos conheceu o veterano Coronel Maneco Machado, o qual viria a arregimentar-se em 1893 na Revolução Federalista. Porém antes de se juntar à luta de 1893, Honório teve seus primeiros contatos com a política através dos irmãos Francisco e Rafael Cabeda, ambos federalistas ferrenhos e seguidores de Gaspar Silveira Martins. Essas amizades foram de certa forma, a catequese política de Honório Lemes, onde se formaria o ativista inconformado



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

pela situação dos amigos perseguidos, afrontados e até assassinados sob a proteção da lei feita por Júlio Castilhos. (TELLES, 2002, p. 17).

Devido ao contato com políticos, militares, peões e até mesmo outros caudilhos, Honório Lemes acabou reunindo em si o prestígio e as características de um verdadeiro líder. O homem rude e iletrado, longe de ser de uma classe dominante acabou por aglutinar todos esses aspectos fundamentais de uma liderança, o que levou seu reconhecimento não pela força ao modo dos grandes coronéis e sim pelo consenso social que seu carisma e senso de justiça produziram em sua época.

Em meio a essa mobilização anti-borgista, encontra-se a cidade de Rosário do Sul, importante município situado às margens do rio Santa Maria, entre as cidades de São Gabriel, Alegrete e Sant’ana do Livramento. Nesta região se destacou a liderança do tropeiro Honório Lemes da Silva. Com forte prestígio popular devido a sua renomada honradez e respeitável atuação na Revolução de 1893, Honório organizou e arregimentou tropeiros, peões, campeiros e ginetes de todos os tipos para compor suas hostes revolucionárias contra a tirania do governo borgista, organizando assim um forte levante na região, que ficou conhecido popularmente como a *Coluna Lemes*. Toda essa mobilização e adesão popular viria a render-lhe o posto de General do Exército Libertador do Oeste e o apelido de “Tropeiro da Liberdade.” Neste contexto se construiu a imagem de Honório Lemes da Silva, o humilde tropeiro que se tornou referência, não apenas pelo viés político de sua liderança, importância partidária junto aos federalistas, ou seu carisma perante a população, mas sim pelo valor de seus ideais de democracia e liberdade para com seus pares.

### **Uma tentativa de comparação**

Para pensar os dois grupos em destaque, as milícias de Aparício Saraiva e de Honório Lemes, utilizamos alguns estudos em história comparada que nos permite um embasamento e serve de parâmetro para pensarmos nosso próprio estudo. Tendo em vista que, como expõem Flávio Heinz:



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Para um certo número de estudiosos contemporâneos, a história comparada, no sentido de um conjunto claro e ordenado de procedimentos ou, aplicados a determinada situação, permitem auferir resultados concretos, não existe. (HEINZ, 2009, p. 12)

Ainda segundo Heinz, existem alguns autores que se debruçaram sobre a história comparada e a concebem sob diferentes visões. Para Marc Bloch havia um delineamento geral do método que guiariam as escolhas e buscas por causalidades e influências entre os fenômenos escolhidos. Já para Raymond Grew, a história comparada estaria muito mais vinculada a uma forma de pensar o objeto, do que propriamente um método. Enquanto para Jürgen Kocka, a dimensão subjetiva seria muito maior na história comparada, que segundo ele, responderia a quatro propósitos: heurístico, descritivo, analítico, e paradigmático, através dos quais seria possível responder questões negligenciadas ou ignoradas pela historiografia (HEINZ, 2009, p. 12-13).

Devido a isto, por muito tempo a história comparada foi alvo de poucas pesquisas, e de certa forma segue o sendo, por parte dos historiadores, seja devido à tradição inaugurada no século XIX de objetividade e singularidade dos documentos na construção histórica, que não permitiam comparações, assim como a força dos nacionalismos e o reflexo disto nos recortes escolhidos por pesquisadores (PRADO, 2005, p. 12-13). Ou ainda, devido ao complexo desafio em se fazer história comparada, o que demanda enorme erudição, tendo que se conhecer a história do objeto específico em questão e a história do objeto que se propõem a comparação. (HEINZ, 2009, p. 11)

É evidente, que existem variadas formas de ver e conceber o modo de fazer comparações. No entanto, não nos interessa aqui uma definição mais precisa daquilo que seria, ou não, a metodologia em história comparada e suas diretrizes estabelecidas, mas sim, situarmos nosso trabalho diante de alguns autores teóricos que nos auxiliaram a pensar nossa perspectiva comparatista ainda em processo de construção. A resposta chave do porque e para que utilizar a história comparada, em nosso entender, reside um pouco na idéia de Rosa Congost, segundo esta, comparamos para compreender e analisar nossa própria



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

realidade em estudo. (CONGOST, 2009, p. 46). Assim, como não se trata apenas de assumir que estamos diante de duas realidades específicas, devemos aprender a compreender cada uma delas (CONGOST, 2009, P. 52). E talvez nestes aspectos resida a grande contribuição em se optar por realizar comparações.

Ao analisarmos tanto os grupos de Aparício Saraiva, quanto o de Honório Lemes, nos deparamos com duas realidades distintas, que possuíram similaridades em seus contextos revolucionários e sociais bastante aproximados, devido aos grupos de determinado estrato social que aderiram as hostes revolucionarias de ambas conjunturas. Embora estas ainda possuam significativas diferenças, é possível coloca-las em uma perspectiva comparada, analisar ambos os grupos e compreender questões até então ignoradas, onde de certa forma, podemos iluminar certos pontos obscurecidos pela historiografia, como é o caso destes grupos marginalizados do poder e tidos como revolucionários:

Mas isto não nos exime de analisar estas decisões, decisões que podem ir muito além das leis, das instituições formais e dos canais de informação institucionalizados – que são mais fáceis de pesquisar – a respeito da vida, da terra, dos recursos, do meio ambiente, das mudanças tecnológicas, quer dizer, em torno das mudanças históricas [...] é necessário partir de uma concepção complexa e dinâmica da sociedade, dos grupos sociais e das relações que dificilmente se alcançara sem uma perspectiva comparada [...] (CONGOST, 2009, p, 55)

Tanto para Honório como Aparício, a relação de contato para com seus comandados era de fundamental importância, visto que em ambas as hostes o fator revolucionário brotava das camadas mais desfavorecidas em questão. A participação de um elevado número de homens do campo nessas contendas nos possibilita um questionamento crucial dentro dessa comparação dentre esses seguidores camponeses: Quem realmente eram esses homens? Para responder essa pergunta não basta apenas analisarmos de forma superficial tais exércitos, dizendo que eram peões, ginetes, campeiros... Devemos considerar acima de





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

tudo as causas que levaram esses homens ao sacrifício de entrar em batalha portando apenas uma lança contra um pelotão de atiradores bem equipados.

A mestiçagem dentro destas milícias também era fator importante, dada às causas de banimento social que negros e índios passaram a sofrer com as políticas de “europeização” da população latino americana em fins do século XIX e início do XX. Essas populações acabavam encontrando em ditas revoluções não só uma maneira de sublevar-se frente às injustiças sofridas pela falta de políticas públicas que as integrasse na sociedade, como também uma forma de sobrevivência frente à situação de miséria que a campanha uruguaia e rio-grandense estavam passando nos distintos momentos.

Ainda cabe colocar aqui o modo de como esses dois caudilhos atraíam tamanho número de seguidores. Analisando as situações propostas anteriormente, cabe-nos apenas uma reflexão acerca da arregimentação revolucionária e de como essa paisanada encontrava motivos para seguir tais líderes. Como vimos ambos os caudilhos possuíam grande ligação com seus comandados, um – Honório Lemes - por exatamente pertencer ao estrato social de seus milicianos, fazendo com que a interação partisse voluntariosamente, pois o entendimento de um, supostamente seria o do outro também. No caso de Aparício, essa relação se dava pela importante liderança política que o caudilho detinha frente ao Partido Nacional, destacando aí a luta por melhores condições aos trabalhadores do campo, outro fator de destaque, talvez o principal, seria a ligação direta que Aparício possuía com seus homens, pois apesar de ser um homem relativamente rico, o caudilho lutava ombro a ombro com seus homens.

Sendo assim, a comparação entre ambos caudilhos e suas milícias se torna não só um estudo de mobilização política em torno a uma luta de poder oligárquica, onde os menos favorecidos participavam apenas como mera massa de manobra para as aspirações políticas dos mencionados chefes, trata-se acima de tudo de um estudo acerca da sociedade rural a que pertencia estes dois homens, que permeava suas decisões e acima de tudo, que os seguia em suas ações. Cabe ressaltar também, que estes indivíduos ao aderirem aos contextos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

revolucionários e se colocarem contra o poder situacionista incorporaram em sua auto-imagem aquilo que o historiador britânico Eric Hobsbawm caracteriza como *bandido social*:

O banditismo social constitui um fenômeno universal, encontrado em todas as sociedades baseadas na agricultura (inclusive nas economias pastoris) e compostas principalmente de camponeses e trabalhadores sem terra, governados, oprimidos e explorados por alguém: por senhores, cidades, **governos** (...) (grifo dos autores – HOBBSAWM, 2010; P. 39).

Ainda segundo Hobsbawm, qualquer homem que age contra o Estado se trata de um bandido, não importando a que estrato da sociedade este homem está ligado. Além de atuar na forma de oposição frente a máquina governamental, enquanto “bandido” para os governantes, continua mantendo seus laços arraigados a sua origem, tornando-se assim, uma espécie de “herói” para com seus. Com isto, atuando como heróis sociais, capazes de promover a justiça para alguns, e bandidos promotores da desordem social para outros:

O principal com relação aos bandidos sociais é que são proscritos rurais que o senhor e o Estado encaram como criminosos, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, que os considera como heróis, campeões, vingadores, pessoas que lutam por justiça, talvez até mesmo vistos como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e sustentados. (HOBBSAWM, 2010, p.36.)

Justamente por assumirem perante o poder legal a imagem de bandidos, foras da lei, estes indivíduos necessitam ser colocados a margem da sociedade e são encarados como, conforme indica Norbert Elias, *outsiders*, por aqueles que se reconhecem enquanto *estabelecidos*. Este último, um grupo de maior poder em determinado contexto e que pensa a si mesmo como humanamente superior, e estigmatiza o grupo *outsider* como um grupo de pessoas de menor valor humano.

Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo (ELIAS, 2000, p.24)

Estes indivíduos que aderiram à luta revolucionária junto a Aparício, eram estigmatizados justamente por pertencerem a camada campesina, visto que ficavam do lado oposto a política progressista e anti-rural do *batllismo*, portanto se colocando como “os de fora”. Pois para o presidente Batlle não havia razões para o Uruguai ter "dois governos" um com sede em Montevideu e capitaneado por ele mesmo, e outro governo no interior, capitaneado por uma elite pecuarista - que não aceitava tais decisões progressistas - alicerçada justamente na ruralidade e no seu "modus vivendis". Já no caso da Coluna de Honório Lemes, estes homens eram concebidos pelo poder como um bando de bandidos desordeiros, bandoleiros sem objetivos ou ideais políticos, imbuídos em uma luta que apenas queria desestabilizar a ordem no Rio Grande do Sul, algo extremamente caro aos *castilhistas-borgistas*<sup>5</sup>. Para Borges de Medeiros e o PRR, não havia espaço para a oposição política no estado, que deveria ser exclusivamente comandado pelos republicanos.

Também em ambos os casos, as lideranças apresentavam características peculiares que lhe garantiam enorme prestígio local. Pelo fato de exercerem grande liderança local, formaram verdadeiros exércitos onde a maior patente era o respeito, o que lhes garantia tamanha adesão de combatentes, guerreiros estes que não passavam de desordeiros, e homens sem valor, aos olhos dos governistas. Para Hobsbawm essa liderança é a ideal, pois os homens que exercem a autoridade são cidadãos naturais do lugar e operam em situações sociais de extrema complexidade; outro fator importante para o historiador britânico combinado a naturalidade do líder, é o conhecimento do local onde se atua, pois no caso em questão, esse conhecimento dava imensa vantagem ao caudilho, pois uma manobra bem executada colocava o bando não só fora do campo de visão do inimigo, como também fora do campo de atuação, no caso de transpor a fronteira limítrofe entre países vizinhos. (HOBSBAWM, 2010, p. 41)

---

<sup>5</sup> Ver mais: DAL FORNO, Rodrigo; DOBKE, Pablo. A construção da imagem dos "bandoleiros" maragatos através das páginas do jornal A Federação. In: **Anais do II Seminário de História Política: Olhares além das práticas**. Rio Grande: Pluscom, 2011. p. 702-725.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

### **Considerações finais.**

Como já exposto, este artigo é resultado de uma pesquisa preliminar, a qual carece ainda de inúmeras discussões e reflexões, contudo cabe-nos afirmar a necessidade de maiores estudos acerca da formação dessas guerrilhas e sobre principalmente quem eram essas pessoas envolvidas nas contendas de 1904 e 1923, qual era o seu papel na sociedade e o que os levava a tomar tal atitude de aderir à luta armada. Citamos exemplos de homens comuns, trabalhadores rurais, que repentinamente se vêem diante da necessidade de sublevar-se contra aqueles que oprimem a si mesmo e a seus pares, com isso tornando-se modelo marginal, contraventor e fora da lei. Nos propomos a iniciar alguns apontamentos e reflexões sobre temas ainda pouco explorados pela historiografia e que carecem de pesquisas, não somente em uma perspectiva comparada, como nos demais vieses que este tema tão amplo venha a nos permitir.

### **Referências Bibliográficas**

- AXT, Günter. Coronelismo Indomável: o sistema de relações de poder. In: Günter Axt; Ana Luiza Setti Reckziegel. (Org.). **História Geral do Rio Grande do Sul. República Velha (1889-1930)**. 1 ed. Passo Fundo: Méritus, 2007.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- CONGOST, Rosa. Comparação e análise histórica: reflexões a partir de uma experiência de pesquisa. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.
- CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- DAL FORNO, Rodrigo; DOBKE, Pablo. A construção da imagem dos "bandoleiros" maragatos através das páginas do jornal *A Federação*. In: *Anais do II Seminário de História Política: Olhares além das práticas*. Rio Grande: Pluscom, 2011. p. 702-725.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973.
- FERREIRA FILHO, Artur. *Revoluções e caudilhos*. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1986.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1987.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -**

GONZALEZ, Luis Rodolfo; RODRIGUEZ VARESE, Susana. *Guaranies y Paisanos: Impacto de los indios misioneros en la formacion del paisanaje*. Nuestras Raíces N° 3. Montevideú: Nuestras Tierra, 1990.

HEINZ, Flávio M. Elites, estado y reforma en Uruguay y Brasil meridional: castilhismo y batllismo en perspectiva comparada. El caso de las elites de Rio Grande do Sul en la transición del siglo XIX al XX. In: REGUERA, Andrea. (Org.). *Los rostros de la modernidad - vías de transición al capitalismo. Europa y América Latina, siglos XIX y XX*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2006, p. 112-135.

HEINZ, Flávio M.; KORNDÖRFER, Ana Paula. Comparações e comparatistas. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

HOBSBAWM, Eric. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *Repensando a história comparada da América Latina*. Revista de História, Universidade de São Paulo. N. 153, 2005.

SANTOS, Mariza E. Simon dos. *Honório Lemes: Um líder carismático – relações de poder no Rio Grande do Sul 1889/1930*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

SOUZA, Mara Regina Miranda de. *Rosário do Sul através do tempo: apontamentos de Mário Ortiz de Vasconcellos*. Porto Alegre: Alcance, 2004.

TELLES, Jorge. *Honório Lemes: as revoluções de seu tempo*. Rosário do Sul: Saran, 2002.

UMPIÉRREZ, Alejo. *La forja de la libertad*. Montevideú: Ediciones de La Plaza, 2006.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **OUTSIDERS, CORES E RABISCOS: UMA PEQUENA TRAMA HISTÓRICA SOBRE GRAFISTAS URBANOS DE SANTA MARIA-RS**

Rodrigo Nathan Romanus Dantas\*

Em Santa Maria-RS, os grafismos urbanos ganham cada vez mais espaço no mar de signos que é a cidade. Eles podem ser vistos como a expressão de um estilo de vida urbano pós-moderno. A rapidez dos jatos de tinta e das colagens que imprimem um caráter tribal/selvagem em meio à funcionalidade da ordenação significa do cenário urbano; a correria nas madrugadas, a postagem de fotos e vídeos de suas ações na web e as rápidas transformações da cidade que sobrepõem mais e mais signos fazendo com que tudo pareça volátil, sem garantia de permanência, são alguns dos vários elementos que imbricam essa relação entre o grafista e a cidade. Em meio a isso, um convite ao *flanêur*: ver não apenas materialmente as marcas deixadas pelos grafistas (tinta sobre uma superfície), mas o que há de mais molecular ou invisível *entre* uma grafitada e outra. Ao nos depararmos com um grafismo, paremos uns minutos e nos questionemos: Quem será o grafista? Que significado tem para ele o ato de grafitar/pichar? Que valores permeiam a prática? Como e com quem aprendeu as técnicas? Estava sozinho ou em bando? O que vestia? Como os leigos e as autoridades o encaram?

A partir de entrevistas<sup>1</sup> com grafistas urbanos de Santa Maria-RS (realizadas entre 2007 e 2011) e de outros indícios (jornais; revistas; fanzines; sites; pesquisas...), além da observação empírica e do convívio cotidiano com estes e outros grupos desviantes, procuro orientar o presente artigo no seguinte sentido: 1) esboçar uma pequena *trama*, historiando fragmentos de

---

\* Graduando do curso de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: romanusdantas@gmail.com

<sup>1</sup> Entrevistas realizadas pelo autor com os (as) grafistas Pops (17/08/2007); Braziliano (19/05/2008) e Toxic (26/08/2011). As demais (com os grafistas Doop; Pastel; Braziliano; Insone e Vagal) foram feitas pelo jornalista Eduardo Miranda Ramos em seu trabalho de final de graduação, *Mídia alternativa em Santa Maria: um olhar sobre o grafite e seus atores sociais*, pela UNIFRA, em 2010.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

manifestações dos grafismos urbanos em Santa Maria. 2) Com base em categorias desenvolvidas pelo sociólogo Howard Becker em *Outsiders*, que dão os contornos de uma teoria interacionista do desvio, descrever e analisar como os grafistas urbanos constroem *carreiras desviantes*. 3) Refletir sobre as possibilidades e limites deste processo investigativo.

A noção de *trama*<sup>2</sup> esboçada por Paul Veyne no início dos anos setenta é aqui tomada de empréstimo. Em meio ao colapso dos metarrelatos da modernidade, ela ainda vem bem a calhar, pois contribui para a flexibilidade na constituição de um objeto de pesquisa/problema em história e na forma de escrever, ou seja, para desenraizá-la dos cânones. O norte da presente estudo provém, por exemplo, da sociologia do desvio<sup>3</sup>: como os grafistas urbanos de Santa Maria constroem carreiras desviantes<sup>4</sup>. Assim, a proposta é também a de borrar as fronteiras disciplinares e traçar o esboço de uma ciência nômade

---

2 Os fatos não existem isoladamente, nesse sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e acasos; de um corte de vida que o historiador tomou, segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa. (VEYNE, 1995, p.28.)

3 Tomaremos como referência a teoria interacionista do desvio de Howard Becker. Segundo o autor, o desvio reside na interação entre alguém que comete um ato e aquele(s) que a ele reage(m): “*grupos sociais criam desvio ao fazer regras cuja infração constitui desvio*, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio *não é* uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um 'infrator'. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal.” (BECKER, 2008, p.22.)

4 Becker propõe uma reflexão sobre os casos de adesão intencional de indivíduos a padrões de comportamento desviantes. Existem *carreiras desviantes*, que se apresentam como possibilidades alternativas às *carreiras convencionais*. A análise da adesão e desenvolvimento de *carreiras desviantes* é feita pelo autor a partir de um modelo sequencial que envolve aprendizados específicos e não somente atos isolados e eventuais acusações. Dentre as categorias de desviantes estudadas pelo autor está a dos usuários de maconha (“maconheiros” é o rótulo mais frequente). Seu comportamento tem os significados e as motivações socialmente configurados e o aprendizado de técnicas e interpretações constituído ao longo da carreira. Segundo Becker, chegar a usar maconha por prazer envolve uma sequência de experiências que inclui 1) o aprendizado das técnicas de fumar 2) a identificação dos efeitos e a atribuição desses efeitos ao uso 3) a redefinição das sensações como prazerosas, visto que, o autor reforça a questão de a experiência física do uso da maconha ser ambígua e só ser transformar em algo prazeroso através de sequências de aprendizados diretos e indiretos. 4) Para progredir do estágio de usuário iniciante para o de ocasional e deste para o de usuário regular, não basta apenas sentir prazer em fumar, mas escapar de uma série de pressões sociais. 5) Através do convívio com outros usuários são desenvolvidos valores, justificativas e representações que justifiquem o uso, bem como táticas de aquisição do produto.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

(sinônimo de hibridação e pós-modernidade), uma daquelas que Néstor Garcia Canclini chama de estratégias para entrar e sair da modernidade. É nesse sentido que buscaremos ao final uma reflexão sobre as possibilidades e limites deste processo investigativo.

### **Outsiders**

De acordo com a legislação federal (artigo 65 da lei 9605/98), o ato de pichar ou grafitar é enquadrado como vandalismo e crime ambiental. A pena prevista é de detenção, que pode ser de três meses a um ano, além de multa<sup>5</sup>. Paralelo à lei que define os grafismos como infração, o aparente vazio de significado de inscrições como “FPK”; “QQ1”; “LCA” e dos alfabetos criados pelos grafistas urbanos de Santa Maria também reforça o teor de desvio, pois transgredir a ordenação significa funcional da cidade, o sistema comum de apelações, o que tende a causar estranhamento em muitas pessoas e, talvez, seja um dos principais fatores de indução a rotulações que se ancoram no argumento de que os grafismos representam poluição visual, além de vandalismo (juntamente com a grande presença de noções binárias entre o senso comum<sup>6</sup>). Essas são algumas das interações nas quais emerge a rotulação de desviantes (*outsiders*) aos grafistas (nesse caso, infratores; vândalos ou poluidores visuais) de acordo com a definição de desvio proposta por Becker.

### **Os nós da trama**

Elencamos alguns marcos para orientar nossa pequena trama. Em certos trechos das narrativas dos entrevistados encontramos referências à presença de grupos que andavam de skate e/ou ouviam rap e/ou hardcore pelas ruas de

---

5 <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2651509/art-65-da-lei-de-crimes-ambientais-lei-9605-98> (acessado em 30/06/2011)

6 Ver <http://www.youtube.com/watch?v=sWZyGISQbOM> (acessado em 30/06/2011). Trata-se do documentário *Spray: uma cultura viva em Santa Maria (parte 2)*, realizado pelo curso de Comunicação Social da UNIFRA, através do qual é possível acessar algumas representações e acusações dos leigos e da polícia em relação aos grafismos e grafistas da cidade. O processo de acusação/rotulação (logo, invenção) dos desviantes ganha corpo quando tornado público, sustentado por especialistas que têm seus interesses em jogo (pedagogos; comunicólogos; policiais; artistas...) e, principalmente, quando institucionalizado sob a forma de uma agência/órgão específica (como no caso da implantação do disque pichação em Porto Alegre em 2006). Podemos acessar acusações de especialistas através da reportagem *O “pixo” ta na rua* publicada no caderno Mix, p. 6, jornal Diário de Santa Maria, 17 e 18 de junho de 2006.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Santa Maria em meados da década de 1990. Pichações e graffitis eram quase inexistentes na cidade até o ano de 2001. Os relatos apontam que, a partir de então, mais especificamente, de uma oficina de graffiti ministrada pelo grafiteiro Trampo, de Porto Alegre, houve a proliferação dos grafismos e dos grupos de grafistas (as criev's: FPK; Latinos; Ploc; Qualquer1; ASK; LCA; Urbanos...) em Santa Maria. Com a expansão das atividades, ampliaram-se também os estilos e referências dos grafistas e dos grafismos para além do trinômio skate-rap-hardcore, principalmente a partir de 2005, quando as conexões via web passaram a ser cada vez mais frequentes entre eles. A academia também passou a dialogar mais com a temática (maior presença de grafistas nas universidades). Em 2009 um deles criou a loja virtual Subsolo Art, que deu um novo impulso aos grafismos ao disponibilizar materiais (tintas; sprays, caps...) diferenciados a baixo preço, além de ser um espaço de postagem de vídeos e fotos. Temos então uma segunda geração ou fase, segundo alguns grafistas, em expansão até hoje.

### **O aprendizado das técnicas**

Em meados da década de 1990 havia um pessoal que andava de skate perto da prefeitura de Santa Maria (Parque Itaimbé, no centro da cidade), ouvia hardcore e rap. Em meio a isso, Braziliano diz que quase não havia grafismos. Lá de vez em quando, a cada seis meses, é que surgia um nome de banda num muro aqui, um símbolo da anarquia acolá, e mais nada. No entanto, ele ressalta que isso já era reflexo de uma vontade de livre expressão, mesmo que de forma incipiente.

Segundo Braziliano e Pastel, um elemento decisivo no incentivo a um maior fluxo dos grafismos em Santa Maria foi a vinda de Trampo, conhecido grafista de Porto Alegre, para ministrar uma oficina de graffiti, em 2000. A prefeitura cedeu um dos muros da estação ferroviária para a atividade. Os graffitis foram feitos de forma coletiva. Braziliano dá uma ideia de como foi essa experiência:



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

“A gente pintou todo mundo junto. Ninguém tinha muita perspectiva do que era. Foram os primeiros desenhos com cor e... Como todo mundo tinha, meio assim, receio, ninguém fez trabalhos grandes. Todo mundo fez coisas pequenas, pela 'psicologia de primeira vez'. Fazendo acanhado. E ele (Trampo) vinha e tal... Ajudou. Fez toda a base. Ele completava os desenhos, fazia os fundos coloridos, fazia a junção para não ficar tão... Pra manter a composição.”<sup>7</sup>

A oficina ajudou a puxar o gatilho da criatividade. Os vários desenhos pequenos e acanhados, sendo ligados pelos jatos de tinta lançados por Trampo, ganhavam um ar de pertencimento a um conjunto que tinha na multiplicidade sua razão de ser. A nova experimentação fez com que muitos participantes abrissem a casca do receio e da timidez, dando vazão a esse fluxo inventivo/transgressor pelas ruas de Santa Maria. Além disso, o encontro entre Brasileiro, Pastel e Trampo rendeu boas parcerias, sendo que este chegou a voltar mais vezes à cidade para trocarem ideias, beberem e desenharem rua a fora. Pastel também relata que foram a Porto Alegre várias vezes para o mesmo fim. A partir desse pontapé inicial, Brasileiro e ele passaram a correr atrás de material para se informarem mais sobre o assunto (revistas; fanzines; vídeos...). Nessas andanças, cruzaram caminho com Pops. A garota fala sobre esse encontro: “E aí eu conheci o Pastel. Eu vi aquilo ali (o lance do graffiti) e fiquei pilhada também. E a mente começou a fluir cada vez mais, mais e mais ideias. E o cara (ela e Pastel) começou a querer se informar. Mas isso aí começou ele e o Brasileiro. E aí eu ia me informando do meu jeito...”<sup>8</sup>

Da oficina havia ficado além dos efeitos do empurrão inicial, as tintas e rolos. Brasileiro comenta: “Ele (Trampo) veio e passou essa atmosfera de possibilidades urbanas (...). Eu, o Pastel e a Pops continuamos a partir dos materiais que sobraram dessa pintura. Daí a gente começou a utilizar. A gente se encontrava: 'E aí, vamos pintar?’”<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Brasileiro em entrevista ao autor em 19/05/2008.

<sup>8</sup> Pops em entrevista ao autor em 27/08/2007.

<sup>9</sup> Brasileiro, 2008.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Segundo Brasileiro, era complicado fazer *tag* nas primeiras andanças. *Tag* é um tipo de assinatura, uma marca feita rapidamente com caneta. Para fazê-lo é necessário uma cuja tinta fixe no concreto e que ao atrito resista. Ele diz que as encontradas nas livrarias são caras e estragam facilmente, não duram nem três *tags*. Essa adversidade fez com que eles desenvolvessem artesanalmente suas próprias canetas. Os grafistas enchem de tinta tubos de tintura para sapato (“nuggets”) ou de filme fotográfico ou de creme, cobrindo o orifício por onde ela sai com pequenos pedaços de carpete velho (feltro). Pops foi uma das precursoras da prática de colagem de *lambe-lambe* (desenho em papel, geralmente jornal, para colar pela cidade) que também exige gambiarras como a mistura de maisena e água para fazer a cola. Mais tarde foram desenvolvidas as técnicas de camuflagem; de subir no alto de prédios e até mesmo de pintar de cabeça para baixo. Com o tempo, a internet passou a servir como ferramenta para o aprendizado, aprimoramento e divulgação das técnicas juntamente com a constante prática e vivência na rua.

### **O gosto pela rua**

Antes de começarem suas carreiras de grafistas, Brasileiro e Pastel já faziam parte de uma cultura desviante, tendo a rua como palco de vivências. Aquele conta que: “Já estava acostumado com essa questão de o quê se escuta, as músicas, essa cultura, por assim dizer, underground: o quê que você escuta, onde é que você vai e tal, o quê você frequenta, os problemas que você tem na rua por causa do skate, por exemplo, a polícia e tudo o mais.”<sup>10</sup> Skatistas e bikers também são elementos desviantes, assim como os grafistas, frequentemente são rotulados de vândalos e baderneiros.

Além do aprendizado das técnicas, esse gosto pela rua talvez seja outro elemento fundamental para alguém se tornar um grafista urbano, aparecendo em muitos momentos nas narrativas. “Antes do graffiti tem a rua. Antes de tudo

---

<sup>10</sup> Idem.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

eu sou uma pessoa da rua. Na parede colocamos uma perspectiva 2D, mas nós estamos vivendo aquilo”<sup>11</sup>, diz Brasileiro. Pastel expõe:

“Na rua posso ser o que eu quiser. Assinar um nome hoje e outro amanhã (...). É que nem cachorro que mijar por aí. Eu marco por onde eu passo. Quando tu passar pela tua marca de novo, tu vai lembrar que em outro dia, outra hora, tu estive por ali e vai lembrar de toda uma situação. É algo muito mais pra mim que para os outros.”<sup>12</sup>

Toxic argumenta que a maioria das pessoas age com autômatos e, diferentemente, ao viver a rua “tu acaba conhecendo muita gente diferente e começa a perceber as coisas (...) uma posição mais humana de viver, mais física, mais emocional.”<sup>13</sup> Vagal coloca “nada supera uma vivência observador-analítica na rua.”<sup>14</sup> Doop diz que a web serve para pegar referência de estilos e técnicas, “mas não pode se limitar à internet porque não é ali que esta a realidade. Não é ali que está o grafite. O grafite está na rua.”<sup>15</sup>

### **Hibridação.**

Outro aspecto muito importante e bastante frisado por Brasileiro é a questão da relação entre as músicas que eles ouviam e seu inicial contato com a rua:

“Assim ó cara... Começando pelo Pastel, isso é coisa particular dele, ele contando assim que, na época, nos anos 90, ele escutava *Beastie Boys*. E o *Beastie Boys* teve muito essa experimentação. Experimental: essa questão do rap, do jazz e tudo o mais. E aquilo meio que, uahh!!!, dava uma abertura se o cara era meio bitolado... Eu venho de uma adolescência hardcore. Escutava muito hardcore, tipo: *Ratos de Porão*; *Bad Brains*... Um hardcore um pouco mais sujo. Pois bem, eu vim disto. Ele veio um pouco mais do rap (...) O *Beastie Boys* abrindo essa perspectiva dele, também ouvindo outros... A mesma coisa pra mim também. Depois que fiquei mais velho, a gente foi entrando em outras possibilidades musicais.”<sup>16</sup>

---

11 Brasileiro em entrevista ao jornalista Eduardo Miranda Ramos em 19/05/2010.

12 Pastel em entrevista ao jornalista Eduardo Miranda Ramos em 19/05/2010.

13 Toxic em entrevista ao autor em 26/08/2011.

14 Vagal em entrevista via e-mail ao jornalista Eduardo Miranda Ramos em 21/05/2010.

15 Doop em entrevista ao jornalista Eduardo Miranda Ramos em 21/05/2010.

16 Brasileiro, 2008.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Podemos observar que no encontro entre Brasileiro e Pastel, na confluência entre o experimentalismo do *Beastie Boys*, o rap e o hardcore, temos a prática do skate e o gosto pela rua. É basicamente do trinômio skate-rap-hardcore que surge a possibilidade de darem início à carreira de grafistas. No entanto, os grafistas também são atravessados por outras mesclas culturais ao longo do desenvolvimento de suas carreiras.

Através das mídias que eles consomem e de outras atividades que desenvolvem, podemos apontar alguns desses cruzamentos. Pops corta cabelos, desenha e costura roupas (*haute couture*), incorporando elementos da moda (mas com discurso “antimoda”) e algumas pautas feministas heterodoxas (em tom de deboche das mocinhas de “bons modos”) em seus grafismos. Brasileiro carrega reflexos dos sites de moda e design, como Sneakers Br e The Hype Br, que costuma acessar. Pastel consome pornografia com frequência e também busca trabalhar os grafismos dentro da academia, em sua graduação no curso de Artes Visuais da UFSM. Vagal, que hoje mora em São Paulo, transita entre o graffiti e a fotografia (é fotógrafo freelancer), acessa com frequência o site Flickr e caracteriza seu trabalho como portador de uma essência irônica/pornô. Instone, é operador de estoque, acha a publicidade apaixonante e, através da Subsolo Art (sua loja virtual), vivencia e incorpora os grafismos no circuito comercial (além da rua) pelo viés de redes colaborativas.

As “outras possibilidades musicais” às quais Brasileiro faz referência acima também demonstram como os meandros da constituição das carreiras desviantes são fluídos (assim como a permanente e cambiante (des) constituição do eu<sup>17</sup>), pois à época da entrevista (2008) ele já estava explorando outros estilos musicais além do hardcore e do rap e, atualmente (2011), além de

---

17 A identidade plenamente unificada é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os processos de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados com uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006. p.13).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

grafista e designer é baterista da Pele de Asno, uma banda experimental que não cabe em rótulos<sup>18</sup>.

A hibridação também é perceptível nas vestes. A maioria dos grafistas urbanos usa roupas largas, boné/capuz e cabelo raspado, como é o caso de Pastel. No entanto, como em Santa Maria o fenômeno dos grafismos urbanos é atravessado por várias matizes culturais, podemos perceber uma pluralidade nas formas de vestir. Brasileiro usa roupas mais justas, camisetas listradas, camisas xadrez, óculos colorido, cabelo *Black Power*. Pops e outras grafistas desenham, customizam e vendem suas próprias roupas e acessórios que lembram a estética *pin-up*. Existem também alguns membros do Levante Popular da Juventude que se utilizam dos grafismos (principalmente *stencil*) como forma de protesto, predominando entre eles a barba cerrada, bolsas tiracolo e camisetas com referências a movimentos/ideias/ícones das culturas de militância socialista e/ou anarquista. Alguns punks (calças justas; jaquetas crivadas de rebites e pet; coturno; moicano...) também fazem incursões pelos grafismos, principalmente através da colagem de *fanzines* pelos muros da cidade.

Temos também o que talvez possamos chamar de desenvolvimento de carreiras desviantes concomitantes, visto que muitos grafistas também são usuários regulares de drogas ilícitas (maconha, principalmente). A interlocução das carreiras é perceptível em certos grafismos, principalmente os da zona oeste de Santa Maria (Tancredo Neves; Santa Marta...), através dos quais é levantada a questão da descriminalização da maconha juntamente com apelos de paz e amor. Outro exemplo é a adoção da assinatura Toxic que, segundo ela, tem influência direta do uso de drogas.

Os cruzamentos culturais são muitos, são rizomáticos, ou seja, em linguagem deleuzeana, são tecidos pela conjunção “e e e...”; fazem um

---

18 Ver [http://www.youtube.com/watch?v=jFw4qS5SR\\_o](http://www.youtube.com/watch?v=jFw4qS5SR_o) (acessado em 30/06/2011). Trata-se de uma coletiva com a Pele de Asno após apresentação da banda no Macondo Circus 2009. Através dela podemos captar outras mesclas culturais. Em certo momento Brasileiro diz em tom de incerteza: “... a gente não toca o rock n' roll... mas a gente vive o rock n' roll... mas ao mesmo tempo... a gente é pop? É uma incógnita.”



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

“movimento transversal” como um “riacho sem início nem fim”. Para Canclini, o graffiti é um gênero impuro, ou seja, híbrido por excelência (assim como as histórias em quadrinho).

O grafite é um meio sincrético e transcultural. Alguns fundem a palavra e a imagem com um estilo descontínuo: a aglomeração de signos de diversos autores em uma mesma parede é como uma versão artesanal do ritmo fragmentado e heteróclito do *videoclipe* (...). É um modo marginal desinstitucionalizado, efêmero, de assumir as novas relações entre o público e o privado, entre a vida cotidiana e a política.

Em meio à profusão de processos de significação e representação cultural que apontam para uma intensificação das relações sociais e novas interações entre global e local<sup>19</sup>, a habilidade *pastiche* e a *bricolagem* de signos, práticas e artefatos diversos parecem ser outros dos elementos inevitáveis pelos quais perpassa a constituição da carreira de grafista.

### **Bandos e conexões**

Os grafistas geralmente formam bandos chamados *criew/kriew/crew/criu*. O vínculo social (amizade, parceria...) e o interesse pelos grafismos são os elementos em comum apontados por eles que dão os contornos da definição. No princípio (2001), o bando de Brasileiro, Pastel e Pops adotou a sigla *PSC* (Prefis Style Criew), referentes ao pessoal que andava de skate nas redondezas da prefeitura. Prefis, uma gíria em alusão aos arredores da prefeitura; Style (“istaili”, sem preocupações com a pronúncia) de estilo; e Criew por se tratar de um bando de grafistas. O pessoal chegou até mesmo a fazer camisetas com a sigla que os identificava como tal.

Braziliano conta que Pops colava *stickers* (pequenos adesivos artesanais) com a sigla *PSC* nos muros do centro, principalmente na antiga reitoria da

---

<sup>19</sup> A globalização se refere essencialmente a este processo de alongamento, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredam através da superfície da Terra como um todo. A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa.” (GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.p. 69.)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

UFSM. Certo dia os dois observaram que começaram a aparecer alguns *stickers* com a assinatura *Camobis Criew*, que, certamente, não eram colados por eles. Tratava-se de uma outra *criew*, formada por grafistas do bairro Camobi. Os grupos acabaram se conhecendo, trocando idéias e, mais tarde, saindo juntos em algumas ocasiões para graffitar, o que levou à fusão dos mesmos. Segundo Pops, eles nortearam a escolha do nome da nova *criew* no seguinte sentido: “do que é que a gente não gosta?”. Polícia, resposta unânime. Surgiu então o *Foda-se a Polícia Kriew* ou *Fuck Police Kriew*, o *FPK*.

A partir daí a sigla *FPK* começou a aparecer de várias formas, cores e tamanhos, acompanhados ou não de algum desenho, em vários pontos da cidade, desde o centro, onde tem a maior concentração de grafismos, até bairros. Alguns dos integrantes também começaram a filmar suas ações. Pastel conta sobre uma filmagem feita em parceria com Alemão Doze, também da *FPK*, no bairro Camobi:

“Fui pra casa dele e esperamos até umas três da manhã e saímos. Ele levou uma filmadora boa que ele tinha e escolhemos um pico (lugar). A partir disso ele criou um clip pra divulgar pra galera. Era aquela cena com outras, um mini DVD da *FPK* pra mostrar pra galera. Até descobrimos que já estavam pirateando e vendendo em Porto Alegre. Hoje já está no Youtube<sup>20</sup>, é só procurar (...). Mas nem me importo mesmo. Está valorizando o trabalho. Faz conexões, cria elos. Muita gente vai conhecer.”<sup>21</sup>.

Depois da *FPK* surgiram outras *criews* (*Ploc; Latinos; Qualquer 1; ASK; LCA; Urbanos...*), outras atividades como a confecção de roupas e de cadernos com *tag's* e desenhos estilizados; a produção de stencil e fanzines. Insone deu início à carreira em 2004, integrando a *Qualquer 1* ou *QQ1*. Doop é integrante da mesma *criew* e começou em 2005: “Eu estava no Rio de Janeiro e minha prima me cantou um rap. E, quando fui procurar sobre a música, encontrei um site que falava sobre graffiti. Comecei sozinho. Aí quando voltei pra Santa Maria

---

20

<http://www.youtube.com/watch?v=MCrlzxAjklg&feature=autoplay&list=PLAA56EA7E4F3A0863&index=5&playnext=2> (acessado em 30/06/2011)

21 Pastel, 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

vi que havia uma cena bem legal.”<sup>22</sup> Toxic, ao ingressar na UFSM, em 2008, conheceu muitas pessoas, entre elas, alguns grafistas da crew LCA (Lá na Casa da Árvore) com os quais passou a conviver cotidianamente. Ela começou a se interessar pelos grafismos e, com muito incentivo do pessoal, passou a colocar na rua (através de *stickers*) os desenhos que já fazia e que, até então, não tinha coragem de expôr. Toxic também comenta que o nome da crew foi dado em homenagem a uma academia abandonada, localizada num beco, rodeada de árvores em meio a vários prédios, “um lugar no centro de Santa Maria em que a galera se reunia pra beber, fumar um e tal.”<sup>23</sup>

Os intercâmbios intensificaram-se a partir de 2005, com o aumento das conexões via web. Braziliano comenta também que, através da grafiteagem de trens, grupos de lugares distantes podem se comunicar e divulgar seus trabalhos. Por meio do fotolog e do MSN, os grafistas já se conectaram com um pessoal de São Paulo e viajaram até lá para pintarem juntos.

A segunda geração ou fase dos grafismos urbanos em Santa Maria começa em 2009, segundo alguns grafistas, com a criação da Subsolo Art, que potencializou o fluxo ao disponibilizar materiais (tintas; sprays, caps...) diferenciados a baixo preço, além de ser um espaço de postagem de vídeos e fotos. Insone narra:

“Acontece que aqui na cidade não encontramos material pra pintar. Tínhamos que ir a outras cidades pra encontrar materiais diferenciados a um bom preço. Eu quis material pra fazer meus trabalhos, mas não podia trazer só pra mim, é muito caro e egoísta, porque se só eu tiver o material, o único trabalho na rua vai ser o meu. Não! Eu quero ver o trabalho de mais pessoas. O site inicialmente se chamava Flow Ink. Eu quis investir pra montar uma loja mesmo. E hoje estou vendendo para todo o Brasil. Muito mais do que Santa Maria em si. Por haver outro site com esse nome, eu mudei para Subsolo Art ([www.subsoloart.com](http://www.subsoloart.com)). Aí já pensei num site que fosse mais que uma loja. Queria algo que todos pudessem contribuir. A loja é virtual. Não tenho loja física porque a cidade ainda não suporta esse mercado. A internet tem me ajudado muito a vender. Logo quero estar revendendo grandes quantidades de

---

<sup>22</sup> Doop, 2010.

<sup>23</sup> Toxic, 2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

produtos. A galeria de fotos é bem democrática. Esse material é enviado por usuários cadastrados no site. São fotos de todas as regiões do país, cidades que tu nem imagina que existe têm uma cena forte de grafite.”<sup>24</sup>

Das simples junções em bandos nas ruas à entrada dos grafismos no circuito comercial a partir de uma lógica de redes colaborativas, talvez possamos apontar o desenvolvimento daquilo que Michel Maffesoli chama de *ideal comunitário* ou *comunitarismo*, a emergência sutil de valores alternativos (de contornos imprecisos) à racionalização engendrada pela modernidade, corporificados numa socialidade frívola, passional, desejante, voltada para o presente, para o cotidiano, definida pela conjugação de arcaísmo e novas tecnologias<sup>25</sup>. E nesse sentido, fazer alianças com outros grafistas através das crews e buscar conexões diversas (trens, web...) também são elementos que tendem a reforçar os três anteriores na construção da carreira: o aprendizado/aprimoramento das técnicas; o gosto pela rua e os processos de hibridação.

### **Sentidos, valores e regras**

A experiência física do ato de graffitar/pichar também é ambígua, assim como Becker se refere a do uso da maconha, e, geralmente, só se transforma em algo prazeroso através dos meandros das experiências. A adrenalina decorrente dos vários tipos de perigos aos quais está sujeito o grafista podem estimulá-lo ou o contrário, inibi-lo no desenvolvimento de sua carreira. Quem é pego pela polícia está sujeito não só a pagar multa, segundo Pastel, mas a ter o rosto/cabelo pintado pelos policiais mais truculentos ou tomar uma surra. Cair de um prédio durante uma escalada pode colocar a vida em risco. Graffitar/pichar trens pode chamar a atenção de seguranças que não exitam em atirar.

Além de sentir prazer em graffitar/pichar os grafistas desenvolvem técnicas para escapar às pressões sociais, como esconder o bico/gatilho do spray

---

<sup>24</sup> Insone, 2010.

<sup>25</sup> Ver MAFFESOLI, 1995. p. 14-15.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

para não ter o rosto pintado no caso de ser pego por policiais truculentos. Quanto aos compromissos convencionais (estudos, trabalho, família...), os grafistas entrevistados não encontram grandes dificuldades em conciliá-los com as atividades desviantes. Os grafismos estão presentes no trabalho de Brasileiro, Insone e Vagal (designer; microempresário e fotógrafo, respectivamente). Pastel incorpora os grafismos no meio acadêmico, assim como Toxic, que fala abertamente sobre o assunto em casa com os pais e no trabalho num hospital, mas sempre tomando cuidado para não entrar em atrito. Através das narrativas podemos perceber que a correira em torno das atividades convencionais cotidianas é que em certos momentos pode atrapalhar o fluxo de produção dos grafismos.

Todos os grupos sociais carregam alguns valores que justificam sua práticas. Cada grafista desenvolve um repertório de justificativas que transitam entre o gosto pelo desenho, pela aventura e pelos riscos; o gosto pelas cores e desejo de deixar o cenário urbano menos sério; causar incômodo; fazer as pessoas pararem para pensar; protesto e/ou agressão contra o sistema e/ou governo; vontade de livre expressão; demarcar território; busca por *status*...

No caso dos grafistas urbanos de Santa Maria, o respeito entre as crews é um elemento apontado por Pops, Pastel e Toxic como sendo diferencial em relação a outras cidades (como Porto Alegre ou São Paulo, onde há casos de agressões e brigas entre elas). É comum elas frequentarem os mesmos lugares e saírem juntas para pintar. No entanto, Doop ressalta que, desde 2009, vêm ocorrendo algumas disputas, como para ver quem pinta no lugar mais alto, e que em meio a isso alguns grafistas e crews começaram a se afastar. “Não atropelar o trampo do outro” (não pintar por cima do grafismo do outro) parece ser um princípio comum entre os grafistas, mas que não chega a ser uma regra, pois, ao mesmo tempo, o reconhecimento e o elogio da efemeridade dos grafismos são frequentes nas narrativas.

Por se tratar de grupos fragmentários e desinstitucionalizados, não há a preocupação de se fixar regras ou estabelecer grandes consensos sobre as



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

definições nem de se adotar um posicionamento fixo em relação às práticas. Como dito anteriormente, os contornos dos valores são imprecisos e as justificativas fluídas, mas eficazes em fazer com que o grafista continue sua carreira desviante ao dar-lhe algum sentido.

### **Relação com rótulos**

A temática dos grafismos urbanos vem acompanhada de discussões (geralmente polemizadas) que circulam em torno de alguns rótulos e definições: arte; vandalismo; graffiti; pichação... Entre as autoridades, os empreendedores morais e os leigos predominam os discursos sob a lógica do “ou”. Em meio aos grafistas entrevistados é possível apontar outros vieses.

Insone e Vagal se colocam como “artistas criminosos”. Sobre a diferenciação entre graffiti e pichação, este diz: “No passado eu não conseguia ver a diferença entre as duas práticas. Hoje em dia essa distinção é gritante aos meus olhos, isso se deve ao fato de que essa diferença não pode ser vista e sim sentida (...) não tenho como explicar essa diferença, pois essa percepção se dá em cada indivíduo imerso nesse contexto.”<sup>26</sup> Já aquele coloca: “A única diferença é na técnica. Mas no fundo a essência é a mesma. É tudo arte.”<sup>27</sup> Braziliano define os grafismos como “vandalismo poético” e sua relação com a rua como “uma poética do particular coletivo.”<sup>28</sup> Doop diz: “Eu gosto de riscar pela rua. É uma ação de inspiração e impulso. Não tem nome. Chamam de pichação, outros, grafite.”<sup>29</sup> Para Pastel: “Até falar grafiteiro é meio forçado. Eu pinto. Sou artista. No início era vandalismo mesmo, mas agora faço muito mais coisas. Hoje penso muito mais no que vou fazer do que chegar e 'vomitar' na rua.”<sup>30</sup> Toxic se refere ao graffiti e à pichação como “arte de rua” e ao mesmo tempo diz: “eu não me considero grafiteira, acho que não tenho produção

---

26 Vagal, 2010.

27 Insone, 2010.

28 Braziliano, 2010.

29 Doop, 2010.

30 Pastel, 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

suficiente pra isso, mas a minha vivência no meio é tão grande quanto a do cara que tá ali fazendo graffiti todo dia.”<sup>31</sup>

Os desviantes também podem apontar como desviantes algumas práticas consideradas convencionais. Pastel diz: “Os jornais locais costumam mostrar só o lado 'criminal' da cena. Gostam muito da palavra 'vândalos' (...) A violência visual da publicidade é muito maior. Eles usam outdoor, front line, uma placa em cada esquina. É desleal. Eles ganham pra fazer isso e nós pagamos pra fazer.”<sup>32</sup> Braziliano, por sua vez: “Não me vejo como criminoso. Não sou mais criminoso que quaisquer outras práticas visuais da cidade. A parada de ônibus mais feia do mundo é aqui. Isto é um crime visual. Quando começa a rolar uma onda tipo vários prédios pintados de cor pêssego, não consigo competir com essa galera.”<sup>33</sup>

Em casos de adesão intencional a padrões de comportamento desviante é comum não haver uma renúncia total aos rótulos. A partir deles são redefinidos de múltiplas formas os sentidos de se ser desviante e os elementos de distinção social, ou seja, as rotulações são resignificadas. Assim, a relação que os grafistas estabelecem com os rótulos (e outras definições) que lhes são colocados não é de oposição binária; não resistem a eles, mas reexistem *entre* eles. Não subvertem, subversionam (criam versões menores, *sub versões*).

### **Reflexão: possibilidades e limites deste processo investigativo**

Ao experimentarmos esboçar uma ciência nômade, segundo a proposta de Canclini, que possibilidades temos de engendrar estratégias para entrar e sair da modernidade – partindo da ideia de que vivemos em um continente no qual as tradições não se foram, a modernidade não terminou de chegar e, ao mesmo tempo, onde repercute a descrença (pós moderna) nas utopias que auspiciam o progresso?

Esta trama histórica sobre outsiders parece ter conseguido escapar da tripartição *culto*, *massivo* e *popular*, ou seja, pode apontar uma *saída* da

---

31 Toxic, 2011.

32 Pastel, 2010.

33 Braziliano, 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

modernidade ao desconstruir indiretamente a pretensão de pureza e verticalidade entre os campos, uma vez que a análise parte de, e trás à tona, processos híbridos. Entretanto, é importante levar em conta que o uso de qualquer conceito que faça referência a culturas híbridas carece de base empírica, sob o risco de se tornar mero “guarda chuva teórico” ou um novo metarrelato. Segundo Peter Burke, “devemos ver as formas híbridas como o resultado de encontros múltiplos e não como resultado de um único encontro.”<sup>34</sup> Se assim for, deve haver uma margem nesses encontros múltiplos para intencionalidades e para o próprio estudioso. A partir do mesmo problema deste estudo, seria possível narrar, por exemplo, parte da minha experiência pessoal como desviante e seus processos híbridos<sup>35</sup>. É por isso que, ao invés de *hibridismo* que, segundo ele, “evoca o observador externo que estuda a cultura como se fosse a natureza e os produtos de indivíduos e grupos como se fossem espécimens botânicos”<sup>36</sup>, preferimos adotar o conceito *hibridação*, ação híbrida, que abrange também a dimensão teórico metodológica, reforçando o caráter nômade do estudo.

O entendimento de que há um (re)florescimento do *comunitarismo* entre os grafistas, a manifestação de outros valores e formas de estar junto que não as pautadas pela racionalização da vida moderna, também sugere saídas: não mais o futuro, as grandes causas ideológicas e a figura do adulto centrado dono de si, mas intensidades e vivências afirmativas no presente. No entanto, isso não significa que os outsiders apontam apenas saídas da modernidade, *entradas* também podem ser delineadas. Ao intervirem no espaço urbano os grafistas

---

34 BURKE, 2006.p. 31.

35 “... comecei a fumar maconha em 2001, com 15 anos, ao participar de grupos que ouviam e tocavam heavy metal e hardcore. Comecei a pichar pelas ruas de Cruz Alta (cidade em que morava) o nome da minha banda e de outras das quais era fã (Motörhead; Megadeth...). Certo dia fui perseguido pelo proprietário de uma casa que atirou em minha direção. A partir daí interrompi a carreira de grafista, mas dei continuidade a de usuário de maconha. Em 2007, no quinto semestre do curso de história da UFSM, atravessado por várias mesclas culturais (literatura beatnik; relacionamentos heterodoxos; indie rock; pornografia; discussões sobre pós-modernidade; cinema...) entrei em contato com os grafismos urbanos de Santa Maria, comecei a produzir *fanzines* e a pesquisar sobre o tema...”

36 Idem. p. 55.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

acabam por problematizar a pretensão de se estabelecer verticalmente as relações entre público e privado sob a qual a modernidade ainda simula estar assentada, além de trazerem à tona o caráter dinâmico, interativo e conflitivo das esferas, a privatização do público e a publicização do privado, ou como diz Brasileiro, “uma poética do particular coletivo”. Os lugares de identificação entre os grafistas são muito mais aqueles que frequentam, vivem e pintam (a “prefis”; a casa da árvore; a rua, os muros...) do que aqueles estabelecidos pelo Estado (o patrimônio histórico), por exemplo. Em meio ao espetáculo das marcas e o sistema comum de apelações, os grafismos urbanos intensificam a guerra das redes de significados, estimulando a *renovação* das práticas simbólicas. Talvez possamos dizer que eles contribuem também para a *democratização* da democracia ao mostrarem que a expressão, a participação e a manifestação (a vida política e cultural) não se resumem aos espaços e ocasiões estabelecidos (eleições; partidos; sindicatos; museus; galerias...), bem como ao desterritorializarem a arte. As conexões via web entre os grafistas e a interatividade da Subsolo Art também apontam para o mesmo sentido ao propiciarem o desenvolvimento da lógica do trinômio consumidor-produtor-cidadão.

Além dos grafistas, outros outsiders têm contribuído na democratização da democracia. Os homossexuais reivindicaram e conseguiram o direito de casar; os movimentos pela descriminalização/legalização da maconha trazem à tona questões importantes para o desenvolvimento da América Latina como sustentabilidade; redução de danos; segurança; autonomia de dispor livremente do próprio corpo...

Em suma, esta trama histórica sobre desviantes permite pensarmos algumas estratégias para entrar e sair da modernidade, visto que não há o caminho nem um *deve ser*. A relativização das regras sociais que definem os comportamentos como certos ou errados aparece como um exercício fundamental não apenas para aqueles que estudam os outsiders, mas para uma vida com maiores possibilidades de escolha. Temos cruzamentos; bifurcações;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

desvios; entradas e saídas que ninguém sabe onde vão dar. E é exatamente esse caráter imanente do viver que o torna atraente.

#### REFERÊNCIAS:

- BECKER, Howard. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: ed. UNISINOS, 2006.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. Brasília: editora UNB, 1995.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **COLOMBIA ENTRE LA SOBERNÍA Y LA DOMINACIÓN**

Rolando Núñez Pichardo<sup>1</sup>

### **Introducción:**

La América Latina se encuentra actualmente en uno de los procesos históricos más trascendentales de los últimos tiempos, los cuales poseen dos vertientes contrapuestas basadas en el origen y desarrollo de la sociedad latinoamericana, el primero se enmarca en la realización y consolidación de un proceso unitario integracionista que tiene su expresión en el ideario de los próceres independentistas del siglo XIX bajo el prisma de la contemporaneidad, abanderado por varios países sudamericanos y caribeños como: Cuba, Venezuela, Ecuador, Brasil o Argentina. La otra tendencia manifestada, es la continuidad a el seguimiento y la profundización de las recetas neoliberales, y a los lineamientos de la política norteamericana hacia la región; puesta de manifiesto ante la llegada de gobiernos conservadores de derecha en Colombia, Chile, Costa Rica y Panamá. Su política interna y externa se basa en el pretexto de la lucha contra el narcotráfico, la delincuencia y la liberación de las economías aplicando leyes de mercado keynesianas como respuesta a la crisis mundial del sistema capitalista.

Colombia es un claro ejemplo de cómo un país puede convertirse en un Estado paramilitar siendo una amenaza a la seguridad de otras naciones de la región; ubicada en la parte del noroeste de Sudamérica y con una historia común con varios estados latinoamericanos desde la etapa colonial, tiene fronteras con Panamá, Perú, Brasil, Venezuela y Ecuador así como con el Océano Pacífico y el Mar Caribe. Estas dos últimas naciones han tenido una serie de divergencias a raíz de su postura en relación a varios temas relativos a la lucha contra las FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia) y las acusaciones por parte del gobierno de Colombia de que los territorios ecuatorianos y venezolanos han

---

<sup>1</sup> Investigador Miembro de la Sociedad Cubana de Derecho Internacional Humanitario de Santiago de Cuba. entro de Estudios Antonio Maceo Grajales. [cemaceo@cultstgo.cult.cu](mailto:cemaceo@cultstgo.cult.cu)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

servido de espacio para la protección y el abastecimiento de las guerrillas, cuestiones que han desencadenado un conflicto entre estos países.

Un análisis de la política externa colombiana nos muestra como la misma se encuentra inmersa con un gran enfoque de realismo, tendencia expresada en los escritos de Sun Tzu, Tucídides y Nicolás Maquiavelo. Esta se define en la relativización de las alianzas con diversos Estados (EE.UU) y en la pérdida en el discurso diplomático de sus planteamientos éticos; unido esto al fortalecimiento de su sistema militar y al control de las riquezas del Estado en grupos de intereses nacionales e internacionales vinculados al aparato estatal.

Si bien, por un lado el gobierno colombiano ha apoyado la integración regional con su inclusión a UNASUR (Unión de Naciones Sudamericanas) por otro lado ha seguido su dependencia hacia los EE.UU., no solo económicamente sino también militar, cuando se firmó un tratado con el gobierno norteamericano que permita la instauración en el territorio de 7 bases norteamericanas en Larandia, Tolemaida, Apiay, Málaga, Cartagena, Malambo y Palanquero que serán ubicadas en las regiones costeras del Caribe y el Pacífico, en la zona Andina y en las proximidades del territorio amazónico de Ecuador y Venezuela; en este último lugar donde se han descubierto grandes reservas de petróleo en la franja del Orinoco. Más cuando el 9 de octubre del presente año el Ministerio de Ciencia, Tecnología e Industrias Intermedias a cargo de Jesse Chacón ratificó el descubrimiento de grandes yacimientos de coltán (columbita y tantalita) al sur del río, en la región fronteriza con Brasil y Colombia. El denominado oro azul con precios en el mercado internacional superiores al oro y diamante, solo se encuentra el 80% de sus reservas en países como: el Congo, Ruanda, Nigeria, Australia, Tailandia, Brasil y en Venezuela. El mismo es de vital importancia para la construcción de celulares, televisores de plasma, MP3, MP4, PDA, sistemas de defensa de misiles teledirigidos, laptop, equipos de resonancia magnética, tomografía computarizada e instrumentos de recepción de señales satelitales.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Esta penetración de tropas extranjeras en la región sudamericana se encontrarían en el Macizo de las Guayanas o Macizo Guayanés, región que se extiende por una superficie de 2.000.000 km<sup>2</sup>, y que comienza en el este de Colombia amplificándose hacia el sur de Venezuela, el norte de Brasil, Guyana, Surinam y terminándose en el este de la Guayana Francesa. En esta región se concentran grandes yacimientos de oro, diamantes, bauxita, hierro y otros minerales que se encuentran en el punto de mira de varios consorcios internacionales principalmente norteamericanos y europeos los cuales pueden beneficiarse de la explotación de estos recursos naturales en caso de que ocurra un conflicto armado de gran escala en la región. Además de tener esta área una variada biodiversidad, especialmente de aves, reptiles e insectos endémicos que pueden ser de vital importancia para la fabricación de medicamentos por parte de las compañías farmacéuticas.

Un caso particular de este “Acuerdo Militar de Cooperación y Asistencia Técnica en Defensa y Seguridad” es la posición de la base de Palanquero en el Departamento de Caldas, que se encuentra ubicada entre las Cordilleras Central y Oriental de Colombia. La misma ha sido calificada como una base operativa para la movilidad de tropas, lo que pone al descubierto los intereses expansionistas del sistema militar de los EE.UU. Esta base aumentará la capacidad de espionaje e inteligencia norteamericana en la región y el despliegue de diversas fuerzas armadas estableciendo un apoyo estratégico de los comandos terrestres con los aéreos, lo cual profundizará las relaciones estratégicas entre los gobiernos norteamericanos y colombianos.

### **. I – Particularidades del Derecho internacional y las obligaciones de Colombia en la arena internacional.**

Ahora bien en materia de derecho internacional, la República de Colombia en virtud de sus obligaciones internacionales violaría una determinada serie de tratados y convenios de los que es parte como sujeto de derecho internacional de los que se podrían considerar:



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

- La Carta de la Organización de Estados Americanos en su artículo 2.<sup>2</sup>
- Resolución 1514 del 14 de diciembre de 1960 de la Asamblea General de la ONU sobre el Principio de la Integridad Territorial.
- Resolución 2625 del 24 de diciembre 1970 de la Asamblea General de la ONU sobre la Declaración Relativa a los Principios de Amistad entre los Estados
- Resolución 39/11 del 12 de noviembre de 1984 de la Asamblea General de la ONU sobre la Declaración sobre el Derecho de los Pueblos a la Paz.

La Resolución 1514 del 14 de diciembre de 1960 reconoce el deber de respetar la integridad el territorio nacional de los países y que todo intento destinado a destruir total o parcialmente la unidad nacional y su integridad territorial de un país es incompatible con los propósitos y principios de la Carta de las Naciones Unidas.<sup>3</sup> El principio de la integridad territorial de un Estado se define como la primera consecuencia del derecho al territorio a que tiene un Estado respecto a la inviolabilidad del mismo. Este principio esta muy vinculado al derecho de conservación; respeto mutuo y al derecho de los Estados a disponer de sus riquezas naturales.

Esta acción de fomentar la creación de un Estado paramilitar en Colombia esta dirigido expresamente a coaccionar a otros Estados, principalmente a Ecuador y Venezuela con el objetivo de lograr que subordinen el ejercicio de sus derechos soberanos en especial el control de los recursos naturales al capital norteamericano , en contravención a la Resolución 1803 (XVII) de la Asamblea General, del 14 de diciembre de 1962, sobre la “Soberanía permanente sobre los recursos naturales” donde en los puntos 1 y 5 se expone:

---

<sup>2</sup>Tomado de la Carta de la Organización de Estados Americanos:

Los principales objetivos de la OEA, tal y como establecen sus estatutos

2) ***promover y consolidar las democracias representativas, respetando las políticas de no intervención.*** Biblioteca de Consulta Microsoft ® Encarta ® 2005.

<sup>3</sup> Tomado del libro del Dr. Miguel D’Estefano Pisani :Documentos del Derecho Internacional Público. Pág.97-108.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

1. El derecho de los pueblos y de las naciones a la soberanía permanente sobre sus riquezas y recursos naturales debe ejercerse en interés del desarrollo nacional y del bienestar del pueblo del respectivo Estado.

5. El ejercicio libre y provechoso de la soberanía de los pueblos y las naciones sobre sus recursos naturales debe fomentarse mediante el mutuo respeto entre los Estados basado en su igualdad soberana. <sup>4</sup>

Para este plan han diseñado su estrategia de utilizar a Colombia como un trampolín para lanzarse sobre estos Estados latinoamericanos, que además de tener grandes reservas de hidrocarburos se encuentran en la zona Amazónica donde hay una gran diversidad ecológica y acuífera.

En relación a los asuntos internos de los Estados, un Estado que realiza un tratado o un convenio es válido entre dos Estados, siempre y cuando no incide sobre los derechos e intereses de terceros Estados, lo que puede significar una amenaza latente a la seguridad de dichos Estados.

De igual forma, la Declaración sobre la Inadmisibilidad de la Intervención en los Asuntos Internos de los Estados (1970) en su inciso a) se expresa la prohibición a el uso de la intervención armada así como cualquier otra de las formas de ingerencia o de amenaza que afecte la personalidad jurídica del Estado; unido esto se plantea la prohibición, financiamiento, organización e instigamiento de actividades subversivas o terroristas dirigidas a transformar por medio de la violencia el régimen de otro Estado. <sup>5</sup>

Asimismo lo recoge, la Resolución del 24 de diciembre 1970 de la Asamblea General de la ONU sobre la Declaración Relativa a los Principios de Amistad entre los Estados, al reconocer el deber que tienen los Estados de abstenerse en sus relaciones internacionales de recurrir a la amenaza o al uso de la fuerza contra la integridad territorial o a la independencia política de cualquier Estado

---

<sup>4</sup> Tomado de la Resolución 1803 (XVII) de la Asamblea General, del 14 de diciembre de 1962, sobre la “Soberanía permanente sobre los recursos naturales”

<sup>5</sup> Tomado del libro de G. Turkin: Curso de Derecho Internacional, libro 1. Editorial Progreso, Moscú, 1979. Pág.196-197.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

o en cualquier Estado o en cualquier forma incompatible con los propósitos de las Naciones Unidas. <sup>6</sup>

Los hechos hasta ahora son bastantes demostrativos y las relaciones diplomáticas han estado en una fluctuación hacia sus vecinos ecuatorianos-venezolanos desde el ataque por parte del ejército colombiano al territorio ecuatoriano ,donde murieron más de 20 personas el primero de marzo del 2008 contra un campamento clandestino de las FARC, llegando al rompimiento de las relaciones diplomáticas y al despliegue de efectivos en la zona fronteriza con Colombia desarrollándose una ronda de negociaciones por parte de diversos Estados latinoamericanos quienes jugaron un papel fundamental ,el cual solo pudo ser resuelto mediante el diálogo y el compromiso por parte de Colombia de que este hecho no debe ocurrir más .Junto a ello se desarrollaron varias negociaciones en que participaron diversos actores de las relaciones internacionales: grupos intraestatales (Representantes del parlamento), organizaciones intergubernamentales (ONG) y las organizaciones internacionales (ONU) ayudaron a restablecer la paz expresando sus compromisos de respetar en sus relaciones internacionales, el respeto mutuo entre los Estados, la coexistencia pacífica y la no intromisión de sus asuntos internos. <sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Tomado del libro del Dr. Miguel A D'Estefano Pisani: Documentos del Derecho Internacional Público. Pág.97-107

<sup>7</sup> Una mirada general a este interesante tema de las relaciones internacionales lo expone el filósofo Immanuel Kant, en su libro *La paz perpetua entre los estados*, donde se expresa de forma resumida los siguientes puntos fundamentales:

- . «No debe considerarse válido ningún tratado de paz que se haya celebrado con la reserva secreta sobre alguna causa de guerra en el futuro.»
- «Ningún Estado independiente (grande o pequeño, lo mismo da) podrá ser adquirido por otro mediante herencia, permuta, compra o donación.»
- «Los ejércitos permanentes (*miles perpetus*) deben desaparecer totalmente con el tiempo.»
- . «No debe emitirse deuda pública en relación con los asuntos de política exterior.
- «Ningún Estado debe inmiscuirse por la fuerza en la constitución y gobierno de otro.»
- «Ningún Estado en guerra con otro debe permitirse tales hostilidades que hagan imposible la confianza mutua en la paz futura, como el empleo en el otro Estado de *asesinos*.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Estos fundamentos se han consolidado con el tiempo y conllevando en su desarrollado al Derecho Internacional Público siendo a la vez parte de la Carta de las Naciones Unidas y de los tratados internacionales en lo referente a las relaciones diplomáticas-consulares con los Estados, expresándose el sentir de la comunidad internacional en la resolución 39/11 del 12 de noviembre de 1984 de la Asamblea General de la ONU en la Declaración sobre el Derecho de los Pueblos a la Paz. En ella se declara: el derecho sagrado a la paz; y de fomentar su realización en cada Estado; la orientación de la política de los Estados hacia la eliminación de la amenaza de la guerra, principalmente de la guerra nuclear, la renuncia del uso de la fuerza en las relaciones internacionales y el arreglo de las controversias internacionales por medios pacíficos de conformidad con la Carta de las Naciones Unidas; unido todo esto ha realizar un llamado a todos los Estados y a todas las organizaciones internacionales para que contribuyan por todos los medios posibles a asegurar el ejercicio del derecho de los pueblos a la paz mediante la aplicación de medidas pertinentes en los planos nacionales e internacionales.<sup>8</sup>

Si bien el denominado “Acuerdo Complementario para la Cooperación y Asistencia Técnica en Defensa y Seguridad” firmado entre los Gobiernos de los Estados Unidos y Colombia equivale en la práctica a la "anexión" de este país sudamericano y su transformación en una base militar a gran escala sobre la región ,además de concederle a las tropas norteamericanas una determinada serie de prerrogativas excepcionales hasta ahora nunca antes vista en otro Estado latinoamericano, le permitirá junto con ello aumentar o disminuir el número total de soldados a conveniencia de las necesidades de los EE.UU. extendiéndose este tratado por un período de 10 años poniendo entre dicho la soberanía colombiana .

---

<sup>8</sup>. Tomado de la Resolución 39/11 del 12 de noviembre de 1984 de la Asamblea General de la ONU sobre la Declaración sobre el Derecho de los Pueblos a la Paz.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **II - EL derecho interno colombiano y su relación con el derecho de integración.**

Entre las relaciones de los Estados y sus ordenamientos jurídicos internos son fundamentales los vínculos entre el derecho interno, el derecho internacional y el derecho de integración. Diversos Estados han expresado en su derecho consuetudinario la voluntad de los mismos a su integración y Colombia no ha estado exenta de ello, mostrando la complementariedad entre las diversas fuentes del derecho a la jurisdicción colombiana. Con respecto al tema de la integración la Dra. Elena Prado Sifontes profesora titular de Derecho Internacional Público y Privado de la Universidad de Camaguey define en su artículo: *“El Derecho y su incidencia en el proceso de integración los principios generales de aplicación del Derecho de Integración Americano”* en los cuales, la autora reconoce como parte fundamental de su estudio: el reconocimiento de la autonomía del Derecho de integración frente al Derecho interno y al Derecho internacional de cada Estado parte, la exigencia de la responsabilidad del Estado ante el incumplimiento del Derecho de integración siendo reconocido por las diversas constituciones latinoamericanas así como el ingreso de las mismas en las normas de la integración , establecimiento para ello un mecanismo jurisdiccional propio y de desarrollo armónico de los aspectos jurídicos institucionales sobre la base de un fuerte respaldo social.

En cuanto al asidero constitucional hemos de puntualizar primeramente que este pacto militar entre los Estados Unidos y Colombia, atentan contra el Estado de Derecho colombiano, en razón a su jurisdiccionalidad, provisionalidad y proporcionalidad.

Una revisión al derecho constitucional colombiano nos muestra como ha ocurrido una violación sistemática del mismo, en lo referente a sus relaciones con otros Estados así como con el tema de la integración, siendo regulado en la constitución en el artículo 9: *“Las relaciones exteriores del Estado se fundamentan en la soberanía nacional, en el respeto a la autodeterminación de los pueblos y en el reconocimiento de los principios del derecho internacional*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

aceptados por Colombia. De igual manera, la política exterior de Colombia se orientará hacia la integración latinoamericana y del Caribe. ”<sup>9</sup>

¿Acaso no es la construcción de nuevas bases militares un asilamiento hacia sus vecinos sudamericanos, una violación a su soberanía y una clara amenaza a la paz regional?

¿Sería bueno determinar en qué instrumento jurídico internacional se autoriza que un Estado trace un tratado con otra nación que implique la extraterritorialidad del mismo destinada de forma directa e indirecta a destruir la organización política de un tercer Estado?

Siendo esta acción prácticamente una instigación a una guerra que puede extenderse fuera de sus fronteras bajo el pretexto de la lucha contra la cocaína, el terrorismo y las FARC; bajo este trasfondo y dirigido expresamente por los EE.UU. hacia los denominados “gobiernos populistas” principalmente contra Venezuela, Ecuador y Bolivia como lo demuestran las acciones realizadas hasta este momento que tienen el propósito de desprestigiar los movimientos revolucionarios latinoamericanos.

La posición geográfica de Colombia de ser el único Estado de la región sudamericana con costas al Mar Caribe y al Pacífico lo convierte en un área de influencia de vital importancia para la diplomacia norteamericana en la región. Si bien las esferas de influencia pueden adoptar una forma económica primaria o parcial, también lo pueden ejercer mediante convenios o tratados militares con otros Estados mediante su institucionalización sobre la base de la protección a la independencia y a la soberanía nacional ante la amenaza de otros Estados o grupos de poder que atentan contra la seguridad del Estado. En la práctica las esferas de influencia constituyen en sí un espacio para la violación de la soberanía de los Estados.

En tal estado de cosas cabría resaltar que en relación a la seguridad de la Nación (Colombia), este se encuentra regulado y sancionado en el código penal en lo referente a los delitos contra la existencia y seguridad del Estado en su artículo

---

<sup>9</sup> Tomado de la Constitución de la República de Colombia ,artículo 9 Pág.2



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

111 donde se proclama: “ El que realice actos que tiendan a menoscabar la integridad territorial de la República, a someterla en todo o en parte al dominio extranjero, a afectar su naturaleza de Estado soberano, o a fraccionar la unidad nacional, incurrirá en prisión de veinte a treinta años.”<sup>10</sup>

¿Entonces no es quizás la inmunidad a las tropas norteamericanas; la intercepción de aeronaves en el espacio colombiano y el veto de entrada de las tropas colombianas a estas bases una clara violación a la soberanía nacional colombiana?

Esta actitud es considerada además como un acto de hostilidad militar hacia sus vecinos lo que pone en peligro la seguridad de la Nación siendo sancionable esta acción entre diez a veinte años según el artículo 114 del código penal de Colombia.<sup>11</sup>

La definición del hecho de un acto de agresión fue expresada en la Asamblea General de las Naciones Unidas en el año 1974 donde se reconoce como: “a la acción de un Estado que permite que su territorio, sea puesto a disposición de otro Estado para perpetrar un acto de agresión contra un tercer Estado se califica como un acto de agresión”.<sup>12</sup>

De ahí que cuando un segundo Estado (Colombia) realiza una acción contraria al derecho internacional dirigida contra un tercer Estado (Venezuela y Ecuador); el mismo se convierte en cómplice de una acción antijurídica del Estado infractor (EE.UU.) siendo esto regulado en el derecho internacional. De ahí la responsabilidad del Estado ante las violaciones al derecho internacional público y el deber de respetar el estricto cumplimiento de las mismas. En consecuencia de ello y en virtud de sus obligaciones internacionales en el Estado colombiano se generan obligaciones objetivas y derechos subjetivos y

---

<sup>10</sup>. Tomado del Código Penal de Colombia

<sup>11</sup> . *Ibidem* Art. 114 El colombiano, o el extranjero que deba obediencia a la Nación, que intervenga en actos de hostilidad militar o en conflictos armados contra la patria, incurrirá en prisión de diez a veinte años. Si como consecuencia de la intervención, se pone en peligro la seguridad de la Nación o sufren perjuicio sus bienes o las fuerzas armadas, la pena imponible se aumentará hasta en una tercera parte.

<sup>12</sup> Tomado de Tomado del libro de G. Turkin: Curso de Derecho Internacional, libro 1. Editorial Progreso, Moscú ,1979. Pág.170



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

recíprocos propios del Derecho Internacional de los vínculos entre los Estados de los que es parte.

Los Estados como sujetos de derecho internacional son responsables de sus actos respondiendo por las acciones que realicen tanto los individuos nacionales como los extranjeros y sus organizaciones que se encuentran en el territorio nacional aunque no lo realicen a nombre del Estado. La acción de concederle una serie de derechos a las tropas norteamericanas en el territorio les de la facultad y la posibilidad de que puedan cometer estas fuerzas actos contrarios al derecho internacional lo que el Estado receptor (Colombia) caería en acciones antijurídicas. Todas estas actuaciones traerían consigo el hecho de que en caso de que ocurriesen una determinada cantidad de violaciones al derecho internacional por los soldados norteamericanos en el territorio colombiano no se podría crear una Comisión Gubernamental para la investigación y el juicio de estos crímenes, al gozar las tropas norteamericanas de estas prerrogativas que los hacen que no puedan ser juzgados a nivel nacional.

Sin embargo según lo define el Dr. Faúndez Ledesma profesor de Derecho Internacional Público en su investigación sobre la Corte Interamericana de Derechos Humanos, la realización de una actividad violatoria de los derechos humanos que en el marco de esta obligación, no resulte imputable directamente a un Estado, ya sea por tratarse de la obra de un particular o por no haberse identificado al autor de la trasgresión, esta acción puede acarrear la responsabilidad internacional del Estado no por la realización del hecho en sí mismo, sino por falta del debido cumplimiento del mismo de prevenir la violación. Según lo declara el tribunal, el Estado está en el deber jurídico de prevenir las violaciones de los derechos humanos y de investigar con los medios a su alcance las violaciones que se hayan cometido dentro del ámbito de su jurisdicción a fin de identificar a los responsables, de imponerles a éstos las sanciones pertinentes, y de asegurar a la víctima una adecuada reparación.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> tomado del libro: El Sistema Interamericano de Protección de los Derechos Humanos. Del Dr. Héctor Faúndez Ledesma. 2004



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A ello a de sumarle la violaciones a la protección del ecosistema y de los recursos naturales colombianos que podrían ser infligidas mediante estas prerrogativas, en relación a la prohibición, fabricación, importación, posesión y uso de armas químicas, biológicas y nucleares en el territorio nacional; su introducción, al igual que el de residuos nucleares y desechos tóxicos, esta regulado, de acuerdo con la voluntad del Estado. (Artículos del 242-247)<sup>14</sup>. ¿Quién puede asegurar entonces que el territorio colombiano no se use para la utilización de estas prácticas que afecten el ecosistema colombiano y que son contrarias al derecho penal del Estado?

La construcción de dichas bases pueden ser además el espacio propicio para la realización de estas acciones unido a el entrenamiento de mercenarios y de ejércitos irregulares para la realización de los denominadas fuerzas de despliegue rápido destinados a proteger los intereses de los grandes consorcios norteamericanos en la región y al derrocamiento de gobiernos democráticos que se oponen a los intereses de los EE.UU., lo que pondría en tela de juicio la responsabilidad penal internacional de Colombia en estas actividades al brindar su espacio territorial para cometer dichos crímenes que son sancionados por la comunidad internacional como se hace referencia en la Convención contra el mercenarismo en sus artículos 5 y 6:

Artículo 5: Los Estados Partes no reclutaran; utilizaran; ni entrenaran mercenarios y prohibirán ese tipo de actividades de conformidad con las disposiciones de la presente convención.

1. Los Estados Partes no reclutaran, utilizaran, ni entrenaran mercenarios con el objetivo de oponerse al legítimo derecho inalienable de los pueblos a la libre determinación, reconocimiento por el derecho internacional y toman de

---

<sup>14</sup> VID Código Penal de Colombia, Pág. 41-42

ART. 242.- Ilícito aprovechamiento de recursos biológicos.

ART. 243.- Invasión de áreas de especial importancia ecológica

ART. 244.- Explotación o exploración ilícita minera o petrolera

ART. 245.- Manejo ilícito de microorganismos nocivos

ART. 245 Bis.- Omisión de información.

ART. 246.- (Derogado).

ART. 247.- Contaminación ambiental





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

conformidad, las medidas apropiadas para prevenir la utilización, la financiación o el entrenamiento de mercenarios para este objetivo.

Artículo 6: Los Estados Partes cooperaran en la prevención de los delitos en la presente Convención; en particular:

a) Adoptando todas las medidas factibles a fin de impedir que se prepare en sus respectivos territorios la Comisión de tales delitos tanto dentro como fuera de ellos, incluida la prohibición de las actividades ilegales de personas; grupos u organizaciones que alienten, instiguen u organicen la comisión de estos delitos o participen en ella.<sup>15</sup>

Como parte de estas actuaciones las bases pueden ser utilizarse para la perpetración de actividades de terrorismo a grupos gubernamentales tanto dentro como fuera del país por medio de la creación de unidades secretas o irregulares, que operarían fuera del alcance de un marco legal. La captura de tres espías del Departamento Administrativo de Seguridad (DAS) de Colombia que fueron detenidos en el territorio venezolano (Estado de Táchira) con reveladores documentos de actividades dirigidas a desestabilizar y espiar a los gobiernos de Venezuela, Ecuador y Cuba en las denominadas operaciones Fénix, Salomón y Falcón es la prueba irrefutable de un plan ingerencista diseñado a gran escala por la CIA y los gobiernos conservadores de la región contra estos gobiernos por la influencia que están llevando en la Latinoamérica.

Por otro lado, en relación a las funciones del Jefe de Estado de la República de Colombia la Constitución establece que el presidente es la persona encargada de establecer la política exterior del país, defender la soberanía nacional y la inviolabilidad del territorio así como la capacidad de ratificar los tratados de paz dando cuenta de estas acciones al Senado según el artículo 1 de la rama facultativa del presidente de la República.<sup>16</sup> De ahí la responsabilidad del mismo ante todas las cuestiones que encierren una serie de hechos que tiendan a violar la constitución colombiana y a garantizar el carácter obligatorio del derecho a la

---

<sup>15</sup> Convención Internacional contra el terrorismo.

<sup>16</sup> VID Constitución de la República de Colombia en los artículos del 188-192. Pág. 45-48



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

paz del Estado colombiano con otros Estados. Todas estas acciones pueden dar lugar a que en caso de un conflicto armado de gran envergadura, el presidente en funciones (Álvaro Uribe) pueda ser llevado ante la Corte Internacional de Justicia por crímenes de lesa humanidad y contra la estabilidad, la paz en la región sudamericana y del Estado colombiano el cual representa ante su pueblo y ante la comunidad internacional.

Es necesario observar en cuanto a toda estas cuestiones relacionadas a garantizar la coexistencia pacífica entre las naciones como lo define la Carta de las Naciones Unidas, en lo referente con los acontecimientos en Colombia, se reconocen una determinada relación de principios básicos que el Estado colombiano debe cumplir en virtud con el respeto de las normas del derecho internacional (*pacta sunt servanda*) y que violan al instaurar las bases militares, a diferencia del tratado militar que firme el país con los EE.UU. como son:

- Renuncia a la amenaza o al uso de la fuerza (destinado hacia otros Estados de forma directa o indirecta).
- Principio del arreglo pacífico de las controversias internacionales por medios pacíficos (mesa de negociaciones con los Estados latinoamericanos).
- Principio de la seguridad colectiva (en el marco del Consejo de Defensa de UNASUR).
- Principio del desarme. (renuncia a la guerra).
- Principio del respeto a la soberanía del Estado.
- El cumplimiento de sus obligaciones internacionales.<sup>17</sup>

Estas relaciones internacionales han sido la base fundamental de los vínculos de respeto mutuo entre los Estados desde que los diversos gobiernos vieron como una necesidad y derecho de los pueblos llegar a un acuerdo que pueda resolver los problemas derivados de las guerras que son los principios básicos para alcanzar una paz duradera.

---

<sup>17</sup> Tomado del libro de G. Turkin: Curso de Derecho Internacional, libro 1. Editorial Progreso, Moscú, 1979. Pág.176-177.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

### **Conclusiones:**

La solución a los problemas internos de un Estado no debe estar en la militarización del mismo; sino en la capacidad de crear un espacio propicio para el diálogo donde participen los diversos factores involucrados con el objetivo de resolver el problema que pueda afectar las relaciones entre los Estados. Esta política trazada por Colombia sería un retroceso a los diversos esfuerzos realizados en aras de concertar la unidad regional, primeramente por medio del Grupo de Río el cual actúa como mecanismo permanente de consulta y concertación política, que refuerza la integración regional y representa al área en la negociación con otros bloques internacionales y que luego lo ha complementado la Unión de Naciones Sudamericanas.

Su rechazo a la instauración de fuerzas militares extranjeras cercanas a sus fronteras es solo una parte del sentir de la mayoría de las naciones sudamericanas ante este problema que atenta contra la paz en la región que defiende la integración como única salida al subdesarrollo. La lucha contra la delincuencia y el narcotráfico no deben sustentarse solamente en el fortalecimiento del aparato militar de un Estado sino en la realización de medidas sociales encauzadas a disminuir la pobreza y la construcción de un Estado de derechos para todas las personas de la sociedad.

Las relaciones entre los Estados no deben estar basadas en la subordinación de sus intereses soberanos de unos con respecto a otros. De ahí que sea indispensable la integración regional latinoamericana sobre la base de la complementariedad y el respeto mutuo, siendo necesariamente la concertación internacional y la transparencia una necesidad histórica para lograr relaciones perpetuas de amistad y seguridad entre nuestros pueblos.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

### **Bibliografía consultada:**

#### **Textos:**

Castro Ruz Fidel: Reflexiones del compañero Fidel “La anexión de Colombia ”  
Periódico Granma (artículo) ,7 noviembre 2009. La Habana, Cuba.

D’Estefano Pisani, Dr. Miguel A. “Documentos del Derecho Internacional  
Público”. Tomo I. Instituto Cubano del Libro. La Habana, Cuba ,1976.

Faúndez Ledesma, Dr. Héctor: El Sistema interamericano de Protección de los  
Derechos Humanos: *Aspectos institucionales y procesales*. Tercera Edición  
,2004.

Golinger Eva: Las verdaderas intenciones detrás del Acuerdo Militar con  
Colombia. Periódico Granma (artículo) ,7 noviembre 2009. La Habana, Cuba.

Turkin: Curso de Derecho Internacional, libro 1.Editorial Progreso, Moscú  
,1979.

Turkin: Curso de Derecho Internacional, libro 2.Editorial Progreso, Moscú  
,1979.

Palacios Barrera, Dr. Humberto: La Seguridad Hemisférica. Retos, Desafíos y  
Amenazas para América Latina y el Caribe (artículo), 2009.

#### **Periódicos:**

Periódico Granma ,1 abril 2008. La Habana, Cuba.

Periódico Juventud Rebelde ,10 de agosto 2009. La Habana, Cuba.

Periódico Juventud Rebelde, 3 de septiembre 2009 .La Habana, Cuba.

Periódico Granma ,10 octubre 2009. La Habana, Cuba.

Periódico Juventud Rebelde ,8 noviembre 2009. La Habana, Cuba.

#### **Constituciones:**

Constitución de la República de Colombia. Ponencias, Revistas, Instrumentos  
Jurídicos y otros documentos .Unión Nacional de Juristas de Cuba. 2009.

Constitución de la República de Panamá. Ponencias, Revistas, Instrumentos  
Jurídicos y otros documentos .Unión Nacional de Juristas de Cuba. 2009



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**Legislaciones:**

Código Penal de Colombia Ponencias, Revistas, Instrumentos Jurídicos y otros documentos .Unión Nacional de Juristas de Cuba. 2009

**INSTRUMENTOS INTERNACIONALES:**

Carta de la Organización de Estados Americanos

Convención Internacional contra el mercenarismo.

Resolución 2625 del 24 de diciembre 1970 de la Asamblea General de la ONU sobre la Declaración Relativa a los Principios de Amistad entre los Estados.

Resolución 39/11 del 12 de noviembre de 1984 de la Asamblea General de la ONU sobre la Declaración sobre el Derecho de los Pueblos a la Paz.

**Enciclopedia Encarta:**

Kant, Immanuel. *La paz perpetua*. Presentación de Antonio Truyol y Serra. Traducción de Joaquín Abellán. Madrid: Editorial Tecnos, 1985. Biblioteca de Consulta Microsoft ® Encarta ® 2005. © 1993-2004.

Geografía de Venezuela. Biblioteca de Consulta Microsoft ® Encarta ® 2005. © 1993-2004.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A GUERRILHA DO CORONEL CARDIM – 1965: INDAGAÇÕES SOBRE A PRIMEIRA AÇÃO ARMADA CONTRA A DITADURA MILITAR NO BRASIL**

Ronaldo Zatta \*

Leomar Rippel \*\*

### **Considerações Iniciais**

Esta comunicação consiste numa análise dos fatos ocorridos no sul do Brasil no ano de 1965, quando a coluna liderada pelo ex-coronel do exército Jeferson Cardim saiu do Uruguai adentrou o território dos três estados do sul assaltando quartéis e declarando revolução via Rádio Difusora. Episódio que se destaca por ser a primeira ação armada contra a Ditadura Militar no Brasil.

Fato que foi reflexo da conjunta política que vivia a nação no Pós-Golpe Militar, o que na visão da caserna não foi golpe, mas sim uma contra-revolução onde os militares impediram o surgimento de um governo socialista; por outro lado, no ponto de vista dos guerrilheiros, foi um golpe de Estado onde os militares desrespeitaram a Constituição e instauraram uma Ditadura elitista.

Estudando o contexto político pela revisão literária disponível, que além de vasta é contraditória, se tem a pretensão de problematizar as controvérsias da Ditadura Militar, e em específico deste fato. Oportunizada pela análise de documentos militares inéditos e entrevistas de quem viveu tal tempo, soldados e guerrilheiros, torna-se plausível elaborar a cronologia do episódio e esclarecer como o Estado militarizado tratou o caso.

O acesso aos autos do processo da justiça militar que julgou o evento será possível elucidar os mentores e partícipes, além de seus níveis de envolvimento nesta tentativa de insurgência. Por último, mas não menos importante, foram

---

\* Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: ronaldozatta@yahoo.com.br .

\*\* Mestrando em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: leomarrappel@hotmail.com .





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

dirigido esforços para entender o uso político dos acontecimentos por diversas correntes políticas, visíveis na imprensa escrita.

### **Um possível quadro teórico metodológico relativo ao tema**

Após 47 anos da instauração do Regime Militar no Brasil vivemos uma torrente de publicações e eventos que se dedicam a discutir a ditadura militar. Fico (2004) fundamenta a certeza de que estes acontecimentos são possibilitados graças à superação de velhos mitos e estereótipos apresentados pela pesquisa “*historiográfica de perfil profissional*” e do “*desprendimento político*” harmonizados pelo distanciamento temporal. (FICO, 2004, p. 30). Os dias atuais possibilitam o historiador contar com liberdade para questionar variante impostas e estruturas internas da instituição militar sem ser taxado de “*subversivo*”; também como contestar ícones e tabus da velha esquerda sem ser classificado de “*reacionário*” ou ter historicidade argüida.<sup>1</sup>

Confirma-se também uma geração de historiadores interessados no tema que não viveram os acontecimentos, portanto suas pesquisas não estão carregadas de paixões, ideologias, sentimentos ou doutrina política. Neste sentido, há uma nova interpretação sobre diversas questões da ditadura militar que estão sendo discutidas pelo que podemos chamar de Historiografia da Ditadura Militar no Brasil. (Idem).

Um desses questionamentos reafirma o pequeno apreço dos principais atores históricos pela democracia. Durante a década de 1960 o regime democrático deixou de ser prioridade dos grupos políticos, tanto da esquerda quanto da direita, ambos “subscriviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Pois nenhum deles aceitava as incertezas inerentes às regras democráticas”. (FIGUEIREDO, 1993, p. 2002). Da mesma forma que se usavam do discurso da legalidade e da defesa da

---

<sup>1</sup> O que vem sendo pesquisado, inicialmente sobre fortes questionamentos acadêmicos, pelo CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas desde 1973.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

democracia/constituição para legitimar suas ações movidas por interesses e convicções ideológicas, políticas, partidárias ou institucionais.

Estas recentes pesquisas constituem uma nova fase da publicação sobre o assunto e põe por terra alguns mitos dados como “*verdades*” absolutas sobre o tema, como: o de que a esquerda revolucionária, que optou pela luta armada, seria parte integrante da defesa democrática (FICO, 2004, p. 30); quebraram o paradigma de que somente após 1968 que se deu a instauração da tortura e censura como prática diária dos integrantes do Governo Militar juntamente com a isenção de culpa dos generais presidentes pelo desconhecimento das práticas que incluíram assassinatos (GASPARI, 2002, p. 324); abandonou-se a ideia de que o presidente João Goulart fora um reformista vitimado por um golpe de Estado, atribuindo a ele um novo perfil de vacilante, imóvel e de possivelmente golpista (VILLA, 2004); desmistificado o conceito de homogeneidade de pensamento e atitudes no Exército como instituição (TAVARES, 2001, p. 85); assim como a classificação simplista dos militares como “*duros*” e “*moderados*” deixou de existir (FICO, 2001); e em específico a historiografia pertinente à luta armada, quanto a tese do “*suicídio revolucionário*” e a busca pelas “*causas da derrota*”, que teria sido a aventura da luta armada no país, atualmente está sendo apresentada como componente da plataforma política partidária do PT, pensada para o Brasil a partir da afirmação de um novo projeto social-democrata nos anos 80. (NASCIMENTO, 2004).

Além dos apontamentos supracitados, pode ser ressaltado o questionamento do projetado perfil *legalista* do primeiro general presidente Castelo Branco (FICO, 2004, p. 32), a opção de analisar o *lado bom* da ditadura pelos que foram vítimas da ampla propaganda política<sup>2</sup>, além dos fatores que motivaram o golpe de estado de 1964 dando início ao período conhecido como Regime Militar ou Ditadura Militar do Brasil. (FICO, 1997). São baseados nestes

---

<sup>2</sup> FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

pressupostos teóricos, juntamente com uma linha de raciocínio paralela que se pretende embasar a futura pesquisa histórica.

### **Caminhos e encruzilhadas para iniciar um estudo sobre este episódio histórico**

Nos tempos atuais estamos vivendo em nosso país uma intensa onda de intenções que procuram desmistificar fatos ocultos e ações abstrusas do período da Ditadura Militar. Não fazendo parte apenas de um modismo intelectual passageiro, esse trabalho segue o fluxo da tendência não só acadêmica, mas também política da História recente do Brasil. Assim,

um tema de pesquisa histórica deve ser relevante não apenas para o próprio pesquisador, como também para os homens de seu tempo, estes que em última estância serão potencialmente os leitores ou beneficiários do trabalho realizado. Daí a célebre frase, cunhada por Benedetto Croce e re apropriada por Luciene Febvre, de que toda “História é contemporânea”. (BARROS, 2005, p. 26).

Pensa-se em uma investigação além desta comunicação que tenha como objetivo central analisar os fatos relativos à Guerrilha do Coronel Cardim no ano de 1965, dentro de suas concepções, princípios e peculiaridades, discutindo a História Política de nosso país no início do que viria a ser considerados como os “Anos de Chumbo” e visando através da utilização de fontes primárias analisar a primeira ação armada contra a Ditadura Militar no Brasil. Desta forma a proposta é de se apresentar como uma perquisição no campo da História Política Renovada dando ênfase na História Militar brasileira amparados no que já se pode considerar, historiografia da ditadura militar brasileira.

O levante armado liderado pelo Coronel Cardim de Alencar Osório, precipitado nos últimos dias do mês de março de 1965, está retratado por distintas designações<sup>3</sup> e carregava o intuito de iniciar a resistência armada

---

<sup>3</sup> Tais como “Coluna Cardim”, “Operação Três Passos”, “Forças Armadas de Libertação Nacional”, “Guerrilha do Coronel Cardim” ou, até mesmo ridicularizado por “Exército Brancalione” em referência à crônica medieval em que um grupo de maltrapilhos rouba alguns

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

contra a recém instaurada Ditadura Militar no Brasil; antes desta completar seu primeiro aniversário em 31 de março de 1965.

Mais que comprovar equívocos ou enganos das produções pré-existentes, a elaboração desta pesquisa tem o interesse de sair da superficialidade factual e aprofundar-se proporcionando uma nova interpretação histórica, tomando para isso alicerces e amparos em *fontes oficiais* jamais analisadas e discutindo algumas questões que se apresentam como lacunas na história deste episódio.



MINISTÉRIO DA GUERRA  
DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES  
RADIOTELEGRAMA

DE STBA Nº 2699 Pa 10 DL 26 Hm 1130  
RECEBIDO DE PTY Ar 1215 Por RIN AFR

URGENTÍSSIMO CNT 1-139 RI F BELTR

120 E2 DE 26 MAR 65 PT GRUPO GUERRILHEIROS ATUANDO REGIÃO TRÊS PASSOS (FREDERICO WESTPHALEN) DESLOCAM SE DIREÇÃO OESTE REI (SO) RUMB SÃO MIGUEL DO BESTE FIDELIÁRIO ESTE QUE CONDUZ APOI DO EQUAQU PT 9º EX ENVIOU A CSR A CREA PARA A REGIÃO PT DEL JEPERSON APOIU APOIU APOIU VS ALBEIR VICIJA DOS PASSOS SANTOS SA BRIGADA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ESTARIAM COM OS GUERRILHEIROS QUE CONTAM COM CERCA DE 10 HOMES ET 1 CAMINHÃO MERCEDES SEME PT DETERMINO REDUZIR MEDIDAS SEGURANÇA AREA SEGUIN MANTENDO DESTACAMENTO CONDÔQUES ATUAR PT GEN CARMB CNT 5º RM-01

**Figura 1.**  
*Rádiotelegrama n. 01. Fonte: Museu Tenente Camargo – 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada - Francisco Beltrão-PR.*

Dedicando-se à questão norteadora de uma futura pesquisa empregar-se-á esforços para elucidar controvérsias expostas pelas diversas versões deste fato histórico. Tomamos inicialmente duas indagações como base:

- A ação armada liderada pelo coronel Cardim nos três estados do sul foi uma guerrilha, um levante, uma insurreição, uma marcha, uma tentativa de golpe ou contragolpe, ações de terrorismo, assalto ou um sinal para iniciar quarteladas?

---

cavalos, autodenomina-se exército e parte em marcha utópica para conquista de um feudo imaginário.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

-Sendo um movimento político, como ficou comprovado pelo Inquérito Policial Militar, podemos considerá-lo de orientação comunista, socialista ou nacional-revolucionário?

Essas variantes iniciais relativas ao título/denominação do movimento são identificadas claramente pelas correntes políticas antagônicas que disputaram o poder durante a Guerra Fria ou que, de alguma forma estiveram ligadas a este embate. Deparamo-nos com correntes políticas que enaltecem o movimento como forma de luta e resistência à Ditadura Militar,<sup>4</sup> outras que o condenam como ação terrorista orientadas por órgãos internacionais.<sup>5</sup>

O dissenso entre a existência de luta armada no sul do Brasil em 1965 é encontrado até mesmo entre autores da mesma corrente política! Dentro do Exército, instituição que se orgulha da sua homogeneidade, se pode exemplificar esse apontamento ao consultarmos os escritos do general Raymundo Negrão Torres<sup>6</sup>, que nega a existência de luta armada no sul, e do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra,<sup>7</sup> qual afirma que nesta ocasião as forças legais enfrentaram um grupo guerrilheiro.

Mas qual a motivação deste desacordo bibliográfico, que se torna aparente na imprensa escrita da época? Seriam apenas pontos de vista diferenciados? Ou estariam os autores legitimando ações próprias de um passado recente? Ou então, negando um fato histórico que não é relevante para uma determinada corrente política? Estariam eles elaborando memórias tendenciosas, como o caso do professor Silvério Schneider que organizou em sua monografia uma exaltação ao heroísmo guerrilheiro onde seu tio fora integrante do grupo armado? (SCHINEIDER, 2000). A questão central é: em meio às paixões políticas e detalhes forçados ao esquecimento ou incutidos na

---

<sup>4</sup> Vejamos: “O Tenente Vermelho” de José Wilson da Silva, “A ditadura Envergonhada: as ilusões armadas” de Elio Gaspari e “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?” de Aluizio Palmar, dentre outras.

<sup>5</sup> Podem ser citados: “A Grande Mentira” de Agnaldo Del Nero Augusto, “Nos Porões da Ditadura” de Raymundo Negrão Torres e “A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça” de Carlos Alberto Brilhante Ustra, dentre outras.

<sup>6</sup> TORRES, 1998.

<sup>7</sup> USTRA, 2006.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

lembrança, existe uma versão mais próxima da realidade histórica que podemos extrair deste fato histórico?

Entre as controvérsias questiona-se o apoio dado por Leonel Brizola<sup>8</sup> em relação à “*ação armada*” que se findou no sudoeste do Paraná em 1965. Alguns autores o trazem como o líder principal do movimento que após desencadeá-lo se arrependeu, deixando a coluna guerrilheira de do ex-coronel Cardim ser encurralada pelo exército nacional; outros apenas o citam como conhecedor do movimento, o qual não apoiou.

Após cumprir pena, o ex-coronel Jefferson Cardim líder do movimento a ser estudado, em entrevista concedida a Décio de Freitas na Assembléia Legislativa gaúcha em março de 1980, declarou que a

“Operação Três Passos” previa a entrada de Brizola no Brasil, a fim de catalisar e de detonar as revoltas: “*Acho que Brizola se acovardou, foi uma traição, porque em seu apartamento na Praça da Independência, em Montevideú, selamos um pacto. Ele não cumpriu este compromisso, que era o de derramar o sangue pelo povo brasileiro*”. [grifo nosso]. (DUMONT, 2006. Disponível em: <http://www.ternura.com.br/cardim.htm> . Acesso em: 06 Out 2006).

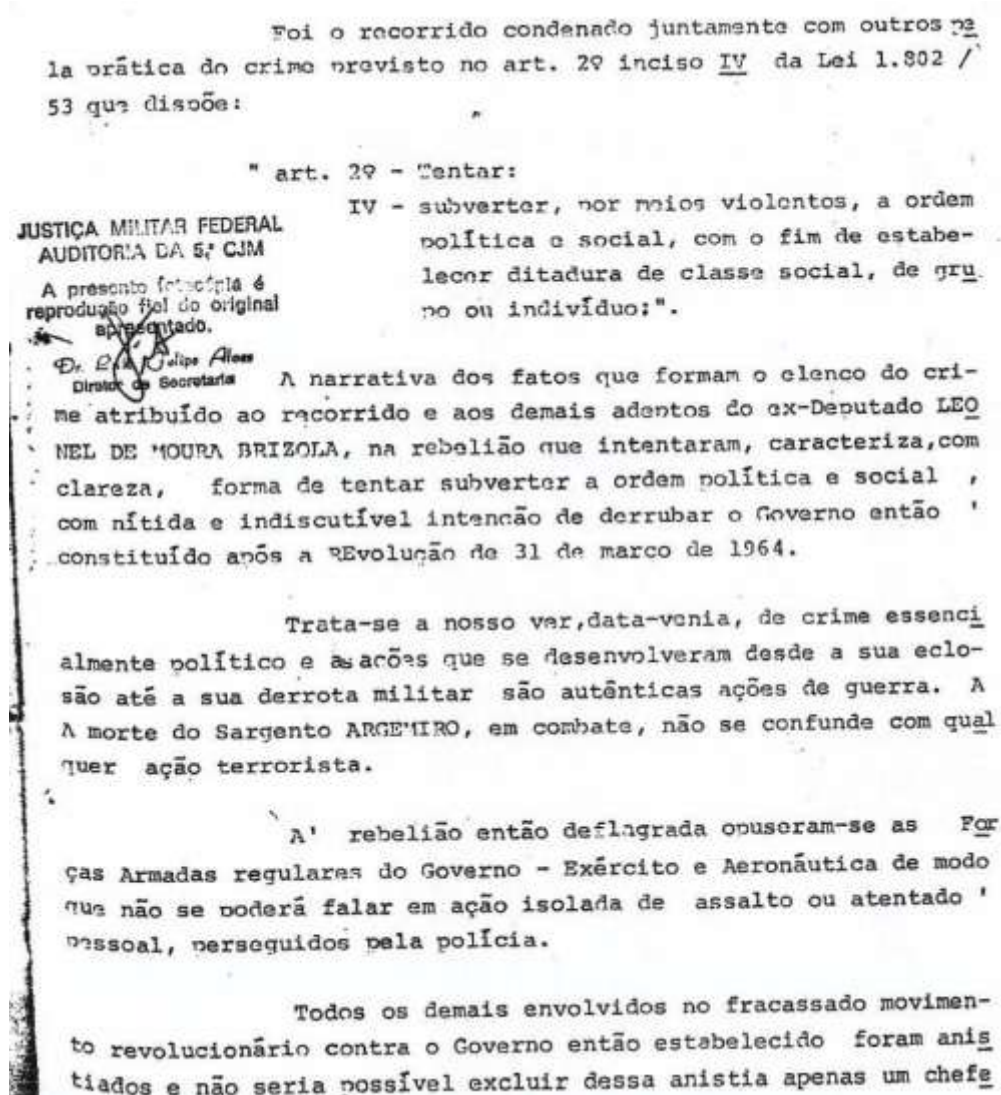
O ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Albery Vieira dos Santos, integrante do grupo guerrilheiro concedeu uma entrevista ao “COOJORNAL” publicada em dezembro de 1979<sup>9</sup>, na qual o militar declarava que o dinheiro para financiar a Operação - um milhão de dólares - havia sido conseguido em Cuba e levado, até Brizola, por Darcy Ribeiro e Paulo Schilling. Afirmou, também, sobre Brizola, que: “*A traição dele (Brizola) foi ter mandado iniciar o movimento e, depois, ter-se arrependido e não colocar o plano em execução*”. (AUGUSTO, 2002, p. 170). Brizola nunca se pronunciou publicamente sobre o caso.

<sup>8</sup> Brizola representou a esquerda brasileira na década de 1960 inclusive realizando alianças com diversos grupos, no entanto não deve ser identificado como comunista, mas sim como nacional revolucionário. (FC LEITE FILHO, 2008, p. 309).

<sup>9</sup> GUERRILHA NO SUL: 23 homens tentam levantar o País. *Coojornal*. (Especial). Porto Alegre. Ano V(47): 1979, p. 37.



Afinal, qual a participação de Leonel de Moura Brizola neste episódio? O que o Inquérito Policial Militar e os processos na Justiça Militar tem a nos informar sobre este contraponto? O que os ex-guerrilheiros têm a dizer sobre isso? A Frente de Libertação Nacional,<sup>10</sup> tão sonhada união de todos os grupos de esquerdas exilados do Brasil e reunidas no Uruguai, tem alguma participação no evento? Houve investimentos cubanos na guerrilha do sul?<sup>11</sup>



**Figura 2.** *Recurso Criminal n. 5.359-7. Apelação à Auditoria da Justiça Militar - Curitiba. Fonte:* Arquivos da Justiça Militar – Superior Tribunal Militar.

<sup>10</sup> FERREIRA, 2007, p. 580.

<sup>11</sup> ROLLEMBERG, 2001.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Existe a versão de que o ex-sargento Albery, um dos exilados mais corajosos e radicais, procurou Brizola solicitando dinheiro para realizar a incursão armada e este não forneceu. (SILVA, 1987, p. 170). Encontrando-se depois com o ex-coronel de artilharia do exército Jefferson Cardim nasceu o movimento. Cardim era parente remoto de Castelo Branco e ligado ao PCB, veterano militante de esquerda, que despertava ódio aos militares do exército, por quebrar a ética militar em casar-se com a mulher de um companheiro e depois se amasiar com sua enteada. (ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 124).

Em “*A ditadura envergonhada*” de Elio Gaspari publicada em 2002 afirma que Albery e Cardim começaram a se articular e mesmo sem apoio de Leonel Brizola conseguiram juntar mil dólares, três fuzis tchecos semi-automáticos e alguns revólveres. Conseguiram um caminhão e com vinte e três homens entraram no Brasil no dia 19 de março de 1965. (GASPARI, 2002, p. 192). As obras publicadas pelo jornalista Elio Gaspari representam um grande esforço no sentido de catalogar e narrar fatos da Ditadura Militar no Brasil, no entanto a sua confiabilidade em relação a este episódio em específico não é fidedigno, deparamos com uma torrente de equívocos em relação ao comando do grupo, armamento utilizado, direção e localização do grupo guerrilheiro quando capturados.

Quanto à tese do “*combate travado*” com a tropa guerrilheira também é rodeada de incógnitas, em alguns momentos ela é apresentada para legitimar a criação institucional do herói militar, o sargento Camargo, militar das forças regulares e única vítima fatal deste combate. (ZATTA; RIPPEL; COSTA GAMA, 2010 e FOLHA DE SÃO PAULO 28 Mar 1965). Em outros momentos ela é apresentada como emboscada para intensificar o caráter censurável e ardiloso dos guerrilheiros. (FOLHA DA MANHÃ, Data rasurada).

Já a probabilidade do uso de tortura para fins de confissão rápida dos envolvidos, o que teria levado o Presidente Castelo Branco desconfiar de maus tratos aos presos e mandar instaurar novo inquérito, apresentada por Elio



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Gaspari<sup>12</sup> é contestada por todos os autores militares.<sup>13</sup> No entanto, esta acusação está confirmada pela entrevista ao Cabo Bener que participou da captura dos guerrilheiros, que afirma ter visto os seus superiores hierárquicos do exército e policiais chutarem o Coronel Cardim até “*soltar a sola do coturno*”, também diversas sessões de escarros e arrasto pela estrada de terra.

Os noticiários da imprensa nacional no ano de 1965<sup>14</sup> apresentam um Exército preparado e vitorioso que consegue através de uma operação coordenada em conjunto com a Força Aérea capturar os todos os guerrilheiros em marcha. Contrário a essa versão, em entrevista ao pasquim COOJORNAL em 1979, o Coronel Cardim e o Sargento Albery afirmam que vários de seus subordinados na marcha guerrilheira se entregaram às tropas federais sem nenhuma resistência ou dificuldade imposta. (COOJORNAL (Edição Especial), 1979, p. 22).

Em depoimento ao mesmo jornal os ex-militares afirmam que ao serem presos perceberam que não seriam apresentados às autoridades competentes, como descreve a versão oficial apresentada pelo Exército. Seriam executados “*pois guerrilheiro não vai preso, guerrilheiro morre em combate!*” Esta seria a ordem de execução de todos os prisioneiros recebida pelas tropas em combate do escalão superior.

Se assevera ainda, que o grupo guerrilheiro não foi executado por ter sido fotografado pela reportagem da TV Manchete junto aos militares. A imprensa cobria a inauguração da Ponte da Amizade com um avião, que foi deslocado para acompanhar as operações de contraguerrilha registrando o momento da prisão de alguns dos capturados. No entanto, os radiotelegramas não registram tais ordens, tão pouco foi confirmado tal ordem com o cabo entrevistado.

No dia 28 de março de 1965 o exército apresentou um informe para a imprensa detalhando que os guerrilheiros marchavam em direção a cidade Foz

---

<sup>12</sup> GASPARI, 2002, p. 191-196.

<sup>13</sup> AUGUSTO, 2002; TORRES, 1998 e USTRA, 2006.

<sup>14</sup> Considerados aqui os arquivos on-line Folha de São Paulo/Banco de Dados da Folha: Acervo de Jornais e Diário da Manhã: recortes acondicionados no Museu Militar Tenente Camargo nas dependências do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada em Francisco Beltrão-PR.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

do Iguaçu-PR, onde seria comemorada a dita “Revolução de 31 de Março de 1964” através da inaugurando a Ponte da Amizade.<sup>15</sup> E que nesta oportunidade os guerrilheiros atentariam contra a integridade física do general Presidente brasileiro, Castelo Branco. (FOLHA DE SÃO PAULO, 28 Mar 1965). Versão que não foi confirmada pelos guerrilheiros em suas declarações, que asseguram estarem se deslocando pelo sudoeste paranaense em fuga, que pela proximidade com a fronteira da Argentina almejavam evadir-se do território brasileiro para o Parque Nacional do Iguaçu.

Retomando o que tange o único confronto armado deste episódio, que originou a morte do Sargento Camargo, descreve a notícia da FOLHA DE SÃO PAULO em 28/03/1965 que este militar faleceu com dois tiros na perna e um no peito disparado por uma pistola calibre .45. Ressalto ainda que não fora realizada a autópsia do corpo do sargento, que somente o médico militar teve acesso ao corpo e não elaborou laudo cadavérico ou relatório. Tão pouco na época havia perícia nas armas, onde tanto os militares como os guerrilheiros possuíam armamentos de mesmo calibre.

Com base nisso, retomamos a versão não-oficial apresentada nas conversas informais dos militares de Francisco Beltrão-Pr de que os disparos que matou o sargento Camargo foi um tiro amigo, ou seja, um disparo acidental. Versão apresentada e defendida em minha dissertação de mestrado defendida em 2008. (ZATTA, 2009, p. 157).

O vago relatório do Tenente Lemos, comandante do sargento Camargo na operação, afirma que durante a emboscada houve uma intensa troca de tiros, diversos disparos para todos os lados. Expõe-se assim:

deparamos com um indivíduo, vestindo o 5º uniforme de oficial do Exército, sem túnica, portando na cintura uma pistola e na mão direita, segurando ao longo da perna, uma arma grande. Não pude notar se era uma metralhadora ou um mosquetão... deviam ser então 11:00 horas<sup>16</sup>...A viatura parou mais ou menos 10 metros do

---

<sup>15</sup> Solenidade conjunta com o ditador paraguaio, general Alfredo Stroessner.

<sup>16</sup> Manhã do dia 27 de março de 1965.

indivíduo...Concomitantemente os primeiros tiros foram disparados contra o caminhão ainda com alguns soldados se movimentando para abandona-lo.Comandei então:“Fogo à vontade”...primeiros momentos foram de confusão. Acalmamos os homens e gritamos que permanecessem aonde estavam instalados as duas margens da estrada... durante o tiroteio perdi contato com os Sgt...Calculei que estivessem camuflados na mata [...]”<sup>17</sup>

A versão de confusão também foi confirmada pela entrevista do Cabo Bener que se encontrava em cima do caminhão que o sargento Camargo trafegava, onde conseqüentemente foi assassinado.

Em 2008 durante a exumação dos restos mortais do sargento Camargo, fora registrado pelo fotógrafo do 16º Esquadrão de Cavalaria, o terceiro sargento João Olivo, que em um fêmur havia marca de projétil pertencente a uma arma de calibre menor. Fato que aponta que o falecido militar foi atingido pelas costas. Teria sido o sargento Camargo, “herói” militar das operações de contraguerrilha de 1965, morto pelos próprios companheiros?



**Figura 3.** Exumação dos restos mortais do Sargento Camargo em 2008. **Fonte:** Sargento Olivo – Fotógrafo do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada.

---

<sup>17</sup> RELATÓRIO DAS OPERAÇÕES DO 1º PELOTÃO DE INFANTARIA DA 1ª COMPANHIA, com sede em Francisco Beltrão-PR, escrito e assinado por seu comandante, o 1º Tenente Juvêncio Saldanha Lemos. Este relatório descreve detalhes não tão precisos do combate que se desencadeou nas proximidades da cidade de Capitão Leônidas Marques, as tropas envolvidas, a morte do Sargento Carlos Argemiro de Camargo e a prisão dos guerrilheiros.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Outro detalhe que merece atenção deste episódio histórico é a promoção *post-mortem* do sargento Camargo. Por ordem do Ministro da Guerra, o general Artur da Costa e Silva, Camargo foi promovido *post-mortem* ao posto de segundo-tenente. (ZATTA, 2009, 307). Esta espécie de promoção ocorre quando um militar morre em combate ou em exercício de sua função, sendo promovido ao posto ou graduação subsequente a aquela que exerce. Ou seja, o terceiro-sargento Camargo deveria ser promovido ao posto de segundo-sargento.

Então, por que após a morte este praça fora promovido ao quadro de oficial do exército brasileiro? Houve uma supervalorização deste episódio? Ou o exército não pretendia eternizar um graduado/prança como “herói” da luta contra a sublevação, subversão e/ou comunismo? Notamos que no período havia sérias divergências entre o quadro dos praças com o dos oficiais das Forças Armadas, a Revolta dos Marinheiros e o Comício do Automóvel Clube foram apontados como quebra da hierarquia militar em 1964, algo sagrado para os militares, e a sua seqüente anistia pelo presidente João Goulart é lembrado como um dos motivos do Golpe de 1964. (USTRA, 2006, p. 127).

Quanto ao assassinato misterioso do sargento Albery no oeste paranaense em fevereiro de 1979 também há contrapontos. De acordo com a denúncia da Revista Istoé na reportagem intitulada “Os Matadores”, após ter sido preso em 1965 no sudoeste paranaense por ocasião da guerrilha do coronel Cardim ele teria se tornado informante do Governo Militar infiltrado na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Foi o responsável por atrair militantes para uma área de guerrilha fictícia na zona rural de Medianeira-PR. (JUNIOR, 2004, p. 26). Seu assassinado de forma pouca esclarecia em 1979 aponta indícios que teria sido morto como queima de arquivo por um órgão não-oficial do Governo Militar em atividade em pleno período democrático. (PALMAR, 2006). Obviamente o exército nega a existência de qualquer grupo de *extermínio/limpeza* política!

Algo que também tem remexido o passado do Regime Militar no Brasil são as indenizações paga as famílias das vítimas da Ditadura Militar. (FICO, 2004). Os guerrilheiros do coronel Cardim realmente receberam altas





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

indenizações pagas pelo Governo brasileiro como foram acusados pelos militares? Autores de direita se dizem injustiçados ao ver pagas altas indenizações aos ditos subversivos, Ustra (2006) afirma que a família de Albery recebeu através da Comissão de Desaparecidos Políticos uma indenização de R\$ 419.500,00 e a sua esposa, a viúva Iloni Schnetz dos Santos, recebe mensalmente R\$ 7.300,00 de pensão. (USTRA, 2006, p. 147).

Sabemos através de contato com o setor de pagamento do exército que a viúva do sargento Camargo, Maria da Penha Correa Soares de Camargo recebe o soldo de 2º sargento aproximadamente à R\$ 2.800,00 contando com algumas gratificações sua pensão aproximam-se de R\$ 3.500,00. O fato é que independente da corrente política defendida, o povo brasileiro paga caro pelas ações extremistas do passado recente.

### **Considerações finais**

A intenção desta comunicação é apresentar algumas controvérsias, contrapontos, discordâncias e desacordos que rondam o caso da guerrilha do coronel Cardim, o que impediram até o momento, a elaboração de uma versão aceita como verdade histórica do episódio. Pensa-se em elaborar uma futura pesquisa sobre o tema com fontes oficiais militares inéditas e caráter reservado, sigiloso e secreto, se avigorando avaliar os atores e acontecimentos deste fato extremamente marcante, mas tão pouco estudado pela História recente do nosso país.

### **Referências Bibliográficas**

ARAÚJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso, (Orgs). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Bibliex Editora, 2002.

BANCO DE DADOS DA FOLHA,  
[http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_29mar1965.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_29mar1965.htm). Acesso em:  
7/01/2007 as 21hrs30min.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

BUCHANAN, William; HYATT, Robert. As vulnerabilidades da guerrilha. *Military Review*. Forte Leavenworth, Edição Brasileira, Agosto de 1968.

CODÓ, Enrique Martinez. A guerrilha após Guevara. *Military Review*. Forte Leavenworth, Edição Brasileira, Julho de 1969.

\_\_\_\_\_, Enrique Martinez. Insurreição na América Latina. *Military Review*. Forte Leavenworth, Edição Brasileira, Novembro de 1967.

\_\_\_\_\_, Enrique Martinez. Os problemas militares da América Latina. *Military Review*. Forte Leavenworth, Edição Brasileira, Agosto de 1964.

CLUTTERBUCK, Richard. *Guerrilheiros e Terroristas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.

DUMONT, F. *Recordando a História: Jeffersom Cardim e as escaramuças das forças armadas de libertação Nacional (FALN)*. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=278&tipo=5>. Acesso em: 29 Ago 2011.

FC LEITE FILHO. *El Caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008.

FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964)*. As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 543-585.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibud. *Democracia ou reformas: alternativas democráticas à crise política, 1961-1964*, São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 202.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 24. nº 47, p. 29-60 – 2004.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibud. *Democracia ou reformas; alternativas democráticas à crise política, 1961-1964*, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GUERRILHA NO SUL: 23 homens tentam levantar o País. *Coojornal*. (Especial). Porto Alegre. Ano V(47): 1979.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KOSSOI, Boris. *Fotografia e História*. 2. Ed. São Paulo> Ateliê, 2001.

JÚNIOR, Amaury Ribeiro. Os matadores. *Revista Istoé*. Nº 798, 24/03/2004.

LINDSAY, Franklin. Guerra Irregular. *Military Review*. Forte Leavenworth. Edição Brasileira. Junho de 1962.

NASCIMENTO, Durbens Martins. Guerrilha no Brasil: uma crítica à tese do “suicídio revolucionário em voga nos anos 80 e 90”. In: *Revista Cantareira*. Rio de Janeiro. v. 1. n.5. Ano 02 Abr-Ago – 2004.

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SILVA, José Wilson. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê! Editores, 1987.

SILVEIRA, Norberto da. *Reportagem da Legalidade 1961/1991*. Porto Alegre: NS Assessoria em Comunicação Ltda, 1991.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2001.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TORRES, Raymundo Negrão. *Nos Porões da Ditadura*. Curitiba: Expressão e Cultura, 1998.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora Ser, 2006.

VANINI, Ismael. História e fotografia. In: BONAMIGO, Carlos Antonio *et al. História: construção de múltiplas interfaces*. Francisco Beltrão: Grafisul, 2006.

VILLA, Marco Antônio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

VISACRO, Alessandro. *Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Contexto, 2009.

WAACK, William. *Camaradas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

ZATTA, Ronaldo. *Sentinelas do Sudoeste: o Exército brasileiro na fronteira paranaense*. Dissertação de Mestrado, UPF, 2009.

ZATTA, Ronaldo. Tenente Camargo: a institucionalização de um “herói” militar. In: *Cadernos do CEOM*. Políticas Públicas: memórias e experiência. N. 30, UNOCHAPECÓ, 2009, p. 295-315.

ZATTA, Ronaldo; RIPPEL, Leomar; COSTA GAMA, Josué da. *Tenente Camargo: estudos de memória sobre a institucionalização de um “herói” militar*. Francisco Beltrão: Grafisul, 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

## **ENQUADRAMENTO DE MEMÓRIA MILITAR: O CASO TENENTE CAMARGO**

Ronaldo Zatta \*

Leomar Rippel \*\*

### **Considerações iniciais**

Ao se estudar memórias coletivas que estão fortemente constituídas, como “*memória nacional*”, deve se aplicar preliminarmente à análise de sua função. A operação coletiva dos acontecimentos e a interpretação do passado que se quer salvaguardar se integra na tentativa consciente de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade.

Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referências. (POLLAK, 1989, p. 09).

Baseando-se ainda nos estudos de Pollack, o trabalho de “*enquadramento da memória*”, ou seja, forjar uma memória comum em um determinado grupo social se alimenta do material fornecido pela História. Esse material pode ser interpretado e combinado com referências associadas e “guiado pela preocupação de manter as fronteiras sociais, mas também modificá-las”. (POLLAK, 1989, p. 09).

A morte do sargento Camargo<sup>1</sup> foi utilizada como uma ferramenta na luta contra a esquerda política que ameaçava a estabilidade do recém instaurado

---

\* Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF).

\*\* Mestrando em História da Universidade de Passo Fundo (UPF).

<sup>1</sup> Camargo era sargento do Exército brasileiro e servia na Companhia de Infantaria na cidade de Francisco Beltrão - PR. Foi morto em 1965 na região de Santa Lúcia-PR por ocasião de combate à marcha guerrilheira comandada pelo ex-coronel de artilharia do Exército Jéferson Alencar de Osório Cardim. Camargo fora considerado um herói regional reconhecido nacionalmente pela instituição militar que o apresentava como um mártir da campanha anticomunista em nosso país, sendo promovido *post mortem* ao posto de tenente, por tal motivo nesse ensaio em



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Governo Militar, por isso se deu a construção do ‘herói’ e mártir militar. Esta é a explicação mais lógica para explicar a mutação de um homem simples transformado em herói sem disparar um único tiro e sem ter nenhuma participação destacada na operação de contraguerrilha.

Em uma análise da memória coletiva, devem ser enfatizados diferentes pontos de interatividade que estruturam a nossa memória e inserindo-a na memória da coletividade a que pertencemos. Entre esses pontos podem ser incluídos os monumentos, patrimônios arquitetônicos, datas, personagens históricas, tradições, costumes, folclore músicas e até regras de interação. Desta maneira, acentuam-se as funções e articulações desempenhadas pela memória comum, reforçando a coesão social, não pela forçadamente pela coerção, mas pela adesão afetiva de um grupo, a “*comunidade afetiva*”. (POLLAK, 1989, p. 03).

Assim há um processo de “*negociação*” para poder conciliar a memória coletiva com a memória individual. Pois precisa haver pontos de contatos entre elas, a construção da memória sobre uma base comum. No caso do sudoeste do Paraná, houve uma construção de pontos de interligação entre a pessoa do sargento Camargo com a região. Como visto em outros capítulos desta obra, a região sempre esteve em constante luta pela posse da terra, essa associação do personagem com o lugar, foi o ponto fundamental para absorção da memória coletiva sobre continuamente em construção.

### **Alguns “lugares de memória” militar**

A expressão “*lugares de memória*” fora criada pelo historiador francês Pierre Nora no final da década de 1970 e início da década de 1980 para abordar e por em evidências práticas culturais, representações coletivas e heróis franceses, sendo logo apropriada por historiadores e cientistas sociais de todo o mundo. (NEVES, Acesso em: 25 Dez 070).

---

determinados momentos será chamado de sargento quando nos referimos aos fatos anteriores à sua morte; e em outros de tenente, referenciando os acontecimentos após seu falecimento.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Os “*lugares de memórias*”, sobretudo são **lugares** carregados de **memória**, representativos perante um grupo expressando sua história e identidade. “[...] *os lugares de memória são simultaneamente (apenas em graus diferentes) nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional*”. Têm eles a função de desempenhar o papel de manutenção dos laços sociais, de fugir à ameaça do esquecimento. (FELIX, 2004, p. 50).

Podemos dizer que lugares não se limitam a fixar as lembranças e as fixá-las, mas também encarnam uma continuidade de tempo que vai além dos indivíduos e das épocas. A memória dos lugares fixa em um local preciso do qual não se pode separar, gerando representações e auto-identificação. (TEDESCO, 2004, p. 260 e 261).

Segundo Felix, o “[...] *temor do esquecimento gera a obsessão pelo registro, pelos traços, arquivos, museus, cemitérios, coleções, festas, aniversários, processos verbais, monumentos – santuários associações associados à processos que dão ilusões de eternidade*”. (FELIX, 2004, p. 50).

### **A rua**

Em 1966, portanto aproximadamente um ano após o falecimento do militar em questão, foi aprovado através de uma Lei Municipal que a antiga Rua Londrina que cruza a cidade de Francisco Beltrão iniciando no Bairro Miniguaçu, seguindo pelo Bairro Presidente Kennedy, Centro da cidade, ultrapassando o Bairro Nossa Senhora Aparecida e findando no Bairro Nova Petrópolis, tivesse sua denominação substituída por Rua Tenente Camargo.

Tal denominação constituiu uma linguagem não-verbal de transmissão de memória às gerações futuras, transformada num “*bem simbólico*” ou um “*mediador de memórias*”, representa a resistência ao tempo para que a memória coletiva não se perca. Infelizmente não se poder consultar a Lei Municipal na íntegra, pois ela se encontrava com os arquivos da antiga Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão-PR que incendiou no ano de 1966.

### **A lápide**

O confronto ideológico da Guerra Fria também deixara vestígio no sudoeste paranaense. Ao analisarmos a **Figura 1**, vemos no epitáfio do túmulo do tenente Camargo a constatação deste embate bipolar, ele fora um outdoor épico na campanha a favor das qualidades de ordem, subordinação, camaradagem e principalmente sacrifício pela nação. Princípios que foram ameaçados pela “*ação subversiva*” dos guerrilheiros.



**Figura 1.** O epitáfio. Túmulo ornamentado dentro do Cemitério de Francisco Beltrão-PR onde se encontrava sepultado o tenente Camargo até 2005. **Fonte:** Elaborado para este estudo em 2004.

A referência na construção da memória regional da terra ao militar, apresentado como seu guardião, levou-nos a identificar traços da política nacionalista. E sendo o nacionalismo uma das maiores fontes de identidades para indivíduos contemporâneos, o conceito de nação devem ser ligadas as suas cinco dimensões: cultural, territorial, política, histórica e psicológica. (GUIBERNAU, 1997, p. 55 e 56). A dimensão territorial-espacial é apresentada claramente no epitáfio, junto a ela podemos notar a dimensão psicológica que se caracteriza pela consciência de formar um grupo que insere a junção do espaço-lugar com a ação militar. Essa ligação do Exército e a sociedade pela mesma



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

causa (lugar/espço) foi o veículo natural para a busca de objetivos coletivos durante toda a estruturação do sudoeste paranaense.

Fora colocado pela Organização Militar de Francisco Beltrão o epitáfio na lápide do militar falecido o qual fazia alusão à luta contra os subversivos, tal mensagem exaltava seu sacrifício em nome da “Pátria”, que passou a ser compreendida pela população local como *terra*.

Neste instante tornou-se importante manter a comemoração como uma maneira ou forma de evitar o esquecimento; lembrar ou relembrar que a instituição estava ainda vigilante pela Segurança Nacional contra aqueles que conluíram contra o sistema vigente.

### **Um monumento no quartel**

Em 1967 o capitão Sebastião R. de Moura em solenidade pública inaugurou um monumento em memória ao tenente Camargo dentro da Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão. **(Figura 2)** Este evento contou com a participação de toda a comunidade, compostas por autoridades regionais com sede no município, radialistas, professores, estudantes do ensino fundamental e população civil em geral.

Através de uma aparelhagem de som improvisada, o capitão Moura reviveu a história do tenente Camargo contando sua “*estória*” em narrativa. Em sua locução para com a comunidade, ele expôs novamente os conturbados acontecimentos que agitaram as matas paranaenses no mês de março de 1965, a população mais uma vez revivia o episódio através da versão construída oficialmente. É através da dimensão da oratória lida socialmente como profecia que ocorre a “*socialização*” através dos imaginários sociais. (FELIX, 1998, p. 144).



**Figura 2.** Monumento no quartel. Inauguração do monumento em homenagem ao tenente Camargo em 1967. **Fonte:** Álbum Histórico do museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

Sentir e contar histórias em comum possui o significado de dar possibilidade de criação e fortalecimento comunitário, assim continua Tedesco; a memória coletiva reafirmada

[...] por narrativa, reafirma sua força de transmissão, pois, para continuar a recordar, é necessário que cada geração transmita o fato passado para que possa se inserir nova vida em uma tradição comum. [...] O ato narrativo, na medida em que é possível sua elaboração e apropriação, constrói um sentimento de identidade coletiva do grupo e um sentido de pertencimento dos indivíduos, ajuda a conhecer o grupo e a organizar as próprias relações internas. (TEDESCO, 2004, p. 36).

Deste modo a *invenção*<sup>2</sup> do ‘herói’ não foi movida apenas, pelo interesse histórico, mas estava inserido no processo de construção de *espíritos* daqueles que viviam as conturbações políticas, constituído de elementos que deveriam ser valorizados, apreciados e considerados fundamentais para a construção de uma

---

<sup>2</sup>O termo *invenção* usado também usado por Castro, 2002, não possui o sentido pejorativo de inverdade ou mentira. Utiliza-se o conceito de Hobsbawm que o definiu como “tradição inventada” o conjunto de práticas reguladas impostas ou abertamente aceitas, ritual ou simbólica que pretendem injetar certos valores e comportamentos através da repetição, vinculada a um passado legitimador. (HOBSBAWM, E.; RANGER, 1997).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

identidade nacional. Assim se moldou o subconsciente da alma coletiva regional.

Hoje tal monumento já não existe, o aquartelamento teve suas instalações remodeladas conforme a necessidade da tropa por diversas vezes com o passar das décadas, outra hipótese, e mais provável, é que este tenha sido substituído pela construção da Praça Tenente Camargo. O Capitão Moura, consciente ou não, fazia concretizar as palavras que o Ministro da Justiça Francisco Campos proliferara em seu discurso em 1940 ao se referir ao monumento em homenagem aos mortos na luta contra os comunistas da Intentona de 1935: *“Este monumento é apenas um sinal. Dele não precisavam os mortos. Ele se dirigiu sobretudo aos vivos”*.(CASTRO, 2002, p. 55).

### **A praça: a sala de visitas e oração do quartel**

Já a Praça Tenente Camargo foi construída no início dos anos setenta, à direita da alameda de entrada do aquartelamento de Francisco Beltrão-PR, seu designer imita em auto-relevo, o brasão do Exército, o mesmo que as tropas utilizavam no ombro direito de seu fardamento no período de combate a guerrilha. A praça foi mais um instrumento utilizado para conservar, transmitir, sobreviver, difundir e memorizar o patrimônio cultural, e serve de base também para analisar a história social, que repassada de geração para geração.

Ao centro do monumento, encontra-se um mosquetão Mauser, armamento utilizado pelas tropas do Exército até o início da década de 1970, cravado através de sua baioneta no cimento, com o capacete sobrepondo sua coroa, símbolo do falecimento de um soldado em combate. **(Figura 3)** Tais objetos destacados tornam-se portadores de significados memoriais e devem ser associados a características universais, não tão somente num recorte regional.

A narrativa política doutrina não só cidadãos adultos, mas também crianças e adolescentes formando memórias infantis, essa memória infantil foi repetida sem mudança ao longo das cinco décadas passadas pelo ator social já adulto, contribuindo para a formação da memória contemporânea. Através da



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

formalização e patrimonialização simbólica um acontecimento individual transformou-se numa auto-representação social da comunidade regional, oriunda da construção ideológica e institucional transmitindo significados simbólicos de pertencimento.



**Figura 3.** Crianças no quartel. Quinhentas crianças das Escolas Municipais brincaram na Praça tenente Camargo em 12 de setembro de 1973 durante as comemorações da Semana da Pátria.  
**Fonte:** Álbum Histórico do museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

Dentro de uma luta (trabalho) simbólica pelo reconhecimento, a visita de escolas na Praça foi uma ação de mobilização para produzir a unidade real e a crença nesta unidade, tanto no seio do ensino básico como em outros determinados grupos sociais regionais. Portanto, “as ações de imposição e de inculcação da identidade legítima (como as que a escola e o exército exercem) – tende a gerar unidade real”. (BORDIEU, 1998, p. 120).





**Figura 4.** Formatura na praça. Em 1985 a passagem de comando do capitão Vicente Carlos Marques para capitão Nilton Nunes Ramos. Solenidade pública realizada na Praça Tenente Camargo. **Fonte:** Álbum Histórico do museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

A OM de Francisco Beltrão tomou por iniciativa realizar as formaturas e solenidades públicas na Praça Tenente Camargo, somente as formaturas de caráter interno foram realizadas no interior do aquartelamento, a praça tornou-se um ponto de referência para o encontro com o público externo. **(Figura 4).**

Tedesco afirma que

A tradição necessita da rememoração, de um fato importante vivido por uma ou várias pessoas para ganhar corpo e continuidade no tempo. A reconstituição de uma tradição geralmente é feita com recursos mediadores dos ritos e dos símbolos. As pessoas ou grupo que recorrem à tradição normalmente o fazem com a intenção de dar sentido ao presente, objetivando responder às provocações do tempo presente. (TEDESCO, 2004, p. 67).

Tais cerimoniais permitiram uma evocação do passado que permaneceu além das mudanças sociais das últimas décadas, e seu ponto culminante foi à construção de uma identidade social do Exército na região. Talvez isso ajude explicar o motivo que a população civil aprecia com tão bons olhos a instituição militar e a incorporação de seus filhos e descendentes na Subunidade Militar de Francisco Beltrão.

Castro analisa da seguinte forma os cerimoniais militares:



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

Comum a todos os casos seria a tentativa de expressar identidade, coesão e estabilidade social em meio a situações de rápida transformação histórica, através do recurso à invenção de cerimônias e símbolos que evocam continuidade com um passado muitas vezes ideal ou mítico. (CASTRO, 2002, p.11).

Além do mais, teóricos do nacionalismo afirmam que as nações precisam de uma narrativa com a qual se identificar, uma narrativa que seja apoiada e revivida pelos rituais comemorativos, desta maneira surgem as identidades fortes oriundas quase sempre de lutas e oportunidades. Assim sendo os atos de apropriação seletiva de significados habilitam a construção de símbolos que marcam identidades. (STRATHERN; STEWART, 1999, p. 44 e 45).

### **O patronato**

No ano de 1978, a EsSA - Escola de Sargentos das Armas localizada na cidade de Três Corações - MG formava uma turma de 3º Sargentos que tinha como patrono<sup>3</sup> e nome histórico “*Tenente Camargo*”. Entre os integrantes dessa turma encontrava-se o 3º sargento de Infantaria Lourenço Rômulo Innocêncio Junior, que por força do destino 28 anos após sua formatura, ocupando o posto de 1º tenente viria a ser o curador do Museu Tenente Camargo e chefe da equipe que executou a exumação dos restos mortais do ‘herói’.

### **Monumento à vista dos viajantes**

Outro elemento simbólico importante fora erguido no ano de 1985. Trata-se do monumento em memória ao tenente Camargo na Rodovia Estadual PR182, entre a cidade de Capitão Leônidas Marques e Santa Lúcia, exatamente no local do combate com as tropas guerrilheiras e por consequência, onde

---

<sup>3</sup>No ano de 1923, surgiu no Exército brasileiro a tradição de batizar a turma recém formada. O General Aurélio de Lyra Tavares em depoimento diz que a idéia original de “batizar” a turma foi do coronel francês Pierre Béziers La Fosse, que se encontrava na Escola Militar do Realengo como conselheiro da Missão Militar Francesa, que chegara ao Brasil em 1920. Conversando com esse militar os alunos brasileiros haviam aprendido tradições e costume militares da França, como o de serem as turmas das escolas militares identificadas não apenas pelo ano de sua formatura, mas principalmente pela denominação de um patrono, em geral o nome de um grande chefe militar ou de uma batalha famosa, escolhidos para servir de inspiração aos novos oficiais. A idéia, segundo Lyra Tavares, teria sido acolhida com entusiasmo pelos alunos em 1923. A palavra francesa “*patron*” tem o duplo sentido de “patrono” (protetor) e “padrão” (modelo). O termo patrono não existia até então na tradição militar brasileira. (CASTRO, 2002, p. 18).

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

faleceu o referido militar. A manutenção e limpeza deste monumento são de responsabilidade da Organização Militar de Francisco Beltrão. Tal monumento é facilmente avistado por quem se desloca no sentido Francisco Beltrão - Cascavel, no lado esquerdo da rodovia. **(Figura 5).**

Além de ser um ponto de produção visual a localização e identificação específica do monumento o transformou num patrimônio de memória cívica, tendo dimensão de construção histórica sendo simbolizado e caracterizado como patrimônio coletivo pertencente ao grupo. Tomando forma de uma representação social e herança, é pronúncia de uma expressão política de forma imagética.



**Figura 5.** Monumento em memória ao tenente Camargo. Foi construído na década de 1980, localizado na estrada que liga Francisco Beltrão a Capitão Leônidas Marques, local do confronto com as tropas do ex-coronel Cardim onde ocorrera a morte do tenente Camargo. **Fonte:** Elaborado para este estudo.

O monumento ao tenente Camargo é um sinal do passado que evoca ao tempo presente posturas através do legado histórico nacionalista. A ligação entre monumento e memória se dá pela tentativa de materializar uma forma



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

simbólica aliada a implícita utilização de um lugar preciso, por isso “[...] os monumentos são sempre mediadores de memória. Glória, fama, alegoria, valor cultural, social e político, histórico, controle social, poder, regionalismo, aspirações políticas... são algumas das expressões medianas pelo monumento de memória.” (TEDESCO, 2004, p. 79).

Entretanto, no mesmo período/data de construção do monumento na rodovia mudava também as ações do Exército no cenário nacional. Em 1983, houve o primeiro sinal de mutação que transformava a ameaça comunista em apenas um episódio histórico, não sendo vista como algo presente. Com a reabertura democrática e a transição para o governo civil fizeram entrar em declínio as comemorações anticomunistas, havendo um relaxamento dos ideários políticos tanto na esquerda como na direita brasileira.

Um fato interessante a este respeito foi o ocorrido na comemoração da Intentona Comunista de 1935 no ano de 1983 quando

[...] a surpresa e sensação da cerimônia foi a presença do governador do Rio, Leonel Brizola, que assistiu á cerimônia ao lado do presidente, general Figueiredo, e dos ministros militares. Entrevistado, Figueiredo declarou ser favorável à legalização do Partido Comunista. (CASTRO, 2002, p.62).

A suspensão gradativa das comemorações anticomunistas possuía um intuito claro e evidente, “*apaziguar os ânimos e desarmar espíritos*”. (CASTRO, 2002, p. 63). Neste instante a história mística já havia perdido a função de estabilizar politicamente uma nação, não havendo mais a necessidade de puxar símbolos do passado para o presente.

De acordo com os escritos de Castro, em 1996 em uma iniciativa que partiu dos próprios militares, através de uma ordem do dia afirmou-se que o comunismo havia chegado ao fim. E, portanto, os heróis que serviram de exemplo ao “*sentimento anticomunista*” poderiam descansar em paz, pois sua missão havia sido cumprida. Como a luta havia sido vencida não havia motivos para a continuação ou renovação das cerimônias. (CASTRO, 2002, p. 64).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Tal intenção fora afirmada pela ordem do dia do general Gleuber Vieira que no ano de 1999, por ocasião da comemoração da Intentona Comunista se pronunciara da seguinte maneira:

Quando erguemos monumentos, só o fazemos para pensar profundamente a História, nunca para menosprezar oponentes ou para atizar discórdia. Sabemos que edificar o amanhã significa semear terras férteis, jamais despertar fantasmas. É isso que nos mantém acima das ideologias, das desavenças e dos ressentimentos. (CASTRO, 2002, p. 67).

Aos poucos os cerimoniais anticomunistas foram dando espaços a uma nova formatura, o Dia do Exército; comemorado em 19 de abril, data da Batalha de Guararapes (19 de abril de 1648), que foi a principal batalha no processo de expulsão dos holandeses do Brasil. Agora se trata não de um inimigo interno, mas de um invasor estrangeiro.

Pelo que se pode apurar em análise iconográfica do Álbum Histórico da Unidade de Francisco Beltrão, essa tradição de cerimoniais, apesar de vir perdendo força gradativamente ao longo dos anos, só foi quebrada definitivamente com a substituição da tropa de infantaria pela cavalaria oriunda de Passo Fundo-RS no ano de 2000. Ao se instalar em Francisco Beltrão o 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado possuía tradições próprias e não estava integrado com a história das tropas de infantaria que ocuparam a cidade desde 1954.

### **A criação do museu**

No ano de 2005 a Organização Militar de Francisco Beltrão-PR estava sob o comando do Major de Cavalaria Marcílio Muniz da Silva, dentro das prioridades deste comandante estava a construção do Museu Militar do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Para isso foi recondicionada uma das casas da antiga Colônia Agrícola Nacional General Osório, construída ainda na década





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de 1950.<sup>4</sup> Esta casa foi transportada inteira para as proximidades da Praça Tenente Camargo e assim transformada em museu. **(Figura 6).**

O museu manteve-se por alguns anos em processo de legalização, se esperava a autorização do escalão superior do Exército que nunca chegou, portanto tal museu nunca existiu oficialmente para a Instituição apesar de exercer pleno funcionamento perante a comunidade local. A proposta de criação do museu, a qual foi elaborada pelo historiador e militar 1º tenente Rômulo Innocêncio Junior e despachada pelo major Marcelo Lorenzini Zucco sugeriu a denominação de “Museu Tenente Camargo” devido à ligação de tal personagem com a história regional.

No contexto da política atual a criação do museu pela Organização Militar não possuiu mais a intenção de eternizar a figura do tenente Camargo no sudoeste paranaense como mártir da luta contra o comunismo, nem dentro da ideologia militar, um *exemplo* a ser seguido pelos militares e cidadãos brasileiros. Esta função já fora cumprida pelo ‘herói’ militar regional.

Contanto acredita-se que a ação de criação do museu militar não deixa de ser uma obra “política”, e que, apesar de ter pretensão distinta da criação do ‘herói’ militar portou a intenção de reafirmar os militares como grupo perante a comunidade local.<sup>5</sup> Por este motivo apesar de concordar com Santos (1998), desconsidera-se o seu apontamento de que o “*Estado brasileiro tem sido, ao longo dos anos, o principal mentor e “feitor” das instituições museais*”, sendo uma política oficial do governo, utilizando museus como suporte utilizado pelos chamados “*intelectuais do patrimônio*” para evocar a idéia de uma nação unificadora. (SANTOS, 1998, p. 179-1810). Talvez, este não seja o caso local.

---

<sup>4</sup>A cidade de Francisco Beltrão-PR nesta ocasião passou a ostentar dois museus: O museu dos pioneiros, localizando no Parque de Exposições Jaime Kannet Junior administrado pela Secretaria de Cultura da Prefeitura de Francisco Beltrão, e o museu Tenente Camargo localizado dentro das instalações do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, organizado pelo próprio quartel. Uma curiosidade sobre essas casas é que as duas casas fazem parte das antigas instalações da CANGO, foram transferidas inteiras do local original para a sede atual.

<sup>5</sup>Deve ser considerado que dentro do atual plano de carreira do Exército o comandante que defende os interesses da instituição, entre eles o regate histórico através da criação de museus e estandartes históricos, possui um melhor conceito perante seus pares para a futura promoção, isso explica o esforço incessante de alguns comandos.





**Figura 6.** Acervos do museu à esquerda; à direita temos pintura em tela do 'herói' tenente Camargo. **Fonte:** Montado para este estudo.

O museu militar recebeu freqüentemente visitação de escolas e populares até o início 2010, quando por motivo de divergências de prioridades com o antigo comandante, o major Márcio Gondim Eickhoff, comandante do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, extinguiu o Museu Militar Tenente Camargo e pulverizou seu acervo como ornamentos pelo quartel e em uma sala de memória praticamente inacessível aos civis. O fato que as visitas de estudantes, do ensino fundamental e médio, ao museu se transformavam interação com os soldados em passeios ao restante do aquartelamento.

É evidente que todos os museus militares possuem viés ideológico por se tratar de um grupo de identidade forte e distinto, tendo suas funções celebrativas e evocativas. No entanto não deve ser compreendido como um *doutrinador* de criancinhas, se analisarmos como se “*produzem os mitos, memórias e identidades, com que elementos, que efeitos provocam, que motivações o acionam, por que transformações passam [...]*” (MENEZES, 1998, p. 51) eles podem compor uma excelente aula sobre memória patrimonial. Portanto, deve ser aproveitada!

### **O Clube sargento Camargo**

No dia 01 de junho de 2006 fora criado através do consenso entre os graduados do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado de Francisco Beltrão-PR



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

o CERB- Clube Esportivo Recreativo e Beneficente Sargento Camargo, tendo como primeiro presidente e sócio fundador o 2º tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais Ney Armando Ribeiro. Apesar da grande maioria dos clubes militares serem basicamente formado pelos subtenentes e sargentos, este abrangia o círculo hierárquico dos oficiais e soldados, devido o aquartelamento possuir um efetivo reduzido se comparado a outras Organizações Militares.

Utilizando-se das antigas instalações do “clubinho militar” o CERB oferece aos militares e civis no centro da cidade de Francisco Beltrão uma pista de atletismo, campo de futebol, quadra de voleibol de areia, quiosque para churrasco e salão para festas e confraternizações. É em suas instalações que ocorre a maior festa aberta da região, a festa Julina do Quartel, aonde chegou a atingir em seus três dias de festas um pico de nove mil pessoas diariamente.

O CERB não possui fins lucrativos, por isso todo o retorno financeiro é aplicado nas suas instalações e ou nas instalações do próprio aquartelamento. É eleita anualmente uma diretoria composta por militares do esquadrão, os quais acumulam funções com as que já exercem. Em verdade é uma maneira legal encontrada pelos militares de amenizar as faltas de verbas que estão cada vez mais constantes nas Forças Armadas.

### **Considerações finais**

Embasado nos pressupostos teóricos para estudos históricos no campo da identidade e da memória buscou-se analisar os mecanismos e atividades práticas que o Exército brasileiro utilizou para materializar através de símbolos materiais e imagéticos a luta contra a comunismo/socialismo no sudoeste do Paraná, em específico como imortalizou o ‘herói’ militar Tenente Camargo através da edificação de “lugares de memória”.

No campo da guerra psicológica, durante a segunda parte do século XX, a instituição militar elaborou a construção de uma memória coletiva com base comum em prol do recém instaurado Governo Militar, servindo-se para esta



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

tarefa em âmbito regionalizado do culto ao ‘herói’ como forma de educar civicamente a população em geral em relação à política bipolar da Guerra Fria.

Podemos afirmar a partir deste estudo que fora através da fixação de “lugares de memória” que o Exército elaborou a maior, e talvez a mais bem sucedida, edificação simbólica de luta contra a “subversão” na região. E que mesmo com a ameaça comunista extinta, o referido militar permanece fazendo parte do cotidiano da população local através dos signos a ele relacionados, sinal de que a construção de sua tradição foi um objetivo alcançado em plenitude.

### **Referências Bibliográficas**

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.

FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação de carisma: a construção mítico-heróico na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.) **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: UPF, 2004.

GUIBERNAU, Monserrat. **Nacionalismos**. O Estado Nacional e o Nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Mito e Museu: reflexões preliminares. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.) **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998.

NEVES, Margarida de Souza. **Lugares de memória da medicina no Brasil**. Disponível em:  
<<http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/lugaresdememoria.htm>>.  
Acesso: 25 de novembro de 2007.

POLLAK, Michael. “Memórias, esquecimento, silêncio”. In: Rev. **Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1989.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O papel dos museus na construção de uma “identidade nacional”. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.) **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998.

STRATHERN, Andrew e STEWART, Pamela J. “Global, nacional, local: escalas móveis, temas constantes”. In: BARROS, João Rodrigues (Coord.) **Globalização e identidade nacional**. São Paulo: Atlas, 1999.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **BREVE ANÁLISE DOS PROCESSOS DE ESQUECIMENTO DA MEMÓRIA DO CABOCLO NO SUDOESTE DO PARANÁ**

Samuel Crestani<sup>1</sup>

### **Introdução**

#### **Caboclos no Sudoeste do Paraná**

A origem do caboclo no sudoeste do Paraná ainda deixa algumas dúvidas. Mas sabemos que sua presença se dava por ser uma região pouco habitada na qual era ideal para o desenvolvimento de sua economia de subsistência.

Abromovay<sup>2</sup> cita que os caboclos que habitavam a região eram poucos os nascidos ali, e que maioria veio de outras regiões, o autor cita que chegaram de três maneiras. Primeiro, eram antigos habitantes da região de Palmas, que com o crescimento vegetativo da região, não se absorve toda a população para o trabalho, e impulsionam os caboclos a procurarem outras regiões. Segundo, deslocados do Rio Grande do Sul, em consequência da imigração européia em seu estado e por outros motivos, faz com que muitos busquem novas regiões. Essa opção é ressaltada pelo autor como um movimento que não pode ser caracterizado como migratório, pois não se sabe ao certo as regiões que saíram os caboclos e a quantidade também. Terceiro oriundos da Guerra do Contestado, muitos buscam no sudoeste, região isolado como um refúgio. Para história oficial essa última referência se baseava nos “fugitivos da justiça” ou “bandidos”, que habitavam a região. Esse termo se refere aos sertanejos que foram perseguidos na Guerra do Contestado, e que vão encontrar nas matas do sudoeste um local para viverem. “[...] participantes direto da Guerra do Contestado, “os criminosos”, como eram chamados, encontrassem na mata da região do Sudoeste o refúgio para se ocultar da perseguição policial [...]”<sup>3</sup>,

---

\* Mestrando em História pelo Programa de Pós Graduação da Universidade de Passo Fundo – bolsista UPF. samuelicm@hotmail.com

<sup>2</sup> ABRAMOVAY, Ricardo. *As transformações na vida camponesa: O Sudoeste Paranaense*. São Paulo: USP, 1981. [Dissertação de mestrado em Sociologia]. p. 20-21.

<sup>3</sup> BONETI, Lindomar Wessler. *A exclusão social dos caboclos no sudoeste do Paraná*. In: Os caminhos da exclusão social. (Org. de Paulo A. Zarth). Ijuí, Editora Unijuí, 1998, p.88-89.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Um dos motivos do sudoeste parecer como uma alternativa aos caboclos, esta ligado a sua visão de trabalho. Onde vão encontrar terras praticamente vazias (se falar nos índios) com uma grande oportunidade para desempenharem sua forma de trabalho com a natureza. Com uma visão ideológica de trabalho diferente dos euros brasileiros, sua interação com a natureza se dava mais pela forma de subsistência do que o acúmulo, mas isso não quer dizer que houve momentos que não ocorreram.

Uma região enorme com muitas matas vai ser ideal para a sua forma de trabalho para a sobrevivência. “[...]Se o caboclo pudesse optar sobre duas áreas desocupadas, uma de mata virgem e outra de campo [...]. É na mata virgem e não nos campos que ele encontra as condições mais favoráveis a sua sobrevivência [...]”<sup>4</sup>. Nessa perspectiva o sudoeste será um local favorável para a sobrevivência e pelas pequenas relações comerciais, como que vai estar submetido para sobreviver.

### **Economia e organização social cabocla na região**

A vinda dos caboclos para a região se deu pela sua cobertura de florestas, ideais para sua forma de produção. Sua relação com a terra se dava de maneira simplista, impondo limites apenas geográficos com seus vizinhos, como uma falha geográfica, um rio, um monte, etc. Mas essa questão não era das mais importantes para os mesmos, nem mesmo a posse legal da terra. Não se preocupavam em estabelecer nos meios legais o domínio da terra, sendo esse um dos motivos de sua descaracterização capitalista dos meios de produção. Para Abramovay:<sup>5</sup> “[...] diferentemente dos colonos de origem européia que os sucederam – se interessava pela terra apenas na medida em que ela era capaz de lhe dar os frutos daquilo que nela ele plantava. A terra só lhe servia como objeto de seu trabalho [...]”. Para Roberto P. Filho:

---

<sup>4</sup> ABRAMOVAY, Ricardo. *As transformações na vida camponesa: O Sudoeste Paranaense*. São Paulo: USP, 1981. [Dissertação de mestrado em Sociologia]. p. 25.

<sup>5</sup> Idem, 1981, p.24.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

Os caboclos não possuíam escrituras para delimitação de suas terras. Um toco, uma pedra, um morro, era assim que era delimitada uma divisa de terra entre duas propriedades. Nesse sentido, o não- cercamento das terras estabelece relações sociais distintas entre os caboclos aqui residentes, seguramente essas relações lembram um certo compadrio – característico das relações de troca de regiões que sobrevivem da subsistência.<sup>6</sup>

Na estrutura produtiva, trabalhavam em pequenos roçados, onde plantavam apenas para o sustento, como mandioca, milho, abóbora etc. Sua forma de produzir se dava por técnica herdada dos índios, como as queimadas. Escolhia-se a área a ser produzida, então ali se fazia a queima do mato, para evitar a derrubada manual, e também para outros fatores como adubação natural do solo em consequência das cinzas produzidas. Era um sistema de rotação do solo, sempre deixando uma área repousando naturalmente, para recuperação do solo. “[...] A rotação de terras e o emprego do fogo na derrubada das áreas de pousio eram a base técnica fundamental [...]”<sup>7</sup>

Sua maneira de viver era simples, desprovidos de vida luxuosa e de riqueza material. Moradias simples de madeira, a onde muitas vezes servia para guardar as ferramentas, pequenos animais e outros materiais de trabalho.

A infra-estrutura da propriedade rural do caboclo era tão improvisada quanto os limites de sua propriedade. A casa de moradia era rústica, de maneira lascada, geralmente com dois ou três cômodos [...] A sala, na maioria das vezes, tornava-se depósito de excedente de produção e abrigo de instrumentos de trabalho [...] Grande parte era feita de pau-a-pique (rolos de madeira), coberta de palha ou madeira lascada [...] Os móveis usados pelos caboclos eram pouquíssimos. Resumiam-

---

<sup>6</sup> FILHO, Roberto Pocaí. “*Bicho do Mato*”: *O sertão caboclo no sudoeste do Paraná*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55446436/Bichos-do-Mato-O-sertao-caboclo-no-sudoeste-do-Parana>. Acessado: 25 de Agosto de 2011. p. 7.

<sup>7</sup> ABRAMOVAY, Ricardo. *As transformações na vida camponesa: O Sudoeste Paranaense*. São Paulo: USP, 1981. [Dissertação de mestrado em Sociologia]. p. 28-29.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

se num fogão, bancos de madeira e algumas camas feitas de tábuas rústicas [...]”<sup>8</sup>.

Criavam poucos animais como vaca e cavalo, com o decorrer do tempo alguns caboclos iram se tornar safristas, criadores de porcos soltos no mato. Esses criadores vão estar em um segundo momento na economia cabocla, pois esses criadores, que compram e vendem porcos já trabalham para uma acumulação maior de capital.

Os animais eram soltos no meio dos pinhais ou em roçados de milho especialmente preparados para o mesmo. Para trabalhar como safristas como eram chamados, deveria dispor um pouco de capital para a compra dos animais magros, e seu tempo de engorda até a venda. “[...] O safrista, graças ao seu capital disponível, de seus vizinhos adquiria porcos magros e os juntava para engordar. No final da engorda, transportava-os a pé, pelas picadas a mata [...]”<sup>9</sup>. As safras foram à base de acumulação de capital e sobrevivência que muitos encontraram para conseguirem se manter.

Segundo Roberto P. Filho:

Após a engorda dos porcos, uma grande vara era levada até União da Vitória para ser vendida, relatos descrevem números elevadíssimos que chegavam a um número de 200 ou até 300 porcos. Não havia caminhões naquele tempo, eram organizadas tropeadas a pé levando a “porcada”<sup>10</sup>

Outras atividades perfazem o cotidiano dos caboclos, como a extração da erva mate, venda de couro de animais silvestre. Ambas as atividades destinadas à venda ou a troca de mercadorias. Essas atividades vão levantar algum capital para os caboclos e posteriormente para os caboclos safristas da região.

---

<sup>8</sup> BONETI, Lindomar Wessler. *A exclusão social dos caboclos no sudoeste do Paraná*. In: Os caminhos da exclusão social. (Org. de Paulo A. Zarth). Ijuí, Editora Unijuí, 1998, p.94.

<sup>9</sup> Idem, 1998, p. 103.

<sup>10</sup> FILHO, Roberto Pocaí. *“Bicho do Mato”: O sertão caboclo no sudoeste do Paraná*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55446436/Bichos-do-Mato-O-sertao-caboclo-no-sudoeste-do-Parana>. Acessado: 25 de Agosto de 2011. p. 7.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A comercialização para o excedente que caracteriza uma economia de subsistência cabocla, pois os mesmos eram feitos para gêneros de primeira necessidade. “[...] era trocado em pequenas bodegas (armazéns que vendiam e compravam produtos dos caboclos) “com açúcar, sal, tecidos, ferragens, bebidas, querosene”<sup>11</sup>. Essas atividades econômicas mesmo que seu resultado fosse o lucro, sua utilização seria apenas para a manutenção da vida diária. Não tinham a intenção de grandes posses ou de acúmulo. “[...]o trabalho do caboclo não é guiado por um plano por um projeto de acumulação, de crescimento constante de sua produção. A riqueza é uma noção determinada por esta lógica do usufruto, ela é eminentemente qualitativa, refere-se aos valores de uso de alcance do produtor [...]”<sup>12</sup>. A ideologia do trabalho do caboclo vai ser o princípio determinante de sua exclusão social, econômica, política, etc. que conseqüentemente gera uma exclusão da memória social, da história regional.

### **Memória Marginalizada**

Muitos são os trabalhos realizados sobre o sudoeste do Paraná, mas quase todos dedicados a memória dos euros brasileiros. Uma aliança da memória coletiva produzida com os meios dominantes econômicos, políticos e sociais. São retratados apenas grupos com destaque na ascensão econômica, ou na ideologia da acumulação do capital. Os trabalhos que retratam grupos indígenas ou caboclos vem recheados de conceitos e pré conceitos de uma visão “correta” de sociedade. Quando referencia o caboclo ou o índio, lhe impõem adjetivos de conduta ideológica, e também receitas para consertar os “erros” presentes. Como a miséria a desgraça social, a desfortuna que a vida lhes proporcionou.

Discursos e afirmações contraditórias, que vem de cima para baixo. Uma contradição porque a ascensão econômica, social, política, etc. dos migrantes

---

<sup>11</sup> ABRAMOVAY, Ricardo. *As transformações na vida camponesa: O Sudoeste Paranaense*. São Paulo: USP, 1981. [Dissertação de mestrado em Sociologia]. p. 36.

<sup>12</sup> Idem, 1981, p.38.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e seus descendentes caracterizam a exclusão do outro.

A exclusão do caboclo na memória coletiva regional, ela se deu e se dá primeiramente pela sua exclusão econômica como já citado. “[...] é preciso reconhecer que o tema caboclo tem sido marginalizado senão omitido nos debates acadêmicos, salvo como referência invertida, ou reforço do antimoderno, do não-incluso e do não-eficiente [...]”<sup>13</sup>

A raiz da marginalização inicia com a concepção da terra do ponto de vista do caboclo. Sua visão e ideologia os diferem do migrante. Pois os mesmos não aderem valor material, mais sim um valor simbólico de referência a mesma.

São visões e concepções de mundo, que criam toda a engrenagem da marginalização. Para o caboclo a terra tem que estar aliada a natureza, pois parte de sua fortuna material, a subsistência vem dos frutos gerados pela mata. Sua plataforma de vida e cosmologia está ligado ao meio ambiente.

### **Referências Bibliográficas**

LAZIER, Hermógenes. *Paraná: Terra de todas as gentes e de muita história*. Francisco Beltrão: Grafit. 2003.

---

<sup>13</sup> GEHLEN, Ivaldo. Identidade Estigmatizada e Cidadania Excluída: a Trajetória Cabocla. In: Os caminhos da exclusão social. (Org. de Paulo A. Zarth). Ijuí, Editora Unijuí, 1998, p. 124.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **CONSTRUÇÃO DA IDÉIA DE GERMANIDADE NAS COLÔNIAS DO LITORAL NORTE GAÚCHO. O USO DOS SEMINÁRIOS SOBRE IMIGRAÇÃO E DOS LIVROS DE HISTÓRIA LOCAL NA BUSCA POR UMA IDENTIDADE “PERDIDA”**

Sandra Cristina Donner\*

Existe no Rio Grande do Sul um grande número de pesquisas sobre imigração, tanto alemã quanto italiana. Estes trabalhos exploram como as diversas comunidades elaboraram sua identidade e construíram sua memória. Em algumas cidades, a exaltação da origem étnica tem relação com os interesses turísticos, em outras, a valorização destes elementos surgiu de forma “natural”.

No Litoral Norte, as questões relativas à germanidade ou a origem étnica não são evidentes, embora tenham existido núcleos de imigração que em Torres e no distrito de Três Forquilhas. Dentro deste contexto, a partir de um movimento organizado por uma historiadora amadora chamada Nilsa Huyer Ely, foi organizado um seminário chamado “Marcas do Tempo- I Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS”. Esse evento foi realizado na cidade de Terra de Areia no ano de 1999 e foi seguido por outros, nos anos seguintes, nas cidades de Torres, Três Cachoeiras e Arroio do Sal.

O livro produzido pelo simpósio é uma coletânea das palestras. Neste evento tanto historiadores quando amadores, puderam apresentar seus estudos sobre o assunto: a origem de Terra de Areia e as “verdadeiras” raízes da imigração alemã para a região. Um grande número de artigos do livro tem como tema a construção da identidade étnica, colocando que a mesma não era uma preocupação até então, ao de o argumento na abertura do livro destacar que a população não tem memória da imigração e que caberia ao Simpósio resgatar essa origem.

---

\* Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação de Regina Weber.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Este artigo irá partir das leituras realizadas durante o semestre nesta disciplina, e analisaremos as seguintes seções desta obra: Prefácio, Apresentação, Importância do Evento e o primeiro capítulo “A necessidade do resgate histórico-cultural das comunidades da colônia alemã de Torres.”

Inicialmente, pretendemos rascunhar um conceito sobre grupos étnicos e sua formação. Mas, definir o conceito de grupo étnico e etnicidade não uma tarefa fácil dentro dos estudos da antropologia, sendo assim, sabemos que é uma definição parcial e discutível. Em um segundo momento, buscaremos compreender o processo de formação das identidades étnicas e como ocorre sua reativação. Para isso, utilizando alguns autores da área da sociologia e da história, iremos analisar o caso dos livros/seminários *Marcas do Tempo*. Esse evento é interessante pois pode trazer algumas pistas sobre as intenções de determinados grupos em reativar/rememorar a germanidade da região.

## **GRUPOS ÉTNICOS- UMA APROXIMAÇÃO.**

O conceito de grupo étnico está ligado à etnologia, e aos estudos coloniais. Durante o século XIX, definir uma determinada comunidade como étnica a colocava em uma patamar de “atraso”, pois a civilização era a nação e a etnia era a tribo. Ao longo do século XX essas noções foram sendo desmontadas e os sociólogos e antropólogos passaram a utilizar métodos comparativos para determinar grupos étnicos e seus laços de pertencimento:

“A primeira dificuldade do empreendimento liga-se à escolha dos critérios pertinentes para a definição de uma unidade desse tipo. Os critérios utilizados com mais frequência são a língua, a independência econômica, o etnônimo a organização política, a contigüidade territorial, mas eles se combinam de diversas formas, de acordo com os autores.”<sup>1</sup>

Os etnólogos caíam em algumas ingenuidades ao tentarem determinar os grupos étnicos através destes parâmetros: a primeira era pretender definir uma

---

<sup>1</sup> POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Pg. 58.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

sociedade por um conjunto de traços tabulados; a segunda, seria acreditar que o isolamento geográfico e social estava na base da identidade étnica; a terceira é acreditar que o rótulo étnico é um modo de vida em um grupo real de pessoas, quando é a análise da relação entre estes três elementos é que deveria ser problematizada<sup>2</sup>.

Essa dificuldade de definição é apresentada por Poutignat e Streiff-Fernart em seu livro *Teorias da Etnicidade*. Neste trabalho, os autores apresentam as diversas interpretações deste conceito. Eles indicam que para alguns autores as questões culturais como a língua, religião e costumes, são um fator de etnicidade, para outros, a ascendência dos membros seria o determinante. Iremos detalhar algumas das linhas de interpretação:

A primeira delas coloca a etnicidade como um dado primordial. A identidade étnica seria primária (porque a pessoa nasce com as características fenotípicas e de mentalidade) e fundamental (porque se sobrepõe as outras). Embora essas idéias tenham grande eco no senso comum, os primordialistas são criticados pela academia: “As críticas dirigidas ao primordialismo são de dois tipos: alguns autores recusam-se a reconhecer um caráter específico das ‘ligações’ étnicas, ao passo que outros acusam as teorias primordialistas de incapacidade para dar conta desta especificidade.”<sup>3</sup>

Próximo das idéias primordialistas, está o *paradigma sociobiológico*. A etnicidade seria, então, concebida como uma extensão do parentesco, uma tendência geneticamente programada. Ocorreria um método de seleção dos aparentados no qual os indivíduos maximizam suas aptidões. Sua aproximação com as teorias primordialistas ocorre, pois, no caso sociobiológico, a etnicidade é um dado contra o qual não se pode ir contra.<sup>4</sup>

Na outra ponta do debate, estão os autores que colocam a etnicidade como um recurso mobilizável na conquista de poder político e de bens econômicos, são as teorias Instrumentalistas e Mobilizacionistas:

---

<sup>2</sup> POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Pg. 61.

<sup>3</sup> Idem, pg. 91.

<sup>4</sup> Idem, pg. 93 e 94.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

-“A questão fundamental é compreender as condições nas quais os indivíduos que podem reclamar uma pertença étnica são levados a desenvolver uma solidariedade com outros indivíduos pertencentes à mesma categoria para conseguir vantagens políticas ou econômicas. Os autores que se situa nesta perspectiva têm em comum o fato de colocar o processo de competição no centro de suas análises. Esta abordagem compreende, contudo, muitas variantes nas quais a ênfase é colocada ora nos fins e nas estratégias individuais, ora nas lutas de poder coletivas.”<sup>5</sup>

Partindo destas idéias, os autores apresentam várias teorias sobre os motivos que levariam a essa relação. Uns indicam que os grupos de interesse são os mobilizadores para uma atuação na sociedade. O outro elemento que levaria a essas práticas seria a “escolha racional”. Neste caso o indivíduo está centro da análise. Outra proposta desta linha é a teoria do colonialismo interno. Ela explica porque os grupos que se sentem prejudicados reivindicam as diferenças étnicas. Mas esta interpretação não consegue dar conta das demandas étnicas fora de zonas e momentos de conflito.

As teorias Neomarxistas propõem que as questões étnicas devem dialogar com questões de classe. Estes autores colocam que, para o capitalismo, seria interessante um sistema etnicamente excludente, barateando mão de obra. Mas não explica por que as pessoas se organizam etnicamente mesmo quando estão em uma situação de conforto.

As abordagens neoculturalistas opõem-se tanto aos primordialistas quanto aos instrumentalistas. Estes autores defendem:

“As categorias étnicas são símbolos cujo conteúdo varia em função das situações, mas que formam em conjunto um sistema de significações interligadas. Nesta abordagem não existem grupos étnicos definidos a priori, mas um conjunto variável de categorias étnicas que só possuem significações porque são definidas e utilizadas por pessoas que possuem uma compreensão e expectativas comuns em relação às diferenças fundamentais que separa as pessoas em sua sociedade. A realidade primeira da etnicidade é a do quadro cultural (o intersistema), no qual ela se realiza como comunicação significativa da diferença.” (...) “O problema da pesquisa não é o de saber ‘como os membros do grupo X encaram os membros do grupo Y e agem em relação a eles’, mas ‘como as pessoas definem e identificam a X-itude ou a Y-itude’.”<sup>6</sup>

A última linha teórica que apresentaremos, é a da etnicidade como forma de interação social. Seu principal pensador é Frederik Barth, e, segundo ele, os grupos étnicos não são grupos concretos, mas sim, baseados na auto-atribuição.

---

<sup>5</sup> Idem, pg. 96.

<sup>6</sup> POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FERNART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. Pg. 110.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O autor pressupõe o contato cultural e a mobilidade de pessoas, então, a etnicidade asseguraria a unidade efetiva do grupo que é constituído através de operações e processos generativos e culturais<sup>7</sup>.

Um autor que apresenta a aplicação do conceito de etnicidade proposto por Barth é Oliveira. Ele coloca a noção de identidade com duas dimensões uma pessoal e uma social, os antropólogos pretendem mostrar que as duas faces estão conectadas. A etnicidade pode corresponder à identificação social, utilizando Barth:

“Segundo essa definição um grupo étnico designa uma população que:  
a) ‘se perpetua principalmente por meios biológicos’;  
b) ‘compartilha de valores culturais fundamentais, postos em prática em formas culturais num todo explícito’;  
c) ‘compõe um campo de comunicação e interação’;  
d) ‘tem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como constituinte de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem.’  
(Barth, 1969:10-11).”<sup>8</sup>

Esse conceito apresentado coloca o protagonismo do grupo, tanto quanto o exime do maniqueísmo. Mas, principalmente, põe em foco o papel do grupo étnico em um contexto mais amplo ao ressaltar que suas definições se forjam no contato com o outro. Oliveira acrescenta que as noções de pertença étnica podem ser parte constituinte da identidade social, pois elas também possuem esse caráter construtivo, que implica na afirmação do *nós*, em oposição aos *outros*.

Partindo destas leituras, utilizaremos o conceito de grupo étnico indicado por Oliveira, a partir de seus estudos sobre Barth:

“Significa isso que a identidade étnica seja valor? Sabemos que ela não se funda em uma percepção cinestésica do ser, mas de uma auto-apreensão de *si em situação*. Tomando por referência um modelo existencial de *pessoa*, diríamos que o que transforma o indivíduo em pessoa é a situação, num sentido fenomenológico e, portanto como fato de consciência. Mas a peculiaridade da situação que engendra a identidade étnica é a situação de contato interétnico, sobretudo – mas não exclusivamente- quando esta em lugar como fricção interétnica. A conscientização

---

<sup>7</sup> Idem, pg. 113.

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Identidade, Etnia e Estrutura Social. Pg. 2.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

dessa situação pelos indivíduos inseridos na conjunção interétnica seria o alvo preliminar do analista.”<sup>9</sup>

## “PROJETO” MARCAS DO TEMPO

O Projeto Marcas do Tempo encontra-se entre aspas no título porque não é um projeto propriamente dito, e sim, um movimento que organizou vários simpósios sobre a história da imigração alemã no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Entre 1998 e 2006 foram realizados quatro Simpósios Sobre Imigração Alemã no Litoral Norte nos municípios de Terra de Areia (1998), Torres (2001), Três Cachoeiras (2004) e Arroio do Sal (2006). Eles foram organizados pela historiadora Nilsa Huyer Ely, que, ao indicar sua biografia, apresentava-se como professora e historiadora, embora não tenha formação acadêmica. Todavia, ela trabalhou na equipe de outro projeto, encabeçado pela Dr<sup>a</sup> Vera Lucia Maciel Barroso, e já havia participado do comitê de outros encontros na região do Litoral Norte.

Estes eventos foram elaborados a partir do Projeto Raízes, uma série de seminários sobre os municípios que se desligaram de Santo Antônio da Patrulha, compondo uma rede de “municípios-filhos” e “municípios-netos” desta cidade. Estes encontros foram promovidos pela historiadora Vera Lucia Maciel Barroso, junto as comunidades. O Projeto Raízes era apresentado às prefeituras municipais que utilizaram, na maioria dos casos, as datas de emancipação, para apresentarem um seminário sobre a história da cidade. Este movimento foi pioneiro na região, tanto que, alguns autores do “Marcas do Tempo” fazem referência ao interesse na História local que foi suscitado por esse primeiro evento.

Os Simpósios sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS seguiram o mesmo caminho. O mote era a comemoração de emancipação, no caso de Terra

---

<sup>9</sup> Idem, pg. 6.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de Areia (comemorava-se 12 anos de emancipação), ou os centenários, como no evento de Torres, que foi realizado em comemoração aos 175 anos de imigração alemã para a região, e em Três Cachoeiras, que foi lembrado, simultaneamente, os 180 anos de imigração alemã para o Brasil, e os 178 anos de imigração para a região.

Os textos apresentados nos simpósios foram compilados em livros e publicados nos anos seguintes, todos pela EST Edições, e têm como organizadora Nilza Huyer Ely. Os autores/palestrantes, dividem-se em historiadores acadêmicos como Martin Dreher, Eloísa Helena Capovila, Marcos Antônio Witt, Telmo Lauro Muller, Vera Lúcia Maciel Barroso entre outros. Além dos historiadores, a maioria dos artigos foi escrita por memorialistas ou amadores, que, ao citarem as credenciais dos autores, estes são denominados “profissão” e historiador, por exemplo: há um pároco e historiador ( Pe. Rizzieri Frederico Delai), tabelião e historiador (Cláudio Leal Domingos), etc. Também há os que se autodenominam apenas “pesquisadores” sem apresentar sua formação. Outras falas são de professores, biólogos, padres, advogados, e, inclusive, artigos curtos escritos por estudantes de escolas municipais da região.

Em todos os livros a primeira parte é composta de uma apresentação pela organizadora, e depois prefácios de autoridades municipais expondo sobre a importância do evento para a cidade, de como este trabalho reflete uma postura da administração municipal, e, sobretudo, apresentando a importância do mesmo para a preservação de uma “memória” ou de uma “história” que se encontra perdida:

“Ao apresentarmos Terra de Areia-Marcas do Tempo, I Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS e Raízes de Terra de Areia II, devemos registrar que esta obra só se tornou real graças à visão da administração pública municipal de Terra de Areia, na pessoa de seu prefeito Dr. Generi Máximo Lippert que, com perseverança e através da cultura, persegue um futuro promissor para sua comunidade.”<sup>10</sup>

“A população de Torres, orgulhosa de sua bela natureza e ambiente acolhedor, está motivada pelas mesmas perguntas, quando parte dos municípios é descendente de imigrantes do século XIX. E não é por menos,

---

<sup>10</sup> Barroso, Vera Lucia Maciel. Terra de Areia- Marcas do Tempo. Prefácio, pp. 11.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

que historiadores com a visão lúcida de Nilsa Huyer Ely, filha do antigo distrito de Guanazes, pertencente então ao Município de Torres e hoje parte integrante do município de Três Forquilhas, terra da imigração alemã ao lado da antiga Colônia de São Pedro, apoiada pelo secretário municipal de Turismo, Esporte e Cultura, Dr. Alexandre Turatti de Rose e pela dirigente municipal de Cultura, professora Terezinha C. de Borba Quadros, na dinâmica gestão do Prefeito Dr. José Batista da Silva Milanez entenderam a importância do anseio popular e organizaram, com o patrocínio da Prefeitura Municipal de Torres, o II Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS, programado para os dias 30 de agosto a 1º de setembro de 2001.”<sup>11</sup>

“Foi pensando nos jovens do nosso município que abraçamos a realização do III Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte, proposto pela sua idealizadora, a incansável historiadora Nilza Huyer Ely. (...) Sabemos que somos transitórios nesta vida, mas o que deixamos registrado por escrito, será lembrado pelas gerações que nos sucederam, as quais saberão o quanto valorizamos a cultura e o esforço que empreendemos na realização deste Simpósio.”<sup>12</sup>

Ao observarmos os artigos presentes nas obras *Marcas do Tempo*, especialmente os escritos por amadores ou memorialistas, podemos perceber que, as inferências sobre o passado provêm de relatos orais, pesquisas sem que citassem as fontes, e sobretudo, uma história sem crítica: “Enquanto as comunidades do Vale dos Sinos prosperaram, a nossa permaneceu isolada, buscando a assimilação dos usos e costumes dos lusos, formando uma mescla não bem definida, sem identidade própria, com perda de auto-estima.”<sup>13</sup>

Como já foi apresentado anteriormente, quando citamos os prefácios e apresentações dos trabalhos, a memória e a importância da “retomada” da história esta ligada a necessidade de afirmar sua identidade, neste caso ligada as questões da germanidade, de colocar-se no mundo sabendo de onde se fala.

Os livros de História municipal são elaborados, via de regra, para serem consumidos dentro das comunidades. Seus autores costumam ser pessoas da própria região, historiadores ou não, que se propõe a “resgatar” e a contar a

---

<sup>11</sup> Kunert, Pastor Augusto Ernesto. *Torres- Marcas do tempo*. Contracapa.

<sup>12</sup> Lumertz, Pedro José. Prefácio pelo Prefeito Municipal de Torres. Pp. 13.

<sup>13</sup> Ely, Nilsa Huyer. A necessidade do resgate histórico-cultural das comunidades da colônia Alemã de Torres. In: *Terra de Areia Marcas do Tempo*. Pp. 19.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

História de determinada localidade. E ao elaborar estas informações, estamos elaborando memórias também:

“Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.”<sup>14</sup>

Essa memória forjada dentro dos grupos sociais é entendida por Michel Pollak como promotora de um sentimento de identidade, este, visto superficialmente, como a construção de sua própria representação, de como a pessoa vê a si mesma e de como pretende ser vista pelo grupo. Para a construção de identidade, três elementos seriam fundamentais: a unidade física, a continuidade no tempo e o sentimento de coerência.<sup>15</sup>

A importância da memória como constituinte de identidade reside nas referências que a comunidade toma sobre o seu local e sobre sua posição frente ao *outro*. Justamente por esse caráter negociável, que a construção das memórias coletivas deve ser sempre questionada pela História. Isso nos leva a discussão sobre o papel do Historiador, e sua representação na sociedade. Segundo Ricoeur:

“(...) Uma coisa é um romance, mesmo realista; outra coisa, um livro de história. Distinguem-se pela natureza do pacto implícito ocorrido entre o escritor e seu leitor. Embora formulado, este pacto estrutura expectativas diferentes, por parte do leitor e promessas diferentes por parte do autor. (...) Ao abrir um livro de história, o leitor espera entrar, sob a conduta de um devorador de arquivos, num mundo de acontecimentos que ocorreram realmente.”<sup>16</sup>

Existe um “pacto” entre o leitor e o historiador, em que este se propõe a apresentar reconstruções aproximadas do que foi um dia real, são as exigências e expectativas colocadas nos escritos de História. Esse compromisso leva a perguntar: quais usos podem ser feitos do passado, se a memória é um elemento

<sup>14</sup> Pollak, Michel. Memória e Identidade Social. Pp. 201.

<sup>15</sup> Polak, Michel. Memória e Identidade social. Pp. 205.

<sup>16</sup> Ricoeur, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Pp. 274.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de produção coletiva, a História, é uma produção datada e com intencionalidades conscientes ou não?

Mas este compromisso não está necessariamente presente nos eventos de História Local. Estas festas de família ou dos aniversários de fundação da cidade trazem a narrativa dos parentes mais antigos, ou dos primeiros moradores. Um dos fatores de coesão da germanidade, assim como da italianidade, é esta narrativa dos pioneiros. Sua função recontando sua trajetória é unir os teutos das diversas colônias nesse passado comum. A proposta do I Simpósio era, através da retomada destas narrativas, reavivar o sentimento de pertença étnica na região, ou de etnogênese.

É necessário descobrir se a demanda por memória, apresentada com tanta ênfase nos discursos do prefeito, da organizadora e da secretária de Educação das cidades que promoveram os eventos, eram também uma reivindicação dos cidadãos. Na leitura dos livros podemos mapear os estratégias, as memórias, as escolhas e a visão de História, mas perdemos quais desdobramentos este evento e livro trouxeram para a população.

Essa onda comemorativa do passado, que aparece de maneira muito concreta nos eventos do Projeto Marcas do Tempo, estudadas para esse projeto de doutoramento, pode ser explicada por duas vias. Astor Dihel<sup>17</sup> indica que o ato de rememorar leva a uma repoetização do passado, criando uma nova estética deste passado e, por sua vez, resignificando as identidades sociais presentes no grupo que celebra.

O tema é vasto e a discussão sobre os usos, importância e significados da História Local e do papel dos movimentos na promoção da germanidade, as inserções disto no mundo acadêmico e na sociedade para/onde ela é produzida é uma das chaves para sua compreensão.

---

<sup>17</sup> Dihel, Astor. *Cultura Historiográfica, Memória, Identidade e Representação*. Pp. 101.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## LIVROS “MARCAS DO TEMPO”

I Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS- Terra de Areia Marcas do Tempo (2000). Organizado por Nilza Huyer Ely. EST Editora, Porto Alegre.

II Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS- Torres Marcas do Tempo (2003), Organizado por Nilza Huyer Ely. EST Editora, Porto Alegre.

III Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte- Três Cachoeiras Marcas do Tempo (2004) Organizado por Nilza Huyer Ely. EST Editora, Porto Alegre.

IV Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte- Arroio do Sal Marcas do Tempo (2006). Organizado por Nilza Huyer Ely. EST Editora, Porto Alegre.

## **BIBLIOGRAFIA:**

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As Etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. MANA 12(1): 39-68, 2006

DIEHL, Astor Antônio. Cultura Historiográfica, Memória, Identidade e Representação.

Bauru: Edusc, 2002.

HARTOG e REVEL, Jacques. Les Usages Politiques du Passé. Paris : École des Hautes

Études en Sciences Sociales, 2001.

HALBSWACHS. Maurice. Memória Coletiva. São Paulo: Vértice.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. RJ, DP&A, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Os (des)caminhos da identidade. In: Revista Brasileira

das Ciências sociais, volume 15, nº 42, fevereiro 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo, Livraria

Pioneira Editora, 1976.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos Rio de Janeiro.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

vol. 5, nº 10, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos.

Rio de

Janeiro: vol. 2, nº3, 1989.

POMIAN, Krzystof. Sobre la História. Madrid: Cátedra, 2007.

POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FERNART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo, UNESP, 1998.

PRATS, Lorenç. Antropologia e Patrimônio. Barcelona, Editorial Ariel, 1997.

SARLO, Beatriz. Tempo Passado. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo,

Companhia das Letras; BH, UFMG, 2007.

SEYFERTH, Giralda. IDENTIDADE ÉTNICA, ASSIMILAÇÃO E CIDADANIA A imigração alemã e o Estado brasileiro. Toda citação extraída da pág:

[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_oo\\_26/rbcs26\\_08.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_oo_26/rbcs26_08.htm)

\_\_\_\_\_. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

\_\_\_\_\_. Etnicidade política e anscenção social: Um exemplo teuto-brasileiro. In: Mana, n. 5, p. 61-88, 1999.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: DESDOBRAMENTOS NA HISTÓRIA REGIONAL**

Sérgio Nunes Lopes\*

As reflexões intelectuais atinentes ao Patrimônio Histórico e Cultural são, relativamente, recentes. A evocação patrimonial como forma de cimentar relações que interessem aos poderes constituídos, entretanto, remete aos primeiros séculos pós-chegada dos europeus em terras daquilo que hoje se conhece por Brasil.

Conforme os estudos de Rodrigues (2006), em meados do século XVIII, as autoridades da América portuguesa, já mencionavam alguma preocupação com possíveis patrimônios. Segundo o autor, D. André de Melo Castro, o Conde de Galvéias, enviou correspondência ao governador da capitânia de Pernambuco, evidenciando uma das primeiras manifestações oficiais acerca do que se pode caracterizar como Patrimônio Histórico e Cultural. Em carta datada de 5 de abril de 1742, a referida autoridade, manifestava a sua contrariedade à instalação de quartéis no Palácio das Duas Torres. O referido Palácio, construído a mando de Maurício de Nassau, fora considerado pelo vice-rei importante para a “preservação da memória tão ilustre e da glória de toda a nação”. No período político posterior, o império, as manifestações também foram tímidas.

Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro e conselheiro é o responsável pela manifestação mais explícita no que tange ao Patrimônio Histórico e Cultural no Brasil império. A autoridade ordenou aos presidentes de províncias que obtivessem coleções de toda a sorte de materiais, que remetessem à memória, para a Biblioteca Nacional além de recomendar que os responsáveis

---

\* Mestrando em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Licenciado em História pelo Centro Universitário UNIVATES e professor da rede municipal de Arroio do Meio/RS - Brasil. E-mail: sergion177@hotmail.com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

por reparos em monumentos tivessem cautela para que as inscrições neles gravadas não fossem danificadas. (Rodrigues, 2006).

A partir do que se pode depreender das evocações patrimoniais acima, se faz necessário examinar com mais demora apreciações acerca da definição conceitual de Patrimônio Histórico e Cultural. É perceptível que a atribuição do status patrimonial se direciona basicamente a objetos palpáveis. No trabalho aqui apresentado, entretanto, apelar-se-á para definições mais amplas.

Nesse sentido adota-se a teorização de Lemos (2006) que classifica o Patrimônio Histórico em três grupos: o natural que inclui os rios e todos os elementos naturais que permitem as mais variadas formas de vida incluindo a humana; a segunda referente à cognição, saber e saber fazer, contemplando as tecnologias desenvolvidas desde o polir uma pedra até o desenvolvimento do mais sofisticado computador; por último a categoria patrimonial em questão neste trabalho que abrange “toda a sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer”. (Lemos, 2006, p.10).

O privilégio concedido ao patrimônio edificado (material) nas primeiras manifestações oficiais, entretanto, perpassou séculos e se fez sentir nas primeiras abordagens mais sistemáticas para a preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. Fonseca (1997), apesar de não relacionar as primeiras manifestações supracitadas com as referidas medidas, afirma que “a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominantemente estética”. (Fonseca, 1997, p. 127).

Um dos fatores que ajudam a explicar o privilégio pela estética está no fato de o corpo de funcionários do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN<sup>1</sup>, vincular-se à Semana da Arte Moderna.

---

<sup>1</sup> Em 2 de janeiro de 1946, o Decreto-lei nº 8.534 transforma o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) em Diretoria (Dphan). O presente decreto cria também distritos desta Diretoria em outras cidades, mais precisamente em: Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo. Em 1970 há uma nova mudança, o Decreto-lei nº 66.967 de 27 de julho, transforma a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Instituto (IPHAN), nomenclatura atual. (Doc. nº 31, IPHAN, 1980).





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Conforme esclarece Fonseca (1997), vivia-se o final da década de 1930, quando as primeiras ações de preservação foram levadas a termo. Para ilustrar a predominância de critérios estéticos a autora apresenta alguns números: “Foram tombados, até o final de 1969, 803 bens, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais”. (Fonseca, 1997, p. 125).

É perceptível a pragmaticidade com que se evoca primeiramente o patrimônio no Brasil. A necessidade de definir um lugar pouco conhecido e cunhar um conceito de nação fez o colonizador lançar mão do que por aqui se achava. Alguns séculos depois essa mesma pragmaticidade marcou a legislação específica. O espaço e os objetos, dos quais se serviram, não deixaram de “dizer” ao colonizador qual era o seu lugar. Nesse sentido é possível evocar Ramos (2008), para reforçar a pertinência do patrimônio. Ao teorizar a relação homem-objeto o autor afirma que não há unilateralidade, como a forma antropocêntrica de pensar da idade moderna, difundiu. Os objetos não são passivos. A reflexão, desse patamar, dá o lastro necessário para a análise da legislação.

Diante do exposto é imperativo esclarecer, a exemplo do que faz Ramos (2008), que nem todo o objeto pode ser classificado como Patrimônio Histórico e Cultural. Genericamente trata-se da relação sujeito-objeto. Objeto esse, que para atingir o status patrimonial, foge à categoria comum, constituindo-se em testemunho de um determinado contexto.

Nesse ponto, ainda que sem a preocupação de aprofundar a reflexão acerca da Educação Patrimonial, é possível relacionar o que é posto por Ramos (2008) com o que teoriza Le Goff (2003) acerca da evolução do conceito de documento: “O termo latino *documentum*, derivado de *docere*, ‘ensinar’, evoluiu para o significado de ‘prova’ e é amplamente usado no vocabulário legislativo”. (p. 526). Para a escrita da História e para a construção da cidadania o alargamento do horizonte em relação ao que seja documento é fundamental. Assim sendo as fontes se ampliam e representações plurais ensejam a



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

construção do conhecimento mais autêntico e menos pragmático. A utilização do Patrimônio Histórico e Cultural no rol de fontes, tanto para a escrita da História quanto para uma abordagem educacional mais imediata, se encaminha nessa direção. A partir dessa concepção de patrimônio é possível analisar com mais qualidade a evolução do conceito nas leis brasileiras sobre o tema que, diga-se de passagem, são recentes.

### **A legislação brasileira e o Patrimônio Histórico e Cultural**

Apesar das discussões acerca do conceito de Patrimônio Histórico e Cultural ganhar espaço do ponto de vista da ciência, as políticas que preveem ações concretas ainda são incipientes. Ao longo da história do Brasil, vários dos passos legislativos atinentes ao patrimônio retratam problemas conjunturais pontuais que impediram avanços mais significativos. Embora houvesse de parte do governo imperial, certa preocupação com questões referentes ao patrimônio, não havia clareza conceitual. Os avanços mais significativos concentram-se no século XX, período em que o Brasil passou a ser, de fato, brasileiro.

Em 1980, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional publicou o Documento nº 31, intitulado *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Segundo o referido escrito oficial, em 1920, o professor Bruno Lobo, presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes incumbiu o arqueólogo Alberto Childe de conservar as Antiguidades Clássicas do Museu Nacional. O profissional designado fez uma série de sugestões dentre elas, a desapropriação de todos os bens assim considerados. O projeto acabou por não se efetivar. Em 1923, conforme a mesma fonte, pela primeira vez na história, foi apresentado um projeto intuindo organizar a defesa dos monumentos históricos e artísticos do país. A autoria coube ao deputado pernambucano Luiz Cedro. O referido projeto propunha, em seu artigo primeiro, a criação da Inspeção dos Monumentos Históricos do Brasil. Não mereceu a apreciação dos legisladores da época. No ano seguinte (1924) o poeta Augusto de Lima propôs uma emenda à lei antes mencionada recolocando-a em



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

pauta. A emenda visava proibir a saída para o exterior de obras tradicionais brasileiras. A proposta foi considerada inconstitucional. (Lopes, 2009).

As próximas tentativas partiram da esfera estadual, uma vez que no âmbito federal a filosofia liberal de garantia da propriedade privada julgava ser incompatível um projeto de proteção do patrimônio com os anseios das classes representadas no parlamento. O Estado de Minas Gerais foi pioneiro nesta nova configuração. O presidente daquele estado, Mello Vianna, resolveu organizar em julho de 1925, uma comissão com a finalidade de estudar o assunto e evitar a dilapidação das cidades históricas mineiras pelo comércio de antiguidades. O trabalho desta comissão gerou uma nova tentativa na esfera federal, novamente não aproveitada. O projeto mineiro, contudo, foi importante uma vez que muitos dos seus princípios foram contemplados na legislação brasileira quando, finalmente, ela se constituiu. (Doc. nº 31, 1980, p.10).

Os presidentes estaduais da Bahia e de Pernambuco também apresentaram projetos bem intencionados de proteção ao patrimônio nacional em território sob sua ingerência prevendo inclusive sanções para quem atentasse contra a integridade dos bens assim considerados. A Constituição e o Código Civil Brasileiro, permeados pelo ideário liberal, não referendavam estas medidas dos estados em nome da garantia da propriedade. O “fenômeno” tornava as leis estaduais inconstitucionais. Bahia e Pernambuco continuavam empreendendo esforços. O presidente do estado baiano Francisco M. Góis Calmon organizou o patrimônio estadual e, em seguida através do Decreto Estadual 5.339 de 06 de dezembro de 1927, criou a Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais vinculando esta instituição à diretoria do Arquivo Público e do Museu Nacional. Em Pernambuco o destaque fica por conta da Lei 1.918 de agosto de 1928 que autorizou Estácio de Coimbra, autoridade máxima daquele estado, a tomar medidas semelhantes às verificadas na Bahia. (Doc. nº 31, 1980, p.10).

Em agosto de 1930 o deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho apresentou no Congresso Nacional um novo projeto de lei federal focando a



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

questão patrimonial. Em outubro daquele ano, entretanto, aconteceu o golpe de estado que levou Getúlio Vargas ao poder e o Congresso Nacional foi dissolvido. A Constituição de 1891, que o projeto apresentado tentava “remendar”, passou a não vigorar mais. Embora com estes percalços as proposições de Pinho dão o tom para a legislação atual.

O conceito de patrimônio aludido na lei sofreu, relativamente, poucas alterações de redação, embora as reflexões tenham avançado. A lei considerava “patrimônio-artístico todas as coisas imóveis ou móveis, a que deva estender a sua proteção o Estado, em razão de seu valor artístico, de sua significação histórica ou de sua peculiar e notável beleza (...)” (Projeto de Lei do deputado José Wanderley de Araújo Pinho. In: Doc. nº 31, 1980, p. 46).

As leis anteriores apresentavam reduzidamente o conceito concentrando-se quase que exclusivamente em medidas preservacionistas não definindo, em capítulos específicos com tanta clareza e amplitude, o que estava no elenco de patrimônios a serem preservados.

No caso da lei originária do governo mineiro, por exemplo, o redator usou como argumento forte a utilidade da arte para em seguida adotar um posicionamento apologético em relação à preservação. O destaque, contudo, é o teor de cobrança com que se impõe diante do Congresso Nacional de então:

Há, aliás, na Câmara dos Srs. Deputados, enterrado no pó que cobre os trabalhos de iniciativa particular que não vêm bafejados pelo povo governamental, um projeto do Deputado Augusto de Lima, nosso colega de Comissão, que não chegou, sequer, a despertar a atenção dos Srs. Deputados. (Anexo do Projeto de Lei da Comissão mineira com o apoio do presidente daquele Estado Mello Vianna In: Doc. nº 31, 1980, p. 38).

Os documentos expedidos pelos, hoje reconhecidos, órgãos imbuídos da causa patrimonial são ricos em detalhes sobre a saga rumo a uma legislação específica. A 9ª Coordenadoria do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), situada em São Paulo, emitiu um ofício, em 1997, endereçado ao Diretor do DEPROM (Departamento de Promoção do IPHAN).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Anexo a este documento, a Coordenadoria encaminhou um estudo realizado pelo arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade. O referido Estudo tangencia a História do IPHAN e, por consequência, a história da legislação do país acerca da preservação patrimonial.

Antônio Luiz Dias de Andrade menciona o Decreto nº 22.928 promulgado em 12 de julho de 1933, como a primeira lei mais impactante do ponto de vista da preservação patrimonial no Brasil. O Decreto erigia a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, à categoria de monumento nacional. Apesar de restrita, a referida lei foi um marco, pois era a primeira lei desde a esfera federal. O preâmbulo alimentava esperanças:

Considerando que é dever do Poder Público defender o patrimônio artístico da Nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizaram os grandes feitos da história; Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte que merecem defesa e conservação; Resolve: Art. 1º Fica erigida em Monumento Nacional a Cidade de Ouro Preto, sem ônus para a União Federal e dentro do que determina a legislação. (Decreto nº 22.928 de 12/07/1933 In: Doc. nº 31, 1980, p. 54).

Ainda de acordo com o relatório anexo ao ofício (Cf. anexo do Of. 103/97 da 9º CR/IPHAN) os passos rumo institucionalização da preservação do Patrimônio Histórico e Cultural ganharam força a partir de 1936, quando Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde. Capanema, conhecendo o trabalho de Mário de Andrade e Paulo Duarte no Estado de São Paulo, solicitou ao primeiro a elaboração de um novo projeto de lei enfocando o patrimônio em nível nacional, uma vez que naquele estado Andrade e Duarte haviam proposto a criação de órgãos específicos para preservação patrimonial. Diante do que foi posto Capanema criou, ainda em 1936, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Rodrigo Melo Franco foi colocado à testa do órgão recém criado com a incumbência de aprimorar o projeto inicial de Mário de Andrade.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Em 1937, o projeto foi enviado para as instâncias legislativas que o aprovaram transformando-o em Decreto-lei. Neste mesmo ano aconteceu o golpe do Estado Novo, entretanto, os tramites seguiram o seu curso culminando com a promulgação no último bimestre. Trata-se do Decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937, o qual regulamentou o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O referido decreto assim define o Patrimônio Histórico em seu artigo 1º:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Decreto-lei 25/37 In: Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio. IPHAN, 2006, p. 99).

Até se chegar ao texto final do projeto, que virou lei nacional, alguns percalços sacudiram as estruturas das instituições legislativas do Brasil. Em 1937, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto remetendo-o ao Senado Federal que sugeriu algumas emendas. As emendas dos senadores, segundo os procedimentos legislativos, precisariam nova apreciação dos deputados. A sessão da Câmara de 10 de novembro de 1937, tinha em sua “Ordem do Dia” a apreciação das referidas emendas. Neste mesmo dia, entretanto, Getúlio Vargas efetiva um golpe de Estado, entre as medidas governamentais teve assento a dissolução do Congresso Nacional. Era o início do período conhecido na história do Brasil como Estado Novo.

Entrou em vigor uma nova Constituição. A Carta Magna, em seu artigo 134, era ainda mais incisiva em relação ao Patrimônio Histórico e Cultural. Além do que já previu a lei anterior, colocou no rol das condicionantes para definir o conceito de patrimônio as paisagens “particularmente dotadas pela natureza”. Em relação às punições o texto também foi contundente ao equiparar o atentado contra o patrimônio cultural ao atentado ao patrimônio público. (Constituição de 1937, art. 134, *apud* Doc. nº 31, IPHAN, 1980, p.14).





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Tinha-se, portanto, uma lei específica, uma Constituição contundente e um órgão direcionado às questões do patrimônio. O IPHAN, é a instituição de preservação patrimonial mais antiga da América Latina. Como se pode perceber o que se conseguiu, é resultado do esforço dos intelectuais brasileiros, sobretudo, dos que militaram no movimento Modernista do início da década de 20 do século passado. (Doc. n°31, IPHAN, 1980, p. 14).

Trata-se de um marco na trajetória da preservação patrimonial no país. Durante os primeiros anos do SPHAN, vários outros avanços legislativos foram verificados. A caminhada, rumo à democratização plena, pelo menos do ponto de vista das leis, teve como culminância a Constituição de 1988. Os problemas de cunho ideológico para medidas mais enérgicas, pró-preservação, foram minorados já pelo Decreto-lei n° 3.365 de 21 de julho de 1941. A partir daí, foi regulamentada a desapropriação por significação histórica do objeto implicado. (Doc. n° 31, IPHAN, 1980, p.15-16).

As medidas mais genéricas como, as vista nas leis regulamentares, geraram algumas medidas práticas. Tem início uma série de instituição de museus e elevação de cidades ao status de patrimônio ao constituírem-se em monumentos nacionais por leis específicas:

Decreto-lei n° 965, de 6 de julho de 1938, que criou o Museu da Inconfidência na cidade de Ouro Preto, MG; Decreto-lei n° 2.077, de 8 de março de 1940, criando o Museu das Missões em São Miguel [conforme o site rota das missões, São Miguel se emancipa em 1987], município de Santo Ângelo, RS; Decreto-lei n° 7.483, de 23 de abril de 1945, que instituiu o Museu do Ouro em Sabará, MG; Decreto-lei n° 7.713, de 6 de julho de 1945, que erigiu em monumento nacional a cidade de Mariana, MG; Decreto-lei n° 25.175, de 3 de julho de 1948, convertendo em monumento nacional o Santuário de Nossa Senhora dos Prazeres, nos Montes Guararapes, PE; Decreto-lei 26.077, de 22 de dezembro de 1948, que erigiu em monumento nacional a cidade de Alcântara, MA; Decreto-lei n° 1.618-A, de 6 de junho de 1952, que considerou monumentos nacionais os edifícios e logradouros remanescentes das antigas vilas coloniais que deram origem respectivamente às atuais cidades de São Vicente, SP, e Porto Calvo AL; Lei n° 2.200, de 12 de abril de 1954, que criou em Diamantina, MG, o Museu do Diamante e a Biblioteca



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Antônio Torres; Lei nº 3.188, de 2 de julho de 1957, criando o Museu Nacional de Imigração e Colonização na cidade de Joinville, SC; Lei nº 3.357, de 22 de dezembro de 1957, criando o Museu da Abolição, no Recife, PE. (Doc. nº 31, IPHAN, 1980, p.16).

O histórico dos primeiros movimentos oficiais relativos à preservação patrimonial enseja a menção a uma bibliografia elementar para qualquer trabalho nesse sentido. Em 2006, o IPHAN lançou um livro com as principais leis atinentes ao Patrimônio Histórico e Cultural provenientes da esfera federal. A “*Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio*”, como expõe o título, traz os textos originais das Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e Decretos-leis, que vigoram ou vigoraram no Brasil tendo como preocupação o Patrimônio. Eis um bom itinerário para quem vier a se ocupar mais detidamente desse assunto.

Os reflexos mais expressivos das renhidas discussões dos intelectuais na órbita do SPHAN (IPHAN) se refletiram na Constituição de 1988. Se, na prática, prevaleceu a política “preservacionista” dos fundadores da instituição de 1937, as discussões e os pleitos pró-democratização do grupo opositor atrelado a outra corrente teórica, contribuiu, para que o artigo 215, fosse tão explícito quanto à acessibilidade à cultura. (Constituição da República Federativa do Brasil. In: *Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio*. IPHAN, 2006, p. 20).

O artigo seguinte da Constituição em vigor também apresenta um aceno à contemplação de uma nova categoria patrimonial no conceito de Patrimônio Histórico e Cultural a partir do qual a lei maior do país passará a reger as ações concernentes ao tema. Trata-se da menção ao patrimônio imaterial através do qual a pluralidade cultural que marca o Brasil ganha força:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:  
I – as formas de expressão;  
II – os modos de criar, fazer e viver;  
III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;  
V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Constituição da República Federativa do Brasil. In: Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio. IPHAN, 2006, p. 20).

Apesar desta menção plenamente festejada pelos intelectuais brasileiros, decorreu algum tempo até que uma regulação mais efetiva e específica do ponto de vista legislativo fosse aprovada. O Decreto-lei nº 3.551 de 04 de agosto de 2000 instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

A especificidade da lei em questão é digna de relevo, entretanto, os reais efeitos no cotidiano do trabalho com o Patrimônio Histórico e Cultural só se dará se políticas locais tomarem impulso nessa regulamentação. Outro fator que não pode ser ignorado é o teor de apropriação da proposta pela sociedade.

Voltando-se a atenção exclusivamente para o Estado do Rio Grande do Sul é possível perceber que a Constituição Estadual promulgada em 3 de outubro de 1989, dedica os seus artigos 221, 222 e 223 de forma mais específica à temática patrimonial. No primeiro dos artigos antes mencionados, além de contemplar a questão da acessibilidade, a lei máxima do estado do Rio Grande do Sul conceitua o Patrimônio Histórico e Cultural. Embora não houvesse, à época, legislação específica no âmbito federal, a Constituição regional já contemplava o patrimônio imaterial. (Constituição do estado do Rio Grande do Sul *apud* Oliveira, 2007).

O artigo seguinte (222) dá diretrizes para ações práticas frente ao patrimônio. A ênfase recai sobre a necessidade apontada de complementaridade das ações a partir das esferas do poder. Já o artigo 223, aponta mais claramente as responsabilidades dos municípios. A verificação das medias complementares, em escala regional, compõem o fragmento seguinte do presente texto. Isso se dá em uma conjuntura recente.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **O Patrimônio Regional**

Como se pode ver os passos legislativos no âmbito Federal e Estadual demandaram anos e muitos ajustes ao longo do tempo. Em escala regional<sup>2</sup> os municípios se estruturaram e, primeiramente, trataram de solidificar as suas independências políticas. Os legisladores preocuparam-se com leis mais pragmáticas que regram o funcionamento da máquina administrativa. O Patrimônio Histórico e Cultural só mereceu atenção a partir das últimas décadas do século passado.

Um trabalho que se relaciona com o que se persegue nessa produção é a dissertação da historiadora Patrícia Schneider. A autora trata do lugar dispensado à cultura material pré-colonial no Vale do Taquari. Schneider (2010) trabalhou com três museus legalmente estabelecidos na região. Os museus de Taquari, Lajeado e Arvorezinha foram os escolhidos.

Ao compor o contexto das instituições estudadas a autora detectou que as mobilizações, pró-institucionalização desses locais, se deram a partir da década de 1980. Em se tratando de uma microrregião composta por 36 municípios a ocorrência de instituições dedicadas ao trabalho com o Patrimônio Histórico e Cultural é insuficiente.

Em diagnóstico realizado, em 2007, pelo Centro de Memória Documentação e Pesquisa da Univates, constatou-se que a região do Vale do Taquari, em âmbito público, possui 13 Museus e 10 Casas de Cultura. Porém, não se tem dados quanto a data de criação de cada instituição, para relacioná-las com as transformações no campo museal. (Schneider, 2010, p. 59).

Apesar da menção a lugares de memória oficiais, como museus, nos municípios do Vale do Taquari, conforme Schneider (2010) verifica-se uma

---

<sup>2</sup> O contexto trabalhado regionalmente é o Vale do Taquari no estado do Rio Grande do Sul, em meados do século XX, período em que o espaço se reorganizou politicamente a partir da emancipação de várias regiões. O local é apresentado por Kreutz (2008) como uma região localizada, “no centro leste do estado do Rio Grande do Sul, a uma distância média de 150 km da capital Porto Alegre”. (p.25). (...). “No Domínio Morfoestrutural das Bacias e Coberturas Sedimentares, no Vale do Taquari/RS, são observadas duas regiões geomorfológicas, a Depressão Central Gaúcha e o Planalto das Araucárias”. (p. 27).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

defasagem significativa na concepção dessas instituições. Para a autora, os poucos museus existentes na região ainda evocam uma função enciclopédica. Dessa forma mais parecem casas de guarda de coisas que não servem mais para o presente. O acervo é colocado, dessa perspectiva, como objetos superados dentro do pensamento linear da evolução.

A autora baseia-se no Estatuto de Museus (2009) para afirmar que os lugares de memória com os quais trabalhou em sua pesquisa (museus dos municípios de Taquari, Lajeado e Arvorezinha) não se enquadrariam na categoria de museus. Algumas dessas instituições, entretanto, são assim denominadas pelas administrações municipais. Schneider também detecta a tardia mobilização das administrações no que tange a constituição dos seus espaços de memória:

Outro ponto de destaque, na análise das instituições visitadas é que mesmo tendo se emancipado, ou melhor dizendo, adquirido autonomia política há muito tempo, somente na década de 1980, é que instituem seus museus. Taquari institui seu museu em 1985, Lajeado em 1982 e Arvorezinha em 1980. Taquari é o município mãe da região do Vale do Taquari, tendo sua emancipação em 1849. Lajeado emancipa-se em 1891 e Arvorezinha em 1959. (Schneider, 2010, p. 90).

Ao focar a sua análise exclusivamente nos museus de Taquari, Lajeado e Arvorezinha, Schneider (2010), detecta uma situação que se repete em outros municípios da região:

As três instituições, possuem profissionais qualificados ou que estão se qualificando para atuarem adequadamente nestes espaços. No entanto, a sua atuação esbarra na falta de condições oferecidas pelos administradores, ou Prefeitura, como, estagiários, orçamento próprio e espaço adequado e único para o Museu. Uma estrutura para colocarem em prática as exigências atuais da área da museologia. (Schneider, 2010, p. 89).

Nota-se um descompasso entre a preocupação técnico-científica de gestão dos museus com o que se propõem os gestores públicos. Essa situação aponta para uma perspectiva preocupante. Os museus são as instituições mais



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

evocadas quando se trata de preservação de acervos e consequentes registros históricos. As perspectivas não são as melhores, partindo-se do pressuposto de que outras formas de preservação têm grande chance de serem ignoradas. Outro fator para o qual Schneider (2010) aponta é a visão diminuta do que é a história regional. Para a autora, a ingerência das administrações sobre as linhas de atuação das instituições de memória restringe a preocupação à história factual, revelando, por vezes, certo teor de etnocentrismo.

Outro trabalho que aponta para os tímidos reflexos do *corpus* legislativo nacional em escala regional é o levado a termo por Ávila (2009). O autor contactou autoridades vinculadas às secretarias de educação dos 36 municípios que compõem o Vale do Taquari. O objetivo do autor era verificar o espaço dado nos currículos à Educação Patrimonial. Ávila (2009) detectou a ausência de qualquer mobilização nesse sentido. Nem do ponto de vista conceitual há clareza em relação ao assunto.

As visões distorcidas em relação à história regional apontada por Schneider (2010) decorrem, em parte, da ausência de iniciativas pontuais como as apontadas por Ávila (2009). Na pesquisa que culminará com a dissertação de mestrado desse redator verificou-se que o ferramental legislativo cresce, mas as políticas efetivas ainda são recentes. A discussão da temática e a ocupação dos espaços que as leis ensejam, são o começo de um trabalho gradativo de solidificação do Patrimônio Histórico e Cultural como meio para o conhecimento autêntico.

## **Reflexões Finais**

O itinerário legislativo foi lento trazendo consigo os problemas de cada tempo. Aglutinando-se as medidas legislativas que mais fortemente impactaram o Patrimônio Histórico e Cultural no Brasil vislumbra-se com mais facilidade medidas para o futuro.

Outra situação verificável é a de que demanda tempo até que as leis de instâncias superiores respinguem nas legislações locais. As leis, entretanto, não





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

bastam. É preciso políticas e medidas pedagógicas concretas no trabalho cotidiano com o patrimônio. A análise vertical, como a aqui empreendida, não sustenta perenemente a valorização e nem promove a apropriação autêntica.

É corrente na literatura acerca do tema que os objetos e construções, enfim, tudo o que compõe o universo físico que pode ser Patrimônio Histórico e Cultural, não é originalmente pensado com esta finalidade. Este status é adquirido historicamente quando a materialidade passa a testemunhar os feitos humanos em algum lugar e tempo determinados. As ações humanas, contudo, têm sempre uma intencionalidade expressa, também, naquilo que materializa o ato historicamente datado.

A certeza da mortalidade leva o homem a marcar o breve tempo de sua existência edificando marcos físicos de sua passagem<sup>3</sup>. A busca da imortalidade pode gerar testemunhos físicos dignos, dado o seu significado sócio-histórico, de uma categoria de Patrimônio Histórico e Cultural capaz de retratar o passado encetando respostas para as questões do presente. É no presente, portanto, e para o presente, que o patrimônio existe cada vez mais indispensável diante da massificação, dos desencontros e da busca por afirmação das sociedades contemporâneas.

As criações do homem, que se vale da tecnologia e do material disponível no seu tempo, delimitam fronteiras. O testemunho físico, perceptível nos espaços, traz elementos não palpáveis, cujo entendimento só é possível mediante reflexões profundas e cientificamente embasadas.

A pertinência do Patrimônio Histórico e Cultural, assim, extrapola o utilitarismo imediato. Há uma série de outras nuances a determinarem a sociedade e cada um dos seus componentes. Os objetos, o meio, o saber que perpassa os tempos e a forma de se relacionar e representar tudo que o cerca, constitui uma cadeia de conhecimento/auto-conhecimento indispensável.

---

<sup>3</sup> “Somente porque o homem é um ser para a morte ele se volta ao passado e se ocupa do presente. (...). A volta ao passado não é nada mais do que a busca das possibilidades que me foram dadas com meu fato de ser, com meu nascimento”. (Stein apud Felix p. 24).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Entender como se dá esse feixe de relações é mergulhar no entendimento do que possa ser Cultura. Sendo aqui conceitualmente entendida como:

[...] o estudo das formas simbólicas – isto é, ações, objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas. (Thompson, 1999, p. 181).

Concordante com o exposto na definição conceitual acima é possível afirmar que não se estuda o real, mas representações simbólicas do real. Isso se aplica, sobremaneira, ao estudo do Patrimônio Histórico e Cultural. Convém advertir que não se trata de relativismo inconsequente pois,

Há que se ter em vista que as representações do mundo social – ou as traduções imaginárias da sociedade – são também partes constituintes do real. Em outras palavras, não há uma oposição entre as condições concretas da existência (ou o “real”) e as representações coletivas da mesma. Tanto o imaginário se constitui, em parte, na dependência do concreto e do racional, quanto discursos e imagens são, por sua vez, geradores de práticas sociais. (Pesavento, 1993, p. 383).

O Patrimônio Histórico e Cultural ajuda na elaboração, pela sociedade a que pertence, de um sistema de idéias-imagens de representação coletiva. A isso dá-se o nome de imaginário social.

O entendimento desses aspectos não se dá por lei ou decretos, mas por trabalhos pontuais que a legislação regulamenta. Dessa forma é perceptível o papel específico e indelegável que cada instância, à órbita do patrimônio tem. Aos gestores cabe a sustentação de projetos duradouros. Aos educadores, pensadores do patrimônio, cabe a alfabetização da sensibilidade social para a auto-percepção nos fragmentos de cultura expressos no que pode ser conceitualmente definido como Patrimônio Histórico e Cultural.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

### **Referências:**

ÁVILA, Antonio Marcos de. *Educação patrimonial: projetos e ações oficiais do Vale do Taquari*. 2009. 57 f. Monografia (Licenciatura em História) - Curso de História - Centro Universitário Univates, Lajeado, RS, 2009.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. 2. ed. Passo Fundo, Edupf, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

KREUTZ, Marcos Rogério. *O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari/RS*. (Dissertação de Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento). Lajeado-RS: Univates, 2008. Também disponível em <http://univates.br/bdu> < Acesso em 24 jan. 2011.

LE GOFF, *História e Memória*. 5ª ed. Campinas. Editora da UNICAMP, 2003.

LE MOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LOPES, Sérgio Nunes. *O Patrimônio Histórico e Cultural e a representação simbólica: uma reflexão sobre os limites da História e o protagonismo dos historiadores*. 2009. 97 f. Monografia (Licenciatura em História) - Curso de História - Centro Universitário Univates, Lajeado, RS, 2009.

OLIVEIRA, R. P. D. (Org.). *Manuais do Patrimônio Histórico Edificado da UFRGS - Cartas Patrimoniais e Legislação*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A invenção da sociedade gaúcha*. Revista Ensaios FEE. Porto Alegre: UFRGS, 1993. (p. 383-396).

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Em nome do objeto: museu, história e sociedade de consumo*. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer; OLIVEIRA, Josiane Roza de (Org.). *Patrimônio Cultural: experiências plurais*. Santa Maria (RS): Palotti, 2008, p. 35-77.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. *Conceito de Patrimônio Cultural no Brasil: do Conde de Galvéias à Constituição Federal de 1988*. In: MARTINS, Clerton. *Patrimônio Cultural: da memória ao sentido de Lugar*. São Paulo: Roca, 2006, p. 1-16.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

SCHNEIDER, Patrícia. *Um Patrimônio “Adormecido”*: a Cultura Material arqueológica Pré-colonial nos Lugares de Memória do Vale do Taquari/RS. (Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural). Santa Maria-RS: UFSM, 2010.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

### **Documentos:**

DOCUMENTO Nº 31. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil*: uma trajetória. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br> < Acesso em 29 de set. de 2008.

IPHAN. *Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. p. 99-107.

OFÍCIO nº 103/97 de 11 de março de 1997, expedido pela 9ª Coordenadoria Regional do IPHAN/SP Disponível em <http://portal.iphan.gov.br> < Acesso em 29 de setembro de 2008.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A GUERRA CONTRA O PARAGUAI: NACIONAL- PATRIOTISMO, REVISIONISMO E RESTAURAÇÃO**

Silvânia de Queiróz\*

A guerra contra o Paraguai ocorrida entre os anos de 1864 e 1870 foi o maior conflito militar em terras sul americanas, e marcou profundamente a história de seus protagonistas, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, assim como as relações internacionais entre os mesmos.

Inúmeras visões e versões sobre a guerra povoaram o imaginário dos povos sul americanos, no Brasil a historiografia da guerra contra o Paraguai pode ser dividida em três correntes principais: a historiografia nacional-patriótica, a historiografia revisionista e a historiografia restauracionista.

### **Obras Nacional-Patrióticas**

Antes mesmo do fim da guerra do Paraguai, surgiam no Brasil obras oficialistas, ligadas, sobretudo a ex-oficiais de linha ou voluntários, principalmente do Exército, que descreveram os fatos e acontecimentos a partir da visão de corte essencialmente patriótico e ufanista, que definimos como historiografia *nacional-patriótica*.<sup>1</sup> Alguns oficiais das forças armadas prosseguiriam nas décadas seguintes escrevendo sobre o conflito, no geral sem modificação de conteúdo.

Para essa literatura, o Brasil lutara naquela guerra essencialmente para defender-se de agressão militar e para por fim a um ditador odioso e ambicioso, responsável exclusivo por aquele confronto. Em forma quase exclusiva, ela

---

\*Mestre em História Regional pela Universidade de Passo Fundo. Professora da Rede Pública e Particular de Santa Catarina. E-mail: silhistoriao4@hotmail.com

<sup>1</sup> Cf. sobre essa definição: MAESTRI, Mário. *A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]*. *La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones, contextos – Anual del CEL*, Buenos Aires, 3-5 de noviembre de 2008, Museo Histórico Nacional, Defensa 1600 Nuevo Mundo/Mundos Nuevos. <http://nuevomundo.revues.Org /55579>.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

limitou-se à narrativa cronológica dos grandes dos combates, do aprisionamento do navio Marquês de Olinda [1864] à morte de Solano López, em Cerro Cora, em 1870. Destacou, sempre, o caráter heróico da ação militar e dos grandes comandantes brasileiros.

Como representante dessa vertente podemos citar: *A guerra do Paraguai*: resposta ao sr. Jorge Thompson, autor da “Guerra del Paraguay” e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada, do, Cel. Antônio de Sena Madureira [1841-1889], de 1870<sup>2</sup>; *Os voluntários da Pátria na guerra do Paraguai*, do general Paulo de Queiróz Duarte, de 1910, sobre a formação dos corpos de voluntários nas mais diversas províncias brasileiras <sup>3</sup>; *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, de Dionísio Cerqueira, que participou da guerra, escrita em 1910, com segunda edição corrigida e ampliada em 1929<sup>4</sup>; *Episódios militares*, do general Joaquim S. de Azevedo Pimentel, homenagem aos feitos militares brasileiros na campanha do Paraguai, de 1920 <sup>5</sup>; finalmente, *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, obra volumosa do general Tasso Fragoso, de 458 páginas, de 1934. <sup>6</sup>

Todas as obras são marcadas pela visão ufanista e nacionalista, onde os feitos do exército brasileiro foram sempre referendados como justos, respeitosos e bravos; que devido às pressões e exploração realizada pelo *tirano* do Paraguai, o Império não teve outra escolha a não ser intervir na região platina. É uma historiografia pautada na descrição factual, ou seja, restrita à descrição superficial dos acontecimentos, sem abordar o contexto, as causas, as decorrências, etc., assim o real entendimentos do desenrolar dos fatos.

---

<sup>2</sup> MADUREIRA, Antonio de Sena. [1841-1889], *A guerra do Paraguai*: resposta ao sr. Jorge Thompson, autor da “guerra del Paraguay” e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada. Brasília: Universidade de Brasília. 1982.

<sup>3</sup> DUARTE, Paulo de Queiróz. *Os voluntários da Pátria na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

<sup>4</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

<sup>5</sup> PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo. *Episódios Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

<sup>6</sup> FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A razão apresentada para a guerra é sempre a tirania de Solano López que não respeitava seu povo e seus vizinhos e planejava expandir seus territórios, iniciando pela invasão do Mato Grosso. Do mesmo modo, o soldado paraguaio é descrito como fanático e louco, que defende Solano López mesmo nos piores momentos, sem abandonar a batalha, o que contribuiu na demora para acabar a guerra.

São obras escritas principalmente por representantes militares ou pessoas ligadas ao contexto militar, que tentam constantemente elevar e enaltecer os feitos históricos do exército nacional. Militares que historicamente buscaram ampliar e garantir seu poder de controle sobre as decisões e os acontecimentos políticos brasileiros. Uma das formas mais eficazes para atingir a opinião pública da época era através da cultura, da literatura, da historiografia, por isso os militares buscaram controlavam obras e publicações sobretudo nos manuais escolares, para assim, determinar a formação da mentalidade nacional, com destaque para os setores tidos como determinantes.

Por muitos anos a visão militar foi aceita como a verdadeira, a correta, o que representava também o poder dessa instituição junto à sociedade. O que explica também a exasperação quando surgiram as obras revisionistas. Mais do que perder espaço da literatura ou no mundo acadêmico, significava perder o controle das representações sobre o passado e o presente do país, determinantes para seu controle político e social.

### **Obras revisionistas**

A leitura revisionista no Brasil iniciou a partir de 1970, com obras como o livro dos italianos Manlio Cancogni e Ivan Boris, de 1970, *Solano López: o Napoleão do Prata*,<sup>7</sup> que foi publicado em 1975. Em 1978, o americanista e catedrático da USP Raul de Andrada e Silva publicara sua tese de

---

<sup>7</sup> CANCOGNI, Manlio e BORIS, Ivan. *Solano López: O Napoleão do Prata*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

doutoramento, *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai*<sup>8</sup>: 1814-1840. Devido a plena atuação da ditadura militar no país e a sua censura editorial, os dois trabalhos não tiveram maior repercussão, com destaque para o segundo, semi-ignorado, apesar de seu indiscutível valor científico. Teve igualmente repercussão a tradução ao português de *La Guerra del Paraguay*<sup>9</sup>, de Léon Pomer, de 1968. Porém, foi somente no final da década de 1970 que a obra *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*, de Júlio José Chiavenato ganhou as ruas e se tornou um marco no revisionismo brasileiro sobre a guerra.

Em 1979, Júlio José Chiavenato publicava, pela conceituada editora Brasiliense, *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*. Em período conturbado da vida nacional, em plena ditadura militar, a obra trazia uma nova visão de história da guerra do Paraguai, extremamente dura e contundente no que se refere às representações historiográficas tradicionais, pois radicalmente contraria a visão oficial nacional-patriótica, praticamente indiscutida no Brasil até a publicação desse livro. A publicação foi marcada pelo rápido esgotamento das vendas, causando a seguir forte repercussão historiográfica e enorme polêmica no meio intelectual e político da época.

Desagradando militares e grupos de direita no poder, tornou-se para intelectuais, militantes, políticos e, sobretudo estudantes e professores de História, na resistência ou oposição, ativa ou passiva ao regime militar, uma espécie de marco referencial na leitura do passado, uma verdadeira nova forma de ler a história nacional. E, igualmente, uma forma também de empreender a luta contra a situação política de então, pois a obra mostraria essência profunda da natureza do mundo social dominante.

Chiavenato utilizou-se de fontes até então inéditas ou praticamente inéditas no Brasil, sobretudo no que se refere à historiografia paraguaia e argentina. Na obra, apresentava uma nova forma de narrar a história daquela

---

<sup>8</sup> SILVA, Raul de Andrada e. *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978. [Tese de doutoramento, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.]

<sup>9</sup> POMER, Léon. *La Guerra del Paraguay*. São Paulo: Global, 1968.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

guerra, em relação à historiografia nacional-patriótica, que partia da posição axiomática do conflito como defesa da honra e do território nacional agredidos por ditador ambicioso e empreendia seu relato como narrativa cronológica dos grandes combates, vencidos devido ao esforço e ao heroísmo das armas nacionais.

Ao contrário das obras da historiografia tradicional, o autor iniciou seu relato da guerra a partir da história do Paraguai, da sua independência, do governo do doutor José Gaspar de Francia, de seu projeto de isolamento, devido à pressão portenha, passando pela crônica do governo de Carlos Antonio López para chegar, por fim, ao governo de Francisco Solano López, para então abordar a guerra terrível que, apresenta como profundamente injusta para com o Paraguai e sua população.

Em sua obra, além da revolução no plano e objetivo da narrativa, que procura partir das bases e razões materiais e políticas profundas do conflito, o autor traz novos e surpreendentes elementos: apresenta um Paraguai desenvolvido, alfabetizado. Um país que sofre aquela guerra devido sobretudo aos interesses da Inglaterra, que não queria um país independente da subjugação em que mantinha a América do Sul e, apenas secundariamente, devido aos interesses das classes hegemônicas do Brasil e da Argentina liberal, que visavam dominar o território paraguaio.

### **O Genocídio americano e seu autor**

Júlio José Chiavenato nasceu em Pitangueiras, interior de São Paulo, em 3 de janeiro de 1939, filho de Fernando Chiavenato, sapateiro e Lina Cardoso Chiavenato, dona de casa. Com quatorze anos, mudou-se para Ribeirão Preto. Teve infância pobre e formação autodidata, trabalhando por muitos anos em vários jornais da região de Ribeirão Preto. Conheceu boa parte da América Latina de moto e é autor de vários livros com temas ligados à realidade e à história brasileira: violência no campo, ditadura militar, escravidão, etc.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Chiavenato sofreu com a perseguição militar aos intelectuais e militantes democratas e de esquerda, o que o levou a sair do país. Em entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2010, na cidade de Ribeirão Preto, lembrava: “Na época, fazendo um parêntese, teve o Ato Institucional nº5. Então, eu me *mandei* [fugi] para não ser preso. Perdi o emprego, e tal. Fui embora, e aí, entrei pro Paraguai. Então, para mim, eu ficava andando, qualquer coisa eu queria ver.”<sup>10</sup> Ele sentira-se ameaçado devido sobretudo a sua militância jornalística:

Em função do trabalho, por que, até sair o Ato 5 [...] existia uma relativa liberdade de imprensa. Então, as pessoas tinham medo, mas ainda não era uma ditadura aberta [...]. Ela se mascarava. Como se fosse uma democracia. Como se tivesse impedido o comunismo [...]. Então tortura, tudo, existia, o “pau comia”. Mas com aparência de legalidade.<sup>11</sup>

Após o Ato Institucional nº 5, a censura passou a ser realizada nos principais meios de comunicação do país, em forma aberta e institucionalizada, com especial atenção para os jornais dos grandes centros, que possuíam circulação nacional. Nos jornais, antes da impressão, as matérias deviam ser lidas e aprovadas – “censura prévia”. Jornalistas e comunicadores foram demitidos. Assim, ele resolveu *mudar de ares*, sair do país, viajar pela América Latina, até que a situação melhorasse.

Devido à perseguição sofrida durante a ditadura, Chiavenato iniciou suas andanças pela América do Sul, principalmente pelo Paraguai. Quando questionado sobre as motivações que o levaram a escrever a obra, o autor destaca:

Aconteceu o seguinte. Quando eu tomei contato com a realidade do Paraguai, não da guerra do Paraguai, e, lá, eu percebi que a guerra do Paraguai aconteceu ontem, está acontecendo agora, está no imaginário popular. Eles não superaram aquela guerra. Eles ainda vivem o trauma da guerra. [...] Aí, conheci os contos orais, as *guarânicas*, as histórias do povo, a tradição, por [que] eles estão vivendo a guerra do Paraguai. O que é isso? Até que um dia eu, andando perto de uma Ali em Caacupé, onde a

<sup>10</sup> CHIAVENATO, Júlio José. Entrevista em Ribeirão Preto, 26/02/2010.

<sup>11</sup> Idem.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

estrada faz um cruzamento, eu vi um monumento, de um menino-soldado, uma mãe. Lá, eles chamavam, na época, de *residenta*. Uma mãe carregando um menino-soldado morto. A minha primeira impressão, era [foi] durante a ditadura do Stroessner.[...] Não tinha escrito nada [no monumento]. Estava meio apagado. Aí, um menino passou. Eu perguntei. Ele disse: – Se você quiser perguntar pro meu avô ...<sup>12</sup>

O autor destaca ter sido motivado pela curiosidade, e que ficou impressionando com essa “outra história” da guerra do Paraguai:

E esse velho, e aquilo é da guerra do Paraguai, batalha de Paissandu [...]. E [ele] cantou umas *guarânicas* para mim, que contavam a história da guerra. Eu fiquei impressionado com aquilo. Falei, *pô*, isso não pode ser verdade. Por que é uma coisa, assim, muito chocante, para um brasileiro que sempre aprendeu que o tirano [era] Solano López. Se você perguntar *pros* caras da minha geração, ninguém falava Solano López. Falava tirano Solano López. Sempre vinha a palavra tirano, em todos os livros. A partir daí, eu comecei a pesquisa. Fui descobrindo outra realidade.<sup>13</sup>

É importante ressaltar que Chiavenato não realizou reflexão mais profunda sobre as razões semi-conscientes de ter despertado para esse tema. Todo o contexto vivenciado naquele período: a ditadura no Brasil, a ditadura no Paraguai; a retórica nacional-patriótica sobre a ditadura; a retórica historiográfica nacional-patriótica sobre a guerra do Paraguai; o confronto – no presente e no passado – entre narrativas ideológicas que encobriam os fatos e a essência destes fatos, etc. É provável que todos esses elementos tenham contribuído para a realização da obra *Genocídio Americano*.

Na “bibliografia básica”, na conclusão do livro, o autor cita os principais livros utilizados, com os respectivos anos das edições dos trabalhos utilizados: *A guerra da tríplice aliança contra o governo da República do Paraguai*, de L. Schneider, de 1945; *Guerra do Paraguai*, de George Thompson, de 1968;

---

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Idem.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*História da Guerra do Paraguai*, de Max von Versen, de 1976; *História da Guerra do Paraguai*, de José Bernardino Bormann, de 1879; *La Guerra del Paraguay*, de Léon Pomer, de 1968; *Datos históricos de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*, de Francisco Isidoro Resquin, de 1971; entre outros. Trabalhos citados no texto não se encontram na bibliografia. Além de ter pesquisado na Biblioteca Nacional de Asunción e nos arquivos do Museu Mitre em Buenos Aires.

A bibliografia referencial, a investigação e o tratamento eram condizentes com a proposta de produzir uma grande reportagem sobre a Guerra do Paraguai. Porém, certamente limitada, em alguns tópicos, sobretudo, para uma obra historiográfica referencial, como seria a seguir tratado o livro, com razão, apesar de jamais o autor ter-se proposto a produzir trabalho de tal dimensão. “[...] este não é um ‘livro de história’. O autor não é um historiador. Esta é uma abordagem crítica da Guerra do Paraguai.”<sup>14</sup> Completando, propõe: “Enfim, é um livro para ser lido com se fosse uma reportagem, escrita com paixão – com um certo ‘Pathos’ hegeliano.”<sup>15</sup>

*Genocídio americano* foi publicado pela Brasiliense, prestigiosa e tradicional editora de esquerda, fundada em 1943, pelo intelectual Caio Prado Jr., com grande importância na história do país.

### **O Genocídio americano e sua repercussão na imprensa**

Após seu lançamento, em março de 1979, *Genocídio americano*: a guerra do Paraguai foi sucesso de vendas, ficando por vários meses entre os livros mais vendidos do país, tendo 32 edições. O livro tornou-se uma referência na nova historiografia sobre a guerra do Paraguai. E isso apesar da pouca repercussão do trabalho na imprensa. Imediatamente após o lançamento, apesar do sucesso de venda, o livro não teve praticamente comentários e críticas na mídia nacional, mantendo-se sobre ele enorme silêncio.

---

<sup>14</sup> CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 13.

<sup>15</sup> Idem. p. 14.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Pelo seu conteúdo, em pleno regime militar, a divulgação na mídia do livro foi fortemente prejudicada. Poucos foram os espaços ocupados pela obra e pelo autor na grande mídia. A divulgação que houve ocorreu sobretudo por meios de divulgação *alternativos* e através de indicação de leitor a leitor.

Através da pesquisa no acervo *online* da revista *Veja*, observou-se que o primeiro registro ao livro ocorreu na edição número 559, de 23 de maio de 1979, quando o *Genocídio Americano* ocupou o nono lugar na lista dos dez livros mais vendidos do país, na qual permaneceu por mais de trinta semanas consecutivas.

O livro foi duramente criticado e deslegitimado, fato compreensível, pois ele questionava, em diversos níveis, diretamente, a principal referência historiográfica da alta oficialidade das forças armadas nacionais e, indiretamente, o regime militar, como veremos oportunamente. Sua publicação fora apenas possível graças ao processo de “abertura política”, empreendido pelo governo Ernesto Geisel (1974-1979), como visto.

### **O Genocídio Americano e a ABL**

Segundo Chiavenato, a obra sofreu várias formas de censura e represálias por parte do Exército e do governo, durante e após o Regime Militar.

Segue o entrevistado:

A primeira censura foi da Comissão de Educação da Academia Brasileira de Letras (formada na época por Rachel de Queirós, Maria Alice Barrosa e o general Lyra Tavares, quando se reuniram para tratar do assunto). Eles (essa reunião era aberta, foi assistida pelo historiador Leonardo Trevisan, depois editorialista do Estado de São Paulo. Da reunião resultou uma ata, de poucas linhas, da qual tenho cópia e foi publicada na Revista da ABL) decidiram que as escolas públicas não deveriam ‘adotar’ o livro.<sup>16</sup>

Aurélio de Lyra Tavares nasceu em sete de novembro de 1905, na Paraíba, foi general do exército brasileiro, membro da junta provisória ditatorial que governou o país durante sessenta dias, de 31 de agosto a 30 de outubro de

---

<sup>16</sup> CHIAVENATO, Júlio José. Entrevista via e-mail 10/07/2009.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

1969. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, eleito em abril de 1970.<sup>17</sup> Teve grande participação no regime militar. Faleceu em dezoito de novembro de 1998, no Rio de Janeiro.

Rachel de Queiroz, nascida em Fortaleza, em 17 de novembro de 1910, em família influente, iniciou sua carreira escrevendo para jornais e mais tarde dedicou-se à produção de livros. Rachel foi comunista, trotskista, antes de tornar-se conservadora e apoiar o Golpe de 1964. Em 1977, foi eleita a primeira mulher na Academia Brasileira de Letras. Maria Alice Giudice Barroso Soares, nasceu em Miracema, Rio do Janeiro, em 1926. Era neta de imigrantes italianos. Coursou Biblioteconomia na UNIRIO e escreveu várias obras de renome no país. Faleceu em quatro de novembro de 2003, no Rio de Janeiro.

Não nos foi ainda possível acessar a ata citada por Chiavenato. Além da Academia Brasileira de Letras, o Conselho Federal de Cultura também criticou a obra, rotulando-a como subversiva e indigna de ser lida:

O livro *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*, de Júlio José Chiavenato, foi considerado ontem pelo Conselho Federal de Cultura “uma distorção da História por parte de supostos historiadores panfletários para servir a ideologias antinacionais”. Todos os conselheiros consideram o livro “indigno de ser lido pela juventude universitária”.<sup>18</sup>

A mesma notícia trazia a declaração de uma das conselheiras do CFC, a conhecida historiadora paranaense Cecília Maria Westphalen, que, embuída do espírito policial, denunciava a obra de Júlio José Chiavenato e de outros seus colegas, que não cita, “destinadas a estudantes”, como responsáveis em *distorcer* “criminosamente a História do Brasil”, “apresentando-a sob perspectivas deformadoras e até difamadoras”. Ou seja, preparava, do ponto de vista historiográfico, o caminho para a censura e, quem sabe, a repressão ao autor. O que não foi possível devido ao processo de abertura política.

---

<sup>17</sup> Fundação Getulio Vargas. CPDOC.

<sup>18</sup> *Jornal do Brasil*, 13/11/1980.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

### **Sucesso e perseguição**

O lançamento de *Genocídio americano*, de J.J. Chiavenato alcançou um enorme e inesperado sucesso de público, apesar do nulo apoio publicitário e de mídia. O historiador Mário Maestri escreveu sobre essa realidade:

Com talvez mais de cento e cinquenta mil exemplares vendidos, o livro tornou-se referência da historiografia brasileira, pautando os futuros estudos e debates sobre a Grande Guerra Sul-Americana. A redação para o grande público, sem notas de rodapé, em linguagem jornalística erudita, facilitou o enorme acolhimento, determinado, sobretudo pelo momento da publicação, que condicionou a própria feitura do trabalho, quanto à forma, linguagem e conteúdo. As seqüelas da crise mundial de meados de 1970 embalavam a retomada das mobilizações sindicais e democráticas, trincando a hegemonia construída pela ditadura apoiada no ‘Milagre Econômico’ e na repressão.<sup>19</sup>

O contexto histórico, social e econômicos descrito por Maestri tiveram grande importância para a aceitação e recepção da obra de Chiavenato. Mesmo não recebendo grande espaço na mídia oficial, o *Genocídio americano* teve grande repercussão em vários setores da sociedade, com destaque para as universidades e o grande público culto.

O livro causou grandes discussões sobre a historiografia nacional da guerra do Paraguai, desagradando os militares, principais representantes da história oficial sobre aquele conflito. Os militares tentaram de várias formas desqualificar e até mesmo proibir a obra – reuniões, cartas, depoimentos, pressão sobre o governo foram algumas das formas de retaliações enfrentados pelo livro e o autor.

Os críticos da obra apontaram-na como *antinacional*, *subversiva*, propondo que os crimes de guerra elencados eram infame invenção do autor, que queria unicamente desqualificar o “soldado nacional”, na sua estóica e patriótica ação em defesa da nação. Em um momento em que a retórica sobre a missão histórica da ditadura militar entrava em profunda crise, *Genocídio*

---

<sup>19</sup> MAESTRI, Mário. *A guerra contra o Paraguai [...] Ob. cit. p. 11.*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*americano* constituía um trabalho apontando para a necessidade de leitura do passado – e do presente – segundo os interesses dos povos.

### **Historiografia restauracionista**

O *revisionismo* de Chiavenato exerceu fortíssima influência até fins da década de 1990, quando se instala definitivamente no país a corrente *restauracionista*, caracterizada pelo retorno à história eminentemente política, no contexto da reafirmação das afirmações e teses gerais do nacional-patriotismo, apenas refinadas. Esse processo desconsiderou totalmente o *Genocídio americano*, tratando-o como obra sem valor histórico e quase único exemplo da historiografia revisionista sobre aqueles sucessos. Seguiu-se no geral ignorando, como no passado, a importante produção revisionista sobretudo argentina, mas também paraguaia e, até mesmo uruguaia, sobre aqueles sucessos.

No contexto do enorme refluxo social, político, ideológico, cultural e historiográfico, determinado pela maré neo-liberal mundial vitoriosa em fins dos anos 1980, empreendeu-se e impôs-se forte movimento historiográfico nacional-revisionista. Nas últimas duas décadas, com a forte hegemonia do modelo econômico e ideológico capitalista, a historiografia passou por fortes metamorfoses, que sancionaram o fim das narrativas analíticas, voltadas à compreensão causal dos sucessos, em um processo de relativização e irracionalização do passado, do presente e do futuro.

Apoiado pela grande imprensa, pelas principais editoras, etc., ele foi intentado inicialmente sobretudo por historiadores não profissionais, comumente ligado direta ou indiretamente às forças armadas brasileiras. Ele foi consolidado sobretudo com a obra de Francisco Doratioto, *Maldita guerra: a nova história da guerra do Paraguai*, de 2002, publicada pela Companhia das Letras, e enormemente divulgada pela grande mídia jornalística, televisiva, radiofônica. Esse trabalho, retomado praticamente como versão oficiosa do Estado, começou a ser utilizado por manuais escolares, ainda que em forma



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

comumente limitada, já que tal trabalho não responde as múltiplas e essenciais questões levantadas e propostas pelo trabalho de Chiavenato, mesmo no contexto de aproximações e lapsos.

### **Considerações finais**

Apoiado pela academia, pela imprensa e pelo Estado, o movimento historiográfico de deslegitimação enfatizou os erros de interpretação e lapsos da obra, sem destaque para seus avanços temáticos e analíticos. Centrou principalmente sua crítica na questão do imperialismo, uma das vertentes analíticas da historiografia revisionistas. Chiavenato apresenta a Inglaterra como principal responsável pela ocorrência da guerra, o que, nos fatos, absolve a responsabilidade no conflito do governo imperial e liberal-mitrista argentino, e das classes dominantes que os constituíam.

A ênfase desmedida de Chiavenato sobre a responsabilidade do imperialismo inglês trouxera à discussão o contexto mundial do século 19; a estruturação da dominação capitalista e imperialista mundial, através da implantação do modelo *liberal* nos países latino-americanos, com destaque para o Império, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Mesmo que o imperialismo inglês não tenha sido o grande responsável pela guerra, seus empréstimos possibilitaram a realização da mesma, e ele não foi jamais neutro, apoiando permanentemente os *aliados*.

O imperialismo e o capital inglês terminaram beneficiando-se indiscutivelmente com o resultado do conflito, através dos negócios que realizaram, o endividamento geral das nações do Prata, a reconstrução neo-liberal do Paraguai. A crítica à interpretação imperialista da guerra serviu para que o restauracionismo historiográfico negasse qualquer responsabilidade inglesa, imperial e liberal-argentina ao conflito, retornando no geral à responsabilização ingênua e ideológica de Solano López por ele.

Chiavenato exacerba e absolutiza enfaticamente inúmeros fenômenos e processos, não apenas mas sobretudo em relação ao Paraguai –



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

desenvolvimento; industrialização; alfabetização; caráter do soldado paraguaio, etc. Retoma, assim, vertente muito presente sobretudo na historiografia revisionista paraguaia, nascida de viés nacionalista e da descrição fenomênica e superficial de fatos objetivos determinados e limitados historicamente.

Os temas e desenvolvimento propostos por *Genocídio americano* introduziam no Brasil a necessidade do estudo de múltiplos temas essenciais, com destaque para a formação histórica, social e econômica do Paraguai, mas também das nações envolvidas no conflito, superando substancialmente a historiografia nacional-patriótica, que lhe antecederam, e dos próprios estudos estruturalmente restauracionistas, que o sucederam, que retornaram e mergulharam na apresentação político-patriótica de cunho fantasmagórico daqueles sucessos.

A obra teve repercussão duradoura, através da contribuição na formação de gerações inteiras de professores e historiadores, que tendem a minimizar seus lapsos e incorreções, e enfatizar a ruptura epistemológica realizada. A obra foi vista comumente como resultado direto da luta política pela democracia e pela liberdade de expressão, tanto que vários historiadores acreditavam ser essa a razão principal de Chiavenato.

A influencia de Chiavenato também pode ser fortemente sentida nos manuais escolares, através da análise dos manuais, percebeu-se que as teses, temas e problemas apresentados pelo *Genocídio americano* foram rapidamente incorporadas pelos manuais, que superaram a visão de *catecismo* – sob a forma de perguntas e respostas ou texto –, dando lugar a uma visão *revisionista*, de contextualização, de análise, de interpretação e de comparação dos fatos históricos.

A guerra contra o Paraguai passou a ser descrita como nascida de múltiplos fatores, com diversos personagens, com profundas consequências sociais e humanas. Por primeira vez elementos e visões já comuns e tradicionais da historiografia argentina e paraguaia foram abordados e discutidos no Brasil.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## Referências bibliográficas

ALBERDI, Juan Bautista [1810-1884]. *Las disensiones de las Repúblicas del Plata y las maquinaciones del Brasil*. Montevideo: Imprenta Tipográfica a Vapor, 1865.

ALBERDI, Juan Bautista [1810-1884]. *Los intereses argentinos en la guerra del Paraguay con el Brasil*. Paris: Impresión Privada [1865].

BETHELL, Leslie. *O imperialismo britânico e a guerra do Paraguai*. In. *A guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

CANCOGNI, Manlio e BORIS, Ivan. *Solano López: O Napoleão do Prata*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CARBONI & MAESTRI. *A linguagem escravizada. História, poder, luta de classes*. 2 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CERQUEIRA, Gal. Dionísio [Evangelista de Castro]. [1847-1910] *Reminiscência da Campanha do Paraguai*. [1865-1870]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CHIAVENATO, Júlio José. *As meninas do Belo Monte*. São Paulo: Imprensa, 1993.

CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *O Conflito com o Paraguai: A grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: a nova guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai* [...]. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. 5 vo



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

MADUREIRA, Cel. Antônio de Sena [1841-1889] *Guerra do Paraguai: resposta ao sr. Jorge Thompson, autor da “Guerra del Paraguay” e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada.* Brasília: EdUNB, 1982.

MAESTRI, Mário. *A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002].* La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones, contextos – Anual del CEL, Buenos Aires, 3-5 de noviembre de 2008, Museo Histórico Nacional, Defensa 1600 Nuevo Mundo/Mundos Nuevos. <http://nuevomundo.revues.Org /55579>.

MAESTRI, Mário. *Submissão e autonomia.* Apontamentos sobre a gênese, formação e crise do Estado nacional no Brasil. Revista Espaço Acadêmico – Nº56. 2006.

PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo. *Episódios militares.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

POMER, León. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense.* São Paulo: Global, 1980.

POMER. Léon. *Paraguai: nossa guerra contra esse soldado.* São Paulo: Global, 1984.

Revista Veja. Edição nº 564, p. 128. Acervo on-line.

Revista Veja. Edição nº 571, p. 128. Acervo on-line.

SILVA, Raul de Andrada e. *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840.* São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978. [Tese de doutoramento, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.]



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **UMA VIAGEM AOS TEMPOS DA BARONESA: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA CRIANÇAS NA CIDADE DE PELOTAS/RS**

Sílvia Vargas Vasconcelos de Escobar\*

### **Introdução**

Este artigo relata uma pesquisa originada a partir da minha atuação na área de Design Gráfico como estagiária voluntária no Museu da Baronesa, na cidade de Pelotas, RS, a qual possibilitou o conhecimento de novas culturas e formas de arte, bem como o conhecimento de que a Educação Patrimonial faz parte da área das Artes Visuais.

O tema Educação Patrimonial é bastante recente, mas tem mostrado resultados positivos em relação à valorização e reconstituição da cultura local, partindo de ações educativas, passíveis de serem aplicadas em museus e até mesmo em escolas. Sendo assim, a Educação Patrimonial, pretende envolver a comunidade escolar, ou seja, professores e alunos que visitam o museu. Ela, em suas formas de mediação, possibilita a interpretação dos bens culturais, gerando responsabilidade na busca, na valorização e na preservação do Patrimônio Local.

Sendo assim, esta pesquisa apresentou como tema “A Educação Patrimonial para crianças através do material de apoio educativo visual e gráfico no Museu da Baronesa em Pelotas”

Aproximar as crianças e adultos da comunidade local do Patrimônio Cultural não é uma tarefa muito fácil, pois requer a disposição de pessoas envolvidas com a Educação Patrimonial em facilitar o aprendizado de reconhecimento da história do Museu, ou seja, entender porque essa “Casa Museu” é considerada um patrimônio histórico local.

Despertar a curiosidade infantil sobre a existência de um passado histórico, já vem sendo explorado por alguns museus do Rio Grande do Sul.

---

\* Pós graduada em Artes: Patrimônio Cultural, 2011. Centro de Artes. Universidade Federal de Pelotas -UFPEL-Pelotas /RS – sylvica.escobar@gmail.com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Com o auxílio de livretos didáticos como uma possibilidade de contato com o patrimônio histórico local, objetivam facilitar o aprendizado das crianças matriculadas em escolas e também uma proposta interdisciplinar na sala de aula.

A importância da pesquisa justifica-se pela necessidade de preservação dos bens culturais da cidade, através da criação de um material de apoio educativo sobre o Museu da Baronesa. Proposto na forma de uma personagem infantil contando e apresentando o Museu às crianças, prevê uma cartilha impressa, sendo assim uma forma de contribuição social para o Museu, ampliando a expectativa de divulgação. Ao mesmo tempo, este material aspira contribuir com a comunidade científica para a elaboração de novas perspectivas de se trabalhar a educação através da arte.

Sendo assim, a pesquisa apresentou como problemática: Quais as implicações da utilização de material de apoio educativo visual e gráfico para a Educação Patrimonial com crianças no Museu da Baronesa em Pelotas?

Em face ao exposto, a pesquisa apresentou como objetivo geral investigar a contribuição do material de apoio educativo para o desenvolvimento da Educação Patrimonial com crianças no Museu da Baronesa em Pelotas, sensibilizando-as em relação à Memória, à História e à Arte como formas de apropriação de mundo em outras culturas e épocas. Como objetivos específicos, aponto: despertar o interesse sobre o patrimônio histórico e cultural de Pelotas através de uma linguagem adequada às crianças, desenhos e fotografias; contribuir com estudos que abordem o tema da Educação Patrimonial no Museu.

Foram suportes teóricos para esta pesquisa alguns autores tais como Maria de Lourdes Parreiras Horta (2006), por ser uma precursora e referência na área pesquisada. E da mesma forma, Ana Mae Barbosa e Rejane Galvão Coutinho (2009), no que tange a Arte/Educação como Mediação Cultural e Social; também os PCNs, pois juntos fazem referência às Artes Visuais como



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

produto cultural e histórico, trazendo assim sentido para o trabalho como reconhecimento e valorização da importância da preservação de bens culturais.

A metodologia empregada envolveu uma abordagem qualitativa, do tipo pesquisa-ação, por ser um processo indutivo que permitiu pesquisar no local direto de origem dos dados, o Museu da Baronesa em Pelotas.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com a Diretora e com a Coordenadora Pedagógica do Museu da Baronesa, pelo fato de estarem envolvidas diariamente com as ações de Educação Patrimonial no espaço do Museu, e também por serem as principais responsáveis pelo desenvolvimento e orientação da criação do material de apoio educativo junto a mim.

Essas entrevistas e a ação educativa tiveram por finalidade saber como o material de apoio educativo é capaz de contribuir com o desenvolvimento das atividades de Educação Patrimonial no museu da Baronesa, partindo de um Projeto Piloto, que deve ser implantado futuramente no espaço educacional do Museu.

## **Metodologia**

O material de apoio Educativo foi elaborado junto à equipe constituída pela diretora e coordenadora pedagógica do Museu, sendo essas as pessoas habilitadas e envolvidas diretamente com a educação patrimonial.

Cabe salientar que os textos da cartilha foram baseados em fatos históricos apresentados com uma linguagem para crianças, escrito pela direção e coordenação pedagógica do Museu da Baronesa, sendo revisado pela Secretaria Municipal de Cultura da cidade de Pelotas.

Trata-se de um livro com uma personagem, semelhante às de histórias infantis, que conta a história do museu bem como do contexto social e cultural da cidade de Pelotas, na época em que a casa era habitada.

A personagem recebeu o nome de “Amelinha”, pois Amélia era o nome da Baronesa e também de sua filha. Ela foi pensada e elaborada com propósitos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de transfigurar uma pequena pesquisadora, pelas suas características físicas e uso de acessórios, como óculos que a caracterizam como tal.

O material gráfico, de dimensões 21 cm por 14,8 cm foi diagramado pela pesquisadora, contendo 20 páginas apresentadas em cores ilustradas, fazendo-se uso de fotografias pertencentes ao acervo do Museu, gerando assim através de imagens uma correspondência à história narrada. No final do livro, há duas páginas de atividades onde se deseja que a criança seja participante ativa, através da prática lúdica.

### **A Educação Patrimonial: conceitos, princípios e valores**

A expressão Educação Patrimonial surge no Brasil por ocasião do 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, realizado em julho de 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis, RJ.

Inspirado no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob a designação de *Heritage Education*, a Educação Patrimonial é um termo que vem sendo utilizado com objetivo de contribuir para a ampliação de uma nova visão do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Para a museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta (1999), a Educação Patrimonial serve como um instrumento de “alfabetização cultural”, sendo assim uma metodologia que pretende envolver a comunidade escolar e versa ser desenvolvida em diversos locais, tais como, museus, pontos turísticos, escolas ou instituições de ensino, com professores e alunos.

A Educação Patrimonial possibilita conhecer lugares, praças, referenciais históricos e ao mesmo tempo, deve ir além dos monumentos arquitetônicos, trazendo à tona também as histórias de vida nesses locais.

Um dos conceitos que melhor define Educação Patrimonial, assim se configura:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUMBERG e MONTEIRO; 1999 p.06).

Conforme afirmam os autores, a educação Patrimonial deve ser um instrumento importante que permita estimular toda uma comunidade a conhecer melhor o patrimônio, através da exploração cultural de diferentes identidades regionais e nacionais.

A proposta de educação patrimonial visa desenvolver atividades a fim de resgatar e despertar uma consciência sobre a importância de preservar e valorizar a identidade de uma comunidade, principalmente servindo de objeto instigador que seja capaz de desenvolver uma sensibilidade de apreciação de algo que pertenceu ao seu passado e suas origens.

A metodologia da Educação Patrimonial é um campo muito amplo de atuação, portanto compete ao educador transmitir e refletir sobre o conhecimento voltado para a comunidade local por meio da história e da cultura, a fim de provocar um saber sensível e sentimento de pertencimento por aproximação do bem patrimonial, reconhecendo como uma identidade coletiva.

Em suas formas de mediação, contribui não só para a formação de cidadãos, mas também como metodologia disseminadora de capacidades expressivas e imaginárias.

Segundo Ana Mae Barbosa (2009):

A Arte tem enorme importância na mediação entre os seres humanos e o mundo, apontando um papel de destaque para arte/educação: ser a mediação entre a arte e o público. O lugar experimental dessa mediação é o Museu (BARBOSA e COUTINHO, 2009, p. 13).

É nesse momento que surge um grande desafio aos educadores em desenvolver um trabalho voltado para questões culturais, abrangendo o



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

cotidiano dos alunos, em que a Arte sirva de subsídio para reconstrução da cultura como mediação social.

### **Museu da Baronesa como Patrimônio em Pelotas**

O Museu Municipal Parque da Baronesa é uma antiga chácara, situada na Av. Domingos de Almeida nº1490 na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul e está contextualizada no final do século XIX e início do século XX, época marcante no passado da cidade.

Antes de virar Museu a chácara pertenceu ao Barão dos Três Serros, um charqueador que recebeu este título do Imperador D. Pedro II, por ter participado do ato que emancipou os escravos de Pelotas em 1884. Foi a família Antunes Maciel que construiu o prédio onde se encontra hoje o Museu. O Barão foi casado com a Baronesa Amélia Hartley de Brito, e o nome do Museu, faz referência ao título recebido por Amélia.

O Museu da Baronesa é um dos importantes lugares de preservação da memória da cidade de Pelotas, pois conta sua história, através de seus objetos, sua arquitetura e tudo o que compõe o extenso parque, representando a forma de vida das famílias abastadas daquele período. Segundo registros organizados pela direção do Museu<sup>1</sup>, no parque, que hoje possui área de sete hectares, há um sobrado no estilo bangalô americano construído em 1935; uma casa de banho onde as mulheres da família se refrescavam durante o verão; uma gruta com pedras de quartzo incrustadas, um pequeno castelo; um jardim francês; um chafariz e uma extensa área verde.

A Chácara passou a fazer parte do patrimônio histórico de Pelotas, quando foi Tombado pelo patrimônio histórico do município em 04 de julho de 1985, mas antes foi doada para a cidade de Pelotas, pela família Antunes Maciel em 1978, através de um convênio firmado com a prefeitura.

---

<sup>1</sup> Dados fornecidos pela diretora do museu, no site do MUSEU DA BARONESA, Disponível em: <<http://www.museudabaronesa.com.br>> acesso em: 05 de novembro de 2009.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O Museu foi inaugurado em 25 de abril de 1982 e desde então passou a abrigar em seu acervo peças das coleções da família Antunes Maciel, de Adail Bento Costa, doações diversas da comunidade e uma coleção da Sra. Antonia Sampaio.

O Museu constitui um acervo mobiliário do Século XIX, de estilos diversos, com destaque para o Luis XV e XVI, Art Nouveau e Neoclássico. O acervo têxtil inclui vestidos, fardas, xales, chapéus e trajes íntimos brancos, cheios de rendas e babados, mesmo para os homens. O Acervo de objetos é composto por Porcelanas, pratarias, objetos de Tocador, pratos chineses e leques. Possui também fotografias e pinturas a óleo, do séc. XIX, de parentes da família.

Segundo fontes de registro<sup>2</sup> do Museu, em média 13 mil visitantes ao ano são recebidos no local para conhecer o acervo, sendo na sua maioria estudantes das escolas de Pelotas e região. A visita guiada acontece por meio de pessoas habilitadas que contam um pouco da história do Museu. Possui ainda uma equipe de Educação Patrimonial com ações voltadas para o público escolar visitante, criando assim um elo entre escola, museu e comunidade.

### **O Museu e a Educação Patrimonial**

As estratégias e os recursos empregados na visitação diferem de um museu para outro, variando conforme as concepções de ação educativa e de acordo com as condições materiais e funcionais de cada instituição, mas podemos dizer que há um consenso em relação às finalidades dos programas de atendimento: criar situações que favoreçam a compreensão das exposições, ampliar o olhar do visitante para o tema em questão e provocar em cada um o desejo de breve retorno (FREIRE, 2002 p. 353).

O Museu da Baronesa, conta com estagiários que fazem parte do projeto educativo do museu, “Memória, cultura e inclusão social: conhecendo o Museu da Baronesa através da educação” que teve início no ano de 2007 onde se

---

<sup>2</sup> Livro de atas de Presença do Museu, que contem a relação diária do número de visitantes.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

procura trabalhar interdisciplinarmente. As estagiárias são do Curso de Bacharelado em Museologia, História e Artes Visuais, todos da UFPel.

O projeto envolve desde organização de exposições temporárias a ações educativas, com objetivo de aproximar o Museu da Comunidade escolar e local, a fim de que conheçam a história local e reconheçam que hoje é um bem cultural comum a todos.

Esse Programa de Educação Patrimonial é assim chamado pela Diretora do Museu, “um tipo de Ação Educativa que ocorre com monitoramento das escolas, ou seja, uma mediação contando a história do Museu”.

Pensando no público de crianças entre sete e dez anos que mais frequenta o museu, é que elaborou-se o material de apoio educativo, a fim de uma maior aproximação, com uma possibilidade diferenciada de conhecer e educar para a preservação do patrimônio, valorização e usufruto.

A respeito dos resultados que o material de apoio educativo pode oferecer para dar continuidade e variedade nas atividades de educação patrimonial, a diretora do Museu e a coordenadora pedagógica apontaram que o seu uso pode ser também um subsídio para divulgação do museu e da cidade de Pelotas.

A coordenadora destaca que há certa carência de material educativo para crianças, na cidade de Pelotas, pois uma linguagem mais simplificada e adequada para “esse tipo de faixa etária” pode ser um incentivo para que outros museus criem seus materiais educativos. Ainda destaca que as informações presentes no material, como por exemplo, acontecimentos em Pelotas e no Brasil por volta século XIX e início do século XX, e a parte da história das charqueadas são fatos que muitos dos professores do ensino fundamental não têm conhecimento. Sabe-se que é preciso conscientizar os cidadãos sobre a importância do reconhecimento desse espaço de cultura.

Santos (2002) afirma que:

O conceito de Museu, para grande maioria dos professores e alunos, ainda permanece como “um local onde se guarda coisas antigas”, sendo que o patrimônio cultural é



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

compreendido como algo que se esgota no passado, cabendo aos sujeitos sociais, contemplá-lo, de maneira passiva, sem nenhuma relação com a vida, no presente. Cultura Patrimônio e tradição são produtos dissociados do cotidiano do Professor e da vida dos seus alunos (SANTOS, 2002 p.311).

Embora, seja considerado que o museu receba diariamente visitas de grupos de alunos, é notório o interesse de professores e alunos em conhecê-lo apenas pelos objetos antigos que existem lá dentro. Por esse motivo, há necessidade de ações educativas em museus, fato esse que justifica uma maior atenção nesses últimos anos para o enfoque da educação Patrimonial nesse espaço que não é restrito a escola.

Nesses casos, o material de apoio educativo pode ser uma contribuição importante para os professores, que segundo a coordenadora, vai ser um instrumento e um convite a pesquisa.

Desta maneira o Museu contribui para reconstrução da memória de nossa comunidade através de ações educativas, cumprindo sua função, servindo como lugar de aprendizagem, lazer, reflexão cultural e social.

### **A “Amelinha”: Uma Possibilidade de Ação Educativa com as crianças**

O livro infantil, que teve sua criação num período de aproximadamente oito meses, foi intitulado “Amelinha em: Uma Viagem aos Tempos da Baronesa” (Fig.1). A princípio teve como proposta inicial o de ser um Material de Apoio Educativo gratuito em que cada criança pudesse, ao final de cada Ação Educativa no interior do Museu, obter o material em suas mãos. Todavia, por motivos financeiros, não foi possível sua impressão na tiragem planejada.

A fim de realizar a pesquisa, possuindo apenas um exemplar do material de Apoio Educativo em mãos, tornou-se mais adequada a impressão em versão ampliada no tamanho A3, para que todas as crianças acompanhassem a história contada, visualizando as imagens presentes nesse livro.

Sendo assim, a ação educativa foi lançada como um projeto piloto, sendo o subsídio principal da pesquisa.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*



Figura 1- Capa do Livro “Amelinha”. Fonte: Foto da Pesquisadora.

De acordo com a diretora da entidade entrevistada, as atividades de Educação Patrimonial são geralmente direcionadas para as terceiras séries e às vezes sofrendo adaptações para turmas de pré-escola. Por esse motivo, as crianças que participaram da atividade estão na faixa etária entre 7 a 9 anos, e freqüentam o segundo ano do ensino Fundamental da Escola Municipal Bibiano De Almeida, próxima ao Museu da Baronesa. (Fig.2).



Figura 2- Entrada das crianças no Museu. Fonte: Foto da Pesquisadora

Durante a visita, observou-se a curiosidade das crianças em saber a funcionalidade dos objetos antigos, que de alguma maneira, relacionavam com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

objetos de seu uso cotidiano, demonstrando seus imaginários, sendo a etapa importante para construção de um novo olhar. (fig.3).



Figura 3 - Visita ao acervo do Museu. Fonte: Foto da Pesquisadora

De acordo com Leite (2005, p. 23), “O acesso aos bens culturais é meio de sensibilização pessoal que possibilita, ao sujeito, apropriar-se de múltiplas linguagens, tornando-o mais aberto para a relação com o outro, favorecendo a percepção de identidade e de alteridade”.

Em um amplo salão no interior do Museu, a ação educativa teve seu início quando as crianças sentaram-se organizadas em roda, e nesse momento o livro foi apresentado através do Fantoche<sup>3</sup> “Amelinha”(fig. 4) . O Recurso do fantoche foi usado apenas no primeiro momento da atividade, afim de que esse primeiro contato despertasse também o lúdico do Livro e da história contida nele.

---

<sup>3</sup> Confeccionado com tecido e espuma, a partir da imagem ilustrativa da personagem criada.



Figura 4 - Apresentação com o Fantochê “Amelinha”. Fonte: Foto de Jociema Leandro.

Após esse momento, a história começou a ser contada com o auxílio do Material de Apoio, que possibilitou mostrar as imagens relacionadas à minha fala enquanto interlocutora, pois o livro apresenta um contexto de imagens e textos que possibilitou interpretações da história do museu que ficaram ocultas durante a visita.

Ao narrar a história, percebeu-se a necessidade de questionar alguns trechos do livro, antes de contar, a fim de tornar mais prazerosa a atividade com a participação das crianças, pois geralmente elas gostam de discorrer aquilo que sabem a respeito, ou seja, sobre o que elas já conhecem da história, suscitando assim o prazer de participar respondendo, como se fosse um jogo de conhecimento.

A criança precisa dessa interação, pois segundo Maria Isabel Leite (2005):

A criança, assim como seus pais, colegas ou educadores, faz parte da história da humanidade e, como tal, também escreve e se inscreve na história coletiva. Ela vive a realidade, transforma-a e é por ela transformada. Para tal é necessário que possa trocar, dialogar, questionar aquilo que vê (LEITE e OSTETTO, 2005, p.51).

O fato de contar que a “Casa” foi construída há muitos anos atrás, conforme consta a leitura do livro infantil, permitiu que as crianças fizessem relações com as casas que conheciam, gerando relatos de que o Museu era do



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

tempo de seus “tataravós”, proporcionando uma intervenção participativa transcorrendo sobre a realidade que as rodeiam.

Para situar o período em que a casa era habitada e em que se baseava a riqueza que possuíam, foi feito um questionamento no material de apoio educativo a respeito do que vem a ser uma charqueada. Uma criança respondeu: “A minha avó já me levou numa charqueada”, porém ela demonstrou não saber exatamente como era uma charqueada. Nesse momento, o material de apoio educativo facilitou o entendimento, pois foi possível realizar uma leitura visual através da imagem de uma litografia do artista Debret, por meio da ilustração de uma charqueada.

Conforme afirma Adriana Aparecida Ganzer (2005):

A educação do olhar é um exercício, uma construção na qual a percepção e a sensibilidade estão imbricadas na produção do conhecimento. Tornar visível o que se olha é uma concepção do sensível. Pensar a Educação do olhar é posicionar-se e questionar-se diante do processo de aprendizagem, para despertar o caráter sensitivo, afetivo e sensorial, como uma viagem ao mundo da imaginação e das informações adquiridas (GANZER, 2005, p.85).

Ao olhar para as imagens do livro, as crianças puderam fazer uma leitura visual e compreender que o Barão e a Baronesa viveram em um tempo diferente do nosso.

Durante a leitura do material é interessante destacar que ocorreram momentos de questionamentos, em que pude observar a noção que as crianças possuem a respeito do tempo passado. Ao perguntar se sabiam como viviam as pessoas há quase duzentos anos atrás, em relação a existência de energia elétrica, computadores e meios de transporte, as respostas foram marcadas por incertezas e indagações do tipo: “Então não tinha nem videogame?”

A multiplicidade de sentidos nas falas das crianças foram percebidas quando perguntei se os móveis e as peças da casa eram diferentes das casas de hoje. A pergunta foi ligeiramente respondida por um menino: “O banheiro”, lembrando-se da visita guiada. Esse momento propiciou recorrer ao material

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

educativo e contar que não havia água encanada e nem banho de chuveiro, fato que evidenciou uma admiração muito grande nas crianças que logo suscitaram questões como: “Então era banho de chuva?” Então de banheira?

Pedi que olhassem para as fotos do livro e observassem como era obtida a água para a hora do banho, sendo essa acompanhada por explicações contidas no material.

A continuidade da ação educativa ocorreu com questões que foram levantadas ao longo da história contada, cujas respostas encontravam-se no próprio material de apoio educativo.



Figura 5 - Contando a historinha com o material. Fonte: Foto de Jociema Leandro.

A leitura do material envolveu um processo de mediação que deve ser entendida como educação, o qual é possível considerar a Arte como principal meio para desenvolver as capacidades cognitivas e interpretativas das crianças.

Pois, como afirma Barbosa e Coutinho (2009):

Por meio da arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação para aprender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada (BARBOSA e COUTINHO, 2009, p.21).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A arte/educação constituiu-se de práticas pedagógicas que possibilitam a socialização das pessoas envolvidas no processo de aprendizagem, pois através dela são demonstradas as relações de conhecimento por meio da participação e interesse em saber mais sobre a questão cultural da história contada, sendo esta motivada pela sensibilização visual percebida em seus olhares atentos as imagens apresentadas.

As duas atividades presentes no final do livro foram impressas em preto e branco e entregues à professora responsável pela turma, para que continuasse o trabalho na sala de aula.

A ação educativa foi encerrada com o fantoche da personagem Amelinha, o qual provocou nas crianças o desejo de poder tocar, que realizou-se através de um aperto de mãos. A personagem despediu-se das crianças lembrando-as que o Museu é de todos nós e devemos preservar para que nossas futuras gerações também venham conhecer o monumentos culturais e saber a história da nossa cidade.

### **Considerações Finais**

A partir da pesquisa realizada, o conceito de Educação Patrimonial é analisado e percebido como um instrumento de ação pedagógica que pode ser utilizado de diversas maneiras que envolvam o Patrimônio Cultural.

O Museu da Baronesa é um local importante que conta parte da história cultural da cidade de Pelotas, através de seus objetos que podem ser visitados e apreciados, gerando conhecimentos às pessoas de todas as idades; porém possui um foco importante que é o direcionamento ao público infantil, devido à possibilidade de se trabalhar com o imaginário das crianças, a fim de educar para preservar.

Com base nos questionamentos que deram origem à pesquisa, a aplicação do material de apoio educativo, o livro “Amelinha em: Uma viagem aos tempos da Baronesa” serviu de mediação entre as crianças e o Museu, pois foi possível considerar a Arte como o principal meio para desenvolver as



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

capacidades cognitivas e interpretativas das crianças, através das imagens que foram mostradas e questionadas durante a ação educativa.

Esse aprendizado é possível por meio da mediação cultural em que a Arte/Educação tem um papel importante de estimular sentidos e provocar inquietações através do diálogo entre a imagem e as crianças participantes da aprendizagem cultural.

A quantidade de informações contidas no livro não permite que se trabalhe aprofundadamente todas as questões em um curto espaço de tempo que prevê a ação educativa. A partir da pesquisa-ação realizada, percebeu-se que o ideal é cada criança obter o material de apoio em mãos durante a atividade, para que possa acompanhar a leitura do livro e ao final possa levar para casa o material e realizar uma leitura mais completa junto aos seus amigos e familiares, compartilhando dessa forma o conhecimento adquirido.

Em face dos resultados obtidos, pretende-se implantar primeiramente o Material de Apoio Educativo nas atividades do Museu, sejam elas Ações Educativas ou de Educação Patrimonial, bem como dar continuidade em escolas. Pode-se concluir que o uso do material de apoio educativo é importante não só para atividades no museu, mas também para meios externos, pois com o uso em sala de aula auxiliado pelos professores, o material vai ser um instrumento de educação patrimonial e um convite à pesquisa.

Acredito ser necessária uma investigação mais aprofundada quanto à expansão do material, que se dará através da divulgação e continuidade de ações educativas utilizando o referido material gráfico.

## **Referências**

BARBOSA, Ana Mae. e COUTINHO, Rejane Galvão. (orgs.). *Arte/educação como mediação cultural e social*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CERQUEIRA, Fábio V.; GUTIERREZ, Ester J. B.; SANTOS, Denise O. M.; MELO, Alan D. (organizadores). *Educação patrimonial: perspectivas multidisciplinares*. Pelotas: Editora da UFPel, 2008.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

FREIRE, Beatriz Muniz. Ação educativa com público escolar: a experiência do Museu de Folclore Edison Carneiro. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n.31, p.353-358, jan.-jun.2002.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO; Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. 3 ed. Brasília: Museu Imperial/IPHAN/MinC, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da educação patrimonial. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n.27, p.25-35, jan.-jun.2000.

LEITE, Maria Isabel e OSTETTO, Luciana Esmeralda (orgs.). *Museu, educação e cultura: Encontros de crianças e professores com a arte*. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

LUPORINI, Teresa Jussara. Educação patrimonial: projetos para a educação básica. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n.31, p.325-338, jan.-jun.2002.

*Parâmetros Curriculares Nacionais: arte/secretaria da Educação Fundamental*, Brasília:MEC/SEF,1997.

PIAGET, Jean (1923). *A linguagem e o pensamento da criança*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1973.

SOARES, André Luis R. (Organizador). *Educação Patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

*On- line*

MUSEU DA BARONESA, site do Museu. Disponível em:

<<http://www.museudabaronesa.com.br>>. acesso em: 05 de Nov. de 2009.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A IMAGEM COMO MEMÓRIA E HISTÓRIA: UMA RELAÇÃO ENTRE PASSADO E PRESENTE NAS FOTOGRAFIAS DE SEBASTIÃO SALGADO**

Silvio Cesar dos Santos Franz<sup>1</sup>

Claudia Mariza Mattos Brandão<sup>2</sup>

O olho é uma câmera escura constantemente iluminada pela luz, a “luz” do mundo que entra pelos nossos olhos e que permite percebermos uma realidade. Isso faz com que as imagens guardadas na memória sejam significadas pelas vivências, permitindo o estabelecimento de nossos modos de viver em sociedade. A construção das sociedades vem do desejo humano de imaginar o seu mundo, de fazer e contar sua história, de como transformá-lo e de como tentar recriá-lo, tal e qual os nossos olhos o percebem. Através da arte, o homem sempre buscou um modo de expressar os sentimentos que o olhar provoca. A história dos grupos sociais perpassa pelos registros de pinturas, desenhos e esculturas que nos permitem reconhecer e interpretar o passado, e identificar imaginários, visto que:

... o imaginário é inseparável de obras, psíquicas ou materializadas, que servem para que cada consciência construa o sentido da sua vida, das suas ações e das suas experiências de pensamento. A este respeito, as imagens visuais e linguísticas contribuem para enriquecer a representação do mundo ou para elaborar a identidade do Eu. (ARAÚJO, 2008, p.23)

O presente artigo tem por objetivo analisar possíveis relações entre fotografias pertencentes a diferentes fases da obra de Sebastião Salgado e

---

<sup>1</sup>Especialista em Artes: Ensino e Percursos Poéticos (Centro de Artes, UFPel), professor de Artes da Escola Estadual de Ensino Fundamental 13 de Maio, Rio Grande, RS; pesquisador do PhotoGraphein – Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação, UFPel/CNPq. silviofranz2010@gmail.com

<sup>2</sup>Mestre em Educação Ambiental, professora do Centro de Artes/UFPel, Pelotas, RS; líder do PhotoGraphein – Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação, UFPel/CNPq. attos@vetorial.net



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

pinturas de renomados artistas da História da Arte, destacando as analogias formais e de conteúdo que configuram a estética particular do artista. Tais características reforçam as relações das imagens com o imaginário social e contribuem para uma noção de identidade que não se restringe às fronteiras geográficas, ampliando os horizontes da criação artística nacional, numa clara alusão às influências da história na produção artística contemporânea.

### **1. O mundo através das lentes de Sebastião Salgado.**

Se desde o início do processo civilizatório as obras de artes nos permitem interpretar o passado através da visão de cada artista, é a partir do século XIX que isso começou a ser feito também através da fotografia. A fotografia, por sua característica documental, nos remete para um mundo representado, ao mesmo tempo análogo e imaginário, num processo de recriação de situações tangíveis ou não. Uma expressão peculiar que propicia a construção e criação de novas realidades, cujo conteúdo reúne “uma série de elementos icônicos que fornecem informações para as diferentes áreas do conhecimento” (KOSSOY, 1999, p.51) e que, como registro criativo, transcende sua condição documental.

É exatamente neste *mix* de realidade e ficção que situamos as imagens do fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado<sup>3</sup>, que tem em seu trabalho características herdadas de tendências estéticas da história da arte, de artistas que buscavam retratar a realidade associada à interpretação do vivido. Os problemas relativos às desigualdades sociais e, conseqüentemente, à degradação das relações do humano com o entorno geopolítico ficam claras nos projetos fotográficos desenvolvidos por Salgado. Seu trabalho cativa o olhar dos espectadores pelo apuro de sua estética fotográfica e nos conduzem à reflexão sobre os valores das sociedades contemporâneas.

---

<sup>3</sup>Fotógrafo premiado internacionalmente, Salgado (Aimorés, MG, 1944) trocou a economia pela fotografia em 1974. Colaborador de agências como a Sygma e a Gamma, ele fundou em 1994 a agência de notícias *Imagens da Amazônia*, responsável até hoje pela divulgação de sua obra.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Sua obra manifesta-se como uma crítica imanente à vida administrativa, sendo fruto do estranhamento do sujeito com relação à realidade dada. As imagens fotográficas exteriorizam as dissonâncias de sociedades marginais, revelando, também, as possibilidades da consciência moral do indivíduo.

Sensibilizado pelas condições miseráveis de milhões de refugiados, migrantes e destituídos do mundo, o fotógrafo/artista documentou a situação dessas populações em 41 países durante quase sete anos. Nas últimas décadas, ele dedicou-se aos milhões de migrantes de regiões mais pobres da Índia, Brasil, México e outros países que lutam constantemente pela sobrevivência. Mais do que uma tentativa de comentar as condições degradantes de populações que vivem à margem da sociedade, Salgado busca destacar a obstinação com que essas pessoas enfrentam a realidade cotidiana:

Estas fotografias contam a história de um tempo. São um trabalho arqueológico visual de uma época conhecida como a Revolução Industrial, quando o trabalho manual de homens e mulheres constituíam o eixo do mundo. Com a reformulação dos conceitos de produção e eficiência, a natureza do trabalho é transformada. O mundo industrializado segue a toda velocidade, tropeçando no próprio futuro. A contração do tempo é o resultado do trabalho de todos no mundo, apesar de beneficiar poucos. O planeta permanece dividido. De um lado o primeiro mundo vive uma crise de excesso. De outro, o terceiro mundo vive uma crise de escassez. No fim do século XX, o segundo mundo, aquele construído sobre alicerces socialistas, está em ruínas. Sebastião Salgado  
(<http://www.terra.com.br/sebastiaosalgado/>)

Um olhar mais atento sobre suas produções nos permite perceber o apuro técnico associado a uma percepção estética refinada, fazendo com que o tema registrado surja da busca pela união entre o ético ao estético. Assim como os mitos, suas obras estão repletas de indícios que nos possibilitam identificar relações com obras clássicas, dando visibilidade aos imaginários e seus mecanismos de reprodução (BRANDÃO, 2003).

O espectador leigo não se atém às questões técnicas, mas sensibiliza-se pelo contraste que impacta o olhar. Percebe de imediato que os temas propostos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

dizem respeito às desigualdades sociais. Já ao crítico de arte, Sebastião Salgado oferece composições clássicas com seus enquadramentos em primeiro plano, o uso preferencial das linhas horizontais e verticais, a qualidade no tratamento da luz e o equilíbrio entre forma e conteúdo.

Suas imagens nos permitem perceber as muitas influências que constituem os sujeitos, permeados por experiências vividas e históricas que constituem laços de identificação dentro de grupos sociais com traços culturais locais e ao mesmo tempo globais. Isto por conta da influência de um imaginário social que vai se constituindo nas trocas de conhecimento e intercâmbio das relações sociais.

## **2. Algumas reflexões e analogias possíveis.**

Nas inúmeras imagens que pontuam a trajetória do fotógrafo Sebastião Salgado é possível identificarmos correspondências estéticas com várias obras de arte de diferentes períodos da História da Arte. Para a análise desenvolvida neste artigo estabelecemos relações com três períodos em especial: o Barroco, o Romantismo e o Realismo. Isso se deve às características formais que elegemos como representativas do conjunto de produções do fotógrafo, às quais apresentamos a seguir.

### **1) A dramaticidade da luz Barroca**

Na arte barroca predominam as emoções e não o racionalismo, acontece um rompimento com o equilíbrio entre o sentimento e a razão ou entre a arte e a ciência, característica das obras renascentistas. É uma época de conflitos espirituais e religiosos, e o estilo barroco traduz a tentativa angustiante de conciliar forças antagônicas: bem e mal; Deus e Diabo; céu e terra; pureza e pecado; alegria e tristeza; paganismo e cristianismo; espírito e matéria. Suas características gerais são o emocional sobre o racional, seu propósito é



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

impressionar os sentidos do observador, baseando-se no princípio segundo o qual a fé deveria ser atingida através dos sentidos e da emoção e não apenas pelo raciocínio. A busca de efeitos decorativos e visuais, através de curvas, contracurvas, colunas retorcidas.

A poética barroca está enraizada no catolicismo e grande parte das obras desse período tornou-se instrumento de propaganda e de ação para a Igreja. O movimento, o brilho e as cores travestem os fatos reais, destacando que a forma deve ser compreendida como portadora de significados que vão além do visual. No *Barroco*, a racionalidade renascentista é substituída pela paixão. A arte barroca é essencialmente retórica, ela explora o efeito *trompe-l'oeil*, de ilusão ótica, com o objetivo de conduzir o espectador ao delírio, à vertigem e ao êxtase, diferente da renascentista que utilizava esse efeito para acentuar o fator de realidade (BRANDÃO, 2003).

Johannes Vermeer (1632/1675) foi um pintor holandês, que também é conhecido como Vermeer de Delft ou Johannes van der Meer (ARGAN, 1992). Os seus quadros são admirados pelas suas cores transparentes, composições nas quais predominam os efeitos da luz. Analisando uma imagem pertencente à série “Outras Américas” (Figura 1) e a obra de Vermeer (Figura 2), percebe-se o mesmo aproveitamento da luz natural na iluminação dos personagens retratados. Ambas destacam efeitos de claros e escuros que enriquecem os contornos das formas. Na fotografia de Salgado temos o aproveitamento da intensidade da luz como um recurso que intensifica a dramaticidade da cena.





**Figura 10** - S. Salgado, *Outras Américas*, 1984.



**Figura 11** - J. Vermeer, *A leiteira*, 1658-60.

Igualmente “dramáticas” são as imagens do pintor francês Georges du Mesnil de La Tour (1593/1652), outro artista barroco reconhecido pelos efeitos de luz que explora. Assim como Sebastião Salgado, Vermeer e La Tour iluminam fortemente seus personagens, obtendo através de uma luz direcionada para pontos específicos do enquadramento um alto nível de contraste entre claros e escuros.

Se considerarmos a produção do italiano Michelangelo Merisi da Caravaggio (1571/1610), um dos mestres barrocos, se destaca o fato de que os modelos escolhidos por esse artista eram pessoas comuns das ruas de Roma, magicamente transportados para as cenas religiosas criadas. Sebastião Salgado ao retratar anônimos em seus ambientes adversos, os transforma em personagens que transpiram dramaticidade e encanto, a ponto de nos remeter a poses pausadas, modelos em ateliê. No entanto, sabemos que o fotógrafo registra momentos do cotidiano, que por mais cruéis que sejam adquirem uma força incomparável na sua recepção.

A linguagem fotográfica foi aprimorada ao longo do tempo e desenvolveu-se direcionada para os contrastes revelados pelos contextos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

históricos, desvelando a desarticulação das relações sociais. As imagens de Sebastião Salgado comprovam a preocupação do fotógrafo em revelar o clima mundano permeado pelo desajuste social, sem, contudo, deixar de dignificar a presença do humano que emerge de cenários trágicos. Algumas de suas imagens parecem substituir a realidade pela decoração teatral e pelo mundo da fantasia, numa postura simbólica de glória e poder, mesclando a realidade e as ilusões provocadas pela luz, assim como fizeram os artistas barrocos. São enquadramentos nos quais a linha curva suplanta a reta, atenuando os ângulos agudos da representação, e, muitas vezes, a trágica realidade que os originam.

## **2) A grandiloquência da natureza Romântica**

O século XIX foi agitado por transformações sociais, políticas e culturais causadas pelos acontecimentos do final do século XVIII. A utilização do carvão como fonte de energia, em substituição à energia animal, humana e eólica, foi um fenômeno de profundas conseqüências, que provocou uma alteração radical na paisagem natural e na rígida estrutura social e cultural vigentes. O emprego da energia fóssil teve um impacto direto sobre a indústria, os meios de transporte e a agricultura, sendo a propulsora da Revolução Industrial inglesa. Evento esse, que impulsionou o desenvolvimento das tecnologias e seus equipamentos, provocando a divisão do trabalho e o início da especialização da mão-de-obra. Dentre os fatos históricos do período também se destaca a Revolução Francesa e seus ideais de luta por uma sociedade mais harmônica.

A fotografia é outro produto do crescente desenvolvimento tecnológico que se verificou na época, e que surgiu como uma opção de registro rápido e fiel, demonstrando uma precisão que a pintura e o desenho não conseguiam alcançar. Ela levou os artistas a procurarem outros modos de explorar a essência da arte pictórica. A consciência da impossibilidade da representação perfeita estabeleceu não apenas uma nova maneira de olhar e pintar, como multiplicou



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

as correntes estilísticas, desestabilizando o mundo das artes plásticas (BRANDÃO, 2003).

Os artistas românticos procuraram uma maior liberdade ao lidar com as convenções acadêmicas, em favor de expressões mais pessoais, com a valorização dos sentimentos e da imaginação. O nacionalismo e a valorização da natureza eram princípios da criação artística, inspirados pela Revolução Francesa.

Dentre os românticos encontramos o inglês Joseph Mallord Willian Turner (1775/1851), um artista que se dedicou à pintura de paisagens com paixão, energia e força, interpretando os temas abordados de forma épica (ARGAN, 1992). Seus trabalhos transmitem uma emoção extrema, eles são considerados o ponto culminante da paisagem Romântica. Na relação dessas produções artísticas com Sebastião Salgado é possível elencarmos as fotografias do seu mais recente trabalho, o projeto Genesis, no qual o fotógrafo explora a natureza do planeta terra em lugares ainda intocáveis. Atualmente o tema natureza esta mais associada às questões ambientais e ecológicas, contudo está intrinsecamente ligado à sensibilidade dos sujeitos, que procuram viver esta relação de forma apaixonada. Entre a fotografia de Salgado (Figura 3) e a obra de Turner (Figura 4) identificamos representações que buscam destacar a grandiosidade de paisagens naturais, seja no enquadramento de uma natureza selvagem e inóspita da Antártica, ou no retrato fiel da fúria de uma tempestade em alto mar. Tais imagens resultam do desejo romântico dos artistas de transmitir aos espectadores a sensação de êxtase provocada pela beleza natural que nos cerca.



Figura 12 - **S. Salgado**, *Projeto Genesis*, 2004.  
*Negreiro*, 1840.



Figura 13 - **W. Turner**, *Navio Negroiro*, 1840.

Em comum com os românticos Salgado também tem a exploração dos temas políticos, presente na série “Trabalhadores”, por exemplo. Nesse sentido, é possível relacionar as obras do francês Ferdinand Victor Eugène Delacroix (1798/1863), um pintor romântico que privilegiava a abordagem de temas políticos, algo que não era comum na época. O valor de sua pintura é assegurado pelo uso das cores, das luzes e das sombras, dando-nos a sensação de grande movimentação. Ambos, Salgado e Delacroix, utilizam as produções artísticas como instrumento de denúncia. O fotógrafo utiliza a imagem como uma mediadora de suas preocupações com as desigualdades sociais que testemunha em suas andanças pelo mundo. Os seus enquadramentos, magicamente iluminados aproximam os olhares de realidades geograficamente distantes, expondo o humano refém da desumanidade, e com isso refletem sobre sua condição local e global, promovendo aspectos da construção das identidades e significações sociais. Nas obras de Sebastião Salgado a imagem nunca é gratuita, não existe a beleza pela beleza, há sempre uma intenção política em promover conflitos de idéias e gerar ações restauradoras. Os sentimentos que as imagens despertam, principalmente considerando que vivemos a realidade da sociedade de consumo, nos fazem perceber o romantismo de Sebastião Salgado.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

### **3) O Realismo das lutas sociais**

O Realismo é um movimento artístico que surge no século XIX como uma reação à paixão arrebatadora das representações românticas, estruturada na observação da realidade, na razão e na ciência. Surgido na França, sua influência se estendeu a numerosos países. Esta corrente aparece no momento em que ocorrem as primeiras lutas sociais contra o socialismo progressivamente mais dominador, ao mesmo tempo em que há um crescente respeito pelo fato empiricamente averiguado, pelas ciências exatas e experimentais e pelo progresso técnico. Das influências intelectuais que mais ajudaram no sucesso do Realismo denota-se a reação contra as excentricidades românticas e contra as suas idealizações da paixão amorosa. A passagem do Romantismo para o Realismo corresponde à substituição do belo idealizado pelo real objetivo (ARGAN, 1992).

Neste período o artista busca representar o mundo de maneira documental, a arte passa a ser um meio para denunciar uma ordem social que considera injusta. De modo que vamos encontrar pinturas que vão denunciar as injustiças e as imensas desigualdades entre a miséria dos trabalhadores e a opulência da burguesia.

Jean-François Millet (1814/1875), pintor da Escola de Barbizon, da França rural, é conhecido como percussor do Realismo. Suas representações de trabalhadores rurais, suas obras sobre camponeses foram consideradas sentimentais para alguns, exageradamente piegas para outros, mas a verdade é que as obras de Millet em nenhum momento suscitaram indiferença. Percebe-se na obra realista de Millet (Figura 6) a sintonia com as fotografias de Sebastião Salgado (Figura 5), sobretudo aquelas relacionadas com os movimentos sociais, como os assentamentos do sem-terra no Brasil e das comunidades indígenas Andinas, que perdem suas terras e tradições ancestrais por conta da especulação de outros modos de cultivo e plantio, de uma agricultura a serviço do capital e não da subsistência das comunidades locais.



Figura 14 - **S. Salgado**, *Projeto Genesis*, 2005  
*Respigadeiras*, 1857.



Figura 15 - **J.F. Millet**, *As Respigadeiras*, 1857.

Assim como as produções de Millet, o trabalho de Sebastião Salgado ao mesmo tempo em que apresenta aspectos românticos também apresenta a realidade. Afinal, não podemos esquecer as vinculações originais de Salgado com o fotojornalismo, ou seja, a intenção de documentar e sustentar uma pauta jornalística. Com o passar do tempo e a qualidade reconhecida do valor estético das imagens acabaram por aproximar o fotógrafo do mundo das Artes. E se Millet foi criticado por pintar a beleza da realidade cotidiana dos camponeses, Sebastião Salgado também é criticado por seus detratores por tratar as desigualdades, as exclusões, os horrores da guerra dentro de uma estética fotográfica que detona a reflexão sem abrir mão da beleza.

### **3. Considerações finais**

Como um ato criador que pretende estruturar e organizar o mundo, atendendo aos questionamentos que emergem da experiência, Sebastião Salgado é um exemplo de artistas que com sua produção transformaram a visão do cotidiano e provocaram o distanciamento com relação à realidade concreta. Ele é responsável pela criação de outro real que sinaliza para necessidade de refletir-se criticamente sobre as condições éticas da sociedade. Salientando o





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

registro expressivo da aparência, ele retrata o momento histórico vivenciado de acordo com seu modelo ideológico. Diferente das imagens que “subornam” pelo prazer formal, estético, as suas, desacomodam e inquietam o olhar, nutrindo os imaginários com visões do real que transmitem paixão, arrebatamento e apuro técnico.

A partir da análise desenvolvida é possível percebermos que a trajetória de um artista contemporâneo como Sebastião Salgado, apresenta vários pontos em comum com artistas que viveram em épocas passadas. Tais influências nos permitem estabelecer uma rede de significados entre modos de comportamento social, costumes e valores. O fotógrafo, sensível ao entorno retratado, nos apresenta aspectos da realidade e do imaginário desses sujeitos, elementos que nos possibilitam vislumbrar as marcas identitárias dos locais retratados. Suas produções comprovam que a história é um processo de construção dinâmico e dialético, e que em suas teias presente e passado evocam-se mutuamente. E é nesse permanente movimento de fluxo e refluxo que poderemos dimensionar o presente e projetar ações futuras efetivamente transformadoras. As imagens de Sebastião Salgado nos instigam a lutar pela instauração de novos parâmetros que aprimorem a ética das relações, evidenciando a contribuição da Arte aos mecanismos que garantem o acesso de todas as camadas sociais ao conhecimento e à reflexão crítica.

### **Referências:**

ARAÚJO, Alberto Filipe. **Um olhar sobre o imaginário educacional.**

Portugal: Algumas, 2008.

ARGAN, Giulio. **Arte Moderna.** São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

BRANDÃO, Cláudia Mariza Mattos. **Com Rio Grande na retina:** as marcas da Educação Ambiental na paisagem urbana. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2003.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** São Paulo:

Ateliê Editorial, 1999.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**Sebastião Salgado.** Disponível em:

<<http://www.algosobre.com.br/biografias/sebastiao-salgado.html>>

acesso em 08/02/2009.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SC) – (1880-1930)**

Simoni Mendes<sup>1</sup>

### **1. O trabalho agrícola em Blumenau - SC**

A colônia Blumenau, situada no vale do Rio Itajaí-açú (SC), foi fundada em 1850, a partir da iniciativa privada de Hermann Blumenau. Desde os primórdios de sua implantação, a colônia em questão já começa a desenvolver uma intensa relação com as atividades rurais. Essa interação já era perceptível desde o momento em que se começa a atrair os imigrantes para o Brasil, quando Hermann Blumenau exalta as características naturais do Brasil e, especialmente, da região, apontando para o imigrante a chance de possuir sua própria terra onde poderá se dedicar ao trabalho rural e vencer na vida.<sup>2</sup>

Essa preocupação em trazer imigrantes para regiões desocupadas do Brasil já estava na pauta do governo imperial havia muito tempo. Como já é de conhecimento geral, as intenções da política imigratória do governo brasileiro visavam implantar núcleos coloniais a fim de preencher os “vazios demográfico”<sup>3</sup>, com especial atenção para as regiões de fronteira política para garantir a integridade nacional<sup>4</sup>. Além disso, era dada especial atenção às regiões do sul do Brasil que ligavam o litoral à serra, locais estes em que foram fundadas colônias como a Blumenau e São Leopoldo (RS).

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, mestranda do Programa de Pós-graduação em História, na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: simoni.mendes@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> CASTRO, Moacir Werneck. *O sábio e a floresta: a extraordinária aventura do alemão Fritz Müller no trópico brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 37.

<sup>3</sup> Importante ressaltar que estes “vazios demográficos” na prática eram áreas habitadas por grupos indígenas, portanto não se trata de uma região desabitada.

<sup>4</sup> MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. *Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 20.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Uma das principais características da formação desses núcleos coloniais no sul do Brasil foi o desenvolvimento de pequenas propriedades, garantindo um cenário agrícola diferenciado na região, se comparado com o que se acostumava a ver no Brasil. Enquanto isso, no restante do país se priorizou a utilização de imigrantes para substituir a mão-de-obra escrava pela assalariada, mantendo dessa forma a existência de latifúndios em grande parte do restante do Brasil.

Quando estabelecidos no pequeno núcleo colonial, o imigrante deveria iniciar sua produção, para isso, novas técnicas deveriam ser introduzidas. É sabido que o clima e geografia da Europa eram diferentes do Brasil, o que significa que técnicas de cultivo e determinados produtos cultivados lá, não irão se adaptar ao clima brasileiro. Diante dessa questão, os alemães não tiveram outra solução a não ser cultivar produtos cultivados por indígenas e caboclos, e nesse momento entra no cenário agrícola da região produtos que nas décadas seguintes serão responsáveis por grande parte da economia, como o fumo, o milho, o feijão e demais tubérculos.<sup>5</sup> “A bagagem cultural dos imigrantes, as condições climáticas e geográficas de cada colônia, a interferência - nem sempre registrada – de indígenas e caboclos, aliados as relações de mercado de cada produto, determinavam o que seria ou não cultivado”<sup>6</sup>.

Além dos tipos de cultivo, um outro costume foi adaptado dos nativos, as técnicas de cultivos. O mais comum era a coivara, que consistia na derrubada de árvores, feitas nos meses de maio, junho e novembro, em seguida os ramos eram deixados no solo de seis a oito dias para secar. As madeiras de melhor

---

<sup>5</sup> BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *A colônia alemã Blumenau: na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil*. Tradução: Annemarie Fouquet Schünke – Blumenau: Cultura em Movimento; Instituto Blumenau 150 anos, 2002, p. 29.

<sup>6</sup> SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. *Vida e trabalho na floresta : uma análise da interação entre imigrantes e a floresta nas colônias do vale do Itajai e norte de Santa Catarina durante a segunda metade do século XIX*. Florianópolis, SC, 2004. 183 f. Dissertação (Mestrado) - . Programa de Pós-Graduação em História. UFSC, p. 117.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

qualidade eram utilizadas na construção das casas e como combustível, os ramos eram queimados e as cinzas utilizadas como adubo<sup>7</sup>.

A coivara costumava ser utilizada nas plantações devido a alegação dos agricultores de que não era possível utilizar o arado em áreas semi-desmatadas. Essa técnica também era conhecida como sistema de rotação de terras, que os portugueses haviam aprendido com os indígenas e aplicado em suas propriedades monocultoras. A prática foi estendida aos colonos, que aprenderam, principalmente, com seu contato com os caboclos que viviam nas proximidades da colônia.<sup>8</sup> A utilização da coivara em forma de sistema de rotação de terras era conhecido por levar ao rápido esgotamento das terras.

Em 1880, devido a seu rápido crescimento populacional e seu desenvolvimento, a colônia Blumenau é elevada a categoria de município. Nas primeiras décadas do município, o setor industrial começa a se desenvolver, promovendo uma urbanização da região. Porém, o setor agrícola continua a se desenvolver e ocupar um espaço importante na economia blumenauense. Nesse momento ao lado do cultivo do milho e do fumo, produtos originários da pecuária também viram importantes aliados na balança comercial, como é o caso da manteiga.

Junto com a elevação de Blumenau à categoria de município vem significativas melhorias na região. O desenvolvimento da infra-estrutura local, com abertura de mais estradas e construção da Ferrovia Santa Catarina, em 1909, facilitaram a vida do agricultor. Em alguns casos o trabalho agrícola até então rudimentar e de subsistência, começa a ganhar importância na balança comercial do município. Além da Estrada de Ferro, temos ainda a construção de duas usinas hidrelétricas (Força e Luz, em 1910 e Usina Salto, em 1915), trazendo energia elétrica para o município.

---

<sup>7</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim*. Porto Alegre: Movimento/SAB, 1974, p.58

<sup>8</sup> SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. op. Cit, p. 112.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Cabe ressaltar também, que o surgimento industrial não se restringe apenas a produção têxtil, mas sim com o desenvolvimento de pequenas indústrias que facilitam a vida do agricultor e pecuarista, tornando assim a produção mais qualificada para a comercialização em grande escala. Esses benefícios atingiram, por exemplo, a produção de cana-de-açúcar, milho e mandioca, que graças aos estabelecimentos industriais, como engenhos, alambiques, serrarias, entre outros, gerou uma maior rentabilidade para os colonos que comercializavam o excedente. Vale lembrar, no entanto, que como qualquer benefício, nem todos tinham acesso a esse tipo de produção, sendo mais comum entre as famílias de imigrantes mais abastadas<sup>9</sup>

Szmrecsányi faz importantes considerações no que concerne a essa “industrialização agrícola”:

Por industrialização da agricultura entende-se aqui a adaptação dos processos produtivos da indústria de transformação aos processos produtivos agropecuários. (...)Não obstante todas as mudanças na tecnologia, nos processos e nas relações de trabalho, as plantas e os animais, bem como os solos de que tanto estes como aqueles ainda dependem, continuam sendo os principais meios de produção do setor agropecuário.<sup>10</sup>

As melhorias promovidas no desenvolvimento técnico agropecuário da região, tanto nas plantações como nas fases finais da produção fez com que Blumenau começasse a figurar no cenário econômico de Santa Catarina como uma região de grande importância, em virtude do aumento significativo na exportação para o restante do país e até para a Europa.

O crescimento da produção blumenauense na virada do século XIX para o XX é tão significativo, que se pode constatar no trabalho de Lucy Woellner dos Santos, que em 1895, Blumenau exportou cerca de 12 mil kg de fumo, atingindo

---

<sup>9</sup> Ibidem , p. 122.

<sup>10</sup> SZMRECSÁNYI, Tamás. *apud* VEIGA, José Eli. *O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991, p. 176.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

em 1901 a marca de 233.700 kg<sup>11</sup>. Devido a sua importância significativa na balança comercial do município, a produção de fumo foi uma das que mais recebeu atenção, especialmente com a instalação de indústrias de beneficiamento do fumo. Além do próspero mercado de exportação do fumo, enquanto matéria-prima, também ganha destaque no quadro de exportações de Blumenau a fabricação e exportação de charutos e cigarrilhas, que atingiu o seu auge na exportação entre 1880 e 1925, quando o produto era comercializado para Áustria, Alemanha, entre outros<sup>12</sup>.

Rossi associa a exportação do fumo produzido em Blumenau ao “(...)solo rico em humus e de potassa, o clima quente, úmido e chuvoso, permitem obter folhas muito grandes, finas e combustíveis, próprias para fabricação de charutos”<sup>13</sup>.

De acordo com a tabela apresentada por Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos<sup>14</sup>, em que são expostas as principais produções blumenauenses entre os anos de 1908 e 1928, pode-se constatar que os produtos de maior relevância naquele momento eram, respectivamente, o arroz, a farinha fina e o fumo. Ao contrário dos demais que produtos que já possuíam destaque na produção no século anterior, o arroz começa a se destacar principalmente a partir do início do século XX. Essa produção começa a ganhar espaço a partir da década de 1870, com a chegada dos imigrantes italianos à região e se concretiza na década de 1920 como um dos produtos de maior exportação, figurando em primeiro lugar nos anos de 1920, 1925 e 1928.<sup>15</sup>

---

<sup>11</sup> SANTOS, Lucy Woellner dos. *Estação agrônoma e de veterinária do Estado : (1895-1920) uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina*. Florianópolis Ed. da UFSC, 1998, p. 61.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>13</sup> ROSSI, Giovanni. Agricultura. *Revista Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 18(11/12), nov/dez 1977, p. 353.

<sup>14</sup> SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. **O Imigrante e a floresta** : transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí-SC. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011, p. 175.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 178.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Também o milho tinha importância, especialmente pelo seu aproveitamento na pecuária. Desde o início da colônia, a produção de milho era valorizada, pois se utilizava ele para a alimentação dos porcos. No século XX, muitos produtos derivados do porco, como a banha, entraram na balança comercial, mantendo assim a produção do milho em alta.

A importância das atividades agrícolas em Blumenau pode ser constatada a se julgar pelo número de organizações, instituições e programas que se formaram na região no decorrer da primeira metade do século XX. Dentre essas realizações ganham destaque o Sindicato Agrícola de Blumenau, a Cooperativa Rural de Blumenau, a Estação Agronômica e Veterinária do Estado, localizada em Rio dos Cedros, a Estação Agropecuária Rio Morto, e a Caixa Agrícola Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Agricultores do Município de Blumenau, que algum tempo depois se transformou em Banco Agrícola.

Essas instituições e organizações tinham em comum a intenção de auxiliar e orientar os agricultores. O Sindicato Agrícola, por exemplo, foi fundado em 1907, e tinha em seus propósitos o “(...)serviço de orientação e amparo aos agricultores, com o fornecimento de sementes e distribuição e estacionamento de gado de raça importado”<sup>16</sup>.

Uma grande iniciativa do Sindicato Agrícola de Blumenau foi a criação da Estação Agropecuária Rio Morto (Estação de Pesquisa) a fim de auxiliar o colono do município em sua lida diária com o gado. “O objetivo da implantação da Estação de Pesquisas era a criação de um tipo de gado resistente e econômico, capaz de produzir grandes quantidades de leite com elevado teor de gordura.”<sup>17</sup> Durante os anos em que a Estação atuou, obteve êxito em seu objetivo de auxiliar o colono.

A fim de promover um desenvolvimento na lavoura e pecuária foram promovidas, também, reuniões com conferências instrutivas e intercâmbio de

---

<sup>16</sup> SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos., 2004. op.Cit , p. 149.

<sup>17</sup> Seis anos e meio de trabalho em prol da estação agro-pecuária. *Revista Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 46(01/02), jan/fev 2005, p. 101 – 103. (Tradução Curt Heise)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

experiências entre os colonos, criados, especialmente, pelas associações de agricultores. Além disso, eram realizadas exposições coloniais, seguindo uma tendência mundial, que atuavam como um veículo de divulgação de novidades no campo agrícola e pecuarista, promovendo, inclusive, premiações para os produtores que tinham mais destaque nessa área<sup>18</sup>.

A Agremiação Agrícola de Blumenau também teve um papel de grande importância para o desenvolvimento da agropecuária entre os colonos. Ligada diretamente à Caixa de Poupança, a Agremiação possuía inúmeros membros que se reuniam frequentemente, além de uma Assembléia Anual na qual se analisavam os gastos e ganhos financeiros. No jornal *Der Urwaldsbote* de 11 de março de 1913, transcrito na revista Blumenau em Cadernos, pode-se observar o balanço feito naquele ano na Assembléia da Agremiação no qual é detalhado o valor de gasto e a entrada naquele ano. O que mais chama atenção, no entanto, foi o elevado número de membros daquela agremiação que havia se elevado para 900 membros, como demonstrativo da atuação da Agremiação para o colono é possível constatar que “(...)foram importadas grandes quantias de sementes que foram distribuídas gratuitamente aos associados.(...)Para a aquisição de adubo foi concedido um empréstimo ao associado da caixa da Associação”.<sup>19</sup>

Por fim, uma das mais importantes iniciativas do governo para o progresso agrícola foi a criação da Estação Agrônômica do Estado, em 28 de setembro de 1895, com a Lei n. 166, durante o primeiro mandato do governador Hercílio Luz.<sup>20</sup> Entre as suposições no que se refere ao motivo pelo qual o governo do Estado teria optado por instalar a Estação em Blumenau, e não na capital do Estado, tem destaque a idéia de que a escolha se deva à importante produção do fumo na região.

---

<sup>18</sup> SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos., 2004. op. Cit , p. 143.

<sup>19</sup> Agremiação Agrícola e Caixa de Poupança, publicado no jornal *Der Urwaldsbote*, de 11 de março de 1913. *Revista Blumenau em Cadernos*. Blumenau 27(4), abr 1986, p. 110 – 111.

<sup>20</sup> SANTOS, Lucy Woellner dos. op. Cit p. 106.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A Estação Agronômica tinha a finalidade de introduzir e testar espécies de variados tipos, a fim de proporcionar alternativas alimentares e econômicas para os colonos. Além disso, buscava-se trazer soluções para problemas como pragas e doenças nas plantações. É possível verificar, também, os estímulos dados aos colonos para que se organizem associações e cooperativas, com a intenção de viabilizar iniciativas que sozinhos eles não conseguiriam com facilidade, como a exportação de produtos<sup>21</sup>.

O comando da Estação ficava a cargo de diretores nomeados pelo governo, o mais importante deles, por seu significativo trabalho, foi o agrônomo italiano Giovanni Rossi, que assumiu a direção em 1897. Em um artigo publicado no livro “1850 – Blumenau – 1900”, Rossi faz importantes considerações à respeito do desenvolvimento da produção agrícola da região.

(...)podemos afirmar que, apesar do breve tempo do qual data a colonização, muito se fez. Considerando as condições gerais do país e os meios insuficientes de que os colonos podem dispor, parece-me que a agricultura tenha progredido bastante, mesmo na zona ocupada pelos italianos [distrito de Rio dos Cedros]. Será nobre, necessário e belo o interesse das gerações futuras continuarem a levar adiante tão grande empreendimento humano, a tal ponto que se possa dizer por ocasião dos festejos do 1º centenário de Blumenau: A agricultura dos nossos pais era bem primitiva<sup>22</sup>

Não apenas a agricultura foi beneficiada com a criação da Estação, mas também a criação de animais, que segundo Rossi foi a responsável pelo enriquecimento de inúmeras famílias no Vale do Itajaí. Para o agrônomo, a criação de animais, especialmente a vaca leiteira e o porco podem se tornar a futura base da economia da região<sup>23</sup>.

Na condição de órgão financiado pelo governo, a Estação Agronômica é

---

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 129.

<sup>22</sup> ROSSI, Giovanni. *op. Cit* , p. 355.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 354.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

presença constante nos relatórios do governo de Santa Catarina direcionados ao governo federal. Nesses relatórios, a Estação é sempre muito elogiada pelo governador do Estado, que aparenta querer demonstrar para o governo federal que a verba enviada estava sendo muito bem aproveitada.

A Estação Agronômica de Blumenau, sob a criteriosa direção do Dr. Giovanni Rossi, continua a prestar ao Estado os relevantes serviços que d'ella se pôde esperar. Diversas culturas teem ali sido praticadas, de modo a habilitar o agricultor a escolher com segurança o genero que desejar produzir. O plantio do trigo, que constitue o sonho de ouro dos nossos patrícios experimentado com successo nos município serranos, onde não pode ser cultivado para exportação por falta de meios de transporte, foi entretanto tentado infructiferamente na Estação, porém, o seu director distribuiu pelos alumnos da escola do Rio do Cedro sementes d'ese producto, promettendo premios aos que melhores specimens apresentassem.<sup>24</sup>

Apesar do visível interesse do governo em enaltecer as atividades da Estação, há que se concorda com os importantes avanços que ela promoveu para a agricultura e a pecuária da região enquanto lá esteve implantada.

A Estação Agrônômica contava com uma escola agrícola, da qual grande parte das famílias de colonos participava. As crianças da escola primária frequentavam a escola agrícola duas vezes na semana, onde tinham aulas teóricas e práticas, cada aluno escolhia um ramo da agricultura que havia aprendido e applicava em suas casas<sup>25</sup>. A Estação Agrônômica permanece por 10 anos em Blumenau, sendo transferida em 1905 para a capital do Estado, Florianópolis.

---

<sup>24</sup>Fala dirigida ao Congresso Representativo pelo governador do Estado Filipe Schmidt, no dia 1 de setembro de 1902. Santa Catarina, Gab. Typ. Sul-americano, 1902. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u956/000026.html> Acesso em 1 de outubro de 2009.

<sup>25</sup> SANTOS, Lucy Woellner dos. op. Cit , p. 117.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A Estação Agronômica e Veterinária é apenas um pequeno exemplo das instituições que surgiram em Blumenau com a finalidade exclusiva de impulsionar a produção agrícola. Ao lado das indústrias voltadas para o aperfeiçoamento dos produtos agropecuários, essas instituições foram responsáveis por grande parte do desenvolvimento técnico da agricultura e da pecuária.

Como podemos observar o município de Blumenau não movimentou sua economia apenas com a produção industrial, como por muito tempo se acreditou. Além das conhecidas indústrias têxteis, a balança comercial de Blumenau e todo o Vale do Itajaí foi orquestrada pela ampla produção agrícola, que ajudaram a levar o Estado de Santa Catarina ao mercado de exportação com produtos como o fumo.

## **Referências**

Agremiação Agrícola e Caixa de Poupança, publicado no jornal *Der Urwaldsbote*, de 11 de março de 1913. *Revista Blumenau em Cadernos*. Blumenau 27(4), abr 1986, p. 110 – 111.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *A colônia alemã Blumenau: na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil*. Tradução: Annemarie Fouquet Schünke – Blumenau: Cultura em Movimento; Instituto Blumenau 150 anos, 2002.

CASTRO, Moacir Werneck. *O sábio e a floresta: a extraordinária aventura do alemão Fritz Müller no trópico brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

COLOMBI, Luiz Vendelino. *Industrialização de Blumenau : o desenvolvimento da Gebrüder Hering 1880 - 1915*. Dissertação (Mestrado) - Programa Pós-Graduação em História, UFSC, 1979.

Fala dirigida ao Congresso Representativo pelo governador do Estado Filipe Schmidt, no dia 1 de setembro de 1902. Santa Catarina, Gab. Typ. Sul-americano, 1902. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u956/000026.html> Acesso em 1 de outubro de 2009.

LEANDRO, José Augusto. A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 261-278, 2007.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. *Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1998.

ROSSI, Giovani. Agricultura. *Revista Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 18(11/12), nov/dez 1977.

SANTOS, Lucy Woellner dos. *Estação agrônoma e de veterinária do Estado : (1895-1920) uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina*. Florianópolis Ed. da UFSC , 1998.

SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. *Vida e trabalho na floresta : uma análise da interação entre imigrantes e a floresta nas colônias do vale do Itajaí e norte de Santa Catarina durante a segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado) - . Programa de Pós-Graduação em História. UFSC, 2004.

SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. *O Imigrante e a floresta : transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí-SC*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, 2011.

Seis anos e meio de trabalho em prol da estação agro-pecuária. *Revista Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 46(01/02), jan/fev 2005, p. 101 – 103. (Tradução Curt Heise).

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim*. Porto Alegre: Movimento/SAB, 1974.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, Colonização e Estrutura agrária. In: *Significados da terra*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *apud VEIGA, José Eli. O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **ESBOÇOS DE UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA NA DÉCADA DE 1970**

Susana Cesco\*

### 1. Introdução

A proposta deste trabalho é a análise de um projeto de governo de colonização programa no Brasil na década de 1970, cujos pressupostos e estrutura assemelham-se a outros projetos colonizadores, aqui mesmo no Brasil, no século XIX e início do século XX. A região em estudo é a Amazônia, mais especificamente a rodovia transamazônica e suas “margens” e, ainda com ares de esboço de um projeto maior, cujo objetivo é analisar a construção de vilas agrícolas em áreas marginais à rodovia durante o período do governo militar, proponho uma discussão sobre espaços planejados, construídos e anunciados como “oásis” de terras e recursos naturais para retirantes nordestinos e migrantes sulistas.

Essas vilas agrícolas foram idealizadas como a solução para o que era entendido como um grave problema social do período, além da necessária ocupação do território brasileiro, também prioridade do então governo militar. O foco da análise será a construção dos discursos usados na elaboração de propagandas migratórias em uma perspectiva comparada aos discursos das propagandas para o sul do Brasil entre os séculos XIX e XX, além da ocupação das terras e o estímulo à formação de uma zona rural em meio à floresta. Destacam-se também as dinâmicas sociais envolvidas nesse processo migratório, o discurso de desenvolvimento e pioneirismo, além do impacto dos mesmos sobre a composição da natureza e dos grupos autóctones locais.

---

\* Doutora em História Social pela UFRJ. Bolsista PRODOC/CAPES no CPDA/UFRRJ. E-mail: susanacesco@gmail.com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## 2. Colonização e/ou recolonização

A construção da rodovia transamazônica e a colonização nas suas margens buscavam dar conta de dois grandes problemas do Brasil do ponto de vista do então regime de governo: terra e segurança nacional, mostrando a interpretação geopolítica dos problemas sociais internos por parte do Estado. Independente da alegada comoção do presidente do Brasil General Médici, em visita ao Nordeste em 1970, frente ao problema da seca, a solução encontrada não foi a de mexer nas estruturas agrárias vigentes, mas sim abrir uma nova frente de ocupação na Amazônica vista como área virgem e inexplorada.

Entendo que essa ideia de ocupar terras amazônicas deve ser vista e estudada como um projeto de “recolonização”, uma vez que tais terras eram efetivamente ocupadas por populações indígenas que foram ignoradas ou, na impossibilidade disso, dizimadas, aldeadas, catequizadas, espoliadas de suas terras e costumes. A situação não foi tão diferente quando o sul do Brasil foi colonizado na segunda metade do século XIX e no início do século XX por migrantes e imigrantes de origem européia. Naquele momento tratou-se o movimento também como pioneirismo. Com o avançar do século XX e com o inevitável contato com esses amazônidas poder-se-ia pensar que a antiga teoria de terra desocupada fosse revista e práticas diversas das desenvolvidas no sul ocorressem, mas, ao contrário, a “recolonização” da Amazônia foi planejada como “colonização”.

Efetivamente, essa “recolonização programada” se dá a partir da década de 1970, quando o governo federal, por meio do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970), implementou alguns programas de colonização e desenvolvimento regional, incentivando a ocupação territorial das regiões Centro-Oeste e Norte, por meio da expansão das fronteiras agrícolas. Nesse grupo de tantos programas do então governo, destaca-se o Programa de Integração Nacional (PIN), o qual se apoiou na abertura de grandes rodovias, além de prever o assentamento



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

inicial de 100 mil famílias no interior da Amazônia. A ideia era aliviar a pressão pela reforma agrária que era grande no Nordeste e no Sul do país e ocupar a Amazônia.

A estratégia publicitária desse programa se estruturava basicamente em dois *slogans* que ficaram muito conhecidos: “Integrar para não entregar” e “Integrar os homens sem terra do Nordeste com as terras sem homens da Amazônia”. Além dos nordestinos retirantes, fugidos de mais uma das grandes secas da região, o projeto de construção de vilas agrícolas às margens da nova rodovia Transamazônica também atraiu muitos sulistas, descendentes de outros migrantes ou eles mesmos migrantes que, em uma nova investida rumo à nova terras e prosperidade, lançaram-se floresta amazônica adentro.

Nesse largo universo de ações e reações decorrentes da recolonização programada da Amazônia nos anos 1970, o foco desse trabalho são as vilas agrícolas “batizadas” de Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis, instaladas às margens da rodovia transamazônica, como isso ocorreu, quais foram os argumentos do Estado, as propagandas usadas para atrair esses migrantes e o desfecho desse processo inicial de ocupação “ordenada” do “deserto verde” com a pretensão de transformá-lo em região produtora de grãos, ignorando a história amazônica com seus habitantes (índios e caboclos), sua cultura e suas características biofísicas.

Aliado a isso, perceber como as propagandas foram usadas e, no caso dos sulistas que “responderam” a elas, por que?, uma vez que eles próprios, em sua maioria, eram descendentes de migrantes e imigrantes anteriores que responderam a outras propagandas do governo brasileiro e de companhias colonizadoras para ocupar o sul do Brasil. No caso desses migrantes, as propagandas de imigração e migração em questão, no início do século XX, se revelaram enganosas quanto à assistência e infra-estrutura dos núcleos coloniais.

A colonização para o sul do Brasil tem vários momentos e locais, para esse trabalho, em uma perspectiva comparativa, usarei o exemplo da região do



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Alto Vale do Rio do Peixe, que, até meados do século XIX era território dos índios Kaingang que se dispersavam do norte do Rio Grande do Sul, pelos Campos de Palmas, sertões de Tibaji e Ivaí e penetravam em São Paulo<sup>1</sup> e, posteriormente, de caboclos, que tiravam sua sobrevivência da natureza alterando a cobertura vegetal sem a criação de propriedades agrícolas com benfeitoras e plantações, ou seja, de forma diversa à que ocorreu com a chegada dos migrantes do Rio Grande do Sul.

As etapas que se sucederam para culminar nessa ocupação do Alto Vale do Rio do Peixe tiveram início com a criação de várias empresas colonizadoras de menor porte que se encarregaram de fazer propaganda da região e recrutar pessoas para povoar o local. Essas Companhias adquiriram as terras de outras Companhias maiores que compraram, inicialmente, grandes áreas junto a Brazil Lumber and Colonization Co. Dentre essas, estão as empresas: Irmãos Coelho de Souza Ltda, Empresa Rio Caçador Ltda, Alberto Schmitt e Kurudz e Bortolon.

A representação de regiões desconhecidas como de grande fertilidade, de clima extremamente saudável, inscreve-se nas produções simbólicas de maior efeito no imaginário humano. Fazendo uso desse poder simbólico, o papel dessas colonizadoras era, por meio de seus agentes, irem até as colônias velhas do Rio Grande do Sul e expor aos imigrantes europeus e seus descendentes ali instalados, com especial destaque aos ítalos e teutos, as vantagens das novas terras. Facilitando esse trabalho estava o fato de que as famílias de colonos instalados no Rio Grande do Sul já estavam em suas segunda ou terceira gerações e o primitivo lote de terras que lhes foi concedido não comportava mais tantas pessoas e seu sustento, bem como de seus descendentes.

A propaganda feita junto aos colonos do Rio Grande do Sul valia-se dos mais diversos artifícios. Panfletos e pequenos livros traziam fotos de estradas e benfeitorias nos supostos locais destinados a instalação dos colonos. Para

---

<sup>1</sup> ROSSETO, Santo. Síntese histórica da Região Oeste. In: *Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste Catarinense. 10 anos de CEOM*. Chapecó: UNOESC, 1995. p.07.

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

facilitar o contato muitas dessas propagandas eram escritas em alemão ou italiano, línguas de origem de muitos desses imigrantes.

**COLONIA "Benito Mussolini"**  
Nuova Colonizzazione di Formi-  
gheri & Cia. e José Petry  
ESTACÃO PERDIZES

Distante 25 chilometri, con buone strade, dalla stazio-  
ne di Perdizes si stanno colonizzando le migliori ter-  
re dello Stato di Sta. Caterina. Perdizes è conosciuta  
come la miglior zona di vino, frumento, milho, ecc.

La nuova Colonia "BENITO MUSSOLINI" è riser-  
vata solo a coloni italiani; si trova annessa alla colonia  
tedesca "Marechal Hindenburg". La colonia Marechal  
Hindenburg, fondata da un anno e mezzo, dispone già  
di una serraria, di due case commerciali, mulino per  
frumento e milho, hotel, dentista, levatrice ed infermiera,  
diplomata, falegnami, carpinteri, calzolaia, una scuola ata-  
tale, una particolare, una comunità cattolica e l'altra  
protestante, una *atafona*, officina idro-elettrica per forza  
e luce in costruzione, una fabbrica per distillazione di  
milho e segala. Vi dimora grande numero di teuti e te-  
deschi. Il prezzo di una colonia di 10 alqueiros varia  
da 3:000\$000 a 3:500\$000, con buone condizioni per il  
pagamento. Oltre a mato branco, abbiamo mirabili zone  
di pini.

A titolo di propaganda ed inizio della colonizzazio-  
ne "Benito Mussolini" abbiamo risolto di vendere un  
blocco di 40 colonie unite al prezzo di 1:500\$000 alla  
colonia (60.000\$000 dei quali 30:000\$000 a vista e  
30:000\$000 a 6 mesi). Gli acquirenti potranno scegliere  
queste 40 colonie tra 300.

Gli interessati devono osuolarsi in Perdizes nella  
pensione tedesca di Fridolina Prass, dove si pagano ap-  
pena 5\$000 di pensione e dove risiede pure il direttore.

**José Petry**  
ESTACÃO PERDIZES — Sta. Caterina.  
(46 4-2 v. m.)

FONTE: Staffetta Riograndense. Garibaldi, 19/12/1934. p. 4.

In: RADIN, José Carlos. Italianos e Ítalo-Brasileiros na colonização do Oeste Catarinense. 2 ed. Joaçaba: Edições Unoesc, 2001.





Primeira página de folheto de propaganda em língua alemã. Acervo: EZA (Evangelischer Zortrolarchiv), Berlin.

Já nos anos 1970, muitos desses sulistas foram para a transamazônica, vindos do oeste do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, devido a problemas como falta de demarcação de terras, assentamentos irregulares, dificuldade de acesso a mercados, insalubridade e dificuldades do meio físico e



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

abandono por parte do Estado. Problemas recorrentes, que já em finais do século XIX eram apontados como causa de estagnação e declínio de muitas colônias de imigrantes nos mesmos três estados sulistas<sup>2</sup>.

Após discursos, propagandas e promessas, em 10 de outubro de 1970 o General Médici anunciava, em uma placa de bronze incrustada no tronco de uma castanheira, que “nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção da transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigante mundo verde”<sup>3</sup>. Antes disso,

no dia 15 de junho de 1970, toda a área do Nordeste, atingida pela seca, foi declarada em estado de calamidade pública, por decreto. O mesmo ato abriu à SUDENE o crédito extraordinário de Cr\$ 60 milhões (US\$ 13 milhões, aproximadamente), para o atendimento das populações flageladas.<sup>4</sup>

Além da transamazônica decidiu-se que a primeira etapa desse programa seria constituída também pela construção da rodovia Cuiabá-Santarém, formando um eixo leste-oeste e norte-sul,

numa extensão total de cerca de 2000 km de estradas definitivas, que se plantarão no coração da zona tropical, como prosseguimento da malha de estradas no Nordeste e em articulação com as demais grandes obras rodoviárias, ora em execução na Amazônia. Resolveu-se ainda reservar, para colonização e reforma agrária, uma faixa de vinte quilômetros de largura, tendo ao centro as novas rodovias.

5

A proposta acima tem pontos muito semelhantes com a colonização às margens da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande executada nos anos finais do XIX e início do século XX no sul do Brasil. Nesse caso a área reservada para colonização era de 15 km a cada lado dos trilhos e, como com a construção das

---

<sup>2</sup> TAVARES, Vânia Porto; CONSIDERA, Cláudio Monteiro e SILVA, Maria Thereza L.L. de Castro. *Colonização dirigida no Brasil – suas possibilidades na região amazônica*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. 2ed. 1979., p. 36.

<sup>3</sup> PEREIRA, Osny Duarte. *A transamazônica prós e contras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 147.

<sup>4</sup> Ibid. p.147.

<sup>5</sup> *Nota Oficial* distribuída pela Secretaria de imprensa do palácio do Planalto após reunião de 15/06/1970. In: PEREIRA., op.cit.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

agrovilas, agrópolis e rurópolis, se programou a instalação de núcleos coloniais com estruturas muito semelhante ao que ocorreu nas margens da transamazônica. Nas palavras do então ministro do interior Costa Cavalcânti, publicadas no jornal O Estado de São Paulo de 09/08/1970, o instrumento do PIN referente à colonização dar-se-ia da seguinte forma:

Essa colonização necessita de condições de infra-estrutura. Não apenas estradas, mas os núcleos de colonização, como na Espanha, Portugal, Itália, onde haja vida em comunidade, condições nos meios rurais, como médico, professor, igreja, cinema, meios de diversões, comércio. Como fazer tudo isso na Transamazônica na Cuiabá-Santarém? As próprias firmas empreiteiras colocarão seus acampamentos nas áreas onde possa se desenvolver agricultura. Assim, o Governo ganhará tempo e recursos. Êsses acampamentos serão os primeiros embriões dos núcleos que vão surgir. Haverá uma seleção de gente que vai se deslocar para aquelas regiões, gente do Sul e do Nordeste. Assim vamos ocupando de maneira racional a Amazônia.<sup>6</sup>

Esses migrantes sulistas e nordestinos deslocaram-se para a região amazônica orientados por propagandas do governo que divulgavam o projeto e prometiam terras para produção agrícola com longos prazos de quitação, estrutura habitacional e viária imprescindível para o escoamento da futura produção agrícola, além de estrutura pública (hospitais, correios, etc). Os sulistas eram, em sua maioria, descendentes de italianos e alemães cujas origens são a grande imigração européia ao sul do Brasil no século XIX com objetivos e discurso semelhantes por parte do então governo imperial.

No que se refere ao instrumento arregimentador, qual seja, as propagandas de estímulo à migração, as semelhanças de forma e conteúdo abrem uma nova e interessante questão na análise das migrações internas no Brasil. Como a construção desse discurso “pioneiro” se deu e como esses pretensos pioneiros responderam a ele? Se considerarmos que as propagandas do século XIX e, especialmente, do início do século XX não tiveram as

---

<sup>6</sup> PEREIRA., op.cit., p.147.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

promessas nelas contidas cumpridas, o que levou essas pessoas, cujos dados censitários apontam estarem em sua quarta tentativa de migração/fixação, responderem a ela?<sup>7</sup>.

Em matéria de políticas públicas para a agricultura a década de 1970, período da revolução verde<sup>8</sup> brasileira, a característica foi

mudança na composição da produção agrícola que beneficiou a agricultura de exportação em detrimento da agricultura familiar produtora de alimentos para o mercado interno; considerável aumento na migração rural, particularmente na região Sul, de modo que quase 40% da população rural brasileira transferiu-se do campo para a cidade nessa época; transformação de mercado de trabalho rural, com aumento do trabalho assalariado temporário; e concentração da estrutura fundiária e piora na distribuição da renda rural.<sup>9</sup>

Essa união de colonização, ocupação de um território visto equivocadamente como um vazio demográfico, modernização agrícola e uma política macroeconômica que privilegiava o mercado externo provocou, na continuidade dos anos 1970, o abandono nas obras das próprias rodovias amazônicas, de suas estradas vicinais e das próprias vilas agrícolas. Algumas sobreviveram como pequenas cidades como Medicilância no Pará ou cidades de importância regional como Rurópolis também no Pará, cujo nome atual foi herdado do fato de ter sido a única rurópolis propriamente construída com base nos projetos originais, inicialmente chamava-se rurópolis Presidente Médici, no entroncamento da Transamazônica com a Cuiabá-Santarém. Além dessas

---

<sup>7</sup> TAVARES; CONSIDERA e SILVA., op.cit., p. 38.

<sup>8</sup> Revolução Verde foi, sinteticamente, o período de modernização da agricultura brasileira através da implantação de maquinário, insumos, fertilizantes e orientação técnica para o aumento da produção agrícola, direcionado, basicamente, para as grandes e médias propriedades rurais.

<sup>9</sup> DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, liberalização comercial e agricultura familiar: a experiência brasileira das décadas de 1980 e 1990. In: BONNAL, P.; LEITE, S.P. *Análise Comparada de Políticas Agrícolas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011., p. 308.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

também apenas uma agrópolis foi construída - a Brasil Novo, no km 46 do trecho Altamira- Itaituba.<sup>10</sup>

Em matéria de colonização, o Brasil apresenta neste período quadros inteiramente antagônicos. Por um lado os jornais noticiam o aliciamento intensivo de colonos para as margens da transamazônica, em quase todas as unidades da Federação, a partir do Rio Grande do Sul. Pereira cita trecho do Jornal do Brasil de 14-07-1971 que fornece a idéia do volume de verbas dissipadas nessas transmigrações feitas em ônibus e aviões

conduzem para a região, colonos fracassados em outras áreas e sem a mais elementar idéia das condições de vida no novo local. No Rio Grande do Sul, de uma feita, selecionaram 76 pessoas. Entregaram-lhes seis salários mínimos regionais (Cr\$ 1.252,80), para as despesas iniciais com a mudança. Viajaram de ônibus até Belém (aproximadamente 4000 km), ou seja, dez vezes de São Paulo ao Rio. Uma passagem de S. Paulo ao Rio, na época, custava Cr\$ 18,30, sem refeições. Em Belém o INCRA freta aviões DC-3 da VASP e os conduz a Altamira. Programaram levar 400 famílias do Rio Grande do Sul.<sup>11</sup>

De acordo com o jornal O Globo, de 22-7-1971, ao todo o INCRA pretendia instalar 100 mil pessoas a um custo de Cr\$ 4.000, 00 cada. Para estimular ainda mais a migração o INCRA fez uma nova e sedutora publicidade, divulgada nessa mesma data sob o título “Quem vai para a Transamazônica tem Assistência Total” e ilustrado com duas fotografias – uma pequena, mas confortável residência por trás dum viçoso milharal, e outra, de interior de igreja com muitos homens e um padre lendo a bíblia. A explicação do INCRA sobre as vantagens do migrante estava explicitada em números: um lote de 100

---

<sup>10</sup> O INCRA estabeleceu Módulos de Colonização – MOC para as áreas de colonização dirigida. Por esse sistema criar-se-iam Agrovilas: vilas com um conjunto de 48 ou 64 lotes urbanos, cujos adquirentes receberiam também um lote rural para cultivar, deslocando-se entre a moradia e o trabalho. A Agrovila possuiria área com casa e horta, escola primária, centro administrativo-social, posto de saúde, pequeno templo ecumênico, comércio e recreação. Agrópolis: reunião de agrovilas, um pequeno centro urbano agroindustrial e administrativo, com escola secundária, comércio diversificado, cooperativa, armazéns, patrulhas mecanizadas, oficinas, ambulatório médico-odontológico, cemitério e centro telefônico. Podendo abranger até 22 Agrovilas. Rurópolis: é o centro principal de uma comunidade de agrovilas e agrópolis, tem um raio teórico de 70 a 140 km e possuiria atividades públicas diversificadas.

<sup>11</sup> PEREIRA., op.cit. p. 158.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

hectares, uma casa em madeira de lei no valor de Cr\$ 2.800,00, Cr\$ 250,00 em utensílios domésticos, cinco salários mínimos, dois hectares prontos para receber plantação, apresentação em bancos para receber financiamentos, sementes e implementos agrícolas, além de alguns animais de criação. Tudo isso com o largo prazo de vinte anos para pagamento, com carência de três.

Esse era o eldorado apresentado nas propagandas, uma clara tentativa de persuadir para migrar, com promessas efêmeras e planejamento inexistente quanto à biodiversidade amazônica e as eventuais dificuldades que esses recolonizadores encontrariam, especialmente devido à diferença de seu lugar de origem. São essas práticas e experiências, capítulo importante e ainda pouco desenvolvido da história do Brasil que esse texto procura desenvolver, de forma ainda inicial.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, ao contrário, buscando agregar novas informações, a proposta é analisar esse processo de forma mais ampla, onde seja possível perceber que o que ocorreu foi uma dinâmica sócio-ambiental muito mais complexa do que a simples colonização e aproveitamento de recursos naturais, onde elementos humanos e naturais se interpenetram e se transformaram ao invés de se excluírem, possibilitando o surgimento de uma cultura local com novos hábitos, novas necessidades e novos lugares, integrados no tempo e no espaço.

### **Bibliografia**

ALVARENGA, Otávio Melo. *Teoria e prática do direito agrário no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Esplanada e Consagra, 1979.

ARAÚJO, F. C. de. *Reforma agrária e gestão ambiental: encontros e desencontros*. 2006. 242 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BATISTELLA, M.; MORAN, E. F. Dimensões humanas do uso e cobertura das terras na Amazônia: uma contribuição do LBA. *Acta Amazônica*, Manaus, v. 35, n. 2, p. 239-247, 2005.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

ARNOLD, David. *La naturaleza como problema histórico: el médio, La cultura y La expansión de Europa*. México: Fondo de Cultura Económico, 2000.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*. Bauru: EDUSC, 2000.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História e Fotografia*. Belo Horizonte: autêntica, 2003

BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_ *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História no Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO F. H.; MULLER G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

\_\_\_\_\_ *Reforma agrária: compromisso de todos*. Brasília, DF: Brasil, Secretaria de Comunicação Social, 1997.

DELGADO, N. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: Leite, S. (org.) *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001.

CARLOS, Ana Fani. O consumo do Espaço. In: *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2001.

CHRISTOFOLETTI, A. (org.) *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

CROSBY, Alfred. *Imperialismo Ecológico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. São Paulo: Cultrix, 1975.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, liberalização comercial e agricultura familiar: a experiência brasileira das décadas de 1980 e 1990. In: BONNAL, P.; LEITE, S.P. *Análise Comparada de Políticas Agrícolas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

DREHER, M. N.; RAMBO, A.B.; TRAMONTINI, M. J. (org.) *Imigração e Imprensa*. São Leopoldo: EST Edições, 2003.

ETGES, Virgínia Elizabeta. *Geografia Agrária – a contribuição de Leo Waibel*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

FELIX, Gil Almeida. *O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental*. Niterói: EDUFF, 2008.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.
- LAMOUNIER, B. (coord.) *Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão*. Brasília: IPEA, 1994.
- MACHADO, Lia Osório. *Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéias de ordem*. In: CASTRO, Iná Elias (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. *Os primórdios da Imprensa no Brasil (Ou de Como o Discurso Jornalístico Constrói Memória)*. In: \_\_\_\_\_. *Discurso Fundador (A Formação do País e a Construção da identidade Nacional)*. Campinas: Pontes, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *Migrações e tensões sociais na Amazônia*. São Paulo: Hucitex, 1980.
- NISBET, R. *História das Idéias de Progresso*. Brasília: Instituto Nacional do Livro; Ed. Da UNB, 1980.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2 ed. 2004
- PEREIRA, Osny Duarte. *A transamazônica prós e contras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 147).
- PRADO JR, Caio. *A questão agrária*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.
- REIS, Agostinho (et.al.). *Colonização oficial no Brasil*. Brasília: INCRA, 1984.
- ROMANO, J. *Políticas nas políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.
- SABLAYROLLES, Philippe e ROCHA, Carla Giovana Souza (org.) *Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Transamazônica*. Belém: AFATRA/LAET, 2003.
- SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- SECRETO, María Verónica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História das Paisagens*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro. Campus, 1997.

SOUSA, Maria de Fátima Marreiro de. *População e migrações: contribuição ao estudo da reprodução da população nas fronteiras agrícolas da Amazônia. Campina Grande, PB: UFPB- Dissertação (Mestrado em Sociologia), 1986.*

TAVARES, Vânia Porto; CONSIDERA, Cláudio Monteiro e SILVA, Maria Thereza L.L. de Castro. *Colonização dirigida no Brasil – suas possibilidades na região amazônica*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. 2ed. 1979.

TOLEDO, Victor M. *Metabolismos rurales: hacia una teoría económico-ecológica de la apropiación de la naturaleza*. *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, v. 7, p. 1-26.

VALVERDE, Orlando. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

WAIBEL, Leo. *Princípios da colonização européia no sul do Brasil*. *Separata da Revista Brasileira de Geografia*. N. 2 – ano XI. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

WEID, Jean Marc. *Um novo lugar para a agricultura*. IN: PETERSEN, Paulo (org.) *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**REPUBLICANISMO NA REGIÃO DA CAMPANHA: ALGUNS  
APONTAMENTOS SOBRE O PROPAGANDISTA JOAQUIM  
FRANCISCO DE ASSIS BRASIL E O CLUBE REPUBLICANO DE SÃO  
GABRIEL (1881-1887)**

Tassiana Maria Parcianello Saccol\*

O republicanismo foi assunto de destaque no Rio Grande de Sul em vários momentos. Considerando as diferenças de contexto e da própria roupagem com que os discursos republicanos foram mobilizados, poderíamos citar o clássico exemplo da Revolução Farroupilha, na primeira metade do século XIX, muito embora houvesse uma divisão entre as lideranças de tal movimento, de modo que nem todos os líderes farroupilhas desejassem a República.<sup>1</sup> Em outro momento, a década de 1870 foi marcada pela propaganda republicana desenvolvida pelos irmãos e professores Apeles e Apolinário Porto Alegre, juntamente com o jornalista Francisco Xavier da Cunha. Nesta década, o republicanismo foi defendido através da imprensa e também foram criados alguns clubes republicanos na província – algo ainda distante de um partido político organizado.<sup>2</sup>

Na década de 1880, o movimento republicano conheceria um novo impulso na província e este se deveu principalmente ao retorno de vários estudantes rio-grandenses egressos das academias imperiais, especialmente da Faculdade de Direito de São Paulo. Júlio de Castilhos, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Borges de Medeiros, Alcides Lima, José Gomes Pinheiro Machado, Ramiro Barcelos e Fernando Abbott eram alguns destes acadêmicos que, através das experiências de socialização proporcionadas na faculdade, passaram a

---

\* Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Bolsista CNPq. E-mail para contato: tassianasaccol@yahoo.com.br.

<sup>1</sup> PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho: Fronteira Platina, Direito e Revolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

<sup>2</sup> PICCOLO, Helga I. L. **A política rio-grandense no II Império (1868-1882)**. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1974, p. 88.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

defender o republicanismo em sintonia com o as propostas da chamada geração de 1870, sendo estes inclusive alguns de seus integrantes.<sup>3</sup>

Portanto, com a participação desses novos atores políticos na propaganda republicana local, em 1882, foi criado o *Partido Republicano Rio-Grandense* (PRR). Defendendo a ideia de um novo sistema de governo, acompanhado de uma descentralização político-administrativa, bem como o fim da escravidão, fazia-se necessário organizar uma estratégia de divulgação destas idéias. Desta estratégia faziam parte a formação de clubes e associações, tanto na capital como no interior da província, a realização de conferências públicas e também a circulação de um periódico oficial, o jornal *A Federação*, fundado em 1884. Neste último, seus colunistas expunham os princípios defendidos pelo Partido, bem como noticiavam, através de constante intercâmbio com jornais do interior, o crescimento da propaganda republicana na província, traduzida especialmente na abertura de novos clubes com o mesmo fim.

A publicação de algumas obras de cunho político também fazia parte da propaganda do PRR e aqui ressaltamos a atuação de Joaquim Francisco de Assis Brasil dentro do grupo. Importante liderança do partido, Assis Brasil escreveu um livro que era tomado como espécie de manual de doutrina para seus correligionários. *A República Federal*, como seu próprio título já insinuava, trazia a defesa de um regime republicano e federativo, ao passo que expunha as mazelas do sistema monárquico. O referido livro atingiu seis edições até 1889, tendo sido lido no município de São Gabriel, no interior do Rio Grande do Sul,

---

<sup>3</sup> Segundo Angela Alonso, a geração de 1870 pode ser explicada como um movimento (intelectual e político) de contestação às principais instituições e valores do período monárquico. Dela faziam parte vários grupos em nível nacional que propunham reformas profundas tanto para o Estado quanto para a sociedade brasileira, em todos os seus aspectos. O fim da escravidão, a secularização das instituições, o liberalismo econômico e a descentralização político-administrativa eram algumas das principais reivindicações levadas a cabo pelos membros deste movimento. A grande maioria dos grupos ainda faziam a defesa de um novo regime de governo, o republicano. Para saber mais, ver ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como comentada em uma revista republicana portuguesa ainda no ano de sua publicação, em 1881.<sup>4</sup>

No que se refere à trajetória de Assis Brasil, este era filho de uma abastada família de estancieiros de São Gabriel, município onde participou ativamente da propaganda republicana, colaborando não só para a formação do clube republicano local, mas também tendo sido editor de um jornal, juntamente com outros republicanos do município.<sup>5</sup> Ao realizar uma espécie de intermediação (política e intelectual) entre o interior e a capital da província, bem como com espaços sociais mais distantes, Assis Brasil se tornou o único candidato republicano rio-grandense eleito a deputação provincial, ainda no período monárquico.

Sabe-se que os clubes republicanos tiveram grande importância na divulgação do ideário do PRR, e interagem constantemente com este último. Entretanto, excetuando-se as análises de Eloisa Capovilla Ramos, os estudos historiográficos têm dado pouca ou nenhuma importância à organização e funcionamento destes clubes no interior da província.<sup>6</sup>

Portanto, o presente trabalho pretende analisar a propaganda republicana desenvolvida no município de São Gabriel, utilizando-se para isto das atas do Clube Republicano deste município, enfatizando a atuação do propagandista Joaquim Francisco de Assis Brasil. A partir desta documentação será possível avaliar aspectos como a organização republicana no que se refere às indicações de candidatos aos cargos municipais, bem como as deputações provincial e geral; o envolvimento dos familiares de Assis Brasil na propaganda

---

<sup>4</sup> Para saber mais a respeito da resenha do livro de Assis Brasil em Portugal, ver PAREDES, Marçal de Menezes. *O cientificismo no Rio Grande do Sul e sua interface em Portugal: um estudo de recepção e troca cultural no final do século XIX*. In: **Revista Ciênc. Let.**, Porto Alegre, n. 41, p. 241-254, jan/jun 2007.

<sup>5</sup> Os principais dados biográficos sobre Assis Brasil estão presentes em AITA, Carmen. *Perfil biográfico de Assis Brasil*. In: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Perfis Parlamentares: Joaquim Francisco de Assis Brasil**. Porto Alegre: ALRS, 2006, p. 17-207.

<sup>6</sup> RAMOS, Eloisa H. Capovilla. **O Partido Republicano Rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul (1882-1895)**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado. PPG em História - UFRGS, 1990.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

política local, inclusive ocupando cargos de diretoria no clube e as decisões/ações tomadas pelo clube em favor da libertação de cativos. A organização de um periódico republicano gabrielense também será trabalhado neste texto, enfatizando o intercâmbio de notícias que este realizava com A *Federação*, órgão republicano da capital da província já mencionado anteriormente.

## **1 – Sobre o envolvimento da família Assis Brasil no Clube Republicano de São Gabriel**

Joaquim Francisco de Assis Brasil era um dos personagens de atuação significativa no Clube Republicano de São Gabriel, tendo inclusive integrado seu diretório por vários anos. Entretanto, não só Joaquim Francisco participou da propaganda republicana desenvolvida no município, mas vários outros membros da família Assis Brasil também estavam envolvidos com o clube. Tal era o envolvimento da família na propaganda que a sessão de instalação do clube se realizou na casa de Joaquina Teodora Brasil, mãe de Assis Brasil, em data de primeiro de novembro de 1881, e nela se fizeram presentes os dois irmãos mais velhos de Assis Brasil, João e Antônio.<sup>7</sup> Nesta primeira sessão, Assis Brasil não estava entre os presentes, pois muito provavelmente se encontrava na Faculdade de Direito de São Paulo, onde ainda estudava. No entanto, parece ter sido muito bem representado pelos outros integrantes da família.

Dos cinco irmãos varões de Assis Brasil, pelo menos quatro deles compareciam às sessões e atuavam no clube: os já citados João e Antônio, bem como Bartholomeu e Paulo de Assis Brasil. No que se refere ao irmão mais jovem, Diogo, não se sabe se este estudava na capital da província neste período ou simplesmente optou por não atuar no clube. Sabe-se apenas que, no ano de

---

<sup>7</sup> Livro de Atas do Clube Republicano de São Gabriel – Museu João Pedro Nunes (São Gabriel). Doravante, as informações citadas encontram-se no mesmo documento.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

1884, seguiu juntamente com o irmão Bartholomeu para a Faculdade de Direito de São Paulo, conforme nota do jornal *A Federação*, do dia 26 de julho daquele ano.<sup>8</sup>

Com relação aos cargos que os irmãos desempenharam no Clube, inicialmente, Antônio e João integraram a comissão dirigente que serviu até a posse do primeiro diretório, este último eleito em janeiro de 1882. Nesta votação, enquanto João Brasil foi eleito tesoureiro do clube, Antônio Brasil foi eleito vogal. Ainda neste ano, João foi votado para concorrer às eleições para o cargo de juiz de paz como candidato republicano, conforme consta na ata, em sessão de 20 de junho. Em 1883, após nova eleição do diretório, João Brasil seguiu como tesoureiro. Posteriormente, já no ano de 1886, Paulo foi votado como vogal do 2º distrito e João de Assis Brasil foi indicado novamente para o cargo de juiz de paz.

É interessante perceber que se no diretório tais indivíduos não ocuparam os cargos da presidência, ambos eram bastante presentes nas reuniões e João parece ter desempenhado papel especial na propaganda republicana local. Tal fato pode ser verificado na sessão de instalação do clube. Nesta ocasião fica evidente que João havia recebido telegramas pessoais de Américo Brito (republicano de Uruguaiana) e de Francisco Miranda (republicano de São Borja), procurando saber se em São Gabriel havia algum clube republicano e pedindo esforços em favor do candidato Venâncio Aires. Portanto, João era o republicano procurado por pessoas de fora da cidade para falar de assuntos políticos, trocar informações e pedir apoio eleitoral. Vale ressaltar que cargos como o de juiz de paz, para o qual João foi indicado, também tinha extrema relevância para a política local, visto que permitiam um agenciamento de votos, conforme ressaltou Jonas Vargas.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> *A Federação*, 26.07.1884. Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (ALRS).

<sup>9</sup> VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: Editora da UFSM/ Anpuh-RS, 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Se os irmãos de Assis Brasil ocuparam postos importantes no interior do Clube Republicano de São Gabriel, ele próprio exerceu funções ainda mais significativas na diretoria da associação. Verificando os resultados das eleições do diretório, percebe-se que os números de votos que Assis Brasil recebia eram sempre muito expressivos, o que confirma a idéia de sua importância para o Clube, bem como a liderança política que exercia. Desse modo, no ano de 1883, ele foi eleito presidente do Clube, tendo recebido dezessete dos dezoito votos contabilizados. Na eleição do ano seguinte, Assis Brasil permaneceu no cargo, já que totalizou nove votos, considerando os dez votantes presentes. No ano de 1885, mais uma vez foi aclamado quase unanimemente, recebendo dezessete de um total de dezoito votos. Entretanto, nas eleições de 1886 e 1887, foi Fernando Abbott quem assumiu a presidência do Clube, este também tendo recebido uma considerável maioria de votos. Ressalta-se que neste período, Assis Brasil desempenhava a função de deputado provincial, ficando grande parte de seu tempo na capital da província. Entretanto, este afastamento não significou o abandono do clube. Pelo contrário, Assis Brasil continuou comparecendo a um número razoável de reuniões. Além disso, nas ocasiões em que Assis Brasil não se encontrava em São Gabriel é possível verificar através da leitura das atas do Clube que ele enviava telegramas ao clube, noticiando episódios tais como a organização de um clube republicano em Rosário do Sul, conforme consta na sessão do dia 4 de fevereiro de 1882.

Desse modo, podemos dizer que Assis Brasil realizava uma espécie de intermediação entre São Gabriel e a capital da província. Essa intermediação pode ser traduzida não somente em troca de informações e notícias, o que é verificável através dos telegramas, mas também como uma espécie de mediação intelectual/cultural, já que os membros do clube consideravam bastante importante a leitura de *A República Federal*. Tal era a importância atribuída ao livro de Assis Brasil que o correligionário Cruz Jobim, em sessão do dia 1 de janeiro de 1882, propôs que o clube mandasse imprimir à sua conta a segunda edição do livro, para que fosse distribuída aos seus pares.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Por fim, podemos ainda mencionar a organização do Clube de São Gabriel no que se refere às indicações de candidatos à deputação provincial e geral. Aqui é importante ressaltar a sua interação com clubes republicanos de outros municípios bem como com a comissão executiva do PRR. A importância política de Assis Brasil pode ser verificada em São Gabriel, na medida que ele foi por diversas vezes indicado pelo Clube para ambas as deputações. O processo de eleição ocorria sempre que a comissão executiva do partido entrava em contato com o clube, normalmente por meio de telegramas ou circulares, e pedia que este indicasse seus candidatos. Após as indicações de todos os clubes da província, a comissão executiva do partido contabilizava os votos dos indicados e os mais sufragados eram então aceitos como candidatos oficiais do partido. No clube de São Gabriel, na sessão de 1 de janeiro de 1884, Assis Brasil foi indicado à deputação geral obtendo sete dos dez votos contabilizados. Na mesma eleição, também foi indicado à deputação provincial, juntamente com Demétrio Ribeiro, tendo este último obtido sete votos e Assis Brasil três votos. As duas candidaturas serviriam para duas eleições, uma ocorreria em fevereiro e a seguinte em outubro. Já no ano de 1885, em sessão do dia 4 de setembro, Assis Brasil era novamente indicado à deputação geral, recebendo nove dos onze votos contabilizados

Deve-se dizer ainda que não havia total desconhecimento sobre as pessoas que estavam sendo votadas pelos outros clubes municipais, pelo contrário, havia uma interação e troca de notícias entre os clubes. Isso pode ser verificado na sessão de 20 de junho de 1882, dia em que foram votados os candidatos à deputação provincial pelo clube de São Gabriel. Na leitura dos telegramas recebidos pelo clube, feita previamente às votações, percebe-se que o clube havia recebido uma mensagem do clube de São Borja, dizendo que neste Clube aceitariam a candidatura do dr. Eduardo Lima, caso Venâncio Aires recusasse sua indicação. Seguida a reunião, encontramos como resolução do Clube de São Gabriel que “ [...] tendo a maioria dos clubes do círculo se



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

manifestado pela escolha do dr. Eduardo Lima, para deputado provincial, resolve este clube adotar a sua candidatura”.

Mas não eram somente relativas à indicação de candidatos aos pleitos eleitorais as resoluções tomadas pelo Clube Republicano de São Gabriel. No exame das atas percebe-se também que seus membros debatiam a respeito de um assunto bastante polêmico à época, ou seja, a libertação dos cativos.

## **2 – As ações do Clube Republicano de São Gabriel em favor da libertação dos cativos.**

O abolicionismo se constituiu numa importante bandeira de atuação do Partido Republicano Rio-Grandense, embora muito provavelmente esta mesma bandeira tenha afastado muitos indivíduos, possíveis membros e/ou eleitores da associação. No jornal *A Federação* é possível encontrarmos um grande número de artigos, publicados em defesa do fim do sistema escravista. Diversas também eram as notícias a respeito da abertura de clubes abolicionistas no interior da província, bem como das cartas de liberdade concedidas por estas agremiações. Na folha do dia 9 de setembro de 1884, encontramos as seguintes notas publicadas: “De toda a parte chegam notícias do movimento libertador. São Gabriel, São Borja, Alegrete e Caçapava trabalham ativamente, tendo já obtidos grandes triunfos”.<sup>10</sup> Mais adiante, segue a notícia publicando os telegramas recebidos destes municípios, onde verificam-se as seguintes afirmações: “São Gabriel liberta-se! Mais de duzentas cartas concedidas hoje. Uma rua livre. Projeta-se a emancipação de todo o município no dia 28”.<sup>11</sup>

É difícil mensurar até que ponto todas estas emancipações foram efetivadas pelo Clube Republicano de São Gabriel, ou se eram, pelo menos parte delas, iniciativas individuais dos proprietários dos cativos. Entretanto através

---

<sup>10</sup> *A Federação*. 09.09.1884. Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (ALRS).

<sup>11</sup> *A Federação*. 09.09.1884. Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (ALRS).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

das atas do Clube é possível verificar que havia um projeto que sistematizava sua atuação em favor da libertação dos escravos, bem como uma estratégia montada para colocá-la em prática.

Portanto, na sessão de 13 de junho de 1883, um dos membros do clube, o Sr. Brandão Júnior, propôs a criação de um fundo pecuniário que fosse destinado a auxiliar na libertação dos escravos. No que se refere ao projeto abolicionista aprovado pelos membros do clube, ficaram estabelecidos os seguintes artigos: 1) estabelecia uma mensalidade entre os membros do clube, na importância de 500 réis, para ser aplicada na emancipação dos escravos; 2) logo que o clube tivesse em caixa 100 mil réis, faria anunciar que esta soma se achava a disposição do escravo a quem faltasse essa quantia para sua liberdade; 3) se acontecesse de antes de o clube ter a referida quantia, algum escravo se apresentar reclamando outra menor, para completar o seu pecúlio, e o clube a tivesse, deveria entregá-la ao escravo reclamante para o fim indicado; 4) se reclamassem o auxílio do clube dois ou mais escravos, a associação daria preferência àquele que fosse mais moço e de melhores costumes e; a escrava entretanto prefeririam, em todo o caso, ao escravo. Ainda, no último artigo, ficava resolvido que, além das mensalidades, os membros do clube procurariam aumentar a renda do fundo de emancipação por todo e qualquer meio legítimo.

Estatuídos estes artigos, o membro do Clube, Sr. Carlos Pereira, se comprometeu a “ [...] obter com correligionários companheiros do corpo cênico, na Associação Teatral Harmonia Gabrielense, uma receita trimestral para a qual distribuir-se-á indistintamente os bilhetes, cujo produto deverá ser recaído ao fundo do clube”.

Deve-se ressaltar ainda que, alguns dos presentes na sessão sugeriram aumentar o valor da mensalidade dos membros de quinhentos para mil réis. Cinco pessoas propuseram este aumento da mensalidade e, posta em votação, permaneceu o valor inicial. Na sessão, havia onze pessoas presentes tendo, portanto, o aumento da mensalidade perdido por razão de um voto.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Portanto, a votação de um projeto que visava criar um fundo de emancipação para a libertação dos escravos, bem como a estratégia de organizar eventos sociais a fim também de obter rendas para estas liberações (o que era uma prática comum entre os clubes)<sup>12</sup>, demonstra o empenho do clube republicano de São Gabriel com a abolição do elemento servil. Assis Brasil, que estava presente na sessão enquanto presidente do clube, levaria também a discussão relativa à abolição do elemento servil ao Parlamento, como deputado provincial, procurando nessa oportunidade, senão acabar com a escravidão, ao menos onerar a posse dos cativos.<sup>13</sup>

Mas passemos agora a outro tema relativo à propaganda do PRR como um todo, ou seja, a organização da imprensa republicana a fim de divulgar as idéias do partido a um número maior de pessoas e, conquistar novos adeptos ao movimento.

### **3 – O periódico *O Precursor* e a imprensa republicana local**

Já mencionamos que Assis Brasil costumava encaminhar notícias e telegramas ao Clube de São Gabriel, quando se encontrava em Porto Alegre. No entanto, essa intermediação que o jovem propagandista estabelecia entre o interior e capital da província pode ser verificada também através da criação de um jornal republicano local, *O Precursor*. Não tivemos acesso aos exemplares deste periódico, entretanto, encontramos várias notas e artigos de *O Precursor*, publicados em *A Federação*. Portanto, sendo Assis Brasil um dos responsáveis pela edição do jornal de São Gabriel, acabava por assumir uma posição de

---

<sup>12</sup> Conforme os muitos anúncios do Jornal A Federação no período.

<sup>13</sup> Para saber mais a respeito da atuação de Assis Brasil na Assembléia Provincial, especialmente no que se refere a temática da libertação dos escravos ver BAKOS, Margaret Marchiori. **RS: escravismo & abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; VARGAS, Jonas M.; SACCOL, Tassiana M. P. “Pai monarquista, filho republicano”: *propaganda republicana, eleições e relações familiares a partir da trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (1877-1889)*. In: **Anais da VIII Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo História a partir de fontes primárias**. Porto Alegre. Corag/APERS, 2010, p. 225-249.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

intermediação de notícias e também de divulgador da propaganda republicana a um público mais abrangente, que não o do clube.

Vejam os mais de perto alguns dados sobre *O Precursor*. Das poucas informações que se tem, sabe-se que o jornal teve curta duração e que passou a circular em São Gabriel em março de 1884.<sup>14</sup> Tal órgão era dirigido por Assis Brasil e tinha também como redatores Fernando Abbott, Tito Prates da Silva, e Manuel Pinto da Costa Brandão Júnior, sendo todos estes também muito atuantes nas sessões do clube republicano. Coincidentemente ou não, o jornal foi criado um ano após a visita de Júlio de Castilhos à São Gabriel. Na sessão de 12 de janeiro de 1883, encontramos Castilhos como um dos presentes na reunião do clube republicano do município, tendo inclusive tomado a palavra para falar a respeito da imprensa republicana. Na ocasião, declarou que sendo ele um dos membros da comissão executiva nomeada pelo Congresso para tratar da organização da imprensa em Porto Alegre, mencionou o quão conveniente era a imprensa para o crescimento do partido e pediu esforços dos correligionários na criação de um jornal republicano. O fato é que um ano depois da passagem de Castilhos por São Gabriel, os gabrielenses organizaram seu jornal e Assis Brasil tornou-se o seu editor-chefe.

Das notícias de *O Precursor* veiculadas em *A Federação*, destacamos especialmente aquelas relativas à campanha eleitoral de Assis Brasil, quando este se candidatou à deputação provincial. Em 31 de janeiro de 1884, encontramos um Manifesto do Clube Republicano de São Gabriel, dirigido aos eleitores do 3º círculo eleitoral, pedindo votos aos candidatos a deputação provincial e geral que ocorreria em outubro. O Manifesto, assinado por Assis Brasil e os demais integrantes do diretório do clube naquele momento, aconselhava que “sufraguemos os nossos candidatos, sejam eles quem forem”.<sup>15</sup> Até então a comissão executiva do partido não havia contabilizado as indicações dos clubes republicanos à deputação, mas o fato é que foi Assis Brasil quem

---

<sup>14</sup> SILVA, Jandira M. M da; CLEMENTE, Ir. Elvo; BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa sul-riograndense**. Porto Alegre: CORAG, 1986.

<sup>15</sup> *A Federação*. 31.01.1884. Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (ALRS).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

concorreu às eleições pelo 3º círculo, tanto como deputado provincial, quanto a deputado geral.

Em *A Federação* de 16 de julho do mesmo ano, encontramos a publicação de algumas notas de *O Precursor*, do dia 9 de julho: “[...] Esse nosso digno colega e amigo [Assis Brasil], seguirá amanhã a percorrer os diferentes municípios que compõem o 3º círculo eleitoral, a fim de, em públicas conferências expor as suas idéias, e o seu programa, como candidato do partido republicano”. Na mesma edição do jornal encontramos mais um fragmento de *O Precursor* publicado, onde se mencionava que “[...] na ausência do Dr. Assis Brasil, a direção da redação do Precursor ficou a cargo do Dr. Fernando Abbott”.<sup>16</sup> Em 29 de outubro do mesmo ano, *A Federação* publicou mais uma nota a respeito de Assis Brasil, noticiando que tendo ele terminado sua campanha eleitoral, havia regressado a São Gabriel e já assumido a direção do *Precursor*. Na continuidade da matéria, encontramos no jornal da capital: “Sobre sua excursão, disse o Precursor: na excursão política que o nosso amigo e companheiro Assis Brasil fez pelo 3º círculo eleitoral recebeu sempre as mais significativas provas de apreço e simpatia”.<sup>17</sup>

Mas além da campanha eleitoral de Assis Brasil, muito bem contemplada nas duas folhas, outros também eram os intercâmbios entre os dois periódicos. Exemplo disso é um artigo de doutrinação política, assinado por Assis Brasil na folha gabrielense, e publicado posteriormente em *A Federação*, de 12 de julho de 1884, onde este falava a respeito dos males da centralização política, bem como defendia a federação e a necessidade da República, já que a primeira era incompatível com a Monarquia.<sup>18</sup> Também as notícias relacionadas ao abolicionismo podem ser destacadas. A folha da capital, de 9 de setembro de 1884, trazia notícia de *O Precursor*, onde aparece entusiasticamente: “São

---

<sup>16</sup> *A Federação*. 16.07.1884. Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (ALRS).

<sup>17</sup> *A Federação*. 29.10.1884. Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (ALRS).

<sup>18</sup> *A Federação*. 12.07.1884. Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (ALRS).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Gabriel liberta-se. Mais de duzentas cartas concedidas hoje. Uma rua livre [...]", conforme já havíamos citado anteriormente.<sup>19</sup>

Após o período de campanha política e intensa propaganda através dos dois periódicos republicanos, Assis Brasil foi eleito para o cargo de deputado provincial, permanecendo na Assembléia Legislativa por dois mandatos consecutivos, no período de 1885 a 1888. Na sessão do Clube de 20 de dezembro de 1885, Fernando Abbott propôs que fossem publicados 2.000 folhetos de todos os discursos de Assis Brasil na Assembléia, para serem distribuídos gratuitamente pelo clube. Numa análise de seus discursos parlamentares, realizada em outra pesquisa sobre o parlamentar, percebemos que o deputado procurou defender os interesses dos municípios da região da Campanha, especialmente os estancieiros locais, pleiteando benefícios à região pela qual foi eleito.<sup>20</sup> Tal relação evidencia a importância de Assis Brasil na mediação política e cultural entre os eleitores de São Gabriel e a capital da província. Neste sentido, as atas do Clube Republicano de São Gabriel constituem-se em uma fonte de grande importância, pois dão a palavra aos republicanos da região da campanha, muitos deles anônimos na maioria dos estudos sobre o movimento republicano, mas que possuíam significativa importância no interior do sistema político e da própria propaganda republicana.

## REFERÊNCIAS

AITA, Carmen. *Perfil biográfico de Assis Brasil*. In: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Perfis Parlamentares: Joaquim Francisco de Assis Brasil**. Porto Alegre: ALRS, 2006, p. 17-207.

ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

---

<sup>19</sup> *A Federação*. 09.09.1884. Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (ALRS).

<sup>20</sup> Ver VARGAS, Jonas M.; SACCOL, Tassiana M. P. Op. Cit., 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

BAKOS, Margaret Marchiori. **RS: escravidão & abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho: Fronteira Platina, Direito e Revolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PAREDES, Marçal de Menezes. *O cientificismo no Rio Grande do Sul e sua interface em Portugal: um estudo de recepção e troca cultural no final do século XIX*. In: **Revista Ciênc. Let.**, Porto Alegre, n. 41, p. 241-254, jan/jun 2007.

PICCOLO, Helga I. L. **A política rio-grandense no II Império (1868-1882)**. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1974.

RAMOS, Eloísa H. Capovilla. **O Partido Republicano Rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul (1882-1895)**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado. PPG em História - UFRGS, 1990.

SILVA, Jandira M. M da; CLEMENTE, Ir. Elvo; BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa sul-riograndense**. Porto Alegre: CORAG, 1986.

VARGAS, Jonas M.; SACCOL, Tassiana M. P. *“Pai monarquista, filho republicano”: propaganda republicana, eleições e relações familiares a partir da trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (1877-1889)*. In: **Anais da VIII Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo História a partir de fontes primárias**. Porto Alegre. Corag/APERS, 2010, p. 225-249.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: Editora da UFSM/ Anpuh-RS, 2010.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A JANGADA DE PERNAMBUCO NA CONQUISTA DO RIO GRANDE DO SUL**

Tau Golin<sup>1</sup>

*Em dezembro de 1774, o tenente-general João Henrique Boehm, nomeado pela corte portuguesa como comandante do Exército do Sul, viajou do Rio de Janeiro para o Brasil meridional, com a missão de expulsar os espanhóis do Rio Grande de São Pedro. Em 1776, Portugal concentrou uma Esquadra na costa e formou uma flotilha de naus, fragatas e sumacas para enfrentar as embarcações castelhanas de guerra.*

*Entretanto, para transportar as tropas de desembarque na margem inimiga e assaltar a linha de fortalezas, o oficial alemão elaborou um plano audacioso e criativo. Mandou transportar paus de piúba em sumacas de Pernambuco para São José do Norte e acampamentos militares da margem setentrional do canal. Com eles mandou que os jangadeiros arregimentados naquela capitania construíssem jangadas. Na madrugada de 1º de abril de 1776, em sucessivas travessias, a vanguarda de granadeiros do Exército do Sul – seguida de tropas de infantaria e artilharia – foi desembarcada na costa inimiga do canal do Rio Grande, surpreendendo as guarnições das fortalezas.*

*Com o assalto, os luso-brasileiros utilizaram os canhões tomados dos espanhóis para fazer fogo contra as embarcações de guerra castelhanas. Atacadas também pela flotilha portuguesa, ficaram entre dois fogos. Algumas naufragaram e outras fugiram para o mar.*

*A agilidade das silenciosas jangadas na noite, desembarcando tropas na margem inimiga, constituiu a surpresa fundamental para decidir a guerra e expulsar os espanhóis de um território que haviam conquistado em 1763.*

O tenente-general Johann Heinrich Böhm residia em Bremen, atual Alemanha, quando foi contratado pelo marquês de Pombal, ministro do reinado de José I, de Portugal. Era um oficial experiente e auxiliar do conde de Lippe, reformador do exército português. A serviço de Lisboa passou a ser identificado como João Henrique Boehm. Sua transferência para o Brasil foi num momento decisivo da geopolítica. Inicialmente, a França e depois a Inglaterra visualizavam a ocupação de regiões da costa. De outro lado, a Espanha, desde

---

<sup>1</sup> Luiz Carlos Tau Golin, jornalista, doutor em História pela PUCRS, com pós-doutoramento pela Universidade de Lisboa, é professor da graduação e pós-graduação em História da UPF.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

1763, na expedição comandada por Pedro de Cevallos, ocupava o extenso território até o canal do Rio Grande.

Em 1767, aos 59 anos, Boehm aportou no Rio de Janeiro com a atribuição de adequar as tropas brasileiras às novas concepções militares conforme a doutrina Lippe. Mais tarde, após breve período de paz ibérica, em que os reinos uniram-se no projeto de pressão sobre o papado para extinguir a Companhia de Jesus, nova ofensiva castelhana foi identificada pelo ministério português em 1773, com a expedição Vértiz y Salcedo, governador de Buenos Aires. Sua meta era expulsar os luso-brasileiros, mas cometera o erro de assentar sua marcha na cavalaria. Milhares de animais, sem forragem e submetidos a enormes distâncias, atravessando rios e pântanos, foram morrendo pelo caminho. Ao chegar nas proximidades de Rio Pardo, sua missão estava fracassada pela perda da cavalaria e emboscadas dos luso-brasileiros. Restou-lhe somente proclamar que puniria quem fosse encontrado na margem direita do rio Jacuí, a oeste do Rio Guaíba, lagoa dos Patos, canal do São Gonçalo e lagoa Mirim, e se retirar para o Rio da Prata.

Considerando a marcha de Vértiz como o prenúncio de investidas futuras, Lisboa concebeu as formações do Exército do Sul e da Esquadra do Sul, além de uma flotilha naval no “mar de dentro” da lagoa dos Patos. O comando geral das operações e das tropas de terra coube ao tenente-general João Henrique Boehm. As de mar, ao irlandês Robert Mac Douall. E as da lagoa dos Patos a George Hardcastle. Estes com as patentes de capitão-de-mar-e-guerra e submetidos a autoridade de Boehm.

Enquanto “montava” o Exército do Sul, com as frentes da Fronteira do Sul (São José do Norte) e Fronteira do Rio Pardo, Boehm tratou como tema altamente sigiloso a estratégia de “assalto” para desalojar os espanhóis de seus sete principais redutos – fortalezas, fortes e trincheiras - da costa meridional do canal do Rio Grande, posições potencializadas pela artilharia da esquadra fundeada na boca do Saco da Mangueira. Durante os meses de convivência, estabeleceu sincera afinidade com Hardcastle. Entretanto, conservou profunda



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

antipatia pelo arrogante Mac Douall, desde a convivência que tiveram no Rio de Janeiro, quando considerou completamente inútil as sugestões do irlandês para a guerra do Sul, sem conhecer as forças inimigas, e, especialmente, os espaços em que lutariam. Ao chegar no Continente de São Pedro, teve que lidar com novo desafeto. O governador José Marcelino de Figueiredo repudiava o comando de estrangeiros, muitas vezes estabelecendo poder e manobras paralelas, o que foi duramente criticado por Boehm.

Sem confiar em José Marcelino e Mac Douall, o tenente-general Boehm começou a pensar numa alternativa para desembarcar as tropas na margem meridional do canal. Depois de avaliar as condições reais da região, em 6 de dezembro de 1775, escreveu ao vice-rei, marquês do Lavradio, revelando-lhe, sigilosamente, aspectos do seu plano. Na verdade, ele já tinha tomado medidas operativas e começava a se concretizar ali uma das estratégias mais criativas: o uso da jangada pernambucana no Sul, contradizendo todas as possibilidades imagináveis das sugestões dos planos bélicos dos demais membros do Conselho de Guerra e comandantes. Neste dia, para felicidade do comandante do Exército do Sul, “entrou no Lagamar a sumaca do mestre Manoel da Cunha, trazendo as principais madeiras de Pernambuco para construir jangadas de quatro paus.”

O tempo necessário para que sigilosamente ele pudesse solicitar as madeiras e jangadeiros capacitados para a construção, que os materiais fossem reunidos, embarcados, e realizada a longa viagem para o Sul, demonstrou que Boehm já tinha elaborado aspectos do seu plano de ataque meses antes.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Carta do tenente-general Boehm ao vice-rei marquês do Lavradio. Acampamento de João da Cunha, 29 de novembro de 1775. O tenente-general escrevia em francês e a primeira edição foi realizada com a chancela de Abeillard Barreto, em BOEHM, João Henrique. *Memoires Relatifs à L'Expedition au Rio Grande. Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: IHGB; IGHMB, 1979, v.3. Os originais do manuscrito em francês encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa: *Mémoires relatifs à l'Épédition au Rio Grande, de laquelle je fus chargé par le Roi Dom José I. depuis le Décembre de 1774, jusq'à sa fin à l'an de 79, avec mes lettres écrites au Marquis de Lavradio, Vice/Roi du Brésil*. Cópia: acervo TG. O historiador Cláudio Moreira Bento – que prefere a grafia Böhn – organizou uma publicação - traduzida por Nei Paulo Panizzutti -, com notas de sua autoria, porém a edição possui muitos erros gráficos: BOEHM, João Henrique. *Memória relativa à expedição ao Rio Grande, da qual fui encarregado pelo Rei D. José I, de dezembro de 1774 até o fim de 1779 e com minhas cartas (51) escritas ao marquês do Lavradio, vice-rei do*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Fora isso, o mais notável foi que ele visualizou entre a gente pé-no-chão colaboradores que dariam ao Exército do Sul a arma indispensável de uma força guerreira – a capacidade de surpreender o inimigo. Como inspetor e reorganizador do exército colonial, o tenente-general havia inspecionado as forças do Nordeste. As jangadas devem tê-lo impressionado a ponto de ingressarem em seu plano de guerra quando o governador José Marcelino de Figueiredo e Mac Douall começaram a falhar. Mac Douall ao demonstrar que possuía uma mentalidade regrada pela formalidade das grandes embarcações, incapaz de adaptações. E o governador do Continente em não aprestar a construção e junção de embarcações miúdas para o desembarque na costa inimiga, como Boehm havia determinado.

O tenente-general também observou que os temas militares, que deviam ser sigilosos, rapidamente se transformavam em tema de charlas nas mais diferentes rodas. Era inadmissível tal irresponsabilidade. O mesmo acontecia com os castelhanos. Desertores cruzavam com facilidade o canal de ambas as partes e se apresentavam ao “inimigo” para vender informações. Por isso, depois de organizar subterfugamente uma prolongada manobra, desconhecida até dos seus mais diletos colaboradores, exceto alguns mestres navegadores, entre final de dezembro de 1775 e início de janeiro de 1776, aportaram no Lagamar, primeira enseada a norte, depois da entrada na barra do Rio Grande, “várias sumacas de madeira leve, de Pernambuco, para fazer jangadas.” Agora, com dimensões para jangadas maiores.

Ao mesmo tempo, “como não se encontra aqui ninguém que saiba trabalhar na construção destas jangadas”, Boehm solicitou ao governador de Santa Catarina, Antônio Carlos Furtado de Mendonça, que lhe enviasse jangadeiros que haviam sido transferidos de Pernambuco para fortalecer a guarnição da sua capitania. Ali estavam “alguns indivíduos que as saibam

---

Brasil. In: BENTO, Cláudio Moreira. *A guerra da restauração*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

fabricar, manuseá-las e carregá-las.” O tenente-general também foi informado que

morava no Capão Comprido<sup>3</sup> um trabalhador, nativo de Pernambuco, que entendia de jangadas. Fi-lo vir e construir uma, embora ele não quisesse responsabilizar-se por sua perfeição. Ele fez uma pequena, não muito boa, como ele próprio confessou. Mas, se viessem construtores do Regimento de Pernambuco, este homem seria útil. Sua jangada movimenta-se bastante bem, tanto à vela quanto a remos, apesar de que todos os que a viram tenham rido do seu aspecto.<sup>4</sup>

A jangada pernambucana, feita de paus piúba, durante meses foi a chacota dos ribeirinhos e das tropas. Todavia, os testes de navegabilidade pela costa, passando em velocidade por cima dos bancos de areia submersos, velejando pelos baixios, foram atraindo a atenção. De qualquer forma, parecia ser mais um flutuante para percorrer a linha de baterias da costa, levando alguns produtos, transportando pessoas, sem a necessidade das “voltas” por terra, passagem de banhados e o uso dos cavalos. Jamais se pensaria que aquela junção de paus, com um cavalete para sustentar o mastro e uma vela rústica, pudesse vir a ser uma embarcação de guerra. Exceto para o tenente-general Boehm.

As embarcações do mar de dentro desgastavam-se a espera da vinda da Esquadra de Mac Douall, sem irem a guerra, ancoradas na enseada do Patrão-Mor, na margem oposta a atual Ilha do Terrapleno.<sup>5</sup> “As fragatas que se acham continuamente armadas e cujas chalupas são utilizadas todos os dias, gastam seus equipamentos e solicitam madeira, ferro, velas, cordame e breu... Nada disso se pode achar aqui.” Nessa realidade, os pedidos de reposição de Boehm para o marquês do Lavradio nem sempre eram atendidos, além do inconveniente dos prazos dilatados e incertos, incompatíveis com as

---

<sup>3</sup> Localidade entre os rincões do Bojuru e Cristóvão Pereira, na margem da lagoa dos Patos. Talvez o pernambucano do Capão Comprido foi identificado por já fazer uso de alguma jangada rudimentar na lagoa dos Patos.

<sup>4</sup> Carta do tenente-general Boehm ao vice-rei marquês do Lavradio. Acampamento de João da Cunha, 5 de janeiro de 1776.

<sup>5</sup> Cartas náuticas *B2102* (De S. José do Norte ao Canal da Setia) e *B2101* (Porto do Rio Grande). Marinha do Brasil.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

necessidades da guerra. O vice-rei respondia-lhe também que em pouco tempo chegariam as embarcações de Mac Douall. Mas Boehm preocupava-se com as suas classes, pois o irlandês, em sua pompa, preferia o exagero das naus e fragatas, inúteis naquela barra e canal. E mais uma vez alertava. “Tenho necessidade de pequenas embarcações para atravessar o rio [canal].”

O plano de Lavradio e Mac Douall era formal, previsível: uma ação da artilharia de bordo e de terra, com o desembarque simultâneo de granadeiros e infantes no território inimigo. Vencer a linha de fortalezas e artilharia naval castelhana, com uma manobra “clássica” redundaria em muitas mortes, além do resultado imprevisível. Sem a surpresa, a reconquista seria improvável. Sobravam sugestões, chanceladas pelo vice-rei, Mac Douall, José Marcelino, Jacques Funck, etc. A todos Boehm escutava, mas, como comandante, foi desconsiderando as alternativas propostas. Em sigilo ia concebendo algo mais inventivo, surpreendente, preparando miraculosamente sua execução, recorrendo a elementos do lugar e introduzindo outros criativos, como as jangadas de Pernambuco.

Boehm também preferia fazer por ele do que esperar pelos outros. E, depois da experiência do protótipo, decidiu montar efetivamente o estaleiro de jangadas.

Chegou ao meu acampamento um sargento do Regimento de Pernambuco, com 7 soldados, que sabiam construir jangadas. Iniciaram o trabalho logo no dia seguinte. A madeira, mais porosa e mais leve que a cortiça<sup>6</sup>, só é conhecida na Capitania de Pernambuco, onde o povo simples dela faz jangadas para pescar ao longo da costa; porém chegam, às vezes, bastante longe em alto mar. Já aconteceu de irem até a própria Bahia.

Para que o vice-rei compreendesse do que estava falando, pois Lavradio não conhecia os jangadeiros do nordeste – da Europa viajara diretamente para a Bahia, que governara brevemente, e depois para o Rio de Janeiro -, passou a dar-lhe alguns detalhes:

---

<sup>6</sup> Trata-se da *piúba* (*Apeiba tibourbou*, da família das *Tiliáceas*). Conhecida popularmente como pau-de-jangada, jangadeira ou timbaúba.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A construção é bastante simples. As peças de madeira, que já vieram cortadas no comprimento e são de ...<sup>7</sup> de grossura, são juntadas por cavilhas de madeira. Não entra ferro nesta construção. As velas são triangulares. O leme é o próprio remo, com o qual ela é impulsionada em tempo calmo. Estas jangadas têm calado ínfimo e andam muito depressa. Entretanto, como pareceu que suas peças de madeira não estavam suficientemente ligadas umas às outras, nós ajuntamos ainda duas travessas por cima, além das cavilhas.

Sob o olhar atento dos castelhanos do outro lado do canal e dos baluartes das fortalezas, o tenente-general simulava que aqueles flutuantes ordinários resultavam da penúria, sendo obrigados a recorrer a eles para os serviços corriqueiros, a exemplo do transporte de lenha e descarregar suprimentos das embarcações maiores. Entretanto, nessa encenação estava embutida outra pedagogia. Enquanto os soldados desempenhavam os serviços aprendiam a manobrá-las, constituindo uma escola de jangadeiros sob a vista do inimigo.

Mandei construir quatro na Fronteira [São José do Norte], e também no Lagamar. Lá, sob o pretexto de ajudar a descarga das sumacas; aqui, o de transportar madeira da Fronteira ao acampamento, para acostumar os soldados, ao mesmo tempo, a lidar e a confiar nelas. Não só o major Manuel Soares Coimbra, mas todo o nosso pessoal já estão despreocupados quanto à sua segurança.<sup>8</sup>

À distância, o tenente-general se referia a *jangada de Pernambuco*, vinculando-a diretamente à companhia de milicianos arregimentada naquela capitania. Entretanto, no nordeste brasileiro, os nativos a chamavam simplesmente de *jangada de piúba*, ou *jangada de pau*. Tratava-se da *jangada de pau de piúba*, uma das mais inventivas embarcações, tanto pela sua fluabilidade, simplicidade, como pela sua capacidade de manobra. Conforme o

---

<sup>7</sup> O tenente-general Boehm não especificou as espessuras dos troncos de piúba, deixando as reticências em seu registro, talvez para completar depois a variação das medidas das toras: “*Les pièces de Bois qui viennent déjà coupées de la longueur, et sont de ... de grosseur...*” Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. Cópia: acervo TG. Se deduz a variação de medidas pela própria técnica de construção, pois costumava-se utilizar dois toros mais grossos como duas longarinas longitudinais entre os até nove de suas armações, para criar um trecho de tomada d’água no fundo. Esses dois paus produziam o efeito de duas “quilhas”.

<sup>8</sup> Carta do tenente-general Boehm ao vice-rei marquês do Lavradio. Acampamento de João da Cunha, 22 de janeiro de 1776. Adendo.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

pesquisador Nearco Barroso Guedes de Araújo, “compreende basicamente um estrado ou flutuador, que podemos grosseiramente chamar de Casco, um velame (vela, mastro, retranca, tranca), lemes (remo e bolina), espeque e bancos.” O casco se compunha de toros de piúba armados “longitudinalmente” e os fixados “transversalmente entre si por cavilhas de pau-ferro.” Na origem, manifestando a influência de técnica indígena, “esta fixação se fazia com laçadas e nós de cipós.”

Os toros de piúba poderiam ser “in natura”, ou sofrerem alguns cortes que adequassem o formato do casco para a navegação, a exemplo dos que ocorriam na proa e na popa, “em *bico de gaita*, para melhor cortar a água.” Os melhores artesões ainda faziam o *encurvamento*, com cortes verticais e transversos nos primeiros terços médios, “em forma de curva, e posteriormente reemendados, a fim de criar no plano horizontal uma concavidade e, em vista superior, a necessária convergência (encurvamento) na direção da proa, criando melhores condições de navegabilidade.”

Pela pouca documentação disponível, esses detalhes construtivos mais sofisticados não foram adotados no século XVIII, exceto o processo de convergência do embicamento da proa.

Os toros de piúba foram cortados e embarcados em Pernambuco. Geralmente, possuíam o comprimento de cinco a oito metros, com variação, em alguns casos, de até nove ou dez. Pela tradição, a jangada de piúba ainda existe em Pernambuco e no nordeste brasileiro. Seu *banco de vela* “compreende uma estrutura mista de madeira e cordas. É formado por uma base de fixação chamada *carlinga* ou *carninga*, apoiada em dois dormentes, que por sua vez são cravados ao casco. Pernas em número de duas, travessa de amarração e finalmente o *banco*, robusto”, as vezes com aspecto de cavalete, “por onde passa o cordame”, denominado de *cabresto*, “local do encaixe do mastro.”

Possuía bolina de madeira – entre “duas polegadas de espessura por doze de largura” – removível, introduzida no *calço*, fenda “ao longo do eixo longitudinal”, localizada a “vante, no prolongamento do patião (quilha).” Sem a



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

bolina, a jangada derriva gradualmente para a lateral ao navegar com vento de través (lado) e não avança no contra-vento, quando sopra em oposição a proa. A vela da jangada “compreende um triângulo de lados curvos”, geralmente confeccionada em algodão, “com acabamento em cordas (envergue, guida, amura), dividida em duas partes genéricas: testa, trecho próximo ao mastro, e corpo, o restante do planejamento.”

A confecção da vela sofreu adaptações regionais. No geral, deitava-se o mastro na praia para observar a proporção, e riscava-se o seu formato no chão, considerando o comprimento da retranca. Cobria-se o “molde” com o tecido, cortava-se e costurava-se, podendo-se usar um sistema de reforços de fios nas extremidades. Depois vinha a “ciência” da boa vela, o *entralhar* ou *palombar*. Consistia em costurar no “dorso”, na testa, “um fio forte, de preferência untado com cera”, fixando-o ao mastro. “Este fio chama-se *envergue*.” O *envergue* pré-estirado evitava que a vela ficasse “sacuda”, em formato de bolsa.<sup>9</sup> Associada ao mastro vergante, com capacidade de flexionar, nos ventos fortes, as jangadas “desvelavam”, tiravam a resistência ao vento, aumentando a segurança dos jangadeiros.

Aos poucos, o tenente-general Boehm conquistava seus próprios oficiais. E, gradativamente, ordenava que se construíssem mais jangadas. Nos documentos nominou 19 “jangadas militares”, mas devido outras descrições sobre situações em que apareciam, pode-se considerar número maior, além da fácil reprodução pelos ribeirinhos. Em uma estimativa prudente, 20 jangadas, cada uma carregada dez homens, poderia desembarcar na acosta inimiga 200 combatentes por travessia.

Os espanhóis observavam atentamente a movimentação na costa setentrional. Entre seus registros, causou “espécie” o surgimento de uma nova embarcação, no geral desconhecida. A jangada percorria o lado luso-brasileiro. Em um de seus testes de navegabilidade, simulou a travessia, usando o vento

---

<sup>9</sup> ARAÚJO, Nearco Barroso Guedes de. *Jangadas*. 3ª ed. Fortaleza: Banco Nordeste do Brasil, 1995, pp. 17-23



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

nordeste, estudado por Boehm como o melhor para o assalto. E no dia 3 de fevereiro de 1776, velejando de São José do Norte ao porto do Patrão-Mor, foi detalhadamente observada. Desde o território castelhano, o cartógrafo Pedro Garcia recolheu mais informações sobre aquela novidade, devendo-se ao seu desenho<sup>10</sup> o conhecimento sobre o formato geral da jangada introduzida no Continente do Rio Grande.

Desde o mês anterior, a Esquadra do Sul também vinha concentrando as suas naus e fragatas na Ilha de Santa Catarina. Mac Douall concebia a sua formação com embarcações robustas, dentro de sua concepção de guerra formal nos mares, sem aquela flexibilidade luso-brasileira das manobras de sumacas, faluas, chalupas, saveiros, lanchões e, suprema ousadia, agora jangadas. Não imaginava que pudesse praticar as artimanhas de uma guerra de movimento, jogando com os baixios, os bancos de areia, as barras ardilosas da costa. A natureza do Mar do Sul obrigava uma estratégia com táticas em dois espaços complementares – o uso de embarcações robustas para mar aberto e as de baixo calado para a costa diabólica do Rio Grande e os labirintos dos bancos de areia sob a água no mar de dentro, limitando a entrada da barra a até sete pés de calado – 2,31 metros.

Em 15 de fevereiro de 1776, “duas fragatas, duas corvetas, três sumacas, o bergantim do rei e a chalupa *Expedição*” ancoraram próximo a barra do Rio Grande. Dois dias depois, Mac Douall fez um desastrado ingresso na barra, ancorando entre seus pontais, com embarcações abalroando-se e fulminadas pelo fogo da artilharia castelhana. Ao conseguirem entrar no canal, travou-se intensa batalha naval, enquanto a flotilha prosseguia para fundear na enseada do Patrão-Mor, onde se encontrava Hardcastle com as embarcações do seu

---

<sup>10</sup> GARCIA, Pedro. *Plano de la Jangada q.º el día 3 de febrero de 1776 salió del Pueblo Portugués, y vino hasta el sitio donde se halla el General, y después se restituyó al mismo, em cuyo intermedio se reconoció andar bien y salir à Barlovento*. Este plano da jangada está inserido no *Plano del Rio Grande de S.º Pedro, situado em la costa del NE. del Rio de la Plata por la Latitud Austral de 32 g.º y m.º Long.º 325 g.º 45 m.º segun el M.º de Thenerife. Nuebamente lebandado em el Mês de Febrero de 1776*. Madri: Museo Naval.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

comando.<sup>11</sup> Das sete embarcações, a chalupa *Expedição* afundou, e a sumaca *Bom Jesus* encalhou em um banco de areia na frente do forte espanhol Mosquito. “Aí perdeu-se. A tripulação foi salva à noite, juntamente com 5 peças de artilharia.” Para não ser usada pelo inimigo, um comando português, por ordem de Boehm, a incendiou. Surpreendentemente, o comandante irlandês, depois de se salvar, declarou que não tinha mais nada que fazer ali e se retirou para Santa Catarina, a bordo da nau *Santo Antônio*.<sup>12</sup>

Boehm nomeou Hardcastle comandante das tropas navais e com ele, depois de muito trabalho, recuperou as embarcações danificadas. O desastrado Mac Douall retirava a possibilidade da surpresa. Era preciso aguardar outra oportunidade.

Para ela, o tenente-general se convenceu ainda mais sobre a necessidade das jangadas. Essa opção demonstrou a sua genial e inventiva condição de comandante. Não só introduziu uma embarcação desconhecida na região como jamais utilizada numa guerra de conquista daquelas proporções, além de subverter completamente a formação de sua tripulação, unindo, como um único corpo de ataque, marinheiros, infantes, granadeiros e artilheiros. Introduzir e treinar jangadeiros no conjunto de aproximadamente 8.000 homens mobilizados na Europa, Açores e Brasil.

Dependentes dos “jangadeiros” estavam as tropas de elite, cabeças das colunas que deveriam invadir a margem meridional. “Nossos granadeiros achavam-se, há muito tempo, prontos a executar o que se exigisse deles e tinham seus sabres bem afiados.” As dificuldades, no entanto, não poderiam postergar as operações, mesmo que no “Primeiro Regimento só tinham sabres” os granadeiros da “primeira fila.” Ao concluir sua estratégia, Boehm preveu que

não havia mais ajuda a esperar do Rio de Janeiro, nem da Ilha de Santa Catarina. O inverno se aproximava. Os nossos navios encontravam-se muito próximos uns dos outros, malprovidos

<sup>11</sup> Carta do tenente-general Boehm ao vice-rei marquês do Lavradio. Acampamento de João da Cunha, 23 de fevereiro de 1776.

<sup>12</sup> BARRETO, Abeillard. A opção portuguesa: Restauração do Rio Grande e entrega da Colônia do Sacramento (1774-1777). In: *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, segundo volume, tomo II, pp. 235-236.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de cabos e âncoras e, assim, em grande perigo numa estação mais tempestuosa. Resolvi então fazer uma tentativa, na primeira ocasião favorável, de atravessar o rio [canal] durante a noite e surpreender os Fortes de Trindade e do Mosquito. Eles abriam os flancos da Esquadra espanhola. Esta, no meu entender, não se poderia manter aí após a tomada dos fortes. Nossa Esquadra devia, ao amanhecer, ir atacá-los e tratar de os dominar. Para executar este plano, era necessário um vento nordeste que favorecesse, durante a noite, a passagem dos granadeiros e, de manhã, que nossos navios se pusessem à vela.

Como o canal, com algumas sinuosidades, possui(a) o sentido Sul-Norte de jusante para montante, com variações para Noroeste e Nordeste na rota de navegação, devido aos bancos de areia submersos, as embarcações portuguesas fundeadas na enseada próximo ao Patrão-Mor, com vento nordeste, velejariam com  $\frac{3}{4}$  de popa em direção a esquadra inimiga, que se encontrava mais ao sul. Ao zarparem de São José do Norte, do quartel-general e, especialmente, do Lagamar e do Forte de São Jorge para a outra margem, na costa dos Fuertes do Mosquito e Trinidad, o vento entrava pelo través e  $\frac{3}{4}$  de popa na ida, pelo lado de boreste (estibordo); e no contravento ou orça folgada, por bombordo, na volta, para reembarcar mais tropas.

De outro lado, a Esquadra portuguesa, sob o comando de Hardcastle, teria sempre vento do quadrante norte, empurrando as suas embarcações para cima da Marinha espanhola. Nessa operação, por fim, os luso-brasileiros estariam a barlavento, com vantagem de posicionamento em relação a esquadra inimiga, apesar dos castelhanos ficarem posicionados em regeiras, podendo girar nas âncoras conforme a necessidade.

Tendo como primeiros objetivos dos assaltos os fortes Trindade e Mosquito, em cada traslado, as jangadas e lanchas deveriam despechar na costa em torno de 200 homens das companhias de granadeiros, artilheiros e infantes. Começando o ataque de madrugada, até o clarear do dia, 800 homens precisavam estar do outro lado. Diversas vezes, Boehm alertou “os oficiais de que jamais deveriam fazer comentários sobre este plano que, na sua totalidade, era deles desconhecido; caso contrário, sem este cuidado, os espanhóis, tão próximos, poderiam dele tomar conhecimento.”



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

As forças navais do mar de dentro foram dadas por prontas. “Sete navios bons, em estado de entrar em ação”. Nas conversas com Hardcastle, Boehm prometeu neutralizar “todas aquelas baterias dos espanhóis”, as quais “provocavam constante inquietude” nas tripulações. “Trataria de nos vingar com a Esquadra” pela confusão de Mac Douall.

A coincidência não poderia ser melhor. No dia 31 de março de 1776, na manhã em que se comemorava o aniversário da rainha de Portugal, entrou o vento nordeste, tão esperado pelo tenente-general. Estavam dadas as condições para o ataque à margem castelhana. Enquanto ocorriam os festejos, observados pelo inimigo, Boehm aproveitou para conversar com seus comandantes e oficiais, esclarecendo pormenores da sua estratégia.

indiquei-lhes, em seguida, o plano de execução e minha decisão já tomada; mostrei-lhes a facilidade do sucesso. A passagem do rio [canal], sobretudo dos granadeiros, dever-se-ia fazer no mais completo silêncio e tranqüilidade para não atrapalhar os marinheiros condutores de jangadas e para não serem pressentidos pelos espanhóis, que devíamos surpreender. Frisei que todas as embarcações deviam conservar-se juntas umas das outras, sem confusão, com as tropas nelas embarcadas para que pudessem entrar em forma facilmente após o desembarque. Que, então, o tempo seria precioso, pois era necessário, com rapidez, desembainhar os sabres e jogarem-se, parte sobre os fortes, parte sobre os quartéis. E, baixar o pau em todos os que não se rendessem logo. Não se devia permitir aos granadeiros atirar, pois estes tiros seriam demasiados incertos e não serviriam senão para dar o alarme ao inimigo, que se poria em guarda. Que logo que se conquistasse algum forte, o oficial de artilharia deveria examinar as peças, mandar carregá-las, se não estivessem carregadas, e voltá-las para o lado dos navios espanhóis. Que estes mesmos oficiais de artilharia deveriam, imediatamente, cuidar da munição de guerra, sobretudo da pólvora.

Nessas ordens, tinha uma de efeito determinante. As embarcações não ficariam na costa meridional. Assim, não haveria possibilidade de retirada. Era vencer, morrer ou cair prisioneiro...

O cenário ilusório dos festejos do aniversário da rainha era perfeito. As tropas estavam em formatura. O comandante Hardcastle, a bordo da *Graça Divina*, manteve a esquadra em formação, com as guarnições perfiladas para a homenagem à soberana. Da fragata, ele respondeu a salva de tiros do quartel-





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

general, em cuja frente foram instalados quatro canhões de 6 libras de calibre, tudo para a contemplação da festa também pelos castelhanos, que acompanhavam atentamente do outro lado. Julgavam que os luso-brasileiros se embebedavam naquele folguedo; e, como pretendia Boehm, frouxavam a guarda. Antes do jantar comemorativo aos oficiais, em torno das 17h, o tenente-general comunicou aos comandantes que o ataque seria naquela noite. Repassou toda a sincronia dos movimentos. Assim que os fortes Trindade e Mosquito fossem tomados de surpresa, uma sinalização de foguetes deflagraria as manobras, irradiando a guerra. Sob ordem rigosa, o capitão de artilharia Lourenço Caetano da Silva assumiu o comando da organização da flotilha principal de jangadas e lanchas para o transporte das tropas de desembarque.<sup>13</sup>

O plano de Boehm era composto dos seguintes movimentos:

O primeiro participante não se materializava na composição do exército e da marinha. Era formado pela determinação do vento. Deste elemento da natureza implicaria a manobra chave do golpe fatal. Portanto, a batalha da reconquista, em que entrariam jangadas, fragatas, corvetas, sumacas, batéis, faluas, saveiros, chalupas e diversas embarcações menores, tropas de granadeiros e de infantes, e o suporte da artilharia pesada das baterias, dependia estrategicamente do vento, um detalhe aparentemente minúsculo. A ele estava vinculado todo o jogo cênico no tabuleiro do tenente-general. Tudo dependia do sopro alvissareiro do quadrante norte. Se fosse do nordeste, perfeito. Portanto, na noite de 31 de março de 1776, quando o nordeste firmou, todo o plano de Boehm movimentou-se em sua imaginação. Aquele era o momento em que as condições se ofereciam favoráveis para a batalha.

Segundo, o ataque seria de surpresa, durante a noite, com uma vanguarda de granadeiros. Dependiam das jangadas, notáveis em velocidade. Terceiro, os granadeiros tomariam de assalto imediatamente os fortes Trindade e Mosquito. Suas baterias protegiam a esquadra espanhola ancorada sob a

---

<sup>13</sup> Carta do tenente-general Boehm ao vice-rei Lavradio. Acampamento de João da Cunha, 11 de março de 1776. Adendo.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

guarda desses dois redutos. De imediato, a surpresa seria ainda mais impactante quando os próprios canhões castelhanos, assim que tomados pelos luso-brasileiros, começassem a fazer fogo sobre as embarcações da Espanha.

Quarto, imediatamente ao desembarque dos granadeiros, os jangadeiros retornariam para embarcarem 200 homens da infantaria do brigadeiro Chichorro para se alojarem no Forte do Mosquito, e mais 200 do coronel Veiga Cabral da Câmara, para o Forte da Trindade. Seriam suas guarnições depois do assalto. Até o amanhecer, o tenente-general Boehm previa que as jangadas e demais embarcações pequenas introduziriam na margem sul em torno de 800 homens.

Quinto, depois de considerável bombardeio das baterias dos fortes Trindade e Mosquito sobre a esquadra castelhana, causando-lhe enormes danos pela proximidade e possibilidade da calibragem da mira, a esquadra portuguesa suspenderia as âncoras, armaria as velas e começaria a baixar do norte, com aquele vento favorável de nordeste, para o combate naval. De certa forma, deveria ter atenção à bateria do Ladino (então nome da atual ilha do Terraplano), que poderia fazer-lhe algum dano. Os barcos de Hardcastle estariam por barlavento, dominando as manobras em água. Desde a margem sul, os canhões conquistados continuariam atirando. Dessa forma, a esquadra castelhana não teria como resistir entre dois fogos.

Nessa perspectiva, os cinco pontos fundamentais do plano de Boehm estabeleciam três movimentos amplos e sincronizados: 1) A ação da vanguarda de granadeiros; 2) o desembarque sucessivo de granadeiros e infantas para a ocupação dos demais fortes e a vila do Rio Grande de São Pedro; 3) e a operação de varredura do canal pela esquadra luso-brasileira.

Na madrugada, quando iniciaram as operações, protegidas pelo breu da noite, as tropas em terra e a marinharia se moviam como projeções do tenente-general. Em sua carta-relatório ao vice-rei, narrou que “a primeira parte foi executada pontualmente [...] e sem grandes perdas nem desordens, apesar da



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

multidão de pequenos barcos e da largura deste rio (sangradouro da lagoa dos Patos).”

*Ao serem despertados pelos disparos durante a madrugada, assim que os granadeiros portugueses tomaram os dois fortes, os castelhanos movimentaram-se para organizarem a resistência. As suas baterias possuíam orientações preliminares, desconsertadas pela surpresa do desembarque e do ataque da vanguarda granadeira. Porém, assim que os redutos conquistados iniciaram os disparos sobre a flotilha espanhola, acompanhados pelos desembarques ininterruptos de tropas de infantaria na costa, José de Molina e Miguel de Texada, governador e comandante militar do Rio Grande espanhol, perceberam que a situação se agravava. Aquelas desprezíveis jangadas, que serviam de deboche, devido as suas rusticidades, flutuantes de paus amarrados entre si, com velas rotas de tecidos grosseiros, tripuladas por gente miúda, tismadas, mamelucos, pardos e negros, de roupas toscas de pescador e algumas peças esparsas de uniforme militar, agora se revelavam espécies de anfíbios velozes, costurando incessantemente nos fios de suas esteiras as duas margens do canal, impulsionadas pelo vento.*

*A flutuabilidade era impressionante. Afundadas na água pelo peso dos granadeiros e infantas, pareciam que os luso-brasileiros andavam na própria substância líquida do canal, e suas velas representavam estandartes dos grupos de combatentes, avançando como gumes verticais contra as posições inimigas. Todos os manuais de marinharia e regulamentos de guerra naval extinguíam-se diante daquela cena. As rústicas jangadas de Pernambuco, a mais fantástica invenção náutica dos ribeirinhos mestiços, realizavam a espetacular manobra de infiltração de tropas de um exército no interior do inimigo, tomando-lhe a artilharia e trincheiras.*

*Seus tripulantes, no vai-e-vem das margens, passaram a ser identificados em seu papel estratégico. Sobre eles, o Fuerte del San Baptista de la Barra começou mirar os seus canhões. Especialmente quando estavam na margem meridional, único momento que os localizavam estáticos, tinham*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*mais tempo para ajustarem as miras e variam-lhes a tiros. Os demais canhoneiros procuravam atingi-los na costa de embarque. Os artilheiros correligionários, desde o Lagamar e do Forte de São Jorge, tentavam protegê-los, não dando folga ao baluarte do pontal da barra inimiga. Em terra, buscavam proteção, afastando-se dos alvos embandeirados das velas, aos quais os castelhanos procuravam acertar.*

Na descrição dos movimentos realizada por Boehm, o segundo efeito da invasão se deu na esquadra espanhola. “Não esperou o dia raiar. Cortou seus cabos e se pôs à vela antes que se pudesse ver as coisas. Procurou salvar-se pela fuga.” Assim que Hardcastle viu os foguetes de sinalização de tomada dos dois fortes estratégicos, ordenou que as tripulações armassem as velas. E começou a navegar em direção ao ancoradouro castelhano. Na aurora, ao longe, se enxergava a sua esquadra fugindo em direção ao mar, fustigada pelos canhoneiros “espanhóis” do Mosquito e da Trindade, e da margem portuguesa. Em posição de extrema vantagem, porém, não conseguiu se aproximar.

Consolidadas as primeiras posições, o tenente-general começou ampliar a área de domínio. Mandou ordem para que fosse ocupado sucessivamente o Forte da Mangueira, por cuja entrada, em seguida, penetraram mais jangadas com tropas, posicionando-se na retaguarda inimiga. E saiu a cavalo pela costa em direção ao pontal de São Pedro. Nesse instante, “vi os três navios” castelhanos “perdidos, já sem recurso”, enquanto outros conseguiram sair à barra.

Às 18 horas, de retorno ao seu quartel, Boehm enviou ao coronel Texada, na vila de São Pedro, “o manifesto ditado pela Corte. A ele anexei os motivos de queixa que os espanhóis nos haviam dado recentemente.” Ao final da tarde, a guarnição do estratégico Forte do Ladino, recentemente construído, tocou-lhe fogo. “Ele queimou com violência extraordinária.” Sem aguardar para o combate, a guarnição do Triunfo também bateu em retirada. E, por último, a



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

do Forte da Barra (San Juan Baptista), incendiando-lhe.<sup>14</sup> Ao vice-rei Lavradio, Boehm potencializou o ataque numa frase: “a surpresa foi completa!” A vitória “teve tão belas passagens, mas teria sido mais brilhante se nossa Esquadra, composta de maneira adequada, tivesse podido aproximar-se da espanhola, que estaria irremediavelmente perdida.”<sup>15</sup>

A retirada espanhola do Rio Grande constituiu um dos mais impressionantes êxodos, pois além das tropas em retirada para o Rio da Prata, levou consigo grande parte da população. A celebração do aniversário da rainha Mariana Vitória de Bourbon foi reconhecida pelos espanhóis como o “estratagem para dissimular o embarque que faziam de gente e armas.”<sup>16</sup> Todo o planejamento de Boehm seguira a concepção do conde Lippe. Além dos improvisos, o comandante procurou organizar o Exército do Sul conforme os princípios circulares orientadores antes da ação. Segundo a doutrina, o comando necessitava possuir a concepção, desenvolver os exercícios e as simulações de combates e batalhas.

Deve-se a Boehm e as tropas arregimentadas na Europa, Açores e diversas capitanias do Brasil a reconquista do Rio Grande. Nessa guerra, a presença das jangadas de Pernambuco constituíram o detalhe eficiente para a possibilidade da surpresa e a derrota do inimigo.

### **Principais Fontes**

ARAÚJO, Nearco Barroso Guedes de. *Jangadas*. 3ª ed. Fortaleza: Banco Nordeste do Brasil, 1995.

BARRETO, Abeillard. A opção portuguesa: Restauração do Rio Grande e entrega da Colônia do Sacramento (1774-1777). In: *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, segundo volume, tomo II.

---

<sup>14</sup> Carta do tenente-general Boehm ao vice-rei Lavradio. Acampamento de João da Cunha, 11 de março de 1776. Adendo.

<sup>15</sup> Carta do tenente-general Boehm ao vice-rei Lavradio. Acampamento de João da Cunha, 3 de abril de 1776.

<sup>16</sup> Relacion escrita em 1776 sobre los acontecimientos que, a partir del ataque llevado por los portugueses el 19 de febrero de dicho año conta Rio Grande de San Pedro, dieron por resultado la perdida de dicha posicion el 1º de abril, y anteriormente la rendicion del Fuerte de Santa Tecla, el 24 de marzo. *Campaña del Brasil*. Antecedentes coloniales. Archivo General de la Nacion. Tomo III. Buenos Aires: Kraft, 1941, p. 383.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

- BENTO, Cláudio Moreira. *A guerra da restauração*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- BOEHM, João Henrique. Mémoires relatifs à l'Expédition au Rio Grande, de laquelle je fus chargé par le Roi Dom José Ir. depuis le Décembre de 1774, jusq'à sa fin à l'an de 79, avec mes lettres écrites au Marquis de Lavradio, Vice/Roi du Brésil. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. Cópia: acervo TG.
- BOEHM, João Henrique. Memoires Relatifs à L'Expédition au Rio Grande. *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: IHGB; IGHMB, 1979, v.3.
- Cartas náuticas *B2102* (De S. José do Norte ao Canal da Setia) e *B2101* (Porto do Rio Grande). Marinha do Brasil.
- GARCIA, Pedro. Plano de la Jangada q.<sup>e</sup> el día 3 de febrero de 1776 salió del Pueblo Portugués, y vino hasta el sitio donde se halla el General, y después se restituyó al mismo, em cuyo intermedio se reconoció andar bien y salir à Barlovento. In: *Plano del Rio Grande de S.<sup>n</sup> Pedro, situado em la costa del NE. del Rio de la Plata por la Latitud Austral de 32 g.<sup>o</sup> y m.<sup>s</sup> Long.<sup>d</sup> 325 g.<sup>s</sup> 45 m<sup>s</sup> segun el M.<sup>no</sup> de Thenerife. Nuebamente lebantado em el Mês de Febrero de 1776*. Madri: Museo Naval. Cópia: Acervo TG.
- GOLIN, Tau. *A Esquadra do Sul*. A navegação luso-brasileira na reconquista do Rio Grande de São Pedro – Brasil. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de História. Pós-Doutoramento. 2010.
- Relacion escrita em 1776 sobre los acontecimientos que, a partir del ataque llevado por los portugueses el 19 de febrero de dicho año conta Rio Grande de San Pedro, dieron por resultado la perdida de dicha posicion el 1º de abril, y anteriormente la rendicion del Fuerte de Santa Tecla, el 24 de marzo. *Campaña del Brasil*. Antecedentes coloniales. Archivo General de la Nacion. Tomo III. Buenos Aires: Kraft, 1941.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **IMPrensa ALTERNATIVA NO AI-5**

Thiago Araujo Vaucher<sup>1</sup>

### O Regime Militar e o AI-5

Este artigo tem como finalidade analisar o papel da Imprensa Alternativa durante o Regime Militar entre os anos de 1968 a 1979. No ano de 1968 foi instaurado o Ato Institucional – 5 e foi extinto no ano de 1979.

Apesar da censura, a imprensa teve grande importância nos anos de repressão. A informação é sinônimo de poder, sendo assim o controle da informação leva ao controle da sociedade. Uma das primeiras medidas na instalação de um governo autoritário é instituir o controle da informação, por consequência a censura andou lado a lado com a imprensa. A capacidade da imprensa em influenciar a projeção dos acontecimentos confirma o importante papel dela na sociedade.

Para que possamos avaliar o quadro histórico em que ocorreu o surgimento da Imprensa Alternativa no Brasil, é necessário lembrar como foi implantado no Brasil, o Regime Militar e o Ato Institucional - 5.

Em 1964, governava o país o presidente João Goulart, que não era bem visto pelos militares e por parte da imprensa.

As medidas pretendidas por João Goulart agradavam aos setores populares, mas desagradavam aos setores empresariais, militares e parte da imprensa, que temiam mudanças no *status quo*, por isso tentavam provocar um isolamento parcial de Jango.

Preocupados com essas iniciativas do governo João Goulart, que ganhava adesão popular, os setores empresariais, militares, imprensa, políticos e

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História/UPF, bolsista Capes. E-mail: thiagoav84@hotmail.com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

intelectuais posicionados à direita organizaram manifestações contrárias às reformas pretendidas pelo Presidente.

No dia 1º de abril de 1964, foi instaurado o Golpe Civil-Militar, depondo o presidente João Goulart, assumindo o governo uma junta Civil-Militar, de caráter autoritário.

Segundo BONAVIDES, golpe de estado é a

[...] tomada do poder por meios ilegais. Seus protagonistas tanto podem ser um governo como uma assembléia, bem assim autoridades já alojadas no poder. São característica do golpe de Estado: a surpresa, a subitaneidade, a violência, a frieza, a premonição e a ilegitimidade. [...] Em um golpe de estado, apodera-se do governo, independente das causas e dos fins políticos que a motivam (2005, p. 421).

Pode-se dizer que as características descritas por Bonavides estavam presentes no Brasil, em abril de 1964. A presidência da república foi declarada vaga em 2 de abril de 1964 e o presidente da Câmara Federal, Ranieri Mazzilli, assumiu o cargo, até que se realizassem novas eleições, agora controladas pelos militares.

Começava a luta sobre quem chefiaria o novo governo. Enquanto isso, os militares tomavam conta da situação, prendendo ativistas da esquerda, como líderes estudantis e sindicais, organizadores de grupos católicos progressistas e lideranças políticas variadas.

As eleições indiretas para Presidente da República foram estabelecidas pelo AI-2<sup>2</sup>. A eleição indireta para a presidência da República foi institucionalizada:

---

<sup>2</sup> AI-2: Ato institucional – 2 foi editado em 17 de outubro de 1965.

Estabeleceu que as eleições para presidente e vice-presidente da República seriam realizadas pelo voto da maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal, evitando assim o voto secreto.

O AI-2 reforçou ainda os poderes do presidente da República, ao estabelecer que ele poderia baixar atos complementares, bem como decretos-lei em matéria de segurança nacional. in HISTÓRIA DO BRASIL, São Paulo, 2008, 474.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

ao invés do voto direto, era indireto, através de Colégio Eleitoral. Pelo AI-2, também foram extintos os partidos vigentes e instituído o bipartidarismo, com o intuito de eliminar a representatividade partidária então existente no país e reduzir as possibilidades de oposição se contrapor ao regime. No dia 11 de abril, o Congresso elegeu o General Humberto Castelo Branco como Presidente da República.

Com a repressão a cada dia mais forte: perseguições a inimigos políticos, tidos pelo militares como subversivos, todos e todas que supostamente conspirassem contra o Governo Militar. Muitos eram torturados e outros, sofrendo perseguições, exilavam-se. Na área dos detentores de cargos eletivos, o novo governo resolveu cassar mandatos legislativos e suspender direitos políticos.

Estava instaurado o governo autoritário no Brasil.

Segundo BOBBIO, autoritários, são

regimes que privilegiam a autoridade governamental diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas (2004, p. 94).

Quando tomaram o poder, em 1964, os militares não tinham um projeto político para médio ou longo prazo, o consenso que os uniu para a intervenção foi mais o combate ao comunismo e à corrupção.

No ano de 1968, cresceram as manifestações populares exigindo a volta da democracia, graças a lideranças oriundas de movimentos sociais, intelectuais e políticos opositoristas. Para sufocar a reação da sociedade civil e preservar as rédeas do poder, o governo edita então, o Ato Institucional - 5 em 13 de dezembro de 1968.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O AI-5 liquidou assim com as liberdades individuais, fechando o Congresso, cassando e perseguindo. Sindicatos, entidades estudantis, novas lideranças e organizações dos movimentos sociais são fechadas.

A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informação, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. A censura aos meios de comunicação foi estabelecida na prática. Conforme Elio Gaspari (2002, p.345), “baixado o AI-5, partiu-se para a ignorância. Com o Congresso fechado, a imprensa controlada e a classe média de joelhos, o regime bifurcou sua ação política.”

Nos seis meses seguintes o governo promulgou uma série de atos institucionais, atos suplementares e decretos, todos visando a aumentar o controle executivo e militar, sobre o governo e os cidadãos.

Muitos meios de comunicação eram contrários ao regime vigente. A censura à imprensa alcançou seu ápice, existindo dois tipos de censura na imprensa.

Segundo Smith (2000, p. 73) “o regime militar de 1964-85 no Brasil criou e empregou muitos recursos afora a censura direta em suas tentativas de controlar a imprensa.” Embora nunca tivesse negado formalmente a liberdade de imprensa, o regime podia de fato impedir que a imprensa utilizasse a liberdade de imprensa.

### Censura prévia

A censura prévia determinava, que tudo que o que fosse preparado por um jornal seria examinado pela polícia antes da sua divulgação. Na prática, geralmente os censores viam todo o material que estava sendo preparado, no local em que ele era produzido. Liberavam, vetavam ou liberavam com restrições, chegando ao ponto de algumas vezes os cortes eram tão drásticos que



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

praticamente inviabilizava a publicação. Houve um período em que a censura era feita em Brasília, onde o material devia ser enviado.

A censura prévia causou grandes prejuízos à imprensa, por muitas razões muitos jornais deixaram de existir e outros perderam força. Embora tenha sido alvo da censura um jornal que permaneceu atuante, mesmo com grande parte de sua equipe sendo presa foi O Pasquim.

Outra maneira de prejudicar a imprensa era confiscando os exemplares antes de sua distribuição, a polícia chegava à sede do jornal e apreendia.

Entre os jornais sujeitos a este tipo de censura podemos citar O Pasquim, O Estado de São Paulo, Tribuna de Imprensa e Movimento, entre outros.

#### Autocensura

Assim como a censura prévia, a orientação geral da censura era dada pelo Ministério da Justiça, embora não possuísse base jurídica. Outros órgãos do governo, como o Sistema Nacional de Informação – SNI e outros serviços de informação, porém, colaboravam na tarefa de imprimir uma direção à repressão da imprensa.

Conforme Weber “essa censura era realizada de várias maneiras: através de bilhetes, com ou sem assinatura, por telefone, audiência e gravação, ou diretamente na redação dos veículos (2000, p. 185).

A grande imprensa foi a que se submeteu a autocensura, ou seja, os próprios editores cuidavam do que os jornalistas podiam ou não escrever. A prática da autocensura acontecia quando os proprietários de grandes jornais fechavam acordos com os responsáveis pela censura, ou diretamente com o governo.

Conforme Aquino “Esses acordos/ordens têm a finalidade de decidir sobre o que deve ou não ser publicado, e sua aceitação implica na contrapartida autocensura. De certo modo, embora eventuais resistências possam ocorrer, criando-se imagens figuradas que força uma leitura nas entrelinhas, ou mesmo



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

burlando-se ordens expressas, a autocensura representa uma capitulação, uma vez que o papel censório é transferido do Estado para a direção do órgão de divulgação, que assume a função de comunicar a seus repórteres o que podem ou não escrever.” (1999, p.222).

Não estamos afirmando que antes da decretação do AI-5 não havia censura, podemos dizer que, a partir da decretação do AI-5 à atuação da censura foram constantes.

### Imprensa Alternativa

Mesmo trabalhando com jornais de imprensa alternativa, é preciso que consideremos algumas questões importantes no que se referem à utilização da imprensa como fonte histórica. Sabemos que o fato jornalístico é construído, sendo cria de sua época e dos interesses que envolvem a sua publicação. A imprensa tem uma forma de intervenção privilegiada no contexto político, social e cultural de sua época. Portanto como fonte histórica, não pode ser lida como um espelho da realidade, como um relato fiel dos acontecimentos, mas deve sim ser encarada como a construção subjetiva e intencional de um jornalista, de um grupo de jornalistas, que na sua grande maioria estão vinculados a uma empresa, a qual representa e defende seus próprios interesses e visões de mundo. A imprensa traz consigo muitas das idéias e da visão de mundo dos grupos que são representados, neste sentido trazerem mais nitidamente as visões de mundo dos grupos que a produzem e representam. Assim como o historiador seleciona, a partir de seu lugar social e de seus interesses, o seu objeto, suas fontes, suas prioridades, o jornalista seleciona o que será destacado, o fato que criará no jornal.

Ao longo da história do Brasil, os brasileiros conheceram diversos tipos de imprensa como a imprensa política, literária, humorística e noticiosa.

Em um período sem liberdade, a imprensa brasileira era dividida em duas categorias: a grande imprensa e a imprensa alternativa. De algum lugar





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

havia de nascer uma voz para combater o regime autoritário, este foi um dos principais papéis da imprensa alternativa deste período, mesmo que censurada a imprensa não podia deixar de existir. Estas duas categorias se diferenciavam desde seus estilos, leitores, estrutura organizacional e métodos de financiamento.

Para fomentar consenso e silenciar as oposições, o regime militar colocou em funcionamento um amplo aparato repressivo, em nome da segurança nacional foi criado o Sistema Nacional de Informação, responsável por uma vigilância cerrada sobre a vida das pessoas.

Neste contexto de repressão e cerceamento de liberdade surgiu a Imprensa Alternativa, eram jornais de pequeno porte que agrupavam jornalistas, intelectuais, políticos afastados pelo regime. As publicações alternativas trabalhavam com diversas temáticas, entre elas, políticas, de humor, culturais, feministas, tendo em comum uma postura de oposição intransigente ao regime militar. Esses jornais questionaram mais diretamente o regime, denunciando a violência e as arbitrariedades, em um momento onde os canais tradicionais de organização e manifestação política de oposição estavam fechados, onde a prioridade eram críticas ao regime.

A imprensa alternativa é uma fonte histórica distinta da grande imprensa, na medida em que não possui a mesma periodicidade, tiragem e público leitor, como não é uma imprensa diária, sua circulação era semanal, quinzenal, mensal e não tem a mesma estrutura financeira da grande imprensa.

A imprensa alternativa não era uma imprensa de massa, seu estilo, frases escolhidas, bem como os temas, a matéria, todo o conjunto, faziam da imprensa alternativa uma imprensa de intelectuais. Conforme afirma Smith “exercia um papel crucial na formação de uma oposição política, ao oferecer um foro de debates e proporcionar fontes alternativas de informação.” (2000, P.60)

Uma característica interessante da imprensa alternativa era o fato de que poucos jornalistas que se dedicavam a este tipo de jornalismo se dedicavam exclusivamente a este trabalho, sua grande maioria contribuía com artigos, até



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

porque a nenhuma dessas publicações havia recursos para poder pagar uma equipe numerosa. Com isto a maioria dos jornalistas e colaboradores trabalhava em outras empresas. Um exemplo bem sucedido foi O Pasquim, que embora com a equipe presa pelos militares, pode contar com colaboradores para poder da seqüência as atividades do jornal.

A imprensa alternativa teve repercussão em todo o Brasil, mas era no Rio de Janeiro e São Paulo onde se encontrava a maioria das publicações, segundo Chinem (1995, p.37) “o único jornal da imprensa alternativa fora do eixo Rio-São Paulo com circulação nacional foi o Coojornal.”

Em 1979 com o fim do AI-5 não foi o fim da imprensa alternativa, ela só tomou outro rumo, deu início a luta pelo retorno das eleições diretas, que veio a acontecer em 1984 com a campanha que ficou conhecida como Diretas Já.

A imprensa alternativa só perdeu suas forças com a redemocratização, embora no que refere-se à política sempre haverá alguém para narrar o que está acontecendo, este é o papel da imprensa, seja ela alternativa ou não.

É importante ressaltar o papel que a imprensa alternativa teve na história do Brasil ao longo dos anos em que esteve em vigor o AI-5, embora com a censura sempre ao lado, a imprensa esteve sempre combatendo e lutando por democracia e liberdade. Embora tenha perdido espaço para a grande imprensa depois da redemocratização, à imprensa alternativa estará sempre presente e bem viva na memória dos que lutaram pela democracia e liberdade.

Neste artigo fizemos uma apresentação sobre a imprensa alternativa durante os anos do Ato Institucional – 5, bem como narramos como foi instaurado no Brasil o golpe civil-militar de 1964 e o papel que a imprensa alternativa teve em seu período. Embora haja pouco material produzido sobre esta temática, esperamos dar seqüência a esta pesquisa, que nos propicia entendermos mais a imprensa, bem como os períodos em que são estudados, no caso deste ano artigo os anos de 1968 a 1979.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

### Referências

- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: LGE Editora e Editora UNB, 2004.
- BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. São Paulo Malheiros, 1997.
- CHINEM, Rivaldo. *Imprensa Alternativa: Jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- WEBER, Maria Helena. *Comunicação espetáculo da política*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2000.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **O FENÔMENO PENDULAR DOS IMIGRANTES JAPONESES ENTRE BRASIL E O JAPÃO E SEUS EFEITOS: CASO DA COLÔNIA JAPONESA DE IVOTI**

Tomoko Kimura Gaudioso\*

### **Introdução**

Apesar do primeiro contato dos japoneses com o Brasil tenha ocorrido ainda no início do século XIX, em 1803 (GAUDIOSO, 2003. p. 9-31), a imigração japonesa só teve início depois de decorrer mais de um século, em 1908. No dia 18 de junho de 1908, ano 41 da era Meiji<sup>1</sup> (NAGATA, 1986. p. 119-123), o navio *Kasato-maru* trouxe os primeiros 781 imigrantes japoneses com contrato de trabalho firmado para trabalharem nas fazendas de café além de 12 indivíduos sem vínculo empregatício. Esses imigrantes foram se integrando a sociedade brasileira, na medida em que se tornavam independentes como pequenos agricultores ou comerciantes que, ao longo as décadas, se instalaram em forma de comunidades ora em grandes centros urbanos como cidade de São Paulo ou formaram suas próprias comunidades como as cidades de Londrina e Maringá, em Paraná. Conforme censo estatístico do IBGE, a presença dos japoneses e seus descendentes se concentrou nas regiões Sudeste e Centro-oeste do país, assim como na região Norte (IBGE, 2008. p. 46) ao longo da imigração.

Ao que se refere ao Rio Grande do Sul, a imigração de japoneses ocorreu muito tarde, somente após segunda guerra mundial, quando o Brasil retoma relações internacionais com o Japão. Essa imigração tardia, a crise econômica brasileira da década de 1970 somado ao fenômeno *decassegui*<sup>2</sup>, que iniciou na década de 1980, fez com que esses já escassos imigrantes retornassem ao Japão

---

\* Mestre em Direito Comparado pela PPGDir/UFRGS, Coordenadora do Núcleo de Estudos Japoneses/Instituto de letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: tomokogaudioso@yahoo.com.br

1 No Japão, utiliza-se paralelamente ao calendário gregoriano, o calendário por era da dinastia de cada imperador. O calendário se refere a era do Imperador Meiji, que perdurou de 1868 até 1912. O calendário gregoriano foi adotado pelo Japão somente em 1900.

2 *Decassegui*: termo originário significa trabalhador temporário ou sazonal. Atualmente é utilizado para denominar as pessoas que viajam ao Japão temporariamente para contrato de trabalho por tempo determinado para executarem as tarefas pesadas, perigosas e sujas.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

em busca de novas oportunidades de trabalho. Assim, a fim de identificar a situação dos imigrantes japoneses do estado e o resultado da influência das atividades migratórias desses trabalhadores, entre Brasil e Japão, procurou-se observar os fenômenos sociais ocorridos nas comunidades japonesas residentes no estado do Rio Grande do Sul. Escolheu-se a Colônia japonesa do município de Ivoti por ser a maior colônia existente no estado, realizando levantamento quantitativo e qualitativo das moradoras daquela comunidade. A metodologia aplicada por ora se constitui no levantamento bibliográfico e quantitativo, o que pode chegar a conclusões parciais.

Nesse levantamento observou-se que houve uma diminuição da etnia japonesa no estado, dadas as circunstâncias ligadas a condições sociais e econômicas dos nikkeis<sup>3</sup> do Rio Grande do Sul devido a migração continuada dessas pessoas entre Brasil e a comunidade local que, à procura de estabilidade econômica, deixam de consolidar a sua estrutura familiar tanto no Japão como no próprio estado.

## **História**

Embora tenha sido oficializada a data de 20 de agosto de 1956 como início da imigração japonesa no Rio Grande do Sul com a chegada de 23 jovens japoneses com intuito de radicar-se nas terras gaúchas, segundo consta no livro “Takuseki: Rio Grande do Sul Nihon Imin dai Ikkai – 1956-1996”, editado por esses imigrantes para comemorar seu quadragésimo ano no solo brasileiro, a tentativa de colonização iniciou-se já na década de 1920, quando o Yunosuke Nemoto, natural da província de Ibaragi chegou no solo gaúcho a serviço. Em seguida, quatro anos mais tarde, chegou o Sr. Eito Asaeda em 1924, da província de Yamaguchi. Ambos casaram com as gaúchas e tiveram filhos, de modo que

---

3 Nikkei: as pessoas de origem japonesa, i.e., os indivíduos que tem na sua ascendência alguém da etnia japonesa. Por analogia, também se utiliza esse léxico para definir empresa japonês ou que tenha matriz no Japão.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

podem considerá-los como pioneiros da imigração gaúcha, apesar de terem vindo ao RS via São Paulo.<sup>4</sup>

A primeira tentativa de colonização propriamente dita, no entanto, ocorreu em agosto de 1936 na região de Santa Rosa, no município de Horizontina, à margem do rio Uruguai, quando dezoito famílias japonesas foram trazidas pela empresa de colonização KKKK<sup>5</sup>. Nessa época, o governo brasileiro subvencionava a imigração de trabalhadores rurais inserindo-os no sistema de colonato, o que perdurou até 2ª Guerra Mundial (IBGE, 2011)<sup>6</sup>.

O fracasso desse empreendimento se deu principalmente pela iminência da Segunda Guerra, quando o governo brasileiro proibiu, em 1940, quaisquer pessoas que tivessem a nacionalidade estrangeira de possuírem as terras em raio de 150 quilômetros a partir da fronteira<sup>7</sup>, considerando a zona fronteiriça como zona de segurança nacional. Banhado pelo Rio Uruguai, o município de Horizontina sofreu restrições quanto a fixação de japoneses. Embora a contragosto, a empresa de migração foi obrigada a retirar-se do local.

Esses imigrantes deixaram a colônia de Santa Rosa e dispersaram-se pelos outros estados brasileiros sendo que uma parte deles mudaram-se para a região de Pelotas, Porto Alegre, São Leopoldo e seus arredores. Sabe-se que até 1955, um ano antes da chegada de primeiros imigrantes oficiais, vieram para o estado cerca de quarenta japoneses, maioria oriundos de São Paulo (SASAOKA, 1971).

---

4 “Takuseki: Rio Grande do Sul Nihon Imin dai Ikkai – 1956-1996”, São Paulo, 1996, p. 6.

5 Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK), ou Companhia Ultramarina de Empreendimentos, fundada em 1917 atuava tanto no Brasil, em São Paulo, tanto quanto no Peru, Colômbia, Cuba e Filipinas. A KKKK gerenciava uma série de atividades além da própria emigração, tais como a gestão das colônias, venda e compra de bens móveis e imóveis, toda a parte administrativa e financeira dos negócios fora do Japão, além da organização da infraestrutura das colônias. Fonte: <http://www.ibge.gov.br>. Também ver: “Takuseki: Rio Grande do Sul Nihon Imin dai Ikkai – 1956-1996”, São Paulo, 1996, p. 6.

6 Fonte: Em meados da década de 20 até a Segunda Guerra, o governo brasileiro subvencionou a imigração também de trabalhadores japoneses, inserindo-os no sistema de colonato que funcionava também para os demais colonos europeus. <http://www1.ibge.gov.br/ibgeteen/glossario/colonojapones.html>

7 “Caminho dos imigrantes japoneses – Brasil – século 20”, ed. União Nikkei Ltda, 2000.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Durante Segunda Guerra quase não houve entrada de japoneses no estado, excetuando-se uma família japonesa, que estabeleceram-se no ramo de comércio. Em 1956, chegam 23 jovens promissores no porto do Rio Grande, seguindo a política imigratória brasileira e restabelecimento de relações internacionais entre Japão e Brasil. Desde então, até a extinção da migração sistemática em 1963, desembarcaram diretamente do Japão total de 1786 japoneses no Rio Grande do Sul. Apesar de algumas tentativas de introdução de mão de obra japonesa nas lavouras gaúchas terem se fracassado como ocorreu em 1957, na Fazenda São Pedro, em Uruguaiana, em que 33 famílias foram forçados a abandonar essa fazenda por motivos financeiros e se estabelecerem em outras localidades, formando comunidades como ocorreu no município de Santa Maria(GAUDIOSO & SOARES, p. 65).

A partir da década de 1960, cada vez mais famílias japonesas administravam negócios próprios, sejam na agricultura com aquisição de chácaras ou estabelecimento de comércio. A imigração de mulheres japonesas solteiras, noivas ou casadas, ou até casadas através de cartas também se intensificou (GAUDIOSO, 2006. p. 8).

Em 1960, haviam 591 japoneses natos residentes no estado, sendo que duas décadas mais tarde, em 1980, o seu numero havia crescido para 1297 indivíduos (IGBE, 2008, p.65), sendo que nas duas décadas seguintes, de 1991 a 2000, a população oscilou entre 1062 e 1064, de modo que pode ser interpretado como estagnação da imigração japonesa ao estado. Por outro lado, a população de nikkeis cresceu, de 1261 indivíduos em 1960 para 21mil e 925 indivíduos em 2000, apesar de apresentar um decréscimo na década de 1990 (IBGE, 2008, p. 64).

Atualmente, a principal concentração de famílias japonesas ocorre na região de grande Porto Alegre, sendo que sua maioria reside em bairros ou municípios junto à comunidade brasileira, de modo que não caracteriza a colônia propriamente dita.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Desse modo, pode-se afirmar que no estado há apenas três comunidades com característica de colônia, onde as famílias mantêm residências próximas. São as colônias de Itati, Itapuã e Ivoti, cada um com sua história diferente quanto a sua formação.

A colônia japonesa de Itati no vale do rio Três Forquilhas, próximo a cidade de Terra de Areia, localizada a 150 km de Porto Alegre, iniciou-se com a aquisição de terras, conhecido como “Sítio da Figueira”, pela família do Sr. Masaharu Aso, em 1967, sendo que, mais tarde, vieram mais onze famílias, formando colônia produtora de flores, por iniciativa privada. Atualmente há poucas famílias residentes no local, de forma inexpressiva para caracterizar-se como colônia.

A colônia de Itapuã, localizada aproximadamente a 60 km da cidade de porto Alegre, surgiu a partir da política de desenvolvimento e ampliação da área agrícola do estado do Rio Grande do Sul, no início da década de 1970, sendo que, em 1974, 19 famílias japonesas com média de 23 hectares cada, passaram a morar na área total de 470 hectares, dedicando principalmente a horticultura.

A colônia japonesa de Ivoti fundada em 1966, por sua vez, foi possível graças ao incentivo financeiro do governo japonês financiou os imigrantes concedendo o empréstimo com contrato de devolução do valor a médio prazo. Quanto ao local, próprio para o plantio de árvore frutífera de clima temperado, foi escolhida uma área de terras próxima a cidade de Ivoti, uma zona montanhosa, de colonização predominantemente alemã, distanciada a 66 Km de Porto Alegre.

Brasil e, especificamente, na colônia de Ivoti, percebe-se que o japonês transformou muitas coisas na cultura brasileira, da mesma maneira que a sua cultura nipônica foi modificada. Mesmo existindo ainda algumas dificuldades, percebemos que o japonês conseguiu criar e administrar o seu espaço na cultura brasileira”.(Gaudioso, 2006)

Assim, a introdução dos imigrantes japoneses no estado do Rio Grande do Sul não foi uniforme como pode se perceber pela explanação acima.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Entretanto, ao decorrer do tempo e o envelhecimento da primeira geração de imigrantes, percebe-se que essas famílias japonesas se adaptaram de alguma maneira a local onde se estabeleceram, considerando o fenômeno decassegui que, a partir da década de 1980, atingiu quase que totalidade de famílias japonesas fazendo com que muitos jovens abandonassem suas famílias rumo ao Japão em busca do trabalho.

O efeito desse fenômeno atinge a estrutura não só familiar mas os aspectos da estruturação das colônias e comunidade nikkei, tais como afastamento geográfico e linguístico entre duas gerações dificultando o diálogo assim como relação familiar além do enfraquecimento da cultura de origem por desconhecimento entre gerações seguintes.

Outro aspecto é a diminuição dos japoneses de primeira geração, os isseis que, deixando de transmitir o valor cultural do país de origem, acabam falecendo com o avançar do tempo sem o legado. Os mais jovens, já beirando a faixa de idade de cinquenta e sessenta anos de idade, preferem ler e escrever em português do que em japonês, fato comprovado na preferência pelo preenchimento de questionário escrito em japonês.

A colônia de Ivoti relata esse conflito de gerações somado ao fenômeno decassegui que, sendo representativa como colônia japonesa do Rio Grande do Sul, é uma comunidade nikkei relevante para ser analisada, no contexto atual para que possamos traçar algum parâmetro do comportamento dos japoneses no sul do país.

O trabalho temporário e reflexo na família Como foi mencionada anteriormente, a colônia japonesa de Ivoti surgiu a partir do incentivo financeiro por parte do governo japonês, com assentamento de 26 famílias japonesas, em 1966, oriundas de várias partes do interior do estado, em busca de oportunidade para prosperar como fruticultores. Transcorrido 45 anos desde que as primeiras famílias se assentaram nesta colônia, os japoneses se adaptaram a cultura local, apesar de os mais velhos demonstrarem ainda



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

preservarem a cultura japonesa ao mesmo tempo em que demonstram dificuldade em se adaptar, principalmente no que tange a língua portuguesa.

A principal atividade de lazer entre os membros primeira geração é o Gate-ball. O esporte é praticado aos fins de semana, exceto nos dias de chuva, com tacos e bolas e reúne homens e mulheres a partir de 65 anos de toda colônia. É nesse encontro que os moradores mais antigos se dialogam, desde os acontecimentos mais irrelevantes do cotidiano até eventuais conflitos de vizinhança. Ainda, há outras atividades culturais em que jovens e idosos interagem, como concurso de karaokê e de gincana esportiva que é realizada em abril, os quais passaram a ter simbologia especial na comunidade, como evento social quase que obrigatória a participação de todos.

Entretanto, apesar da aparente prosperidade da colônia, desde década de 1980, há fenômeno emigratório de nikkeis ao Japão, à procura de oportunidade de trabalho temporário. O discurso dos imigrantes é variado, sendo que alguns afirmam o modismo, enquanto que outros justificam a saída da colônia como recurso para obter renda que complementasse a economia da família que ia de mal a pior.

Outra evidência é o fato de imigrantes japoneses se concentrarem no interior, segundo censo demográfico realizado pelo IBGE, em 2000, de modo que se decidiu pesquisar o perfil dos imigrantes residentes na zona rural do estado. Diante dessa situação, realizou-se a pesquisa, a fim de diagnosticar o perfil da família de japoneses e seus descendentes residentes na zona rural, escolhendo a colônia japonesa de Ivoti por concentrar maior número de pessoas, entre os de primeira, segunda e terceira geração.

## **Metodologia**

A fim de traçar o perfil dos moradores da colônia japonesa de Ivoti, foi realizado inicialmente levantamento bibliográfico que, não tendo praticamente nenhuma produção textual, excetuando-se os artigos já produzidos por mim e citado neste artigo, tive de recorrer à pesquisa de campo, através de observações e aplicação



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de questionários. No que se refere aos documentos da colônia, tendo estado armazenado na feitoria do município, pertencente à Secretaria da Cultura daquele município, ficaram danificados por inundação sofrida no último ano, de modo que faz se necessário resgatá-los junto aos moradores na esperança de alguns deles tenham preservado alguma documentação junto a si.

A pesquisa de cunho qualitativo como entrevista está em fase de preparação, de modo que pretende realizar ao decorrer do tempo, como coleta de depoimentos e narrativas dos moradores, priorizando os mais idosos. A pesquisa, com aplicação de questionário, foi realizada observando a peculiaridade do sistema organizacional da comunidade japonesa.

Após definir o campo de pesquisa, primeiramente contatou-se com o chefe da comunidade, explicou o intuito da pesquisa e obteve autorização da aplicação do questionário. Esse procedimento se deve pelo fato de outra pesquisa ter se fracassado no início, em 2003, quando se tentou aplicar questionário aos moradores da colônia. Os moradores, naquela ocasião, procurados para a pesquisa, negaram a participar alegando que não sabia de nada e que qualquer consulta relativo a colônia ou seus moradores deve ser dirigida ao presidente da comunidade.

O questionário foi composto de 46 perguntas com respostas de múltipla escolha, sendo sete perguntas associadas à resposta qualitativa, em que foi solicitada à participante manifestar sua opinião ou ponto de vista. As participantes-alvo foram as mulheres casadas residentes na colônia, uma de cada família pois o objetivo foi a de detectar o comportamento das mulheres da colônia diante do fenômeno decassegui.

Considerando os aspectos de preferência lingüística das informantes e conteúdo das perguntas, foi-lhes fornecido o questionário em português e japonês, acondicionados em um envelope, junto com texto explicativo sobre a pesquisa e o termo de consentimento, igualmente elaborado em duas línguas.

Como houve informação que ali vive cerca de 40 famílias (os dados precisos foram danificados com a inundação recente do arquivo municipal),



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

quarenta e cinco envelopes foram entregues ao chefe da comunidade que se comprometeu em distribuir para as moradoras. Para a coleta, foi colocada uma caixa no saguão do Memorial da Colônia Japonesa de Ivoti para que os questionários pudessem ser devolvidos de forma anônima.

Como resultado, após três semanas, retornaram vinte questionários respondidos. O que corresponde 50% dos moradores, considerando total de 40 famílias que integram a colônia de Ivoti..

### **Resultados obtidos**

Os questionários devolvidos mostraram-nos alguns índices interessantes, o que poderemos reconsiderar os aspectos das famílias japonesas residentes naquela comunidade. Em primeiro lugar, chamou-nos atenção o fato do retorno de questionário em português ser maior que os respondidos em japonês, mostrando a preferência lingüística das informantes. Em relação a quantidade de questionário que retornaram, observou-se que a metade da das moradoras participaram pois sabe-se que na comunidade há apenas uma família cujo morador é um viúvo.

A maioria das moradoras vive na colônia entre 41 e 44 anos, sendo estas as esposas de primeiros moradores, seguido de mulheres que vivem no local entre 30 e 35 anos, estas vindas depois da colônia ter se firmado como comunidade japonesa.

Entre as que responderam ao questionário, treze eram casadas e quatro eram viúvas, as três mulheres omitiram a informação. Dentre as casadas e viúvas, a sua maioria casou-se ou com japonês ou com homem de ascendência japonesa, com predominância do primeiro e apenas uma mulher assinalou que casou com indivíduo não nikkei, o que assinala a preservação da colônia japonesa como tal, garantindo que a geração vindouro também predominará a etnia japonesa.

Ao fato de metade dos informantes responderem que não conheciam seus maridos antes de se casarem prova que o costume japonês de arranjar o





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

casamento por sistema de *miai*, pelo qual conseguem o noivo através da apresentação formal prevendo o matrimônio, permanece entre os *nikkeis*. A idade média de casamento se concentra na faixa etária entre 21 a 25 anos de idade, sendo que há ocorrência de três casamentos de mulheres com idade inferior a 21 anos.

A menor idade apresentada é a informante que casou aos 19 anos com noivo que lhe fora apresentado, sendo que a mesma declara ter estado desde os 13 anos de idade longe da mãe, realizando os afazeres da casa. A participante do enquete, que nasceu na colônia de Ivoti, casada há 19 anos, em seu depoimento disse que tinha de “cuidar de todos os afazeres de casa aos 13 anos de idade” e sentia saudade também de modo que, se agora a situação repetisse não se importava mais porque hoje já está casada, e se a mãe for (para o Japão trabalhar), não se importaria tanto como antes. A primeira vista, o afastamento da mãe do lar que foi trabalhar no Japão tenha contribuído para o casamento precoce desta informante.

Ao contrário do que esperava, na colônia, poucos homens foram trabalhar no Japão como *decassegui*, sendo que no levantamento efetuado, constatou-se que apenas 20 % dos maridos deixaram suas casas, no período máximo de onze anos, entre idas e vindas. Segundo a senhora de 64 anos e que vive há 34 anos na colônia, entre os moradores da colônia há mais família que as esposas foram trabalhar no Japão, no período de curta estada do que os homens.

Segundo informante, havia dificuldade de chefe de família ausentar-se por longo tempo por causa do *parreiral* que exigia cuidados. No caso dela, o marido ficou no Japão por apenas seis meses, ao contrário de outras famílias, preferindo que a situação não se repita apesar de declarar que após o retorno, o casal passou a conversar mais entre si e ela sentiu mais fortalecida.

Na pesquisa, constatou-se que as mulheres, como os homens, pouco mais de 20 % foram trabalhar no exterior, de modo que não se pode dizer que mais mulheres deixaram seus lares em busca de trabalho no Japão do que os homens.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Por outro lado, a metade das famílias que participaram do questionário possui os filhos que trabalham no Japão há mais de dez anos. Ao serem perguntados sobre situação familiar dos filhos, dez informantes responderam que ninguém está casado, perfazendo total de 26 descendentes solteiros, o que poderá comprometer a continuidade da ocupação da colônia pelos nikkeis descendentes de gerações seguintes, por falta de filhos.

Outra constatação é o abraqueiramento do sentimento de pertencimento das japonesas porque em nenhum momento essas mulheres usam a palavra “retornar” ou “voltar” ao Japão, mesmo para o trabalho temporário, preferindo sempre a utilização do verbo “ir” como que definindo o solo onde elas pertencem.

Este comportamento de vai-e-vem já é sugerido como circular migration (SELLEK, apud: REIS, 2001, p. 174-175) por migração circular de indivíduos que, nem se fixam num país nem noutro, num movimento circular de ida e vinda em busca de trabalho e convívio familiar. Como menciona REIS (2001, p. 174), “No extremo oposto encontramos também aqueles que navegam nos dois sentidos entre o Brasil e o Japão por não mais se adaptarem nem a um nem ao outro país.”

Da mesma forma, YAMANAKA (YAMANAKA, apud: REIS, 2001, p. 175) comenta que

“(...)there are many signs that it will continue and that migrants will remain a presence in Japan indefinitely, although individuals and families will migrate circularly, back and forth, with large periods being spent in Japan, where money is more accessible – a trend which has already begun”.

Conforme depoente de 71 anos de idade, moradora há 41 anos na colônia, esse senhora de primeira geração, mora com uma das filhas, e já foi trabalhar como decassegui durante 4 anos e 5 meses, sendo que, segundo ela, tem parente que mora no Japão há 20 anos e 6 meses. Segundo seu depoimento, essa ida ao Japão é percebida como “moda” entre os imigrantes e, ela também seguiu essa tendência.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Segundo ela,

“Meu marido telefonou-me pedindo para voltar logo porque sentia falta, pouco tempo depois de chegar ao Japão. Ele morreu quando eu fui ao Japão pela quarta vez. Fui ao Japão quatro vezes, depois de trabalhar por dois anos. Na última vez, eu viajei com meu marido por todo o Japão. Ele tinha 57 anos de idade. Estou muito satisfeita por ter conseguido deixar meu marido feliz usando o dinheiro que ganhei pela primeira vez na minha vida.”

Entretanto, ela conclui seu depoimento dizendo: “acha que não é bom o casal viver separado”, insinuando que é preferível ficar no Brasil do que “ir” ao Japão em busca de serviço.

Ao ser questionada se houve alguma mudança ao seu redor após alguém da família ter ido trabalhar no Japão, esta depoente relata que não notou alteração na comunidade. Ainda assim, algumas mulheres são favoráveis à decassegui porque no Japão consegue arranjar serviço e que essa atitude foi necessária para saldar as dívidas acumuladas da família.

A informante de 46 anos, que é casada há 17 anos e cinco anos morando na colônia, diz estar satisfeita com a sua estada de cinco anos no Japão como trabalhadora temporário por conhecer mais de perto a cultura e os hábitos japoneses e ter havido maior interatividade com os japoneses tanto por causa das escola das crianças como no ambiente de trabalho e convívio com os vizinhos do bairro. Entretanto, no seu depoimento, ao ser questionado sobre condição da família, diz ter melhorada a situação financeira mas prefere que não repita a ida ao Japão para trabalhar porque “não seria salutar para o convívio familiar”, no aspecto relacional entre pais e filhos.

Em relação ao meio de comunicação utilizada, ainda predomina o uso de telefone, tendo apenas dois usuários de internet para trocar diálogos entre avós, filhos e netos, havendo necessidade de levar moradoras da comunidade à inserção digital para ter acesso às informações disponíveis no mundo digital assim como poderem-se comunicar com parentes e amigos, ampliando a rede de



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

interação social. O fato de maridos, filhos, parentes e amigos terem ido trabalhar no Japão parece não ter influenciado na modernização da comunidade.

Outro aspecto, no que se refere a afetividade entre os familiares, a metade das informantes responderam que não gostaria que essa situação repetisse, ora porque possui filhos menores, ou porque sentem a separação do membro da família ruim por sentirem saudades. A pesquisa revela que, apesar de 25% delas terem respondido que sentiram mudança no comportamento das mulheres depois que seus maridos partiram para o Japão, outros 75% sentiram que as mulheres permaneciam indiferentes, tanto durante sua ausência ou após seu retorno. 25% das mulheres sentiram que as mulheres ficaram mais alegres depois que seus maridos retornaram aos seus lares.

Tendo em vista a existência do estigma social de fidelidade no casamento entre os japoneses e respeito à vizinhança, foi lhes questionados se houve mudança no comportamento de homens em relação às mulheres que permaneceram na colônia. Embora 55% das mulheres tenham se manifestado explicitamente que não, outras 20% responderam afirmativamente e outras 25% deixaram de responder, o que confirma a estigmatização do modelo de casal japonês. Outro dado que comprova isso é o comportamento feminino diante do marido alheio, se bem que é menos percebido entre mulheres, sendo que 15% responderam que perceberam aproximação de mulheres sozinhas em relação aos maridos de outrem enquanto que 65% negam ter percebido esse comportamento.

Perguntado se conhecia algum caso extraconjugal, 50% das informantes responderam negativamente porém, 30% responderam que conhece um ou mais casos de relações extraconjugais e outras 20% não se manifestaram. Isso comprova que há construção de estigma social no que tange a fidelidade no casamento entre os japoneses e respeito à vizinhança. Por outro lado, a ausência do marido nas famílias por conta de trabalho decassegui deve ter favorecido às mulheres e homens da comunidade tomarem esse comportamento, o que pode



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

ser caracterizado como um dos fatores para o enfraquecimento e desestruturação da comunidade.

## **Conclusão**

A colônia japonesa de Ivoti, criada em 1966 passou por diversas fases, desde assentamento de primeiras vinte e seis famílias até os dias de hoje. Na sua trajetória, houve época que a colônia era próspera mas também havia famílias com dificuldade financeira. O fenômeno de casagem iniciou-se ainda na primeira metade da década de 1980, quando algumas mulheres saem para o Japão em busca do trabalho na tentativa de complementar a renda familiar. Passada cerca de duas décadas, entre idas e vindas de diversos membros da família entre o Japão e o Brasil, houve ganhos financeiros nessas famílias. Entretanto, ao analisar o aspecto afetivo e estrutural da família, parece ter ficado a desejar.

Ha mito que os japoneses têm comportamento muito diferente ao de ocidentais como povo que preza fielmente o espírito de dever acima de tudo, sobrepondo os sentimento e temperamentos, considerado de certo modo, um povo frio ou indiferente, no aspecto afetivo-familiar, simplesmente por não demonstrá-lo em presença alheia ou por praticar neste mundo moderno, o casamento arranjado por sistema de *miai*.

O que ocorre na verdade é que há muitos filhos e filhas solteiras que, ao estarem temporariamente no Japão não tiveram oportunidade de casar, talvez por instabilidade financeira. Por outro lado, entre os casais, a ausência de seus pares cria oportunidade de surgir casos extraconjugais fragilizando a estrutura familiar assim como aumento de desconfiança na comunidade enquanto grupo social.

Enquanto o Japão passa atualmente por crise financeira decorrente do último desastre ambiental, em março de 2011, e anunciando que há mais de um milhão de desempregados, é possível que esses trabalhadores temporários mais uma vez retorne à colônia, retomando atividade agrícola iniciada, talvez com outra perspectiva, sentindo-se ser da etnia japonesa mas pertencer ao povo



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

brasileiro, mostrando seu lado humano que é comum a todos, pelo menos o que se interpreta através do resultado da pesquisa até agora obtida.

## **Bibliografia**

GAUDIOSO, Tomoko Kimura. A presença dos primeiros japoneses no Brasil. In: “Tecendo Relações: 200 anos de encontros entre Brasil e Japão”. Cadernos do Programa de Pós Graduação em Direito – PPGDir/UFRGS. Edição especial. v.1, n.3 (nov. 2003) da UFRGS. Porto Alegre: PPGDir/UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_ A saga dos imigrantes japoneses na história do Rio Grande do Sul: em homenagem ao cinquentenário da imigração japonesa. Porto Alegre, 2006, não publicado.

GAUDIOSO, Tomoko Kimura e SOARES, Andre L. Ramos. 50 anos de história: imigração japonesa em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. (1958–2008). Itajaí: Maria do Cais, 2008.

IBGE. Resistência e integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI, 2008.

NAGATA, H. Koyomi to uranai no kagaku. Tóquio: Shincho-sha, 1982.

REIS, Maria Edileusa Fontenelle. Brasileiros no Japão: o elo humano as relações bilaterais. São Paulo: Kaleidus-Primus, 2001.

SASAKA, Tadao. Imigração japonesa (Rio Grande do Sul) 1957-1961. São Paulo: Gráfica Paulista, 1971.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **MEMÓRIA<sup>1</sup> SOCIAL E HISTÓRICA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS EM RIO GRANDE E DISTRITOS**

Treyce Ellen Silva Goulart<sup>2</sup>

O programa de extensão Comunidades FURG – COMUF, coordenado pelo professor Jean Tiago Baptista, atua em diversas frentes de trabalho através da formação de eixos de ação. Atualmente, os membros do programa tem atuado a fim de responder às demandas de grupos determinados por meio de projetos de extensão, os quais sejam: “Kaingang no Cassino”, “O modo de fazer Jurupiga”, “Vivências com a terra” e “Quilombolas Somos Nós” e “Coletivo Diversidade”. O primeiro projeto mencionado tem por objetivo inventariar, registrar e salvaguardar bens culturais pertencentes às comunidades indígenas que atuam na região assim como fortalecer as políticas de acesso diferenciado e permanência dos indígenas à Universidade. As atividades extensionistas referentes à Jurupiga tem efetuado trabalhos muito profícuos no sentido de salvaguardar a bebida artesanal enquanto patrimônio da cidade, de fato os membros do projeto atuaram no processo de criação de uma lei municipal que garante tal salvaguarda. As ações referentes ao projeto vivências com a terra busca criar mecanismos e alternativas didáticas para as comunidades rurais mediante práticas permaculturais. Além desses, o programa tem atuado junto à comunidade acadêmica LGBTI no sentido de que os acadêmicos atuam na construção de espaços de discussão, crítica e ação frente às discriminações à diversa gama de gêneros dentro da Universidade. Também há focos de atuação no distrito de Povo Novo, distrito de Rio Grande, cuja comunidade considera-se

---

1 Utilizamos o conceito de memória presente no Dicionário de conceitos históricos, que afirma “...a memória não é apenas individual. Na verdade, a forma de maior interesse para o historiador é a memória coletiva, composta pelas lembranças vividas pelo indivíduo ou que lhe foram repassadas, mas que não lhe pertencem somente, e são, entendidas como propriedade de uma comunidade, um grupo.”

2 Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande e acadêmica do curso de História Licenciatura pela mesma instituição. Bolsista do Programa de bolsas de extensão da FURG. Orientação Prof. Dr. Jean Baptista. E-mail: treyce.ellen@hotmail.com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

e declara-se de origem açoriana. Nesse sentido, o programa tem buscado dimensionar a história, o presente e o futuro a partir de recortes de etnia, classe e gênero na construção material e imaterial/identitária da região.

O projeto de extensão “Quilombolas somos Nós” iniciou suas atividades em abril de 2011, mediante a iniciativa da senhora Maria da Graça Amaral que se autodenomina quilombola. Contatou o grupo a fim de que fossem atendidas a demandas de pesquisa e ação relacionadas ao reconhecimento de sua família enquanto remanescente quilombola por meio da geração de material áudio visual em prol da história oral, reunião de documentação histórica referente ao quilombo da Quinta e promoção de um encontro entre quilombolas e acadêmicos. Além disso, Graça integra as reuniões semanais do projeto e tem a forte intenção de que as ações sejam extensivas, ou seja, devem atingir à comunidade estudada seja por meio de mostras, oficinas, folhetos explicativos, material didático ou eventos. Além disso, a participação em eventos relacionados ao tema, como o XI Acampamento Regional de Cultura Afro, celebrado em São Lourenço do Sul em setembro de 2011, assim como as distintas visitas aos grupos indicados por Graça, proporcionaram o entendimento de que as demandas apresentadas por Graça eram, em verdade, reivindicações do movimento negro como um todo e, como tal, passaram a ser inseridas na execução do projeto.

As demandas apresentadas pela comunidade inserem-se num processo mais amplo de reparação e justiça quanto ao tratamento dispendido aos afrodescendentes na sociedade e na historiografia tradicional acadêmica. As práticas de discriminação étnica geraram origens históricas e problemáticas bastante específicas uma vez que a inserção do negro na sociedade ocidental causou incontáveis e profundos danos a essas populações transmigradas. Tais questões foram amplamente discutidas em 2001, na Conferência de Durban, na África do Sul, onde conclui-se que o tratado transatlântico de escravos foi um crime contra a humanidade e, em virtude disso, todos os países conveniados deveriam aderir a políticas de ações afirmativas em busca da superação dos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

resultados do crime. Sendo assim, é urgente a tomada de responsabilidades por parte da academia em busca de justiça e reconhecimento dos nossos direitos.

Procura-se salientar que a universidade possui meios institucionais e políticos para empreender o processo de reparação efetiva mediante a construção de elos entre os saberes produzidos na universidade e as necessidades apresentadas pelas comunidades de seu entorno e da quais muitos acadêmicos provem. Apesar das urgências que se apresentam, o que ocorre, em geral é um silenciamento das memórias e atual situação do afrodescendente. A abolição da escravatura foi realizada de maneira inconsequente, não planejada: foi concedida a liberdade, mas não oportunidades já que não foram criadas políticas de inserção do afrodescendente na sociedade brasileira, nem lhes foi garantido o acesso à educação nem aos meios de produção, etc. O espaço ocupado pelo negro socialmente pouco foi modificado no período pós-abolicionista e tal declaração estende-se ao tratamento despendido a esse pela comunidade branca em geral. Como diria Dona Maria da Graça, “a escravidão ainda não acabou”.

Cristina Lleras Figueroa discute questões referentes à aplicação da pesquisa ação emancipadora e a ação investigativa ativa relacionadas às comunidades negras e afro colombianas incluídas na exposição Velórios e Santos Vivos, na Colômbia. A autora aponta para os perigos apresentados por uma história dos afrodescendentes despida de um senso de justiça e reparação ao afirmar que “... a falta de reconhecimento e a ocultação das memórias da escravidão continuam a causar desigualdade, bem como a exploração e a discriminação provocadas pelas políticas do imperialismo”. A modificação deste panorama somente torna-se efetiva mediante o contato com os membros comunitários e atendimento às suas carências. Sendo assim, o projeto “Quilombolas somos Nós” busca afirmar-se enquanto mediador das demandas comunitárias junto à Universidade ao mesmo tempo em que objetiva o combate ao racismo por meio da aplicação da legislação, pesquisa histórica e rodas de memória dentro e fora da academia. Da mesma forma, procura fortalecer a



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

identidade negra no interior do curso de história e na universidade como um todo, forçando a instituição a reconhecer a representatividade dos afro-descendentes que ali estudam ou trabalham. As ações dos membros do projeto são perpassadas pelo interesse de interação e aprendizagem com aqueles que conhecem as problemáticas e que vivenciam cotidianamente práticas muito singulares. Nas palavras de Maria Gohn, “o grande educador é o “*outro*”, aquele com quem interagimos ou nos integramos”<sup>3</sup>. Sendo assim, passamos à explanação das problemáticas e especificidades do trabalho com remanescentes quilombolas e das inserções realizadas até o presente momento.

### **Reconhecimento das comunidades remanescentes quilombolas: histórico, problemáticas e legislação**

Inicialmente, é necessário um breve histórico da historiografia produzida no Brasil a respeito dos territórios quilombolas. Para tanto utilizamos os escritos de Ana Paula Galvão de Meira e Oséias de Oliveira. Segundo os autores é possível enumerar três fases principais nas abordagens deste tema. A primeira aparição do termo quilombo ocorre em uma carta enviada em 1740 pelo Rei de Portugal ao Conselho Ultramarino e ocorre sob os seguintes termos, quilombo “é toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”<sup>4</sup>. Para os autores, este discurso pertencia a uma classe social elitizada, que compreendia a formação de quilombos como uma quebra de regra da

---

3 GOHN, 2006, p. 29

4 Bakos e Bernd expõem na obra “O negro: consciência e trabalho” os desdobramentos da formação dos quilombos advindos da fuga de escravos. Uma delas é a nomeação do primeiro capitão-de-mato do Rio Grande do Sul, Salvador Luz Camacho, no ano de 1773, em Porto Alegre. A profissão se tornaria importante e melhor remunerada quando o capitão necessitasse buscar o escravo fugido em um quilombo.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

sociedade em que viviam<sup>5</sup>. Um paradigma historiográfico se impõe, a partir da década de trinta, pelo viés culturalista e caracteriza o quilombo como espaço de manutenção e restauração das práticas culturais de origem africana. Para os autores tal conceituação tem influências por um lado, das teorias freyrianas porque afirma a democracia racial e busca estabelecer uma identidade social brasileira e por outro das ideias weberianas já que eleger tipos ideais de quilombos e acaba por empreender uma padronização em detrimento das particularidades de cada território ocupado, utilizando o arquétipo de Palmares. A segunda corrente historiográfica surge na década de 1960 com viés esquerdista. Critica a noção de democracia racial e desenvolve sua análise sob o pressuposto da luta de classes. A partir de 1970, temas já debatidos recebem novos olhares. As questões suscitadas referem-se às relações estabelecidas entre homens, mulheres e crianças dentro da comunidade e atenta para as diversidades e pluralidade cultural. As três abordagens apresentam um quilombo composto por negros fugidos e transparecem a ideia de separação entre essas comunidades e a sociedade do entorno. Atualmente, as discussões a respeito das terras quilombolas expõem vivências integradas como fica exposto na seguinte passagem de João José Reis:

“Para senhores e governo, o problema maior estava em que, na sua maioria, os quilombos não existiam isolados, perdidos no alto das serras, distantes da sociedade escravista. Embora em lugares protegidos, os quilombolas, amiúde, viviam próximos a engenhos, lavras, vilas e cidades. Mantinham redes de apoio e de interesses que envolviam escravos, negros livres fugidos e mesmo brancos, de quem recebiam informações sobre movimentos de tropas e outros assuntos estratégicos. Com essa gente, eles trabalhavam, se acoitavam, negociavam alimentos, armas, munições e outros produtos, com

---

<sup>5</sup> Ferreira aborda profundamente as questões referentes à inserção do negro na sociedade brasileira e as problemáticas suscitadas ao lhe serem impostas cobranças referentes a um contrato social com qual não compactuava, uma vez que não era considerado um cidadão, mas sim propriedade.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

escravos e libertos, podiam manter laços afetivos, de parentesco e de amizade.”<sup>6</sup>

Evidentemente, não seria ético negar o medo e a repressão sofridos pelos aquilombados ao mesmo tempo é possível apreender que as práticas foram sendo modificadas e adaptadas a fim de que fosse possível a manutenção do quilombo a salvo da violenta destruição. Assim, percebe-se uma rede de relações que se formava ao redor dos quilombos e em virtude desses.

No Brasil, as questões referentes ao reconhecimento dos remanescentes de quilombos surgem no artigo 68 da Constituição Federal de 1988 e é retomado no artigo 2º do decreto 4887, de 20 de novembro de 2003. Fica instituído que,

“Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

Tais afrodescendentes, portanto devem possuir memórias e valores culturais que remetam a vivências de práticas específicas e diferenciadas, que se conservaram. Além disso, é importante ressaltar a passagem que expõe a exigência da “auto atribuição” a qual transmite a necessidade de que as demandas de reconhecimento devam partir dos membros comunitários. O decreto complementa o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, que afirma enquanto remanescentes quilombolas

“... aos indivíduos, agrupados em maior ou menor número, que pertençam ou pertenciam a comunidades, que, portanto, viveram, vivam ou pretendam ter vivido na condição de integrantes delas como repositório das suas tradições, cultura, língua e valores,

---

6 FIGUEIREDO, 2009, p. 22





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

historicamente relacionados ou culturalmente ligados ao fenômeno sociocultural quilombola.”<sup>7</sup>

As terras de quilombo tem origens diversas: podem ter sido ocupadas, doadas, compradas pelos próprios indivíduos ou conquistadas mediante a prestação de serviços, por exemplo. E afirmam-se por serem “as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”<sup>8</sup>.

A legislação referente ao reconhecimento das terras de remanescentes de quilombolas teve avanços e revezes desde 1988. De fato, a auto definição deve ser incluída na segunda categoria, assim como a retirada da exigência de comprovação legal e jurídica de habitação das terras em 1888. O reconhecimento e titulação das terras segue uma série de procedimentos legais burocráticos e deve ser concedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA mediante a confecção do Relatório Técnico de Delimitação e Identificação – RTDI.

## **Metodologia**

Uma vez que nosso interesse está relacionado à interação com os remanescentes quilombolas, utilizamos a metodologia surgida na interação. “O método nasce a partir de problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas”<sup>9</sup>. O projeto realiza atividades semanais de visita às casas dos remanescentes quilombolas nos distritos da Quinta e Arraial, no Povo Novo. Nessas ocasiões são conduzidas

---

7 Decreto 4887/2003, art 2º.

8 Decreto 4887/2003, art 2º, inciso 2º.

9 Gohn, 2006, p. 31



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

entrevistas vídeo-documentadas e não-diretivas no intuito de dimensionar a memória e o patrimônio destacado pela comunidade em questão especialmente a partir da contribuição de griôs – membros mais idosos e imensamente respeitados pelos membros comunitários por serem detentores da tradição oral do grupo. As inserções na comunidade são a base de nossas ações. Nesses momentos, sempre há a premissa de que o educador é o membro comunitário visitado uma vez que é importante que mantenhamos uma postura mais passiva, aprendente. As carências devem ser apresentadas e os caminhos conduzidos segundo os interesses da comunidade. Concomitantemente, inicia-se o processo de pesquisa em documentos (certidões de nascimento, casamento, registro de imóveis e óbitos) a fim de que seja feito o levantamento dos componentes da família Amaral e que esses dados obtidos colaborem com os relatos orais coletados durante as visitas.

O projeto é composto por historiadores, uma socióloga, uma remanescente quilombola e acadêmicos do curso de história bacharelado e licenciatura pertencentes ao primeiro e segundo ano. Sendo assim, tem criado espaços de discussão e qualificação acadêmica ao mesmo tempo em que incute em cada um dos membros uma postura ética no tratamento com as comunidades. Como exposto no início deste trabalho, iniciou suas ações em abril do corrente ano. Suas atividades envolvem além das visitas às comunidades e pesquisa em cartórios e registros, a realização de reuniões semanais no campus carreiros e a coordenação de um grupo de estudos étnicos. Ao final desse ano, realizaremos o I Simpósio de Cultura e Consciência Negra da FURG o qual atende a uma das demandas da descendente que integra o projeto já que contará com a presença de membros comunitários e será aberto à comunidade local.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **As comunidades quilombolas de Rio Grande: Vila da Quinta e Arraial**

Nosso projeto ainda está em execução, portanto seus resultados ainda são parciais. Entretanto, as informações recolhidas até o presente momento nos permitiram a construção de um panorama que evidencia a forte presença negra nas regiões estudadas. Sendo assim, faz-se necessária uma breve exposição das memórias sociais preservadas nas práticas dos remanescentes quilombolas da família Amaral, moradores da Quinta e do Arraial, no Povo Novo. São essas especificidades que norteiam as ações de pesquisa e extensão efetuadas nos meses de atuação.

A origem do nome oficial da família é advinda da doação do sobrenome por parte de seus senhores<sup>10</sup>. Segundo Maria da Graça, a ramificação da família Amaral presente na Vila da Quinta foi iniciada por uma negra escrava proveniente do Maranhão que por um castigo veio trabalhar em Rio Grande. Após alguns anos, ela ganha a sorte grande (loteria) e compra as terras. Então decide voltar para sua cidade natal e deixa seu filho Gregório Amaral como dono. A partir desse momento a família passa a viver nas terras, na Quitéria.

Os relatos apontam para formas de habitação bastante peculiares e específicas. Dona Maria, a grão com quem conversamos, nasceu nessas terras e nelas habitou até atingir a faixa etária dos 50 anos. Ela tinha 10 irmãos, todos moravam juntos com a mãe. Essa última era parteira e se chamava Celina. Fazia os partos em casa, cortando com tesoura o cordão umbilical, o qual era enterrado na porta de casa. Seus filhos também nasceram nas terras. Segundo ela, as casas eram de barro e cobertura de palha e as famílias extensas, a exemplo de sua própria. À medida que os filhos cresciam e casavam construam casas próximas, no mesmo terreno. Inicialmente, os homens da família tinham

---

<sup>10</sup> A família Amaral presente na Quinta é chamada de Makanudo. Graça afirma que o apelido foi dado por um castelhano e significa amigo. É interessante salientar que nas falas dos membros comunitários do Arraial, é utilizada essa nomenclatura a fim de estabelecer essa diferenciação.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

como profissão a réstea de cebola, contudo, todos trabalhavam juntos. Batiam o junco com uma marreta, confeccionavam cestos de junco com cebola, as crianças também trabalhavam e assim todos aprendiam a confecção dos objetos. É possível apreender afeto na fala de dona Maria com relação ao período em que teve as terras da Quitéria como moradia. Afirma que a terra era boa e “até água tinha. No fim da terra, tinha a praia”. Além da réstea de cebola, a família pescava. Tinha fartura de peixe e camarão. Pescavam o camarão com rede e pegavam o peixe com fisque (espécie de lança) que era vendido ou utilizado para alimentação. Também havia a horta, protegida por bananeiras.

Em conversa com um membro da comunidade do entorno, nos foi confidenciado que havia todo um imaginário de superstição quanto à horta, uma vez que somente os Makanudo podiam adentrar para essa área do terreno. Representadas nas mais diversas histórias sobre os motivos que levariam ao mistério envolvendo a horta, está parte do medo cultivado com relação à família Makanudo. As terras foram vendidas nos anos noventa devido às pressões da população branca da Quitéria, zona geográfica habitada pela elite do meio rural. Apreende-se daí que havia insatisfação por parte desta elite frente ao modo de vida tão simples característico dessa família de descendentes de escravos e que destoava dos valores culturais dominantes. A venda das terras é envolta de incertezas. O que nos é relatado é que não foi um processo amigável ou de acordo com a legislação vigente.

Com relação aos Amaral do Arraial, durante as visitas e conversas fica claramente exposta a sua influência na história da região do Povo Novo, localidade que se afirma enquanto açoriana apenas. Os Amaral estiveram presentes e atuaram na construção do casarão que atualmente foi transformado no Ecomuseu da Picada e, assim, foram subordinados à família Mendonça já durante o período escravocrata. Contam-nos estórias de uma riqueza de dados e detalhes presentes nas vozes de Cizico (Darci Amaral) e Ângela, sua esposa. Ao mesmo tempo, são compartilhadas conosco, lembranças de momentos de dificuldades e violência. Na fala de Cizico, apreendem-se casos de açoitamento



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

de negros e exploração infantil que remetem ao período pós-abolicionista. Ou seja, tanto as práticas, quanto a posição atribuída ao negro na escala social manteve-se inalterada.

Segundo eles, todos moravam - e ainda moram - no mesmo terreno, próximos ao Ecomuseu. Pela noite se reuniam em torno do fogão à lenha ou da fonfoca<sup>11</sup> para se aquecerem e escutarem as histórias dos mais velhos. Naquela área, mora, além do núcleo familiar de Cizico, também a família de Ema, sua irmã. As casas são vizinhas, com uma horta na qual se cultivam verduras e ervas para benzeduras. Ambos compraram os terrenos, após muita negociação e anos de trabalho não remunerado para os antigos donos. Todavia, ainda não possuem a documentação que comprove o direito à posse da terra. Percebe-se em ambas as ramificações da família essa pendência com relação às terras apesar de conquistadas mediante muito trabalho além de adquiridas mediante um valor monetário sua posse é bastante frágil.

### **Considerações finais**

Os resultados obtidos, parciais ou não, são fruto das inserções nas comunidades. A cada encontro e entrevista desvelam-se inéditos acontecimentos a respeito das práticas ancestrais realizadas nos territórios estudados. Da mesma forma, o constante contato permite a continuidade da atualização, reafirmação e refutação das demandas inicialmente apresentadas. Tal dinamismo é viabilizado pelo interesse da comunidade em estabelecer esses elos entre seus saberes e experiências de vida – os quais estão fora dos livros didáticos e são pouco contemplados por uma comunidade acadêmica que direciona sua produção intelectual apenas para os seus pares – e os saberes acadêmicos e científicos. Sendo assim, a presença de Maria da Graça Amaral em nossas reuniões semanais é um diferencial determinante para os êxitos que

---

<sup>11</sup> Espécie de lamparina improvisada feita com uma lata onde se colocava querosene e por meio de uma nesga de tecido em contato com o líquido inflamável, era acesa com fogo. Aquecia e iluminava a todos em torno da mesa. A fumaça ascendia e manchava o teto da casa, e deixava a todos também com o rosto escurecido.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

alcançamos até o momento. Em cada contato e inserção, ela é a mediadora, estando presente ou não. Permite o estabelecimento de referências e constantemente nos expõe as demandas, assim como participa no processo de saneamento dessas.

No momento, é imperativa a legalização das questões fundiárias. Portanto torna-se fundamental o processo de compilação de documentos oficiais e sua aproximação com os relatos registrados. O projeto tem duração de um ano, e será realizado sob o edital atual até dezembro desse ano. Em 2012, passará a atuar sob o edital do MEC, PROEXT 2011. O programa COMUF foi aprovado e receberá financiamento de R\$ 150.000,00 para a realização de seus projetos de extensão. Sendo assim, os esforços dos extensionistas não se encerrarão. A continuidade é importante para que as conquistas não sejam perdidas e para que a comunidade tenha, efetivamente, atendimento às suas carências e demandas. É este o papel da Universidade e dos universitários: estender seu olhar às questões do entorno e de regiões periféricas e assim utilizar o tónus institucional a fim de efetuar mudanças reais na realidade dos membros comunitários tão sensibilizados pelos avanços tecnológicos que se anunciam. Tal é a filosofia do COMUF e dos projetos de extensão a ele vinculados.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BAKOS, M. & BERND, Z. *O negro: consciência e trabalho*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.
- BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldir Carvalho. *Cenário de falta de direitos humanos para os quilombolas: reduzido número de titulações, assassinatos, cerceamento da liberdade e usurpação dos territórios quilombolas*. In: Relatório Azul 2010: garantias e violações dos direitos humanos. Porto Alegre: Corag, 2010.
- FERREIRA, Ricardo Alexandre. *A escravidão – O crime. Abolicionistas, historiadores e o debate racial na construção do Estado brasileiro*. In: SCHLEUMER, Fabiana. Estudos étnico-raciais/ organizadores Fabiana Schleumer e Oséias de Oliveira – Bauru, SP: Canal 6, 2009.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

FIGUEROA, C. L. *Etnia, investigação e representação na exposição Velórios e Santos Vivos –Comunidades negras, afro-colombianas, das raízes e aguadeiras*. Catálogo da exposição Velórios e Santos Vivos. Bogotá, 2008.

GOHN, M. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acessado pela última vez em 10/09/11.

MATTOS, Hebe. *Reparação! As comunidades quilombolas hoje*. In: FIGUEIREDO, Luciano(org). *A era da escravidão*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

REIS, João José. *Ameaça negra! Quilombolas assombravam o dia a dia de senhores e funcionários da colônia*. In: FIGUEIREDO, Luciano(org). *A era da escravidão*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. 2ª edição. SP: Contexto, 2006.

Decreto 4887/2003

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)

Acessado pela última vez em 08/09/2011.

Programa Brasil Quilombola

[http://www.planalto.gov.br/seppir/quilombos/programas/brasilquilombola\\_2004.pdf](http://www.planalto.gov.br/seppir/quilombos/programas/brasilquilombola_2004.pdf)

Acessado pela última vez em 08/09/2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL: ABORDAGENS SOBRE A TRADIÇÃO TAQUARA (FASE XAXIM)**

Valdirene Chitolina<sup>1</sup>

**INTRODUÇÃO:** A criação desta pesquisa se deu em um contexto acadêmico, no ano de 2007, na Universidade de Passo Fundo. Ela surgiu como parte da dissertação de mestrado “Interfaces da colonização do oeste catarinense: a antiga fazenda Rodeio Bonito (1920-1954)”. Porém, as poucas páginas produzidas à época foram excluídas do trabalho porque desrespeitavam o recorte temporal estudado.

Dessa forma, em um enfoque muito mais histórico do que arqueológico, esta pesquisa aborda alguns traços singulares de grupos indígenas, pré-coloniais da região alvo deste estudo – “O Velho Xaxim”, outrora desmembrado do “Velho Chapecó”, localizado no oeste de Santa Catarina.

A divisão territorial mencionada é contemporânea; porém, em um passado longínquo, as áreas de dispersão geográfica dos grupos primitivos iam muito além do território estudado, razão que justifica algumas abordagens em nível nacional. As principais fontes de pesquisa utilizadas são bibliográficas, documentais e orais.

Este estudo se justifica em virtude de uma face desconhecida pela sociedade oestina sobre as produções científicas relacionadas à arqueologia xaxinense. Nesse sentido, considera-se relevante conhecer, para valorizar, traços históricos de pessoas que habitaram, em um tempo remoto, o mesmo espaço geográfico ora compartilhado entre diferentes grupos étnicos, especialmente os indígenas, os luso-brasileiros e os descendentes de europeus.

Por causa do processo colonizador desencadeado nas primeiras décadas do século XX, no oeste catarinense, o passado indígena e luso-brasileiro dessa

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Palmas - PR.; mestre em História Regional pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: valdirenechitolina@yahoo.com.br



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

região ficou obscurecido “especialmente nas festividades, nas instituições educacionais e na historiografia local”.<sup>2</sup> A intenção de lançar olhares num tempo distante para tentar compreender a historicidade dessa região se configura numa tarefa complexa, difícil de ser realizada por completo. Entretanto, assim como D’Angelis registra, “considera-se que há um ‘fio condutor’ que amarra a História dessa região com a História do sul do Brasil, no País como tal e de toda a América Meridional.”<sup>3</sup>

A obra apresentada nesta comunicação está dividida em três partes. Na primeira, *Povoamento Pré-Colonial*, apresenta-se um singelo esboço sobre o povoamento pré-colonial do recorte geográfico estudado, o qual se entrelaça em um contexto mais amplo que integra o planalto sul-brasileiro. Adiante, em *Sítios arqueológicos xaxinenses*, identificam-se os sítios já estudados no município de Xaxim, tomando-se por base os estudos de Walter Fernando Piazza, especialmente sobre a fase Xaxim. Na atualidade, há restrições quanto ao termo “fase” que não é empregado pelos pesquisadores contemporâneos. Mesmo assim, pelo fato desta pesquisa ser essencialmente bibliográfica e baseada em estudos mais antigos, tal termo será utilizado.

Além disso, a primeira parte ainda registra estudos de Maria Madalena Velho do Amaral acerca dos sítios arqueológicos localizados na parcela afetada pela implantação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Arvoredo. Também se reúnem dados, por meio de documentos, bibliografias e fotografias, sobre a galeria subterrânea localizada no centro da cidade de Xaxim. Na sequência, evidenciam-se aspectos culturais da tradição Taquara, em virtude de os sítios arqueológicos xaxinenses pertencerem a esta tradição.

Na segunda parte, *Povos do Oeste*, abordam-se, com muitas reticências, alguns traços culturais do grupo Kaingang e do grupo Guarani pelo fato de que os Kaingang ocupam as áreas que anteriormente foram ocupadas pela tradição

---

<sup>2</sup> CHITOLINA, Valdirene. *Por que Xaxim?:* questões sobre a designação toponímica. No prelo.

<sup>3</sup> D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste: *20 anos de memórias e história no oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Unochapecó, 2006. p. 143.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Taquara. Por outro lado, o grupo Guarani é mencionado haja vista o professor Piazza citar um ponto de contato entre a tradição Tupiguarani, fase Mondaí e a fase Xaxim. Além disso, contemplam-se alguns detalhes relacionados à expropriação das terras indígenas da região oeste de Santa Catarina.

Fecha-se a obra com um texto sobre a ocupação cabocla no oeste catarinense, em virtude desse grupo social, em um período mais tardio, ter ocupado o mesmo espaço geográfico outrora habitado pelos indígenas.

**METODOLOGIA:** As interpretações se constituíram com base em pesquisa bibliográfica, especialmente em estudos desenvolvidos por Ítala Irene Basile Becker, Marco Aurélio Nadal De Masi, Maria Madalena Velho do Amaral, Pedro Ignácio Schmitz, Rossano Lopes Bastos, Walter Fernando Piazza, Wilmar da Rocha D'Angelis, além de outros pesquisadores consagrados pela arqueologia sul-brasileira. Outros procedimentos também foram utilizados, como a análise de correspondências, história oral e a sistematização de informações coletadas por meio de fotografias.

**CONCLUSÃO:** Este estudo, que lançou olhares sobre uma singela escala de conhecimentos já sistematizados pela arqueologia sul-brasileira, registrou na primeira parte que a ocupação pré-colonial da região oeste de Santa Catarina é antiga e pode datar mais de dez mil anos. Tal ocupação se divide em dois períodos tecnológicos: o Pré-Cerâmico e o Cerâmico. Os sítios arqueológicos xaxinense pertencem ao período Cerâmico, mais precisamente à tradição Taquara.

A parte que tratou sobre sítios arqueológicos de Xaxim tomou por base os estudos de Walter Fernando Piazza, relacionados à fase Xaxim. Notou-se que tal fase é específica do sudoeste e centro de Santa Catarina. Esta fase é de tradição regional, encontrada nos topos e ondulações do terreno, próximas a pequenos cursos d'água, e os sítios xaxinenses demonstraram ser de pequena durabilidade, com vestígios de assentamentos superficiais.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Nos sítios estudados por Piazza diagnosticou-se que o tipo de cerâmica é simples e com características de xaxim simples, xaxim inciso, xaxim ponteadado, xaxim ungulado, xaxim pinçado e xaxim inciso. Para esta fase existem duas datações aceitáveis: entre  $1620 \pm 90$  anos depois de Cristo e  $975 \pm 95$  anos depois de Cristo. Há fragmentos cerâmicos da fase Xaxim expostos no Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Além disso, na seção *O olhar de Walter Fernando Piazza*, notou-se que a cerâmica foi o tipo de material mais citado como achado arqueológico. Porém, não foi possível detectar nas bibliografias informações sobre o número de fragmentos encontrados, ou sobre seu destino como acervo. A cerâmica foi analisada com base no tipo de tratamento de superfície externa. Outro fator importante constatado é que há indícios de que tenha ocorrido contato entre a Tradição Tupiguarani, fase Mondaí, e a tradição Taquara, fase Xaxim.

Nesta pesquisa, embora os dados sobre os sítios arqueológicos pré-coloniais sejam parciais, notou-se que os sítios xaxinenses fazem parte de um contexto mais amplo que se estende ao Rio Grande do Sul, Paraná e Argentina. Também se pode afirmar que os sítios estudados apresentaram significativo índice de destruição, nos quais foram encontrados fragmentos cerâmicos característicos da tradição Taquara, da fase Xaxim.

Ainda na primeira parte, registraram-se estudos publicados em 2001, por Maria Madalena Velho do Amaral, sobre sítios arqueológicos localizados na parcela afetada pela implantação da Pequena Central Hidrelétrica Arvoredo. Conforme os dados coletados pelos trabalhos em campo, os vestígios eram de grupos indígenas que habitavam áreas de Xanxerê, Xavantina, Faxinal dos Guedes, Xaxim e Arvoredo, em um período anterior à colonização europeia.

Amaral também constatou que na linha Voltão, pertencente ao município de Xaxim, foram localizados três sítios, todos ceramistas. Num dos sítios foram encontrados fragmentos cerâmicos da tradição Taquara/Itararé, noutra um artefato lítico: “mão de pilão”. A linha Voltão foi habitada pelos Kaingang,



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

descendentes dos Taquara/Itararé, mais tarde pelos luso-brasileiros (caboclos) e brancos.

Por meio da análise documental e bibliográfica foi possível concluir que as terras onde se localizam os sítios arqueológicos estudados por Piazza e Amaral, na contemporaneidade, constituem áreas de cultivo, loteamentos, estradas ou ainda de uma barragem, como é o caso da PCH Arvoredo. O entorno natural desses sítios, em virtude do processo colonizador, desencadeado nas primeiras décadas do século XX, foi alterado expressivamente.

Notou-se que os objetos cerâmicos constituíram-se nas principais fontes que preservaram o esclarecimento da sociedade indígena pré-colonial do município de Xaxim. Evidências como ossos, sepultamentos, casas subterrâneas, fibras, não foram registradas nas bibliografias pesquisadas. Porém, o sítio arqueológico denominado de galeria subterrânea, existente no centro da cidade, é um patrimônio significativo para a arqueologia. Apesar de não ter sido comprovada a existência de vestígios humanos, a própria galeria já é uma fonte que apela por estudos mais aprimorados.

A galeria subterrânea, de Xaxim, foi estudada primeiramente em 1987 por Rossano Lopes Bastos, do IPHAN. Ele constatou que a galeria, situada em uma lomba, estava destruída em um terço; que não havia fragmentos cerâmicos, líticos ou sepultamentos. Nas paredes existem sinais de picareta e de cavadeira pectiforme. Há um corredor principal e dois braços laterais. Esta galeria se assemelha a outras existentes na localidade de João Paulo, município de Bom Retiro e em Ubirici (SC). Tais galerias também estão dispersas no planalto rio-grandense e paranaense.

Na galeria xaxinense como não foram encontrados vestígios arqueológicos de ocupação humana, existe uma remota possibilidade que seja uma formação natural. Entretanto, para Marco Aurélio Nadal De Masi, a forma de construção é claramente escavada. Para o arqueólogo, a galeria ainda poderia ter a função de abrigo de defesa, habitação, local de cerimonial, para estocagem ou usada como armadilha. São muitas as hipóteses a serem confirmadas.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Considerada patrimônio da União, a galeria subterrânea de Xaxim está protegida pela Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961. Ela foi cadastrada na “Ficha de Registro de Sítio Arqueológico” do Instituto Histórico e Artístico Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Cultura. Porém, ainda não há nenhum projeto de tombamento em nível municipal.

Apesar dos registros seria importante a realização de estudos mais detalhados. Para isso, seria necessária a conscientização e sensibilização da população sobre o valor histórico do lugar; fiscalização do Poder Público e especialmente estrutura de proteção, de garantia da conservação da própria história do povo brasileiro e americano. História que fica ameaçada, sempre que um sítio arqueológico está sem proteção.

Identificados, por Pedro Ignácio Schmitz e Ítala Irene Basile Becker, os trabalhos de engenharia na terra que resultaram, entre outros, nas galerias construídas nas encostas dos morros em algumas regiões de planaltos sul-brasileiros seriam um legado da tradição Taquara.

Com base em fontes bibliográficas, a segunda parte deste livro mencionou alguns aspectos da tradição Taquara, em virtude dos sítios arqueológicos xaxinenses pertencerem a esta tradição. Denomina-se tradição Taquara pelo fato de as primeiras escavações terem sido realizadas no Morro da Formiga, aos arredores da cidade de Taquara (RS). Porém, esta denominação abrange o Paraná, Santa Catarina, o Rio grande do Sul e as *Misiones* argentinas. Quanto ao recorte temporal, para Schmitz e Becker a tradição é reconhecida por volta do século II depois de Cristo e se estende até o século XIX. Porém, para Piazza, em relação à fase Xaxim tem-se datação de  $975 \pm 95$  depois de Cristo.

A tradição Taquara ocupou as terras do Planalto Meridional e, de acordo com Schmitz, especialmente as terras altas e frias cobertas com pinheiros, onde os sítios típicos apresentam casas subterrâneas, às vezes com aterros, recintos entaipados e galerias subterrâneas (as descrições conferem com as evidências arqueológicas estudadas no município de Xaxim). Além disso, o autor também



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

conclui que a tradição Taquara ocupava as terras altas e frias do planalto contornadas por vales e rios e outros sítios construídos no litoral atlântico.

Em *Povos do Oeste*, terceira parte, abordou-se traços culturais dos Kaingang e dos Guarani em virtude de o arqueólogo Jefferson Luciano Zuch Dias registrar que entre a tradição Taquara e a cultura do índio Kaingang existem pontos em comum, especialmente a ocupação de um mesmo território, ou seja, o índio Kaingang está ocupando a quase totalidade da área que anteriormente foi ocupada pela tradição Taquara. Sobre o Guarani porque na obra *A área arqueológica dos campos de Lages*, de Piazza, o autor registra evidências de contato entre a tradição Tupiguarani, fase Mondaí e a fase Xaxim.

Na sequência, foram contempladas algumas nuances sobre a expropriação das terras indígenas. Por causa das disputas territoriais entre Portugal e Espanha, da expropriação das terras dos índios nos tempos da expansão pecuarista, das disputas evidenciadas pelo processo colonizador, os indígenas foram expulsos, perseguidos e forçados a migrar para outras terras.

Na contemporaneidade, ainda há muito que se apreender sobre a história da “primitiva” cultura indígena, a qual detinha uma economia eficaz, que atendia às necessidades básicas de alimentação, moradia, de sobrevivência; num movimento migratório que ocupava diferentes regiões desde as terras altas e frias, as encostas do planalto com seus vales e rios, ou ainda o litoral atlântico.

A última seção, *Transformações na sociedade oestina*, dedicada à ocupação cabocla no oeste catarinense, se constatou que foi a partir do século XIX que os luso-brasileiros (caboclos) passaram a ocupar o território outrora habitado pelo indígena. Mais tarde, nas primeiras décadas do século XX, outros grupos sociais compartilharam esse espaço, os brancos descendentes de europeus que migraram, especialmente, do Rio Grande do Sul para o oeste catarinense, no que ficou conhecido pela historiografia como processo colonizador. O caboclo precedido pelo indígena dividiu seus antigos territórios com os descendentes de europeus, migrados do estado vizinho: o Rio Grande do Sul.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

As abordagens de diferentes autores, como: Ítala Irene Basile Becker, Marco Aurélio Nadal De Masi, Maria Madalena Velho do Amaral, Pedro Ignácio Schmitz, Rossano Lopes Bastos, Walter Fernando Piazza, Wilmar da Rocha D'Angelis, entre outros, permitiram, embora parcialmente, a análise de dados arqueológicos sobre o recorte geográfico estudado. Porém, se esta síntese não foi suficientemente aprofundada para demonstrar todas as nuances relacionadas à ocupação Pré-Colonial do município de Xaxim, já satisfaz a ideia de instigar novas pesquisas na área da Arqueologia.

Por outro lado, passados centenas de anos da “conquista” do Brasil pelos europeus, milhões de pessoas, ainda desconhecem completamente o passado indígena de suas regiões. Um passado que permanece presente por meio de tantos testemunhos do tempo: a cerâmica, a engenharia indígena, os vocábulos indígenas que denominam a toponímia de milhares de acidentes geográficos, de cidades, da fauna e da flora brasileira, da culinária e muito mais. Enfim, são incalculáveis os elementos que se metamorfosearam entre a cultura, a economia, a geografia, a história e tantos outros aspectos da sociedade contemporânea.

Para finalizar, registra-se que por meio da pesquisa *Ocupação Pré-Colonial*: abordagens sobre a tradição Taquara (fase Xaxim) uma parcela do acervo bibliográfico, que trata sobre o tema, foi observada em diferentes ângulos e analisada com o apoio de fontes documentais e orais; tendo como finalidade a disponibilização deste estudo para consultas por parte de todos aqueles que se interessam pela Arqueologia e suas múltiplas faces.

## **FONTES DE PESQUISA**

### **Sites**

BEBER, Marcus Vinícius. *O Sistema de Assentamento dos Grupos Ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro: o Caso da Tradição Taquara/Itararé*. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 10. Instituto Anchieta de Pesquisas -



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

UNISINOS

São Leopoldo, RS, Brasil. Disponível em:  
<[www.anchietano.unisinis.br/.../documentos10.html](http://www.anchietano.unisinis.br/.../documentos10.html)>. Acesso em: 12 jun. 2010.

BIGG-WITHER, Thomas P. *Novo Caminho no Brasil Meridional: A Província do Paraná - 1872/1875*. 1980. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980. p. 97-298. Disponível em:  
<[www.dhi.uem.br/gradecurricular/785.html](http://www.dhi.uem.br/gradecurricular/785.html)>. Acesso em: 14 mar. 2009.

COMCIÊNCIA. Sítios desprotegidos significam história ameaçada. SBPC/Labjor, 2003. Disponível em:  
<<http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq03.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

DE MASI, Marco Aurélio Nadal. Re: Valdirene Chitolina [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <[valdirenechitolina@yahoo.com.br](mailto:valdirenechitolina@yahoo.com.br)> Acesso em: 19 out. 2008.

GODOLFIM, Luiz Roberto. *O Homem do Sambaqui: o Homem Pré-Histórico Brasileiro*. Disponível em:  
<<http://antropologia.gaia.vilabol.uol.com.br/HS.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

IPHAN. Portaria IPHAN nº 241, de 19 de novembro de 1998. Disponível em:  
<<http://www.ipef.br/legislacao/bdlegislacao/arquivos/5057.rtf>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

LABRADOR, Bruno; BRANDI Rafael. *Depoimentos de arqueólogos pioneiros: Walter Fernando Piazza*. Disponível em:  
<<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=21>>. Acesso em 12 jun. 2010.

OS PRIMEIROS HABITANTES DA SERRA GAÚCHA. Documentos 10. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2005. Disponível em:  
<[www.bangalosdaserra.com.br/hind.html](http://www.bangalosdaserra.com.br/hind.html)>. Acesso em: 20 jun. 2010.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; BASILE BECKER, Ítala Irene. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a Tradição Taquara. In: Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil, *Documentos 05*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2006. p.76. Disponível em:  
<[www.anchietano.unisinis.br/publicacoes/documentos/documentos05.pdf](http://www.anchietano.unisinis.br/publicacoes/documentos/documentos05.pdf)> Acesso em: 5 abr. 2009.

TOMMASINO, Kimiye. *Histórico do contato*. Disponível em: <[www.isa.org.br/pib/epi/Kaingang/hist.shtm](http://www.isa.org.br/pib/epi/Kaingang/hist.shtm)>. Acesso em: 20 fev. 2007.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

## Referências

AMARAL, Maria Madalena do. *Levantamento de sítios arqueológicos nas margens do rio Irani/Santa Catarina – Estudos de impacto ambiental (EIA): Relatório Final*. Florianópolis: Ceom. 2001.

CARBONERA, Mirian. *A tradição Tupiguarani no Alto Uruguai: estudando o acervo “Marilandi Goulart”*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade do Vale do Rio Dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

CHITOLINA, Valdirene. *Por que Xaxim?* No prelo.

Correspondência emitida em 1º jul. 1987, por Rossano Lopes Bastos, para o Diretor da 10ª DR, do Escritório Técnico de Florianópolis. SPHAN./ FNPM. Of. n.003/88 – Luiz Antônio V. Custódio, com a finalidade de informar a diretoria às ações referentes à Arqueologia em Santa Catarina.

D’ANGELIS, Wilmar Rocha; VEIGA, Juracilda. *Habitação e acampamentos Kaingang: hoje e no passado*. In: Cadernos CEOM. Chapecó: Argos, Ano 17 – n. 18, 2003.

D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do oeste: *20 anos de memórias e história no oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Unochapecó, 2006.

DE MASI, Marco Aurélio Nadal (Org.). *Xokleng 2008 a.C. as terras altas do Sul do Brasil: transcrições do Seminário de Arqueologia e etnohistória*. Tubarão: Unisul, 2006.

DELLA FLORA, Jussara Maria. *Rosas na coroa, pranto na vida: a história silenciosa da camponesa ítalo-catarinense*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

DIAS, Jéferson Luciano Zuch. *A tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingang*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

DMITRUK, Hilda Beatriz. Ocupação pré-colonial do oeste catarinense In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do oeste: *20 anos de memórias e história no oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Unochapecó, 2006.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

GOLIN, Tau. *O povo do pampa: uma história de 12 mil nos do Rio Grande do Sul para adolescentes e outras idades*. 3. ed. Passo Fundo: Ed. da Universidade/UPF, 2004.

JÚNIOR, Caio Prado. *História econômica do Brasil*. ed. 37. São Paulo: Brasiliense, 1976.

LANGER, Protasio Paulo; CEMIN, Valdir. *Conflitos Étnicos no Oeste de Santa Catarina: diáspora e reagrupamento no Araçá'i*. (Artigo). Chapecó: Ceom-Argos, vol. 17, n. 18, 2003.

MAKOWSKI, Maria Dores. *Alguém na terra de ninguém: A ocupação do território de Palmas - PR no século XIX*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2004.

MARCON Telmo, *Metodologia da pesquisa Kaingáng*. In: História e cultura Kaingang: no Sul do Brasil: Universidade de Passo Fundo, 1994.

MARCON, Telmo. *Trajectoria Kaingang no sul do Brasil*. In: MARCON, Telmo (Coord.). História e cultura Kaingang no sul do Brasil. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1994.

OLIVEIRA, Maria de. *Xaxim: conta sua história*. [S.n.t.].

PEREIRA, Maria Joana. *Entrevista concedida a Eduardo Lunardi e Lademir Dall Inha*. Xaxim, 28 ago. 1989. (Acervo Casa da Cultura de Xaxim).

PIAZZA, Walter F. A área arqueológica dos Campos de Lages. *Publicações Avulsas do Museu Paranaense Emílio Goeldi*, (PRONAPA 3), 1969.

PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1983.

QUEVEDO, Júlio; ORDOÑEZ, Marlene; SALES, Geraldo. *Meu Estado: Santa Catarina*. São Paulo: Scipione, 1997.

ROGGE, Jairo H. *Fenômenos de Fronteira: Um Estudo das Situações de Contato Entre os Portadores das Tradições Cerâmicas Pré- Históricas no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Arqueologia) Programa de Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

ROSSETTO, Santo. *Síntese histórica da região oeste*. In. Centro de organização da memória sócio-cultural do oeste: para uma história do oeste catarinense: 10 anos de Ceom. Chapecó: Unoesc, 1995.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

SAVOLDI, Adiles. *O caminho inverso: a trajetória de descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania*. 1998. Dissertação (Mestrado Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; BASILE BECKER, Ítala Irene. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a Tradição Taquara. In: Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil, *Documentos 05*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. *Dicionário de Arqueologia*. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

VEIGA, Juracilda. *Revisão bibliográfica crítica: sobre organização social Kaingang*. In. Centro de organização da memória sócio-cultural do oeste: Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM. Chapecó: Unoesc, 1995.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **HISTÓRIA: CIÊNCIA OU ARTE? UMA BREVE INCURSÃO AO DEBATE PROPOSTO POR NIETZSCHE SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO “HISTÓRICO” NA MODERNIDADE**

Vanderlei Cristiano Juraski\*

Em algum remoto rincão do universo cintilante que se derrama em um sem número de sistemas solares, havia uma vez um astro, em que animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o minuto mais soberbo e mais mentiroso da “história universal”: mas também foi somente um minuto. Passados poucos fôlegos da natureza congelou-se o astro, e os animais inteligentes tiveram que morrer (NIETZSCHE, 1983, p. 45).

### **INTRODUÇÃO**

A produção de conhecimento na Modernidade se deu através da crença na objetividade dos estudos sociais. Acompanhado desse fenômeno se percebeu, a égide da Ciência como fonte de segurança e confiabilidade. A partir desse momento, os saberes que ambicionavam ser considerados verdadeiros, deveriam necessariamente ser testados por meios científicos os quais comprovariam a eficiência de tais métodos ou conteúdos. O século XIX, por sua vez, foi o momento de afloramento das pretensões científicas da História. O Historicismo, como tendência para a produção historiográfica, representou crescente necessidade de afirmação dos novos Estados-Nacionais em cenário mundial, visto que, travaram entre si, durante longo tempo, um intenso conflito político-econômico, em busca da hegemonia comercial do continente africano,

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: História Regional, Universidade de Passo Fundo/RS.  
Pós-Graduando em Orientação Educacional e Supervisão Escolar pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – CAMPUS DE ERECHIM.  
Licenciado em História pela mesma Instituição, no ano de 2009.  
E-mail: wander\_ju@hotmail.com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

bem como, processos tardios de unificação<sup>1</sup>. A História, nesse contexto, serviu para reafirmar a força política e cultural de determinada população sobre outras, da mesma forma, que desenvolveu o “espírito” nacional e garantiu a estabilidade das identidades envolvidas no processo.

Na Alemanha, esse sentimento de pertencimento foi açambarcado em torno de Leopold von Ranke (1795-1886) e seus correligionários, que defendiam a “neutralidade” da História, através da necessidade de conservação do documento escrito, da interpretação correta das fontes primárias e do distanciamento do observador em relação ao objeto analisado. Nesse sentido, a História não permitiria compreensões subjetivas e parciais do fato, exigindo do historiador a maior imparcialidade possível.

A filosofia nietzschiana, por sua vez, poderia ser entendida como uma crítica ao modelo historicista de observar a realidade. O filósofo alemão defendeu que a pretensa obstinação dos historiadores profissionais, em tratar seus relatos como alheio a um posicionamento político não passava de um capricho intelectual, sem comprovação prática. A História, portanto, deveria, ao invés de ser entendida como uma entidade superior à subjetividade, ser tratada como uma construção do homem em sociedade.

Para Nietzsche, ela era considerada como um aglomerado de fatos ligados uns aos outros pela relação memória e esquecimento. Por essa razão, pretender organizar logicamente a História pareceu ser uma tentativa frustrada de constituição do conhecimento. A égide da razão como processo interpretativo da realidade, tentou selecionar, catalogar e distribuir os fatos na História<sup>2</sup>, de forma que se pudesse, num primeiro momento, justificar a presença de tal instituição na vida das pessoas, enquanto, legitimava, por outro lado, a produção de conhecimentos na contemporaneidade. De modo que, todo o conhecimento para ser considerado verdadeiro necessitava ser testado pela

---

<sup>1</sup> Vide o caso da Alemanha e da Itália, e os resultados decorrentes de tal empreitada no contexto supra-citado.

<sup>2</sup> A História entendida aqui, como uma entidade pronta a ser organizada de forma racional pelo homem moderno.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

História. Esta se colocava acima de todos os desejos humanos como se fosse intangível ao querer do indivíduo<sup>3</sup>. Nietzsche percebendo a impossibilidade desses pressupostos defendeu, ao contrário, a História como Arte, ruptura e movimento, em contraposição a crescente tendência presente nos círculos de intelectuais do século XIX, de estabilidade e confiança nas Ciências.

A incursão ao pensamento nietzschiano neste artigo se deu a partir da investigação dos primeiros textos publicados pelo filósofo alemão: *Sobre verdade e Mentira no sentido extra-moral* (1873) e a *II Intempestiva: sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida* (1874), visto que, foram nos primeiros escritos filosóficos que Nietzsche demonstrou sua grande preocupação com a percepção histórica do homem moderno.

## **1. MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NA OBRA PRECOCE DE NIETZSCHE**

Da criança que não tem ainda um passado para negar e que brinca, na sua feliz cegueira, entre as balizas do passado e do futuro. Um dia, porém, sua brincadeira foi perturbada e sobreveio logo ser ela arrancada de sua inconsciência. Ela aprenderá então a compreender a palavra 'foi' (NIETZSCHE, 2005, p. 71).

Para entender a preocupação de Nietzsche em relação à História, em especial, nos primeiros anos de produção filosófica, pareceu importante analisar a *II Consideração Intempestiva: sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida* (1874), onde o autor expôs seus apontamentos acerca das ambições totalizantes da História em relação à vida. As dúvidas enquanto a possibilidade de entendimento do universo pelas experiências de gerações

---

<sup>3</sup> A História como entidade superior, teve o poder de julgar, mas, não de ser julgada pelos homens, portanto, esteve fora do alcance de qualquer discussão política, tanto quando se manteve distante da própria vida.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

anteriores demonstrou o grande interesse que o filósofo mantinha em relação à História como fonte de explicação. A II Intempestiva, portanto, era destinada a uma breve análise sobre de que forma a História interferia no cotidiano das pessoas; se era realmente possível retirar desta, conhecimentos que auxiliassem a vida.

Nietzsche diagnosticou que a Modernidade padecia, portanto, do que ele denominou como “doença histórica”. “Acho inclusive que estamos todos corroídos por uma febre historicista” (NIETZSCHE, 2005, p. 69), dizia ele, cujo primeiro efeito percebido era a incapacidade do homem criar a partir do contexto apresentado, uma vez que, mantinha com o passado uma relação de submissão, como se os conhecimentos adquiridos pelos ancestrais pesasse sobre o presente, trazendo certos perigos para o homem moderno.

A modernidade, como paradigma interpretativo da realidade, procurou, então, ao longo dos últimos séculos desenvolver, em relação à História, mecanismos de armazenamento e catalogação de informações, seguido por uma desvalorização da função do esquecimento na vida das pessoas<sup>4</sup>.

Nesse sentido, as pretensões científicas da História, presentes desde o século XIX, conduziram o homem a contabilizar seu passado, organizando-o de maneira lógica e compreensível. De outro modo, esse mesmo indivíduo que, em algum momento, sentiu prazer com tal prática, também demonstrou certo desconforto. O sujeito, portanto, além das preocupações de seu cotidiano, ainda dispendeu atenção especial às exigências que supostamente a História lhe reservou – “deixai que os mortos enterrem os vivos”, sentenciou Nietzsche – ao afirmar que, uma sociedade onde as gerações anteriores eram mais valorizadas do que a atual, somente conduziria ao constrangimento do presente frente ao passado.

---

<sup>4</sup> No entanto, Nietzsche avaliou que, a verdadeira questão imposta pela Modernidade, não era o esquecimento, mas ao contrário, a incapacidade de apagar da memória os acontecimentos passados. Dessa forma, o homem viveu aprisionado sobre a tirania da História, que o lembrou a todo o instante, seus compromissos com o passado e com sua prole.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Segundo o filósofo a verdadeira história não era tão somente lembrança, mas também esquecimento. E a infelicidade do homem esteve geralmente relacionada à incapacidade de esquecer<sup>5</sup>,

Observa o rebanho que pasta diante dos teus olhos: ele não sabe o que significa nem o ontem nem o hoje; ele pula, pasta, repousa, digere, pula novamente, e assim da manhã à noite, dia após dia, estritamente ligado a seu prazer e à sua dor, ao impulso do instante, não conhecendo por esta razão nem a melancolia nem a tristeza (NIETZSCHE, 2005, p. 70).

O animal não tendo passado, não conheceu a dor da recordação e da perda, por conseguinte não percebeu a morte da mesma forma que o ser humano. O tempo para o animal era uma variável ao qual não coube contabilizar. Vivendo de maneira a-histórica, “ele está inteiramente absorvido pelo presente, [...] ele não sabe dissimular, não oculta nada e se mostra a cada segundo tal como é, por isso é necessariamente sincero” (NIETZSCHE, 2005, p. 71). Nietzsche afirmou, que nesse sentido, o homem moderno, apesar de sua pretensão científica sentia inveja do animal,

Mas ele se admira também consigo mesmo, pelo fato de não poder aprender o esquecimento e de sempre ficar prisioneiro do passado: por mais longe que ele vá, por mais rápido que ele corra, os seus grilhões vão sempre com ele. É um verdadeiro milagre: o instante, aparecendo e desaparecendo como um relâmpago (NIETZSCHE, 2005, p. 70).

Se por um lado, o homem constantemente, constrangido pelo ressentimento, não poderia romper os vínculos que o uniu aos seus

---

<sup>5</sup> Essa suposta incapacidade de esquecimento do homem moderno não era garantia da produção de conhecimentos isentos de subjetividade, uma vez que, nessa perspectiva o passado interferiu constantemente, na visão que as gerações presentes tiveram sobre si mesmas.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

antepassados, por outro, o esquecimento era necessário à vida, uma vez que, pôde livrar o homem da culpa advinda do passado. Diferentemente do animal que, mergulhando no instante presente, não tomou conhecimento de suas origens e por isso era sempre ele mesmo, o homem se amargurou em ressentimentos. “Fragmentos e membros avulsos de seres humanos”, diria Nietzsche, presos ao passado ou ao futuro acabaram por exaurir o instante presente.

No entanto, declarar que o esquecimento era fundamental para a vida, não significou afirmar a necessidade de combate à memória com produção de saberes, primeiramente por que tal empreitada, certamente, não conduziu o homem a resultados melhores do que os observados por ele até então. Para Nietzsche, esquecimento e recordação não poderiam ser tidos como uma relação maniqueísta, mas tenderiam necessariamente ao equilíbrio, uma vez que, ambos eram vitais à sobrevivência do homem em sociedade.

O questionamento proposto pelo filósofo alemão, então, se referiu mais efetivamente, a forma como ocorria à produção de conhecimento na Modernidade, em especial, como a pesquisa histórica relacionava-se com a vida. Para Nietzsche, o erudito<sup>6</sup> se apropriou da História, apenas por capricho intelectual; sua forma de ver o mundo desprezou a vida, pois valorizou o passado em detrimento do presente. Esse exercício de sabedoria percebido pelo filósofo levou-o a declarar que, “um grande erudito e um idiota, estes são personagens que podem ser facilmente encontrados vivendo sob um mesmo teto” (NIETZSCHE, 2005, p.127), apesar de sua autodenominada inteligência.

Segundo Nietzsche, o erudito era o personagem principal da trama histórica científica, pois, responsável por acumular informações, catalogar e atribuir valores, independentemente se os saberes adquiridos eram importantes para o indivíduo, “nos tornamos objetos dignos de interesse, a saber,

---

<sup>6</sup> Erudito foi à denominação dada por Nietzsche, principalmente nos primeiros anos de produção filosófica, aos autoproclamados “intelectuais” de seu tempo, que segundo o filósofo alemão, procuravam através de uma perspectiva, dita cientificista e imparcial da realidade, demonstrar que seu pensamento estava para além de qualquer posicionamento político.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

enciclopédias, ambulantes” (NIETZSCHE, 2005, p. 102). O verdadeiro sentido da História para Nietzsche não pode ser este.

## **2. HISTÓRIA CIENTÍFICA OU A LEVEZA DA PLUMA<sup>7</sup>**

O erudito, sujeito desse processo de endurecimento da filosofia, pretendeu transformar a História em memória, tratar os fatos de forma metódica, vasculhar o passado em busca de verdades, catalogá-las, e mantê-las sobre seus cuidados. A Ciência também, “odeia o esquecimento que seria a morte do saber; por isso busca suprimir tudo o que limita o horizonte do homem, para lançá-lo no infinito mar de luz do devir revelado” (NIETZSCHE, 2005, p.173).

A História quista desta forma não era mais do que um depósito onde colocado grande quantidades de livros, sem relação entre si e sem importância ao leitor foram deixados à procura de novos exemplares. O erudito, ser científico por natureza, homem moderno que confiou na razão como fonte de explicação da realidade *a priori*, não teve preocupação com esta constatação. De modo que, a atenção reservada a História, se deve ao fato de as meta-narrativas garantirem continuidade, da mesma forma com que proporcionar a criação de identidades àqueles que não se sentiram seguros diante do contexto vigente.

a felicidade de saber que não se é totalmente arbitrário e fortuito, mas que se teve origem num passado do qual se é o herdeiro, a flor e o fruto e que se está portanto perdoado, ou seja, justificado por existir – é isto o que se designa hoje como sendo o verdadeiro sentido histórico (NIETZSCHE, 2005, p. 93).

---

<sup>7</sup> No texto *Sobre o futuro dos nossos Estabelecimentos de Ensino* (1872), Nietzsche diagnosticou que, a filosofia como uma teoria dura, inapta a dialogar com a realidade, impossibilitou “a dança com os pés, com os conceitos, com as palavras” (NIETZSCHE, 1998, p. 68), pois, constituída por pessoas preocupadas com a produção utilitária de conhecimentos, seria incapaz de filosofar através da leveza da pluma.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Na Modernidade todo conhecimento passou a ser proclamado como historicamente constituído, assim toda cultura poderia ser definida histórica. A transposição de uma realidade científica para a História tornou-a suficiente para justificar qualquer arbitrariedade. A História, portanto, era para o sujeito, universal, imparcial e autônoma, ou seja, ela tinha o poder de abarcar todos os povos e culturas, através de um método bem definido, estabelecendo uma fórmula confiável para compreender a realidade. Sendo imparcial, ela poderia julgar com equidade sem, no entanto, ser avaliada, pois era intangível, ou seja, não poderia ser influenciada pela vontade humana. Percebeu-se então, que o imaginário construído em torno da História era o mesmo proposto a Ciência: imparcial, absolutista, verdadeira e objetiva.

A Arte, por conseguinte, poderia ser compreendida como o oposto da Ciência, uma vez que, ela era fantasia, subjetividade e arbitrariedade, não produziria consenso e convencimentos, ou seja, não estaria ligada a produção de verdades absolutas. Considerando essas diferenças entre Arte e Ciência, o que levou o filósofo alemão a perceber um sentido artístico na elaboração historiográfica?

Nietzsche, por sua vez, inaugurou o debate sobre a onisciência do método científico, com a dúvida sobre a possibilidade de algumas dessas características poderem ser colocadas em prática realmente. Para ele a objetividade, por exemplo, era um estado de espírito “que permite ao historiador examinar um acontecimento em todos os seus motivos e em todas as suas consequências, de maneira tão pura, que este acontecimento não poderia mais exercer qualquer influência sobre a sua pessoa” (NIETZSCHE, 2005, p.120).

Para Nietzsche, o historiador envolto no imaginário da onisciência do método, não conseguiria avaliar que tal ideia não passou de subjetividade e ilusão, uma vez que, ao analisar algo que não existe mais, ele mobilizou alguns



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

conceitos, elaborações arbitrárias, que se pretenderam universais e verdadeiras, sem de fato os serem,

Todo o conceito nasce por igualação do não-igual. Assim como é certo que nunca um folha é inteiramente igual a outra, é certo que o conceito de folha é formado por arbitrário abandono dessas diferenças individuais, por um esquecer-se do que é distintivo, e desperta então a representação como se na natureza além das folhas houvesse algo, que fosse “folha”, uma espécie de folha primordial, segundo a qual todas as folhas fossem tecidas, desenhadas, recortadas, coloridas, frisadas, pintadas por mãos inábeis, de tal modo que nenhum exemplar tivesse saído correto e fidedigno como cópia fiel da primordial (NIETZSCHE, 1983, p. 48).

O conceito, então, só poderia existir quando não mais houvesse comprovação empírica do passado, articulado a incursão em acontecimentos que não fazem mais parte da realidade do pesquisador. Este, por sua vez, criou para si, um pequeno laboratório imaginário, onde pretendeu avaliar da mesma forma, os mais variados fenômenos humanos. Observa-se o seguinte exemplo, da situação apresentada,

Denominados um homem “honesto”; por que ele agiu hoje tão honestamente? – perguntamos. Nossa resposta costuma ser: por causa de sua honestidade. A honestidade! Isto quer dizer, mais uma vez: a folha é a causa das folhas. O certo é que não sabemos nada de uma qualidade essencial, que se chamasse honestidade, mas sabemos, isso sim, de numerosas ações individualizadas, portanto desiguais, que igualamos pelo abandono do desigual e designamos, agora, como ações honestas; por fim, formulamos a partir delas uma *qualitas occulta* com o nome: “a honestidade”. (NIETZSCHE, 1983, p. 48).

Nesse sentido, a pretensão científica do método histórico significou para Nietzsche uma dupla ilusão, uma vez que, mobilizou conceitos universais que



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

não tiveram comprovação para além da subjetividade, outro por que a garantia de recordação de todos os fatos “históricos” esteve imbricado com o ressentimento do passado, resultante da incapacidade de esquecimento do homem moderno.

Sabendo dessas impossibilidades de construção histórica a partir da segurança do método, por que a História deveria ser científica ao invés de artística? Se a História, para Nietzsche, era memória e esquecimento, qual a garantia que ela era idônea, liberta de falhas e erros?

### **3. A HISTÓRIA COMO ARTE: IMPOSSIBILIDADE DE INÉRCIA**

Para Nietzsche, a ideia de que a História era uma Ciência liberta de erros, não passou de puro delírio daqueles que buscavam através de seu trabalho erudito o resgate do passado, tal qual era em suas origens míticas e perfeitas. Se a própria construção do conceito foi colocada à prova pela filosofia nietzschiana, como compreender a rígida leitura que os intelectuais de seu tempo fizeram sobre o passado, presente e futuro? Para Nietzsche, esses termos se imbricaram mutuamente, de forma que a própria separação estabelecida era apenas de ordem psicológica e individual. Se perceber essas categorizações como conceitos universais, era possível admitir, guiados pelo pensamento nietzschiano que, elas de fato não existiram, pois, se para Nietzsche o tempo era sentimento e percepção, o instante presente era determinado por cada indivíduo em particular.

Pascal tem razão quando afirma que, se todas as noites nos viesse o mesmo sonho, ficaríamos tão ocupados com ele como com as coisas que vemos cada dia: “Se um trabalhador manual tivesse certeza de sonhar cada noite, doze horas a fio, que é rei, acredito”, diz Pascal, “que seria tão feliz quanto um rei que



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

todas as noites durante doze horas sonhasse que é um trabalhador manual” (NIETZSCHE, 1893, p. 50-51).

Para o filósofo, o que impediu tal malabarismo pelo universo das artes e da fantasia, principalmente, no preâmbulo da História, foi à égide do conceito, e a garantia de que não se afastando dele, os indivíduos poderiam com imparcialidade e objetividade reconstruir suas histórias. Coube a Ciência, então, proporcionar essas certezas indispensáveis ao homem, através de um método, autoproclamado indefectível e totalizante. O sujeito planejou ter o controle sobre sua natureza, conhecer o meio que o cerca, implicando, por conseguinte, a descoberta do seu passado. O homem moderno tendeu acreditar que a História lhe conduziu, sem interrupções nem retrocessos para o presente, o que justificou a defesa de um viés científico para ela, pois, num modelo tal qual fora demonstrado de entendimento do tempo, a História poderia ser plenamente reconstruída.

No entanto, Nietzsche não acreditou na estabilidade pretendida pela Ciência como projeto filosófico e histórico. Para ele, o mundo era instabilidade e movimento, as coisas nunca eram iguais ao que um dia pôde parecer. Por isso, a impossibilidade de definir termos ou objetos, quando o que se esteve em discussão era a diferença e a capacidade de reduzi-las a um único exemplar perfeito, definidos pelo nome de “conceito”.

O filósofo defendeu em detrimento da tão propalada “neutralidade científica” da História, um ponto de vista, que a considerou como uma elaboração humana, próxima à invenção criativa proporcionada pela arte. No entanto, para chegar a tal compreensão histórica era necessária a valorização da vida em contraponto à História. Para ele, “o excesso de história destruiu a força plástica da vida, que não sabe mais utilizar o passado como um alimento substancial” (NIETZSCHE, 2005, p.172), de tal forma que o passado somente pôde ser percebido como um peso para as gerações futuras.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A crítica nietzschiana se deu então, em relação à História, na medida em que ela reproduziu a busca pela catalogação de saberes, que a princípio não tinham semelhanças entre si, e por conta da tentativa de abarcar e padronizar os conhecimentos numa rede de utilidade. No entanto, segundo o filósofo, esse posicionamento proporcionou uma série de arbitrariedades, onde, a produção de “verdades” era justificada pela instituição histórica, de tal forma que, apenas, a menção ao nome História já era suficiente para legitimar tais conhecimentos.

Nietzsche avaliou que a História quista dessa forma, trouxe ao homem moderno conforto e satisfação com o método utilizado para compreender a realidade. A estabilidade observada na Ciência, transposta à História, garantiu ao indivíduo um percurso seguro do passado ao presente.

Contrária a toda simplificação, a filosofia nietzschiana procurou introduzir a dúvida, representada pelo constante movimento presente na combinação memória e esquecimento. Parte-se do princípio de que os saberes, nunca foram o que realmente se queria que elas fossem, e quando se chegou a alguma conclusão sobre sua real definição, ela tornou a modificar. Em escala maior, se pode dizer que, passado e futuro sempre mudaram, quando o observador se dispôs a analisá-lo. Por isso, não poderiam ser tidos como entidades superiores ao querer humano.

Para Nietzsche, toda decisão, inclusive de análise historiográfica, partiu de um ponto arbitrário<sup>8</sup> estabelecido justamente pelo homem. Portanto, a História, os conhecimentos históricos, bem como a arte deveriam ser compreendidas então, na filosofia nietzschiana como subjetividade e criatividade, afinal esses saberes não pressupõem um sentido único para sua recepção.

---

<sup>8</sup> Para descontentamento dos que pretendiam o contrário.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O século XVIII e XIX era tido como um período de fortalecimento de disciplinas relacionadas ao entendimento das reações humanas frente a situações consideradas problemáticas ao convívio em sociedade. Tal empreitada somente fora possível devido à metodologia introduzida para a análise do indivíduo, marcado inclusive nos ambientes intelectuais, por um clima de otimismo, enquanto ao “avanço” do homem no tempo, ou seja, a confiança no “progresso”, como garantia de sustentação da realidade, que não necessariamente, ofereceu condições propícias à felicidade humana. A História, nesse sentido, era vista como uma “evolução” do futuro em relação ao passado<sup>9</sup>.

Nietzsche, por sua vez, diagnosticou que a verdade esteve ancorada no conceito e na linguagem, assinalando a arbitrariedade do primeiro, baseado na existência de um modelo ideal, de onde todos os objetos supostamente surgiram, e de onde toda diferença era subtraída. Porém, foi quando tal compreensão da verdade passou a fazer parte do debate acerca da produção historiográfica que os sinais se mostraram mais visíveis.

Dessa forma, o conhecimento se justificou pelo fato, de que toda nomenclatura, imbuída do sufixo “científica” serviu para explicar a realidade. O homem moderno agiu passivamente frente às constantes empreitadas da Ciência em relação à História, de tal maneira, que todo conhecimento histórico, parecia ser também cientificamente testado através de um método racional e sistemático para “descobrir a verdade” dos fatos, tanto que, esta, por final, respaldou o emprego do método.

Nietzsche assinalou então, que a História não correspondia a Ciência, e as pretensões científicas de neutralidade e objetividade. Pelo contrário, através dos binômios memória e esquecimento a História se mostrou mais subjetiva do que objetiva, se aproximando perigosamente da Arte e da produção artística. Esta

---

<sup>9</sup> Agregou-se a isso, o uso do paradigma moderno de constituição de conhecimento, pautado na racionalidade para compreensão do Universo.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

última, por sua vez, não garantiu as certezas, que o homem moderno estava acostumado ao observar a História e a Ciência, contudo, apresentou a dúvida e a instabilidade de toda “descoberta” que está entre as balizas da Memória e do Esquecimento.

## REFERÊNCIAS

NIETZSCHE, F. W. *Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral*. In: \_\_\_\_\_. **Obras Incompletas**. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida*. In: \_\_\_\_\_. **Escritos Sobre a História**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. *Sobre o futuro dos nossos estabelecimentos de ensino*. In: SOBRINHO, N. C. M (Org.). **Escritos sobre educação**. 5 ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Ed. Loyola, 2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

## **“PERIÓDICO SERIO.JOCOSO”: REPRESENTACIONES EN EL SEMANARIO *EL CENTINELA* (1867)**

Victoria Baratta<sup>1</sup>

El semanario *El Centinela* fue la expresión del deseo del gobierno paraguayo de promover el desarrollo de una prensa combativa durante la Guerra de la Triple Alianza. Editado en Asunción, en la Imprenta Nacional, apareció el 25 de abril de 1867, duró un año y tendió a propagar un discurso oficialista, exaltando la figura del Mariscal López y denostando la de sus enemigos. Las ilustraciones de *El Centinela* son por demás elocuentes, buscaban ridiculizar al enemigo y estaban en su mayoría a cargo del dibujante italiano Alejandro Ravizza contratado directamente por Francisco Solano López. La publicación mantuvo diálogo con el *Cabichuí*, el otro principal periódico del país, algo menos atado al discurso oficial.

Nos proponemos entonces realizar una primera aproximación a las representaciones desplegadas en el semanario durante 1867, su tiempo de existencia. Además tendremos en cuenta la vinculación con los debates sucedidos en la prensa argentina durante la misma época. Por tratarse de un primer acercamiento, el mismo revestirá un carácter general seguramente acotado por el espacio que tenemos en esta oportunidad. Reconocemos que los grabados y los pasajes en guaraní merecen un análisis exhaustivo pero no será esta la oportunidad para hacerlo. De todas maneras serán tenidos en cuenta a la hora del análisis global de las representaciones.

Para el año 1867 el teatro de la guerra de la Triple Alianza se había trasladado a la planicie fangosa del sur paraguayo. Los aliados venían de la estrepitosa derrota en Curupayty. La inesperada y extendida duración de la

---

<sup>1</sup> Doctoranda en Historia del Instituto de Historia Argentina Dr Emilio Ravignani de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (UBA)- Becaria doctoral CONICET- victoriabaratta@gmail.com



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

contienda parecía a jugar a favor de los paraguayos. *El Semanario* era hasta entonces la voz oficial del gobierno de López que salía cada sábado. Sin embargo su tono tradicional resultaba ineficaz para llegar al pueblo. Este es el lugar que vino a ocupar *El Centinela*. Un escrito de nivel popular y satírico destinado a elevar la moral y la confianza de las tropas y del pueblo. Sale a la luz el 25 de abril de 1867 todos los días jueves. Fue además el primer periódico ilustrado del Paraguay. También prometió en su primera salida que “de vez en cuando hablará en su querido idioma guaraní, porque así se expresaba con más gusto en su propia lengua”. La realidad es que esta promesa ocurrió en muy pocas ocasiones y solo al comienzo del periódico.

En primer lugar repasaremos las representaciones que exaltaron la figura de Francisco Solano López. Luego analizaremos el componente heroico y su contracara –la traición- del ejército y el pueblo paraguayo y puntualizaremos en el peculiar rol que se le asignaba a la mujer paraguaya. A partir de allí nos concentraremos en la imagen construida de los enemigos, reforzada no solo con la palabra sino con la mayoría de las ilustraciones. Y por último haremos foco en la particular evocación de las batallas del año anterior y la lectura de las contiendas presentes. Para terminar esbozaremos una breve conclusión.

### Exaltación al Mariscal

Desde sus mismos inicios queda claro a quien le está hablando *El Centinela*. Podría ser que se buscara levantar la moral de una tropa cansada, pero había un destinatario todavía más urgente. Las primeras líneas del semanario son una dedicatoria a Francisco Solano López:

“El Centinela, Exmo. Señor, es vuestro soldado-Al nacer os presenta sus armas y os bendice; porque le habeis dado vida, valor y lo colmareis de gloria, sí defiende su puesto con abnegación” *El Centinela*, nro 1, 25 de abril de 1867



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*El Centinela* es entonces el diario del presidente paraguayo, uno de sus brazos armados, ese soldado que libra la batalla de la guerra de pluma tan fundamental por aquellas épocas. La prensa se constituía en el privilegiado moldeador de representaciones de la época (ALONSO, 2004; ANDERSON, 1993). Si bien el analfabetismo aún era dominante, se leía a viva voz en espacios públicos. Como apuntamos el semanario buscaba también explícitamente elevar el espíritu moral de una tropa naturalmente cansada de una guerra extendida en el tiempo inesperadamente para todos los que la libraban.

“La voz de *El Centinela* recorrerá las tiendas de campaña de nuestros numerosos ejércitos y con el alerta! robusto de ordenanza, pondrá al Soldado-León en pie, haciéndole escuchar en el silencio de la noche, y á la lumbre de su fogata, los preludios épicos de sus hazañas” (*El Centinela*, nro 1, 25 de abril de 1867)

Si el paraguayo es loable en sus hazañas, esto ocurre porque tiene una guía formidable y es su presidente. En el nro 29 de *El Centinela* se le dedica una ilustración en la que se lo ve magnánimo sobre su caballo pisando las banderas enemigas y la corona de Pedro II:

“Si es admirable la indómita bravura del paraguayo, no menos dignas de recomendación son su obediencia y unión. Aquí todos ejecutan y obedecen la marcial voz de su Gefe: la Patria los electriza, y el dulce nombre de su magnánimo Mariscal los inspira y los conduce hasta el heroísmo. La república del Paraguay es un cuerpo compacto. Un solo pecho y un solo brazo forman los impertérritos Ejércitos. Una sola cabeza y una voluntad dirigen sus destinos venturosos. Gloria a la gran República! ¡Loor al conspicuo y esforzado Mariscal López que ha sabido encarnar en un pueblo virtuoso EL VALOR, LA OBEDIENCIA Y LA UNIÓN!!!” (*El Centinela*, nro 6, 30 de mayo de 1867)

Si bien *El Centinela* tuvo como intención difundirse y levantar la moral de la tropa, los pocos pasajes en guaraní y las loas y referencias constantes a Solano López nos indican que también se trató de un seminario destinado





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

fundamentalmente a que lo lea el propio presidente paraguayo y sus asesores más próximos. Además de glorificar sus acciones, el periódico paraguayo celebró su cumpleaños número cuarenta mediante un grabado que representa a dos ángeles que ofrendan a un busto de López una corona y además mediante la dedicatoria completa de su editorial:

“Hoy flamea gloriosa la bandera de la Patria para festejar con orgullo el Natalicio del ínclito Mariscal Presidente. Hoy la Nación en coro entona el himno nacional, para saludar el Sol de Julio. Hoy los ejércitos de la Libertad, presentan las armas y llenos de júbilo y alegría cantan sus canciones guerreras, solemnizando la Aurora del 24. Hoy se apoderan de todos los corazones el alborozo y la alegría porque la República está de gala...El Centinela viene con su modesto contingente á componer el florón que los hijos del Paraguay ofrecen, felicitando a su predilecto Mariscal. La Patria y la Libertad, simbolizadas en esos dos ángeles, ofrecen la corona de la gloria al genio de la guerra. Esta es la sencilla alegoría con que “El centinela” saluda al natalicio del Gefe Supremo del Estado” (*El Centinela*, 24 de julio de 1867)

El regalo de cumpleaños se completa con una biografía de Solano López en la que se destaca su impulso al comercio, las ciencias y las artes a través de su contribución al ferrocarril, el vapor, el telégrafo y el arsenal. Probablemente Paraguay no haya sido para la década de 1860 la potencia mundial que por momentos parece querer sugerir *El Centinela*, pero seguramente el desastroso resultado de la guerra frustró cualquier prometedor inicio de desarrollo industrial del país guaraní que es lo que la realidad parecía reflejar.

### De héroes, heroínas y traidores

La guerra se volvía inesperadamente larga para todos y era necesario llegar al autoestima de aquellos soldados que estaban luchando y de un pueblo que estaba resistiendo ante un enemigo de dimensiones imperiales que ya había invadido territorio paraguayo. Se pide entonces dar todo por la libertad de la patria: la propiedad, las joyas, la fuerza y hasta la vida misma. No solo a los



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

hombres; como veremos más adelante se hará explícito también a las mujeres. Había que hacer sentir importante a un pueblo ante un enemigo enorme que avanzaba sobre el territorio de la patria misma, recordar las victorias, compararlas con las epopeyas de la antigüedad, convertir estas ganancias en orgullo nacional del triunfo, de la gloria y del valor. Hacer hincapié en el valor de la lealtad y la unión para evitar desviaciones. La lealtad mostrarla como virtud moral unida a la fidelidad. Esta férrea y obsesiva insistencia en los valores de un héroe denota la existencia de los opuestos a esta moral, los traidores. No es preciso adivinarla ya que *El Centinela* también se ocupa de ellos:

“La traición es el último escalón del crimen, y el estigma más oprobioso que degrada al ser humano. Los traidores a la Patria no son hombres sino abortos del infierno y viles producciones de la iniquidad. Serpientes astutas y solapadas, cosmopolitas maldecidos, reniegan de la familia, profanan los sepulcros de sus Padres, escupen el santuario de sus leyes, maldicen el sol, el aire, el hogar y la tierra donde nacieron” (*El Centinela*, nro 14, 24 de julio de 1867)

La traición es vista como el pecado máximo y está íntimamente relacionada con la identidad nacional paraguaya, ya mucho más solidificada que la de los países enemigos (BARATTA, 2010, 2011; WHIGMAN 2002). Si no se ama a la patria se es un traidor. Son los judas Paraguayos, apóstatas infames, delincuentes horrendos, atroces. La duración de la guerra y los resultados no siempre favorables como los describe *El Centinela*, podían provocar dudas, bajas, deserciones, conspiraciones aunque sabemos que no en gran escala como por ejemplo en Argentina con el hecho de Basualdo y Toledo y los levantamientos en las provincias (DE LA FUENTE, 2007). La resistencia de la mayor parte del pueblo paraguayo llegó hasta las últimas consecuencias y de ello dan cuenta las tremendas cifras a las que se redujo su población masculina al finalizar la guerra.

Como apuntábamos no son solamente los soldados a quienes se consideran héroes sino también a las mujeres con una aparición que constituye



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

una referencia inusitada para los diarios de la región y la época. Aunque no en el frente, las mujeres debieron soportar la ausencia y/o la muerte de sus maridos e hijos y era menester también convencerlas de su importancia, del orgullo que representaban y de englobarlas dentro de la patria paraguaya. El bello sexo, como se las describe, lleva la ofrenda de joyas y alhajas, ilustrada en el número 21, pero es aludida desde el comienzo del semanario:

“No nos cansamos de admirar la grandeza de nuestras mugeres. Cada día descuellan en nuevos e interesantes rasgos de patriotismo. Las hemos contemplado majestuosas en las aras de la Patria ofreciendo en férvido holocausto sus preciosas joyas. Infatigables, labran con sus propias manos la tierra y fecundizan los campos con el sudor de su anjelical rostro. Solicitas y caritativas vuelan a los hospitales de sangre a curar las heridas de los bravos defensores de la Patria” (*El Centinela*, nro2, 2 de mayo de 1867)

“La ofrenda es aceptada por el Gefe Supremo, sólo en la vigésima parte al objeto de acuñar la primera moneda nacional para que sirva de monumento imperecedero de la abnegación del bello sexo” (*El Centinela*, nro 21, 12 de septiembre de 1867)

Sin embargo, más allá de la inusual citación a la mujer en la prensa de la época y de la región, no debemos confundirlo con una igualdad de género reivindicada recién muchas décadas después. La mujer sigue apareciendo en un segundo plano, con el hombre diciendo donde se debe considerarla:

“La muger encargada por la naturaleza para acompañar al hombre en el doloroso camino de la vida, está dotada de las prendas más delicadas: sensible y tierna ella cuida con solicitud de la felicidad de la familia...madre ó esposa ella sirve de bálsamo para mitigar las penas del alma...Hace más, se despoja de sus joyas y las ofrece para la salvación de su adorada patria...Esta es la mujer del Paraguay, esta es la mujer del Calvario, la heroína del siglo XIX” (*El Centinela*, nro 22, 19 de septiembre de 1867)

La mujer aparece entonces como una especie de virgen María abnegada, pero también madre, esposa y paraguaya. Ante la merma de la población masculina en las ciudades es lógico que se pretendiera hablarles a ellas y



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

hacerlas sentir parte de la contienda que se llevaba a sus esposos y a sus hijos de sus hogares.

### De enemigos, sus valores y sus séquitos

La Triple Alianza contra la que Paraguay luchaba estaba formada por Brasil, Argentina y Uruguay. Sin embargo para *El Centinela* estaba muy claro quien dominaba dentro del eje enemigo y era el Imperio del Brasil. Prácticamente todas las alusiones al bando contrario están relacionadas con ese país y también las ilustraciones. Bartolomé Mitre, el errante jefe del ejército aliado que tuvo que ausentarse la mitad de ese año, aparece solo en contadas ocasiones y como un títere de Pedro II, al igual que en las representaciones de la prensa opositora argentina (BARATTA, 2010). Mitre es llamado despectivamente Don Bartolo y representado en uno solo de los dibujos haciendo una reverencia a los demás generales. En este párrafo se ensaya un supuesto pedido de disculpas de Mitre a Paraguay en donde él reconoce que se ha dejado influir por Brasil en su ambición desmedida:

“La sangre argentina derramada á torrentes clama la venganza del cielo. El brazo paraguayo ha cruzado mis planes y cubierto de infamia mi nombre. Seducido por el Brasil, me dejé arrastrar por el loco pensamiento de reestablecer el Virreinato de Buenos Aires” (*El Centinela*, nro 1, 25 de abril de 1867)

La impopularidad de la guerra en Argentina y la merma de su presencia física en el frente se imponen. *El Centinela* sabe que el enemigo que pesa, que decide, que maneja los tiempos, que impone las cláusulas de su tratado y tiene la fuerza es el Imperio del Brasil por más que se presente como una alianza:



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

“Al Centinela que nada se le oculta se debe el gran descubrimiento de la alianza secreta que habíamos tenido para combatir a la del Brasil” (*El Centinela*, nro 1, 25 de abril de 1867”

“La célebre alianza del Brasil, que se inauguró bajo los auspicios de la conquista más criminal, tuvo por base la fuerza y las fantasmagóricas ilusiones de dominar a la República del Paraguay sin resistencia ¡Pero cuánto se engañan los que comunican los santos derechos de los pueblos y pretenden sojuzgar su independencia y libertad!” (*El Centinela*, nro 7, 6 de junio de 1867)

Aunque enfrentados por la guerra, del lado paraguayo se esgrimen los mismos ideales y valores que del lado aliado. No se trata de una visión diferente del mundo sino de quien de los dos es el legítimo portador de esa postura. Paraguay apela a los mismos símbolos que sus enemigos para defenderse. Libertad, civilización, independencia, república, nación. La lucha se produce por quien es el legítimo portador de esos conceptos, quien los representa más eficazmente, la disputa es por idénticos valores. Las acusaciones son iguales. Quien está enfrente no es otro que el bárbaro, el incivilizado, el esclavo, el anti republicano:

“Don Pedro segundo trae en la boca de sus cañones la libertad del Paraguay: quiere arreglar la nación á su gusto, demoler sus fortalezas, desarmar á sus soldados, y por decirlo de una vez, apoderarse de eso que se llama soberanía, independencia y libertad. Precisamente el Monarca que con cetro de hierro gobierna un miserable rebaño de abyectos negros que, bajo la ominosa cadena de la esclavitud, viven degradados, mostrando al mundo su humillante servidumbre. Alla donde las leyes canonizan la vil mercancía de la dignidad humana, y donde la triste condición del negro es inferior a la de la bestia, no debe profanarse la sacramental palabra de libertad. ¿El Emperador del Brasil trae la libertad al Paraguay? ¿El tirano de la libertad?” (*El Centinela*, nro 9, 20 de junio de 1867)

La esclavitud será tema recurrente en *El Centinela*, varios de los grabados aluden a ella en forma burlona hacia los esclavos, tratándolos de animales en ocasiones. Además la sátira se extiende a todo el ejército enemigo no solamente



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

a los esclavos. A ellos se los representa como desorientados, birlados por los paraguayos. En tanto a Solano López se lo acusa de tirano en la prensa argentina mitrista él hace lo mismo con sus enemigos y se arroga para sí los mismos estandartes y banderas que esgrime Mitre. En el nro 26 el grabado representa entre otros al Congreso Nacional, al comercio y la navegación, la industria y el progreso, la dignidad nacional, el ferro carril, el telégrafo, la libertad y los laureles. En clara actitud defensiva ante las críticas de las prensas enemigas, el Paraguay elige mostrarse como un país desarrollado, civilizado y libre:

“¡Viva la democracia! ¡Viva el Paraguay libre! ...¡Libertad o muerte! Atrás la esclavitud!” (*El Centinela*, nro 16, 8 de agosto de 1867)

Sin embargo *El Centinela* no mantiene polémicas explícitas con diarios internacionales, es un diario con una conducta más sorda en este sentido. Generalmente las editoriales aluden a valores políticos. La más explícita referencia económica es un grabado que refiere a la libre navegación de los ríos en el nro 15 publicado el 1ro de agosto de 1867 haciendo una crítica nuevamente a la hipócrita libertad que esgrimen Pedro II y Mitre. Llama la atención también que Gran Bretaña aparezca muy pocas veces nombrada y siempre a favor del Paraguay. Ha sido quien dejó al descubierto el tratado de la Triple Alianza, ha desnudado los mezquinos intereses del Brasil y la Argentina, y ha destrozado sus hipócritas declaraciones según *El Centinela*.

### Vamos ganando

Derrotas presentadas como victorias, aniversarios de eventos muy cercanos por doquier, como si ante la inquietud de un presente estancado y un futuro oscuro e incierto se tuviera que echar mano del pasado, pero no solo de





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

aquel pasado ya algo lejano de independencias y revoluciones, sino del de más aquí, de las victorias de esta guerra para demostrar que se puede seguir ganando, que Curupaytí puede repetirse una y cien veces para echar al enemigo. De eso también se trató *El Centinela*.

Pero también es justo afirmar que durante el año 1867 la guerra se estancó, los aliados perdieron a su general en jefe que volvió recién a mitad de año, los costos de la contienda empezaban a perjudicar seriamente la economía del imperio, el cólera se diseminaba rápidamente sobre todo en el bando aliado y el Paraguay tenía todo el derecho a ilusionarse en relativa medida con un deponer del enemigo. Máxime si pensamos en la batalla de Umbú el 24 de septiembre en la cual Paraguay sale victorioso y el fresco recuerdo de Curupaytí. Paraguay podía solamente defenderse, pero también es cierto que a los aliados se les complicaba atacar en territorio paraguayo. De todas maneras la confianza era muy desmedida y lo demuestran al presentar el Paso de Curupaytí como la muerte de la Triple Alianza y graficar sus funerales.

“Angustias, maldición y anatema regocijó en su maldecida peregrinación. Más de dos años de fatigas y derrotas, de oprobio y de vergüenza han marcado el curso de ese meteoro infernal cuya caballera de fuego ha espantado el mundo...avanzó sobre la tierra de los héroes y el paraguayo cortó las tres cabezas de la enorme fiera, en los gloriosos campos de Corrales, Paso de la Patria, Itapirú, Miranda, Riachuelo, Sauce, Curupaytí y otros cien esforzados encuentros. Así acabó su afrentosa vida la alianza negrera entre las derrotas y el anatema de los pueblos libres. Tiene por sepultura un inmenso osario y por inscripción esta fatídica palabra: HORROR! En la plenitud del siglo XIX y cuando el labaro del Cristo cubre a las naciones bajo los amorosos pliegues de unión y fraternidad, la alianza proclamó guerra y esclavitud a la civilización, guerra y esclavitud a las luces, guerra y esclavitud a la obra de diez y nueve siglos” (*El Centinela*, nro 20, 5 de septiembre de 1867)

El 15 de agosto se presenta como una formidable victoria

“El triunfo obtenido sobre la escuadra brasilera es admirable, porque los estragos de nuestros cañones le han hecho, ponen en toda su magnitud la impotencia del enemigo...La escuadra está vencida! Gloria al Mariscal López! Vivan los vencedores del 15!” (*El Centinela*, nro 18, 22 de agosto de 1867)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
*- Volume II -*

Sin embargo un tiempo después de declarar la muerte de la alianza, ésta se mostró en las líneas de *El Centinela* aún viva aunque con problemas. La actualidad de la alianza muestra los grabados de varios animales que representan a los generales enemigos agrediendo entre ellos. La alianza está débil, pero aún en pie. En el siguiente número aparece el Mariscal López como vencedor de la alianza con el grabado y una oda en su honor (*El Centinela*, nro 29, 7 de noviembre de 1867). El desconcierto es mayor cuando dos números más adelante, en la edición del 21 de noviembre de 1867 *El Centinela* se pregunta “Nos vencerán?”

“El vencedor será vencido? Los sacrificios no tendrán recompensa? La justicia no prevalecerá sobre la iniquidad? El valor no triunfará de la cobardía? ¿Se transformarán las leyes del universo? ¿Hay o no un Dios que vela por su conservación? ¿Nos vencerán pues?...El gran López y las hazañas de sus soldados nos dicen que NO” (*El Centinela*, nro 31, 21 de noviembre de 1867)

Solamente un número antes, *El Centinela* saludaba a lo que consideraba los vencedores de la segunda Tuyutí, batalla que luego sería considerada como una derrota paraguaya. La seguridad del comienzo del año empezaba a tambalear, con mensajes triunfalistas intercalados con la duda, con la exageración. La alianza se representa tambaleante, la corte en Río como única cabeza del enemigo y afectada por malas noticias del frente.

La moral de la tropa se buscaba reforzar en lo que sí habían sido contundentes victorias paraguayas como Curupaytí además de las efemérides de la independencia, de la patrona de Asunción y del natalicio de López. Las batallas de la contienda que estaban cerca servían para reforzar un presente incierto y quizás no tan favorable como se quería presentar. Cuando se tienen que llenar páginas con la nostalgia y las loas de un pasado incluso tan cercano sobre una guerra presente, es que quizás no había buenas noticias que dar. Los soldados sabrían que perdían pero si se presentaba como una victoria daba algo más de aliento para luchar. Con los ecos de victorias pasadas, con la creencia de un pueblo en su nación y en su líder. Creencias, exageraciones y muchas veces



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

mentiras que sin embargo a los periódicos enemigos les costaba mucho más hacer llegar a la mentalidad de sus soldados.

### A modo de conclusión

Cuando la guerra en el frente se empantana, cuando las esperanzas se vuelven difusas, cuando el enemigo avanza y el soldado comienza a cansarse, es necesario librar la batalla en otros frentes para fortalecer esos ánimos debilitados. *El Centinela* pudo haber estado escrito en este sentido, pero también fue muy fuerte su discurso hacia la ciudad, la capital, el entorno del mariscal y hacia las mujeres que habían quedado solas en sus hogares. Los grabados, las ilustraciones servían para ilustrar aquellas editoriales que muchos soldados no podían leer porque estaban en español. Las editoriales estaban escritas para ese círculo de Asunción y muy probablemente intentando llegar a la prensa internacional.

El heroísmo paraguayo se vio matizado por recurrentes traiciones a una idea de patria ya bastante consolidada. Quien conduce los destinos de este pueblo es López. El enemigo no era la alianza sino claramente el Imperio del Brasil y el recurso para perderle miedo a ese gigante era la burla, el ridículo. Las mujeres, solitarias en las ciudades ante la ausencia de sus maridos y sus hijos debían sentirse abandonadas y *El Centinela* salió a animarlas también, a subir su autoestima, a hacerlas sentir partícipe de lo que se vivía como una epopeya nacional. La marca más elocuente del desgaste y la desesperanza que podía empezar a calar hondo en la población es la citación recurrente a victorias militares muy cercanas y fundamentalmente la evaluación de victorias militares de lo que serían derrotas. Estas efemérides, exageraciones y hasta mentiras también se repetían en la prensa de los países enemigos. Sin embargo fue solamente en Paraguay en donde estas representaciones no se chocaron con una impopularidad masiva de la guerra en la población puertas adentro.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

### Bibliografia

Alonso, P. comp (2004), *Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920*, Buenos Aires, FCE.

Anderson, B. (1993) *Comunidades imaginadas, Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*, México, FCE.

Baratta, V. (2010) “La Guerra de la Triple Alianza y las representaciones de la nación argentina: un análisis del periódico La América (1866)” en *Memoria del Segundo Encuentro Internacional de Historia sobre las operaciones bélicas durante la Guerra de la Triple Alianza*, Asunción, Tiempo de Historia.

Baratta, V (2011) “La Guerra del Paraguay y el proceso de construcción de la identidad nacional. Representaciones, conceptos y lenguajes políticos en el diario *La Nación Argentina* (1862-1870)” ponencia presentada en XXVI Simpósio Nacional de Historia, USP, 17-22 de julio de 2011

Castagnino, L (2010), *Guerra del Paraguay. La Triple Alianza contra los países del Plata*, Buenos Aires, Ediciones Fabro

De La Fuente, A. (2007), *Los hijos de Facundo. Caudillos y montoneras en la provincia de La Rioja durante el proceso de formación del Estado Nacional Argentino*, Buenos Aires, Prometeo.

Insfrán, M (2010), *Una hecatombe americana. La Guerra del Paraguay*, Asunción, Ibis.

Jaeggli, A y Bordón A (2010), *Guerra del Paraguay. Cartografía explicada de la Guerra contra la Triple Alianza*, Asunción, Servilibro.

Whigman, T (2002), *The Paraguayan War, Causes and Early Conduct*, Volume I, University of Nebraska Press.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A ATUAÇÃO DISCIPLINADORA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE NOTRE DAME EM MARAVILHA/SC (1954-1973)**

Vitor Marcelo Vieira<sup>1</sup>

### **A CONGREGAÇÃO DE NOTRE DAME**

O ano de 1789 é conhecido como marco da Revolução Francesa. Um momento importante, em que a Europa está com os olhos voltados para o fenômeno que está acontecendo na França. Viu-se naquele processo uma verdadeira revolução, marcando a queda do Antigo Regime e a implementação da República, idealizada pelas idéias do Iluminismo que permearam o século XVIII. É nesse contexto que começa a se desenhar a trajetória do que futuramente será a Congregação das Irmãs de Notre Dame. 1979 foi também o ano que “Júlia Billiard reconhece as necessidades do seu tempo, dedica-se a juventude abandonada da França” (Arquivo Passivo da E.E. B. NS. da Salete, 1973, p. 32). Júlia Billiard nasceu em Cuvilly na França no dia 12 de julho de 1751. Aos oito anos teria passado a se dedicar a dar aulas de catequese. Com 20 anos teria suportado um episódio dramático em que seu pai fora atingido por uma bala de fuzil, o que se constituiu num grande trauma para a moça, segundo a narrativa. A Congregação das Irmãs de Nossa Senhora de Coesfeld (a terceira Congregação pautada no espírito de Júlia) foi fundada no século XIX com base na proposta de Júlia Billiard – elevada à Santa católica – e de lá difunde sua obra por vários países do mundo.

A Congregação das Irmãs de Nossa Senhora de Coesfeld – Notre Dame - veio para o Brasil no ano de 1923 e se caracteriza pelo trabalho na área educacional. Esta missão contribuiu para que a Congregação viesse a Maravilha em 1954 para educar as crianças, filhos dos colonos que, desde fins da década de 1940 passaram a se alojar naquela localidade. A Congregação, vinda da América

---

<sup>1</sup> Graduado em História/Unochapecó; Especialista em História e Geografia/Unoesc; Mestrando em História/UPF



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

do Norte e da Europa, em 1923 fundou em Passo Fundo-RS o Colégio Notre Dame – desta cidade as irmãs partiram para o trabalho no oeste catarinense. As religiosas chegaram a Maravilha e ampliaram naquele local a atuação educacional e religiosa da Igreja Católica, pois vieram a somar com o Seminário Nossa Senhora de Fátima cujas obras iniciaram no dia 13 de fevereiro de 1952. A inauguração deste Seminário foi realizada no dia 28 de fevereiro de 1954. Com seus três andares, situado bem no alto do morro, em frente à Avenida Araucária, o seminário ficava próximo do terreno das irmãs (PILATI, 1991, P.190).

A Congregação de Notre Dame possui uma identidade baseada na vivência intensa do batismo, da fé, esperança e amor, segundo consta nos registros. As irmãs fazem votos de castidade, pobreza e obediência. Caracterizam-se pela vida comunitária e tem como objetivo a educação em escolas, catequese, missões, trabalhos de enfermagem e assistência social. Apenas para se ter uma idéia da dimensão do trabalho da Congregação, no ano de 1973, quando elas deixam o comando da educação em Maravilha, existia quatro mil irmãs da Congregação trabalhando pelo mundo – naquele contexto atuavam em dez países: Alemanha, Coréia, Holanda, Indonésia, Itália, Brasil, Estados Unidos, Índia, Inglaterra, França e Nova Guiné (Arquivo E.E.B. N.S. da Salete, 1973, p.32). Atualmente, desempenham suas atividades também em outros países, inclusive no continente africano.

Desta forma, a Congregação, foi se constituindo como missionária da educação, passando a fazer parte dos projetos da Cia. Sul Brasil – empresa colonizadora que geriu a colonização em ampla região do oeste catarinense - que trouxe as religiosas para São Carlos e Maravilha. Com isso o processo de colonização foi acelerado, pois na medida em que é proporcionada a educação para as crianças, novas famílias se motivam a vir ao povoado.

As primeiras famílias que aqui enveredaram ficaram distantes das povoações e sofriam a carência de orientação espiritual, catequese e escola para oportunizar aos filhos uma educação plena. Atendendo a esse chamado, em 1953, a madre provincial Maria Irmengarda, da Província de Santa Cruz, com sede em





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Passo Fundo (RS), acompanhada por uma irmã, colocaram-se a caminho em direção a esta comunidade que rapidamente vinha crescendo. Junto trouxeram o plano de começar uma escola primária para as crianças daqui (GIALDI, 1993, p.135).

O início da missão no Brasil se dá em sete de julho de 1923 em Não Me Toque- RS, sendo que a Congregação teve uma forte tendência à trabalhar com a educação – conforme preconizava sua inspiradora Júlia Billiard. O início dos trabalhos das irmãs em Maravilha - SC culmina com o término da construção do Seminário. A passagem acima fornece evidências de que as famílias colonizadoras “necessitavam” uma orientação espiritual e escola para educar seus filhos.

## **PREVENIR PARA NÃO REMEDIAR**

O grande lema que era conduzido pelas irmãs, no que se refere à disciplina asseverava: “prevenir para não remediar”. Através desse fundamento o corpo docente do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete fora instruído a ficar vigilante no início, no recreio e no final das aulas, sendo que, desta forma, as crianças não teriam oportunidade para “artes e briguinhas”.

A disciplina em geral é boa nas aulas. Deixa um pouco a desejar nas aulas do 3º ano Z e 2º ano Z, o que atribuo a falta de prática e ao caráter um tanto violento da professora. [...] A assiduidade do professorado muito tem contribuído para a boa disciplina. Igualmente nas formaturas as professoras exercem vigilância ao lado das fileiras e acompanham os alunos que em silêncio entram na sala de aula. Também nos recreios a disciplina é boa. Meninos e meninas brincam em pátios separados. As penas disciplinares aplicadas pelas professoras e pela direção foram em geral admoestações, repreensões e algumas vezes pequenos castigos morais, Castigos físicos não são aplicados (IRMÃ MARIA ANCILA, RELATÓRIO ANUAL DO GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE, 1957, P.14).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

As formaturas a qual a irmã Ancila se refere seria a formatura das filhas seja antes de entrar na sala de aula ou mesmo durante hora cívica que ocorria com frequência. O Grupo Escolar Nossa Senhora da Salette comandado pelas irmãs teve um caráter moralizador baseado nos rigores dos princípios cristãos. Pelo fato de a Escola ser comandada pelas irmãs, proporcionava ampla confiança da comunidade de que seus filhos estariam bem encaminhados. A irmã Maria Ancila embasa a filosofia da escola no princípio de prevenir quando diz que:

Tanto professores como a direção do Grupo, exercem sua autoridade de maneira preventiva, evitando deixar os alunos á sós ou em condição de dar motivo a ações indisciplinadas. [...] Enquanto os alunos tomam a sopa é lhes permitido conversarem um pouco, pois foi assim que diversos alunos começaram de gostar da sopa estimulados por seus colegas (MARIA ANCILA, RELATÓRIO ANUAL DO GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE, 1959, p. 5).

Nas reuniões pedagógicas eram abordados os mais diversos assuntos referentes ao ensino, mas o foco principal era voltado para a higiene, a obrigação de os alunos usarem uniforme, cuidar da caligrafia e até mesmo a maneira do aluno manusear o lápis.

Os professores deveriam vigiar os alunos no recreio e estes deveriam entrar em fileiras no início das aulas. Quanto aos castigos:

podem ser aplicados em caso de necessidade. Serviu como norma o Regulamento de 1946. A disciplina deve ser preventiva. [...] Devemos educar nossos alunos integralmente, quer dizer que sejam bem educados em todas as circunstâncias da vida; na escola, na rua, em casa e na sociedade em geral. [...] Para facilitar os trabalhos de fins do ano, seria bom já classificar os alunos em fortes, médios e fracos. A diretora explicou como fazer esta classificação. [...] Finalmente foi pedido ao professorado que seja exemplo de boa educação e de boas maneiras. Sobretudo devem evitar os trajes indecentes (ATAS DO RELATÓRIO ANUAL DO GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE, 1957, p.13, 15, 16, 18).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O prevenir proposto na escola, ia desde a separação dos meninos e meninas no intervalo até o olhar constante dos professores sobre os estudantes. Filas e silêncio eram vistos como formas de manter a disciplina. O medo estava presente no meio escolar, embora se evitasse certos castigos físicos. Essa educação disciplinadora se torna a marca da filosofia empregada pelas irmãs no Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete. Isso fica bem evidenciado quando a diretora fornece a fórmula para classificar alunos em “fortes, médios e fracos”. A vestimenta dos/as professores/as era observada, exigiam-se trajes decentes. A diretora solicita as professoras para que atentem sobre o uso de roupas decentes, para servirem de exemplo para os alunos. O senso de ordem e civilidade era levado muito á sério, pois:

Era, na verdade, o desejo mimético de transplantar para o Brasil o código europeu de civilidade e de aprimoramento de uma mão-de-obra produtiva e ordeira, mas também reorientada para a construção e sedimentação de uma identidade nacional (SOUZA apud DALLABRIDA, 2003, p. 156).

Nas reuniões pedagógicas se insistia bastante na questão da disciplina, sendo que, segundo os registros:

Cada professor deverá cuidar da ordem na sua classe e ensinar aos alunos a serem ordeiros. [...] No estudo da Geografia e também da História o professor deverá ocupar frequentemente o mapa. [...] Na sala de aula se espelha a vida. Ela deve ser para os educandos um lar que amam, do qual se orgulham e pelo qual se sentem responsáveis. [...] No modo de cumprimentar é que se revela o homem educado e o que tem educação deficiente. Na aula devem os alunos levantar-se ao entrar e sair o professor ou qualquer outra autoridade. [...] Foi tratado a questão da “criança problema”. [...] Decorar o catecismo com as crianças do 1º e 2º ano que se preparam para a primeira comunhão (ATAS DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS, RELATÓRIO ANUAL DO GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE, 1958, p. 11, 12, 13, 14, 15).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A criança que não se enquadrava nos padrões estabelecidos era considerada uma “criança problema”. O ensino não era laico, escola e catecismo andavam juntos, tinham suas bases fundamentadas no cristianismo e na civilidade – conforme a compreensão tradicional de que ambos é que deveriam ser vetores do progresso do país. Mais do que simplesmente um sistema de ensino, se tratava de preparar o aluno para uma vida de civilidade, com respeito à pátria, às autoridades e à igreja, conforme salientado na citação que segue.

O professor é antes de tudo educador, fará todo possível para formar de seus alunos, membros úteis á sociedade, filhos fiéis da igreja e um eleito na eternidade [...] Só um mestre desinteressado no que alude á classes sociais e interesses puramente particulares estará na altura de tratar com carinho e dedicação todos os alunos sem fazer distinções; lembre-se o educador que se há um aluno que seja mais merecedor de afetos então é aquele que se sente mais abandonado em família e desprovido de recursos. [...] O aluno quando falar com o professor deverá sempre levantar-se quando estiver sentado. [...] Não devemos descuidar essas pequenas regras de civilidade... (ATAS DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS, RELATÓRIO ANUAL GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE, 1959, p. 18, 20).

Pelas atas das reuniões pedagógicas evidencia-se que a educação e a religiosidade vêm para disciplinar o educando visando construir uma sociedade ordeira e trabalhadora que a colonizadora buscava construir. As irmãs de Notre Dame no período que estiveram á frente do ensino em Maravilha - SC e mesmo no período imediatamente após deixarem a direção da escola, sempre mantiveram um trabalho de auxílio aos necessitados e se propunham a oferecer ternura e carinho para as crianças desprovidas de recursos. Com o trabalho educativo e religioso, as bases morais das famílias de colonos de Maravilha foram solidificadas, não sem resistências, enfatizamos. A moral cristã estava bem presente. Junto com a benevolência se apresentava também o rigor desse processo educativo/colonizador:

É louvável a prontidão do povo em auxiliar a escola em suas necessidades. Pelo proceder dos alunos pode se verificar que em



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

casa os pais dão todo o apoio aos professores. Como em todas (sic) as coisas, também aqui há exceções. Uma família apenas, que tem algo a criticar sobre (sic) a escola, porque a direção não aceitou uma filha desta mesma família, como professora do grupo Escolar por considerá-la incapaz e de poucos sentimentos de moral, e justamente porque também os pais se opuseram a que ela lecionasse no grupo (RELATÓRIO ANUAL DO GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1957, p. 24).

O fato da Irmã Ancila, diretora do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete, relatar o fato anterior afirmando que “uma família apenas” critica a escola, propõe uma situação de que haja exclusão no que se refere tanto ao quadro docente bem como no quadro discente. Além do mais está presente um conceito que vai julgar o que é moralmente aceito ou não.

A diretora do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete procurava orientar os professores das mais diversas formas, geralmente para que estes atentassem quanto à disciplina e a ordem na sala de aula. Neste momento, década de 1950, impera um modelo de escola disciplinadora que visa à preparação, sobretudo para o trabalho. O professor se torna o centro do processo de ensino, e desta forma:

Considero como uma das mais importantes obrigações no cargo que ocupo orientar e estimular o professorado na árdua e espinhosa missão a que se dedica, a educação e instrução da infância e da juventude de nossa região. Nas aulas assistidas colhi os assuntos para as Reuniões Pedagógicas. Durante as férias pelo espaço de catorze dias ministrei aulas de Pedagogia, Didática e metodologia ao professorado. Em palestras e explicações particulares com os professores dei esclarecimentos e orientação sobre a maneira de tratar os alunos e conduzi-los a querer aquilo que o professor quer (RELATÓRIO ANUAL DO GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE, 1958, p. 9).

No relatório anual do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete de 1957, tem-se a descrição da avaliação dos docentes, feita pela Irmã Ancila. Nesta avaliação podemos observar que os aspectos mais analisados são a assiduidade, pontualidade e principalmente a capacidade de manter a disciplina da turma. Para entendermos melhor o que era considerado um bom educador, vamos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

transcrever as principais observações feitas em relação aos professores. Como muitos professores ainda estão vivos, vamos usar nomes fictícios:

Irmã Maria Flores: apesar de ter uma turma de 54 alunos, procurou tornar o seu ensino mais eficiente possível. A disciplina que manteve sempre foi ótima e apesar dos outros cargos que ocupa além escola, a sua assiduidade e pontualidade é louvável.

Irmã Maria Rosa: dedica-se com carinho e amor ao ensino. Quase todos os alunos das duas turmas estão alfabetizados e capazes para se matricularem no segundo ano. Foi ótima a colaboração das suas turmas nas comemorações escolares. Pontualidade e assiduidade excelente.

Professora Catarina: disciplina ótima e muita ordem na maneira de ensinar seus 43 alunos. Sobre assiduidade e pontualidade nada tenho a dizer. Já é professora a 22 anos, possuindo muita prática e experiência, além de sua dedicação e interesse pelo sucesso dos alunos. Cooperou fielmente em todas as comemorações e nos recreios. É orientadora da Liga da Bondade. Cargo que exerceu com muita eficiência.

Professora Benta Rodrigues: possui boa vontade e é capaz. ‘Somente deixa a desejar na disciplina, o que atribuo a falta de conhecimentos pedagógicos’. É elogiada pela sua pontualidade e cooperação social nos recreios.

Professora Lúcia Constantina: apesar de não ter título é considerada muito capaz e ótima professora. Trabalhou no 1º ano e adotou o método fônico conseguindo alfabetizar metade da classe, apesar de as crianças serem todas novatas e fracas. Contribuiu com zelo em todas as comemorações escolares e na cooperação social nos recreios.

Professora Antônia: trabalhou com muito interesse e capricho, conseguiu alfabetizar a maioria da classe apesar de ser o 1º ano fraco. No início do ano teve dificuldade com a disciplina mas depois de algumas explicações pedagógicas melhorou bastante e agora está boa”. Em relação a avaliação dos professores do ano de 1957, a irmã diretora conclui: “Reinou sempre muita harmonia, cooperação e altruísmo entre a direção e a docência do grupo. Pois a União faz a força” (RELATÓRIO ANUAL DO GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE, EMPREGADOS, 1957, p. 21, 22, 23).

No relatório de 1958 outros docentes estão relacionados, sendo que pela primeira vez aparece o nome de um professor. Sobre ele se afirma que lhe falta apenas alguma prática e que lecionou educação física em todas as classes uma vez por semana, sem gratificação alguma. Os aspectos avaliados pela direção





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

continuaram os mesmos com relação ao ano anterior, 1957, ou seja, assiduidade e disciplina. No entanto para mostrar o rigor das avaliações, transcrevemos a análise integral da professora Leda:

Regente do 1º ano x. Trabalhou já alguns anos no Rio Grande do Sul. Não tem princípios pedagógicos e didáticos, como também não se dedica com carinho e entusiasmo às crianças. A disciplina foi péssima, lançou mão de castigos físicos proibidos pelo regulamento. Em vista de tudo isso o aproveitamento dos alunos foi péssimo. Não poderá continuar no próximo ano, para o que será avisada dois meses [sic] antes (RELATÓRIO ANUAL, 1958, p. 21).

Este depoimento por si só mostra que ou os professores seguiam à risca as ordens da direção nos quesitos de pontualidade, assiduidade, manutenção da disciplina, colaboração nas comemorações escolares e vigilância nos recreios, ou eram excluídos do corpo docente. No ano de 1958 mais duas professoras foram exoneradas. Uma teria solicitado desligamento atribuído à falta de dedicação ao ensino e desinteresse em levar a classe a se amoldar ao regulamento. O outro pedido de desligamento que é feito por outra professora, se dá em função da ocorrência de um sinistro:

Foi regente do 1º ano z. Iniciou com entusiasmo e dedicação o trabalho às crianças. O aproveitamento das mesmas era satisfatório. Infelizmente em 22 de agosto sofreu um grande abalo moral em consequência do incêndio do moinho, propriedade de seus irmãos, como também da loja e moradia. Não mais foi capaz de continuar a trabalhar na aula, e viu-se obrigada a entregar a classe à Irmã Maria Mitis. Será exonerada a pedido em fins do ano (RELATÓRIO ANUAL, 1958, p. 21).

Esses exemplos mostram o modelo de professor desejado para educar as crianças. Um professor/a assíduo, pontual, dedicado e disciplinador. Problemas pessoais ou familiares, de certa forma não poderiam ser justificativos para o descumprimento das obrigações.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **A DOMINAÇÃO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR**

Os métodos de trabalho empregados pelas irmãs na educação iam de encontro à ideologia política presente no cenário político nacional. Os ideais de patriotismo e respeito às instituições e autoridades eram algo muito presente, (apesar disso ter acontecido com mais intensidade no início da Primeira República) principalmente no meio escolar. A própria doutrina religiosa compactuava com esse senso de civilidade e amor à pátria, pois, a Igreja lançava-se nessa empresa com o objetivo de dar resposta à secularização do ensino, propagada pelos liberais republicanos. A Igreja Católica pretendia um projeto reformista europeu. Assim sendo, de alguma maneira, se associava ao ideal civilizatório do Estado Republicano (SOUSA, 2003, p. 157). Esses princípios de ideal civilizatório se estendem e caracterizam o “empreendimento educacional” conduzido pelas Irmãs de Notre Dame. As regras de conduta e convivência em sociedade começavam a ser “implementadas” pela escola. Havia duas escolhas possíveis, adaptarem-se à elas ou não. Neste último caso as resistências resultavam em exclusão, tanto de docentes como alunos.

[...] a Explicitadora colocou no quadro alguns itens sobre medidas disciplinares para setenta e dois e chegou-se a conclusão que deveria ter um Regimento Interno para o primário, ginásio e normal. Os alunos que chegam tarde recebem falta, mas entram na sala de aula e os alunos que vem sem uniforme também será usado o mesmo sistema. Avisar-se-á os pais dos alunos que gazeiam e se não der resultado eles serão suspensos. [...] O aluno que discutir com o professor será suspenso das aulas (LIVRO DE ATA Nº. 49, 1971, p.61).

Para tentarmos entender o papel das irmãs na sociedade de Maravilha precisamos também procurar entender os interesses da colonizadora. As irmãs são trazidas pela colonizadora para valorizar as terras, através da garantia de escola para os filhos dos colonos. Mas, sua função vai além, pois educaria os alunos para serem sujeitos dóceis e trabalhadores (VIEIRA, 2008, p 35). Isto garantiria a harmonia e o progresso da sociedade.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

No Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete, estava presente muito mais do que costumeiras reuniões pedagógicas. Era uma oportunidade para legitimar uma posição de dominação. Esse sistema contemplava uma proposta centralizadora que vinha de cima, estabelecendo regras, leis, doutrinas e ideologias que estavam colocadas não para serem questionadas, mas para simplesmente serem cumpridas, pois neste momento:

Queria se formar um homem novo, seguidor dos interesses da Pátria. O processo de ensino deveria levar a criança a obedecer e respeitar uma sociedade hierarquizada e de ordens [...] A escola desejada por este projeto republicano requeria o seqüestro generalizado das crianças, a fim de instruí-las para o mundo do trabalho e o respeito aos seus superiores (SOUZA apud DALLABRIDA, 2003, p. 156).

Punem-se os que transgridem e se condecora quem cumpre o seu papel. Um exemplo dessa condecoração transcrevemos a seguir:

Analisado todos os assuntos, passou-se as condecorações. A condecoradora, professora Gilse, fez belíssimas faixas e condecorou o professor Adelar, por ter sido o professor que mais falou, condecorou a Explicitadora, Irmã Lúcia, a animadora, professora Ilse, o Recepcionista, professor Osvaldo, o recreador, professor Altair, o cronometrista, professor Francisco [...] (LIVRO DE ATA Nº. 49, 1971, p.61).

Sob os mais diversos aspectos, a escola se torna um meio eficiente de auxílio à dominação, abrigando na sua pedagogia e metodologia as mais diversas formas de promover a formação de um indivíduo “civilizado”, preparado para receber das relações de poder as mais diversas ordens. A escola, desta forma, tem a pretensão de se tornar um eficiente instrumento da ideologia dominante. Busca-se formar um cidadão com condições de respeitar os preceitos de ordem e progresso e obediência às autoridades e às instituições. Na ata número 52 do dia 30 de março (1972, p. 66) está registrada um “Rastreamento do Sistema Pedagógico”, como foi chamado, para identificar



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

alguns dados da escola. Á respeito do corpo docente e também dos alunos registra-se o seguinte:

Formação Profissional: Licenciados-Acadêmicos, Normalistas, Normalistas estudantes, [...] Complementar, primário incompleto e Mobral. Sexo: masculino e feminino. Idade: 17 até quarenta e cinco anos. Etnias: alemão, italiano, português e polonês. Condições sociais: média ou regular. Proveniência: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Alunos e pais: agricultor comercio, operário e desempregado, idade varia dos quatro aos quarenta e cinco anos. Etnias: alemão, italiano, polonês, português, preto, mameluco. Condições sociais: média a pobre. Comutações: contato e relacionamento de pessoal interno - existe influência de um sôbre (sic) o outro. Há algumas distâncias, grupos e subgrupos. Há fofocas de gozação.

O espaço escolar se torna por excelência o espaço por excelência para a consolidação da disciplina e a classificação dos corpos, com o objetivo de formar uma sociedade baseada nos princípios cristãos e patrióticos que se deseja para o início da década de 1950. Este projeto de colonização, religiosidade e dominação, acontece, porém não efetivamente, pois irá encontrar resistências ao longo do percurso. Isto devido ao fato de a disciplina e vigilância serem constante sobre os corpos, o que pressupõe a condição e a presença de resistências ao longo do percurso de efetivação do projeto de colonização.

## REFERÊNCIAS

GIALDI, Francisco. *Maravilha: sua terra, sua gente, sua história*. 2ªed. Porto Alegre: EST Editora, 2003.

PILATI, José Isaac. *História da Colonização de Maravilha*. Florianópolis: UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

SOUSA, Rogério L. *As escolas Paroquiais*. IN: DALLABRIDA, Norberto (org). *Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

VIEIRA, V. M. *As Irmãs de Notre Dame e a Educação em Maravilha*. 2007. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó-SC, 2007.

## **REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS**

GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE. *Relatório anual de 1957*.

GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE. *Relatório anual do ano de 1958*.

GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE. *Relatório anual do ano de 1959*.

GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE. *Livro de ata*. 1971. Livro nº. 49 p. 61.

GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE. *Livro de ata*. 1971. Livro nº. 14 p. 61.

GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE. *Livro de ata*. 1972. Livro nº. 52 p. 66.

ESCOLA BÁSICA NOSSA SENHORA DA SALETE. *Livro de ata de 1973*.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **SÃO BORJA E SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO ESQUECIDO**

Xana Mendes Dos Santos\*

Rodrigo Ferreira Maurer (Orientador)\*\*

A cidade de São Borja possui uma diversidade cultural referente aos aspectos como: identidade, passado, presente, patrimônios, culturas, costumes e espaços de memória. Analisando o que está inserido na sociedade e o que predomina nela, sendo que esta cultura de “Terra dos Presidentes” pode ser relacionada com o que Castells chama de identidade legitimadora<sup>3</sup> (1999), o que é percebido devido ao fato de sempre haver uma tentativa de legitimação da ideologia trabalhista, onde podemos destacar o Memorial João Goulart (2009), o Mausoléu Getúlio Vargas (2004) e o Busto de Leonel Brizola (2011). Sendo que estes monumentos, estão localizados no centro da cidade, exceto o Memorial João Goulart que localiza-se a uma quadra da praça XV de novembro, onde há grande tráfego de pessoas diariamente.

Em contraponto temos as identidade de Cidade Histórica, tendo sido decretada na data de 11 de Outubro de 1994 pelo governo do estado<sup>4</sup>. Sendo que em via do decreto, o município deveria inventariar e preservar o patrimônio local, sendo ele material e imaterial. Já o discurso de Terra dos Presidentes limitaria esta condição histórica em que a cidade de São Borja se encontra, este discurso está se perpetuando na sociedade, fazendo com quem ela mesma não perceba as outras manifestações culturais a sua volta, caracterizando o que Morin (1990) chama de cultura de massas, onde a população é induzida a seguir um modelo proposto pelo, nesse caso, poder público, sendo que este modelo não

---

\* Acadêmica do VI semestre do curso de história da Universidade da Região da Campanha – URCAMP – Campus de São Borja-RS. E-mail: xana\_msb@hotmail.com.

\*\* Mestre em História Regional pela Universidade de Passo Fundo – UPF. Professor titular do curso de História da Universidade da Região da Campanha – URCAMP – Campus de São Borja.

<sup>3</sup> *Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. (CASTELLS; 1999; p.24).

<sup>4</sup> Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: [http://www.al.rs.gov.br/legis/Mo10/Mo100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNormas=12649&hTexto=&Hid\\_IDNorma=12649](http://www.al.rs.gov.br/legis/Mo10/Mo100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=12649&hTexto=&Hid_IDNorma=12649) .





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

visa o bem comum a todos e sim um interesse particular. Porém percebe-se que há manifestações de culturas populares, como procissão de São João Batista<sup>5</sup> que acontece anualmente e que aos poucos está se ‘acabando’ devido à falta de conhecimento da população para mantê-la, o artesanato missioneiro<sup>6</sup> da cidade e a arquitetura<sup>7</sup>, que está sofrendo constantes danos a sua preservação, talvez por descaso ou até mesmo por falta de conhecimento do grande valor histórico das mesmas. A cidade ainda não possui uma lei de tombamento o que acaba propiciando a derrubada de casas antigas pertencentes ao patrimônio material do município.

O discurso de Terra dos Presidentes, ou seja, o de berço trabalhista nos faz pensar que nesta cidade apenas existe esta identidade, sistematizando uma tendência de abordagem. Nesse caso vale lembrar que a representação matriz do povo são-borjense é missioneira/fronteiriça, haja vista que suas raízes estão estabelecidas num contexto que Maurer (2011) atribuiu como o centro conversor, ou seja, quando ainda a na condição de redução, São Borja, correspondia a uma continuidade política e cultural dos chamados povos ocidentais do rio Uruguai - Yapeyu, La Cruz e principalmente de Santo Thomé – fronteira e redução matriz de São Borja. Nessa linha de raciocínio, porém dentro de uma análise contemporânea de fronteira, Pinto (2010) afirma que o cenário em tela (São Borja - Santo Thomé), sempre foi de grande interesse geopolítico, visto que, esta região está no epicentro do Cone Sul, estando distante dos principais pólos demográficos e econômicos regionais – Porto Alegre e Corrientes, respectivamente. Portanto, levando-se consideração à condição histórica e a possibilidade de aplicação no sentido geopolítico, seria então a condição missioneira/fronteiriça, o primeiro ponto de partida para a

---

<sup>5</sup> IPHAN; IAPH; URI. **Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões.** Santo Ângelo: 2008. Disponível em: <http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file826.pdf>.

<sup>6</sup> IPHAN; IAPH; URI. **Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões.** Santo Ângelo: 2008. Disponível em: <http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file110.pdf>.

<sup>7</sup> IPHAN; IAPH; URI. **Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões.** Santo Ângelo: 2008. Disponível em: <http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file206.pdf>



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

construção de uma identidade, porém vale lembrar que a condição de Cidade Histórica englobaria toda essa questão histórico-cultural envolvendo o cenário social de São Borja, sendo assim poder-se-ia construir uma identidade de projeto como Castells (1999) afirma, para criar e difundir uma identidade mais ampla e multicultural.

A questão da identidade de fronteira nos remete a reproduzir, uma identificação ribeirinha e por conta disso, possibilita uma interpretação coletiva sobre o que abarca o universo político, uma vez que, tal característica no município em foco, foi projetado a partir de interpretações que envolvem este passado missioneiro e parte do século XIX. Tal característica se fez registrar pela primeira vez no período de 1761 a 1768, quando São Borja foi escolhida para ser sede administrativa do então Governador de Buenos Aires Francisco Bucarelli y Ursúa. Já no século XIX, surgiram figuras importantes como Andresito Guacurary Artigas (liderança indígena que tentou retomar o antigo espaço missioneiro), Aparício Mariense e Fernando Miranda (lideranças políticas e responsáveis pela Moção Plebiscitária de 1887). Outro fato histórico que insere São Borja no cenário geopolítico em destaque foi o envolvimento da mesma na chamada Guerra do Paraguai.

Na questão patrimonial, o município ficou registrado em 2006, por estudo do Iphan como o município de maior potencial turístico e patrimonial da região que compõe o cenário missioneiro. Esta cidade registrou patrimônios materiais/imateriais considerados de representação popular, os quais estão envolvendo os túmulos da Maria do Carmo e do Anjinho (túmulos pagãos e de credence popular) e a procissão tricentenária de São João Batista, artesanato missioneiro, a música popular, dentre outras. Todo esse atributo histórico motivou o ex- Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Alceu Collares a reconhecer São Borja como Cidade Histórica. No entanto tal reconhecimento foi 'ignorado' para justificar o que certos políticos locais chamam de Terra dos Presidentes, justificando assim, o que Allan Bloom (1989) referiu como "culturas criadas", uma cultura criada em prol de um interesse



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

político/partidário partidária que procura modificar os cenários materiais para induzir a comunidade local a identificação com o chamado *berço trabalhista*, discurso este que por ser vinculado a política favorece a questão do poder local..

A imagem que São Borja expõe envolve principalmente a questão da ideologia trabalhista e isso de certo modo age no sentido de firmar-se como uma identidade autêntica para o cidadão local. No entanto a aplicação do discurso não garante a formação desta identidade, pois como referiu Bauman (2005), a mesma – a identidade – não tem solidez de uma rocha, podendo ser perfeitamente negociável e revogável. Frente a isso, Colvero & Maurer (2009) caracterizam que a comunidade em tese deveria ter o direito de escolher os monumentos que lhe representam, no entanto a impressão que fica é que a mesma é induzida a representar a contemplação que é conveniente a certos grupos políticos, com a finalidade de fortalecer o slogan; “Terra dos Presidentes”. Esta observação assim condicionada, reflete o discurso de Michel de Certeau (2001), quando definiu que o espaço de produção é caracterizado pelo percurso, sendo ele criado pelo discurso de quem o quer desenvolver, ou seja, um condicionamento criado por aqueles que querem se beneficiar dele, concluindo assim no que Le Goff (2003) chamou de “memória em série”. Nessa ordem, as narrativas de São Borja tem demonstrado que o princípio da organização autêntica se faz por conta de um esquecimento voluntário das demais referências históricas, talvez por total desconhecimento, ou por falta de valorização do mesmo, portanto são encaixadas dentro de um universo coletivo de representação que Milton Santos (2004) conceituou como espaços criados. Sendo que a memória segundo Pippi (2005) é um fenômeno individual e que é constituído por lembranças anteriores, de acontecimentos e pessoas, como ela relata em,

A memória, individual e coletiva, pode registrar tanto personagens fundados em fatos concretos como pode tratar de projeções de qualidades e atributos que se transferem para a necessidade de construção de uma identidade, sem necessariamente terem pertencido ao mesmo espaço-tempo das pessoas. (PIPI; 2005; p.10).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O que se pode perceber, no caso de São Borja, é uma tentativa de perdurar essa memória dos ‘líderes’ Samborjenses no Brasil, na sociedade atual, construindo/relembrando uma memória popular, principalmente se formos analisar a população mais jovem que não vivenciou esse processo político e que algumas vezes pouco compreendem sobre este caso.

Sobre a questão do processo de educação e de percepção dos fatos Santos (1988) fala,

Toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. [...] Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada. (SANTOS; 1988; p.62).

Se cada pessoa vê a realidade de uma forma, cada pessoa tem uma identidade diferente, que ora assemelha-se com a de outra pessoa, ora não se assemelha. Então como podemos afirmar que a identidade de São Borja é a única e exclusiva “Terra dos Presidentes”. Ou como Bauman (2011) coloca que, *a identidade é mutável, o ser humano muda ela ao longo da vida, de acordo com as experiências que ele está vivendo, sendo que o local onde ele vive também influencia nas oportunidades que ele terá na vida e, por conseguinte sua visão de sociedade*<sup>8</sup>. Então o ser humano em constante mudança bem como o seu espaço de origem, leva - o a esquecer de seu passado, perante as ‘propagandas’ existentes sobre o que ele deve seguir, sobre qual é a sua identidade. Com isso ocasionando as perdas patrimoniais da cidade, onde população desconhece o valor histórico, neste caso, dos edifícios históricos destruídos para construção de prédios mais modernos e também dos monumentos da cidade. Pois muitas vezes o próprio Mausoléu de Getúlio Vargas, grande líder trabalhista, é usado como passarela pela população que desconhece seu patrimônio e por isso não respeita.

---

<sup>8</sup> Ver entrevista de Bauman ao Café Filosófico: <http://vimeo.com/27702137>, 2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Longe de querer extinguir essa representação, a proposta é integrar as demais representações culturais a esta existente, transformando esta localidade, em um local multicultural e com maior visualização turística, pois até mesmo parte da população desconhece os pontos turísticos da cidade, e assim como que os visitantes poderão manifestar interesse em conhecê-la, vendo por um lado mais comercial, valorizar a sua identidade hoje torna-se difícil, já que parte dos indivíduos não sabe muito bem no que acreditar, no que seguir, se algo que parece ser a identidade da cidade não a representa, e que talvez ela reconheça a condição histórica desta representatividade, mas que ela não a vê na sua realidade de vida.

A identidade trabalhista foi o resultado de um processo histórico desta cidade, onde como afirma Santos (1988) as características de cada região desenvolveram-se devido aos acontecimentos passados que foram evoluindo e dando condição para essa realidade atual.

## **Metodologia**

A pesquisa foi feita a partir da aplicação de um questionário com a comunidade são-borjense, com fins de verificação do conhecimento da população perante a sua história. O mesmo foi formulado com situações históricas e culturais que o município comporta além dos discursos de Terra dos Presidentes ou de berço trabalhista, envolvendo toda essa questão que envolve o artesanato, a música, a dança, em fim todas as manifestações culturais. Nesse caso sobressaíram-se lembranças como o passado missionário, o contexto da Guerra do Paraguai, a Moção Plebiscitária (1887), as festas populares, dentre outros.

## **Resultados**

Pelo questionário ficou constatado que o cidadão são-borjense desconhece a existência do decreto estadual que tombou o município como



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Cidade Histórica. Esta realidade justifica o que Roger Chartier (1991), considerou como a reprodução do discurso, ou seja, quando os representantes do poder acabam designando, classificando e nomeando de maneira voluntária as referências que a comunidade deve seguir. No caso de São Borja, esta condição foi registrada e provou ainda que o discurso quando bem trabalhado pode ultrapassar as condições do registro formal – no caso, o decreto estadual de 1994 – atingindo assim, a condição de interpretação coletiva.

### **Conclusão**

A aplicação do questionário provou duas realidades destoantes: a primeira é que parte do povo são-borjense é conduzido por setores e representantes do poder político a interpretar e reconhecer a cidade como Terra dos Presidentes, contudo tal interpretação começou a ser colocada sob suspeita pela comunidade local, refletindo o que Norbert Elias (1994) descreveu como a sociedade dos indivíduos, ou seja quando existe uma regra geral de cultura, contudo a mesma não precisa necessariamente ser acompanhada. É isso que Castells (1999) chama de identidade de resistência, onde as representações não difundidas no âmbito local, sobrevivem as margens do mesmo. A questão que envolve este discurso autêntico apenas se sobressai por que boa parte da população desconhece sua história, ou sente que sua identidade é inferior àquela predominante. A cidade de São Borja possui muitas identidades sendo que no âmbito de Cidade Histórica todas essas identidades podem ser abordadas sem que nenhuma se sobressaia como a principal ou a mais importante. Dando representação àquelas minorias ignoradas pela maioria que desconhece a cultura a sua volta. Mostrando a diversidade cultural previamente reconhecida pela condição de Cidade Histórica e dando ao município maior imagem, não só resgatando a história esquecida/ignorada, mas também abrindo maiores possibilidades para o turismo na localidade.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

### Referências Bibliográficas:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNormas=12649&hTexto=&Hid\\_IDNorma=12649](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=12649&hTexto=&Hid_IDNorma=12649)>. Acesso em: 15 agos. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista ao *CAFÈ FILOSÒFICO*. Inglaterra. 2011. Disponível em: < <http://vimeo.com/27702137> > . Último acesso em: 01 set. de 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benetto Vechi*. Tradução de Carlos Alberto de Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2005.

BLOOM, Allan. *O declínio da cultura ocidental*. 3ª ed. SP: Best Seller, 1989.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*. 1. A arte de fazer. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1994.

IPHAN; IAPH; URI. *Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões*. Santo Ângelo: 2008. Disponível em: <<http://www.urisan.tche.br/~iphan>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas/ São Paulo. Ed. UNICAMP, 2003.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo: tradução de Maura Ribeiro Sardinha*. 8ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.

MAURER, Rodrigo F. *Do um que não é sete: o caso da antiga redução de San Francisco de Borja e a dinâmica da diferença*. Passo Fundo, Rio Grande do Sul: UPF, Universidade de Passo Fundo, 2011. (Dissertação de Mestrado).

MAURER, Rodrigo & COLVERO, Ronaldo. *Legados jesuíticos em São Borja: um patrimônio que sofre na Terra dos Presidentes*. In: I Congresso Iberoamericano y VIII Jornada técnicas de restauración y conservación del patrimonio. 2009, La Plata.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

PINTO, Muriel. *As fronteiras pós-modernas e suas contribuições para a atratividade turística e cultural: estudando a fronteira Brasil-Argentina*. In: Observatório de inovação turística – Revista Acadêmica. Volume V – nº 2 – junho de 2010.

Pippi, Gladis Maria. *História Cultural das Missões: memórias e patrimônio*. Porto Alegre: Martins Livreiro – editor, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**ANAIS ELETRÔNICOS DO  
I CONGRESSO  
INTERNACIONAL DE  
HISTÓRIA REGIONAL**

**- Volume II -**

**MOSTRA DE BANNERS**



#### Identificação das obras da biblioteca particular de Getúlio Vargas

Me. Dilossane Vargas da Silva, Ana Paula Dinart, Daian Barcelar Estigarribia, Carlos Alberto Soares da Silva, Maria Aparecida R. de Lourenço, Giovana Mello Franck, Catarina Disconzi Ramos, Rinaldo Rodrigues Lima, Saulo Loureiro Alves, Mateus Claudino Caetano da Silva.

#### Introdução

Esta pesquisa tem por objetivo identificar as obras da biblioteca particular de Getúlio Vargas que se encontram armazenadas no museu Getúlio Vargas em São Borja, para servir de material base para futuras análises e interpretações históricas.

#### Objetivos

Conhecer e interpretar as obras do acervo particular de Getúlio Vargas e identificar os temas e autores.

#### Material e Método

- Conhecer o acervo bibliográfico do ex-presidente do Brasil, Getúlio Vargas.
- Explorar e conhecer os acervos históricos do município de São Borja.
- Integrar a Universidade com a comunidade.

#### Resultados

- Proporcionar a comunidade em geral o conhecimento sobre o conteúdo do acervo bibliográfico particular de Getúlio Vargas.
- Motivar os acadêmicos do curso de história para a pesquisa e extensão.



#### Referências:

BODEA, Miguel. Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1992. p. 14-174.

CÂNEPA, Maria Mercedes. Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

LOUREIRO, Maria Rita. Os economistas no governo, gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 22-60.

1 – Coordenadora do Curso de História e alunos do III Semestre de História – urcamp – São Borja – 2011.

HISTÓRIA / Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes / URCAMP – SÃO BORJA.



## A RECONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA SOCIAL E POLÍTICA DE JOÃO GOULART ATRAVÉS DE IMAGENS

Me. Dilossane Vargas da Silva, Amir da Silva Pinto, Caroline Aparecida F. dos Santos, Carlos Alberto Soares da Silva, Daian Barcelar Estigarribia, Eva Sirlei dos Santos, Jenecir da Silva Pinto, Patricia de Ávila Roos, Taciane C. Candido, Mateus Cláudio Caetano da Silva.

### Introdução

A pesquisa é de grande importância para a historiografia por reconstruir a trajetória social e política de João Goulart, São-borjense e ex presidente do Brasil, através de imagens iconográficas, e principalmente proporcionar ao público o conhecimento da história do Brasil, mostrar fatos e acontecimentos que devem ser interpretados por outro ângulo. "ANNALES".

### Objetivos

Reconstruir a trajetória social e política de João Goulart através de fontes iconográficas.

### Material e Método

A metodologia será através da análise de fontes primárias, fontes iconográficas. Os materiais utilizados para o registro das imagens serão máquinas fotográficas e scanner para digitalização do material.

### Resultados

Elaboração de um documentário com o resultado da pesquisa. O ambiente em que as ações do projeto serão executadas acontecerá na CIM e museus locais de São Borja.



### Considerações Finais

Este estudo proporcionará o registro e interpretação de imagens históricas sobre a trajetória política de João Goulart e também como material de fonte de pesquisa para análise histórica por estudantes e pesquisadores.

### Referências

BRAGA, Kenny. Meu amigo Jango: depoimento de Manoel Leães. Porto Alegre: Sulina, 2003.  
D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Sindicatos Carisma e Poder. O PTB de 1945 – 1965. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996  
VILLA, Marco Antonio. Jango um perfil. (1945-1964) São Paulo: Globo, 2004.

1 – Graduando do III Semestre do Curso de História, 2 – Graduando do III Semestre do Curso de História, 3 – Graduando do VI Semestre do Curso de História, 4 – Graduando do VI Semestre do Curso de História, 5 – Graduando do III Semestre do Curso de História, 6 – Graduando do III Semestre do Curso de História. Orientadora: Prof. Me. Dilossane Vargas da Silva. Coordenadora do Curso de História.

HISTÓRIA / Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes / URCAMP – SÃO BORJA.









## INTRODUÇÃO

Uma vez na nova colônia, os imigrantes buscaram recriar o seu mundo cultural de origem, reconstruindo-o com base nos valores da sociedade camponesa do Norte da Itália, que tinha na religião o seu princípio regulador. A religião é parte do sistema de vida de um povo. Enquanto cultura, envolve não só as crenças mas também as condutas. Isso porque a noção de cultura, conforme (VANUCCHI, 2002), diz respeito ao conjunto das práticas sociais, do modo de fazer, interagir e representar, desenvolvido pelo homem, como uma solução ou resposta para as necessidades de sua vida cotidiana.

O abalo sofrido pelos imigrantes, como consequência da imigração, atinge todo o seu mundo cultural. Se para a sociedade camponesa do norte da Itália a religião funcionava como princípio regulador central, seria certamente ela que viria a permitir a garantia da comunidade, nesse novo mundo, para estes mesmos imigrantes, através da sua vivência e recriação. Foram as capelas, que surgiram ao lado das primeiras choupanas, o elo que não apenas era o sinal material deste endereçamento como era o centro de convergências da população ao único ponto de encontro da comunidade, que além do aspecto religioso dava a vida social das comunidades.

## OBJETIVOS

### Geral:

Compreender, dentro do contexto da imigração italiana e colonização da Região do Médio Alto Uruguai entre 1917 e 1930, os significados e motivos pelos quais a construção de uma capela, era de tamanha importância e até necessidade vital, para os colonos recém chegados.

### Específicos:

- Identificar as influências do catolicismo na condução da vida familiar e comunitária dos colonos italianos.
- Realizar uma reflexão acerca de quais os motivos que a levaram a vir para esta região.
- Identificar as providências tomadas como forma de adaptação, no momento em que se deparam com esta nova realidade e suas características locais, diferentes das de sua origem, e talvez, da idealizada.

## METODOLOGIA

Para falar da importância das capelas no processo colonizador do Médio Alto Uruguai, é necessário, em primeiro lugar, problematizarmos a própria região, através de uma reflexão teórico-metodológica-crítica, quanto a este processo mencionado acima, de forma a realizar uma pesquisa qualitativa, ao tratar dos dados, confrontando-os teórico-empiricamente. O período a ser analisado se delimita entre a maior constante do processo colonizador, ou seja, de 1917 a 1930. Como sistema de estudo, serão considerados os municípios de abrangência do Território da Cidadania Médio Alto Uruguai - RS, que, abrange uma área de 5.800,80 Km<sup>2</sup> e é composto por 34 municípios.

Como ponto balizador da análise, os dados serão avaliados qualitativamente, e, na intenção de enfatizar o processo de migrar e colonizar, o trabalho, a religiosidade, as características políticas que tendem a se evidenciar na construção deste processo na região.

## RESULTADOS

Diferente da imigração italiana, que aconteceu em São Paulo, onde houve a importação de mão-de-obra para substituir o braço escravo, a imigração que se destina ao sul do Brasil tomou forma através da formação de núcleos de colonização, baseados na pequena propriedade (CARNEIRO, 1950). A colonização ocorreu pela necessidade, principalmente, de valorização das terras desocupadas, cobertas de florestas e acidentadas, que eram a principal característica da região do Médio Alto Uruguai. Dessa forma, a política de colonização, implantada pelo governo da época, valorizou a concessão de terras, a famílias, como forma de garantir a permanência dos imigrantes nas áreas coloniais.

Em um primeiro momento da pesquisa, cabe ressaltar que a principal resposta encontrada para a questão "a importância de se construir capelas nos povoados onde se instalavam os imigrantes", vale dizer que, os principais meios de troca e padronização da cultura predominante a ser implantada em suas novas moradas, eram, a religião e o trabalho, já que, a comunicação era algo ainda pouco explorado, existiam poucos meios.

Ao iniciar o povoado, a primeira coisa a ser construída, eram as capelas, o centro de convergências da população, único ponto de encontro da comunidade, que além do aspecto religioso, davam a vida social, trazendo o desenvolvimento e a integração nas comunidades recém-formadas, representando um elo de ligação entre Deus, eles, suas famílias e suas terras natias.

O católico, o padre, e a capela surgem logo após sua chegada, como elementos essenciais ao sucesso da nova morada, sendo que a última, sempre teve prioridade sobre as outras atividades sociais e trouxe, a necessidade da organização de uma sociedade, de muita motivação, trabalho e enfrentamento de dificuldades (GALLIOTO, 1987, pg. 176).

Para uma vertente historiográfica, a religião é o grande eixo organizador da experiência colonial e neste processo, a capela colonial desempenhava um papel insubstituível (MAESTRO, 2003). Algo muito importante, que trazia consigo em confluência com o trabalho, a responsabilidade de definir uma identidade sócio-cultural local, construída a partir do contato com a diversidade, redefinindo padrões morais e éticos.

A organização da região, quanto aos valores, desenvolvimento econômico e sócio-cultural, é estruturada a partir deste ponto de encontro, as capelas, ela vem a ser o eixo que traz ao seu redor, a organização social e política que virá a definir o futuro das famílias e da região. O padre servia como conselheiro, era a pessoa de cultura mais evoluída, mediava a formação de novas famílias, servia como conciliador, amigo e, era a autoridade local, de maior poder sobre as decisões da comunidade.

## CONCLUSÃO

Hoje, a onze anos do novo milênio, é possível, perceber as mudanças ocorridas, e entender seus novos conceitos. Hoje, a religião passou a ser vivida de forma mais ritualista e formal, e o trabalho, está mais individualizado ou se restringindo a colaboração familiar, deixando para o passado o labor em colaboração comunitária. O colono autonomizou-se, gradualmente da autoridade do padre, passando a estar confortável para tomar decisões autônomas, ou então, sendo outras fontes como referência, por exemplo, as informações devidas ao rádio, ao jornal, a televisão e a internet.

Interessa-se que, a capela foi o ponto de referência cultural, e ao seu entorno, houve a reconstrução dos valores sócio-culturais, que permitiram ao imigrante italiano superar as dificuldades iniciais e então projetar uma nova oportunidade de vida ao fixar seus sonhos na nova terra. Para os colonos, a capela era muito importante, mais até que a bodega, o salão e a cancha de bochas, elas eram grandes e bonitas, enquanto o restante das construções fazia-se de maneira que dava, aos poucos e bem simples. Hoje, com a organização da vida social essa realidade passa a ser modificada e percebe-se a construção de amplos salões e capelas pequenas, este, parece ser um indicador do deslocamento do pólo central, do religioso para o social e econômico. As Capelas, tem hoje uma grande diminuição de féis; suas portas já não podem mais ficar abertas ao público sem que tenham guardiões para cuidar seus bens, ou, sem acusando um deslocamento de seu pólo central, o objetivo de ser conforto e acolhida aos que necessitam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERRIGOLLO, W. *Rostos e Rastros no Brasil 1954 – 2004*. Frederico Westphalen: Pluma, 2004.
- GALLIOTO, Antônio, Pa. "O significado das capelas nas colônias italianas do Rio Grande do Sul." In: DE BONI, Luz. *A Presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST/Forandione Giovanni Agnelli, 1987. v. 1, p. 296-312.
- MAESTRO, Mário. *Os senhores do Serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2. ed. revista e ampliada. Passo Fundo: EDUFF, 2001.
- MANFROI, Otávio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafedel, Instituto Estadual do Livro, 1975. 218 pp.
- OLIVEIRO, Wilson. *História Agrária do Médio Alto Uruguai*. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.
- VANUCCHI, Alcio. *Cultura Brasileira: o que é, Como se faz*. São Paulo: LOYOLA, 2002.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO



## COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI-RS: UM PROJETO POSITIVISTA.

SILVA<sup>1</sup>, Fabiana Regina da

### INTRODUÇÃO

Quando ao recorte espacial, opta-se por abordar a Região do Médio Alto Uruguai, composta atualmente por 34 pequenos municípios, por assemelharem-se suas principais características desde o processo de colonização até os dias atuais, e, quanto ao aspecto da temporalidade opta-se pelo período 1917-1930, por ser a fase de maior constante que caracterizou esta colonização, período de grande definição de características sócio-econômico-culturais, locais e regionais, até hoje observadas.

Neste sentido, busca-se compreender o processo histórico-sócio-cultural que define a constituição da região, criada a partir de interesses nacionais, internacionais e locais, da diversidade de valores e costumes que se modificam e ressignificam ao longo do tempo e das situações em que foi concebida, até adquirir a atual conotação. Valores e labores tanto econômicos como culturais, espirituais e históricos ali desenvolvidos, que contemplaram, no período de análise, interesses individuais e coletivos.

### OBJETIVOS

#### Geral:

Compreender dentro do contexto estadual e regional, a colonização da Região do Médio Alto Uruguai entre 1917 e 1930, os significados e motivos pelos quais a colonização neste recorte de tempo se dirige a este locus do país.

#### Específicos:

- Identificar as possíveis influências do positivismo no processo de organização da colonização e, sua aplicação no contexto regional.
- Verificar as influências do positivismo na condução da vida comunitária.
- Realizar uma reflexão acerca de quais os motivos que levaram os colonos italianos a virem para esta região do estado.
- Identificar como se articularam os interesses do estado quanto a este projeto de colonização.

### METODOLOGIA

Para falar do processo colonizador do Médio Alto Uruguai, é necessário, em primeiro lugar, problematizarmos a própria região, através de uma reflexão teórico-metodológica-crítica, quanto a este processo mencionado acima, procurando suporte referencial suficiente, e usando método crítico, de forma a realizar uma pesquisa qualitativa, ao tratar dos dados, confrontando-os teórico-empiricamente.

Como ponto balizador da análise, os dados serão avaliados qualitativamente, e, na intenção de enfatizar o processo de colonizar, o trabalho, a religiosidade, e as características políticas que tendem a se evidenciar na constituição deste processo na região.

### RESULTADOS

Diferente da imigração italiana, que acontece em São Paulo, onde houve a importação de mão-de-obra para substituir o braço escravo, a imigração que se destina ao sul do Brasil tomou forma através da formação de núcleos de colonização, baseados na pequena propriedade (Cameiro, 1950). A colonização ocorreu pela necessidade, principalmente, de valorização das terras desocupadas, cobertas de florestas e acidentadas, que eram a principal característica da região do Médio Alto Uruguai. Dessa forma, a política de colonização, implantada pelo governo da época, valorizou a concessão de terras, a famílias, como forma de garantir a permanência dos imigrantes nas áreas coloniais. O incentivo se dava pela necessidade de povoar e evoluir, quanto maiores as famílias, mais braços para o trabalho, quanto mais trabalho, mais riquezas e em uma visão positivista, progresso ao país.

O Médio Alto Uruguai, é, um recorte regional do estado, conforme Pesavento (1990), podemos definir o recorte do regional, como espaço socializado de realização e de controle do poder por um grupo e, ideologicamente, local sobre o qual a elite e o Estado impõem as suas noções. Estas concepções de regionalização se definem no país, baseadas em articulações políticas e econômicas, de modo, a tornar mais fácil, o controle sobre estes localismos. É relevante, citar que o processo de colonização também é algo planejado estrategicamente para cada região do país, tudo, conforme as necessidades, os interesses e os ideais do estado.

No Rio Grande do Sul, o representante e grande seguidor do Positivismo do Contê, era o Engenheiro Carlos Torres Gonçalves. Conforme Sponchiado (2000), na direção da Diretoria de Terras e Colonização(DTC) em 1922, criou o novo regulamento de terras e colonização, que, vinha pautado no Serviço de Proteção aos Nacionais (SPN). Conforme Sponchiado (2000), o período Castilista é lido como o período áureo do Rio Grande do Sul atribuído à aplicação dos princípios positivistas, sobretudo positivistas. Isso tudo, ocorria em consonância com o processo de colonização da região norte do estado, dentro desta lógica, o estado, aconselhado por Torres Gonçalves, manda para a região do Médio Alto Uruguai como responsável pela comissão de terras, e, principalmente como forma de manter um certo controle para que esta distribuição ocorresse na lógica e, conforme os interesses do estado positivista-castilista-borgista, o engenheiro chamado Frederico Westphalen.

A impregnação positivista no Rio Grande do Sul, se deveu muito ao fanatismo positivista, o engenheiro Carlos Torres Gonçalves; ele propôs a "aliança informal" entre a Igreja Positivista Brasileira (IPB), fundada por ele, em Porto Alegre, e o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), representado pelo positivista Júlio de Castilhos e, depois, por seu seguidor, Borges de Medeiros, ao qual foi também conselheiro, sobretudo em questões relativas aos pontos centrais da doutrina comleana: política indigenista, questões trabalhistas etc (SPONCHIADO, 2000), ainda conforme ele, Torres Gonçalves tinha como princípio, e repetidas vezes dizia: *No Rio Grande do Sul é o Estado quem coloniza.* A cidade de Iral, com seu balneário de águas termais, era, para a época o exemplo concreto do positivismo na região, foi projetada pelo próprio Torres Gonçalves, com toda pompa e circunstância merecida pelos preceitos positivistas.

### CONCLUSÃO

Pode-se dizer sim que a colonização desta região foi baseada em um projeto positivista, pois, o estado, encontrava-se em uma fase de concentração de poder, e, este poder, paulatina-se em termos da teoria positivista, que pode ser perceptível quando se fala de colonizar para civilizar, para pautar a região em termos de ordem e progresso através de europeus que eram considerados mais evoluídos sócio-culturalmente em comparação aos indígenas e aos nacionais que povoavam estas terras antes da implantação deste projeto.

O positivismo, assim como qualquer teoria, veio até nossa região para garantir um projeto com particularidades positivas e negativas. Através do Serviço de Proteção ao Nacional (SPN) e o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), maquiou dar proteção aos verdadeiros donos destas terras, porém, na prática, isso era contrário aos seus próprios preceitos.

Coube a Frederico Westphalen, a tarefa de garantir que os ideais positivistas estivessem sendo implantados com sucesso nesta região do estado. Para isso, foi de fundamental importância, sua presença como responsável pela inspeção de terras, como homenagem a ele, hoje temos seu nome em uma das principais cidades da região, considerada como pólo regional.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JACOMELLI, Jussara. *Frederico Westphalen na lógica do Estado positivista-castilista-borgista (1917-1930)*. Passo Fundo:UPF, 2002
- MANFROI, Olívio. *Emigração e identificação cultural – a colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1975
- OLKOSKI, Wilson. *História Agrária do Médio Alto Uruguai*. São Leopoldo: UMBROSOS, 2002
- SPONCHIADO, Bruno A. *Os positivistas e a colonização do norte do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2000



## Instituições espíritas em Santa Maria/RS: O caso da Sociedade Espírita Estudo e Caridade e o Lar de Joaquina



**Autores:** Bruno Cortês Scherer<sup>1</sup>; Felipe Girardi<sup>2</sup>; Jéssica Nobre Maria<sup>3</sup>;  
**Orientadora:** Beatriz Teixeira Weber<sup>4</sup>;

### INTRODUÇÃO/OBJETIVOS

Este trabalho faz parte de uma pesquisa que objetiva historiar o movimento espírita em Santa Maria/RS, com base na documentação de instituições espíritas kardecistas, através das quais se pretende considerar suas formas de organização e ação social. Tal estudo justifica-se em função da presença do Espiritismo na cidade como um importante movimento na congregação de adeptos religiosos, sobretudo, a partir da década de 1920. Aqui, apresentamos a "Sociedade Espírita Estudo e Caridade" (SEEC), fundada em 1927, por um grupo de mulheres espíritas da cidade. Em 1932, esta instituição organizou o "Abrigo Espírita Instrução e Trabalho", atualmente conhecido como "Lar de Joaquina", que funcionou até a década de 1990 como abrigo para menores, e hoje atua como creche e escola de ensino fundamental. Especialmente, procura-se analisar como esta instituição de grande relevo na cidade se constituiu e desenvolveu suas atividades ao longo do século XX.

Fonte: Arquivo Sociedade Espírita Estudo e Caridade

Fonte: Arquivo Sociedade Espírita Estudo e Caridade




SEEC Lar de Joaquina (1972).

SEEC Lar de Joaquina (2011).

### METODOLOGIA

Inicialmente foi realizado o levantamento da documentação preservada pela instituição, que inclui livros de atas e de registros de internos do abrigo, relatórios anuais de atividades, correspondências e acervo fotográfico. Até o momento nos detivemos ao trabalho de digitalização, transcrição e análise das fontes. Simultaneamente ao trabalho com as fontes está sendo realizada uma revisão bibliográfica contemplando obras de cunho histórico, sociológico e antropológico que tematizam a História do Espiritismo, bem como obras que se referem estritamente à Doutrina Espírita, a fim de melhor compreender a organização e ação do movimento espírita.

### CONCLUSÃO

A pesquisa encontra-se em andamento, portanto, as conclusões são parciais. Nesse sentido, a documentação apurada até o momento constitui-se na principal fonte para o conhecimento histórico da evolução do trabalho realizado pela Sociedade Espírita Estudo e Caridade e pelo Lar de Joaquina, que durante 65 anos funcionou como um abrigo para atender crianças desamparadas. Outras perspectivas de análise também tem se apresentado, uma delas diz respeito à margem de atuação da instituição no movimento espírita local, bem como suas relações com o movimento espírita regional e nacional.

### REFERÊNCIAS

BASTOS, Lauren Abredir. *Representações e Práticas sobre Saúde e Doença entre Líderes Praticantes dos Centros Espíritas em Santa Maria*. Santa Maria: Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais/UFSM, 2011.

DAMAZO, Sylvia F. *Da Bita ao Porco: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Betford Brasil, 1994.

HARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. Tradução de Guillon Ribeiro. 66. ed. Rio de Janeiro: FER, 2005.

LIDAGIY, Ilmarino. *O grande medizador: Chico Xavier e a cultura brasileira*. São Paulo, SP: EDURC, 2004.

SILVA, Fabio Luiz de. *Espiritismo: História e Poder (1838-1948)*. Londrina: EDUEL, 2005.

Fonte: Arquivo Sociedade Espírita Estudo e Caridade



Livro de Atas da SEEC (1963-1971)

Fonte: Arquivo Sociedade Espírita Estudo e Caridade



Abrigo "Instrução e Trabalho" (1932)

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>4</sup> Professora do Departamento do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Maria. Pós-doutorado em História das Ciências da Saúde COC/FOCRUZ.





**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Departamento de História**

## OCUPAÇÃO E DESMATAMENTO NO OESTE DE SANTA CATARINA NO SÉCULO XX

**Autores:** Graduando Gil Karlos Ferri - UFSC (karlosferri@hotmail.com)  
 Doutoranda Samira Peruchi Moretto - UFSC (samirapm@gmail.com)  
 Orientadora Prof. Dr.ª Eunice Nodari - UFSC (eunice@cfl.ufsc.br)

A ocupação das áreas florestais do Oeste de Santa Catarina, no século XX, por migrantes italianos e seus provenientes na sua maioria do Rio Grande do Sul, representou modificações tanto na vida das pessoas, quanto na paisagem da região. Neste período, houve iniciativa tanto pública quanto privada para o povoamento e exploração dos recursos naturais deste território. A maior parte do Oeste Catarinense era coberto por duas florestas: a Floresta Ombrófila Mista e a Floresta Estacional Decidual. As florestas serviram como incentivo e propaganda para atração dos colonos. A extração madeireira e a transformação dos espaços em áreas agrícolas transformou a paisagem.



*Moderna no Oeste Catarinense, início do século XX. Acervo: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) / Clube (SC).*

A nossa pesquisa ainda está em andamento, porém, já podemos destacar a importância que o Oeste de Santa Catarina representou ao Governo no decorrer do século XX. A região foi notada como promissora, e através da colonização e exploração dos seus recursos naturais poderia trazer ganhos ao Estado. Como aponta a Mensagem do Presidente do Estado de Santa Catarina, Adolpho Konder à Assembleia Legislativa em 1928, referindo-se ao Oeste catarinense:

“No termo ainda desocupado, porém, de grande produtividade, por terem sido objeto de concessões a empresas colonizadoras, viu tudo o que atualmente gradativamente toma com elementos já nacionalizados, oriundos das antigas colônias estrangeiras deste Estado e do Rio Grande do Sul, e que constituem indubitavelmente o melhor fator para o povoamento de nosso solo.”

Destes modo, ao observarmos os anseios do atual momento, faz-se necessário uma nova configuração do raciocínio social. Afinal, reconhecer que o processo de ocupação de um território implicou em notáveis danos ao ambiente é dotar este ambiente de sua devida importância através da crítica do presente.

**Referências:**  
 DEAN, Waiman. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.  
 DRUMMOND, José Augusto. *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.  
 MEDERROS, João de Deus. Introdução. *Revista Floresta com Araucárias: um símbolo da mata a ser salva da extinção*. APREMAVI, 2004.  
 SANTA CATARINA. Mensagem do Presidente do Estado de Santa Catarina, Adolpho Konder à Assembleia Legislativa. Florianópolis, 1928, p. 76. Acervo: APESC.  
 NODARI, Eunice S. *Formação regional: práticas associativas no oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora UFSC, 2009.



*Mapa Geográfico de Santa Catarina, com a região Oeste do Estado em destaque. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/historigrafia/mapas/ibge.html>*

Este trabalho tem como objetivo analisar o desdobramento histórico das transformações ocorridas nas áreas de florestas do Oeste de Santa Catarina, com o processo de colonização. O período pesquisado vai até a década de 1970 quando se esgotam praticamente todas as áreas florestais da região. A análise da documentação foi feita sob o viés da História Ambiental, na tentativa de compreender a relação entre os grupos sociais e o meio circundante. Entre as fontes pesquisadas destacamos: documentação oficial (relatórios de governo, legislação estadual e municipal; censos demográficos; relatórios das companhias colonizadoras), e os periódicos regionais, bem como a iconografia disponível em acervos.



*Transporte de madeira pelo rio Uruguai, Oeste catarinense, início do século XX. Acervo: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) / Clube (SC).*

**Agradecimentos:**  
 CNPq: Bolsa de Iniciação Científica e Projeto Germinação Tripartite: as colônias alemãs e a modelagem antropica das paisagens em biomas do Brasil e da África.  
 FAPESC: A natureza devastada: ocupação e desmatamento no Rio Grande do Sul e no Oeste de Santa Catarina (1875-1970).





**LABIMHA – Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental**



**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Departamento de História**

### Um olhar Histórico sobre o Uso de Agrotóxicos e as Intoxicações Humanas em Santa Catarina

**Auxílios:**  
Graduanda Josiana Carvalho Barbosa (josicarb@hot.com)  
Prof. Dr. Emílio Nodari (emilio@ufsc.br)  
Prof. Dr. João Klug (joaoklug@yahoo.com.br)  
Prof. Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho (miguelmxc@ufsc.br)



Propaganda Defensiva. Revista Sotol, 21/07/1981

A existência de inúmeros estudos em diferentes áreas do conhecimento, nos levou a refletir sobre a ausência da discussão do tema na área de História. Os diferentes estudos sobre agrotóxicos e os seus reflexos nocivos à saúde humana, na sua utilização na agricultura, seus efeitos negativos no meio ambiente, entre outros. No presente trabalho será analisado, principalmente, o segundo aspecto, aliado a saúde humana, devido ao avanço na detecção das intoxicações causadas por agrotóxicos. Rachel Carson em sua obra clássica *Primavera Silenciosa* já alertava para os efeitos nocivos dos agrotóxicos no meio ambiente e na vida dos diferentes seres. A discussão do uso de agrotóxicos em Santa Catarina está ligada diretamente à história da extensão rural e as suas instituições.



Gráfico Intoxicação em Santa Catarina 1986-2008. Fonte: CITEC

Nos últimos 60 anos, a promoção do uso de agrotóxicos foi feita tanto pela indústria quanto pelo sistema oficial de extensão rural. Constatou-se também, a falta de precaução e de segurança no uso dos agrotóxicos pelos agricultores, possivelmente em decorrência da ausência de informações técnicas a respeito dos efeitos adversos ao meio ambiente e das situações de risco à saúde humana. Conseqüentemente, o número de intoxicações e de óbitos causados pelos agrotóxicos, igualmente aumentou durante o período avaliado. Somente após os anos 1980 as preocupações com os efeitos nocivos dos agrotóxicos passam a constar dos documentos oficiais, mas sem o uso de medidas eficazes de evitar danos, pois as intoxicações humanas no mesmo período foram crescentes.

**Agenda Informativa:**  
CTDq: Germânos Trepoza: as colônias alemãs e a modelagem europeia da paisagem em terras do Brasil e do Afonso  
FAPESC: A natureza dominada: ocupação e domatamento no Rio Grande do Sul e no Oeste de Santa Catarina (1875-1970)

**Referências Bibliográficas:**  
ACARIBO, Relatório. Florianópolis, 1987  
ACARESC, Relatório. Florianópolis, 1984  
CARSON, Rachel. *Primavera silenciosa*. São Paulo (SP): Maldozonetto, 1964. 303p.  
EPACRI, Relatório. Florianópolis, 1992. p.17  
IBGE. Censo-Agropecuario 1971. Santa Catarina. Rio de Janeiro.



Apliação de Agrotóxicos. Arquivo LABIMHA

Questionamentos aplicados no mesmo estudo mostraram que 92% dos informantes consideravam o agrotóxico perigoso, mas mesmo assim 57% aplicavam o produto sem equipamento de proteção individual. Os números acima demonstraram a ausência das campanhas do sistema de extensão e das empresas produtoras de agrotóxicos, bem como a negligência dos agricultores, quanto as medidas de segurança no uso destes produtos. Tanto o incentivo quanto a falta de precaução no uso de agrotóxicos constatado em SC, está plenamente de acordo com as receitas da revolução verde.



**LABIMHA – Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental**



**Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de História**



**Universidade Federal de Santa Catarina**

## 2008: a História se repete no Vale do Itajaí?

**Autores:**  
Graduando Luis Guilherme Fagundes - UFSC (luisguilherme\_13@hotmail.com) Bolsista PIBIC/UFSC/CNPq  
Dr. Marcos Aurélio Espindola - UFSC (marcedriver@gmail.com) Bolsista PRODOC/CAPES  
Prof. Dr.ª Eunice Sueli Nodari - UFSC (eunice@efh.ufsc.br)

Em Santa Catarina temos observado inúmeros desastres ambientais. Estes eventos são tratados, normalmente como fenômenos independentes sem grandes correlações. O nosso entendimento é que esses eventos precisam ser observados como fenômenos físicos e culturais, pois a Natureza hoje existente é resultado da interação com a ação humana. Os eventos que trouxeram, novamente, Santa Catarina para a mídia nacional foram os deslizamentos de terra e as enchentes de novembro de 2008, no Vale do Itajaí e que serão o foco principal do trabalho. A pesquisa abre novas perspectivas de estudos históricos e interdisciplinares levando em consideração que estamos propondo uma metodologia diferenciada das já existentes para analisarmos os desastres ambientais.



**Figura 01 - Barragem 2008 - Itajaí.** Fonte: Foto de Marcelo Martins



**Mapa 01 - Mapa do Estado de Santa Catarina. Distribuição dos Municípios que do leito da Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública em novembro de 2008.** Fonte: Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí

O trabalho integra o projeto coordenado pela prof.ª Dr.ª Eunice S. Nodari, denominado: Desastres Ambientais e Políticas Públicas em Santa Catarina nos séculos XIX, XX e início do XXI. O objetivo do presente é discutir os desastres que ocorreram no Vale do Itajaí - SC em 2008. A catástrofe foi uma equação, em que foram somadas diferentes variáveis. A singular geologia, a pujante e prolongada precipitação atmosférica, a topografia acidentada e a ocupação desordenada produziram como resultado um acontecimento único que não pode ser comparado às demais enchentes que ocorreram na região.

Este projeto faz uma análise interdisciplinar, utilizando como base a História Ambiental. Para compreender como acontecem tais eventos no decorrer da história é preciso trabalhar as mais diferentes fontes, muitas delas já conhecidas dos historiadores, mas não interpretadas pela abordagem da história ambiental. Além da documentação oficial (relatórios de governo, leis, decretos federais, estaduais e municipais), há uma série de documentos (jornais, revistas, teses, fotografias, gravuras, cartas, memoriais, literatura, etc.) que estão sendo pesquisados.

Em função dos desastres ambientais, que ocorreram no Vale do Itajaí, no ano de 2008, como podemos notar nas figura 01, 02 e 03, houve transformação na paisagem local. Tais alterações influenciaram de forma direta a vida dos grupos sociais que habitam a região.

**Referências Bibliográficas:**  
DRUMMOND, José A. A história ambiental: temas, fontes e fontes. In: Estado brasileiro. Rio de Janeiro, s.d., p.184-198, 1991.  
FRANK, Dede e SEVERIANO, Lucio, orgs. Desastres de 2008 no Vale do Itajaí – água, gente e política. Florianópolis: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.  
São de Defesa Civil. Acesso em 02 de setembro de 2011. Disponível em: www.desastres.gov.br  
WURSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.



**Figura 02 - Deslizamentos no morro do Morro do Itajaí, Itajaí, novembro de 2008.** Fonte: Foto de Fábio Duarte



**Figura 03 - Danos a infra-estrutura, Itajaí, Itajaí, novembro de 2008.** Fonte: Foto de Danilo Schneider

**Apoio Financeiro:**  
Bolsa PIBIC/UFSC/CNPq  
PRODOC/CAPES – Projeto: Desastres Ambientais e Políticas Públicas em Santa Catarina nos séculos XIX, XX e início do XXI.



**LABIMHA – Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental**





## O PEQUENO AGRICULTOR DE SÃO BORJA: A REALIDADE EM MEMÓRIA

Alcir Barbosa dos Santos\*  
Rodrigo F. Maurer (orientador)\*\*

### Introdução

Este estudo versa sobre o pequeno agricultor, especificamente os que se encontram numa faixa etária acima dos 60 anos e que acompanharam a transição do processo produtivo no que se refere aos modos de produção, bem como a mecanização na lavoura.

Nesse sentido, faz-se necessário preservar a memória deste pequeno agricultor a fim de chegar-se a uma interpretação coesa sobre as questões que envolveram os campos de outrora e suas atribuições na vida dos mesmos.

### Objetivos

Esta proposta tem por objetivo compreender o universo coletivo que envolve a memória do pequeno agricultor do município de São Borja assim dispostos em três localidades do interior.

### Material e Método

A metodologia usada está baseada em entrevistas direcionadas ao público alvo que se encontra numa faixa etária acima dos 60 anos de idade.

### Resultados

Pelo presente estudo foi possível perceber uma fragmentação em série sobre a cultura do pequeno agricultor. Pois o mesmo foi envolvido pelas mudanças ocorridas no cenário em tela, o que acabou facilitando a exclusão deste por conta do crescimento e confirmação do latifúndio e do agronegócio.



### Considerações Finais

Ao percorrer a zona rural observa-se imensos cinturões verdes e inúmeras casas abandonadas, as quais chamamos de "taperas". Diante disso é visível o crescimento do êxodo rural, o que acaba descaracterizando um cenário até pouco persistente e auto-sustentável.

### Referências

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: ed. Vértice, 1990.
- THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- PRADO, JUNIOR, CAIO. *A formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004, 7ª reimpr.
- ZARTH, PAULO AFONSO, *Do Arcaico ao Moderno*. Ijuí: ed. unijuí, 2003.
- CARDOZO, CIRO FLAMARION, *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

\*Acadêmico do VI semestre do curso de História da Universidade da Região da Campanha – URCAMP – Campus de São Borja

\*\*Licenciado em História. Mestre em História regional pela Universidade de Passo Fundo - UPF



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE HISTÓRIA - LP



## DISCURSOS SOBRE JOÃO MARIA EM CIRÍACO-RS

Alini Luza Morais

Acadêmica do curso de História/UPF  
Bolsista de Iniciação Científica do Projeto Religiões e Religiosidades,  
coordenado pela Profa. Gizele Zanotto

A região de Ciríaco é situada no norte do Rio Grande do Sul. A localidade foi emancipada em 1965 – até então fazia parte do município de Passo Fundo/RS. Sua colonização iniciou ainda em fins do século XIX. A população tem predomínio de imigrantes italianos que, em sua maioria, se dizem católicos. Todavia, a região faz parte da trajetória de pregação do monge João Maria, um peregrino que pretensamente vagava pela região sul do país, associado aos Monges do movimento messiânico na região do Contestado – ocorrido entre os estados de Santa Catarina e Paraná (1912-1916). A crença nesse pregador e em sua força profética e milagreira evidenciam que a religiosidade católica dos ciriaquenses não se limita aos ritos e rituais oficiais do catolicismo, mas se expande para além das fronteiras ortodoxas. Neste trabalho propõe-se a analisar – de forma inicial – elementos dos discursos contemporâneos e associações no imaginário de devotos ciriaquenses sobre o chamado São João Maria.

A memória é vetor de um sentimento de pertencimento coletivo, que é passada de geração para geração através da narrativa, de símbolos, eventos e espaços de memória. Nos discursos analisados – coletados de maneira informal pela autora da pesquisa – percebemos a forte presença do que Azevedo define como religiosidade popular, “essa religiosidade relaciona-se mais com a estrutura da comunidade local do que com a sociedade nacional e é relativamente independente da Igreja formal”. Além dessa religiosidade, percebemos nos discursos uma presentificação dos acontecimentos, uma ruptura entre a relação tempo/espaço, defendendo aparições e milagres ainda presentes no cotidiano dos entrevistados.

*“meu filho não andava até os 3 anos de idade, daí nos levamo ele la na capelinha do São João Maria. Deixamo ele sentadinho e saímo sem alzar prá ele. De repente ele veio correndo atrás de nós. O véinho apareceu pra ele e fez ele andar!” (João Machado Lopez (55 anos), agricultor. Entrevistado por Alini Luza Morais no dia 01/11/2010.)*

Pela fala e deferência com que o monge é referenciado, percebe-se grande significação, simbologia e associação da memória de São João Maria com bens materiais e com a sua articulação às pessoas simples, como aquelas que o veneram ainda em nossos dias. No caso de uma fotografia encontrada durante a pesquisa (imagem acima), um senhor – assim a descreve:

*“Olha ali nos pés dele. As sandálias. Não são normais para a época e para um andante qualquer! Elas são iguais às sandálias dos doze apóstolos naquele quadro da mesa, da santa ceia. [...] o copinho aqui do lado dele é a “cuinha” dele, viu como é pobrinha ela! [...] o chapuzinho dele é de couro de jaguatirica”. (João Machado Lopez (55 anos), agricultor. Entrevistado por Alini Luza Morais no dia 01/11/2010.)*

Percebemos a importância dessas manifestações religiosas como representantes da cultura da região, permitindo um maior conhecimento sobre a sociedade local. Consideramos também a força emergida por João Maria entre os devotos, que mesmo se denominando católicos cultuam e santificam um santo não reconhecido pela Igreja Católica.

### Referências:

- AZEVEDO, Thales de. *Problemas metodológicos da sociologia do catolicismo. Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- MAITINS, Pedro. *Território e socialidade: temas e práticas interdisciplinares*. Florianópolis: FECT, 2009.
- KOSSOY, Boris. *Realidades e Fieções na Trama Fotográfica*. Cotia: Ateliê editorial, 2009.
- LE GOFFE, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 2003.
- WELTER, Tânia. *O profeta São João Maria continua encanando ao meio do povo. Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2007.
- João Machado Lopez (55 anos), agricultor. Entrevistado por Alini Luza Morais no dia 01/11/2010.



Fonte: acervo pessoal de João Machado Lopez





UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE HISTÓRIA – LP



### São João Batista: Do Rio Jordão a Padroeiro de Nova Prata

Angélica Balzan

Acadêmica do Curso de História/UPF  
Bolsista de Iniciação Científica do Projeto Religiões e Religiosidades,  
coordenado pela Profa. Gizele Zanotto

A cidade de Nova Prata, localizada na Serra Rio-grandense, conta com uma população de mais de 22.000 habitantes. Emancipada em 11 de agosto de 1924, hoje com 87 anos, esta cidade vem percorrendo sua trajetória sob a proteção de São João Batista, abrangendo uma população de jovens e adultos, e na semana em que se festeja em honra ao santo, todas as religiões são abraçadas pela fé.

São João Batista, foi consagrado pela Igreja Católica Apostólica Romana e seus fiéis como o santo 'batizador', o qual viria como precursor do Messias – segundo a tradição católica. Desta forma, seu culto remonta a muitos séculos, comemorando no dia 24 de junho sua natividade. No Brasil seu festejo se constituiu no século XV com o início da colonização portuguesa, celebrando esta data em conjunto com índios que possivelmente aderiram à ideia da festividade com muito entusiasmo. Já na cidade de Nova Prata, esse festejo iniciou com a doação de um local para a construção da Igreja, hoje Paróquia São João Batista e Nossa Senhora Aparecida.



Todo ano, durante a semana consagrada ao santo, é realizada na cidade a festa em honra ao batizador, que será objeto de nossa análise. Segundo Segalen, os ritos ou rituais são um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica. Partindo deste conceito de ritual, articulando-o a noção de religiosidade popular, esse trabalho será realizado, analisando a prática de agentes renovadores e transformadores na sociedade pratese pelo locus da festa de São João Batista. Nesse sentido, podemos analisar a festividade de uma forma diferente, sob o olhar da história, buscando acrescentar ao contexto histórico-religioso uma nova perspectiva: o evento, o apadrinhamento da cidade e a história do próprio município.

A partir da problemática lançada, buscaram-se fontes de pesquisa acerca do tema incitado. Levantadas estas, partiu-se para as respostas das problemáticas lançadas pela pesquisa: como São João Batista tornou-se padroeiro de Nova Prata? Quem iniciou o processo de devoção ao santo nesta cidade do interior do Estado? A devoção ao santo teria iniciado quando Silvério Antônio de Araújo doou, em 1889, para a Igreja uma parte de suas terras ainda pertencentes ao município de Alfredo Chaves, hoje Veranópolis, e que nesta época era denominada de Capoeiras, mais tarde Prata. Somente após sua morte, início do século XX, esta doação foi homologada e ratificada pela sua esposa e pelo Fórum da Comarca de Bento Gonçalves, por volta do ano de 1904. Com a construção da Igreja era necessário ter um santo para direcionar a devoção do povo da então São João Baptista do Herval, primeiro nome de Nova Prata. Seguindo a homenagem a São João Batista, iniciou-se por volta da década de 30 o festejo anual em devoção ao santo. Nesta festa em honra ao mártir são celebradas missas que engrandecem os feitos/grças alcançadas deste, elevando desta maneira o célebre santo junto à Paróquia e a todos os cidadãos devotos.




Com a devoção tão explícita de Silvério de Araújo a este santo, que batizou Jesus Cristo no Rio Jordão, podemos analisar junto ao cidadãos também a ele devoto, que São João Batista ainda permanece muito presente nos dias de hoje na fé da população pratese. Nestes dias de festejo, pode-se visualizar como a religião ainda pode juntar pessoas.

#### Referências:

- XERRI, Eliana Gasparini. Nova Prata: uma incursão na história; Caxias do Sul, RS: Educs, 2004.  
GALEAZZI, Zaira. O Grande Prata e sua História; Porto Alegre. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Belinas, 1982.  
SEGALLEN, Martine. Ritos e Rituais Contemporâneos; Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.  
BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas; São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.  
ANDRADE, Solange Ramos de. A religiosidade católica e a santidade do mártir. Projeto História, São Paulo, n. 37, 2008.  
ISAIA, Artur César. Introdução/Em busca de uma unidade moral. In: Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.





**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**CURSO DE HISTÓRIA -LP**

**HISTÓRIA**

## AS "TRÊS ONDAS" DO PENTECOSTALISMO NO BRASIL E SUA REPERCUSSÃO EM PASSO FUNDO/RS

GUILHERME PARAVISI MACHADO E MIGUEL EDUARDO DOS SANTOS  
 Acadêmicos do curso de História/UPF  
 Coordenado pela professora Gizele Zanotto


A história do movimento pentecostal no Brasil ainda está sendo escrita. Mesmo com o investimento analítico sobre o tema nas últimas décadas ainda há extenuante trabalho a ser desenvolvido. Nossa proposta é justamente elencar as bases dos estudos em andamento a partir da perspectiva da análise do pentecostalismo em três ondas e aproximar tal proposta da realidade religiosa de Passo Fundo/RS. As fases do movimento pentecostal no país demonstram a diversificação social, religiosa e política pentecostal. A primeira onda trata da consolidação das igrejas no Brasil - de início a Congregação Cristã em (1910) e a Assembleia de Deus (1911), fundadas no norte do país. A segunda onda trata da criação de novas igrejas a partir da década de 1950 – entre as inúmeras denominações fundadas temos a Igreja do Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo, Deus é Amor. A terceira onda, a mais polêmica, representa um pentecostalismo midiático (também denominado neopentecostalismo) e, conseqüentemente, mais visível. Desta onda, iniciada na década de 1970, são destaques a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus, Sara Nossa Terra e Renascer em Cristo. Em Passo Fundo há várias denominações pentecostais com templos instalados, evidenciando que a difusão nacional também tem sua repercussão na cidade e região. Podemos perceber que alguns grupos de pentecostais mantêm a conduta de usos de vestes diversificadas (saia quatro dedos a baixo do joelho para as mulheres e roupa social para os homens). Em geral são fervorosos em suas orações e se consideram escolhidos por Deus - este é o caso da Igreja Deus é Amor, localizada no bairro Cruzeiro em Passo Fundo. A instituição, pertencente a segunda onda do movimento pentecostal, atribui muito de sua fé à "cura divina" e a prática do exorcismo. Também as duas igrejas mais antigas do movimento pentecostal no Brasil, pertencentes, portanto, a chamada primeira onda, possuem igrejas em Passo Fundo. A Congregação Cristã fica localizada no bairro Petrópolis, sendo pouco midiática e não promovendo eventos religiosos de grande porte. A Assembleia de Deus possui duas sedes na cidade e apresenta um grande número de congregados, chegando mesmo a oferecer cursos bíblicos para seus membros. Já a Igreja O Brasil para Cristo tem sua sede no bairro Cruzeiro em Passo Fundo. Essa foi a única igreja pentecostal fundada por brasileiros em 1955 e foi a primeira a apresentar um evangélico em cargos políticos sendo este eleito em 1962 para deputado federal. Já a Igreja do Evangelho Quadrangular localiza-se no Centro da cidade e foi fundada por uma mulher. O início da terceira onda do movimento pentecostal geralmente é atribuído a fundação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Em Passo Fundo a IURD está localizada no Centro, na Avenida Brasil. A instituição faz amplo uso da TV e rádio e presença marcante também na política. Esta igreja teve sua fundação em 1977 e não para de crescer. Em seu discurso, há forte marca da questão financeira e também trabalha com a prática do exorcismo, o que acaba atraindo muitos para suas reuniões.

O que nos chama a atenção é a divisão dentro do movimento de um lado os tradicionais que tem o predomínio dos homens dirigindo as congregações, e do outro as igrejas chamadas liberais que não aplicam nenhum tipo de regra a respeito de vestimentas e que possuem/aceitam na direção mulheres. contemporâneo

No século XXI a igreja evangélica está representada em todas as camadas sociais, mas também políticas, militares, econômicas e mesmo acadêmicas (várias instituições possuem escolas e mesmo universidades) e está sendo aperfeiçoada com cursos de teologia bíblica com pastores formados em diversos cursos acadêmicos. Este movimento apresenta desde o seu surgimento um aperfeiçoamento intelectual, institucional e religioso possibilitando aos frequentadores um melhor entendimento do que representa a igreja para a sociedade. Afora as variações de discurso e prática, evidentes, sobretudo ao contrapor-se às três ondas, o elemento unificador da ênfase no Pentecostes as vincula de maneira indelével. Diversidade na unidade, eis o mote para compreensão do universo religioso e pentecostal.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, João Ferreira. Bíblia de estudo aplicação pessoal. Gráfica da Bíblia 1995, 17 jan. Folha Universal, São Paulo. Igreja Universal do Reino de Deus, ano VII, n.390, 1999, set./out. 1999  
 FRESTON, Paul. Breve história do Pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1994. P. 67-75



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -**

## SÃO BORJA E SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Xana Mendes dos Santos<sup>1</sup>

Rodrigo F. Maurer<sup>2</sup> (orientador)<sup>2</sup>

### Resumo:

São Borja foi tombada cidade histórica em 1994, devido a o seu grande potencial cultural, hoje ela é conhecida por ser a Terra dos Presidentes, porém é esquecida enquanto patrimônio histórico. Os aspectos culturais, como por exemplo o culto à São João Batista que anualmente possui uma procissão, estão se perdendo já que parte da população desconhece este tipo de cultura existente na cidade. A verificação de apenas um discurso que caracteriza a identidade deste local, o de Terra dos Presidentes, faz com que as outras identidades como a identidade gaúcha, ribeirinha, pampiana, missioneira, fronteiriça, dentre outras, sejam esquecidas. Essas identidades paralelas mantêm-se a margem da identidade maior, sendo que estas estão ‘morrendo’ aos poucos sucumbidas pela ideia de que a identidade trabalhista é a mais importante e portanto as demais que a cercam não são significativas. Logo a verificação do conhecimento da população perante sua história nos dará margem para desenvolver estudos sobre como desenvolver essas identidades, promovendo uma maior representação delas na identidade local.

### Metodologia:

A pesquisa foi feita a partir da aplicação de um questionário com a comunidade são-borjense, com fins de verificação do conhecimento da população perante a sua história. O mesmo foi formulado com situações históricas e culturais que o município comporta além dos discursos de Terra dos Presidentes ou de berço trabalhista, envolvendo toda essa questão que envolve o artesanato, a música, a dança, em fim todas as manifestações culturais. Nesse caso sobressaíram-se lembranças como o passado missioneiro, o contexto da Guerra do Paraguai, a Moção Plebiscitária (1887), as festas populares, dentre outros.

### Considerações Finais:

A aplicação do questionário provou duas realidades destoantes: a primeira é que parte do povo são-borjense é conduzido por setores e representantes do poder político a interpretar e reconhecer a cidade como Terra dos Presidentes, contudo tal interpretação começou a ser colocada sob suspeita pela comunidade local, refletindo o que Norbert Elias (1994) descreveu como a sociedade dos indivíduos, ou seja quando existe uma regra geral de cultura, contudo a mesma não precisa necessariamente ser acompanhada. É isso que Castells (1999) chama de identidade de resistência, onde as representações não difundidas no âmbito local, sobrevivem as margens do mesmo. A questão que envolve este discurso autêntico apenas se sobressai por que boa parte da população desconhece sua história, ou sente que sua identidade é inferior àquela predominante. A cidade de São Borja possui muitas identidades sendo que no âmbito de Cidade Histórica todas essas identidades podem ser abordadas sem que nenhuma se sobressaia como a principal ou a mais importante. Dando representação àquelas minorias ignoradas pela maioria que desconhece a cultura a sua volta. Mostrando a diversidade cultural previamente reconhecida pela condição de Cidade Histórica e dando ao município maior imagem, não só resgatando a história esquecida/ignorada, mas também abrindo maiores possibilidades para o turismo na localidade.

<sup>1</sup>Acadêmica do VI semestre do curso de história da Universidade da Região da Campanha – URCAMP – Campus de São Borja-RS. E-mail: xana\_msb@hotmail.com.

<sup>2</sup>Mestre em História Regional pela Universidade de Passo Fundo – UPF. Professor titular do curso de História da Universidade da Região da Campanha – URCAMP – Campus de São Borja.



### Objetivos:

Analisar a utilização dos discursos e suas aplicações na cidade de São Borja com a intenção de explicar o cotidiano que envolve o cidadão samborjense e, por conseguinte a sua própria história.

### Referências Bibliográficas:

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXTO&Hid\\_TodasNormas=12649&hTexto=&Hid\\_IDNorma=12649](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=12649&hTexto=&Hid_IDNorma=12649)>. Acesso em: 15 agos. 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. Entrevista ao *CAFÊ FILOSÓFICO*. Inglaterra. 2011. Disponível em: <<http://vimeo.com/27702137>>. Último acesso em: 01 set. de 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*: entrevista a Benetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto de Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2005.
- BLOOM, Allan. *O declínio da cultura ocidental*. 3ª ed. SP: Best Seller, 1989.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*. I. A arte de fazer. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1994.
- IPHAN; IAPH; URI. *Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões*. Santo Ângelo: 2008. Disponível em: <<http://www.urisan.tc.br/~iphan>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas/ São Paulo. Ed. UNICAMP, 2003.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*: tradução de Maura Ribeiro Sardinha. 8ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.
- MAURER, Rodrigo F. *Do um que não é sete: o caso da antiga redução de San Francisco de Borja e a dinâmica da diferença*. Passo Fundo, Rio Grande do Sul: UPF, Universidade de Passo Fundo, 2011. (Dissertação de Mestrado).
- MAURER, Rodrigo & COLVERO, Ronaldo. *Legados jesuíticos em São Borja: um patrimônio que sofre na Terra dos Presidentes*. In: I Congresso Iberoamericano y VIII Jornada técnicas de restauración y conservación del patrimonio. 2009, La Plata.
- PINTO, Muriel. *As fronteiras pós-modernas e suas contribuições para a atratividade turística e cultural: estudando a fronteira Brasil-Argentina*. In: Observatório de inovação turística – Revista Acadêmica. Volume V – nº 2 – junho de 2010.
- PIPPI, Gladis Maria. *História Cultural das Missões: memórias e patrimônio*. Porto Alegre: Martins Livreiro – editor, 2005.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

ANAIS ELETRÔNICOS DO  
I CONGRESSO  
INTERNACIONAL DE  
HISTÓRIA REGIONAL

- Volume II -





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO INÍCIO DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1937)<sup>1</sup>**

Darciel Pasinato<sup>2</sup>

Relacionando os aspectos até então destacados, dá-se um novo olhar à educação, nos anos iniciais do Governo de Getúlio Vargas, considerando aspectos econômicos, sociais e principalmente religiosos.

O ano de 1926 marcaria vários acontecimentos importantes na vida política nacional. Temos a fundação do Partido Democrático, em São Paulo e a eleição do novo presidente, Washington Luís. A sucessão presidencial de Washington Luís inicia a fase nacional da vida pública de Getúlio Vargas. O autoritarismo de Washington Luís foi o fato desencadeante de uma crise. A eleição de 1930 era uma farsa, com o resultado previamente conhecido. Os trabalhos da apuração evidenciaram a fraude generalizada. “A derrota eleitoral cindira a Aliança Liberal em dois partidos: os que, aceitando a eleição de Júlio Prestes, procuravam agir em consequência, assegurando-se a sobrevivência política, e os que se comprometiam na conspiração, visando à solução revolucionária” (SILVA, 2004, p. 51). A Revolução de 1930 encontrou, no assassinato do presidente da Paraíba e candidato à vice-presidência da República João Pessoa, a sua causa desencadeante.

A sistemática exclusão, repressão e manipulação do movimento operário pelas classes dominantes são os suportes da idéia de Revolução de 1930. Por trás desses objetivos, uma mesma e única lógica os identifica: a lógica da dominação. “O que havia, como de resto continua havendo, era um confronto fundamental entre burguesia e proletariado. A ideia de que existiu uma

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional de História Regional Mercosul: Integração e Desencontros.

<sup>2</sup> Graduado em História (2008) e especialista em Orientação Educacional (2011) pela Universidade de Passo Fundo. Atualmente é aluno do programa de pós-graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo. E-mails: [darcielpasinato@bol.com.br](mailto:darcielpasinato@bol.com.br) / [77131@upf.br](mailto:77131@upf.br)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

revolução em 1930 cumpre precisamente o papel de apagar o real, ou seja, o confronto do qual resultou a derrota do proletariado” (TRONCA, 1995, p. 14).

Os representantes da classe dominante paulista empenharam todos os esforços na articulação do Movimento de 1932. Através do discurso ideológico, seus interesses particulares apareciam como universais, ou seja, de todos. Em 1932, setores dissidentes da classe dominante paulista se uniram. “As ‘classes conservadoras de São Paulo’ se colocaram contra o Governo Provisório que representava uma outra fração da classe dominante brasileira, interessada no fortalecimento do Estado, na sua intervenção na esfera da política e da produção” (CAPELATO, 1982, p. 21). Getúlio Vargas prometeu socorrer a lavoura de café, propondo-se a batalhar pelo aumento dos preços do produto.

Havia queixas de que o Governo Federal movia uma guerra tarifária contra a indústria paulista. Os industriais apoiaram o Movimento, ocupando papel de destaque na “preparação econômica da guerra”. As classes conservadoras de São Paulo se encarregaram das articulações políticas do Movimento, sustentaram economicamente a guerra, e promoveram a campanha de mobilização do “povo paulista” para a luta. A participação dos estrangeiros foi bastante valorizada. A presença dos intelectuais como uma categoria específica também foi destacada. Dava-se ao Movimento de 1932 o caráter de uma luta entre a “elite intelectual”, a “consciência esclarecida do país”, contra a “soldadesca da ditadura”. Havia presença de índios e negros no movimento. Formou-se um batalhão de soldados negros.

Durante os primeiros dois anos do Governo Provisório, o grupo tenentista procurou consolidar sua presença política em âmbito regional e nacional. O Governo Provisório enfrentou crises regionais, que se agravavam com as pressões dos setores oligárquicos dissidentes, de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul que haviam participado da Revolução de 1930. A dificuldade de relacionamento entre os tenentes e a elite política paulista estendia-se também às facções dissidentes da oligarquia desse estado. A situação em São Paulo tornava-se mais complexa na medida em que, além do



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

confronto entre os tenentes e as forças políticas locais, surgia uma disputa pelo poder estadual no seio do próprio movimento tenentista.

Os trabalhos da Constituinte de 1934 se deram num momento em que Getúlio Vargas encontrava-se comprometido com um projeto de abertura política para o país. A permanência de Vargas no poder tinha como contrapartida uma Constituição que atendia os interesses das oligarquias do Centro-Sul do país. Uma vez aprovada a nova Constituição e eleito o presidente da República, a Assembleia Constituinte foi transformada em Assembleia Ordinária. Segundo Medeiros; Hirst “se por um lado redefiniam-se a vida institucional brasileira, por outro iniciava-se um progressivo desajuste entre a insatisfação cotidiana das camadas médias urbanas e os canais políticos que se ofereciam para que tal insatisfação pudesse ser expressada” (1982, p. 10).

A alteração do grupo detentor do poder através de um movimento armado, como o ocorrido em 1930, constitui um importante elemento no processo de formação dos Estados nacionais. A formação do Estado nacional envolve a construção de um aparato governamental com a atuação efetiva em todo o território nacional. A construção do Estado, implica a existência de um objetivo comum no qual se empenham diferentes grupos da sociedade. A Revolução de 1930 teria cumprido uma importante etapa na reestruturação do Estado nacional brasileiro, na medida em que abriu espaço para um projeto político e alocou às elites um papel central no encaminhamento de um programa de ação.

A Igreja só intervém na política porque esta invadiu os seus domínios. O programa católico foi incorporado à Constituição de 1934, como uma significação para a história do catolicismo no Brasil. Alceu Amoroso Lima analisa a posição dos católicos em face do integralismo. Os católicos deveriam rejeitar as atitudes de condenação, expectativa ou exaltação, sendo aceitáveis apenas dois tipos de atitudes diante do integralismo: compreensão e participação. O integralismo, entre todos os partidos políticos, seria para ele o que mais justificava a adesão de um católico.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Plínio Salgado inicia com a apresentação de um par de conceitos – a concepção materialista e a concepção espiritualista da vida. Tais conceitos, segundo ele, existiram em todas as épocas da humanidade. Com esses dois conceitos definidos, Plínio Salgado passa a analisar a sociedade liberal, para ele, da supremacia da concepção materialista da vida. O socialismo jamais se constituiria numa alternativa para o liberalismo. “O socialismo ateu é tão materialista quanto o liberalismo. A única diferença entre os dois reside no caráter antiindividualista do socialismo, que abomina a liberdade e a competição, categorias básicas do mundo liberal. O materialismo socialista seria então coletivista, baseado na força do Estado” (GOMES et al, 1980, p. 302).

Com o fortalecimento do Estado, ocorrido após 1930, teriam os intelectuais sucumbido pela sedução dos empregos públicos que lhes foram oferecidos. Nas palavras de Pécaut “o nacionalismo de quem eram porta-vozes não aparece senão como uma maneira de obter o reconhecimento do Estado” (1990, p. 21). No Brasil dos anos 1920, os projetos dos intelectuais eram inseparáveis da vontade de contribuir para fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente. A intervenção política dos intelectuais inseriu-se em uma conjuntura de recriação institucional.

O povo era tido como “índole pacífica”. Ao mesmo tempo em que, em 1931 Getúlio Vargas apelava ao direito à revolução para justificar a participação popular, em 1934, começaria a ver o povo não mais como desejoso consciente de um movimento que refletia os “interesses superiores nacionais”, mas como uma massa ignorante e passiva. O ano de 1931 marca a aproximação de Vargas com os tenentes e o início do descontentamento dos antigos políticos: muitos deles passavam agora à oposição. “A ideologia de Vargas, portanto, entrosava-se perfeitamente com as propostas tenentistas, e a reciprocidade de apoio político entre ambos é elemento indispensável para entender a composição do poder pelo menos até a constitucionalização do país em 1934” (FONSECA, 1989, p. 167). A Revolução permanente era a transformação, a realização de eleições era um empecilho para a democracia. O governo definia-se como “popular” em



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

oposição à classe dominante reacionária. Justificava-se, assim, a ditadura. Convém assinalar que nem mesmo a volta ao regime constitucional, em 1934, significava, do ponto de vista de Getúlio Vargas, o final do ciclo revolucionário.

A sociedade e o sistema político brasileiro se tornam cada vez mais complexos quando avançamos o período de 1930. Getúlio Vargas vem para o poder nacional após governar o Rio Grande do Sul, dando início a uma nova era na história do país. O ano de 1930 é geralmente considerado como marco inicial do Brasil moderno. A Revolução de 1930 surgiu em um contexto de crise econômica gerada pelo impacto da crise mundial sobre o comércio do café. Um outro modelo substitui a burguesia pelas classes médias como fator dinâmico e explicativo da Revolução de 1930. “Estabelecido como um compromisso entre as oligarquias regionais e um grupo de jovens oficiais e intelectuais modernizantes, surgindo num momento em que ocorria um acréscimo nos níveis de participação política no país, o regime de Vargas afastou de si os grupos mais militantes, que se filiaram ao movimento integralista, seja ao movimento da Aliança Nacional Libertadora” (SCHWARTZMAN, 1982, p. 109).

O advento da República a partir de 1889, abriria novas perspectivas para a instrução pública. O novo regime se dizia alicerçado no direito das massas. O voto seria a arma do povo e a mola propulsora do governo, porém, a grande maioria da população brasileira era analfabeta, jamais tendo frequentado a escola. Se houve uma preocupação em aumentar o número de escolas, o mesmo não ocorreu, em relação à qualidade do ensino. A nova mentalidade reinante, era favorável à dinamização da instrução pública. Havia no Brasil, uma população, onde o número elevado de analfabetos era uma constante, onde as escolas existentes ofereciam um ensino de baixa qualidade, facilitando a ação das autoridades quanto à manipulação desses contingentes populacionais.

A Revolução liderada por Getúlio Vargas em 1930, trouxe uma série de inovações no caminho de um estado autoritário que vai refletir na legislação federal e, por conseguinte também na esfera estadual. Em 1934 foi promulgada uma nova carta constitucional, dando dimensões diferentes à política



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

educacional. “O preceito constitucional e algumas leis federais, aliadas á política de nacionalização de Getúlio Vargas propiciaram o surgimento nos Estados de reformas educacionais” (MONTEIRO, 1983, p. 59). A obrigatoriedade do ensino primário não era nova na legislação brasileira. A instalação do Estado Novo e o conseqüente espírito nacionalizador que tomaram conta da política do governo da República, abriram novas perspectivas para a aplicação da obrigatoriedade escolar. Era preciso, evitar, por todos os meios, a evasão escolar, pois só assim os resultados poderiam ser satisfatórios.

Assumindo o poder em fins de 1930, o Governo Provisório tratou logo de estabelecer condições de infra-estrutura administrativa para fazer prevalecer alguns dos princípios básicos em que se fundamentava o novo regime, criaram-se logo novos Ministérios. O da Educação e Saúde Pública foi instituído logo após a tomada do poder, no ano de 1930. Seu primeiro Ministro da Educação e Saúde foi Francisco Campos. A reforma do ensino secundário foi proposta em 1931, e depois consolidada em 1932. A reforma do ensino secundário foi uma verdadeira reforma, pois criou uma situação nova para a escola secundária. “Nem o Colégio Pedro II, modelo de educação secundária para todo o país, pôde fugir à regra e teve de submeter-se ao regime de exames parcelados que eliminavam a seriação dos cursos secundários” (ROMANELLI, 2001, p. 135).

A Reforma Francisco Campos teve de dar organicidade ao ensino secundário, estabelecendo o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. Estabeleceu normas para admissão do corpo docente e seu registro junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública. A nota final seria a média das notas mensais, das provas parciais e do exame final de cada disciplina.

A questão do ensino religioso poderia ser considerada uma questão de ordem secundária na evolução do sistema educacional brasileiro, se não fossem as polêmicas que suscitou. A Constituição da República e a sua instituição nas Constituições de 1934 e 1937 foram feitas à base de lutas de caráter ideológico. A





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Igreja Católica, que até então praticamente monopolizava, no Brasil, o ensino secundário, estava, desde a proclamação da República, agastada com a laicidade do ensino.

Na ordem social oligárquico-aristocrática, na qual a educação escolar se constituía em privilégio das elites, carecia de sentido a ação estatal, com vistas a fazer expandir o ensino público e gratuito. A elite pagava a sua educação e a Igreja exercia um quase monopólio do ensino. As classes médias em ascensão reivindicavam o ensino secundário, e as camadas populares, o ensino primário. A campanha em torno da escola pública foi uma campanha que, crescendo de intensidade na época, visava, à concretização de um dos princípios máximos do movimento: o do direito de todos à educação. Entendiam os reformadores que o direito de todos significava a igualdade de direito do homem e da mulher às mesmas oportunidades educativas. Nesse sentido, eram intransigentes os católicos: confundia-os uma questão essencialmente pedagógica com questão de ordem moral baseadas, em princípios sedimentados em hábitos de educação religiosa. “O perigo representado pela escola pública e gratuita consistia não apenas no risco de esvaziamento das escolas privadas, mas consistia, sobretudo no risco de extensão de educação escolarizada a todas as camadas, com evidente ameaça para os privilégios até então assegurados às elites” (ROMANELLI, 2001, p. 144).

A partir de 1930 a crise do sistema educacional desenvolveu-se tendo como mola propulsora uma competição entre o crescimento acelerado da demanda social de educação e o aparecimento de uma demanda de recursos humanos, com reflexos próprios do sistema capitalista. As camadas dominantes foram inábeis na reestruturação do sistema educacional, acentuando a crise e deixando de responder a necessidade social de educação e as novas necessidades de formação de recursos determinados pela economia em transformação. Com a Revolução de 1930, surgiu na sociedade brasileira a preocupação com as origens do seu subdesenvolvimento, se comparada às sociedades apontadas como desenvolvidas.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

As necessidades da nacionalização e da industrialização que ocorriam no país, desconsideraram o aspecto humano da educação, uma vez que distinguiram apenas a questão do trabalho sob uma orientação própria de sociedades capitalistas. O *Manifesto dos Educadores de 1932*, apesar de ser uma tentativa de representar o sentido educacional da reconstrução nacional, via reconstrução educacional no Brasil, defendendo **a educação pública, escola única, laicidade, co-educação, obrigatoriedade e gratuidade**, princípios estes de caráter histórico e estrutural, traduziu as ambiguidades, as contradições e as diferentes correntes do liberalismo. De acordo com Schetter “o grupo de educadores liberais que participavam do movimento desde o início da década de 1930, não eram um grupo homogêneo, o que contribuiu para manter o confronto com o grupo católico como questão fundamental” (1992, p. 61). Nesse sentido o ideário liberal contribuiu para o governo estabelecer negociações com determinados setores da sociedade civil.

Com a criação do Ministério da Educação, o Governo Federal procurou alcançar três objetivos: ampliar sua faixa de participação no desenvolvimento da educação; desenvolver os instrumentos destinados a unificar, disciplinar e propiciar a articulação e integração aos sistemas isolados; e, estabelecer os mecanismos destinados a promover o relacionamento federal com os diversos sistemas. Por um lado, tais atribuições constituíram o início da construção de um sistema nacional de educação, por outro lado assinalaram uma profunda centralização das competências. A autonomia dos Estados e dos diversos sistemas educacionais foi limitada; quase tudo passou a depender da autoridade superior (Governo Federal).

No que diz respeito aos objetivos, tanto a reforma de Francisco Campos (1931) quanto a de Gustavo Capanema (1942), atribuíram ao curso secundário uma dupla finalidade: formação geral e preparação para o ensino superior. Tanto em 1931 quanto em 1942 a estrutura do ensino secundário foi montada em dois graus, com duração total de sete anos. O fundamental era comum a todos e pretendia oferecer uma sólida formação geral. O complementar



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

pretendia adaptar os candidatos aos cursos superiores. No que diz respeito aos conteúdos curriculares, houve nova queda da participação da área de Humanidades. “Em 1942, os índices relativos a cada área foram os seguintes: Comunicação e Expressão: 34,3%; Matemática e Ciências: 24,3%; Estudos Sociais: 22,8%; outras atividades: 18,6%” (PILETTI C., 1990, p. 179).

As tentativas de reforma do ensino vinham desde a década de 1920. Em São Paulo, o propósito de combater o analfabetismo e a preocupação de integrar os imigrantes gerou em 1920 uma reforma na educação. “A partir de 1930, as medidas tendentes a criar um sistema educativo e promover a educação tomaram outro sentido, partindo principalmente do centro para a periferia. Em resumo, a educação entrou no compasso da visão geral conservadora” (FAUSTO, 2004, p. 337). É costume apontar a inspiração fascista do Governo de Getúlio Vargas na área educativa. O Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, sem envolver uma grande mobilização na sociedade.

Os educadores liberais sustentavam o papel primordial do ensino público e gratuito, sem distinção de sexo. O ponto de vista dos reformadores liberais foi expresso no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, lançado em 1932. Este manifesto propunha a adoção do princípio de “escola única”, concretizado, em primeira fase, em uma escola pública e gratuita, aberta a meninos e meninas de sete a quinze anos, onde todos teriam educação igual e comum. Os pioneiros defendiam a ampla autonomia técnica, administrativa e econômica do sistema escolar para livrá-lo das pressões de interesses transitórios. O governo de Getúlio Vargas mostrou inclinação pela corrente católica, sobretudo na medida em que o sistema político se fechava.

O Governo Provisório (1930-1934) tornou facultativo o ensino religioso nos cursos primário e secundário. “Durante o ano de 1932, apesar dos graves problemas gerados pela Revolução Constitucionalista, a área do ensino foi objeto de várias medidas não só da parte do Governo Provisório, como igualmente, dos estaduais, a cargo, estes últimos, dos interventores” (NISKIER, 1995, p. 252). Além da reformulação dos métodos de ensino, procedeu-se à



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

construção de uma série de prédios destinados a abrigar, em condições ideais, os alunos das escolas primárias. Falava-se com muita insistência na maior presença das crianças nas salas de aula.

A política do Exército proposta por Góes Monteiro dentro do projeto intervencionista aparece claramente em suas linhas essenciais: criação de um partido único; fortalecimento dos aparelhos repressivos do Estado; controle dos aparelhos ideológicos, capaz de disciplinar as novas gerações e fazer desaparecer a luta de classes. A influência do Exército sobre a prática da educação física nas escolas foi real e duradoura. “Com efeito, embora a necessidade da educação moral e cívica nas escolas como instrumento de difusão ideológica e disciplinamento continuasse a ser enfatizada em nível de discurso, na prática, sobretudo a partir de 1935, o controle e a repressão sobre o sistema de ensino passam a ocupar o primeiro plano” (HORTA, 1994, p. 26).

Entre os primeiros a defender este tipo de educação, podemos citar Isaias Alves, membro do Conselho Nacional de Educação e futuro Secretário da Educação do Estado da Bahia. Isaias Alves vai mais longe que Góes Monteiro, defendendo a implantação da educação militar nas escolas e o apelo ao sentimento nacionalista dos alunos. A proposta de militarização da juventude, feita por Francisco Campos, em 1938, encontrará viva oposição nos próprios meios militares e não se concretizará.

Um dos grandes problemas da educação desenvolvida até então no Brasil era o excesso de instrução em detrimento da formação do caráter. No quadro de concepções veiculadas naquela conferência, o professor devia buscar outros exemplos na história dignos de serem imitados. O professor devia adotar como estratégia para o ensino dessas virtudes a narração de historietas, reais ou fictícias, sobre atos de cunho moral praticados por figuras ilustres. No nacionalismo que se esboçava nesse período, a virtude tinha pátria, e essa pátria tinha nome: *Brasil*.

Foi no governo de Getúlio Vargas que se efetivou a primeira reforma de ensino de alcance nacional. “A reforma de 1931, com relação ao ensino de



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

história, propunha a substituição da *História Universal* pela *História da Civilização*, mudança que implicava o rompimento com uma visão tradicional católica, do conhecimento histórico e a aproximação com uma visão laica, de fundamento positivista” (CAIMI, 2001, p. 36). Com relação ao ensino de moral e civismo, a Reforma Francisco Campos tratou de eliminá-lo do programa escolar como disciplina oficial.

O projeto político-educacional do governo revolucionário instalado a partir de 1930 operacionalizaria, por meio de medidas concretas e eficazes, todas as perspectivas nacionalistas proclamadas desde o final do Império. É evidente que a educação não foi a única via utilizada para garantir o sucesso do projeto nacionalista. O governo Vargas lançaria mão de outros meios, entre eles o rádio, o cinema, o esporte, a literatura e, sobretudo, a imprensa escrita. De qualquer forma, a educação escolar e o ensino de história, oferecem uma contribuição fundamental.

O ensino de História na escola secundária sofreu mudanças significativas a partir da Reforma Francisco Campos, em 1931. As reformas educacionais eram precedidas de debates, encontros e inquéritos. O secundário era um grau de ensino tutelado pela legislação federal, sendo que cada estado da federação dependia de um poder centralizado definido pela Constituição de 1891, reiterado pela de 1934 e implementada pela de 1937. A escola particular teve um predomínio sobre o ensino secundário. É importante ressaltar que os ginásios públicos não eram gratuitos. A manutenção das escolas oficiais era coberta pela arrecadação de taxas escolares, pagas pelos alunos.

Democratizar o ensino era ampliá-lo para determinada parcela da população. A escola era um instrumento da campanha à presidência, campanha que anunciava as marcas “populistas” que avaliavam o desempenho governamental pelas ações sociais. A qualidade do ensino nas escolas preparatórias não era questionada, por que os pais podiam contar com as fraudes no decorrer dos exames, servindo-se de relacionamentos sociais e políticos. Ao lado, dos interesses comerciais das escolas preparatórias e das



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

escolas particulares, devia-se enfrentar a dificuldade em superar uma mentalidade imediatista arraigada nas famílias em condições de enviar filhos para o ensino superior.

O currículo proposto por Francisco Campos encontrou uma série de obstáculos, não tendo se concretizado na prática. Mal se iniciara o curso complementar em 1936, Gustavo Capanema elaborava um inquérito de proporções nacionais, visando reformar o ensino secundário. A finalidade do ensino secundário, dividia os diversos grupos de intelectuais. As divergências dos educadores católicos com o grupo signatário do Manifesto de 1932 tiveram como ponto crucial a introdução do ensino religioso nas escolas públicas. A educação moral e cívica, defendida pelos educadores da Escola Nova, significava um ensino leigo, desvinculado das “tradições católicas do povo brasileiro”. Em meio, aos debates sobre “cultura geral” *versus* “humanidades clássicas”, “nacionalismo” ou “universalismo”, “ensino religioso” ou “ensino laico”, ocorreu a multiplicidade das disciplinas históricas no currículo. O ensino das “humanidades” inseria-se na formação dos futuros dirigentes da nação brasileira.

O ensino de História, em meio às reformas educacionais do secundário, evidenciou outros ritmos de mudanças. Um primeiro ponto de abordagem sobre a relação entre a prática do ensino de História e os pressupostos teóricos no nível do conhecimento histórico, refere-se aos programas de ensino. A reforma Francisco Campos, terminou com a diversidade de programas, tornando conteúdos, métodos e avaliações únicos e obrigatórios para todo o país. O Ministério da Educação, ao tornar-se o lugar da produção dos programas, teve de criar um rígido sistema de controle educacional para ter êxito na uniformização e homogeneização do ensino em nível nacional. “O combate aos métodos de ensino de História que apelavam apenas para a memorização fora, portanto, realizado alguns anos antes da elaboração das propostas de Campos, mas a efetivação de uma nova prática de ensino não parecia preocupar sequer os





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

que realizavam as críticas aos antigos ‘modos de se ensinar a História’” (BITTENCOURT, 1990, p. 70).

O desempenho do professor era considerado como um dos fatores dos insucessos das reformas educacionais. O preenchimento de cargos de professores nas escolas particulares obedecia a critérios vagos, não se submetendo a concursos. A formação insuficiente dos professores e a forma de recrutamento e seleção de professores complicava-se ainda mais pelas condições de trabalho. Havia discriminação com as mulheres no sentido de impedir seu acesso às escolas secundárias e estudos superiores.

O ensino secundário que passou a ser proposto reforçava a necessidade de acentuar o caráter cultural do ensino preparador dos futuros “condutores das massas” a formação humanística e a formação patriótica pareciam os instrumentos perfeitos para a tarefa difícil de organizar o Estado e suas instituições. A autonomia da História do Brasil colocava-se dentro do espírito nacionalista para difundir um passado único para a nação. No final dos anos trinta, a proposta de História do Brasil reforçava o ideário da “unidade nacional”. Os alunos dos ginásios oficiais e das escolas particulares deveriam frequentar as diversas séries e para receber o diploma no final do curso tinham de esforçar-se para compreender “as leis do progresso humano”. Deveriam entender “a evolução e as tradições de sua pátria”.

Por fim, como marca de lançamento da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República (1930), a educação aparece como um dos instrumentos apropriados para assegurar a “valorização do homem” e melhorar a condição de vida dos brasileiros sob o ponto de vista moral, intelectual e econômico. Com este trabalho pretendeu-se contribuir para o incentivo da pesquisa nessa área. Tentou-se mostrar, a inovação que se deu na educação, a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930. Mudanças que ocorreram apenas nos grandes centros urbanos, onde o modo de produção capitalista se desenvolveu, enquanto que nas zonas rurais, o ensino ficou restrito apenas ao ensino primário como na época da República Velha.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria. *Pátria, civilização e trabalho*. O ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Edições Loyola, 1990.

CAIMI, Flávia Eloísa. *Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina; OLIVEIRA, Lucia Lippi (Coord.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma biografia comentada da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro; Fundação Getúlio Vargas;/Brasília/: INL, 1980.

HORTA, José Silvério Baia. *O Hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do ensino: uma contribuição à História da Educação*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983.

NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história (1500-2000)*. Rio de Janeiro: Consultor, 1995.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. *História da educação no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

SILVA, Hélio. *Vargas: uma biografia política*. Porto Alegre: L & PM, 2004.

TRONCA, Ítalo A. *Revolução de 30: a dominação oculta*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO ESTADO NOVO (1937-1945)<sup>1</sup>**

Darciel Pasinato<sup>2</sup>

No dia 10 de novembro de 1937, tropas da polícia militar cercaram o Congresso e impediram a entrada dos congressistas. O Estado Novo foi implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações. O presidente da República recebia poderes para confirmar ou não o mandato dos governadores eleitos. O Estado Novo concentrou a maior soma de poderes até aquele momento da História do Brasil independente. A partir desse momento, desapareceu a representação via Congresso. Podemos sintetizar o Estado Novo sob o aspecto socioeconômico, dizendo que este representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais.

O golpe de 1937 foi o desfecho quase pacífico de inúmeras tensões e conflitos que se desenvolveram no Brasil ao longo da década de 1930. O campo principal de conflito definiu-se em torno da questão regional. A derrubada efetiva da República Velha não se consumou com a Revolução de 1930, mas apenas iniciou-se então, com a tomada do poder pelas oligarquias dissidentes em aliança com uma jovem oficialidade modernizante, constituída principalmente de tenentes. Seria erro grave considerar que o golpe resultou apenas do confronto entre as forças politicamente ativas. O trunfo maior consistiu exatamente em mobilizar a adesão de segmentos não diretamente inseridos no processo político. Estes atores, que constituem a chamada “sociedade civil”.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional de História Regional Mercosul: Integração e Desencontros.

<sup>2</sup> Graduado em História (2008) e especialista em Orientação Educacional (2011) pela Universidade de Passo Fundo. Atualmente é aluno do programa de pós-graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo. E-mails: [darcielpasinato@bol.com.br](mailto:darcielpasinato@bol.com.br) / [77131@upf.br](mailto:77131@upf.br)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

A década de 1930 viu consolidar-se um discurso intelectual de crítica ao liberalismo econômico e à democracia representativa. “Esses intelectuais advogavam a instauração de um regime forte, voltado para a arbitragem dos conflitos entre o capital e o trabalho, bem como de um modelo corporativo que realizasse a tão necessária aproximação entre a sociedade e o Estado” (CAMARGO et al, 1989, p. 253). O que a Igreja recebeu em troca de sua decisiva colaboração no golpe de 1937, não foi pouco: em primeiro lugar, o apoio às escolas religiosas, e, em segundo lugar, a inserção de importantes quadros católicos nas instituições oficiais. O modelo vencedor em 1937 foi o corporativismo de Estado, com a forte adesão das classes produtoras e de expressivos nomes da intelectualidade brasileira do período.

A Aliança Nacional Libertadora teve um importante impulso no Rio Grande do Sul. O manifesto de Luís Carlos Prestes e o fechamento da ANL causaram duros golpes ao movimento popular, operário e antifascista. O golpe militar de 1937 não encontrou oposição social e popular no Rio Grande do Sul e no Brasil. O Estado Novo promoveu como ideologia oficial o nacionalismo e reprimiu as tendências regionalistas. A política de nacionalização teve grande impacto, nas regiões de colonização alemã e italiana. “No País, a censura àqueles que o combatem e as facilidades de comunicação aos que o aplaudem formam um falso coro de elogios. Mas é preciso formar uma boa imagem do Brasil – Estado Novo no exterior, para onde vazam notícias menos auspiciosas” (SILVA, 2004, p. 63).

O governo utilizava duplamente o fracasso da ANL: amplia o exercício da repressão e consegue que o Congresso aprove uma série de medidas excepcionais. “O golpe de 10 de novembro de 1937 traz consigo uma nova Carta, que define as atribuições do Estado, sua natureza e relação com a sociedade. Extinguem-se os partidos políticos, centralizam-se as decisões econômicas e torna-se absoluto o poder do chefe da nação” (MEDEIROS; HIRST, 1982, p. 13). Getúlio Vargas consegue imprimir-lhe a essência personalística de sua ação centralizadora. Com o Estado Novo, consolida-se uma nova estrutura político-



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

administrativa, que visa garantir o poder decisório de um governo centralizado e autoritário.

A participação do Estado na atividade econômica também implica a busca de um padrão ótimo de relacionamento com as classes produtoras. Getúlio Vargas cria mecanismos de aproximação com o empresariado. A vinculação entre este rompimento e o fim da outorga da Carta de 1937 fica nítida nas próprias declarações de Getúlio Vargas, que relaciona a instalação de um regime democrático com o fim da II Guerra Mundial (1945).

A rejeição do modelo liberal de Estado pela direita nacionalista foi acompanhada pela defesa de um modelo político que fosse ao mesmo tempo autoritário e corporativista. O Estado Novo deveria ampliar sua autoridade para exercer funções novas: políticas, econômicas, sociais e educacionais. A formulação de projetos fundados no autoritarismo e no corporativismo pelos intelectuais do Brasil integrava um movimento mais amplo de negação da ideologia e dos regimes liberais cujo epicentro era o continente europeu. Entre as experiências de extrema direita, as de maior impacto sobre o cenário brasileiro foram sem dúvida o *fascismo* e o *nazismo*, vistos por sua magnitude como os líderes mundiais da *nova ordem*. Ocorreu na Europa o aparecimento de movimentos nacionalistas e de direita que desenvolveram ideologias autoritárias contra tudo que pudesse atentar contra conceitos conservadores de ordem e de nação: o socialismo, o anarquismo, a democracia, entre outros.

A criação de uma extensa legislação corporativista foi um dos traços mais marcantes dos governos presididos por Getúlio Vargas entre 1930 e 1945. O *integralismo* foi a principal organização política a defender o corporativismo como sistema de representação de interesses do “Estado Integral”. “Para Plínio Salgado, a ‘revolução integralista’ tinha entre seus objetivos a construção de uma nação organizada, una, indivisível, forte, rica, próspera e feliz” (BEIRED, 1999, p. 114). Enquanto o pensamento autoritário de Plínio Salgado expressava forte caráter espiritualista de influência católica, as formulações de outros integralistas, apresentavam características mais próximas do fascismo italiano.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

O Estado fascista era uma das tendências naturais do Estado moderno, que assim readquiriria sua soberania plena, identificando-se com a nação.

A cultura nacionalista oferecia um terreno de encontro entre os “intelectuais do regime” e os outros. Getúlio Vargas não foi o último a elogiar o fim dos “letrados” satisfeitos com a sua torre de marfim. Em torno do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, também gravitavam intelectuais que não pertenciam à esfera de influência autoritária, como por exemplo: Carlos Drummond de Andrade, Augusto Meyer, entre outros. É reconhecido que o regime de Getúlio Vargas, até mesmo durante o Estado Novo (1937-1945), preservou para os intelectuais, e para os que estavam a seus serviços, uma ampla liberdade de criação. “O Estado e os intelectuais, compartilhando o desdém pela representatividade democrática e a nostalgia por uma administração do social que tomasse o lugar da política, foram levados a agir como sócios a serviço da identidade nacional” (PÉCAUT, 1990, p. 72-73).

O ano de 1930 seria o início do “populismo na política brasileira”. Se o “populismo” teve uma função, ele igualmente tem uma história. História que teria sido confirmada pela própria trajetória política do país. A elevação dos trabalhadores à categoria de cidadãos e as arbitrariedades da ditadura do Estado Novo, entre outros motivos, passaram a explicar o apoio dos assalariados a Getúlio Vargas, ressaltando a demagogia, a manipulação, a propaganda política, a repressão policial, entre outros. O Estado Novo, com Vargas, surgia como todo-poderoso capaz de influenciar as mentes das pessoas e da sociedade.

Em primeiro lugar, o populismo é uma política de massas, é um fenômeno vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna. As massas são originárias do proletariado. Em segundo lugar, o populismo está associado a uma certa conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder, deixando de criar valores e os estilos de vida orientadores de toda a sociedade.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Os motivos que iluminam a consagração da versão do populismo como política de manipulação de massas repõem a relação entre Estado e classes populares no centro das observações. O fim do Estado Novo emerge como um novo momento original do pacto populista. “O período do pós-45 seria extremamente valorizado, e nele as atenções se concentrariam nas relações entre Estado e movimento operário/sindical, base da manipulação populista” (GOMES, 2001 p. 38). A partir do Estado Novo, inaugurou-se no Brasil uma forma de supremacia burguesa cuja marca foi o “encobrimento” do governo direto da burguesia por meio do controle de poderosos órgãos do poder Executivo e de seus ministérios.

O intervencionismo, tal como era visto por Getúlio Vargas, justificava-se por eficiência e, até certo ponto, por sua impessoalidade. Eficiência, pois possibilitaria o planejamento e a adoção de critérios, científicos na tomada de decisões. Impessoalidade, pois se tratava de constituir o Estado Nacional uno e integrado, acima de classes, partidos e líderes carismáticos. Segundo Fonseca “ao longo do Estado Novo, Vargas inúmeras vezes repetiu que o objetivo da intervenção governamental era alcançar o desenvolvimento econômico” (1989, p. 256).

No final do período da II Guerra Mundial, campanhas populares em favor da anistia e dos preceitos democráticos vão ganhando força internacional. Diante deste fato, o próprio Getúlio Vargas acaba por decretar a anistia e concede a legalidade ao PCB. “Essas atitudes de Getúlio Vargas, no sentido de aproximação das massas, não para colocar-se como instrumento delas, mas como meio de usá-las em favor de seus próprios objetivos, faz com que a sua renúncia se imponha. Acrescenta-se a isso o fato dele não ser simpático e nem simpatizar com os Estados Unidos” (RIBEIRO, 1998, p. 132).

Um dos mais importantes atos do governo, na área da educação, em 1938, foi a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, que deveria funcionar como o centro de estudos de todas as questões educacionais. Neste mesmo ano, foi criada no Ministério da Educação e Saúde, a



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Comissão Nacional de Ensino Primário, que deveria organizar o plano de uma campanha nacional contra o analfabetismo. Niskier afirma que “durante muitos anos, e por causa do regime ditatorial que favorecia a medida, adotou-se o modelo do livro único, o que configurava um absurdo, dadas as características diferenciadas da sociedade brasileira” (1995, p. 277). O texto da carta Constitucional de 1937, na parte referente à educação, caracterizou-se mais por uma redação um tanto literária e, até certo ponto, utópica, do que pelo tratamento objetivo e jurídico da matéria.

Não há dúvida de que algumas medidas importantes para a institucionalização e para a regulamentação do ensino foram tomadas durante o Estado Novo. “A atenção maior foi dada ao ensino básico, e nesse campo foram perseguidos três objetivos fundamentais: ampliação da rede de escolas e do número de professores para aumentar os índices de alfabetização entre a população; definição de uma política de pessoal, com a elaboração de um plano de carreira para o magistério; elaboração de normas e critérios para o funcionamento das escolas” (GERTZ, 2005, p. 98). Do ponto de vista do conteúdo e da forma do ensino, as autoridades do Estado Novo defendiam a implantação de uma educação “militante”. Apesar de militante, pensava-se na possibilidade de um ensino “científico”.

O governo do Rio Grande do Sul pouco investiu em mudanças no ensino secundário, pois havia poucas escolas públicas nesse nível. O Estado não foi o único agente a preocupar-se com a educação. Se as escolas das regiões de colonização alemã, sobretudo luteranas foram fechadas, as escolas ligadas a comunidades católicas, em geral, puderam fazer acordos com as autoridades, comprometendo-se a incorporar determinados princípios para manter sua autonomia. O catolicismo marcou forte presença no campo educacional do Estado e do país.

Após a instauração do Estado Novo, o líder voltou a referir-se à importância da alfabetização não só na infância, mas em todas as idades. “A composição dos livros didáticos passou a ser orientada pelos objetivos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

estabelecidos pelo novo regime em relação ao papel da educação” (CAPELATO, 1998, p. 219). O livro didático funcionava como um “professor coletivo”, porque era uma obra constituída com base em variados componentes: a escola, o Estado, o professor e o aluno. A ênfase na unidade nacional constituía elemento-chave na configuração da nova identidade nacional coletiva.

Proibia-se o livro didático que inspirasse o sentimento de superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação aos demais. O eixo central dos livros de História do Brasil para o secundário era a “Unidade Nacional”. A expectativa era de que os textos pudessem contribuir para a construção da identidade nacional. O ministro Gustavo Capanema atribuía ao ensino secundário a tarefa de dar à juventude o sentimento de pátria. A noção de pátria vinculava-se à de tradição e comunidade.

A questão da soberania nacional, da expansão territorial e política, do papel dos jesuítas na formação moral, ganhavam destaque nos livros de História do Brasil, onde a história nacional estava recontada e adaptada aos propósitos dos novos tempos. Em 1942, a entrada do Brasil na guerra acabou por mostrar que a história do povo brasileiro era a “história de um povo pacífico que sempre soube lutar”. A história do Brasil aí construída, destacava a idéia de que a história do povo brasileiro possuía um conteúdo “democrático profundo e natural”, radicado na dinâmica da mestiçagem.

Francisco Campos pode ser considerado o principal teórico do Estado Novo, pois foi ele que redigiu a Constituição de 1937. Na área da educação, esteve à frente de duas reformas reconhecidamente inovadoras: a do ensino primário e normal, e a do ensino secundário e superior. “De um entusiasta e defensor de idéias liberais, adepto da Escola Nova, Campos durante o Estado Novo passou a defender conceitos que se enquadravam perfeitamente na nova ordem social estabelecida” (CUNHA, 1981, p. 103).

Gustavo Capanema foi Ministro da Educação e Saúde no período de 1934 a 1945. Nenhum outro Ministro da Educação conseguiu permanecer no cargo tanto tempo assim. Era um homem culto e devoto às mais variadas leituras.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Possuía grande habilidade política. Prova disto é o fato de, em plena vigência do Estado Novo, ter conseguido atrair para seu Ministério, seja ocupando cargos, seja sob a forma de colaboração, ponderável parcela da intelectualidade brasileira. Gustavo Capanema era um humanista, possuindo até mesmo idéias liberais. De todos os ministros do Estado Novo foi o que menos se deixou influenciar pelas tendências autoritárias que caracterizavam este período. Era um estudioso da educação brasileira.

Na época referente a abril de 1942, é promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário. A Reforma de Gustavo Capanema é de sabor elitista. Esse tipo de escola secundária consagra o dualismo educacional. Visando preparar uma elite dirigente, significa que os outros ramos de ensino deveriam preparar os que seriam dirigidos. A reforma de Capanema conserva o ensino secundário em dois ciclos, mas com uma configuração diferente. O primeiro ciclo, com duração de quatro anos, será o ginásio; o segundo ciclo, com duas modalidades de cursos – o clássico e o científico; tem a duração de três anos, com a denominação de colégio. A lei recomenda que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina, só permitindo exceção para casos especiais, e, mesmo assim, mediante autorização do Ministério da Educação. Para os alunos carentes de recursos, a reforma estabelecia a obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino secundário.

A partir de 1942, o Governo Federal iniciou uma nova política com relação ao ensino primário. Todo este sistema convencional forçava os estados e os municípios a elevar, até um limite considerado satisfatório, as duas dotações próprias do ensino primário. O outro objetivo foi alcançado com a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário, em 1942. “O Fundo Nacional de Ensino Primário passou a representar, assim, uma peça essencial do nosso sistema educacional, pois é dele principalmente que vai depender a liquidação do analfabetismo no país e bem assim a constante elevação da qualidade do nosso ensino primário” (SCHWARTZMAN, 1983, p. 361).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Vale ressaltar que o Ministério da Educação e Saúde, além do impulso dado ao ensino, tomou uma série de iniciativas de interesse cultural. Em 1937, foi criado o Instituto Nacional do Livro, com a finalidade de promover e auxiliar a criação e manutenção de bibliotecas em todo o país. A remessa gratuita de livros, não só às bibliotecas fundadas por iniciativa do Instituto Nacional do Livro, mas a todas as outras que a ele se filiassem, tomou grande desenvolvimento.

Com relação à publicação de obras raras e preciosas, foi notável o trabalho do Ministério da Educação e Saúde. Na vigência do Estado Novo (1937-1945), o Ministro Gustavo Capanema empreende outras reformas do ensino e o curso secundário é novamente reestruturado. A educação na Primeira República sofre transformações, muitas em decorrência das necessidades da configuração social e econômica, porém, persistem o dualismo escola e o descuido com o ensino fundamental. A Constituição de 1937, refletindo as tendências fascistas do Estado Novo, atenua o impacto de algumas conquistas, sobretudo as relacionadas com o dever do Estado como educador. Amplia-se a oferta de escolarização. Nas palavras de Aranha “de 1936 a 1951 o número de escolas primárias dobra e o de secundárias quase quadruplica, ainda que essa expansão seja homogênea, tendo se concentrado nas regiões urbanas dos Estados mais desenvolvidos” (1996, p. 203). Também as escolas técnicas se multiplicam.

O caminho para o recrutamento da elite deveria ser o ensino secundário, e o momento de aperfeiçoamento dessa mesma elite seria o ensino superior. A concepção unitária do projeto universitário e a normatização de procedimentos para a nacionalização do ensino superior talvez sejam as heranças mais fortes do Ministro Gustavo Capanema nos tempos do Estado Novo. O Estado Novo teve na educação um grande pretexto de implementação do que seria a prioridade daquele momento histórico nacional. A dimensão político-ideológica constituiu-se numa espécie de âncora de sustentação do regime autoritário que se consolidava sob a liderança de Getúlio Vargas.





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Os tempos de reforma ocorriam simultaneamente aos da ação, mas consistiam na elaboração de um grande painel de normas, regulamentos e projetos para a reformulação total do sistema educacional do país. Em janeiro de 1936, Gustavo Capanema distribuiu um questionário buscando a colaboração de professores, estudantes, jornalistas, etc., para a elaboração de um Plano Nacional de Educação. Solicita a contribuição das secretarias estaduais de educação. “As experiências de construção nacional em processo na época, como o nazismo, o fascismo e o comunismo, tratavam a educação como o instrumento por excelência de fabricação de tipos ideais de homens que assegurassem a construção e a continuidade de tipos também ideais de nações” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 176). Intelectuais de destaque também receberam o questionário, mandaram suas respostas ao ministro e participaram de conferências públicas.

A publicação do Centro D. Vital com o ponto de vista da Igreja, estabelece os princípios que deveriam orientar a educação, e se opõe a qualquer intenção de fazer da educação um instrumento a ser usado apenas pelo Estado, em seu nome e em nome da nação. A educação existia para o homem, e não o homem para a educação; ela teria por fim levar o homem à plenitude de sua humanidade. A escola, seria um grupo autônomo. Em 1937, o Conselho Nacional de Educação encaminha a Gustavo Capanema o texto final do plano, que é enviado pelo presidente ao Congresso para a aprovação.

A primeira parte do plano, das normas gerais, definia o que era o plano, definia os princípios gerais da educação nacional, regulamentava a liberdade cátedra, o ensino da religião, da educação moral e cívica, a educação física. A segunda parte do plano tratava dos “institutos educativos”, e aí se desenha o grande mapa segundo o qual a educação nacional deveria ser organizada. Haveria um “ensino comum”, “anterior a qualquer especialização”, e que iria do pré-primário ao secundário. O ensino primário ficava como atribuição dos estados, havendo possibilidades de diferentes padrões em diferentes estados. A participação da União seria somente supletiva e regulamentadora. O plano



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

ainda mantinha, para o ensino secundário, a divisão de dois ciclos, um fundamental, de cinco anos, e outro complementar, de dois anos, que vinham da reforma de Francisco Campos. “Os cursos secundários deveriam ser ministrados por professores catedráticos, escolhidos por concursos rigorosos de títulos e provas, havendo a previsão de que, uma vez funcionando por cinco anos a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, seu título fosse obrigatório para o ensino secundário” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 185). As últimas partes do plano, tratavam do ensino livre, do regime escolar, do regime financeiro e das disposições gerais e transitórias. O ensino é definido como livre em todos os seus graus e ramos.

De todas as áreas do grande plano educacional, a educação secundária seria aquela em que o Ministro Gustavo Capanema deixaria sua marca mais profunda e duradoura. A prioridade dada à reforma do ensino secundário no início de 1940 seria uma ocasião para a reafirmação dos princípios mais gerais da concepção educacional do ministério Capanema. O sistema educacional deveria corresponder à divisão econômico-social do trabalho. O ensino secundário deveria ter um conteúdo essencialmente humanístico, estaria sujeito a procedimentos bastante rígidos de controle de qualidade, e era o único que dava acesso à universidade. A escola secundária iria mais longe: deveria formar uma verdadeira “consciência patriótica”, própria de homens portadores de concepções e atitudes espirituais pra conduzir as massas.

O nacionalismo calcado em um ideário produzido por regimes ditatoriais é analisado, por intermédio da produção de livros didáticos que têm a tendência em se transformar em um dos principais instrumentos de difusão de uma História Nacional dogmática. O nacionalismo associado ao sentido patriótico ocorreu, a partir do início do século XX. A ampliação da rede escolar para os diversos setores sociais, por intermédio do ensino primário, foi acompanhada da difusão de sentimentos patrióticos que conduziram, no início do século XX, em vários países europeus, à preparação para a guerra.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Para a criação de um sentimento nacional era necessário, desenvolver a ideia do Brasil como pátria de todos, de criar um sentimento de unidade, de ser pertencente não apenas ao seu estado, mas de todas as partes do território. “A identidade nacional e a difusão de um sentimento nacional patriótico nas escolas republicanas caracterizam-se, dessa forma, o que se chama de ‘nacionalismo de direita’” (BITTENCOURT, 2003, p. 192). Trata-se de um nacionalismo voltado para atender aos interesses de determinados setores das elites nacionais, para a manutenção de seu poder e privilégio. É interessante observar a trajetória do ensino de História do Brasil na constituição da identidade nacional por intermédio de análises dos currículos nacionais do ensino secundário.

A criação de uma cadeira de História do Brasil, se fez por ordem do Imperador (D. Pedro II), mas sua autonomia sempre foi questionada e teve sempre que concorrer com os demais conteúdos da História Universal, e essa situação prevaleceu até a década de 1930. A ideia educacional mantinha o pressuposto de que a educação secundária e a superior eram reservadas para uma fração da população, os mais bem dotados economicamente, e esse grupo tinha a missão de governar o país e conduzir as massas. Esse período de criação do novo regime republicano foi marcado por debates intensos no que se refere ao Nacionalismo. A concepção de cidadania se alterou, após a abolição da escravatura.

Por fim, vale a pena ressaltar que durante o Estado Novo, apesar do regime ter se tornado extremamente autoritário, a educação ganhou destaque e, sobretudo importância. Foi na figura de Gustavo Capanema, grande intelectual desse período e Ministro da Educação de Getúlio Vargas. A sua maior contribuição foi no ensino secundário. Podemos destacar que houve expansão do ensino em todo o país, com o aumento significativo de matrículas, e conseqüentemente escolas. Com isso, tivemos uma queda significativa no número de analfabetos.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9*  
- Volume II -

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BITTENCOURT, Circe Maria. *Pátria, civilização e trabalho. O ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

\_\_\_\_\_. Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 185-203.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CUNHA, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez, 1981.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12 ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GERTZ, René E. *Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Coord.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-57.

MEDEIROS, Ana Lúgia; HIRST, Mônica. *Bibliografia histórica: 1930-1945*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história (1500-2000)*. Rio de Janeiro: Consultor, 1995.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 15 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

\_\_\_\_\_. *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: UnB, 1983.

\_\_\_\_\_. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/Edusp, 1984.

SILVA, Hélio. *Vargas: uma biografia política*. Porto Alegre: L & PM, 2004.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **CONTRADIÇÕES DE CLASSE EM SANTA MARIA NOS ANOS FINAIS DO IMPÉRIO (1880-1890)**

Fabrizio Rigo Nicoloso<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Através deste texto objetiva-se esclarecer a respeito de alguns aspectos do cenário sócio-político de Santa Maria nos anos finais do Império (1880-1890), por ser um período em que a cidade passava por transformações, principalmente devido à instalação da malha ferroviária, num contexto em que o estado e o país estavam se inserindo nas relações capitalistas de produção.

O referencial teórico que guiará este estudo será a teoria produzida pelo marxista britânico E. P. Thompson, tendo como base as seguintes obras: *Senhores e Caçadores e Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. O presente trabalho buscará nos estudos do autor sobre os antagonismos de classe na Inglaterra do século XVIII, com suas contradições sociais, os argumentos teóricos para a compreensão das contradições existentes entre a elite e *os de baixo (grifo nosso)* no contexto da Santa Maria dos últimos anos do Império.

Neste sentido torna-se importante fazer uma breve definição dos conceitos de elite e classes populares que serão adotados ao longo do texto.

Flávio M. Heinz (2006, p. 07) traz a definição do termo elite como compreendendo “os dirigentes, as pessoas influentes, os abastados, ou os privilegiados”, apontando para uma “vasta zona de investigação científica cobrindo profissionais da política, empresários, legisladores, etc.” (HEINZ, 2006, p. 08). Fazendo citação ao sociólogo suíço Giovanni Busino, Heinz (2006, p. 7) traz a seguinte definição do termo:

---

<sup>1</sup> Aluno do Programa da Pós-graduação em História – Mestrado Acadêmico da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Email: [fabrizio.rigonicoloso@yahoo.com.br](mailto:fabrizio.rigonicoloso@yahoo.com.br) ou [airplane11@hotmail.com](mailto:airplane11@hotmail.com).





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

No plural, a palavra “elites” qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade.

A historiadora Daniela Vallando de Carvalho (2005) se utiliza da contribuição teórica de Thompson para destacar a importância do estudo das classes populares:

O inglês E. P. Thompson, como um dos precursores nos estudos das classes populares, já nos alertava em ficarmos atentos aos atos dos personagens anônimos, aqueles sempre negligenciados pela história. Para ele à medida que retiramos da frente de nossa visão os personagens ditos principais, passamos a descortinar um imenso elenco de apoio e os figurantes passam a emergir com suas vidas e histórias, suas experiências e expectativas. Segundo este historiador inglês, sem entendermos o cotidiano (a cultura) dos setores populares, das classes subalternas, perdemos a possibilidade de captar a totalidade dos jogos de poder do período que nos propomos a estudar. (CARVALHO, 2005, p. 81 Apud. THOMPSON, 2001, p. 235).

O texto será dividido em dois capítulos: no primeiro será feita uma reflexão no intuito de reconstituir os cenários econômico, social e político de Santa Maria na última década do Império; no segundo capítulo será feita uma análise sobre as contradições de classe no município, procurando revelar o abismo social existente entre as elites e os populares.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

## **1 – SANTA MARIA NOS TRILHOS DO PROGRESSO (1880 – 1890)**

Santa Maria na última década do Império estava passando por transformações, deixando de ser uma vila com aspectos rurais até meados do século XIX, com uma vida social pouco movimentada, para se tornar um centro urbano que era tido como referência e ponto de passagem obrigatório de mercadorias e de pessoas nos anos de transição do Império para a República. O fator decisivo que gerou esta mudança foi a instalação da ferrovia no ano de 1884.

A historiadora Daniela Vallandro de Carvalho (2005, p. 34) faz uma interessante divisão da história de Santa Maria no século XIX, caracterizando o município nos anos anteriores a 1880, mostrando-o como “centro comercial regional de criadores de gado e lavradores, com uma composição social pouco diversificada”, para, em seguida, demonstrar o crescimento econômico local, a partir da “instalação dos primeiros traçados da viação férrea (1880 e 1885)” e da “instalação do núcleo colonial de imigrantes italianos em Silveira Martins (1877/1878)”, fatores que proporcionaram a diversificação de “sua população e as atividades por esta desempenhada”.

Segundo Gláucia Külzer (2009, p. 64) a Vila de Santa Maria, em meados do século XIX “se caracterizava por ser uma região que associava a criação de gado, a produção de alimentos com um pequeno comércio regional”. Esta autora demonstra a predominância de pequenos e médios criadores, dentre estes, ganhando destaque a família Pinto, pela grande concentração de terras e pelo domínio da pecuária na região:

Francisco José Pinto foi o maior criador de sua época em Santa Maria, e também o mais destacado da família Pinto. Tinha o maior rebanho – 5000 reses – e também a maior extensão de terras, cerca de 13.068 hectares. Analisando o seu inventário verificamos que no momento de sua morte ainda era ele que possuía o maior rebanho bovino entre os seus irmãos, com 5.342 reses. Por esta época, continuava sendo o maior criador de Santa Maria [...]. (KÜLZER, 2009, p. 64).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Por volta do ano de 1828 instalaram-se na Vila as primeiras famílias de imigrantes alemães, que haviam sido contratados pelo Império brasileiro para combaterem na Guerra da Cisplatina, faziam parte do 28º Batalhão de Atiradores. Os primeiros militares optaram por se estabelecer na região em função das possibilidades de crescimento econômico. “Por outro lado, alguns imigrantes alemães e seus descendentes, que haviam chegado à região de São Leopoldo por volta de 1824, começaram a migrar para Santa Maria, ao longo das décadas de 1829 e 1845” (KÜLZER, 2009, p. 43).

Destes primeiros alemães provenientes do 28º Batalhão de Atiradores, Külzer (2009) ressalta a presença de João Appel, que logo que estabeleceu-se na região casou-se com Ana Maria de Oliveira, filha de Maximiano José de Oliveira, proprietário de terras na região. Segundo esta autora foi desta maneira, através de alianças de casamento e relações de compadrio, que muitos teutos inseriram-se entre os nacionais e obtiveram prosperidade. Entretanto, Külzer destaca que João Appel constituiu-se enquanto uma exceção, pois a maioria dos alemães que se estabeleceram em Santa Maria se encontravam numa situação bem menos favorecida economicamente.

Na mostra de 51 inventários de teuto-alemães, a maioria (35%) dedicava-se a atividades vinculadas a terra, 16% atuava no comércio, 5% eram comerciantes, 2% exerciam atividades militares, 12% englobava uma variada gama de atividades, tais como curtume, sapataria, ferraria, cervejaria, lombilharia, entre outras [...]. (KÜLZER, 2009, p. 54).

Daniela Vallandro (2005) destaca o fato de que nem todos os imigrantes que vieram para o Brasil durante o século XIX eram tão ordeiros e vistos com um olhar positivo por parte das autoridades. Geralmente os europeus eram mais bem vistos, principalmente os alemães. Muitos destes imigrantes vinham para o país e não obtinham o tão sonhado sucesso econômico, alguns somando-se às classes populares.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Esta situação econômica e social começa a se modificar a partir do incentivo dado pelo governo Imperial nos anos 1870 à imigração italiana e da instalação da ferrovia no início dos anos 1880, fatores que geraram a diversificação da incipiente vida social de Santa Maria.

A instalação da rede ferroviária na região atraiu uma série de investimentos na localidade, ao largo da Avenida Rio Branco, como casas comerciais, uma rede hoteleira, entre outros estabelecimentos. Em torno destes negócios, foi se estabelecendo cada vez mais uma elite de caráter urbano, que não deixou de manter relações com a elite rural do município.

A historiadora Cristiane Debus Pistoia (2011, p. 23) faz uma boa apreciação da vida econômica de Santa Maria neste período:

Nos anos finais do império, a economia da cidade era diversificada. Pessoas ganhavam seu sustento trabalhando como balconistas de farmácia, peões de fazendas, empregados domésticos ou praças de polícia, dentre outras ocupações. Havia também os caixeiros-viajantes que movimentavam o comércio local, trazendo novidades como cortes de tecidos diversificados, objetos em cerâmica inglesa e gêneros alimentícios não perecíveis como sal, açúcar e erva-mate.

Relacionado com essa diversificação econômica do município, a vida social e cultural também se ampliou, através da fundação de clubes sociais, como o Clube Caixeiral, o Club de Atiradores, a Sociedade Nova Aurora, a Sociedade dos Caixeiros Viajantes, além da criação de um Teatro, o 13 de Maio, onde os sujeitos da elite local se reuniam para confraternizar e tratar de diversos assuntos referentes aos interesses do período.

Em função de sua importância para as sociabilidades no município, torna-se interessante fazer um breve comentário sobre o Clube Caixeiral. Criado em 1886, este clube, que é conhecido na cidade até os dias atuais, reunia a juventude pertencente à elite local num ambiente onde ocorriam “discussões literárias, palestras e aulas para o ensino de português, aritmética, geometria



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

prática, geografia, álgebra e noções de física” (KARSBURG, 2007, p. 82 Apud. BELÉM, 1933, p. 231).

Nesta época, Santa Maria já contava com 4 jornais, que certamente não deixavam de retratar os eventos sociais promovidos nestes clubes em suas colunas sociais. O cidadão santa-mariense que quisesse se manter informado sobre os assuntos referentes à região, como a exemplo dos debates ideológicos das acaloradas discussões políticas do período, poderia optar por um destes jornais: “A Gazeta do Norte” (1883), “O Santa-mariense” (1885), “A Província” (1886) e “O Combatente” (1887). (KARSBURG, 2007).

Dos quatro jornais acima citados, cabe fazer um breve comentário sobre “O Combatente”, devido ao papel decisivo que este veio a representar no contexto do regime republicano, retratando de forma parcial os conflitos que se davam em Santa Maria. O jornal surgiu no ano de 1887 como órgão de imprensa do clube Caixeiral, vindo a defender abertamente a causa da república nos anos seguintes. Conforme descreve João Belém (2000, p. 234), as páginas do jornal passaram a refletir um discurso de teor político-ideológico, após este ter se tornado “propriedade do ardoroso republicano [...] Adolpho Otto Brinckmann, que o fez, ostensivamente, órgão do partido chefiado por Júlio de Castilhos”.

Por alguns anos, nos primeiros tempos da República, “O Combatente” atuou como órgão do partido republicano local. No entanto, após passar a ser propriedade de Cândido Brinckmann, irmão de Otto “tornou-se folha noticiosa e comercial, sem ligações partidárias” (BELÉM, 2000, p. 234), embora nesta nova fase tenha desferido algumas críticas ao governo republicano, já sob o comando de Borges de Medeiros. O jornal suspendeu definitivamente sua publicação no ano de 1907.

Neste contexto dos anos 1880, houve um conflito na região envolvendo política e religião, no episódio da demolição da velha igreja da Matriz. O confronto ocorreu entre políticos locais que tinham planos de “modernização” do ambiente urbano e os membros da igreja católica que, na ocasião, se opunham à derrubada da Matriz. No mesmo período a população da cidade



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

ficou horrorizada com o espancamento do padre Marcelino de Bittencourt, que teve envolvimento direto no caso da derrubada da igreja. O mandante teria sido um caudilho local, o Coronel Martin Hoehr, que no ano de 1890, sob o governo republicano, seria novamente acusado de ser o mandante do assassinato do Chefe de Polícia, Felipe de Oliveira, cunhado de João Daudt Filho.

Estes conflitos, que reproduziam em âmbito público, “ranços” e pendengas muitas vezes de caráter pessoal, faziam parte do fazer política num contexto que tinha a violência como parte de sua cultura política. A este respeito, Cristiane Pistoia (2011, p. 26) diz que:

Devido a esta cultura política, as relações entre os grupos divergentes acontecia por meio de uma linha muito tênue entre a cordialidade e a agressividade, a qual poderia ser rompida facilmente, desencadeando uma série de conflitos. Na tentativa de resolver uma querela política, os indivíduos usavam armas de fogo, praticavam intimidações e arranjavam tocaias.

Além da violência, a cultura política de finais do XIX, na qual Santa Maria estava inserida, era marcada pela corrupção no exercício de funções na esfera pública, pois, entre outros problemas, frequentemente “os postos administrativos eram preenchidos por indivíduos que mantinham estreitas relações pessoais, advindas tanto de laços de afetividade como de consanguinidade” (PISTOIA, 2011, p. 25). O que também constituía uma prática comum, era o partido que estivesse no governo favorecer os “amigos” com cargos de confiança, ao mesmo tempo que caçava os mandatos de quem pudesse representar um “incômodo” aos seus interesses.

## **2 – A OUTRA FACE DA HISTÓRIA DE SANTA MARIA: CONTRADIÇÕES DE CLASSE E DESIGUALDADES SOCIAIS**

A maioria dos trabalhos sobre a história de Santa Maria, contando com uma grande quantidade de livros de cunho memorialista, costuma retratar a prosperidade econômica que a ferrovia trouxe para a cidade, a modernidade e o





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

*progresso (grifo nosso)* decorrente dos investimentos de *ilustres figuras (grifo nosso)* da elite local nos negócios e na cultura do município. Por outro lado, são recentes as produções que se preocupam em entender a história das classes populares em Santa Maria, dos excluídos do luxo ostentado pela elite local, ganhando destaque dentre estes trabalhos recentes a Dissertação de Mestrado de Daniela Vallandro de Carvalho (2005), que aborda as experiências populares na cidade através da análise de processos criminais. Como viviam estes populares no contexto dos anos finais do Império? Como se davam suas relações com as autoridades da elite política local? De que formas podem ser percebidos os abismos existentes entre as classes populares e a elite?

O historiador inglês Eduard P. Thompson (1998) estudando a cultura popular na Inglaterra do século XVIII, se utiliza desta bela análise de Bernard Mandeville para explicar algumas razões da pobreza e das diferenças de classe:

Para que a sociedade seja feliz e o povo tranquilo nas circunstâncias mais adversas, é necessário que grande parte dele seja ignorante e pobre. O conhecimento não só amplia como multiplica os nossos desejos [...] Portanto, o bem estar e a felicidade de todo Estado ou Reino requerem que o conhecimento dos trabalhadores pobres fique confinado dentro dos limites de suas ocupações e jamais se estenda (em relação às coisas visíveis) além daquilo que se relaciona com sua missão. Quanto mais um pastor, um arador ou qualquer outro camponês souber sobre o mundo e sobre o que é alheio ao seu trabalho e emprego, menos capaz será de suportar as fadigas e as dificuldades de sua vida com alegria e contentamento. (THOMPSON, 1999, p. 15).

Não fica difícil perceber que esta análise da exploração do trabalho e da cultura dos setores populares pode ser feita tanto no contexto brasileiro quanto santa-mariense do século XIX. As elites do período final do Império não concentravam apenas terras e capital, mas também o conhecimento e a sua cultura, da qual uma grande parcela da população não tinha acesso. Enquanto a juventude, os filhos da elite santa-mariense se reunia nos salões do Clube



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Caixeiral para recitar suas poesias nos momentos de sociabilidades e estudavam em aulas particulares, como a exemplo das classes que eram abertas por imigrantes alemães para ensinar a língua germânica e promover atividades de caça, dentre outras, a maior parte da população permanecia analfabeta, servindo de massa de manobra para os comerciantes e pecuaristas locais.

Apenas algumas famílias concentravam a maior parte da riqueza do município e um grupo muito seleto de sujeitos da elite, muitos ligados à maçonaria, conduziam a política e os negócios da região. Certamente, por isso também, a maioria dos registros existentes nos arquivos de Santa Maria relatam a história de algumas famílias, ou a política praticada por alguns sujeitos, deixando praticamente sem registros históricos as práticas de cidadãos anônimos, que como dizia Thompson, transmitiam as suas histórias de forma oral.

Külzer (2009) demonstra, através da análise de um mapa estatístico, que por volta dos anos 1860 apenas algumas famílias concentravam a maior parte de terras e gado do município e que muitos pequenos e médios agricultores ficavam com faixas de terra equivalente ou menor do que 1000 hectares:

Em Santa Maria, do total de noventa criadores listados, 73 possuíam um rebanho bovino de até 1000 reses, o que os tornava médios e pequenos criadores de gado. Vale ressaltar que somente 17 criadores eram proprietários de mais de 1000 cabeças de gado. [...] a maior parte dos criadores de Santa Maria era de médios criadores e possuíam 41% das cabeças de gado, enquanto o restante dividia-se em pequenos e grandes criadores. Os grandes criadores concentravam 54% do rebanho bovino. Dentro desta categoria, observamos os que possuíam acima de 2000 reses, podemos verificar a existência de somente 8 indivíduos, que detinham 21.800 cabeças de gado, ou seja, 35% do rebanho bovino, uma média de 2.725 reses por criador. Essa situação apresenta um quadro em que havia poucos senhores detentores de uma grande parte do rebanho bovino (KÜLZER, 2009, p. 63).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

Nos anos 1880, com a diversificação das atividades econômicas decorrentes da ferrovia, esta desigualdade na distribuição de bens e riquezas entre sujeitos da elite e de setores médios de Santa Maria também passou a se apresentar no meio urbano.

Os negócios que foram abertos ao largo da Avenida Rio Branco, como bancos, restaurantes, farmácias e rede de hotéis pertenciam a algumas famílias mais abastadas, que já haviam se consolidado economicamente no município, ou que foram atraídas pelas possibilidades de negócios a partir da ferrovia. Entre os donos de hotéis e bancos, prevaleciam sujeitos de origem alemã, que já vinham investindo no comércio desde meados do século XIX, e outros negócios ficavam em mãos de tradicionais famílias nacionais. Dentre as famílias mais abastadas, destacam-se algumas como os Daudt, os Appel, os Niederauer, os Beck, os Bozzano, dentre outras. A maior parte dos clubes sociais que foram abertos no centro da cidade, como o Clube Caixeiral, Clube de Atiradores Santa-mariense, Sociedade dos Caixeiros Viajantes, Sociedade Nova Aurora, dentre outras sociedades beneficentes e sociais, ou pertencia aos sujeitos destas famílias, ou tinha seus quadros de sócios compostos por eles.

O Teatro 13 de Maio foi fundado por João Daudt Filho, que estava entre os membros fundadores do Clube Caixeiral. O jornal O Combatente foi fundado pelo Clube Caixeiral e posteriormente passou para a propriedade de Adolpho Otto Brinckmann, etc.

Dentre os membros fundadores da loja maçônica Boca do Monte criada em 1874, destacam-se alguns nomes: “Maximiano José Appel, Antônio Appel, Augusto Menna Barreto, João Batista Neiderauer, João Henrique Druck, Cristiano Höehr, Jacob Juiz Laydner, Ernesto Beck, Guilherme Fischer, Pedro Lenz, Carlos Müller” (KARSBURG, 2007, p. 2003). A maior parte dos sujeitos citados nesta lista compunha um quadro dos donos de uma boa parte dos negócios estabelecidos no centro da cidade, além de ocuparem cargos públicos e serem influentes na política santa-mariense nos anos finais do Império. Por exemplo: Guilherme Fischer era dono da Farmácia Fischer, uma das poucas



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

farmácias que existiam então na cidade; Carlos Müller era dono e fundador do Clube de Atiradores Santa-mariense; João Henrique Druck, Jacob Luiz Laydner, Ernesto Beck, Guilherme Ficher e Pedro Lenz ocuparam cargos políticos na Intendência Municipal durante o regime republicano, sendo João Henrique Druck, Ernesto Beck e Pedro Lenz figuras de extrema confiança de Júlio de Castilhos na região.

Esta elite agrária e urbana compunha uma parcela minoritária da população de Santa Maria, sendo a grande camada da população composta por indivíduos de diferentes etnias, como negros, pardos, indígenas, brancos, integrando o que CARVALHO (2005) denominou de “caldeirão étnico”. Segundo CARVALHO (2005, p. 82) os populares de Santa Maria viviam em meio a uma grande mobilidade e instabilidade, “influenciando suas escolhas (até mesmo afetivas) e as estratégias que buscavam para viver e sobreviver, entre elas a intensa circularidade entre os distritos rurais e urbanos”.

Dos processos crime analisados pela autora, ela salienta que entre os réus, sujeitos das classes populares, havia uma predominância de jornaleiros e de agricultores:

O grande número de jornaleiros pode estar associado à práticas de maior controle sobre estas pessoas que não possuíam atividade fixa e que trabalhavam por jornada, uma vez que se vivia um momento de desagregação da sociedade escravista e da conformação de um mercado de trabalho livre, onde [...] o valor do trabalho passava a ser uma variável fundamental na conformação do bom cidadão. Isso tornava aqueles que não possuíam trabalho fixo (e conseqüentemente relações que os protegessem dos braços da lei) facilmente associados a vagabundos, desordeiros, turbulentos, ociosos e uma infinidade de estereótipos que passavam a denominar estes considerados *vagos* (**grifo do autor**) e que lhes dava uma enorme visibilidade. (CARVALHO, 2005, p. 95).

Num contexto de recente desagregação do regime escravista, muitos negros eram discriminados socialmente e no incipiente mercado de trabalho da



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

cidade, somando-se às fileiras das pessoas que desempenhavam atividades *informais (grifo nosso)*.

Esta majoritária parcela da população ficava de fora das cerimônias e festividades promovidas pela elite nos salões dos clubes sociais, onde esbanjava-se luxo e riqueza. Os ritos populares e suas crenças eram desprezados pelos membros da classe alta da cidade, que os relacionavam a superstições e ao atraso dos tempos do império, principalmente quando ao aproximar-se a proclamação da República, membros “esclarecidos” da elite investiram pesado no esforço de *modernizar (grifo nosso)* a cidade, abrindo as portas para o “progresso” (KARSBURG, 2007). Um episódio ilustrativo desta suposta modernização foi a derrubada da antiga Igreja Matriz e todos os conflitos e acordos que envolveram este episódio. Para Thompson:

Muitas vezes em antagonismo claro com relação aos costumes aceitos, os ritos e as crenças do Estado ou da nação a que pertenciam o povo ou certos grupos populares. Esses costumes, ritos e crenças são mantidos pela tradição [...] Devem sua preservação em parte ao fato de que grandes massas populares não participam da civilização que se ergue acima deles e que nunca é criação sua. (THOMPSON, 1998, p. 16 Apud. GOMME, 1913, p. 10-1).

Numa sociedade onde eram excluídos socialmente, os membros das classes populares também estavam sujeitos a leis que existiam para proteger os poderosos, pois eram leis feitas pela elite. Os sujeitos que faziam as leis se diziam portadores de uma moral e dos bons costumes, excluindo todos aqueles que não estivessem à altura de seu status sócio-econômico, expondo-os a uma condição de marginalizados, rotulando as pessoas das classes baixas como vagabundos, perigosos, enfim, classes perigosas.

A lei era desigual e julgava as pessoas abertamente de forma desigual. Se uma pessoa branca, pobre, cometesse um delito já estaria em desvantagem pela



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

condição econômica, mas se, além disso, fosse negra, as condições ficavam ainda mais desfavoráveis.

Daniela Vallandro (2005) traz um caso muito interessante envolvendo um réu negro de 16 anos, de nome Gabriel. Ele foi acusado de ferir dois menores que moravam em companhia de seu senhor, provavelmente tutelados pelo mesmo, com uma arma de fogo. “Em consequência dos tiros um dos menores (Inácio) faleceu e outro (Vicente) ficou ferido” (2005, p. 110). Conduzido ao delegado o réu alegou que o disparo havia sido sem intenção e que tinha muito apreço pelos meninos, “o que possivelmente fosse verdade, uma vez que provavelmente réus e ofendidos tenham sido criados juntos” (2005, p. 111).

A declaração de Gabriel e das testemunhas da casa arroladas no processo parecem indicar que a fatalidade agiu naquele dia, causando a morte de um dos menores. Após trabalhar no serviço de seu senhor, Gabriel talvez tenha pensado em aproveitar o pouco tempo que tinha livre junto com os dois companheiros da mesma idade. Algumas das testemunhas declararam que Gabriel “queria bem” e era “muito extremoso” com os ofendidos. Embora Gabriel tenha dito as autoridades que havia pego a arma achando estar ela descarregada e que ela havia disparado sem querer, isso não foi suficiente para absolvê-lo. (Ibid. 2005, p. 111).

Segundo a autora, a fala do Juiz deixa bem claro o discurso contido por traz do julgamento, quando afirma que “o réu Gabriel, escravo, sem motivo [...] lançou mão de uma espingarda e desfechou em duas indefesas crianças” (CARVALHO, 2005, p. 112).

Se o réu Gabriel não fosse negro, escravo e pertencente à *classe perigosa*, **(grifo nosso)** o veredito poderia ter sido diferente. Teria a força da lei o mesmo peso se aplicada sobre um menino de família tradicional da elite?

No dia 01 de outubro de 1900, o Coronel Ramiro de Oliveira enviou uma carta confidencial a Júlio de Castilhos, em que tratava de assuntos referentes à





*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

política e à polícia municipal. Um trecho da carta traz um fato interessante, que vem ao caso relatar:

Tenho tido alguns serviços de ordem policial estando agora no rastro de moeda falsa. O fato ocorrido no colégio Clemente Pinto, relativo ao assassinato de uma aluna **poderia ter incomodado (grifo nosso)**, se não conseguisse investigar a não culpabilidade de um filho do nosso amigo General Firmino, que dizia-se estar envolvido [...]²

Neste caso como não tratava-se de qualquer jovem “vagabundo”, “marginal”, da “classe perigosa”, mas sim de um jovem filho de líder republicano, o Coronel mais influente e temido de Cruz Alta, Firmino de Paula, o caso certamente não foi nem à julgamento. O grifo dado ao trecho da carta de Ramiro de Oliveira deixa uma questão: em que sentido este caso poderia ter incomodado? O que mais estaria em jogo, além do fato em si? Firmino de Paula era uma das figuras do PRR mais influentes do Rio Grande do Sul durante o regime republicano, com grande estima de Júlio de Castilhos, grande detentor de terras e poder aquisitivo, que exercia influência não apenas nos negócios na região central do estado, mas, com certeza, também na polícia e na política. Uma desavença com este poderoso coronel, poderia trazer problemas às autoridades envolvidas. Pode-se perceber quanta diferença deste caso em relação ao do escravo Gabriel. O caso foi considerado pelo Coronel Ramiro simplesmente como algo supérfluo, de simples resolução, que não veio a “incomodar”.

Concordando com E. P. Thompson, o Estado faz as leis, mas não as faz para ser aplicada de forma igual a todos os cidadãos. No sistema capitalista, em que o Brasil e o Rio Grande do Sul estavam se inserindo em finais do século XIX, uma lei era seguida à risca, bem como em todos os outros países capitalistas do ocidente: a lei que protegia a propriedade privada, o latifúndio,

---

² Carta de Ramiro de Oliveira à Júlio de Castilhos (Série 8, Subsérie Correspondência recebida, 01/10/1900 – AHRs).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

os privilégios de classe, os interesses das classes detentoras do poder financeiro e político.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os temas desenvolvidos pelo marxista inglês E. P. Thompson sobre a cultura das classes populares e as leis do Estado inglês no século XVIII são muito esclarecedores por gerarem a compreensão das desigualdades de classe no Rio Grande do Sul e em Santa Maria durante o século XIX. Apesar de se tratarem de realidades diferentes, em tempos históricos distintos, constituem situações históricas em que os antagonismos de classe eram gerados por leis desiguais e condições sociais desiguais.

A historiografia sobre Santa Maria ainda carece muito de estudos que esclareçam sobre a vida e as práticas das classes populares, pois até o presente momento abundam obras memorialistas contando a história de famílias da elite local.

A compreensão da trajetória das pessoas do povo é fundamental, pois enriquece o panorama histórico geral e permite a distinção das peculiaridades.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria: 1797–1933**. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2000.

CARVALHO, Daniela Vallandro. **“Entre a solidariedade e a animosidade”: Os Conflitos e as Relações Interétnicas Populares Santa Maria – 1885 a 1915**. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Sobre as ruínas da Velha Matriz. Religião e política em tempos de ferrovia – Santa Maria – Rio Grande do Sul 1880 – 1890**. Santa Maria, Ed. Da UFSM, 2007.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. **De Sacramento à boca do Monte: A formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

PISTÓIA, Cristiane Debus. **O coronel, o jornalista e o delegado. Cultura, política e violência em Santa Maria**. Santa Maria: Abril, 2011.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra**. Tradução: Denize Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9  
- Volume II -*

**1º Congresso Internacional de  
História Regional**

Mercosul: integração e desencontros.

28 a 30 de setembro de 2011